

HISTÓRIA E LITERATURA NO TEMPO PRESENTE



História
e
Cultura

ORGANIZADORES

DR. PEDRO EURICO RODRIGUES

DRA. TATHIANA CRISTINA DA SILVA ANIZIO

CASSIANO

Editora Científica

Valéria dos Santos Guimarães. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS/UNESP-Franca), Programa de Pós-Graduação em História. [Lattes/Orcid](#).

Editores

Maria Cecília Teixeira Miranda, Secretária Geral. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#)

Alicia Panicacci Figueiredo, Dossiê. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Sofia Zambelli Menck, Artigos Livres. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Natália Tamie Imaizumi de Luzia, Comunicação. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Isadora Remundini, Qualidade. Doutoranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/Orcid](#).

Conselho Editorial

Amanda Guimarães Silva. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Camila Naressi. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Débora Araujo da Silva. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Felipe Aparecido de Oliveira Camargo. Doutorando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Felipe Metzner Selotti. Mestrando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Giovana Cobello. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Guilherme Cardinale de Araujo. Mestrando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Guilherme Detoni. Mestrando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Laís Pereira de Oliveira. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Larissa Molina Manfré. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Laura Duarte Ozelin. Doutoranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Laura Felipe Romani. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Leticia Ahmad Ali Marino. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Leticia Giroto Dilio. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Luis Eduardo Bove de Azevedo. Doutorando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Luiza Ciurcio Possebon. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Luiza Paula Monteiro Mota. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Maria Cecília Teixeira Miranda. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Maria Isabela da Silva Gomes. Doutoranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Nathan Rodrigues Falcucci. Mestrando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Natálie Yukie Cardoso Utsumi. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Rhaira Gabrielle Siva. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Sofia Rossi Menezes. Mestranda em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Tales Damascena Lima. Doutorando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Thiago Augusto Motta. Mestrando em História, PPGH – UNESP. [Lattes/ORCID](#).

Conselho Consultivo Nacional

Profa. Dra. Adriana Pereira Campos, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Arno Wehling, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ / Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB / Universidade Gama Filho. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, Universidade de São Paulo – USP. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. [Lattes/ORCID](#).

Profa. Dra. Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de Castro, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. [Lattes/ORCID](#).

Profa. Dra. Joana Maria Pedro, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco, Universidade de São Paulo – USP. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. [Lattes/ORCID](#).

Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Franca. [Lattes/ORCID](#).

Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Franca. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Marcos Napolitano, Universidade de São Paulo – USP. [Lattes/ORCID](#).

Profa. Dra. Maria da Glória de Oliveira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. [Lattes/ORCID](#).

Profa. Dra. Marisa Midori Deaecto, Universidade de São Paulo – USP. [Lattes/ORCID](#). **Prof. Dr. Nelson Schapochnik**, Universidade de São Paulo – USP. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Rafael Cardoso, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. [Lattes/ORCID](#).

Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Franca. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dra. Tania da Costa Garcia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Franca. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo, Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. [Lattes/ORCID](#).

Prof. Dr. Welligton Barbosa da Silva, Universidade Federal do Pernambuco – UFRPE. [Lattes/ORCID](#).

Conselho Consultivo Internacional

Alejandra Viviana Ojeda, Universidade de Buenos Aires, Argentina. [ORCID](#). **Anthony Glinoyer**, Université de Sherbrooke, Canadá. [ORCID](#).

Antônio de Almeida Mendes, Universidade de Nantes, França. [ORCID](#). **Armelle Enders**, Université de Paris IV (Paris-Sorbonne), França. [ORCID](#). **Emiliano Gastón Sanchez**, Universidade Nacional de San Martín (Unsam), Argentina. [ORCID](#). **Erik Lars Myrup**, University of Kentucky, Estados Unidos. **Felipe Botelho Corrêa**, King's College London, Grã Bretanha. [ORCID](#). **François Hartog**, École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), França. [ORCID](#). **Hans-Jürgen Lüsebrink**, Saarland University, Alemanha. [ORCID](#). **Jacques Revel**, École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), França. **Jorge Montealegre Iturra**, Universidad de Santiago de Chile (USACH), Chile. [ORCID](#). **Susan Pinette**, University of Maine, Estados Unidos. [ORCID](#). **Yanina Leonardi**, Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina. [ORCID](#).

Apoio/Patrocínio

Conselho do Programa de Pós-graduação em História da FCHS – UNESP/França.

Layout e Diagramação

Layout: Andrea Ramon Ruocco. [Lattes/Orcid](#).

Diagramação: Larissa Molina Manfré. [Lattes/Orcid](#).

Informações da Capa

Imagem: A fotografia utilizada na capa foi encontrada no site da Iván Ballesteros Miñarro (<https://ivanballesterostransporte.es/quienes-somos/>), uma distribuidora de livros portuguesa. A imagem é de utilização gratuita.

Design da capa: Natália Tamie Imaizumi de Luzia

Contatos

Endereço postal: Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Antonio Petraglia - Bloco III, Sala 10 - CEP 14409-160. Franca/SP, Brasil.

Telefone Institucional: +55 (16) 3706-8792.

Telefone para Suporte Técnico (STAEPE): +55 (16) 3706-8811.

E-mail: revistaeletronica.franca@unesp.br

E-mail/Secretaria: secretariahistoriaecultura@gmail.com

E-mail/Divulgação: historiaecultura.divulgacao@gmail.com

Portal/Site: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/>

Missão

A revista *História e Cultura* (ISSN: 2238-6270 – Qualis A3) é uma publicação eletrônica semestral editada por discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), com sede na cidade de Franca, São Paulo, Brasil.

A *História e Cultura*, atenta às pesquisas e ao debate acadêmico desenvolvido na área de História e em áreas afins, publica textos inéditos de autoria de doutores, mestres e pós-graduandos stricto sensu, redigidos em português, espanhol, francês e inglês. Além de artigos para dossiês, a revista recebe contribuições em fluxo contínuo de artigos livres, entrevistas, resenhas, traduções e notas de pesquisa.

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
DOSSIÊ.....	14
APRESENTAÇÃO	15
ENTRE O REAL E O INVENTADO: O Conceito de Ficção a Partir de Hayden White e Ivan Jablonka.....	17
O LUGAR DAS CRÔNICAS: A Literatura do Cotidiano para a História.....	34
ENTRE AUSÊNCIAS E ESPECTROS: Tempo, Memória e Subjetividade na Autoficção de Hisham Matar.....	51
“EU ME VEJO INDO ATÉ O BOSQUE E DEIXANDO O CARRINHO IR LADEIRA ABAIXO”: A maternidade em <i>Morra, amor</i>	75
“I SEE MYSELF GOING TO THE FOREST AND LETTING THESTROLLER ROLL DOWN THE HILL”: Maternity in <i>Morra, amor</i>	92
“MAS UM DIA AFINAL EU TOPAREI COMIGO”: Leituras da Poética Mariodeandradiana no Tempo Presente.....	109
THE LGBTQ+ HISTORICAL IMAGINATION AND ITS NARRATIVES: The Reception of The Song of Achilles by Online Readers.....	132
GRACILIANO RAMOS NA UNIÃO SOVIÉTICA: Viagem (1954) e o PCB.....	154
POR TRÁS DA MÁSCARA PACÍFICA DO REGIME: A Ficção Reveladora de Rubem Fonseca nos Anos de 1960.....	173
O NARRADOR E OS MORTOS INSEPULTOS DA DITADURA EM O <i>CORPO INTERMINÁVEL</i> (2019), DE CLÁUDIA LAGE.....	192
ARTIGOS LIVRES.....	217
UMA ARQUEOLOGIA PÚBLICA PARA O SUL-SUDOESTE MINEIRO.....	218
HISTÓRIA ÚNICA E SILENCIAMENTO NOS DISCURSOS SOBRE A HISTÓRIA DE TARRAFAS-CE.....	245
COZINHA OU CUISINE? UM OLHAR COMPARADO ENTRE LE CUISINIER IMPÉRIAL (1806) E COZINHEIRO IMPERIAL (1840).....	262
UN SECRETO A VOCES: Los Campos De Concentración en El Cine Durante La Segunda Guerra Mundial.....	291
A TRAJETÓRIA DO CUXÁ NO MARANHÃO NOS SÉCULOS XIX E XX: Narrativas, Apropriações e Patrimônio Cultural.....	316

“A CAMPANHA MOSTROU QUEM ESTAVA DE PALHAÇADA”: O Debate Sobre a Participação de Humoristas e o Uso Do Humor nas Propagandas Eleitorais de Teresina em 2012.....	338
INTERFACES DA ORDEM INDUSTRIAL: O Taylorismo e o Poder Disciplinar...	366
INDÍGENAS NA REVISTA “A DEFESA NACIONAL” (1988-1992): Nuances do Imaginário dos Oficiais do Exército.....	384
INDIGENOUS PEOPLES IN THE JOURNAL “A DEFESA NACIONAL” (1988-1992): Insights into the Imaginary of Army Officers.	416
O LATIN GRAMMY E A COMUNIDADE CUBANA EXILADA: Tensões, Embates e Disputas Entre 2000 e 2003.	448
“POVOS DE TRAJETÓRIAS” NO SERTÃO PARAIBANO: A Comunidade Quilombola Os Rufino.....	472
“PEOPLES OF TRAJECTORIES IN THE PARAÍBA BACKLANDS: The Quilombola Community Os Rufino.....	492
O MANTO TUPINAMBÁ: Entre o Colonialismo e a Arte Indígena Contemporânea.....	512
A DEFESA DA ORDEM E A GUERRA AO SUBVERSIVO: Aspectos Jurídicos e Culturais.....	531
KIRA MURATOVA, AUTORA NA MARGEM DO ESTADO CENSOR.....	553
A SUBALTERNIZAÇÃO DA ALMA: Um Olhar Decolonial Sobre o Impacto das Missões Religiosas em <i>O Abraço Da Serpente</i>	578
MUNDOS IMAGINADOS NA ÉPOCA MEDIEVAL: A “Cartografia do Sobrenatural” a partir de A Divina Comédia e da La Voragine dell’Inferno.....	597
DIÁLOGOS PARA UMA HISTÓRIA ATRAVÉS DE IMAGENS: Um Estudo de Símbolos das Expressões Socioculturais Indígena Xukuru do Ororubá na Aldeia Vila de Cimbres (Pesqueira-PE).....	614
HUMANISMO, VIRTÙ E A VIDA PÚBLICA NO DECORRER DO MOVIMENTO RENASCENTISTA: Entre a Vita Activa e a Vita Contemplativa.....	635
HISTORIOGRAFIA DO CRIME E DA VIOLÊNCIA NO PARANÁ: Um Panorama Sobre os Últimos 40 Anos (1985-2025).....	660
PERCEPÇÕES DO POSITIVISMO NOS ESCRITOS CRÍTICOS DE RAMALHO ORTIGÃO E GONZAGA DUQUE.....	695
LITERATURA EM SERRA LEOA NOS SÉCULOS XX E XXI: Entrevista com Elizabeth L.A. Kamara.....	718

EDITORIAL

Larissa Molina Manfré
Mestranda em História – PPGH/UNESP

Apresentamos, com imenso apreço, o segundo número do 14º volume da revista História e Cultura, fruto do consistente trabalho dos(as) discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Esta edição conta com trabalhos referentes ao segundo semestre de 2025, dentre esses, nove artigos compõem o dossiê temático “História e Literatura no Tempo Presente”, organizado pelos discentes Pedro Eurico Rodrigues e Tathiana Cristina da Silva Anízio Cassiano, doutorandos em História do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). O presente número também conta com uma entrevista e dezenove artigos de temas diversos.

A temática do dossiê representa uma discussão historiográfica longa, já muito visitada e que não perde sua relevância, sendo indispensável para o arcabouço acadêmico dos historiadores. Grandes nomes já exploraram a correlação entre História e Literatura, como Nicolau Sevcenko (1985) com sua célebre obra *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*.

Nesse trabalho, que começou como sua tese de doutorado, Sevcenko demonstra a partir de suas fontes — principalmente as obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto — como, no Brasil, a virada do século XIX para o século XX é marcada por mudanças profundas, “mudanças que foram registradas pela literatura, mas sobretudo *mudanças que se transformaram em literatura*”, de maneira que “os fenômenos históricos se reproduziram no campo das letras, insinuando modos originais de *observar, sentir, compreender, nomear e exprimir*” (Sevcenko, 1985, p. 237, grifos meus). Diante disso, o autor observa como os textos literários, artísticos, tornam-se, especialmente nesse período, termômetros notáveis das transformações mentais e sensíveis da sociedade brasileira (Sevcenko, 1985, p. 238). O historiador, em última instância, joga luz sobre a dimensão histórica da literatura, instituição capaz de carregar traços da mentalidade e das sensibilidades de uma determinada época, os quais, permanecem gravados, plasmados na linguagem (Sevcenko, 1985, p. 241).

Por isso, como constata Sevcenko, “lê-se a história simultaneamente ao ato de ler-se literatura, reproduzindo como que pelo avesso o movimento de quem fez história fazendo literatura” (Sevcenko, 1985, p. 241), e é esse “quem” a intersecção central da relação História-Literatura: o literato. É ele que tem seu labor atravessado pelo poder alegórico pertencente a literatura, é ele que, sabendo bem articular as palavras, tem todo o poder simbólico em mãos. E, afinal, “haverá outra forma de poder mais legítima aos olhos dos homens?” (Sevcenko, 1985, p. 248).

É justamente por essa via, que explora as possibilidades do complexo diálogo entre História e Literatura, que seguem os autores dos artigos do dossiê, como é o caso do *Entre o Real e o Inventado: O Conceito de Ficção a Partir de Hayden White e Ivan Jablonka*, texto no qual Edmo Videira Neto e Julia Ferrarezi Petrato — doutor e mestrandia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) — investigam a maneira como os historiadores Hayden White e Ivan Jablonka entendem o conceito de ficção e qual a participação desse conceito no processo de produção historiográfica.

Nessa mesma direção, segue o artigo *O Lugar das Crônicas: A Literatura do Cotidiano para a História* cujo objetivo é contribuir com o já inaugurado debate historiográfico acerca das contribuições da literatura para os estudos históricos. Diante disso, o que a autora Ana Luiza Mello Santiago de Andrade — doutora e professora substituta da Universidade de São Paulo (USP) — propõe é, principalmente, desatacar a relevância das crônicas, ainda pouco exploradas como fontes históricas.

Partindo para o terceiro artigo, de autoria do doutor pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marcelo Fidelis Kockel, intitulado *Entre Ausências e Espectros: Tempo, Memória e Subjetividade na Autoficção de Hisham Matar*, manuscrito que traz para o centro do palco as obras auto ficcionais do literato contemporâneo Hisham Matar, um nova iorquino de ascendência libanesa. As obras de Matar contam como sua família foi forçada a sair da Líbia na década de 70, momento em que continuava em voga o longo regime ditatorial de Muammar Gaddafi, governo também responsável pelo desaparecimento de Matar na década de 90. É olhando para esse tipo de literatura que Kockel evidencia a incidência de um passado presentificado, constatação que traz para cena uma discussão historiográfica indispensável: a da não linearidade do tempo histórico, algo que se sustenta na percepção do passado como ausente e, paradoxalmente, presente. É essa sensibilidade contemporânea, que faz sentir o passado no “espaço de experiência” (Koselleck), a responsável por romper a tão insistentemente pregada hierarquia moderna do presente sobre o passado.

Passando para um enfoque distinto, mas sem perder o fio condutor dos diálogos entre História e Literatura, o manuscrito “*Eu me vejo indo até o bosque e deixando o carrinho ir ladeira abaixo*”: *A Maternidade em Morra, Amor* usa a narrativa ficcional de Ariana Harwicz (2019), que apresenta uma jovem mãe cujos impulsos contraditórios, que vão do amor à repulsa destrutiva, direcionados ao seu filho e a maternidade experienciada, revelam como a naturalização do papel maternal da mulher pode degradingolar em um ambiente psicológico desintegrativo e perturbador. É partindo desse plano de fundo literário que as autoras Fabiane Pacheco da Cunha, Janaína dos Santos Puchalski e Flávia Theis Junges, mestrandas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), historicizam e problematizam as expectativas (im)postas a existência das mulheres — pressionadas como se esses padrões fossem biológicos e não ideais socioculturais construídos historicamente. Vale ressaltar que, além da versão em português, disponibilizamos esse artigo em inglês, isso graças ao recurso que nos foi concedido a partir do edital PROPe 14/2025 de Apoio Institucional aos Periódicos Científicos da UNESP.

No mesmo compasso entra o artigo da doutoranda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Maria Eduarda Sampaio Alves: “*Mas um dia afinal eu toparei comigo*”: *Leituras da Poética Mariodeandradiana no Tempo Presente*. Assim como o texto anterior, este trata de questões sociais, identitárias, nesse caso, em vez de abordar a dimensão do gênero, traz à tona a racialidade e a sexualidade que atravessem a poesia de Mário de Andrade. Desse modo, a autora defende que a poesia marioandradiana não se limita apenas a uma experimentação estética, na verdade, constitui uma obra politizada, articulada com as problemáticas do seu tempo — ainda incidentes no nosso.

Já o manuscrito *A Imaginação Histórica Lgbtq+ e suas Narrativas: A Recepção de A Canção de Aquiles por Leitores Online* desenvolvido por Giordana Bueno Longoni, mestranda da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), parte da obra literária *A Canção de Aquiles*, de autoria da estadunidense Madeline Miller (2011), que cria uma ficção histórica a partir do cenário da Guerra de Troia, trazendo para o centro da narrativa o relacionamento romântico entre Aquiles e Pátroclo. É dessa maneira que o livro faz um importante movimento de inclusão da comunidade LGBTQ+ que permanece sendo sistematicamente excluída do imaginário histórico coletivo. Diante dessa questão e dentro do contexto literário analisado, Longoni evidencia como a pesquisa historiográfica sobre a Antiguidade Clássica pode constituir um terreno fértil para se trazer à tona a participação de sujeitos *queer* na História, representação essa indispensável para que a comunidade LGBTQ+ contemporânea se veja nas narrativas sobre o passado.

Saindo um pouco de questões voltadas para a dimensão social, o doutorando da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Vinícius Azevedo, em *Graciliano Ramos na União Soviética: Viagem (1954) e o PCB*, analisa a trajetória do Comunismo/Socialismo no contexto nacional e internacional através da obra póstuma *Viagem* de Graciliano Ramos (1954), pesquisa essa que possibilita, também, olhar para as relações entre arte e política no meio intelectual brasileiro da época.

Em sequência, o artigo *Por Trás da Máscara Pacífica do Regime: A Ficção Reveladora de Rubem Fonseca nos Anos de 1960* do doutorando da UFMG, Rubens Corgozinho, aborda um conjunto de contos de Rubem Fonseca escritos no e sobre o contexto da Ditadura Militar (1964-1985). Tal conjunto de fontes trazem à tona a brutalidade vivida na realidade urbana brasileira no período em que, contrariamente, o governo divulgava estar instaurada uma atmosfera pacífica e de cordialidade coletiva. Diante disso, o autor traça um paralelo com o presente, chamando atenção para um problema ainda central no Brasil contemporâneo: a desigualdade e as subjacentes práticas violentas e relações de dominação intrínsecas a ela.

Para encerrar o dossiê e ainda no cenário da Ditadura Militar brasileira, o artigo *O Narrador e os Mortos Insepultos da Ditadura em o Corpo Interminável (2019)*, de Cláudia Lage vem para explorar uma ficção literária baseada em um evento real e doloroso. A autora, mestranda da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Júlia de Almeida Prado, entendendo a memória como um campo de disputas políticas, onde o esquecimento e o rememoração produzem ausências e sentidos no tempo presente, por essa lente, a autora apresenta a obra *Corpo Interminável* de Claudia Lage (2019). Dentro da ficção, o protagonista busca reconstituir a memória de sua mãe, desaparecida política pela ditadura, é desse princípio que a narrativa se desdobra em uma potente representação simbólica dos traumas individuais e coletivos produzidos pela ditadura, os quais, deixaram marcas que perduram até hoje. Olhando para esse material e para o cenário político nacional (e internacional), marcado pela ascensão da extrema-direita, a autora articula uma bibliografia atualizada que ampara sua defesa da literatura, bem como dos testemunhos arquivados, como plataformas de luta política do presente, pois é apenas pelo espaço da memória que podemos dar voz aos desaparecidos e mortos pela ditadura, único movimento capaz de impedir novos ciclos de violência e subjugação políticas.

Para além do dossiê, a seção de artigos livres contempla dezenove textos com temáticas, abordagens e recortes espaço-temporais diversos. O artigo *Cozinha ou Cuisine? Um Olhar Comparado Entre Le Cuisinier Impérial (1806) e Cozinheiro Imperial (1840)* de autoria de Isis Fonseca Sá e de Thaina Schwan Karls —

respectivamente, uma doutoranda e a outra professora adjunta da mesma instituição, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) —, assim como o artigo *A Trajetória do Cuxá no Maranhão nos Séculos XIX e XX: Narrativas, Apropriações e Patrimônio Cultural* escrito por Liliane Faria Corrêa Pinto — professora adjunta da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) — e por Letícia Thalia Sousa de Souza — mestranda da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) — ambos os manuscritos, a partir de fontes e recortes distintos, constroem investigações historiográficas que integram a ainda subalterna História da Alimentação.

O presente número também conta com vários artigos relativos aos povos tradicionais e originários no Brasil, temática de imprescindível relevância frente aos debates políticos da contemporaneidade. Os artigos em questão são: *Indígenas na Revista “A Defesa Nacional” (1988-1992): Nuances do Imaginário dos Oficiais do Exército* de Alexandre Ataíde de Lima — mestrando da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) —, e não podemos deixar de citar que esse manuscrito também está disponível na versão em inglês; *“Povos de Trajetórias” no Sertão Paraibano: A Comunidade Quilombola Os Rufino* de Larissa Sousa Fernandes, José Otávio Aguiar e Mara Karinne Lopes Veriato Barros — respectivamente, professora, professor titular e pós-doutoranda da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) —, este artigo também divulgamos em português e inglês; *O Manto Tupinambá: Entre o Colonialismo e a Arte Indígena Contemporânea* de Guilherme Susin Sirtoli, Juliana Avila Pereira e Tamara Juriatti — doutorando e doutorandas da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); *A subalternização da alma: Um Olhar Decolonial Sobre o Impacto das Missões Religiosas em O Abraço Da Serpente* de Lorena Tavares Militão, Waldimiro Maximino Tavares César e João Gustavo Kienen — professora e professor da Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC-AM) e professor adjunto da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); *Diálogos Para uma História Através de Imagens: Um Estudo de Símbolos das Expressões Socioculturais Indígena Xukuru do Ororubá na Aldeia Vila de Cimbres (Pesqueira/PE)* de Ricardo Ferreira das Neves e Edson Hely Silva — professor e professor titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Pensando os fenômenos ideológicos e materiais que atravessaram a modernidade experienciada no século XIX, temos os artigos *Interfaces da ordem industrial: O Taylorismo e o Poder Disciplinar* e *o Percepções do Positivismo nos Escritos Críticos de Ramalho Ortigão e Gonzaga Duque*. Sem esquecer dos créditos aos autores, o primeiro artigo é escrito por Abraão Pustrelo Damião, professor do Instituto Federal de São Paulo

(IFSP), já o segundo é de autoria de Thiago Herdy, mestre pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Avançando um pouco no tempo, sobre o cenário político brasileiro, trazemos o manuscrito *A Defesa da Ordem e a Guerra ao Subversivo: Aspectos Jurídicos e Culturais*, uma produção acerca da Ditadura Militar elaborada em coautoria por Fernando Martins da C. Munhoz e Izabele Vila Real Diamante, ambos mestrands da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Ainda falando sobre a dimensão política brasileira, apresentamos o artigo “*A Campanha mostrou quem estava de palhaçada*”: *O Debate Sobre a Participação de Humoristas e o Uso do Humor nas Propagandas Eleitorais de Teresina em 2012*, no qual, Higor Rafael de Sousa Aguiar em conjunto com Cláudia Cristina da Silva Fontineles, um mestre e a outra professora associada pela/da Universidade Federal de Piauí (UFPI), exploram uma “história cultural do político” ao olharem para o humor no contexto de propagandas eleitorais atuais.

Em um movimento análogo, o artigo *Un Secreto a Voces: Los Campos de Concentración en el Cine Durante la Segunda Guerra Mundial, O Latin Grammy e a Comunidade Cubana Exilada: Tensões, Embates e Disputas Entre 2000 e 2003*, bem como o *Kira Muratova, autora na margem do estado censor* fazem uma “história social da mídia”. Sobre a autoria, o primeiro manuscrito é de Lior Zylberman, professor da Universidade de Buenos Aires (UBA) e da Universidade Nacional de Trê de Fevereiro (UNTREF), já o segundo é de autoria de Igor Lemos Moreira, professor colaborador da Universidade do Estado de Santa Catarina (UESC), por fim, o terceiro texto é de autoria de Iurii Kokin, mestre pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

Retrocedendo temporalmente, temos o artigo *Mundos imaginados na Época Medieval: A “Cartografia do Sobrenatural” a Partir de A Divina Comédia e da La Voragine dell’Inferno*. Escrito por Marcus Vinicius Reis, professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), o material contribui com os estudos relativos à História Medieval, sendo sua especificidade o enfoque sobre a dimensão do sagrado. Assim como esse manuscrito, *Uma Arqueologia Pública para o Sul-Sudoeste Mineiro*, de Solange Nunes de Oliveira Schiavetto — professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) — e Paulo Araújo de Almeida — colaborador do Museu Arqueológico, Histórico, Cultural e Ambiental (MAHCA) — destoa das demais produções deste número, sendo o único artigo a tratar da área arqueológica.

Finalizando o vasto material da seção de artigos livres, damos a conhecer três revisões historiográficas, sendo essas: *Historiografia do crime e da Violência no Paraná*:

Um panorama Sobre os Últimos 40 anos (1985-2025) de Lucas Kosinski, Hélio Sochodolak e Clóvis Mendes Gruner — sendo os dois primeiros autores, professores da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) e o terceiro professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR); *História Única e Silenciamento nos Discursos Sobre a História de Tarrafas-Ce* de Wesley Guilherme Idelfoncio de Vasconcelos, Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro e Sandra Maia Farias Vasconcelos — respectivamente, doutorando da Universidade Federal do Ceará (UFC), professora da Universidade Regional do Cariri (URCA) e professora titular da Universidade Federal do Ceará (UFC); *Humanismo, Virtù e a Vida Pública no Decorrer do Movimento Renascentista: Entre a Vita Activa e a Vita Contemplativa* de Jordana Eccel Schio — doutoranda da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

O último manuscrito que divulgamos é uma entrevista produzida por Rafael Barbosa de Jesus Santana, doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cujo material intitula-se *Literatura em Serra Leoa nos Séculos XX e XXI: Entrevista com Elizabeth L.A. Kamara*.

O corpo de artigos que compõem as seções deste número da *História e Cultura* propicia aos leitores uma pluralidade de temáticas, recortes, abordagens e metodologias, as quais, levam a diferentes reflexões historiográficas. Não obstante, o número reúne um grupo heterogêneo de pesquisadores(as), vindos não só de diversas regiões e instituições nacionais, como também de instituições internacionais, o que contribui imensamente com a multiplicidade de perspectivas em nosso periódico. Ressalto ainda que o presente número, assim como os demais já publicados, é resultado de um trabalho feito por inúmeras mãos, editores e autores, empenhados em fazer circular pesquisas que contribuam com o conhecimento historiográfico e que fomentem debates acerca da História. Agradecemos, então, a todos os envolvidos no processo desta publicação, aos autores, aos pareceristas, aos editores, aos professores e a todos os demais colaboradores.

Nós, do Corpo Editorial da revista *História e Cultura*,
desejamos a todos(as) uma ótima leitura!

V. 14, N. 2, dez./2025 | ISSN: 2238-6270

| DOSSIÊ

■ HISTÓRIA E LITERATURA NO TEMPO PRESENTE

Pedro Eurico Rodrigues¹

Tathiana Cristina da Silva Anízio Cassiano²

Este dossiê de investigações explora a tensão entre História e Literatura, utilizando a força crítica da narrativa para analisar o passado e sua relevância no presente. Ao articular documentos, ficção, memória e sensibilidades, os estudos aqui coligidos demonstram que a literatura não apenas dialoga com a historiografia, mas atua como agente propositor de novas interrogações, desestabilizando certezas e reconfigurando as percepções do real. Em um cenário marcado por disputas de memória, negacionismos e revisões de traumas coletivos, essa interdisciplinaridade adquire urgência. Enquanto a literatura emerge como um lugar privilegiado de enunciação, a História provê o suporte metodológico para compreender como o passado se inscreve no presente, desvelando silenciamentos e conflitos simbólicos.

A abertura deste volume é conduzida por Edmo Videira Neto e Julia Ferrarezi Petrato, que discutem o estatuto da ficção em Hayden White e Ivan Jablonka, sustentando que a narrativa histórica opera em simbiose com o ficcional para construir interpretações sobre o passado. Na sequência, Ana Luíza Mello Santiago de Andrade reivindica a crônica como fonte historiográfica essencial, demonstrando como esse gênero captura sensibilidades urbanas e práticas cotidianas que frequentemente escapam aos registros oficiais. Já Maria Eduarda Sampaio Alves revisita a poética de Mário de Andrade sob a ótica de urgências contemporâneas como raça, corpo e sexualidade, reafirmando a atualidade do modernismo brasileiro frente aos debates identitários atuais.

No campo das subjetividades e do confronto com normatividades, Fabiane Pacheco da Cunha, Janaína dos Santos Puchalski e Flávia Theis Junges analisam o romance *Morra, amor*, de Ariana Harwicz, evidenciando como a literatura desconstrói a idealização da maternidade ao dar visibilidade a afetos ambivalentes. A dimensão do trauma é explorada por Marcelo Fidelis Kockel, que examina a autoficção de Hisham

¹ Doutor em História Doutorado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9025909151064904>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5854-0208>. E-mail: pedro.eurico.rodrigues@gmail.com.

² Doutora em História Doutorado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2471526222413117>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0563-0701>. E-mail: tathi.leandro@gmail.com.

Matar para discutir exílio e desaparecimentos. Sua análise revela como lacunas narrativas manifestam temporalidades espectrais, desafiando a noção de passado encerrado sob regimes autoritários. Complementando essa discussão sobre representatividade, no sexto estudo, Giordana Bueno Longoni investiga a recepção de *The Song of Achilles* por leitores LGBTQ+, posicionando a ficção histórica como um território de pertencimento e disputa por memórias politicamente situadas.

O diálogo entre literatura e engajamento político é aprofundado por Vinicius de Azevedo ao examinar *Viagem*, de Graciliano Ramos, explorando o testemunho literário como chave para compreender as tensões do PCB e as disputas ideológicas do século XX. Nessa mesma linha de denúncia, Rubens Corgozinho confronta a produção inicial de Rubem Fonseca com a propaganda oficial do regime militar, expondo as contradições entre o discurso estatal e a violência estrutural urbana. Encerrando as contribuições, Júlia de Almeida Prado aborda *O Corpo Interminável*, de Cláudia Lage, para problematizar o luto interrompido e os desaparecimentos políticos, ressaltando o compromisso ético da literatura na elaboração de passados sensíveis.

Em conjunto, estas pesquisas reafirmam que o entrelaçamento entre História e Literatura amplia a compreensão dos processos sociais ao incorporar subjetividades, experiências e silêncios. O dossiê demonstra que o tempo presente exige abordagens transversais capazes de enfrentar negacionismos e elaborar memórias coletivas, integrando a reflexão historiográfica e a criação literária. Ao fim, os artigos reafirmam a narrativa, em suas múltiplas formas, como um instrumento crítico indispensável para a leitura e a transformação do mundo contemporâneo.

ENTRE O REAL E O INVENTADO: O Conceito de Ficção a Partir de Hayden White e Ivan Jablonka

BETWEEN REAL AND INVENTED: The Concept of Fiction According to Hayden White and Ivan Jablonka

Edmo Videira Neto¹
Julia Ferrarezi Petrato²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender de quais maneiras dois intelectuais definem o conceito de ficção em suas obras, sendo eles, Hayden White e Ivan Jablonka. Partindo da concepção de que ambos tensionam os limites disciplinares da história utilizando, para isso, a discussão a respeito das aproximações entre a história e a literatura, buscamos analisar de quais formas esses historiadores partem de lugares epistêmicos distintos para a elaboração conceitual dessa definição de ficção.

Palavras-chave: Hayden White; Ivan Jablonka; Ficção.

Abstract: This paper aims to understand how two intellectuals, Hayden White and Ivan Jablonka, define the concept of fiction in their works. Starting from the premise that both strain the disciplinary boundaries of history through the discussion of the convergences between history and literature, we seek to analyze how these historians proceed from different epistemic standpoints for the conceptual elaboration of this definition.

Keywords: Hayden White, Ivan Jablonka, Fiction.

Introdução

Em seu livro *Compreender os outros: povos, animais, passados*, Dominick LaCapra nos apresenta a seguinte visão de Ivan Jablonka sobre a virada linguística ao dizer que francês a interpretava como “um zumbido assustador, mesmo que espectral” (LaCapra, 2023, p. 213). O curioso é percebemos que Jablonka, um historiador preocupado com as aproximações entre história e literatura bem como com a dimensão escrita e narrativa do trabalho historiográfico tenha assumido essa relutância e distância com relação à guinada linguística. E em nossa visão, essa postura do historiador francês pode ser compreendida na própria maneira em que ele trata Hayden White, entendido como o maior representante desse movimento que redefiniu a bases intelectuais da história e das ciências humanas. Na visão de Jablonka, White é “estranhamente tomado como exemplar do monstro compósito PoMo [pós-modernista] da guinada linguística” (LaCapra, 2023, p. 212). Sendo assim, o estadunidense é mais uma vez descrito como o sujeito pós-moderno que buscou implodir a realidade ou mesmo os fundamentos

¹ Edmo Videira Neto, doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Professor efetivo na Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (MG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7962111835957343>. E-mail: edmo.videira@gmail.com.

² Julia Ferrarezi Petrato, mestranda em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), bolsista CAPES. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6704390734337000>. E-mail: juliaferrarezipetrato@gmail.com.

científicos da disciplina histórica. Essa posição de Jablonka perante White e o giro linguístico que foi bem demonstrada por LaCapra nos despertou questionamentos sobre como um historiador bastante aberto às discussões entre história, literatura e narrativa poderia assumir uma postura tão conservadora frente a esses dois outros temas. E foi a partir dessa dúvida, de uma inquietação, que este texto começou a ser pensado e, principalmente, a partir do seguinte questionamento que tensiona os debates que iremos apresentar: de quais formas Hayden White e Ivan Jablonka compreendem o conceito de ficção e qual a relação entre esse conceito e o processo de representação do passado? Entendemos que, se existe essa tensão entre Jablonka e White, sendo o primeiro reconhecido como um dos autores que mais tensiona os limites disciplinares na historiografia francesa contemporânea e o último compreendido como o representante máximo do giro linguístico, ela é baseada na concepção de ficção distinta entre ambos. Por isso, temos como objetivo perpassarmos por essa conceituação no trabalho dos dois autores, sendo fundamental entendermos o que eles compreendem quando utilizam a ideia de ficção. Nossa hipótese é que existe uma ideia distinta entre esses autores sobre ficção e, principalmente, o que White compreendia como ficção não foi muito bem delimitado e, mais do que isso, o que ele externou foi mal interpretado por outros autores.

Invenção, controle e possibilidade: as ficções em Hayden White

As discussões sobre a narrativa e o ato de se escrever histórias ao representar o passado vem tensionado a disciplina histórica desde que Hayden White publicou sua obra *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, em 1973. Intencionalmente, ou não, essa obra promoveu uma série de debates na historiografia sobre narrativa, elaborações de enredo, representação do passado, história e literatura e o papel do historiador quando oferece para os leitores interpretações sobre um determinado evento histórico. Sendo assim, White se estabeleceu como um dos expoentes do chamado giro linguístico que, mesmo estabelecendo debates acalorados sobre os temas citados, movendo críticos e defensores de ambos os lados, precisa ser considerado como um evento decisivo para a história intelectual recente (Araújo; Rangel, 2015, p. 319). Dentre as várias questões envolvendo White e a chamada virada linguística, uma delas precisa ser destacada e se apresenta como foco de nossas discussões: a relação entre história e ficção. Em nossa visão, nessa diferenciação entre esses dois conceitos reside o principal elemento de crítica à White e a outros teóricos considerados narrativistas, pós-modernos, ou seja, lá qual adjetivo se queira usar para caracterizar sujeitos que, potencialmente, estariam esvaziando

o solo realista da disciplina histórica. O que pouco se fez ou se considerou até agora foi justamente em que consiste a ideia de ficção para o autor estadunidense e qual a sua relação com a disciplina histórica e o processo de representação do passado. Portanto, se White é tido por muitos como a personificação daquilo que uma pesquisa histórica deveria rejeitar, (Avelar, 2018, p. 45) e se sua obra desperta a ira de muitos, a admiração de outros tantos e é compreendida por visões mais conservadoras como a demolição de estruturas disciplinas historicamente construídas desde o século XIX, precisamos nos questionar: o que significa o conceito de ficção na obra de White?

Responder esse questionamento não é tarefa fácil, visto que o autor estadunidense permaneceu ativo intelectualmente por mais de cinquenta anos, deixando para nós um rico espólio intelectual. Entretanto, não podemos abrir mão dessa tarefa pois nossa hipótese é que existe uma incompreensão, muitas vezes por culpa do próprio White, do significado de ficção em sua obra. Portanto, para tentarmos sistematizar esse conceito, perpassaremos por momentos e obras que são chaves em sua trajetória e que, de alguma maneira, apresentam a definição de ficção: o já citado *Meta-história*, de 1973, o ensaio *O texto histórico como artefato literário*, de 1974 e *The Practical Past*, sua última obra publicada em 2014. Obviamente, nos anos que separam essas obras White continuou trabalhando com a ideia de ficção, entretanto, para efeitos práticos de enredamento, escolhemos esses três momentos porque os compreendemos como representantes de pontos decisivos no debate entre história e ficção e, principalmente, como trabalhos fundamentais na construção da imagem de White perante a comunidade historiadora. Como forma de sistematização, lançaremos mão de três categorias de ficção na obra de White que o leitor perceberá ao longo do texto, sendo elas: ficção como invenção, ficção controlada e ficção como possibilidade criativa. Iniciaremos com o mais polêmico desses textos e com a ficção como invenção.

Em *O texto histórico como artefato literário*, ensaio presente no livro *Trópicos do discurso*, White nos apresenta uma citação que até hoje desperta uma vasta gama de sentimentos nos historiadores: “mas de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos” (White, 2014, p. 98). Em nossa visão, essa definição de narrativas históricas como ficções verbais foi aquilo que ajudou a pavimentar o caminho de White e as interpretações dele enquanto um relativista absoluto ou alguém que não reconhece diferenças entre fato e ficção, verdade e mentira, binômios esses que precisam ser rediscutidos. Assim, ao caracterizar histórias como ficções verbais, White despertou uma série de sentimentos e afetos em

historiadores: raiva, ira, apreensão, inquietação, dúvida. O ponto é que, de fato, em 1974 quando publicou esse ensaio, White não estabeleceu com clareza o que compreendia com o conceito de ficção. Para leitores que se defrontaram apenas com esse texto, parece nítido a ideia de que o historiador tanto descobre quanto inventa o passado, e a conclusão óbvia disso é que, para o estadunidense, representações do passado conteriam esse processo inventivo.

O que talvez White não tenha deixado claro e que, provavelmente gerou toda a confusão posterior, foi o que compreendia por ficção enquanto invenção. E aqui temos o primeiro ponto de contato que apresentaremos em nosso texto sobre a ideia de ficção em White. Acreditamos que a ideia de invenção despertou em seus leitores a sensação de que esse conceito estaria associado à livre escolha de passado sem o respeito a nenhuma norma, ética, política ou compromisso com os eventos pretéritos. Assim, muitos anos depois, White reconheceu que em artigos anteriores não esclareceu aos seus leitores o que estava entendendo por ficção, que era compreendida como “um tipo de invenção ou construção baseada em hipóteses, em vez de uma forma de escrever ou pensar focada puramente em entidades imaginárias ou fantásticas” (White, 2014, p. XII). Em seu *The Practical Past*, quarenta anos depois da citação que despertou a ira dos historiadores, o estadunidense apontaria para essa noção de ficção como invenção, ideia essa que estaria associada à construção de hipóteses. Portanto, parte dos debates e disputas em torno das teorias whiteanas ocorreram justamente pela falta de definições bem delimitadas dos conceitos apresentados por esse autor, algo característico de sua forma de escrita e que não deve ser compreendida como uma falha, mas sim, enquanto um estilo.

E nossa visão, essa formulação de ficção elaborada por White em *O texto histórico como artefato literário* foi a que moldou a compreensão do termo por esse autor por parte de outros historiadores ao longo dos anos, como fica claro, por exemplo, ao observarmos a interpretação oferecida por Enzo Traverso quando diz que “o erro de White consiste em confundir a narração histórica (a construção da história por um relato) com a ficção histórica (a invenção literária do passado)” (Traverso, 2017, p. 117). Aqui, o historiador italiano continua operando na distinção entre uma narração histórica baseada em um relato fidedigno do passado e uma ficção histórica que seria baseada em invenções. O ponto central é que invenção para White, não significaria mentira, devaneio, ou pura fantasia desprendida da realidade, mas sim, o processo de conjecturar, imaginar construtivamente, fantasiar criativamente e construir hipótese sobre o passado ou sobre o que aconteceu em determinado tempo e lugar. E é justamente essa interpretação dual desses conceitos na obra de White que levaram a críticas como a de Traverso. Ao não

considerar a possibilidade da existência mútua de ficção como invenção literária e representação historiográfica do passado, esse historiador como vários outros limitariam as possibilidades de enredamento e representação de eventos históricos. Assim, a primeira noção de ficção que observamos na obra de White faz referência a um processo de inventar, mas não baseado em dizer o que bem entender, e sim, estabelecido a partir de compromissos que recortam o próprio ofício do historiador e que são, em grande medida, compromissos éticos assumidos com o próprio objetivo da escrita e representação. Assumir a importância do processo de invenção de passados é considerar que, se não conseguimos contar o passado como ele realmente foi, como se acreditou por muito tempo graças à ideia moderna de história vitoriosa e construída pelo século XIX, o historiador precisaria lançar mão desse processo imaginativo para criar hipóteses ao representar um passado que ele não consegue acessar diretamente.

Antes de avançarmos temporalmente no conceito de ficção na obra de White, precisamos retroceder um pouco em sua produção intelectual, mais precisamente, um ano antes das discussões que abordamos até agora. Em 1973, com a publicação de *Meta-história*, uma série de debates surgiram sobre elaborações de enredo, tropos na escrita histórica e implicações ideológicas do conhecimento histórico, elementos esses que estavam presentes já na introdução da obra. Entretanto, o destaque ficou por conta das elaborações de enredo, ou seja, se todo processo narrativo partiria dessa premissa, o que diferenciaria a história da literatura, por exemplo? Se toda escrita narrativa era construção de enredos, como o historiador poderia delimitar seu campo de estudos sendo que o escritor literário também realizaria o mesmo processo de enredar eventos? Sobre esse ponto, White nos diria que:

Ao contrário de ficções literárias como o romance, as obras históricas são feitas de acontecimentos que existem fora da consciência do escritor. Os acontecimentos relatados num romance podem ser inventados de um modo que não podem ser (ou não devem ser) inventados numa história (White, 2019, p. 21).

Aqui, percebemos uma outra ideia de ficção, que pode ser compreendida como ficção controlada, uma vez que diferentemente do escritor literário, o historiador não poderia inventar ou ficcionalizar como este primeiro, pois seus acontecimentos existem fora de sua consciência, ou seja, ele possui um compromisso ético com aquilo que aconteceu no passado. Portanto, aquilo que denominamos de ficção controlada nesse momento da trajetória de White seria esse processo de não invenção dos acontecimentos, se transformando em algo próprio apenas dos escritores literários. Mas porque a noção de invenção em *Meta-história* e em *O texto histórico como artefato literário* assumem

conceituações diferentes? Para nós, em 1973 White estava falando de invenção de eventos, acontecimentos, e, um ano depois, em invenção narrativa, no processo de construção verbal. E aqui reside a principal diferença entre a ficção como invenção e a ficção controlada: se o historiador possui autonomia para inventar no sentido de criar hipóteses narrativas sobre o que possivelmente aconteceu em determinado lugar, ele não possuiria essa alternativa para inventar acontecimentos ou eventos históricos. Em certa medida, o que White está apresentando é que o evento ocorreu, o acontecimento está documentado logo, não pode ser inventado ou ficcionalizado. Entretanto, o como enredar e narrar esses acontecimentos ainda é um processo aberto, repleto de disputas políticas e sociais e passível da invenção criativa e da ficcionalização.

Para além dessas questões, essa nota de rodapé presente em *Meta-história* destacada por nós já serviria para “livrar” White das acusações de antireferencialista ou relativista completo. Contudo, diversos críticos, tais como Roger Chartier, parecem não ter se atentado para essa passagem. De acordo com o historiador francês, “Hayden White faz-se o arauto de um relativismo absoluto (e muito perigoso) que denega toda possibilidade de estabelecer um saber científico sobre o passado” (Chartier, 2002, p. 110). Essa crítica, dentre várias outras, coloca White na posição de relativista absoluto justamente por, supostamente, o estadunidense atribuir à representação do passado o processo de ficcionalização, aproximando a historiografia da literatura. Entretanto, o que Chartier desconsidera é que White jamais negou a possibilidade ou a existência de eventos e passados históricos, mas sim, considerou que somente sua existência não basta, sendo necessário ao historiador enredar esses eventos, transformá-los em uma narrativa sobre o passado e, para realizar essa tarefa, ele poderia lançar mão da ficcionalização verbal no intuito de criar hipóteses. Assim, o que chamamos de ficção controlada na obra de White, limitaria o historiador em seu ofício uma vez que ele não poderia inventar eventos ou acontecimento passados, até mesmo por conta de seu compromisso ético e político com esses passados. Todavia, após superar esse primeiro processo, a ficção e a invenção seriam recursos indispensáveis na construção de hipóteses e na criação de representações responsáveis do passado.

Avancemos agora quarenta anos dentro da produção intelectual whiteana para compreendermos o que o autor percebe enquanto ficção. Como ressaltamos anteriormente, nossa escolha por esses três momentos não inviabiliza a percepção de ficção no espaço temporal entre eles, mas sim, nos fornecem a possibilidade de identificarmos o que mudou e o que permaneceu no pensamento desse autor. Em seu *The Practical Past*, publicado em 2014, White finalmente definiria de forma clara o que

entende por ficção: “Por ficção, refiro-me a uma construção ou conjectura sobre “o que possivelmente aconteceu” ou pode acontecer em algum momento e lugar, no presente, no passado ou mesmo no futuro” (White, 2014, p. X). Aqui, percebemos a ideia de ficção como uma possibilidade criativa. Se anteriormente esse conceito se referia à invenção associada à narrativa e a um controle do que poderia ser ficcionalizado, agora a ficção se apresenta como criação, como a possibilidade de imaginarmos e construirmos ideias e hipóteses. Essa dimensão de ficção seria importante para o historiador uma vez que imaginar o que pode ter acontecido é uma das tarefas centrais da operação historiográfica. Assim, White apresentaria para nós que ficcionalizar é criar hipóteses, não só a partir da invenção, como demonstramos anteriormente com a interpretação de *O texto histórico como artefato literário*, mas também a partir dos eventos que teriam ocorrido em determinado passado. A ideia de ficção como possibilidade permite ao trabalho histórico conjecturar sobre passado, presente e futuro e, mais do que isso, mobilizar essas temporalidades para a compreensão de um determinado evento ou estrutura.

Sobre essas questões, LaCapra nos diria que “a ficção não pode ser puramente fictícia” (LaCapra, 2023, p.199) ou seja, não bastaria ficcionalizar com a simples intenção de inventar alguém dado ou evento, mas sim, deveria “oferecer uma perspectiva imaginativa ou mesmo uma leitura sobre eventos e processos históricos, que pode ser comparada com e oferecer sugestões ou mesmo hipóteses para a pesquisa histórica” (LaCapra, 2023, p.199). Retornamos mais uma vez à questão da ficção como criadora de hipóteses, mas dessa vez com uma nova roupagem: se na primeira conceituação a hipótese estava relacionada à invenção, agora ela se estabelece em diálogo com eventos e acontecimentos do passado. Por isso, acreditamos que ao final de sua trajetória intelectual, White conseguiu definir com maior clareza uma questão que o perseguiu ao longo de décadas, a saber, o que ele compreendia como ficção e qual a relação desse conceito com a representação do passado. Concordamos então com LaCapra e percebemos que a ficção de White atua em uma direção parecida, principalmente por possibilitar a dimensão imaginativa, ou seja, como não conseguimos acessar o passado, nos resta imaginar, ou ficcionalizar com a intenção de construirmos hipóteses plausíveis para eventos históricos. Tal atividade é inerente ao trabalho histórico e recorrente no processo de representação do passado. Conscientemente ou não, historiadores lançam hipóteses cotidianamente e esse processo era compreendido por White como ficcionalizar, imaginar uma possibilidade, construir fantasticamente o território do “se”, do “talvez”, da “dúvida” construtiva.

Em nossa visão, várias das críticas direcionadas a White e sua obra versavam justamente sobre a questão da ficção e, principalmente, das aproximações que esse autor estabelecia entre história e literatura. E de fato, em sua fortuna crítica, história e literatura compartilham de um arcabouço operacional bastante semelhante ao utilizarem enredamento, narrativa e ficcionalização. Todavia, existiria na disciplina histórica o impeditivo ressaltado por White em *Meta-história* e que destacamos anteriormente sobre a existência real dos eventos narrados fora da consciência do historiador. Entretanto, essa diferença entre eventos narrados e representados pela literatura e pela história, não excluiria dessa segunda narrativa a dimensão ficcionalizante. A grande questão que talvez tenha passado despercebido para críticos de White, inclusive para Jablonka, como veremos mais adiante, é que a literatura não é um apêndice ou auxiliar da história, mas sim um campo próprio de produção de conhecimento. E mais do que isso, se literatura e história compartilham processos e operações semelhantes, a produção de uma ficção como possibilidade criativa estaria presente em qualquer tentativa de narrar o passado, mesmo que o historiador não compreenda ou negue esse artifício. Portanto, o que legitima e constrói a teoria de White e sua ideia de ficção é a sua percepção de que enredar, narrar e ficcionalizar são atividades inseparáveis, presentes desde o começo do processo de pesquisa, tanto para historiadores quanto para escritores literários, se diferenciando, é claro, os eventos e formas narradas.

Se a concepção de ficção em White é fluida e pode ser mapeada a partir de três momentos ou tipos ideais como destacamos acima, chegou o momento de olharmos para um outro autor que trabalha com esse conceito e que diversas vezes, se posiciona de forma contrária às ideias whiteanas de ficção. Vamos então, para Ivan Jablonka.

A história como literatura: as ficções do método em Ivan Jablonka

Como vimos anteriormente, as discussões a respeito das fronteiras entre a história e a literatura reteronaram com maior fôlego após as publicações de Hayden White na acalorada virada linguística. Embora seu protagonismo tenha marcado as discussões teóricas nas décadas seguintes, as tensões permanecem vigentes até os dias atuais. Nesse contexto, a obra de Ivan Jablonka se apresenta como uma das propostas de renovação da escrita historiográfica. O caminho defendido pelo historiador francês é o de propor uma *história como literatura contemporânea*, reivindicando o uso da ficção como um mecanismo literário que pode ser incorporado ao método de escrita dos historiadores.

Compreender o conceito de ficção não é simples. Especialmente porque é preciso considerar o lugar epistêmico que se insere o autor escolhido. Para isso, faremos, brevemente, um levantamento sobre a sua trajetória intelectual. Ivan Jablonka é um historiador nascido em Paris, em 1973, cuja trajetória acadêmica possui elementos de uma formação tradicional francesa. Aluno do Henri IV, ingressando posteriormente na École Normale Supérieure, Jablonka se insere no meio acadêmico e se torna aluno de Alain Corbin e Jean-Noël Luc, seu orientador da tese de doutorado, publicada em 2004, *Les enfants de l'Assistance publique (1874-1939)*. Jablonka sempre desenvolveu questões a respeito da assistência pública e da infância ao longo de suas publicações, bem como é retratado em sua tese e em outras obras publicadas posteriormente. É importante destacar que apesar de não analisarmos essas obras de forma aprofundada no presente artigo, apresentá-las é um movimento fundamental para construir a trajetória intelectual do autor. Além disso, o tema da assistência social e da infância na França é um elemento importante que compõe uma de suas obras mais prestigiadas no campo da literatura: *Laëtitia ou la fin des hommes*, publicada em 2016, e agraciada pelos prêmios *Le Monde* e o *Médicis*. Atualmente, Jablonka é professor da Université Paris XIII, onde leciona a disciplina de História Contemporânea e orienta diversos trabalhos acadêmicos desde 2013.

Outras obras de Ivan Jablonka também desestabilizaram a fronteira da história e literatura, como é o caso do livro que conta a história de seus avós paternos, judeus comunistas, vítimas do holocausto que tiveram um trágico destino sendo assassinados em Auschwitz, em 1943. A obra *Histoire des grands-parents que je n'ai pas eus: Une enquête* (2012) chama a atenção da crítica literária e da historiografia ao mesmo tempo, isso ocorre pois podemos perceber a união de uma pesquisa criteriosa em arquivos que recompõem o passado de seus familiares na mesma medida em que desenvolve uma narrativa que se desloca dos protocolos historiográficos tradicionais. A presença de uma narrativa não cronológica, que permite a participação do historiador no texto e que expõe seus próprios sentimentos ao compor a escrita da história de seus familiares, provoca questionamentos de natureza epistemológica para a disciplina. Em que medida é possível falar de um evento histórico que atravessou de forma brutal seus familiares? É possível escrever a história se distanciando do objeto pesquisado? São esses alguns dos tensionamentos provocados por Ivan Jablonka. O livro também foi agraciado por diversos prêmios como *Prix du Sénat du livre d'histoire*, o *Prix Augustin-Thierry no Rendez-vous de l'Histoire* e o *Prix Guizot da Académie Française* que marcam o reconhecimento disciplinar de suas obras.

Em ambas as obras, seja *Histoire des grands-parents que je n'ai pas eus* ou *Laëtitia*, Jablonka tensiona os limites da escrita ao incorporar uma narrativa que possui elementos literários e afetivos. Essas experimentações são justificadas em seu livro teórico, publicado em 2014, cuja preocupação do historiador é conduzir a argumentação que sustente sua afirmação: a história é uma literatura contemporânea (Jablonka, 2020, p. 11). O livro *A história é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais* (2020), nos permite compreender de qual maneira Jablonka constrói sua teoria, bem como define conceitos fundamentais que cercam a interseção entre a história e a literatura há séculos. Nesse artigo, analisaremos de forma prioritária a abordagem do historiador francês a respeito do conceito de ficção.

Em *A história é uma literatura contemporânea*, o conceito de ficção é elaborado com maior fôlego no capítulo oito, denominado *As ficções do método*. Ao iniciar o capítulo, Jablonka imediatamente anuncia que a ficção “não é o verdadeiro, já que não existe, mas tampouco é o falso, já que não comporta qualquer intenção de enganar” (Jablonka, 2020, p. 243). Apesar da definição de ficção ser mutável ao longo do livro e ser considerada insuficiente para a escrita da história, Jablonka compreende a ficção de duas maneiras: intransitiva, entendida como desligada do real, e transitiva, que remete ao real, mas o reflete de maneira parcial. Embora o autor reconheça que muitos romances são mais bem escritos e por vezes mais explicativos sobre o passado que textos historiográficos tradicionais (Jablonka, 2017), também sustenta que a ficção romanesca por si só, não atende aos critérios do conhecimento histórico. Isso porque tal escrita literária é guiada por objetivos distintos da escrita historiográfica e, portanto, não seria capaz de explicar o raciocínio do real e tão pouco buscar por um passado mais verdadeiro. Cabe aqui nos questionarmos: existe uma ficção própria para o uso da historiografia?

Para Jablonka a resposta é sim. Ao construir as chamadas ficções do método, o historiador francês argumenta que há uma ficção própria da história que é capaz de conciliar um método investigativo aos usos estéticos e afetivos próprios da literatura. Dessa forma, define a ficção do método como

Constitutivas do raciocínio histórico, as ficções do método são, ao mesmo tempo, ficcionais, mais conceituais e mais indispensáveis do que a imaginação. Elas diferem da ficção romanesca em três pontos: elas se apresentam enquanto tais, ou seja, denunciam a si mesmas, elas só se distanciam do real para retornarem a ele com ainda mais força; elas não são lúdicas nem arbitrárias, mas, comandadas pelo raciocínio. Podem ser agrupadas em quatro famílias funcionais: o estranhamento, a plausibilidade, a conceptualização e o procedimento narrativo (Jablonka, 2020, p. 256)

As chamadas *ficções do método* constituem uma via de construção da “verdade”. Essa modalidade de ficção é caracterizada como um raciocínio estruturado a partir de mecanismos ficcionais assumidos, compreendidos como ferramentas cognitivas que formulam hipóteses sobre o real, as quais são posteriormente submetidas a um processo rigoroso de verificação factual. Trata-se, portanto, de uma operação intelectual que recorre à ficcionalidade como estratégia heurística no âmbito das ciências humanas. Ao indicar que as ficções do método “denunciam a si mesmas”, Jablonka quer dizer que elas devem ser anunciadas ao leitor. Essas construções hipotéticas se afastam momentaneamente do real na medida em que ainda não possuem comprovação. No entanto, quando essas hipóteses encontram respaldo nos vestígios do real, retornam a ele “com ainda mais força”, fortalecidas pela densidade interpretativa que adquiriram no processo. A concepção de estranhamento, significa a curiosidade, tornar o passado desconhecido e, portanto, pode ser articulada como meio para o raciocínio. A plausibilidade, caracterizada por aquilo que se torna possível, uma hipótese que resiste ao longo do tempo que se dispõe de diversos graus de verossimilhança, seria a enunciação não somente daquilo que aconteceu comprovadamente, mas daquilo que pode ter acontecido. A conceptualização corresponde à referência ao real e carrega a dimensão cognitiva do raciocínio histórico e, por fim, o procedimento narrativo que vem de um processo de escolhas tomadas na escrita historiográfica.

Em *O terceiro continente ou a literatura do real*, Jablonka busca trazer as definições e o uso do aparato do ficcional na escrita da história como um desafio para a formulação da prática do historiador (Jablonka, 2017). A caracterização do chamado *terceiro continente* implica na sobreposição entre os dois outros territórios, o da história, marcado pelo senso de objetividade que se estabeleceu fortemente no século XIX e o da literatura, caracterizado por um uso exclusivo de artifícios formais das letras. Ao contrário do sentido de ficção aplicado por White que a considera como intrínseca ao processo narrativo, Jablonka parece operar na lógica de uma ficção que se ativa quando necessário pelo historiador para construir uma narrativa mais acessível e fluída, mas que corresponde a um mecanismo separado da linguagem. Na medida em que o historiador se pergunta sobre determinado passado, formula hipóteses que serão verificadas. Essas hipóteses, para o historiador francês, são um processo de ficcionalização intencional.

Na resenha do historiador Dominick LaCapra, intitulada *O que é história? O que é literatura?*, o estadunidense aponta para as lacunas deixadas por Jablonka em seu texto teórico. Uma delas é justamente a constante tentativa de domesticar o conceito de ficção que tende a excluir o elemento lúdico do pensamento histórico, atribuindo à ficção um

caráter vinculado a um método de escrita (LaCapra, 2023, p. 250) não analisando-o a partir de um debate já existente e considerado no âmbito da literatura e até mesmo da historiografia que considera o tema. Autores como Vaihinger, em *A filosofia do como se*, e Wolfgang Iser, *O fictício de o imaginário*, cujas teses são fundamentais para o debate e poderiam aprofundar a argumentação do historiador francês, não são considerados ao historicizar o conceito de ficção (Turin, 2017, p. 96).

Outro ponto levantado por LaCapra e que consideramos revelador da forma que Jablonka concebe o conceito de ficção é a forma que se desvincilha das teses de White e de outros autores pós-modernos. LaCapra observa que, ao buscar definir o conceito de ficção, Jablonka tende a excluir o elemento lúdico do pensamento histórico, atribuindo à ficção um caráter eminentemente objetivo e vinculado a um método de escrita que atua performativamente sobre o real (LaCapra, 2017, p. 250). Além da inconsistência teórica apontada pelo historiador estadunidense, também percebemos que a construção do conceito de ficção de Jablonka sempre busca se distanciar das teses de Hayden White. Jablonka afirma, em vários momentos ao longo do seu livro teórico, que a proposta de White acaba “reduzindo a história a um puro objeto literário” e enfatiza que a virada linguística tentou arruinar a história, “negando-lhe qualquer capacidade de dizer uma verdade que vá além da ficção” (Jablonka, 2020, p. 143). A crítica e interpretação da obra de White nos mostra que o autor francês, embora reconheça que a história e a literatura compartilham de mecanismos semelhantes em sua escrita, a primeira não pode ser reduzida à noção de ficção atribuída por White.

Dois pontos devem ser mencionados para a análise mais aprofundada desse posicionamento. O primeiro é a recepção de White na França. Segundo Phillippe Carrard, após ser recebido no país à convite da École des Hautes Études en Sciences Sociales, o debate acerca de suas teses tomou proporções que não eram o objeto do historiador estadunidense. Entretanto, o autor percebe haver um movimento historiográfico mais recente que têm lido White a partir de outras perspectivas e considerando os aspectos teóricos importantes para pensar possibilidades outras da escrita da história (Loriga; Revel, 2022). Apesar dessa releitura, a posição de Jablonka como um historiador ativo ainda é surpreendente. Um segundo ponto é que precisamos destacar que Ivan Jablonka possui uma formação teórica tradicional, como apontamos no início desse reflexão, e se anuncia como “filho da Escola dos Annales” (Borges; Gonçalves, 2024). Dessa forma, precisamos considerar que o historiador faz parte de uma geração mais recente da historiografia francesa que busca romper com protocolos negados pela tradição que faz parte, mas que, apesar de oferecer rupturas importantes ao manifestar que a história é uma

literatura, também articula uma série de posicionamentos que neutralizam os riscos dessa abordagem.

Entretanto, Jablonka se aproxima de um debate que se articula no âmbito do romance. Autores como Dominique Viart e Laurente Demanze, constantemente citados por Jablonka, tensionam uma nova abordagem sobre a *literatura contemporânea*. Em uma de suas obras mais conhecidas, *Fins de la littérature: Historicité de la littérature contemporaine*, cujo principal argumento é que precisamos reconhecer que mudanças estão acontecendo e que o status do escritor e da literatura não é mais o mesmo de antes, Viart compreende que não podemos definir o fim da literatura, mas sim uma nova concepção dela (Viart, 2009). Tendo em vista o cenário em que se estabelecem as questões sobre a escrita contemporânea no âmbito da literatura, é preciso chamar atenção para o título do livro manifesto de Ivan Jablonka. Ao afirmar que *a história é uma literatura contemporânea*, o historiador reivindica o mesmo espaço de discussões, considerando o romance como um lugar importante de diálogo da disciplina histórica. Apesar de Jablonka colocar a história como um espaço de produção dentro das grandes ciências sociais, o historiador francês não abre mão dos aspectos que preservam a singularidade da escrita historiográfica.

Nesse sentido, observamos que ao mesmo tempo em que Jablonka se distancia do debate promovido por White na virada linguística, se aproxima de outra face das discussões que ocorrem no âmbito literário. Entretanto, a tentativa de amenizar os riscos de sua abordagem na historiografia francesa, ao se distanciar da polêmica recepção de White, não parece ter sido suficiente para evitar críticas contundentes à recepção de suas próprias obras. Ao propor uma escrita da história que incorpora os recursos da literatura, sem abdicar do rigor metodológico, Jablonka tensiona as fronteiras tradicionais da disciplina, articulando questões entre a objetividade e subjetividade, o documento e testemunho, a ficção e a verdade. Tal proposta não passou despercebida: ao ser laureado com diversos prêmios disciplinares e literários, o historiador se destaca como um dos autores mais prolíferos da historiografia francesa contemporânea e, conseqüentemente, sua elaboração teórica também recebeu bastante atenção. Dessa vez, não pelos prêmios, mas através da academia.

A recepção de Jablonka na França é um paradoxo se observarmos a postura que o historiador francês enfatiza frente às teses de White. Muitos teóricos o acusam de retirar da historiografia aquilo que a distingue dos demais campos de conhecimento: a escrita vinculada aos critérios de verdade (Le Caisne, 2016; Marinat, 2023). É claro que ao observarmos essa característica, identificamos também que o debate a respeito da história

e da literatura na França possui sua singularidade. Os reflexos da discussão promovida por Hayden White é um exemplo de uma recusa à associar os dois polos de escrita. Percebemos, portanto, que críticos apontam para uma insuficiência na abordagem teórica do historiador francês, isso ocorre especialmente porque Jablonka oscila as definições dos termos “história”, “literatura” e “ficção”, como apontado por Élie Haddad e Vincent Meyzié (2015, p. 150). Além das críticas formais a respeito da estrutura da pesquisa realizada por Jablonka, é possível perceber um denominador comum que tece a maior parte da crítica francesa: os riscos de contribuir para o enfraquecimento da autonomia da escrita da história (Haddad; Meyzié, 2015, p. 154).

Os livros de maior alcance, como o de seus avós e *Laetitia*, bem como sua obra teórica, *A história é uma literatura contemporânea*, foram objeto de resenhas e artigos que se interessaram pela abordagem proposta por Ivan Jablonka. Alguns textos o situam como uma importante forma de experimentação literária, inserido em um cenário de articulação entre as fronteiras que possibilitam uma nova abordagem das ciências humanas, rompendo com protocolos de uma escrita que se afasta de um público mais amplo (Demanze, 2017). Entretanto, nos deparamos com críticas contundentes sobre a argumentação de Jablonka e os riscos dessa aproximação entre os dois mundos, o da história e da literatura. A historiadora Monica Martinat, escreve

Parece-me que a destruição da fronteira entre história e literatura pelos historiadores gera uma perda, não um ganho. Perdemos o apreço por uma abordagem crítica que exige uma relação insensível com as fontes, e deixamos de obrigar o leitor a fazer uma interpretação mais intelectual do que empática. A literatura leva-nos, enquanto leitores, para um terreno diferente — um terreno onde a fronteira entre o verdadeiro e o ficcional já não é necessariamente importante, e onde a nossa adesão à narrativa é uma adesão sensível, empática, baseada também no pacto específico que nos liga ao autor. O pacto do historiador com os seus leitores é o de dizer a verdade e de os levar a uma compreensão crítica da construção da interpretação que está necessariamente por detrás da operação histórica (Martinat, 2023, p. 238, tradução nossa)

A historiadora discorda profundamente da proposta de Ivan Jablonka, isso porque considera sua abordagem um verdadeiro risco à disciplina. Embora Jablonka seja enfático ao dizer que nenhuma de suas teorias se desvinculam do real e extrapolam o uso do aparato ficcional em sua narrativa, a interpretação de sua obra e boa parte da recepção francesa afirmam o contrário. O movimento é semelhante àquele que foi gerado em torno de Hayden White, mas em momentos diferentes.

A recepção de suas obras, especialmente daquelas que receberam prêmios literários, também foi alvo de observações. É o caso da resenha publicada no site

Libération, em 2016, denominada *Ivan Jablonka, l'histoire n'est pas une littérature contemporaine!*, na qual Philippe Artières aponta para o lugar de autoridade em que Jablonka se encaixa, sendo premiado por suas obras e compondo o lugar editorial na coleção *La République des idées*, indicando que a obra *Laëtitia ou la fin des hommes*, se insere em um contexto complexo de crise do papel do historiador, o que revela a ampliação do alcance da história escrita por Jablonka (Artières, 2016). Seguindo o mesmo caminho de Martinat, o autor critica a proposta de incorporar ferramentas literárias à escrita da história, buscando torná-la mais acessível, observando que as questões do historiador francês implicam em um risco: ao tentar tornar a história “mais literária”, Jablonka acabaria subordinando a pesquisa histórica a modelos narrativos que vem da ficção contemporânea, o que pode comprometer a especificidade epistemológica da história como ciência.

Não caberia aqui nos aprofundarmos sistematicamente em cada texto que nos indique a recepção de Ivan Jablonka no contexto francês, mas é importante enfatizar que assim como os autores da virada linguística, o historiador enfrenta críticas contundentes daqueles que sequer consideram o aparato linguístico vinculado à escrita da história. Apesar de concordarmos com LaCapra (2023) ao indicar uma imprecisão na teoria formulada por Jablonka sobre o conceito de ficção, compreendemos que o historiador francês tensiona, até o momento da escrita do presente artigo, a articulação de um novo lugar da escrita da história. Não é à toa que seus livros mais conhecidos são amplamente prestigiados e traduzidos, justamente porque revelam a fronteira entre a história e a literatura. Dessa maneira, Ivan Jablonka segue ocupando espaços distintos: o disciplinar e as estantes de um público leigo.

Conclusão

Ao retornarmos à questão central do presente artigo, a definição do conceito de ficção em Hayden White e Ivan Jablonka, podemos perceber que ambos partem de momentos e arcabouços teóricos distintos para a construção desse caminho. Observamos que em White, o conceito de ficção, apesar de estar fragmentado entre suas obras, faz-se intrinsecamente ligado à linguagem e à estrutura narrativa, sendo uma construção inevitável e construtiva da representação histórica. Tal concepção não opera no sentido de inventabilidade do passado, mas a partir de recortes oferecidos pelo próprio ofício do historiador. Em contrapartida, na obra de Jablonka, a ficção adquire um caráter controlado vinculado às escolhas narrativas do historiador que escreve sobre um passado. É por isso

que ao argumentar a respeito da ficção própria para uso dos historiadores, Jablonka formula um método. As ficções do método são uma fórmula, um meio de construção do real que operam a partir da relação híbrida entre liberdade criativa e aspectos metodológicos da disciplina.

Ainda que ocorra uma aproximação entre os autores ao discutirem uma mesma temática, ao longo do artigo observamos que a interseção entre os historiadores se limita a esse aspecto. Isso porque White e Jablonka partem de um cenário e articulam diálogos distintos para definirem o conceito. Enquanto Hayden White é o promotor do debate ocorrido ao final do século XX, dialogando com autores da história e da literatura, Ivan Jablonka articula suas teses se distanciando da virada linguística e as promove a partir de um contexto específico que encontramos na historiografia francesa contemporânea, na qual se insere, em diálogo com a teoria literária. É evidente também que a tentativa de se distanciar cada vez mais do pós-modernismo é um dos elementos reveladores da postura epistêmica de Ivan Jablonka, o que nos permitiu compreender de qual maneira o historiador francês se apropria de outras referências.

O fator paradoxal que envolve essa investigação é observar que, apesar de Jablonka romper com as discussões da virada linguística e criticar veemente a teoria whiteana, a recepção de sua obra também articula críticas semelhantes às direcionadas ao historiador estadunidense. O fato da teoria de Jablonka ser considerada por alguns historiadores franceses um risco para a legitimidade da disciplina histórica evidencia que ainda existem fraturas expostas deixadas aos rastros da virada linguística ao longo do tempo. E, de certa forma, os desafios colocados às formas outras de concepção da escrita da história permanecem em aberto.

Referências

AVELAR, Alexandre de Sá. Hayden White nas páginas de History and Theory. Dois momentos: 1980 e 1998. *ArtCultura*, v.20, n. 37, 2018, p. 37-49.

BORGES, Viviane; GONÇALVES, Janice. Entrevista com Ivan Jablonka. Por uma ciência social criativa. *História (São Paulo)*, v. 43, 2024.

CARRARD, Philippe. Hayden White and/in France: receptions, translations, questions. *Rethinking History*, [S.l.], v. 22, n. 4, p. 459-472, 2018.

CHARTIER, Roger. Figuras retóricas e representações históricas. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Ed. Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 2002.

DEMANZE, Laurent. Les enquêtes d'Ivan Jablonka. *Les Temps Modernes*, v. 692, n. 1, p. 192-203, 2017.

HADDAD, Élie; MEYZIE, Vincent. La littérature est-elle l'avenir de l'histoire? Histoire, méthode, écriture. *Revue d'histoire moderne & contemporaine*, v. 624, n. 4, p. 132-154, 2015.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.

JABLONKA, Ivan. Histoire des grands-parents que je n'ai pas eus: une enquête. *Paris*: Éditions du Seuil, 2012.

JABLONKA, Ivan. Laëtitia ou la fin des hommes. *Paris*: Seuil, 2016.

JABLONKA, Ivan. O terceiro continente: Tradução. *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, v. 19, n. 35, p. 9-18, 2017.

LACAPRA, Dominick. O que é história? O que é literatura? In: LACAPRA, Dominick. *Compreender outros: povos, animais, passados*. Autêntica Editora, 2023.

LE CAISNE, Léonore. Laëtitia, or the end of scientific inquiry. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, 2016.

MARTINAT, Monica. New Paradigms in French Historiography, or the Same Old Ones?. *Literature*, v. 3, n. 2, p. 231-241, 2023.

Philippe Artières, "Ivan Jablonka: l'histoire n'est pas une littérature contemporaine!" *Libération*, 6 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.liberation.fr>.

RANGEL, Marcelo; ARAUJO, Valdei. Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da historiografia*, Ouro Preto, 2015.

TRAVERSO, Enzo. *A escrita da história: entre literatura, memória e justiça*. Revista maracanan, trad. Beatriz de Moraes e Renata Duarte, 2017.

TURIN, Rodrigo. *Ivan Jablonka: subjetividade, ficção e escrita da história*. O futuro da História: da crise à reconstrução de teorias e abordagens, v. 1, 2019.

WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

WHITE, Hayden. *The Practical Past*. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

Artigo recebido em 30/07/2025

Aceito pela publicação em 11/11/2025

Editor(a) responsável: Guilherme Cardinale de Araujo

O LUGAR DAS CRÔNICAS: A Literatura do Cotidiano para a História

THE PLACE OF CHRONICLES: Everyday Literature for History

Ana Luiza Mello Santiago de Andrade¹

Resumo: O presente texto tem por objetivo promover uma reflexão sobre as interpretações da literatura para os estudos históricos, levando em conta diferentes formas de olhar para a fonte literária. Assim, apresenta um debate historiográfico sobre o uso da fonte histórica e as interpretações dos historiadores para, enfim, voltar o foco para as crônicas, um tipo de literatura considerada menor, mas que possibilita ao historiador o contato com o cotidiano do passado. Apresentando algumas questões básicas para o trabalho com a fonte literária, reflexões sobre os caminhos da história e da literatura enquanto formas de contar/narrar o passado e discutindo as relações entre realidade e ficção esse texto procura discutir o potencial da literatura como fonte histórica.

Palavras-chave: Literatura, Crônicas, Cotidiano.

Abstract: This paper aims to promote a reflection on the interpretations of literature within historical studies, considering different ways of approaching literary sources. It presents a historiographical debate on the use of historical sources and historians' interpretations, ultimately shifting the focus to chronicles — a type of literature often considered minor but which enables the historian to engage with the everyday life of the past. By addressing some basic questions regarding the use of literary sources, reflecting on the paths of history and literature as forms of telling/narrating the past, and discussing the relationship between reality and fiction, this text seeks to explore the potential of literature as a historical source.

Keywords: Literature, Chronicles, Everyday life.

Introdução

O relacionamento entre História e Literatura não é recente, e tampouco calmo. Há conflitos intensos e definições de campo que nos levaram a distinguir as duas formas de narrar, de contar algo. Mas, parece evidente que estes dois campos se aproximam no seu fazer: dedicados a narrar, parecem, por vezes, exercer a mesma função. Neste sentido é fundamental que historiadores e historiadoras estejam aptos para lidar com a literatura na história, e cientes da complexidade de tal fazer. Fonte imprescindível para compreensão de tempos passados e presentes, a narrativa literária parece fértil para o historiador bem instrumentalizado para passear entre os tempos — do autor, da escrita, da divulgação e do presente da análise do historiador. O texto que aqui se inicia tem, pois, por objetivo, apresentar questões básicas — mas fundamentais — para lida do historiador com a fonte literária, refletindo sobre aproximações e distanciamentos entre literatura e história; as

¹ Doutora em História Social (2018) pela Universidade de São Paulo (USP), graduada (2011) e mestra (2013) em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e professora substituta nesta mesma instituição, no Departamento de História. E-mail de contato: analuizaandrade@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1551512630032635>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7735-5385>.

definições sobre narrativas — histórica e literária; a tomada da literatura como documento para a história; o debate entre o verossímil e o ficcional — e o aparato do real como elemento decisivo na análise da história sobre a literatura; e, por fim, uma discussão sobre um tipo textual específico: as crônicas, que abrem caminhos para o olhar do historiador sobre o cotidiano do passado.

De um lado a arte e a poesia; de outro a escrita metódica, racional e científica. Os polos parecem opostos, mas ao tratar de uma ciência humana, percebe-se facilmente a proximidade entre esses dois mundos. Mesmo que por um lado tenhamos “A convenção da veracidade, própria da História” e por outro “a convenção da ficcionalidade, própria da literatura” (Ruiz, 2010, p. 78), é possível traçar aproximações entre os mundos, especialmente compreendendo a literatura dentro de seu contexto de produção. Durval Muniz de Albuquerque Jr. é assertivo quando afirma que “Conhecer é uma atividade” (Albuquerque Jr, 2007, p. 61). Ora, o conhecimento, em si, não é passivo, e, assim, o conhecimento sobre o passado se dá de forma ativa: analisar uma obra literária, portanto, exige um esforço de compreensão do presente sobre o passado — dominando formas de linguagem, contextos de expressão e produção, lugar social, político e cultural do escritor, suporte de divulgação. O historiador preocupado com a literatura, que se dedica ao estudo dela e tem-na como fonte privilegiada de análise sobre o passado não deve negligenciar tal esforço, correndo o risco de reproduzir a literatura como fonte pura, produtora de verdades concretas, eliminando a necessidade do profissional da história na análise da literatura e, assim, produzindo uma visão ingênua sobre o documento do passado.

Cumprido, pois, distinguir estes dois mundos, a fim de compreender os fazeres específicos de cada um. O texto literário é plural, não só em seu conteúdo como também em suas formas: prosa e poesia; romance, biografia, crônica. Diversas são as modalidades de escrita literária. Eles dão ao historiador, cada qual com sua forma, o acesso a múltiplas leituras e, por isso, múltiplas formas de olhar para determinado contexto. De acordo com Antonio Celso Ferreira, nas últimas décadas houve uma mudança significativa na relação entre a história e a literatura. Por muito tempo o texto literário não foi considerado *seguro*, *crível*, *fiel* para as análises historiográficas. No entanto, com a abertura do campo nas últimas décadas do século XX e a consequente abertura no entendimento das fontes históricas, houve a potencialização da literatura na história. Ferreira aponta que

Mais do que isso, nas últimas décadas os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das

experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo (Ferreira, 2009, p. 61).

Por possibilitarem leituras múltiplas sobre o passado, dando a ler aspectos variados de formas de vida, organização social e práticas culturais de tempos e espaço, a literatura voltou com potência aos estudos históricos. Diferente da escrita literária, a história parte do seu saber específico, como afirma Albuquerque Jr:

Não devemos reivindicar para a História mais do que seu lugar como saber específico. Se ela jamais será uma ciência capaz de proposições inquestionáveis, se não poderá ser uma arte com total liberdade de criação e não pode submeter o devir histórico a uma filosofia, a uma razão e explicação unívoca; nós, historiadores, podemos fazer disso a delimitação de nosso espaço [...] (Albuquerque Jr, 2007, p. 64).

Assim, a narrativa do historiador em muito se diferencia da narrativa literária, porque parte de uma análise sobre o passado mediada por método e por referencial teórico, que auxiliam o historiador na escrita da história. Por isso tal narrativa é limitada: limita-se pela fonte, pela forma de analisá-la, pelo arcabouço teórico disponível para análise. Ao historiador não é permitida a invenção de informações:

O historiador conta uma história, narra; apenas não inventando os dados de suas histórias. Consultando arquivos, compila uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas, que, no entanto, são reescritos e revistos a partir dos problemas do presente e de novos pressupostos, o que termina transformando tais documentos em monumentos esculpidos pelo próprio historiador. (Albuquerque Jr, 2007, p. 62-63).

Ao historiador cabe, portanto, a formulação de problemas sobre o passado. Munido das questões do presente que ele vai ao passado e, por meio das fontes, interroga, interpreta e transforma os documentos, produzindo narrativas verossímeis para o presente. A escrita da história, portanto, não existe se não colocarmos em perspectiva passado e presente, se não operarmos o passado a partir do presente, ou seja,

Nós ordenamos e organizamos a causa. O determinante é, pois, a história do que construímos, como construímos, as condições da construção, porque o já feito limita o que se pode fazer agora. A historicidade reside nesta dependência das ações e experiências presentes e das ações e experiências passadas (Albuquerque Jr, 2007, p. 60).

Esse caminho do historiador para o passado só é possível a partir de uma ampliação no entendimento do que são os documentos históricos. Se por muito tempo considerou-se que apenas os documentos oficiais, aqueles referentes aos atos políticos e ações de

Estados eram dignos da intervenção da história. Hoje entende-se que os documentos são dos tipos mais variados e, por isso mesmo, permitem visões plurais e profundas sobre as sociedades passadas. Desta forma “a ampliação do repertório de fontes históricas e a metamorfose do próprio conceito de fontes inseriram-se no crescente movimento de renovação da historiografia no século XX” (Ferreira, 2009, p.63).

Assim, diferentes tempos, espaços e sujeitos tomam corpo na escrita da história. E é justamente o documento que impõe o limite ao trabalho do historiador: para além dela o profissional da história estaria sujeito à criação, à invenção e à interpretação sem fundamentos e assim sendo “[...] o documento, em todas as suas formas, deixou de ser entendido como expressão de verdade e transparência, para ser analisado como monumento” (Ferreira, 2009, p.64).

Embora possamos compreender o passado como invenção, é uma invenção da qual fazem parte diversas camadas de produção de sentido: sujeitos que viveram em um mesmo tempo podem ter experiências de vida completamente diversas em um mesmo contexto: daí a beleza da escrita da história que pode se dedicar a escrever uma narrativa crítica e interpretativa sobre os rastros tão plurais que determinado passado deixou ao presente, usando de certa imaginação (sempre limitada) para poder gestar a História:

O conhecimento histórico torna-se, assim, a invenção de uma cultura particular, num determinado momento, que, embora se mantenha colado aos monumentos deixados pelo passado, à sua textualidade e à sua visibilidade, tem que lançar mão da imaginação para imprimir um novo significado a estes fragmentos (Albuquerque Jr, 2007, p. 63).

A diferença é que o trabalho do historiador, diferente do romancista, do escritor ou do artista, é limitado. E é limitado, justamente, pela fonte: é ela que impõe as fronteiras e determina até onde o historiador pode ir. Sabemos que “Só podemos historicizar aquilo que deixou rastros de sua produção pelo homem, em dado momento e espaço” (Albuquerque Jr, 2007, p. 64). História e literatura informam, mas informam diferente, pois “a literatura não documenta o real nem constitui representação semelhante aos discursos científico, filosófico, político, jurídico ou outros” (Ferreira, 2009, p. 66), que é exatamente o que faz a História, a partir de seu arcabouço teórico e metodológico.

A atividade do historiador é, portanto, fazer perguntas. É ação orientada. Os rastros não são, *a priori*, documentos. O que os transforma em documentos é justamente a ação do profissional, que, com as perguntas certas, mobiliza estes traços do passado em uma operação historiográfica. Para Ricoeur o documento não está pronto à espera do historiador. Ele é intencionalmente encontrado, ainda que se leve em consideração as surpresas que a pesquisa científica pode encontrar (Ricoeur, 2007).

Neste sentido, cabe-nos constatar e compreender o texto literário como uma fonte possível para a História. Ele nos permite historicizar um passado próximo ou longínquo, compreendendo a complexidade dos olhares, pontos de vista, e formas de dotar o mundo de sentido. Por isso, mesmo que o texto literário seja próximo da ficção, ele fala muito sobre o seu presente de produção, informa sobre aquele tempo e espaço e permite ao historiador interpretá-lo e assim, desde o final do século XX

os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo (Ferreira, 2009, p. 61).

Isso não quer dizer que a literatura seja somente imaginação e entretenimento. Ela está sempre em relação constante com a sociedade que a produziu, que permitiu aquela interpretação de mundo, aquela realidade sociocultural.

R. Chartier sintetiza bem o debate entre ficção e realidade, literatura e história. Ele destaca que, por um lado, a ficção, embora comunique sobre uma dada realidade, não pretende ser igual a ela, já a História tem por objetivo primordial reconstruir o passado no presente, trazer o passado à tona num presente em que esse passado não mais existe e, assim, “o real é ao mesmo tempo o objeto e o fiador do discurso da história” (Chartier, 2010, p. 24-25).

Uma das vias possíveis de se mediar e interpretar a literatura como fonte para a história é levar em consideração a figura do autor: em qual contexto de produção está inserido? Quais experiências o levaram a escrever sobre determinado tema? Qual sua rede de sociabilidades? Qual sua formação intelectual? Assim, vê-se que há muito da constituição subjetiva do autor no texto literário que produz. Os debates sobre memória, portanto, podem ser muito úteis ao historiador dedicado a analisar e compreender os textos literários como fontes para a história.

Mediar a relação entre história e memória é uma das tarefas do historiador que intenta problematizar, especialmente, o tempo próximo. Ricoeur propõe uma terceira via, a da compreensão das dimensões da memória e da história para notar a forma como se interpenetram e retroalimentam. Narrativas literárias, especialmente as produzidas neste *breve século XX*, carregam muito das memórias pessoais do autor e assim pode-se encará-las desta forma: compreender as possíveis manipulações de memórias, o forjar de uma trajetória por meio daquilo que se conta (e também do que se deixa de lado na narrativa fictícia).

Quando se está falando sobre produções literárias um fator a se levar em conta na análise historiográfica é o contexto de produção e a subjetividade daquele que escreveu. Pode-se entender o escritor como intelectual, por exemplo. A história de intelectuais vem ganhando destaque nos últimos anos. Se por um bom tempo tal campo foi restrito a estudos pontuais e por vezes malvisto, nos últimos anos há um crescente de pesquisas que se dedicam a mapear as atividades intelectuais. Para François Dosse

La construcción de esta hermenéutica Del tiempo histórico brinda un horizonte cuya trama ya no está basada en la mera finalidad científica, sino que tiende hacia un hacer humano, un diálogo por instituir entre las generaciones, un actuar sobre el presente. Desde esta perspectiva, la historia intelectual puede fijarse la meta de volver a abrir el pasado, interpretar desde una óptica diferente sus potencialidades y sus devenires no verificados. (Dosse, 2004, p. 54)

É preciso, portanto, olhar de maneira renovada para atividades intelectuais, especialmente porque “A história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (Sirinelli, 2003, p. 232), e a história da produção literária pode se situar neste campo de estudos.

Uma história ancorada no presente parte da premissa que toda história produzida só existe a partir do presente, no sentido de compreender que as perguntas lançadas aos documentos são inquietações do tempo daquele que pesquisa, e não do passado das fontes. Para Henry Rousso o historiador que se dedica ao passado próximo busca “agarrar na sua marcha o tempo que passa, dar uma pausa na imagem para observar a passagem entre o presente e o passado, desacelerar o afastamento e o esquecimento que espreitam toda experiência humana” (Rousso, 2016, p. 17). Tal experiência humana ganha novos contornos se observados a partir do olhar da literatura, afinal “toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem” (Ferreira, 2009, p. 67).

O que se está buscando promover aqui é uma reflexão sobre as possibilidades de uso da literatura na História. Vimos até agora um potencial articulação entre história e memória a partir das narrativas literárias, assim como os possíveis estudos de história do tempo presente e da história de intelectuais. Historiadores dedicados a este tipo de fonte — o texto literário — tem formas múltiplas para interpretá-las. Por isso é de fundamental importância perceber os caminhos possíveis por onde seguir na operação historiográfica.

Há os historiadores que se dedicam a mobilizar o conceito de representação para compreender o mundo da literatura; há os que a entendem como testemunhos do passado;

e há aqueles que procuram dar mais destaque à atividade leitora, mais do que ao próprio conteúdo do texto literário e ficcional. Seja qual for a forma ou a opção

o que caracteriza a operação historiográfica é a interpretação das fontes em determinadas circunstâncias sociais, isto é, nos contextos, que só podem ser reconstruídos, ainda que de modo parcial, lacunar ou aproximado, pela mediação de outros textos. De acordo com essa concepção, texto e contexto não configuram polos comunicáveis, ao contrário, é possível ler as marcas da sociedade e da cultura no interior dos escritos, e de outro lado, compreender o significado deles na sociedade (Ferreira, 2009, p. 82).

Assim, ler as marcas da sociedade nos textos literários é atividade que exige atenção do historiador. Roger Chartier, historiador francês dedicado ao estudo da literatura, desenvolveu o conceito de representação para compreender este universo. Para ele, a representação é uma forma de dotar o mundo de sentidos. Embora seus estudos sejam bastante criticados por uma suposta desconexão com uma dada realidade, o autor se defende, mostrando-nos a impossibilidade de reconstruir o passado no presente tal qual ele efetivamente foi, e, por isso, a dimensão representativa passa a ser tão fundamental aos estudos históricos. Não é possível que o passado nos chegue por completo ao presente, da mesma forma que o historiador não consegue, em sua narrativa historiográfica, remontar o real. Chartier afirma que

Numa época em que nossa relação com o passado está ameaçada pela forte tentação de criar histórias imaginadas ou imaginárias, é fundamental e urgente a reflexão sobre as condições que permitem sustentar um discurso histórico como representação e explicação adequadas da realidade que foi (Chartier, 2010, p. 31).

Assim, o conceito de representação não é a invenção/imaginação de um determinado passado, descolado da realidade que foi, mas que não é mais, mas sim a explicação possível, verossímil sobre aquele passado, mediado pelo historiador.

Outra possível forma de encarar as narrativas literárias na história é partindo da perspectiva de que a obra ficcional é um testemunho sobre um determinado passado: informa sobre o contexto, sobre o autor, sobre aquele mundo possível em determinado tempo e espaço. Para Ruiz

[...] qualquer historiador neste começo de século XXI, sabem que o tecido da História está feito de uma rede de analogias e interpretações, que partem do texto, do objeto material, do documento, mas que são abstrações interpretativas, porque, no limite da verificabilidade, ‘não sabemos o que aqueles textos e estátuas querem dizer’, mas podemos explicitar o nosso ponto de vista e tentar estabelecer uma rede de relações e analogias o mais abrangente possível que possam vir a dar-

nos uma, não toda, explicação daquela realidade histórica (Ruiz, 2010, p. 91).

Tais discussões vão também ao encontro do que propõe Ivan Jablonka, quando afirma que a história é, sim, uma literatura contemporânea, e defende as aproximações entre os mundos da narrativa histórica e literária. Jablonka ainda defende que mesmo lidando com a ficção o historiador não pode se eximir de um referencial de tempo/espaço, e que a orientação pelo desejo de verdade é o que instrumentaliza o fazer da História (JABLONKA, 2020). Sidney Chalhoub (1998), historiador do campo da história social da cultura, transita por esta interpretação, compreendendo a literatura produzida em determinado tempo e espaço como um testemunho do passado.

Outro ponto ao tratar da literatura na história é refletir sobre como as pessoas leram, no passado e no presente. Os leitores formam uma massa quase amorfa, difícil de ser apreendida pelo historiador. Por isso os estudos de recepção são tão raros e tão difíceis de se efetivarem no campo historiográfico. Michel de Certeau dedicou-se no livro *A Invenção do Cotidiano* (Certeau, 2009) a pinçar as práticas dos consumidores: dos espectadores de televisão, dos caminantes da cidade, e dos leitores dos livros. Como perceber a presença do leitor? Poucos são os espaços possíveis para que o consumidor deixe marcas da sua presença, daí a dificuldade do historiador em decifrar as formas como os leitores liam no passado. Cabe, portanto, um estudo não só do conteúdo em si das narrativas literárias, mas, também, do suporte do livro. O historiador que pretende se dedicar a perceber a forma como as pessoas comuns liam em algum tempo passado deve, portanto, levar em consideração, também, a materialidade da fonte, e atentar para a edição, a editora, a tradução, as anotações pessoais, marginálias, marcas de leitura, guardados, resenhas, número de tiragens e tantas outras informações que fogem ao texto literário em si.

Vimos até aqui a relação íntima entre literatura e história: verdade, veracidade, verossimilhança, ficção e realidade são categorias importantes de se mobilizar ao tratar do texto literário na narrativa historiográfica. Vimos também o entendimento da literatura como fonte possível para a história, e como ela informa sobre determinado passado, determinado contexto. Além disso, destacou-se possíveis formas de interpretação da literatura na história: como representação, como testemunho e como ação do leitor. Ainda cabe destacar as formas possíveis de se abordar a literatura no ensino de história, ou seja, como aproximar a literatura como fonte histórica, abordando-a nas práticas de ensino de história.

De acordo com Marcos da Silva e Selva Guimarães Fonseca

A cultura escolar, dotada de especificidades, mantém laços permanentes com outros espaços culturais, desde a formação dos professores (universidade), passando pela produção erudita com que esses profissionais tiveram e continuam a ter contato (artigos, livros) e pela divulgação de saberes (livros didáticos, cursos, exposições, simpósios) elaborada naqueles mesmos espaços (Silva; Fonseca, 2007, p. 8).

No caso dos estudos históricos, é notória a relação entre a formação de professores, a pesquisa histórica e as salas de aula de ensino básico, e, assim, as pesquisas que se efetivam sobre história e literatura abrem caminhos para possibilitar reflexões plurais, formas diversas de dotar o mundo de sentido e de interpretar o passado.

Os personagens das narrativas literárias envolvem, sensibilizam, provocam sentimentos e sensações que, por vezes, a narrativa historiográfica não consegue explorar. As camadas de sentimentos possíveis através da interpretação do texto literário afetam o que a história precisa desmontar, e, assim, mediando razão e sensibilidade, é possível pensar em práticas para as salas de aula, como propõem os autores neste livro. Parte-se da premissa que

Eles não são personagens que, sozinhos, resolverão o aprendizado da história. Mas são sujeitos da experiência humana que, certamente, contribuirão para ampliar o entendimento dos fazeres históricos, de acordo com as perguntas que professores e alunos saibamos lhes fazer (Silva; Fonseca, 2007, p. 108).

Como já mencionado, cabe ao historiador e ao professor de história provocar, saber questionar, inquirir e interrogar a sua fonte, que aí sim vai falar e informar de um contexto passado que foi e já não é mais. Que vai encantar pela sensibilidade, estrutura e leveza do texto literário. Que vai levar o estudante para o passado da literatura, com o olhar curioso e inquisidor do presente. Lynn Hunt em seu potente livro *A Invenção dos Direitos Humanos* (Hunt, 2009) destaca o papel da literatura no processo de construção da empatia, da sensibilização para com o outro, etapa fundamental para formação de uma sensibilidade que tornou possível, mais tarde, a invenção dos direitos humanos. A sala de aula, nada mais é, do que o espaço mais importante na construção de um olhar empático e sensível para com o outro e levar a literatura para o ambiente escolar é promover essa produção de sentidos sensível ao outro.

Crônicas: entre a literatura e o jornalismo

Se a literatura é um meio capaz de sensibilizar e levar-nos ao passado, as crônicas têm aí uma importante função. As crônicas se apresentam também como escritas da vida

comum. Crônicas são tipos textuais apresentados ao público para serem lidos no dia a dia. Com linguagem acessível, as crônicas veiculadas na imprensa contribuem para a divulgação de aspectos da vida urbana em constante transformação. Presentes na maioria dos periódicos brasileiros do início do século XX, constituem uma fonte relevante para a compreensão das práticas de escrita jornalística e dos modos de representação do cotidiano nas cidades.

Os diversos círculos intelectuais formavam-se em torno dos homens de letras que, por volta do final do século XIX, combinavam a atividade literária com o emprego em jornais e revistas, apontando para a profissionalização da atividade. Escritores como Coelho Neto, Olavo Bilac, Bastos Tigre assinavam crônicas e colunas diárias nos jornais da capital federal, enquanto em São Paulo Monteiro Lobato, Amadeu Amaral, Menotti del Picchia, entre outros, frequentavam as colunas do *jornal do Commercio*, *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*. Disputando espaço com o noticiário, as colunas literárias proliferavam, exigindo maior amplitude (Cohen, 2013, p. 107).

As crônicas ofereciam aos leitores breves narrativas sobre acontecimentos cotidianos da vida urbana — como jantares beneficentes, obras de calçamento e arborização de ruas, ou indicações de locais para refeições. Para além do relato factual, esses textos também veiculavam modelos de civilidade, contribuindo para a formação de normas de sociabilidade compatíveis com os ideais de um convívio social moderno e urbano.

Encarar as crônicas como exemplares da literatura moderna é um passo importante para a pesquisa histórica. Nicolau Sevcenko, importante pesquisador das crônicas no início do século XX no Rio de Janeiro e em São Paulo afirma que

Dentre as muitas formas que assume a produção discursiva, a que nos interessa aqui, a que motivou este trabalho, é a literatura, em particular a literatura moderna. Ela constitui possivelmente a porção mais dúctil, o limite mais extremo do discurso, o espaço onde ele se expõe por inteiro, visando reproduzir-se, mas expondo-se igualmente à infiltração corrosiva da dúvida e da perplexidade. É por onde desafiam também os inconformados e os socialmente mal-ajustados. Essa é a razão por que ela aparece como um ângulo estratégico notável, para que a avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes no seio de determinada estrutura social. Tornou-se hoje em dia quase que um truísmo a afirmação da interdependência estreita existente entre os estudos literários e as ciências sociais (Sevcenko, 2003, p. 28).

O jornal oferece múltiplas perspectivas sobre um mesmo espaço e processo histórico. Tal constatação — de que cada autor imprime sua própria visão nos textos — exige do historiador uma mudança epistemológica. Se, anteriormente, prevalecia uma abordagem que privilegiava o “resgate” e a reprodução dos conteúdos documentais, cabe

hoje ao historiador interrogar criticamente as escritas do passado e problematizar as verdades pressupostas pelo material impresso.

A tarefa da História consiste na construção de narrativas verossímeis sobre o passado, a partir do questionamento das fontes e da atenção não apenas ao conteúdo textual, mas também ao suporte material, ao contexto de produção e às demais escritas presentes na publicação. Trata-se de realizar uma leitura crítica e abrangente, que considere todos os elementos envolvidos na produção e circulação de um jornal.

A exigência metodológica que se faz, contudo, para que não se regreda a posições reducionistas anteriores, é de que se preserve toda a riqueza estética e comunicativa do texto literário, cuidando igualmente para que a produção discursiva não perca o conjunto de significados condensados na sua dimensão social (Sevcenko, 2003, p. 28-29).

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que não há documento isento de intencionalidade. A produção de uma coluna jornalística envolve o ponto de vista do autor, a aprovação do redator e do editor, bem como a recepção esperada por parte do público — afinal, trata-se de um produto inserido em uma lógica de mercado. Atentar-se a esses aspectos implica romper com leituras ingênuas da imprensa que tomam os textos jornalísticos como verdades absolutas. O historiador, assim, compreende as escritas como construções discursivas, representações parciais e situadas de determinados acontecimentos.

Com escrita cotidiana, ritmo leve e linguagem acessível, as crônicas consolidaram-se como um gênero característico dos impressos periódicos — especialmente os jornais — entre o final do século XIX e o início do século XX. Permanecem, ainda hoje, entre as seções mais lidas dos periódicos brasileiros. Autores como Rubem Braga, Luis Fernando Veríssimo e Millôr Fernandes contribuíram significativamente para a consolidação e popularização desse tipo de escrita, marcada pela observação sensível do cotidiano.

No contexto da chamada “revolução dos impressos” no Brasil, coincidente com os primeiros anos da República, os jornais passam a ocupar de forma mais intensa os espaços urbanos. Impulsionados por avanços tecnológicos, ampliam o número de páginas, aprimoram a qualidade gráfica e elevam as tiragens, alcançando um público cada vez mais amplo. Esse processo se relaciona diretamente com os investimentos em educação e o crescimento dos índices de alfabetização. A circulação da informação ocorria tanto por meio da leitura individual e silenciosa quanto pela leitura pública em voz alta — prática comum em praças e demais espaços de sociabilidade no período.

A transformação dos jornais no início do século XX trouxe consigo novas formas de escrita e apresentação do conteúdo. Anúncios mais elaborados, o uso de fotografias, charges e a criação de novas colunas passaram a compor os impressos, exigindo a inclusão de textos mais leves, capazes de dialogar com os temas em debate na sociedade. Nesse cenário, ganham destaque as crônicas — gênero cuja origem etimológica (do grego *khronos* ou do latim *chronus*) remete diretamente à noção de tempo. A crônica configura-se como um retrato temporal, frequentemente marcada por pequenas notas sobre acontecimentos cotidianos, eventos ou discussões em curso, refletindo uma sociedade cada vez mais orientada pela busca constante por novidade. Assim, as crônicas tornam-se vetores privilegiados para apreensão da aceleração do tempo social característica daquele contexto, especialmente em meio às estratégias dos grandes grupos midiáticos em manter a atualidade como valor central.

Nesse período, diversos autores dedicaram-se intensamente à escrita de crônicas. Nomes como Machado de Assis, Lima Barreto e João do Rio figuraram como precursores desse gênero, ocupando diariamente as páginas de jornais e revistas que circulavam no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e o início do século XX. A atuação regular na imprensa não apenas conferia prestígio intelectual, mas também funcionava como importante fonte de sustento, paralela à produção literária. Essa aproximação entre jornalismo e literatura — por vezes marcada por tensões — foi objeto de amplos debates e estudos ao longo do século XX, consolidando a crônica como uma forma híbrida e multifacetada de escrita.

Pode-se compreender esse gênero como um testemunho do presente, inserido nas dinâmicas cotidianas dos periódicos, que demandavam textos sobre a vida nas cidades e os acontecimentos do dia a dia. Em crônica publicada em 1876, o autor afirma categoricamente: “Há um meio certo de começar uma crônica por uma trivialidade” (Assis, 1994), sugerindo que a escrita cronística se ancora no ordinário, no comum e no aparentemente insignificante. Embora a crônica possa ser considerada um gênero literário — em grande parte por ser produzida por escritores e intelectuais pertencentes a uma elite letrada cuja atividade principal era a literatura —, sua definição não se esgota nesse pertencimento. O estilo literário da crônica também se constrói a partir de sua função social, de seu suporte e de sua relação com os leitores e com o tempo presente.

Em *A vida ao rés do chão*, Antonio Candido dedica-se à definição das crônicas enquanto gênero literário, classificando-as como um “gênero menor”. No entanto, ressalta que essa condição é justamente o que confere à crônica sua principal característica: o tom de proximidade e a escrita coloquial. Dessa forma, o gênero se apresenta como uma forma

de escrita que aproxima o leitor, adequando-se à sensibilidade do cotidiano, “se ajustando à sensibilidade de todo o dia” (Candido, 2003, p. 89).

A partir dos estudos de Sidney Chalhoub, Margarida de Souza Neves e Leonardo Affonso de Miranda Pereira torna-se possível compreender de que maneira a História pode abordar e analisar as crônicas. Os autores destacam que

Surgidas do acaso, da espontaneidade de uma conversa, as crônicas teriam como uma de suas características primeiras a leveza. Ao tratar de temas diversos, alinhados pela arte das transições, fariam dos pequenos acontecimentos sua matéria-prima privilegiada. Presos aos assuntos do dia, tais textos seriam efêmeros e passageiros, ligando-se de forma direta a seu tempo (Chalhoub; Neves; Pereira, 2005, p. 9).

Dessa forma, as crônicas estabelecem, primordialmente, uma relação direta com o cotidiano, posicionando o cronista como um observador atento às transformações sutis das sensibilidades, às inovações e aos deslocamentos de homens e mulheres no espaço urbano.

Por sua vez, cada tempo ‘novo’ deu lugar a um discurso que considera ‘morto’ aquilo que o precedeu, recebendo um ‘passado’ já marcado pelas rupturas anteriores. Logo, o corte é o postulado da interpretação (que se constrói a partir de um presente) e seu objeto (as divisões organizam as representações a serem reinterpretadas) (Certeau, 2008, p. 15).

O cotidiano está intrinsecamente imerso na escrita histórica, sobretudo ao considerarmos que são as ações de homens e mulheres comuns que fundamentam as práticas sociais, políticas e culturais das épocas passadas. Nesse sentido, o estudo das práticas cotidianas — como comer, morar, morrer e comemorar — revela-se fundamental para os estudos históricos, uma vez que essas ações proporcionam acesso privilegiado aos modos de vida do passado.

Em História, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto [...] Longe de aceitar os dados, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente. E o vestígio dos atos que modificam uma ordem recebida e uma visão social. Instauradora de signos, expostos a tratamentos específicos, esta ruptura não é, pois, nem apenas nem primordialmente, o efeito de um ‘olhar’. É necessário aí uma operação técnica (Certeau, 2008, p. 81).

Os jornais constituem um reflexo das características de uma sociedade, revelando modos de vida, práticas alimentares, formas de fazer política e manifestações musicais em determinado tempo e espaço. Por meio de seus conteúdos, é possível acessar aspectos culturais e sociais, uma vez que eles registram e perenizam o cotidiano. Entretanto, arquivar o cotidiano configura-se como uma tarefa complexa, dada a sua natureza efêmera e passageira.

Ao longo do século XX, os jornais se consolidaram como um dos principais meios de comunicação, nos quais se pode encontrar desde reportagens que narram acontecimentos até elementos que subsidiam a reconstrução histórica do cotidiano das cidades e do país. Conforme destaca Pierre Nora, “os media transformam em atos aquilo que não teria sido senão palavra no ar” (Nora, 1979, p. 182), o que evidencia o papel dos periódicos como documentos valiosos para análises que visem compreender tais atos do passado. Nesse contexto, as crônicas assumem particular relevância, pois apresentam uma “relação singular com o tempo vivido, dependendo dos acontecimentos com os quais buscam interagir, movendo-se e transformando-se em conformidade com eles” (Chalhoub; Neves; Pereira, 2005, p. 15).

No início do século XX, os jornais desempenharam papel fundamental na divulgação e no debate de propostas governamentais, na promoção de novos produtos e espaços de sociabilidade, assim como na disseminação de hábitos vinculados às reformas sociais e urbanas que caracterizaram o Brasil desse período. Nesse sentido, os periódicos históricos preservados em arquivos públicos e bibliotecas constituem importantes fontes para o estudo do passado, oferecendo múltiplas perspectivas sobre o cotidiano. Enquanto documentos históricos, esses jornais proporcionam aos historiadores acesso a vestígios do tempo passado, configurando-se como registros valiosos inseridos em um suporte específico que reflete as dinâmicas sociais e culturais de sua época.

Nesse contexto de transformações urbanas, observadas em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Belém, os acontecimentos são construídos na tessitura dos textos jornalísticos. Eleutério destaca que

A linguagem coloquial e a temática da crônica vinham ao encontro da agilidade exigida pela imprensa de periodização intensificada — diária, semanal, quinzenal, mensal. Segundo o clássico ensaio de Antonio Candido, aquele texto privilegiava acontecimentos de durabilidade efêmera, como aliás confirmara Olavo Bilac, lembrando que as crônicas ‘escrevem-se, leem-se, esquecem-se...’ (Eleutério, 2013, p.97).

As crônicas configuram-se, assim, como um espaço de aceleração temporal na escrita, deixando marcas significativas para a análise das dinâmicas políticas, econômicas

e culturais em cidades — e sociedades — em transformação. Ao revelar o olhar apurado dos cronistas, essas narrativas se apresentam “como campo de experimentação literária quanto como testemunho de um tempo vivido” (Chalhoub; Neves; Pereira, 2005, p. 12). Dessa forma, constituem-se em vestígios escritos, rubricas de um passado que se manifestam no presente do historiador como testemunhos históricos.

O historiador que se debruça sobre a fonte literária deve assumir a responsabilidade de considerar não apenas o conteúdo textual em si, mas também as condições de produção, a materialidade da fonte e as dimensões implícitas que os textos revelam para além do que é imediatamente perceptível. O passado retratado pelas crônicas não se apresenta integralmente ao presente, tampouco é plenamente recuperável, conforme ressalta John Lewis Gaddis:

Porém o passado, por sua vez, é algo que nunca podemos possuir. Porque quando percebemos o que aconteceu, os fatos já estão inacessíveis para nós: não podemos revivê-los, recuperá-los, ou retornar no tempo em um experimento de laboratório ou simulação de computador. Só podemos representá-los (Gaddis, 2003, p. 17).

Assim é possível concordar com Antonio Celso Ferreira que afirma que

Toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem (Ferreira, 2009, p. 67).

A crônica configura-se como uma forma de linguagem leve e, por vezes, coloquial, que, contudo, carrega em suas linhas a expressão dos processos vivenciados por sociedades, homens e mulheres comuns. O cronista, conforme assinala Ferreira, deposita em seus escritos sonhos e expectativas, projetando e delineando futuros que, embora possam ou não se concretizar, atuam no mundo social ao construir novas demandas e alimentar o imaginário coletivo sobre o futuro. Ferreira ainda enfatiza que gêneros literários estão intimamente relacionados às condições sociais e históricas que determinam a formação do público leitor, com seus gostos e sensibilidades e que, por outro lado, também se alteram de acordo com a mudança do suporte material dos textos (Ferreira, 2009, p. 73).

Embora as crônicas sejam frequentemente percebidas como um gênero literário leve e desprezioso, “feita às pressas e sem cuidado, para consumo diário dos jornais” (Chalhoub, Neves, Pereira, 2005, p. 10), elas podem ser consideradas documentos privilegiados que permitem a leitura de representações de um período histórico, revelando intenções, vontades, estilos e modos de narrar o cotidiano.

Conforme aponta Nicolau Sevcenko, “enquanto a historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do seu vir-a-ser” (Sevcenko, 2003, p. 29). Assim, ainda que frequentemente classificada como literatura menor — ou, nas palavras de Antonio Candido, situada “ao rés do chão” —, a pesquisa histórica deve dedicar-se ao estudo de todas as formas de expressão literária, reconhecendo seu potencial para a compreensão das dinâmicas sociais.

Devem interessar à pesquisa histórica todos os tipos de textos literários, na medida em que sejam vias de acesso à compreensão dos contextos sociais e culturais: literatura maior ou literatura menor, escritos clássicos ou não, eruditos ou populares, bem-sucedidos no mercado ou ignorados, incensados ou amaldiçoados (Ferreira, 2009, p.71).

Literatura e jornalismo constituem formas de expressão da vida humana que podem funcionar como testemunhos de um tempo, de processos históricos e de práticas sociais e culturais de homens e mulheres comuns. Na escrita efêmera dos jornais, essas manifestações registram as transformações urbanas, as expectativas de um momento eufórico e os projetos em andamento. Cabe ao historiador atento ao universo da cultura escrita e às práticas de leitura perceber, na aparente simplicidade das crônicas, os desejos e anseios de um observador sensível ao seu entorno.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: SP, Edusc, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, NEVES, PEREIRA. *História em Causas Miúdas: capítulos de História social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.

CHARTIER, Roger. *A História ou a Leitura do Tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

DOSSE, François. La historia intelectual después del lingüístico. In: *Historia y grafia*, n. 23, 2004.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do Progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina. *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

HUNT, Lynn A. *A Invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JABLONKA, Ivan. *A História é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2020.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006.

NORA, Pierre. O Retorno do Fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016.

RUIZ, Rafael. Literatura: novas formas de abordar o ensino de História. In: KARNAL, Leandro. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Artigo recebido em 03/08/2025

Artigo aprovado para publicação em 07/10/2025

Editor(a) responsável: Giovana Cobello

ENTRE AUSÊNCIAS E ESPECTROS: Tempo, Memória e Subjetividade na Autoficção de Hisham Matar

BETWEEN ABSENCES AND SPECTERS: Time, Memory, and Subjectivity in the Autofiction of Hisham Matar

Marcelo Fidelis Kockel¹

Resumo: O presente artigo propõe uma reflexão sobre a escrita da história no mundo contemporâneo a partir de um exercício de fecundação da literatura de Hisham Matar. A análise se apoia nos conceitos de “passados singulares”, formulado pelo historiador italiano Enzo Traverso, e de “eu metódico”, cunhado pelo francês Ivan Jablonka — ambos destacando a inserção da subjetividade do pesquisador num texto historiográfico. Paralelamente, busca-se explorar as relações entre ficção, literatura, história e eventos traumáticos, na perspectiva de Jablonka, LaCapra e Hayden White. Por fim, pretende-se refletir sobre o conceito de tempo, demonstrando como a autoficção de Matar abre espaço para se pensar numa temporalidade espectral, ausente-presente, como alternativa ao modelo linear e sucessivo, hegemônico durante o período moderno.

Palavras-chave: Hisham Matar; autoficção; subjetividade; memória; espectralidade.

Abstract: This paper proposes a reflection on the writing of history in the contemporary world through an engagement with the literature of Hisham Matar. The analysis is based on the concepts of ‘Singular Pasts,’ developed by the Italian historian Enzo Traverso, and the “methodological self”, coined by the French historian Ivan Jablonka — both emphasizing the insertion of the researcher’s subjectivity into the historiographical text. Concurrently, the article seeks to explore the relationships between fiction, literature, history, and traumatic events from the perspectives of Jablonka, LaCapra, and Hayden White. Finally, it aims to reflect on the concept of time, demonstrating how Matar’s autofiction opens up space to conceive of a spectral temporality — absent-present — as an alternative to the linear and successive model that was hegemonic during the modern period.

Keywords: Hisham Matar; autofiction; subjectivity; memory; spectrality.

Introdução ou a chama piloto

No dia 17 de dezembro de 2010 — quando eu cursava o terceiro ano de graduação em História na UNESP de Franca — o tunisiano Mohamed Bouazizi, de 26 anos, ateou fogo em seu próprio corpo, morrendo 18 dias depois, em um hospital da cidade Ben Arous, capital da província homônima, localizada no norte da Tunísia. Recorrentemente, por atuar como professor de geografia do Ensino Fundamental, Médio e Pré-Vestibular, retomo o ato para explicar o momento histórico do Norte da África e do Oriente Médio após o acontecimento. O que, de certa forma, me ajudou a pensar na escrita deste texto.

Sabe-se que as motivações para a autoimolação do tunisiano foi a apreensão do seu carrinho de frutas e legumes pelas autoridades locais, que alegavam a ilegalidade do

¹ Doutor em História e Cultura Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: marcelo.kockel@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0844425879743340>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3709-4330>.

comércio ambulante no país. Segundo sua irmã Samya, três inspetores do governo haviam pedido propina para Bouazizi, que recusara pagar. “Eles apreenderam os produtos e os colocaram dentro de seu carro. Eles tentaram retirar suas balanças, mas Mohamed se recusou a entregá-las, por isso eles bateram nele” (Gardner, 2011). Indignado, Bouazizi decidiu ir à sede do governo regional para defender o seu caso e reivindicar seus direitos, alegando que dispunha de poucas alternativas para conseguir proventos que garantisse sua sobrevivência. Entretanto, o governador não quis atendê-lo. Com isso, o vendedor ambulante — após enviar uma mensagem para sua mãe no *Facebook* pedindo perdão pela sua falta de esperança — comprou um diluente, encharcou-se em frente ao prédio do governo local e colocou-se em chamas.

O ato de Bouazizi foi o estopim para uma onda de revoluções que eclodiram em mais de 10 países do norte da África e do Oriente Médio. As manifestações que começaram na Tunísia, e que levaram o presidente Ben Ali a renunciar após 23 anos de poder, logo se espalharam pela maior parte do mundo árabe, chegando ao Egito, Iêmen, Arábia Saudita, Bahrein e outros.

Na Líbia, especificamente, a oposição ao governo vigente organizou uma série de protestos cujo objetivo principal seria promover a troca do regime político e retirar do poder o ditador Muammar Kadhafî, que ocupava o cargo de chefe de Estado desde 1969. As movimentações opositoras se iniciaram na capital Trípoli em fevereiro de 2011, sendo duramente reprimidas pelo governo, que respondeu violentamente aos protestos, inclusive com o “uso indiscriminado de armas letais contra os que protestavam pacificamente” (Case; Siebens, 2012, p. 16).

O confronto entre as forças opositoras e o regime resultou em inúmeras mortes. Em consequência disso, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1970, cujo objetivo era proteger os civis, condenando as violações dos direitos humanos que estavam ocorrendo naquele momento. Foram implementadas diversas sanções contra o país — embargo de armas, proibição de viagens — que acabaram não sendo tão efetivas para a contenção do conflito. Assim, já em março de 2011, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1973, autorizando intervenções militares com base no princípio da Responsabilidade de Proteger, sob os fundamentos de democracia e da defesa dos direitos humanos (Pautasso; Azeredo, 2011).

Essa medida concedeu carta branca aos países membros da ONU para adotarem as ações que julgassem necessárias para controlar a complexa situação de segurança da Líbia naquele momento. Dessa forma, EUA, França e Reino Unido iniciaram a Operação Protetor Unificado, bombardeando as forças de Kadhafî. A gerência dessa operação foi,

posteriormente, assumida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e, a partir de então, o número de mortos aumentou drasticamente. A missão, que tinha o objetivo de diminuir, acabou por potencializar e aprofundar o conflito. Após oito meses, com o país devastado, as forças opositoras executaram Kadhafi em praça pública, cujas imagens foram televisionadas e transmitidas em todo o mundo (Zamudio, 2015).

Com a derrubada do antigo regime e, conseqüentemente, com a descentralização do poder, a Líbia se tornou um país fragmentado e extremamente armado. Um Estado ingovernável, criando um vácuo de poder que fora ocupado por extremistas islâmicos e unidades paramilitares, resultando em Guerra Civil e instabilidade política que perdura até os dias de hoje.

É nessa ambiência que o escritor Hisham Matar — após muitos anos no exílio — retorna à Líbia, terra de seus antepassados, em busca de respostas que explicassem o desaparecimento de seu pai durante o regime de Kadhafi, em 1990, conforme relata em seu livro de memórias *O Retorno*, publicado em 2016.

Março de 2012, início da manhã. Minha mãe, minha esposa Diana e eu ocupávamos uma fileira de assentos parafusados ao chão de azulejos de um saguão no Aeroporto Internacional de Cairo. Uma voz anunciou que o voo 835 partiria na hora marcada. Vez por outra minha mãe me lançava um olhar ansioso. Diana, também com ar preocupado, pousou uma mão no meu braço e sorriu. Seria bom levantar e dar uma caminhada, pensei comigo. Mas meu corpo continuava rígido. Nunca me senti tão capaz de permanecer imóvel. [...]. Retornar depois de todos aqueles anos era uma má ideia — foi o pensamento que me ocorreu subitamente. Minha família tinha partido em 1979, trinta e três anos antes. Esse era o abismo que separava o homem do menino de oito anos que eu era à época. O avião cruzaria esse golfo. Viagens assim são imprudentes, sem dúvida. Essa me privaria de uma habilidade que cultivei a duras penas: como viver longe de lugares e pessoas que amo. [...]. Retorne, e você encontrará a ausência ou a mutilação do que tanto amava (Matar, 2022, p. 7-8).

Ainda no terminal, sua mãe — relata Hisham Matar —, percebendo a ansiedade do filho, fez-lhe uma pergunta capciosa: “Quem retorna? Suleiman el-Dewani ou Nuri el-Alfi?” — ambos protagonistas exilados de seus romances *No País do Homens* e *Anatomia de um Desaparecimento*. “Ela queria me animar, mas havia também um alerta implícito em sua pergunta, contra o que ela sabia que eu pretendia fazer: procurar meu pai” (Matar, 2022, p. 41).

Ela sabia que minha vontade de descobrir o que aconteceu havia se transformado numa obsessão. E, ali no terminal do aeroporto, o que sua pergunta realmente queria dizer, pronunciada num tom perfeitamente equilibrado entre a seriedade e a galhofa, era que ela preferiria muito mais que eu tivesse voltando acompanhado dos meus dois personagens

ficcionais do que carregando o *fantasma* do meu pai, o homem que ela chama de “o Ausente-Presente” (Matar, 2022, p. 41, grifos nosso).

É nesse diapasão, nessa relação entre a perda e a busca, a ausência e a presença, a memória e a ficção, que procurarei pensar a obra literária do escritor nova-iorquino — de ascendência líbia — Hisham Matar. Nascido em 1970, passou a infância em Trípoli, capital da Líbia, depois Cairo, capital egípcia. Suas experiências em ambas as cidades servem de inspiração para criação dos seus romances: *No País dos Homens* e *Anatomia de um Desaparecimento*, e para seu livro de memórias *O Retorno*.

Partindo desses textos, este artigo propõe refletir sobre a escrita da história no mundo contemporâneo por meio de um exercício móvel de fecundação da literatura. Tomo como base os conceitos de “passados singulares”, formulado pelo historiador italiano Enzo Traverso, de “eu metódico”, proposto pelo francês Ivan Jablonka — ambos enfatizando a subjetividade do historiador no texto historiográfico. Em paralelo, procuro explorar as relações entre ficção, literatura, história e eventos traumáticos, a partir das perspectivas de Luiz Costa Lima, Ivan Jablonka, Dominick LaCapra e Hayden White. Por fim, pretendo refletir sobre o conceito de tempo, demonstrando como a autoficção de Hisham Matar nos permite pensar numa temporalidade espectral, ausente-presente — analisada por Beber Bevernage e Ethan Kleinberg — como uma alternativa ao modelo linear e sucessivo, convencionalmente hegemônico durante o regime moderno de historicidade.¹

Com isso, minha proposta procura colocar em trânsito alguns impasses da historiografia contemporânea, tornando-os oblíquos, provocadores e discutíveis entre os historiadores, a fim de sofisticar a sua escrita e procurar caminhos mais críticos e criativos diante das atuais indagações da teoria da história.

O eu metódico e os seus passados singulares na escrita da história

Todo historiador, ao falar sobre si mesmo e sobre o seu trabalho, acaba por expressar suas inquietações, impasses e incertezas em relação à produção historiográfica. Mas, em que medida podemos percorrer esses aspectos instintivos e involuntários da nossa subjetividade num trabalho de pesquisa acadêmica? Ou melhor, o historiador pode recorrer ao seu “eu” de maneira plenamente autoconsciente, interpolando suas inquietações e angústias com o trabalho de pesquisa e escrita?

Evidentemente, sim! Afinal, essas interpolações da escrita de si estão cada vez mais presentes nos textos historiográficos. Ou como afirma Enzo Traverso: “O fato é

simples: a história é cada vez mais escrita na primeira pessoa, pelo prisma da subjetividade do autor” (Traverso, 2023, p. 2, tradução nossa).² Assim, se antes o historiador não podia abandonar sua posição de terceira pessoa³, por estar submetido aos protocolos de sua disciplina, agora ele pode assumir posições mais variadas: ser um narrador em primeira pessoa (Costa Lima, 1989, p. 104). Portanto, a objetividade, que tantos historiadores propuseram ao longo da história, hoje em dia não tem nada a ver com o desaparecimento do eu (Jablonka, 2020, p. 363). Afinal, a história é inseparável do historiador, “[...] não podemos escapar à inevitabilidade de nossa própria subjetividade — só podemos ver o mundo a partir de nossa própria perspectiva (Jenkins, 2014, p. 23).

Assim, a natureza genuína da história só pode ser compreendida quando ela for vista não apenas como um empreendimento empirista objetivo, mas como uma criação por parte dos historiadores de uma forma narrativa particular sobre o passado (Cunha, 2019, p. 211). Ou seja, por mais que parte da historiografia tente apagar as marcas de subjetividade do historiador, elas estão presentes no texto, no estilo pessoal da escrita, na escolha do objeto pesquisado, na forma de problematizar esse mesmo objeto, no gênero escolhido para expressar sua narrativa. Em suma, o historiador toma decisões que irão marcar o seu texto; ele escolhe seus usos retóricos, suas formas de argumentação e suas figuras de linguagem, e isso implica na produção do sentido que seu texto propõe atingir (Albuquerque Jr., 2021, p. 48).

Dessa forma, um historiador, quando escreve, vai, paralelamente, tratar de suas escolhas temáticas, dos seus objetos de pesquisa, de maneira inconsciente ou, até mesmo, autoconsciente, deixando transparecer os seus desejos, sentimentos, afetos, emoções e paixões. “Quase sempre pesquisamos não apenas aquilo que nos interessa, mas aquilo que nos apaixona, que nos afeta, que nos move e nos comove, que mexe com as nossas ideias, mas também com nossos afetos, com nossas emoções” (Albuquerque Jr., 2021, p. 17).

Ante isso, “há uma erótica do objeto que é preciso ser admitida” (Albuquerque Jr., 2021, p. 18). É possível escolher um objeto por sua beleza, pelo prazer estético que ele desperta, pelos afetos que ele provoca. Ou seja, podemos escolher um objeto de pesquisa por sua dimensão poética, pela emoção estética que provoca, pela alegria ou pela sensação de sublimidade que ele proporciona. Por outro lado, podemos escolher um objeto devido ao desagrado que ele nos causou, pelo desprezo ou rejeição que provocou, pela agressão aos nossos sentidos. Dessa forma, a escolha de um objeto historiográfico surge dos afetos do mundo, a partir de nossas percepções, emoções e impulsos que ele desperta, da

memória involuntária e impressão estética que proporciona, do trabalho da imaginação que ele motiva (Albuquerque Jr., 2021, p. 18-19).

Assim, se o historiador reconhecer que suas escolhas estão carregadas de uma carga afetiva, ele poderá torná-las explícitas e até mesmo confessar suas decisões, refletindo sobre elas, sobre si mesmo e sobre sua própria prática de pesquisa. Portanto, como qualquer escritor, o historiador pode ser visto como uma espécie de mago. Contudo, ele é um mago que revela os seus truques (Jablonka, 2020, p. 386). E, ao fazer isso, assume um princípio de honestidade intelectual (Traverso, 2023, p. 3).

Ao integrar a subjetividade do investigador na narração, o “eu” torna suas formulações mais objetivas: ele esclarece a posição de onde fala, as circunstâncias da investigação, as sustentações e os resultados do raciocínio, as certezas e as dúvidas. Humilde e lúcido, ele pertence ao protocolo científico. [...]. Ele prefere a retidão à objetividade, a honestidade ao neutralismo, a inquietude à certeza, o cheio ao vazio, a explicitação à ciência infusa (Jablonka, 2020, p. 383-384).

Um exemplo disso na historiografia contemporânea seria os trabalhos do historiador Ivan Jablonka. Em *Historia de los abuelos que no tuvo*, por exemplo, o historiador conta a trajetória de vida de seus avós (Matés e Idesa), que, apesar de parentes, eram absolutamente desconhecidos dele. Nascidos na Rússia, naturalizados poloneses, eles vivenciaram (e morreram em decorrência) alguns eventos traumáticos da primeira metade do século XX — o estalinismo, a Segunda Guerra Mundial e o extermínio dos povos judeus (Jablonka, 2015, posição 42). Esses acontecimentos, segundo LaCapra, ultrapassam a capacidade da imaginação em concebê-los. Antes que ocorressem, eles não seriam imagináveis. E mesmo após sua ocorrência, eles podem exceder a imaginação daqueles que experimentaram, mas, também, daqueles que não estiveram presentes. Por isso, há uma certa dificuldade em representar tal experiência traumática (LaCapra, 2004, p. 132-133).

Por isso, para Hayden White, esses eventos funcionam na consciência de certos grupos sociais como traumas que não podem ser simplesmente esquecidos ou tirados da cabeça, da mesma forma que não podem adequadamente ser lembrados ou identificados sem ambiguidades quanto aos seus significados (White, 1999, p. 196).

O significado dos eventos permanece indistinguível de sua ocorrência, mas sua ocorrência é instável, fluida e *fantasmagórica*. [...]. Isso não quer dizer que tais eventos não sejam representáveis, apenas que técnicas de representação, de certo modo diferentes daquelas desenvolvidas no auge do realismo, estão sendo necessárias (White, 1999, p. 210, grifo nosso).

Portanto, para Hayden White, nos casos desses eventos traumáticos, há a necessidade de adotar uma postura que não seja nem subjetiva, nem objetiva, e, assim, promover uma atitude, uma escrita, que negue a distância entre o escritor, o texto e aquilo que está sendo narrado, o fato histórico propriamente dito. Dessa forma, no exemplo de uma elaboração de enredo sobre o Terceiro Reich, é possível compor um modo cômico de narrar sem que, necessariamente, deixe de se evidenciar o evento. Essa, aliás, é, para o historiador, uma questão posta por *Maus: o conto de um sobrevivente*, de Art Spiegelman, que apresenta os eventos do Holocausto por meio de uma escrita em quadrinhos satírica, na qual os alemães são expostos como gatos, os judeus como ratos e os polacos como porcos. Segundo Hayden White, essas

[...] alegorizações feitas por meio do jogo de gato-e-rato-e-porco, na qual todos — perpetradores, vítimas e figurantes da estória do Holocausto e ambos — Spiegelman e seu pai — na estória de seu relacionamento — parecem mais com “bestas” do que seres humanos. *Maus* apresenta uma visão particularmente irônica e aturdida do Holocausto, mas é, ao mesmo tempo, um dos mais tocantes relatos narrativos dele que conheço [...]. Certamente, *Maus* não é uma história convencional, mas trata-se de uma representação de eventos reais do passado [...] é uma obra prima de estilização, figuração e alegorização (White, 2006, p. 196).

No caso, a alegoria animal de *Maus* não apresenta apenas a história do extermínio dos judeus, mas, sobretudo, o testemunho de Vladek — sobrevivente de Auschwitz e pai do narrador. Trata-se, portanto, de uma autobiografia do autor entrelaçada ao testemunho do pai. Assim, a história se desenrola dentro de outra história, à medida que relata os encontros do autor com o pai, as gravações, o testemunho interrompido pelo cansaço ou por tarefas e acidentes da vida cotidiana. É, ao mesmo tempo, um livro de memórias e de arquivos pessoais, que narra tanto uma vida quanto uma investigação (Traverso, 2023, p. 93-94).

De forma semelhante, o trabalho de Jablonka — assim como o exemplo citado acima —, por se tratar de um modo experimental de se narrar o passado, carregado de subjetividade, nos fornece um *insight* para pensarmos as relações entre história e ficção; ética, estética e epistemologia. Paralelamente, também podemos refletir, de uma maneira não convencional, sobre passados singulares, “que não passam”, que “lançam sombras sobre o presente e o futuro” (Ávila, 2017, p. 23), que “não se esfriam” e permanecem “quente” no sentido político, social e moral — mas também legal (Lorenz, 2017, p. 42). Ou seja, eventos históricos que nos interpolam e continuam assombrando a nossa contemporaneidade, os quais, segundo Berber Bevernage, alcançaram “uma forte presença em um amplo conjunto de esferas societárias, abrangendo desde a política

(internacional), o sistema de justiça, a mídia de massa, a indústria do entretenimento e as artes.” E, nesse sentido, tornaram-se “tão onipresente que ameaça de forma fundamental a consciência histórica moderna” (Bevernage, 2021, p. 24).

Assim, se na modernidade ocidental e nas tradicionais produções historiográficas o tempo era caracterizado pela ideia de um passado como entidade ausente e distante, na contemporaneidade, por sua vez, a história, ao assumir um imperativo ético, reivindica um passado presentificado. Por isso, ao considerarmos as vozes das vítimas dos eventos traumáticos, produzimos uma “quebra no tempo” cronológico, pois “a presença do passado como fantasma, ou assombração, não deve ser menosprezada como mera alegoria, ou metáfora, mas como uma realidade concreta de sua experiência do tempo” (Freixo, 2018, p. 15).

Partindo dessa cronosofia alternativa, que não vê mais o passado apenas como ausente e distante, mas, sim, como persistente e assombroso, é possível pensar o trabalho de Jablonka. Em *Historia de los abuelos que no tuvo*, por exemplo, o historiador começa analisando a infância dos seus antepassados, passando pelas juventudes política de seus avós, vinculadas ao comunismo judaico, à clandestinidade e ao exílio, à prisão e à morte decorrente do antissemitismo europeu. Simultaneamente, traça uma narrativa em primeira pessoa sobre todas as dificuldades e percalços ao longo do processo de pesquisa, envolvendo os estados de ânimo provocados pelas histórias daquelas trajetórias. Afinal, Jablonka não era “apenas historiador, mas também um neto em busca de um passado sensível” que o assombra (Turin, 2019, p. 82).

Nesse sentido, Jablonka coaduna com aquilo que Hayden White denomina de “passado prático”. Um passado mobilizado para a formação de um julgamento ético e que se apresenta na linguagem pelo discurso performativo. Ou seja, o historiador está conectado com a dimensão ética de sua prática, fundado numa articulação temporal da qual o passado serve ao presente e à ação (Ramalho; Ramires; Ferraz, 2018, p. 110).

O passado prático é composto por todas aquelas memórias, ilusões, porções de informações errantes, atitudes e valores que o indivíduo ou o grupo convocam das melhores maneiras possíveis para justificar, dignificar, escusar, fazer um alibi ou defender ações a serem tomadas na busca de um certo projeto de vida (White, 2018, p. 16).

Paralelamente ao estudo desse passado prático, diante de um dilema ético, Jablonka procura a inserção do seu “eu metódico” no texto historiográfico — uma subjetividade objetivada na narrativa que permite acender a coerência de sua investigação e a arquitetura de seu pensamento (Jablonka, 2020, p. 541), de modo que ele (ou qualquer

outro historiador) possa recorrer a si mesmo de maneira plenamente (in)consciente (Jablonka, 2020, p. 535).

Assim, ao percorrer os aspectos mais instintivos e involuntários de sua subjetividade, o historiador seria capaz de trazer ao texto historiográfico o perfil de “um sujeito carregado de emoções, angústias, medos e expectativas”, que, ao expor o seu processo de pesquisa na busca de um passado sensível, como uma experiência complexa, vai “além da fria relação metodológica entre sujeito e objeto” (Turin, 2019, p. 82-83).

Um exemplo disso é a reconstrução do evento da prisão de seu avô Matés, um imigrante judeu que vivia ilegalmente na França em 1939. Jablonka interrompe a narração para expor a sua experiência da pesquisa diante do fato. Conta como foi a angústia de ir ao arquivo junto com seu pai, e, emocionados, folhear os documentos com o nome de seu avô no registro de encarceramento (Jablonka, 2015, posição 2424-2430). Ou quando comenta de suas insônias ou viagens — Polônia, Israel, Argentina, Estados Unidos — que o levou a explorar inúmeros arquivos e trabalhar com textos em diferentes idiomas: iídiche, hebreu, polaco, espanhol, inglês e alemão (Jablonka, 2015, posição 5627).

Resumidamente, Jablonka, ao narrar a história dos avós que não teve, relacionando a vida desses dois desconhecidos a uma série de eventos que ocorreram na primeira metade do século XX, e que ainda interpolam o nosso presente, insere, conjuntamente, o seu “eu metódico” na narrativa, à medida que vai relatando suas angústias como neto e pesquisador. Dessa forma, seu trabalho se caracteriza em diversas dimensões: uma investigação biográfica, uma obra com pressupostos éticos e de justiça e uma discussão sobre os impasses da historiografia e do fazer historiográfico na contemporaneidade (Jablonka, 2015, posição 69).

Para não ficar em um único exemplo, *Una casa amb robes (Em camping car)*, outro trabalho de Jablonka, também pode ser entendido como uma busca de si. Novamente, a subjetividade do historiador se assenta na história e, simultaneamente, a história se reconstitui incorporando o prisma do eu (Turin, 2019, p. 85). Nessa dinâmica, Jablonka usa do gênero autobiográfico para explorar as diferentes camadas sociais e temporalidades históricas envolvidas nas experiências vividas em uma viagem de férias de sua família. É uma história pessoal, narra suas viagens para Itália, Portugal, Espanha, Grécia e Marrocos durante a infância e juventude na década de 1980, mas, também, uma história coletiva, um olhar histórico sobre os horrores da guerra vivido pelos europeus e sobre a esperança de seu pai em poder construir um mundo melhor no período do estado de bem-estar social (Jablonka, 2019).

Essas duas temporalidades — pessoal e coletiva — entrecruzam-se num terceiro tempo, o tempo da narrativa. Por isso, são consideradas temporalidades existenciais — a dos atores do passado e a do historiador-narrador no presente. Afinal, a escrita da história é sempre escrita no presente, constituindo o seu “pacto historiográfico”, mas também introduzindo o seu “pacto autobiográfico”, ao assumir a identidade do autor, narrador e protagonista (Traverso, 2023, p. 83-84). Não se trata mais de apenas reviver a história, mas de transmitir as experiências do historiador que, no presente, reconta a história (Traverso, 2023, p. 134).

Nesse mote, Jablonka, fazendo uso de suas próprias lembranças, somados aos relatos de seu pai e de amigos e de documentos da época, vai tecendo uma trama sobre essas diferentes temporalidades: a historicidade do *motorhome* da família, o movimento hippie, as manifestações de maio de 1968, a carestia e o estado de latência do pós-guerra, os direitos trabalhistas do estado de bem-estar social (Turin, 2019, p. 84-85), além de sua própria historicidade como pesquisador. Ou seja, Jablonka, ao inserir esse narrador subjetivo e sincero, intercala diferentes tempos de enunciações, apresentando jogos de presença e ausência, não privilegiando a representação do passado em sua dimensão cronológica, mas, sim, em uma relação experiencial e descontínua (Turin, 2019, p. 87).

Assim, é possível dizer que o trabalho de Jablonka é uma tentativa de mover o passado para uma consciência viva no presente, à medida que os eventos são constituídos por um ato poético e linguístico no momento que o historiador escreve os processos de sua pesquisa. Em contrapartida, também podemos pensar os textos do historiador a partir do oposto, de que o passado, como aponta Runia, move o presente (Runia, 2014). Afinal, não há momentos em que o passado nos força a reescrever nossas próprias histórias? Não há momentos em que o passado pode ser concebido não como algo ausente e, portanto, passivo, mas como dotado de presença? Dessa forma, devido a nossas circunstâncias existenciais, não seríamos agentes no presente, movidos pelo passado, sensíveis às demandas que ambos impõem sobre nós? (Telles, 2019, p. 17).

Dito de outra forma, nós, historiadores, ao estarmos em contato com pessoas, eventos e sentimentos do passado, acabamos por constituir aquilo que somos (Runia, 2006a, p. 5). Por isso, em alguns casos, essa presença do passado, ao flutuar pelo aqui e agora, nos faz sentir, pensar e fazer coisas que estão em desacordo com aquilo que acreditamos ser, nos obrigando a reescrevermos nossa história sobre nós mesmos (Runia, 2006b, p. 316).

Pensando nisso, nós, historiadores, poderíamos escrever sobre nós mesmos de maneira “mais ou menos livre, mais justa, mais original, mais reflexiva, não para abrandar

a cientificidade da pesquisa, mas, pelo contrário, para reforçá-la” (Jablonka, 2020, p. 22). Ou seja, em conformidade com Ankersmit, seria possível dizer que, enquanto historiador, você tem de fazer uso de toda a sua subjetividade quando escreve história, sem permitir que qualquer parte dela seja sacrificada no altar de alguma ilusão científica (Ankersmit, 2010, p. 195).

Sendo assim, a subjetividade não seria um obstáculo para o conhecimento histórico, mas, sim, aquilo que possibilitaria o acesso às verdades decorrentes. Desse modo, prefiro considerar que subjetividade e objetividade, bem como estética e epistemologia, linguagem e experiência, história e ficção, memória e esquecimento, frequentemente se interpenetram (ou estão à serviço de) e modificam-se uns aos outros, e que esse jogo ou entrelaçamento pode se apresentar em um texto de pesquisa historiográfica à medida que articula emoções, pensamentos, intenções e argumentos com a criatividade narrativa.

Isso não significa um descompromisso com o ofício do historiador ou uma falta de sincronia com questões éticas relevantes para o século XXI — há, de certo modo, uma tendência, entre aqueles que adotam tal experimentalismo na produção historiográfica contemporânea, de levarem a cabo reflexões acerca de passados silenciados — ainda vivos na sociedade — e de minorias éticas, políticas e sociais — tal como Jablonka. Assim, posso afirmar que não apenas os níveis supracitados se implicam, mas, também, a dimensão ética deve ser concebida como um *continuum* e não como mutuamente excludente do caráter estético-narrativo.

Não se deve hesitar em abraçar um tema que nos toca pessoalmente, empreender uma pesquisa motivada por um acontecimento pessoal, uma busca identitária; admiração, amor, desejo, lembrança de infância, sentimento de dívida, mas também abandono, suicídio, perda, exílio, ultraje ao racismo, ao antissemitismo, à misoginia, à homofobia, à dominação social. Pesquisador, não temas a tua ferida. Escreve o livro da tua vida, aquele que te ajudará a compreender quem és. O resto vai de si: rigor, honestidade, excitação, ritmo (Jablonka, 2020, p. 358).

Por isso, é possível (talvez necessário) que o historiador assuma o seu eu, o seu enraizamento espaçotemporal, a sua categoria social, os seus interesses, a sua filosofia e a sua posição no campo (Jablonka, 2020, p. 363), procurando entrelaçar os aspectos estéticos, éticos e epistemológicos de sua pesquisa, vistos não como critérios transcendentais, mas, sim, adequados à realização de um juízo prático à situação atual da teoria da história e da historiografia contemporânea. Afinal, nenhum historiador pode escapar a sua própria subjetividade e historicidade (Jablonka, 2020, p. 364).

A Líbia de Hisham Matar: entre traumas, memórias e fantasmas

É na *mélange* entre literatura, ficção, história, eventos traumáticos, passados que não passam, memória e ensaio autobiográfico, que podemos pensar a obra de Hisham Matar como um elemento fertilizador para o debate. Afinal, podemos observar esse amálgama a partir de seus romances e de seu livro de memórias que enfocam uma das experiências mais marcantes da história da Líbia: a ditadura de Muammar Kadhafi.

Cabe ressaltar que todos os elementos históricos encontrados nos textos estão ancorados pela ficção. De tal forma que a literatura não opera como fonte empírica, mas, sim, como um recurso provocativo e imaginativo. Nesse sentido, há uma relação entre a realidade e a ficção, mas que não é da ordem da *mimesis*, pois, ao se apresentar como um ato de fingir, a ficção não teria o propósito de uma imitação, ela possui alguns aspectos que não pertencem à realidade aludida. Dessa forma, se o fingir não é deduzível da realidade repetida, então por ele se impõe um imaginário, que se relaciona com a realidade e com o passado e volta como texto para o leitor (Iser, 1996, p. 14).

A ficção seria, portanto, um pacto implícito de fingimento entre o escritor e o leitor, um ato imaginativo que finge, mas finge sem o propósito de enganar (Costa Lima, 2006, p. 243). Assim, ela se isenta de mentir, pois procura a verdade de modo oblíquo (Costa Lima, 2006, p. 156). E, dessa forma, ao repetir uma parcela da realidade, dela se apropria para então transgredi-la (Costa Lima, 2006, p. 283).

Na ficção, finge-se que aquilo realmente existe, usa-se uma máscara translúcida que, ao mesmo tempo em que finge, cria um mundo, revela os intentos de seu próprio engenho (Silva, 2013, p. 18-19). Portanto, seria possível criar uma persona fictícia e dotá-la de uma verdade e de uma vida próprias. Nesse sentido, a ficção tem a sua verossimilhança, utiliza-se de ferramentas uteis e indispensáveis, auxiliares ao entendimento da realidade [e do passado], mesmo que eles se apresentem de forma transgredida (Costa Lima, 2006, p. 274). É exatamente essa estratégia de verossimilhança da literatura que permite trazer à narrativa um passado capaz de assombrar o presente como um espectro (Generoso, 2020, p. 548).

Obviamente, Matar não faz um panorama amplo dos fatos, aos moldes historiográficos, mas privilegia certos cortes de suas experiências vividas por meio da literatura. O que não nos impossibilita de obter conhecimento sobre alguns aspectos dos eventos traumáticos que ocorreram durante o regime político de Kadhafi, que esteve no poder entre 1969 e 2011.

Localizada no norte da África e banhada pelo Mar Mediterrâneo, a Líbia faz fronteira com Tunísia, Argélia, Níger, Chade, Sudão e Egito. Marcada por um forte regionalismo e por sua diversidade étnica e cultural, foi formada pelas antigas províncias de Tripolitânia, Cirenaica e Fezã, colonizadas pelo Império Otomano entre os séculos XVI e XIX.

No começo do século XX, a Itália, sob o pretexto de defender seus colonos estabelecidos na região Tripolitânia, declarou guerra ao Império Otomano e invadiu o território. Com o objetivo de impedir que a dominação francesa no Magrebe se expandisse para a província Cirenaica, o grupo Sanusi, se associou ao governo italiano. Entretanto, em 1907, quando as três províncias foram totalmente colonizadas pela Itália, os sanusi se apresentaram como resistência, se associando ao governo britânico, tendo como líder Sayyid Ídris al-Sanusi, futuro rei da Líbia.

Após a Segunda Guerra Mundial, a ONU criou o Reino Unido da Líbia ao unificar os três territórios das antigas províncias e providenciar a independência do país em 1951. No entanto, o governo do rei Ídris I, então instaurado, contribuiu para a marginalização e exclusão política e social de uma parte significativa da população.

Insatisfeitos, alguns jovens militares — inspirados por um nacionalismo árabe — foram protagonistas de um golpe de Estado que transformaria o país em uma República. O principal responsável pela queda de Ídris foi o presidente do Conselho do Comando Revolucionário, Muammar Kadhafi, que assumiria o poder e governaria a Líbia por 42 anos, desde 1969, ano do golpe de Estado, até a intervenção de 2011, decorrente da onda de protestos, conhecida como Primavera Árabe.

O governo de Kadhafi foi muito marcado pelo pan-africanismo e por um forte nacionalismo árabe, o que gerou algumas tensões com países ocidentais. Se por um lado, Kadhafi passou a investir em medidas sociais nas áreas da educação, moradia, transporte, infraestrutura e saúde, além de nacionalizar as instituições financeiras e as reservas de petróleo (Case, Siebens, 2012, p. 7), melhorando a taxa de alfabetização e a economia, o que garantiu um enriquecimento na qualidade de vida da população. Por outro lado, o governo adotou algumas medidas autoritárias: controlou a imprensa, censurou livros e músicas, estabeleceu uma política “anti-tribalista”, marcada por perseguição e fortíssima repressão das populações berberes e muçulmanas do leste do país, além de favorecer, especialmente, a própria tribo, que manteve alta influência política.

Comitês Revolucionários foram criados para punir dissidentes. Todos os aspectos da vida eram monitorados. Críticos da ditadura eram executados. Os Comitês enforcavam estudantes na frente da Catedral de Bengasi e nos portões das universidades. O tráfego era reorientado

para que os motoristas vissem os corpos dependurados. Livros e instrumentos considerados “antirrevolucionários” ou “imperialistas” eram confiscados das lojas, das escolas e das residências, depois eram empilhados em praça pública e queimados. Intelectuais, empresários, sindicalistas e estudantes eram exibidos na tevê, algemados, ditando confissões para a câmera (Matar, 2022, p. 38).

Nesse cenário, opositores eram sequestrados e assassinados, sendo enforcados em praças públicas e arenas esportivas, o que podemos observar no primeiro romance — com inspiração autobiográfica — de Hisham Matar. *No país dos homens* conta a história de um regime opressor pela ótica de um garoto líbio, Suleiman el-Dewani, que tenta entender o que está acontecendo com a sua família durante a ditadura de Kadhafí. Em uma passagem do livro, Suleiman, protagonista e narrador da estória, descreve o sequestro do pai de seu vizinho e amigo Karim:

O carro estacionou na frente da casa de Karim. Ele gelou, como se o coração tivesse baixado até os sapatos. Quatro homens saíram, deixando as portas abertas. O carro era como uma mariposa gigante morta sob o sol. Três homens entraram na casa; o quarto, que era o motorista e parecia o líder, esperou na calçada. [...]. Seus homens reapareceram, segurando Ustath Rashid [pai de Karim] entre eles. Ustath não resistia. Tia Salma [mãe de Karim] vinha logo atrás como se um cordão invisível a unisse ao marido. O homem esbofetou Ustath Rashid de repente e com ferocidade. Um outro deu um pontapé nele, por trás. [Rashid] não discutiu nem implorou [...] e quando seus olhos encontraram os de Karim, seu rosto modificou-se. Pareceu que ia chorar ou vomitar. [...] Agarraram Ustath Rashid, atiraram-no dentro do carro, bateram as portas e partiram a toda [...] (Matar, 2007, p. 44).

No olhar da criança, não se sabia por que tinham levado o pai de seu amigo, mas no dia seguinte começaram a espalhar-se rumores de que era um traidor. Entretanto, segundo o baba (pai) de Suleiman, isso era “uma mentira que as autoridades espalham só para justificar o desaparecimento de um inocente” (Matar, 2007, p. 47). Rashid era professor de história da arte e amigo do pai de Suleiman, também dissidente do regime de Kadhafí [assim como o próprio pai de Matar] que lutavam numa resistência armada e resoluta contra a ditadura.

Em outra passagem do livro, Hashim Matar — nas palavras do narrador e protagonista da estória (Suleiman) — vai narrar a cena do interrogatório e assassinato de Rashid por parte do Comitê Revolucionário, que fora transmitido ao vivo na televisão. Na cena, um membro do Comitê, como um locutor de noticiário, mas com roupas e capacetes militares, assevera diante da câmera:

Elementos sombrios, traidores que desprezam e invejam a nossa revolução, foram detectados. Nós, o Comitê Revolucionário, os Guardiões da Revolução, capturamos todos os membros desse grupo

desencaminhado, também aqueles que lhes deram abrigo e recursos, e os puniremos com severidade (Matar, 2007, p. 191).

Em seguida, a tela ficou preta e umas flores cor-de-rosa foram pouco a pouco aparecendo, acompanhadas por canções revolucionárias. Então a câmera moveu-se para baixo. Um pé entrou no quadro, a câmera ergue-se e recuou o zoom. Estavam no Estádio Nacional de Basquete. A câmera deu uma panorâmica nas arquibancadas; não havia lugar vago. A câmera, por fim, virou-se para a quadra. Uma mesa comprida estava no centro, estilo de uma entrevista coletiva. Havia um microfone e um homem começou a ler uma folha de papel que tinha na mão, enaltecendo a figura de Kadhafi. A multidão levantou-se e começou a aplaudir o discurso. O homem prosseguiu, baixou os olhos e ergueu a mão, com o punho cerrado, acima da cabeça, golpeando o ar. Em seguida, tomou um gole de água e proferiu as seguintes palavras: “Povo, massas, irmãos e irmãs, hoje é um dia para festejar. Hoje derrotamos os elementos corruptos que tentaram solapar nossas conquistas e estorvar nossa marcha.”

A câmera moveu-se, a cena ficou borrada, depois focalizou uma das cestas de basquete. O zoom recuou depressa para a tabela da cesta, depois baixou para onde um homem, sentado em cima dos ombros de um outro, esforçava-se para amarrar uma corda. [...]. Quando estavam fora do quadro, a câmera recuou o zoom um pouco e mostrou uma corda que pendia de trás da tabela de basquete, balançando com um laço na ponta. [...]. Alguns metros à frente do comitê havia agora um outro homem. Tinha as mãos presas nas costas e estava sentado no chão, de pernas cruzadas, diante de um microfone num suporte. Não parava de olhar para trás, na direção da corda (Matar, 2007, p. 194-195).

A câmera se aproximou e foi possível ver que o homem algemado, sentado no centro do chão da quadra era Ustath Rashid, pai de Karim. “Sua testa brilhava de suor. Seu bigode também estava úmido, lágrimas prateavam suas faces. Não chorava de maneira honrosa, chorava que nem uma criança” (Matar, 2007, p. 195).

Dois homens vieram por trás dele e o levantaram segurando por baixo dos braços. Ainda vestia a mesma camisa branca que era grande demais para ele. [...]. Parecia fazer súplicas aos homens que o arrastavam para a corda pendente. [...]. Agora a multidão pulava, pulava e uivava, *Enforcem o traidor! Enforcem o traidor!* Quando os homens o puseram embaixo da corda, tentou beijar a mão de um deles. [...]. Alguém atrás dele fazia sinais ansiosos, pedindo ajuda; então apareceu uma escada. Era uma escada larga, de alumínio e de aspecto robusto. Ela cintilava sob a luz brilhante. Parecia nova em folha, retalhos de plástico rasgado estavam grudados em volta de seus pés. Fizeram Ustath subir a escada. A cada degrau, ele se virava e pedia clemência. Foi empurrado para a frente com uma estranha temura, com um simples toque no seu cotovelo. Mas, depois de algumas vezes, o homem que o cutucava pareceu esgotar a sua paciência. Subiu ao seu lado e puxou-o pelo braço. Ustath Rashid agora estava na metade do caminho. A corda

roçava o seu rosto e o fazia piscar. O homem colocou a corda em volta do pescoço de Ustath Rashid e apertou-a. [...]. Ustath Rashid escorregou da escada e foi segurado pela corda. Isso causou um clamor; a multidão estava pronta. Ele foi amparado, lhe deram alguns tapas no rosto, depois o viraram para a câmera. Suas calças estavam molhadas. Algo amarelo surgia de dentro de sua boca e parecia crescer. [...] ele parecia estranhamente confortável com o seu vômito. A câmera virou-se para os espectadores. Estavam brandindo os punhos no ar e gritavam. [...]. A câmera virou depressa e vimos Ustath Rashid pendurado na corda, a escada brilhante de alumínio tinha sido afastada um ou dois metros para o lado, longe demais das suas pernas, que rodavam (Matar, 2007, p. 197-198, grifos do autor).

Inegavelmente, o impacto das ações do regime de Kadhafi ecoa tragicamente na narrativa, sobretudo nos impulsos inconscientes do personagem Ustath Rashid, pai de Karim, nas reações involuntárias em relação ao terror da espera do seu enforcamento. Ustath Rashid poderia ser o pai de Suleiman ou o próprio pai de Hashim Matar ou tantos outros homens que se opuseram ao governo de Kadhafi. Nessa leitura, Ustath Rashid é retratado como uma metonímia de milhões de vítimas do Comitê Revolucionário. A ferida incicatrizável, o passado incipiente que perturba o cotidiano como um perpetuador do sofrimento, um trauma de um tempo que não passou e ainda assombra o presente.

Especificamente no caso do escritor Hashim Matar, isso se perpetua no sequestro e consequente desaparecimento do pai durante a década de 1990, conforme relata em seu livro de memórias *O Retorno*: “No dia 1º de setembro de 1969, quatorze meses antes do meu nascimento, um evento mudou o curso da história da Líbia — e da minha vida” (Matar, 2022, p. 33). Afinal, o novo regime instaurado por Kadhafi emitiu ordem para que oficiais militares de altos escalão do antigo governo fossem presos. Jaballa Matar, pai de Hisham e antigo oficial, foi então para prisão.

Solto cinco meses depois, Jaballa foi enviado ao estrangeiro, recebendo função administrativa na Missão Libanesa das Nações Unidas. Hashim teria sido concebido nessa breve janela de tempo: entre a soltura do pai e a partida para Nova York. Era um tempo de incertezas, mas também de esperança, à medida que a nova República substituiria uma Monarquia corrupta. Apenas depois que Kadhafi revogou todas as leis e se autodeclarou líder *de facto* eterno que a geração de Jaballa descobriu a verdadeira natureza do novo regime (Matar, 2022, p. 35-36).

Em 1973, antes do aniversário de três anos de Hisham, seu pai renunciou ao cargo nas Nações Unidas. Disse que ele e a esposa sentiam muita falta de casa e queriam que seus dois filhos crescessem na Líbia (Matar, 2022, p. 36). Entretanto, Jaballa, vendo como a ditadura de Kadhafi dizimara a oposição, imigrou para o vizinho Egito em 1979, na esperança de reconstruir o dissenso operando no estrangeiro (Matar, 2022, p. 152).

No Egito, nós nos sentíamos seguros. Contudo, em março de 1990, meu pai foi sequestrado pela polícia secreta do Egito em nosso apartamento no Cairo e entregue a Kadhafi. Foi levado para a prisão de Abu Salim, em Trípoli, conhecida como “A Última Parada” — o lugar para onde eram enviados aqueles que o regime desejava esquecer (Matar, 2022, p. 15).

A prisão de alta segurança Abu Salim estava localizada na região da antiga Cirenaica, onde se concentrava a maior parte da oposição de Kadhafi. Foi palco de um dos maiores massacres e violações dos direitos humanos por parte governo: a chacina de 29 de junho de 1996, na qual cerca de 1200 prisioneiros foram assassinados.

Em uma passagem do livro *O Retorno*, Hisham Matar apresenta um relato do seu tio Hmad Khanfore sobre o massacre:

Uma atmosfera soturna e uma grande energia cortavam a prisão. Guardas corriam de uma cela a outra com listas de nomes. Centenas de prisioneiros foram arrolados, algemados e conduzidos aos pátios. Esses pátios eram espaços sem teto, retangulares, de dez metros de largura por quarenta e cinco metros de comprimento, os muros ao redor contando mais ou menos oito metros de altura. Encheram seis desses pátios. Soldados e carcereiros se posicionaram nos telhados ao redor. E começaram as execuções. [...]. Os tiros duraram duas horas. [...] o pior eram os gritos. Você ouvia perfeitamente quando a metralhadora parava. Daí vinham os tiros de pistola esporádicos. Os mortos ficaram lá por quatro dias. Até que o cheiro fez muito de nós vomitar. [...]. Os corpos foram enterrados tal onde tombaram, em valas coletivas de pouca profundidade. Meses depois, foram exumados. Moeram os ossos, e o pó foi lançado ao mar (Matar, 2022, p. 258-259).

Ao ouvir o testemunho, justo quando pensava em não ousar perguntar isso, Hisham Matar, ouve sua própria dizer: “Foi quando meu pai morreu?” — “Só Deus sabe, nos primeiros dias podíamos ouvi-lo e conversar com ele. Jaballa ficava numa cela não muito distante, mas depois o transferiram e perdemos contato”, responde o tio.

É muito possível que o pai de Hashim Matar tenha morrido no massacre supracitado, quando ele tinha cerca de 57 anos. Isso ficaria ainda mais evidente quando em outubro de 2011, todos os presídios e compartimentos secretos subterrâneos contendo presos políticos foram caindo nas mãos dos revolucionários.

As celas eram abertas, os homens eram soltos e encaminhados. Meu pai não estava em lugar nenhum. Pela primeira vez, a verdade se tornou inescapável. Ele havia sido fuzilado ou enforcado, é óbvio. Ou, quem sabe, morreu de fome, ou foi torturado até a morte. Ninguém sabia nem quando nem onde, ou os que sabiam já estavam também mortos, ou haviam fugido, ou não conseguiram — por medo demais ou indiferença — falar. Terá sido no seu sexto ano de cárcere, quando as cartas cessaram? Talvez no massacre que ocorreu naquele ano na mesma prisão, quando 1.270 prisioneiros foram arrolados e fuzilados? Ou terá sido uma morte solitária, talvez durante o sétimo, oitavo ou nono ano?

Quem sabe no vigésimo primeiro, já depois de deflagrada a revolução? Talvez tenha sido durante uma das muitas entrevistas que dei, denunciando a ditadura. Ou talvez meu pai não estivesse morto, como Zaid [irmão de Hisham] continuou acreditando, mesmo depois de escancaradas todas celas e prisões. Talvez, sonhava Ziad, ele estivesse solto e, por conta de alguma debilidade — perda de memória, perda da capacidade de ver ou falar ou ouvir — não conseguisse encontrar caminho de volta (Matar, 2022, p. 17-18).

O dilema de não saber o paradeiro do pai aparece também no segundo romance — também de inspiração autobiográfica — de Hisham Matar, *Anatomia de um desaparecimento*, publicado em 2011. Isso fica evidente no relato do protagonista e narrador da história, Nuri el-Alfi:

Tudo o que eu não sabia sobre meu pai — sua vida pessoal, seus pensamentos, por que fora sequestrado e por quem, o que fizera de fato para provocar tais ações, onde estava naquele momento, se estava entre vivos ou entre os mortos — era como uma máscara que me sufocava (Matar, 2012, p. 99).

Em outra passagem, assevera o narrador:

Às vezes a ausência do meu pai pesa tanto quanto uma criança sentada no meu peito. Outras vezes eu mal consigo me lembrar das feições exatas de seu rosto e tenho que ir buscar as fotografias que guardo em um envelope velho na gaveta da mesinha de cabeceira. Não se passou um dia desde seu súbito e misterioso sumiço em que não tenha procurado por ele, vasculhando os lugares mais improváveis. Tudo e todos, a própria existência, tornaram-se uma evocação, uma possibilidade (Matar, 2012, p. 7).

Dessa forma, “o desaparecido se torna uma abstração, e, como a possibilidade de que siga existindo sob o mesmo sol e a mesma lua é real, fica difícil reter dele uma imagem clara” (Matar, 2022, p. 181). Na morte, diferentemente do desaparecimento, os traços distintivos do falecido vão desaparecendo, e não há exercício fúnebre no mundo capaz de resistir ao esquecimento (Matar, 2022, p. 181).

Assim, na morte, o enlutado possui a faculdade de esquecer, enquanto no caso de um desaparecimento, a pessoa que desapareceu sem deixar vestígios assume um caráter fantasmagórico. Como não sabemos se estão vivos ou mortos, o *status* ambivalente resiste à classificação dicotômica do presente *versus* ausente e, assim, a sua condição espectral se torna um fator importante tanto para uma questão de justiça como também de memória.

Para aqueles que buscam punição dos culpados, um corpo morto seria uma evidência de um crime, já para aqueles que procuram o luto, o perdão e o esquecimento, um cadáver possuiria uma função ritualística (de sepultamento) diante do trauma. Nesse sentido, para Ewa Domanska, a ausência de corpos desses desaparecidos assombra o

presente dos familiares das vítimas tanto na busca pela justiça quanto no processo de luto e recordação. É um passado não ausente e um espaço ambivalente ocupado por “artefatos fantasmagóricos” (Domanska, 2006, p. 337-348).

Nesse sentido, como argumenta Hisham Matar, no seu livro de memórias *O Retorno*, não saber quando seu pai deixou de existir borrava os limites entre a vida e a morte. Segundo o autor, “a ausência nunca pareceu vazia ou passiva; é antes um lugar cheio de atividades, ruidoso e insistente” (Matar, 2022, p. 161). O passado da Líbia de Kadhafi e do consequente desaparecimento de seu pai, como um membro amputado, tentava se fixar ao seu presente (Matar, 2022, p. 106). “O corpo do meu pai se foi, mas seu lugar está aqui, ocupado por algo que não podemos chamar apenas de memória. É algo vivo e corrente (Matar, 2022, p. 161-162). Afinal, seu pai está morto e vivo, simultaneamente. Não há uma gramática que o apreenda. Ele está no passado, no presente e no futuro (Matar, 2022, p. 162).

Considerações finais ou o tempo borrado, ausente-presente

No regime moderno de historicidade, o tempo era visto como uma rota traçada, uma marcha, cada vez mais rápida, em direção ao futuro — o fervor da esperança, a meta, o progresso, a luz que ilumina o passado. Havia, portanto, um distanciamento entre aquilo que Koselleck (2006) denominava como o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas”. O tempo cronológico se tornou, então, protagonista do processo histórico: era aquele que tudo devorava, ditando o ritmo da modernidade. “Segui-lo tornava-se, portanto, um imperativo para ser, tornar-se ou permanecer moderno” (Hartog, 2025, p. 213).

Durante o século XX, esse regime moderno passa a ser contestado. Na esteira dos eventos traumáticos — Auschwitz, Hiroshima, ditaduras, entre outros — *Chronos* começa a ser destituído e rebaixado, o que poderíamos qualificar como uma ordem ética da historiografia (Hartog, 2025, p. 257), à medida que esse novo tempo que emerge recorre a memória para evocar, convocar momentos do passado (dolorosos, ocultos, esquecidos) no presente — mas sem a abertura para o futuro, exceto quando promovem os “Nunca Mais”, que indicam um encerramento proclamado (Hartog, 2025, p. 271).

Assim, se na modernidade ocidental e nas tradicionais produções historiográficas o tempo era caracterizado pela ideia de um passado como entidade ausente e distante, na contemporaneidade, por sua vez, a história, ao assumir um imperativo ético, reivindica um passado presentificado.

No encalço disso, Berber Bevernage, associa essa presença do passado à categoria de injustiça histórica. Para o historiador, a relação entre história e justiça é dominada pela ideia de que o passado é distante e ausente — e, com isso, imutável (Bevernage, 2008, p. 150), o que limitou a capacidade do historiador de contribuir para a busca pela justiça.

Diante disso, em seu livro *História, memória e violência de Estado*, o historiador afirma que seria necessário ouvir as vozes daqueles que reclamam que o passado não passou e que permanece em seus presentes como um fantasma. Isso seria importante para que pudéssemos repensar as relações entre temporalidade e justiça na contemporaneidade, e assim construirmos uma teoria do tempo histórico que não tomasse como algo natural a percepção de que o passado passou e que estaria distante e enterrado. Pelo contrário, o passado nunca está absolutamente morto, ele continua a assombrar o presente (Bevernage, 2018).

Ainda nessa perspectiva espectral, Kleinberg vai recorrer ao pensamento de Derrida (1994), assim como Bevernage, para construir sua tese de um passado que assombra o presente. Para o historiador, o passado, em todos os sentidos, nunca é, mas sempre “é” (Kleinberg, 2017, p. 144-145). Ou seja, um tempo borrado, em que é ausente e presente ao mesmo tempo. Ele está aí, cujo presente experimenta os seus efeitos, mas não pode tocá-lo, pois esse é um fantasma. Assim, se por um lado ele já passou, é ausente, não tendo propriedade ontológica, por outro, ele pode retornar como um espectro que assombra o presente e perturba as convencionais narrativas históricas.

Desse modo, tanto na perspectiva de Bevernage quanto na de Kleinberg — como na literatura autoficcional de Hashim Matar —, a presentificação do presente aparece como resistência à diferenciação entre o passado e o presente, na medida em que rebaixa o privilégio do presente sobre o passado [ausente] que o modo moderno e hegemônico de se pensar o tempo endossava. Afinal, a presença fantasmagórica seria uma experiência histórica espectral que torna o passado presente, ainda que de maneira elusiva, não clara, vaga e imprecisa. Ou melhor, o espectro figura como um assombro, pois torna o passado contemporâneo ao presente, borrando-os, e, assim, o presente se apresenta como não sucessivo e não contemporâneo de si mesmo.

Nesse sentido, o tempo estaria, ou poderia estar, fora de junção, se apresentando de forma não linear. Portanto, o paradoxo temporal do passado como algo que está presente e é ausente ao mesmo tempo, serve como uma teoria de múltiplas temporalidades e múltiplos passados que convergem, ou poderiam convergir, no presente.

Desse modo, ao promover uma topologia não linear do tempo histórico, o historiador poderia desafiar as estratégias contínuas e uniformes que a produção

historiográfica desde a modernidade procurou fixar como algo imutável. Assim, a característica plural do tempo histórico permite uma crítica dos conceitos de tempo, que nos possibilita à formulação de uma nova cronosofia (Bevernage, 2008, p. 155).

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A fabricação dos tempos: a materialidade da narrativa histórica. In: SANTOS, Wagner Geminiano dos (Org.). *Durval Muniz de Albuquerque Jr: a arte de inventar-se historiador nas tessituras da escrita da história*. Vitória: Editora Milfontes, 2021. *E-book*.

ANKERSMIT, Frank. *La experiencia historica sublime*. Traducción: Nathalie Schwan. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2010.

ÁVILA, Arthur Lima de. Um avião, uma bomba, um evento modernista: a controvérsia sobre o Enola Gay no Museu Nacional do Ar e do Espaço nos Estados Unidos (1993-1995). In: BENTIVOGLIO, Júlio; TOZZI, Verônica (Orgs.). *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história*. Serra: Milfontes, 2017.

BEVERNAGE, Berber. ‘A passeidade do passado’: reflexões sobre a política de historização e a crise da passeidade historicista. Tradução: Walderez Simões Costa Ramalho. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 24, n. 1, pp. 21-39, 2021.

BEVERNAGE, Berber. *História, memória e violência de Estado: tempo e justiça*. Tradução: André Ramos e Guilherme Bianchi. Serra: Editora Milfontes/ Mariana: SBTHH, 2018. *E-book*.

BEVERNAGE, Berber. Time, Presence, and Historical Injustice. *History and Theory*, Middletown, v. 47, n. 2, p. 149-167, May 2008.

CASE, Benjamin; SIEBENS, James. *The Libyan Civil War: Context and Consequences*. Think Internacional and Human Security, 2012.

COSTA LIMA, Luiz. *A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

COSTA LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da; BRITO, Thiago Vieira de. Alun Munslow, pós-modernismo e desconstrutivismo na História. In: BENTIVOGLIO, Júlio; AVELAR, Alexandre de Sá (Orgs.). *O futuro da história: da crise à reconstrução de teorias e abordagens*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova internacional*. Tradução: Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DOMANSKA, Ewa. The Material Presence of the Past. *History and Theory*, Middletown, v. 45, n. 3, p. 337-348, October 2006.

FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 239-261, jul-dez. 2013.

FREIXO, André de Lemos; ARAUJO, Valdei Lopes de. Prefácio. BEVERNAGE, Berber. *História, memória e violência de Estado: Tempo e justiça*. Tradução: André Ramos e Guilherme Bianchi. Serra: Editora Milfontes/ Mariana: SBTHH, 2018.

GARDNER, Frank. O homem que ‘acendeu’ a fagulha da Primavera Árabe. *BBC News*, 17 dez. 2011. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/ultimas_noticias/2011/12/111217_primavera_arabe_bg. Acesso em: 17 jul. 2025.

GENEROSO, Lídia Maria de Abreu. A história e o fantasma da desconstrução. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 38, pp. 548-553, jan-jun, 2020.

HARTOG, François. *Chronos: o Ocidente confrontado ao tempo*. Tradução: Laurent de Saes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2025.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução: Andréa Suza de Menezes et al. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. Tradução: Johannes Kretschmer. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

JABLONKA, Ivan. *A história é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais*. Tradução: Verónica Galíndez. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

JABLONKA, Ivan. *Historia de los abuelos que no tuve*. Traducción: Agustina Blanco. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Livros del Zorzal, 2015. *E-book*.

JABLONKA, Ivan. Quando o historiador é pai e filho. Tradução: Naiara Damas e Eduardo Wright Cardoso. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, p. 532-552, maio-ago, 2020.

JABLONKA, Ivan. *Una casa amb robes*. Traducción: Marta Marfany. Titivillus, 2019.

JENKINS, Keith. *A história refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina*. Tradução: Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2014.

KLEINBERG, Ethan *apud* RAMOS, André da Silva. Ethan Kleinberg: teoria da história como fantologia. Entrevista com Ethan Kleinberg. *História da historiografia. International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v.10, n. 25, p. 193-211, Dezembro, 2018.

KLEINBERG, Ethan. *Haunting History: for a deconstructive approach to the past*. Stanford: Stanford University Press, 2017. *E-book*.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LACAPRA, Dominick. *History in Transit: Experience, Identity, Critical Theory*. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

LORENZ, Chris. É preciso três para dançar um tango: estabelecendo uma linha entre os passados *prático* e *histórico*. Tradução: Marcelo Durão Rodrigues da Cunha. In: BENTIVOGLIO, Júlio; TOZZI, Verônica. (Org.). *Do passado histórico ao passado prático: 40 anos de Meta-história*. Serra/ES: Milfontes, 2017.

MATAR, Hisham. *Anatomia de um desaparecimento*. Tradução: Julián Fuks. Rio de Janeiro: Record, 2012.

MATAR, Hisham. *No país dos homens*. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MATAR, Hisham. *O Retorno: pais, filhos e a terra ao meio*. Tradução: Odorico Leal. Belo Horizonte: Âyiné, 2022.

PAUTASSO, Diego; AZEREDO, Rafael Luiz de. Expansão do Poder dos Estados Unidos: o caso da Líbia. *Tensões Mundiais*, v. 7, n. 13, p. 169-192, 2011.

RAMALHO, Walderez Simões Costa; RAMIRES, Augusto Martins; FERRAZ, Letícia Almeida. Historiografia e visada ética: Hayden White e os passados práticos. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 106-129, 2018.

RUNIA, Eelco. *Moved by the Past: Discontinuity and Historical Mutation*. New York: Columbia University Press, 2014.

RUNIA, Eelco. Presence. *History and Theory*, Middletown, v. 45, n. 3, p. 1-29, February 2006a.

RUNIA, Eelco. Spots of time. *History and Theory*, Middletown, v. 45, n. 3, p. 305-316, Oct. 2006b.

SILVA, Frederico José Machado. Sobre o mundo da Ficção: fronteiras, definições e inconsistências. In: FARIAS, Sônia Lúcia Ramalho de; PEREIRA, Kleyton Ricardo Wanderley (Orgs.). *Mimesis e Ficção*. Recife: Pipa Comunicações, 2013.

TELLES, Marcus Vinicius de Moura. *A relação entre representação e experiência: um estudo crítico da “filosofia existencialista da história”*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

TRAVERSO, Enzo. *Singular Pasts: The “I” in Historiography*. Translated: Adam Schoene. New York: Columbia University Press, 2023.

TURIN, Rodrigo. Ivan Jablonka: subjetividade, ficção e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Júlio; AVELAR, Alexandre de Sá (Orgs.). *O futuro da história: da crise à reconstrução de teorias e abordagens*. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

WHITE, Hayden. Enredo e verdade na escrita da história. Tradução: Carlos Oiti. In: MALERBA, Jurandir (Org.) *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

WHITE, Hayden. O evento modernista. Tradução: Vera Lúcia Sodré. *Lugar comum*, n. 5-6, p. 191-219, 1999.

WHITE, Hayden. O passado prático. Tradução: Arthur Lima de Avila, Mario Marcello Neto e Felipe Radünz Krüger. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 20, n. 37, p. 10-19, jul-dez, 2018.

ZAMUDIO, Cecilia. Éxodos dantescos y guerras imperialistas: Crímenes del capitalismo. *Kavilando*, v. 7, n. 2, p. 193-200, 2015.

Artigo recebido em 21/07/2025

Aceito pela publicação em 22/10/2025

Editor(a) responsável: Laís Pereira de Oliveira

¹ Um regime de historicidade seria a expressão de uma ordem dominante do tempo. Tramado por diferentes regimes de temporalidade, ele é uma maneira de traduzir e de ordenar experiências temporais — modos de articular passado, presente e futuro — e de dar-lhes sentido (Hartog, 2013, p. 139).

² No original: “The fact is simple: history is increasingly written in the first person, through the prism of the subjectivity of the author”.

³ Concebida como uma operação racional — neutra e objetiva — de reconstrução factual e descrição contextualizada de eventos passados, a história, sobretudo durante o século XIX, implicava um distanciamento entre o historiador e o seu objeto, que apenas a narrativa impessoal poderia garantir (Traverso, 2023, p. 12).

“EU ME VEJO INDO ATÉ O BOSQUE E DEIXANDO O CARRINHO IR LADEIRA ABAIXO”: A maternidade em *Morra, amor*

“I SEE MYSELF GOING TO THE FOREST AND LETTING THE CARGO BIKE ROLL DOWN THE HILL”: Maternity In *Morra, amor*

Fabiane Pacheco da Cunha¹
Janaína dos Santos Puchalski²
Flávia Theis Junges³

Resumo: O artigo propõe uma leitura crítica do romance *Morra, amor*, de Ariana Harwicz, a partir do diálogo com a historiografia e a teoria social sobre a normatização dos corpos femininos. A narrativa, marcada por um fluxo de consciência caótico e sensorial, apresenta uma personagem materna que desafia os modelos tradicionais de maternidade. Com base em Badinter (1985), analisam-se os dispositivos históricos que naturalizaram o papel da mãe como centro moral da família. A obra evidencia uma maternidade vivida com angústia, hostilidade e desejo de ruptura, refletindo os efeitos subjetivos das imposições sociais. A personagem não representa uma anomalia, mas sim o sintoma de um modelo que oprime e silencia. Sua recusa em performar o ideal materno é lida como um gesto de subversão, trazendo a importância de se desnaturalizar a maternidade e escutar experiências que rompem com o mito da mãe ideal.

Palavras-chave: Maternidade, Literatura Contemporânea, Estudos de Gênero.

Abstract: The article proposes a critical reading of Ariana Harwicz's novel *Die, My Love (Morra, amor)*, engaging with historiography and social theory on the normalization of female bodies. The narrative, characterized by a chaotic and sensory stream of consciousness, presents a mother figure who challenges traditional models of motherhood. Drawing on Badinter (1985), this study analyzes the historical mechanisms that naturalized the role of the mother as the moral center of the family are analyzed. The work highlights a motherhood experienced with anguish, hostility, and a desire for rupture, reflecting the subjective effects of social impositions. The character does not represent an anomaly, but rather a symptom of a model that oppresses and silences. Her refusal to perform the maternal ideal is read as a gesture of subversion, highlighting the importance of denaturalizing motherhood and giving voice to experiences that break with the myth of the ideal mother.

Keywords: Motherhood, Contemporary Literature, Gender Studies.

Introdução

A vivência da maternidade constitui um tema em constante disputa no mundo globalizado. Diariamente, surgem novos produtos e abordagens apresentados como mais humanizados e adequados às mães. Nas redes sociais, multiplicam-se teorias, métodos e conteúdos sobre práticas maternas, como introdução alimentar BLW, disciplina positiva,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); bolsista CAPES/DS. E-mail: fabiane.pacheco@acad.ufsm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0265202846909225>.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); bolsista CAPES/DS. E-mail: janaina.puchalski@acad.ufsm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8928554337772459>.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); bolsista CAPES/DS. E-mail: flavia.junges@acad.ufsm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1284111069069178>.

maternidade consciente e pedagogia Montessori. Essa torrente de informações converge para uma mesma exigência: a mãe deve ser emocionalmente estável, intelectualmente atualizada, afetuosa e, simultaneamente, responsável por sua aparência, pelo marido e pelo lar. Além disso, reforça-se a noção de que a realização plena da mulher só ocorre pela maternidade.

A promessa de que tais práticas promovem o desenvolvimento integral da criança convive, no entanto, com a realidade de mães exaustas e culpadas diante de um ideal inalcançável, muitas vezes baseado em influenciadoras digitais cujas condições diferem das vividas pela maioria. Enquanto isso, a cobrança em relação ao papel paterno mostra-se consideravelmente menor, tanto nas plataformas digitais quanto na vida cotidiana. Essa lógica sustenta-se na construção de um mito da maternidade, que coloca a mulher como centro e responsável pelo equilíbrio familiar, incumbida de educar filhos e marido por deter, supostamente, um instinto natural.

O papel da maternidade ao longo do tempo foi naturalizado dessa maneira. Mas, grande parte da concepção atual dos cuidados infantis possui bases no século XVIII e foi construído socialmente. Com a construção social dos Estados modernos e o favorecimento de uma ordem econômica burguesa, houve a necessidade de maiores cuidados com as crianças, recaindo sobre as mães essa função (Moura; Araújo, 2004). Compreende-se que, historicamente, a relação mãe-criança não possui os mesmos valores e significados, assim como as concepções do que seriam práticas de maternagem também sofreram as influências das necessidades de cada momento histórico.

Na contemporaneidade, as práticas maternas ainda se fundamentam em discursos médicos e científicos que definem padrões e metas de comportamento. Esses discursos difundiram-se entre as elites por meio da valorização dos sentimentos e, nas camadas populares, através de estratégias de coerção, como punições ao abandono infantil, que obrigavam as mulheres a manterem as crianças vivas (Badinter, 1985; Moura; Araújo, 2004). Dessa maneira, construiu-se uma maternidade intrínseca à condição feminina, unindo funções biológicas ao sentimento de cuidado. Às mães passou-se a exigir comportamentos de ternura e dedicação, tratados como “intuitivos” e “naturais”, associados a uma promessa de felicidade fisiológica.

A mãe também foi transformada em exemplo de moral, modelo cristão e agente educacional, além de responsável pela alimentação e pela formação de futuros cidadãos. Assim, consolidou-se uma meta de maternidade, na qual desvios eram patologizados ou considerados anomalias, produzindo sentimento de culpa nas mulheres que não correspondiam ao padrão social estabelecido. Configura-se, desse modo, um mito

materno que associa a realização feminina à condição de ser mãe (Badinter, 1985; Moura; Araújo, 2004; Damaceno; Marciano; Di Menezes, 2021).

Embora transformada ao longo do tempo, sobretudo com os avanços tecnológicos e com as discussões sobre a paternidade, a concepção de maternidade ainda se estrutura em torno do sacrifício em prol da prole. A valorização desse papel e o consequente sentimento de culpa permanecem centrais na forma como a sociedade concebe a função materna.

Neste trabalho, propomos uma análise crítica da cobrança materna a partir do diálogo entre o livro *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*, de Elisabeth Badinter — importante para tensionar o que é a maternidade historicamente construída; e a obra literária contemporânea *Morra, Amor*, de Ariana Harwicz, colocando o plano de fundo de uma maternidade desviante. Utilizando a literatura como lente para compreender os conflitos históricos e subjetivos que atravessam a maternidade, investigamos o que há de desgastante no cuidado materno quando este é tratado como uma obrigação.

Metodologicamente, o presente trabalho se fundamenta em uma abordagem qualitativa e interpretativa, com foco na análise crítica de discursos sobre a maternidade a partir do entrecruzamento entre literatura, teoria feminista e estudos de gênero. Partimos da premissa de que a literatura pode funcionar como ferramenta de problematização e revelação de subjetividades, possibilitando uma compreensão mais profunda das experiências femininas, muitas vezes silenciadas ou idealizadas pelo senso comum e pelas mídias contemporâneas.

Destarte, a análise se estrutura sobre duas obras centrais: *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno*, de Elisabeth Badinter, e o romance *Morra, Amor*, de Ariana Harwicz, como já citado. A primeira obra, de caráter ensaístico, fornece o embasamento teórico-histórico sobre a construção social da maternidade, desconstruindo a ideia de instinto materno como algo natural e universal. Já a segunda, de cunho literário-ficcional, permite visualizar de forma sensível e visceral os dilemas de uma mulher atravessada pelo sofrimento psíquico e pela inadequação diante do ideal de “boa mãe”.

Com base nas teorias dos estudos de gêneros, a proposta é refletir sobre como os discursos em torno da maternidade impõem expectativas idealizadas que anulam a complexidade da experiência feminina, como o sofrimento de depressão pós-parto, a exaustiva comparação com a maternidade perfeita e a imposição para as que não desejam ser mães. A ausência de realização pessoal com o maternar será abordada a partir da obra *Morra, amor*, a qual recentemente foi produzida no cinema, e demonstra o terror psicológico do pós-parto.

Neste sentido, a análise da obra literária será realizada com base na crítica temática e discursiva, considerando tanto os aspectos narrativos quanto os elementos simbólicos presentes no texto, articulando-os com os referenciais dos estudos de gênero e com o pensamento de autoras como Jane Almeida, Silvia Michelle Perrot, além da própria Badinter. A escolha pela literatura como objeto de análise se justifica pelo seu potencial de representar conflitos subjetivos e sociais com profundidade, tensionando normas e expectativas culturalmente estabelecidas. Dessa forma, o percurso metodológico utilizado privilegia o diálogo interdisciplinar e a escuta crítica das vozes femininas ficcionais e teóricas, com o objetivo de refletir sobre os efeitos da idealização da maternidade e seus impactos na realidade das mulheres. A maternidade será, assim, tratada não como uma essência ou destino biológico, mas como uma construção histórica e simbólica que precisa ser continuamente revisitada e questionada.

No romance a escritora argentina Ariana Harwicz rompe com os discursos idealizados da maternidade e conduz o leitor por uma narrativa densa e perturbadora. A protagonista, recém-mãe, encontra-se isolada no campo com o marido e o bebê, e é constantemente atravessada por pensamentos fragmentados, impulsos contraditórios e um sentimento de inadequação constante. A escrita de Harwicz acompanha o fluxo de pensamentos de uma mulher que se vê esmagada pelas expectativas em torno da maternidade. Ao invés de acolhimento e realização, o que emerge na realidade retratada é o desconforto, a raiva e a rejeição vivenciada pela protagonista, não apenas ao filho, mas intrinsecamente ao papel social que lhe é esperado. O romance, ao se recusar a oferecer consolo, revela justamente aquilo que a maternidade normativa tenta ocultar: que nem sempre há amor, e que, muitas vezes, o maternar pode ser vivido como uma experiência de exaustão, ambivalência e desintegração.

Neste sentido, a metodologia adotada também se apoia nos princípios propostos pela análise de conteúdo delineados por Laurence Bardin (2016). Desta forma, organizamos a leitura da obra ficcional em categorias temáticas emergentes — como culpa, recusa, isolamento e violência simbólica —, buscando identificar regularidades discursivas que apontem para uma crítica ao ideal normativo da maternidade. Ao mesmo tempo, nos orientamos pela concepção de texto e discurso entendidos como prática social, conforme proposto por Fiorin (2012), que compreende o texto como forma e conteúdo articulados, portador de sentidos múltiplos e atravessado por condições de produção históricas. Ao que se refere a perspectiva histórica da pesquisa, fundamenta-se na perspectiva de Júlio Aróstegui (2006), que nos permite compreender a maternidade como uma construção que se transforma no tempo, e cuja análise exige atenção tanto ao

contexto em que os discursos são produzidos quanto aos efeitos que eles geram sobre os sujeitos. Nessa direção, a literatura é tratada como fonte e objeto ao mesmo tempo: um texto simbólico carregado de historicidade e de disputas sobre o que significa ser mulher e ser mãe.

Por fim, recorreremos às contribuições de Núncia Constantino (2002) para reforçar a pertinência da articulação entre análise de conteúdo e pesquisa histórica, sobretudo quando se busca compreender os sentidos inscritos em representações culturais. Assim, a metodologia adotada privilegia o entrecruzamento entre discurso, linguagem e história, com o objetivo de evidenciar as tensões que atravessam a experiência materna contemporânea, como narrada em *Morra, Amor*.

A construção cultural da maternidade

A maternidade como a conhecemos hoje não é natural, nem tampouco universal. Ela é fruto de um longo processo histórico de institucionalização da família e de normatização dos papéis de gênero. Como demonstra a historiadora Michelle Perrot (1991), os séculos XIX e início do século XX foram marcados por um esforço social e político de organizar a vida privada em torno do modelo burguês de família: monogâmica, patriarcal, hierarquizada, na qual o pai detinha a autoridade legal e moral, e a mulher, confinada ao espaço doméstico, assumia o cuidado do lar e dos filhos como missão natural e nobre. A maternidade, nesse contexto, passou a ser não apenas uma função biológica, mas uma construção simbólica carregada de valores morais, afetivos e religiosos.

Perrot (1991) descreve esse como um modelo familiar que triunfou não por sua neutralidade, mas por sua capacidade de ordenar e vigiar a vida íntima de maneira eficiente. À mulher cabia representar o “coração” da família, exercendo uma forma de poder invisível, emocional, mas profundamente disciplinadora. A mãe tornou-se figura central na formação moral das crianças e, ao mesmo tempo, símbolo de sacrifício, silêncio e devoção. Esse ideal se impôs como norma, marginalizando qualquer vivência da maternidade que escapasse da doçura, da entrega ou da passividade.

Tal expectativa abarcou a inserção da mulher no espaço público de trabalho brasileiro, quando se esperou que ela ocupasse cargos condizentes com o seu papel materno, ocasionando a chamada feminização do magistério. Esse discurso construiu argumentos que “alocavam às mulheres um melhor desempenho profissional na educação, derivado do fato de a docência estar ligada às ideias de domesticidade e maternidade” (Almeida, 1998, p. 64).

Durante o século XIX e início do XX, a docência tornou-se uma das poucas ocupações remuneradas socialmente aceitas para mulheres, especialmente para aquelas que não haviam se casado ou não tinham filhos. Nesse cenário, o magistério foi sendo compreendido como uma escolha compatível com os valores associados ao feminino, como o cuidado, a dedicação e a doação, frequentemente ligados à maternidade. A historiadora Guacira Lopes Louro (1997) observa que, por muito tempo, a figura da professora esteve associada à da mulher solteira. Aquela que, por não ter seguido o destino considerado natural, como o casamento e a maternidade, dedicava-se ao ensino como uma forma de realizar, simbolicamente, o papel materno. Apesar dos estigmas, esse percurso também permitia às mulheres acesso à instrução, certa presença no espaço público e alguma independência econômica, ainda que limitada (Louro, 1997).

Ao longo do tempo, criou-se uma expectativa rigorosa em torno da postura moral da professora. Sua imagem deveria ser irrepreensível, marcada por comportamentos discretos e aparência neutra. Qualquer sinal de sexualidade ou desejo deveria ser apagado de sua conduta. A vida pessoal da docente, idealmente, deveria ser reservada, sem demonstrações públicas de afeto, casamento ou maternidade. A gravidez, em especial, era vista com censura, pois evidenciava a dimensão sexual da mulher, o que contrariava o ideal da educadora pura e desprovida de desejos (Louro, 1997).

A explicação tradicional para a feminização do magistério caminha entre a baixa remuneração da docência em comparação às outras profissões. Homens instruídos, em busca de salários mais altos, migravam para outras áreas, sendo o ensino uma alternativa de trabalho para as mulheres (Oliveira; Martiniak, 2018). No entanto, essa justificativa tem sido revisitada. A pedagoga Jane Soares de Almeida (1998) considera que, além da questão econômica, houve também uma articulação planejada entre o que se esperava socialmente das mulheres e a possibilidade de ocuparem um espaço profissional compatível com essas expectativas. Dessa forma, a docência funcionava como uma forma de inserção no trabalho assalariado, sem ruptura direta com os papéis de gênero então vigentes (Almeida, 1998). A autora defende que:

O magistério primário representou o ponto de partida e o que foi possível no momento histórico vivido. E foi paixão, no sentido do desejo, do esforço, de aproveitar a oportunidade e conseguir uma inserção no espaço público e no mundo do trabalho. Após isso, alguns direitos posteriores podem ser associados à conquista do magistério pelas mulheres, como a educação feminina, a co-educação, uma certa independência econômica e pessoal, o voto, a licença maternidade e outros (Almeida, 1998, p. 75).

No Brasil, essa configuração permanece evidente nas estatísticas atuais. A Educação Infantil continua sendo majoritariamente composta por mulheres, que representam aproximadamente 90% da força de trabalho nessa etapa. Por outro lado, a presença feminina no Ensino Superior ainda é limitada, principalmente em áreas consideradas tradicionalmente masculinas (Vianna, 2002). Conforme observa Cláudia Pereira Vianna (2002), profissões como a docência e a enfermagem continuam sendo vistas como extensões da vocação feminina para o cuidado, frequentemente interpretadas como atividades ligadas a um compromisso moral. De acordo com ela, existe um binarismo que alimenta essa construção cultural de papel:

O esquema binário que situa o masculino e o feminino como categorias excludentes estende-se para definições do que é ser homem e do que é ser mulher, professor e professora em nossa sociedade. Essa dicotomia cristaliza concepções do que devem constituir atribuições masculinas e femininas e dificulta a percepção de outras maneiras de estabelecer as relações sociais. O cuidado, por exemplo, é visto como uma característica essencialmente feminina – para alguns uma responsabilidade natural, para outros, fruto da socialização das mulheres [...] criam-se, assim, vários estereótipos sobre homens e mulheres: agressivos, militaristas, racionais, para eles; dóceis, relacionais, afetivos, para elas. Em decorrência, funções como alimentação, maternidade, preservação, educação e cuidado com os outros ficam mais identificadas com os corpos e as mentes femininas, ganhando, assim, um lugar inferior na sociedade, quando comparadas às funções tidas como masculinas (Vianna, 2002, p. 93).

É precisamente contra essa imagem binária que a protagonista de *Morra, Amor*, ao não performar — ou ao fracassar em performar — a mãe amorosa e estável. A tensão que atravessa o romance de Harwicz ganha novos contornos quando lemos sua personagem à luz da genealogia proposta por Perrot: o sofrimento vivido pela mulher do romance não é individual ou patológico, mas expressão de um conflito histórico, entre uma subjetividade em ruína e um modelo de maternidade que ainda exige completude, doçura e sentido. O que Harwicz faz, em última instância, é colocar em colapso o mito da mãe como centro da harmonia familiar, ao dramatizar uma experiência de recusa e exaustão diante de um papel que, embora herdado, já não encontra sustentação emocional ou simbólica.

A construção social da maternidade como destino natural da mulher é uma das mais persistentes e normatizadas estruturas do imaginário ocidental. Essa idealização, consolidada sobretudo a partir do século XIX, foi criticamente analisada por Elisabeth Badinter (1985), na qual a autora afirma que o amor materno, hodiernamente tido como instintivo, é, na verdade, uma construção cultural, histórica e política. Historicamente, a maternidade transformou-se em um instrumento de controle social das mulheres,

atrelando suas identidades ao papel exclusivo de cuidadoras e reprodutoras de uma ordem social conservadora. Filósofos e médicos, por vezes, sustentaram essa construção por meio de argumentos biologizantes. Entretanto, como destaca Badinter (1985), durante grande parte da história moderna europeia, o cuidado direto com os filhos não era considerado uma obrigação moral. No Antigo Regime, por exemplo, a prática do aleitamento mercenário era comum:

das 21 mil crianças que nascem anualmente em Paris, apenas mil são amamentadas pela mãe. Outras mil, privilegiadas, são amamentadas por amas-de-leite residentes. Todas as outras deixam o seio materno para serem criadas no domicílio mais ou menos distante de uma ama mercenária. São numerosas as crianças que morrerão sem ter jamais conhecido o olhar da mãe. As que voltarão, alguns anos mais tarde, ao teto familiar, descobrirão uma estranha: aquela que lhes deu à luz. Nada prova que esses reencontros tenham sido vividos com alegria, nem que a mãe tenha se apressado em saciar uma necessidade de ternura que hoje nos parece natural (Badinter, 1985, p. 68).

A autora aponta que uma "revolução das mentalidades" é incentivada no fim do século XVIII, mesmo que os comportamentos tardassem a se modificar, evocando o mito do instinto e incentivando o aleitamento e o amor materno como valores naturais e sociais, favoráveis à espécie e à sociedade. Para convencer as mulheres, usaram-se promessas de beleza e felicidade, condenação moral e religiosa ou médica, argumentando risco de morte por retenção de leite ou outras afecções apontadas pela "ciência":

Sem contar as 'afecções agudas e crônicas das glândulas mamárias, as febres graves das metroperitonites, as afecções do útero'. [...] Essa trágica descrição dos riscos corridos pela mãe má mostrava que a natureza sabia se vingar cruelmente das mulheres que lhe desobedecessem. Mas a natureza não era a única a castigá-las. O abandono do aleitamento materno é apresentado por todos, não apenas como um erro de regime, mas também e sobretudo como um pecado contra Deus, uma ação imoral (Badinter, 1985, p. 197).

Badinter (1985, p. 198) ainda aponta que "no século XVIII a condenação moral substituirá a condenação teológica. O abandono do aleitamento materno é considerado uma injustiça cometida com o filho" ressaltando que é direito da criança acesso ao leite produzido. Com o tempo, essa visão se tornou cada vez mais internalizada, sendo imposta como padrão ideal: a mulher deveria se sacrificar sem questionamento. Essa exigência cultural é reforçada posteriormente pela medicina e pela psicanálise, como na obra de Freud, que atribui à mãe um papel central no desenvolvimento físico e psíquico do filho. Segundo Badinter (1985, p. 238), "Rousseau e Freud elaboraram ambos uma imagem da mulher singularmente semelhante [...]: sublinham o senso da dedicação e do sacrifício que caracteriza, segundo eles, a mulher 'normal'".

Morra, amor avisa: a maternidade nem sempre é bela

Na contemporaneidade, a literatura expõe a irrealidade da imagem idealizada da mulher, expondo as angústias, frustrações e a sensação de despertencimento ao papel materno, desafiando o clichê e revelando a busca por uma nova ordem familiar que reconheça o amor materno como um sentimento construído, e não um dever natural feminino.

Essa perspectiva é explorada na obra literária *Morra, Amor*, de Ariana Harwicz, publicada originalmente em 2012 e editada no Brasil em 2019. A autora argentina representa a maternidade não como um dom instintivo, mas como experiência opressiva, marcada pela solidão, pelo esgotamento físico e emocional e pelo apagamento subjetivo da mulher. Como analisa Amanda da Silva Oliveira (2022, p. 122), “A inaptidão de desempenhar o suposto papel de mãe exemplar sufoca a personagem protagonista, [...] pois não consegue mais se reconhecer como sujeito”. Assim, a maternidade é representada, ali, não como experiência instintiva, mas através de um apagamento subjetivo da mulher e de suas vontades, que fervem na escrita em fluxo de pensamento. Como bem analisa Dafna Hornike:

O texto joga com esses polos de amor e perigo, e assim provoca uma leitura atormentada, cheia de horror. As declarações da protagonista de que ela não irá machucar o bebê são acompanhadas repetidamente por imagens de facas, vidro quebrado, carros velozes e o choro do bebê que fica sozinho várias vezes. Ela está totalmente isolada em seu próprio mundo, povoado por imagens surrealistas que são lidas com medo. Buscando pistas para a saúde do bebê, nos alivia descobrir que são nada mais que ilusões, e assim os delírios da mãe são a única desculpa que pode acalmar nosso horror (Hornike, 2023, p. 5, tradução própria).

A escrita de Harwicz rompe com a suavidade normalmente associada à figura materna com descrições sexuais explícitas e com rompantes de sadismo. A linguagem utilizada pela autora na construção do romance é um dos elementos que mais contribuem para a sensação de estranhamento e tensão. Harwicz opta por uma estrutura fragmentada, sem marcação clara de falas ou pensamentos, fazendo com que a narrativa deslize entre a realidade e a imaginação da personagem. Essa escolha formal não é apenas estética, mas funciona como uma representação da desorganização emocional da protagonista.

Os pensamentos se atropelam, as imagens se sobrepõem e, ao leitor, resta lidar com esse fluxo de consciência desestabilizador, que espelha o colapso psíquico vivido após o parto. O que se produz, portanto, não é apenas uma história sobre a rejeição da

maternidade, mas a vivência do maternar como algo que dissolve a identidade e embaralha os limites entre o eu e o outro. A personagem fala de maneira crua sobre seu esgotamento:

Parece que o bebê fez cocô e tenho que ir comprar o bolo do aniversário dele. Outras mães com certeza preparam elas mesmas o bolo. Seis meses, dizem que não é igual a cinco ou sete. Toda vez que olho pra ele me lembro do meu marido atrás de mim, quase gozando nas minhas costas, quando deu na telha dele me virar e entrar, no último segundo. Se não fosse esse gesto de me virar, se eu tivesse fechado as pernas, se tivesse agarrado o pau dele, não teria que ir à padaria comprar o bolo de creme ou de chocolate e as velinhas, meio ano já. As outras um segundo depois de parirem dizem, já não imagino minha vida sem ele, é como se ele estivesse sempre estado comigo, pfff. Já vou, amor! Quero gritar, mas me afundo mais ainda na terra sulcada (Harwich, 2019, p. 9).

Em um dos trechos incômodos, a personagem confessa: “Notei, como notaria alguém que descobre que lhe falta um braço ou um olho, que já não sinto amor por meu filho” (Harwicz, 2019, p. 113). Em outro momento, a autora expõe a viabilidade sadista:

E, se eu quiser deixar meu bebê no carro debaixo de uma sensação térmica de quarenta graus, eu deixo. E não me venham com essa de que é ilegal. Se eu quiser escolher a ilegalidade, se eu quiser me tornar uma dessas tantas congeladoras de fetos, eu me torno. Se eu quiser ir para a cadeia por vinte anos, ou fugir, isso também é uma possibilidade (Hawicz, 2019, p. 18).

Esses trechos produzem um desconforto deliberado no leitor, tensionando a crença na universalidade da ternura materna e na própria preocupação pela criança que não é amada. Portanto, não há apenas a tensão entre amor e repulsa, mas, como propõe Badinter (1985, p. 130), “a imagem da mãe monstruosa é tão forte porque ela representa a negação do que a sociedade quer impor como verdade absoluta: o amor materno”.

Ao longo da narrativa, a crise e inclinações à “loucura” vivenciada pela protagonista, à leva para um manicômio. Para Dafna Hornike, a representação da loucura aponta para a tensão entre a visão social da maternidade e a crise mental que esta mãe enfrenta. Sendo, portanto, o “seu último esforço para resolver a polaridade que experimenta, de encontrar uma maneira socialmente aceita de se encaixar na família heteronormativa típica” (Hornike, 2023, p. 5). De acordo com a autora, o ápice ocorre no segundo aniversário do filho, em uma cena que contrasta a felicidade esperada com o medo e a dor. A protagonista então decide ir embora, rompendo com o modelo tradicional de mãe abnegada. Seu ato de deixar o filho não é visto como altruísta, mas como uma decisão consciente de que não é digna de cuidar dele, o pai é quem deve assumir essa responsabilidade (Hornike, 2023).

Parece que a protagonista reivindicou seu sentido de ser separado, um sujeito independente com seus próprios sentimentos e desejos, já não perseguido por imagens de facas e sangue. Não é um esquecimento tranquilo que apaga o passado, mas uma imensa tristeza que a acompanha a todo momento. Nesse sentido, a liberação de suas responsabilidades como mãe não a desfaz do ser materno, que continua sendo parte de sua subjetividade (Hornike, 2023).

Ao traduzir em forma literária a angústia de quem materna sob pressão, mas também o sadismo com pretensão de chocar a arena sagrada da maternidade, Harwicz reforça o que Badinter (1985) nomeia como “amor forçado”: a obrigatoriedade de amar, cuidar, sacrificar-se sem questionamento. A imposição desse ideal, segundo a autora francesa, requer uma repressão da mulher enquanto sujeito de desejos autônomos. O amor materno, quando imposto, apaga a complexidade da experiência feminina. Nesse livro, a protagonista subverte essa ordem, ciente da sua obrigação, mas com os pensamentos crus e transgressores. Não se trata de normalizar a exposição da criança ao risco, mas romances como esse buscam revelar que determinadas pessoas não possuem o desejo de concretizar a maternidade, assim, através de uma intensa sensibilização dos sentimentos do leitor, usa-se do choque como ferramenta para refletir sobre a maternidade para determinadas mulheres.

Outros pontos são percebidos na obra. A relação com a sogra é um exemplo. Não se trata de adotar a mãe de seu esposo como sua mãe, mas sim trazer os sentimentos de olhar para outra mãe e não compreender como ela desempenha o papel esperado por ela. Assim, são poucos os momentos em que ela consegue compreender algumas atitudes tidas pela personagem. Destacamos o cuidado que a sogra tem com ela em administrar um antidepressivo: “Como pode minha sogra falar tão baixinho, andar com passos tão curtos, ser tão comportadinha e oferecer um Prozac a uma futura mãe” (Harwicz, 2019, p. 18). Há o estranhamento com o comportamento da sogra justamente em um momento em que a personagem está buscando se compreender em meio a uma situação difícil enquanto a outra performa justamente o que se espera de uma mãe, dedicação à família.

Outro ponto em que a sogra é protagonista, é em um diálogo com o sogro apresentado por nossa protagonista:

O que você gostaria que fizessemos com suas cinzas?, perguntou ao marido quando seus pulmões já não aguentavam. Hem?, disse, perdendo a audição. Quer que te enterremos ou te espalhemos, papai?, teve que gritar. Tanto faz ele respondeu. E não teve interesse em deixar isso, nem qualquer outra coisa, registrado (Harwicz, 2019, p. 23).

Há uma importância em se pensar no depois, nesse caso, na morte, pois demonstra preocupação com os que ficam. Quando o marido parte, recai sobre a esposa pensar nesse fim, ou para onde vão repousar seus restos mortais e a tarefa de organizar o velório acaba sendo dos filhos, mas principalmente cabe à viúva pensar sobre, porque agora ela será a “chefe da família”, mesmo que bastante observada pelos filhos.

No âmbito das tarefas familiares, observa-se que muitas responsabilidades ainda recaem sobre a figura da esposa-mãe, acompanhadas de cobranças sociais e afetivas. Ariana Harwicz, em sua obra, expõe de forma contundente o peso dessas demandas, revelando o desgaste emocional e a instabilidade que emergem desse lugar socialmente imposto à mulher. O fragmento a seguir ilustra, de maneira visceral, o esgarçamento das estruturas tradicionais da vida doméstica, ao destacar a posição da mulher no seio familiar e sua relação conflituosa com o espaço doméstico e com o marido:

“Que foi?, pergunta assustado o maridão ao ver mijó e cacos de vidro. Não é para menos, se eu fosse ele também me assustaria, mas eu sou eu e continuo sentada. Ele dá uma voltinha ao redor da mesa, uma olhada e me interroga. Já sei, digo. O que é que você sabe? Não me faça dizer, se digo que já sei já basta. E, na verdade, não O que você está fazendo aí sentada, não está vendo que o cachorrinho está fazendo xixi, pobre criatura. **Não está vendo que ele está pisando no vidro? Por que você está com a calça aberta? Senti pena dele, casado com alguém com a calça aberta.** Não posso?, pergunto. **Você sabe muito bem que não se trata da calça! Quero poder ficar com a calça aberta se quiser!** Vem, diz abrindo os braços. Não. Vem. Não. Porque não? Porque sim, não. Que faço, varro? Faça o que quiser. Você vai ficar aí? Sim. **Você poderia começar a cuidar melhor da casa!** Sabe o que encontrei na cozinha atrás da garrafa? Uma ratazana carcomida e minhocas, há quanto tempo nosso bebê come ali? E você, retruco. Para de bater cinza nas xícaras, nos pires, por exemplo, há quanto tempo nosso bebê come ali? Compra uns cinzeiros, então!” (Harwicz, 2019, grifo nosso).

No excerto transcrito, a fala da narradora não apenas desconstrói os códigos de comportamento esperados da maternidade e do casamento, como também escancara a ausência de sentido e a violência simbólica contida nas cobranças cotidianas. O trecho de Harwicz (2019) evidencia o conflito doméstico como espaço de opressão e resistência. A cena, permeada por imagens de sujeira, caos e desgaste emocional, simboliza a ruptura da personagem com o papel tradicionalmente atribuído à esposa e mãe. A calça aberta, gesto que para o marido é sinal de inadequação, transforma-se em expressão de liberdade corporal e de recusa às normas sociais que regulam o comportamento feminino. O diálogo marcado pela tensão mostra a mulher em confronto direto com a lógica de responsabilização exclusiva da mãe pelo cuidado da casa e da família, enquanto o marido, embora cobrador, também revela descuido. O diálogo atravessado por frases abruptas e

sem resolução reflete um embate surdo, em que a mulher não mais responde aos apelos de normalização, a calça aberta, o silêncio, o “não” repetido e sem justificativa, instaurando uma ruptura com os imperativos da domesticidade.

A tensão entre os personagens, especialmente diante de questões banais como o xixi do cachorro ou a sujeira da casa, revela o quanto a protagonista já não se submete às engrenagens de cuidado e zelo que, historicamente, foram atribuídas às mulheres. Como propõe Silvia Alexim Nunes (1991, p. 75), trata-se da recusa de um “programa de educação e controle feminino”, que visa disciplinar corpo e caráter para que a mulher se conforme às exigências da vida em sociedade. No caso da personagem, esse programa falha: há um corpo que não responde, uma presença que desobedece e um vínculo familiar que se transforma em campo de conflito, e não de afeto. Assim, o trecho ilustra de forma contundente como a escrita de Harwicz desmonta a imagem da “família triunfante” e revela seus subterrâneos de opressão e frustração.

Isso é relevante no contexto atual, ao ideal de maternidade ressurgir sob novas roupagens, como é o caso da chamada “educação positiva”. Apesar de se apresentar como abordagem pedagógica progressista e centrada no respeito à criança, tal discurso frequentemente mantém a ligação mulher-mãe no centro da responsabilidade absoluta. A exigência por autocontrole emocional, disciplina afetuosa, escuta ativa e empatia constante recai, majoritariamente, sobre a figura materna, reforçando a lógica da culpa e da performance. Assim, mesmo com uma linguagem atualizada, a educação positiva atualiza os mecanismos históricos de vigilância sobre a maternidade.

No Brasil, a construção social da maternidade articulou-se de modo estreito com os discursos da medicina e da saúde pública. Conforme argumenta Nunes (1991), entre o século XIX e as primeiras décadas do XX, a medicina social brasileira reforçou a representação da mulher como responsável quase exclusiva pela reprodução biológica e moral da nação.¹ O corpo feminino passou a ser alvo de uma vigilância crescente por parte dos saberes médicos, que o associavam à fragilidade, à irracionalidade e à vocação natural para a maternidade. Nesse processo, práticas de cuidado, gestação e puericultura foram medicalizadas, reforçando a ideia de que a boa mãe era aquela que seguia as orientações científicas, higiênicas e morais do Estado e da medicina. Segundo Silvia Alexim Nunes (1991):

Em relação à senhora, à mulher de família, a questão que se coloca é a de resgatá-la da submissão total ao pai para um novo lugar dentro da organização familiar. A medicina se volta para essa mulher — que era mantida reclusa, desvalorizada e sem qualquer tipo de autonomia — e

passa a valorizá-la com esposa e mãe, como agente familiar do projeto médico e perpetuação e proteção da infância (Nunes, 1991, p. 51).

Esse discurso teve um papel crucial na consolidação de um ideal materno moderno no Brasil, alinhado ao que Michelle Perrot (1991) descreve para o contexto europeu, mas com particularidades locais marcadas pela desigualdade social, pelo racismo e pelas políticas de higienização urbana. Ao colocar a protagonista de *Morra, Amor* em confronto com essas tradições, mesmo que não diretamente localizadas, a análise evidencia como o sofrimento materno não é fruto apenas de uma vivência íntima, mas de um conjunto de normas históricas e institucionalizadas, que moldaram a maternidade como dever, controle e sacrifício.

Nunes (1991), ao analisar os discursos médicos e higienistas no Brasil do século XIX e início do XX, evidencia como o corpo feminino foi sistematicamente objeto de normatização por meio de uma pedagogia social que tinha como objetivo moldar mulheres “aptas” à vida em sociedade. Segundo a autora, tratava-se de “um programa de educação e controle feminino, que deve funcionar como mecanismo de disciplinarização de seu corpo e de seu caráter, com vistas a adestrá-los o melhor possível para a vida em sociedade” (Nunes, 1991, p.75).

Nesse contexto, a medicina social não apenas atuava sobre a saúde das mulheres, mas sobre seus modos de ser, pensar e agir, reforçando ideais de docilidade, submissão, pureza e vocação natural para a maternidade. A maternidade, assim, deixava de ser apenas uma experiência biológica e afetiva, para tornar-se uma função social rigidamente controlada, um dever inscrito nos discursos médicos, escolares e jurídicos, que buscavam adestrar a mulher para cumprir esse papel com obediência e sacrifício. Esse processo é fundamental para compreender como determinadas experiências maternas, como as que emergem na narrativa de *Morra, Amor*, não se afastam apenas de um ideal normativo individual, mas rompem com estruturas mais amplas de poder que organizaram historicamente a presença da mulher no espaço público e privado.

Considerações finais

Ao historicizarmos a leitura da obra *Morra, Amor*, desnudam-se as causas e os efeitos subjetivos da maternidade quando esta é vivida sob o peso de um ideal normativo. A protagonista, que não encontra espaço para o erro, para a ambivalência ou mesmo para o silêncio, se vê encurralada por um modelo que exige abnegação e entrega irrestrita, sem jamais questionar o desejo ou as condições reais de quem materna. O romance evidencia, de forma brutal, a ruptura com o que se espera das mulheres: que sejam mães amorosas,

mesmo quando emocionalmente destruídas; que cuidem, mesmo quando ninguém cuida delas. E, sobretudo, que calem. A personagem de Harwicz, no entanto, não silencia, a sua mente grita descontentamento com tal postura. Sua recusa em desempenhar o papel da mãe ideal é, ainda que sem controle, um ato de ruptura.

Ao retratar a maternidade enquanto construção e não como instinto, Harwicz dramatiza, em linguagem ficcional, as consequências desse mito: ao naturalizar o amor materno como obrigação, a sociedade isola e culpa as mulheres que não se encaixam. A personagem de *Morra, Amor* não é apenas uma mulher em sofrimento, mas o reflexo de uma estrutura que exige que o maternar seja prazeroso, belo e constante, ainda que isso custe a saúde mental de quem o vive. Ao se recusar a performar a mãe ideal, ela desmonta o que há de mais frágil e opressor nesse imaginário: a suposição de que toda mulher deve, por natureza, desejar ser mãe, e amar incondicionalmente esse lugar.

Obras como *Morra, Amor* funcionam como contra-discurso ao silenciamento do mal-estar materno, abrindo espaço para a expressão de sentimentos ambíguos e experiências que não se conformam ao modelo da mãe ideal. Desse modo, a articulação entre teoria feminista e literatura revela a importância de desconstruir a imagem uniforme da maternidade. Reconhecer a maternidade como construção cultural e experiência múltipla é condição para libertar as mulheres do amor forçado e para repensar a maternagem fora do binarismo entre a mãe ideal e a mãe má. A escuta da experiência subjetiva, mesmo que por meio da ficção, é, portanto, um gesto político.

Ao confrontar o discurso idealizado da maternidade com a experiência literária apresentada por *Morra, Amor*, de Ariana Harwicz, este trabalho buscou tensionar as expectativas sociais que recaem sobre as mulheres que maternam. A protagonista do romance encarna, de maneira extrema e dolorosa, os efeitos subjetivos de uma maternidade imposta, vivida sem desejo ou encantamento, mas marcada pela culpa, pelo isolamento e pela recusa. Sua voz, caótica e violenta, rompe com o silêncio que historicamente envolveu o sofrimento materno, revelando uma realidade muitas vezes negada ou disfarçada em nome de um ideal inatingível.

Ao trazer à tona as contradições, angústias e fantasmas que atravessam o pós-parto, Harwicz não apenas denuncia a violência simbólica de um modelo que exige amor incondicional das mães, mas também abre espaço para que outras experiências possam ser legitimadas. Longe de ser um caso isolado de perturbação, a protagonista do romance é sintoma de uma estrutura social que glorifica o cuidado feminino, ao mesmo tempo em que o desvaloriza e isola quem o pratica.

Nesse sentido, o diálogo com as reflexões de Elisabeth Badinter (1985) contribuiu para historicizar esse modelo de maternidade, permitindo compreendê-lo como uma construção cultural e não como uma expressão espontânea da natureza feminina. Ao fazer uso da literatura como ferramenta de análise crítica, este trabalho propôs uma escuta atenta e sem filtros do que há de conflitante no materno, especialmente quando este se torna obrigação, e não escolha. Reconhecer o sofrimento, o cansaço e a ambivalência como partes legítimas da experiência materna é um passo necessário para desmontar o mito da mãe ideal e abrir caminho para uma maternidade mais livre, honesta e possível.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ARÓSTEGUI, Júlio. *A Pesquisa Histórica: Teoria E Método*. Bauru: Edusc – Editora Universidade Do Sagrado Coração, 2006.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo: edição revista e ampliada*. São Paulo: Edições, v. 70, 2016.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXVIII, n. 1, p. 183-194, jun. 2002. Disponível em: <https://puers.emnuvens.com.br/iberoamericana/article/view/23794/14279>.

DAMACENO, Nara Siqueira; MARCIANO, Rafaela Paula; DI MENEZES, Nayara Ruben Calaça. As Representações Sociais da Maternidade e o Mito do Amor Materno. *Perspectivas em Psicologia*, Uberlândia, v.25, n.1, p. 199-224, jan/jun. 2021.

FIORIN, José Luiz. A NOÇÃO DE TEXTO NA SEMIÓTICA. *Organon*, Porto Alegre, v. 9, n. 23, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29370>.

HARWICZ, Ariana. *Morra, amor*. São Paulo: Instante, 2019.

HORNIKE, Dafna. Maternidad, locura y subjetividad: Tornar-se mãe e o impacto do terror em Matate, love, de Ariana Harwicz. *América*, [Online], n. 26, 29 jun. 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/amerika/18309>.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.
MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Psicol. cienc. prof. [Online]*. 2004, vol.24, n.1, pp.44-55.

NUNES, Silvia Alexim. A medicina social e a questão feminina. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 1, p. 49-76, 1991.

OLIVEIRA, Amanda da Silva. A maternidade questionada em Morra, amor, de Ariana Harwicz. *Revell*, [S. l.], v. 3, n. 33, p. 114-135, dez. 2022. Disponível em: <http://www.revell.unisa.br/index.php/revell/article/view/1780>.

OLIVEIRA, Loraine Lopes de; MARTINIAK, Vera Lúcia. Liberdade, igualdade e democracia: o ideário republicano e a educação das mulheres no início do século XX no Brasil. *Educação & Formação*, v. 3, n. 9, p. 159-176, 2018.

PERROT, Michelle. A família triunfante. In:*História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PERROT, Michelle. Funções da família. In:*História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos pagu*, p. 81-103, 2002.

Artigo recebido em 04/09/2025

Artigo aprovado para publicação em 26/11/2025

Editor(a) responsável: Lais Pereira

¹ Cabe mencionar que a obra analisada emerge de um contexto argentino específico. Uma aproximação mais detida com a experiência brasileira poderia ampliar a discussão, propondo-se uma abordagem mais aprofundada neste sentido em trabalhos futuros.

“I SEE MYSELF GOING TO THE FOREST AND LETTING THE STROLLER ROLL DOWN THE HILL”: Maternity in *Morra, amor*

“EU ME VEJO INDO ATÉ O BOSQUE E DEIXANDO O CARRINHO IR LADEIRA ABAIXO”: A maternidade em *Morra, amor*

Fabiane Pacheco da CUNHA¹

Janaína dos Santos PUCHALSKI²

Flávia Theis JUNGES³

Abstract: This article proposes a critical reading of the novel *Morra, amor* [Die, My Love], by Ariana Harwicz, based on a dialogue with historiography and social theory on the normalization of female bodies. The narrative, marked by a chaotic and sensory stream of consciousness, presents a maternal character who challenges traditional models of motherhood. Based on Badinter (1985), the historical devices that naturalized the role of the mother as the moral center of the family are analyzed. The work highlights a motherhood experienced with anguish, hostility, and a desire for rupture, reflecting the subjective effects of social impositions. The character does not represent an anomaly, but rather the symptom of a model that oppresses and silences. Her refusal to perform the maternal ideal is interpreted as a gesture of subversion, highlighting the importance of denaturalizing motherhood and listening to experiences that break with the myth of the ideal mother.

Keywords: Motherhood, Contemporary Literature, Gender Studies.

Resumo: O artigo propõe uma leitura crítica do romance *Morra, amor*, de Ariana Harwicz, a partir do diálogo com a historiografia e a teoria social sobre a normatização dos corpos femininos. A narrativa, marcada por um fluxo de consciência caótico e sensorial, apresenta uma personagem materna que desafia os modelos tradicionais de maternidade. Com base em Badinter (1985), analisam-se os dispositivos históricos que naturalizaram o papel da mãe como centro moral da família. A obra evidencia uma maternidade vivida com angústia, hostilidade e desejo de ruptura, refletindo os efeitos subjetivos das imposições sociais. A personagem não representa uma anomalia, mas sim o sintoma de um modelo que oprime e silencia. Sua recusa em performar o ideal materno é lida como um gesto de subversão, trazendo a importância de se desnaturalizar a maternidade e escutar experiências que rompem com o mito da mãe ideal.

Palavras-chave: Maternidade, Literatura Contemporânea, Estudos de Gênero.

Introduction

The experience of motherhood is a constantly debated topic in the globalized world. Every day, new products and approaches emerge, presented as more humanized

¹ Master's student in the Postgraduate Program in History at the Federal University of Santa Maria (UFSM); CAPES/DS scholarship holder. E-mail: fabiane.pacheco@acad.ufsm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0265202846909225>.

² Master's student in the Postgraduate Program in History at the Federal University of Santa Maria (UFSM); CAPES/DS scholarship holder. E-mail: janaina.puchalski@acad.ufsm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8928554337772459>.

³ Master's student in the Postgraduate Program in History at the Federal University of Santa Maria (UFSM); CAPES/DS scholarship holder. E-mail: flavia.junges@acad.ufsm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1284111069069178>.

and suitable for mothers. On social media, theories, methods, and content about maternal practices multiply, such as BLW (Baby-Led Weaning), positive discipline, conscious mothering, and Montessori pedagogy. This torrent of information converges on the same demand: the mother must be emotionally stable, intellectually up-to-date, affectionate, and simultaneously responsible for her appearance, her husband, and her home. Furthermore, the notion that a woman's full realization only occurs through motherhood is reinforced.

The promise that such practices promote the child's integral development coexists, however, with the reality of exhausted and guilty mothers facing an unattainable ideal, often based on digital influencers whose conditions differ from those experienced by the majority. Meanwhile, the demands regarding the paternal role are considerably lower, both on digital platforms and in everyday life. This logic is based on the construction of a myth of motherhood, which places the woman at the center and responsible for family balance, tasked with educating children and husband because she supposedly possesses an instinct.

The role of motherhood has been naturalized in this way over time. However, much of the current conception of childcare is based on the 18th century and was socially constructed. With the social construction of modern states and the favoring of a bourgeois economic order, there was a need for greater care for children, with this function falling on mothers (Moura; Araújo, 2004). It is understood that, historically, the mother-child relationship does not have the same values and meanings, just as the conceptions of what mothering practices would have also been influenced by the needs of each historical moment.

In contemporary times, maternal practices are still based on medical and scientific discourses that define behavioral patterns and goals. These discourses spread among the elites through the valorization of feelings and, in the popular classes, through coercive strategies, such as punishments for child abandonment, which forced women to keep their children alive (Badinter, 1985; Moura; Araújo, 2004). That way, motherhood was constructed as intrinsic to the female condition, uniting biological functions with the feeling of care. Mothers were then required to exhibit behaviors of tenderness and dedication, treated as "intuitive" and "natural," associated with a promise of physiological happiness.

The mother was also transformed into a moral example, a Christian role model, and an educational agent, in addition to being responsible for feeding and educating future citizens. Thus, a goal of motherhood was consolidated, in which deviations were

pathologized or considered anomalies, producing feelings of guilt in women who did not conform to the established social standard. In this way, a maternal myth is configured that associates female fulfillment with the condition of being a mother (Badinter, 1985; Moura; Araújo, 2004; Damaceno; Marciano; Di Menezes, 2021).

Although transformed over time, especially with technological advances and discussions about fatherhood, the concept of motherhood is still structured around sacrifice for the sake of offspring. The valorization of this role and the consequent feeling of guilt remain central to how society conceives the maternal function.

In this work, we propose a critical analysis of maternal expectations based on the dialogue between the book *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno* [Conquered Love: The Myth of Maternal Love] by Elisabeth Badinter — important for challenging what motherhood is historically constructed; and the contemporary literary work *Morra, Amor* [Die, My Love], by Ariana Harwicz, placing the backdrop of a deviant motherhood. Using literature as a lens to understand the historical and subjective conflicts that permeate motherhood, we investigate that which is exhausting about maternal care when it is regarded as an obligation.

Methodologically, this work is based on a qualitative and interpretative approach, focusing on the critical analysis of discourses on motherhood from the intersection between literature, feminist theory, and gender studies. We start from the premise that literature can function as a tool for problematizing and revealing subjectivities, enabling a deeper understanding of female experiences, often silenced or idealized by common sense and contemporary media.

Thus, the analysis is structured around two central works: *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno* [A Conquered Love: the myth of maternal love], by Elisabeth Badinter, and the novel *Morra, Amor* [Die, My Love], by Ariana Harwicz, as already mentioned. The first work of an essayistic nature, provides the theoretical-historical basis on the social construction of motherhood, deconstructing the idea of maternal instinct as something natural and universal. The second of a literary-fictional nature, allows for a sensitive and visceral visualization of the dilemmas of a woman overwhelmed by psychological suffering and inadequacy in the face of the ideal of a “good mother”.

Based on gender studies theories, the proposal is to reflect on how discourses surrounding motherhood impose idealized expectations that negate the complexity of the female experience, such as the suffering of postpartum depression, the exhaustive comparison with perfect motherhood, and the imposition on those who do not wish to be mothers. The lack of personal fulfillment with motherhood will be addressed through the

work *Die, Love*, which was recently produced in cinemas and demonstrates the psychological terror of the postpartum period.

In this sense, the analysis of the literary work will be carried out based on thematic and discursive criticism, considering both the narrative aspects and the symbolic elements present in the text, articulating them with the references of gender studies and with the thought of authors such as Jane Almeida, Silvia Michelle Perrot, as well as Badinter herself. The choice of literature as an object of analysis is justified by its potential to represent subjective and social conflicts in depth, challenging culturally established norms and expectations. In this way, the methodological approach used prioritizes interdisciplinary dialogue and critical listening to fictional and theoretical female voices, with the aim of reflecting on the effects of the idealization of motherhood and its impacts on the reality of women. Motherhood will thus be treated not as a biological essence or destiny, but as a historical and symbolic construct that needs to be continually revisited and questioned.

In the novel, the Argentinian writer Ariana Harwicz breaks with idealized discourses of motherhood and leads the reader through a dense and disturbing narrative. The protagonist, a new mother, finds herself isolated in the countryside with her husband and baby, and is constantly traversed by fragmented thoughts, contradictory impulses, and a constant feeling of inadequacy. Harwicz's writing follows the flow of thoughts of a woman who finds herself crushed by the expectations surrounding motherhood. Instead of acceptance and fulfillment, what emerges in the portrayed reality is the discomfort, anger, and rejection experienced by the protagonist, not only towards her son, but intrinsically towards the social role expected of her. The novel, by refusing to offer comfort, reveals precisely what normative motherhood tries to hide: that there is not always love, and that, often, mothering can be experienced as a process of exhaustion, ambivalence, and disintegration.

In this sense, the methodology adopted also relies on the principles proposed by content analysis outlined by Laurence Bardin (2016). In this way, we organized the reading of the fictional work into emerging thematic categories — such as guilt, refusal, isolation, and symbolic violence — seeking to identify discursive regularities that point to a critique of the normative ideal of motherhood. At the same time, we were guided by the conception of text and discourse understood as social practice, as proposed by Fiorin (2012), who understands the text as articulated form and content, bearer of multiple meanings and traversed by historical conditions of production. Regarding the historical perspective of the research, it is based on the perspective of Júlio Aróstegui (2006), which

allows us to understand motherhood as a construction that transforms over time, and whose analysis requires attention both to the context in which the discourses are produced and to the effects they generate on the subjects. In this direction, literature is treated as both source and object: a symbolic text laden with historicity and disputes about what it means to be a woman and to be a mother.

Finally, we refer to the contributions of Núncia Constantino (2002) to reinforce the relevance of the articulation between content analysis and historical research, especially when seeking to understand the meanings inscribed in cultural representations. Thus, the methodology adopted prioritizes the intersection between discourse, language, and history, with the aim of highlighting the tensions that permeate the contemporary maternal experience, as narrated in *Morra, Amor*.

The cultural construction of motherhood

Motherhood as we know today is neither natural nor universal. It is the result of a long historical process of institutionalizing the family and normalizing gender roles. As historian Michelle Perrot (1991) demonstrates, the 19th and early 20th centuries were marked by a social and political effort to organize private life around the bourgeois model of family: monogamous, patriarchal, hierarchical, in which the father held legal and moral authority, and the woman, confined to the domestic space, assumed the care of the home and children as a natural and noble mission. In this context, motherhood became not only a biological function, but a symbolic construct laden with moral, affective, and religious values.

Perrot (1991) describes this as a family model that triumphed not because of its neutrality, but because of its ability to efficiently order and monitor intimate life. The woman was responsible for representing the “heart” of the family, exercising a form of invisible, emotional, but profoundly disciplinary power. The mother became a central figure in the moral formation of children and, at the same time, a symbol of sacrifice, silence, and devotion. This ideal imposed itself as the norm, marginalizing any experience of motherhood that escaped sweetness, surrender, or passivity.

This expectation encompassed the insertion of women into the Brazilian public workspace, when it was expected that they would occupy positions consistent with their maternal role, resulting in the so-called feminization of teaching. This discourse constructed arguments that “allocated to women a better professional performance in

education, derived from the fact that teaching was linked to the ideas of domesticity and motherhood” (Almeida, 1998, p. 64).

During the 19th and early 20th centuries, teaching became one of the few socially accepted paid occupations for women, especially for those who had not married or had children. In this scenario, teaching came to be understood as a choice compatible with values associated with femininity, such as care, dedication, and selflessness, often linked to motherhood. The historian Guacira Lopes Louro (1997) observes that, for a long time, the figure of the teacher was associated with that of the single woman. The one who, having not followed the destiny considered natural, such as marriage and motherhood, dedicated herself to teaching as a way of symbolically fulfilling the maternal role. Despite the stigmas, this path also allowed women access to education, a certain presence in the public sphere, and some economic independence, albeit limited (Louro, 1997).

Over time, a rigorous expectation has been created around the moral stance of the female teacher. Her image should be irreproachable, marked by discreet behavior and a neutral appearance. Any sign of sexuality or desire should be erased from her conduct. Ideally, the teacher’s personal life should be private, without public displays of affection, marriage, or motherhood. Pregnancy, in particular, was viewed with censure, as it highlighted the sexual dimension of women, which contradicted the ideal of the pure educator devoid of desires (Louro, 1997).

The traditional explanation for the feminization of teaching revolves around the low remuneration of teaching compared to other professions. Educated men, seeking higher salaries, would migrate to other areas, with teaching becoming a work alternative for women (Oliveira; Martiniak, 2018). However, this justification has been revisited. The educator Jane Soares de Almeida (1998) considers that, in addition to the economic issue, there was also a planned articulation between what was socially expected of women and the possibility of occupying a professional space compatible with these expectations. In this way, teaching functioned as a form of insertion into salaried work, without a direct rupture with the gender roles then in force (Almeida, 1998). The author argues that:

Primary school teaching represented the starting point and what was possible at the historical moment. And it was passion, in the sense of desire, effort, seizing the opportunity and achieving insertion into the public sphere and the world of work. After that, some subsequent rights can be associated with women’s achievement of teaching, such as female education, co-education, a certain economic and personal independence, the vote, maternity leave and others (Almeida, 1998, p. 75).

In Brazil, this configuration remains evident in current statistics. Early Childhood Education continues to be predominantly composed of women, who represent approximately 90% of the workforce at this stage. On the other hand, the presence of women in Higher Education is still limited, especially in areas traditionally considered masculine (Vianna, 2002). As observed by Cláudia Pereira Vianna (2002), professions such as teaching and nursing continue to be seen as extensions of the female vocation for care, often interpreted as activities linked to a moral commitment. According to her, there is a binary system that fuels this cultural construction of roles:

The binary scheme that situates the masculine and the feminine as mutually exclusive categories extends to definitions of what it is to be a man and what it is to be a woman, a male and a female teacher in our society. This dichotomy crystallizes conceptions of what should constitute masculine and feminine attributes and hinders the perception of other ways of establishing social relations. Care, for example, is seen as an essentially feminine characteristic — for some a natural responsibility, for others, a result of women's socialization [...] thus, various stereotypes are created about men and women: aggressive, militaristic, rational, for them; docile, relational, affectionate, for them. As a result, functions such as feeding, motherhood, preservation, education, and care for others become more identified with female bodies and minds, thus gaining an inferior place in society when compared to functions considered masculine (Vianna, 2002, p. 93).

It is precisely against this binary image that the protagonist of *Die, My Love*, does not perform — or fails to perform — the loving and stable mother. The tension that runs through Harwicz's novel takes on new contours when we read her character in the light of the genealogy proposed by Perrot: the suffering experienced by the woman in the novel is not individual or pathological, but an expression of a historical conflict, between a subjectivity in ruins and a model of motherhood that still demands completeness, sweetness, and meaning. What Harwicz ultimately does is collapse the myth of the mother as the center of family harmony, by dramatizing an experience of refusal and exhaustion in the face of a role that, although inherited, no longer finds emotional or symbolic support.

The social construction of motherhood as a woman's natural destiny is one of the most persistent and normalized structures of the Western imagination. This idealization, consolidated especially from the 19th century onwards, was critically analyzed by Elisabeth Badinter (1985), in which the author states that maternal love, nowadays considered instinctive, is, in fact, a cultural, historical and political construction. Historically, motherhood has become an instrument of social control over women, tying their identities to the exclusive role of caregivers and reproducers of a conservative social

order. Philosophers and doctors have sometimes supported this construction through biologizing arguments. However, as Badinter (1985) points out, for much of modern European history, direct childcare was not considered a moral obligation. In the Old Regime, for example, the practice of mercenary breastfeeding was common:

of the 21,000 children born annually in Paris, only 1,000 are breastfed by their mothers. A thousand others, privileged children, are breastfed by resident wet nurses. All the others leave their mother's bosom to be raised in the more or less distant home of a mercenary wet nurse. Numerous are the children who will die without ever having known their mother's gaze. Those who will return, some years later, to the family home, will discover a stranger: the one who gave birth to them. Nothing proves that these reunions were experienced with joy, nor that the mother hurried to satisfy a need for tenderness that today seems natural to us (Badinter, 1985, p. 68).

The author points out that a “revolution of mentalities” was encouraged at the end of the 18th century, even though behaviors were slow to change, evoking the myth of instinct and promoting breastfeeding and maternal love as natural and social values, favorable to the species and society. To convince women, promises of beauty and happiness, moral and religious or medical condemnation were used, arguing the risk of death from milk retention or other conditions pointed out by “science”:

Not to mention the ‘acute and chronic affections of the mammary glands, the severe fevers of metoperitonitis, the affections of the uterus’. [...] [...] This tragic description of the risks faced by the bad mother showed that nature knew how to take cruel revenge on women who disobeyed it. But nature was not the only one to punish them. The abandonment of breastfeeding is presented by everyone, not only as a dietary error, but also and above all as a sin against God, an immoral action (Badinter, 1985, p. 197).

Badinter (1985, p. 198) also points out that “in the 18th century, moral condemnation will replace theological condemnation. Breastfeeding abandonment is deemed an injustice committed against the child,” emphasizing that it is the child’s right to access the milk produced. Over time, this view became increasingly internalized, being imposed as an ideal standard: the woman should sacrifice herself without question. This cultural demand is later reinforced by medicine and psychoanalysis, as in the work of Freud, who attributes to the mother a central role in the physical and psychic development of the child. According to Badinter (1985, p. 238), “Rousseau and Freud both developed a singularly similar image of women [...]: they emphasize the sense of dedication and sacrifice that, according to them, characterizes the ‘normal’ woman”.

Die, My Love gives a warning: motherhood is not always beautiful

In contemporary times, literature exposes the unreality of the idealized image of women, revealing the anxieties, frustrations, and sense of not belonging to the maternal role, challenging the cliché and revealing the search for a new family order that recognizes maternal love as a constructed feeling, and not a natural feminine duty.

This perspective is explored in the literary work *Die, My Love*, by Ariana Harwicz, originally published in 2012 and edited in Brazil in 2019. The Argentinian author represents motherhood not as an instinctive gift, but as an oppressive experience, marked by loneliness, physical and emotional exhaustion, and the subjective erasure of women. As Amanda da Silva Oliveira (2022, p. 122) analyzes, “The inability to perform the supposed role of exemplary mother suffocates the protagonist character, [...] because she can no longer recognize herself as a subject”. Thus, motherhood is represented there not as an instinctive experience, but through a subjective erasure of the woman and her desires, which boil over in the writing in a stream of consciousness. As Dafna Hornike aptly analyzes:

The text plays with these poles of love and danger, thus provoking a tormented reading, full of horror. The protagonist’s declarations that she will not hurt the baby are repeatedly accompanied by images of knives, broken glass, fast cars, and the crying of the baby who is left alone several times. She is totally isolated in her own world, populated by surreal images that are read with fear. Seeking clues to the baby’s health, it relieves us to discover that they are nothing more than illusions, and thus the mother’s delusions are the only excuse that can calm our horror (Hornike, 2023, p. 5, own translation).

Harwicz’s writing breaks with the gentleness normally associated with the maternal figure with explicit sexual descriptions and outbursts of sadism. The language used by the author in constructing the novel is one of the elements that most contribute to the feeling of strangeness and tension. Harwicz opts for a fragmented structure, without clear marking of speech or thoughts, causing the narrative to slide between the reality and imagination of the character. This formal choice is not merely aesthetic, but functions as a representation of the protagonist’s emotional disorganization.

Thoughts collide, images overlap, and the reader is left to grapple with this destabilizing stream of consciousness, which mirrors the psychic collapse experienced after childbirth. What is produced, therefore, is not just a story about the rejection of motherhood, but the experience of mothering as something that dissolves identity and blurs the boundaries between the self and the other. The character speaks bluntly about her exhaustion:

It feels like the baby pooped and I have to go buy his monthly birthday cake. Other mothers certainly bake the cake themselves. Six months, they say, is not the same as five or seven. Every time I look at him, I remember my husband behind me, almost coming on my back, when he suddenly decided to turn me around and enter me at the last second. If it weren't for that gesture of turning me around, if I had closed my legs, if I had grabbed his penis, I wouldn't have to go to the bakery to buy the cream or chocolate cake and the candles, half a year already. The others, a second after giving birth, say, I can't imagine my life without him anymore, it's as if he's always been with me, pfff. I'm coming, love! I want to scream, but I sink even deeper into the furrowed earth (Harwich, 2019, p. 9).

In one of the unsettling passages, the character confesses: "I noticed, as someone would notice when they discover they are missing an arm or an eye, that I no longer feel love for my son" (Harwicz, 2019, p. 113). At another point, the author exposes the sadistic feasibility:

And if I want to leave my baby in the car under a forty-degree heat index, I will. And don't tell me it's illegal. If I want to choose illegality, if I want to become one of those many fetus freezers, I will. If I want to go to jail for twenty years, or run away, that's also a possibility (Harwicz, 2019, p. 18).

These passages deliberately create discomfort in the reader, challenging the belief in the universality of maternal tenderness and the very concern for the unloved child. Therefore, there is not only tension between love and repulsion, but, as Badinter (1985, p. 130) proposes, "the image of the monstrous mother is so strong because she represents the negation of what society wants to impose as absolute truth: maternal love".

Throughout the narrative, the crisis and inclinations toward "madness" experienced by the protagonist lead her to an asylum. To Dafna Hornike, the representation of madness indicates the tension between the social view of motherhood and the mental crisis that this mother faces. Therefore, it is "her last effort to resolve the polarity she experiences, to find a socially acceptable way to fit into the typical heteronormative family" (Hornike, 2023, p. 5). According to the author, the climax occurs on her son's second birthday, in a scene that contrasts the expected happiness with fear and pain. The protagonist then decides to leave, breaking with the traditional model of the selfless mother. Her act of leaving her son is not seen as altruistic, but as a conscious decision that she is not worthy of taking care of him; the father is the one who should assume this responsibility (Hornike, 2023).

It seems that the protagonist reclaimed her sense of being separate, an independent subject with her own feelings and desires, no longer haunted by images of knives and blood. It is not a tranquil forgetting that erases the past, but an immense sadness that

accompanies her at all times. In this sense, the release from her responsibilities as a mother does not undo her maternal being, which continues to be part of her subjectivity (Hornike, 2023).

By translating into literary form the anguish of those who mother under pressure, but also the sadism with the intention of shocking the sacred arena of motherhood, Harwicz reinforces what Badinter (1985) calls “forced love”: the obligation to love, care, and sacrifice oneself without question. According to the French author, imposing this ideal requires the repression of women as subjects of autonomous desires. Maternal love, when imposed, erases the complexity of the female experience. In this book, the protagonist subverts this order, aware of her obligation, but with raw and transgressive thoughts. It is not about normalizing the exposure of the child to risk, but novels like this seek to reveal that certain people do not have the desire to realize motherhood, thus, through an intense sensitization of the reader’s feelings, shock is used as a tool to reflect on motherhood for certain women.

Other points are perceived in the work. The relationship with the mother-in-law is one example. It’s not about adopting her husband’s mother as her own, but rather about bringing up the feelings of looking at another mother and not understanding how she plays the role expected of her. Thus, there are few moments in which she manages to understand some of the character’s attitudes. We highlight the care the mother-in-law takes in administering an antidepressant: “How can my mother-in-law speak so softly, walk with such short steps, be so well-behaved, and offer Prozac to a future mother?” (Harwicz, 2019, p. 18). There is a strangeness in the mother-in-law’s behavior precisely at a moment when the character is trying to understand herself in the midst of a difficult situation, while the other performs exactly what is expected of a mother: dedication to the family.

Another point where the mother-in-law is the protagonist is in a dialogue with the father-in-law presented by our protagonist:

“What would you like us to do with your ashes?” she asked her husband when her lungs could no longer hold out. “Huh?” he said, losing his hearing. “Do you want us to bury you or scatter you, Dad?” she had to shout. “It doesn’t matter”, he replied. And he had no interest in leaving that, or anything else, recorded (Harwicz, 2019, p. 23).

There is an importance in thinking about what comes after, in this case, death, as it demonstrates concern for those who remain. When the husband passes away, it falls to the wife to think about this end, or where his mortal remains will rest, and the task of organizing the funeral ends up being the children’s, but mainly it is up to the widow to

think about it, because now she will be the “head of the family,” even if quite closely observed by the children.

In the context of family tasks, it is observed that many responsibilities still fall on the figure of the wife-mother, accompanied by social and emotional demands. Ariana Harwicz, in her work, forcefully exposes the weight of these demands, revealing the emotional strain and instability that emerge from this socially imposed place for women. The following excerpt illustrates, in a visceral way, the fraying of traditional structures of domestic life, highlighting the woman’s position within the family and her conflictual relationship with the domestic space and with her husband:

“What happened?” the husband asks, startled, upon seeing urine and broken glass. No wonder, if I were him I’d be startled too, but I’m me and I remain seated. He takes a little walk around the table, glances around, and questions me. I know, I say. What do you know? Don’t make me tell you, if I say I already know, that’s enough. And, in truth, no. What are you doing sitting there? Can’t you see the little dog is peeing, poor thing? **Can’t you see he’s stepping on the glass? Why are your pants open? I felt sorry for him, married to someone with their pants open.** Can’t I?, I ask. **You know very well it’s not about the pants! I want to be able to keep my pants open if I want!** Come here, she says, opening her arms. No. Come No. Why not? Because. What should I do, sweep? Do whatever you want. Are you staying there? Yes. **You could start taking better care of the house!** Do you know what I found in the kitchen behind the bottle? A gnawed rat and earthworms, how long has our baby been eating there? And you, I retort. Stop throwing ashes on the cups, on the saucers, for example, how long has our baby been eating there? Buy some ashtrays, then!” (Harwicz, 2019, emphasis added).

In the transcribed excerpt, the narrator’s speech not only deconstructs the expected codes of behavior for motherhood and marriage, but also exposes the meaninglessness and symbolic violence contained in everyday demands. The excerpt from Harwicz (2019) highlights domestic conflict as a space of oppression and resistance. The scene, permeated by images of dirt, chaos, and emotional exhaustion, symbolizes the character’s rupture with the role traditionally assigned to wife and mother. The open pants, a gesture that for the husband is a sign of inadequacy, becomes an expression of bodily freedom and a refusal of the social norms that regulate female behavior. The dialogue, marked by tension, shows the woman in direct confrontation with the logic of the mother’s exclusive responsibility for the care of the home and family, while the husband, although demanding, also reveals negligence. The dialogue, punctuated by abrupt and unresolved phrases, reflects a silent clash, in which the woman no longer responds to appeals for normalization, the open pants, the silence, the repeated and unjustified “no”, establishing a rupture with the imperatives of domesticity.

The tension between the characters, especially when faced with mundane issues like the dog peeing or the mess in the house, reveals how much the protagonist no longer submits to the mechanisms of care and zeal that have historically been attributed to women. As Silvia Alexim Nunes (1991, p. 75) proposes, it is a matter of rejecting a “program of education and control for women”, which aims to discipline the body and character so that women conform to the demands of life in society. In the character’s case, this program fails: there is a body that does not respond, a presence that disobeys, and a family bond that becomes a field of conflict, not affection. Thus, the excerpt powerfully illustrates how Harwicz’s writing dismantles the image of the “triumphant family” and reveals its undercurrents of oppression and frustration.

This is relevant in the current context, as the ideal of motherhood resurfaces in new guises, as is the case with so-called “positive parenting”. Despite presenting itself as a progressive pedagogical approach centered on respect for the child, this discourse often keeps the woman-mother bond at the center of absolute responsibility. The demand for emotional self-control, affectionate discipline, active listening, and constant empathy falls, for the most part, on the maternal figure, reinforcing the logic of guilt and performance. Thus, even with updated language, positive education updates the historical mechanisms of surveillance over motherhood.

In Brazil, the social construction of motherhood was closely linked to the discourses of medicine and public health. As Nunes (1991) argues, between the 19th century and the first decades of the 20th, Brazilian social medicine reinforced the representation of women as almost exclusively responsible for the biological and moral reproduction of the nation¹. The female body became the target of increasing surveillance by medical knowledge, which associated it with fragility, irrationality, and a natural vocation for motherhood. In this process, care, pregnancy, and childcare practices were medicalized, reinforcing the idea that a good mother was one who followed the scientific, hygienic, and moral guidelines of the State and medicine. According to Silvia Alexim Nunes (1991):

Regarding the lady, the woman of the family, the question that arises is how to rescue her from total submission to the father and place her in a new position within the family organization. Medicine turns to this woman - who was kept secluded, devalued, and without any kind of autonomy - and begins to value her as a wife and mother, as a family agent in the medical project and the perpetuation and protection of childhood (Nunes, 1991, p. 51).

This discourse played a crucial role in consolidating a modern maternal ideal in Brazil, aligned with what Michelle Perrot (1991) describes for the European context, but

with local particularities marked by social inequality, racism, and urban sanitation policies. By placing the protagonist of *Morra, Amor* in confrontation with these traditions, even if not directly located, the analysis highlights how maternal suffering is not only the result of an intimate experience, but of a set of historical and institutionalized norms that shaped motherhood as a duty, control, and sacrifice.

Nunes (1991), in analyzing medical and hygienist discourses in 19th and early 20th century Brazil, shows how the female body was systematically subjected to normalization through a social pedagogy that aimed to mold women “fit” for life in society. According to the author, it was “a program of education and control of women, which should function as a mechanism for disciplining their bodies and their character, with a view to training them as best as possible for life in society” (Nunes, 1991, p. 75).

In this context, social medicine not only acted on women’s health, but also on their ways of being, thinking and acting, reinforcing ideals of docility, submission, purity and a natural vocation for motherhood. Motherhood, therefore, ceased to be merely a biological and affective experience, becoming a rigidly controlled social function, a duty inscribed in medical, school and legal discourses, which sought to train women to fulfill this role with obedience and sacrifice. This process is fundamental to understanding how certain maternal experiences, such as those that emerge in the narrative of *Morra, Amor*, not only deviate from an individual normative ideal, but also break with broader power structures that have historically organized the presence of women in the public and private spheres.

Final considerations

By historicizing the reading of the work *Morra, Amor* [*Die, My Love*], the subjective causes and effects of motherhood are revealed when it is lived under the weight of a normative ideal. The protagonist, who finds no room for error, ambivalence, or even silence, finds herself trapped by a model that demands selflessness and unrestricted dedication, without ever questioning the desires or real conditions of those who mother. The novel brutally highlights the disruption of what is expected of women: that they be loving mothers, even when emotionally destroyed; that they care, even when no one else cares for them. And, above all, that they remain silent. Harwicz’s character, however, does not remain silent; her mind screams discontent with such a posture. Her refusal to play the role of the ideal mother is, even if uncontrolled, an act of rupture.

By portraying motherhood as a construct rather than an instinct, Harwicz dramatizes, in fictional language, the consequences of this myth: by naturalizing maternal love as an obligation, society isolates and blames women who do not fit in. The character in *Die, My Love* is not just a woman in distress, but a reflection of a structure that demands that mothering be pleasurable, beautiful, and constant, even if it costs the mental health of those who experience it. By refusing to perform the ideal mother, she dismantles what is most fragile and oppressive in this imaginary: the assumption that every woman should, by nature, desire to be a mother, and unconditionally love that role.

Works like *Die, My Love* function as a counter-discourse to the silencing of maternal unease, opening space for the expression of ambiguous feelings and experiences that do not conform to the ideal mother model. In this way, the articulation between feminist theory and literature reveals the importance of deconstructing the uniform image of motherhood. Recognizing motherhood as a cultural construct and a multiple experience is a condition for freeing women from forced love and for rethinking motherhood outside the binary between the ideal mother and the bad mother. Listening to subjective experience, even through fiction, is therefore a political act.

By confronting the idealized discourse of motherhood with the literary experience presented in Ariana Harwicz's *Die, My Love*, this work sought to challenge the social expectations placed on women who mother. The novel's protagonist embodies, in an extreme and painful way, the subjective effects of an imposed motherhood, lived without desire or enchantment, but marked by guilt, isolation, and refusal. Her voice, chaotic and violent, breaks the silence that has historically surrounded maternal suffering, revealing a reality often denied or disguised in the name of an unattainable ideal.

By bringing to light the contradictions, anxieties, and ghosts that permeate the postpartum period, Harwicz not only denounces the symbolic violence of a model that demands unconditional love from mothers, but also opens up space for other experiences to be legitimized. Far from being an isolated case of disturbance, the protagonist of the novel is a symptom of a social structure that glorifies female caregiving while simultaneously devaluing and isolating those who practice it.

In this sense, the dialogue with the reflections of Elisabeth Badinter (1985) contributed to historicizing this model of motherhood, allowing it to be understood as a cultural construct and not as a spontaneous expression of female nature. By using literature as a tool for critical analysis, this work proposed an attentive and unfiltered listening to what is conflicting in mothering, especially when it becomes an obligation, not a choice. Recognizing suffering, exhaustion, and ambivalence as legitimate parts of

the maternal experience is a necessary step in dismantling the myth of the ideal mother and paving the way for a freer, more honest, and possible motherhood.

References

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ARÓSTEGUI, Júlio. *A Pesquisa Histórica: Teoria E Método*. Bauru: Edusc – Editora Universidade Do Sagrado Coração, 2006.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor conquistado: o mito do amor materno*. Ed. 8. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo: edição revista e ampliada*. São Paulo: Edições, v. 70, 2016.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos*, v. XXVIII, n. 1, p. 183-194, jun. 2002. Available at: <https://pucrs.emnuvens.com.br>.

DAMACENO, Nara Siqueira; MARCIANO, Rafaela Paula; DI MENEZES, Nayara Ruben Calaça. As Representações Sociais da Maternidade e o Mito do Amor Materno. *Perspectivas em Psicologia*, Uberlândia, v.25, n.1, p. 199-224, jan/jun. 2021.

FIORIN, José Luiz. A NOÇÃO DE TEXTO NA SEMIÓTICA. *Organon*, Porto Alegre, v. 9, n. 23, 2012. Available at: <https://seer.ufrgs.br>.

HARWICZ, Ariana. *Morra, amor*. São Paulo: Instante, 2019.

HORNIKE, Dafna. Maternidad, locura y subjetividad: Tornar-se mãe e o impacto do terror em Matate, love, de Ariana Harwicz. *América*, [Online], n. 26, 29 jun. 2023. Available at: <http://journals.openedition.org/amerika/18309>.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. *Psicol. cienc. prof. [Online]*. 2004, vol. 24, n.1, p. 44-55.

NUNES, Silvia Alexim. A medicina social e a questão feminina. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 1, p. 49-76, 1991.

OLIVEIRA, Amanda da Silva. A maternidade questionada em *Morra, amor*, de Ariana Harwicz. *Revell*, [S. l.], v. 3, n. 33, p. 114-135, dez. 2022. Available at: <http://www.revell.unisa.br/index.php/revell/article/view/1780>.

OLIVEIRA, Loraine Lopes de; MARTINIAK, Vera Lúcia. Liberdade, igualdade e democracia: o ideário republicano e a educação das mulheres no início do século XX no Brasil. *Educação & Formação*, v. 3, n. 9, p. 159-176, 2018.

PERROT, Michelle. A família triunfante. In:*História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PERROT, Michelle. Funções da família. In:*História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos pagu*, p. 81-103, 2002.

Artigo recebido em 04/09/2025

Artigo aprovado para publicação em 26/11/2025

Editor(a) responsável: Lais Pereira

¹ It is worth mentioning that the work analyzed emerges from a specific Argentine context. A closer look at the Brazilian experience could broaden the discussion, proposing a more in-depth approach in this regard in future works.

“MAS UM DIA AFINAL EU TOPAREI COMIGO”: Leituras da Poética Mariodeandradiana no Tempo Presente

“MAS UM DIA AFINAL EU TOPAREI COMIGO”: Readings of Mário de Andrade’s Poetics in the Present Time

Maria Eduarda Sampaio Alves¹

Resumo: Este artigo propõe uma releitura da poesia de Mário de Andrade à luz de tendências acadêmicas e culturais do século XXI. No cenário dos novos estudos sobre o modernismo brasileiro, analisamos interpretações que destacam aspectos antes negligenciados na compreensão de Mário, particularmente sua racialidade e sexualidade. A partir do trabalho de Roland Bleiker (2009), questionamos a visão tradicional que enxerga o autor como um poeta despolitizado, propondo, em vez disso, uma leitura que evidencie seu potencial engajamento com questões identitárias. Ao destacar essas dimensões antes negligenciadas, argumentamos que tais perspectivas não apenas renovam a compreensão de sua obra, mas também reforçam sua ressonância em discussões atuais.

Palavras-chave: Mário de Andrade, poesia, Tempo Presente, raça e sexualidade.

Abstract: This article proposes a re-reading of Mário de Andrade’s poetry in light of 21st-century academic and cultural trends. In the context of new studies on Brazilian modernism, we analyze interpretations that highlight previously overlooked aspects of the author’s work, particularly his raciality and sexuality. Drawing on Roland Bleiker’s (2009) work, we challenge the traditional view of the author as an apolitical poet, proposing instead a reading that foregrounds his potential engagement with identity issues. By highlighting these neglected dimensions, we argue that such perspectives not only renew the understanding of his work but also reinforce its resonance within contemporary debates.

Keywords: Mário de Andrade, poetry, History of the Present, race and sexuality.

Introdução

A poesia de Mário de Andrade foi frequentemente deixada em segundo plano nos estudos sobre o escritor. Como apresenta João Luís Lafetá (1986), por muito tempo a crítica modernista tendeu a enxergá-lo mais como uma “personalidade” do que como um “autor” de relevância poética singular. Essa percepção, contudo, revela-se profundamente vinculada aos contextos históricos de sua recepção.

Na década de 1940, por exemplo, Álvaro Lins, atuando em um contexto que valorizava uma literatura mais introspectiva, criticava a falta de intimismo nos versos de Mário. Já vinte anos depois, sob a influência do concretismo, Luiz Costa Lima apontava o que entendia ser um resíduo romântico que, em sua leitura, limitaria o alcance estético-político da poesia mariodeandradiana.

¹ Doutoranda em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Bolsista financiada pela CAPES. E-mail: alvesmariaeduardasampaio@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3088758507405697>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8052-4145>. O artigo é fruto de minha dissertação de mestrado, “*Um disfarce de festa no pensamento dessas tempestades de homens*”: A memória de Mário de Andrade na história social da cultura brasileira (1960-1980).

Lafetá, contudo, argumenta que a verdadeira força da poesia de Mário reside precisamente na síntese desses elementos aparentemente contraditórios. Sua obra se destaca justamente pela multiplicidade de técnicas e temas que incorpora, tornando-se exemplar dos ideais modernistas de experimentação estética. A convivência entre a investigação da cultura nacional e a expressão da subjetividade do autor não representa uma problemática, mas sim um traço essencial e deliberado de sua criação literária. Para o acadêmico da Universidade de São Paulo, Mário configura-se como um “homem multiplicado que procura encontrar-se a si mesmo”, estabelecendo uma relação intrínseca e solidária entre a “busca da identidade nacional” e o “problema mais íntimo da descoberta da própria identidade” (Lafetá, 1986, p.8).

A perspectiva desenvolvida pelo autor revela-se fundamental para nossa análise, ao demonstrar como a oscilação entre o lírico e o social na poesia de Mário de Andrade constitui não uma fragilidade, mas a própria essência de seu projeto estético, característica que adquire especial ressonância no contexto contemporâneo. O que se destaca não é a suposta ausência de posicionamento político explícito ou um suposto isolamento em relação às questões de seu tempo, mas sim a maneira como sua obra pode ser relida hoje como profundamente política em um sentido ampliado.

Essa ressignificação ganha relevância sobretudo quando sua produção é observada a partir de temas como raça e sexualidade, que ocupam lugar central nos debates culturais do século XXI. A tensão entre o pessoal e o coletivo em sua poética não aparece como contradição, mas como um modo de formular questões que apenas mais tarde seriam amplamente discutidas no espaço público. Nesse sentido, Mário não surge apenas como figura situada em seu tempo, mas como alguém cuja obra permite pensar problemas que permanecem atuais, especialmente aqueles relacionados às disputas em torno de identidade, diversidade e formas de justiça social.

A política em Mário de Andrade não se limita a temas grandiosos nem a declarações explícitas. Ela aparece sobretudo na maneira como ele constrói e tensiona identidades e como representa relações sociais e culturais em sua escrita. Nosso interesse é mostrar que essa dimensão política atravessa sua obra não por meio de grandes temas programáticos, mas pelo modo como suas formulações sobre identidade dialogam com outras formas de engajamento.

Assim como Lafetá, não buscamos analisar toda a produção poética de Mário. O objetivo é mais específico e consiste em selecionar trechos que permitam ler sua poesia a partir de uma politicidade pouco convencional, que não depende de filiações partidárias e que se revela nas questões íntimas e nas contradições biográficas do autor. Essa

abordagem focalizada procura evidenciar como inquietações pessoais relacionadas a identidade, corpo e marginalidade tornam-se instrumentos críticos para pensar debates que seguem centrais hoje, entre eles raça, sexualidade dissidente e os limites da brasilidade.

Esse trabalho é fundamentado principalmente a partir das contribuições do professor da Universidade de Queensland, na Austrália, Roland Bleiker é autor da obra *Aesthetics and World Politics* (2009). Enquanto acadêmico da área de relações internacionais, Bleiker propõe em seu livro uma perspectiva teórica que busca compreender os sentimentos nacionais através de elementos universais, como a arte e a linguagem.

O autor explora as múltiplas dimensões em que a estética adquire significado político, destacando em particular o papel da poesia no que denomina “as dimensões políticas da poesia e as dimensões poéticas da política” (Bleiker, 2009, p. 129). Embora nem sempre manifeste um engajamento explícito, a poesia constitui um ato político pois opera a linguagem de maneira singular. Segundo essa perspectiva, esse potencial reside justamente na capacidade de oferecer uma “nova forma” de apreender a realidade, possibilitando a representação de vozes silenciadas e a expressão de afetos que escapam à compreensão puramente racional.

Em conjunto com Bleiker, para a análise poética, referenciamos também os trabalhos dos estudiosos mariodeandradianos Angela Grillo e Jorge Vergara. A tese de doutorado, *O Losango Negro na poesia de Mário de Andrade* (2015), da especialista em Literatura Brasileira Angela Teodoro Grillo, é fundamental pois aprofunda-se na análise da poesia de Mário de Andrade a partir de uma perspectiva que privilegia a forma como o autor se percebia e percebia os outros ao seu redor, com especial atenção à questão da racialidade.

Mais especificamente no cruzamento entre raça e sexualidade, a tese de doutorado do musicólogo Jorge Israel Ortiz Vergara, *Toda canção de liberdade vem do cárcere: homofobia, misoginia e racismo na recepção da obra de Mário de Andrade* (2018), desempenha papel importante ao mostrar como Mário mobilizava em sua poesia preconceitos comuns ao seu tempo.

O artigo se divide em três pontos principais: iniciamos examinando a virada epistemológica nos estudos acadêmicos de Ciências Humanas e suas implicações para o cânone literário do modernismo brasileiro. Em seguida, propomos uma reavaliação do conceito de “político” na produção mariodeandradiana, transcendendo as noções convencionais de engajamento. Por fim, realizamos leituras críticas de poemas

selecionados, demonstrando como as inovações formais e temáticas de Mário de Andrade materializam seu projeto estético-político. Através da análise, investigamos como as contradições e escolhas estéticas do autor constituem formas de posicionamento político que dialogam de maneira profícua com os debates contemporâneos.

Novas epistemologias modernistas

Os estudos sobre memória coletiva consolidaram-se como um eixo central da reflexão historiográfica ao longo do século XX, deslocando o foco da mera recordação individual para a análise de sua função social. Desde as contribuições pioneiras de Maurice Halbwachs, na década de 1920, até os desenvolvimentos teóricos de Michael Pollak e Pierre Nora, nos anos 1980, a memória passou a ser compreendida como um fenômeno dinâmico, vinculado às experiências e identidades de diferentes grupos sociais. Essa abordagem não apenas problematizou a natureza da memória, mas também lançou novas interrogações sobre a própria disciplina histórica, tradicionalmente fundamentada em narrativas tidas como objetivas.

Conforme destacou o historiador Peter Burke (2000), se a memória não pode ser tomada como um registro imparcial do passado, o mesmo deve ser aplicado à História. A produção historiográfica é, em essência, uma construção influenciada por relações de poder, interesses políticos e perspectivas culturais — daí a conhecida máxima de que "a história é escrita pelos vencedores". A partir das décadas de 1960 e 1970, com o diálogo intensificado entre a História e outras Ciências Sociais, a historiografia passou por uma profunda revisão epistemológica em que se reconheceu a subjetividade de sua escrita.

Nesse sentido, o fazer historiográfico contemporâneo define-se precisamente por essa autoconsciência crítica em relação aos seus próprios mecanismos de construção. A História já não é concebida como conhecimento cristalizado, mas como campo de permanente negociação, no qual se entrecrocavam distintas interpretações do passado. A valorização de fontes alternativas e a incorporação de perspectivas plurais evidenciam um esforço metodológico consciente para desconstruir narrativas totalizantes, visando à elaboração de uma compreensão mais matizada e democraticamente inclusiva da experiência histórica.

A reconfiguração das práticas e dos modos de pensamento desponta como uma das discussões mais significativas do panorama intelectual atual, dinamizada pelo avanço das perspectivas pós-estruturalistas e decoloniais. Esses movimentos, que transcendem os limites da academia e ecoam em debates sociais mais amplos, colocam em xeque os

métodos tradicionais da disciplina, exigindo uma revisão crítica de suas fontes, abordagens e finalidades. Nesse contexto, surge uma demanda explícita por uma história que não se restrinja aos círculos acadêmicos, mas que se insira ativamente no espaço público, dialogando com narrativas marginalizadas e incorporando expressões da cultura popular como objetos legítimos de investigação.

O estudo das subjetividades marginalizadas assumiu um papel central nas ciências humanas contemporâneas, reconfigurando os paradigmas tradicionais de produção do conhecimento. A perspectiva dos povos colonizados, de sujeitos racializados, de mulheres, de LGBTQIA+ e de outras minorias políticas tem sido instrumental na desconstrução de narrativas hegemônicas, propondo uma releitura crítica da História que privilegia temas e agentes historicamente silenciados. Essa abordagem, inicialmente consolidada nos estudos pós-coloniais e de gênero, expandiu-se progressivamente para outras disciplinas das ciências sociais e humanas, influenciando metodologias e quadros teóricos ao tensionar noções estabelecidas de poder e representação.

Na interseção entre a História e as Letras, novas leituras têm conquistado espaço nas investigações sobre o modernismo brasileiro. Estudos recentes sobre o modernismo brasileiro têm focado na desconstrução de leituras canônicas que, por décadas, circunscreveram o movimento à Semana de Arte Moderna de 1922 e seus protagonistas paulistas. Nessa perspectiva, pesquisadores como Maria Amélia Bulhões, em *Artes plásticas no Rio Grande do Sul: pesquisas recentes* (1995), Ruy Castro, em *Metrópole à Beira-Mar: o Rio moderno dos anos 20* (2019), e Rafael Cardoso, em *Modernidade em preto e branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1945* (2022), buscam evidenciar a pluralidade de modernismos que emergiram no país, transcendendo tanto o eixo geográfico hegemônico quanto às delimitações temporais e estéticas tradicionalmente impostas.

Em sua análise historiográfica do modernismo, a socióloga Ana Paula Simioni (2013) propõe uma periodização sobre esses estudos, dividindo-os em três fases distintas: a fase inaugural (1917-1940), marcada pelos relatos dos próprios protagonistas do movimento; a fase de institucionalização (1940-1970), quando foi canonizado pela academia e consagrado pelos museus; e a fase de revisão crítica (1970 até o presente), na qual o movimento é submetido a questionamentos radicais sobre sua natureza, seus limites e seu legado.

Nessa última temporalidade, consolida-se um revisionismo crítico que não apenas problematiza o caráter efetivamente moderno do modernismo brasileiro, mas também desafia os parâmetros formais que o definiram, a centralidade de certos grupos e regiões

na construção de seu cânone e as narrativas homogeneizantes que obscureceram outras expressões artísticas do período.

Para um historiador da literatura como Frederico Coelho (2012, p. 133), a própria emergência de perspectivas revisionistas sobre o modernismo atesta sua consolidação como paradigma cultural desde os anos 1970. Como um “sentimento ainda não superado”, o movimento artístico é, ao mesmo tempo, passado histórico e sentimento contemporâneo, detentor de uma “carga simbólica que ela [Semana de Arte Moderna de 1922] e seus personagens acumularam em nosso imaginário popular e oficial” ao longo do século XX e que ainda permanece no século XXI.

A persistência do modernismo como referência cultural explica a recorrência de menções ao movimento na atualidade. Desde as celebrações do centenário da Semana em 2022¹ é possível observar uma significativa retomada do tema em diversas manifestações. Em exposições nacionais, como em São Paulo e no Rio de Janeiro, e internacionais, em Londres². No meio editorial, como *Modernismos 1922-2022*, organizada por Gênese Andrade, *Cem anos da Semana de Arte Moderna: o gabinete paulista e a conjuração das vanguardas* de Leda Tenório da Motta e *A ideologia modernista: a Semana de 22 e sua consagração* de Luís Augusto Fischer. As artes cênicas também dialogaram com esse legado, seja através de produções teatrais como *Tarsila, a Brasileira*, de Anna Toledo e José Possi Neto, seja em adaptações para televisão como a minissérie *Aqueles Dias*, dirigida por Hélio Goldsztejn.

Um aspecto interessante a ser mencionado é como muitas dessas efemérides se mesclam com as leituras revisionistas do movimento. Para além de considerar outros personagens para além do modernismo regionalista de São Paulo, artistas femininas antes relegadas a segundo plano têm ganhado destaque. A já mencionada peça *Tarsila, a brasileira*, por exemplo, atraiu mais de 80 mil espectadores durante sua temporada de quatro meses em São Paulo (Redação, 2024). É relevante também o trabalho de relançamento das obras de Patrícia Galvão (Pagu) pela Companhia das Letras e pela Editora Fósforo desde a década de 2010 e sua homenagem na Festa Literária Internacional de Paraty em 2023.

Se antes preteridas pelos estudos culturais, essas personalidades femininas têm agora ganhado mais espaço, especialmente à luz dos movimentos feministas (Nunes, 2021). Chama atenção principalmente o enfoque dado a história de vida dessas artistas, como Anita Malfatti, biografada por Marta Rossetti Batista em *Anita Malfatti no tempo e no espaço: Biografia e estudo da obra* (2006), Tarsila do Amaral em *Tarsila: sua obra e seu tempo* (2003), de Aracy Amaral e *Tarsila: uma vida doce-amarga* (2022), de Mary

Del Priore, e Pagu, com sua *Autobiografia precoce* reeditada pela Companhia das Letras (2020) e *Patrícia Galvão: Pagu, militante irreduzível* de Maria Valéria Rezende (2023).

No movimento de revisão crítica dos cânones modernistas, até mesmo a figura mais consagrada de Oswald de Andrade é ressignificada. Conforme aponta seu recente biógrafo, Lira Neto (2025), o autor ainda vive uma dicotomia de reações: “Uma de muito entusiasmo, lembrando o ativista do modernismo, a importância que ele teve na Semana de 22 e nos desdobramentos dela. E outra reação é falar dele como mau caráter, misógino, machista” (Haddad, 2025). Ao analisar as problemáticas inerentes à figura de Oswald e discutir sua reinterpretação no âmbito da cultura contemporânea, o autor engaja-se no diálogo crítico que reconceitualiza o legado modernista.

Embora a memória de ícones modernistas como Oswald de Andrade não tenha sido completamente eclipsada no cenário contemporâneo, interessa-nos examinar como, em contrapartida, a figura de Mário de Andrade vem sendo ressignificada de maneira positiva nesse processo de revisão crítica. Para além da ampliação das narrativas históricas, destacam-se as recentes abordagens dedicadas à obra de Mário, cuja vasta produção literária e intelectual tem sido exaustivamente analisada em âmbito nacional e internacional, consolidando-o ainda mais como um eixo central do modernismo brasileiro.

As investigações contemporâneas não se restringem a seus textos canônicos, mas exploram também dimensões menos convencionais de sua trajetória: correspondências com intelectuais da época, obras inacabadas e documentos secundários. Essa reavaliação ganha força no século XXI, impulsionada pela ascensão dos movimentos sociais afirmativos, pela valorização da diversidade cultural e pela institucionalização de políticas inclusivas. Como resultado, o legado de Mário de Andrade tem sido reinterpretado para além dos círculos acadêmicos, assumindo novos significados no debate cultural atual.

Um marco emblemático desse processo foi a divulgação pública, em 2015, de sua carta a Manuel Bandeira, que intensificou o interesse por sua sexualidade, culminando em iniciativas como a exposição *Mário de Andrade: duas vidas*, exposta no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand em 2024. Paralelamente, assiste-se a uma reconfiguração da representação racial de Mário de Andrade no campo das artes visuais e cênicas contemporâneas, marcada pela crescente escolha de atores negros para representar sua figura. Só no ano de 2024, Pascoal da Conceição o interpretou no desfile de carnaval da Mocidade Alegre, Dennis Pinheiro o encarnou na peça *Tarsila, a*

Brasileira, e Bruno Lourenço o representou na minissérie sobre a Semana de Arte Moderna de 1922, *Aqueles dias*.

A associação entre Mário de Andrade e as políticas identitárias contemporâneas constitui uma releitura recente que continua a posicioná-lo como figura central do modernismo no século XXI. No entanto, é fundamental compreender esse fenômeno como uma construção histórica específica, paradoxal a percepção crítica que predominou durante décadas.

“A ilusão de que era um homem útil”: Mário de Andrade e a política

Nos estudos modernistas tradicionais, Mário foi frequentemente caracterizado como um autor menos engajado politicamente, especialmente quando comparado à figura radical e provocadora de Oswald de Andrade. Durante o auge do movimento modernista e mesmo na sua “retomada” nas décadas de 1960 e 1970, Mário era visto como um intelectual mais contemplativo, cuja obra privilegiava a erudição e a investigação estética em detrimento de um posicionamento político explícito. Enquanto Oswald era celebrado por seu manifesto antropofágico e seu alinhamento com correntes de esquerda, Mário ocupava um lugar ambíguo: reconhecido como grande formulador do modernismo, mas muitas vezes interpretado como distante das lutas sociais de seu tempo.

Na análise do sociólogo Sérgio Miceli (1978, p. 24) em *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, em oposição aos artistas mais politicamente engajados do Partido Republicano Paulista (PRP), Mário de Andrade e seus companheiros intelectuais do Partido Democrata (PD) preferiram “resguardar a problemática de sua produção intelectual das conveniências impostas pelas lutas políticas de que participavam”. Após a revolução varguista na década de 1930, enquanto os membros do Partido Republicano Paulista se radicalizaram à direita e a esquerda política — aconteceu com Plínio Salgado e Oswald de Andrade, respectivamente — aqueles vinculados ao Partido Democrata, menos abastados que os colegas do PRP, se viram obrigados a assumir funções burocráticas do estado varguista, como a participação de Mário no Departamento de Cultura de São Paulo.

Essa questão aparece também nas memórias de Mário de Andrade. Durante a conferência *O movimento modernista* (1942, p. 80), o autor reflete criticamente sobre sua própria obra e o legado do Modernismo. Embora tenham tido “uma dedicação feliz a problemas do meu tempo e minha terra”, suas escolhas não foram suficientes para superar

os “abstencionismos e os valores eternos” que, em sua visão, impediam o “melhoramento político-social do homem” de sua época.

Mário não se via como um político de ação, tampouco como o tipo de intelectual disposto a produzir “páginas explosivas, brigando a pau por ideologias e ganhando os louros fáceis de um xilindró”. Em sua conferência (1942, p. 75), ele reconhece que sua postura e a de muitos de seus companheiros modernistas foi, em grande medida, contemplativa e distante das urgências políticas e sociais de seu tempo. Ao se isentar da luta direta e se refugiar nas “portas contemplativas de um convento”, falharam em cumprir uma missão crucial: a de se transformar de “especulativos” em “especuladores”.

No discurso de paraninfo do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo de 1935, Mário adota um tom ainda mais introspectivo:

Chamado a um posto oficial, embora não político, me vi de chofre desanuviado dos sonhos em que sempre me embalei. Sempre conservara a ilusão de que era um homem útil, apenas porque escrevia no meu canto, livros de luta em prol da arte, da renovação das artes e da nacionalização do Brasil. Mas depois que baixei ao purgatório dum posto de comando, depois que me debati na espessa goma da burocracia, depois que lutei contra a angustiosa nuvem dos necessitados de emprego, depois que passaram pelas minhas mãos dinheiros que não eram meus e de mim derivaram proveitos ou prejuízos, veio se avolumando em mim um como que desprezo pelo que fora dantes (Andrade, 2005, p. 261).

A dimensão política na obra de Mário de Andrade permanece fundamental para compreender sua produção artística no cenário cultural brasileiro. Durante o período da Geração de 30, todo o movimento modernista de 1922 enfrentou críticas por seu suposto distanciamento dos urgentes debates políticos nacionais e internacionais, o que, como observa Coelho (2012), acabou por relegar o modernismo a uma espécie de limbo, sendo progressivamente marginalizado pelos movimentos literários subsequentes.

Essa situação começou a se transformar significativamente nas décadas de 1960 e 1970, período que podemos caracterizar como um verdadeiro renascimento modernista. O ponto alto desse processo de reavaliação ocorreu em 1972, com as comemorações do cinquentenário da Semana de Arte Moderna, que serviram como catalisador para uma nova leitura do movimento.

Os estudos sobre o período, como os de Antonio Candido, revelam que, embora tanto Oswald de Andrade quanto Mário de Andrade tenham sido recuperados como influências artísticas durante o período, havia uma clara diferença em seus papéis e recepção. Oswald emergiu como figura de maior protagonismo entre os jovens artistas e

intelectuais, enquanto Mário foi principalmente resgatado pelo meio acadêmico como uma figura séria e diretamente vinculada aos aspectos literários formais.

Como aponta Candido (1977, p.16), Oswald servia como principal referência para os “jovens renovadores”, incluindo figuras como Caetano Veloso, Zé Celso e os irmãos Haroldo e Augusto de Campos. Essa preferência refletia o caráter mais radical e experimental do autor do *Manifesto Antropófago*, que se alinhava melhor com os anseios de ruptura daquela geração. Mário, por outro lado, era valorizado sobretudo por sua erudição e pelo rigor de sua produção literária, características que o tornavam mais uma referência para estudos acadêmicos do que para os movimentos de vanguarda artística da época.

Quando nos referimos a uma nova retomada do modernismo no século XXI e principalmente a “revalorização” da figura e da obra de Mário de Andrade, o objetivo que propomos não é o de associar a produção de Mário a um partido político específico, uma ideologia particular ou um novo movimento estético vanguardista, mas sim de compreendê-la em um sentido mais amplo e profundo de política.

Em uma análise recente, o estudioso modernista Pedro Fragelli (2013) destaca que a realidade brasileira do começo do século XX demandava uma arte engajada, voltada para a transformação social, embora as condições políticas e sociais da época não permitissem sua plena realização. Essa necessidade de uma arte comprometida com a mudança reflete o dilema enfrentado por Mário: enquanto ele reconhecia a urgência de uma produção artística politicamente relevante, a ausência de mediações históricas concretas, como uma luta de classes articulada, dificultava a integração entre arte e política.

No artigo *Engajamento e sacrifício: o pensamento estético de Mário de Andrade* (2013), a questão da arte social é analisada como uma constante transformação no pensamento do autor. Enquanto Telê Ancona Lopez (1972) enfatiza as influências católicas e marxistas que permeavam a produção de Mário de Andrade já na década de 1920, sobretudo em sua reflexão sobre a noção de coletividade, é a partir de sua atuação em cargos públicos que sua defesa da arte social adquire maior densidade teórica e prática, especialmente na década de 1940. É dessa época sua entrevista “Acusa Mário de Andrade: Todos são responsáveis” para a revista liberal-democrática *Diretrizes* e sua participação no I Congresso Brasileiro de Escritores, que teve um forte caráter oposicionista ao Estado Novo.

Ao passo que muitas das obras de Mário dessa época permaneceram inacabadas devido à sua morte precoce, a ideia de arte engajada esteve fortemente presente em

trabalhos como o teatro musical *Café* e o folhetim *O Banquete*, ambos profundamente marcados pelo contexto político da época. A noção de responsabilidade social do intelectual era tão intensa em Mário nesse período que ele chegou a justificar a interrupção de seu romance *Quatro Pessoas*, também inacabado, atribuindo-a ao impacto da Segunda Guerra Mundial. Para ele, narrar as questões pessoais de quatro personagens burguesas parecia irrelevante diante da magnitude do conflito global (Almeida, 1985).

Para Francisco de Assis Barbosa, repórter da *Diretriz*, Mário de Andrade expõe suas reflexões:

Todos nós somos responsáveis. Perante o público, perante a sociedade. Se a sociedade está em perigo, conclui-se que o escritor tem a obrigação indeclinável de defendê-la. Infelizmente não são muitos os que entre nós se capacitam disso [...] A guerra não é um teatro, que a gente possa assistir comodamente, como se tivesse sentado num camarote. Todos participam da luta, mesmo contra a vontade. Queiram ou não queiram (Tércio, 2019, p. 470)

Se, nos últimos anos de sua vida, Mário de Andrade passa a adotar um engajamento estético-político mais evidente, este estudo argumenta que essa dimensão já estava presente em sua obra desde muito antes, embora se manifestasse de maneiras diversas ao longo do tempo. Em seus escritos, a política não depende de temas grandiosos nem de declarações explícitas; ela aparece sobretudo na forma como ele formula identidades e representa relações sociais e culturais. O objetivo aqui é examinar como essa presença política, contínua e estruturante, organiza sua produção.

Um “bardo mestiço”: Novas leituras de Mário de Andrade

A análise proposta no artigo não pretende estabelecer uma linearidade ou supor uma evolução teleológica no pensamento de Mário de Andrade, mas, antes, reconhecer a complexidade e a multiplicidade de formas pelas quais a política se inscreve em sua produção artística. Desse modo, busca-se compreender como questões de natureza política — sejam elas relacionadas à busca pelo nacional, às dinâmicas de poder ou às identidades subalternizadas — permeiam sua escrita, mesmo quando não se apresentam de maneira ostensiva ou diretamente engajada. Buscamos comparar alguns exemplos da produção artística de Mário de Andrade ao que o professor de relações internacionais Roland Bleiker (2009) denomina *aesthetic politics*, isto é, a forma como a estética e a política se relacionam em expressões artísticas específicas, que desafiam os modos como pensamos e representamos o político.

O autor explora as múltiplas dimensões em que a estética adquire significado político, destacando em particular o papel da poesia no que denomina “as dimensões políticas da poesia e as dimensões poéticas da política” (Bleiker, 2009, p. 129). Embora nem sempre manifeste um engajamento explícito, a poesia constitui um ato político pois opera a linguagem de maneira singular. Segundo essa perspectiva, esse potencial reside justamente na capacidade de oferecer uma “nova forma” de apreender a realidade, possibilitando a representação de vozes silenciadas e a expressão de afetos que escapam à compreensão puramente racional.

Na interpretação de Bleiker, a estética em seu valor político não está necessariamente no seu papel explicitamente ideológico, como é comum em poesias de guerra ou canções de protesto. Essas formas de arte engajadas costumam se limitar a defender uma posição específica, sendo políticas em seu conteúdo, mas não necessariamente em sua estética. Elas servem, essencialmente, como veículos para transmitir uma mensagem política, independentemente do formato artístico escolhido. O que realmente importa é a capacidade da arte, mesmo quando parece apolítica, de desafiar normas, questionar estruturas de poder e abrir espaço para novas perspectivas. O engajamento estético, em sua essência, tem um potencial transformador que vai além da simples transmissão de ideias políticas, funcionando como um campo de reflexão crítica. Dessa forma, uma obra que parece neutra ou distante da política pode, na verdade, ser uma das formas mais profundas de compromisso político.

Para o autor, uma abordagem estética mais comprometida ocorre principalmente por meio do papel da representação e da linguagem. Trata-se da maneira como uma questão “passou a ser representada pela linguagem: por como é internalizada em nossas mentes, nossos hábitos e nossa consciência política coletiva” (2009, p. 8, tradução nossa)³.

Não há uma maneira neutra de representar o mundo, pois a linguagem já é carregada de perspectivas, hierarquias e visões de mundo implícitas que influenciam como interpretamos e representamos a realidade. Como destaca, “a linguagem nos impõe conjuntos de pressupostos e molda nosso pensamento de modo tão sutil que, na maior parte do tempo, não percebemos os sistemas de exclusão que vão sendo solidificados nesse processo” (Bleiker, 2009, p. 88, tradução nossa).⁴

A linguagem ocupa um espaço central no pensamento estético de Mário de Andrade, funcionando simultaneamente como forma de representação e meio de intervenção na realidade. Retomando o trabalho de Lafetá (1986, p.8), lembramos que a busca pela identidade nacional na obra mariodeandradiana está profundamente conectada

à busca pela identidade do próprio poeta. Ao descrever Mário como um “homem multiplicado que procura encontrar a si mesmo”, um indivíduo em constante processo de autodescoberta que, ao mesmo tempo, se depara com um país em transformação no início do século XX, em pleno processo de modernização e em busca de sua própria identidade. Assim, a obra de Mário de Andrade reflete não apenas a construção de uma identidade nacional, mas também a jornada introspectiva do autor, que vê no Brasil um espelho de suas próprias inquietações e incertezas.

Em um livro como *Amar, verbo intransitivo*, Telê Lopez (1995) destaca o papel do experimentalismo de linguagem na caracterização do “ser brasileiro”. A ideia era trazer ao texto uma língua falada genuína, construída exatamente no encontro entre o popular e o erudito. Lopez destaca elementos como gírias e vulgarismos — por exemplo, “encafifou” e “desinfeliz” —, além de pleonasmos como “maus piores” e palavras inventadas, como a duplicação de verbos “brincabrincando”. No contexto de análise das diferenças sociais e raciais presentes no romance, a escolha por uma abordagem linguística específica fazia parte de um contexto maior de representação das desigualdades e das expressões culturais diversas, elementos centrais para o Modernismo brasileiro.

No estudo da obra de Mário de Andrade a partir dos manuscritos de *A Gramatiquinha da Fala Brasileira*, Nathaniel Wolfson (2024) argumenta que Mário via *Amar, Verbo Intransitivo* como, além de um romance, também uma pesquisa focada nas formas de desvio das normas linguísticas. Para Wolfson, na obra, as iniciações sexuais de Carlos com Fräulein são interpretadas como uma analogia aos experimentos de Mário com a língua portuguesa. O discurso linguístico de Mário é crítico no sentido que desafia a gramática tradicional ao expor como ela atua como um mecanismo de controle e normatização das relações entre *eu/outros* e entre *indivíduo/coletivo*.

Macunaíma consolida a proposta estético-política de Mário de Andrade ao articular, de forma singular, a diversidade linguística e cultural brasileira. A obra opera uma síntese literária na qual os regionalismos transcendem sua função meramente descritiva para se tornarem instrumentos de reflexão sobre a nacionalidade. Como demonstra Telê Lopez (1972), o projeto mariodeandradiano afasta-se radicalmente de concepções essencialistas de identidade nacional, propondo antes uma visão dialética da brasilidade, processo em constante construção que acolhe contradições e transformações.

A força da obra está justamente na capacidade de transformar particularidades regionais em ponto de partida para uma reflexão mais ampla sobre o país. Ao recorrer a diferentes vozes e registros linguísticos, Mário elabora um retrato que escapa a leituras

simplificadoras. Seu nacionalismo crítico não se apoia na celebração de mitos fundadores, mas reconhece nas culturas populares um campo fértil para analisar as tensões e desafios que marcam a formação nacional.

Neste sentido, *Macunaíma* configura-se como projeto intelectual que interroga os fundamentos da identidade coletiva. A aparente fragmentação narrativa e estilística revela-se, sob análise mais atenta, coerente método de investigação das complexidades brasileiras. Como observa Lopez (1972), a originalidade do pensamento marioandradiano está precisamente em compreender a nação não como dado estático, mas como campo de forças em permanente transformação.

Essa posição a ideia de nacionalidade pode ser relacionada com a produção poética do poeta sul-coreano Ko Un como estudada por Roland Bleiker (2009). Em seu principal poema, *Arirang*, Ko Un aborda as consequências do imperialismo japonês na Coreia, dedicando especial atenção aos coreanos que foram assassinados ou obrigados a deixar seu país. Um dos elementos centrais da obra é a figura de um menino de onze anos que, mesmo exilado na Rússia, mantém viva a memória de sua terra natal ao cantar o *Arirang*, canção folclórica que simboliza a resistência cultural coreana e sua união enquanto país. Como observa Bleiker (2009, p. 155), a abordagem de Ko Un ultrapassa um patriotismo cego, propondo uma concepção de identidade nacional mais complexa e aberta. No poema, a noção de “lar” não se restringe a um espaço físico, mas se constrói a partir de vínculos afetivos e culturais que persistem mesmo na diáspora. Essa perspectiva permite repensar o nacionalismo de forma não excludente, enfatizando a capacidade de manter conexões com a terra de origem independentemente das fronteiras geopolíticas.

A elaboração dessa identidade coletiva por Ko Un evita tanto o nacionalismo agressivo quanto a idealização nostálgica. Em vez disso, o poeta valoriza a diversidade de experiências entre os coreanos, promovendo uma visão de pertencimento que se alimenta do respeito às diferentes trajetórias individuais. Dessa forma, *Arirang* não apenas denuncia a violência do imperialismo, mas também sugere caminhos para reconstruir, simbolicamente, uma ideia de nação que seja ao mesmo tempo enraizada e cosmopolita.

Embora a prosa tenha um papel central em nossas discussões, para Bleiker (2009), é na poesia que se revela a verdadeira dimensão política da estética. Ao tensionar os limites da linguagem convencional, a poesia ilumina aspectos obscurecidos pelas narrativas acadêmicas e institucionais, oferecendo abordagens mais inclusivas e plurais. Sua força não está apenas na estrutura formal — rima, ritmo ou métrica —, mas na autoconsciência com que questiona as relações entre linguagem e realidade sociopolítica.

A poesia, portanto, constitui-se essencialmente como uma exploração profunda da linguagem. Ela não se restringe ao uso convencional das palavras, mas busca engajar o cerne da linguagem, isto é, seu potencial mais intrínseco e transformador. Um poema não pretende oferecer uma resposta objetiva a questões políticas amplas; antes, ao "expandir os limites" da linguagem, a poesia desafia as formas habituais de expressão, criando novas possibilidades de interpretação da realidade. Se a representação é entendida como um ato de poder, a poesia revela-se política na medida em que articula, por meio da linguagem, questões de identidade e comunidade que frequentemente são marginalizadas ou negligenciadas.

Conforme é abordado pelo autor,

A linguagem jamais estará livre de poder e exclusão. Sempre haverá a necessidade de perturbar o sentido, de buscar palavras que nomeiem silêncios, de abalar certezas imobilizadoras. Passo a passo, de modo invisível e inaudível, o poeta trabalha a linguagem. Trata-se de buscar uma linguagem que nos dê outros olhos, outras formas de perceber o que já conhecemos; trata-se de desestabilizar, de estranhar o que é familiar, de abrir espaço de pensamento e criar possibilidades de agir de maneiras mais inclusivas (Bleiker, 2009, p. 94, tradução nossa).⁵

Em seus estudos sobre Mário de Andrade, Angela Grillo (2016) destaca a questão da racialidade em sua produção poética. Retomando a ideia da compaixão como uma característica central da obra, proposta por Lafetá (1986), que relaciona a identidade do poeta com a identidade brasileira, Grillo enfatiza como Mário percebe e se solidariza com a experiência da população negra de sua época. Ao mesmo tempo, ela analisa como o sujeito lírico em sua poesia se constrói como uma figura racializada, refletindo não apenas uma empatia profunda com as lutas e vivências dos negros, mas também uma internalização dessas experiências como parte de sua própria identidade.

No estudo sobre *Reconhecimento de Nêmesis* (1926), Grillo destaca o poema como um exemplo dos impasses enfrentados por Mário de Andrade ao refletir sobre sua própria raça. No cenário descrito nos versos, o eu lírico se depara com uma versão mais jovem de si mesmo, uma espécie de duplo que o confronta com questões que ele busca evitar:

Mão morena dele pausa
No meu braço... Estremeci.
Sou eu quando era guri
Esse garoto feioso (Andrade, 1972, p. 236).

Para a autora, esse poema está explicitamente relacionado à ideia de racialidade, abordando especificamente o constrangimento ou a raiva internalizados por indivíduos

negros em um país que, na época, era assumidamente racista. O contexto histórico em que o poema surge é marcado pelo racismo científico e pela falácia da democracia racial, ideias que ganharam ainda mais força com eventos como o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro em 1929. No poema, a referência à “mão morena” — um eufemismo para negra ou mestiça — revela uma tentativa de suavizar ou mascarar a identidade racial, ao mesmo tempo em que expõe a complexidade e o conflito vividos pelo sujeito lírico.

A ideia permanece no final da estrofe, onde retoma a descrição do cabelo do garoto, reforçando a tensão entre a identidade racial e o padrão estético da época:

Menino... Cabelos só,
Que à custa de muita escova
E de muita brilhantina,
Me ondulavam na cabeça
Que nem sapé na lagôa
Si vem brisando a manhã

Enquanto a visão de Mário de Andrade sobre si mesmo, em alguns momentos, parece carregar uma percepção mais negativa em relação à sua identidade racial, Grillo aponta outros escritos em que há uma valorização desses traços em outros personagens. Um exemplo dessa valorização e da contestação ao discurso dominante sobre a questão racial aparece no poema *Cabo Machado* (1926). Enquanto o militar “com de jambo” é descrito como alguém que não rejeita o “bon-ton do pó-de-arroz”, Mário (1972, p. 91) expressa uma admiração genuína por Cabo Machado, “moço bem bonito / É como si a madrugada andasse na minha frente”.

A poesia transforma a linguagem, que normalmente funciona como um sistema de exclusão, em um instrumento de inclusão, convertendo uma ferramenta de dominação em um meio de resistência. Ao subverter as normas linguísticas estabelecidas, ela rompe com as estruturas de poder que restringem o discurso, abrindo espaço para novas vozes e perspectivas que desafiam a ordem vigente. Nesse sentido, Angela Grillo destaca *Poemas da Negra* (1929) como um exemplo marcante de valorização das características negras na obra de Mário de Andrade. Esse poema é considerado por Grillo como parte de um movimento quase inédito na literatura brasileira da época, pois se opõe diretamente à “poesia do senhor de engenho”⁶. Ao dirigir-se a uma interlocutora negra, colocando-a em uma posição de musa, Mário de Andrade subverte as convenções literárias tradicionais:

É a escuridão suave
Que vem de você,
Que se dissolve em mim [...]
Eu imaginava

Duros vossos lábios,
Mas você me ensina
A volta do bem (1972, p. 186)

Outro interessante poema de Mário, pesquisado nos estudos de Grillo (2016), é *Nova canção de Dixie*, datado de 1944, mas publicado apenas postumamente. No poema, lemos:

Mas porque tanta esquivaça!
Lá tem Boa Vizinhaça
Com prisões de ouro maciço;
Lá te darão bem bom lanche
E também muito bom linche,
Mas se você não é negro
O que você tem com isso!
No. I'll never never be In Colour Line Land.
É a terra maravilhosa
Chamada do Amigo Urso,
Lá ninguém não cobra entrada
Se a pessoa é convidada.
Depois lhe dão com discurso
Abraço tão apertado
Que você morre asfixiado,
Feliz de ser estimado.

A análise do trecho revela sua profunda conexão com as circunstâncias biográficas do autor, particularmente sua recusa sistemática em visitar os Estados Unidos, mesmo a convite de instituições culturais locais⁷. Comparativamente a *Reconhecimento de Nêmesis*, escrito alguns anos antes, observa-se uma significativa evolução conceitual: a questão racial deixa de ser abordada como fonte de constrangimento pessoal, algo a ser atenuado ou corrigido para evitar discriminação, para se transformar em instrumento de denúncia social. Nessa obra, a violência do preconceito passa a ser atribuída ao perpetrador, não mais à vítima, intenção agravada pelo tom mais combativo e direto dos versos, algo incomum na obra de Mário.

Ainda no contexto da obra poética marioandradina, Jorge Vergara (2018) explora o significado da noite em *Nocturno*, poema do livro *Paulicéia Desvairada* (1922). O autor enfatiza que o poema aborda as figuras subalternas e as situações marginais presentes na São Paulo em acelerado processo de urbanização. Vergara argumenta que a noite, no contexto do poema, não apenas serve como pano de fundo temporal, mas também como um espaço simbólico que revela as contradições e tensões da modernidade paulistana.

Além da questão racial, evidenciada em versos como “Um mulato cor de oiro/ com uma cabeleira feita de alianças polidas”, a expressão da presença imigrante, marcada pelo mote “Batat’ assat’ô furnn!”⁸, assume um papel significativo na composição poética.

Ao integrar esses elementos, Mário de Andrade reconstrói o cenário de um dos bairros humildes de São Paulo, o Cambuci:

Luzes do Cambuci pelas noites de crime...
Calor!... E as nuvens baixas bem grossas,
feitas de corpos de mariposas,
rumorejando na epiderme das árvores... (1972, p. 44).

O bairro, de concentração fabril e operária, é também um conhecido ponto de prostituição, já frequentado por Mário (Vergara, 2018, p. 95). É nesse sentido que o poema é pensado em sua conotação de exploração da sexualidade, inclusive das práticas homoeróticas. Vergara cita “Mariposas” como referência à prostituição feminina, mas também destaca palavras como “epiderme” e a menção a “nuvens baixas bem grossas”, feitas de “corpos”. Para o acadêmico, o sentido do texto está relacionado a sua exploração desse ambiente e das pessoas marginalizadas que lá vivem e suas práticas. Essa representação estética é política não apenas porque evidencia a pluralidade étnica e cultural da metrópole, mas também no sentido que ressalta as tensões e contradições inerentes a um espaço em transformação, onde tradição e modernidade se entrelaçam de maneira complexa. O poeta captura a essência de uma São Paulo em ebulição, marcada pela coexistência de diferentes realidades e vozes.

Nesse sentido, defendemos que a transformação da linguagem poética em Mário de Andrade não se limita a uma experimentação formal, mas funciona como um gesto de engajamento ao confrontar hierarquias estabelecidas e propor outras formas de expressão e pensamento. A análise de sua trajetória exige uma abordagem que considere simultaneamente sua atuação institucional e a dimensão crítica de sua escrita literária, entendendo que essas duas frentes compõem aspectos interligados de seu envolvimento com a formulação de uma cultura brasileira mais diversa.

Na apresentação de Paul Celan, poeta romeno e expoente da literatura alemã, conhecido por abordar os horrores do Holocausto em sua obra, Bleiker (2009, p. 97) destaca que sua poesia funcionava como criadora de um espaço de reflexão. Celan localizava o potencial revolucionário não em transformações heroicas ou abruptas, mas em processos lentos e quase imperceptíveis, na transformação gradual dos valores sociais.

A ideia do engajamento estético como uma força sutil, porém profunda, é comum ao pensamento de Mário de Andrade. A partir do poema *Manhã* (1928), analisamos de que forma sua produção poética se relacionou a sua tomada de posição política. Não é apenas por meio de um comprometimento ideológico explícito que um poema se torna

político, mas também pela forma como ele articula suas questões internas e dialoga com o contexto histórico e social em que está inserido.

No verbete para Mário de Andrade do *Dicionário de Bolso* de Oswald de Andrade (1990, p. 106), o autor descreve o companheiro do Modernismo como:

Macunaíma traduzido. Autor de uma canção para fazer o seringueiro dormir em vez de se revoltar. De outra, para quando encontrar o capitão Prestes, engambelá-lo com nomes de peixes e atrapalhar assim a revolução social.

O texto é uma referência direta a *Manhã*, publicado originalmente na *Revista de Antropofagia* (1928-1929). Jorge Vergara (2018, p. 53) sugere que esse poema foi um dos fatores centrais no agravamento do conflito entre os dois Andrades, mencionando que Oswald interpretou *Manhã* como uma forma de oposição e, até mesmo, de provocação ao seu recém-lançado *Manifesto Antropófago*.

Enquanto o *Manifesto* (Andrade, 1928) idealiza uma revolução indígena no Brasil, “Maior que a Revolução Francesa [...] A unificação de todas as revoltas eficazes na direção do homem”, Mário se descreve no poema como em um total estado de sossego, em um jardim “ao pé do sol”. Ao mesmo tempo em que Oswald cada vez mais se aprofundava nas ideologias de esquerda, e mais perto chegava de sua filiação ao Partido Comunista Brasileiro, Mário escreve:

Si eu tivesse a meu lado ali passeando
Suponhamos Lenine, Carlos Prestes, Ghandi, um desses!...
Na doçura da manhã quasi acabada
Eu lhes falava cordialmente: – Se abanquem um bocadinho.
E havia de contar pra eles os nomes dos nossos peixes,
Ou descrevia Ouro Preto, a entrada de Vitória, Marajó,
Coisa assim, que pusesse um disfarce de festa
No pensamento dessas tempestades de homens (1972, p. 204).

Em outro verso do poema, a questão da sexualidade ressurge. Segundo Vergara (2018), as nuances de alienação política presentes no poema evocam uma ideia de covardia e feminilidade, aspectos que são ironizados por Mário no trecho: “Que desejei... Mulher não desejei não, desejei...”. Essa perspectiva é refletida em uma versão suprimida do *Dicionário de Bolso*, na qual Oswald de Andrade descreve Mário como “Muito parecido pelas costas com Oscar Wilde” (Andrade, 1990, p. 124).

Considerações finais

A análise apresentada neste artigo indica que a poética de Mário de Andrade não se limita a um exercício estético isolado e integra um projeto político articulado que se relaciona de modo direto com questões de seu tempo. A leitura de sua obra a partir das categorias de racialidade e sexualidade, pouco exploradas pela crítica tradicional, evidencia que o autor mobilizou temas que apenas posteriormente adquiriram visibilidade ampla no debate público.

A aparente contradição entre intimismo e engajamento social, que por tanto tempo foi interpretada como limitação, revela-se justamente a força singular de sua poesia. Como demonstram os poemas analisados, Mário operava uma política da linguagem que subvertia normas estéticas e sociais simultaneamente. Seus experimentos formais desafiavam não apenas convenções literárias, mas também hierarquias culturais e identitárias.

Os estudos de Bleiker (2009) sobre estética política fornecem o arcabouço teórico para compreendermos essa dimensão da obra marioandradiana. Seu potencial transformador não reside em mensagens explícitas, mas na capacidade de expandir os limites da linguagem e, conseqüentemente, do imaginário social. Como demonstrado nas análises de poemas, a poesia de Mário constrói espaços de representação para subjetividades marginalizadas, desafiando as estruturas de poder embutidas na própria linguagem.

Conforme destacado por Bleiker, assim como a memória, a estética não é algo estático ou imutável, mas um campo dinâmico de disputa, no qual seus significados são constantemente renegociados por aqueles que interagem com ela e pelo contexto histórico em que está inserida. A capacidade de transcender seu momento de criação é intrínseca à natureza da arte; esse é, afinal, um de seus papéis fundamentais. Seu retorno e sua ressignificação em diferentes momentos históricos são a prova viva da marca que deixou na cultura e na sociedade. Tal como uma mensagem em uma garrafa lançada ao mar, a arte é

um apelo lançado com a esperança de que, algum dia, seja levado até uma margem, até algo aberto, um coração que busque diálogo, talvez um 'tu' receptivo, uma realidade receptiva. Uma vez engarrafada, a mensagem deixa seu autor e inicia uma jornada indeterminada, com a tarefa igualmente indeterminada de encontrar o Outro. Ela viaja continuamente para incluir aquilo que é estranho, aquilo que é diferente, aquilo que ainda é desconhecido. Tentativas poéticas de acolher a alteridade são, por definição, difíceis de decifrar. O poema dialógico precisa, afinal, esticar os jogos da linguagem para poder falar ao Outro. A mensagem na garrafa pode não ser recolhida imediatamente (2009, p. 110, tradução nossa).⁹

Assim, concluímos que a atual ressignificação de Mário de Andrade no campo cultural e acadêmico não resulta de leitura anacrônica e indica o reconhecimento tardio de que seu projeto literário sempre teve dimensão política. Sua obra permanece central porque formula questões estruturais da experiência brasileira que continuam a orientar disputas do presente. Nesse movimento, Mário deixa de ser tratado como figura restrita ao repertório histórico e passa a atuar como referência indispensável para a compreensão dos impasses que definem o Brasil contemporâneo.

Referências

ALMEIDA, Maria Zélia Galvão de (org.). *Quatro Pessoas: uma edição crítica*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

ANDRADE, Mário de. *O movimento modernista*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

ANDRADE, Mário de. Oração de Paraninfo – 1935. *Pro-Posições*, v. 16, n. I (46), jan./abr. 2005.

ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. 3. ed. São Paulo: Martins Editora, 1972.

BLEIKER, Roland. *Aesthetics and World Politics*. London: Palgrave MacMillan, 2009.

BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2000.

CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

COELHO, Frederico. *A semana sem fim: celebrações e memória da Semana de Arte Moderna de 1922*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

FRAGELLI, Pedro. Engajamento e sacrifício: o pensamento estético de Mário de Andrade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 57, 2013.

GRILLO, Angela Teodoro. *O Losango Negro na poesia de Mário de Andrade*. 2016. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), 2016.

HADDAD, Naeif. Oswald de Andrade surge assustador em biografia escrita por Lira Neto. *Folha de São Paulo*, 1 fev. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2025/02/oswald-de-andrade-surge-assustador-em-biografia-escrita-por-lira-neto.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2025.

LAFETÁ, João Luiz. *Figuração da intimidade: imagens na poesia de Mário de Andrade*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

LOPEZ, Telê Porto Ancona. *Mário de Andrade: ramais e caminhos*. São Paulo: Duas Cidades, 1972.

LOPEZ, Telê Porto Ancona. Uma difícil conjugação. In: ANDRADE, Mário. *Amar, verbo intransitivo* – Idílio. Ed. 16. Belo Horizonte: Villa Rica, 1995.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: DIFEL/Difusão Editorial S.A, 1979.

REDAÇÃO. Assistido por mais de 80 mil pessoas, “Tarsila, a Brasileira” chega às últimas apresentações em SP. *Uol*, 2 mai. 2025. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/entretenimento/noticias/2024/05/02/10149_assistido-por-mais-de-80-mil-pessoas-tarsila-a-brasileira-chega-as-ultimas-apresentacoes-em-sp.html. Acesso em: 20 fev. 2025.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Modernismo brasileiro: entre a consagração e a contestação. *Perspective: Actualité en histoire de l’art*, Paris, n. 2, 2013.

TÉRCIO, Jason. *Em busca da alma brasileira: uma biografia de Mário de Andrade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

VERGARA, Jorge Israel Ortiz. *Toda canção de liberdade vem do cárcere: homofobia, misoginia e racismo na recepção da obra de Mário de Andrade*. 2018. Tese (Doutorado em Música). Programa de Pós-Graduação em Música, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2018.

WOLFSON, Nathaniel. O baile dos pronomes: a gramática queer de Mário de Andrade. In: BARROS, Regina Teixeira (org.). *Mário de Andrade: duas vidas*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 2024.

Artigo recebido em 03/08/2025

Artigo aprovado para publicação em 17/11/2015

Editor(a) responsável: Tales Damascena

¹ Consideramos aqui não somente o marco da Semana de Arte Moderna de 1922, mas também outros eventos comemorados, especialmente em 2024, com os 100 anos da viagem dos modernistas Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Olívia Guedes Penteado e Blaise Cendrars a Minas Gerais e a publicação do *Manifesto da poesia pau-brasil*.

² Nos referimos, respectivamente, às exposições *100 Anos da Semana de Arte Moderna* de colaboração da Fundação Nacional de Artes com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, *a Modernismo: destaques do acervo* na Pinacoteca de São Paulo e a *Brasil! Brasil! O Nascimento do Modernismo* na Royal Academy of Arts.

³ Do original: “has come to be represented through language: with how it is internalised in our minds, our habits and our collective political consciousness”.

⁴ Do original: “Languages impose sets of assumptions on us, and frame our thoughts so subtly that we are mostly unaware of the systems of exclusion that are being entrenched through this process”.

⁵ Do original: “Language will never be free of power and exclusion. There will always be a need to disturb meaning, to search for words that name silences, to disturb immobilising certitudes. Step by step, invisibly and inaudibly, the poet works away at language. It is about searching for a language that provides us with different eyes, different ways of perceiving what we already know; it is about unsettling, making strange that which is familiar, opening up thinking space and creating possibilities to act in more inclusive ways”.

⁶ Grillo (2016, p. 136-137) trabalha com a ideia de Gilda de Mello e Sousa em *A Ideia e o Figurado* (2005), citando Poemas da Negra como uma oposição à “tradição da poesia erótica ligada ao senhor de engenho”, presente em poemas como *Irene no Céu*, de Manuel Bandeira. Para as autoras, a dificuldade de Bandeira em aceitar a poesia de Mário de Andrade, como retratado na correspondência entre os dois, está na retirada

da mulher negra da posição de exotismo na poesia. Enquanto a tradição literária a reduzia a um objeto estereotipado, Mário a eleva à condição de musa e sujeito poético, rompendo com as convenções estéticas e sociais da época.

⁷ Na década de 1940, ao entrar em contato mais direto com a cultura norte-americana por meio da American Council of Learned Societies, Mário negava oportunidades de viagens aos Estados Unidos devido ao fato de ter “sangue negro”. Ele reconhecia que, embora sua condição de “mulato” pudesse amenizar sua experiência pessoal, testemunhar o sofrimento de outros negros sob o regime de segregação racial seria intolerável, conforme narra Jason Tércio (2019, p. 448).

⁸ Esse pregão é um dos principais alvos de críticas dos jornais literários tradicionalistas e dos opositores do modernismo a *Paulicéia Desvairada*, como aponta Jorge Vergara (2018, p. 26). Para os escritores do período, as nuances de pronúncia da voz imigrante presentes no texto eram vistas como um sintoma de “desequilíbrio mental” da técnica modernista.

⁹ Do original: “a plea that is sent out with the hope that some day it will be washed onto a shore, onto something open, a heart that seeks dialogue, maybe a receptive ‘you’, a receptive reality. Once bottled, the message leaves its author and embarks upon an undetermined journey with an undetermined dialogical task of finding the Other. It continuously travels to include that which is strange, that which is different, that which is yet unknown. Poetic attempts to embrace otherness are, by definition, difficult to decipher. The dialogical poem must, after all, stretch language games to be able to speak to the Other. The message in the bottle may not be picked up immediately”.

THE LGBTQ+ HISTORICAL IMAGINATION AND ITS NARRATIVES: The Reception of *The Song of Achilles* by Online Readers

A IMAGINAÇÃO HISTÓRICA LGBTQ+ E SUAS NARRATIVAS: A Recepção de *A Canção De Aquiles* por Leitores Online

Giordana Bueno Longoni¹

Abstract: Drawing on methods from Reception Studies, this investigation seeks to understand the impact of the historical fiction *The Song of Achilles* (Miller, 2011) on its readers and on their understanding of the past and the Historical discipline. We argue that the LGBTQ+ historical imagination and the cultural products it generates can be used to legitimize a contemporary identity, and serve as points of affective and historical identification for the community. The study demonstrates how the novel functions as a platform for readers to critique the course and to demand greater representation for LGBTQ+ subjects in narratives about the past, whether fictional or historical, while also considering the emotional impact of positive representation of marginalized communities in History and Literature.

Keywords: The Song of Achilles, historical imagination, historical fiction, LGBTQ+, reception.

Resumo: Utilizando métodos dos Estudos de Recepção, esta investigação procura entender o efeito que a ficção histórica *A Canção de Aquiles* (Miller, 2011) teve em seus leitores e em seu entendimento sobre o passado e a disciplina Histórica. Argumentamos que a imaginação histórica LGBTQ+ e os produtos culturais criados por ela podem ser usados para legitimar uma identidade contemporânea e como pontos de identificação afetiva e histórica para a comunidade. Mostramos como o romance está sendo utilizado como uma plataforma para leitores criticarem a disciplina e para demandar maior representação para sujeitos LGBTQ+ em narrativas sobre o passado, sejam históricas ou ficcionais, e consideramos o impacto emocional da representação positiva de comunidades marginalizadas na História e na Literatura.

Palavras-chave: *A Canção de Aquiles*, imaginação histórica, ficção histórica, LGBTQ+, recepção.

Introduction

For LGBTQ+ subjects, looking at the past more often than not means looking at stories of suffering, alienation, and exclusion. Because evidence has been either destroyed (Greenberg, 1988; Norton, 1997) or has come from hostile sources (Foucault, 1977), LGBTQ+ people have had their history either denied or made into a tragic narrative. In this context, very few historical narratives mean something positive for the LGBTQ+ community.

Classical Antiquity is, however, an important political and affective point of identification for queer subjects of the past couple of centuries and — as we argue — still has its relevance to the contemporary LGBTQ+ historical imagination. This can be recognised in the reception of the 2011 historical fiction novel *The Song of Achilles*; more

¹ Mestranda em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2645598904262187>. E-mail: giordanablongoni@gmail.com.

specifically, in the discourses it allowed and encouraged its readers to share in online settings. Readers often say that they feel comforted by the story, not only for its charming and refreshing LGBTQ+ romance, but for its ability to make them feel seen, recognised as part of something bigger and older than what contemporary society makes of them.

Unexpectedly, however, the novel has also made possible the sharing of particular arguments about the queer past and the Historical discipline that deserve a closer look. That is, the use of a contemporary reinterpretation of a fictional historical relationship as “proof” of the historicity of queer existence, and its supposed denial by traditional historians. In other words, readers of *The Song of Achilles* seem to agree that Achilles and Patroclus were a romantic couple and that queer couples have existed since at least Ancient Greece, where they were relatively common and accepted by society. Historians, however, supposedly have either not realised this or actively denied the fact, resulting in the negligence and marginalisation that LGBTQ+ History has been subjected to, and still is to this day.

In this article, we argue that fictional representations of history have a considerable impact on how the LGBTQ+ past is perceived by modern subjects and how history is used for socio-political ends. With a study of the reception of the queer historical fiction novel *The Song of Achilles*, we will take a closer look at how the past — specifically Ancient Greece — is used by modern LGBTQ+ subjects as a point of identification and as a source of longing and desire, and consider its impacts on contemporary discourses on history, the discipline, and the LGBTQ+ community. The focus on a specific novel about a specific historical period can help us understand further how Classical Antiquity impacts modern publics: how the *Iliad* is being reread and reinterpreted in our modern world, and how this particular community receives Greek Antiquity.

Greek Antiquity in the LGBTQ+ historical imagination

As several authors have shown (cf. Bravmann, 1997; 1994; Waters, 1995), there is a specific historical time and place that seems to be a constant in LGBTQ+ representations of the past, and that is Ancient Greece. The LGBTQ+ historical imagination is filled with marble statues and myths of young heroes and their lovers, and it has been since at least the late 19th century. Ancient Greece, therefore, can be considered a cultural touchstone (Jenkins, 2015) and seems to be ever-present in creative

self-representations of LGBTQ+ history (Bravmann, 1997). It is one of the main narratives LGBTQ+ people tell themselves *about themselves* — and their past.

The LGBTQ+ historical imagination expresses itself in different forms, and many of its narratives are derived from myths and fantasies that often hold greater importance than what documentation can prove, relying more on fictive pasts than traditional heterosexual history (Dunn, 2016). As Gilad Padva argues, “subaltern sexual communities can be empowered by a glorified past and its mythic playgrounds, role models and halls of fame” (Padva, 2014, p. 8). Therefore, fictional and imagined pasts are an important part of LGBTQ+ worldmaking.

References to Antiquity are very common in between the pages of almost every novel that today forms the canon of Western LGBTQ+ Literature: names like Oscar Wilde and E.M. Forster are considered must-haves on every LGBTQ+ shelf, and their works often used Antiquity as a code to talk about homosexuality while concealing it from the general public (Heacox, 2004). The term “Sapphic” itself, as a reference to the poet Sappho from Lesbos, started being used to refer to lesbian women at around the same time (Jenkins, 2015). Classical texts were appropriated by readers and writers to “voice their own contemporaneous interests, perspectives, and anxieties” regarding same-sex attraction (Summers, 1992, p. 4). This resulted in the establishment of a collection of references that codify elements of Classical Antiquity as something distinctively queer and helped form a public that knows and makes use of these references in different forms of communication and cultural productions.

Ancient Greece is often imagined as a place of freedom for gay men, where homosexuality was not only allowed but associated with a high social, spiritual, and moral value. This narrative is very old and has been used in different ways. As early as 1883, for example, John Addington Symonds argued that Ancient Greece was proof that homosexuality “could be noble and dignified when valued by society rather than repressed” (Greenberg, 1988, p. 4). Classical Antiquity was not just used as a codified language for LGBTQ+ people, but as a political and social defence of the community in the present.

History, as a legitimising discourse, is able to offer proof that LGBTQ+ people “have always been here”, and that they “have a history as ancient, rich, and honourable as the heterosexual history” that rarely, if ever, mentions them (Fone, 1980, p. xvii). To relate LGBTQ+ existence to a past that is often considered the epitome of democracy also gives an additional layer of legitimation to queer politics in the present, because “inscribing ‘homosexuality’ within the sexual practices of the Romans and Greeks

provides a past to a community that often appears past-less and therefore frighteningly revolutionary” (Jenkins, 2015, p. 33). Doan and Waters (2000) have argued that, because of this narrative about the past, homosexual men today often feel nostalgia for Ancient Greece and imagine themselves as being part of this long historical tradition. This is reflected in much of the artistic productions created by this imaginary.

This narrative about Ancient Greek sexuality can and should be contested. As Queer Theory developed, we’ve become increasingly aware of the differences between sexual practices and sexual identities and have come to the general agreement that Greek pederasty was quite different from our modern idea of homosexuality (Escoffier *et al*, 1995). And, as Scott Bravmann has shown, these modern images of Ancient Greece are neither innocent nor neutral and can be challenged for their implications on gender, race, and class relations. In other words, the Greek past is not — and should not be considered — a universal past for LGBTQ+ subjects in the present (Bravmann, 1994; 1997).

These interpretations, nonetheless, have made an impact on much of LGBTQ+ — or LGBTQ+ coded — contemporary art and media. The movie *Call Me By Your Name* (dir. Luca Guadagnino, 2017), for example, tells a story of a homosexual romance in 1983 Italy. To set the tone, the first images on the screen are of Ancient Greek statues, which direct the viewer on what to expect when watching the movie.

Another great example of this is the historical fiction genre. See, for example, Mary Renault's series on Alexander the Great (Renault, 1969; 1972; 1981), which has had great circulation and influenced much of later LGBTQ+ literature (Waters, 1995). Historical fiction can and has been used to make sense of the past and to write marginalised narratives back into history (Groot, 2010), and it is a genre that has been increasingly gaining attention in the past decades. Art, however, is not always received exactly as the author intended. This means that interpretations can be very different, and the text can take unexpected forms. That is what happens with an important historical text: Homer’s *Iliad*.

The Song of Achilles as an adaptation

Historical figures from Antiquity had a vital role in the construction of modern queer identities, and in the LGBTQ+ collective historical imagination, the mythological figures of Achilles and Patroclus are perhaps the most memorable. The intensity and the definition of their relationship have been put to debate for centuries, often rekindled by later adaptations of Homer’s work, with different degrees of success and reach.

One of these adaptations is *The Song of Achilles*, a romance novel that offers to retell the happenings of the *Iliad* and the Trojan War from the point of view of Patroclus, Achilles' companion in the poem. It was the first novel of American author Madeline Miller, originally published in 2011, but it gained enormous popularity and turned into a bestseller almost a decade after its release. The novel follows Patroclus and Achilles' lives, from infancy to adulthood, while developing their relationship as an explicitly romantic and erotic one. Both characters are defined in the story as best friends, comrades, and soulmates: "He is half of my soul, as the poets say" (Miller, 2011b, p. 284), Patroclus says about Achilles; "I could recognize him by touch alone, by smell, I would know him blind, by the way his breaths came and his feet struck the earth. I would know him in death, at the end of the world" (*Ibid.*, p. 126). All in all, it is a charming Young Adult historical fiction that makes use of themes from History and Mythology to present these characters to a modern audience.

Words might not be enough for us to comprehend the absolute literary phenomenon that is *The Song of Achilles*. Worldwide, it sold over 3 million copies as of 2025. The feedback was majorly positive, reaching an average of 4.6 stars on *Amazon* and 4.3 on *Goodreads*. Miller's work has been received with high praise by critics and readers alike, and has been the subject of many academic works around the world (cf. Jokivuori, 2023; Santos; Almeida, 2022; McKenna, 2015). The work was not contained by its pages: it soon became thousands of fan art, fanfiction, and video reviews; even inspiring several artistic performances, including music and dance, for example (cf. Svelstad, 2024). This success was greatly affected by social media, especially after going viral on the platform *TikTok* in a trend that showcases the emotional reactions the book caused in its readers, in which hundreds of people recorded themselves reading the climax of the novel and crying over Patroclus and Achilles' deaths (Rocha, 2023).

One of the reasons the book was successful was because it portrayed a homoaffective and homoerotic couple in a historical setting in a positive way, which is generally an outlier for LGBTQ+ fiction, and especially for LGBTQ+ historical fiction. Literature has a long history of giving its queer characters unhappy and unsatisfying endings, if not killing them off entirely, and often they were used as a means to warn the readers of the tragic consequences being queer might lead to (Garden, 2014).

The Song of Achilles doesn't try to escape the *Iliad's* tragic ending, and Patroclus and Achilles still perish by the end of Miller's novel. What *The Song of Achilles* manages to offer, however, is the portrayal of a lifelong committed relationship between two men, heroes in their own right and respected amongst their peers, who die for each other and

find each other in the afterlife: “In the darkness, two shadows, reaching through the hopeless, heavy dusk. Their hands meet, and light spills in a flood, like a hundred golden urns pouring out the sun” (Miller, 2011b, p. 352). Not many — if any! — early 2010s, Young Adult LGBTQ+ Fiction has managed to deliver such a satisfying ending for its queer readers.

The success of the novel might also be related to the conditions of possibility that allowed the text to exist. Every work is a product of the society that surrounds it, and therefore, popular novels can be considered a reflection of social-political insights, and in the discussion each society wants to have (Maurice, 2017). The decriminalisation and further social acceptance of homosexuality, the diversification of reading publics, and the new possible forms of publishing and access to literature have made an impact on how the story was created and thereafter received.

Achilles has had many lovers in the past centuries (cf. Fantuzzi, 2012), but for our modern eye, none of them is as important as Patroclus. Each society through time has reinterpreted Homer’s work differently, and has produced reception pieces that reflect that. As David Delbar has argued,

it is impossible to avoid some projection of present mores onto the past, particularly when the past’s ability to speak to itself is limited. (...) Therefore to make sense of ancient sexualities, interpreters inevitably fill in the gaps with their own sexual mores, often without noticing what themselves are doing. In this sense all interpretations of ancient sexualities are acts of reception, and the shifting horizon of expectation from generation to generation — or even reader to reader — can yield very different results (Delbar, 2023, p. 23).

This means that, for modern readers of the *Iliad*, it is very easy to read Achilles and Patroclus’ relationship as a romance. As an adaptation, *The Song of Achilles* reinterprets the relationship for it to make sense to these modern readers who are used to — and generally very accepting of — seeing two men in love.

Readers transform the text, and the *Iliad* is not an exception. Just as Miller received and adapted Homer’s work, so do *The Song of Achilles*’ readers adapt and interpret what Miller has written. Because of this, reception theory can be a useful methodology for us to understand how a text is effectively received, given meaning, and transformed by its audiences through time and space. The ample circulation of *The Song of Achilles* has given us an enormous amount of evidence for its reception: thousands of reviews shared online in different social media and retail websites, hundreds of different fan-created art and commentary in video and text, and dozens of press articles detailing the impact of the novel and debating its literary merits. Within these texts, we were able

to find common expressions and ideas that reveal some of the readers' perceptions of LGBTQ+ history, including a general agreement on the definition of the relationship between Achilles and Patroclus, and some shared beliefs on History and its professionals' role in the interpretation of the poem over time.

The evidence of history

The historical fiction genre makes use of historical knowledge to lead its narratives. The novelists' obligation for historical authenticity, however, is not a consensus amongst scholars of the genre (cf. Weinhardt, 2011), and much less among its writers. Readers, however, tend to believe that at least some of the story is historically authentic (Brown, 1998; Brown; St. Clair, 2006).

Miller offers a well-researched retelling of the *Iliad*, appropriating and adapting elements of Greek-roman mythology from several sources into something comprehensible to twenty-first-century young adult readers (Rocha, 2023). She makes heavy use of the Ancient Greek reception of the poem, produced a couple of centuries after Homer. Ancient Greeks, however, interpreted the relationship of Achilles and Patroclus based on the experiences of their time, to elaborate and discuss the idea of pederasty and who, specifically, would take on what role (Breitenfeld, 2023). Some authors even agree that, for the Ancient Greeks, they were unambiguously considered lovers (Clarke, 1978; Fantuzzi, 2012), and their cultural production therefore always implies that. This means that Miller's work reflects these later receptions, maybe more than the *Iliad* itself, and should be understood as such.

Miller's readers, however, have an interesting take on that. According to them, the 2011 novel is proof that LGBTQ+ people have always existed; therefore, it historically affirms LGBTQ+ existence in the past. This is explicitly recognised as one of the merits of *The Song of Achilles*. One reader says,

The love between Achilles and Patroclus is one of the great classics of Greek literature. For gay men, it's a story we can look to as proof that there have always been men who loved other men, and they weren't always as reviled as we sometimes feel in modern society (Holland, 2013).¹

Another reader goes as far as to declare that “[the novel] historically affirms and normalises the presence of gay people and gay love” (RD, 2022). We could say, however, that *The Song of Achilles* — as an adaptation of a story into another — *doesn't* historically affirm anything other than what we, as a society, would like to see in the past.

As David Halperin argued more than two decades ago, the present should not be considered the measure of all things. However, that does not stop readers from identifying with historical figures and reclaiming them (Halperin, 2002). This practice of retroactively reclaiming historical figures as queer has been very common in LGBTQ+ cultural discourses, and recognised by its scholars as well (cf. Kunzel, 2018; Schuyf, 2000). It is a discursive strategy, politically useful, to affirm different forms of queer existence and experience in different times and places, and therefore validating the existence of those here and now.

The list of reclaimed figures is ever-growing and has been used to both identify queer figures in the past and to “persuade readers that if Socrates, Shakespeare, Michelangelo, and Whitman were homosexual, then popular prejudices against homosexuality must be unjustified” (Greenberg, 1988, p. 4-5). Achilles and Patroclus, in particular, have been reclaimed by LGBTQ+ — and LGBTQ+ coded — discourse since very early on.

The problem with these icons, however, is that they are silent (Schuyf, 2000) and that the past, as we’ve seen, has a limited ability to speak for itself. We know by now that the study of ancient sexualities is a complicated thing. Most of the evidence we have on Ancient and Archaic Greece sexuality and their social meanings comes from literature, art, and poetry, and these sources have been subject to several massive campaigns of destruction and defacing in history (Greenberg, 1988). It is very possible, even, that Homer’s text has been censored over the centuries, and that any reference to same-sex romantic or erotic relationships has been lost (Murray, 1934).

In Academia, there is no consensual definition of Achilles and Patroclus’ relationship. For some authors, for example, the absence of an explicit sexual element in their relationship in the poem is enough to dismiss the idea of a relationship (Dover, 1978; Fantuzzi, 2012); for others, the relationship is an example of how pederasty functioned in Ancient Greece (cf. Morales; Mariscal, 2003). Both of these interpretations, however, can be criticised: for it is not sexual touch that defines queer relationships (King; Kozak, 2023) and its absence might very well be fabricated; and even in Ancient Greece, the relationship didn’t fit the traditional definitions of pederasty (Clarke, 1978). While some consider the question “futile” (Hooker, 1989), most scholars seem to lean towards considering them friends, or at least the generally ambiguous “companion” (King; Kozak, 2023) — because this, at least, is what the poem can tell us.

Readers of *The Song of Achilles* who agree with Miller’s interpretation are either convinced by her text or have already come to it with some previous knowledge or

expectations about Ancient Greek sexuality: “I never really thought about Achilles as possibly having what we would now refer to as a gay relationship but when you think about it, it rather makes sense” (M., 2021); “I always thought Achilles was over reacting when he has his mental breakdown in *The Iliad*, but now I completely understand. (...) Patroclus and Achilles were so close — I can’t believe I missed all the subtext while reading the actual story” (Williams, 2015); and, most tellingly, “We all know that in Ancient Greek society homosexuality was part of the deal” (Customer, 2023). Even unsatisfied readers can agree with Miller: “From past historical evidence I realize Achilles was gay but in the book description there was no mention this would be a romantic tale” (Desi, 2021).

The response to *The Song of Achilles* and Miller’s interpretation of Homer, despite being overwhelmingly positive, was not by any means unanimous. This “gay twist” of the relationship was not well-received by many readers, who either did not want to read an LGBTQ+ novel and were expecting something else or who did not agree with Miller’s interpretation of Homer’s work. This can be an example of how reading is not a straightforward act, and readers’ expectations do affect how a text is read and received.

For those who are actively looking for LGBTQ+ historical figures, seeing Achilles and Patroclus as such is very easy. History, therefore, is still useful and being used as a point of identification, which can be looked at as “proof” or “evidence” of queer existence in the past. And, curiously, a modern — and perhaps *too* modern (cf. Delbar, 2023; Jokivuori, 2023) — historical fiction novel is being read, by some readers, as historical evidence.

The Song of Achilles explicitly portrays Achilles and Patroclus as a couple while subtly referring to the aforementioned canon of Western LGBTQ+ literature: while daydreaming about his growing attraction to his friend, Patroclus tells the reader that he “cannot name the thing I hope for” (Miller, 2011b, p. 59), which is distinctively similar to Wilde’s 1985 famous use of the phrase “the love that dare not speak its name” (Norton, 1997). This not only reaffirms its role as an heir to this canon, but also shares its views on discourses of power that control what is thought of and what is talked about the past. This, as we will see, ends up having consequences in the way readers receive and interpret the novel. A discourse of distrust in History and its mistakes is shared amongst hundreds of readers — if not more.

Overcoming History

The problem with the historical authenticity of historical fiction is twofold: readers can view a novel not only the evidence of history, but also as historiography. This seems to be the case with *The Song of Achilles*, where the credentials of the author and the book's design have made a considerable impact on how the story is received — and what history it is believed to tell.

Author Madeline Miller comes from an academic background, with a bachelor's and master's degree in Classics from Brown University (Alter, 2012), and experience teaching Greek, Latin, and Shakespeare to High Schoolers (Brown, 2012). The book took her ten years to write, and according to her, it started as an idea for her thesis (Miller, 2021). The publishers of her novel make use of this information, salienting her academicism in her author bio, as a means of authorising her to rewrite Homer's work (Sinha, 2017; King; Kozak, 2023). Reading is a creative act, and readers' receptions can only be influenced to a certain point. Editorial decisions do, nonetheless, have an impact on how a text is received and interpreted (Chartier, 1989).

Despite being known as such, *The Song of Achilles* is *not* marketed specifically as LGBTQ+ literature; instead, the book makes heavy use of Greek Antiquity symbology in its design to associate itself with a historical narrative, further legitimising its interpretation (Sinha, 2017). Miller was not the first one to offer this interpretation of their relationship, and she doesn't claim to be: "I stole it from Plato!", she says when asked where she got the idea from (Miller, 2023). The effort to make *The Song of Achilles* seem like a valid interpretation of Homer and Ancient Greece has certainly influenced the way people read the novel: Miller, as an authorised interpreter with a few degrees and Plato on her side, could only be telling the historical truth.

Miller claims a very particular narrative about how the relationship of Achilles and Patroclus has been interpreted over time, and this has influenced much of how the novel was received by critics and the general public. In Miller's own words, she wrote it to "set the record straight" (Miller, 2011a). The idea for the novel came, according to her, as a response to the supposed hesitation from scholars to recognise the romantic nature of Achilles and Patroclus' relationship:

I was already working on my thesis, on a topic that had long frustrated me: the way that some scholarship dismissed the relationship between Achilles and Patroclus, labelling them "good friends". I'd read Plato's *Symposium*, where Achilles and Patroclus are not just presented as lovers, but the ideal romantic relationship. I knew that interpreting their relationship as romantic was a very old idea, and I was angry at the way homophobia was erasing this reading (Miller, 2021, l. 8-14).

I had been intensely frustrated by a number of articles I had read that kept side-stepping the love between him [Patroclus] and Achilles, which to me felt so obviously at the story's heart. (...) So partially I was propelled by a desire to set the record straight (Miller, 2011a, l. 30-37).

With this, she promulgates a narrative where every scholar is not only denying but *in denial* about the relationship, and it becomes her responsibility to honour Homer's real intention with the poem: "for me, the love story between these two men was the heart of the story (...) and the turning point of *The Iliad*. I wanted to really honour that" (Miller, 2021).

For many of her readers, then, by portraying Achilles and Patroclus as a couple, Miller is doing an important job of *revelation* — more specifically, the revelation of something that scholars have tried very hard to hide or ignore. This can be inferred by the *hundreds* of reviews that tell us exactly that: "for so many centuries these types of relationship were dusted under the rug as 'friendships' by historians, and I respect the author for bringing it out in the daylight" (Antanavi, 2022); "what historians refuse to highlight is the love story between achilles and patroclus" (Lara, 2022); "a story that is rarely told. History is often too hesitant to share gay love stories of famous figures" (Pete, 2021); "Madeline Miller tells the story of the *Iliad* in a modern, nuanced way that has largely been erased by historians and literary critics for years" (Taplin, 2022); and, the well-phrased comment of "Madeline Miller speaks for those who were silenced by the lips of historians" (Noel, 2020).

According to these comments, there seems to be a secret plot, followed by every historian, to hide the truth of the relationship between Achilles and Patroclus from the general public. They are considered as either in denial, avoiding the subject, or even actively trying to deny the relationship and convince the public of some other truth, like in the comments "Historians be damned, they were lovers" (Stock, 2020), "That was gay and historians won't prove me otherwise" (D., 2021), and "Friends, huh? Yeah right, HISTORIANS CANNOT FOOL ME! I know what they really were... soulmates!" (Maya, 2021), which implies, very clearly, that they are *trying to fool* them — or, at least, that's what they believe.

It is interesting to us, however, how *historians* seem to be considered the main culprits of this centuries-old misconception, as if they had sole control over the meanings of the poem over time. In her criticism of what she claims to be the main interpretation of the relationship, Miller only refers to "scholars". The blame on historians, specifically, seems to come from the readers.

These “historians” are also considered very specific types: they are “homophobic” (Charlie, 2020; Ryan, 2022), “stuffy” (Rozanne, 2017), “old and crochety” (Scott, 2021) and even “crusty, who insist on seeing the past as strictly heterosexual until the 1970s” (Kelly W., 2016), who “have the audacity to call them ‘just friends’” (karin, 2021). With Miller’s work, these characters are considered by readers to be ‘saved’ from the control of historians and their prejudice, or their inability to identify LGBTQ+ people in the past: “historians say they were roommates” (Anabelle, 2022), and “historians will say they were bffs [best friends forever]” (Mia, 2023). This particular remark is repeated hundreds of times in slightly different formats, as a *meme*, and the meaning is clear: when seeing what is supposedly the evidence of a very clearly romantic and sexual relationship, historians will come up with the most deranged interpretations for it — that they are roommates, best friends or good comrades —, overlooking what the actual truth would be. To queer artists and readers throughout the ages, the erotic and romantic bond between these characters has been considered very obvious (King; Kozak, 2023), and that is why it becomes incredibly frustrating, for queer readers, to not have it recognised.

Even rigorous and deliberate conclusions from historians are met with scepticism by these readers:

Historians seem to have a homophobic tendency — even in the most glaring of circumstances being gay is always caveated with doubt and uncertainty around the evidence. It is a good reminder that history, even mythological in nature, is not objective. It is necessarily dictated by the prejudices and biases of the historian (Ryan, 2022).

The problem with evidence, as we’ve seen, is one of the most debated methodological problems of LGBTQ+ History — whether identifying or interpreting it. This criticism seems to come from a misunderstanding — or even disagreement — from the public about how history is written. Historians, then, are not only considered bigots, but also incapable of doing their own jobs.

The meaning of the *Iliad* is considered not only the responsibility of historians, but the poem is also considered, by extension, something that should be taught in History classes, and it is not being done correctly: “I’ve always thought Pat[roclus] and Achilles were lovers and seeing historians or even history teachers state that they were merely friends is just unbearable” (Mnv, 2022). Teachers can be blamed for an incorrect interpretation of Homer, just like historians. Miller offers, then, not only something considered more truthful, but also more entertaining. One reader says that “If this had been around in high school I would have been far more interested in learning about history like this than the boring texts they force down our gullets” (Written..., 2023); and another,

while praising the novel, declare that “All history lessons should be as enjoyable as this” (Kirby, 2023).

Readers also make use of these platforms to criticise different adaptations of the poem; more specifically, the Hollywood movie *Troy* (dir. Wolfgang Petersen, 2004), a million-dollar blockbuster starring Brad Pitt as Achilles and Garrett Hedlund as Patroclus — his *cousin*. This doesn’t bode well for *The Song of Achilles* readers, who criticise the movie *and historians* at the same time: “It’s so funny how they were obviously lovers and historians are just like, ‘they were FRIENDS’ and hollywood goes ‘they were COUSINS’” (Y., 2022); and “But no one ever mentions the saddest love story is the one of Patroclus and Achilles. Why? Because hardly no historian will recognize them. Even Hollywood (Right “cousins” give me a break)” (Karoul, 2022). The movie *Troy* and *The Song of Achilles* were created and sold with different audiences in mind, and the sheer difference of these adaptations is a great example of how the ambiguities of a text can lead to very different works of reception (Delbar, 2023).

What is interesting to us, however, is how these readers seem ready to believe that what *The Song of Achilles* proposes is not an interpretation, but the truth about the past — a truth that neither historians nor movie writers have been able or even willing to offer. To define it as “the truth”, moreover, dismisses the reading of this interpretation *as* an interpretation — which, as we’ve seen, are almost infinitely varied. In short, readers of *The Song of Achilles* seem to agree that historians are either incompetent at their jobs or too biased to do it correctly. And in whatever History books we write or History classes we teach, we cannot help but be unbearably boring too.

On historical representativity

As an adaptation of the *Iliad*, *The Song of Achilles* rewrites the poem to serve different purposes and to captivate different audiences. For LGBTQ+ readers, identified by their use of “we” in their own comments regarding the community, the novel satisfies a need for literary and historical representation. Mainstream literature and popular fiction have only recently started featuring queer main characters, and books have become spaces for queer readers “to locate themselves, as spaces for these young people to see their lives reflected back to them, but also to see alternative possibilities for richer, happier, fuller lives” (Banks, 2009, p. 33).

Despite *The Song of Achilles* being far from the first artistic reinterpretation of the *Iliad* that portrays Achilles and Patroclus as lovers, it is perhaps the most famous

adaptation of our generation, managing to captivate a public that no other has been able to reach. For an audience that only very recently has started seeing themselves represented in well-circulated and popular novels, it is clear that the emotional importance of the story has impacted how readers receive and respond to the text. This can be seen in readers' reviews: "Madeline Miller I will not rest until I can tell you myself how thankful I am for this book. As a historian, a romantic, and a gay man" (Jasper, 2021); "A love that I never thought I'd see (or read): As a gay male in their 20's that has not read a lot of LGBT books this one felt like it was for me" (Maurer, 2022).

The reviews we have found in this investigation reveal not only a deep dissatisfaction with traditional historical narratives but also an underlying desire for something else. Throughout them, there seems to be a common demand for more — or any — LGBTQ+ representation, which reinforces what other authors have identified: new publics of the contemporary political discourse are increasingly making their needs for representation known (Wallace, 2016; Santos; Almeida, 2022; Sousa, 2022). This doesn't always live up to some readers' expectations — the book is "a disappointment for queer readers looking for good representation", says one of them (Krasnansky, 2015) — but even Miller acknowledges this demand and has directed her efforts towards responding to it, making queer readers feel seen and hoping it could help counter homophobia in general (Miller, 2021; 2023). What the community demands, however, is not just more representation in popular media — but in History, too.

To read Achilles and Patroclus as a couple can be a deliberate strategy for queer people to see themselves in Classical texts. LGBTQ+ readers might have an inclination for this interpretation, and considering the history of the community, this seems to be well justified. Frequently, the audience actively chooses to interpret characters as queer to see themselves represented in different forms of media, such as books, movies, and TV series (Breitenfeld, 2023), and this can be seen as a strategy of survival for queer people in the face of invisibility, oppression, and alienation (Sedgwick, 1994).

In the absence of historical references they can see themselves in, modern queer readers often have to make use of the fictional to find satisfying representations in historical narratives. In some ways, representation in these fictional texts can partially compensate for the neglect of LGBTQ+ history and its subjects throughout history. As Alina Jokivuori writes,

even if imagined, the experience of reading about a queer character who lived much before our modern day might allow the queer reader to feel a sense of belonging, of having a lineage. (...) It is perhaps even possible

that the 'homophobic history of injury' can be healed, at least to some degree, by romanticising what the past was (Jokivuori, 2023, p. 28).

Reclaiming these historical figures, like Achilles and Patroclus, is not only of political importance for the movement but also quite emotionally valuable for its subjects. These figures, having been heterosexualized by previous historical interpretations, could now represent role models and different possibilities of queer existence that are not limited to systematic oppression and constant suffering.

The Song of Achilles can be an example of how narratives about the historical past are being reinterpreted, reclaimed, and transformed by modern readers to create subversive meanings. It is possible, even, that the past is being reinterpreted to give queer people the possibility of happiness that wasn't common — or even possible — for earlier generations. With History being disbelieved as an accurate portrayal of the past, these people start thinking *what if* we could have been happy in the past? And that is where invention might come in handy. We cannot transform history, but the power of transformation that historical narratives have is undeniable.

Afterword

In this investigation, we intended to show how the past can be reinterpreted for different aims with historical fiction, and how readers of the genre mobilise their references and expectations to criticise or to accept an interpretation. In our case, a centuries-old fictional relationship is being reinterpreted and used to give historical and literary representation to marginalised communities in the present, and to question traditional and legitimised narratives of the myth.

Ancient Greece is still a disputed past, and different narratives can be useful for political and identificatory means. For LGBTQ+ people today, Greek Antiquity continues to be an important point of reference and is still an important theme of the LGBTQ+ historical imagination. Achilles and Patroclus are still being reclaimed as a great example of the different ways queer relationships could have existed and thrived in the past, going against the frequent discourses that these people have either never existed or never known anything other than suffering. They are, in this way, being read as a symbol of queer love and persistence, both in the past and in the present. The dispute over the meaning of these historical icons and characters might be endless (Blondell, 2008), but this interpretation can tell us a lot about the ways we read the past and, more importantly, what we wish we could find in it. Reading Antiquity as queer is one of the ways we translate the past to

make it comprehensible for our modern audiences; for it is maybe hard for us to read Achilles and Patroclus' intense relationship as anything other than romantic love between two men.

Readers can find in fiction the answers to questions History doesn't seem to offer, and for our readers, these questions include "*Were there LGBTQ+ people in the past?*" and "*Why don't we know about it?*" Because of this, we have seen a common and intense criticism of the Historical discipline and its professionals in the reception of *The Song of Achilles*. LGBTQ+ people in particular are known for having a general suspicion of History, as a discipline, and in its ability to tell the truth about the past (Murphy, 2021), but Miller's work — and maybe the digital world in its entirety — has managed to deepen this suspicion to an incomparable degree. Scholars' interpretations of the *Iliad*, whichever they might be, are not only being rejected but also ridiculed by this public. As we've seen, this suspicion might be expressed in mocking, belittling, and outright disbelief, and has been the trigger that instigated Miller's own creative work. The relationship that Academia has spent decades discussing and trying to understand has become, for these readers, the epitome of all of our failures.

It is possible to recognise, however, that this kind of criticism comes from a desire and a demand for representativity in historical narratives, whether in History or in Literature. The case of *The Song of Achilles* has opened up space for us to discuss how new reading publics are making their demands heard and actively transforming the literary industry — and, therefore, the LGBTQ+ historical fiction genre itself. Diversity sells, is one conclusion we might find (Rocha, 2023); but it is also an actual emotional *need* for marginalised communities. For these communities, history is not only a way to affirm themselves as part of a society and therefore deserving of the same rights, but also as a way of acknowledging the pain that decades of misrepresentation have caused — a form of healing, maybe the only one we get to have.

For historians, an investigation such as this can show just how much criticism can come from unexpected sources, and can help us understand what people really want from the past, and what they expect to read in History books. Most of us agree that we are living in a bigger context of the dislegitimation of History as an authorised narrative about the past, and several scholars have already tried their hand at, if not predictions, then at least instructions on how not to lose this battle completely. But what this means for the future of the profession, only time will be able to tell.

References

- ALTER, Alexandra. Rewriting the Story of Achilles. *The Wall Street Journal*. 24/02/2012. Disponível em: <http://bit.ly/417HRpg>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- ANABELLE. “historians will...”. *Goodreads*. 08/11/2022. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/4492615393>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- ANTANAVI, Kat. “for so many...”. *Goodreads*. 29/05/2022. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/3852289089>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- BANKS, William P. Literacy, Sexuality, and the Value(s) of Queer Young Adult Literatures. *English Journal*. vol. 98, nº 4. p. 33-36.
- BLONDELL, Ruby. Introduction. *Helios*. v. 35, nº 2. 2008. p. 113-119.
- BRAVMANN, Scott. The Lesbian and Gay Past: It’s Greek to Whom? *Gender, Place and Culture*. vol. 1, nº 2. 1994. p. 149-167.
- BRAVMANN, Scott. *Queer Fictions of the Past: History, Culture, and Difference*. United Kingdom: Cambridge University Press, 1997.
- BREITENFELD, Sarah Brucia. “Never Bury My Bones Apart From Yours”. Iliad Reception in Xena: Warrior Princess. In: MOORE, K. R. (org.). *The Routledge companion to the reception of Ancient Greek and Roman gender and sexuality*. New York: Routledge, 2023. p. 3-21.
- BROWN, Joanne. Historical Fiction or Fictional History? Problems for Writers of Historical Novels for Young Adults. *The ALAN Review*. vol. 26, nº 1., 1998.
- BROWN, Joanne; ST.CLAIR, Nancy. *The Distant Mirror: Reflections on Young Adult Historical Fiction*. Maryland; Toronto; Oxford: The Scarecrow Press, 2006.
- BROWN, Mark. Orange Prize for Fiction 2012 goes to Madeline Miller. *The Guardian*. 30/05/2012. Disponível em: <http://bit.ly/3GVB5fw>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- CALL Me By Your Name*. Direção: Luca Guadagnino. Produção de Peter Spears, Howard Rosenman e James Ivory. Estados Unidos: Sony Pictures Classics, 2017.
- CHARLIE. *Goodreads*. 05/12/2020. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/3531802561>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- CHARTIER, Roger. Texts, Printing, Reading. In: HUNT, Lynn (org.). *The New Cultural History*. California: University of California Press, 1989. p. 154-175.
- CLARKE, W. M. Achilles and Patroclus in Love. *Hermes*. 106, 1978. p. 381-396.
- CUSTOMER, Amazon. “We all...”. *Amazon*. 08/05/2023. Disponível em: <https://rb.gy/y42s2e>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- D. “That was...”. *Goodreads*. 19/04/2021. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/3775231078>. Acesso em: 21 jul. 2025.

DELBAR, David. Achilles and Patroclus Revisited (Again). In: MOORE, K. R. (org.). *The Routledge companion to the reception of Ancient Greek and Roman gender and sexuality*. New York: Routledge, 2023. p. 22-40.

DESI. “From past...”. *Amazon*. 26/05/2021. Disponível em: <http://bit.ly/4m4XKVF>. Acesso em: 21 jul. 2025.

DOAN, Laura; WATERS, Sarah. Making Up Lost Time: Contemporary Lesbian Writing and the Invention of History. In: ALDERSON, David; ANDERSON, Linda (orgs.). *Territories of Desire in Queer Culture: refiguring contemporary boundaries*. Manchester; New York: Manchester University Press, 2000. p. 12-28.

DUNN, Thomas R. *Queerly Remembered: Rhetorics for Representing the GLBTQ past*. Columbia: University of South Carolina Press, 2006.

ESCOFFIER, Jeffrey; KUNZEL, Regina; MCGARRY, Molly. The Queer Issue: New Visions of America’s Lesbian and Gay Past. *Radical History Review*. nº 62, 1995. p. 1-6.

FANTUZZI, Marco. *Achilles in Love: Intertextual Studies*. Reino Unido: Oxford University Press, 2012.

FONE, Bryne R. S. Hidden Heritage: History and the Gay Imagination. *Journal of Homosexuality*. nº 8. p. 13-34. 1980

FOUCAULT, Michel [1977]. A Vida dos Homens Infames. In: MOTTA, M. B. da (org.). *Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2006.

GARDEN, Nancy. LGBTQ Young Adult Literature: How it Began, How it Grew, and Where it is Now. *The ALAN Review*. Summer 2014. p. 79-83.

GREENBERG, David F. *The Construction of Homosexuality*. Chicago; London: University of Chicago Press, 1988.

GROOT, Jerome de. *The Historical Novel*. New York: Routledge, 2010.

HEACOX, Thomas L. “Idealized through Greece”: Hellenism and homoeroticism in works by Wilde, Symonds, Mann, and Forster. *Sexuality & Culture*. vol. 8, nº 2. Spring, 2004. p. 52-79.

HOLLAND, Michael. “The love...”. *Amazon*. 07/05/2013. Disponível em: <http://bit.ly/46mA8qV>. Acesso em: 21 jul. 2025.

HOOKE, James. Homer, Patroclus, Achilles. *Symbolae Osloenses: Norwegian Journal of Greek and Latin Studies*. nº 64, vol. 1. 1989. p. 30-35.

JASPER’s review. “Madeline Miller...”. *Goodreads*. 05/06/2021. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/4023739827>. Acesso em: 21 jul. 2025.

JENKINS, Thomas E. It’s Greek to them: Gay and lesbian receptions of the Ancient World. In: *Antiquity Now: The Classical World in Contemporary American Imagination*. Reino Unido: Cambridge University Press, 2015. p. 33-94.

JOKIVUORI, Alina. “*I cannot name the thing I hope for*”: *The Reimagining of Achilles and Patroclus in Madeline Miller’s The Song of Achilles*. Dissertation (Master of Arts). University of Helsinki, 2023.

KARIN. *Goodreads*. 29/11/2021. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/4212330034>. Acesso em: 21 jul. 2025.

KAROUL, Sofia. “But no one...”. *Goodreads*. 27/12/2022. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/4831835440>. Acesso em: 21 jul. 2025.

KING, Bruce M.; KOZAK, Lynn. #Patrochilles: Find the Phallus. In: MOORE, K. R. (org.). *The Routledge companion to the reception of Ancient Greek and Roman gender and sexuality*. New York: Routledge, 2023. p. 41-57.

KIRBY, Katharine. “All history...”. *Amazon*. 08/03/2023. Disponível em: <http://bit.ly/3Up9Zk0>. Acesso em: 21 jul. 2025.

KRASNANSKY, Alyssa. “a disappointment...”. *Goodreads*. 22/06/2015. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/1342807961>. Acesso em: 21 jul. 2025.

KUNZEL, Regina. The Power of Queer History. *American Historical Review*. dez. 2018. p. 1560-1582.

LARA. “what historians...”. *Goodreads*. 25/01/2022. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/4061741965>. Acesso em: 21 jul. 2025.

M., Mys. “I never...”. *Amazon*. 11/07/2021. Disponível em: <http://bit.ly/3Uqs1IS>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MAURER, DJ. “A love...”. *Amazon*. 20/01/2022. Disponível em: <http://bit.ly/3IFX8az>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MAURICE, Lisa. *Rewriting the Ancient World: Greeks, Romans, Jews and Christians in Modern Popular Fiction*. Boston: Brill, 2017.

MAYA. “Friends, huh...”. *Goodreads*. 07/10/2021. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/4032442810>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MCKENNA, Tony. The Song of Achilles: How the Future Transforms the Past. In: *Art, literature and culture from a Marxist perspective*. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2015. p. 91-97.

MIA. “historians will...”. *Goodreads*. 31/01/2023. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/5282427912>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MILLER, Madeline [2011a]. Gregory Maguire Interviews Madeline Miller!. *Harper Library*. 22 dez. 2011. Disponível em: <http://bit.ly/4lCWzwF>. Acesso em: 20/07/2025.

MILLER, Madeline [2011b]. *The Song of Achilles*. Reino Unido: Bloomsbury, 2011.

MILLER, Madeline. Madeline Miller on The Song of Achilles: ‘It helped people come out to their parents’. *The Guardian*. 27 de ago. de 2021. Disponível em: <http://bit.ly/4mqZNUn>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MILLER, Madeline. Q & A with Madeline Miller. *Madeline Miller*. 2023. Disponível em: <https://madelinemiller.com/q-a-the-song-of-achilles/>. Acesso em 21/07/2025.

MORALES, Manuel Sanz; MARISCAL, Gabriel Laguna. The Relationship between Achilles and Patroclus according to Chariton of Aphrodisias. *The Classical Quarterly*. nº 53, vol. 1.2003. p. 292–295.

MNV, Vikki. “I’ve always...”. *Goodreads*. 26/03/2022. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/4573700574>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MURRAY, Gilbert. *The Rise of the Greek Epic*. London: Oxford University Press, 1934.

MURPHY, Naoise. Queering history with Sarah Waters: Tipping the Velvet, lesbian erotic reading and the queer Historical Novel. *Journal of International Women’s Studies*. vol. 22, nº 2. mar. 2021. p. 7-18.

NOEL, Rina. “Madeline Miller...”. *Goodreads*. 07/10/2020. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/2912171687>. Acesso em: 21 jul. 2025.

NORTON, Rictor [1997]. *The myth of the modern homosexual: queer history and the search for cultural unity*. London; Bloomsbury, 2016.

PADVA, Gilad. *Queer Nostalgia in Cinema and Pop Culture*. Reino Unido; EUA: Palgrave Macmillan, 2014.

PETE. “a story...”. *Goodreads*. 20/05/2021. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/2242017396>. Acesso em: 21 jul. 2025.

RD. “historically affirms...”. *Amazon*. 26/02/2022. Disponível em: <http://bit.ly/4mqZAK3>. Acesso em 21/07/2025.

RENAULT, Mary. *Fire from Heaven*. Reino Unido: Pantheon Books, 1969.

RENAULT, Mary. *The Persian Boy*. Reino Unido: Pantheon Books, 1972.

RENAULT, Mary. *Funeral Games*. Reino Unido: Pantheon Books, 1981.

ROCHA, Ana R. L. B. *Rereading the Classics: LGBTQ+ characters in The Song of Achilles by Madeline Miller and the Impact of Social Media on Its Reception*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Inglesas). Universidade do Minho: Portugal, 2023.

ROZANNE. *Goodreads*. 30/03/2017. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/1956825295>. Acesso em: 21 jul. 2025.

RYAN. *Goodreads*. 28/06/2022. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/4801313602>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SANTOS; ALMEIDA. Por um épico homossexual: estratégias de releitura homoafetiva em A Canção de Aquiles, de Madeline Miller. *Revistas Épicas*. Ano 6, nº 11. jun. 2022. p. 52-62.

SCHUYF, Judith. Hidden from History? Homosexuality and the historical sciences. In: SANDFORT, T. *et al.* (orgs.). *Lesbian and Gay Studies: An introductory, interdisciplinary approach*. London; California; New Delhi: SAGE Publications, 2000. p. 61-80.

SCOTT, Shannon. *Goodreads*. 18/03/2021. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/345847703>. Acesso em 21/07/2025.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Tendencies*. London: Routledge, 1994.

SINHA, Anne. The Loves of Achilles: From Epic to Popular Fiction. In: MAURICE, L. (org.). *Rewriting the Ancient World: Greeks, Romans, Jews and Christians in Modern Popular Fiction*. Boston: Brill, 2017. p. 153-173.

SOUSA, Isabela Henriques de. *A fanfiction como gênero literário e sua influência para o futuro do mercado editorial*. Monografia (Graduação em Produção Cultural). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

STOCK, Emma's In. "Historians...". *Goodreads*. 15/11/2020. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/3027809349>. Acesso em: 21 jul. 2025.

SUMMERS, Claude J. Homosexuality and Renaissance Literature, or the Anxieties of Anachronism. *South Central Review*. vol. 9, nº 1. Spring, 1992. p. 2-23.

SVELSTAD, Per E. Adaptations of masculinity: mapping the affective power of Achilles and Patroclus. *Adaptation*. vol. 17, nº 2. jun. 2024. p. 301-319.

TAPLIN, Han. "Madeline Miller...". *Goodreads*. 19/09/2022. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/4796604243>. Acesso em: 21 jul. 2025.

TROY. Direção: Wolfgang Petersen. Produção de Wolfgang Petersen, Diana Rathbun e Colin Wilson. Estados Unidos: Warner Bros. Pictures, 2004.

W., Kelly. *Goodreads*. 04/12/2016. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/1828917182>. Acesso em: 21 jul. 2025.

WALLACE, Laura. "My History, Finally Invented": Nightwood and Its Publics. *QED: A Journal in GLBTQ Worldmaking*. vol. 3, nº 3. 2016. p. 71-94.

WATERS, Sarah. *Wolfskins and togas: lesbian and gay historical fictions, 1870 to the present*. Ph.D. thesis. Queen Mary and Westfield College, University of London, 1995.

WEINHARDT, Marilene. Romance histórico: das origens escocesas ao Brasil finissecular. In: WEINHARDT, Marilene (org.). *Ficção Histórica: teoria e crítica*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011. p. 13-56.

WILLIAMS, Emily. "I always...". *Amazon*. 07/05/2015. Disponível em: <http://bit.ly/46mZWTR>. Acesso em: 21 jul. 2025.

WRITTEN.... “If this...”. *Amazon*. 22/04/2023. Disponível em: <http://bit.ly/3TQNN20>. Acesso em: 21 jul. 2025.

Y., Serena. “It’s so...”. *Goodreads*. 25/01/2022. Disponível em: <https://www.goodreads.com/review/show/4371813043>. Acesso em: 21 jul. 2025.

Artigo recebido em 03/08/2025

Artigo aprovado para publicação em 27/11/2015

Editor(a) responsável: Laura Ozelin

¹ Readers’ reviews were collected from the websites Amazon and Goodreads in December 2023, and are reproduced in the text verbatim.

GRACILIANO RAMOS NA UNIÃO SOVIÉTICA: *Viagem* (1954) e o PCB

GRACILIANO RAMOS IN THE SOVIET UNION: *Viagem* (1954) and the PCB

Vinícius Azevedo¹

Resumo: Em abril de 1952, Graciliano Ramos (1892-1953), membro do Partido Comunista do Brasil (PCB), viajou à União Soviética para as comemorações do 1º de Maio. Visitou escolas, fábricas, pontos turísticos e culturais. Dessa experiência, nasceu *Viagem* (1954), obra póstuma e incompleta com impressões do autor sobre o Leste Europeu socialista. Este trabalho divide-se em duas partes: na primeira, analisamos quatro dessas reflexões, três em Moscou, e uma em Tbilisi, capital da Geórgia. Na segunda, apresentamos a recepção da obra pelo PCB, em três momentos: a tentativa de impugnação do livro, as críticas iniciais e, após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956), a autocritica dos comunistas brasileiros sobre o tratamento dado aos escritores do Partido.

Palavras-chave: Graciliano Ramos, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), *Viagem* (1954), Literatura brasileira, Partido Comunista do Brasil (PCB).

Abstract: In April 1952, Graciliano Ramos (1892-1953), a member of the Communist Party of Brazil (PCB), traveled to the Soviet Union to attend May Day celebrations. He visited schools, factories, and cultural and tourist sites. This experience culminated in *Viagem* (1954), a posthumous, unfinished work compiling the author's observations on socialist Eastern Europe. This study is divided into two parts: the first examines four of Ramos' reflections, three set in Moscow, and one in Tbilisi, the capital of Georgia. The following explores the PCB's reception of the work in three key-phases: the attempt to discredit the book, the initial critiques, and, following the 20th Congress of the Communist Party of the Soviet Union (1956), the Brazilian communists' self-criticism regarding their treatment of Party-affiliated writers.

Keywords: Graciliano Ramos, Union of Soviet Socialist Republics (USSR), *Viagem* (1954), Brazilian literature, Communist Party of Brazil (PCB).

Introdução

Em outubro de 1917, no calor da Primeira Guerra Mundial, um evento singular desponta: a possibilidade concreta de se construir um governo dos trabalhadores no seio do mais atrasado império europeu. Esse fato novo marcou aquele século e a história para sempre, inaugurando não apenas uma nova forma de Estado, mas também uma potente tradição intelectual¹ comprometida com a emancipação humana, que influenciou gerações de pensadores, movimentos sociais e sindicais a travarem suas lutas. É bem verdade que não foi a primeira tentativa bem-sucedida; os *communards*, afinal, tomaram Paris por 72 dias em 1871: o suficiente para marcar o pioneirismo e demarcar o horizonte revolucionário, mas não o bastante para expor as potencialidades de um modo de vida

¹ Mestre e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da UNESP, campus Araraquara, com bolsa CAPES-DS. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela mesma instituição. E-mail: vinicius.azevedo@unesp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8408417269654549>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6540-1946>.

para além do capitalismo. Essa nobre e difícil tarefa, como tantas outras, foi herdada pelos revolucionários russos, que a partir dos escombros de séculos de dominação e exploração tsarista — um vasto território marcado pela fome endêmica, pelo analfabetismo massivo e por relações semifeudais — representadas pelas mais pretéritas formas de servidão material e espiritual, teriam que construir o socialismo e, com isso, carimbar o passaporte da história. Como uma fantasmagoria secular, os espíritos revolucionários de outras épocas, após assombrarem por milênios as mentes de seus dominadores, finalmente se viram realizados naqueles que tomaram o Palácio de Inverno na noite de 25 de outubro de 1917.

Como não podia ser diferente, tão logo a revolução triunfou, a reação se formou. Um cerco capitalista implacável, que ia da invasão militar por exércitos estrangeiros a uma guerra cultural e de contrapropaganda permanentes, moldou desde o início o desenvolvimento da URSS e a forma como ela se apresentava ao mundo. É, em parte, sobre esse contexto que escreve Graciliano Ramos, um dos nossos mais ilustres escritores, nas crônicas reunidas na obra *Viagem*. Seu relato em questão constitui-se como um documento de um momento específico: o apogeu do culto à Stalin, mas também o início da sua crise. Trata-se de um período em que a revolução buscava consolidar as suas conquistas materiais e seu modo de vida, mas simultaneamente lidava com contradições internas. Sete décadas atrás, o “velho Graça” registrou suas impressões sobre sua ida a Tchecoslováquia e União Soviética, em ocasião do 1º de Maio de 1952, trinta e cinco anos da revolução de 1917. É também na obra que se encontram as últimas linhas escritas pelo autor alagoano, publicado postumamente em 1954, um ano após sua morte. Os 34 capítulos foram escritos por Graciliano entre 31 de maio e 5 de outubro de 1952. Nove deles foram redigidos ainda no navio durante o regresso ao Brasil; outros, durante a estadia médica em Buenos Aires e a internação no Rio de Janeiro (Moraes, 1993, p. 292); a esse material somam-se notas pormenorizadas feitas pelo autor durante as visitas que realizou. Como um pesquisador que registra suas observações no caderno de campo, Ramos anota diálogos, nomes, dados e estatísticas por ele coletados durante a estadia no bloco socialista.

Nascido em 27 de outubro de 1892 em Quebrangulo, interior de Alagoas, o autor de *Caetés* (1932), *São Bernardo* (1934), *Angústia* (1936) e *Vidas Secas* (1938) foi também preso político do Estado Novo acusado de participar na chamada “Intentona Comunista” de 1935 — evento que lhe subtraiu onze meses de liberdade, cujo relato encontra-se na obra póstuma *Memórias do Cárcere* (1953). Amigo de Luís Carlos Prestes, “Graça” ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB) ao final da Segunda Guerra

Mundial, a convite do próprio Prestes que, como secretário-geral, buscava reorganizar o Partido. O episódio é narrado por Dênis de Moraes, um de seus biógrafos:

Em uma viagem de avião a Belo Horizonte, os dois se encontraram casualmente. [...] Como era inevitável, a política entrou em pauta, e, assim que pôde, Prestes perguntou à queima-roupa:

– Graciliano, por que você ainda não é membro do partido?

– O que é que eu posso fazer no partido, Prestes? Eu não sei fazer outra coisa senão escrever. Não sei guerrear, porque minha arma é a pena.

Prestes respondeu:

– Você acha pouco? Pessoas como você, Portinari e Oscar Niemeyer são indispensáveis ao partido.

Ao retornar, Graciliano disse a Heloísa [sua segunda esposa]:

– Ló, eu fiquei tão espantado, porque nunca pensei que pudesse ter valia como militante.

Prestes abonou a ficha de filiação assinada por Graciliano na manhã de 18 de agosto de 1945. [...] No dia seguinte, o jornal [*Tribuna Popular*] estamparia em manchete: “Adere ao Partido Comunista o escritor Graciliano Ramos” [...] a matéria o saudava como “o maior romancista brasileiro, um dos maiores escritores contemporâneos” (Moraes, 1993, p. 210).

Figura 1 – Parte da capa do jornal *Tribuna Popular* que noticiava a adesão de Graciliano Ramos ao PCB, 18 de agosto de 1945



Fonte: *Tribuna Popular*, 1945a.

Figura 2 – Graciliano Ramos na redação do *Tribuna Popular* em 1945. Da esquerda para a direita: Paulo Mota Lima, Astrojildo Pereira, Graciliano Ramos, Aydano de Couto Ferraz, Rui Facó, Dalcídio Jurandir e Álvaro Moreyra



Fonte: Chauvin e Neves, 2018.

O referido jornal, *Tribuna Popular*, órgão do PCB, afirmava em suas páginas que a adesão de Graciliano Ramos ao Partido representava uma compatibilidade entre o ofício do romancista e a militância política, conforme se lê:

É mais uma prova concreta de que não há nenhuma divergência entre o conceito individual de liberdade e de trabalho de um romancista com os princípios do Partido Comunista. Ao contrário, tal fato demonstra que os escritores se encontram à vontade dentro do Partido, desenvolvem mais profundamente sua capacidade de raciocínio com a ajuda do marxismo e criam condições mais amplas para a mais rica maturidade intelectual. Ao mesmo tempo oferece ao escritor possibilidades de uma alegria criadora, de um entusiasmo e de uma fé na grandeza do homem e da vida como até então nunca experimentara (1945b, p. 1).

É oportuno lembrar que, naquela época, outros destacados escritores e intelectuais brasileiros encontravam-se na militância comunista, como Jorge Amado, que também participou da excursão com Graciliano em 1952. Este fenômeno não era isolado; refletia um amplo movimento de engajamento da intelectualidade mundial com o socialismo no pós-guerra, decorrente do prestígio internacional que a URSS adquiriu com a vitória sobre o nazismo. Ainda que a obra ficcional de Graciliano Ramos (notadamente os romances já citados) seja bem conhecida, chama atenção a omissão sistemática de sua militância política, assim como o relativo esquecimento a que é relegado *Viagem* pelo mercado editorial brasileiro. Essa dissociação entre o literato e o militante comunista não deve ser encarada de forma inocente: serve para domesticar a capacidade crítica de sua obra e separá-la do propósito político de Graciliano. O nosso objetivo é, portanto, duplo: em primeiro lugar, incentivar a leitura desse relato de primeira qualidade feito por um brasileiro na União Soviética; em segundo, prestar uma singela homenagem aos 133 anos de nascimento desse grande comunista brasileiro — gesto que também se concretiza com o cumprimento do primeiro objetivo. Acrescente-se um terceiro, implícito: contribuir para reinscrever Graciliano Ramos na tradição do pensamento comunista brasileiro².

A título de contextualização, cabe ressaltar que a jornada de Graciliano Ramos no bloco socialista passou pela Tchecoslováquia e por diversas cidades russas e georgianas na União Soviética. Em cada uma dessas localidades, o autor visitou um sem-número de fábricas, escolas, museus, bibliotecas, igrejas e instituições sociais das mais variadas, além de participar de encontros e reuniões. No entanto, para os propósitos deste texto e a fim de instigar a leitura integral da obra, o presente trabalho divide-se em dois momentos: no primeiro, selecionaram-se quatro reflexões de Graciliano para análise, sendo três em Moscou e uma em Tbilisi, capital da Geórgia. A trajetória a ser exposta passará por uma apresentação no Teatro Bolshoi; no desfile de 1º de Maio; a visita ao Mausoléu de Lenin

e um passeio pela capital georgiana. Em seguida, analisa-se a recepção do PCB à obra em três momentos, a saber: a tentativa de impugnação do livro, a crítica inicial e, por fim, a autocritica dos comunistas brasileiros sobre o tratamento dado aos escritores do Partido após as resoluções do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1956.

O relato de Graciliano Ramos

De início, o romancista alerta com ironia e espanto a razão de seu relato: “em abril de 1952 embrenhei-me numa aventura singular: fui a Moscou e a outros lugares medonhos situados além da cortina de ferro exposta com vigor pela civilização cristã e ocidental” (Ramos, 1970, p. 15). A viagem justifica-se pela ocasião das comemorações do 1º de Maio daquele ano, e Ramos se fez presente na delegação brasileira de “trinta e poucos” (1970, p. 18), que incluía o pianista Arnaldo Estrela e o advogado Sinval Pereira, acompanhados de delegações de outros 60 países.

O caráter da obra é suscitado pelo autor, “sinto-me no dever de narrar a possíveis leitores o que via além dessas portas, sem pretender de nenhum modo cantar loas ao Governo Soviético”, e continua, “pretendo ser objetivo, não derramar-me em elogios” (Ramos, 1970, p. 18). Naquela época, como agora, o socialismo era alvo de intensa contrapropaganda pelos meios de comunicação e informação ocidentais, alimentando um senso comum reacionário. É nesse contexto que reside a singularidade do relato de Graciliano Ramos como o de um observador que, estando na União Soviética, pôde constatar que a realidade vivida pelos soviéticos era diametralmente oposta à difundida pela propaganda hegemônica. É esse o objetivo do autor, que experienciou a viagem, conversou com nativos em diversas situações, pode andar pelas ruas, conheceu um pouco da cultura, de como viviam e se comportavam os cidadãos de uma república socialista soviética.

O percurso pela capital da Rússia soviética inicia-se com a visita ao Teatro Bolshoi, que, à época da visita de Ramos, já contava com mais de 150 anos de existência. A razão não poderia ser mais oportuna: seria apresentado o balé *Romeu e Julieta*, composto por Sergei Prokofiev³ com inspiração na tragédia homônima de William Shakespeare. Como se não bastasse, a grande estrela da noite seria a bailarina Galina Ulanova, uma das maiores dançarinas do século XX, cuja admiração contagiosa da plateia a consagrava como “a maior dançarina do mundo” (Ramos, 1970, p. 53). Sobre o balé,

que julgou “sábio, alto em demasia para as minhas limitações”, o autor, maravilhado, confessa não lhe ser “possível dizer por que aquilo era grande” (Ramos, 1970, p. 53).

“Graça” registra dois outros aspectos em especial: o próprio Teatro e sua inusitada plateia. Sobre o primeiro, o que chama sua atenção é a “tradição admiravelmente conservada”, “como no tempo do czarismo”, com “escadas brilhantes” e que parecia “ter sido feito na véspera” (Ramos, 1970, p. 51). Inaugurado em janeiro de 1825, no mesmo ano da revolta dezembrista, o Teatro Bolshoi, diferente de outras épocas, não recebia mais nobres e aristocratas em suas tribunas, tampouco o tsar. Aquilo que Victor Serge descrevera em *O ano I da Revolução Russa* (2017) foi presenciado por Graciliano: o Teatro havia sido tomado pelos trabalhadores, em todos os sentidos, e assim o descreve:

No burburinho e no movimento, duas surpresas me chegavam: pessoas rudes, vazias na aparência, tinham recurso para ir ali mastigar frutos, pisar com botas grosseiras os tapetes destinados ao burguês e ao nobre; como ninguém as obrigava a passar algumas horas entregues à dança e ao canto, era necessário admitir que sentiam prazer nisto (Ramos, 1970, p. 52-53).

Faz-se necessário admitir, assim como o fez Ramos, que a revolução socialista soube incorporar, entre outras coisas, a arte e a cultura ao dia a dia dos trabalhadores como nenhuma outra forma social conseguiu fazer. E não poderia ser diferente, aqueles que produzem a riqueza material da sociedade devem ter o direito e livre acesso à riqueza cultural legada à humanidade. A apresentação, cuja “reconstituição rigorosa” conseguiu transformar “um caso de amor, uma luta de famílias, em vasto movimento de massas” (Ramos, 1970, p. 53), trouxe a Graciliano uma ideia incisiva: “Shakespeare ressurgia, levava ao delírio aos trabalhadores de um país bárbaro no tempo dele” (Ramos, 1970, p. 54).

Há mais de 70 anos, o “velho Graça” participava das comemorações do feriado nacional de suma importância na União Soviética, o Dia do Trabalhador. A história da data remonta a 1886, quando operários de Chicago foram às ruas reivindicar a redução da jornada de trabalho de 16 para 8 horas diárias. Após duras represálias, mortes e condenações à prisão perpétua, os trabalhadores só conseguiram a diminuição da jornada de trabalho quatro anos depois. A Segunda Internacional, em 1899, adota o dia como memória dos trabalhadores de Chicago e como símbolo da luta por condições de trabalho dignas. Em 1920 o governo soviético tornou-se o primeiro do mundo a instituir a data como feriado nacional.

A luta pela redução da jornada de trabalho também esteve presente como uma das bandeiras da revolução russa de 1905. No episódio conhecido como Domingo Sangrento,

o incipiente proletariado russo marchou rumo ao Palácio de Inverno (residência do tsar Nicolau II), e lá foi recebido a tiros e emboscadas pela guarda imperial (Serge, 2017, p. 57). No Estado dirigido pelos trabalhadores, no entanto, a jornada de 8 horas se tornou-se realidade, e, como observa Graciliano Ramos, a fábrica transformou-se em uma instituição social. Elas contavam com hospital policlínico, escola (da creche até o ensino superior), numerosas bibliotecas e salas de estudo, casa de repouso e casa de cultura, além de abrigar círculos de teatro, dança, música, cultura física e esportes.

O custo e qualidade de vida eram compatíveis com os salários; o aluguel e as despesas representavam 3 a 5% do salário do operário, que, além de ter o cotidiano repleto de atividades culturais, lia em média 40 livros por ano (havia quem lesse 120, 150 e 200 volumes), conforme aponta nosso autor (Ramos, 1970, p. 191) em visita ao Palácio de Cultura dos Operários, localizado na região industrial de Leningrado. Esse dado torna-se ainda mais significativo quando contrastado com dados anteriores à revolução: em 1897, 86% da população era analfabeta (Grenoble, 2003, p. 46), e, devido ao déficit de formação de professores, estimava-se que seriam necessários 120 anos para que toda a população europeia da Rússia fosse alfabetizada, 430 anos para as populações da Sibéria e do Cáucaso, e a assustadora previsão de 4600 anos para a alfabetização da Ásia Central, de acordo com dados do Boletim da Educação, publicado pelo Ministério da Educação da Rússia Tsarista (Bittar; Ferreira Jr., 2020, p. 31).

O entusiasmo daquele povo para as comemorações de 1º de Maio na Praça Vermelha, do feriado que lhes dizia respeito, deixou Graciliano Ramos atônito, que registrou: “o que nos enchia de pasmo era a alma de todo um povo, manifesta nas organizações de operários, de estudantes, de sociedades incontáveis. Gente das oficinas, dos esportes, dos jornais, dos teatros, a marchar sempre, sempre”, acompanhados de “cartazes e mais cartazes; enormes letreiros expostos em quadros levados por muitos indivíduos. Retratos e mais retratos: os dirigentes da revolução, antigos e modernos, de Marx e Engels a Mao Tse Tung e Togliatti” (Ramos, 1970, p. 58).

É digno de nota o registro que Graciliano faz da pluralidade da multidão. A União Soviética era formada por 15 repúblicas que somavam mais de uma centena de etnias, culturas e idiomas. Uma vasta população, distribuída em um território continental, que carregava séculos de história e tradições. Da lavra do romancista, lê-se:

O rio humano rolava sem parar, era realmente uma inundação. Mulheres carregando flores e crianças, ramalhetes braçadas de flores, robustas crianças vermelhas que pareciam ter os rostos sujos de tinta. A juventude rija das escolas, conduzindo estandartes. Homens de raças diversas. A velhice resistente ao czarismo, a duas guerras, a várias

pragas. Alguns milhões de moscovitas incorporavam-se à procissão infundável (Ramos, 1970, p. 59).

Ao mesmo tempo, vendo o desfile, “Graça” lembra dos sofrimentos de sua gente, tristes personagens de seus romances, que contrastam em condições e sentimentos com as figuras que vislumbrava: “na sociedade nova ali patente, alegre, de confiança ilimitada em si mesma, lembrava-me da minha gente fusca, triste, e achava-me um anacronismo” (Ramos, 1970, p. 59). Cabe pontuar que o autor avistou Stalin com o auxílio de um binóculo, episódio que rendeu um capítulo à parte em suas crônicas⁴.

Ainda na capital da Rússia soviética, Graciliano Ramos visitou o local onde o corpo de Lenin repousava há 28 anos. Fruto da arquitetura e ciência soviéticas, o Mausoléu de Lenin preserva até hoje o corpo embalsamado do principal dirigente da revolução de 1917. Nascido Vladimir Ilitch Ulianov, Lenin foi um intelectual incendiário. Culto e disciplinado, articulava, em suas críticas, diretrizes capazes de servir de faísca para as classes subalternizadas, possibilitando a construção do socialismo pela via revolucionária. Ao apropriar-se do marxismo, soube tratar dos grandes temas de seu tempo e rebater seus detratores, dentro e fora da Rússia, notadamente aqueles que buscavam esvaziar o horizonte intrinsecamente revolucionário dessa filosofia e de sua dialética.

Antes de adentrar o recinto, Ramos faz uma observação interessante sobre a dinâmica e o significado daquele lugar para os cidadãos soviéticos. Em sua crônica, narra que “três vezes por semana uma comprida fila se torce na rua, desemboca na Praça Vermelha, avizinha-se do Kremlin, paciente e vagarosa, entra no túmulo de Lenin. Essa a que nos incorporamos devia ter uns dois quilômetros. Pouco mais ou menos. Por aí”, e prossegue: “é uma procissão que os moscovitas se habituaram, como se cumprissem um dever” (Ramos, 1970, p. 76).

A comoção expressa pela “procissão”, também afeta o alagoano ao deparar-se com a urna funerária de Lenin sob o mármore negro. Diante da “imortalidade exposta”, identifica o revolucionário russo como um “demiurgo” (Ramos, 1970, p. 77-78), um trabalhador em repouso com simples vestes, e igualmente admirado por seus semelhantes, tão real quanto eles. A dimensão da imortalidade e da figura de demiurgo é explorada por Graciliano Ramos. Em primeiro lugar, embora não estivesse mais entre os vivos e não pudesse partilhar da atmosfera concreta e contraditória da construção do socialismo, “o gênio conserva-se nos museus, nas bibliotecas, na história” (Ramos, 1970, p. 78). Dessa forma, “a figura embalsamada ainda vive” (Ramos, 1970, p. 78) — uma possível referência ao poeta Vladimir Maiakovski (2020, p. 17) que, em um poema de 1924, ano

da morte de Lenin, assegura que, a despeito de sua morte, “Lenin/ainda/está mais vivo do que os vivos”.

Em segundo, ao atribuir-lhe a figura de demiurgo, Graciliano remete ao momento decisivo do ano de 1917: a chegada de Lenin à Estação Finlândia em abril. Após uma década no exílio, Lenin regressou a Petrogrado e, ao chegar, proferiu suas famosas teses de abril, nas quais se lia, entre outras coisas, que “enquanto estivermos em minoria, desenvolveremos um trabalho de crítica e esclarecimento dos erros, defendendo, ao mesmo tempo, a necessidade de *que todo o poder de Estado passe para os soviets de deputados operários*”, com o intuito de que “sobre a base da experiência, as massas se libertem dos seus erros” (Lênin, 2017, p. 72, grifo inserido). E Graciliano Ramos, encarando o corpo morto de Lenin, em um misto de emoções, declara, em tom de espanto e esperança, que “os lábios vão descerrar-se, ler pela segunda vez as teses lidas em 1917, em cima de um carro blindado; as mãos poderosas vão mover-se, fabricar um mundo” (1970, p. 77).

Uma possível aproximação entre nosso autor e Lenin mostra-se oportuna ao considerarmos a paixão pela literatura que ambos partilhavam. Se, por um lado, Graciliano fez da literatura seu ofício, enriquecendo as letras nacionais, o revolucionário russo incorporava a literatura de seu país em seus escritos políticos e filosóficos, conferindo-lhes materialidade: não é raro encontrar nos seus registros referências a Tchernychevski, Gogol, Puchkin e outros literatos.

Na capital da Geórgia, país banhado pelo Mar Negro, “Graça” tece considerações sobre o assim chamado “vírus do socialismo” e a função da Igreja na nova sociedade. Sobre o primeiro, uma breve nota: veiculado nas mídias da imprensa ocidental e cristã, tal “vírus” representava o tratamento histérico dado pelas classes dominantes ocidentais às novas sociedades do Leste Europeu, livres de seu domínio moral, cultural e financeiro. Ainda hoje, e com certa frequência, essa mesma expressão é utilizada por aqueles que de forma desonesta propagam seu parco conhecimento sobre o tema nas mais variadas mídias digitais e tabloides mundo afora. O “velho Graça”, atento à veiculação de notícias falaciosas sobre as experiências socialistas, decide por rebater tais investidas de forma satírica: “ao rodar no asfalto, embalava-me com uma expressão bastante usada pelas gazetas ocidentais, ponderosas: o vírus do socialismo. Os estrangeiros que aqui chegam voltam infeccionados [...] Se respirarmos isso, acabaremos doentes, julgaremos razoável uma sociedade sem mendigos e prostitutas” (Ramos, 1970, p. 113).

A capital Tbilisi contava com 700 mil habitantes à época da visita de Graciliano Ramos, que conheceu uma de suas centenas de escolas, suas dependências e modo de

funcionamento. A escola visitada pelo autor tinha 36 salas e atendia 1200 meninas distribuídas em onze séries, tinha 55 professores, dois médicos e um dentista; um auditório de 500 lugares, laboratórios e uma volumosa biblioteca integravam suas dependências. Havia aulas de russo e em outros três idiomas, além da língua materna (georgiano). Para atender todas as alunas, a escola funcionava em dois turnos, e o cálculo para alocação foi feito pelas próprias estudantes do primeiro ano. Dessa situação, Graciliano faz troça: “e aí está porque o vírus do socialismo faz estragos medonhos nessas almas em formação. As do Brasil até agora estão imunes, livres da aritmética” (Ramos, 1970, p. 113).

“Graça” visitou o Combinado Têxtil de Tbilisi e seu complexo, que envolvia muito mais do que a fábrica. No jardim de infância, crianças da mais tenra idade tinham aulas de dança — e dali “apareceriam outras Ulanovas” (Ramos, 1970, p. 119). Na sala de teatro, 600 cadeiras; ao chegar à biblioteca e tomar nota que, até abril de 1952, doze operários daquela fábrica haviam lido *Dom Quixote*, Ramos (1970, p. 120) arremata com ironia: “pessoal de mau gosto: não se preocupa com os romances policiais, tão difundidos neste hemisfério”.

A moderna capital georgiana abriga ao norte a milenar Mtskheta, antiga capital do país. Entre as ruínas arqueológicas e muralhas, o romancista visita uma série de templos religiosos, razão de suas reflexões acerca da religião frente à nova sociedade em construção. O arcebispo, figura descrita por Graciliano Ramos como um “padre de vastas barbas brancas, roupa cheia de nódoas e remendos” (1970, p. 156-157) era o responsável pelas chaves do templo. As antigas fontes de renda dos ministros eclesiásticos — como o batismo, casório e certidão de óbito — já não lhes rendiam fortuna, díizimos e prebendas igualmente não lhes traziam riqueza.

E então, qual era a fonte de sustento? Ramos (1970, p. 159) admite que ficou confuso com as informações recebidas, o que o levou a formular hipóteses: “talvez fossem funcionários públicos [...] conservadores de obras de arte e monumentos que o Estado preserva. E os templos eram na verdade museus”. Na imagem posta por nosso autor, o arcebispo, uma “ruína viva”, era o guardião de uma “ruína morta” (Ramos, 1970, p. 157) — e esta última pode significar, em uma leitura ambígua, tanto o templo quanto a própria preservação da religiosidade na vida dos cidadãos da Geórgia soviética.

Os relatos de Graciliano Ramos expõem o socialismo não pelas lentes difamatórias do “ocidente capitalista e cristão”, mas pelas lentes de quem viu e pode refletir sobre a distinção material existente entre esses dois polos do mundo. É justamente por esse motivo que a obra supera o simples relato de um turista intelectual: *Viagem*

configura-se como um ato de contraposição narrativa, um exercício de constatação da realidade por meio do testemunho ocular — exatamente o que era faltava ao debate brasileiro da época⁵, dominado por preconceitos e deturpações fabricadas pelas prensas hegemônicas ocidentais. O livro não se apresenta como uma apologia dogmática, como o próprio autor adverte em suas primeiras páginas, mas como um testemunho preocupado em apresentar dados e devolver rostos, vozes e cotidianos aos sujeitos que a propaganda ocidental reduzia a uma massa amorfa e ameaçadora. A força de seu relato advém da autoridade do escritor consagrado, reconhecido pelo seu rigor ético e pela sua escrita enxuta e implacável, avessa a facilidades panfletárias. Sua maravilha diante do Bolshoi, a perplexidade estatística com o número de livros lidos pelos operários e o espanto diante da multidão na Praça Vermelha são filtrados pela percepção de um homem cético por natureza, para quem a palavra foi feita para dizer, e não enfeitar ou brilhar como ouro falso, como afirmou certa vez nosso autor a Joel Silveira (1998, p. 284).

A recepção pecebista à obra

Viagem chega às livrarias ao final de 1954⁶, em um contexto político nacional e internacional complexo. O percurso até a publicação, no entanto, encontrou percalços envolvendo o PCB e o livro, refletindo as tensões internas do Partido em relação à linha stalinista e à imagem da União Soviética. Passada a apresentação de seleções do conteúdo das crônicas, o objetivo desta seção recai em apresentar parte da recepção do Partido à obra — que transitou entre o veto explícito e a recepção tímida —, mas também em localizar essas considerações no contexto histórico específico do começo dos anos 1950.

De volta ao Brasil, “Graça” começa a sentir os primeiros sintomas da doença que viria a ceifar sua vida. Tosses com sangramento e dores no peito alarmaram seus familiares e amigos. Diagnosticado com câncer de pleura, o autor contou com uma intensa mobilização de amigos e do Partido, que se empenharam na arrecadação de fundos para sua cirurgia na Argentina e o tratamento médico. Após a intervenção cirúrgica, regressou ao Rio de Janeiro, onde passou os últimos meses de vida. Foi nesse íterim que membros do PCB tomaram conhecimento das impressões registradas pelo autor durante sua estadia na União Soviética. O relato, que mais tarde se tornaria o livro *Viagem*, despertou desconfiança no Comitê Central, que decidiu pelo veto a publicação tanto dessa obra quanto de *Memórias do Cárcere*. No caso de *Viagem*, a justificativa foi a de que o texto “fazia referências pouco lisonjeiras à União Soviética” (Moraes, 1993, p. 311). O biógrafo (Moraes, 1993, p. 311) afirma que Astrojildo Pereira, fundador do PCB, foi encarregado

de comunicar a decisão à família, mas ressalta que há controvérsias sobre o efetivo envolvimento de Astrojildo nesse episódio.

Diógenes Arruda Câmara, acompanhado por Osvaldo Peralva, ambos membros do Partido, foram ao apartamento do autor decididos a lerem os originais. Moraes (1993, p. 312) relata que, antes da visita, Arruda dissera a Peralva que “este livro sobre a Velha [referência à União Soviética] não vai sair assim de qualquer maneira, não. Temos que ir lá para ver o que Graciliano está escrevendo”. No entanto, depararam-se com a astúcia de Ramos, que se fez de desentendido e preveniu: “ah, isso ainda está em manuscrito. Tenho que mexer muito nos originais” (Moraes, 1993, p. 313). Anos depois, em 1982, Prestes comentou sobre o episódio: “Graciliano escreveu um livro com críticas à União Soviética, críticas construtivas. Nada de anti-sovietismo. Arruda não aceitou também. Para ele, a palavra dos soviéticos era sagrada. Era cem por cento soviético”⁷ (Moraes, 1993, p. 312). A família, todavia, rejeitou a decisão do Partido e autorizou a publicação das duas obras.

Moraes ainda demonstra que a recepção inicial foi tímida, tanto por parte dos comunistas quanto por parte da imprensa. Na grande mídia, como era de se esperar, as críticas concentraram-se em desmerecer a qualidade literária da obra, como exemplifica a opinião de Pinheiro de Lemos no jornal *O Globo*. No diário *Notícias de Hoje*, impresso em São Paulo, em texto assinado por A. P. B. afirmava: “introspectivo por excelência, Graciliano surge, como sempre, preocupado com detalhes, às vezes desprezando o fundamental. Não terá o leitor oportunidade de encontrar, ali, dados estatísticos que o auxiliem a avaliar o progresso do povo soviético, em termos de números e cifras”, e acrescenta que “sem quaisquer concessões à exaltação fácil e ao basbaquismo, entusiasmo pela pátria dos trabalhadores e pelo que tem feito o poder soviético no sentido de elevar o nível de vida do povo” (Moraes, 1993, p. 313).

Já na imprensa católica⁸, o padre Artur Costa (1955, p. 3) sustentava que o livro de Graciliano “põe a nu vários aspectos da vida soviética que, conhecidos no exterior, não poderão servir à propaganda do regime”, e denuncia o banimento das regras de educação, e cita como exemplo as multidões que “invadiam” o Bolshoi. Por outro lado, o que chamou a atenção do colunista Alvaro (1954, p. 2), do jornal *A Tribuna*, foi episódio em que Graciliano Ramos acende um cigarro nas dependências subterrâneas de Moscou e é rapidamente advertido por um guarda. Graciliano Ramos narra que, diante da repreensão, primeiro arremessa o cigarro ao chão e, ao ser novamente advertido, recolhe-o envergonhado. Jorge Kalugin, responsável por ciceronear o romancista, justificou a ação do guarda e o advertiu: “salas suntuosas não eram feitas para que nós as sujássemos com cinza” (Ramos, 1970, p. 42). Aproveitando-se do incidente, Alvaro (1954, p. 2)

reflete de modo ácido: “somos cidadãos duma terra livre. Isto aqui, senhores, não se nivela com a ditadura dos Soviets, onde não se tem o direito de atentar contra o asseio dos pisos de mármore, nos vestibulos dos trens subterrâneos!”. Raul Lima (1954, p. 3) também recorre a esse incidente para destacar o diferencial do relato do “velho Graça”, que não hesita em narrar suas próprias gafes, desapontamentos e dificuldades.

Na nota de leitura de Valdemar Cavalcanti (1954, p. 1), o foco recai sobre a reação de Graciliano ao contactar com “a terra e a gente estrangeiras”. O crítico recomenda a leitura “menos pelo que nele contém sobre a Tchecoslováquia e a URSS e mais pelo que nos revela sobre esse complexo ser humano que foi Graciliano Ramos”. Em sintonia com essa perspectiva, o breve comentário de Adriano Pinto (1954, p. 46) no *Diário de Notícias*⁹ ressalta que a obra evidencia as qualidades literárias do autor e o seu posicionamento político. Segundo ele, *Viagem* narra o que Graciliano presenciou, pois “não viu o paraíso nem o inferno na Rússia. Viu o trabalho imenso de um povo em ascensão, seus campos, suas fábricas”. Por fim, coube a Reinaldo Dias (1954, p. 5) a recepção mais elogiosa: em texto publicado no *Última Hora*, o crítico argumentou que Graciliano “imprimiu ao seu livro póstumo aquelas mesmas grandes qualidades de sua obra dita de ficção”, e concluiu que “não se poderá, já agora, abstrair, da galeria de suas grandes obras, esta última [referindo-se a *Viagem*], que assume a mesma importância que as demais”.

A morte de Stalin, em 5 de março de 1953, mergulhou setores significativos da intelectualidade de esquerda em estado de apreensão e luto. Já hospitalizado, Graciliano Ramos chorou a notícia e temeu que o ocorrido pudesse significar a derrocada da União Soviética, “pondo a perder as conquistas do socialismo”, como assegura Moraes (1993, p. 302). Uma angústia semelhante foi partilhada pelos poetas chilenos Pablo Neruda e Rubén Azócar, que adotaram gravatas negras em sinal de luto, conforme relata Jorge Amado (1992, p. 123). O próprio Amado conta que, ao receber a notícia, ficou “parado, solitário, perdido, os olhos secos, o coração apertado”.

Apenas quinze dias depois, em 20 de março, às cinco horas e trinta e cinco minutos, o mestre “Graça” tem seus batimentos cardíacos cessados para sempre. Em 26 de março, o jornalista Luiz Pinto (1953, p. 4) recorda, em artigo publicado no jornal *A Manhã*, as conversas que tivera com o romancista na livraria José Olympio. Entre outras coisas, relata que Graciliano lhe revelara estar com um livro quase pronto, intitulado *Minhas prisões*, mas que interrompera o trabalho para dedicar-se integralmente às impressões sobre a viagem à Rússia. Esse depoimento é de grande relevância, pois inscreve Luiz Pinto como um dos primeiros — senão o primeiro — interlocutores a

registrar textualmente o plano de trabalho das obras que só seriam conhecidas do público posteriormente. *Minhas prisões* é, provavelmente, o projeto que se tornaria o livro conhecido como *Memórias do Cárcere* e que, assim como *Viagem*, o autor não logrou concluir. O que Graciliano Ramos não poderia imaginar é que, anos depois, suas obras inicialmente contestadas e censuradas pelo PCB encontrariam finalmente redenção.

O impacto sentido pelo movimento comunista internacional após o XX Congresso do PCUS, realizado em fevereiro de 1956, repercutiu intensamente entre os comunistas brasileiros. No congresso, Nikita Khrushchov proferiu, em sessão fechada, o famoso discurso sobre o culto à personalidade e suas consequências, no qual detalhou a conduta repressiva e violenta que caracterizou a linha oficial partidária durante os anos de liderança de Stalin no PCUS e na União Soviética. Vinhas (1982, p. 178) definiu os meses subsequentes para a direção do PCB como um “estado de catalepsia”, marcado por choques e por uma crise política profunda. Entre os militantes, havia quem inicialmente contestasse a existência do documento, atribuindo-o a uma invenção dos inimigos imperialistas e da CIA (*Central Intelligence Agency*, a Agência Central de Inteligência dos EUA). Um caso sintomático foi o de Carlos Marighella, que chorou ao escutar o relato dos crimes de Stalin (Amado, 1992, p. 118-119).

A imprensa do Partido publicou, de março a setembro daquele ano, uma série de artigos de dirigentes de outros partidos comunistas que discutiam o discurso de Khrushchov (Segatto, 2022, p. 37-38). Uma resolução do Comitê Central do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do PCUS foi publicada em 20 de outubro no *Voz Operária* (1956, p. 7), na qual apresentava, no sexto ponto do texto, uma autocrítica da postura arrogante e autossuficiente dos dirigentes brasileiros que, por essas características, “tolhiam a democracia interna, a liberdade de opinião e crítica”. A resolução apontava para a necessidade de correção dessas posturas, e destacava, entre outras coisas, que “a liberdade de criação artística e a atividade criadora dos intelectuais comunistas devem ser incentivadas e respeitadas”.

Na esteira desse movimento, encontram-se outros dois artigos publicados dias antes no *Imprensa Popular*, diário carioca vinculado ao Partido. Ainda que o texto do romancista Dalcídio Jurandir, publicado na edição de 9 de outubro, tenha vindo acompanhado de uma nota da redação salientando que “os pontos de vista expostos são feitos exclusivamente a título pessoal”, é possível notar as lamentações de Jurandir (1956, p. 3): “fomos um modelo de como tratar mal aqueles escritores e companheiros de vida literária que divergiam e divergem de nós”.

Três dias depois, na edição de 12 de outubro do *Imprensa Popular*, Moacir Werneck de Castro (1956, p. 3), em complemento ao texto de Jurandir, afirma: “a deformação stalinista do marxismo, nos últimos anos, não significou apenas uma quantidade de erros com resultados mais ou menos sinistros”, mas também “determinou por toda parte a estagnação do pensamento teórico, instituiu uma tutela revoltante sobre a criação literária e artística e impediu de circular a seiva da ‘árvore da vida sempre verde’”. A reavaliação política, no entanto, esbarrava na resistência de setores do Partido em romper publicamente com a linha e os métodos anteriores¹⁰. A publicação dos artigos de Jurandir e Werneck de Castro em um órgão de comunicação do Partido, ainda que com ressalvas, indica uma abertura para o debate, mas também demonstra as resistências internas, já que a redação julgou necessário demarcar que as opiniões eram “pessoais”. Esta ambiguidade reflete o clima do PCB no período após o XX Congresso do PCUS, marcado por uma tensão entre a necessidade de renovação e o peso de uma cultura política enraizada.

Os anos 1950 foram marcados por tensões internas nos Partidos Comunistas, e o exemplo de *Viagem* retrata parte desse movimento mais geral na militância comunista daquela época. Os caminhos da obra espelham a contradição dos Partidos Comunistas em relação às diretrizes da União Soviética do período stalinista, bem como a prática de vetar obras sem nem sequer lê-las, baseando-se apenas em relatos ou comentários. É possível, assim, observar três momentos distintos da recepção dos comunistas à referida obra de Graciliano Ramos: o veto e publicação, a discreta recepção inicial, e por fim, a postura autocrítica adotada após o Congresso do PCUS em 1956. Caso se possa esboçar um quarto momento, do qual este trabalho participa, insistimos na necessidade de fazer justiça à atuação política e à visão de mundo partilhada por um de nossos grandes escritores, não as escondendo ou vilipendiando, mas sim reafirmando-as, mais do que nunca.

Para além do debate na esfera partidária, a recepção de *Viagem* deve ser compreendida no contexto mais amplo das batalhas culturais da Guerra Fria no Brasil. As críticas veiculadas pela grande imprensa hegemônica, que depreciavam o valor literário da obra, contrastavam com os elogios do entusiasmo de Graciliano pela pátria dos trabalhadores. Em última instância, tais críticas diziam mais sobre os críticos do que sobre a obra em si. Dessa forma, o livro foi instrumentalizado por diferentes grupos: para a direita, era uma prova cabal das decepções de Graciliano Ramos com o socialismo real; para a esquerda “arrudista”, um desvio inconveniente; e para o marxismo em processo de renovação, um exemplo emblemático dos erros do passado.

Considerações finais

Revisitar *Viagem* após mais de 70 anos permite algumas reflexões. A mais gritante delas é o fato que tanto o autor quanto a formação social observada já não existem mais; o que pode gerar, inicialmente, uma sensação de anacronismo. Contudo, o que não se pode perder de vista é a potência intrínseca que a obra carrega. Em primeiro lugar, sua narrativa é eficaz para desfazer calúnias sobre o socialismo e suas experiências no século XX, bem como apresentar, com honestidade, como de fato viviam e trabalhavam as pessoas nessa nova sociedade. Graciliano Ramos, à maneira de um cientista em observação *in loco*, toma nota de tudo que vê e ouve, e digere as informações como um intelectual engajado e crítico. E seu empenho em escrever os capítulos — mesmo enfermo —, demonstra a importância por ele conferida à obra.

Em segundo lugar, e de modo conexo, a disputa pelo veto ou publicação expressa o momento histórico do movimento comunista internacional e seus impactos nos comunistas brasileiros na primeira parte da década de 1950, compreendido entre a visita do romancista à União Soviética, em 1952, e o XX Congresso do PCUS, em 1956. Igualmente, a autocrítica do Partido atestava o comprometimento dos comunistas com a realidade, mesmo quando os fatos colidiam com as antigas convicções — o que constitui parte importante da herança daqueles que reivindicam a dialética e o compromisso com a verdade.

Analisar a controvérsia em torno de *Viagem* possibilita iluminar as complexas e por vezes contraditórias relações entre arte e política no meio intelectual brasileiro da época. A obra preserva não só os últimos escritos do escritor comunista alagoano, mas também demonstra que não existe uma barreira intransponível entre a figura do literato e do militante comunista comprometido com a emancipação humana das limitações da sociabilidade capitalista. Ao contrário, em Graciliano Ramos, os dois vultos fundem-se de maneira orgânica, rendendo à cultura e à literatura brasileiras um relato de envergadura única — um testemunho que é, simultaneamente, crônica de viagem, documento histórico e a derradeira manifestação da genialidade literária de um dos nossos maiores escritores.

Referências

A CRUZ. Movimento literário. Rio de Janeiro, ano XXXVI, n. 1941, p. 3, 23 maio 1954. Disponível em: <https://bit.ly/4fTnBhn>. Acesso em: 26 ago. 2025.

ALVARO. Vida Social: o direito da falta de asseio. *A Tribuna*. Santos, ano LXI, n. 208, p. 2, 26 nov. 1954. Disponível em: <https://bit.ly/4lMhX1V>. Acesso em: 26 ago. 2025.

AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei. Rio de Janeiro: Record, 1992.

BITTAR, Marisa.; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. *A educação soviética*. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

CASTRO, Moacir Werneck de. Uma discussão que está em tôdas as cabeças: Sem extirpar o dogmatismo não conseguiremos avançar. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 1937, p. 3, 12 out. 1956. Disponível em: <https://bit.ly/3RZOTVQ>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CAVALCANTI, Valdemar. Jornal literário. *O Jornal do Rio de Janeiro* [Revista doze páginas]. Rio de Janeiro, ano XXXV, n. 10499, p. 1, 28 nov. 1954. Disponível em: <https://bit.ly/4mwykAJ>. Acesso em: 26 ago. 2025.

CHAUVIN, Jean Pierre; NEVES, Rodrigo Jorge Ribeiro. Vida, literatura e engajamento. *Revista Cult*. 8 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3I1JbDK>. Acesso em: 26 jun. 2025.

COSTA, Artur. Um pouco de tudo. *A Cruz*. Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 1998, p. 3, 26 jun. 1955. Disponível em: <https://bit.ly/4lWb4LK>. Acesso em 26 de ago. de 2025.

DIAS, Reinaldo. Crítica de rodapé: Viagem. *Última Hora*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 1040, p. 5, 6 nov. 1954. Disponível em: <https://bit.ly/3VjCzUp>. Acesso em: 26 ago. 2025.

GRENOBLE, Lenore. *Language Policy in the Soviet Union*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003.

JURANDIR, Dalcídio. Uma discussão que está em tôdas as cabeças: carta a João Batista de Lima e Silva escrita por Dalcídio Jurandir. *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, ano IX, n. 1934, p. 3, 9 out. 1956. Disponível em: <https://bit.ly/3Cwl7lT>. Acesso em: 26 jun. 2025.

LÊNIN, Vladimir. Teses de Abril. In: MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich.; LÊNIN, Vladimir. *Manifesto Comunista e Teses de Abril*. Tradução de Daniela Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 69-74.

LIMA, Raul. Livros e fatos: O velho Graça era diferente. *Diário de Notícias* [Suplemento literário]. Rio de Janeiro, ano XXV, n. 9832, p. 1-5, 21 nov. 1954. Disponível em: <https://bit.ly/4mSFhN3>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MAIAKOVSKI, Vladimir. Vladimir Ilitch Lenin. In: *Lenin 150*. Tradução de Zoia Prestes. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 17-116.

MORAES, Dênis de. *O velho Graça*: uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo: José Olympio, 1993.

O JORNAL DO RIO DE JANEIRO. Notícias literárias. Rio de Janeiro, ano XXXV, n. 10229, p. 7, 12 jan. 1954. Disponível em: <https://bit.ly/45DMWbS>. Acesso em: 26 ago. 2025.

PINTO, Adriano. No mundo das letras. *O Mundo Ilustrado*. Rio de Janeiro, n. 97, p. 46, 8 dez. 1954. Disponível em: <https://bit.ly/4696LYv>. Acesso em: 26 ago. 2025.

PINTO, Luiz. Recordando Graciliano Ramos. *A Manhã*. Rio de Janeiro, ano XII, n. 3566, p. 4, 26 mar. 1953. Disponível em: <https://bit.ly/4mz46gv>. Acesso em: 26 ago. 2025.

PORTAL DO PCB. Breve histórico do PCB (Partido Comunista Brasileiro). 9 p. Disponível em: <https://bit.ly/3TrjzAB>. Acesso em: 26 jun. 2025.

RAMOS, Graciliano. *Viagem*. São Paulo: Livraria Martins, 1970.

SEGATTO, José Antonio. Renovação teórica e política do PCB. In: ARAUJO, Caetano Pereira de (org.). *Khrushchov denuncia Stálin: revolução e democracia*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2022, p. 34-45.

SERGE, Victor. *O ano I da Revolução Russa*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2017.

SILVEIRA, Joel. *Na fogueira: memórias*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

TORRES, Raquel Mundim. Relatos de viagem de brasileiros à URSS na Guerra Fria: por uma tipologia possível (1950-1963). In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2017, Brasília. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia*. Brasília: 2017, p. 1-19.

TRIBUNA POPULAR. Adere ao Partido Comunista o escritor Graciliano Ramos. Rio de Janeiro, ano I, n. 77, p. 1, 18 de ago. de 1945a. Disponível em: <http://bit.ly/4eoWsSH>. Acesso em: 26 jun. 2025.

TRIBUNA POPULAR. Graciliano Ramos ingressa no Partido Comunista do Brasil e participa da luta pela Constituinte. Rio de Janeiro, ano I, n. 77, p. 1-2, 18 de ago. de 1945b. Disponível em: <https://bit.ly/3PRWo3O>. Acesso em: 26 jun. 2025.

VINHAS, M. *O Partidão: a luta por um partido de massas*. São Paulo: Hucitec, 1982.

VOZ OPERÁRIA. Projeto de resolução do C.C. do P.C.B. sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto à personalidade e suas consequências, a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil. Rio de Janeiro, n. 388, p. 6-7, 20 de out. 1956. Disponível em: <https://bit.ly/3XnnTEN>. Acesso em: 11 nov. 2025.

Artigo recebido em 17/07/2025

Artigo aprovado para publicação em 11/11/2025

Editor(a) responsável: Giovana Cobello

¹Jorge Amado (1992, p. 438, colchetes inseridos), em sua autobiografia, bem escreve que “de fato me pergunto qual o intelectual válido, o homem político de importância da América Latina que não tenha assentado praça no pecê [Partido Comunista] de seu país: não serão muitos”.

²Infelizmente, tal objetivo ainda se mostra válido diante da recente nota publicada pela Academia Brasileira de Letras (ABL), que, em um texto que envergonharia seu fundador, ignora por completo as posições políticas defendidas por Jorge Amado. Disponível em: <https://bit.ly/4fSNFJu>. Acesso em: 27 ago. 2025.

³Um trecho dessa belíssima composição (cena I do ato II, “dança dos cavaleiros”) pode ser vista numa apresentação da Orquestra Sinfônica de Londres: https://youtu.be/Z_hOR50u7ek. Acesso em: 25 jun. 2025.

⁴ Não é objetivo deste trabalho realizar uma reflexão crítica sobre o significado da figura de Stalin (ou do stalinismo) e seus reflexos no movimento comunista internacional. Cabe destacar, no entanto, que a viagem de Graciliano Ramos ocorreu em 1952, no ano anterior à morte de Stalin — que, à época, consolidava três décadas à frente do PCUS. Por esse motivo, é compreensível a simpatia do autor e dos outros membros dos partidos comunistas, que em sua grande maioria partilhavam dessa admiração pelo líder soviético. As impressões registradas por Ramos, contudo, permanecem como um importante registro histórico da percepção que tal figura era capaz de causar em um intelectual membro de um Partido Comunista, revelando assim uma faceta do fenômeno que foi o stalinismo.

⁵ O estudo de Tôres (2017) mostra que essa necessidade não foi sentida apenas por Graciliano Ramos. Entre as décadas de 1950 e 1960, foram publicados 32 relatos de viajantes brasileiros à União Soviética. A autora categoriza a posição política desses autores da seguinte forma: 7 comunistas, 11 simpatizantes, 5 anticomunistas e 9 de posição “não definida”.

⁶ A capa do livro contém uma ilustração de Cândido Portinari (1954), com demarcação da rota de viagem de Graciliano Ramos: Paris, Rio de Janeiro, Praga, Tbilissi, Rostov, Kharkov, Minsk, Moscou e Leningrado. A imagem está disponível no Acervo do Projeto Portinari. Disponível em: <https://bit.ly/4kbHYXF>. Acesso em 26 de jun. de 2025.

⁷ Prestes faz referência ao que chamou de “arrudismo” na célebre *Carta aos Comunistas* de março de 1980: “utilização de métodos discricionários e autoritários na condução da luta interna, à manipulação dos debates, à rotulação das pessoas com as mais variadas etiquetas”. Disponível em: <https://bit.ly/3pGmdsV>. Acesso em: 26 jun. 2025.

⁸ Cerca de um ano antes, em 23 de maio de 1954, *A Cruz* anunciou por meio da coluna “Movimento literário” (1954, p. 3) que a editora José Olympio lançaria livros póstumos de Graciliano Ramos. Entre as obras listadas estava um livro de impressões sobre a viagem à Rússia, intitulado “Por trás da cortina de ferro”. Há de se investigar se o curioso título ficara a cargo da gazeta católica, uma vez que *O Jornal do Rio de Janeiro* (1954, p. 7) já havia noticiado em 12 de janeiro do mesmo ano o livro de Graciliano com o título pelo qual hoje o conhecemos.

⁹ O jornal reproduziu, na página anterior, alguns trechos de *Viagem*, seguidos de comentários sucintos.

¹⁰ Uma das raízes da dissidência liderada por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, e que anos depois, em 1962, fundaria o PCdoB, pode ser encontrada nesse processo.

POR TRÁS DA MÁSCARA PACÍFICA DO REGIME: A Ficção Reveladora de Rubem Fonseca nos Anos de 1960

BEHIND THE REGIME'S PEACEFUL MASK: The Revealing Fiction of Rubem Fonseca in the 1960's

Rubens Corgozinho¹

*Conhece puta, traficante, ladrão
Toda raça, uma pá de alucinado e nunca
embaçou
Confia neles mais do que na polícia
Quem confia em polícia? Eu não sou louco!*

Racionais MC's

Resumo: O presente trabalho parte de uma leitura da produção inicial de Rubem Fonseca, ao longo dos anos de 1960. Apesar de os livros do período não se caracterizarem pelo “brutalismo” que seria atribuído ao autor na década seguinte, é possível observar que já nesse momento as narrativas lidam com a realidade marginal e, frequentemente, violenta do contexto urbano brasileiro. Essas narrativas, em oposição à atmosfera pacífica e de cordialidade coletiva afirmada pelos meios de comunicação do Regime Militar, apresentam a face oculta ou ao menos indesejável da sociedade de então, em que as classes dominantes, as instituições de segurança pública e os indivíduos marginais se aproximam pela transgressão insistente dos valores fomentados pelo discurso governista. A análise parte sobretudo dos contos “A coleira do cão” e “O caso de F.A.”, utilizando também textos que dão conta do momento político vivido à época.

Palavras-chave: Rubem Fonseca, violência, autoritarismo, literatura brasileira, moralismo.

Abstract: The present work starts from a reading of Rubem Fonseca's early work, which took place throughout the 1960s. Although the books of this period are not characterized by the “brutalismo” that would be attributed to the author in the following decade, it is possible to observe that even at this time the narratives deal with the marginalized and often violent reality of the Brazilian urban context. These narratives, in contrast to the peaceful atmosphere and collective cordiality affirmed by the media during the Military Regime, present the hidden, or at least undesirable, face of the then society, in which the ruling classes, public security institutions, and marginalized individuals converge through the persistent transgression of the values fostered by government discourse. The analysis begins primarily with the short stories “A coleira do cão” and “O caso de F.A.”, also utilizing texts that reflect the political moment of the time.

Keywords: Rubem Fonseca, violence, authoritarianism, brazilian literature, moralism.

Na segunda metade do século XX no Brasil, o país experienciou simultaneamente um longo período de mais de duas décadas de repressão militar e o florescimento e consolidação de novas tendências no campo da arte. O evidente antagonismo entre a violência — modo preferencial de atuação do Regime Militar Brasileiro, tanto legal quanto ilegalmente — e os desdobramentos culturais que, em grande parte, figuravam no

¹ Doutorando em Literatura Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da UFMG (Poslit-UFMG). Desenvolve, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), projeto de pesquisa centrado na obra de Rubem Fonseca e outros narradores latino-americanos em que se destacam reflexões sobre o gênero policial, violência, moralismo e marginalidade. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4859526059768594>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9043-0391>.

polo ideológico oposto ao dos militares marca uma das importantes contradições produzidas àquela altura na vida brasileira.

No que diz respeito em particular aos estudos literários, a obra de Rubem Fonseca, importante contista, ganha destaque por sua estreia no decênio de 1960, com o desdobramento nas décadas seguintes, dada a longevidade do escritor e de sua produção. Com a publicação de *Os Prisioneiros*, em 1963, e do romance *A grande arte*, em 1983 — este considerado uma de suas publicações de maior importância —, esse período de 20 anos é, com frequência, apontado pela crítica como aquele de maior relevância do trabalho de Fonseca. Tal recorte, quase coincidente com as datas de início e fim da ditadura que assolou o país — de 1964 a 1985 —, estabelece uma relação entre a vigência do regime e o auge da produção do contista. A publicação do referido romance, conforme parte considerável da crítica, seria inclusive responsável por encerrar uma etapa de enfrentamento mais evidente da problemática social brasileira, de maneira que, com o fim do período militar, haveria uma tendência de acomodação no interior dos moldes da literatura mais facilmente vendável, reproduzindo a fórmula que fixaria Fonseca entre os autores mais vendidos da vida literária brasileira àquela altura.¹

Conhecido pelo tratamento que dá à violência em seus escritos, sobretudo na década de 1970 com algumas de suas coletâneas mais conhecidas, como *Feliz ano novo* (1975) e *O cobrador* (1979), o contista chega a receber do crítico Alfredo Bosi a alcunha de “brutalista”², dada a intensidade da violência apresentada em suas narrativas. Tal termo, que se refere sobretudo aos desdobramentos visíveis em seu trabalho no decênio mencionado, no entanto, parece não dizer respeito de modo específico ao tipo de literatura por ele produzida em sua década de estreia. Isso porque, nas publicações iniciais, de 1963 e 1965 — no caso, a publicação de estreia já mencionada e *A coleira do cão*, a qual será tema de interesse das páginas de que seguem —, são ainda poucos os contos cuja temática central é a violência, apesar do fato de que a preocupação com o ambiente urbano é uma constante desde a primeira publicação, bem como o interesse pelos sujeitos marginais. Apenas em 1969, com *Lúcia McCartney*, haverá uma guinada rumo ao investimento na violência enquanto temática central — fato destacado inclusive por Luciana Coronel, que chega a afirmar que o período de intensificação da violência na contística de Fonseca coincide com a promulgação do AI-5 em 1968 (Coronel, 2013).

A partir de tal cenário, se estabelece a possibilidade de realizar uma leitura de contos do escritor que permita observar o diálogo, por ele estabelecido, a partir do antagonismo, com o discurso oficial propagado pelo Regime Militar. Tomando os contos “A coleira do cão”, de 1965, e “O caso de F.A.”, de 1969, como ponto de partida, é

possível refletir sobre o caráter de enfrentamento do *ethos* vigente que se desenvolve no trabalho de Fonseca já na década de 1960, antes mesmo de sua consagração enquanto escritor ligado à temática da violência.

A máscara

A historiografia, ao fazer a retomada do período que constitui a Ditadura Militar Brasileira, tem deixado claro que durante suas diferentes fases fez-se um uso massivo de mecanismos de propaganda para divulgar para a população a existência de um ideal de nação que justificaria a vigência do modo de governo do período.

O crítico Roberto Schwarz, no ensaio “Cultura e política 1964-1969”, aponta que já no momento da instituição do novo regime há uma mudança de paradigma quanto à ideologia dominante que passa a ser endossada pelos detentores do poder. Em razão dessa lógica, são enfatizados os valores conservadores de exaltação da pátria e da família sem dar visibilidade às mazelas sociais que atingiam a população:

Depois de 64 o quadro é outro. Ressurgem as velhas fórmulas rituais, anteriores ao populismo, em que os setores marginalizados e mais antiquados da burguesia escondem a sua falta de contato com o que se passa no mundo: a célula da nação é a família, o Brasil é altivo, nossas tradições cristãs, frases que não mais refletem realidade alguma, embora sirvam de *passé-partout* para a afetividade e de caução policial-ideológica a quem fala (Schwarz, 1978, p. 71).

Para a divulgação de tal modo de pensar, o regime contava inclusive com o apoio da iniciativa privada que à época participava do grupo de militares e empresários denominado IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Conforme Viviane Gouvea, refletindo sobre a atuação do órgão, a ideologia ipesiana partia da premissa de que

o Brasil era um país de futuro, mas que este dependia das escolhas certas de cada brasileiro, que deveria rejeitar as ideologias alienígenas e abraçar a paz social, a cooperação entre patrões e empregados como solução para todos os problemas, a defesa da família e da igreja como pilares da nação, aceitando a autoridade de tecnoburocratas (Gouvea, 2009, p. 118).

Por essa razão, com o intuito de tornar esse pensamento dominante também entre a população, passou a ser feito o uso constante dos novos meios de comunicação que àquela altura ganhavam espaço nos lares brasileiros, como a televisão que se tornaria rapidamente o meio preferencial de propagação das produções da indústria cultural.³ Idelber Avelar, em seu livro *Alegorias da derrota*, deixa claro que “a maquinaria ideológica operava a todo vapor; a televisão disseminava mensagens diárias sobre o

paraíso da modernização” (Avelar, 2003, p. 53), o que evidencia o comprometimento midiático com a disseminação ideológica.

Esse recurso, àquela altura uma novidade na vida brasileira, tornou-se o modo hegemônico de disseminação e de consumo de informações justamente durante o período de vigência dos governos militares. Houve, ao longo das décadas de 1960 e 1970, um esforço evidente para a ampliação do domínio dos meios de comunicação em massa nos lares brasileiros, o que serviu tanto aos interesses ideológicos do regime quanto aos interesses econômicos, à medida que também a publicidade televisiva se desenvolveu em tais décadas.⁴

Conforme Esther Hamburger, em seu ensaio “Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano”, que dá conta justamente de tal veículo de informação,

é a partir de 1964, durante o regime militar, que a ingerência do Estado na indústria de televisão aumenta e muda de qualidade. As telecomunicações foram consideradas estratégicas na política de desenvolvimento e integração nacional do regime. Os militares investiram na infraestrutura necessária à ampliação da abrangência da televisão e aumentaram seu poder de ingerência na programação por meio de novas regulamentações, forte censura e políticas culturais normativas (Hamburger, 2023, p. 374).

Já no que se refere ao campo econômico, em sua relação com os meios de comunicação, ainda conforme Hamburger, “[durante] o regime militar os investimentos aumentaram na forma de instalação de infraestrutura e divulgação de anúncios publicitários” (Hamburger, 2023, p. 374) — deixando clara a ligação da propagação dos valores cristãos com o universo ideológico neoliberal.

Cabe apontar ainda, como elemento de interesse para análise que se segue, dada a característica de Fonseca de lidar também com as práticas transgressoras atreladas à vida sexual e ao crime nos centros urbanos brasileiros do período, a atuação do regime no sentido de impor a censura a novas práticas libertárias que, àquela altura, ganhavam espaço na mentalidade jovem sendo fomentadas inclusive pelo imaginário construído pelos veículos da indústria cultural. De acordo com Maria Hermínia Tavares de Almeida, em ensaio intitulado “Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”, no campo das novas práticas e comportamentos,

se vetava tudo aquilo que aos olhos dos militares e de seus aliados civis parecia atentar contra os valores da “civilização cristã ocidental”, ameaçada de maneira simultânea e sincronizada pelo movimento comunista internacional e pela chamada revolução nos costumes (Almeida, 2023, p. 280).

Paralelamente, apesar da divulgação insistente de valores conservadores positivos, um grande interesse presente na atuação do regime esteve associado à não propagação, à omissão deliberada, das práticas violentas que haviam então se tornado institucionalizadas, sendo sistematicamente praticadas. Com o ordenamento militar empregado no comando do Estado, não apenas procurava-se disfarçar a grande ocorrência de crimes pelo país afora, sobretudo nos grandes centros urbanos, mas, até determinado momento, de modo especialmente enfático, havia grande interesse em ocultar a violência promovida pelas próprias polícias, em razão dos conflitos políticos e no trato cotidiano com as classes marginalizadas.

Antonio Candido — em ensaio em que são tecidas considerações sobre o aparato policial a partir da obra de Balzac — aponta que, historicamente, com a instituição da polícia pelo Estado burguês, sempre houve a demanda de que a prática dessa instituição não estivesse explicitamente colocada para a população em geral. A afirmação do crítico revela que “a tarefa policial deve ser executada implacavelmente, mas sem ferir demais a sensibilidade dos bem-postos na vida. Para isso, é preciso esconder tanto quanto possível os aspectos mais desagradáveis da investigação e da repressão.” (Candido, 1991, p. 27).

Já no século XX, com a ocorrência das duas grandes guerras e com a intensificação de conflitos pontuais em todo o globo, a violência havia se tornado um incômodo aos defensores do discurso civilizatório e da ideia de progresso. Candido afirma em “Censura-violência” que “a violência se tornou em nosso tempo [em referência ao século XX] horizonte e limite. [...] os seus próprios autores e executantes não apenas a renegam ostensivamente, como a condenam” (Candido, 2004, p. 222), o que justifica a tentativa de apagamento de suas práticas indesejáveis pelos agentes do regime. O crítico ainda associa esse comportamento ao equívoco que atribui ao brasileiro a cordialidade nata, derivado de uma certa leitura de Sérgio Buarque de Holanda⁵: “Talvez isso venha desde sempre, pelo menos no Brasil, que é um país pacífico, sendo qualquer violência, no dizer das autoridades e respectivos ideólogos, ‘contrária à índole do nosso povo’.” (Candido, 2004, p. 222).

Uma mudança de paradigma, porém, ocorreria a partir do ano de 1967, praticamente às vésperas da instituição do AI-5. Roberto Schwarz dá conta do momento de virada em seu ensaio, no qual traz à tona um momento emblemático na vida paulistana:

Em 67, por ocasião de grandes movimentações estudantis, foi trazida a São Paulo a polícia das docas. A sua brutalidade sinistra, rotineiramente aplicada aos trabalhadores, voltava-se por um momento contra os filhos da burguesia, causando espanto e revolta. Aquela violência era

desconhecida na cidade e ninguém supusera que a defesa do regime necessitasse de tais especialistas (Schwarz, 1978, p. 73).

Isso teria ocorrido em razão da politização de segmentos da sociedade até então distantes do cenário da luta ideológica. Enquanto até certo momento apenas sindicalistas e demais figuras explicitamente envolvidas com a prática política eram os alvos dos militares, a partir de 1968 outros grupos passam a também ser encarados como potencialmente perigosos:

Se em 64 fora possível a direita “preservar” a produção cultural, pois bastara liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa, em 68, quando o estudante e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já constitui massa politicamente perigosa, será necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os escritores, os músicos, os livros, os editores, — noutras palavras, será necessário liquidar a própria cultura viva do momento (Schwarz, 1978, p. 63).

Nesse cenário, fica evidente que o autoritarismo dos governos atuantes na década de 1960 procurava estabelecer o exercício da violência sem que essa pudesse macular a imagem de desenvolvimento que favorecia sua permanência. No caso dos “filhos da burguesia”, referidos de passagem por Schwarz, cabe ainda mencionar a importante contradição experienciada pela classe média em razão da simultaneidade entre a atuação violenta e o desenvolvimento econômico que beneficiava tal parcela da população. Mais uma vez, conforme Almeida, “[a] combinação de autoritarismo e crescimento econômico deixou a oposição de classe média ao mesmo tempo sob o chicote e o afago”, de modo que “a realidade era uma sucessão de conflitos morais, impulsos, sentimentos e pensamentos contraditórios.” (Almeida, 2023, p. 272).

Esse modo de atuação, a partir do uso da força, embora especialmente marcante nesse período da história do país, não se constituía como novidade, já que, segundo Jaime Ginzburg em “Autoritarismo e literatura: a história como trauma”, “[o] papel preponderante de políticas e estruturas autoritárias ganha nitidez quando observamos a presença impressionante da violência, sobretudo da violência a serviço do Estado, em nossa formação histórica” (Ginzburg, 2000, p. 49), indicando a perenidade de práticas violentas.

Conforme a definição da filósofa Hannah Arendt, em *Da violência*, “violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder.” (Arendt, 2004, p. 22). Na esteira desse pensamento, pode-se estabelecer a relação lógica adotada pelo regime militar, valendo-se da força para a manutenção do poder a partir do ocultamento e opressão de práticas e discursos indesejáveis. No caso da atuação policial, essencialmente

militarizada, o comentário de Arendt é também elucidativo, sendo afirmado que “[se] a essência do poder é a efetividade do domínio, não existe então nenhum poder maior do que aquele que provém do cano de uma arma” (Arendt, 2004, p. 23).

O que se torna, nessa perspectiva, evidente é o fato de que a atuação aparentemente ambígua do regime quanto à violência, propagando-a e negando-a simultaneamente, estaria de acordo com a lógica da própria instituição de mecanismos violentos de controle da população. Conforme Ginzburg, “[nessa] perspectiva, o problema não é tanto existir violência propriamente, mas que ela saia do controle, caindo nas mãos de bandidos desconhecidos” (Ginzburg, 2012, p. 83).

Detetives

É nesse cenário que a produção de Fonseca aqui colocada em evidência ganha relevância. Ambos os contos tomados para análise se constroem a partir de um diálogo com o gênero policial, em sua forma *noir*,⁶ consagrada pelos escritores norte-americanos da primeira metade do século XX. Fonseca, ora afastando-se e ora aproximando-se das diretrizes do gênero, passa a, a cada uma de suas publicações, utilizá-lo de maneira mais evidente, de modo que Vera Lúcia Follain de Figueiredo, importante crítica da obra do contista, afirma que “a opção pelo gênero policial vem reiterar o ângulo de visão que prioriza a violência como princípio básico da vida urbana” (Figueiredo, 2003, p. 44).

A relação entre sociedade e objeto literário, na esteira desse raciocínio, poderia ser observada no trabalho do escritor, mas deve sempre ser levada em consideração a partir de uma reflexão que privilegie, na análise, o critério estético. Essa importante lição crítica é visível no trabalho de Antonio Candido, sobretudo em seu conhecido ensaio “Crítica e sociologia”. Será dito por ele que “o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno.” (Candido, 2014, p. 14).

Ademais, Candido afirma que “[tomando] o fator social, procuraríamos determinar se ele fornece apenas matéria [...]; ou se, além disso, é elemento que atua na constituição do que há de essencial na obra enquanto obra de arte” (Candido, 2014, p. 14-15), o que conduziria, para o estabelecimento da relação entre os contos de Fonseca e seu tempo, à investigação sobre essa relação.

O pensamento do crítico brasileiro parece retomar, ao menos parcialmente, aquilo que desenvolve Georg Lukács em grande parte de seu trabalho. A ideia de que haveria expressiva relevância no modo como é feita a incorporação de elementos do real para a

constituição da obra deixa claro que o interesse se concentra sobre a fatura estética. Ambos os contos escolhidos fazem uso da forma policial à moda brasileira, instituída por Fonseca. Os detetives que nos são apresentados inserem-se na realidade caótica de um ambiente urbano que oscila entre o moderno e cosmopolita e a precariedade generalizada, diferindo-se e inserindo-se na tradição estabelecida desde as narrativas de enigma de Edgar Allan Poe e Arthur Conan Doyle.

Dado o exposto, pensar as figuras de Vilela e Mandrake, sujeitos fonssequianos envolvidos com o universo do crime por vias distintas, passa pela reflexão acerca da relação literatura-sociedade, ponto de interesse central dos pensadores acima mencionados. Vilela, delegado de polícia estreante em “A coleira do cão”, surge em meio ao universo corrupto do aparato de segurança carioca como um *outsider*, responsável pelo combate ao crime, porém ainda ignorante quanto ao modo de operação precário que orienta o cotidiano de seus subordinados. De modo sucinto, a narrativa se desenvolve basicamente a partir da investigação de um crime que termina por não ser solucionado. O que ganha interesse central, no entanto, é justamente a lógica dispar da relação entre o delegado e os demais policiais, os quais atuam basicamente de modo transgressor, fazendo uso de práticas violentas que excedem a legalidade ao mesmo tempo em que se associam a criminosos ao aderirem à corrupção que regula o cotidiano da corporação.

Já Mandrake, no segundo conto, “O caso de F.A.”, em sua primeira aparição de muitas no interior da obra de Fonseca, é apresentado ao leitor como um sujeito cético e cínico, o qual adota uma atitude amoral em sua prática cotidiana, a serviço dos poderosos em seu envolvimento com o submundo da prostituição e do crime, garantindo sua sobrevivência enquanto advogado que faz as vezes de detetive. No conto, F.A. é aquele que contrata o detetive fonssequiano para que supostamente resgate de um prostíbulo uma jovem que estaria sendo forçada a prostituir-se. A narrativa, marcada pela ironia, termina por revelar um esquema em que a prostituta junto a seus supostos algozes procurava apenas se beneficiar da riqueza de F.A., o qual por fim decide aceitar a exploração desvendada por Mandrake.

Assim, para pensar na seleção de tais figuras como personagens principais de cada um dos contos, cabe retornar ao célebre ensaio de Lukács, “A concepção do mundo subjacente à vanguarda literária” — acerca da centralidade dos personagens para a constituição da forma — em que será dito que “[o] centro, o coração desta estrutura que determina a forma é sempre, em última análise, o próprio homem.” (Lukács, 1991, p. 36). Nesse sentido, evidencia-se a pertinência da análise dos contos em razão da particularidade de seus protagonistas — um delegado de polícia e um advogado-detetive.

O crítico, no mesmo ensaio, destaca de modo enfático a ligação essencial entre os sujeitos que integram a estrutura do texto literário e a historicidade da qual fazem parte, afirmando que

[o] caráter puramente humano destes personagens, aquilo que eles têm de mais profundamente singular e típico, o que faz deles, no plano da arte, figuras impressionantes — nada de tudo isto pode ser separado do seu enraizamento concreto no seio de relações concretamente históricas, humanas e sociais que são a textura da sua existência (Lukács, 1991, p. 37).

Ainda a partir de Lukács, tem-se que “[toda] estrutura poética é profundamente determinada, exatamente nos critérios de composição que a inspiram, por um dado modo de conceber o mundo” (Lukács, 1965, p. 77) — o que diz respeito à figura do detetive em cada um dos casos em questão. Nessa passagem do ensaio “Narrar ou descrever?”, Lukács aborda justamente a escolha de um personagem feita pelo romancista Walter Scott enquanto modo de garantir à obra a presença do ponto de vista de dois polos em disputa, colocados sob a perspectiva de um personagem que se situa entre eles. Do mesmo modo, Mandrake — detetive fonsequiano —, a serviço das elites, em sua atuação junto aos marginalizados, permite a entrada no universo do autor enquanto mediador da relação entre esses dois campos. Já Vilela, delegado de polícia, representa um dos polos da relação, o do aparato do Estado de repressão ao crime, garantindo, assim, também um ponto de vista particular em que se vê a tomada da violência como modo preferencial de atuação. A partir de tais considerações, tem-se que Vilela e Mandrake são capazes de levar ao testemunho de desigualdades e impasses vivenciados tanto dentro da instituição policial quanto no trato de poderosos com os indivíduos marginalizados.

Essa ideia de uso social dado à forma policial é uma constante presente historicamente nos usos dados ao gênero. O crítico argentino Daniel Link, por essa razão, estabelece que “[falar] do gênero policial é, portanto, falar de bem mais que literatura: [...] é falar do Estado e de sua relação com o Crime, da verdade e de seus registros de aparição, da política e de sua relação com a moral, da Lei e seus regimes de coação.” (Link, 2002, p. 72). A escolha oportuna do uso do gênero policial nas narrativas seria, por essa razão, uma forma de trabalhar não um mistério aos moldes das narrativas do século XIX, mas a realidade social do país, envolvendo as classes marginalizadas, vítimas preferenciais da ação policial, em diálogo com a classe trabalhadora que atua no combate ao crime e com aqueles responsáveis por perpetuar a opressão. A estrutura do relato policial, dessa forma, é o modo como a realidade social da época ganha entrada nos contos — sobretudo a partir da colocação da figura do detetive enquanto protagonista.

Os indesejáveis

O que cabe destacar, enfim, é o evidente antagonismo entre o cenário de disseminação de mensagens positivas sobre o andamento do Regime Militar Brasileiro propagadas sobretudo pelos novos veículos de mídia e os rumos tomados pela produção de Fonseca. A partir de sua escolha pelo uso da forma policial, já no decênio de 1960, com as narrativas da década seguinte o enfrentamento ao discurso oficial de harmonia social passa a ser o *modus operandi* da contística em questão. Em um retorno a Coronel, em sua já mencionada observação acerca da coincidência entre o acirramento da repressão e o trabalho do autor, tem-se que “[o] período em que a ficção de Rubem Fonseca se brutaliza coincide com o período do endurecimento político da ditadura militar instaurada em 1964” (Coronel, 2013, p. 190). Além de realizar uma espécie de denúncia do mal-estar vivido coletivamente, Fonseca ainda incorpora à sua obra características do modo de ação que começava a se mostrar nas grandes cidades.

É lícito, nesse sentido, dar aos sujeitos que ocupam o universo fonsequiano a alcunha de “indesejáveis”, sendo eles aqueles que não participavam da imagem de país que se buscava propagar. Os criminosos, marginalizados e mesmo os policiais, em seu envolvimento com o submundo da violência, figuravam (e ainda figuram) do lado de fora do discurso hegemônico construído pelas narrativas do poder.

Na esteira de consideração, analisando o contexto da produção literária dos anos de 1970, sob a vigência do já mencionado AI-5, Flora Sussekind, em *Tal Brasil, qual romance?*, observa que o romance reportagem, gênero de grande expressividade no país no período, ao trazer narrativas que exploravam crimes de conhecimento público, executados por figuras notórias que ocupavam longamente o noticiário nacional, contribuía para reforçar a perspectiva segundo a qual a violência no país, se existente, era executada apenas pontualmente, de modo sempre individual desconectado que qualquer forma de institucionalização da violência:

Pelo contrário, quanto mais “individuais” parecessem os casos de violência, melhor para um regime pautado numa violência política bem mais ampla. [...] São “casos” apenas. Quanto mais individualizadas a violência, a marginalização, menos óbvios ficam os mecanismos generalizados de opressão (Sussekind, 1984, p. 181).

É nesse sentido que a produção de Fonseca, contemporânea aos romances explorados por Sussekind aponta para a direção oposta, trazendo a violência como regra, de modo que marca sua generalização, podendo inclusive ser compreendida como um

princípio básico ou modo privilegiado de ação no contexto urbano brasileiro de então. Não por acaso, com sua publicação de 1975, *Feliz ano novo*, o escritor chega a ter o seu volume de contos censurado, sob a justificativa de agressão à moral e aos bons costumes que o regime buscava preservar.

O cenário do conto “A coleira do cão”, desde seu parágrafo de abertura, como se verá, em tudo contradiz a máscara pacífica fomentada pelo regime então vigente:

O carro não pôde subir até ao alto do morro, onde havia uma clareira. Vilela saltou, acompanhado de Washington e Casemiro. Havia chovido na véspera; o caminho enlameado sujava o sapato dos três. De cima, imóveis, umas seis pessoas observavam a aproximação dos que subiam; mas quando eles chegaram, viraram o rosto ou olharam para o chão. Vilela chegou perto do corpo caído. Na testa negra havia um orifício avermelhado; a parte de trás da cabeça tinha desaparecido, em seu lugar havia um buraco onde se viam restos de miolos, lascas de ossos misturados com cabelos, coágulos de sangue escuro cheios de moscas. Sangue empapava a camisa, no peito e nas costas (Fonseca, 2015a, p. 151-152).

A imagem inicial que abre a narrativa destaca o grau de violência empregado no assassinato que será investigado pelo delegado Vilela, o ponto central do enredo. Conforme a crítica Vera lúcia Follain de Figueiredo, já na fase inicial da produção, “os primeiros livros de contos do autor [...] partiam de fragmentos da vida urbana, compondo uma espécie de painel descontínuo que, no contexto político da época, contrapunha-se à imagem harmônica do país, construída pelas narrativas do poder” (Figueiredo, 2003, p. 35).

O protagonista, delegado recém-incorporado à força policial carioca, proporciona uma visão dissonante em oposição aos demais policiais quanto a sua atuação. Em razão do lugar por ele ocupado, sendo pertencente a uma classe socialmente mais privilegiado do que a de seus subordinados, que se definem como proletários, Vilela espanta-se por não encontrar no trabalho da polícia o apego aos ideais de justiça e ao procedimento legal coerentes com a sua formação em direito. O que o novato descobre é que a polícia carioca está inserida em um largo esquema de corrupção que envolve todos os níveis, sendo ele o único a não participar de tais atividades:

“O único que não leva é o senhor.”
“No cartório?”, perguntou Vilela.
“Todo mundo.”
“Você?”
“Não sou santo, doutor”, respondeu Washington, encarando o delegado.
“Não, você é outra coisa”, disse Vilela.
“Eu tenho família para sustentar”, disse Washington.
“Foi o que o Marreco me disse”, disse Vilela.
“Quem, doutor?”, perguntou Washington.

Vilela não respondeu.

“A gente aqui ganha uma miséria, nosso trabalho é de responsabilidade”, disse Washington (Fonseca, 2015a, p. 169-170).

Essa prática ilegal com vistas à obtenção de lucro indevido é somada ao uso da violência de modo sistemático, podendo sempre ser justificado pelos policiais em razão da precariedade de suas condições de trabalho. Essa consciência é demonstrada pelos trabalhadores realizando a oposição inclusive em relação à atuação em outros países:

“Não gosto de ver os outros serem espancados”, disse Vilela, quebrando o silêncio da sala.

“Isso é feito no mundo inteiro, doutor...”, disse Melinho.

“Não é verdade”, disse Vilela.

“Eu também já pensei muito nisso”, disse Pedro. “Nós não temos os recursos de outras polícias. O jeito é meter medo. O dia em que eles não tiverem mais medo da gente está tudo perdido” (Fonseca, 2015a, p. 175).

Torna-se evidente, desse modo, a capacidade da ficção de Fonseca de desconstruir a falsa imagem de país propagada por meios oficiais. Partindo de dentro do contexto policial, a atuação do próprio Estado na garantia da segurança, vê-se a adesão a procedimentos violentos como método preferencial. O contexto social de pobreza surge, na mentalidade das personagens, como fator determinante para que a perpetuação da violência se faça justificada. Mais uma vez, um elemento omitido pelos meios oficiais é suscitado por Fonseca de modo bastante evidente, a pobreza e sua relação com o crime:

“Quando prendi essa pinta estourei de julieta a mão dele, mas não foi de raiva, foi para ele dar o serviço. E o senhor sabe de uma coisa? Ele havia pungueado em tudo quanto era subúrbio, mas assim mesmo foi absolvido. Mas foi bom, porque se regenerou, virou vendedor praticista, o que aliás não me espantou. Tinha uma conversa danada de boa. Não sei por que se meteu na punção, tinha mais jeito de salivante.”

“O dia em que você for expulso da polícia você também pode ir ser vendedor na praça”, disse Melinho.

Todos riram, inclusive Washington. “O senhor vê, doutor, não sou mau. Mas também não sou mole. Acho que polícia nesta cidade não pode ser mole. Com mais de trezentos mil favelados espalhados pelos morros a gente não pode brincar de polícia inglesa” (Fonseca, 2015a, p. 177).

Esse modo de atuação dos policiais encontra-se inserido em uma complexa relação entre práticas individuais e coletivas. A partir do pensamento de Lukács, nota-se que opera a lógica de mútua influência, uma vez que tanto a prática do sujeito afeta a ordem geral como a ordem social age sobre o sujeito. É dito pelo filósofo:

La objetividad del mundo exterior no es en modo alguno una objetividad muerta, solidificada, que determine la práctica humana de modo fatalista, sino que está — precisamente en su independencia de la

conciencia humana — en la relación más íntima e indisoluble de efecto recíproco con la práctica humana (Lukács, 1966, p. 15).

Por essa razão, é vista uma modificação da atuação de Vilela ao longo do conto, em certa medida, por sua inserção no contexto social da polícia carioca, há a adesão a métodos violentos. É entendido que a realidade policial é determinada pela *práxis* dos indivíduos que a constituem. Por isso mesmo, não haveria um determinismo “fatalista” que pudesse justificar a mudança. Também Vilela é responsável pela realidade observada na delegacia. Em uma das passagens finais do conto, que converge para o ponto de vista acima levantado, tem-se finalmente um ato de violência cometido pelo próprio delegado. Após perder um de seus subordinados em uma ação mal executada, em razão do evidente despreparo da força policial, Vilela termina por recorrer à prática da tortura como modo de obtenção de informações para dar prosseguimento a sua investigação, o que quase resulta na morte de um dos diversos sujeitos pobres que no conto aparecem como vítimas preferenciais do arbítrio policial.

Aqui, mais uma vez, cabe o retorno a Lukács. Ainda sobre a escolha da personagem central para a elaboração literária, tem-se que “[trata-se] apenas de encontrar aquela figura central em cujo destino se cruzem os extremos essenciais do mundo representado no romance, aquela figura em torno da qual se pode construir assim todo um mundo, na totalidade das suas vivas contradições.” (Lukács, 1965, p. 78). No caso presente, a partir de Vilela, é possível dar conta das contradições que envolvem especificamente o campo de atuação da polícia enquanto responsável pela garantia da lei e da ordem. Ironicamente, como se vê em Fonseca, tais garantias são asseguradas de modo precário, apontando para a falência dos próprios valores, dado que os próprios agentes do Estado, em sua atuação, recorrem de modo sistemático à ilegalidade.

Nessa esteira, na publicação seguinte, *Lúcia McCartney*, da qual é retirado o conto “O caso de F.A.”, há uma mudança em relação ao uso da forma policial, de maneira que, em oposição à situação institucionalizada de Vilela, um delegado com obrigações formais quanto à garantia do cumprimento da lei, o personagem Mandrake do conto em questão surge como a figura do detetive por excelência, o qual será ainda, nos anos seguintes, protagonista de outras narrativas de Fonseca. Sendo um advogado, a atuação como detetive se dá no trato com questões trazidas por seus clientes, membros da alta sociedade carioca, que procuram, com frequência, ocultar seu envolvimento com a prática transgressora. Não há a ligação desse indivíduo com nenhum tipo de instituição formal da sociedade, seja a família, seja o casamento ou mesmo a inserção burocrática no mundo do trabalho. Trata-se de um trabalhador livre, o qual, como Vilela, a partir do pensamento

lukacsiano, permite a construção de um mundo particular em torno de seu posicionamento na sociedade.

O interesse sobre essa narrativa dá-se então pela violência exercida por Mandrake no cumprimento dos interesses de seus contratantes: empresários, herdeiros, a classe de indivíduos que de fato goza do bem-estar que é divulgado pelo governo da época como sendo coletivo. Fica evidente a desigualdade existente e o uso da força reafirma a oposição entre as classes.

A cena inicial do conto “O caso de F.A.” dá conta do contato entre o cliente que deseja permanecer anônimo e Mandrake, o qual será responsável por realizar uma espécie de resgate de uma jovem que se encontra em um prostíbulo:

“F. A. me segurou pelo braço: “A garota está numa prisão. Eu quero tirá-la de lá antes que ela se corrompa. Você precisa me ajudar.”

[...]

“A garota fugiu de casa, depois de fazer um aborto. O pai deu uma surra nela. Uma parenta do namorado arranhou o endereço da Gisele. A Gisele a obriga a prostituir-se, ameaçando-a com o juiz de Menores.”

“Parece um romance intitulado: A escrava branca da avenida Rio Idem”, eu disse.

“Você acha graça?”, perguntou F. A. ofendido.

“Eu estou rindo? Continua.”

“Não fui para a cama com ela nem uma vez. Ontem eu avisei que ia tirá-la de lá. Ela tremeu e disse para eu tomar cuidado.”

“Cuidado? Um veado e uma puta francesa?”

“Você sabe, eu não posso me expor, um escândalo desses me arruinaria” (Fonseca, 2015b, p. 49).

Apesar da motivação à primeira vista bem-intencionada e moralista que é colocada por F.A., há a ironia presente no fato de que o próprio homem era um frequentador de prostíbulos, responsável, ainda que indiretamente, pela manutenção desse tipo de espaço. Nota-se ainda, já no trecho inicial, a demanda pelo anonimato do cliente, principal interessado, que deve permanecer, do ponto de vista da opinião pública, alheio a qualquer tipo de prática transgressora. Contrariando a imagem imaculada de F.A., o método adotado por Mandrake para realizar a vontade do outro é o uso da violência extrema, o que traz à tona a ideia de que, aos olhos da classe dominante, para a garantia de seus interesses, os fins justificariam os meios:

Gisele olhou para trás de mim. Me virei e Célio meteu as unhas nos meus olhos. Senti o rosto ardendo, como se tivesse sido cortado por uma navalha. Minha vista direita ficou nublada. Bati com toda a força no nariz dele. Ele se atirou sobre mim, me deu uma dentada no braço. Dei um murro na sua cabeça. Célio ficou inteiramente careca. Sem peruca ele ficava horrível. Célio me unhou no pescoço. Eu sangrava. Estava vendo cada vez pior da vista direita. Vai ver, o filho da puta tinha me cegado. Dei-lhe um murro na orelha. Célio caiu. Chutei sua cara,

bem em cima da boca, o puto ia ter que gastar muito com o dentista e o cirurgião plástico (Fonseca, 2015b, p. 75).

O desfecho, com o sucesso de Mandrake em resgatar a prostituta, revela o engano. Tendo sido vítima de uma mentira, F.A. ainda assim aceita estabelecer um vínculo com a prostituta que participava de um esquema para roubá-lo junto à dona do prostíbulo. A justificativa, o “amor”, torna-se mais um elemento dentro de uma visão de mundo colocada no início, segundo a qual tudo pode ser comprado.

“O telefone tocou.
‘Estou telefonando para você desde as nove horas’, disse F. A.
‘Onde é que você está?’
‘Na Embaixada da Índia. A garota está aí?’
‘Está.’
‘Graças a Deus! Ela está bem? Falou em mim?’
‘Nós conversamos pouco. Mas foi o bastante. Ela é uma vigarista, estava
atrás do teu dinheiro junto com Gisele e o veado.’
[...]
Passei o telefone para Miriam-Elizabeth-Laura.
‘É verdade — me desculpe — me desculpe — como? — foi isso mesmo
— estou, estou arrependida — você é muito bom...’
[...]
Coloquei o telefone no ouvido. F. A. falava baixo, com medo de ser ouvido.
‘Eu amo essa mulher, entendeu, não me interessa o que ela é.’
‘Ela estava te enganando...’
‘Não tem a menor importância.’
‘O dinheiro é seu.’
‘É isso mesmo!’” (Fonseca, 2015b, p. 78).

Ambos os contos colocados em análise apontam para o uso da violência em diferentes contextos, mas sempre partindo de um determinado grupo em direção a outro. Seja por ordem direta da classe dominante, como ocorre na atuação de Mandrake, ou de modo indireto, na defesa dos interesses da elite econômica a partir da força policial, fica evidente a falsidade da ideia de harmonia que se construía no interior do discurso hegemônico. Essa reciprocidade da violência aparece de modo recorrente no trabalho do autor, de modo que, não por acaso, Figueiredo dirá que na obra de Fonseca

a violência [...] é vista como uma constante histórica, disseminando-se pelas mais diversas dimensões do comportamento humano, podendo [...] ser sempre justificada, explicada, em nome da sobrevivência do indivíduo ou da sociedade, em nome do processo civilizatório, dos costumes, dos direitos ou mesmo da busca do conhecimento (Figueiredo, 2003, p. 19).

Em meio à discrepância entre o que é propagado pelo *ethos* comum e pelos canais oficiais e o que se vê no trato com o cotidiano, as personagens de Fonseca apresentam-se

em um espaço de indeterminação — dada a incapacidade de identificação com a imagem positiva de país propaganda em razão da vivência do universo marginal. A partir de Figueiredo, mais uma vez, o sujeito fonsequiano pode ser lido como “o homem prisioneiro de valores esvaziados, condenado a uma busca inútil, o eterno personagem de Rubem Fonseca” (Figueiredo, 2003, p. 20).

Considerações finais

O trabalho aqui realizado parte de contos pontuais, visando dar conta do diálogo de uma extensa produção com um complexo momento vivido na vida brasileira. Como não poderia deixar de ser, em razão disso, o trabalho apresenta-se com as limitações que fazem parte de sua própria natureza sucinta, de maneira que não representa mais do que possibilidades de leitura dentro de um amplo campo de reflexões possíveis. É interessante, apesar disso, ao refletir sobre um ponto determinado da poética de qualquer autor, reunir as recorrências, buscando repetições em diferentes momentos de seu desenvolvimento.

Neste trabalho em particular, o ponto de vista estabelecido partiu do trato com narrativas que carregam em si elementos do relato policial, como a figura de investigadores e a ocorrência de um suposto crime (em um caso o assassinato e no outro o cárcere privado). Esse fator, que proporciona uma visão privilegiada da realidade criada por Fonseca a partir do contexto carioca, coloca no centro da forma narrativa personagens que possibilitam tomar conhecimento de diferentes realidades no espectro social. Com Vilela, vemos os policiais que são membros da classe trabalhadora sendo submetidos a alguém proveniente de um espaço de maior privilégio, enquanto em sua atuação entram em conflito com os criminosos provenientes das classes mais baixas da vida brasileira. No caso de Mandrake, submetido ao interesse dos poderosos, há também o contato com o submundo da transgressão e do crime, com prostitutas e cafetinas, os indesejáveis do discurso civilizatório que propaga a ideia da homogeneidade a partir de uma série de omissões.

Conforme Figueiredo, na esteira desse pensamento, o que se vê em Fonseca é “a hipocrisia de uma sociedade que se caracteriza cada vez mais pelo consenso, forjado com o auxílio da mídia” (Figueiredo, 2003, p. 26), estando esta a serviço de um determinado projeto de governo responsável por perpetuar a violência contra diversos grupos de modo sistemático e sendo sempre vista, por seus agentes, como justificável.

Finalmente, o que se espera é destacar a pertinência da obra do contista para pensar não apenas o contexto particular de sua produção inicial, mas também o mundo contemporâneo, uma vez que as práticas violentas tematizadas por Fonseca e as relações de dominação atreladas à desigualdade persistente da realidade brasileira ainda se constituem como algumas das mais relevantes problemáticas do presente.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. Org. Lília Moritz Schwarcz et al. São Paulo: Companhia de Bolso, 2023, p. 264-336.

ARENDT, Hannah. *Da violência*; tradução de Maria Cláudia Drummond. Sabotagem, 2004. Disponível em: <http://pavio.net/download/textos/ARENDT,%20Hannah.%20Da%20Viol%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

AVELAR, Idelber. A genealogia de uma derrota. In: *Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina*. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 51-103.

BOSI, Alfredo. Situação e formas do conto brasileiro contemporâneo. In: *O conto brasileiro contemporâneo*. 16ª ed. São Paulo: Cultrix, 2015, p. 7-31.

CANDIDO, Antonio. A verdade da repressão. *Revista USP*, n. 9, p. 27-30, 1991.

CANDIDO, Antonio. Censura-violência In: *Recortes*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004, p. 222-226.

CANDIDO, Antonio. Crítica e sociologia. In: *Literatura e sociedade*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

CORONEL, Luciana Paiva. *Entre a solidão e o sucesso: análise da metaficção e da intertextualidade da produção ficcional de Rubem Fonseca entre os anos 60 e 80*. São Paulo: Linear B; Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, 2008.

CORONEL, Luciana Paiva. A representação da violência na ficção de Rubem Fonseca dos anos 70: o brutalismo em questão. *Literatura em Debate*, v. 7, n. 12, p. 183-192, 2013.

FONSECA, Rubem. *A coleira do cão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015a.

FONSECA, Rubem. *Lúcia McCartney*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015b.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. *Os crimes do texto: Rubem Fonseca e a ficção contemporânea*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

GINZBURG, Jaime. Autoritarismo e literatura: a história como trauma. *VIDYA*, v. 19, n. 33, p. 10, 2000.

GINZBURG, Jaime. *Literatura, violência e melancolia*. Campinas: Autores Associados, 2012b.

GOUVEA, Viviane. Conspiração civil, golpe militar: a conspiração do IPES em palavras e imagens. *Terceira Margem*, v. 13, n. 21, p. 109-128, 2009.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. Org. Lilia Moritz Schwarcz et al. São Paulo: Companhia de Bolso, 2023, p. 363-398.

LINK, Daniel. O jogo dos cautos (sobre o policial). In: *Como se lê e outras intervenções críticas*. Chapecó: Argos, 2002, p. 69-89.

LUKÁCS, Georg. LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever? – Construção de uma discussão sobre o naturalismo e o formalismo. *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 43-94.

LUKÁCS, Georg. Arte y verdad objetiva. *Problemas del realismo*. México, D.F.: Fondo de cultura económica, 1966, p. 11-54.

LUKÁCS, Georg. A concepção do mundo subjacente à vanguarda literária. In: *Realismo crítico hoje*. Brasília: Thesaurus, 199, p. 33-751.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: *O Pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 61-92.

SUSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, Qual Romance?* Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1984.

Artigo recebido em 21/07/2025

Artigo aprovado para publicação em 25/10/2015

Editor(a) responsável: Guilherme Cardinale de Araujo

¹ A esse respeito, há uma interessante tese de autoria de Luciana Paiva Coronel que visa dar conta da transformação ocorrida no interior da poética de Fonseca ao longo dos anos de 1980. Trata-se de *Entre a solidão e o sucesso: análise da metaficção e da intertextualidade da produção ficcional de Rubem Fonseca entre os anos 60 e 80* (Coronel, 2008).

² “Imagem do caos e da agonia de valores que a tecnocracia produz num país do Terceiro Mundo é a narrativa brutalista de Rubem Fonseca que arranca a sua fala direta e indiretamente das experiências da burguesia carioca [...]” (Bosi, 2015, p. 19-20).

³ Tal nomenclatura faz referência aos estudos de Adorno e Horkheimer (Adorno & Horkheimer, 1985), de relevância fundamental para toda a tradição crítica à cultura da mídia.

⁴ Cabe mencionar, ainda que de passagem, que tal crescimento da influência dos novos meios de comunicação não se deu sem contradições, haja vista o caráter conservador da modernização pela qual passava o país, conduzida notoriamente de maneira autoritária.

⁵ A referência de Candido é à conhecida obra *Raízes do Brasil*, de 1936.

⁶ A variante *noir* da narrativa policial é aquela produzida a partir da década de 1930, notoriamente nos EUA, por autores como Dashiell Hammett e Raymond Chandler. Caracterizando-se em oposição à narrativa policial clássica, nessa vertente há a tematização evidente da violência nos centros urbanos, com envolvimento dos detetives na ação durante o processo de desvendamento de crimes. Diferentemente do

procedimento puramente racional característico da prática dos detetives do século XIX, sobretudo Dupin, de Edgar Allan Poe, no gênero *noir* há uma evidente desconfiança face ao uso da razão como mecanismo investigativo.

O NARRADOR E OS MORTOS INSEPULTOS DA DITADURA EM *O CORPO INTERMINÁVEL* (2019), DE CLÁUDIA LAGE

THE STORYTELLER AND THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP'S UNBURIED DEAD IN *O CORPO INTERMINÁVEL* (2019), BY CLÁUDIA LAGE

Júlia de Almeida Prado¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o romance *O Corpo Interminável* (2019), de Cláudia Lage, abordando a representação simbólica de traumas individuais e coletivos produzidos pela Ditadura Militar (1964-1985), que persistem até os dias atuais. Partindo de referenciais teóricos como Walter Benjamin, Jeanne Marie Gagnebin e Márcio Seligmann-Silva, observa-se a ficção como parte de um trabalho de luto e elaboração da memória coletiva. A obra é analisada conjuntamente a entrevistas da autora, destacando-se as temáticas do impacto dos desaparecimentos políticos na coletividade, os efeitos do silenciamento imposto e as tensões no presente decorrentes do trauma histórico, abordadas na narração do protagonista.

Palavras-chave: Ditadura Militar Brasileira, Literatura brasileira contemporânea, Memória coletiva, Testemunho.

Abstract: This paper analyzes Cláudia Lage's novel *O Corpo Interminável* (2019), addressing the symbolic representation of individual and collective traumas engendered by the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985), that persist to this day. Drawing on theoretical frameworks by Walter Benjamin, Jeanne Marie Gagnebin, and Márcio Seligmann-Silva, this study examines fiction as part of a process of the work of mourning and the working-through of collective memory. The novel is analyzed alongside the author's interviews, highlighting key themes such as the societal impact of political disappearances, the consequences of enforced silence, and present-day tensions stemming from historical trauma, as articulated through the protagonist's narration.

Keywords: Brazilian Military Dictatorship, Contemporary Brazilian Literature, Collective memory, Testimony.

Introdução

A repressão institucionalizada pela Ditadura Militar (1964-1985) constitui um trauma histórico na sociedade brasileira, que produz impactos até os dias atuais. Compreendendo-se a memória como um campo de disputas políticas e elaboração de sentidos no presente, atravessado por relações de poder (Jelin, 2017), é possível observar criticamente como esses processos têm ocorrido, com as discussões sobre o período emergindo para o debate público com maior força nos últimos anos, após décadas de silenciamento sobre o tema. Com a ascensão da extrema-direita no país, consolidada pela eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência em 2018, narrativas negacionistas ganharam maior visibilidade, sendo defendidos no âmbito institucional por figuras

¹ Júlia de Almeida Prado, mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (PPGH/Unicamp), na linha de pesquisa "Gênero, Subjetividades e Cultura Material". E-mail: juliaaprado12@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6560752897417254>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0145-1260>.

ligadas às forças armadas que reivindicam uma memória positiva do regime, em conflito com historiadores e militantes de direitos humanos (Napolitano, 2022). Mais recentemente, em 2024, a efeméride do aniversário de sessenta anos do golpe de 1964 e a decisão presidencial pelo cancelamento dos atos oficiais de rememoração à data sob a justificativa de “não querer ficar remoendo o passado”¹ voltaram a trazer à tona debates sobre a necessidade da construção de políticas de memória efetivas para a disseminação social de discursos críticos à violência ditatorial e às suas permanências estruturais.

Nesse contexto, o campo cultural e artístico constitui um espaço relevante de contestação ao silenciamento e elaboração de sentidos, tanto sobre o trauma histórico da repressão quanto das tensões políticas do presente. A literatura, entendida como prática de arquivamento, possui grande importância na inscrição dessas narrativas na coletividade, na medida em que possibilita simbolizar o vivido e evocar subjetividades dificilmente acessadas em outras formas de documentação (Figueiredo, 2017). Ao examinar os impactos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre a produção literária brasileira, Berttoni Licarião destaca o maior alcance dos efeitos memorialísticos dessas investigações em comparação aos de comissões anteriores, resultando não apenas em uma maior quantidade de livros em que o período é abordado, mas em um conjunto heterogêneo de obras onde os antagonismos não resolvidos e as marcas autoritárias do passado e do presente são elaborados por diversos sujeitos e perspectivas (Licarião, 2023, p. 42).

Entre as autoras que mobilizaram as memórias da ditadura e seus impactos como matéria-prima para a criação ficcional está Cláudia Lage, que destaca em entrevistas os efeitos dos embates políticos contemporâneos no processo de escrita do romance *O Corpo Interminável* (2019), fonte principal analisada no presente artigo:

(...) quando eu comecei a escrever esse romance, a gente estava em 2011, em plena Comissão Nacional da Verdade, com uma expectativa esperançosa em relação ao futuro do Brasil e de que aquela verdade viria à tona [...] E eu comecei a escrever o livro com a ditadura como matéria de memória. Só que em 2016 isso ruiu. A ditadura não era matéria de memória. A ditadura era uma ameaça real, porque ela estava sendo clamada na rua por pessoas (Gelbc, 2020).

A obra tem como protagonista Daniel, um homem empenhado em reconstituir a memória de sua mãe, desaparecida política pela ditadura. Criado pelo avô materno, sofre desde a infância com o silêncio imposto sobre a questão em sua casa, herdando o trauma produzido por essa violência. A investigação e a escrita são, para ele, não apenas uma tentativa de conhecer suas origens, mas ferramentas para romper o isolamento e reelaborar a própria subjetividade, moldada pela dor e pela ausência. Em uma narrativa

fragmentada, com múltiplos pontos de vista e diferentes temporalidades, a trama central é entrecortada por vozes de guerrilheiras anônimas, que emergem do passado trazendo à tona as memórias apagadas.

Desse modo, partindo do prisma da história cultural e dos amplos debates sobre a memória coletiva e seus desdobramentos nos contextos pós-ditatoriais latino-americanos, propõe-se uma análise do romance *O Corpo Interminável*, na qual busca-se compreender de que formas Lage produz representações que potencializam a transmissão da experiência traumática da geração seguinte, da qual a autora faz parte, em diferentes dimensões. Destaca-se, para tanto, a forma como o impacto do desaparecimento, sobre os descendentes das vítimas e na coletividade, e as tensões do presente que emergem na narrativa, são simbolizadas sobretudo na perspectiva de Daniel. A obra literária é estudada conjuntamente a entrevistas da autora e depoimentos de filhos de desaparecidos políticos, visando uma investigação aprofundada sobre as dinâmicas de seu processo de composição no contexto sociocultural brasileiro pós-CNV.

Memória, testemunho e literatura após as ditaduras

(...) me sentia como se cometesse um equívoco. Um grande equívoco. Como se forçasse aquelas pessoas, tão reais, tão vivas dentro de suas lutas, desaparecimentos e mortes, a se tornarem meras referências em um texto, ou pior, personagens, meus personagens, como se eu impusesse a elas, depois de tudo que viveram, algo tão frágil, capaz de se desmantelar ao menor sopro, à mínima insistência, uma farsa, uma representação (Lage, 2019, p. 24)

Profundamente marcado pelo desaparecimento da mãe, Júlia, mesmo nunca tendo chegado a conhecê-la, o protagonista de *O Corpo Interminável* busca conectar-se com o passado e com sua própria identidade por meio dos estudos, da investigação e da escrita. No entanto, a cena apresenta uma situação que parece um beco sem saída para Daniel: a tensão entre o desejo de falar sobre questões traumáticas, pessoais ou históricas, e o temor de não conseguir transmitir a complexidade das vidas narradas. A questão levantada pelo personagem, também abordada pela autora em diferentes entrevistas, é um ponto de reflexão de grande importância nos campos da literatura, filosofia e ciências humanas em geral, nos quais já se discutem há muitas décadas as possibilidades de “narrar o inenarrável” dos traumas individuais e coletivos, e suas implicações éticas e políticas.

Em um momento histórico marcado pelas consequências da Primeira Guerra Mundial, entre elas a ascensão do nazismo, Walter Benjamin escreve alguns de seus ensaios mais conhecidos, como *Experiência e Pobreza*, em 1933, e *O Narrador*, em 1936. Neles, discute o fim da narração tradicional a partir da perda da experiência, definida

como inerentemente coletiva, diretamente associada à transmissão do vivido através das gerações (Benjamin, 1985). Segundo o autor, a aceleração dos avanços técnicos e o trauma da guerra de trincheiras produziram uma incomunicabilidade, entendida como uma nova forma de miséria. Em um cenário desolado pelas grandes catástrofes históricas do século XX, deve surgir uma nova forma de narrar o passado e restituir essa experiência a partir das ruínas da própria narrativa, caracterizada pela descontinuidade. Baseando-se nas concepções benjaminianas para desenvolver suas reflexões sobre a construção dos discursos históricos, Jeanne Marie Gagnebin reforça esse aspecto, em oposição à reconstituição linear de grandes narrativas, ao afirmar que

o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo — principalmente — quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido (Gagnebin, 2006, p. 54).

Com isso, afirma o compromisso ético do historiador em enterrar simbolicamente os mortos do passado. Seu ofício é entendido como parte de um trabalho de luto, no qual a rememoração é sempre orientada pela responsabilidade com uma ação transformadora no presente. Nesse sentido, o dever de memória com as vítimas de grandes catástrofes, como os desaparecidos das ditaduras latino-americanas, é entendido como um ato de atenção aos vivos, em uma retomada reflexiva que os possibilita romper com um ciclo de repetições movido pelo trauma.

A partir do conceito de memória coletiva, elaborado inicialmente por Maurice Halbwachs (1990), produziram-se desdobramentos posteriores de grande relevância para o campo de estudos. Para o autor, as rememorações são inerentemente coletivas, uma vez que os indivíduos não as elaboram de forma isolada, e as significações compartilhadas operam como elementos de coesão e pertencimento no interior de grupos sociais. Michael Pollak (1989) critica o caráter unificador da concepção de Halbwachs, buscando destacar as disputas envolvidas na construção da memória coletiva, sobretudo pela perspectiva de quem foi excluído por ela. No lugar da estabilidade proposta inicialmente, o autor discute situações em que as recordações individuais se opõem à memória institucionalizada, e momentos históricos nos quais as “memórias subterrâneas”, silenciadas publicamente e transmitidas em redes de sociabilidade, deixam de ser indizíveis e irrompem nas fissuras dos discursos oficiais.

Nos contextos pós-ditatoriais latino-americanos, onde a obra analisada está inserida, esses debates são mobilizados em trabalhos recentes, sobretudo para a abordagem das experiências de sujeitos historicamente invisibilizados. Com o enfoque na

sociedade argentina, Elizabeth Jelin (2002; 2017) prioriza a memória como um produto de um trabalho consciente, um campo de disputas entre diferentes grupos e um espaço ativo onde significados são atribuídos ao passado e constantemente reformulados. Por outro lado, Arfuch foca na interseção entre memórias individuais e coletivas, além das práticas biográficas e autobiográficas, investigando como esses relatos configuram a experiência do sujeito, com ênfase especial em eventos traumáticos ocorridos na infância. As análises de ambas as autoras se complementam e fornecem uma base sólida para compreender a memória como um campo dinâmico de elaboração do trauma e de resistências, do qual escritores como Lage participam ao reinventar o passado criticamente por diferentes perspectivas.

Considerando a relevância adquirida pelo testemunho em sua relação com a memória coletiva nos contextos pós-ditatoriais, destacando-se o caso argentino, Beatriz Sarlo desenvolve reflexões sobre os usos públicos e historiográficos desse tipo de relato. A autora tem como ponto de partida a chamada “guinada subjetiva” entre as décadas de 1960 e 1970, caracterizada como um “reordenamento ideológico e conceitual da sociedade do passado e de seus personagens, que se concentra nos direitos e na verdade da subjetividade” (Sarlo, 2007, p. 18), que emerge nas ciências humanas com a valorização dos estudos sobre a vida cotidiana, dos discursos memorialísticos, e da primeira pessoa textual, apresentando também consequências sobre os usos públicos do passado. Nesse sentido, Sarlo indaga sobre as condições sociais e políticas que ocasionaram a confiança nos testemunhos, cujo valor de verdade é, muitas vezes, assumido como consequência de seu imediatismo e assumido como superior ao de outras fontes no estudo dos crimes das ditaduras militares.

A autora analisa diferentes modalidades de narração testemunhal e suas recepções no espaço público e acadêmico. Mesmo reconhecendo sua importância como denúncia no âmbito jurídico, bem como o imperativo moral da narração sobre situações-limite, ela problematiza a hegemonia memorial sobre a história nesse contexto, criticando a monumentalização que atribui um caráter irrefutável a essas rememorações e que desconsidera a inevitabilidade das marcas do presente nesse tipo de relato:

Os relatos testemunhais são “discurso” nesse sentido, porque têm como condição um narrador implicado nos fatos, que não persegue uma verdade externa no momento em que ela é enunciada. É inevitável a marca do presente no ato de narrar o passado, justamente porque, no discurso, o presente tem uma hegemonia reconhecida como inevitável e os tempos verbais do passado não ficam livres de uma “experiência fenomenológica do tempo presente da enunciação” (Sarlo, 2007, p. 49).

Partindo dos conceitos benjaminianos, Sarlo compreende a relação intrínseca entre experiência e testemunho, e da ligação do passado com a subjetividade do narrador, que tenta, no presente, atribuir um sentido aos fragmentos. Nesse sentido, a autora afirma a necessidade da crítica historiográfica sobre os testemunhos, de modo a escapar de uma “fetichização da verdade testemunhal” e evitar que eles permaneçam confinados em uma cristalização inabalável, que retira deles sua potência ao instrumentalizá-los na afirmação de um sentido unificador para os eventos.

A necessidade de se pensar o testemunho por outras perspectivas no contexto contemporâneo é abordada por Gagnebin, que destaca o papel do chamado “terceiro”, aquele que não sofreu diretamente o trauma, por sua capacidade de restituir um sentido humano ao mundo, pelo espaço simbólico da narração:

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (Gagnebin, 2006, p. 57).

Fora do par “algoz-vítima”, o terceiro participa ativamente da construção da memória e do trabalho de luto, realizado em um esforço de escuta e compreensão que permite transmitir a experiência dos que se tornaram incapazes de narrar a própria história. A literatura, desse modo, é uma das ferramentas que viabiliza essa simbolização, produzindo representações que instituem sentidos sobre o real (Chartier, 2002). Entendendo-a como uma prática cultural capaz de transformar e questionar a realidade, é possível analisar criticamente como essas significações são construídas e articuladas em redes discursivas, nos seus respectivos contextos sociais. Não se trata, portanto, de observar a obra e os personagens como meros reflexos da realidade onde foram criados ou do pensamento da autora, mas de discutir como, a partir da escrita, Lage produz sentidos sobre os silenciamentos históricos e participa desse trabalho coletivo de luto, ocupando (assim como Daniel, em sua trama) o local da testemunha solidária.

No caso das experiências traumáticas, individuais e coletivas, a ficção é observada por Arfuch como uma das estratégias possíveis de elaboração, apresentando um caráter alegórico que a diferencia de outras modalidades discursivas de transmissão da memória. Desprovida do rigor esperado em um testemunho, a literatura, para a autora, “(...) es capaz de alcanzar toda la profundidad — y la crudeza — de una experiencia ‘propia’: se encuentra entonces, quizá, más cerca de lo colectivo.” (Arfuch, 2013, p. 69). Nesse

sentido, as formas literárias possibilitam a produção de imagens com cargas afetivas, que expressam subjetividades dificilmente acessadas diretamente nos depoimentos, além de permitir que as vivências traumáticas adquiram novos contornos ao serem recriadas no campo ficcional. Sarlo, reconhece a potência da literatura na criação de descrições artisticamente controladas, cuja força independe do aspecto autobiográfico, na elaboração do passado recente (Sarlo, 2007, p. 119). Eurídice Figueiredo também observa como o uso de recursos simbólicos na criação ficcional permite evocar sentimentos e evidenciar as lacunas das narrativas oficiais de forma única, o que também demonstra a importância do estudo desse tipo de fonte em uma perspectiva histórica (Figueiredo, 2017).

Seligmann-Silva (2022), também pensando a relação entre literatura e traumas históricos, discorre sobre a noção de testemunho, levando em consideração sua importância tanto para quem o produz como para quem entra em contato com ele:

(...) minha proposta é entender o testemunho na sua complexidade enquanto um misto entre a visão, a oralidade narrativa e a capacidade de julgar: um elemento complementa o outro, mas eles relacionam-se também de modo conflitivo. O testemunho revela a linguagem e a lei como constructos dinâmicos, que carregam a marca de uma passagem constante, necessária e impossível entre o “real” e o simbólico, entre o “passado” e o “presente”. Se o “real” pode ser pensado como um “desencontro” (algo que nos escapa como o sobrevivente o demonstra a partir de sua situação radical), não deixa de ser verdade que a linguagem — sobretudo a linguagem da poesia e da literatura — busca esse encontro impossível (Seligmann-Silva, 2022, p. 126).

Para o autor, essa concepção sobre o testemunho cria a possibilidade da construção de uma memória coletiva atravessada pela experiência dos sujeitos que narram, mas que apenas se concretizará de fato caso exista o espaço para a escuta. A escrita literária, em um âmbito individual, configura um meio de simbolização do “real”, aqui compreendido como um evento que resiste à representação, sendo uma ferramenta importante para o redimensionamento do fato traumático ao viabilizar sua narração. Para a coletividade, esse processo “pode servir para a criação de um novo espaço político para além dos traumas que serviram tanto para esfacelar a sociedade quanto para construir novos laços políticos” (Seligmann-Silva, 2022, p. 195), sendo fundamental para a elaboração da memória em contextos pós-ditatoriais. Reforça, contudo, que esses efeitos transformadores do testemunho são limitados, no caso brasileiro, pelo cerceamento sistemático da escuta, destacando que “O espaço testemunhal deve ser conquistado e construído como estratégia para produzir outros espaços imagéticos resistentes” (Seligmann-Silva, 2022, p. 194).

A ideia do “teor testemunhal” nas narrativas ficcionalizadas indica, segundo o autor, “diversas modalidades de relação metonímica entre o ‘real’ e a escritura” (Seligmann-Silva, 2022, p. 131). Logo, não se trata apenas da presença no enredo de um acontecimento histórico vivenciado por quem escreve, mas a obra como um todo deve ser lida do ponto de vista da elaboração desse teor. No romance de Lage, a estrutura fragmentada da obra, com a articulação de diferentes temporalidades e pontos de vista, a construção dos personagens, suas relações, e o modo como as descobertas sobre o passado surgem no decorrer da trama são exemplos significativos de elementos do texto literário para essa composição. A narração testemunhal, nesse sentido, é caracterizada pelas inscrições do passado no texto como manifestações de uma subjetividade atravessada pela história, restituindo os fragmentos da experiência perdida.

O diálogo entre história, memória e literatura é de grande relevância para a análise de produções culturais contemporâneas, como *O Corpo Interminável*, nas quais se realiza um trabalho de luto pela reelaboração dos traumas do passado recente em um prisma alegórico. Por essa perspectiva, é possível observar na escrita literária dimensões do real não marcadas pela factualidade, nas quais o vazio e o indizível podem emergir nas fissuras das narrativas oficiais, confrontando o leitor com a incompletude. Ao invés de um ciclo de repetições, a transmissão da experiência pelas testemunhas, na definição de Gagnebin, viabiliza outras possibilidades de construção da história, atravessada por corpos e subjetividades.

Anistia, esquecimento e trauma no Brasil contemporâneo

As consequências da Ditadura Militar para a sociedade brasileira têm sido amplamente estudadas pelas ciências humanas, que denunciam as permanências estruturais ocasionadas pela não punição dos responsáveis por violações de direitos humanos cometidas sistematicamente pelo regime, e reivindicam a construção uma memória coletiva crítica, que finalmente possibilite o sepultamento simbólico dos mortos do período (Teles e Safatle, 2010). Nesse sentido, a Lei da Anistia de 1979, que concedeu o perdão de forma recíproca a vítimas e perpetradores, é apontada como um mecanismo de imposição do esquecimento e silenciamento do tema na esfera pública, que instaura uma reconciliação artificial que impossibilitou o trabalho efetivo de luto (Gagnebin, 2010).

Marcos Napolitano (2015) destaca que, como efeito de uma transição democrática negociada entre militares e diferentes setores de oposição, ocorreu a formação de uma

memória hegemônica liberal-conservadora sobre o período. Apesar de a narrativa consolidada ser crítica ao autoritarismo do regime e valorizar simbolicamente a resistência democrática, ela não se concretizou em mudanças estruturais no processo de reorganização do Estado ou em ações efetivas de responsabilização. Ao contrário, assumiu um tom conciliatório e moderado, defendido como necessário para o estabelecimento da ordem institucional sem uma nova ruptura:

Portanto, neste caso, combinam-se silêncios convenientes no presente que apontam para a necessidade de esquecimento do passado para que a democracia se efetive. Neste caso, trata-se de um silêncio do perpetrador das violências que é diferente do silêncio da vítima. O silêncio do perpetrador encontra respaldo no discurso oficial do poder em vigência ou das suas redes de proteção institucionais após a queda política. O silêncio da vítima é produto de um trauma. O silêncio do perpetrador e seus herdeiros políticos, é tabu” (Napolitano, 2015, p. 27).

O desgaste dessa memória hegemônica é observado no Brasil a partir de 2006, tornando-se cada vez mais explícito no decorrer das últimas décadas com a reabilitação de discursos revisionistas e negacionistas no debate público, até então restritos a grupos militares e setores sociais mais conservadores (Napolitano, 2022). Paralelamente, as fissuras na narrativa oficial são evidenciadas com a emergência das memórias subterrâneas do trauma da violência de Estado, tanto na forma de disputas no campo jurídico e institucional, quanto em produções culturais e artísticas.

Em resposta ao processo de esquecimento comandado, as lutas pela memória das vítimas da ditadura emergiram de forma contundente, em diferentes esferas, protagonizadas, a princípio, por sobreviventes e familiares de mortos e desaparecidos, apoiados por movimentos sociais (Teles, 2010). No âmbito institucional, são exemplos de conquistas desses grupos a criação da Comissão Especial sobre Mortos Desaparecidos Políticos (CEMDP) em 1995, extinta em 2022 e reinstalada em julho de 2024, e da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entre 2011 e 2014, que tiveram como resultados descobertas relevantes e a produção de relatórios. Ainda que o alcance dessas iniciativas para a inscrição de uma memória crítica sobre o período tenha sido limitado, sobretudo pela impossibilidade de punir os agentes da repressão, elas desempenharam um papel crucial ao trazer o debate para o espaço público, especialmente no contexto da CNV.

As reflexões suscitadas naquele momento ocasionaram uma ampliação significativa do campo de estudos sobre esse tema, além de possibilitar uma maior visibilidade de perspectivas historicamente marginalizadas. A especificidade das violações cometidas contra mulheres, negros, povos indígenas, trabalhadores urbanos e camponeses, o combate a sexualidades consideradas dissidentes, e a atuação de

movimentos sociais configuram uma área que vem se expandindo na produção acadêmica mais recente. O surgimento de novos testemunhos a partir das investigações também é um aspecto relevante para a visibilidade desses sujeitos, muitos dos quais apenas conseguiram relatar a própria experiência nesse momento, como é o caso de pessoas que tiveram sua infância e adolescência impactadas pela repressão.

No ciclo de audiências públicas “Verdade e Infância Roubada”, realizado em 2013 pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, coletaram-se depoimentos de filhos de ex-presos políticos, perseguidos e desaparecidos, publicados no livro *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* (2014). O estudo desses testemunhos adquire importância ao trazer à tona dimensões ainda mais fortemente silenciadas na coletividade. A angústia, o isolamento e o desamparo experienciados por essas pessoas, simbolizados na figura de Daniel, não constituem apenas um sofrimento individual, mas uma ferida que permanece aberta e se desdobra sobre o corpo social como um todo em um trauma não elaborado.

No campo cultural, a literatura produzida a partir desses processos, lida como fonte histórica, possibilita a análise de experiências e subjetividades anteriormente silenciadas, por meio das quais observam-se elaborações críticas sobre os efeitos do esquecimento imposto (Seligmann-Silva, 2022). Figueiredo, nesse sentido, reconhece na fase mais recente do corpus literário que analisou, produzida entre 2000 e 2016, obras em que as experiências aparecem transfiguradas nas narrativas, repercutindo a persistência do trauma através das gerações, e uma busca por reconstituir as memórias desse passado (Figueiredo, 2017, p. 87).

Nas pesquisas mais recentes, nota-se um boom de ficções sobre o período ditatorial a partir da década de 2010, especialmente após 2014, na qual a obra de Cláudia Lage está inserida. Em um levantamento realizado por Lua Gill da Cruz (2021), com um recorte entre 2000 e 2020, é evidenciado que aproximadamente 70% dos livros foram publicados nos últimos seis anos desse período (Cruz, 2021, p. 36). Os debates suscitados pela CNV são mencionados como uma das possíveis explicações, entre os diversos fatores diretamente conectados aos processos políticos, sociais e culturais do período. Também é relevante mencionar a efeméride do cinquentenário do Golpe de 1964 como um evento que reacendeu as discussões na esfera pública (Perlatto, 2017), e a intensificação dos processos de disputa dessas memórias em meio à conjuntura política do país no período. Desde essa época, já eram vistos cartazes, em manifestações contra a então presidenta Dilma Rousseff, com dizeres que demandavam uma intervenção militar. A situação se agravou no decorrer da década com a ascensão da extrema-direita, que

chega à presidência em 2018 com a eleição de Jair Messias Bolsonaro. O *impeachment* da presidenta, em 2016, é considerado um marco nesse processo, sendo o voto do então deputado federal Bolsonaro, dedicado à “memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”, um ato emblemático dentro desse panorama.

Com isso, Cruz identifica um comprometimento de escritores brasileiros em discutir o tema, com algumas das obras sendo publicadas como resposta direta a esse cenário (Cruz, 2021, p. 41). A elaboração crítica a partir dos testemunhos e documentos oficiais em diálogo constante com o presente é amplamente discutida pela autora em sua tese:

A inserção dos arquivos representa uma tentativa de legitimação e de reforço do discurso que é a todo momento questionado pela narrativa hegemônica de esquecimento. Incorporam, em intertextos, formas de autenticação do que narram de maneira a também dialogar ou contrapor-se à historiografia. Lidam diretamente com a disputa em torno dos sentidos produzidos sobre a ditadura no presente. De outra parte, o uso de outros materiais auxilia as narrativas diante da dificuldade da narração, da sua impossibilidade e da vontade de calar. Demonstam com outros meios o que, possivelmente, não encontrou palavras para se contar. É nesta corda bamba, então, entre ficção e história, e a partir dela, que se edificam literária e ficcionalmente essas obras (Cruz, 2021, p. 44).

A literatura brasileira contemporânea, portanto, ao incorporar testemunhos e documentos da ditadura militar, configura-se como espaço privilegiado de elaboração do trauma histórico, operando na tensão entre memória individual e coletiva. Em *O Corpo Interminável*, Cláudia Lage não apenas dialoga com depoimentos reais, mas também inscreve sua própria experiência como membro de uma geração pós-ditatorial que, mesmo não tendo vivido diretamente a repressão, herdou seus silêncios e rupturas. Nesse sentido, assume o papel do “terceiro” (Gagnebin, 2006), resgatando vozes apagadas pelo esquecimento institucionalizado e, simultaneamente, expondo as marcas deixadas pelo trauma na subjetividade de quem herdou um passado não resolvido.

Desse modo, a análise proposta busca compreender de que maneiras Lage incorpora o testemunho à obra, principalmente em como os traumas da ausência e da omissão sobre o passado são inscritos na narrativa de Daniel. Privilegiam-se os aspectos relacionados ao seu ambiente familiar, suas relações interpessoais, em especial com o avô, e suas tentativas de elaborar o próprio passado, colocando as representações ficcionais presentes no romance em diálogo com os depoimentos coletados em *Infância Roubada* e as experiências pessoais referenciadas pela autora em entrevistas.

Cláudia Lage e o testemunho

Cláudia Lage, em diversas entrevistas, comenta sobre como suas memórias foram utilizadas para moldar a narrativa, tanto recordações da infância e adolescência nas décadas de 1970 e 1980, como o impacto do início do processo que culminou na ascensão da extrema direita, após o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, em suas percepções. Tendo crescido durante a ditadura, a autora relata o silenciamento do tema mesmo após a abertura política, destacando entre suas lembranças a experiência de descobrir apenas na vida adulta que uma velha amiga de sua família havia participado da luta armada (GELBC, 2020). Desse modo, inicia a escrita do livro em 2011, no contexto dos debates em torno da CNV, motivada sobretudo por essas questões pessoais, e tratando o período como matéria de memória. Contudo, como mencionado, essa visão muda a partir de 2016, em meio a um momento político conturbado no país, e com um crescimento visível de manifestações que exaltavam a Ditadura Militar nas ruas, que voltaram a torná-la um problema do presente.

Nesse momento, avalia que a história que narrava a princípio havia perdido o sentido, vendo-se na necessidade de reescrevê-la quase completamente. O resultado desse processo é a incorporação da instabilidade e da dúvida à construção da trama, sobretudo no ponto de vista de Daniel: “Escrevo essas palavras e me pergunto por que as escrevi, por que essas e não outras, por que esses acontecimentos e não outros, escrevo sem saber onde tudo começa e termina, se neles, se em nós” (Lage, 2019, p. 194).

O teor testemunhal, desse modo, passa a ser parte fundamental da produção, não apenas com a reelaboração das experiências de pessoas que vivenciaram a época, estudadas por ela ao longo desse tempo, mas também a sua, enquanto parte da geração que sofreu com esse silenciamento (Seligmann-Silva, 2022). Em entrevista à revista *Continente*, aborda diretamente a questão:

De certa forma, eu segui o mesmo caminho de Daniel e Melina, buscando remontar a história pelo seu arquivo, seu registro, enquanto, ao mesmo tempo, me questionava como mulher e brasileira vivendo dentro de um país em constante amnésia, pergunta que também atingiu meus personagens (...) O pavor e perplexidade que senti, no entanto, eles sentiram também, como um estado emocional, uma memória inconsciente, algo entranhado no corpo, no DNA, um arquivo em cada um de nós (Lage, 2021).

A reflexão sobre os efeitos de uma amnésia coletiva sobre a Ditadura Militar, ainda maior sobre as questões de gênero, e consequentemente a instabilidade da democracia que a sucedeu passa a nortear a escrita da obra nesse momento. O processo

de reescrita demonstra uma tentativa de capturar a complexidade e a fragmentação da memória histórica, abordando a presença de lacunas muitas vezes irrecuperáveis, que são incorporadas à trama da busca de Daniel pela memória de sua mãe, concluída sem a possibilidade de uma resolução definitiva ao final do romance:

A cena em que Julia pega o filho e o entrega ao amigo, com quais sentimentos ela se despede do filho, se chega a se despedir, se não foi o contrário, o filho já nos braços do amigo que se despede da mãe, porque a mãe já é um corpo, a mãe não está mais lá, *penso em outras formas e não consigo ir adiante, essa cena é impossível recompor*. (Lage, 2019, p. 181, grifo próprio)

Contudo, ao evidenciar essas lacunas impossíveis de serem preenchidas, não nega a importância da investigação e do resgate histórico, mas a reforça, como o narrador benjaminiano que busca transmitir a experiência nas ruínas da narrativa:

É um livro que ressalta, mesmo que há coisas que são irrecuperáveis. Que é preciso falar sobre para recuperar a memória, mas que a memória, a história, ela foi tão, tão fragmentada que não dá para recompor o quadro todo. Vai faltar a peça. Então eu escrevi a partir desse lugar, de que esse é um quebra cabeça com as peças faltando e esse quadro inteiro nunca vai ser refeito, montado. Mas que é preciso de alguma forma mostrar que esse quadro existe, que isso existiu, que pessoas passaram por isso e que é uma história que o Daniel precisa recuperar de forma pessoal, também é uma história que o país precisa recuperar para ser um país (Gelbc, 2020).

Nesse sentido, a autora defende a literatura como meio possível para esse processo, vendo nela uma possibilidade de interferir, ressignificar, e produzir sentidos sobre situações profundamente dolorosas. De modo similar a outros escritores que produziram sobre o tema nas últimas duas décadas, Lage consegue “reelaborar o vivido no modo ficcional, inspirando-se de casos verídicos, porém já transmutados” (Figueiredo, 2017, p. 86). Deyse Marques observa mais atentamente como essa elaboração de sentidos sobre o trauma ocorre a partir do posicionamento da autora.

A autora mobiliza a zona do imaginário e da criação para expor a possibilidade, ainda que restrita, e a necessidade, ampla e urgente, de se posicionar em face da História oficial e de construir elementos que, dentro de uma apresentação ficcional, respondam ao compromisso de não deixar que a verdade seja esquecida. A sua tomada de posição diante do texto demonstra que *O corpo interminável* é uma obra aberta à reconstrução crítica da História oficial, assumindo, assim, um papel que é literariamente estético e formal, mas também social e coletivo (Marques, 2023, p. 28).

Portanto, a análise da obra e de seu processo de escrita possibilita a compreensão de como Lage busca elaborar os eventos históricos, bem como as tensões no Brasil

contemporâneo que deles decorrem, no campo ficcional, colocando-se como uma agente ativa nos processos de construção coletiva (Jelin, 2017). Simultaneamente na posição de um terceiro, que lê e escuta os depoimentos de vítimas, se solidariza e trabalha para a transmissão de sua memória, e de uma herdeira do trauma, a autora reconfigura a própria experiência com o silenciamento pela narração, inscrevendo o próprio testemunho, na perspectiva do protagonista (Gagnebin, 2006; Seligmann-Silva, 2022).

O narrador e o passado presentificado

Havia um avô e um menino, contei à Melina, esse menino cresceu imerso no silêncio do avô. Não sei se era alegre ou triste, era uma criança que não sabia da sua história, não sabia de nada. Tento lembrar, mas não consigo, não consigo me aproximar desse menino, olhar para dentro dele, pensar o que ele pensava, sentir o que sentia, medir até onde percebia as suas circunstâncias, o seu isolamento, o que lhe faltava (Lage, 2019, p. 25).

O trauma da ausência é uma constante na vida de Daniel. Criado por seu avô Sebastião, na mesma casa onde a mãe vivera, ele experiencia um profundo sofrimento desde a infância, agravado pela imposição do silenciamento quase total no ambiente doméstico sobre o passado de Júlia e seu desaparecimento. Uma única foto de seu rosto é entregue a Daniel pelo avô, com a sentença “foi o que restou” (Lage, 2019, p. 37), atitude lida como uma tentativa de colocar algo sobre o vazio e encerrar os questionamentos. Apesar disso, a imagem apenas suscita uma sequência de interrogações, que Sebastião não respondeu: “O sorriso foi só para a foto, ou ela sorria sempre assim? Que lugar bonito é esse? Quem estava atrás da câmera? Foi o senhor quem tirou a foto? Foi o meu pai?” (Lage, 2019, p. 37). O desejo de preencher essa lacuna motiva o protagonista a estudar e procurar vestígios, em uma tentativa de reconstituir essa memória apagada. Sua busca, portanto, não se orienta apenas por um senso de fidelidade ao passado e à mãe desaparecida, mas também pela própria necessidade no presente de romper com um ciclo de repetições traumáticas no qual se vê preso (Gagnebin, 2006).

A narração de Daniel, que fala sobre a própria infância em terceira pessoa, evidencia a desconexão com a própria identidade provocada por essa falta. Os impactos do desconhecimento de seu passado familiar, e da relação emocionalmente distante entre ele e seu parente mais próximo, se materializam no trecho na forma de um homem que não se reconhece no menino que foi, incapaz de dimensionar o próprio isolamento naquele momento. Os efeitos intersubjetivos do silenciamento imposto e a ausência de memória aparecem de forma recorrente nos testemunhos de *Infância Roubada: Crianças*

atingidas pela Ditadura Militar no Brasil, marcando grande parte dos relatos de filhos de ex-militantes políticos, tanto os que vivenciaram a clandestinidade na infância, constantemente precisando se deslocar e negar os próprios nomes e vínculos familiares, como os que sofreram com a prisão e desaparecimento dos pais. O depoimento de Rosa Maria Martinelli, filha do ex-guerrilheiro Raphael Martinelli, é um exemplo dessa necessidade de buscar no passado familiar e na rememoração da história brasileira a reconstrução desse senso de pertencimento:

Meu pai fala pouco a respeito disso, mas a marca que ficou foi muito grande em todos nós, os filhos. Porque você tem que recolher tudo isso para criar uma certa identidade, porque você veio dali. O que eu posso dizer é que nesse tempo todo eu vim perguntando a ele toda a história e fui sempre me interessando por tudo isso. Não só a história dele, mas a história da ditadura no Brasil ou em qualquer outro lugar, eu sempre tive um grande interesse, eu queria saber, esmiuçar, esmagar aquilo dentro de mim (São Paulo, 2014, p. 111).

Rosa tinha apenas oito anos quando o pai foi preso pela primeira vez, e relata que pessoas próximas a ela, com a intenção de poupá-la do contato com essa violência, acabaram por silenciar todos os seus questionamentos sobre o assunto: “Era sempre ‘xiii, não pode falar’. Eu perguntava, e falavam ‘psiu’. Era sempre um silêncio e eu chorava muito porque sentia a falta dele” (São Paulo, 2014, p. 109). Essas experiências produziram efeitos com os quais precisou conviver por muitos anos, sobretudo um distanciamento emocional em relação às pessoas por quem nutria afeto. Desse modo, na vida adulta, passa a reconhecer as conexões rompidas, procurando em fitas, cartas, e outros vestígios do passado um meio de reconstituir a própria identidade, e se aproximar de uma parte da história do pai que, até então, permanecia desconhecida para ela.

Na figura de Daniel, Lage produz uma representação por meio da qual busca explorar uma subjetividade que, assim como a de Rosa, sofreu os efeitos da desconexão com o passado, ocasionada por uma interdição imposta sobre essas memórias. No âmbito social, a experiência da autora em crescer em um país marcado pelas consequências da Lei da Anistia pode ser lida de modo análogo, inscrita na forma como o protagonista se relaciona com suas lembranças, com as pessoas de seu convívio e com a própria busca no presente. Apesar de não ter sido impactada diretamente pela repressão, Lage se relaciona de forma subjetiva com os testemunhos com os quais trabalha em sua criação literária, assumindo o papel de levar essas palavras adiante, ao mesmo tempo em que narra as próprias vivências de forma simbólica (Gagnebin, 2006; Arfuch, 2013)

No testemunho de Rosa, a continuidade do silêncio se faz presente em sua vida apesar de sua vontade: “Se tem algum lugar que a ditadura, a história me alterou, foi aí.

Eu acho que foi no amor que eu não sei expressar. (...) É como se eu não pudesse falar porque o silêncio era a coisa mais importante naquele período. Eu aprendi direitinho o silêncio, e eu queria me livrar dele.” (São Paulo, 2014, p. 111). Na obra, esse aspecto é tematizado sobretudo na relação complexa do protagonista com o avô: “Vivemos num carinho guardado desde sempre” (Lage, 2019, p. 106), é a frase que sintetiza esse vínculo, proferida por Daniel ao constatar a surpresa com o fato de ter chorado após a morte do velho.

O conflito entre os dois personagens é estabelecido logo no início da narrativa, com a oposição entre os questionamentos do menino e o silêncio do avô, que reclamava “De onde esse garoto tira tanta pergunta” (Lage, 2019, p. 37). Apesar disso, Sebastião nunca o impediu de ler os jornais ou escutar o rádio e a televisão, gesto interpretado por Daniel, depois de adulto, como uma tentativa de se redimir dessa omissão, ao permitir que o menino obtivesse por conta própria a informação que não era capaz de dizer. A vizinha, D. Jandira, tenta por vezes apaziguar a situação, respondendo algumas das indagações do rapaz que ajudara a criar. Contudo, em geral, apoia a decisão do velho, com quem possui uma relação de longa data, e o auxilia a apagar os vestígios restantes de Júlia na casa.

Ela desapareceu, ele disse uma única vez. Sem aviso nem despedida. Foi isso. Faltou com a verdade. Comigo, o pai. O menino pensava que o avô também faltava. É só um garoto, aconselhava D. Jandira, não precisa dizer nada. Um dia ele vai saber. Quando crescer, quando for um homem. Não é preciso dizer nada (Lage, 2019, p. 49).

Além de demonstrar algum ressentimento, a fala de Sebastião, com afirmações curtas e diretas que buscam encerrar a possibilidade de diálogo, evidencia uma ordem familiar que deveria ser mantida, com uma hierarquia patriarcal que também passou a ser imposta sobre Daniel. Contudo, assim como a mãe, o rapaz comete atos de desobediência, buscando o passado na materialidade dos objetos presentes na casa e tentando descobrir sozinho o que foi oculto. Não acreditando que a fotografia de Júlia mostrada a ele era realmente tudo o que restou, o menino abre as caixas do avô pela primeira vez, encontrando um álbum vazio em meio a diversas imagens soltas de pessoas da família:

O álbum estava vazio. Eu poderia concluir que o avô ia colocar as fotos e por algum motivo não pôs, mas o álbum tinha as marcas das fotografias, e as fotos soltas não encaixavam com as marcas. Os tamanhos e as bordas eram diferentes. A sequência fora interrompida. A ordem das fotografias familiares quebrada após a foto da adolescente com espinhas, como se nada tivesse acontecido depois. (...) Por mais que se tente apagar, como a madeira raspada — mas nem a madeira

raspada extinguiu todo o papel, o resto da imagem. As fotos sumiram, mas as marcas ficaram, sempre há algo que fica (Lage, 2019, p. 40).

Esperando ter respostas, Daniel se depara com algo que apenas lhe gera mais angústia. A atitude de Sebastião, nesse momento, parece reforçar o quanto a ocultação do passado não diz respeito ao neto, mas à própria incapacidade de olhar para trás e encarar o vazio deixado pelo desaparecimento da filha. Apesar disso, o luto não processado pelo avô acaba por impossibilitar que Daniel construa uma narrativa coerente sobre suas origens e sobre a figura de Júlia. A cena produz uma imagem que simboliza não apenas a dinâmica entre os personagens, mas um microcosmo da dificuldade de reconciliação com um passado marcado por perdas e lacunas, apontando para a dimensão intergeracional do trauma e do silenciamento que atravessa a sociedade brasileira. Mesmo o desejo de esquecer do velho, que arranca as imagens do álbum, ainda deixa marcas, refletidas no vazio experienciado pelo neto, que se vê na necessidade de buscar a restauração dessa memória perdida.

Na narrativa de Lage, Daniel tenta preencher esse vazio: na falta do corpo, resta a ele abraçar os vestígios a que teve acesso, imaginar sobre o desconhecido, e talvez nutrir alguma esperança de que ela não tenha sido morta. Nesse sentido, a materialidade das memórias é um elemento fundamental tanto em sua busca quanto na forma como constitui a própria subjetividade em meio a um ambiente permeado por recordações suprimidas. Jelin observa como a memória é produzida, individual e socialmente, com base nesses resquícios:

Lo que el pasado deja son huellas, en las ruinas y marcas materiales, en las huellas “mnésicas” del sistema neurológico humano, en la dinámica psíquica de las personas, en el mundo simbólico. Pero esas huellas en sí mismas no constituyen “memoria” a menos que sean evocadas y ubicadas en un marco que les dé sentido (Jelin, 2002, p. 32).

Segundo a autora, parte do trabalho dessa construção está em trazer à luz o que foi encoberto, acessar essas marcas do passado apesar dos mecanismos de repressão (psíquicos ou institucionais) que tentam conter esses esforços. A casa de Daniel, desse modo, pode ser entendida como um microcosmo desses processos. Crescer no quarto de sua mãe significa, para ele, estar sempre em contato com a presença fantasmagórica de um evento brutal, silenciado pela autoridade máxima daquele ambiente:

Não lembro de nenhuma sensação de conforto ao dormir na cama da minha mãe, não era nela nem em seu sorriso que pensava mas na sua ausência e na sua morte nunca confirmada, no seu corpo que não estava, que não se podia ver nem tocar, isso me assombrava, como um monstro

no armário, mas muito pior do que um monstro no armário, porque eu sentia em minha pele, era um horror real (Lage, 2019, p. 42-43).

Apesar das tentativas do avô de apagar qualquer lembrança de Júlia, seus rastros permanecem, emergem no cotidiano, e continuam afetando os habitantes da casa. Daniel, desde a infância, é quem busca reconstruir o elo com o passado, atribuindo sentido às marcas que sobreviveram à limpeza feita por D. Jandira. O quarto de Júlia, seus móveis, a fotografia, um adesivo na parede, um livro anotado e incompleto: tudo torna-se um vestígio para o rapaz que “não consegue imaginar a mãe como uma pessoa que existiu” (Lage, 2019, p. 43), mas como uma figura etérea e inalcançável. Desse modo, o esforço, em diversos momentos, parece evidenciar ainda mais a dor e a angústia de ser permanentemente confrontado com uma perda imposta a ele antes que pudesse compreendê-la, e que acabou por configurar toda a sua subjetividade.

As sensações de deslocamento em relação ao próprio passado persistem na vida adulta, sobretudo quando o protagonista por diversas vezes tenta escrever mas, a princípio, sempre acaba se deparando com o isolamento e o desamparo:

Queria falar da solidão desses dois seres, a solidão extrema enquanto eram um só corpo, a absoluta quando se separaram. A criança arrancada da mãe não chegou a ser aninhada em seus braços. Não houve acalanto. Não houve o mútuo reconhecimento pelo cheiro, nem a emoção de encontrar fora do corpo uma parte de si. [...]. A criança é arrancada da mãe, esse gesto permanece, esse acontecimento marca tudo que virá depois. Talvez eu tenha escrito a frase nesse momento, na tomada de consciência de que tudo esteve, está e estará sempre impregnado, contaminado por esta ruptura, uma chegada inóspita ao mundo (Lage, 2019, p. 36).

As marcas do desaparecimento sobre quem permanece, constituem uma temática central em diversas narrativas sobre o período, tanto depoimentos como produções ficcionais. Janaína Teles analisa os impactos dessa forma de ação repressiva, tendo como foco a organização de mobilizações por familiares em torno dos casos de desaparecimentos forçados:

O silêncio introduzido pelo terror do desaparecimento cria uma situação sem um fim, perpetuando a tortura que é vivenciar a ausência de seus corpos e de informações. “A não existência de um momento único de dor e de obrigações morais sobre o morto, associada ao desconhecimento das formas de morte, constitui uma nova figura: a da privação da morte. A categoria desaparecido representa esta tripla condição: a falta de um corpo, a falta de um momento de luto e a falta de uma sepultura”. Mata-se a morte, faz-se “[...] reinar a morte da morte, infectando com isso a vida, que perde assim todo sentido outro que a força pura”. Ao tornarem anônima a morte, roubaram da morte o significado de desfecho de uma vida realizada, informando que nem a

morte pertence ao desaparecido e que ele não pertenceria a ninguém (Teles, 2010, p. 269).

A incompletude é sentida por Daniel durante uma briga com a vizinha: “A sua mãe sumiu, só pode estar morta, só a morte faz uma pessoa desaparecer assim. O menino estremeceu, então não havia uma confirmação, ela poderia estar viva.” (Lage, 2019, p. 88). O pensamento faz Daniel se apegar ainda mais aos últimos resquícios materiais de Júlia. A sensação expressa pelo personagem reverbera relatos como o de Tessa Moura Lacerda, filha do militante Gildo Lacerda, assassinado sob tortura em 1973. Seu óbito foi noticiado oficialmente como resultado de um tiroteio, e a família nunca pôde reaver o corpo. A impossibilidade do sepultamento tornou a aceitação da morte algo inviável para Tessa durante anos de sua vida:

Eu, aos 9, 10 anos, tinha esperança de que Gildo tivesse conseguido fugir. Acho que aos 15 anos eu ainda não tinha desfeito essa fantasia, queria acreditar que ele tinha conseguido fugir. Como a ditadura foi até 1985 (ano em que completei 11 anos), eu achava que essa era a justificativa para que ele não tivesse aparecido. Minha mãe jamais me sonegou essa informação. Jamais. Mas eu não queria acreditar. Eu queria acreditar que ele estava vivo e que nem ela sabia (São Paulo, 2014, p. 285).

Desse modo, a busca pela restituição dos mortos constitui uma tentativa de recuperar esse sentido de encerramento, mesmo que muito tardiamente, e viabilizar o trabalho de luto (Gagnebin, 2010). Na figura de Daniel, Lage reconstrói essa experiência, com um personagem que encarna, aos olhos de Sebastião, a ausência de Júlia, ao mesmo tempo em que sofre profundamente com a desconexão provocada por essa falta. O abismo entre os dois personagens é destacado ao longo de todo o romance, fato sobre o qual Daniel reflete após a morte do avô. Ao final da trama, a possível responsabilidade do velho na denúncia da filha para a repressão é levantada:

Sebastião serviu ao exército tempo suficiente para conhecer muita gente, o mensageiro escreveu. Há suspeitas de que ele denunciou a célula de Julia, que ela foi presa com os companheiros, mas que o combinado era que não fosse, e o seu Sebastião correu todos os departamentos oficiais para que o acordo fosse cumprido, há suspeita, há indícios. (Lage, 2019, p. 190).

Com essa possibilidade, as ações de Sebastião ao longo da trama são redimensionadas, sendo não apenas resultado da brutalidade do regime, mas também consequências de uma decisão pela qual carregou a culpa durante toda a vida. Apresentado como a personificação do silenciamento e do autoritarismo no ambiente doméstico, também exerce o papel de um pai que, sem jamais ter descoberto o paradeiro

da filha, permaneceu imobilizado pelo trauma e pelo ressentimento, em um ciclo de repetições transmitido à geração seguinte (Seligmann-Silva, 2022, p. 146).

O caráter fragmentário e de incompletude da obra é reforçado pelo desfecho, no qual, ainda que se encontrem novas informações, a história de Júlia em sua totalidade não pode ser recomposta. Daniel reencontra uma meia-irmã, Olívia, que carrega informações sobre o pai, José, que ele nunca conhecera. Com isso, tem acesso a cartas trocadas entre ele e Sebastião, e alguns rascunhos, que não sabe se chegaram ou não a ser transcritos e enviados. Ao invés de preencher as lacunas, a narrativa de Lage as destaca, trazendo-as para o presente e produzindo novas elaborações em torno delas:

O avô tinha recomposto um fio: a filha sumira de casa grávida de poucos meses (não tinha barriga). Foi para algum lugar (onde) onde passou a gravidez (como) e teve o filho (onde quando como). Depois do nascimento, o fio se rompe de novo (Lage, 2019, p. 180-181).

A incompletude é apontada por Lage como parte central da forma como o romance foi pensado a partir de 2016, destacada no excerto pelas dúvidas colocadas entre parênteses. Nesse sentido, evidencia-se como os impactos do contexto político vivenciado por ela reverberaram em seu processo de escrita, tanto na perspectiva de sua relação pessoal com as próprias memórias a respeito da infância e adolescência nas décadas de 1970 e 1980 a partir do presente, como nas formas literárias que essas rememorações passam a assumir:

Primeiro comecei pensando na busca da história da mãe do Daniel; depois, eu percebi que é uma busca impossível. É uma busca que na verdade é uma perda, já se começa a busca sabendo que é uma perda, que é a busca de uma perda. Então, na verdade, as lacunas começaram a aparecer mais do que a própria história. Quando eu comecei a escrever, eu percebi que escrever uma possível história da Júlia, a mãe do Daniel, era impossível (Podcast Página Cinco, 2021).

Lage, com isso, consegue simbolizar nos protagonistas aspectos coletivos de uma geração, marcada pela transmissão fragmentada de um passado traumático, da qual ela também faz parte (Benjamin, 1985). A busca por respostas, mesmo diante da impossibilidade de uma recomposição completa, representa a necessidade de um esforço coletivo para que o trabalho de rememoração seja realizado, não apenas para restaurar o que foi perdido, mas para evidenciar as lacunas que marcam a experiência dessa geração (Seligmann-Silva, 2022). Como afirma Marques, “O livro é construído sobre esse alicerce: da história não contada do passado irrecuperável e das consequências desse desconhecimento na vida dos personagens e na vida do país” (Marques, 2023, p. 184).

As reflexões sobre as formas e possibilidades de se escrever um trauma indescritível são um aspecto fundamental na obra de Lage, caracterizando a forte presença do teor testemunhal em sua narração. Ao longo do livro, Daniel utiliza a escrita em um esforço para recuperar esse vínculo, buscando compreender e registrar os eventos traumáticos e os sujeitos que os vivenciaram para assim elaborar a própria memória em relação à mãe. Desde o início, percebe (assim como a autora) a impossibilidade de completar as lacunas e a responsabilidade em escrever sobre essas experiências, temendo forçar “aquelas pessoas, tão reais, tão vivas dentro de suas lutas, desaparecimentos e mortes, a se tornarem meras referências” ou personagens (Lage, 2019, p. 24), como citado anteriormente. Ao imaginar sobre o vazio entre os pouquíssimos vestígios que restaram, tenta dar concretude a uma forma de violência que é incapaz de compreender plenamente. Sendo a escrita uma forma de simbolizar o “real” que escapa à representação, ela constitui uma importante ferramenta para a elaboração da experiência do sujeito, permitindo que ele se torne capaz de redimensionar os fatos e sair do ciclo de repetições de um passado que não passa (Seligmann-Silva, 2022). Como afirma Marques, ao analisar o livro, “O ato de escrever se redimensiona na construção da obra, não apenas como uma forma de exercer a linguagem, mas como um exercício de reflexão do personagem sobre a própria condição de sujeito, enquanto filho, escritor, neto e de si para si mesmo” (Marques, 2023, p. 104).

O caráter relacional e coletivo da construção da memória, conforme descrito por Jelin (2002) e Arfuch (2013), também se faz presente na obra de Lage. A literatura, na trajetória de Daniel (e também da autora), assume o papel de veículo privilegiado de reconfiguração e transmissão dessas memórias, aproximando-se da coletividade na medida em que alcança uma profundidade subjetiva e possibilita a recuperação de um sentido aparentemente perdido pela articulação com outras experiências (Arfuch, 2013, p. 69). Com isso, constitui um meio pelo qual, de modo similar às filhas de ex-militantes, o protagonista consegue romper com o isolamento e com o silenciamento, não apenas reconstruindo a própria identidade, mas também tornando-se capaz de uma maior conexão com outras vivências.

Daniel e Melina, que se torna sua companheira e é uma personagem de grande relevância para a trama, se conhecem em uma biblioteca, procurando o mesmo livro. A busca do rapaz apenas avança significativamente quando deixa de ser um processo solitário, e ambos passam a compartilhar suas histórias e compreender as motivações do outro, criando um laço que os estimula a continuar essa luta contra o silenciamento do passado. O fato de Daniel apenas conseguir escrever após se conectar com Melina, com

quem lê, conversa sobre documentários e passa a se relacionar afetivamente, e com as histórias das guerrilheiras que estuda, demonstra o resgate da experiência pela possibilidade de transmissão a partir desse laço (Benjamin, 1985). Além disso, o espaço de escuta proporcionado por essa interação viabiliza, finalmente, a consolidação de seu testemunho (Seligmann-Silva, 2022). Desse modo, torna-se capaz de integrar essas narrativas à própria identidade e, no contexto da obra e das memórias de Lage, produz uma memória possível de ser inscrita na coletividade.

Considerações finais

Aqueles que não conseguimos enterrar, os desaparecidos, não são somente fonte de tristeza e de indignação porque não podemos lhes prestar uma última homenagem. Não sabemos como morreram nem onde estão seus restos — e isso nos impede, a nós todos, mesmo que especialmente a seus familiares e amigos, de poder viver melhor no presente. Precisamos, pois, enterrar os mortos para saber que nós, igualmente mortais, seremos também enterrados quando morreremos, enterrados e lembrados por aqueles que vêm depois de nós. Os mortos não sepultados como que atormentam os vivos, de maneira dolorosa seus herdeiros e descendentes, mas também e sem dúvida seus algozes passados, que, mesmo quando afirmam não se arrepender, reagem com tamanha violência e rapidez quando se alude ao passado (Gagnebin, 2010, p. 185).

Jeanne Marie Gagnebin, no texto citado, aborda algumas das questões centrais presentes na obra de Cláudia Lage. Em *O Corpo Interminável*, a autora cria uma narrativa na qual observam-se abordagens sobre temáticas amplamente invisibilizadas no espaço público, e transfigura os testemunhos pessoais e os presentes em relatos estudados em um texto literário marcado pela fragmentação e por seu caráter inconclusivo. Produz-se, portanto, uma narração carregada de um forte teor testemunhal, na qual o leitor é sempre confrontado com o vazio entre os rastros, e o passado silenciado está constantemente emergindo e desestabilizando o presente (Benjamin, 1985; Pollak, 1989).

No ponto de vista de Daniel, o impacto do silenciamento passa a constituir sua própria subjetividade, profundamente afetada pelo fato de ter crescido envolto pelas memórias que o avô gostaria de suprimir. A presença de Júlia se materializa no espaço onde viveu e nos objetos que deixou, apesar do desejo de Sebastião pelo esquecimento. Por meio da investigação, da escrita, e da formação de novos vínculos, o protagonista reconfigura essa subjetividade fraturada, e tenta não apenas recuperar os fragmentos da memória de sua mãe, mas sair desse ciclo de repetições (Seligmann-Silva, 2022). Lage, nessa figura, transmite uma experiência geracional da qual ela carrega as marcas, simbolizando uma coletividade que ainda precisa sepultar seus mortos (Gagnebin, 2010).

Décadas após a redemocratização, as discussões sobre as consequências de uma transição negociada com os militares não perderam sua relevância. Ao contrário, em um cenário marcado pelo desgaste das narrativas conciliatórias e pelo acirramento das disputas políticas no espaço público, os efeitos do trauma histórico não resolvido tornam-se ainda mais evidentes, e os mortos insepultos seguem atormentando os vivos. No campo da política institucional, grupos ligados ao regime ainda ocupam cargos nesses espaços, e nunca houve uma ruptura efetiva com suas estruturas. A Lei da Anistia, não revogada até os dias atuais, constitui um entrave para as tentativas de responsabilização jurídica dos perpetradores de violações aos direitos humanos no período. Além disso, a militarização da segurança pública é um exemplo inequívoco da perpetuação de uma violência contínua cometida por agentes do Estado, que jamais deixou de se fazer presente e é constantemente naturalizada, sobretudo em regiões periféricas e sobre corpos racializados, lidos como menos dignos de luto.

Frente a esse legado autoritário, os testemunhos e a literatura articulam-se às lutas políticas do presente na medida em que possibilitam a reelaboração das memórias, tanto para quem narra como para quem escuta, e a construção de novos laços políticos e espaços de resistência (Seligmann-Silva, 2022). Nesse contexto, o estudo desses relatos e de obras como a de Cláudia Lage contribui para a reflexão crítica sobre os silenciamentos e permanências ditatoriais, a partir da qual a experiência desses sujeitos pode ser transmitida e inscrita na coletividade. Com isso, realiza-se um esforço ativo para a construção de uma história atravessada por corpos e subjetividades, que honre o compromisso ético de enterrar simbolicamente os mortos, levando adiante as experiências dos que já não podem falar por si e dos que foram invisibilizados nas narrativas oficiais, e buscando libertar os vivos de um ciclo de repetições.

Referências

Fontes

GELBC. *Literatura e Ditadura: Claudia Lage*. Youtube Brasil, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/DKRYkxSb6dQ>. Acesso em: 8 jul. 2025.

LAGE, Cláudia. *O corpo interminável*. Rio de Janeiro: Record, 2019.

LAGE, Cláudia. “A literatura surge como uma possibilidade de releitura das nossas memórias”: Autora do livro “O corpo interminável”, vencedor do Prêmio São Paulo de Literatura, Claudia Lage reflete sobre a Ditadura Militar, maternidade e o papel da literatura. Entrevista concedida a Valentine Herold. Revista Continente, Recife, 19 abr. 2021. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/secoes/entrevista/-a-literatura-surge-como-possibilidade-de-releitura-das-nossas-memorias->. Acesso em: 8 jul. 2025.

PODCAST PÁGINA CINCO: #74 *Mulheres das guerrilhas e as histórias entrelaçadas: papo com Claudia Lage*. Entrevistada: Claudia Lage. Locução de: Rodrigo Casarin. 51 min. 32 seg., abr. 2021, Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2yWSa4foVnQRpwtzrnSNGJ?si=c0df3c33a9f54fac>. Acesso em: 8 jun. 2025.

SÃO PAULO (Estado). *Infância Roubada: Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Alesp, 2014.

Bibliografia

ARFUCH, Leonor. *Memoria y autobiografía. Exploraciones en los límites*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 2002.

CRUZ, Lua Gill da. *Pretéritos futuros: ditadura militar na literatura do século XXI*. 2021. 1 recurso online (322 p.) Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1642099>. Acesso em: 8 jul. 2025.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura*. A exceção brasileira. São Paulo, Boitempo, 2010. p. 177-186.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI Editores. 2002.

JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2017.

LICARIÃO, Berttoni. A memória da ditadura na ficção pós-CNV. In: CLAUDIANO, Leonardo; IGNÁCIO, Valéria; LACERDA, Amanda. *A captura do real e os intraduzíveis na literatura sobre ditaduras latino-americanas*. Parnamirim/RN: Editora Biblioteca Ocidente, 2023. p. 38-77.

MARQUES, Deyse. *Para alcançar a ausência apesar das fraturas: a escrita do indizível em O Corpo Interminável, de Claudia Lage*. 2023. 195p. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís. 2023. Disponível em: <https://sucupira-legado.capes.gov.br>. Acesso em: 8 jul. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o Regime Militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, p. 9-44, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617>. Acesso em: 8 jul. 2025.

NAPOLITANO, Marcos. Processos políticos, atores sociais e disputas de memória sobre a ditadura militar brasileira. *Passés Futurs*, v. 12, 2022. Disponível em: <https://www.politika.io/fr/article/processos-politicos-atores-sociais-e-disputas-memoria-sobre-a-ditadura-militar-brasileira>. Acesso em: 8 jul. 2025.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 30, no 62, p. 721-740, setembro-dezembro, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/GYwqJzxvCz9cxf5Cf5b9NR/?lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1 jun. 1989.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Janaína. Os familiares de mortos e desaparecidos e a luta por verdade e justiça no Brasil. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010. p. 253-298.

Artigo recebido em 30/07/2025

Artigo aprovado para publicação em 20/10/2025

Editor(a) responsável: Laís Pereira de Oliveira

¹ Lula determina cancelamento de atos em memória aos 60 anos do golpe militar. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/03/6815977-lula-determina-cancelamento-de-atos-em-memoria-aos-60-anos-do-golpe-militar.html>. Acesso em: 8 jul. 2025.

V. 14, N. 2, dez./2025 | ISSN: 2238-6270

| ARTIGOS LIVRES

UMA ARQUEOLOGIA PÚBLICA PARA O SUL-SUDOESTE MINEIRO

UNA ARQUEOLOGÍA PÚBLICA PARA EL SUR-SUROESTE DE MINAS GERAIS

Solange Nunes de Oliveira Schiavetto¹
Paulo Araújo de Almeida²

Resumo: O artigo traz subsídios para se pensar uma Arqueologia Pública na região sul-sudoeste de Minas Gerais. Argumenta que há um descompasso entre a quantidade de investigações arqueológicas e o acesso do público tanto ao material arqueológico escavado como ao conhecimento dele advindo. Descreve um breve panorama das pesquisas arqueológicas já conhecidas pelo público acadêmico, indica iniciativas importantes da macrorregião em estudo. Apresenta resultados parciais de um projeto acadêmico em andamento, que busca criar um banco de dados sobre as pesquisas e os vestígios encontrados. Finaliza apontando como caminho viável para uma Arqueologia pública a valorização de estudos e documentação científica e de saberes não acadêmicos de cidadãos comuns.

Palavras-Chave: Arqueologia pública, Sul-sudoeste mineiro, Patrimônio arqueológico de Minas Gerais.

Resumen: Este artículo brinda apoyo para pensar la Arqueología Pública en la región sur-suroeste de Minas Gerais. Sostiene que existe un desajuste entre la cantidad de investigaciones arqueológicas y el acceso público tanto al material arqueológico excavado como al conocimiento que de él se deriva. Describe un breve panorama de las investigaciones arqueológicas ya conocidas por el público académico e indica iniciativas de la macrorregión en estudio. Presenta resultados parciales de un proyecto académico en curso, que busca crear una base de datos sobre investigaciones y rastros encontrados. Concluye señalando, como camino viable para una Arqueología Pública, la valoración de estudios y documentación científica, así como de saberes no académicos de los ciudadanos comunes.

Palabras clave: Arqueología pública, Sur-suroeste de Minas Gerais, Patrimonio arqueológico de Minas Gerais.

Introdução

A Arqueologia é a ciência que lida com a produção material humana do passado, procurando compreender, a partir de tais vestígios, o que pensavam e como viviam as culturas pretéritas (Funari, 2003). As pesquisas arqueológicas auxiliam na evidênciação de visões outras do passado, comumente negligenciadas em estudos históricos oficiais, quase sempre baseados em fontes escritas. Dentre as possibilidades de se pesquisar tais passados excluídos, podemos citar a história dos povos indígenas que, a despeito de fazerem parte da formação cultural brasileira, são colocados à margem das histórias locais. Tais narrativas são contadas e recontadas por documentos oficiais e pela cultura

¹ Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Poços de Caldas). Arqueóloga, doutora em História Cultural, IFCH/Unicamp. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo Edital PQ/UEMG – Edital 10/2022. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2080-8280>.

² Arqueólogo, mestre em Arqueologia, MAE/USP. Colaborador do MAHCA – Museu Arqueológico, Histórico, Cultural e Ambiental. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5453-529X>.

material de museus que ressaltam a importância e o triunfo das elites, em detrimento de realizações das camadas populares e de grupos etnicamente diferenciados, mantidos à margem da história oficial (Funari, 2001, 2005). Como ressaltava Funari, “... para o povo há (...) um sentimento de alienação, como se sua própria cultura não fosse, de modo algum, relevante ou digna de atenção” (Funari, 2001, p. 03).

Na atualidade, no que toca aos temas populares, a Arqueologia e os estudiosos de patrimônio têm se conscientizado da lacuna existente em suas ações e procuram trazer à tona tais passados alternativos. Nesse sentido, as investigações da Arqueologia regional disponibilizam informações e alavancam discussões a partir de pesquisas baseadas em evidências materiais, visuais e orais de tais passados. Formas de torná-los públicos à comunidade também têm despertado o interesse dos estudiosos, que percebem a inevitabilidade de um contato mais íntimo com públicos leigos (Funari et al., 2005). Tais pesquisadores reconhecem o poder dos discursos científicos tradicionais proferidos e suas consequências na vida cotidiana. Torna-se urgente — e é papel do pesquisador — evidenciar o que até então era visto como pouco importante. Descentralizar os discursos e publicizar os resultados alcançados, como forma de promover uma ciência mais próxima da história e do cotidiano das pessoas em geral.

A propositura de uma Arqueologia Pública (Carvalho; Funari, 2009; Schiavetto et al., 2021), como defendem muitos estudiosos do patrimônio arqueológico, abre possibilidades para conceber a construção de um conhecimento sobre o passado baseado em fontes diversas: escritas, oficiais e não oficiais, materiais e orais. Neste artigo, por considerarmos que as vias de pesquisa do passado são distintas e inesgotáveis, centraremos foco na possibilidade de construção de uma arqueologia pública com base no conhecimento das produções escritas sobre os sítios arqueológicos da região sul-sudoeste de Minas Gerais: artigos científicos, teses e dissertações. Como salientado, é de suma importância a sistematização dos conteúdos ali apresentados que, por contingências diversas, não são suficientemente difundidos. Assim, a elaboração de um banco de dados sobre o passado do sul-sudoeste de Minas Gerais servirá para consultas futuras de arqueólogos, historiadores e interessados na região, tanto quanto à composição de um painel que vincule de forma mais concreta os povos formadores às histórias das cidades, dos estados e do país.

Muito se tem discutido na Arqueologia brasileira sobre certo descompasso entre pesquisas com material arqueológico, que geram classificações e nomenclaturas próprias, e relatos históricos e etnográficos, com definições de agrupamentos humanos por meio de afiliações linguísticas. Embora questões étnicas não sejam foco deste trabalho — já

realizadas em trabalhos anteriores (Schiavetto, 2003; Funari et al., 2005b) —, não há como fugir a críticas que consideram a Arqueologia um ofício voltado exclusivamente para pesquisas de campo e para análises assépticas do material arqueológico. Os pesquisadores que se envolvem com o estudo das culturas materiais do passado precisam ter em mente que não podem prescindir de outras fontes, como os relatos de cronistas e viajantes, ou os estudos etnográficos, pois, se assim o fizerem, continuarão correndo o risco de construir narrativas sobre o passado que não correspondem às sociedades historicamente conhecidas. Sabemos que tais discussões étnicas são salutares para a Arqueologia brasileira, e têm sido realizadas em diversos contextos, sobretudo na Arqueologia recente que estuda o contato cultural em contextos históricos.

Neste contexto de discussões atuais sobre a construção das identidades do passado, podemos tecer breves considerações sobre o papel que a Arqueologia Pública tem desempenhado nos mais diversos âmbitos de estudos sobre a cultura material. Em primeiro lugar, é importante situar as discussões da Arqueologia Pública no Brasil dentro das vertentes pós-processuais (Hora; Porto, 2020), que promovem rupturas com formas tradicionais de se compreender a ciência e o trabalho do cientista perante a sociedade. Este movimento advém de uma percepção autocrítica de que a Arqueologia, enquanto ciência social, não pode se compreender como um saber pautado em uma única forma de conhecimento. Ela se constrói internamente e é construída por uma multiplicidade de olhares que combinam métodos de análise, visões e percepções de dentro e fora do conhecimento estritamente científico.

Em segundo lugar, desta nova concepção de Arqueologia surge a possibilidade de aproximação de formas de conhecimento vistas tradicionalmente como separadas. A tradição científica relegou a um segundo plano outros saberes, aqueles construídos e passados de geração para geração por outras vias que não o método científico. Levar em consideração esses saberes na construção do conhecimento é uma forma de admitir múltiplos sentidos a tudo o que existe e que pode ser estudado pelo arqueólogo. Esta é a base de uma educação patrimonial afinada ao propósito de tornar vivo e significativo o conhecimento sobre os tempos pretéritos.

No entanto, este propósito não se restringe à ciência. Embora há décadas tenha se falado bastante em pesquisas arqueológicas com viés público, pesquisadores como Fredheim (2020), levando em consideração discussões atuais sobre as relações entre Arqueologia e público, traz elementos importantes a serem aqui considerados. O autor defende que precisamos ter olhos críticos à Arqueologia que conta com a participação do público, e isto geralmente não é levado em consideração. Há uma adoção simplista da

crença na inerente ética de uma Arqueologia aberta, como se o simples fato de ser pública a tornasse positiva.

Além disso, defende que os arqueólogos precisam compreender o que querem dizer com *público*, a fim de evitar generalizações. Lança uma contribuição importante para uma autorreflexão dos arqueólogos, lembrando que as relações do cientista com o público não podem ser pautadas por teorias que compreendem os não cientistas como desprovidos de discursos sobre os vestígios materiais e seus contextos, encarando-os apenas como beneficiários de práticas colaborativas em pesquisas sobre o passado (Fredheim, 2020).

Sendo assim, podemos compreender que a Arqueologia Pública traz a possibilidade de haver transformações teóricas e metodológicas na prática do arqueólogo. Podemos percebê-las a partir de alguns pontos de inflexão:

- I. Com o advento da Arqueologia Pública, esta ciência vive um momento de autocrítica e de preocupação com as relações existentes entre ciência e poder. A partir de novas parcerias, inclusive com o público diretamente afetado pelas pesquisas arqueológicas, há diversas leituras, narrativas e interpretações sobre o passado. Ainda, há a confirmação de que tais interpretações são importantes ferramentas de lutas políticas de grupos minoritários, pois apropriar-se de sua história e torná-la viva e relevante viabiliza ligar passado e presente de forma engajada, e não neutra como pretendiam certas vertentes arqueológicas tradicionalmente mais descritivas. Esta nova concepção de ciência exige repensar as suas relações com a sociedade, trazendo discussões críticas sobre o papel do cientista e o lugar do conhecimento.
- II. Os movimentos que germinam da Arqueologia Pública também levam em consideração a relação desta área do conhecimento com outras áreas, como por exemplo, as teorias antropológicas que discutem conceitos como cultura, identidade e etnicidade. As concepções sobre as identidades do passado são redimensionadas com a contribuição de novas teorias que levam em consideração os processos de transformação pelos quais tais identidades passaram. Assim, analisar artefatos e contextos pretéritos torna-se atividade bastante complexa, na medida em que apreensões objetivistas sobre culturas e identidades acabam por representar explicações pouco satisfatórias, levando à formulação de macro categorias que não expressam necessariamente identidades étnicas. Isto culmina

na passagem de uma concepção de identidades monolíticas para uma concepção de construção e reconstrução das identidades étnicas e culturais em diferentes contextos.

- III. As relações entre a Arqueologia e a Educação tornam-se cada vez mais evidentes. Este novo olhar suscita práticas científicas que transcendem as muralhas acadêmicas e admitem a inevitabilidade de se fazer ciência com diversos públicos. Este caminho de uma educação patrimonial coletiva concebe os públicos como campos férteis para novas interpretações sobre os vestígios do passado e promove ressignificações no contexto presente. Assim, a figura do arqueólogo, muito mais do que um pesquisador, deve levar em consideração os diferentes públicos com os quais pode interagir e as diversas formas de comunicar/socializar conhecimento.

Pesquisas arqueológicas em Minas Gerais

A Arqueologia de Minas Gerais já é bem conhecida no cenário científico nacional e internacional. As pesquisas na região norte do Estado têm revelado há décadas um rico panorama em pinturas rupestres, alvo de investigações de pesquisadores ligados sobretudo à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), primeiramente sob comando do arqueólogo franco brasileiro André Prous (Horta, 2004, 2009; Prous, 1992; Prous et al., 1980; Ribeiro, 2006). Ainda, Minas Gerais destaca-se na Arqueologia pelas pesquisas em Lagoa Santa e pelos estudos do crânio de Luzia, cujas características biológicas e datação recuada têm feito os pesquisadores lançarem discussões mais polêmicas sobre o povoamento das Américas (Gloria et al., 2016; Neves et al., 2007; Neves; Atui, 2004). Como dito, tais temas levaram a Arqueologia mineira a ocupar lugar de destaque em pesquisas nacionais e internacionais. Embora outras regiões do Estado sejam igualmente alvo de investigações, o foco recai sobre o que podemos chamar de ponta do *iceberg* arqueológico, ganhando destaque nas mídias, figurando em livros didáticos e revistas de divulgação científica.

Apesar de ser inegável a importância dos temas acima mencionados para o avanço do conhecimento científico, outras regiões mineiras são alvo de pesquisas arqueológicas desde os anos 70 do século passado, momento em que houve financiamento estrangeiro para a consolidação de um Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas, o PRONAPA¹. A região da Zona da Mata Mineira, por exemplo, tem sido alvo de projetos

elaborados e realizados por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com sistematização e caracterização arqueológica da área, abordando sítios de contextos históricos e pré-históricos (Oliveira 2007, 2004). Tais resultados de pesquisa facilitam a propositura de investigações de novos temas na área geográfica em questão.

Em cartilha produzida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais sobre o patrimônio arqueológico mineiro são colocadas algumas regiões arqueológicas de destaque, como Ouro Preto e Diamantina, importantes para o contexto histórico, e outras regiões que foram alvo de pesquisas importantes para contextos históricos e pré-coloniais, como por exemplo o Triângulo Mineiro, a região de Lagoa Santa, Andrelândia e a região de Pains. O mesmo documento apresenta um mapa com importantes sítios arqueológicos conhecidos em dez municípios, dos quais dois estão na região sul-sudoeste de Minas Gerais — Andrelândia e Itapeva — e um está em área limítrofe à área dessa nossa pesquisa — Pains (Miranda, 2018).

É importante ressaltar que as informações sobre o passado mineiro, como em qualquer outra parte do país, vêm sendo acrescidas pela proliferação de pesquisas arqueológicas de contrato, cujos resultados engrossam a lista de portarias aprovando investigações nos quatro cantos do Estado, resultando em um número expressivo de relatórios de pesquisa e de sítios arqueológicos descobertos e, em alguns casos, pesquisados. As pesquisas arqueológicas acadêmica e empresarial acabam por se complementar, visto que, na maioria das vezes, as pesquisas de contrato não focam no aprofundamento das questões levantadas por novas descobertas. Desta forma, a complementaridade acaba por ser salutar para o conhecimento e proteção do patrimônio arqueológico mineiro.

Composta por 146 municípios, a mesorregião sul-sudoeste de Minas Gerais também apresenta sítios arqueológicos descobertos e escavados desde meados do século passado. Há trabalhos realizados na região que deram conta dos primeiros achados arqueológicos de sítios de populações caçadoras-coletoras e horticultoras (Dias 1971, 1974, 1975, 1976, Dias et al., 1976). De lá para cá, muitas pesquisas acadêmicas e de Arqueologia de contrato foram realizadas na região foco da pesquisa, cuja importância para o estudo do passado é atestada pelo número de sítios arqueológicos cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Porém, ao realizarmos buscas sobre tais pesquisas, houve a percepção da carência de trabalhos que busquem sistematizar os dados arqueológicos da região sul-sudoeste de Minas Gerais, o que dificulta um olhar claro para ocupações pretéritas da área em foco. As inúmeras informações existentes — presentes em livros, artigos, teses, dissertações, relatórios de

pesquisas acadêmicas e de contrato — revelam os ricos achados que constituem o patrimônio arqueológico sul mineiro. A presente proposta visa contribuir para uma sistematização bibliográfica dos vestígios encontrados e que evidenciam acontecimentos de tempos pretéritos pelas lentes dos estudos da cultura material.

Histórico da Arqueologia da Região Sul-Sudoeste de Minas Gerais desde o PRONAPA

Para pensar uma Arqueologia Pública para o sul-sudoeste de Minas Gerais precisamos considerar o modo como vem acontecendo os estudos arqueológicos na região desde os anos 1960 (PRONAPA) até o advento da Arqueologia de contrato. A partir do histórico e do modo das ações arqueológicas é que será possível vislumbrar uma maior aproximação das comunidades no movimento que acontece na região com o nome de Arqueologia. Percebe-se atualmente um interesse de grupos constituídos nos municípios do sul de Minas Gerais por conhecer e obter informações sobre os ditos povos formadores, com os quais buscam uma identidade que foi desconstruída pela história oficial. A questão é verificar em que medida a Arqueologia, justamente atrelada às legislações vigentes no país, tem conseguido ou não, efetivamente, essa aproximação com o público, senão ser produzida com a participação dos próprios cidadãos dos municípios onde se localizam vestígios e sítios arqueológicos.

Na região os vestígios arqueológicos recentemente identificados se apresentam principalmente em sítios cerâmicos pré-históricos e vestígios de grafismos rupestres em abrigos rochosos de altitudes. Também é preciso considerar as coleções de materiais líticos e peças cerâmicas integrando acervos de museus e em mãos de particulares, coleções nem sempre integrando análises em produções acadêmicas. Pinturas rupestres aparecem em abrigos rochosos em altos de montanhas segundo a configuração do relevo da Serra da Mantiqueira que conforma a maior parte da região. Vários vestígios de habitações subterrâneas foram identificados em Conceição dos Ouros, Cachoeira de Minas e Itajubá (Almeida, 2019). Tratam-se de estruturas circulares com diâmetro geralmente em torno de 10 a 20 metros localizadas em panópticos em altas vertentes conhecidas também como “buracos de bugres”, ou “muros circulares de terra”. Na região sul-sudoeste de Minas Gerais, muitas vezes tomada como área de expansão macro-jê a partir do planalto brasileiro, até hoje apenas um desses sítios arqueológicos, “buracos de bugres”, foi parcialmente escavado em Conceição dos Ouros em 2001 (Prous, 2001). Mesmo assim não temos registro oficial de nenhum sítio desse tipo na região em foco. É preciso ainda considerar, em Arqueologia histórica, o potencial de sítios de antigas

“catarias de ouro” existentes em vários municípios da região como Silvianópolis, São Gonçalo do Sapucaí, Campanha, São João da Mata, Espírito Santo do Dourado, e em menor escala, Careçu, Pedralva e Estiva, todos vinculados ao período da mineração². Outros tipos de sítios históricos como fornos de barranco caboclos e vestígios de antigas estruturas arquitetônicas de fazendas de café do final do século XVIII e XIX estão presentes em vários municípios, mas ainda não mereceram a atenção da Arqueologia.

Certamente o problema está no foco atual da Arqueologia que privilegia as pesquisas pré-coloniais, sendo que o período do contato e convivência colonial geralmente não é levado em consideração. A Arqueologia na área foco da pesquisa tem deixado de lado a realidade de que grupos indígenas habitaram e conviveram na região com o colonizador e com os escravizados africanos até o início do século XIX. Na medida em que a Arqueologia Pública vier atender à demanda hoje existente nos municípios da região por pesquisar suas origens, identidade étnica e modos de vida, então se possa ampliar o enfoque das pesquisas aos povos que viveram nesses dois períodos — colonial e pré-colonial. Assim estaremos pensando a história da região como uma continuidade e não do modo como tem feito a historiografia oficial, como ruptura.

A Arqueologia não é recente no sul-sudoeste de Minas Gerais, porém ao observarmos antigos mapas que localizam sítios no Estado, notamos um vazio de anotações em relação a essa região, que faz divisa com o Estado de São Paulo. Talvez a ausência de universidades com departamentos e cursos de Arqueologia na região e os ainda poucos empreendimentos de larga escala para a Arqueologia de contrato tenham até agora limitado uma maior estruturação da Arqueologia e sua musealização, embora um número crescente de vestígios tenha sido localizado. Geralmente os trabalhos realizados integram pesquisas acadêmicas cujos resultados raramente chegam aos municípios e às populações envolvidas nas localidades. Materiais arqueológicos são muitas vezes levados para centros de pesquisas ou acondicionados em reservas técnicas localizadas em universidades em capitais, e nem a cultura material ou o conhecimento extraído dela retornam aos municípios de origem. Mesmo assim, a Arqueologia vem tornando possível reescrever a história da região sul-sudoeste de Minas Gerais, desmistificando a tradição da história oficial de que a região teria sido ocupada a partir do século XIX com as fazendas escravistas de café e que as vilas teriam nascido através da doação de patrimônios em terras de fazendeiros para a Igreja Católica a fim de construir capelas, depois praças e arruamentos.

Reafirmamos que existe hoje uma demanda das populações dos municípios da região em conhecer o seu passado antes da oficialização das vilas, povoamentos e pousos,

em lugares que já eram habitados anteriormente, segundo evidenciam hoje os achados arqueológicos. Mas a pesquisa científica ainda tem dado, na prática, pouca atenção às questões de identidade e conscientização das populações locais, restringindo-se a programas em educação patrimonial que se tornam mais exigências de projetos do que interesse dos profissionais arqueólogos envolvidos e comprometidos em compartilhar conhecimento com as comunidades locais. Considerando a demanda pelo conhecimento dos seus povos formadores, a Arqueologia Pública se torna fundamental enquanto instrumento para contribuir no processo de construção de uma identidade cultural regional. Para isso é necessário que o conhecimento científico, por vezes cifrado e técnico, seja traduzido sem ser reduzido, em publicações acessíveis para além do âmbito restrito das especialidades acadêmicas. Na verdade, a região sul-sudoeste de Minas Gerais pouco tem aparecido até mesmo nas produções acadêmicas, o que nos dá a impressão que ela faz parte de um conhecimento popular ainda adormecido.

Podemos classificar os estudos arqueológicos a partir dos vestígios localizados em: I) Aqueles sítios e materiais arqueológicos que foram encontrados, mas não foram registrados; II) Que foram apenas registrados, mas não foram estudados/escavados ou catalogados em museus; III) Que possuem relatórios técnicos ou que apenas foram citados em trabalhos acadêmicos; IV) Que foram registrados, escavados e publicados. Fora isso, para nós que vivemos na região e que recebemos de moradores locais constantes notícias de novos vestígios e sítios arqueológicos localizados em diferentes municípios, em sua maioria tais achados ficam ainda por merecer verificação. Uma pesquisa bibliográfica sobre a Arqueologia na região está sendo feita pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), cujos resultados parciais encontram-se no desenvolvimento deste artigo.

O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) teve vigência entre 1965 até 1970. Na região sul de Minas Gerais as pesquisas realizadas em contextos acadêmicos assinalam cerca de 30 sítios, em sua maioria cerâmicos a céu aberto (Panunzio, 2019). Panunzio aponta em sua tese de 2019 que na região sul e sudoeste de Minas Gerais poucos sítios com vestígios funerários foram encontrados através de trabalhos de contrato. Hoje sabemos que os sítios encontrados e conhecidos pelas populações locais são em número maior do que aqueles que são efetivamente registrados e que aparecem nas plataformas oficiais. Um exemplo disso são o total de quatro sítios de habitações subterrâneas que Panunzio aponta em seu trabalho (Panunzio, 2019). Sabemos que somente no município de Conceição dos Ouros e no vizinho Cachoeira de Minas, por exemplo, existem seis vestígios de habitações subterrâneas, sendo que apenas um deles foi escavado por André Prous em Conceição dos Ouros em 2001, mas não foi

registrado. Outros municípios da região sul-sudoeste de Minas Gerais foram visitados pelo PRONAPA e tem-se notícias de sítios que ainda não foram investigados posteriormente ao Programa. É o caso do Sítio Fazenda Belvedere em Santa Rita do Sapucaí, cujo Museu Municipal Delfim Moreira recebeu em 2023 material de uma arqueóloga local que acompanhou o trabalho do PRONAPA. Nos municípios de Tocos do Moji, Senador Amaral, Bom Repouso e Conceição dos Ouros, há informações de abrigos rochosos com grafismos rupestres que apesar de serem bem conhecidos pelas populações locais, nunca foram registrados e pesquisados. Itajubá também possui sítios de pinturas rupestres, e vestígios de habitações subterrâneas. Segundo o Projeto de Mapeamento e Cadastramento dos Sítios Arqueológicos do Município de Itajubá e Adjacências realizado em 2003 (Araújo; Trigo, 2003), esse patrimônio ficou ainda por ser pesquisado. No período da execução do projeto, pessoas no município de Itajubá começaram a divulgar a existência dos sítios arqueológicos, o que gerou visitas de depredação. Assim, o próprio IPHAN, na época, sugeriu que não se tornasse a publicar tal conhecimento, e até a atualidade, não se voltou a falar em Arqueologia em Itajubá, uma vez que as gestões municipais não tiveram recursos financeiros, ou interesse, em dar continuidade às pesquisas em campo.

Conceição dos Ouros vem construindo uma história em Arqueologia há 25 anos, desde o primeiro resgate de um conjunto funerário Tupiguarani com cerâmica e componentes ósseos. O Museu Arqueológico, Histórico, Cultural e Ambiental (MAHCA), criado a princípio para receber o material desse primeiro resgate, conta hoje com significativo acervo em Arqueologia, mas ainda luta por seu reconhecimento como instituição de guarda e pesquisa. Pesquisas foram realizadas no município pela UFMG (Prous, 2001) que escavou vestígios de habitação subterrânea, um forno de barranco da época cabocla e sítios cerâmicos, além de estudar materiais cerâmicos e líticos do acervo do MAHCA. No entanto, esses trabalhos de escavações feitos pela Academia e outros resgates arqueológicos, geralmente emergenciais, deixaram vácuos de informações que são imprescindíveis do ponto de vista dos interesses da comunidade e do museu local. A ausência de um enfoque em educação patrimonial, considerando a destruição inerente aos trabalhos de escavações, produziu apenas conhecimentos limitados, cifrados e eminentemente técnicos em relatórios inacessíveis para os moradores dos arredores dos sítios escavados no município³.

Sítios foram pesquisados sem o devido registro, achados de sepultamentos indígenas na área urbana sofreram salvamento, materiais foram coletados para datações que não foram efetivadas, e acervos de materiais acabaram perdendo-se nos “buracos

negros” das reservas técnicas universitárias, inacessíveis aos moradores comuns do município.

Deve-se considerar o trabalho que vem sendo feito pela Fundação Araporã no Sítio Arqueológico do Lico (Rodrigues, 2023). No final, trata-se de uma área hoje urbana de um antigo aldeamento Tupiguarani cujo processo litigioso de preservação conta com mais de 800 páginas, sendo que os trabalhos finais para liberação da área embargada pela justiça ainda estão a ser contratados pelo município. Parece que a visão pública e contextual em Arqueologia está ainda adstrita ao campo teórico e suas justificativas, sendo que a prática arqueológica na região não se coaduna com uma relação mais sistemática com as comunidades locais, que continuam alheias ao conhecimento garimpado pelos profissionais arqueólogos que passam por seus municípios direcionados por programas específicos e sempre alheios aos interesses locais e regional.

No sul de Minas Gerais, Andrelândia é um município referência em Arqueologia, principalmente no relativo a pinturas rupestres. Em 1994 foi criado o Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NPA), Organização Não Governamental (ONG) voltada para a pesquisa, preservação e divulgação do patrimônio arqueológico, que fundou o Parque Arqueológico da Serra de Santo Antônio. Com área aproximada de 12 hectares, e altitude em torno de 1000 a 1200 metros, o parque apresenta um grande paredão/abrigo rochoso com mais de 50 metros com pinturas rupestres atribuídas à tradição São Francisco e com elementos de representações astronômicas. Datações por carbono 14 em vestígios junto ao paredão apontam idade aproximada de 3.000 anos.

O parque conta com estrutura para visitação, vigilância, trilhas, além de projetos de preservação e reflorestamento ambiental. A área foi reconhecida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 2001 como Reserva Particular do Patrimônio Natural e Unidade de Conservação de uso sustentável voltada para pesquisa científica ao turismo e atividades educacionais. Além de sítios com grafismos rupestres, Andrelândia apresenta também sítios cerâmicos. Entre as publicações sobre a Arqueologia no município, destacam-se os trabalhos de Pereira (2007, 2013).

O município de Carmo do Rio Claro está localizado na região sudoeste do estado de Minas Gerais e é banhado pela represa de Furnas. O turismo cultural tem se desenvolvido na cidade a partir do Museu Arqueológico Antônio Adauto Leite, que possui um numeroso acervo de material indígena com mais de duas mil peças e fragmentos de utensílios encontrados em mais de 100 sítios arqueológicos localizados na região. O museu foi fundado em 2012 e reúne uma coleção sobre os indígenas que habitaram a

região. O museu foi instalado no centro da cidade a partir de entendimentos entre o Ministério Público e o colecionador Antônio Adauto Leite que doou o acervo para a Prefeitura Municipal. Estudos arqueológicos vêm acontecendo ao longo dos anos com base nas peças do museu e nos 17 sítios arqueológicos localizados na região. Vários desses sítios estão localizados principalmente em encostas que descem para a Represa de Furnas e apresentam fragmentos cerâmicos da tradição tupi-guarani.

O trabalho de Guimarães e Freitas (2022) em Varginha, apresenta em seu Mapa da Localização das Fontes na área compreendida pela bacia hidrográfica do rio Verde, os municípios de Pedralva, Conceição do Rio Verde e São Tomé das Letras com sítios de pinturas rupestres e Elói Mendes, Varginha, Três Pontas, Carmo da Cachoeira, Três Corações e Itamonte com sítios cerâmicos. Itapeva, por exemplo, que teve seu Sítio Pascoal, cerâmico, registrado por Ondemar Dias em 1969 (PRONAPA), teve outros três sítios registrados em 1997 (Sítio do Itapeva, cerâmico), 1998 (Sítio da Ponte de Zinco, cerâmico e Sítio Pessegueiro, cerâmico). No extremo sul de Minas aparecem outros municípios como Consolação, que apresenta registro de sítio de pedra lascada (CNSA MG01047) e um sítio denominado Sítio do Caçador (CNSA MG01048), cerâmico associado a montículos de Terra. Paraisópolis mostra o caso de um sítio cerâmico (CNSA MG01137) registrado por Zanettini (Zanettini, 2006).

Devemos considerar a conformação política dos municípios da região, geralmente numerosos e com pouca extensão, onde pessoas das comunidades locais conhecem vestígios arqueológicos que ainda estão por ser registrados e estudados. Por outro lado, os municípios da região pouco têm investido em pesquisas arqueológicas, como se a história quebrada apresentada pelos seus museus bastasse. A demanda popular pelo conhecimento dos povos formadores ainda não ascendeu aos programas oficiais das secretarias de cultura.

Unindo esforços rumo a uma Arqueologia Pública para o sul-sudoeste mineiro

No início dos anos 20 deste século, alguns arqueólogos com interesses afins retomaram a ideia de compreender o panorama das pesquisas arqueológicas da região sul-sudoeste mineira. O grupo, formado por arqueólogos e historiadores ligados ou não a instituições de pesquisa, tinha ciência das diversas pesquisas já realizadas na região, mas comungavam de uma percepção sobre este panorama: embora a região já tenha sido alvo de diversas pesquisas arqueológicas, como vimos no histórico esboçado acima, há ausência de sistematização dos dados. Sabemos que a Arqueologia da região já foi levada

em consideração, inclusive por haver sido citada em diversas pesquisas acadêmicas e empresariais. Por este motivo, foram elaborados dois projetos de pesquisa que buscam dar início à sistematização das informações, a fim de criar bancos de dados que os pesquisadores possam recorrer ao iniciar uma pesquisa em quaisquer dos municípios do sul-sudoeste mineiro.

O que apresentamos aqui são dados parciais de uma das pesquisas, iniciada em 2023, e que terá continuidade nos próximos anos. O projeto intitula-se *A presença Indígena no sul-sudoeste de Minas Gerais evidenciada por estudos arqueológicos*. Neste estudo, temos como intuito saber se é possível traçar um panorama da ocupação indígena pré-colonial por meio de uma sistematização das pesquisas arqueológicas realizadas e publicadas. Em seu primeiro ano de desenvolvimento, o projeto propôs realizar pesquisa bibliográfica, buscando artigos científicos, teses e dissertações que abordassem pesquisas arqueológicas na região em questão.

Neste projeto, centramos o foco em pesquisas acadêmicas realizadas em Minas Gerais a partir do final dos anos 1960 (época da consolidação do PRONAPA) até os dias atuais, publicadas em periódicos científicos. Com relação às teses e dissertações, foram consultadas produções relativas às duas últimas décadas, realizadas em universidades da região sudeste com pós-graduação ou linha de pesquisa voltada para estudos arqueológicos. Para a visualização do panorama cultural sul-sudoeste mineiro em uma época pré-colonial, foi crucial centrar foco nas discussões já consolidadas na Arqueologia brasileira, desde ao menos a “era pronapiana”, com ênfase nas tradições arqueológicas, em especial de grupos ceramistas. Assim, embora não acreditemos que seja possível a correlação direta de identidades étnicas do passado com a cultura material produzida pelos grupos pretéritos, na Arqueologia brasileira é inevitável partir das já conhecidas fases e tradições arqueológicas, mesmo sabendo de sua inoperância em realidades empíricas.

Em uma busca inicial, constatamos que as principais revistas de Arqueologia, ou as de temas afins que abordam pesquisas arqueológicas, encontram-se indexadas nas plataformas Scientific Electronic Library Online (SciELO), no Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES, o que acreditamos viabilizaria a utilização dessas três plataformas para a procura inicial por trabalhos sobre a Arqueologia sul-sudoeste mineira.

As revistas científicas encontradas nessa busca inicial foram a Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira, indexada no Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES, a Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, indexada nas mesmas plataformas, a Revista de Arqueologia Pública, da Unicamp,

indexada no Google Acadêmico, o Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, indexado no Scielo, a Revista do Laboratório de Antropologia e Arqueologia da UFPEL — LEPAARQ, indexada no Portal de Periódicos da CAPES. Ainda, podemos citar a Revista Clio Arqueológica — UFPE, indexada no Google Acadêmico e a Revista Vestígios — Revista Latino Americana de Arqueologia e História — UFMG, indexada no Portal de Periódicos da CAPES e no Google Acadêmico. Tais revistas são mencionadas no contexto deste artigo a título de exemplo de periódicos que foram avaliados pelo Sistema Qualis da CAPES e constam na Plataforma Sucupira com avaliações A1, A2, B1 e B2, referente ao quadriênio 2013-2016.

Os descritores que utilizamos para a busca refletem a diversidade de temas que podem ser abordados a partir das metodologias que pesquisam a cultura material. No entanto, constituem-se em palavras-chave que levam em consideração a especificidade da pesquisa, visto que descritores muito genéricos poderiam resultar na perda de informações importantes. Colocamos aqui alguns descritores que foram utilizados, lembrando que alguns foram colocados de forma retroativa para apurar a pesquisa (Carvalho, 2019). São eles: Arqueologia Minas Gerais, Indígenas Minas Gerais, Caçadores Coletores Minas Gerais, Horticultores Minas Gerais, Agricultores Minas Gerais, Ceramistas Minas Gerais, Sítios Arqueológicos Minas Gerais, Patrimônio Arqueológico Minas Gerais, Sítios pré-coloniais Minas Gerais. Tínhamos ciência que a busca poderia evidenciar os trabalhos do Estado todo e, para proceder ao afunilamento, buscaríamos realizar a leitura do resumo do artigo a fim de decidir se o mesmo deveria compor o banco de dados sobre a Arqueologia da região sul-sudoeste de Minas Gerais.

Para a busca por artigos científicos elaboramos uma planilha no *excel*, a fim de registrar as principais informações: título do artigo, ano, vínculo institucional da revista/periódico, autor(a), palavras-chave, periódico — revista, plataforma encontrada, cidade de realização da pesquisa, pesquisa acadêmica ou de contrato, resumo da obra, link de acesso, referência.

Em um segundo momento, procedemos a uma busca bibliográfica sobre o tema da presente proposta em teses e dissertações de programas de pós-graduação stricto sensu em Arqueologia ou com área de concentração em Arqueologia. Esse conteúdo seria inicialmente pesquisado de forma sistemática em algumas bases de dados disponíveis na internet, como o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. No entanto, os acervos digitais de bibliotecas universitárias se mostraram mais eficientes na busca. Optamos inicialmente por realizar buscas em bibliotecas de universidades com programas de pós-graduação stricto-sensu em Arqueologia, ou com área de concentração em Arqueologia

como, por exemplo, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, o Banco de Teses e Dissertações da Unicamp e o Repositório Institucional da UFMG de Teses e Dissertações. Os descritores que utilizamos para a busca foram os mesmos utilizados para os artigos científicos, levando em consideração as especificidades de cada plataforma utilizada.

Para a busca por teses e dissertações elaboramos uma planilha no *excel*, a fim de registrar as principais informações: Título, ano de defesa, grau (tipo de trabalho — tese ou dissertação), vínculo institucional, autor(a), orientador(a), resumo e link de acesso. Os resultados das pesquisas em artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado serão expostos a seguir:

Como já dissemos, o objetivo inicial era realizar a busca por artigos nos bancos de dados selecionados para a presente etapa do projeto — Scielo, Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico. No entanto, ao procedermos ao início da pesquisa em uma das bases de dados, o Google Acadêmico, percebemos que não encontraríamos tantos artigos, levando-nos a questionar se o método de busca que escolhemos (diretamente nos bancos de dados mencionados) seria o método mais eficiente para realizar a busca bibliográfica. Assim, optamos pela busca nos *sites* de alguns periódicos já mencionados, encontrando resultados nos que seguem: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi — Ciências Humanas, Revista de Arqueologia Pública, Arquivos do Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG, TARAIRIÚ — Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB, Revista ENTRE-LUGAR, Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Revista Espinhaço.

Ao visitarmos o *site* desses periódicos constatamos que todos oferecem a possibilidade de busca pelos números das revistas, o que facilitou a nossa pesquisa. A sistemática da busca foi acessar número por número da revista, e pesquisar no sumário dos números, os títulos dos artigos. Os que mencionavam a Arqueologia de Minas Gerais foram pesquisados mais a fundo, na leitura de seus resumos, no corpo do texto e na bibliografia, a fim de averiguarmos se a Arqueologia da região sul-sudoeste de Minas Gerais estava contemplada como área de pesquisa.

A pesquisa foi realizada neste primeiro momento em oito periódicos e foram encontrados 10 artigos que abordam de forma exclusiva ou não a Arqueologia da região sul-sudoeste de Minas Gerais, dos quais oito abordam o período pré-colonial, como foco de pesquisa. Os periódicos pesquisados são das regiões Norte (02), Centro-Oeste (01), Sudeste (03), Sul (01) e Nordeste (01) do país. Apesar do número reduzido de artigos encontrados sobre o tema da pesquisa, pudemos observar que as pesquisas realizadas em

solo mineiro têm grande destaque nas revistas consultadas, embora sejam regiões mineiras diversas da região foco de nossa investigação. Esta constatação vem ao encontro de nossas percepções iniciais, de que embora a região sul-sudoeste já tenha sido bastante pesquisada há pouca socialização dos conhecimentos produzidos. As demais regiões mineiras abordadas em artigos das revistas pesquisadas são: região de Lagoa Santa, Zona da Mata Mineira, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Norte de Minas e região do alto São Francisco.

Neste primeiro momento da pesquisa também realizamos a busca por teses e dissertações em bibliotecas digitais de universidades da região sudeste com pós-graduação em Arqueologia ou área de concentração em Arqueologia. As bibliotecas acadêmicas pesquisadas foram a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, o Banco de Teses e Dissertações da Unicamp e o Repositório Institucional da UFMG de Teses e Dissertações. A sistemática da busca foi acessar o site das universidades, buscando na biblioteca digital os programas de Pós-Graduação de Arqueologia ou áreas afins. Outra possibilidade que surtiu um bom resultado foi buscar por assunto: Arqueologia. Os que mencionavam a Arqueologia de forma geral foram pesquisados mais a fundo, na leitura de seus resumos, no corpo do texto e na bibliografia, a fim de averiguarmos se a Arqueologia da região sul-sudoeste de Minas Gerais estava contemplada como área de pesquisa.

A pesquisa foi realizada até o momento em duas bibliotecas digitais de universidades da região sudeste, a saber: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP e Repositório Institucional da UFMG de Teses e Dissertações. Iniciamos a pesquisa pela Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. Havia a possibilidade de realizar a busca pelos seguintes filtros: Por Unidade, por área do conhecimento (Arqueologia), por teses e por dissertações. A busca por área do conhecimento (Arqueologia), nos pareceu ser mais interessante, visto que trabalhos desta área podem estar em diversas Unidades da instituição em questão. Assim, a busca pela área do conhecimento revelou 12 trabalhos realizados na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e 348 trabalhos no Museu de Arqueologia e Etnologia. Revelou, ainda, um trabalho de livre-docência em Geoarqueologia. O resultado na USP contou com seis trabalhos entre teses e dissertações. Todos os trabalhos estão relacionados a sítios arqueológicos pré-coloniais encontrados na região sul-sudoeste de Minas Gerais.

Demos continuidade às pesquisas por teses e dissertações no Repositório Institucional da UFMG de Teses e Dissertações. Optamos por realizar as buscas inicialmente nas bibliotecas de teses e dissertações da USP e da UFMG por serem

instituições que se encontram na região sudeste. Além disso, as duas instituições possuem programas de pós-graduação em Arqueologia e Antropologia, com pesquisadores reconhecidos nacional e internacionalmente. A busca poderia ser realizada por programa de pós-graduação ou por assunto. Escolhemos iniciar a busca por assunto — Arqueologia. O número total de teses e/ou dissertações encontradas que se referem à temática da pesquisa foi de dois, sendo apenas uma delas sobre Arqueologia pré-colonial, e a outra, sobre Arqueologia do século XIX no município de Campanha, sul de Minas Gerais. Após a busca por assunto, procedemos a busca por Programa: I) Programa de Pós-Graduação em Antropologia (total de 74 teses e/ou dissertações) e Programa de Pós-Graduação em História (total de 148 teses e/ou dissertações). O resultado para esta busca foi negativo, permanecendo apenas os dois trabalhos citados acima.

Quadro 1 – Artigos que mencionam aspectos da Arqueologia da região sul-sudoeste de Minas Gerais

Artigo	Ano de Publicação	Revista/Periódico
Panorama de sítios arqueológicos pré-coloniais em Minas Gerais: mapeamento em Sistema de Informação Geográfica e métricas básicas.	2022	Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi
Paisagem e suas interfaces em pesquisas sobre arte rupestre: Um estudo de caso em Serra Negra, alto vale do Araçuaí, Minas Gerais, Brasil.	2021	Revista de Arqueologia / Sociedade de Arqueologia Brasileira
Projeto cultura e educação: uma nova proposta museológica regional na dimensão do museu histórico e geográfico de Poços de Caldas MG.	2015	Revista Arqueologia Pública / Universidade Estadual de Campinas
Projeto arqueologia e educação: um olhar para o passado da região de Poços de Caldas.	2013	Revista Arqueologia Pública / Universidade Estadual de Campinas
A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil.	2007	Revista de Arqueologia / Sociedade de Arqueologia Brasileira

Uma habitação semi-subterrânea em Minas Gerais, dados arqueológicos	1978	Arquivos do Museu de História Natural Belo Horizonte – Universidade Federal de Minas Gerais
Notas sobre um sítio arqueológico deslocado: as pinturas rupestres São-Franciscanas de Andrelândia, sul de Minas Gerais.	2013	TARAIRIÚ – Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da Universidade do Estado da Paraíba
Geossistemas vigentes e geossistemas ancestrais em Andrelândia, sul de Minas Gerais: aproximações metodológicas entre a abordagem geossistêmica e a arqueologia da paisagem.	2022	ENTRE-LUGAR / Universidade Federal da Grande Dourados
Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas.	1969	Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi
Aspectos do Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico no Brasil.	2013	Revista Espinhaço / Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri

Fonte: Os autores.

Quadro 2 – Teses e dissertações que abordam ou mencionam aspectos da Arqueologia da região Sul-sudoeste de Minas Gerais

Teses e Dissertações	Ano de Publicação	Local e tipo de produção
Arqueologia em Conceição dos Ouros-MG: pré-história e história, identidade, museu e espacialidade.	2004	Tese de Doutorado Universidade de São Paulo
O sítio arqueológico Cerâmica Preta: estudo das técnicas e da cadeia operatória da cerâmica queimada em ambiente redutivo dos povos pré-coloniais praticantes da tradição cerâmica Aratu-Sapucai	2017	Tese de Doutorado Universidade de São Paulo
Arqueologia regional da província cárstica do Alto São Francisco: um estudo das tradições ceramistas Una e Sapucaí.	2006	Tese de Doutorado Universidade de São Paulo
Um quebra-cabeça de peças faltando: primeiros apontamentos para compreender onde estão (e onde não estão) os sítios funerários de Minas Gerais	2019	Tese de Doutorado Universidade de São Paulo

Estudo das lâminas de pedra polidas do Brasil: diversidades regionais e culturais.	2013	Tese de Doutorado Universidade de São Paulo
O Material Lítico Polido do Interior de Minas Gerais e São Paulo: entre a matéria e a cultura.	2008	Tese de Doutorado Universidade de São Paulo
O que a arquitetura mascara? uma arqueologia da compartimentação, da vigilância e dos aspectos de concessão e restrição à circulação no Solar dos Ferreiras, Campanha/MG.	2023	Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Minas Gerais
Gestando potes e pessoas: a cerâmica como processo de aprendizagem do sensível e concreto.	2021	Tese de Doutorado Universidade Federal de Minas Gerais
O gerenciamento do patrimônio arqueológico no estado de Minas Gerais utilizando-se sistema de informações espaciais (SIG).	2010	Dissertação de Mestrado Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Belo Horizonte

Fonte: Os autores.

Dos artigos que constam na planilha que foi elaborada, podemos encontrar cinco categorias temáticas que abordam direta ou indiretamente os vestígios arqueológicos da região sul-sudoeste de Minas Gerais: I) Há trabalhos com análises mais amplas, e que também abrangem a região da pesquisa, com estudo de sítios arqueológicos pré-coloniais georreferenciados e suas relações com elementos da paisagem, utilizando o Sistema de Informação Geográfica (SIG) (Hissa; Isnardis, 2022), trabalhos sobre o Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (GPA), com ênfase para a abordagem do Patrimônio de Minas Gerais (Delforge, 2013); II) Artigos que não abordam especificamente os vestígios arqueológicos da área da pesquisa, mas elementos diretamente ligados a eles, como por exemplo, a Tradição Planalto de sítios arqueológicos do Vale do Araçuaí, também encontrada na região sul de Minas Gerais (Fagundes et.al., 2021). Há abordagem da Tradição Itararé-Taquara que, embora não seja encontrada em Minas Gerais, o autor faz menção aos sítios ceramistas pesquisados pelo PRONAPA no sul de Minas Gerais (Araújo, 2007); III) Há artigos que mencionam atividades educativas e museológicas em Minas Gerais, sobretudo região de Poços de Caldas (Schiavetto; Gilaverte; Andrade, 2013, Moreira; Gessoni; Sanches, 2015); IV) Artigos mais clássicos, que representam os primeiros movimentos em busca da compreensão do passado pré-colonial de Minas Gerais (Dias et.al., 1969) e que abordam sítios arqueológicos específicos da região sul de Minas Gerais (Dias; Carvalho, 1978); V) Artigos que abordam os bem conhecidos sítios arqueológicos de pintura rupestre da região de Andrelândia (Neto; Ferreira, 2022, Pereira, 2013).

Das teses e dissertações que constam na planilha que foi elaborada, podemos encontrar duas categorias temáticas que abordam direta ou indiretamente os vestígios arqueológicos da região sul-sudoeste de Minas Gerais: I) Trabalhos que falam especificamente sobre os vestígios arqueológico da região da pesquisa, abordando aspectos da Arqueologia em Conceição do Ouro (Almeida, 2004) e abordagem sobre um sítio arqueológico da Tradição Aratu-Sapucai no extremo sul de Minas Gerais (Delforge, 2017); II) Trabalhos que não abordam especificamente ou exclusivamente a Arqueologia da área pesquisada, mas traz elementos para pensá-la, seja abordando tradições arqueológicas em regiões circunvizinhas, como as tradições Una e Sapucaí no alto São Francisco (Henriques Júnior, 2006), realizando estudos sobre sítios funerários em Minas Gerais (Panunzio, 2019), ao abordar lâminas de pedra polida em todo o território brasileiro (Souza, 2013), ao estudar material lítico polido do interior de Minas Gerais (Souza 2008), ao levar em consideração o estudo da produção da cerâmica e aspectos simbólicos (Sá, 2021) e o gerenciamento do patrimônio arqueológicos de Minas Gerais (Delforge, 2010).

O projeto de pesquisa tem como proposta de continuidade a atualização de dados, e também sua confrontação com as informações orais não documentadas em trabalhos científicos. Ademais, a proposta visa realizar a triangulação dos dados bibliográficos com as informações que constam no IPHAN sobre pesquisas arqueológicas realizadas, em andamento e sítios encontrados. Até o momento o confronto dos dados oriundos de fontes orais informais, das fontes bibliográficas e de pesquisas que estamos iniciando na base de dados do IPHAN evidencia um descompasso entre pesquisas científicas realizadas e publicações que apontam os resultados ao grande público ou até mesmo aos pares. Um dos motivos para este descompasso é, sem dúvida, a ideia de que uma investigação científica caminha muitas vezes a passos lentos, dado o rigor necessário à realização de suas diversas etapas até torná-la pública.

Outro motivo mais atrelado às discussões que permeiam este artigo está relacionado ao grande número de pesquisas arqueológicas realizadas desde o advento da Arqueologia de contrato no Brasil. Tais pesquisas geraram uma grande quantidade de acervos que se encontram nas instituições que dão suporte às pesquisas arqueológicas. Segundo o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos — CNIGP do IPHAN —, atualizado em 2024, há 22 instituições no território mineiro aptas à salvaguarda de material oriundo de pesquisas arqueológicas no Estado. Vinte dessas instituições estão aptas em processo de fiscalização ou com algum

condicionante, como é o caso do MAHCA, em Conceição dos Ouros (apta com condicionante: viabilização de espaço)⁴.

Assim, as instituições mantêm em suas reservas técnicas coleções e mais coleções arqueológicas retiradas de sítios que se encontram bem documentados em relatórios enviados ao IPHAN e que podem ser base para o aprofundamento do conhecimento científico e a sua posterior divulgação. No entanto, diversos questionamentos podem ser feitos quanto à efetividade das pesquisas realizadas visto que, em muitos casos, o ciclo da pesquisa arqueológica não é concluído, por pelo menos dois motivos: I) Muitos acervos provenientes de pesquisas arqueológicas permanecem nas reservas técnicas espalhadas pelo território brasileiro e não são alvo de pesquisas mais aprofundadas pelo simples fato de que há mais material do que pesquisadores disponíveis para produzir conhecimento sobre os contextos arqueológicos alvo das coletas; II) Se o acervo retirado dos sítios arqueológicos não permanece na região de origem, muito das percepções das pessoas sobre o material e os contextos do passado pode se perder. Embora seja verdade que muitas pesquisas levam em consideração os discursos não científicos sobre os sítios arqueológicos, na maioria das vezes esses discursos são úteis somente no momento das atividades de campo, para localização e registro dos vestígios. Neste momento, pode haver uma cisão entre os saberes produzidos sobre aquele material — o científico e o não científico. Juntos, eles poderiam produzir narrativas bem mais ricas sobre o passado.

Conclusão

As leituras realizadas para a elaboração do presente artigo apresentam um quadro complexo da Arqueologia da mesorregião sul-sudoeste de Minas Gerais. Seguindo a tendência de outras importantes regiões do Estado, o sul de Minas, como é genericamente denominada a área da pesquisa, é composto por um rico patrimônio arqueológico que figura tanto nas informações orais como nas informações ditas oficiais, estas trazidas à tona pelas pesquisas arqueológicas acadêmicas e empresariais. É inegável que os trabalhos realizados na era pronapiana, alguns mencionados neste artigo (Dias 1971, 1974, 1975, 1976, Dias et al., 1976), alavancaram a princípio o conhecimento sobre o passado da região. Esses trabalhos produziram dados e acervos que alimentaram pesquisas acadêmicas por muitas décadas e ainda são revisitados por pesquisadores que lançam as mais variadas questões sobre os povos do passado.

No entanto, com a intensificação das investigações proporcionada pela Arqueologia de contrato e o consequente aumento dos acervos em instituições de

salvaguarda, tornou-se mais complexo compreender o panorama das ocupações pretéritas sem uma sistematização dos dados hoje acumulados. Tais dados sobre trabalhos já realizados que constam nas bases do IPHAN, a princípio de grande utilidade aos pesquisadores, podem ser utilizados para se pensar em uma sistematização das informações regionais que venham a ser acessíveis para as comunidades que vivem na região. Mesmo levando em conta que esses dados brutos vêm constituindo valiosas informações aos pesquisadores na condução de suas investigações, seus resultados podem ser transcritos em saberes que dialoguem mais facilmente com o público, uma vez que este seja chamado a participar de todas as etapas do trabalho arqueológico.

Assim entendemos a Arqueologia Pública, tanto no referente à participação de pessoas da comunidade nas etapas do trabalho arqueológico desde a pesquisa histórica ao campo, como na responsabilidade pela divulgação ampla e pública das informações e proposições da Arqueologia. Entendemos que a Arqueologia se torna pública e se completa, quando e somente se são expostas as possíveis reflexões sobre um passado que diz respeito à construção das identidades culturais. Atualmente na região sul-sudoeste de Minas Gerais, contamos com vários pesquisadores arqueólogos que comungam com a visão pública da Arqueologia, profissionais que tem buscado estabelecer uma rede de informações dentro de sua visão de ampliar o contato com as comunidades locais. Professores, instituições, museus, secretarias municipais de cultura e educação, ONGs, e mesmo o cidadão comum a princípio isolado, mas com interesse em conhecer os povos formadores da região, tem debatido novas formas de participação e acesso ao conhecimento antes restrito ao âmbito estritamente profissional e acadêmico do arqueólogo.

A Arqueologia se torna mais democrática quando trabalha junto ao conceito de pertencimento das populações como herdeiras das culturas pré-históricas e históricas identificadas e estudadas em seus trabalhos. Hoje identificamos que existe uma demanda por esse conhecimento em vários municípios da região sul-sudoeste de Minas Gerais. No entanto, apesar das contribuições da Arqueologia Pública, compreendemos que é necessário levar em consideração os obstáculos enfrentados para se reconhecer as dificuldades históricas das populações indígenas em buscar identificação com o passado pré-colonial. Assim, o trabalho do arqueólogo torna-se um desafio a ser pensado com profissionais de outras áreas na busca por uma sociedade não mais pautada pelos estereótipos e preconceitos que dificultam ou impossibilitam a valorização do patrimônio arqueológico, mesmo pelos grupos diretamente ligados às heranças culturais indígenas.

Buscamos nos trabalhos de educação patrimonial, ir além das exigências legais que muitas vezes se atem a levar conhecimento arqueológico aos locais numa postura de poder, o arqueólogo sabe e explica, e não construir esse conhecimento com aqueles que geralmente fornecem valiosas informações para as pesquisas arqueológicas. Na região, as histórias oficiais publicadas em sites pelos municípios se repetem na questão do mito do fundador, sendo que o passado anterior ao século XIX e o pré-colonial tem sido tratado apenas em nível de referência. Nas últimas décadas a Arqueologia amadureceu em volume de pesquisas sobre os grupos humanos do passado e hoje tem tornado possível repensar e reescrever conhecimentos, ampliar a noção de tempo e estabelecer consciência de pertencimento.

Percebemos já a abertura de um espaço acenando para novas pesquisas a partir da valorização do aspecto social da disciplina arqueológica, que está sendo chamada a atuar numa práxis de maior interatividade com as comunidades. Compreendê-las como produtoras de um conhecimento não formal, não metódico e, nem por isto, inválido, e não como meras beneficiárias dos resultados de pesquisas arqueológicas (Fredheim 2020) é o primeiro passo para a construção dialógica de saberes sobre o passado.

Referências

ALMEIDA, Paulo A. de. *Arqueologia em Conceição dos Ouros-MG: histórico dos sítios*. Folheto, Museu do Índio, Conceição dos Ouros-MG, 2019.

ARAÚJO, Astolfo G. de M. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 09-38, 2007.

ARAÚJO, Astolfo G.M.; TRIGO, Alessandra C.M.C. *Projeto de Mapeamento e Cadastramento dos Sítios Arqueológicos do Município de Itajubá e Adjacências*, 2003.

CARVALHO, Yuri M. Do velho ao novo: a revisão de literatura como método de fazer ciência. *Revista Thema*, 16 (4), p. 913-928, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1328>. Acesso em: 20 nov. 2025.

CARVALHO, Aline V.; FUNARI, Pedro. P. A. Arqueologia Pública: as relações entre a academia e a sociedade. *História e-História*, 1, 1-15, 2009.

DELFORGE, Alexandre H. *O sítio arqueológico Cerâmica Preta: estudo das técnicas e da cadeia operatória da cerâmica queimada em ambiente redutivo dos povos pré-coloniais praticantes da tradição cerâmica Aratu-Sapucai*. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DELFORGE, Alexandre H. Aspectos do Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico no Brasil. *Revista Espinhaço*, 2013.

DIAS JR, Ondemar F. A evolução da cultura em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. *Anuário de Divulgação Científica*, Goiás, 3(4), 1976.

DIAS JR, Ondemar F. Pesquisas arqueológicas no Sudeste brasileiro. *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, 1, p. 1-31, 1975.

DIAS JR, Ondemar F. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas em Minas Gerais. PRONAPA, Resultados Preliminares do 5º ano, 1969-1970. Belém, *Publicações Avulsas do Museu Paranaense Emílio Goeldi*, 26, p. 105-116, 1974.

DIAS JR, Ondemar F. Breves notas a respeito das pesquisas no sul de Minas Gerais. Resultados preliminares do quarto ano de pesquisas: PRONAPA 4: 1968-1969. *Publicações Avulsas do Museu Emílio Goeldi*, 15, p. 133-148, 1971.

DIAS JR, Ondemar F. Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. *Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, nº 12, 1969.

DIAS JR, Ondemar F.; CARVALHO, Eliana. Uma habitação semi-subterrânea em Minas Gerais, dados arqueológicos. In Reunião de Arqueologia, a margem do Colóquio franco-brasileiro. *Arquivos do Museu de História Natural Belo Horizonte*, v. 3, p. 239-259, 1978.

DIAS JR, Ondemar F.; CARVALHO, Eliana; CHEUICHE, Lilia. Pesquisas arqueológicas em Minas Gerais (Brasil): O PROPEVALE (Programa de Pesquisas no Vale do São Francisco). *Congresso Internacional dos Americanistas*, 42, Paris, Atas, 9(4), p. 13-34, 1976.

FAGUNDES, Marcelo; GRECO, Wellington; BANDEIRA, Arkley; ARCURI SUÑER, Marcia. Paisagem e suas interfaces em pesquisas sobre arte rupestre: Um estudo de caso em Serra Negra, alto vale do Araçuaí, Minas Gerais, Brasil. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 74-103, 2021.

FREDHEIM, L. H. Decoupling ‘Open’ and ‘Ethical’ Archaeologies: Rethinking Deficits and Expertise for Ethical Public Participation in Archaeology and Heritage. *Norwegian Archaeological Review*, 53(1), p. 5-22, 2020. <https://doi.org/10.1080/00293652.2020.1738540>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FUNARI, Pedro P.A. *Arqueologia*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro P.A. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 41, p. 23-32, 2001 <https://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/9750>. Acesso em: 20 nov. 2025.

FUNARI, Pedro P.A. Mixed features of archaeological theory in Brazil. In: Ucko, Peter (Org.) *Theory in Archaeology: a world perspective*. Routledge, p. 252-266, 2005.

FUNARI, Pedro P.A.; OLIVEIRA, Nanci. V.; TAMANINI, Elisabete. Arqueologia para o público leigo no Brasil: três experiências. Funari, P.P.A.; Orser Jr, C., Schiavetto, S.N.O. (Org.). *Identidades, discurso e poder: estudos de Arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 105-116.

FUNARI, Pedro P.A.; ORSER Jr, Charles.; SCHIAVETTO, Solange N.O. (Org.). *Identidades, discurso e poder: estudos da Arqueologia contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2005b.

GLORIA, Pedro; NEVES, Walter A.; HUBBE, Mark. História das pesquisas em Lagoa Santa, Minas Gerais: ossos humanos e patrimônio arqueológico. *IV Seminário de Preservação do Patrimônio Arqueológico*. Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins. p. 433-443, 2016.

GUIMARÃES, Gustavo U.; FREITAS, Otávio A.P. *Cataguá nas Catanduvás*. Ocupação humana e história indígena do município de Varginha, MG. Gráfica Castelo, 2022.

HENRIQUES JUNIOR, Gilmar P. *Arqueologia regional da província cárstica do Alto São Francisco: um estudo das tradições ceramistas Una e Sapucaí*. 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2006.

HISSA, Sarah de B. V.; ISNARDIS, Andrei. Panorama de sítios arqueológicos pré-coloniais em Minas Gerais: mapeamento em Sistema de Informação Geográfica e métricas básicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 17, n. 3, p. e20210103, 2022.

HORA, Juliana F. D.; PORTO, Vagner C. Patrimônio cultural, Arqueologia pública e educação patrimonial: multivocalidade e interdisciplinaridade. *Veredas. Revista Interdisciplinar de Humanidades*, 3(6), p. 141-156, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unisa.br/index.php/veredas/article/view/57>. Acesso em: 20 nov. 2025.

HORTA, Andrei I. Entre as Pedras As ocupações pré-históricas recentes e os grafismos rupestres da região de Diamantina, Minas Gerais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Suplemento*, p. 5-194, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmaesupl/article/view/113527/111482>. Acesso em: 20 nov. 2025.

HORTA, Andrei I. *Lapa, parede, painel: distribuição geográfica das unidades estilísticas de grafismos rupestres do vale do rio Peruaçu e suas relações diacrônicas (Alto-Médio São Francisco, Norte de Minas Gerais)*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001375430>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MIRANDA, Marcos P. S. *Preservando a história e a cultura mineira: um olhar sobre o patrimônio arqueológico de Minas Gerais*. Diamantina, Ministério Público de Minas Gerais, 2018. Disponível em: https://www.mpmg.mp.br/data/files/9D/C1/4A/1C/8C44A7109CEB34A7760849A8/Cartilha%20Patrimonio%20Cultural_issue.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

MOREIRA, Daniel F.; GESSONI, Haroldo P.; SANCHES, Sônia M. Projeto cultura e educação: uma nova proposta museológica regional na dimensão do museu histórico e geográfico de Poços de Caldas-MG. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 3, n. 1[3], p. 65-80, 2015.

NETO, Roberto M.; FERREIRA, Ana B. B. Geossistemas vigentes e geossistemas ancestrais em Andrelândia, sul de Minas Gerais: aproximações metodológicas entre a

abordagem geossistêmica e a arqueologia da paisagem. *ENTRE-LUGAR*, v. 13, n. 25, p. 190-216, 2022.

NEVES, Walter A.; ATUI, João P. V. O mito da homogeneidade biológica na população paleoíndia de Lagoa Santa: implicações antropológicas. *Revista de Antropologia*, 47, p. 159-205, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/8zMqQ5qjcWn78V4Kt94MCzL/#>. Acesso em: 20 nov. 2025.

NEVES, Walter A.; BERNARDO, Danilo. V.; OKUMURA, Maria M. M. A origem do homem americano vista a partir da América do Sul: uma ou duas migrações?. *Revista de Antropologia*, 50, p. 9-44. 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27256/29028>. Acesso em: 20 nov. 2025.

OLIVEIRA, Ana P. L. (Org.). *Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editar, 2007.

OLIVEIRA, Ana P. L. (Org.). *Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira*. São João Nepomuceno. Juiz de Fora: Editar, 2004.

PANUNZIO, Renato S. *Um quebra-cabeça de peças faltando: primeiros apontamentos para compreender onde estão (e onde não estão) os sítios funerários de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)te. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-29082021-192354/pt-br.php>. Acesso em: 20 nov. 2025.

PEREIRA, Márcio M. Notas sobre um sítio arqueológico deslocado: as pinturas rupestres São-Franciscanas de Andrelândia, sul de Minas Gerais. *Tarairiú – Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB*, 1, 26-39, 2013. Disponível em: https://npa.org.br/doc/notas_sitio_arqueologico.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

PEREIRA, Márcio M. *Filiação das pinturas rupestres do sítio arqueológico da Toca do Índio – Andrelândia, Minas Gerais*. Monografia de Conclusão de Curso História. Universidade Federal de São João Del Rei. 57pp., 2007. https://www.npa.org.br/doc/filiacao_pinturas_rupestres.pdf

PROUS, André. *Relatório Técnico Prévio sobre a Estadia em Conceição dos Ouros-MG*. Arquivos do MAHCA, novembro/dezembro de 2001.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Brasília: Editora UnB, 1992.

PROUS, André.; LANNA, A. L. D.; PAULA, Fabiano L. Estilística e cronologia na arte rupestre de Minas Gerais. *Pesquisas-Série Antropologia*, 31, 121-146, 1980.

RIBEIRO, Loredana M. R. *Os significados da similaridade e do contraste entre os estilos de arte rupestre: um estudo regional das pinturas e gravuras do alto-médio São Francisco*. 2006. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-11082006-111750/en.php>. Acesso em: 20 nov. 2025.

RODRIGUES, Robson A. *Relatório Final do Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial no Contexto do Sítio Arqueológico do Lico, município de Conceição dos Ouros-MG*. MAHCA, 2023.

SCHIAVETTO, Solange N. O. *A Arqueologia guarani: construção e desconstrução da identidade indígena*. Editora Annablume, 2003.

SCHIAVETTO, Solange N. O.; BERNARDES, Adonias S.; CARVALHO, Thaís R. Paulo Freire e arqueologia: uma experiência da abordagem da diversidade cultural em contextos escolares. *Revista Arqueologia Pública*, 16(2), 23-40, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rap.v16i2.8666234>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SCHIAVETTO, Solange N. O.; GILAVERTTE, Ana P.; ANDRADE, Diego S. de. Projeto arqueologia e educação: um olhar para o passado da região de Poços de Caldas. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 7, n. 1[7], p. 138-152, 2013.

SOUZA, Gustavo N. *Estudo das lâminas de pedra polidas do Brasil: diversidades regionais e culturais*. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUZA, Gustavo N. *O Material Lítico Polido do Interior de Minas Gerais e São Paulo: entre a matéria e a cultura*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ZANETTINI, Paulo. *Relatório de Vistoria Técnica Não Interventiva do Sistema Bragantina – Linhas de Transmissão Itajubá 3 – Paraisópolis e Cambuí 2 – Paraisópolis (Tensão 138 kV)*, São Paulo: Zanettini Arqueologia, 2006.

Artigo recebido em 26/09/2024

Aceito para publicação em 03/11/2025

Editor(a) responsável: Rhaira Silva

¹ Programa de pesquisas arqueológicas criado na década de 60 do século passado, com o intuito de promover uma padronização técnica e metodológica na Arqueologia brasileira. Foi idealizado por Betty Meggers e Clifford Evans, do Smithsonian Institution, EUA. Embora tenha sido um programa que impulsionou a Arqueologia acadêmica no Brasil, trabalhos posteriores ressaltaram a atuação do PRONAPA em um momento político conturbado no Brasil, a Ditadura Militar, valorizando as questões metodológicas em Arqueologia, deixando de lado questões que poderiam suscitar um olhar crítico para a formação do povo brasileiro (Funari, 1996, 1999, 2005; Schiavetto, 2003).

² Para mais informações sobre tais sítios, ver o documentário Visita às Catarias de Ouro em Silvianópolis, realizado por Paulo Araújo Almeida, ver: <https://www.youtube.com/watch?v=wRP0u990-xA&t=6s>. Acesso em: 20 nov. 2025.

³ Mais informações sobre o histórico da Arqueologia em Conceição dos Ouros podem ser vistas em documentário recentemente lançado em: <https://www.youtube.com/watch?v=RsFJYjC5-BU&t=18s>. Acesso em: 20 nov. 2025.

⁴ Fonte: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/instituicoes-de-guarda-e-pesquisa>. Acesso em: 20 nov. 2025.

HISTÓRIA ÚNICA E SILENCIAMENTO NOS DISCURSOS SOBRE A HISTÓRIA DE TARRAFAS-CE

SINGLE STORY AND SILENCING IN THE DISCOURSES ABOUT THE HISTORY OF TARRAFAS, CEARÁ

Wesley Guilherme Idelfoncio de Vasconcelos¹

Cláudia Rejanne Pinheiro Grangeiro²

Sandra Maia Farias Vasconcelos³

Resumo: Este artigo analisa as formas como a história do município de Tarrafas, no Ceará, foi narrada e consolidada. Inicialmente construída a partir da oralidade, a versão mais difundida foi pesquisada e legitimada por um sujeito que reunia dupla autoridade — intelectual e política —, o que contribuiu para que se instaurasse como a narrativa oficial, silenciando perspectivas alternativas. Para discutir esse processo de apagamento e os riscos da história única na formação da identidade de um município, mobilizamos os conceitos de história única (Adichie, 2019), política do silêncio (Orlandi, 2007) e acontecimento e ciência-régia (Pêcheux, 2006), aplicando-os à análise dos discursos sobre a fundação de Tarrafas, especialmente a partir da obra de Vasconcelos (2022).

Palavras-chave: Acontecimento discursivo, História Única, Silenciamento, Tarrafas.

Abstract: This paper analyzes ways in which the history of the municipality of Tarrafas, Ceará, Brazil, has been narrated and consolidated. Initially constructed through oral accounts, the most widespread version was researched and legitimized by an individual who held dual authority — both intellectual and political — which contributed to its establishment as the official narrative, thereby silencing alternative perspectives. To discuss this process of erasure and the dangers of a single story in shaping the identity of a municipality, we draw on the concepts of the single story (Adichie, 2019), the politics of silence (Orlandi, 2007), and event and royal science (Pêcheux, 2006), applying them to the analysis of discourses on the foundation of Tarrafas, particularly through the work of Vasconcelos (2022).

Keywords: Discursive event, Single story, Silencing, Tarrafas.

Considerações Iniciais

Este trabalho parte da seguinte reflexão: “a história oficial é mestra em lembrar um pouco e esquecer muito” (Lima Jr.; Schwarcz; Stumpf, 2022, p. 17) e nele buscamos questionar os discursos sobre a dita história oficial acerca da fundação do município de Tarrafas, no Cariri cearense, a partir de uma perspectiva discursiva. Essa história é fruto de uma investigação realizada por um jornalista, também formado em Direito, chamado Jesus Leite. Ele foi, por um bom tempo, uma das poucas pessoas com ensino superior no

¹ Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Letras pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: wesley.vasconcelos@alu.ufc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8739-3182>. Bolsista CNPq.

² Professora Departamento de Línguas e Literaturas da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: claudia.pinheiro@urca.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5574-4494>.

³ Professora Titular da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Nantes (França). E-mail: sandra.vasconcelos@urca.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7201-6173>.

município, assumiu cargos na educação, sendo, durante muitos anos professor de História e, posteriormente, tornou-se uma liderança política (Vasconcelos, 2022). Com sua múltipla posição de poder, Leite desencorajou toda nova investigação, como forma de garantir a única história contada por ele, não aceitando críticas, questionamentos, apontamentos de equívocos ou novos caminhos. Os debates sobre as muitas formas de silenciamento apresentam diversos pontos de contato com as discussões acerca do esquecimento.

A primeira relação que estabelecemos é com a “ciência régia” discutida por Michel Pêcheux (2006) no livro “Discurso: estrutura ou acontecimento?”. Nesta obra, Pêcheux trata sobre um poder de setores intelectuais que impedem questionamentos, governando o saber e a forma como é tecido, se opondo à multiplicidade de possibilidades de pensar. Outra contribuição que aqui se faz presente para o debate é a da professora Eni Orlandi (2007), acerca da função do silêncio no discurso, com foco específico na política do silenciamento, discussões que ela faz na obra “As formas do silêncio no movimento dos sentidos”. Por fim, a terceira contribuição que vai constituir a trindade teórica deste trabalho é da escritora Chimamanda Ngozi Adichie (2019), na palestra chamada “O perigo de uma história única”, transcrita e publicada em uma obra homônima, na qual a autora discute os riscos de histórias únicas para a formação da identidade de um povo e também como instrumentos de desumanização, e para a criação e reforço de estereótipos.

Acrescentamos também a esse debate a contribuição de Michael Pollak (1989), que em seus estudos sobre o pós-guerra alemão destacou que toda memória coletiva é atravessada por disputas e esquecimentos. Para o autor, as versões que não se adequam à narrativa oficial não desaparecem, mas tornam-se “memórias subterrâneas”, relegadas ao silêncio por longos períodos, até que encontrem condições de ressurgir. Essa perspectiva amplia a discussão sobre Tarrafas, indicando que as histórias desautorizadas pelo pesquisador oficial não foram anuladas, mas permanecem latentes na memória coletiva.

Consideramos chamar a atenção para o fato de que um dos autores deste artigo que ora desenvolvemos é tarrafense e pesquisador sobre memórias e patrimônio cultural de sua terra natal. Essa informação é relevante para este trabalho, uma vez que as narrativas advindas do seu território formam o que Stuart Hall (2014) denomina de traços identitários, que não são essenciais ou estanques, mas construções sócio-históricas. Não estamos distantes do que Saussure determinou sobre a perspectiva do observador em relação ao seu objeto de pesquisa (Saussure, 2006), ou ainda, no contexto filosófico, do que Merleau-Ponty (1994), filósofo fenomenologista francês, tratou sobre a percepção e a experiência do mundo. Para Merleau-Ponty, as experiências estão sempre mediadas pelo

corpo e pela subjetividade do indivíduo, o que implica uma relação de influências recíprocas entre o (a) pesquisador (a) e seu objeto de estudo.

A esse respeito, Hissa (2017) argumenta que a subjetividade:

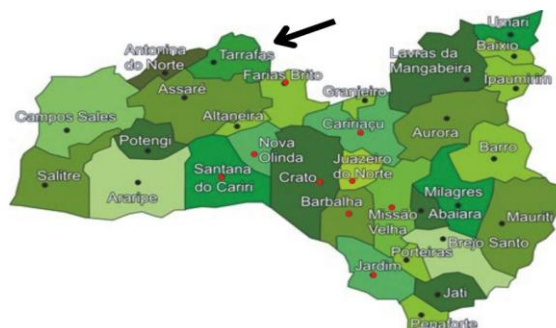
assim como da emoção e de tudo o que faz a arte presente em tudo, é tomada, pela ciência moderna, originária do cartesianismo e do empirismo inglês, como a invasão do estrangeiro que contamina o que não pode ser contagiado para ser o que é: ciência feita só de razão e razão feita de si mesma. [...] A experimentação do mundo precede a razão. Adiante, mais do que isso: a razão é feita da experimentação do mundo e o pensamento é feito do sentir. Ser afetado pelo mundo, portanto, é pressuposto da construção do pensamento (p. 19-20).

O rigor acadêmico é importante para que o caráter deste artigo se consolide como uma pesquisa, fruto de leituras, debates e análises, ao mesmo tempo que o meio social interfere no pesquisador que escreve, o pesquisador também interfere no meio. Uma interferência foi a publicação do livro-reportagem “Quantas histórias cabem dentro da Tarrafa?” (Vasconcelos, 2022), que contém entrevistas e histórias coletadas durante o ano de 2021 e escritas durante 2022. No livro, Vasconcelos narra parte da história de Tarrafas a partir das histórias de vida de alguns tarrafenses, de lugares e do desenvolvimento educacional do distrito e, posteriormente, do município. Nesta obra também, o autor discute sobre as controvérsias na forma como essa “história oficial” foi pesquisada e é contada, além dos descobrimentos de novos estudos e pesquisas sobre a temática.

Uma breve contextualização sobre Tarrafas

Tarrafas é um município do Cariri cearense, localizado na microrregião do Cariri Oeste, na fronteira com a região Centro-Sul. Faz divisa com Cariús, Jucás e Saboeiro, do lado Centro-Sul, e com Assaré, Antonina e Farias Brito, do lado caririense. Tem uma área territorial de 454 km² e, de acordo com o último censo (concluído em 2022), pouco mais de 7.500 habitantes, dos quais 80% residem na zona rural.

Figura 01 – Localização de Tarrafas na região do Cariri cearense



Fonte: <https://www.arce.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/53/2014/05/mapa-regiao-cariri.jpg>. Acesso em: 10 nov. 2025. Intervenção dos autores na inclusão da seta indicando o município.

Tarrafas foi emancipada três vezes, em 1962, 1987 e, novamente, em 1987. A primeira emancipação, de 1962, foi derrubada alguns anos depois, após um decreto do governador Virgílio Távora a mando do então presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, que decidiu derrubar as emancipações de municípios novos alegando que o menor quantitativo de municípios seria melhor para o governo estadual administrar. A segunda foi após um impasse com o poeta popular Patativa do Assaré⁴, e a terceira foi a definitiva. As pesquisas sobre a fundação do município de Tarrafas empreendidas por José Jesus Leite, aconteceram durante os dois últimos processos emancipatórios.

Estar em posição de destaque intelectual e, posteriormente, na política, fez com que a pesquisa empreendida por Leite se tornasse a narrativa oficial sobre a fundação do município, bem como reforçou os esforços em desestimular novas pesquisas ou questionamentos a narrativas alternativas, centralizando a narrativa na voz de um único sujeito. E essa história se mantém através da tradição oral, como forma, inclusive, de justificar lacunas e inconsistências. Lima Jr.; Schwarcz e Stumpf (2022), em um trabalho acerca da construção do mito do Sete de Setembro, questionam os processos de construção de uma memória nacional através do estabelecimento de uma história única e oficial acerca da independência do Brasil. Nesse sentido, colaboram conosco neste trabalho ao dizerem:

Momentos inaugurais procuram destacar uma narrativa temporal específica em detrimento de outras, criar uma verdadeira batalha retórica — inventando rituais de memória e qualificando seus próprios modelos de autênticos (e os demais de falsos ou pouco relevantes) —, elevar alguns eventos e obliterar outros, endossar certas interpretações e desautorizar o resto. (Lima Jr.; Schwarcz e Stumpf, 2022, p. 16).

Esse diálogo que podemos estabelecer com os autores mostra que o problema aqui trazido não é um caso isolado, o que nos possibilita fazer diversas leituras e debates para desenvolvermos a questão central. A história oficial criada para o município que nascia

⁴ A marcação territorial do município incluía a Serra de Santana como sendo pertencente a Tarrafas. Berço de Patativa do Assaré, foi o motivo de um grande impasse, fazendo o poeta brigar em rádios, tecendo duras críticas aos responsáveis pela emancipação do município e chegando até mesmo a ter uma audiência com o então governador Tasso Jereissati. Patativa queria derrubar a emancipação e que a Serra de Santana fosse restituída ao município de Assaré porque ele “era Patativa do Assaré e não de Tarrafas”. Tasso concedeu, a emancipação foi revogada e uma nova marcação territorial foi feita, retirando a Serra de Santana das delimitações tarrafenses.

surgiu através da narrativa proferida e investigada por uma única pessoa, com uma série de desautorizações de versões alternativas.

Como a história é contada

Segundo o que se conta — e consideremos que o “se” é um índice de indeterminação do sujeito —, levando em consideração algumas variações dessa mesma história devido a questões próprias da oralidade, em meados dos anos 1800, a região da sede era uma grande fazenda, pertencente a uma mulher de nome Tereza Moreira. Versões tratam-na como paraibana ou piauiense. Outras versões narram que ela veio até onde hoje temos Tarrafas acompanhada do pai, e outras acompanhada de três irmãs e todas chegam num mesmo ponto futuro em que Tereza se tornaria a única proprietária da chamada Fazenda Aroeiras.

A fazenda era uma grande propriedade latifundiária, com um casarão ao centro, que além de pousada, tornou-se ponto de encontro e passagem de tropeiros, que lá realizavam transações comerciais. Com o tempo, Tereza passou a distribuir lotes de terras para os comerciantes que desejassem se instalar na propriedade. O tempo passou e assim o povoado foi se formando. Anos depois, no rio Bastiões, principal corpo hídrico do município, um pescador prendeu a rede de pesca (tarrafa) no fundo do rio e o local atraiu curiosos, que passaram a se referir ao local como o “lugar da tarrafa”, “lugar onde o homem perdeu a tarrafa”, “lugar da tarrafa perdida”, e, posteriormente, passaram a referir-se apenas como “tarrafa” e isso teria feito Tereza mudar o nome da propriedade para Tarrafas.

Nessa narrativa, Tereza é tida como a fundadora de Tarrafas, dá nome à principal praça do município, que segundo a história que se conta, localiza-se em frente à antiga propriedade da própria Tereza que foi demolida em algum momento nos últimos cem anos. Tereza também aparece no Hino do município, composto pelo mesmo pesquisador que começou a contar sua história. Tereza surge na terceira estrofe do hino, que diz:

[...]
A história bem viva nos conta
Aroeira fazenda primeira,
Um tributo jamais esquecido
À senhora Tereza Moreira.
[...] (Leite, n.d.).

José Jesus Leite é jornalista e advogado por formação, também foi professor de Língua Portuguesa e História. Além disso, também foi recenseador do IBGE, atuou no

processo emancipatório do município, foi vereador, vice-prefeito de Tarrafas, secretário de educação, secretário de cultura, assessor de comunicação, cerimonialista e também foi reconhecido como mestre dos saberes populares sobre Patativa do Assaré. Estando em posições de poder e prestígio, seus estudos sobre a história de Tarrafas tornaram-se a história oficial, e a grande problemática é a instauração desta versão como a única possibilidade a ser contada sobre a fundação de Tarrafas. Lima Jr, Schwarcz e Stumpf (2022) ressaltam que os processos emancipatórios, a despeito das histórias que são construídas ao redor deles, são processos coletivos, e não voluntarismo individual. Ou uma história única, como classifica Adichie (2019), que tem diversos riscos, “é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna” (p. 22).

Ou seja, após a repetição dessa história, que se mantém mesmo com as variações, e o prestígio conferido a quem a conta, associado ao poder simbólico deste sujeito, a história torna-se facilmente uma verdade absoluta. A escolha de uma figura única para simbolizar a fundação de Tarrafas é, nesse sentido, problemática: em termos práticos, produz o mesmo efeito de se ensinar a história do Brasil como se tivesse começado apenas com a chegada dos portugueses, como se tal processo fosse pacífico e harmonioso. Essa operação narrativa, ao erigir um símbolo unificador, apaga sujeitos e experiências que de fato existiram e contribuíram para a constituição do município. Trata-se de um gesto de matriz colonial, que reduz a complexidade histórica e desautoriza a pluralidade de narrativas possíveis, reiterando um modelo excludente e pouco representativo das diferentes memórias coletivas.

Nesse sentido, podemos relacionar o caso tarrafense ao que Pollak (1989) identifica como estratégias de silenciamento da memória. O autor mostra que, ao mesmo tempo em que uma sociedade constrói uma narrativa oficial, ela deslegitima lembranças concorrentes, impondo-lhes o estatuto de ausência. Contudo, essas narrativas alternativas não se apagam totalmente: persistem como memórias subterrâneas, que resistem na oralidade, nos arquivos e nas lembranças familiares. Adichie (2019) diz que

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer ‘ser maior do que outro’. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de *nkali*: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva (Adichie, 2019, p. 22-23, grifos da autora).

As histórias são contadas a partir de pontos de vista diferentes porque cada um vive os acontecimentos históricos de maneiras e posições diferentes. Se contarmos a história da colonização a partir da ótica dos povos originários que aqui já viviam quando os europeus chegaram, teremos uma história diferente; se contarmos a história da humanidade a partir da perspectiva das mulheres, teremos outra história; e se for pela ótica das mulheres negras, a história já será outra completamente diferente. Comece a história com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, e a história será completamente diferente (Adichie, 2019).

A existência de lacunas na versão instaurada como oficial não é um problema. Walter Benjamin (2020), nas famosas *Teses sobre o conceito de história*, fala da importância de se escovar a história a contrapelo, um estado de constante questionamento, revisão e reescrita, porque toda releitura torna-se uma nova leitura, nos chama a atenção de formas diferentes e nos permitem enxergar novos caminhos. Quando há uma história que centraliza todo o protagonismo da emancipação do município na figura de uma única pessoa, com existência questionável, apagam-se as histórias e contribuições de dezenas de lideranças que tiveram participação importante na emancipação de Tarrafas, quando figuras de autoridade assumem posições específicas e desestimulam outras pesquisas, gera-se um acomodamento por parte da população que não sente a necessidade de buscar outras alternativas para a história contada.

A manutenção dessa história única se dá através da política do silenciamento. Orlandi, discutindo sobre o silêncio, diz que

O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos (Orlandi, 2007, p. 102).

A autora complementa, dizendo que “o estudo do silenciamento (que já não é o silêncio, mas ‘pôr em silêncio’) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do ‘implícito’” (Orlandi, 2007, p. 12). No contexto em que tecemos a discussão aqui proposta, o silenciamento reside na afirmação dessa “história oficial” como a única possibilidade de história e na deslegitimação de outras possibilidades. E que história é essa que parece ter um dono?

As outras vertentes

Em 2010, a professora Gilcarla Sousa, concluindo o curso de ciências biológicas pela Universidade Regional do Cariri, realizou sua pesquisa monográfica (Sousa, 2010) sobre as ações antrópicas no rio Bastiões. Em dado momento da pesquisa, buscou fontes que corroborassem com a tese inicial sobre a fundação do município de Tarrafas e não encontrou. Vasculhando documentos sobre a família Moreira, em igrejas e cartórios, não encontrou nada sobre essa dita Tereza ou propriedades chamadas Aroeiras. Também buscou conversar com pessoas da família Moreira em Tarrafas, bem como com pessoas que, pela idade, teriam-na conhecido ou conhecido pessoas que a conheceram. Na história contada, Tereza teria falecido no início de 1900. Nada encontrou que comprovasse sua existência, mas encontrou muitos materiais e relatos que a negassem.

Da família Moreira, foi elaborada uma árvore genealógica até onde permitiu a memória dos mais velhos, e as poucas Terezas que surgiram ainda estavam vivas e nenhuma parte da família é proveniente da Paraíba ou Piauí. Analisando os registros do padre Francisco Telles de Menezes Lima, que relatava expedições realizadas no interior do Ceará, a região é mencionada. O padre Lima menciona a existência de três fazendas onde hoje fica Tarrafas: fazenda Varzinha, fazenda Caiçara e fazenda Tarrafa. As duas primeiras ficam onde hoje temos comunidades de mesmo nome e a terceira fica onde hoje está a sede do município. A obra chama-se *Lamentação Brasília: Mapa Curioso de Novo Descoberto*, é composta por seis volumes. No segundo capítulo da parte III, o padre trata do Ceará. Essa obra foi fruto de suas expedições ao Ceará e Rio Grande do Norte, iniciada em 1799 e concluída no ano de 1806. Ao buscar as origens do município em documentos oficiais, o trabalho do padre Lima é de grande valia e é possível tratá-lo como uma pessoa que realmente passou por Tarrafas, já que ainda hoje temos um açude construído na época de sua passagem e que ainda hoje é chamado de Açude do Padre Lima. Tarrafas era conhecida em alguns pontos da região como uma área rica em minerais, ouro nos rios, esmeraldas nas serras e até relatos de diamantes e topázios (Sousa, 2010).

Os documentos são anteriores em quase um século à suposta passagem de Tereza pela localidade. Ao ser questionado sobre o local onde ela faleceu, Jesus Leite respondeu que Tereza não teve filhos e deixou a propriedade para os moradores, indo morar na serra do Quincuncá, próxima ao local onde hoje fica o município de Farias Brito. Mas lá também não há registros dela.

Em entrevista cedida a Vasconcelos (2022), Sousa comenta sobre esse impasse:

[SOUSA]: “Imagino que em algum momento deva ter existido uma família Moreira, da qual fazia parte essa senhora, dona Tereza, que tinha alguma propriedade batizada de Aroeira, mas que era vizinha da fazenda Tarrafa, essa sim, contada nos anos da história. Essa senhora

deve ter tido posses e isso fez com que a cultura popular da época lhe exaltasse a ponto de que, no futuro, seu nome fosse projetado como a fundadora do lugar” (Vasconcelos, 2022, p. 50).

Esse embate entre a pesquisa de Sousa (2010) e a versão consolidada por Jesus Leite pode ser compreendido à luz do que Pollak (1989) denomina “memórias subterrâneas”: relatos e documentos que não se alinham à memória oficial e que, em muitos contextos, são relegados à marginalidade. Ao emergirem, tensionam a história única e revelam que a memória coletiva é sempre plural e conflitiva. No entanto, é importante problematizar que o conceito de subterrâneo não deve ser entendido como uma posição fixa ou estável. Existem narrativas que não chegam a assumir o lugar de marginalidade, embora também não ocupem o centro da memória oficial — a Bíblia —, por exemplo, não é um relato histórico, mas nunca esteve em posição subterrânea. Da mesma forma, mitos gregos foram centrais durante séculos, mas com o tempo perderam essa centralidade, sem, contudo, desaparecer. Isso nos mostra que a memória circula de maneira dinâmica, em movimentos de deslocamento e reconfiguração, o que implica pensar o subterrâneo não como um lugar estanque, mas como um processo de tensão constante entre narrativas concorrentes.

Cada pesquisa reflete as condições e ferramentas disponíveis ao acesso de cada pesquisador, Volóchinov (2021) diz que “cada produto ideológico carrega consigo a marca da individualidade do seu criador ou de seus criadores, mas essa marca é tão social quanto todas as demais particularidades e características dos fenômenos ideológicos” (p. 129-130). A história é um produto ideológico a partir do momento em que sua pesquisa é conduzida por sujeitos que são atravessados por ideologias. Assim, a primeira versão da história se deu num período e foi conduzida por uma pessoa que acreditava que a fundação de um lugar deveria se dar pelo protagonismo de uma única pessoa, rica e com grandes posses, o que marca a classe social que pertencia, e que, num ato de generosidade se dispôs dos bens para doar aos outros, marcando assim o início do município que viria a surgir. O que também aconteceu no plano nacional, como dizem Lima Jr, Schwarcz e Stumpf (2022) complementando que

A memória nacional, construída ao longo do tempo, tende a solidificar uma única versão dos acontecimentos pregressos e, com frequência, esta se transforma numa história oficial, divulgada pelas escolas e órgãos do governo. Esse é um tipo de narrativa que procura englobar todos os territórios e seus habitantes, a despeito de se concentrar, muitas vezes, em determinadas regiões — em geral mais ricas e influentes — e em determinados grupos sociais, normalmente representados pelas elites intelectuais, econômicas e políticas, em geral brancas, e não na totalidade da população (p. 16).

Ou seja, a história foi contada por quem queria seguir um estereótipo, um único modelo de história com lacunas a serem preenchidas e validadas por ele mesmo, e aí reside outro problema da história única, porque ela “cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (Adichie, 2019, p. 26). A pesquisa de Sousa (2010) foi deslegitimada por Jesus Leite, que se recusou a lê-la, criticou os métodos, declarou-se pessoalmente ofendido e reforçou ainda mais sua tese em todo espaço que ocupava. Declarava que a história já estava contada e não havia necessidade de revirar o passado. A memória já estava construída e sólida, Tereza nomeava a principal praça e estava no hino e se não existia antes, existe agora (Vasconcelos, 2022).

A historiadora Isabel Lustosa (2012, p. 15) diz que “somos formados na nossa cultura, nossos hábitos são produtos dela e por meio dela nos diferenciamos dos outros. A cultura de um povo é produto de sua história”. E quando a história fundante é baseada em uma personagem que talvez nunca tenha existido? Novamente entra a história única com seus riscos e o silenciamento como estratégia para mantê-la.

Sempre senti que é impossível se envolver direito com um lugar ou uma pessoa sem se envolver com todas as histórias daquele lugar ou daquela pessoa. A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos. (Adichie, 2019, p. 27-28).

E a autora ainda acrescenta: “as histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (Adichie, 2019, p. 32). As histórias apresentam lacunas, trazem o que Orlandi chama de incompletude, que permitem revisões, releituras e novos caminhos de interpretação dos discursos, a incompletude possibilita as histórias múltiplas. Para a autora:

É a incompletude que produz a possibilidade do múltiplo, base da polissemia. E é o silêncio que preside essa possibilidade. A linguagem empurra o que ela não é para o ‘nada’. Mas o silêncio significa esse ‘nada’ se multiplicando em sentidos: quanto mais falta, mais silêncio se instala, mais possibilidades de sentidos se apresentam (Orlandi, 2007, p. 47).

E esse confronto entre os estudos nos auxilia na compreensão de Pêcheux (2006) sobre o discurso enquanto estrutura e acontecimento, quando ele conceitua acontecimento

como o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória. Através dos enunciados, irreproduzíveis, a repetição ou o retorno aos discursos já ditos são novos acontecimentos por serem proferidos em contextos diferentes, por pessoas diferentes e em condições diferentes, o novo nos permite ver os discursos ditos cristalizados como opacos, e não transparentes, como nos eram levados a crer.

O processo de silenciamento, como foi dado, nos ajuda a compreender o que Pêcheux chamou de *ciência-régia*, que é essa posição ao mesmo tempo intelectual e política que visa controlar, homogeneizar as chamadas “coisas-a-saber”, de modo que a produção de conhecimento siga uma linha pré-determinada que atue na manutenção de estruturas e sistemas de poder que se beneficiam de determinados discursos. Jesus Leite torna-se o historiador-mor, que descobriu a fundadora e construiu um sentimento de identificação com o lugar e é importante para ele que não seja questionado ou criticado por ameaçar essa posição em que se colocou. Ele torna-se a personificação da ciência-régia, por se tratar de um intelectual político que usa um dos lugares para investigar e o outro para que o resultado seja legitimado, reforçando isso em monumentos como a principal praça e um dos principais símbolos pátrios do município. E Orlandi complementa quando diz que “há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é sua dimensão política (Orlandi, 2007, p. 53).

E outras histórias vão surgindo no decorrer do tempo. Em 2021, foi iniciado por nosso co-autor tarrafense, um projeto de pesquisa que visava produzir uma biografia de Tarrafas, chamado “Quantas histórias cabem dentro da Tarrafa? Uma biografia a partir da memória coletiva”, o produto final foi um livro-reportagem com dez capítulos, contando parte da história do município a partir das histórias de vida de tarrafenses, do desenvolvimento educacional e da história da praça principal. Cada capítulo biográfico tornou-se peça da colcha de retalhos que é a história de um lugar, ela não nasce num único ponto, mas em vários. No período em que Tereza Moreira teria existido, existiu Teodora dos Poços, um pouco mais ao leste, que detinha uma grande quantidade de terras e distribuiu para familiares, vendeu para outras pessoas e deu algumas para quem precisava; a oeste, havia a família Assunção, posteriormente chamada Vilanova⁵, que construiu um

⁵ A mudança do nome da família se deu por causa dos irmãos Antônio e Honório. Fugindo da seca, a família foi para Vila Nova da Rainha, na Bahia, atual Senhor do Bonfim. Os irmãos fixaram residência por lá e trabalharam como comerciantes, Honório fixado e Antônio viajante, numa dessas viagens conheceu Antônio Conselheiro, que tornou-se o seu principal cliente. Meses depois, o Conselheiro o convidou a fixar-se em Canudos, o que Antônio fez e Honório fez logo depois. Por causa da cidade de onde vieram, o conselheiro passou a chamá-los por Vilanova e o nome pegou. Os irmãos estiveram em Canudos antes,

grande casarão que ainda hoje está de pé e recebe visitas de diversos lugares (Vasconcelos, 2022). Essas narrativas, que ampliam o repertório histórico de Tarrafas, funcionam como camadas de uma memória subterrânea, no sentido de Pollak (1989). São lembranças que sobreviveram à margem da versão oficial, transmitidas de modo fragmentado, e que quando ganham espaço revelam a multiplicidade de sujeitos e experiências que compõem a identidade tarrafense.

Além disso, um ponto marcante para o desenvolvimento do município, que a história única não deixa claro, é o trabalho coletivo. As comunidades circunvizinhas à sede tiveram e ainda têm protagonismos distintos: politicamente, foi o sítio Oitis que primeiro se organizou para conseguir representações na câmara municipal de Assaré, para organização de eventos religiosos e para as primeiras iniciativas de educação pública em Tarrafas. As primeiras professoras com formação, Maria Luiza Leite Santos e Francisca Alves de Lima Sousa foram responsáveis por revoluções educacionais que, transcendendo os limites das salas de aula, modificaram completamente a dinâmica do então distrito. O trabalho das professoras em fundar escolas e incentivar os pais a colocarem os filhos para estudar fez com que os agricultores de regiões mais distantes comprassem terras mais próximas à escola dos filhos, e esse processo migratório foi tornando Tarrafas parecida com uma pequena cidade. Foram essas professoras que intermediaram com o governo do estado e lideranças locais a construção de praças, pavimentação de ruas, chegada da iluminação pública, ensino superior com turmas em Tarrafas e muito mais (Vasconcelos, 2022).

A política do silenciamento, observada em atos de deslegitimação de outras pesquisas, reforço de uma única possibilidade histórica e inserção dessa única possibilidade em elementos oficiais do município (como praças e o hino) impede que outros atores sejam evidenciados. Se no período que a pesquisa de Jesus Leite foi realizada, a história muito contribuiu para o município, e ainda contribui, hoje temos mais pessoas que também fizeram seu trabalho e trouxeram contribuições ao debate sobre a história de Tarrafas, com novas possibilidades e até questionamentos. Considerar Tereza Moreira como a única que teve visão e espírito público é negligenciar o fato de que outras pessoas, também engajadas no desenvolvimento tarrafense, existiram, assim como

durante e depois da Guerra, fugindo apenas quando o Conselheiro morreu. Antônio foi responsável pela estratégia e Honório era o principal atirador, sendo responsável pela morte do coronel Moreira César. Anos depois, padre Cícero Romão pediu-lhes ajuda para a estratégia de defesa de Juazeiro durante a Sedição, em 1914. Antônio traçou o plano e Honório foi executar. Antônio faleceu em 1920, aos 50 anos e Honório em 1974, aos 109 anos. Em Tarrafas, há um distrito chamado Vilanova, onde se localiza o casarão, como homenagem aos irmãos e descendentes que ainda residem, utilizando não mais Assunção como sobrenome, mas sim Vilanova (Macedo, 1964; Vasconcelos, 2022).

histórias de outros que vieram antes dela, que foram contemporâneos a ela ou que vieram depois. O município só pôde ser emancipado e desenvolvido a partir do trabalho da coletividade.

Acontece o que Orlandi chama de língua-de-espuma, uma língua que não permite repercussões, uma língua estéril, um discurso que se propõe único e inquestionável. Para a autora:

uma língua ‘vazia’, prática, de uso imediato, em que os sentidos não ecoam, É uma língua em que os sentidos batem forte mas não se expandem, em que não há ressonâncias, não há desdobramentos. Na língua-de-espuma os sentidos se calam. Eles são absorvidos e não produzem repercussões. Se, de um lado, não se comprometem com nenhuma ‘realidade’, de outro, impedem que vários sentidos se coloquem para essa mesma ‘realidade’. [...] podemos alargar essa noção abrangendo toda expressão totalitária nas sociedades ditas democráticas. A língua-de-espuma trabalha o poder de silenciar (Orlandi, 2007, p. 99).

A riqueza da história de Tarrafas está em sua multiplicidade, seus muitos atores, nas possibilidades de narrativas que podemos construir e nas histórias que ainda não foram contadas. A história única nega parte da identidade de um povo, só uma pessoa da família Moreira protagonizou o surgimento de Tarrafas? E onde estavam as outras? O sentimento de pertencimento é forte e fértil quando sabemos que nossos antepassados fizeram sua parte, nos faz querer seguir fazendo o mesmo para que o município siga avançando ou até mesmo corrigir erros do passado. Tereza talvez não tenha existido, talvez tenha existido mas não tenha protagonizado a fundação, mas hoje ela existe como símbolo. Contudo, não precisa ser o único, nem o maior, novas histórias podem e precisam ser descobertas e contadas, novos discursos formulados e assim a vida segue. Porque “a construção de uma memória pátria, que se transforma numa narrativa, sempre em litígio e disputa, sempre pautada em seleções e apagamentos, parte da própria invenção da nacionalidade” (Lima Jr.; Schwarcz; Stumpf, 2022, p. 16), ou seja, o processo é constante, a história não é congelada e os discursos acerca dela e da forma como é e pode ser contada também são muitos.

A política do silenciamento, como explica Orlandi, não reside na dimensão do não-dito, no que fica implícito, mas na interdição do dizer, ou o “silêncio local”, como ela diz. O implícito é quando digo “x”, e nas entrelinhas, também digo “y” e “z”, o silenciamento reside em dizer “x”, impedindo que “y” e “z” sejam ditos, ocultando outras possibilidades discursivas ou o debate sobre elas. “A política do silêncio se define pelo fato de que, ao dizer algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (Orlandi, 2007, p. 73).

Em complemento há o que ela diz sobre a censura, que “é a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado” (Orlandi, 2007, p. 79). E esse poder de palavra fortemente regulado estava na figura de Jesus Leite, a ciência-régia personificada. Em 2023, com o processo de integralização do ensino fundamental, foi criada a disciplina de História Local, com o foco em contar as histórias do município e, para além disso, funcionar também como um constante laboratório de pesquisas sobre a história de Tarrafas. A base para a disciplina foi o livro de Vasconcelos (2022), por visar essa multiplicidade de perspectivas, que às vezes se encontram e às vezes se chocam, mas busca ir além, contando as histórias que ainda não foram contadas, sobre outros agentes igualmente importantes para Tarrafas. Aos poucos, a interdição do dizer vai sendo derrubada, e o silenciamento vai dando lugar à busca pelos silêncios que têm voz e histórias para contar.

Lima Jr, Schwarcz e Stumpf (2022) escrevem que

Como escreveu o historiador haitiano Michel Trouillot, a história é mestra em produzir eventos que não podem ser sequer mencionados; são impronunciáveis. Por sua vez, desmontar artifícios e denunciar ‘esquecimentos’ é uma maneira não só de contar de novo, como de contar diferente — a partir de hiatos e silenciamentos deixados de lado de modo proposital (p. 30).

E Chimamanda complementa ao dizer que “quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso” (Adichie, 2019, p. 33), ou seja, narrativas que visam um discurso dominante, tido como oficial e único possível, são reducionistas, excludentes e impedem outras possibilidades de virem à tona. Este trabalho teve como objetivo discutir conceitos como o de silenciamento, história única e o de acontecimento discursivo e ciência-régia aplicados aos discursos em torno da história de Tarrafas.

Considerações finais

A história única, aliada ao silenciamento e legitimada por uma ciência-régia causa um efeito cômodo e também autoritário, desencoraja novos estudos e desacredita as possibilidades que aparecem. Não é produtivo pensarmos a história de qualquer lugar a partir de um discurso único, ou centrada numa figura única, porque invisibiliza ou silencia outros atores. Pudemos compreender o poder de interferência da política do silenciamento, como ela deslegitima outros discursos com o propósito de manter o de uma classe dominante no lugar de dominância a partir do contexto tarrafense. Essa

constatação dialoga com Pollak (1989), para quem lembrar é também esquecer. O autor nos lembra que a memória oficial é construída tanto pelo que se seleciona quanto pelo que se apaga, e que a existência de memórias subterrâneas evidencia que sempre há resistências à história única. Incorporar essas vozes silenciadas é condição fundamental para democratizar a memória de Tarrafas e reinscrevê-la como uma narrativa plural.

Mas vimos também que os discursos de censura despertam discursos de resistência, e que as novas gerações utilizam de meios novos para questionar e revisitar as narrativas tidas como cristalizadas. Escovando a história a contrapelo, fazendo emergir o pensamento de Benjamin (2020) sempre que necessário. A história, como algo múltiplo e fluido, está sempre propensa a novas leituras, atravessadas pela ideologia e condições de produção de quem a interpreta. É preciso cultivar a compreensão, como diz Hissa (2017), a pesquisa é um processo constante e esse cultivo estimula o diálogo e possibilita o repensar a presença do outro em nós e nossa presença no mundo.

E nesse processo de escovar a história a contrapelo, discutir processos de silenciamento e de cultivar a compreensão, aprendemos sobre essas outras histórias e possibilidades. As histórias únicas estão permeadas de apagamentos, muitas vezes propositais. Quem estava lá antes da chegada de Tereza? Como foi feita a ocupação das terras que tornaram-se sua propriedade? Onde estavam os povos originários? Dizem que o rio Bastiões recebeu esse nome por causa de um indígena que vivia nas margens do rio, quem conta sua história? E os escravizados de Tarrafas, que podem ter migrado para onde hoje fica o sítio Umbuzeiro, considerado por alguns pesquisadores locais como sendo uma comunidade quilombola, quem conta a história dessas pessoas? A insistência na univocidade da imagem de Tereza apaga muitas outras, e torna ainda mais problemática a elevação dela como o grande símbolo fundador quando sua existência é questionável e os povos que vieram antes dela são apagados. A possível fazenda Aroeiras não esteve sempre aqui, e seu surgimento pode carregar diversos processos sociais, culturais e ambientais que foram apagados. Da mesma forma que Tarrafas já era Tarrafas antes de ser emancipada em 1987, o território já existia antes mesmo da fazenda Aroeiras e até mesmo das três fazendas registradas pelo Padre Lima.

Nesse sentido, é necessário que possamos sempre revisitar a história de nossos locais, que as novas gerações estejam dispostas a embarcar nesse processo com novos questionamentos e ferramentas de investigação, e que o silenciamento não nos pare, mas nos estimule a ir mais fundo, questionando-o também. Produzir este trabalho permite não só contribuir para o debate sobre a forma como a história de Tarrafas é contada como também possibilita um cruzamento de aprendizagens, aprendemos sobre a teoria

aplicando-a e também, nesse processo, aprendemos mais sobre a história do município. De maneira mais ampla, o trabalho nos permite refletir sobre a relação entre ciência, memorialística e o conhecimento de uma cidade natal, partindo dos processos pelos quais a história vem sendo contada. Conhecemos não só trabalhos documentais como científicos, além das histórias contadas na tradição oral e as outras alternativas de contá-las. Que possamos reaver o paraíso das múltiplas histórias e que as pesquisas de hoje sirvam de base para o que vem depois, não obstáculo.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o Conceito de História*: edição crítica. Alameda Editorial. São Paulo, 2020.

HALL, Stuart. *Identidades e diferenças: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *Entrenotas: compreensões de pesquisa*. Editora da UFMG. Belo Horizonte, 2017.

LEITE, José Jesus. Hino de Tarrafas. In: VASCONCELOS, Wesley Guilherme Idelfoncio. *Quantas histórias cabem dentro da Tarrafa?*. Expressão Gráfica e Editora. Fortaleza, 2022. p. 169.

LIMA JR., Carlos; SCHWARCZ, Lilia M.; STUMPF, Lúcia. *O Sequestro da Independência: uma história da construção do mito do Sete de Setembro*. Companhia das Letras: São Paulo, 2022. p. 382.

LUSTOSA, Isabel. *A história do Brasil explicada aos meus filhos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012.

MACEDO, Nertan. *Memorial de Vilanova*. Edições o Cruzeiro | Renes/ Pró-Memória Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1964.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 6 ed. Editora da Unicamp. Campinas, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 4 ed. Pontes Editores. Campinas, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUSA, Maria Gilcarla Lima. *Desenvolvimento social e natureza – ações antrópicas sobre o rio Bastiões no Município de Tarrafas-CE*. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Regional do Cariri. Crato, 2010.

VASCONCELOS, Wesley Guilherme Idelfoncio. *Quantas histórias cabem dentro da Tarrafá?*. Expressão Gráfica e Editora. Fortaleza, 2022.

VOLÓCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem – Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 3 ed. Editora 34. São Paulo, 2021.

Artigo recebido em 01/11/2024

Artigo aprovado para publicação em 14/08/2025

Editor(a) responsável: Rodrigo Canossa Barbosa

COZINHA OU *CUISINE*? UM OLHAR COMPARADO ENTRE *LE CUISINIER IMPÉRIAL* (1806) E *COZINHEIRO IMPERIAL* (1840)

KITCHEN OR *CUISINE*? A COMPARATIVE LOOK BETWEEN *LE CUISINIER IMPÉRIAL* (1806) E *COZINHEIRO IMPERIAL* (1840)

Isis Fonseca Sá¹
Thaina Schwan Karls²

Resumo: Este artigo analisa comparativamente dois livros de receitas considerados relevantes em seus países: *Le Cuisinier Impérial*, publicação francesa de 1806 e *Cozinheiro Imperial*, publicado no Brasil em 1840. Investigamos as possíveis relações e a influência do compêndio europeu sobre o nacional. Pesquisas anteriores afirmam que preparações contidas na obra brasileira foram copiadas de tratados portugueses. Entretanto, é consenso entre a historiografia brasileira que no século XIX, o Brasil almejava se distanciar da antiga metrópole e se aproximar da França, considerada modelo de civilidade e refinamento, inclusive nos hábitos alimentares e modos à mesa. Ao examinarmos as estruturas dos impressos e os enunciados das receitas, constatamos que a publicação francesa pode ter sido mais uma fonte de “inspiração” para a brasileira.

Palavras-chave: Livros de receitas, Século XIX, Brasil, França, História da Alimentação.

Abstract: This article presents a comparative analysis of two cookbooks considered significant in their respective countries: *Le Cuisinier Impérial*, published in France in 1806, and *O Cozinheiro Imperial*, published in Brazil in 1840. The study investigates possible relationships and the influence of the European compendium on the national one. Previous research suggests that the recipes included in the Brazilian work were copied from Portuguese culinary treatises. However, Brazilian historiography generally agrees that, in the 19th century, Brazil sought to distance itself from the former metropolis and draw closer to France, regarded as a model of civility and refinement, even in eating habits and table manners. By examining the structures of the publications and the wording of the recipes, we observe that the French publication may have been another source of ‘inspiration’ for the Brazilian one.

Keywords: Cookbook, Nineteenth century, Brazil, France, Food History.

Introdução

Dois livros de receitas com o mesmo título: um francês e um brasileiro. Teriam alguma relação entre si ou seria apenas uma coincidência? No século XIX, foram lançados *Le Cuisinier Impérial* (1806) e *Cozinheiro Imperial* (1840) e ambos obtiveram considerável êxito. Entretanto, o primeiro permaneceu no oblívio por aqueles que posteriormente analisaram a obra nacional e suas possíveis influências. Embora esse período marque a expansão do mercado editorial, a origem deste tipo de publicação remete a tempos muito mais antigos.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: isisfonsecasa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8917-4389>. Bolsista da CAPES.

² Professora Adjunta de Gastronomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em História Comparada pelo PPGHC/UFRJ. E-mail: thainaschwan@nutricao.ufrj.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3619-9149>.

Os livros de receitas têm o século IV a. C. como o período provável de surgimento. Franco (2004) sinaliza que nesta época havia em Atenas várias dessas obras. Demeterco (2003) corrobora ao destacar que alguns remontam à Idade Média, mas sua difusão começa efetivamente no século XVII. O surgimento da imprensa, no século XV, irá estimular a produção desse tipo de material com ênfase na cozinha e, ainda de acordo com a autora, os oitocentos têm como forte característica a divulgação da grande arte culinária, com alguns dos *chefs* mais famosos revelando seus inventos por meio destes.

Tais obras são consideradas documentos importantes para a escrita da História da Alimentação, pois fornecem subsídios para a interpretação de uma sociedade, com suas diversas conotações culturais, sociais, políticas, econômicas, médicas e biológicas, entre outras características (Magalhães, 2019). Portanto, o estudo deste tipo de fonte permite fazer inferências e reflexões sobre um determinado período e sobre os costumes e comportamentos do estrato social a que se destinavam estes impressos. Os primeiros registros de publicações do tipo no Brasil remetem à primeira metade do século XIX.

Foi nesse momento que a família real portuguesa chegou ao país, transferindo para cá a biblioteca real com livros europeus. Além disso, D. João VI autorizou a instalação da imprensa, antes proibida pela metrópole, o que permitiu a circulação de jornais, livros e panfletos impressos (Belluzzo, 2010; Wätzold, 2012). Essa atitude, afirma Belluzzo (2010), causou uma revolução cultural no Brasil, possibilitando que fossem publicados livros de receitas com regras de comportamento à mesa e técnicas de bem servir, dentre outros tipos.

Em 1840, o jovem Pedro II foi nomeado para ser o Imperador do país, começando o terceiro momento na história do Império Brasileiro, chamado pela historiografia de *Segundo Reinado* (Wätzold, 2012). Para Carvalho (2012), a estabilidade política e a presença de um monarca que se dizia nascido para as artes e as letras, fizeram com que houvesse durante essa fase um apreciável desenvolvimento cultural, notadamente da literatura, da música, das artes plásticas e da fotografia. Contudo, de acordo com Faoro (2001), essa imagem de harmonia e elegância construída ao longo do tempo pode ser enganadora, uma vez que o período também foi marcado por tensões políticas recorrentes, expressas na relação conflituosa entre os partidos liberal e conservador, cada qual com um ideário próprio.

Nesse mesmo ano, foi lançado o primeiro livro brasileiro de receitas que alcançou notável sucesso, tendo onze edições publicadas entre 1840 e 1900 (Magalhães, 2019). Examinaremos a décima edição, de 1887¹. Segundo Gabler (2018), uma edição de um livro não deve ser entendida apenas como meio de transmissão textual, mas como

resultado de escolhas editoriais que interpretam e reorganizam o conteúdo original. Cada edição é uma construção crítica, sustentada por um aparato que registra e justifica (ou pelo menos deveria) variações, e cuja materialidade — tipografia, organização e linguagem — expressa o argumento editorial. Conforme consta no impresso, acréscimos foram realizados na 5ª, 6ª e 10ª edição.

Esta obra apresentou ao país receitas de uma cozinha de base europeia, com ingredientes que, às vezes, não existiam em solo nacional ou apenas custosamente podiam ser adquiridos no exterior (Santana, 2016). Para Corção (2014), o *Cozinheiro Imperial* manifesta um esboço inicial de uma proposta de cozinha brasileira, embora não retrate o quadro alimentar do cotidiano da população geral no contexto do período, o qual, de acordo com Silva (2005), estava calcado no tripé farinha de mandioca (e de milho, em menor proporção), feijão e carne seca.

Embora alguns autores afirmem que a maioria das preparações foi em parte copiada literalmente de livros de culinária portugueses (Algranti, 2012; Wätzold, 2012; Merlo, 2019; Monteleone, 2020), há um impresso publicado na França em 1806, de autoria de André Viard denominado *Le Cuisinier impérial, ou l'art de faire la cuisine et la pâtisserie, pour toutes les fortunes*, que nos causou uma certa inquietação. O fato de possuir o título igual à obra brasileira despertou o nosso interesse. Porém, existem poucas informações disponíveis sobre ele, não tendo sido encontrados registros deste impresso nos *sites* do Real Gabinete Português de Leitura e nem da Hemeroteca Digital. O exemplar consultado encontra-se disponível na Gallica.²

Apesar da escassez de referências, este famoso tratado teve trinta e duas edições entre 1806 e 1875, sob a denominação de *Cozinheiro Imperial, Real ou Nacional*, de acordo com as mudanças de regime que abalaram a França durante os oitocentos³. Segundo Leclercq (2018), na edição número um foi proposta a primeira receita de maionese emulsionada com gema de ovo, feita à maneira das antigas *remoulades* (molho frio que, no século XVII, consistia em uma mistura de vinagrete com *velouté*). Ainda sobre o impresso francês, Csergo (2012) equipara-o em relevância ao grande clássico *A Arte da Cozinha Francesa*, de Antoine Carême:

Lembremos apenas que no início do século XIX, André Viard no seu *Le Cuisinier impérial, ou l'art de faire la cuisine et la pâtisserie* (1806) e Antonin Carême, em seu *Art de la cuisine française au XIX^e* (1833), inauguraram as primeiras coleções de receitas exibindo em seus títulos os termos “arte” e “cozinha”, proposta que marcará a literatura culinária contemporânea (...) (Csergo, 2012, p. 15) [tradução nossa].

Este trabalho visa analisar e comparar dois livros de receitas publicados em países e períodos distintos. Trata-se, portanto, de uma pesquisa histórica cujo método adotado é o da História Comparada. Marc Bloch (1998) afirma que comparar é aproximar duas ou mais coisas para determinar as suas semelhanças e diferenças. Esse processo permite estabelecer o estranhamento, a diversificação, a pluralização e a singularidade do que parecia diferente ou semelhante (Theml; Bustamante, 2007).

A comparação foi utilizada neste artigo para viabilizar a análise das duas fontes, buscando enfatizar as similaridades e as dissemelhanças entre elas. Vamos nos debruçar especialmente no que se refere à suas estruturas e aos títulos das receitas contidas em ambas, para tentar apontar se a obra francesa, mais antiga, pode ter tido algum grau de influência na publicação brasileira.

Tal hipótese mostra-se plausível porque, de acordo com Wätzold (2012), mesmo antes da chegada da corte portuguesa, é provável que existissem livros de culinária europeia na colônia. Embora em pequena quantidade, chegavam ao país com os funcionários do alto escalão português, que trouxeram para cá não só profissionais de cozinha, como também literatura correspondente. De maneira análoga, pode ser que a elite brasileira que viajava para Portugal e outros países da Europa trouxesse na bagagem exemplares dessas publicações como elemento civilizatório.

Além desses fatores, não podemos deixar de mencionar a forte influência francesa no processo modernizador e desenvolvimentista que ocorreu no Brasil (em especial em sua capital, Rio de Janeiro) durante o século XIX. Conforme destacado por Pesavento (1999), o Rio de Janeiro, sendo a principal “cidade colonial” do Império e a sede da Corte, desempenhava o papel de porta de entrada para as novas ideias geradas no cerne do processo de renovação urbana que acompanhava o surgimento da modernidade, vindas da Europa. Nesse contexto, a França se posicionava como um interlocutor de destaque.

Corroborando com tal perspectiva, Karls (2017) assevera que, apesar de se tratar da capital de um país de colonização sobretudo portuguesa e de abrigar uma Corte de origem lusa, havia uma predileção por determinados tipos de alimentos e modos de consumo oriundos da França, sendo a sua cultura sinônimo de sofisticação e requinte. Se o Rio de Janeiro queria ser refinado e evoluído, sua principal referência era Paris. Para Bethell (2012), embora houvesse grande presença de portugueses e ingleses no Brasil, para a elite do Império, a influência externa dominante em termos sociais, culturais e intelectuais era francesa.

Diante do exposto também parece factível que, em uma tentativa de difundir a mesa e a alimentação da França, tentando uma aproximação com sua cultura, os editores

brasileiros possam ter buscado “inspiração” no livro *Le Cuisinier impérial*. Assim, estariam atendendo à demanda de um grupo seletivo que aspirava assemelhar-se à burguesia daquele país, dentre outras maneiras, por meio da reprodução de seus hábitos gastronômicos.

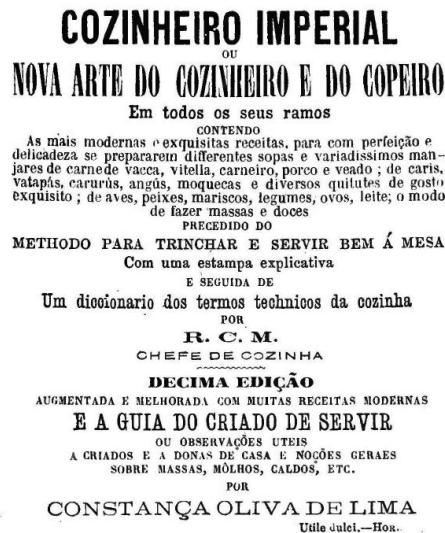
Nas páginas a seguir iremos apresentar, contextualizar e comparar as duas obras, no que tange à autoria e ao possível público a que se destinavam. Também faremos uma análise da estrutura, divisão, quantidade de receitas e dos títulos das preparações apresentadas em ambas.

Contextualizando as fontes de pesquisa

Os livros de receitas sempre foram e continuam sendo os guardiões do *savoir-faire* culinário, uma fonte inesgotável de orientações sobre como preparar uma ampla gama de sabores para as mais diversas ocasiões. No século XIX, os compêndios de cozinha não apenas forneciam receitas, mas também instruções a respeito da etiqueta à mesa e técnicas de trincar, além de detalhes sobre os ingredientes e os métodos de preparo de cada prato (Santana, 2016).

No ano de 1840, quando Pedro II assumiu o trono, foi publicado aquele que é considerado o primeiro livro de culinária editado no Brasil, *Cozinheiro Imperial*. Segundo Wätzold (2012), os irmãos alemães Eduardo e Henrique Laemmert, situados na Rua da Quitanda à época, publicaram-no sem revelar a autoria, apenas sob as iniciais R.C.M. Abrahão e Lunardelli (2019), assinalam que R.C.M. seria um cozinheiro a serviço de sua majestade. Esse artifício teria sido usado porque, de acordo com as pesquisadoras, a maioria das receitas foi reproduzida de livros de culinária portugueses. Sob esse prisma, é interessante apontar o aviso contido no impresso de 1887: “Os editores protestão⁴ contra a reprodução da presente obra, e perseguirá o contrafactor na conformidade do art. 261⁵ do Código Criminal do Brasil”. Sua folha de rosto encontra-se na imagem a seguir:

Imagem 1 – Folha de rosto da 10ª edição *Cozinheiro Imperial*



RIO DE JANEIRO
Publicado e á venda em casa dos Editores-Proprietarios
LAEMMERT & C.
66, Rua do Ouvidor, 66
1887



Fonte: Cozinheiro Imperial, 1887.

Merlo (2019) sustenta que sua principal base foram as obras lusitanas *Arte de Cozinha* de Domingos Rodrigues, escrito em 1680 e *Cozinheiro Moderno*, de Lucas Rigaud⁶, datado de 1780. Inclusive o próprio *Cozinheiro Imperial* refere-se (ainda que de maneira indireta) a elas, porém desqualificando-as:

Ao Brazil faltava ainda um Tratado especial da arte culinária. Apenas contando, uma ou duas compilações, ha muito tempo publicadas em Portugal, e que não satisfazem os desejos pela falta da variedade de pratos, explicações necessarias e numero de receitas muito atrasadas (...) (Cozinheiro Imperial, 1887, n.p).

Ainda sobre os tratados portugueses, convém destacar que, no compêndio de Rodrigues apareceram pratos confeccionados à moda de alguns países (à francesa; à inglesa, empadas romanas e pombos turcos). Isto é, os pratos cuja nomenclatura revelou influência estrangeira representaram 2% do total (Braga, 2006). Ainda de acordo com a autora, o livro de Rigaud (que passou por cortes de Paris, Londres, Turim, Nápoles e Madrid e que sofreu a influência de Vincent La Chapelle, cozinheiro de D. João V) apresentou algumas receitas idênticas às de Domingos Rodrigues.

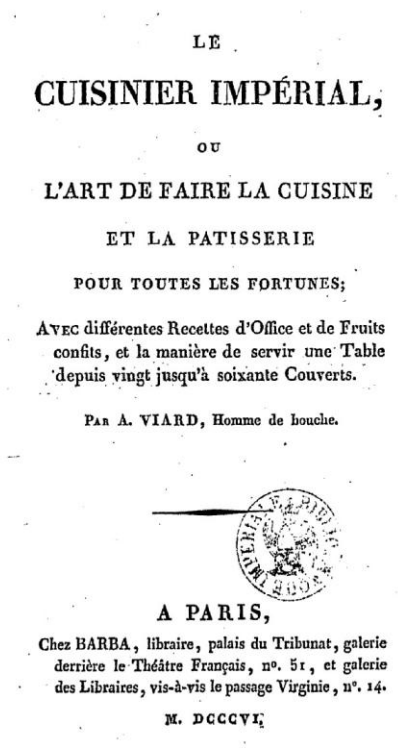
Porém, o seu *Cozinheiro Moderno* contém muitas outras diferentes e de terminologia que apontam para um maior conhecimento da culinária europeia, o que se

refletiu em um maior número de preparações de países como a França e a Itália (Braga, 2006). Identificamos assim, também nos impressos de Portugal, a presença da cozinha francesa.

Em uma conjuntura na qual a autenticidade e a originalidade de um cozinheiro eram valorizadas, parece pouco provável que alguém assumiria a autoria de uma obra que teria sido, em grande parte, plagiada. Por outro lado, poderia ser difícil para a maioria dos leitores perceberem tal expediente, uma vez que a circulação dos livros portugueses supramencionados deve ter sido bastante restrita. Diante disso, acreditamos que a motivação para ocultar a identidade do autor não seja tão clara como pesquisas anteriores sugerem.

Se o impresso brasileiro omitiu a identidade de seu autor — se é que havia um — o mesmo não aconteceu com *Le Cuisinier Impérial*. André Viard foi *chef* desde o período revolucionário e acompanhou Louis-Philippe de Ségur, embaixador francês em São Petersburgo. Retornou então a Paris à serviço de Francis Egerton, o rico Conde de Bridgewater, depois de passar por Viena e Londres com o prestigiado jurista Cambacères. Ele recusou o convite de Jorge IV, futuro rei da Inglaterra, para se tornar seu *officier de bouche*⁷. A partir de sua trajetória, podemos concluir que se tratava de um profissional gabaritado e experiente. Segue abaixo a imagem da folha de rosto de seu tratado:

Imagem 2 – Folha de rosto da 1ª edição de *Le Cuisinier Impérial*



Fonte: *Le Cuisinier Impérial*, 1806.

Outro ponto a ser ressaltado é que França e Brasil viviam momentos distintos em relação ao desenvolvimento de suas “cozinhas nacionais”. Ao mesmo tempo em que a francesa continuava seu forte processo de afirmação, o qual começou no século XVII e foi capitaneado pela realeza sob Luis XIV, o Rei Sol (Santos, 2010), o Brasil dava os passos iniciais na construção de sua identidade culinária. Segundo Karls (2017), é principalmente na década final do Império que a alimentação começou a criar laços com as questões nacionais e a se identificar com o Brasil.

Enquanto o país europeu teve seu primeiro livro de receitas, *Le Viandier*, publicado em 1496 e possuía uma tradição de renomados *chefs* como François Vatel, François Pierre de La Varenne, o próprio André Viard e Antonin Carême (entre outros), em terras brasileiras não havia movimento semelhante em curso. Essa também poderia ser uma das razões para justificar a não divulgação do escritor responsável pelo *Cozinheiro Imperial*.

Em seu prefácio, a obra francesa é dedicada aos autores do *Journal des Gourmands*, do qual Grimaud de La Reynière foi editor. O autor fez uma comparação entre a culinária e as outras ciências, especialmente a Química, que tiveram um grande progresso no século anterior, equiparando-as. E prosseguiu, revelando que o leitor encontrará no livro a exposição completa, em linguagem muito simples, de todas as operações da culinária, desde a arte de colocar a panela no fogo até a de disfarçar habilmente os pratos mais comuns ou valorizar os mais raros.

Com este enunciado, Viard pareceu destinar seu trabalho a um público mais abrangente que apenas os profissionais da cozinha, já que o vocabulário usado seria acessível e as instruções muito bem detalhadas. Ele declarou que estava escrevendo para “todos os níveis de fortuna” e, de fato, o texto elegante inclui pratos básicos para a época como sopa de ervilha, coelho cozido rapidamente e bacalhau salgado à provençal.⁸

O *Cozinheiro Imperial* também considerou a culinária uma ciência em rápido desenvolvimento, a qual era abraçada diligentemente pelas nações mais civilizadas e avançadas em industrialização. Em sua advertência à primeira edição, o tratado foi direcionado, de acordo com Belluzzo (2010), aos cozinheiros da corte e da elite. Em seu prefácio, exaltou a diversidade dos produtos naturais do país e descreveu o tipo de receita que o leitor encontraria em suas páginas, terminando com um poema oferecido ao público.

A partir da sexta edição (1874), o prefácio se dirigiu às donas de casa, revelando o público-alvo da obra. Da mesma maneira que *Le Cuisinier Impérial*, não apenas os *experts* poderiam executar os pratos descritos, mas outras pessoas, em especial as

mulheres responsáveis pelas cozinhas, seriam capazes de reproduzir as preparações que compunham o compêndio — em teoria.

O quadro a seguir apresenta uma síntese dos aspectos relevantes das duas fontes:

Quadro 1 – Aspectos das Fontes

Obra	Le Cuisinier Impérial	Cozinheiro Imperial
País de publicação	França	Brasil
Ano de publicação	1806	1887
Autor	André Viard	Desconhecido
Número de páginas	472	458
Número de receitas	835	1400
Leitor preferencial	Público em geral	<i>Chefs</i> Donas de casa (a partir da 6ª edição)

Fonte: As autoras, 2024.

Apresentando a estrutura das duas obras

Le Cuisinier Impérial foi dividido em diversas seções, sem que houvesse nítida separação entre elas, tornando difícil identificar quando começam e terminam. A primeira é a dos *potages*⁹, englobando sopas, caldos, molhos, *garbures*¹⁰ e purês. Continua com a parte das carnes, depois apresenta receitas de aves e segue com os pescados.

Em sequência, há um capítulo dedicado à confeitaria, seguido de pratos à base de vegetais, ovos e algumas orientações para cortar carnes. Suas derradeiras páginas trazem conservas, técnicas para assar algumas peças de carne, compotas e sugestões de menus para 20, 40 e 60 talheres. Sua última seção é um índice alfabético das receitas. Cabe frisar que, assim como outros livros de culinária dos oitocentos, não há divisão entre ingredientes e modo de fazer, nem quantidades exatas de insumos a serem utilizados. Tal fato demonstra que quem fosse reproduzir as preparações provavelmente teria que possuir algum conhecimento de cozinha.

A obra brasileira tem uma organização mais clara que a francesa, pois os capítulos estão bem sinalizados e divididos, sendo facilmente identificados. A primeira seção diz respeito a métodos para trincar e servir bem à mesa, seguidos por um suplemento com diversas regras de etiqueta para o momento da refeição. As receitas começam com sopas, potagens, panadas¹¹ e caldos, entrando nas seções de carne.

Posteriormente, aves e caça. Dando continuidade, pratos com mariscos, legumes e um capítulo de molhos. Ovos, técnicas de conservação e preparos com leite, massas diversas para confecção de empadas, tortas e pasteis compõem as outras seções do impresso. Essa diferença de divisões em relação ao compêndio de Viard pode ser reflexo do período em que cada livro foi publicado.

Em sua parte final, *Cozinheiro Imperial* traz uma divisão destinada aos doces, um suplemento e um Guia do criado para servir. Seguem um dicionário, um índice de receitas e um apêndice à décima edição (composto por receitas diversas), além de menus de banquetes e um índice do apêndice. Do mesmo modo que a obra francesa, os textos das receitas são escritos de forma corrida, sem mencionar as quantidades precisas dos ingredientes.

Com relação às divisões de ambas as obras, vemos semelhanças em relação à ordem em que as receitas estão dispostas e nos tipos de insumos utilizados, conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 – Estrutura das seções dos livros de receitas

Divisão	<i>Le Cuisinier Impérial</i>	<i>Cozinheiro Imperial</i>
Potagens	Sopas, potagens, <i>garbures</i> , molhos, caldos e purês	Sopas, potagens, panadas e caldos
Carne	Vaca, vitela, carneiro, porco, cervo, cordeiro, lebre, coelho, láparo	Vaca, vitela, carneiro, cordeiro, cabrito, porco, veado, lebre, coelho, láparo
Aves	Faisão, perdiz, perdigoto, codorna, galinhola, marreco, tordo, cotovia, ganso, pato, peru, galinha, capão, frango, pombo	Galinha, capão, frango, peru, pato, ganso, pombo, rola, perdiz, perdigoto, galinhola, faisão, tordo, cotovia
Peixes e mariscos	Esturjão, rodovalho, bacalhau, arraia, solho, savel, enguia, salmão, truta, linguado, <i>limande</i> ¹² , cavala, arenque, badejo, <i>grondin</i> ¹³ , lúcio, carpa, enguia, <i>tanche</i> ¹⁴ , mexilhão, ostra, lagostim	Solho, savel, lampreia, enguia, pargo, dourado, cherne, robalo, corvina, tainha, salmão, pescada, rodovalho, linguado, sardinha, arraia, atum, truta, bacalhau, tartaruga, camarão, lagosta, polvo, lula, ostra, mexilhão, berbigão, galeirão ¹⁵
Doces	Massas base diversas, frangipane, potinhos de vários sabores, creme de baunilha, manjar branco quente e frio, geleia de laranja, suflês, bolos, receitas com maçã	Doce do Brasil, doces com mel, broas, manjar, toucinho do céu, chocolate, arroz doce, bolos, fartes, queijadinha, biscoitos, fatias da China e à Pompadour, filhós, sonhos, cremes, torta, frutas em conserva
Vegetais	Batata, alcachofra de Jerusalém, cebola, nabo, cenoura, salsão, cardo, salsifis, alcachofra, pepino, chicória, espinafre, couve-flor, repolho, alface, lentilha, feijões, ervilha, aspargo, berinjela, castanha	Ervilha, lentilha, cebola, nabo, alface, chicória, feijões, favas, ervilha, cardos, alcachofra, couve-flor, couve, aspargo, berinjela, pepino, cogumelos, espinafre, abóbora, cerefólio, batata, túbaras (trufas), tomate
Ovos	Omeletes, ovos nevados, recheados, croquete, ao creme, gratinados, <i>à la tripe</i> , para a pobre mulher, à provençal, pochês,	Ovos cozidos, escalfados, fritos, mexidos, verdes, à franciscana, de comadre, à crema, à bexamela, de senhoras,

	mexidos	recheados, fritada de ovos, omeletes, trouxas de ovos, ovos moles, fatias de ovos, biscoito de ovos, bolo de Saboia, pão de ló

Fonte: As autoras, 2024.

Um outro quesito no qual as obras convergem é a ausência de imagens. Com exceção de uma litografia que mostra como cortar carnes, aves e peixes, não havia ilustrações das receitas na obra dos irmãos Laemmert. O mesmo ocorreu com *Le Cuisinier Impérial*, que não dispõe de nenhuma imagem das preparações contidas em suas páginas.

As principais diferenças entre os impressos podem ser observadas no aspecto educativo apresentado pelo livro nacional, especialmente no artigo Adição (p. 5), um manual de boas maneiras à mesa. Silva (2005) menciona o pintor Jean Baptiste Debret que, tendo passado parte da vida nos meios artísticos da França napoleônica e da academia italiana, adquirindo assim um conhecimento considerável sobre etiqueta e refinamento, ficou surpreso ao notar que, mesmo na capital da Corte, tais princípios estavam praticamente ausentes.

Reforçando essa característica do *Cozinheiro Imperial*, Corção (2014) afirma que a obra tinha como foco um projeto civilizador, tanto pela via de uma ciência culinária moderna quanto por meio da fusão de uma cozinha europeia com ingredientes brasileiros. As imagens a seguir ilustram esse atributo:

Imagem 3 – Trecho do Cozinheiro Imperial

ADDIÇÃO.

Sobre a cortezia e comedimento que deve observar á mesa o bom gastrônomo, e regras para trinchar e servir.

É na mesa onde se vê a torpeza e má educação do homem que não é bom gastrônomo, pois meneia a colher, garfo e faca de um modo differente do das mais pessoas. Serve-se dos pratos com a mesma colher que vinte vezes metteu na boca, dá nos dentes com o garfo, esgaravata-os com elle, com os dedos ou com a faca, o que causa nójo aos circumstantes. Quando bebe, nunca limpa antes os beiços nem os dedos, de sorte que suja o copo empunhando-o com a mão toda. Ordinariamente bebe apressado, isso provoca-lhe a tosse; rebeça metade do que bebeu no copo, e rocia as pessoas que lhe ficão á ilhargá, fazendo além disso asquerosos esgares. Se intenta trinchar alguma peça, nunca lhe acha as juncturas, e depois de forcejar em balde, quebra-lhe o osso, salpica com o mólho á cara dos circumstantes, e elle fica manchado com a gordura e migalhas que lhe cahem no guardanapo, cuja ponta metteu ao sentar-se pela casa da casaca, etc., mas deixando a tal ponta de maneira que lhe faz cocegas na barba. Se toma café, quasi sempre queima a boca, bem que o assopre mil vezes. Acontece-lhe tambem deixar cahir a chicara ou pires, entornar sobre si o dito café. Verdade é que todos esses accidentes não são delictos criminosos, mas são ridiculissimos e fastidiosos entre pessoas de bem. Ensina-nos a gastronomia a precavê-los, para que sejamos bem recebidos, pondo da nossa parte grande diligencia em estudar os modos das taes pessoas.

Fonte: Cozinheiro Imperial, 1887, p. 5.

Imagem 4 – Trecho do Cozinheiro Imperial

Quantas e quão varias são as regras que devemos observar! A pressa ao sentar-nos, a escolha de um lugar que não nos convem, uma ostentação de pueril appetite, olhos ávidos sobre os manjares, ar guloso, mãos sempre em movimento, dedos sempre molhados, são asquerosas grosserias. Cumpre-nos evitar: 1º, roer, golpear e chupar com estrondo os ossos para comer-lhe o tutano; 2º, quebrar os ossos da carne ou os caroços da fruta; 3º, fazer ruído mastigando ou bebendo; 4º, metter no prato commum, mólheira, etc., colher velha ou pão mordido, ou servir-nos da colher principal. Em summa é cousa indecente o sentar-nos á mesa ou o erguer-nos della antes dos outros, preferir certas iguarias sem justificada razão, estranhar certos pratos bem que ignotos nos sejam, decidir magistralmente ácerca dos manjares e seus adubos, e menos ainda sobre o preço e mingua dos taes manjares, sem causa bastante.

Fonte: Cozinheiro Imperial, 1887, p. 6.

A obra da França não traz nenhuma recomendação nesse sentido. Sendo assim, podemos supor que esse era um tópico já superado pela cultura alimentar do país, não havendo, portanto, necessidade de ser abordado. Além disso, não foi considerado relevante haver um dicionário no tratado, sugerindo que os termos usados seriam de amplo conhecimento.

É importante destacar que a comensalidade é um aspecto distintivo entre os participantes de uma refeição (como assinalam os trechos acima), o que denotaria que os brasileiros precisavam ser disciplinados em relação a isso. Igualmente os criados careciam ser instruídos para o bem servir, já que foi escrito um capítulo inteiro para ensinar como agir de maneira apropriada durante o serviço. O fato de a obra ser voltada para a camada alta da sociedade, que dispunha de trabalhadores para servi-la, também ajuda a justificar a presença do guia.

Uma outra questão é que, ao passo que o livro brasileiro tentava esboçar uma ideia de cozinha nacional, sendo dirigido aos leitores do império, André Viard já projetava que seu tratado poderia chegar à outras terras:

Limitei-me a apresentar receitas bem detalhadas e breves observações sobre as qualidades das carnes e da caça, uma vez que nem sempre há escolha em todos os países em que estamos; e só achei necessário indicar como usar o que temos. Se a qualidade do ingrediente for boa, o prato será tanto melhor; se for inferior, deve ser melhorada tanto quanto possível, e isso só pode ser conseguido por meio da arte da cozinha (Viard, 1806, n.p) [tradução nossa].

Temos então uma obra que foi concebida para um leitor que já havia suplantado as questões mais elementares de etiqueta à mesa¹⁶, além de demonstrar uma pretensão de

circular além das fronteiras francesas e outra que era destinada a um público interno e que revelava intenções que iam além de ensinar a cozinhar. O *Cozinheiro Imperial* tinha uma explícita preocupação em civilizar comensais e serviçais, de acordo com preceitos europeus.

Afinal, conforme El-Kareh (2013), o Brasil havia conquistado sua independência e era o único Estado monárquico das Américas, contudo, isso não era o suficiente. Era preciso forjar uma nação e uma identidade. Nos centros urbanos, a população livre tinha tradições mais que tudo herdadas da metrópole: falava português, seguia o catolicismo e tinha hábitos e costumes lusos. Uma das estratégias montadas pela elite política imperial para construir uma identidade própria e distanciada da portuguesa foi adotar um estilo de vida copiado especialmente de Londres e de Paris.

Comparando recettes com receitas: influências francesas na obra nacional

De acordo com Laurioux (1998), a análise meticulosa das receitas é de grande valia para o historiador da cozinha, desde que ele distinga claramente os diversos aspectos que podem ser observados: o título da receita, que poderia ser considerado seu repertório, os ingredientes que a compõem e, por fim, os sabores, cores e aromas resultantes de seu preparo. Embora um mesmo enunciado possa indicar pratos distintos, o simples fato de possuir um nome já constitui uma informação valiosa por si só. Nesta seção, buscamos apontar no livro brasileiro receitas que apresentam grande similaridade com as da obra francesa, no que se refere aos títulos¹⁷. Antes disso, discorreremos brevemente sobre outras peculiaridades referentes às preparações.

No que diz respeito à quantidade de pratos por categoria, os dados estão compilados a seguir.

Quadro 3 – Número de preparações por categoria

Seção	Le Cuisinier Impérial	Cozinheiro Imperial
Potagens e sopas	154	119
Carne (vaca e vitela)	140	139
Carneiro, cordeiro, cabrito	54	91
Porco	22	62
Carne de caça	57	40

Aves	122	197
Peixes e mariscos	71	87
Doces	35	57
Vegetais	64	96
Ovos	17	60

Fonte: As autoras, 2014.

Os dois tratados possuem praticamente os mesmos números em relação aos pratos de carne. Porém vale destacar que no Brasil, de acordo com Silva (2005), a criação de gado de corte se deu de maneira mais intensa no fim do século XVIII no Nordeste (especialmente em Pernambuco e na Bahia). Campos (2007), afirma que as reses que alimentavam a população carioca vinham de regiões longínquas e que a produção fluminense era insuficiente para abastecer a cidade no século XIX; a chegada da família real com parte da corte portuguesa em 1808 agravou ainda mais esse quadro de escassez. Ainda conforme o autor, até 1818 o Rio Grande do Sul era o principal fornecedor de carne verde (fresca) para o Rio de Janeiro, posteriormente perdendo importância para Minas Gerais.

Além dos problemas com a criação — segundo Campos (2007) o gado era criado com bastante desleixo, havia a questão do transporte. Silva (2005) afirma que as longas distâncias percorridas pelos bois até o abate e as precárias condições de viagem, sem comida e sem água no caminho, eram responsáveis por uma carne magra e dura, frequentemente sendo encontrada em estado de putrefação pelos consumidores. Mesmo com a dificuldade de se encontrar o produto em boas condições de consumo, o livro nacional dedicou muitas páginas a essas preparações.

Na França, nos séculos XIV e XV os cozinheiros da aristocracia utilizavam a carne de vaca, de reputação análoga à de boi. Mas na primeira metade do século XVIII essas carnes desapareceram dos livros de cozinha e das mesas principescas, retornando às suas mesas ao final dos setecentos. Essa valorização da carne de boi foi acompanhada, nas obras culinárias, por um rápido desenvolvimento das carnes de açougue (vaca e vitela) em relação a todos os outros pratos à base das demais carnes (Flandrin, 1998). Vemos em *Le Cuisinier Impérial* o grande destaque dado a esse insumo, em alinhamento com a tendência da época.

Nos demais segmentos, o francês se destaca com uma maior variedade de potagens e sopas, notadamente devido ao fato de que, ao examinarmos o *Cozinheiro*

Imperial, percebemos que a várias receitas desta seção são creditadas propriedades terapêuticas, não se enquadrando na categoria meramente culinária. Conforme Ferreira (2009, p. 483), a importância do alimento para a promoção da saúde ou tratamento de doenças é reconhecida desde o século V a.C.: “*Que o teu alimento seja o teu remédio e que o teu remédio seja o teu alimento*”¹⁸.

Nos oitocentos, segundo Couto e Alfonso-Goldfarb (2015), as concepções provenientes da química e da medicina sobre os alimentos e seus impactos na saúde humana não se limitaram apenas a debates acadêmicos. Essas ideias encontraram espaço nos livros de receitas brasileiros da época — obras que procuravam refletir as questões científicas contemporâneas, enquanto preservavam tradições dos antigos manuais culinários. Alguns exemplos deste tipo de receita podem ser vistos na imagem que segue:

Imagem 5 – Receitas de caldos com alegações terapêuticas

Caldo fresco e purgativo.

Metta-se em uma panella um arratel de carne de vitela da perna e um frango; deem-lhe uma canada de agua, e ponha-se ao lume; escume e deixe-se ferver pouco e pouco; estando a carne quasi cozida, se lhe ajuntarão as hervas seguintes: borragens, alfaces, lingua de vacca, chicoria brava, cerefolio e pimpinella; depois de ferver e acabada de cozer a carne, cõe-se e esprema-se tudo em um guardanapo; tire-se-lhe a gordura, e sirvão-se delle pelo decurso de quinze dias, ou tres semanas, ou o tempo que lhe parecer, bebendo-o pela manhã e á tarde.

Caldo para inflamação do peito.

Ponha-se a ferver em uma canada de agua um frango recheado com as quatro sementes frias (melão, pepínos, etc.) pisadas, e depois de escumado o caldo reduzido ás duas terças partes, passe-se por um guardanapo, esprema-se, e usem delle todos os dias e pelo tempo que lhes parecer.

Caldo para purificar a massa do sangue.

Depois de escumado e quasi cozido um arratel de carne de póipa de vitela em tres quartilhos de agua, e temperado de sal, pisem sete ou oito lagostins de agua doce ainda vivos, deem-se a ferver por meio quarto de hora com a vitela, passe-se o caldo por uma peneira, e sirvão-se delle como do antecedente.

Caldo para defluxos catarrhaes.

Esburguem meia duzia de nabos, cortem-se em rodas, fervão-se em uma panella com canada e meia de agua; e estando cozidos e o caldo reduzido á metade, deem tudo

Caldo para dôres de cabeça.

Ferva-se em meia canada de agua meio arratel de polp de vitela cortada em bocados, com folhas de betonica, de herva cidreira e grêlos de sabugueiro, de cada cousa uma boa mão cheia, um mólho pequeno de chicoria brava, os péa e os rabos de dez ou doze lagostins de agua doce machucados; depois de tudo bem fervido e a agua reduzida á metade, passe-se por um guardanapo e tome-se até se acharem livres.

Caldo amargoso para todas as molestias do peito e vomitos.

Tomem-se partes iguaes de folhas de cardo santo, de centaurea, de macella, losna, veronica, escolopendra, camedrios, casca de laranja azeda e raiz de genciana, partes iguaes e pouco de cada cousa, tudo secco á sombra, cortado miudo e misturado com igualdade; quando necessitarem servir-se disto, tomem o peso de uma oitava, deite-se em uma panella com uma canada de agua, um arratel de vitela e um frango machucado; depois de ter fervido e o caldo reduzido á metade, cõe-se por um guardanapo sem se espremer; divida-se em duas partes iguaes, das quaes tomarão uma pela manhã em jejum e outra quatro horas depois de jantar; poder-se-ha usar della quinze ou vinte dias, purgando-se antes e depois de tomarem.

Caldo para convalescente.

Pise-se em um gral de pedra um peito de capão, outro de gallinha ou de perdiz, depois de assados; ajunte-se-lhe um bocado de miolo de pão ensopado em caldo e uma gemma de ovo dura; depois de tudo isto pisado, deite-se em uma cassarola e dissolva-se com caldo de vitela e de gallinha que esteja quente; passe-se depois por um peneiro ponha-se a aquecer, mexendo sempre com uma colher; antes de ferver se usará delle quando quizerem.

Fonte: Cozinheiro Imperial, 1887, p. 37-38.

Tendo em vista que até 1850 as atividades de saúde pública, em resumo, estavam limitadas à delegação das atribuições sanitárias às juntas municipais, ao controle de navios e saúde dos portos e às autoridades vacinadoras contra a varíola¹⁹ e que o perfil epidemiológico do período era de doenças pestilenciais²⁰ e não de crônicas, compreende-se a presença de receitas caseiras para tratamento de moléstias. Em um país em que não havia uma rede de saúde minimamente estruturada — Galvão (2009) enfatiza que 1885, era ainda precária a situação sanitária do Rio de Janeiro — ter um compêndio com preparações que, em tese, ajudariam a debelar sintomas e males comuns, além de estar em conformidade com práticas da época, poderia ser útil.

No impresso francês há apenas uma receita vinculada ao tema, de nome *bouillon santé*. No século XVIII, uma minoria de franceses podia ter acesso à saúde, em particular nas grandes cidades. Lá se encontravam médicos, mestres experientes em cirurgia, parteiras diplomadas e um número relativamente numeroso de farmácias, assim como sanatórios (Goubert, 2007). Isso não significava, porém, que a situação na época do lançamento de *Le Cuisinier Impérial* era substancialmente melhor do que a encontrada no Brasil quando o *Cozinheiro Imperial* chegou às livrarias.

Chasles (2016) assevera que na França, após um período de melhoria durante a última metade dos setecentos, as condições de saúde declinaram outra vez durante a fase de urbanização rápida ligada à Revolução Industrial. Mas, diferentemente do que ocorreu no Brasil, as receitas para tratar enfermidades não fizeram parte do compêndio francês, indicando um maior grau de separação entre a medicina e a cozinha.

As preparações com carneiro, cordeiro e cabrito apresentam relevante discrepância, possuindo a obra brasileira um número maior de pratos. Isso pode ser atribuído em alguma medida à influência dos muçulmanos árabes em terras lusas. Segundo Abdalla (2019), no século VIII, esses povos chegaram ao Alentejo em uma ocupação que se estendeu por quinhentos anos, deixando marcas indeléveis na alimentação e na culinária, o que inclui o consumo de carnes ovinas e caprinas. Tendo em vista a influência de livros portugueses no impresso dos irmãos Laemmert, justifica-se uma quantidade numericamente superior dessas preparações em relação ao tratado francês.

Quanto às receitas com carne de porco, destaca-se a reduzida presença destas na obra de André Viard. O autor alertava sobre o consumo:

Imagem 6 – Advertência sobre a carne de porco²¹

Du Cochon.

Il faut éviter d'employer du cochon ladre, c'est un manger mal-sain; la chair est parsemée de marques blanches ou roses glanduleuses; la digestion s'en fait mal : c'est pour cela qu'on emploie peu de cochon dans la cuisine, et qu'à table on lui fait fort peu de fête quand on en sert.

Fonte: *Le Cuisinier Impérial*, 1806, p. 195.

Embora não haja nenhuma restrição ao seu consumo no livro brasileiro, Couto e Alfonso-Goldfarb (2015) pontuam que os médicos cariocas do período desaconselhavam o consumo de produtos como as farinhas de milho e de mandioca, a carne de porco fresca

ou salgada e o feijão, alimentos altamente consumidos pela população do Rio de Janeiro, especialmente a mais pobre, pois facilitariam a instalação de doenças. Em relação à carne suína, tais recomendações foram devidamente ignoradas pelo *Cozinheiro Imperial*.

Sobre as carnes de caça, na medida em que a cidade crescia e se modernizava, diminuía o consumo urbano, o qual tendeu a desaparecer dos hábitos da população citadina, cada vez mais europeizada (El-Kareh, 2013). Essa tendência pode ser a razão pela qual a obra brasileira tenha dado menos atenção que a francesa a este tipo de preparação.

Em relação à expressiva diferença na seção de aves, tendo o compêndio nacional elencado mais preparações que o europeu, cabe salientar como a criação desses animais cresceu de modo considerável no Brasil durante o século XIX. Para El-Kareh (2013), se no começo dos oitocentos existia uma escassez generalizada de aves domésticas no interior do país essa situação foi mudando ao longo dos anos: “E, de fato, o hábito de criar aves domésticas se havia disseminado por todo o país, mesmo em seus rincões mais recônditos. Com efeito, se havia tornado comum encontrá-las nos quintais das casas, e mesmo em seu interior, em promiscuidade com seus donos” (El-Kareh, 2013, p. 292).

Na categoria dos pescados, a obra nacional apresenta números ligeiramente maiores que a da França. O jesuíta Fernão Cardim (1540-1625) já apregoava a variedade de tipos que podiam ser encontrados no Brasil: peixe-boi, bijupirá, olho de boi, camurupim, peixe selvagem, entre outros:

Ha outros muitos peixes de varias espécies que não ha em Espanha, e commumente de bom gosto, e sadios. Dos de Portugal também por cá ha muitos, se tainhas em grande multidão (...). Não faltão garopas, chicharros, pargos, sargos, gorazes, dourados, peixe agulha, pescadas, mas são raras; sardinhas como as de Espanha se achão em alguns tempos no Rio de Janeiro, e mais partes do sul; cibas, e arrayas (...) (Cardim, 1925, p. 82)

O peixe era alimento preferível nos engenhos, pois tinha o preço inferior ao da carne. As propriedades mais afastadas do mar e dos rios piscosos eram supridas pelas praias (Cascudo 2011). Além disso, alguns dos maiores centros urbanos do país (Rio de Janeiro e Salvador) estavam no litoral. Ainda assim, foram poucas receitas no impresso brasileiro, que parcamente abarcou a diversidade de espécies da nossa fauna.

Podemos observar que as variedades elencadas se assemelham bastante com as da obra francesa. Cabe destacar a presença da tartaruga e do galeirão na seção de peixes e mariscos. Sobre a primeira, Karls (2019) afirma que eram pratos muito populares nos restaurantes do período oitocentista, sendo o Rio de Janeiro considerado, conforme um

jornal da época, a cidade da feijoada e da sopa de tartaruga. Em relação ao galeirão, trata-se de uma ave, cuja presença nesta categoria foi anteriormente justificada.

Apesar de constar em seu subtítulo a palavra *pâtisserie* (confeitaria), *Le Cuisinier Impérial* foi deveras econômico nesse quesito, elencando poucas receitas. Isso poderia ser atribuído ao fato de que, na França, a confeitaria (que em tempos anteriores compreendia preparações salgadas e doces) havia sido desvinculada da cozinha salgada. Hyman e Hyman (1998) apontam que já em 1655 existia um livro totalmente dedicado a ela: *Le Pastissier François*. Os autores destacam também que, no século XVIII, a arte da mesa estava dividida em três áreas: cozinha, confeitaria e copa²². Podemos presumir então que havia obras específicas que contemplavam somente a arte da doçaria, por isso o pouco destaque que André Viard deu ao tema.

Essa separação ainda não havia se dado de maneira tão explícita aqui no Brasil. Nesse sentido, Karls (2017) sustenta que as confeitarias do Rio nos oitocentos desempenhavam uma série de funções que iam além da produção e comércio de doces, se portando também como padarias, sorveterias e até armazéns, com comércio de frutas, bebidas, pães, biscoitos, guloseimas e presentes. Além disso, algumas ofereciam almoço e jantar. As receitas de doces se avolumam ainda mais no *Cozinheiro Imperial*, quando consideradas as contidas na seção Ovos, o que será discutido mais adiante.

Ao segmento dos vegetais (legumes, cereais, verduras e hortaliças), a obra nacional dedicou muitas páginas. Em sua advertência à primeira edição, o autor “espera que com ajuda do seu novo Tratado, os artistas Brasileiros poderão tirar todo o proveito que desejão dos productos naturaes deste bello e fértil paiz.” (*Cozinheiro Imperial*, 1887, n.p). Note-se que este discurso está alinhado com as ideias das elites intelectuais do recém-formado Estado brasileiro, que buscavam incutir uma identidade nacional marcada pelo romantismo, destacando a exuberância da natureza, a beleza e a diversidade da fauna e da flora (El-Kareh, 2013).

Porém, ao observarmos quais tipos foram escolhidos para figurar no impresso, percebemos que não foram privilegiados os de procedência local. Ainda de acordo com o historiador, somente na edição de 1887 (a que usamos como fonte neste trabalho) é que encontramos duas receitas de feijão preto. Já a obra francesa trazia pratos de vegetais cujo consumo era comum à época, o que demonstra, segundo Flandrin (1998), a reabilitação de muitos alimentos que as elites sociais haviam desdenhado durante a Idade Média

O autor aponta que os legumes, com exceção da ervilha fresca ou seca, tinham sido relegados ao povo, particularmente na França, com a aprovação dos dietistas. Eles entraram na moda a partir dos séculos XVI e XVII, sem dúvida sob influência dos

italianos e talvez também graças à contrarreforma. Não só as alcachofras, os cardos e os aspargos disputavam a preferência dos comensais com melões, laranjas e limões de todo tipo, mas os cogumelos, as trufas e muitos legumes locais estavam presentes nas boas mesas e multiplicaram-se em receitas nos livros de cozinha.

Além disso, ao final dos setecentos os agricultores franceses diversificaram suas sementes, plantando nos campos vegetais anteriormente reservados às hortas. As batatas, nabos, couves e cenouras ficaram assim mais baratas e difundidas²³. Ainda assim, vemos um número inferior ao compêndio brasileiro.

Sendo de um país que consegue codificar 297 formas de preparar o ovo, segundo Santos (2010), André Viard foi bastante comedido neste tópico. Suas 17 preparações, das quais duas são doces, ficam muito atrás em quantidade quando comparadas às 60 — sendo 21 doces — contidas no *Cozinheiro Imperial*. Wätzold (2012), afirma que as receitas deste capítulo não são autênticas, tendo sido extraídas do *Cozinheiro Moderno*, de 1780.

Tal fato parece proceder, pelo menos no que se refere às preparações com açúcar, uma vez que o costume de confeccionar doces à base de ovos é uma antiga tradição portuguesa. Conforme Freyre (2021), a doçaria lusa havia se adaptado tão bem nos fornos das casas-grandes de engenho e de alguns conventos de freiras, que a influência francesa só se manifestaria no século XIX, quando os confeitores franceses começaram a se tornar chiques na Corte e no Recife.

Passaremos agora a fazer a comparação dos enunciados. Ao examinarmos as duas obras, chegamos ao resultado apresentado no quadro a seguir²⁴:

Quadro 4 – Receitas

Categoria	Livro	
	Le Cuisinier Impérial	Cozinheiro Imperial
Potagens, caldos e molhos	Potage aux petits Oignons blancs (p. 15)	Potagem magra de cebola (p. 40)
	Potage aux carottes nouvelles (p. 15)	Potagem de substancias de cenouras (p. 41)
	Potage aux petits pois (p. 17)	Potagem de ervilhas secas (p.43)
	Potage aux Laitues entières (p. 17)	Sopa de alfaces (p. 28)
	Potage aux choux (p.19)	Potagem de couves (p. 41)
	Potage a la purée de racines (p. 20)	Potagem com substancia de raízes (p.42)
	Potage aux concombres (p.21)	Potagem de pepino (p. 42)
	Potage à la Crécy (p.21)	Potagem à Crécy (p. 443)
	Croûtes au Pot (p.21)	Sopa de crostas ao gratem (p.37)
	Potage a la purée de lentilles (p. 22)	Potagem substancias de lentilhas (p. 42)
	Potage a la purée de haricots blancs (p. 23)	Sopa de purée de feijão branco. (p. 421)
	Potage a la purée de Pois nouveaux (p.23)	Potagem com substancias de ervilhas verdes (p. 42)
	Potage au Chantilly (p. 24)	Potagem a Chantilly (p.437)
	Bouillon maigre (p. 33)	Sopa magra (p. 27)
	Soupe à l'Oignon (p. 34)	Sopa parda de cebolas inteira (p.39)
	Panade (p. 37)	Panada ou substância de pão (p. 34)
	Bisque (p. 43)	Sopa de bisque de camarões (p. 417)
	Chapon au Riz (p. 47)	Capão com arroz (p.147)
	Bouillon de santé (p. 52)	Caldo restaurante (p.51)
	Grande Espagnole (p. 57)	Molho à espanhola (p. 247)

	Béchamel (p. 60)	Bechamel (p. 407)
	Sauce romaine (p.63)	Molho à romana (p. 248)
	Sauce blanche (p. 66)	Molho branco (p. 243)
	Sauce piquante (p. 65)	Molho picante (p. 410)
	Sauce Hollandaise (p. 66)	Molho holandez (p.244)
	Sauce à la Portugaise (p. 66)	Molho à portuguesa (p. 245)
	Sauce Allemand (p. 67)	Molho à alemã (p. 246)
	Sauce au beurre d'anchois (p. 68)	Manteiga de enxovas (p. 252)
	Sauce aux Truffes (p. 72)	Molho de trufas (p. 439)
	Maître-d'Hôtel froide (p. 73)	Molho à la Maitre-d'hotel (p. 408)
	Rémoulade (p. 74)	Molho de remolada (p.250)
	Sauce Robert (p.86)	Molho Robert (p. 410)
	Quantidade de receitas: 154	Quantidade de receitas: 119
	Receitas semelhantes: 32	
Carnes	Palais la Bechamelle (p. 94)	Paladares a bexamela (p. 66)
	Atreaux de Palais de Bœuf (p. 95)	Outros vários modos de se comporem os paladares (p. 67)
	Cervelles de boeuf au beurre noir (p. 97)	Miolos de vacca com manteiga negra (p.67)
	Langue de Bœuf aux comichons (p.98)	Língua de vacca com pepinos (p. 331)
	Langue à l'écarlate (p. 103)	Língua encamada (p. 63)
	Langue de Bocuf en papillotes (p. 104)	Língua de vaca em papel (p. 64)
	Filet d'Aloyau aux laitues (p. 117)	Lombo de vacca com talos de alface (p. 60)
	Bif-steak de Filet de Boeuf (p. 56)	Beef-steak (Bif-stec) (p.122)
	Tête de Veau au naturel (p.124)	Cabeça de vitela ao natural (p. 72)
	Tête de Veau frite (p. 129)	Cabeça de vitela frita (p.72)
	Tête de Veau farcie (p. 129)	Cabeça de vitela recheada (p.72)
	Oreilles de veau farcies (p.133)	Orelhas de vitela recheiadas e fritas (p. 82)
	Poitrine de Veau farcie (p. 146)	Peito de vitela recheiado (p. 80)
	Côtelettes de Veau en papillotes (p. 161)	Costella de vitela em papilhota (p. 81)
	Foie de Veau étouffé (p. 174)	Fígado de vitela estufado (p. 83)
	Sauté de Foie de Veau (p.175)	Fígado de vitela na frigideira (p. 83)
	Quantidade de receitas: 140	Quantidade de receitas: 139
	Receitas semelhantes: 16	
Ovinos	Langues de Mouton au gratin (p. 179)	Línguas de carneiro ao gratim (p. 97)
	Langues de Mouton en papillotes (p. 180)	Línguas de carneiro em papel (p. 97)
	Langues de Mouton sauce tomate (p. 181)	Línguas de carneiro com tomates (p. 97)
	Gigot de Mouton l'eau (p. 190)	Assado de água de carneiro (p. 89)
	Pieds de Mouton à la sauce tomate (p. 207)	Pés de carneiro com molho italiano, tomates (p.99)
	Pieds de Mouton farcis (p. 208)	Pés de carneiro recheiados (p. 100)
	Quantidade de receitas: 54	Quantidade de receitas: 91
	Receitas semelhantes: 6	
Suíno	Boudin (p. 209)	Chouriço preto (p. 121)
	Boudin blanc (p. 210)	Chouriço branco (p.121)
	Andouilles (p. 211)	Andulhas de porco (p. 120)
	Saucisses (p. 211)	Salsichas de porco (p. 112)
	Pieds de cochon à la Sainte-Menehould (p.214)	Pés de porco por outro modo (p. 122)
	Cochon de lait farci (p. 219)	Leitão recheiado assado no espeto (p. 327)
	Quantidade de receitas: 22	Quantidade de receitas: 62
Caça	Receitas semelhantes:6	
	Quartier de Chevreuil (p. 224)	Quarto de veado para uma entrada (p. 1260)
	Tête d'Agneau (p. 225)	Cabeça de cordeiro (p. 109)
	Cuisses de Lapereau en papillotes (p. 250)	Patatas de coelho cozidas em papel (p.130)
	Quantidade de receitas: 57	Quantidade de receitas: 40
Aves	Receitas semelhantes: 3	
	Perdrix étouffées (p. 273)	Perdiz estufada (p. 181)
	Perdreux aux Truffes (p. 275)	Perdigotos por outro modo (p. 183)
	Canard aux navets (p. 305)	Pato com nabos (p. 170)
	Canard aux olives (p. 306)	Pato com azeitonas (p. 325)
	Galantine de Dindon (p.309)	Peru em galantina para uma entrada ou para fiambre (p.161)
	Croquettes de Poularde (p. 325)	Croquettes de galinha (p. 425)
	Poulets poêlés (p. 329)	Frangos fritos (p. 146)
	Fricassée de Poulet (p. 333)	Fricassé de galinha (p.139)
	Pigeons en papillotes (p. 344)	Pombinhos em papel (p.173)
	Quantidade de receitas: 122	Quantidade de receitas: 197
	Receitas semelhantes: 9	

Pescados	Morue à la provençale (p. 351)	Bacalhão á provençal (p. 203)
	Morue à la béchamelle (p. 351)	Bacalhão a Bechamel (p. 450)
	Croquettes de Morue (p. 353)	Croquettes de bacalhão (p. 435)
	Filets de Soles en mayonnaise (p. 358)	Linguado com molho de mayonnaise (p. 445)
	Anguille à la broche (p. 371)	Enguia assada (p. 193)
	Anguille à la tartare (p. 372)	Enguias á tartara (p. 193)
	Soles frites (p. 373)	Linguado frito (p. 439)
	Quantidade de receitas: 71	Quantidade de receitas: 87
Receitas semelhantes: 7		
Doces	Feuilletage (p. 378)	Massa folhada (p. 404)
	Pâte à brioche (p. 380)	Massa para brioches e outros bolos (p. 295)
	Pâte à biscuit (p. 382)	Biscuitos (p. 314)
	Pâte à la duchesse (p. 384)	Massa á duquesa (p. 297)
	Frangipane (p. 385)	Torta de frangipana (p. 301)
	Petits pots à la fleur d'orange (p. 385)	Doce de flor de laranja (p. 320)
	Quantidade de receitas: 32	Quantidade de receitas: 57
	Receitas semelhantes: 6	
Vegetais	Pommes de terre à l'anglaise (p. 398)	Batatas cozidas a inglesa (p.416)
	Pommes de terre à la lyonnaise (p.399)	Batatas à Leoneza (p.17)
	Pommes de terre à la crème (p.399)	Batatas em crème (p.320)
	Pommes de terre sautées au beurre (p.400)	Batatas fritas (p. 240)
	Oignons glacés (p. 402)	Cebolas geladas (p. 233)
	Navets glacés (p. 402)	Nabos gelados (p. 224)
	Artichauts frits (p. 410)	Alcachofras fritas (p. 232)
	Artichauts à la provençale (p. 411)	Alcachofras á provençal (p. 232)
	Concombres à la crème (p. 412)	Pepinos com nata (p. 235)
	Concombres farcis (p. 412)	Pepinos recheados (p. 236)
	Epinards à l'anglaise (p. 414)	Espinafres á ingleza (p. 237)
	Choux fleurs frits (p. 416)	Fritura de couve flor (p. 432)
	Laitues farcies (p. 418)	Alfaces recheiados (p. 225)
	Petits pois à L'anglaise (p. 420)	Ervilhas á ingleza (p. 230)
	Asperges (p. 421)	Espargos (p. 280)
	Haricots verts liés (p. 423)	Feijões verdes á ingleza (p. 226)
	Quantidade de receitas: 64	Quantidade de receitas: 96
	Receitas semelhantes: 16	
Ovos	Oeufs farcis (p. 430)	Ovos recheiados com queijo pamezão (p. 269)
	Oeufs en croquettes (p. 430)	Tortadas de ovos (p. 270)
	Oeufs pochés à la chicorée (p. 434)	Ovos molles de vários modos ou escalfados (p. 262)
	Oeufs brouillés (p. 434)	Ovos mexidos (p. 263)
	Quantidade de receitas: 17	Quantidade de receitas: 60
Receitas semelhantes: 4		
Outros	Cornichons confits (p. 438)	Pepinitos de conserva (p. 253)
	Pour clarifier le sucre (p. 440)	Modo de clarificar assucar para toda a qualidade de doce (p. 309)

Fonte: As autoras, 2024.

Foram identificadas 107 preparações que apresentam grande grau de semelhança entre si. Dentre aquelas que poderiam ter “inspirado” o livro dos irmãos Laemmert, destacam-se pela quantidade as potagens, além das carnes e dos vegetais. Nota-se que muitas receitas têm exatamente o mesmo nome.

Mesmo no caso daquelas em que o enunciado em francês não correspondia integralmente ao em português, é possível notar pelos ingredientes e modo de preparo que se trata do mesmo prato. Tomemos como exemplos os casos da *Soupe à l'Oignon*²⁵ e da Sopa parda de cebolas inteira e o da *Langue à l'écarlate*²⁶ e da Língua encarnada, mostrados a seguir:

Imagem 7 – Sopas de cebola

Soupe à l'Oignon.

Vos oignons épluchés, vous les coupez en deux; puis vous coupez la tête et la queue pour éviter l'écroté de l'oignon. Avant de mettre vos oignons coupés en lames dans votre casserole, vous y faites fondre un quarteron de beurre; (plus ou moins comme la soupe sera grande) vous ferez frire ou roussir votre oignon jusqu'à ce qu'il soit bien blond; vous mettez de l'eau assez pour votre potage, assaisonné de sel et de poivre fin, et le laisserez bouillir un quart-d'heure. Versez votre bouillon sur le pain, et servez votre potage.

Sopa parda de cebolas inteiras.

Esbrugadas tres ou quatro duzias de cebolinhas redondas iguaes, e limpas das primeiras pelles, passem-se pelo fogo em uma cassarola com manteiga derretida, e polvilhem-se de farinha de trigo; em estando bem coradas, mettão-se em uma panellinha com caldo e substancia de peixe, e deixem-se ferver pouco e pouco; em estando cozidas, deitem-lhe uma colherinha de vinagre e sirvão-se sobre côdeas de pão fritas e fervidas no mesmo caldo; porém, se as cebolas fôrem grandes, cortem-se em fatias, e depois de fritas e coradas em manteiga, molhem-se com caldo de raizes ou com agua; fervida a sopa nelle, sirva-se com algumas gottas de vinagre.

Fonte: *Le Cuisinier Impérial* (1806) e *Cozinheiro Imperial* (1887).

Imagem 8 – Receitas com língua de boi

Langue à l'écarlate.

Ayez une langue de bœuf; pilez deux onces de salpêtre; vous la frotterez bien partout avec votre salpêtre pilé; vous la mettrez dans une terrine avec du thym, du laurier, du basilic, du poivre en grain; vous mettez deux fortes poignées de sel dans l'eau bouillante; quand votre sel sera fondu, et que votre eau sera froide, vous la verserez sur votre langue, et vous la laisserez dans la saumure cinq ou six jours ou plus; si vous avez le tems, avant de la faire cuire, vous la mettrez dégorger deux heures; vous la ferez blanchir; vous la poserez dans une braisière avec un quart de la saumure, du thym, du laurier, du basilic, du poivre en grain, deux carottes, deux oignons, trois clous de girofle, deux pintes d'eau, du sel; vous la ferez migeoter pendant deux heures, et la retirerez du feu; laissez-la refroidir dans son assaisonnement.

Lingua encarnada.

Preparada que seja a língua com agua fervendo, enxugue-se e salpique-se com o salitre em pó, até que fique bem impregnada. Ponha-se immediatamente em uma vasilha com cravo da India, pimenta em grão, alfavaca, louro e tomilho; deite-se em cima de tudo agua fervendo bem salgada, e deixe-se assim por espaço de seis dias. Findo esse tempo, tire-se e coza-se em quatro quartilhos de agua com cenouras, cebolas, tomilho, alfavaca, louro, pimenta, cravo e algum sal. Quando estiver cozida, deite-se n'uma cassarola ou prato travesso, fundo, deixe-se esfriar e sirva-se.

Fonte: *Le Cuisinier Impérial* (1806) e *Cozinheiro Imperial* (1887).

Na primeira situação, embora o enunciado em português faça menção às cebolas inteiras, podemos observar no modo de fazer que, caso fossem grandes, poderiam ser fatiadas, tal como a receita de Viard. O fato da cor da preparação figurar no enunciado também indica que se trata da sopa de cebola francesa, embora haja pequenas variações nos ingredientes.

As receitas com língua bovina, apesar da aparente diferença de título, (*écarlate* significa escarlate em português; ou seja, vermelho) são muito semelhantes. Vide o uso do *salpêtre* (salitre), o tempo de salmoura e os temperos utilizados. O nome em francês faz alusão ao aspecto da língua submetida ao salitre (nitrato de potássio), que confere cor avermelhada à carne²⁷. A diferença no enunciado que poderíamos, a princípio, pressupor que se tratou de algum erro de tradução, na verdade tem a mesma acepção. Em séculos

passados, encarnado significava cor de carne, vermelha como carne²⁸. Esta preparação consta no *menu* do último baile do império²⁹, na grafia francesa.

Tendo em vista a quantidade de preparações similares entre os dois compêndios, nos parece razoável afirmar que, além da influência dos livros de cozinha portugueses, já amplamente discutida por pesquisas anteriores, a obra de André Viard também pode ter impactado o *Cozinheiro Imperial*. Não se trataria tão somente de um simples acaso os dois tratados possuírem o mesmo título, mas possivelmente de uma intenção dos editores de dar ao impresso brasileiro um verniz francês. Assim, além de distanciá-lo de alguma maneira das obras portuguesas, atenderia aos anseios de uma elite que desejava reproduzir no Brasil os costumes à mesa e os pratos daquele país que era considerado, na época, o modelo de modernidade e sofisticação a ser seguido: a França.

Considerações finais

Os livros de cozinha permitem-nos assistir à elaboração de pratos segundo as regras da arte; além disso, graças a uma ampla difusão, os editores transformam um conhecimento individual em um bem coletivo, tornando tangível a evolução de um aspecto cultural que, à primeira vista, parece difícil de ser transmitido por meio da página impressa, dada a sua natureza essencialmente prática e efêmera (Hyman e Hyman, 1998). A análise deste gênero permite explorar influências e contextualizar as práticas culinárias de determinada época, refletindo não apenas possibilidades alimentares de uma parcela da população, mas também aspectos sociais e políticos das sociedades em questão.

Neste artigo comparamos dois livros de receitas considerados relevantes em seus países: *Le Cuisinier Impérial*, publicado na França em 1806 e *Cozinheiro Imperial*, publicado no Brasil em 1840. Procuramos investigar as possíveis relações e a influência do compêndio europeu sobre o nacional, por meio da análise de suas estruturas e dos enunciados de suas preparações.

Consideramos importante jogar luz sobre o impresso europeu, uma vez que, apesar de possuir o nome igual ao do brasileiro e de ter tido várias edições, ainda é um objeto de estudo pouco explorado. Os dois partem de perspectivas diferentes: o francês se pretende ao mesmo tempo popular e internacional; o brasileiro, educativo e local.

Embora diversos autores atribuam aos livros *Arte de Cozinha* (1680) e *Cozinheiro Moderno* (1780), a origem das receitas contidas no compêndio dos irmãos Laemmert, cabe salientar que Wätzold (2012), apesar de corroborar com essa ideia, faz uma ressalva afirmando que para verificar isso, seria necessária uma comparação direta, o que até o

momento não parece ter acontecido. Nossa análise indica que o tratado francês também pode ter tido influência no do Brasil. Não apenas pela “coincidência” dos títulos e número de preparações semelhantes encontradas, mas também pelo contexto do século XIX, no qual a França era vista como um modelo de civilização a ser copiado. O Rio queria ser Paris, não Lisboa.

Destacamos que o quantitativo de receitas similares pode ser ainda maior, haja vista a dificuldade de traduzir e, conseqüentemente, de se fazer a correspondência em português (em especial no que tange os cortes de carne franceses). Temos ciência de que se trata de um trabalho inicial, mas que abre margem para pesquisas subsequentes, tanto de outros aspectos do compêndio de Viard como de aprofundamento da relação entre os dois impressos.

Referências

Fontes

VIARD, Andre. *Le cuisinier impérial, ou L'art de faire la cuisine et la pâtisserie pour toutes les fortunes*. 1ª ed. Paris: Chez Barba, 1806.

R.C.M. *Cozinheiro imperial ou nova arte do cozinheiro e do copeiro em todos os seus ramos*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1887.

Estudos

ABDALLA, Alfredo Ricardo. *O imigrante árabe e sua cozinha como instrumento de afirmação e identidade na atualidade*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Recife, 2019. *Anais do 30º Simpósio Nacional de História – História e o futuro da educação no Brasil*.

ABRAHÃO, Eliane Morelli; LUNARDELLI, Tatiana. Os livros de cozinha: uma literatura inspiradora. *Esferas*. n. 15, nov. 2019. p. 112-121. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/11250>. Acesso em: 15 maio 2024.

BETHELL, Leslie. O Brasil no Mundo. In: SCHWARTZ, Lilia (dir.). *A Construção Nacional 1830-1889*, v.2. História do Brasil Nação: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 131-178.

BELLUZZO, Rosa. *Nem garfo nem faca: à mesa com os cronistas e viajantes*. São Paulo: Editora Senac, 2010.

BLOCH, Marc. Para uma História Comparada das Sociedades Europeias. In: Idem. *História e Historiadores*. Lisboa: Teorema, 1998, p. 119-150.

BRAGA, Isabel Drumond. Influências Estrangeiras nos Livros de Cozinha Portugueses (séculos XVI-XIX): Alguns Problemas de Análise. In: *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Marques*, p. 237-247. Porto, Portugal: Faculdade de Letras da Universidade

do Porto, 2006. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4857>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. *Nos Caminhos da Acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-35*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e da Gente do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1925. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4788>. Acesso em: 16 de jun. 2024.

CARVALHO, José Murilo. As Marcas do Período. In: SCHWARTZ, Lilia (dir.). *A Construção Nacional 1830-1889*, v.2. História do Brasil Nação: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p.19-36.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Global, 2011 [1967].

CHASLES, Virginie. Saúde urbana e higienismo, o exemplo da França. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. n. 64, ago. 2016. p. 65-74. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/FdMsXrkmFc6y37tcdKGTgXv/?format=pdf>. Acesso em: 27 mai. 2024.

CORÇÃO, Mariana. *Câmara Cascudo, o “Provinciano Incurável”*: desvendando os caminhos de História da Alimentação no Brasil. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

COUTO, Cristiana Loureiro de Mendonça; ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. As relações entre alimentação, saúde e doença no Brasil império: Das teses médicas aos livros de cozinha. *História da Ciência e Ensino*. v 12 (especial), 2015, p. 34-45. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/hcensino/article/view/25517>. Acesso em: 26 maio 2024.

CSENGO, Julia. L’art culinaire ou l’insaisissable beauté d’un art qui se dérobe Quelques jalons (VVIII^e-XXI^e siècle). *Sociétés & Représentations*. n. 34, automne, 2012, p. 13-36. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-societes-et-representations-2012-2-page-13.htm&wt.src=pdf>. Acesso em: 01 mar. 2024.

DEMETERCO, Solange Menezes da Silva. *Sabor e saber: livros de cozinha, arte culinária e hábitos alimentares*. Curitiba 1902-1950. Tese (Doutorado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 274f. 2003.

EL-KAREH, Almir Chaiban. Comer papagaio e ser brasileiro: receitas culinárias e construção da identidade brasileira. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*. v. 8 (Supl.1), 2013. p. 289-308.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001 [1958].

FERREIRA, Sandra Roberta Gouvea Ferreira. Nutrição não sai de moda. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, v. 53, n. 5, jul. 2009. p. 483-484.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/abem/a/YTqV8Ck7pdjQ3mkWZPDJ7Kh/#>. Acesso em: 26 maio 2024.

FRANCO, Ariovaldo. *De caçador a gourmet: uma história da gastronomia*. 3ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2004 [2001].

FREYRE, Gilberto. *Açúcar: Uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global editora, 5ª ed., 2021 [1939].

FLANDRIN, Jean Louis. Preferências alimentares e arte culinária (séculos XVI-XVIII). In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Orgs.). *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 640-655.

GABLER, Hans Walter. Argument into design: editions as a sub-species of the printed book. In: GABLER, Hans Walter. *Text genetics in literary modernism and other essays*. Cambridge: Open Book Publishers, 2018. Disponível em: <https://books.openedition.org/obp/5483>. Acesso em: 25 jul. 2025.

GALVÃO, Marcio Antônio Moreira. *Origem das Políticas de Saúde Pública no Brasil: do Brasil-colônia a 1930*. Caderno de textos do departamento de ciências médicas da escola de farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2009. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/origem_politicas_saude_publica_brasil.pdf. Acesso em 26 mai. 2024.

GOUBERT, Jean-Pierre. Família e saúde na França do século XVIII ao século XXI. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.*, São Paulo, v. 17, n. 3, dez. 2007. p. 147-153. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822007000300015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 29 mai. de 2024.

HYMAN, Philip; HYMAN, Mary. Os livros de cozinha na França entre os séculos XV e XIX. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Orgs.), *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 625-637.

KARLS, Thaina Schwan. *Comida, bebida e diversão: uma análise comparada do perfil de restaurantes e confeitarias no Rio de Janeiro do século XIX (1854-1890)*. Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

KARLS, Thaina Schwan. O Rio de Janeiro à mesa: A alimentação nos restaurantes e confeitarias do século XIX (1854-1890). *Revista de História*. n. 78, 2019. p. 1-28.

LAURIOUX, Bruno. Cozinhas medievais (séculos XIV e XV). In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Orgs.), *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 447-464.

LECLERCQ, Pierre. Les grands mythes de la gastronomie: Aux origines de la mayonnaise. [Entrevista concedida a] Sophie Moens. *Les grands mythes de la gastronomie*. Liège, set. 2018. Disponível em: https://www.news.uliege.be/cms/c_10547150/en/les-grands-mythes-de-la-gastronomie-aux-origines-de-la-mayonnaise. Acesso em: 26 abr. 2024.

MAGALHÃES, Sonia Maria de. O cozinheiro popular, a Livraria Quaresma e a divulgação da culinária brasileira no início do século XX. *História Unisinos*. v. 23, n. 2, maio, 2019, p. 270-283. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5798/579865456012/579865456012.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. *Civilidade, distinção e identidade nacional nas páginas do Cozinheiro Imperial (1840)*. Caderno de Resumos do II Simpósio Internacional de Pesquisa em Alimentação. v.1, n. 2, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999.

SANTANA, Liviane Gomes Ataíde. “Cozinheiro imperial” e “cozinheiro nacional”: um estudo léxico-semântico da gastronomia brasileira do século XIX. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Estadual de Feira de Santana, Novo Horizonte, 2016.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *A Gastronomia francesa: da Idade Média às novas tendências culinárias*, 2010. Disponível em: <http://www.historiadaalimentacao.ufpr.br/grupos/grupos.htm>. Acesso em: 02 maio 2024.

SILVA, Paula Pinto. *Farinha, feijão e carne-seca*. Um tripé culinário no Brasil colonial. São Paulo: Editora Senac, 2005.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História comparada: olhares plurais. *Revista de História Comparada*. v. 1, n. 1, jun. 2007. p. 1-23.

WÄTZOLD, Tim. *Proclamação da Cozinha Brasileira como parte do processo de formação da identidade nacional no Império Brasileiro – 1822-1899*. Trad. Juliane Pereira da Costa. Belo Horizonte: TCS Editora, 2012.

Artigo recebido em 05/11/2024

Aceito para publicação em 22/07/2025

Editor(a) responsável: Felipe Camargo

¹ Esta é a edição digitalizada a que tivemos acesso, a qual está disponível para consulta na Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3828>

² Gallica é a biblioteca digital da Biblioteca Nacional da França. O arquivo está disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k110705g/f3.image>. Trata-se da primeira edição.

³ Informação disponível no site da Alde, a primeira casa de leilões francesa especializada em livros, autógrafos e moedas: <https://alde.fr/fr/livres-anciens/gastronomie/le-cuisinier-imperial-ou-l-art-de-faire-la-cuisine-et-la-patisserie-pour-toutes-les-fortunes-4cd09> [tradução nossa]

⁴ Será mantida a grafia da época em todo o artigo.

⁵ Lei de 16 de dezembro de 1830 em seu Título III, dos crimes contra a propriedade, artigo 261: “Imprimir, gravar, lithographar, ou introduzir quaesquer escriptos, ou estampas, que tiverem sido feitos, compostos, ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes viverem, e dez annos depois da sua morte, se deixarem herdeiros. Penas — de perda de todos os exemplares para o autor, ou traductor, ou seus herdeiros; ou na falta delles, do seu valor, e outro tanto, e de multa igual ao tresdobro do valor dos exemplares.” Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 13 maio 2024.

- ⁶ Lucas Rigaud, em *O Cozinheiro Moderno*, reprovou totalmente o livro de Domingos Rodrigues: “é tão defeituoso, que sem lhe notar os erros, e improbidades em particular, se deve rejeitar inteiramente como inútil e incompatível com os ajustados ditames da mesma arte”. Disponível em: <https://purl.pt/22625>. Acesso em: 15 maio 2024.
- ⁷ Informações disponíveis em: <https://recettesahistoires.com/2023/01/12/du-marais-a-lassiette-le-celeri/>. Acesso em: 22 abr. 2024 [tradução nossa].
- ⁸ Retirado de: <https://www.peterharrington.co.uk/le-cuisinier-imperial-145411.html>. Acesso em 08 de maio 2024 [tradução nossa].
- ⁹ Do francês, *potage*. Fatias do pão molhado no caldo; sopa, caldo, guisado de hortaliças, de peixe e de carnes. Ver: <https://www.museuvirtualdalusofonia.com/glossario/potaje-potagem-potagem/>. Acesso em: 19 maio 2024.
- ¹⁰ Mistura de guisado e sopa espessa, originária dos Pirineus. Retirado de: <https://institutdugoutnouvelleaquitaine.fr/gouts-territoires?view=article&id=75&catid=10>. Acesso em: 17 maio 2024 [tradução nossa].
- ¹¹ Do francês, *panade*. Sopa feita com pão fervido em leite, adicionado de manteiga. Ver em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/panade/57543>. Acesso em: 19 maio 2024 [tradução nossa].
- ¹² Peixe achatado, espécie de solha. Ver mais em: Denominações comerciais. Disponível em: https://fish-commercial-names.ec.europa.eu/fish-names/species/limanda-limanda_pt#ecl-accordion-header-distrib-habitat. Acesso em 22 de maio 2024.
- ¹³ Pode referir-se às espécies cabra-vermelha, cabra-morena ou cabra-lira. Ver mais em: Manual de Identificação de Peixes Ósseos da Costa Continental Portuguesa. Disponível em: https://www.ipma.pt/export/sites/ipma/bin/docs/publicacoes/pescas.mar/MI_peixes.osseos.costa.cont.portuguesa.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.
- ¹⁴ Não há tradução para o português.
- ¹⁵ “O galeirão é um pássaro que quase sempre vive no mar ou nas lagoas, onde mergulha até ao fundo, para procurar peixes miúdos, marisco e outros insectos de que se nutre; e como participa da natureza do peixe, o seu uso é permitido na quaresma” (Cozinheiro Imperial, 1887, p. 172). Isso explicaria a presença de uma ave na seção de peixes e mariscos.
- ¹⁶ Nos oitocentos, as regras de etiqueta e civilidade já se encontravam bastante difundidas na Europa. Segundo Elias (1994), ao fim do século XVIII, pouco antes da revolução, a classe alta francesa adotou mais ou menos o padrão à mesa, que aos poucos seria considerado como natural por toda a sociedade civilizada. Ver mais no livro de Norbert Elias, *O Processo Civilizador* volume 1: Uma História dos Costumes 2.ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ¹⁷ Neste artigo, nos limitaremos a analisar o enunciado das receitas. Seus ingredientes e modo de preparo serão temas de trabalhos futuros.
- ¹⁸ Frase atribuída a Hipócrates, médico grego.
- ¹⁹ Evolução Institucional da Saúde Pública. Ministério da Saúde. Brasília, 1979. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_06.pdf. Acesso em: 27 maio 2024.
- ²⁰ Doenças como cólera, peste bubônica, febre amarela, varíola e as chamadas doenças de massa — isto é, doenças infecciosas e parasitárias, como tuberculose, hanseníase e febre tifoide. Retirado de: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/curso_basico_vigilancia_epidemiologica_mod1_unid1.pdf. Acesso em: 27 maio 2024.
- ²¹ “Deve-se evitar usar porco escrofuloso, é uma comida insalubre; a carne é salpicada de marcas brancas ou rosadas glandulares; a digestão é difícil: por isso não usamos muita carne de porco na cozinha, e na mesa fazemos bem pouca festa quando é servida” (Viard, 1806, p. 195, tradução nossa).
- ²² Cozinha: pratos salgados; confeitaria: doces; copa: sorvetes e decorações de açúcar para enfeitar a mesa dos banquetes. Ver Hyman e Hyman (1998).
- ²³ La consommation, de Fabrice Nodé-Langlois e Laurence Rizet. Disponível em: <https://media.electre-ng.com/extraits/extrait-id/1a13090a8feba0f75790dfa1624720a169774a9030f302508e229149fbfcc4a3.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024 [tradução nossa].
- ²⁴ O número das páginas refere-se à numeração do arquivo em pdf dos livros, para facilitar a localização.
- ²⁵ “Descascadas as cebolas, você as corta ao meio; depois corta a cabeça e a cauda para evitar a pungência da cebola. Antes de colocar as cebolas cortadas em fatias na sua caçarola, você derrete um quarto de manteiga; (mais ou menos conforme o tamanho da sopa) você frita ou chamosca sua cebola até que fique bem dourada, adicione água suficiente para a sua sopa, tempere com sal e pimenta fina e deixe ferver por quinze minutos. Despeje o caldo sobre o pão e sirva sua sopa.” [tradução nossa].
- ²⁶ “Tenha uma língua de boi; esmague duas onças de salitre; esfregue bem por toda parte; coloque-a em uma terrina com tomilho, louro, manjerição, grãos de pimenta; coloque dois grandes punhados de sal na água fervente; quando o sal estiver dissolvido e a água esfriar, despeje sobre sua língua, e deixe na salmoura por cinco ou seis dias ou mais; se tiver tempo, antes de cozinhar, deixe de molho por duas horas; branqueando; coloque em uma assadeira com um quarto da salmoura, tomilho, louro, manjerição, grãos de

pimenta, duas cenouras, duas cebolas, três cravos-da-índia, duas canecas de água, sal; cozinhe por duas horas, retire do fogo; deixe esfriar no próprio tempero” [tradução nossa].

²⁷ Nitratos e nitritos são aditivos alimentares muito utilizados em produtos cárneos por contribuírem para fixação da cor avermelhada da carne curada, o que é desejável do ponto de vista sensorial, além de possuírem ação bacteriostática. Maiores informações em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/22nitritos_nitratos.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

²⁸ Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes e Silva. Verbete encarnado (p. 486). Disponível em: <https://archive.org/details/diccionariodaln00mora/page/n3/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 01 jul. de 2024.

²⁹ O cardápio pode ser consultado em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or58_1_6A/or58_1_6A.pdf. Acesso em: 15 de jun. 2024.

UN SECRETO A VOCES: Los Campos De Concentración en El Cine Durante La Segunda Guerra Mundial

AN OPEN SECRET: Concentration Camps in Film During World War II

Lior Zylberman¹

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo examinar cómo caracterizado el campo de concentración nazi en una serie de películas durante los años del nazismo. Se ha discutido enormemente la manera en que el cine ha representado el Holocausto, creando lo que algunos autores han denominado el “imaginario genocida”, pero los trabajos sobre la producción cinematográfica durante los años previos, durante los años de la Segunda Guerra Mundial, suelen tener un menor espacio de discusión. De este modo, este texto se propone explorar la representación de los campos de concentración durante los años del nazismo en un determinado corpus de películas. Con estas, se indagará qué imaginario sobre los campos forjan como también qué narrativas o motivos narrativos presentan.

Palabras clave: Campo de concentración, Nazismo, Segunda Guerra Mundial, Cine, Imaginario.

Abstract: This paper aims to examine how Nazi concentration camps were portrayed in a series of films produced during the Nazi period. While there has been extensive discussion on how cinema has represented the Holocaust — creating what some authors have called the “genocidal imaginary” — studies focusing on film production from that period, specifically during World War II, have usually received less attention. This study, therefore, seeks to explore the representation of concentration camps in a specific corpus of films from that era. Through these works, we investigate the imaginaries they construct about the camps, as well as the narratives and recurring motifs they present.

Keywords: Concentration camp, Nazism, World War II, Cinema, Imaginary.

Presentación

A partir de 1944, con la avanzada de la Unión Soviética en territorio europeo oriental, comenzaron a conocerse imágenes de los campos de exterminio nazi. La prensa escrita — como el ensayo de Vasili Grossman *El infierno de Treblinka* —, el fotoperiodismo — como bien ha presentado Barbie Zelizer (1998) — o el cine — *Majdanek — cmentarzysko Europy* (Aleksander Ford, 1944) — dieron cuenta de las características de esos sitios en los últimos meses de la contienda bélica. Ese horror pronto tendría una exposición mediática aún mayor a partir del registro fotográfico y cinematográfico de los campos de concentración liberados por los Aliados, volviéndose esas imágenes la base para nuestra memoria tanto sobre las atrocidades nazis como del Holocausto.

¹ Profesor en la Universidad de Buenos Aires y en la Universidad Nacional de Tres de Febrero. Investigador del CONICET con sede en el Centro de Estudios sobre Genocidio de la Universidad Nacional de Tres de Febrero. Doctor por la Universidad de Buenos Aires. Correo electrónico: liorzylberman@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3500-2781>.

Con el tiempo, las imágenes fueron extraviando su poder comunicacional en pos de una fuerza simbólica singular — el pasaje del recuerdo al olvido aludido por Zelizer en su basal obra — generando a su vez un imaginario sobre el Holocausto en particular como del genocidio en general (Torchin, 2007). A partir de la circulación de esas fotografías y los documentales producidos posteriormente con los registros de los Aliados, ese imaginario generó una operación particular en el conocimiento popular sobre los campos nazis: no solo se trastocaron y usaron imágenes de campos diversos para aludir a otros campos o a otros momentos del exterminio de los judíos — es decir, las imágenes de la liberación para dar cuenta del funcionamiento de dichos sitios en una etapa anterior o bien referirse al registro de Bergen-Belsen, por citar un caso, para describir Auschwitz — sino también que se generó una confusión — no menor — entre las características del campo de concentración y el campo de exterminio. En efecto, como señalan numerosos investigadores del nazismo, el campo de exterminio fue la “verdadera” invención del nazismo, tanto por la voluntad de exterminio como también la posibilidad de organizar racionalmente la muerte en términos industriales (Bauman, 1997; Hilberg, 2005); mientras que el campo de concentración era un espacio de confinamiento ya utilizado por otros países, al menos, desde el siglo XIX.

Se ha discutido enormemente en torno al conocimiento que la sociedad alemana en particular y el mundo en general poseía sobre los centros de exterminio antes de la finalización de la guerra; sin embargo, los campos de concentración en tanto espacio de confinamiento para aquellos que el Tercer Reich consideraba enemigos — políticos o raciales — del Tercer Reich eran conocidos por la sociedad desde los inicios del régimen.

El cine, en especial el producido en los Estados Unidos, se hizo eco de ese conocimiento y, luego de la entrada de aquel país en la Segunda Guerra Mundial, produjo una serie de películas de ficción donde el campo de concentración era uno de los escenarios donde se desarrollaba parte o alguna instancia de sus tramas. Si bien una vez finalizada la guerra se produjeron — y hoy en día se continúan realizando — numerosas películas sobre los campos nazis — de concentración y de exterminio —, me interesa reparar aquí en algunas películas que representaron los campos antes de 1945; es decir, en un momento en el cual el imaginario genocida¹ aún no existía. Sin dudas, esas representaciones se encuentran vinculadas de algún modo con el conocimiento que se tenían sobre esos sitios en aquella época y resulta sugerente pensar el modo en que estos espacios fueron incorporados a las narrativas de esas películas.

Así, en el marco de una investigación que llevo adelante sobre la representación del genocidio en el cine, interesándome en la actualidad a pensar cómo se han filmado

los espacios de exterminio, este texto tiene como objetivo pensar la manera en que han sido representados los campos de concentración en una serie de películas antes de la finalización de la guerra, cuando estos espacios se encontraban verdaderamente en funcionamiento. Me interesa así indagar el imaginario² que se fue configurando en torno a los campos y qué narrativas se construyeron en torno a estos.

Desde los inicios del régimen nazi, fue este mismo quien llevó adelante una tarea de propaganda para informar sobre ellos, dando así cuenta no solo de la existencia de los campos sino también de imágenes; asimismo, los primeros liberados — sobre todo opositores políticos — brindaron en su época testimonio sobre los campos, permitiendo no solo denunciar el sistema de campos de concentración nazi sino también imaginarlos³.

No me interesa pensar únicamente los grados de “semejanza” de las representaciones que hacen estas películas sino focalizarme a partir del binomio espacio y terror. Efectivamente pretendo analizar cómo se han representado esos espacios contrastándolos con su lógica de uso, es decir de su vínculo con la violencia y el terror; en otras palabras, el uso del campo de concentración como herramienta del terror.

El propósito con este texto no es llevar adelante un recorrido historiográfico sobre la representación de los campos nazis en el cine ni tampoco alcanzar una exhaustividad. Producidas por grandes estudios o por los del *poverty row*⁴, el corpus elegido será entonces un muestrario que no pretende ser la totalidad de las películas sobre el tema, pero sí, creo yo, alcanzarán para dar cuenta sobre el conocimiento de los campos de concentración en su momento, siendo este una especie de secreto a voces, lugares clandestinos, al margen de la ley, pero que prácticamente sus características eran por demás conocidas.

Campo de concentración y campo de exterminio

Excede a los objetivos de este trabajo efectuar una pormenorización de la historia de los campos de concentración nazis ya que existe numerosa bibliografía al respecto; por lo tanto, en lo que sigue realizaré un recorrido más bien breve y esquemático que servirá para caracterizar mínimamente el objeto de estudio.

Los campos de concentración se erigieron en Alemania en los primeros meses del nazismo en el poder; para inicios de 1933, dichos campos tenían como fin la confinación de los opositores sin juicio previo. Cuando todavía el nazismo no poseía el poder absoluto, los campos eran lugares de “régimen de custodia” (Wachsmann, 2015, p. 164-165) para opositores políticos, ideológicos y lo que los nazis entendían como antisociales. Con el

tiempo, los campos se volvieron una red, un verdadero sistema que fue evolucionando con los años cumpliendo así un rol nodal dentro del régimen.

Resulta común confundir e incluso utilizar como sinónimos el campo de concentración con el de exterminio cuando en verdad cada uno tenía una función y razón de ser específica. Los campos de exterminio tuvieron un número más acotado y un uso singular: el exterminio de los judíos en el marco de la denominada Operación Reinhard (*Aktion Reinhard*) (Arad, 1987). Si bien el imaginario genocida sitúa a Auschwitz como el epicentro de las atrocidades nazi y del Holocausto, este campo fue más una excepción que la regla. Auschwitz fue tanto un campo de concentración, de exterminio y de trabajo no solo de (y para) judíos, iniciándose su historia años antes de que se tomara la decisión de implementar la Solución Final (Dwork y van Pelt, 1996; Rees, 2007).

Como señalan los investigadores del nazismo hubo en realidad diferentes tipos de campos, de los cuales el de concentración era sólo uno: los nazis erigieron campos de trabajo y de trabajos forzados, campos de exterminio, campos de tránsito y campos de prisioneros de guerra. Con el tiempo, sobre todo con el devenir de la Segunda Guerra Mundial, la distinción entre los campos de concentración y los campos de trabajo se hizo difusa, ya que en los de concentración se realizaban trabajos forzados (Zadoff, 2004, p. 179).

Las diversas historias sobre los campos han establecido una posible periodización para el estudio y análisis de sus usos, se trata de tres períodos con características particulares: 1933-1936, 1936-1942 y 1942-1945 (Zadoff, 2004, p. 178). El primer momento corresponde a la llegada del nazismo al poder y a su consolidación, aquí los campos de concentración fueron destinados principalmente a la detención de los adversarios políticos del Partido. En el segundo período (1936-1942), prácticamente todos los campos de concentración creados durante el primer período fueron desmantelados con la excepción de Dachau para construir nuevos y más grandes con el fin de alojar una mayor cantidad de prisioneros. Es también durante este período que comenzó la Segunda Guerra Mundial y que se establecieron campos de trabajo, de trabajos forzados y de “reeducción”. A finales de 1941 y comienzos de 1942, cuando los nazis adoptaron la política oficial de eliminación del judaísmo europeo, se construyeron campos de exterminio en Chelmno, Treblinka, Sobibor, Belzec, Majdanek y Auschwitz, todos ellos ubicados en la Polonia ocupada. A diferencia de los otros campos de exterminio, Auschwitz fue a la vez campo de concentración y de exterminio, siendo Birkenau su centro de exterminio y funcionando en el mismo complejo diversos subcampos que actuaban como campos de trabajos forzados. Durante el tercer período,

desde febrero de 1942 hasta el final de la guerra, los prisioneros de los campos de concentración fueron oficialmente obligados a trabajar en la industria bélica, produciendo armas y otros productos esenciales para la economía de guerra alemana.

Las condiciones de vida en los campos de concentración nazis variaron de período en período y de campo en campo. Entre 1933 y 1936, el trabajo, la comida y el alojamiento eran relativamente tolerables y la mayoría de los prisioneros permanecían detenidos sólo por un año aproximadamente. Durante el segundo período y los comienzos del tercero, muchos prisioneros murieron en los campos como resultado del tratamiento brutal que recibían, las duras condiciones de trabajo, la desnutrición, el hacinamiento y las enfermedades que de ello se derivaba. Para 1943, si bien se implementó la consigna “muerte por trabajo” las condiciones mejoraron relativamente ya que los nazis querían que los prisioneros trabajasen eficientemente en la industria de armamentos. Los prisioneros de los campos de concentración no tenían el menor poder de decisión, si un prisionero no obedecía una orden era severamente castigado con azotes, confinamiento, privación de alimentos o de otras formas: la tortura era, entonces, una práctica habitual.

Los campos y el terror

Los campos de concentración eran conocidos por la población alemana y mundial desde sus comienzos, la prensa alemana en general y la nazi en particular se hizo eco de estas instalaciones desde los primeros días del régimen. Si bien la prensa nazi publicaba información y fotografías sobre estos sitios en términos propagandísticos como verdaderos centros de rehabilitación, muchos de los prisioneros liberados pronto denunciaron las verdaderas condiciones de vida que en nada se parecían a las divulgadas por la prensa oficial.

Si los campos formaban parte del conocimiento cotidiano se debía a que así lo querían los nazis ya que, como señala Bruno Bettelheim, estos tenían como fin

aterrorizar a los susceptibles de oponerse a los nazis y también hacer que el terror al castigo cundiese entre la población alemana (...) así, desde el principio mantuvieron hasta cierto punto la ficción de que los campos se emplearían para reeducar a los que se oponían al régimen y destruir a los que se resistieron a tal reeducación (Bettelheim, 1981, p. 58).

El objetivo político y social de los campos de concentración consistía entonces en aterrorizar, empleando a este sitio como “un instrumento para controlar a toda la población”:

así, la existencia de campos de concentración donde se castigaba severamente a los que se oponían al régimen era objeto de amplia y frecuente publicidad, pero lo que ocurría en los campos sólo se sugería mediante insinuaciones destinadas a crear miedo (Bettelheim, 1981, p. 60).

Ya en su temprana investigación sobre los campos de concentración publicada originalmente en 1946, Eugen Kogon entendía a dicho sistema como una forma de “dominio por el miedo” (Kogon, 1965, p. 19). De este modo, lejos se debe estar de pensar a los campos de concentración como un fenómeno caótico o impulsivo, sino que, siguiendo la tesis que plantea Wolfgang Sofsky, estos deben ser analizados como un modo de “organizar el terror”, entendiéndolos como un sistema en el cual el terror se implementaba de manera metódica para deshumanizar, someter y destruir a los prisioneros (Sofsky, 2016). En consecuencia, en su análisis del sistema de campos de concentración, Sofsky detalla los modos en que el terror se enfocó a deshumanizar a las personas allí confinadas a través de la destrucción de la identidad — volviendo a los prisioneros en números o el uso de uniformes —, la dignidad — el aseo personal o la alimentación, por ejemplo — y la individualidad; así, la deshumanización conducía a que cualquier posibilidad de resistencia efectiva fuera eliminada.

El terror no era una mera sensación, sino que este se accionaba por medio de la violencia tanto sobre los cuerpos como también sobre las mentes, ya que, por medio de la violencia psicológica, argumenta Sofsky, se quebrantaba la voluntad de los prisioneros para crear así un ambiente de miedo constante; y para que el terror fuera efectivo, la violencia era ejercida de manera arbitraria, generando de este modo una sensación de incertidumbre y desesperación. En los primeros años del régimen, donde el campo de concentración no solo era conocido, sino que los prisioneros que sobrevivían a la violencia y al trabajo forzado eran liberados, el reintegro a la sociedad suponía también una táctica para desplegar el terror sobre el resto de la sociedad, funcionando así como una posible advertencia para “los de afuera”. Finalmente, es preciso mencionar que los campos, una vez degradada la SA (*Sturmabteilung*) en el aparato nazi, eran controlados y vigilados por la Lager-SS, una unidad de élite encargada únicamente de administrarlos y custodiarlos. Esta unidad, que utilizaba la *Totenkopf* (la calavera) en el uniforme, estaba compuesta por soldados seleccionados con un riguroso criterio y entrenados para realizar y soportar las tareas más duras en esos sitios.

En ese contexto, la posibilidad de fuga por parte de los prisioneros era imposible; eso no quita, desde ya, que no haya habido intentos e incluso algunos exitosos — como lo fue en el campo de Sobibor en 1943, por ejemplo, o el caso de Rudolf Vrba y Alfred

Wetzler quienes escaparon de Auschwitz en 1944 y proporcionaron un informe detallado sobre las cámaras de gas y los crematorios; sin embargo, la gran mayoría de los intentos de fuga fracasaron y los prisioneros recapturados fueron terriblemente torturados o asesinados a modo de castigo.

Con este breve recorrido, mi intención fue tratar de comprender en forma sucinta los campos nazis y advertir que de forma temprana estos eran conocidos tanto por su existencia como por su uso al tiempo que dispositivo político y social. Algunos de los aspectos recién mencionados serán puestos en tensión con las representaciones efectuadas por las diversas películas que se analizarán.

Hollywood y los (campos) nazi

Hasta el ingreso de Estados Unidos a la Segunda Guerra Mundial, las relaciones entre los estudios y productoras de Hollywood con la Alemania nazi resultaron ambivalentes. Por un lado, en lo que respecta a su carácter antisemita, los mogules de los grandes estudios no quisieron que sus producciones revelen sus orígenes judíos, ya que estos se consideraban estadounidenses antes que judíos, (Gabler, 1989); incluso accedieron a no hacer películas antinazis para no perder su cuota de mercado en Alemania y los países posteriormente ocupados⁵ a costa también de perder trabajadores — técnicos o actores — judíos. Por otro lado, como desarrolló Thomas Doherty (2013), en Estados Unidos existió una fuerte presión y lobby diplomático por parte de Alemania para detener cualquier producción crítica contra ese país. Así y todo, algunas productoras independientes lograron realizar algunas películas antinazis, siendo la Warner el primer gran estudio que finalmente decidió hacer una película explícitamente antinazi en 1939 con *Confessions of a Nazi Spy* (Anatole Litvak, 1939). El inicio de la Segunda Guerra Mundial torció la balanza, iniciando así una producción antinazi más extensa volviéndose mayor luego del ataque a Pearl Harbor por parte de Japón y la entrada de los Estados Unidos al conflicto bélico. De este modo, a partir de 1942 no solo Hollywood hizo películas antinazis, sino que el propio gobierno activó un sistema de propaganda dentro del cual el cine tuvo un lugar central (Harris, 2014).

Si bien trabajos como los de Doherty o de Jeremy Hicks (2012), uno de los más considerados en torno a los primeros films sobre el Holocausto, han posado su mirada en la persecución de los judíos antes de la finalización de la guerra, en estos la representación de los campos de concentración no ha sido del todo expuesta. En lo que sigue, presentaré

algunas observaciones en torno a una serie de películas que expusieron en la pantalla los campos a partir de las consideraciones antes mencionadas.

*Hitler en el título*⁶

La primera producción de Producers Releasing Corporation, el más pequeño y menos prestigioso de los estudios de Hollywood, fue *Hitler – Beast of Berlin* (Sherman Scott, 1939), que para su primer estreno tuvo que quitar el nombre del Canciller del título para no ofender a los alemanes. Dirigida por Sam Newfield bajo el seudónimo de Sherman Scott, la película narra la historia Hans Memling quien forma parte de un movimiento de resistencia antinazi; por una delación, Hans es encontrado y enviado a un campo de concentración. Sometido a torturas y a trabajos forzados, logrará fugarse para reencontrarse con su esposa y continuar militando contra el nazismo.

Realizada con un magro presupuesto — la PRC fue uno de los exponentes de los estudios del *Poverty Row* —, la película se alza con un discurso antinazi y un llamado a la resistencia que será característico de las películas de este corpus. Filmada cuando todavía la guerra en Europa no se había desatado, la película expone al nazismo controlando y patrullando a la sociedad toda como también su violencia en su intento de acallar a toda voz disidente y opositora. En forma paralela, se nos muestran formas de resistencia y militancia clandestina contra el régimen a partir de la organización de la que Hans es miembro, que se dedica, entre otras cosas, a la impresión y difusión clandestina de panfletos de denuncia. Con ello, sugiere que, a pesar de su carácter totalitario, el nazismo no tiene el apoyo completo de la sociedad alemana y que existe la posibilidad de organizarse contra este.

En ese marco, la violencia es expresada a partir del fuera de campo, por medio del sonido o con el uso de sombras, como podemos ver en la Figura n° 1. En esa escena, Albert, quien forma parte de las SS pero se ha sumado al grupo resistente, presencia una sesión de tortura a la que someten a un compañero resistente: en la película, el nazismo no tiene un lado “amable” sino que es pura brutalidad y violencia. Albert no tolerará dicha violencia y, en escenas siguientes, bajo los influjos del alcohol, terminará delatando a Hans, que será detenido y llevado a un campo de concentración.

Este campo de concentración sin nombre se ubica a las afueras de la ciudad, en medio de un descampado, al cual se accede pasando una tranquera — Figura n° 2: aquí, las rejas de alambre de púa no forman parte del imaginario. Los detenidos son llevados a unas barracas — Figura n° 3 — que parecen tener extractores de aire — seguramente

debido a las locaciones que la productora pudo encontrar para filmar —, más allá de ello — a los nazis no les importaba la calidad del aire en las barracas —, lo cierto es que en esta película se coloca a la barraca como espacio de confinamiento de los detenidos. Aunque con cierto espacio en las cuchetas para que los prisioneros puedan acostarse sin tener que compartir la cama — Figura n° 4 —, la iluminación oscura sugiere que las condiciones de vida allí no serán óptimas: un espacio oscuro, lúgubre e incluso sórdido.

A pesar de que en los primeros momentos en el campo los prisioneros mantienen su vestimenta, pronto se inicia el proceso de deshumanización haciéndoles vestir el uniforme del campo — Figuras n° 5 y 6 —, posteriormente ese trato inhumano continuará en el marco de los trabajos forzados en el campo que los prisioneros deberán hacer — Figura n° 8.

A pesar de la forma precisa en que el campo es representado, en las escenas que transcurren en su interior, *Hitler – Beast of Berlin* no alcanza a dimensionar a este sitio como un dispositivo de terror, incluso, como se verá, gran parte de las películas del corpus fallarán en esta cuestión. Esto se puede apreciar a partir de dos situaciones — que representan tres imaginarios — que resultan insostenibles en un sistema que hacía del terror su principal insumo, me refiero a las visitas y a la fuga. En *Hitler – Beast of Berlin*, el primer imaginario al que me quiero referir se constituye cuando Hans y otros prisioneros son visitados por sus esposas y familiares como si fuera una visita “normal” de cárcel — Figura n° 7; para la trama de la película, este encuentro le permite a Hans conocer y discutir detalles de su fuga — ellos hablan, desde ya, en forma codificada para que los guardias de las SS no se enteren. El imaginario que irán erigiendo estas películas emparenta al campo de concentración con una prisión, una prisión, quizá, con características más duras en cuanto al trato pero que bridan ciertas garantías — como las visitas o comidas.

El segundo imaginario es la fuga. En esta película, mientras Hans trabaja en un campo, se evade simplemente corriendo, logrando esconderse en una carreta que transporta heno, para reencontrarse posteriormente con su esposa en Suiza y continuar la resistencia antinazi. En este film, la fuga es fácil de organizar y de realizar.

El tercer imaginario, que en parte se desprende del segundo, se vincula con la representación de los nazis, más específicamente de los guardias nazis. En escenas previas, los vemos como violentos, aunque organizados y eficientes en términos de trabajo de inteligencia, son astutos y también cultos. Sin embargo, habiendo caracterizado antes brevemente a los Lager-SS, en estas películas son representados como torpes,

descuidados y con mala puntería. Así, las fugas son posibles no solo por la destreza de los prisioneros sino también por ineptitud de los SS.

Figuras 1 al 8 – Escenas de *Hitler – Beast of Berlin*



Fuente: Capturas de *Hitler – Beast of Berlin*, 1939 © Producers Pictures Corporation.

Hitler – Dead or Alive es una película de 1942, dirigida por Nick Grinde y producida por Ben Judell. Si bien fue distribuida por Charles House Productions, esta película tiene un estrecho vínculo con *Hitler – Beast of Berlin* ya que ambas fueron hechas producidas por Judell, el emprendedor del estudio Producers Releasing Corporation. En ese sentido, la película de Grinde seguirá ciertas características y decisiones estéticas vinculadas, seguramente, con el acotado presupuesto que insumió esta película, aunque su espíritu propagandístico le dará un tono exagerado, bordeando lo cómico e, incluso, lo absurdo⁷.

La trama se desarrolla en los inicios de la Segunda Guerra Mundial, cuando un empresario ofrece una jugosa recompensa a quien logre traer a Adolf Hitler, vivo o muerto, para ser enjuiciado. Un grupo de gánsteres, quienes cumplieron condena en la prisión de Alcatraz, se ofrecen a llevar adelante la misión. Liderados por Steve Maschick, y tras secuestrar un avión, la banda llega a Alemania, pero pronto son descubiertos y llevados a un campo de concentración. De allí logran fugarse, y haciéndose pasar por un grupo de músicos — y ayudados por una mujer resistente — logran infiltrarse en el círculo de Hitler, a quien lo secuestran. Mientras los soldados intentan ingresar y liberar a su líder, Steve le afeita el bigote a Hitler, pareciendo ahora un hombre “común”. Eso hará que los soldados no lo reconozcan y lo detengan como parte de la banda. Al llevarlos afuera, Hitler tratará de escapar, pero recibirá un disparo de un soldado; posteriormente, Steve, único sobreviviente de la banda, es fusilado, dando antes un acalorado discurso patriótico llamando a la resistencia.

Si bien esta película puede ser analizada desde diversas perspectivas, quisiera detenerme solamente en la secuencia del campo de concentración. Una vez detenidos, la banda es llevada a Dachau — Figura n° 9 —, un campo de concentración que previamente había servido como fábrica de pólvora y que conservaba, en sus inicios, algunas edificaciones de la fábrica. Quizá se haya elegido ubicar la acción de la película en ese campo por, al menos, dos razones: por un lado, porque toman un campo conocido en ese momento; por el otro, al ser un sitio conocido y poder así traerlo a la acción de la película, existía cierto imaginario sobre el campo de concentración en su época. De hecho, en la Figura n° 10 podemos ver una foto difundida por la propaganda oficial nazi en la cual arriba el primer transporte de prisioneros al campo. Notamos así que la película de Grinde, en su representación, mantiene el carácter fabril de su puerta de ingreso, pero con un gran cartel que anuncia “Konzentrationslager Dachau”, con ello, en consecuencia, el espectador no podrá negar el destino de los prisioneros. Ahora bien, el campo nunca tuvo ese enorme cartel, sino que con las sucesivas remodelaciones se le sumarán torres de

vigilancia y en su entrada el águila nazi con su respectiva esvástica. Asimismo, al igual que en la película anterior, aquí tampoco el alambre de púa forma parte de la locación, restándole así al sitio su carácter pavoroso, que al ser filmado de día también se disminuye su imagen sombría.

Figura 9 –
Escena de *Hitler – Dead or Alive*



Fuente: Captura de *Hitler – Dead or Alive*, 1942 © Ben Judell.



Fuente: Captura de *Hitler – Dead or Alive*, 1942 © Ben Judell.

Figura 10 –
Campo de concentración de Dachau.
Primer transporte de prisioneros frente a
la portería de la antigua fábrica
22 de marzo de 1933



Fuente: Disponible en: <https://www.kz-gedenkstaette-dachau.de/es/sitio-historico/campo-de-concentracion-1933-1945/>. Fecha de acceso: 01 feb. 2025.

Figura 12 –
Prisioneros de camino al reparto de
comida en el primer campo, foto
propagandística de la SS



Fuente: Disponible en: <https://www.kz-gedenkstaette-dachau.de/es/sitio-historico/campo-de-concentracion-1933-1945/>. Fecha de acceso: 01 feb. 2025.

Figuras 13 y 14 – Escenas de *Hitler – Dead or Alive*



Fuente: Capturas de *Hitler – Dead or Alive*, 1942 © Ben Judell.

Por otro lado, en la Figura n° 11 vemos dos elementos que nos llaman la atención. Primero, el uniforme que lleva la banda luego de ser confinados en el campo se asemeja al uniforme utilizado en la película anterior, sugiriendo así una vestimenta más propia de una prisión y contrastando de este modo con el imaginario genocida actual, que refiere al uniforme a rayas. Sin embargo, al observar fotos de propaganda nazi de la época — Figura n°12 —, podemos apreciar que los uniformes de los prisioneros — entendamos que quizá se trata de una puesta en escena nazi — están más próximos a la película de Grinde que a nuestro imaginario genocida. Pese a ello, lo que sí contrasta vigorosamente con la realidad del campo de concentración es su puesta en escena: la banda se encuentra cómodamente sentada en una mesa, finalizando una comida abundante. Asimismo, en la pared vemos la proyección de una sombra, la sombra de los barrotes de la cárcel. De este modo, en *Hitler – Dead or Alive* también se forja el imaginario del campo de concentración como prisión; así, aquí también el campo no es representado en su dimensión terrorífica sino meramente reclusiva. De hecho, como se ve en la Figura n°13, la banda será espiada a través de un micrófono para nada oculto el cual Steve neutralizará con abundante puré de papas. Decididos a escapar — Figura n°14 — Steve llamará a un guardia al cual neutralizará, le quitará la llave y saldrán de la prisión; luego atacarán a otros SS y se harán de sus uniformes para finalmente escapar del campo. Como en la película anterior, se repite la representación de los guardias del campo como torpes y necios, y, lógicamente, con mala puntería; también se insiste con la posibilidad de concretar una fuga, que esta es posible. De hecho, si Steve muere en acción no es debido al campo — o a su intento de fuga — sino por su lucha contra Hitler — en este caso, cuerpo a cuerpo con el Canciller — y su espíritu resistente, olvidándose así de la

recompensa que había iniciado todo el periplo. En consecuencia, en el marco de la Segunda Guerra Mundial, la película finaliza con un llamamiento a la resistencia y al sacrificio en pos de la libertad.

La fuga del campo

Como señalara antes, la fuga del campo de concentración fue un motivo recurrente en las narrativas de las películas del corpus. Además de las dos trabajadas en la sección anterior, en *They Raid by Night* (1942, Spencer Gordon Bennet), otra película producida por PRC, también podemos observar una secuencia similar. En esta ocasión, se trata de unos comandos británicos que deben infiltrarse en Noruega para rescatar a un general apresado por los nazis para que lidere la resistencia en aquel país.

Con esa premisa, una vez en Noruega y luego de sortear traiciones y a la Gestapo, logran hacerse de uniformes e ingresar a un campo para liberar al General Heden. Si bien en la película no se explicita qué tipo de campo es — en Noruega se erigieron campos de prisioneros de guerra no así de concentración —, en términos narrativos y de puesta en escena vemos una continuidad con las películas anteriores. En esta oportunidad, el desacople con el imaginario del campo es excesivo, el campo no remite a ninguna imagen que circulara en la época ni, mucho menos, al imaginario genocida posterior. Una simple reja a modo de portón separa al campo de la sociedad y un solo guardia cuida el ingreso — Figura n°15 —, no hay alambrado de púa ni torres de vigilancia. Su interior son pasillos y corredores con paredes blancas y con buena iluminación — no hay nada lúgubre aquí —. Una vez que hallado el General, huyen abriéndose paso a los tiros — Figura n°16 —. Más allá de su irrisoria puesta en escena — condicionada sin dudas por su bajísimo presupuesto —, lo cierto es que vemos las dos características — motivos narrativos antes mencionadas: la fuga es posible — incluso “sencilla” como en esta película —, los guardias nazis son incompetentes y poseen mala puntería.

Figuras 15 y 16 – Escenas de la secuencia de fuga en *They Raid by Night*



Fuente: Capturas de *They Raid by Night*, 1942 © Producers Releasing Corporation.

Unos años después, y con mayor presupuesto, la Metro Goldwyn Mayer estrenaría *The Seventh Cross* (Fred Zinnemann, 1944). Basada en la novela de la escritora alemana Anna Seghers, la película sigue a siete prisioneros que escapan de un campo de concentración, siendo uno de ellos, George Heisler, un judío; a medida que los prisioneros intentan evadir la captura, la Gestapo los persigue implacablemente. El título hace referencia a las siete cruces que el comandante del campo manda a erigir para colgar a los fugitivos como advertencia para otros prisioneros. Uno a uno, los prisioneros son capturados y ejecutados, dejando las cruces vacías como un símbolo amenazador. Sin embargo, George Heisler luchará por su vida, enfrentándose a la desconfianza y prejuicio de la población alemana.

De la película me interesa únicamente traer las primeras escenas, las de la fuga, para ver cómo hay una modificación sustancial en el imaginario. Ante todo, como vemos en las Figuras nº17-19, la acción transcurre de noche, logrando así que la iluminación brinde una noción lúgubre y de terror al campo como ninguna de las películas anteriores lo había hecho. No se ven las barracas, pero sí el alambrado de púa que rodea el campo; asimismo, hay torres de vigilancia con poderosos reflectores. De este modo, esta película de 1944 representa al campo de la manera en que se fijará posteriormente en el imaginario genocida. Si bien la trama de la película se asienta en el motivo de la fuga, la fuga del campo como posibilidad exitosa, en esta ocasión, su desarrollo explicita las consecuencias, mostrando a los nazis ya no como torpes sino como despiadados, terroríficos e implacables. Así y todo, en el marco de la guerra su mensaje propagandístico sugiere que efectivamente las fugas pueden ser exitosas, inyectando así sentimientos de resistencia y de solidaridad.

Figuras 17 y 19 – Imágenes de la secuencia de fuga en *The Seventh Cross*



Fuente: Capturas de *The Seventh Cross*, 1944 © Loew's.

Las visitas y un poco de humor

Había indicado que en *Hitler – Beast of Berlin* tiene lugar una escena en la que el protagonista es visitado por su esposa mientras él está confinado en el campo de concentración. Una escena similar la encontramos en *The Mortal Storm* (Frank Borzage, 1940): el profesor Viktor Roth, un no ario, es detenido y enviado a un campo de concentración; allí confinado, su esposa irá a visitarlo.

La película de Borzage es considerada como la primera película de un gran estudio — la MGM — que da cuenta del antisemitismo nazi (Goldman, 2013, p. 50), aunque omitiendo la palabra “judío” para señalar a la familia Roth como “no aria”. Aunque la película no se concentra en la experiencia concentracionaria sino en el impacto de la llegada del nazismo en una familia alemana, lo cierto es que la secuencia en la que representa el campo de concentración posee elementos sugerentes.

También presentada de noche, la iluminación le da al campo un aspecto tenebroso; además, aquí no hay muros y paredones sino alambrados y torres de vigilancia, sumando los reflectores una sensación de miedo y de vigilancia extrema — Figura nº20. Una vez

allí, Emilia logra ingresar para ver a su marido, allí atraviesa un corredor — Figura nº21 — y se horroriza por lo que ve: detrás del alambrado están los prisioneros realizando trabajos forzados en condiciones de extrema precariedad. Estas secuencias son realmente potentes ya que alcanzan a mostrar el campo de concentración en toda su magnitud; sin embargo, el encuentro con su marido — improbable en el sistema concentracionario nazi — le resta potencia al emparentar el campo con una prisión. Pese a ello, nótese en la Figura nº22 que el profesor Roth en vez de usar el uniforme con la Estrella de David amarilla, viste un uniforme negro — un color diferente respecto a los que están haciendo el trabajo forzado en la imagen anterior — que le permite resaltar un brazalete con la letra J. Así, aunque todavía la Solución Final no se había implementado, la película deja entrever el trato y persecución a los judíos, vaticinando el destino que luego será conocido: el profesor Roth morirá en el campo de concentración.

Figuras 20 y 21 – Escenas de *The Mortal Storm*



Fuente: Capturas de *The Mortal Storm*, 1940 © Loew's.

Figura 22 –
Escena de *The Mortal Storm*



Figura 23 –
Escena de *Once Upon a Honeymoon*



Fuente: Captura de *Once Upon a Honeymoon*, 1942 © RKO Radio Pictures.

Fuente: Captura de *The Mortal Sorm*,
1940 © Loew's.

Figura 24 –
Escena de *Once Upon a Honeymoon*



Fuente: Captura de *Once Upon a Honeymoon*, 1942 © RKO Radio Pictures.

Figura 25 –
Escena de *To be or not to be*



Fuente: Captura de *To be or not to be*, 1942 © Romaine Film Corporation.

Unos años después Leo McCarey dirigirá la comedia *Once Upon a Honeymoon* (1942) protagonizada por Cary Grant y Ginger Rogers. En los días previos al inicio de la Segunda Guerra, Katherine Butt-Smith se está por casar con el barón Von Luber; sin embargo, el enlace se va posponiendo ya que el novio debe viajar constantemente por asuntos de trabajo — viaja a Austria, Checoslovaquia y Polonia, países que, justamente, son invadidos por el nazismo luego de la llegada de Von Luber. El periodista Pat O'Toole sospecha de la tarea del barón, pensando que en verdad es un agente nazi y tratará de obtener información por parte de Katherine.

Entre las situaciones de enredos y el doble sentido en los diálogos, Katherine y Pat son detenidos y enviados a un campo de concentración. Aquí los prisioneros mantienen su vestimenta y aunque el lugar es representado en forma lúgubre — Figura n°23 —, el campo es mostrado como un lugar de detención y encierro antes que con las características de un campo de concentración. Quizá lo más sugerente sea el guiño que hace Pat al leer sobre los experimentos sobre fertilización y castración que llevan adelante los nazis, dándonos a entender que tanto los experimentos con humanos por parte de los nazis como su programa de eugenesia eran conocidos en aquella época. Si bien la película no se propone denunciar el sistema de los campos sino más bien presentar una comedia romántica en el contexto de la guerra⁸, el campo es representado como un lugar con

posibilidad supervivencia, el cual puede ser visitado e, incluso conseguir rápidamente un salvoconducto para salir de allí. En efecto, en su breve estancia en el campo, la pareja recibe la visita del cónsul de los Estados Unidos quien los libera del encierro. Con todo, quizá lo interesante de la película de McCarey no sea la representación del campo sino el hecho de que el campo de concentración emerja en una narrativa cómica.

De manera semejante ocurre con una película contemporánea a *Once Upon a Honeymoon*, me refiero a *To be or not to be* (Ernst Lubitsch, 1942). La comedia se desarrolla en torno a una pareja de actores, Joseph y Maria Tura, que forman parte de una compañía teatral. Pronto se verán envueltos en una operación de espionaje contra los nazis, haciéndose pasar los Tura junto a sus colegas por oficiales nazis para salvar a sus compatriotas polacos. A pesar de haber obtenido críticas negativas en el momento de su estreno, hoy en día es considerada no solo como una de las obras maestras de Lubitsch sino también como una de las mejores comedias de la historia del cine (García López, 2005). No me detendré en el desarrollo de la trama, pero para el objetivo de este trabajo es necesario subrayar dos cuestiones en torno a esta película: la primera, la manera en que los campos de concentración son tomados como material para el humor; la segunda, derivada de ello, es remarcar, nuevamente, el conocimiento sobre la existencia de los campos de concentración en la época. Así, este espacio emerge, por ejemplo, cuando Tura le comenta al Coronel Ehrhardt, interpretado por Sig Ruman, que “lo llaman ‘Campo de Concentración’ Ehrhardt”, el nazi socarronamente responderá “Sí. Nosotros hacemos la concentración y los polacos el campamento”. Sin embargo, es al inicio de la película donde se puede observar la irreverencia de Lubitsch: mientras ensayan una obra crítica al nazismo, Maria Tura llega “lista” para su escena en el campo de concentración, eligiendo como vestuario un resplandeciente vestido largo — Figura n°25. Más allá de la alusión en diálogo o en imagen al campo de concentración, en estas dos comedias los nazis también son representados como torpes, brutos e, incluso, como estúpidos — sobre todo en la de Lubitsch. Es cierto que el tono de la comedia permite esta caracterización; sin embargo, en este recorrido, hemos visto que esta forma de describirlos parece ser una constante.

A modo de cierre

Resulta sugerente pensar que quizá en este período no fueron los estadounidenses los que supieron forjar un imaginario sobre los campos de concentración acorde a su realidad. Revisemos, por ejemplo, *Bolotnye soldaty* (Aleksandr Macheret, 1938). Esta

película no solo es previa a las revisadas a lo largo del texto, sino que además de representar los campos de concentración expone de manera temprana la persecución y el confinamiento de los judíos en esos sitios. En esta película, que transcurre en Alemania, Paul, un trabajador común y corriente, es detenido en un pogrom que tiene lugar en la farmacia de un judío y llevado junto a este a un campo de concentración, allí se organizará junto a otros prisioneros para escapar. Una vez lograda la libertad, Paul continuará luchando y organizando la resistencia al nazismo.

Película de corte antifascista⁹, las escenas en el campo de concentración — Figuras n°26-28 — poseen un estilo realista que se asemeja a las fotografías de propaganda de la época, pero con la crudeza que estas no mostraban. Los elementos que formarán parte del imaginario están ahí presentes: el trabajo forzado duro y sucio — los prisioneros están inmersos en el barro —, el alambre de púa, las torres de vigilancia, guardias severos. Así y todo, la película tenía como objetivo contribuir a la lucha contra el fascismo nazi y, por lo tanto, debía convocar y movilizar al espectador; de este modo, volvemos a ver el motivo narrativo de la fuga, que, en este caso, a pesar de cobrarse vidas en la evasión, resulta también posible y exitosa.

A pesar de todos los títulos mencionados, quizá la película que posea los elementos que luego estarán presente en el imaginario genocida será una película alemana, ni más ni menos. Resulta paradójico — o quizá no — que hayan sido los propios nazis quienes hayan podido representar el campo de concentración con las características reales del sistema de terror. De este modo, en *Ohm Krüger* (Hans Steinhoff, 1941) encontramos el campo de concentración con todas sus características físicas — Figuras n°29-31 —, con un estilo realista, presentando cuerpos demacrados y sin los motivos narrativos vistos en las películas anteriores: no hay visitas, no hay “prisión”, no hay torpeza, y la evasión es imposible. *Ohm Krüger* fue pensada como una película de propaganda por el propio Joseph Goebbels en su campaña contra Inglaterra; para ello, la película narra muy libremente la vida del político sudafricano Paul Kruger y su lucha contra los ingleses durante la Segunda Guerra Bóer. Cuando los ingleses se vieron superados en una primera instancia, decidirán implementar la lógica de tierra arrasada y confinar en campos de concentración a las mujeres y niños para doblegar así a los afrikáneres — dos técnicas, por demás está decir, que los propios alemanes estaban llevando adelante en tierra soviética¹⁰.

Figuras 26 y 27 – Escenas de *Bolotnye soldaty*



Fuente: Capturas de *Bolotnye soldaty*, 1938 © Mosfilm.

Figura 28 – Escena de *Bolotnye soldaty*



Fuente: Captura de *Bolotnye soldaty*, 1938 © Mosfilm.

Figura 29 – Escena de *Ohm Krüger*



Fuente: Captura de *Ohm Krüger*, 1941 © Tobis Filmkunst.

Figuras 30 y 31 – Escenas de *Ohm Krüger*



El objetivo de este escrito radicó en observar e interrogar el imaginario sobre los campos de concentración nazis en algunas películas producidas antes de la finalización de la Segunda Guerra Mundial previo a que se configurara lo que hoy denominamos el

“imaginario genocida”. De carácter exploratorio, en este trabajo me interesó indagar cómo se los comprendía en aquel momento, cómo se (re)presentaba el terror y qué motivos narrativos giraron en torno a estos. En ese sentido, señalé que si bien las películas denunciaron los campos de concentración su representación se asemejó a la de una prisión, no dando cuenta de su dimensión terrorífica. Más allá de los objetivos propagandísticos de algunas de las películas, quizá en su época no se llegó a comprender la especificidad del sistema de los campos de concentración nazi; de hecho, con la excepción *Hitler – Dead or alive* que menciona al campo por su nombre — Dachau —, en todo el corpus analizado ningún campo es referido con algún nombre histórico. Creo que, pese a todo, y más allá de su similitud — adecuación o no con los campos — e imágenes — reales, es que estos están presentes en las narrativas de un gran número de películas, formando parte del imaginario de la época sobre el nazismo.

Después de la Segunda Guerra, al conocerse y dimensionarse las atrocidades nazis este modelo de representación será puesto en crisis, y por medio de un nuevo estilo realista se perfilará un nuevo modelo (Pena, 2020) configurando así lo que será el cine sobre el Holocausto (Avisar, 1988; Insdorf, 2003). En Europa se filmarán numerosas películas sobre los campos, utilizando a los propios sitios como locaciones, como *Ostatni etap* (Wanda Jakubowska, 1948) — considerada como “la madre de todas las películas sobre el Holocausto” (Loewy, 2004) — o *Pasażerka* (Andrzej Munk, 1963), por mencionar a algunas. Incluso en Hollywood, apenas finalizada la contienda bélica, Fred Zinnemann volverá a filmar los campos de concentración — y ahora también de refugiados y desplazados — desde otra perspectiva con *The Search* (Fred Zinnemann, 1948).

A partir de lo expuesto se puede observar cómo en el corpus trabajado ya se perfila el campo de concentración como parte de la narrativa de las películas sobre el nazismo. Con lo dicho en el párrafo anterior, solo será después de la guerra, cuando los horrores nazis sean conocidos con sus macabros detalles, que este imaginario dará lugar a uno nuevo, a uno que incorporará al campo de exterminio y al exterminio de los judíos; las imágenes aquí analizadas, entonces, de alguna manera allanaron y prepararon el camino para el imaginario genocida.

Referencias

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

ARAD, Yitzhak. *Belzec, Sobibor, Treblinka. The Operation Reinhard Death Camps*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

AVISAR, Ilan. *Screening the Holocaust. Cinema's Images of the Unimaginable*. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidad y Holocausto*. Madrid: Sequitur, 1997.

BETTELHEIM, Bruno. *Sobrevivir. El Holocausto una generación después*. Barcelona: Crítica, 1981.

DOHERTY, Thomas. *Hollywood and Hitler, 1933-1939*. Nueva York: Columbia University Press, 2013.

DWORK, Deborah. VAN PELT, Robert Jan. *Auschwitz, 1270 to the present*. Nueva York: W. W. Norton, 1996.

GABLER, Neal. *An Empire of Their Own. How the Jews Invented Hollywood*. Nueva York: Anchor Books, 1989.

GARCÍA LÓPEZ, Sonia. *Ser o no ser. To be or not to be de Ernst Lubitsch*. Barcelona: Paidós, 2005.

GERSHENSON, Olga. *The Phantom Holocaust*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2013.

GOLDMAN, Eric A. *The American Jewish Story Through Cinema*. Austin: University of Texas Press, 2013.

HARRIS, Mark. *Five Came Back. A Story of Hollywood and the Second World War*. New York: Penguin, 2014.

HICKS, Jeremy. *First films of the Holocaust: Soviet cinema and the genocide of the Jews, 1938-1946*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2012.

HILBERG, Raul. *La destrucción de los judíos europeos*. Madrid: Akal, 2005.

INSDORF, Annette. *Indelible Shadows. Film and the Holocaust*. Nueva York: Cambridge University Press, 2003.

KOGON, Eugen. *Sociología de los campos de concentración*. Madrid: Taurus, 1965.

LOEWY, Hanno. The mother of all Holocaust films?: Wanda Jakubowska's Auschwitz trilogy. *Historical Journal of Film, Radio and Television*, v. 24, p. 179-204, 2004. <https://doi.org/10.1080/0143968042000223691>.

PENA, Jaime. *El cine después de Auschwitz*. Madrid: Cátedra, 2020.

REES, Laurence. *Auschwitz. Los nazis y la "solución final"*. Barcelona: Crítica, 2007.

SOFSKY, Wolfgang. *La organización del terror. Los campos de concentración*. Buenos Aires: Prometeo, 2016.

STEPHENS, E. J. WANAMAKER, Marc. *Early Poverty Row studios*. Charleston: Arcadia Publishing, 2014.

TARANTINO, Quentin. *Playboy interview: Quentin Tarantino*. *Playboy*, 3 de diciembre 2012. Entrevistador: Michael Fleming. Disponible en: <https://web.archive.org/web/20131202085702/http://www.playboy.com/playground/view/interview-quentin-tarantino>. Acceso en: 20 ago. 2024.

TAYLOR, Charles. *Imaginarios sociales modernos*. Barcelona: Paidós, 2006.

TAYLOR, Richard. *Film Propaganda. Soviet Russia and Nazi Germany*. New York: I. B. Tauris, 1998.

TORCHIN, Leshu. Since We Forgot: Remembrance and Recognition of The Armenian Genocide in Virtual Archives. In: GUERIN, Frances. HALLAS, Roger (Eds.). *The Image and The Witness. Trauma, Memory and Visual Culture*. London y New York: Wallflower Press, 2007.

URWAND, Ben. *The Collaboration. Hollywood's pact with Hitler*. Cambridge: Belknap Press, 2013.

WACHSMANN, Nikolaus. *KL. Una historia de los campos de concentración nazis*. Buenos Aires: Crítica, 2015.

ZADOFF, Efraim (Org.). *Enciclopedia del Holocausto*. Jerusalén: E. D. Z. Nativ, 2004.

ZELIZER, Barbie. *Remembering to Forget: Holocaust Memory Through the Camera's Eye*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

Artigo recebido em 12/11/2024

Aceito para publicação em 15/06/2025

Editor(a) responsável: Amanda Guimarães Silva

¹ Tomo esta idea del citado texto de Leshu Torchin. Con “imaginario genocida” nos referimos a las imágenes e ideas sobre como un genocidio “debe verse”: cuerpos famélicos, pilas de cadáveres, condiciones precarias de salud e higiene, oscuridad, campos de concentración, hornos crematorios, alambrados de púa, uniformes a rayas, entre otras cuestiones. El imaginario genocida, forjado alrededor del Holocausto, de alguna manera se ha vuelto prescriptivo, sugiriendo no solo la unicidad de aquel caso sino también las características que un genocidio debe tener. Por ello, por la ausencia de campos de concentración, de alambrados de púa, de hornos crematorios, el genocidio de Ruanda fue pensado en un primer momento no como tal sino como una lucha tribal, descartando que lo sucedido en aquel país africano pueda tener alguna similitud con el Holocausto.

² Si bien existe numerosa bibliografía en torno a los imaginarios, sigo aquí la sugerencia de Benedict Anderson (2006) en torno al poder de la imaginación en la constitución del nacionalismo. Entonces, ante todo, el imaginario es un modo de imaginar, de dar imágenes a ideas, conceptos, nociones y sensaciones. Así, como sugiere Charles Taylor, los imaginarios dan cuenta de “algo que en la mayoría de las veces no se expresa en términos teóricos, sino que se manifiesta a través de imágenes, historias y leyendas” (C. Taylor, 2006, p. 37). El imaginario, por más que sea intangible, posee consecuencias y repercusiones concretas, ya que este genera entendimiento, conocimiento y expectativas.

³ Sirva como ejemplo la novela *The Mortal Storm* de Phyllis Bottome. Publicada originalmente en 1938, la autora ya daba cuenta allí de los campos de concentración, de sus características externas — el alambre de púa en los cercos, por ejemplo — y el brutal régimen de tortura. Incluso, en forma premonitrice aludía al

exterminio de los judíos cuando al padre de la joven protagonista lo confinan y matan en un campo. Tiempo después, como se verá en este texto, la novela será adaptada para al cine bajo la dirección de Frank Borzage; en su adaptación, se quitará toda alusión al judaísmo en pos del término “no ario”. La novela tuvo cierta repercusión más allá de los Estados Unidos, publicándose en Argentina, como única versión autorizada en castellano, en 1940 por la editorial Mackern.

⁴ En la jerga de las décadas de 1920-1930, el término *Poverty Row* se utilizaba para referirse a los pequeños estudios de Hollywood que produjeron películas de clase B desde los años veinte hasta los cincuenta. Eran películas con bajos y acotados presupuestos, con producciones más baratas y resultados estéticos menores. Si bien muchos de estos estudios tenían sus sedes cerca de Gower Street, el término — *row* significa fila en inglés — no implica que estos estuvieran necesariamente cerca o “en fila” en esa calle. Para una historia de estos estudios, véase Stephens y Wanamaker (2014).

⁵ Al respecto, véase el polémico libro de Ben Urwand (2013).

⁶ En el curso de la Segunda Guerra Mundial, numerosas películas — largos y cortos — colocaron el apellido del *Führer* en sus títulos. Además de las dos aquí trabajadas, podemos nombrar *The Devil with Hitler* (Gordon Douglas, 1942), *The Hitler Gang* (John Farrow, 1944), *Hitler's Madman* (Douglas Sirk, 1943) o *Hitler's Children* (Edward Dmytryk, 1943), por mencionar algunas.

⁷ En una entrevista a la revista *Playboy*, Quentin Tarantino afirmó que *Hitler – Dead or Alive* encendió (*sparked*) la idea de *Inglourious Basterds*. El director definió a la película de Grinde como “una película loca que pasa de ser seria a ser muy divertida” (Tarantino, 2012).

⁸ Recordemos que dos años antes se había estrenado *The Great Dictator* (Charles Chaplin, 1940) y el trío cómico Los tres chiflados (*The Three Stooges*) había presentado previamente el corto *You Nazty Spy!* (Jules White, 1940); por lo tanto, cuando se estrenan las películas de McCarey y Lubitsch, Hollywood ya había comenzado a representar paródicamente al nazismo.

⁹ Para un mayor desarrollo de su trama como de la historia de esta película, véase Gershenson (2013, p. 19-23).

¹⁰ Para un mayor desarrollo histórico de esta película, véase Taylor (1998, p. 187-195).

A TRAJETÓRIA DO CUXÁ NO MARANHÃO NOS SÉCULOS XIX E XX: Narrativas, Apropriações e Patrimônio Cultural

THE TRAJECTORY OF CUXÁ IN MARANHÃO IN THE 19TH AND 20TH CENTURIES: Narratives, Appropriations, and Cultural Heritage

Liliane Faria Corrêa Pinto¹

Letícia Thalia Sousa de Souza²

Resumo: O artigo explora a trajetória do cuxá, prato típico do Maranhão, como expressão cultural e patrimonial. Analisa a planta *Hibiscus sabdariffa*, conhecida como vinagreira, sua origem e uso histórico, e discute como o prato “arroz de cuxá” era consumido na boemia ludovicense no século XIX. No século XX, o cuxá ganhou novos significados, tornando-se símbolo da identidade cultural maranhense e da cozinha local. A partir de fontes periódicas, textos históricos, poemas e crônicas nos jornais revelam a evolução das narrativas em torno do prato, de suas ligações com o contexto noturno à sua ressignificação como comida afetiva e patrimônio alimentar. Atualmente, o cuxá é uma representação cultural do Maranhão, simbolizando tanto a memória coletiva quanto a diversidade alimentar nacional.

Palavras-chave: Cuxá, Patrimônio Cultural, História da Alimentação, Identidade.

Abstract: This paper explores the trajectory of *cuxá*, a traditional dish from Maranhão, as an expression of culture and heritage. It analyzes the plant *Hibiscus sabdariffa*, known locally as *vinagreira*, its origin and historical uses, and discusses how the dish *arroz de cuxá* was consumed within the bohemian circles of São Luís in the 19th century. In the 20th century, *cuxá* acquired new meanings, becoming a symbol of Maranhão's cultural identity and local cuisine. Drawing on periodical sources, historical texts, poems, and chronicles, the article reveals the evolution of narratives surrounding the dish, from its associations with nightlife to its resignification as an affective food and element of food heritage. Today, *cuxá* stands as a cultural representation of Maranhão, symbolizing both collective memory and Brazil's culinary diversity.

Keywords: Cuxá, Cultural Heritage, Food History, Identity.

Introdução

Nesse artigo, vamos traçar uma pequena história da *Hibiscus sabdariffa* e as suas apropriações no Brasil, em especial, as folhas do arbusto, chamadas de vinagreira, que foram incorporadas em receitas como o cuxá e o arroz de cuxá e que se tornaram identitárias na sociedade maranhense. O termo apropriação se refere aos usos e adaptações culturais desenvolvidas pelos brasileiros para a planta que, em seu local de origem — o Sudão e o Egito —, era utilizada de forma diferente e em território brasileiro foi incorporada ao cardápio cotidiano de maranhenses.

¹ Professora adjunta da UFMA no Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História do CCCO/UFMA. Graduada em História pela UFMG. Mestra em História Econômica pela USP. Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9421-0222>.

² Técnica em Agroindústria pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA). Graduada em Licenciatura em Ciências Humanas / História pela UFMA. Mestranda em Sociedade e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da UESPI. Foi bolsista de PIBIC/UFMA/FAPEMA (2021/2022), sob a orientação da professora Dra. Liliane Faria Corrêa Pinto, no projeto que desenvolveu parte da pesquisa desse artigo. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9242-7967>.

A pesquisa foi desenvolvida dentro do programa de PIBIC que propunha analisar apenas os jornais maranhenses do século XIX, porém foi expandido e foram contemplados todos os jornais brasileiros dos séculos XIX e XX arquivados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Utilizando o sistema de busca do site deles, foram pesquisadas as palavras “hibisco”, “*Hibiscus sabdariffa*”, “cuxá”, “vinagreira” e “arroz de cuxá”. O objetivo era compreender a trajetória desse ingrediente nas tradições culinárias maranhenses e como isso era apropriado pela cultura gastronômica do Maranhão, se havia narrativas associadas a ele e como se constituiu patrimônio cultural.

Diante disso, identificamos a partir dos periódicos as conexões que extrapolam o sentido patrimonial atual das iguarias associadas ao *Hibiscus sabdariffa* e como refletem relações de poder daqueles que o preparam/vendem e o consomem. Com o século XX a identidade associada ao cuxá remonta narrativas saudosas dentro de um pensamento modernista nostálgico. Aqui a narrativa constrói referências de um tempo quase mítico da infância e da juventude que se foi e que se relembra ao saborear os pratos com cuxá, em uma ideia de comida afetiva e, ao mesmo tempo, associada aos momentos da boemia ludovicense, em que a diversão e o prazer eram o ápice da vida. A partir do último quartel daquele século, o cuxá passou a ser apropriado como referência alimentar cultural e turística do Maranhão, sendo em alguns casos metonímia do estado. Traremos também de algumas receitas associadas à planta e aos modos de preparo do cuxá como o arroz de cuxá e o cuxá codoense como elementos de patrimônio alimentar regional para contextualizar as iguarias que estão sendo analisadas e mencionadas nos jornais.

Comida e patrimônio

Comer é a primeira ação que vem à mente quando se estuda História da Alimentação. Para além do ato de alimentar-se, a comida integra a cultura dos povos e analisar os pratos e seus significados é uma importante tarefa dos historiadores na busca pela compreensão das comunidades do passado e das suas relações materiais com o alimento, os modos de fazer e seus símbolos. As escolhas pelos pratos, seus ingredientes e processos de preparo são atos culturais que, muitas vezes, dependem da oferta no ambiente em que uma determinada sociedade se estabelece. Massimo Montanari (2013) define a comida como cultura na medida em que o homem modifica o ambiente e os ingredientes produzidos ou coletados para obtê-la.

Como parte da cultura, a comida compõe a identidade dos povos. Cada agrupamento estabelece seus tipos alimentares ideais e cria pratos que se associam à vida

cotidiana, à história, à memória e à identidade cultural. E o patrimônio alimentar é o reconhecimento desses saberes e sabores tradicionais pelas instituições de salvaguarda dessa herança. A valorização e preservação desses conjuntos gastronômicos foram inseridos nas listas de patrimônio ainda nesse século com o desenvolvimento das legislações e cartas de patrimônio imaterial. No caso brasileiro, o texto legal de salvaguarda do patrimônio imaterial data de 2000 e o IPHAN já registrou, desde então, cinco bens culturais associados aos alimentos. São eles: o Ofício das Baianas do Acarajé, os Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal, a Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas a Cajuína no Piauí, as Tradições Doceiras na Região de Pelotas e Antiga Pelotas — Morro Redondo, Turuçu, Capão do Leão e Arroio do Padre e o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (IPHAN, 2025). Na UNESCO, esses bens culturais também começaram a ser contemplados, porém a agência não registra pratos, mas práticas culturais relacionadas à comida e à bebida (Kuntz, 2025). Foram registrados os saberes associados ao Kimchi da Coreia, o café como generosidade no mundo árabe, a gastronomia francesa, a dieta mediterrânea, entre outros, e do patrimônio alimentar brasileiro, a UNESCO registrou os Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal (UNESCO, 2025).

A comida hoje é definida como um elemento parte das culturas que deve ser salvaguardada. E como uma peculiaridade desse conhecimento, ele é preparado pelos seus detentores para ser degustado dentro do seu contexto, mas pode também ser experimentado por indivíduos de fora dessas culturas. O título da dissertação de Gabriella Pieroni (2018) “Fazedores de cultura, comedores de patrimônio” ilustra essa assertiva e ela explica que há uma relação entre os detentores dos saberes alimentares, suas práticas culinárias cotidianas e a segurança alimentar das comunidades tradicionais que analisou. A comida é um bem que exprime parte da cultura dos detentores do saber fazer e é consumida pelos comensais em práticas que, em geral, envolvem ritos, experiências, festejos, celebrações, ofícios, etc. Segundo Almeida,

A comida pode ser vista como uma narrativa de memória social porque carrega consigo uma história. Ela possui uma dimensão comunicativa e assim pode contar histórias e narrar as vivências de uma comunidade, suas visões de mundo, lembranças, valores, construindo e mantendo a memória social de um grupo e sua(s) identidade(s) (Almeida, 2022, p. 1).

E, a partir desse olhar, é possível discutir a comida associada ao patrimônio alimentar. Comer é um ato biopsicossocial, como afirmam Contreras e Gracia (2011), e a comida é uma consequência de razões culturais. Diante disso, como patrimônio é a

identificação desses elementos complexos culturais, herdados e transmitidos pelo conjunto a que pertencem e que exteriorizam os sentidos tradicionais por meio de sabores e sabores.

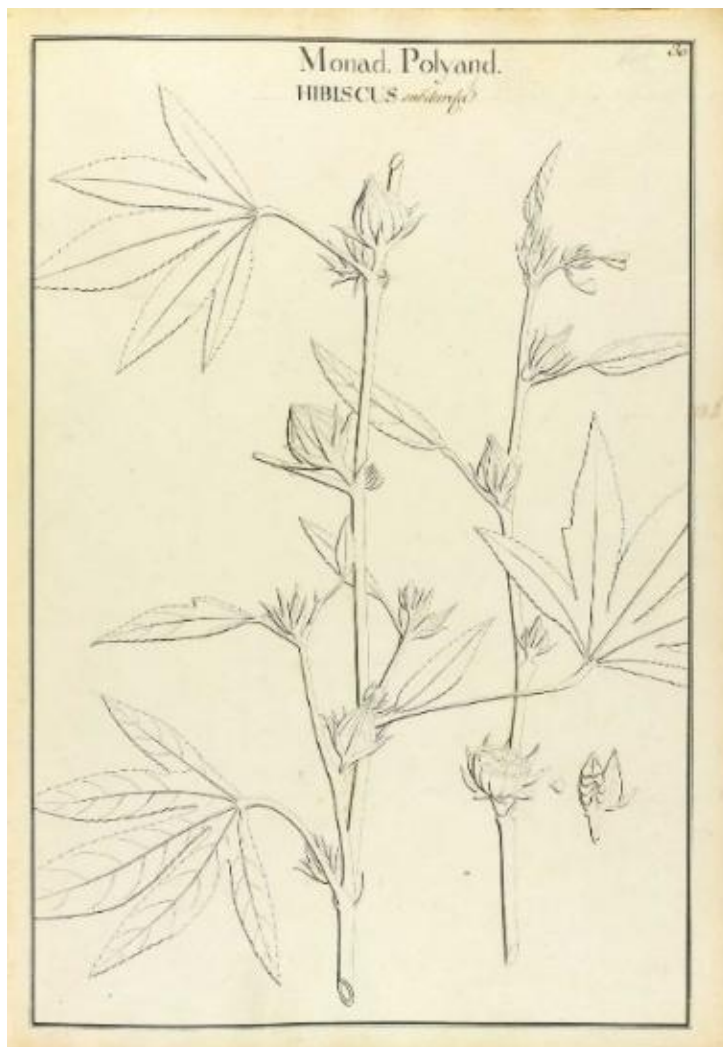
Nesse artigo, vamos discutir os gostos e os sentidos do cuxá como uma comida patrimonial entre os maranhenses, numa perspectiva do estudo do gosto de Savarin (2017) e do conceito de comida afetiva, tomado aqui na relação entre a memória e a comida (Contreras; Gracia, 2011). A experiência do cuxá na cultura maranhense é fruto do encontro de culturas e suas atribuições refletem as relações de poder existentes na sociedade da São Luís oitocentista e, mais tarde, se agrega à identidade maranhense, especialmente, no contato com os outros. O ingrediente se torna patrimônio alimentar e reflete parte da cultura do Maranhão, exprimindo sentidos e significados por meio de narrativas e apropriações. Em 2007, foi pleiteado como bem a ser registrado oficialmente nos institutos de proteção ao patrimônio (Ferretti, 2007), mas o processo no IPHAN ainda não deu prosseguimento.

Uma história da Hibiscus sabdariffa

O *Hibiscus sabdariffa* é um arbusto com flores da família das Malvaceas. Sua origem é controversa porque há botânicos que afirmam ser originário do Egito e do Sudão e outros que consideram sua origem na Ásia, mais propriamente, a Índia e a Malásia. Mohamed, Sulaiman e Dahab (2012) afirmam que a planta foi domesticada antes de 4000 a.C. no oeste do Sudão. Já Sobota, Pinho e Oliveira (2016) afirmam que o arbusto é originário da Ásia e da África. De qualquer forma, há vestígios do uso da planta na antiguidade, indicando que o hibisco está presente nas culturas antigas asiáticas e africanas. No livro *The Sultan's Feast* (O banquete do sultão), um livro de receitas de um sultão turco no Egito do século XV, há uma menção à *karkadeia*, que é o nome árabe dado ao chá do hibisco (Shah, 2020), comumente servido nos hotéis e cruzeiros egípcios na atualidade. Sua chegada ao Brasil é especulativa e a maioria dos botânicos estudiosos do *Hibiscus sabdariffa* acredita que tenha chegado pelas mãos dos escravizados, porém acreditamos que foi introduzida em território brasileiro colonial pelos próprios portugueses, já que tinha propriedades medicinais conhecidas e era usado como planta ornamental e alimento pelos árabes do Golfo Árabe e Norte da África. No Congo, há uma receita com a vinagreira e peixe frito, denominada Ngai-Ngai, indicando o uso da planta como ingrediente culinário na África subsaariana (Rita's notebook, 2019). Uma outra hipótese para a inserção do cuxá nos pratos maranhenses seria uma influência árabe

vinda por meio de imigrantes que chegaram no último quartel do século XIX e se estabeleceram tanto na capital da província como nas cidades às margens dos rios Itapecuru e Mearim (Furtado, 2018).

Figura 1 – Prancha do *Hibiscus sabdariffa*



Fonte: VELOSO, José Mariano da Conceição. *Florae Fluminensis Icones fundamentales. t. VII* (Manuscrito). [S.l.: s.n.], 1790.

O primeiro registro botânico do arbusto em território colonial é do Frei José Mariano da Conceição Veloso (1741-1811), datado de 1790, porém esse material só foi publicado no século XIX. O sacerdote era da freguesia de Santo Antônio, na comarca do Rio das Mortes, atual Tiradentes-MG. Entrou para o convento no Rio de Janeiro e estudou filosofia e teologia. Interessava-se pelas ciências e estudou botânica. Foi ordenado frei em 1766. Como naturalista, identificou e catalogou a flora brasileira em sua obra *Florae Fluminensis*, um levantamento das espécies do Rio de Janeiro. Entre os registros está a

vinagreira, indicando a presença da planta na colônia. Ele desenhou os diversos exemplares da nossa flora e a prancha do *Hibiscus sabdariffa* está disposta na figura 1.

A partir da descoberta da presença da espécie no Brasil desde o século XVIII, acredita-se que suas folhas e flores já eram consumidas nas cozinhas coloniais, porém não temos referências desses modos de fazer. Sabemos que as flores são utilizadas para chás e as folhas para o cuxá. Câmara Cascudo descreve um molho-base da cozinha baiana denominado molho de nagô que é preparado com “quiabo, jiló, caldo de limão, pimenta ralada, sal e camarão seco” (Cascudo, 2014, p. 41) Sua textura, aparência e gosto são aproximadas do molho de cuxá preparado em Codó-MA. Ele também se aproxima da *molokheya* egípcia, feita com a folha da juta (*Corchorus olitoris*) e temperada com pimentas e caldo de frango ou peixe (Shah, 2020; Mehdawy, 2004). Já nossos primeiros registros brasileiros da vinagreira como cuxá aparecem nos jornais a partir 1883 em periódicos maranhenses.

O cuxá e suas receitas

O cuxá é preparado no Maranhão de duas formas: o arroz de cuxá e o cuxá como um molho verde grosso para servir com carnes, peixes e arroz. O primeiro prato é mais comum na ilha e o segundo, no interior, principalmente, em Codó.

No primeiro, a receita é feita com as folhas do hibisco picadas em tiras finas que são acrescidas no arroz depois de cozido e refogadas com o camarão seco pequeno (Lima, 2007). É uma comida colorida que apresenta o branco do arroz, o verde do cuxá e o laranja-avermelhado do camarão seco. Tem sabor azedo porque a vinagreira apresenta esse tom acidificado, agregado ao terroso crocante do crustáceo desidratado e salgado.

No segundo, as folhas são picadas grosseiramente e cozidas. São retiradas as primeiras águas para diminuir a acidez e amenizar o sabor azedo do molho. Depois de cozidas elas são batidas ou liquidificadas para serem refogadas com os temperos: tomates, cebola, alho, pimenta, etc. (Culinária, 2024). Há quem acrescente quiabos na receita.¹ A textura do prato é viscosa por causa da própria folha do hibisco e também por causa do quiabo. O sabor é levemente azedo e, em alguns casos, quando acrescido de pimentas, um pouco picante.

O prato ludovicense, o arroz de Cuxá, é elaborado a partir da folha da vinagreira e recebe vários ingredientes, tendo como principais além da folha da planta, o gergelim e o camarão, podendo ser acompanhado por postas de peixe frito, “mas há também quem

prefira comer esse prato sem o peixe para poder degustá-lo na sua singularidade celeste palatal” (Maior, 1987).

Já a receita do Cuxá é muito semelhante a uma receita de folha de Karcadê, nome dado pelos árabes ao hibisco, típica do Golfo Árabe, chamada *khoso hak* (خوسو هاك) e do Sudão, denominada *malah al karkangui* (ملاح الكركنجي). Nessas misturas, há a presença de pimentas e condimentos típicos locais, porém a textura e a aparência se aproximam (Abu Amal, 2019; Chef Jawahir, 2022).

O cuxá nos jornais

Nossa pesquisa no acervo de periódicos foi feita a partir da busca pelo termo “cuxá” nos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A partir da primeira menção, no último quartel do século XIX, foram acessados 20 jornais, sendo nove do Maranhão e 11 de outros estados da federação. Os jornais maranhenses foram: *A Pacotilha*, *O Diário do Maranhão*, *Pacotilha: O Globo*, *O Combate*, *O imparcial*, *Jornal do Maranhão: Semanário de Orientação Católica- Jornal A Serviço da Família e do Povo*, *Diário de São Luís*, *A Cruzada e a Eschola: Órgão Estudantil*, com o total de 30 menções. Os periódicos de outros estados foram: *Boletim Trimestral- Sub Comissão Catarinense (SC)*, *Jornal da ABI (RJ)*, *Anais da Biblioteca Nacional (RJ)*, *Diário de Natal (RN)*, *Jornal dos Sports (RJ)*, *Diário do Pará (PA)*, *Diário de Pernambuco (PE)*, *A Tribuna (SP)*, *Correio Braziliense (DF)*, *Gazeta de notícia (RJ)*, *A Federação: Órgão do partido republicano (RS)*, com ao todo 46 menções ao termo. Após coletar os dados do termo ‘cuxá’, pesquisamos os termos “vinagreira” e “hibisco”, com o intuito de conhecer a planta que dá origem ao prato. Para o primeiro termo os jornais *Diário do Pará (PA)* e *Correio Rio Grandense (RS)* apresentaram 2 menções, e para o segundo, *O Estado de Florianópolis (SC)*, *Correio Rio Grandense (RS)*, *Brazil Ferro Carril (RJ)*, *A Cigarra (SP)*, *A Tribuna (SP)*, e *Correio Braziliense (DF)* totalizaram 18 aparições.

No final do século XIX, em São Luís (MA), o prato costumava ser vendido nas ruas, em maioria, com vendedoras gritando nas esquinas “arroz de cuxá, freguês, está quentinho” (A Pacotilha, 1886). Eram vozes agudas ecoadas nas noites escuras da capital maranhense (O Diário do Maranhão, 1891), eram principalmente mulheres que, em casas mal iluminadas e onde a luz de um lampião indicava o comércio aberto, faziam a venda de arroz de cuxá (Pacotilha, 1955). As luzes que vinham das candeias com querosene pregadas nas portas das casas chamavam a atenção junto ao som de uma voz que anunciava a venda. Muitas vezes, “nu da cintura pra cima um moleque qualquer botava a

boca no mundo, apregoando: — Arroz de cuxá. Chega freguês. Tá quentinho” (O Imparcial, 1929, p. 8).

Nas vendas, reuniam-se várias pessoas que, além de comprar o prato, ficavam nas ruas conversando em voz alta, o que muitas vezes incomodava a vizinhança. Houve denúncia nos jornais de moradores relatando que as mulatas que vendiam o produto feriam a moralidade pública gritando com palavrões (A pacotilha, 1881). Certa vez, foi pedida uma intervenção policial em uma dessas vendas cuja alegação dos moradores do entorno de que alguns garotos se reuniam a pretexto de comprarem a iguaria, “fazendo uma algazarra enorme e incomodando a vizinhança” (A Pacotilha, 1883a). O nome da planta também era dado como alcunha para quem vendia o “arroz de cuxá”, como por exemplo, o “Vinagreira”, um garoto que ficou conhecido pela polícia por suas façanhas (O Imparcial, 1930).

No contexto da venda do prato nas noites ludovicenses, os encontros dos compradores com as vendedoras rondavam as luzes dos lampiões, o saborear das iguarias, boas conversas e o exercício da prostituição. No poema de Bento do Prado, de 1884, ele é mais explícito na relação entre o arroz de cuxá, o sexo e os prostíbulos. Em “Crônicas Philosophicas” ele recita:

Volto aos meus canaviaes
Quo sou o mestre secundário,
Sou aquele legendário
Rio Grego, inda sou mais,
Faço annuncios em francez
em portuguez, em inglez
verdadeira novidade,
assombro o mundo; em sabença
não há ninguém que me vença
eu sou rei, sou majestade!
E quem duvidar do sério
Deste meu todo funéreo,
Quem mais quizer venha cá,
Eu sou discípulo de Onan,
Faço versos de manhã,
de noite arroz de cuxá (Prado, 1884).

Bento Prado aparece como Gregório Benedicto Bento do Prado e Gregório Benedicto de Oliveira Fontes, provavelmente, esse último seu nome verdadeiro (Prado, 1884). Ele era professor de línguas e anunciava suas aulas em inglês, francês e português. Era membro do Centro Fraternal Filosófico e se denominava nas crônicas e nos poemas como discípulo de Onan que é um personagem bíblico cujo nome foi usado no século XVIII para se referir à masturbação em dois tratados sobre o tema, *Onania*, de 1716 e *O onanismo*, de 1756 (Simião; Simanke, 2021). Sua alcunha no texto ironiza a espera pelos

encontros noturnos junto às vendedoras de arroz de cuxá nos baixos meretrícios da cidade oitocentista.

Arthur Azevedo também tece seus comentários sobre o cuxá, pôs em versos a sua grande admiração pelo prato maranhense, considerando incomparável o seu sabor. Em uma carta para um amigo que o convida para comer arroz de cuxá, explica o sentido do prato e é possível perceber nas entrelinhas a relação do cuxá com a experiência nos bordeis. Na primeira estrofe endereça o poema ao amigo, na segunda, conta o quanto gosta do petisco, se identifica como um “homem de andar ao lambisco” e que desde que desmamou, se entregou “como um danado” ao “belo” arroz de cuxá. Na terceira estrofe, diz que nunca encontrou em nenhuma outra comida o encanto do arroz de cuxá. Na quarta estrofe, conta que viajou à Europa e comeu muito bem, mas nada que fosse mais saboroso que o arroz de cuxá. Na quinta estrofe, faz uma referência à Bahia a partir da mulata que prepara a moqueca, mas que segundo ele, não se compara ao arroz de cuxá. Na sexta estrofe, relembra a adolescência no Maranhão e a saudade do arroz de cuxá. Na sétima estrofe, exalta a identidade maranhense com o prato e afirma que “Aqui fazem-no bem feito / (Negá-lo não há quem ouse); / mas... falta-lhe {“quelque chose”} / não é o arroz de cuxá”. No oitavo trecho, observa que os ingredientes podem ser encontrados em qualquer lugar, inclusive no Rio de Janeiro, de onde provavelmente escreve o poema, mas afirma que o prato preparado ali “do nosso mal se aproxima” e questiona se é o clima que causa essa divergência. E na nona estrofe, explica que o cuxá está fora do seu meio e, na seguinte, diz que ao comer, revê o ambiente que lhe é próprio, cheio de fumaça, e ironiza o amigo dizendo para não perguntar se ele quer a iguaria para, nos próximos dois trechos, fazer uma comparação entre coisas óbvias e ele querer o arroz de cuxá. Na décima terceira estrofe, confessa estar ansioso para comer o prato (Correio Brasiliense, 2002).

Esse poema, escrito em uma carta para Jovino Aires, é comumente interpretado como uma ode ao arroz de cuxá, porém a partir da releitura das fontes periódicas maranhenses do último quartel do século XIX, há como rever o sentido das palavras do teatrólogo e poeta Arthur Azevedo. Se tomarmos o arroz de cuxá como um prato que, para além da receita em si, estava inserido no contexto da vida boêmia ludovicense, os versos de Arthur Azevedo ganham novo significado. Para além da saudade em si da iguaria e de sua terra natal, o poeta está saudoso da boemia de São Luís que está associada à venda e ao consumo do prato, mas também às mulheres e o ato sexual.

Ainda nos oitocentos, *A Pacotilha* publica no Folhetim da Semana, provavelmente, de autoria do redator do jornal, o senhor Victor Lobato, um poema de “um poeta especialista em poesias fúnebres” (*A Pacotilha*, 1883b, p. 2), denominado

“Nenia Philosophica”. Nele, o escritor narra ironicamente que Jesus estaria comendo cuxá depois de supostamente ter “toucado a cabeleira”, o que sugere a boemia noturna ludovicense e, satisfeito, mandou plantar o espírito do bem na cidade. Em contraposição, Satã deixou o mal no lugar por inveja da satisfação de Jesus. Na estrofe seguinte, afirma que o Maranhão progride a passos lentos, haverá aumento dos preços e é preciso rezar. O cuxá aparece no texto como um símbolo de regalo com a vida que a Atenas maranhense oferecia.

Em outro poema, de autoria de Arauna, denominado “Chula do Rapasio” e publicado no periódico *A Pacotilha* em uma edição de 04 de dezembro de 1885, o personagem principal é o Zé Grileiro. Ele era um negro, neto de uma africana de Angola, e que desprezava seus antepassados xingando-os. Em sua história, contada em versos, o poeta explicita o ofício do personagem que durante o dia vendia frutas no tabuleiro e de noite arroz de cuxá. Sua filha lavava e passava roupas, teve vários filhos sem pai e acabou contraindo tuberculose (*A Pacotilha*, 1885). Nesse poema, há ironia com relação ao personagem cuja vida é chula e ele esbraveja contra os outros que são tão marginalizados quanto ele. O cuxá aparece no texto como uma referência à pobreza do protagonista.

A matéria seguinte discute a posição de um comerciante de couros, o Sr. Silva Rodrigues, que se colocou a favor do Sr. Viveiros de Castro na assertiva de que o Partido Conservador estava ruindo por influência da democracia. O redator compara a fala de Silva Rodrigues na defesa de seu produto à da vendedora de arroz de cuxá: “... Arroz de cuxá, chega, freguez! Está quentinho! Vem'me xumbá!” Ela oferece o prato e o serviço e nem sempre são satisfatórios. E o autor completa: “A's vezes o arroz está frio como água.” Novamente, o prato é utilizado como referência aos serviços noturnos da boemia ludovicense, mas nesse caso, associado às questões políticas locais (*A Pacotilha*, 1885).

Em 1891, temos a primeira menção direta ao arroz de cuxá como uma referência à São Luís. Até então, o prato era chamado para mencionar a boemia ou a saudade do prazer de saborear a comida. Nesse texto, José Cumieira diz sobre São Luís: “temos é cidadão escrevente, cousa para que nesta terra do beri-beri e do arroz de cuxá, Deus louvado, nunca faltaram aptidões.” (Cumieira, 1891, p. 02) Porém, nessa passagem a iguaria está lado a lado a uma doença causada por falta de vitamina B1, o que pode ser ocasionado por subnutrição.² O cronista ressalta as diferenças sociais ao escrever sobre os escritores locais em contraposição à doença e ao arroz de cuxá, nesse caso, tomado como símbolo do aspecto negativo dessa vida boêmia ludovicense. E, nesse mesmo ano, no jornal *A cruzada*, Mucio d’Avila comenta sobre a constituição promulgada e chama o Brasil de a terra “onde impera o arroz de cuxá” (D’Avila, 1891) e faz alusão às

discussões sem sentido entre colegas jornalistas de São Luís quando faltam os temas importantes para as matérias. Ainda em 1891, o *Diário do Maranhão* publica a matéria denominada “Zig-Zag” sobre a República recém instaurada e os desmandos desse novo governo, porém disfarçada entre lamentos por términos de relacionamentos. O arroz de cuxá surge no discurso como uma referência ao cenário da vida noturna ludovicense quando e onde é possível ouvir, sob a luz do luar, a fala de um namorado para sua querida e os gritos da preta que vende o arroz. A partir daí o autor se dedica ao que acontece na capital federal (Rubio, 1891).

No ano seguinte, o termo aparece novamente em um recado com certo tom de ameaça para Sabino Miller. Na mensagem, remetida ao amigo como um aviso, há uma saudação e em seguida diz: “Olha a cerveja, o champagne, o suculento, o vinho de Setúbal, o caruru, o arroz de cuxá, o mocotó e a sempre lembrada feijoada.” E adverte: “Está ouvindo? Olha que comigo não se brinca” (A Pacotilha, 1892). Não há assinatura, apenas a expressão “Num.” e o número “2522” que sugere fazer referência à solicitação de publicação porque há outros números aleatórios em outros anúncios e recados.

Em junho de 1893, os irmãos suspensórios relatam um “festão” que ocorreu no dia de São João, três dias antes da publicação do jornal, em um beco não mencionado e ressalta os valores e os produtos vendidos, entre eles, o arroz de cuxá. Nessa notícia, novamente o arroz de cuxá está associado aos locais de boemia da cidade de São Luís e, ainda, à festa junina. (A Pacotilha, 1892).

A menção seguinte utiliza novamente a expressão “terra do arroz de cuxá” (A Pacotilha, 1904). Datada de 26 de abril de 1904, a notícia versa sobre uma catástrofe social que atinge a cidade de São Luís e para se referir à capital maranhense, lança mão do termo que já era usado desde o século anterior, como vimos na matéria de José Cumieira. Dez anos depois, aparece em uma peça, denominada “Os outros” que tem a cidade como personagem, ao lado de alguns temas que também figuram como personas no enredo como a pamonha, o abacate e o camarão, como alimentos; a estrada de ferro e o bonde, como meios de transporte urbano; o gás, a água e os mictórios, como parte da estrutura física da urbe; a criada, os mendigos, a guarda noturna e os poetas, como tipos ideais da vida da cidade, por fim, algumas instituições educacionais, literárias, culturais e judiciais.

No jornal *O Combate*, datado de 1928, em uma propaganda do Bar Antártica, o cuxá aparece como parte do cardápio ladeado a “Casquinhos de caranguejos, Carurú – Cuxá, Souflé de camarão” (O Combate, 1928), entre outros. Nessa chamada, não é a referência ao arroz de cuxá que é feita e sim ao cuxá, o que sugere que o prato servido

fosse o molho verde típico do interior. A partir desse cardápio começamos a ter menções que não mais se referem ao baixo meretrício ludovicense, mas ainda o associam à pobreza.

Em 1929, o jornal *O Imparcial* publicou uma matéria denominada “A lei da natureza” em que o escritor discute a urbanização de São Luís e o desrespeito às Posturas Municipais. Nesse texto, com o objetivo de criticar a falta de cuidado com a cidade e o uso ruralizado do espaço urbano, ele descreve a silhueta noturna de São Luís e traça uma trajetória do cuxá que sai das ruas para a intimidade das casas.

Por uma questão toda de origem racial. os costumes não se apagam da índole de um povo, sem uma reação promovida pelo tempo, que é o mensageiro supremo do progresso.

Ainda assim o espírito conservador de velhas usanças, abre luta aberta com o evoluir, resultando o estacionamento.

Há bem poucos anos, por exemplo, a gente saía á noite pela rua Grande, hoje Oswaldo Cruz, e encontrava a porta de certas casas modestas, o bruto caldeirão de arroz de cuxá. Abafado em panos de- estopa, á espera do freguez.

Pregada á parede da casa, de um lado da porta da rua, chamejava uma candeia de petróleo, na sua caixa revestida 'de papel encarnado.

Aquellas luzes vermelhas e fuliginosas vistas de longe em noite escura, dispostas de um lado e outro da rua de distância em distância, davam bem uma impressão bizarra.

Nu da cintura p'ra cima um moleque qualquer botava a bocca ; no mundo, apregoando: — Arroz de cuxá Chega freguez! Tá quentinho !'... Pelos passeios, comia-se á porta a boia africana.

Vieram novos tempos e nunca mais se viu a exibição das lanternetas vermelhas. O cuxá passou de uma vez para a cozinha particular. Esse costume que era muito nosso fez do Maranhão a terra do arroz de cuxá. Não mais se reproduzirá esse quadro da nossa emperrante fase de desenvolvimento

O que, porém, parece querer ficar por toda uma eternidade é o tal hábito inveterado de criar galináceos, bacorinhos e outros bichos semelhantes nas ruas da cidade (O Imparcial, 1929).

Nesse texto, temos alguns elementos indicativos da compreensão ludovicense sobre o arroz de cuxá. A princípio, o prato era servido nas ruas, a casas “modestas” com a luz vermelha na porta, ou seja, prostíbulos, o costume tinha um apelo popular e “racial”, era associado à África, “boia africana,” e foi eliminado do espaço urbano positivamente com a ação do tempo. Narra essa conquista para observar que nem tudo progrediu e que as ruas continuam como criatórios de bichos típicos da vida de uma fazenda. O autor associa o progresso à urbanização e o atraso ao baixo meretrício, que não mais assola a cidade, e à ocupação das ruas com a atividades do campo.

No ano seguinte, foi preso o “Vinagreira”, apelido de Raymundo Souza, um rapaz conhecido pela polícia “pelas suas façanhas”. Ele havia roubado alguns canos e foi preso.

Ao resolver a situação, foi novamente detido por ter furtado 13 sacas de algodão. Fecha a matéria policial “O arroz de cuxá do ‘Vinagreira’” com a seguinte frase irônica e que usa o termo cuxá para demonstrar os desvios do meliante: “‘Vinagreira’ fez, pois, um cuxá de patente, ou, antes, está metido num caruru dos diabos...” (O Imparcial, 1930).

Em julho de 1930, um poema de protesto anônimo é publicado em *O Combate*, com o título “Um por dia”: “Sai a raposa da toca, / Sai do rio o curimatá; / Sai o pacamão, à loca, / Sai da panela, o cuxá, / E tu engenheiro do sóca, / Quando sai de Coroatá?” (O Combate, 1930). O poeta está indignado com alguma obra que está sendo realizada em Coroatá e chama o engenheiro responsável de “engenheiro do sóca”. Na expectativa de finalização da perturbação com as marteladas da construção, insere o cuxá em uma sequência de elementos aleatórios que são cotidianos e simples para dizer que um dia a obra acaba e o engenheiro vai embora. Nessa estrofe, o cuxá é apresentado como uma experiência cotidiana e comumente vivenciada, dando um aspecto de pouco importante, mas presente e certo.

Em agosto de 1930, nova matéria ironizando as ruas da cidade foi publicada. “De anel verde no indicador, o Dr. Praxedes despediu-se dos vatapás apimentados e voltou para as delícias do arroz de cuxá.” O cronista encontra-se casualmente com seu amigo médico que tece comentários depreciativos em relação à limpeza da cidade, aos monumentos erigidos e à vida social ludovicense e, ainda, em ironia, ressalta a presença de urubus. Nessa passagem, o cuxá aparece novamente como uma metonímia da vida no Maranhão em meio a reclamações acerca da ausência do progresso e da urbanização (O Imparcial, 1930).

De 1930 a 1938, temos um salto temporal em que o cuxá não mencionado. E em 1938 temos duas matérias que colocam o prato na relação com a cidade e a identidade maranhense (Serra, 1938). A crônica do jornal *O imparcial* refere-se nostalgicamente que cidade não mais escuta os gritos das mulheres vendendo o arroz de cuxá e a segunda, de *O Pacotilha*, aparece como o título de uma letra de música de autoria de Dilu Melo e Ribamar Pereira como uma homenagem da cantora ao Maranhão (A Pacotilha, 1938). É a primeira manifestação do prato como símbolo do estado, exaltado para além das fronteiras maranhenses. Até então, o arroz de cuxá ou apenas o cuxá são tomados como símbolos da vida boêmia e de um passado ludovicense que é lembrado como bom e divertido ou ainda como pobre e pernicioso.

Temos novo hiato e apenas em 1946 aparece uma menção ao arroz de cuxá. É uma crônica sobre o interventor Saturnino Belo, conhecido como Satu, que teria dito a uma senhora que pedia uma bolsa para estudar arte culinária no Rio de Janeiro: “Tenha

paciência, eu sou bairrista, a senhora fica aqui mesmo, fazendo torta de camarão e arroz de cuxá” (Diário de São Luís, 1946, p. 6). No teor da crônica, Satu é um personagem que protegeria os recursos do Maranhão por ser um representante local e ter crescido em sua terra natal em função de suas próprias capacidades. E o arroz de cuxá vem corroborar com essa caracterização de protetorado das peculiaridades do estado. Ainda dentro desse aspecto, em 1948, o cuxá de vinagreira com pimenta malagueta é associado às críticas feitas pela oposição aos partidários do Partido Social Trabalhista e aos políticos Saturnino Belo, Vitorino freire, Coronel Archer da Silva e General Dutra. Segundo a crônica, a oposição gosta de ter a “boca ardosa” (Diário de São Luís, 1948, p. 8) e lança mão do sabor do tempero da pimenta no molho do cuxá para indicar as insatisfações dos oponentes políticos.

Em 1955, o *Pacotilha O Globo* publica uma matéria sobre a nostalgia do bairro Desterro, em São Luís, hoje no centro histórico nas proximidades da Igreja de São José do Desterro. Nessa crônica, o narrador descreve uma noite em que fugiu do barulho dos homens, em busca de silêncio e mistérios do bairro desterro, e andava vagarosamente pelas ruas. E lança uma pergunta “pergunto pelos ‘lampeões’ de papel de sêda encarnado que anunciavam, à porta das casas coloniais, o peixe frito com arroz de cuxá, da mais pura, da mais legítima, da mais saborosa cozinha maranhense” (Pacotilha O Globo, 1955).

Ainda em 1955, em *O Combate*, intitulada “Primeiro cuidemos do Jéca...”, o autor traz em seu texto um olhar sobre os Sertões, e como o mesmo tende a ser esquecido pelo governo, economistas, empresários entre outros. Descreve a infiltração da industrialização fazendo do sertanejo refém dos novos tempos, deixando o campo e partindo para a cidade para trabalhar loucamente e morrer por exaustão. No decorrer do texto o autor escreve sobre a alimentação do sertanejo: “cachaça, tiquira farinha, feijão, cuxá, pimenta e sal, de sobremesa fumo e diamba.” Finaliza a crônica ressaltando o momento eleitoral e apela às autoridades que cuidem do jeca, que não abandonem a agricultura e a pecuária e evitem promover o desequilíbrio econômico.

Na década de 1960, em 1964, o jornal *A Tribuna*, de São Paulo, reproduz o discurso do Sr. Reinaldo Guimarães da Silva sobre o Maranhão no Clube dos 21 Irmãos Amigos, que faz referência aos estados brasileiros quando foi fundado. Silva exalta a culinária maranhense e cita o prato com cuxá. No *Jornal do Maranhão: Semanário de Orientação Católica- Jornal a Serviço da Família e do Povo*, o anúncio de uma festa junina que serviram, entre outras comidas típicas, arroz de cuxá e em 1969, duas crônicas nostálgicas mencionam o cuxá como uma comida típica da cidade de São Luís. Em nenhuma delas, fazem referência às tradições boêmias oitocentistas.

Por fim, finalizamos o século XX com os anos de 1970 e 1980 porque nos anos de 1990 não foram encontradas menções no acervo da Hemeroteca Digital de Biblioteca Nacional. Nas décadas de 1970 e 1980, o cuxá aparece como um símbolo do Maranhão e uma representação da sua comida típica. À exceção, *Diário do Pará* em 1985, 1986 e 1987 publicou, no período em que Sarney era presidente da República, os almoços e jantares que oferecia com arroz de cuxá para garantir seus interesses políticos entre os convidados. Em contrapartida, nesse último ano, uma crônica no mesmo periódico criticou as ações do presidente e sugeria que sua boca estaria amarga por ter comido um arroz de cuxá preparado por alguém que não sabia misturar os ingredientes de forma correta, com o sentido nas entrelinhas de que sua administração era desastrada como um cozinheiro ruim. E seus arranjos políticos conquistados nas mesas servidas com arroz de cuxá eram mal feitos e não estavam voltados à proteção do povo brasileiro.

As representações do “cuxá” e do “arroz de cuxá” foram expressas em poemas, crônicas, músicas e peças teatrais que dão sentidos ao prato na cozinha e na cultura maranhense. A princípio, a apropriação se dá nas narrativas poéticas da boemia, com a referência do sabor da iguaria e do prazer da noite. Associado a isso, ele era lembrado nas crônicas como símbolo da pobreza e da marginalidade do centro ludovicense. Nessas passagens, é usado para ressaltar as dificuldades econômicas da população e do estado, em especial na Primeira República, e para fazer protestos políticos contra essa situação. Nas artes, já sinalizava o alimento como identitário, mas mais num sentido de metonímia do Maranhão, como a peça da reportagem de 11 de agosto de 1916, d’ *A Pacotilha*, que associava a iguaria ao Maranhão (*A Pacotilha*, 1916, p. 1). Aproximando-se do conceito de identidade cultural, nas composições de Dilu Mello sobre o estado apresentavam o “arroz de cuxá” como uma comida genuinamente maranhense (*A Pacotilha*, 1938) e, mais recentemente, numa confissão sobre o sentimento de pertencimento, o depoimento do cantor Zeca Baleiro afirmava sua identidade maranhense por não abrir mão de um arroz de cuxá (*Correio Brasiliense*, 2009). Essas menções são indicativos do processo de exaltar o arroz de cuxá associado à ideia identidade maranhense. Nesse sentido, podemos compreender que o arroz de cuxá tornou-se uma referência cultural para o Maranhão. E o conceito expandido o adotado por Pinto (2022):

As referências culturais partem dos sujeitos detentores que se identificam e atribuem significado aos bens culturais. E os órgãos de proteção e registro vão partir da referência desses praticantes para a sistematização e não o contrário como acontecia com os estudiosos do folclore. Nesse sentido, temos dois conceitos concomitantes no mesmo termo: o das referências culturais internas, próprias dos executantes das práticas culturais, que vão nortear a compreensão e os significados

daqueles bens culturais e outro externo aos praticantes, mas próprio daqueles que conhecem o bem cujas referências culturais o colocam em um conjunto cultural nacional mestiço, múltiplo e plural e possibilitam a identidade pela proximidade, estabelecendo claramente a complexidade das culturas brasileiras e, conseqüentemente, das suas identidades (Pinto, 2022, p. 215).

Na leitura das referências culturais ampliadas, o arroz de cuxá, a partir de meados do século XX, passa a ser um patrimônio cultural, identitário entre os maranhenses e, para as pessoas de fora do estado, passa a ser uma representação cultural do Maranhão. Isso é corroborado pela exposição dessa iguaria como parte da memória coletiva, como o que é praticado pelo então presidente José Sarney, nos anos de 1980, de oferecer os banquetes com a comida típica do estado ou quando o prato é exaltado fora do Maranhão como uma peculiaridade maranhense. Nesse sentido, a trajetória da iguaria passa por modificações que transformam suas apropriações e a colocam em uma forma de metonímia do Maranhão.

Considerações finais

A partir dos jornais dos séculos XIX e XX, foi possível identificar a trajetória e a ressignificação do prato na história maranhense. Inicialmente, o arroz de cuxá era vendido nas portas das casas das ruas do baixo meretrício e associado à boemia oitocentista de São Luís. A candeia e o lampião simbolizavam a venda da iguaria e outros serviços eram também ofertados naqueles ambientes. Dessas vivências compartilhadas pelos boêmios do Maranhão oitocentista, muitas poesias e crônicas foram redigidas com o intuito nostálgico de rememorar uma São Luís noturna, às vezes, a juventude do escritor, outras apenas buscavam lembranças da terra natal, mas em geral com esses toques apimentados referentes aos locais onde eram vendidos os pratos.

O prato arroz de cuxá é citado em várias notícias oitocentistas em que ele é comercializado à noite e os fregueses dessas cozinheiras fazem arruaças no local onde é servido, causando insatisfações na vizinhança. O termo também é associado, em alguns poemas e crônicas, ao ato sexual, o que pode ter relação com a frequência dos ambientes noturnos em que ele era servido em São Luís.

Com a primeira república, o cuxá começa a ser ressignificado. Ainda permanecem crônicas nostálgicas sobre os tempos do divertimento noturno ludovicense concomitantes a abordagens políticas sobre o estado e a economia. E nessas últimas, a comida é lançada como uma metáfora da pobreza, da prostituição e da marginalidade nas cidades. O prato é tomado como um símbolo da cidade degradada e usado como crítica ao governo. No

século XX, o cuxá também é associado à política que é considerada tão misturada quanto o prato de arroz de cuxá.

Ao mesmo tempo em que essas crônicas de teor político são publicadas, a iguaria começa a ser preparada dentro das casas e a receita deixa de ser associada ao baixo meretrício e ao sexo para tornar-se uma comida afetiva familiar. Era preparada nos almoços de domingo e passou a ser associada às mães e avós. Com isso, ele começa a participar do processo de formação de uma identidade alimentar do Maranhão (O Imparcial, 1929). E, assim, o cuxá torna-se o principal prato típico da cozinha maranhense (Diário de Pernambuco, 1983), associado ao turismo e à gastronomia porque “vir ao Maranhão e não provar o prato é sinônimo de não aproveitar a viagem” (Correio Brasiliense, 2003).

Por fim, as referências dos escritores ao arroz de cuxá remontam uma memória de sabores associadas às experiências da diversão e do convívio social entre os seus. A São Luís oitocentista era rica em pensadores e escritores, o que, provavelmente, transformava a vida noturna em momentos de sociabilidade. Já no século XX, esses espaços noturnos deixaram de ecoar os sons da agitação, risos e gritarias associados ao cuxá. Na memória dos frequentadores restou um sentimento de saudade relacionado ao divertimento e ao prazer de degustar a iguaria. Como uma comida afetiva dessas experiências noturnas e relatadas nos textos desses autores, o arroz de cuxá vai se transformando em uma comida dos lares e, conseqüentemente, identitária para o Maranhão.

Referências

ALMEIDA, MZ. *Plantas Medicinais* [online]. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 2011, ISBN 978- 85-232-1216-2.

ALMEIDA, Fábio Chang de. Comida, Memória Social e Patrimônio Cultural. In: *VII Jornadas Mercosul: memórias, arquivos, patrimônios e estudos latinoamericanos*, 2022, Canoas. VII Jornadas Mercosul: memórias, arquivos, patrimônios e estudos latino-americanos. Canoas: Editora Unilasalle, 2022. p. 251-255.

A CIGARRA. São Paulo, 1960-1961. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A CRUZADA. Maranhão, 1890-1892. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A ESCHOLA: ÓRGÃO ESTUDANTAL. Maranhão, 1891. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A FEDERAÇÃO: ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO. Rio Grande do Sul, 1934. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL Rio de Janeiro, 18766-2018. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A PACOTILHA., 1880-1900. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A PACOTILHA. Os Jornaes. *A Pacotilha* (São Luís-MA). 07 de dezembro de 1881. n. 00209, p. 2. In: HDBN.

A PACOTILHA. Óbitos. *A Pacotilha* (São Luís-MA). 18 de abril de 1883a. n. 00105, p. 3. In: HDBN.

A PACOTILHA. Folhetim da semana. *A Pacotilha* (São Luís- MA). 22 de julho de 1883b. n. 00198, p. 2. In: HDBN.

A PACOTILHA. Os Jornaes”. *A Pacotilha* (São Luís-MA). 18 de agosto de 1886. n. 00199, p. 3. In: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional- HDBN.

A PACOTILHA. Chula do Rapazio. *A Pacotilha* (São Luís-MA). 04 de dezembro de 1885. n. 00285, p. 3. In: HDBN.

A PACOTILHA. Amigo Sabino Miller. *A Pacotilha*, (São Luís-MA), 11 jul. 1892, Ano 1892, n. 00162.

A PACOTILHA. São Luís, 26 abr. 1904, Ano XXIV, n. 28.

A PACOTILHA. “Os outros”. *A Pacotilha* (São Luís-MA). 11 de agosto de 1916. n. 00188, p. 1. In: HDBN.

A PACOTILHA. Dilu melo, Theatro, *A Pacotilha*, (São Luís-MA), 8 out. 1938, ano LXIII, n. 1243, p. 3.

A PACOTILHA. “Theatro (Dillu Mello)”. *A Pacotilha* (São Luís- MA). 08 de outubro de 1938. n. 01243, p. 3. In: HDBN.

A TRIBUNA. São Paulo, 1960-1969. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

BOLETIM TRIMESTRAL – SUBCOMISSÃO CATARINENSE DE FOLCLORE. Santa Catarina, 2000-2002. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

BRAZIL FERRO CARRIL. Rio de Janeiro, 1910-1950. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia da alimentação no Brasil*. 1ª Ed. Digital. São Paulo: Global Editora, 2014.

CONTRERAS, Jesús; GRACIA, Mabel. *Alimentação, Sociedade e Cultura*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

CORREIO BRAZILIENSE. Distrito Federal, 2002-2009. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CORREIO BRAZILIENSE. “Arroz de cuxá em versos”. *Correio Braziliense* (Distrito Federal). 10 de julho de 2002. n. 14297 (Lugares), p. 6. In: HDBN.

CORREIO BRAZILIENSE. “Forró de todos os sons”. *Correio Braziliense* (Distrito Federal). 10 de junho de 2009. n. 16823 (Cultura), p. 5. In: HDBN.

CORREIO BRAZILIENSE. “Com gosto de tiquira e cuxá”. *Correio Braziliense* (Distrito Federal). 30 de abril de 2003. n. 14591 (Lugares), p. 1. In: HDBN.

CORREIO RIO GRANDENSE. Rio Grande do Sul, 1988-2013. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CULINÁRIA. Saiba preparar um delicioso cuxá maranhense. 29 mar. 2024. Disponível em: <https://imirante.com/culinaria/brasil/2024/03/29/saiba-preparar-um-delicioso-cuxa-maranhense>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CUMIEIRA, José. Do Mirante, Colaboração, *O Pacotilha*, n. 14, Ano XI, São Luís, 16 jan. 1891.

D’AVILA, Mucio. XVII, Por intervalos, *A Cruzada*, São Luís, 17 fev. 1891, n. 105, ano II.

DIÁRIO DO MARANHÃO. 1880-1900. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DO MARANHÃO Seção geral (zig zag)”. *O Diário do Maranhão* (São Luís-MA). 18 de setembro de 1891. n. 05384, p. 2. In: HDBN.

DIÁRIO DE NATAL. Rio Grande do Norte, 1985-1987. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Pernambuco, 1983-1985. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “Um, dois, feijão com arroz”. *Diário de Pernambuco* (Pernambuco). 30 de janeiro de 1983. n. 00030, p. 47. In: HDBN.

DIÁRIO DO PARÁ. Pará, 1984-1987. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE SÃO LUÍS. Maranhão, 1920-1948. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DE SÃO LUÍS. “O Satu”, *Diário de São Luís*, São Luís, 13 ago. 1946, ano II, n. 484, p. 6.

DIÁRIO DE SÃO LUÍS. “O tribunal das ruas”, *Diário de São Luís*, 16 out. 1948, ano IV, n. 1136, p. 8.

FERRETTI, Mundicarmo. O cuxá na cultura maranhense e seu registro como patrimônio cultural brasileiro. Semana da Cultura Popular “do cofo ao prato: comida maranhense que dá água na boca”. *Boletim da CMF*. UFMA, ISSN: 1516-178. Agosto. São Luís n. 38, p. 6, 2007.

FURTADO, Frederico Mamede Santos. *A comunidade sírio-libanesa e sua inserção na elite maranhense*. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1906-1915. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

IPHAN. Bens culturais registrados. 2025. Disponível em: <https://bcr.iphan.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2025.

JORNAL DA ABI. Rio de Janeiro, 1996-2012. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

JORNAL DO MARANHÃO: SEMANÁRIO DE ORIENTAÇÃO CATÓLICA — JORNAL A SERVIÇO DA FAMÍLIA E DO POVO. Maranhão, 1960-1968. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 1970-1979. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

KUNTZ, Lucia Iglesias. Food and intangible heritage, a flavourful relationship. 2 Abr. 2025. UNESCO, 2025. Disponível em: <https://courier.unesco.org/en/articles/food-and-intangible-heritage-flavourful-relationship>. Acesso em: 20 jun. 2025.

LIMA, Zelinda Machado de Castro. O cuxá. Semana da Cultura Popular “do cofo ao prato: comida maranhense que dá água na boca”. *Boletim da CMF*. UFMA, ISSN: 1516-178. Agosto. São Luís n. 38, p.3, 2007.

MEHDAWY, Magda. *My Egyptian Grandmother's Kitchen: traditional dishes sweet and savory*. Cairo: The American University of Cairo Press, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Guia de Consulta para Vigilância Epidemiológica, Assistência e Atenção Nutricional dos Casos de Beribéri*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. 2ªed. Trad. Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2013.

O COMBATE. Maranhão, 1928-1955. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O COMBATE. Bar Antarctica, *O Combate*, São Luís, 31 dez. 1928.

O COMBATE. “Um por dia”, *O Combate*, São Luís, 27 jul. 1930, ano VI.

O IMPARCIAL. Maranhão, 1929-1938. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O IMPARCIAL. A lei da natureza. *O Imparcial* (Maranhão). 21 de dezembro de 1929. n. 02159, p. 08. In: HDBN.

O IMPARCIAL. Casos policiais/ Arroz de cuxá do “vinagreira”... *O Imparcial* (Maranhão). 08 de março de 1930. n. 02232, p. 06. In: HDBN.

O IMPARCIAL. A lei da natureza, *O Imparcial*, São Luís, 21 dez. 1929, ano IV, n. 2159.

O IMPARCIAL. “O arroz de cuxá do ‘Vinagreira’”, Casos Policiais, O Imparcial, São Luís, 8 mar. 1930, ano V, n. 2232.

O IMPARCIAL. Praxédes, o terrível, O Imparcial, São Luís, 5 ago. 1930, ano V, n° 2385.

O IMPARCIAL. “A lei da natureza”. *O Imparcial* (Maranhão). 21 de dezembro de 1929. n. 02159, p. 08. In: HDBN.

O ESTADO DE FLORIANÓPOLIS. Santa Catarina, 1915-1971. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

PACOTILHA: O GLOBO. Maranhão, 1950-1959. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

PACOTILHA. Advertisement, Annonce, Annúncio, *Pacotilha*, 29 dez. 1883, n° 351, Ano III. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

PACOTILHA. Amigo, você já foi ao desterro?. *Pacotilha: o globo* (Maranhão). 30 de julho de 1955. n. 00102, p. 04. In: HDBN.

PIERONI, Gabriella Cristina. *Fazedores de cultura, comedores de patrimônio: Estado e sociedade civil no Registro do patrimônio imaterial ligado à alimentação* (2000/2016). Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018.

PINTO, Liliane Faria Corrêa. “Os desafios do patrimônio cultural brasileiro diante dos horizontes das identidades nacionais”. In.: EUGÊNIO, Alisson (org.). *Os horizontes da nação: desafios brasileiros após 200 anos de Independência*. Alfenas: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2022.

PRADO, Bento do. Crônicas Phlisoficas, *A Pacotilha*, São Luís-MA. 03 de fevereiro de 1884. n. 0031, p. 02. In: HDBN.

RITA’S NOTEBOOK. Ngai Ngai na basóló or roselle leaves with eggplant stew, 14 jan. 2019. Disponível em: <https://ritasnotebook.com/2019/01/14/ngai-ngai-na-basolo-or-roselle-leaves-with-eggplant-stew/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

RUBIO. Zig-zag. *Diário do Maranhão*. São Luís, 18 ago. 1891, ano XXII, n° 5384.

SAVARIN, Brillat. *A fisiologia do gosto*. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

SERRA, Astolpho. Cartaz, *O Imparcial*, São Luís, 8 abr. 1938, ano XIII, n° 5889, p. 8.
SHAH, Ibn Mubarak. *The Sultan’s feast: a fifteenth-century Egyptian cookbook*. London: Saqi Books, 2020.

SIMIÃO, Anna Rita Maciel; SIMANKE, Richard Theisen. A História do Conceito Onanismo na Psiquiatria dos Séculos XVIII e XIX (Parte 1). *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2021, v. 2. Doi: [10.12957/ep.2021.61070](https://doi.org/10.12957/ep.2021.61070) ISSN 1808-4281 (online version) Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br>. Acesso em: 10 set. 2023.

UNESCO. Browse the Lists of Intangible Cultural Heritage and the Register of good safeguarding practices. UNESCO Intangible Cultural Heritage, 2025. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/lists>. Acesso em: 20 jun. 2025.

VELOSO, José Mariano da Conceição. *Florae Fluminensis Icones fundamentales*. t. VII (Manuscrito). [S.l.: s.n.], 1790.

Artigo recebido em 03/01/2025

Aceito para publicação em 14/06/2025

Editor(a) responsável: Luiza Paula Monteiro Mota

¹ Os quiabos são também espécies da família das Malvaceas e do gênero *Hibiscus*. São conhecidos cientificamente como *Hibiscus esculentus* L. e *H. abelmosclus* L. São de origem africana e muito utilizados associados aos pratos sagrados das religiões afrodescendentes (Almeida, 2011).

² Segundo o *Guia de Consulta para Vigilância Epidemiológica, Assistência e Atenção Nutricional dos Casos de Beribéri*, “Como a maioria das doenças nutricionais, grande parte dos surtos de beribéri associa-se a condições de pobreza e fome relacionando-se a situações graves de insegurança alimentar e nutricional, alimentação monótona baseada em arroz polido, elevado teor de carboidratos simples e também a alguns grupos de risco específicos como alcoolistas, gestantes, crianças e pessoas que exercem atividade física extenuante” (Ministério da Saúde, 2012).

“A CAMPANHA MOSTROU QUEM ESTAVA DE PALHAÇADA”: O Debate Sobre a Participação de Humoristas e o Uso Do Humor nas Propagandas Eleitorais de Teresina em 2012

“THE CAMPAIGN REVEALED WHO WAS CLOWNING AROUND”: The Debate On The Participation Of Comedians And The Use Of Humor In The 2012 Electoral Campaigns In Teresina

Higor Rafael de Sousa Aguiar¹
Cláudia Cristina da Silva Fontineles²

Resumo: Este artigo analisa o debate sobre o uso de humoristas nas propagandas eleitorais dos candidatos à Prefeitura de Teresina (PI) nas eleições de 2012. As campanhas de Firmino Filho (PSDB) e Elmano Férrer (PTB) recorreram a humoristas locais consagrados, o que gerou controvérsias entre opositores e setores da imprensa. As críticas concentraram-se na questão: o humor mascarou a ausência de propostas ou foi apenas uma estratégia de comunicação? Para discutir essas questões, utilizam-se fontes hemerográficas, como os jornais *O Dia* e *Meio Norte*, disponíveis no Arquivo Público do Piauí. Além disso, também se recorreu a mídias audiovisuais. A análise fundamenta-se em autores como Bernard Manin e Antônio Rubim, que discutem as transformações eleitorais diante da ascensão dos meios de comunicação. O artigo busca contribuir para os estudos sobre eleições e o processo democrático brasileiro.

Palavras-chave: História, Humor, Política, Eleições, Teresina.

Abstract: This paper analyzes the debate regarding the employment of comedians in the political broadcasts of candidates for mayor of Teresina (Piauí, Brazil) during the 2012 municipal elections. The campaigns of Firmino Filho (PSDB) and Elmano Férrer (PTB) enlisted renowned local comedians, generating controversy among political opponents and sectors of the press. Criticism centered on whether humor masked the absence of policy proposals or merely constituted a communication strategy. To discuss these issues, the study utilizes press sources, such as the newspaper sources such as *O Dia* and *Meio Norte*, available at the Piauí Public Archive, as well as audiovisual media. The analysis is grounded in authors such as Bernard Manin and Antônio Rubim, who discuss electoral transformations amidst the rise of mass media. The article aims to contribute to the study of elections and the Brazilian democratic process.

Keywords: History, Humor, Politics, Elections, Teresina.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar o debate sobre a participação de humoristas nas propagandas eleitorais durante as eleições municipais de 2012, mais especificamente, nas campanhas de Firmino Filho¹, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e Elmano Férrer², do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), então candidatos à prefeitura da

¹ Mestre em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (2025). <https://orcid.org/0009-0006-8677-3793>.

² Professora associada da Universidade Federal do Piauí (Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política). Bolsista de Pesquisa UFPI. Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em História Sociocultural pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em História Política Contemporânea pela Universidade Estadual do Piauí. Licenciada em História e em Pedagogia, graduada em Direito pela Universidade Estadual do Piauí. <https://orcid.org/0000-0001-5398-0354>.

capital, nas quais contrataram humoristas renomados³ no estado do Piauí, o que gerou controvérsias entre os adversários políticos e parte da imprensa.

Vale destacar que o PSDB governava Teresina desde 1993. No entanto, nas eleições de 2012, o partido já não estava à frente da prefeitura, uma vez que o último prefeito eleito pela sigla, Sílvio Mendes⁴, havia renunciado ao cargo em 2010 para disputar o governo estadual. Com sua saída, o vice-prefeito Elmano Férrer, do PTB, assumiu a chefia do Palácio da Cidade⁵ e permaneceu no cargo até o fim do mandato. Apesar da longa aliança local entre o PTB e o PSDB, a relação entre Elmano Férrer e os tucanos começou a se deteriorar após a renúncia do prefeito petessedebista, culminando na ruptura formal entre os dois no ano seguinte (Martins, 2012c, p. 3). Assim, ao contrário do cenário das eleições anteriores, os dois grupos chegaram à disputa de 2012 em campos opostos.

Firmino Filho, que era candidato a prefeito em 2012 pelo PSDB e já havia ocupado o cargo entre 1997 e 2004, justificou o rompimento político com Elmano Férrer alegando falta de coerência do petebista, o qual, segundo Firmino, teria se aproximado do Partido dos Trabalhadores (PT), histórico oponente nos cenários local e nacional. Por outro lado, Elmano Férrer atribuiu a fissura ao que classificou como um projeto de poder de Firmino Filho, afirmando que o ex-prefeito teria ficado insatisfeito com o início de seu “novo modelo de gestão” (Firmino, 2012; Viagora, 2012). Sobre essa cisão, uma matéria do Jornal O Dia apresentou a seguinte explicação:

Os desentendimentos iniciaram com a mudança na ocupação das pastas. Ao assumir a Prefeitura, Elmano Férrer (PTB) imprimiu mudanças administrativas e deixou os tucanos de fora da administração. Os debates ficaram mais intensos após membros da administração municipal tecerem críticas ao modelo tucano de administrar. Por um lado, petebistas criticavam o “atraso” da cidade, alegando que o PSDB passou quase vinte anos à frente da Prefeitura e deixou de realizar projetos importantes. Os tucanos responderam dizendo que os petebistas eram aliados e renegaram a parceria formando um “bloco” para esvaziar o PSDB (Martins, 2012c, p.3).

Ou seja, de acordo com a matéria, esse desentendimento emergiu, principalmente, na articulação dos cargos administrativos. Dessa forma, após um longo período no comando da cidade, o PSDB viu-se excluído da gestão municipal. Além dessas questões, a aproximação de Elmano Férrer com representantes do PT também contribuiu para o rompimento. Essa interpretação é corroborada pela fala do então senador e presidente do diretório estadual do PTB, João Vicente Claudino⁶, o qual, em entrevista concedida ao mesmo jornal em 2011, afirmou compreender a “inquietude do PSDB com a parceria firmada entre PT e PTB na prefeitura da capital” (Portela, 2011, p. 3), acusando os tucanos

de possuírem “um medo muito grande de o PT estar dentro da administração municipal em Teresina” e acrescentando que “isso sempre foi uma preocupação clara deles” (Portela, 2011, p. 3).

Não se pode perder de vista que, nesse contexto, PT e PSDB protagonizavam a disputa pelo comando do país. Após o mandato de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), encerrado em 2002, o Partido dos Trabalhadores venceu as quatro eleições presidenciais seguintes, todas contra candidatos peessedebistas — José Serra em 2002 e 2010, Geraldo Alckmin em 2006 e Aécio Neves em 2014. Esse panorama ajuda a compreender por que a suposta aproximação do então prefeito Elmano Férrer com os petistas de fato incomodou seus antigos aliados.

Em relação ao pleito de 2012, os candidatos Elmano Férrer e Firmino Filho avançaram para o segundo turno, tendo alcançado 139.016 e 162.633 votos, respectivamente. Na etapa seguinte, Firmino foi eleito, pela terceira vez, prefeito de Teresina, com 51,54% dos votos válidos. O mesmo candidato ainda conseguiria se reeleger em 2016. Quanto ao percentual de votação, algumas questões podem ser levantadas: as propagandas eleitorais interpretadas por humoristas tiveram algum impacto no comparecimento dos eleitores? Teriam influenciado a taxa de abstenção?

Tabela 01 – COMPARECIMENTO À VOTAÇÃO (PREFEITO DE TERESINA 2004-2020)

Ano	Eleitorado apto	Comparecimento (%)	Abstenção (%)	Votos em branco (%)	Votos nulos (%)
2004	455.138	85	15	1,61	4,44
2008	490.582	85,19	14,81	1,59	4,48
2012	531.138	83,89	16,11	1,86	3,99
2016	531.952	88,27%	11,73%	2,17%	6,96%
2020	558,661	79,97	20,03	2,50	4,94

Fonte: O Autor, 2025 (TSE, 2004; 2008; 2012; 2016; 2020)

Analisando os dados disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e comparando os números de 2012 com os das duas eleições anteriores e das duas seguintes, observa-se que, em termos de comparecimento e abstenção, as eleições daquele ano não apresentaram variações significativas, mantendo-se próximas às taxas dos demais pleitos. Na verdade, os dados apontam até um leve aumento da abstenção em relação a 2004 e 2008, além de uma diferença mais expressiva quando comparados com 2016, ano que registrou os melhores índices de participação.

O comparecimento em 2012 supera apenas os números de 2020, quando o processo eleitoral ocorreu em meio à pandemia de COVID-19, fator que impactou a ida dos eleitores às urnas. Apesar dessa redução no comparecimento, a variação é muito

pequena, tornando insuficiente atribuí-la a uma suposta reação às propagandas eleitorais. Ademais, nessa questão podem ter incidido uma variedade de outros fatores, o que demandaria uma investigação mais específica. Em relação às propagandas eleitorais de 2012, foram transmitidas no âmbito do horário eleitoral gratuito brasileiro, entre 21 de agosto e 04 de outubro, por força da Lei nº 9.504/1997, cujas linhas estabelecem as normas para as eleições. As propagandas em questão integravam as campanhas das coligações “A Força do Trabalho” e “Construindo Novos Caminhos”, encabeçadas, respectivamente, por PTB e PSDB.

Dentre os humoristas contratados para atuar nessas campanhas, destacavam-se os piriapienses João Cláudio Moreno⁷, Amaurí Jucá⁸ e Dirceu Andrade⁹. Devido aos seus trabalhos no segmento, esses artistas já gozavam de bastante reconhecimento, tanto em nível regional quanto nacional. O tempo de tela protagonizado por essas figuras foi significativo, a ponto de serem chamadas, em uma matéria do Jornal O Dia, de “estrela dos programas” (Humor, 2012, p. 12).

Os questionamentos à participação desses comediantes giravam em torno de uma suposta superficialidade que estaria sendo imposta ao debate político. A presença do humor nos espaços oficiais da propaganda eleitoral foi apontada por adversários e por parte da imprensa como uma forma de omitir planos ou projetos concretos, resultando, segundo essa perspectiva, na transformação do espaço político em um palco de entretenimento. Nesse sentido, analisaremos as discussões em torno desse tema, mais especificamente por meio dos discursos daqueles que acusavam as campanhas petebistas e peessedebistas de camuflar a falta de ideias com o uso do humor.

A relevância desta pesquisa reside no fato de que essa experiência, embora situada em um recorte espacial específico, não se limita a Teresina, mas se inscreve também na história política do país. A partir da análise do uso de humoristas na propaganda eleitoral teresinense, é possível vislumbrar esse aspecto da política brasileira em recortes mais amplos, nos quais o entretenimento, a mídia e os novos meios de comunicação passaram a exercer influência crescente sobre os resultados dos pleitos.

No Brasil, exemplos ilustram esse argumento, como o do humorista Francisco Everardo Oliveira Silva, mais conhecido pelo epíteto de Tiririca, eleito em 2010 pelo Partido da República (PR). Tornou-se o terceiro deputado federal mais votado da história política brasileira até então, além de ter sido o mais votado daquele ano, com mais de 1,35 milhão de votos — mesmo sem experiência política ou apresentação de propostas.

Outro ponto que merece destaque é o papel crescente da internet e das redes sociais em eleições que definem o cargo mais alto do Executivo de um país. Casos como

os de Jair Bolsonaro, em 2018, e Donald Trump, em 2016, ilustram esse fenômeno. As campanhas de Elmano Férrer e Firmino Filho também seguiram essa tendência, com materiais publicitários veiculados na plataforma de vídeos YouTube¹⁰, evidenciando a convergência entre comunicação política, entretenimento e mídias digitais.

“Presente de papel”: as propagandas eleitorais protagonizadas por humoristas em Teresina (2012)

Antes de analisar o debate acerca da alegada superficialidade das propagandas eleitorais de Firmino Filho e Elmano Férrer — acusação feita por determinados grupos, como alguns jornalistas e opositores —, é importante examinar algumas das peças protagonizadas pelos humoristas. Inicialmente, cabe destacar que nem todas tinham como foco principal a crítica direta ao adversário. Parte dessas propagandas visava, sobretudo, legitimar a necessidade da vitória de seus respectivos candidatos. Para isso, utilizavam como argumento as supostas melhorias promovidas durante suas gestões, apresentando essas realizações como evidências de competência e como justificativa para a continuidade de seus mandatos.

Um exemplo disso pode ser encontrado na peça de propaganda política¹¹ intitulada “Pesadelo”, em que o humorista Amauri Jucá interpreta uma personagem que vivencia um sonho angustiante no qual Elmano Férrer nunca havia sido prefeito (Elmano Férrer, 2012a). Nesse cenário fictício, ele enfrenta uma série de problemas relacionados à infraestrutura e ao urbanismo da cidade, como a ausência do sistema de integração no transporte coletivo, a inexistência de academias públicas e as dificuldades de locomoção causadas pela impossibilidade de táxis utilizarem a faixa exclusiva.

O enredo dessa peça enfatiza as realizações da gestão de Elmano Férrer, sugerindo que sua ausência no cargo resultaria em um retrocesso significativo nesses aspectos. A cena passa-se no interior de um ônibus, o que remete diretamente à questão da integração do transporte, uma das ações cuja autoria era disputada entre Firmino e Elmano. Além disso, outras obras e iniciativas reivindicadas por ambos também são exploradas nesse vídeo.

Outro exemplo de propaganda que se concentrou em destacar os feitos da administração municipal pode ser encontrado no vídeo “Segundo Tempo”, cuja estratégia consistia em mensagens de duplo sentido, com narrativas que comparavam o segundo turno da eleição ao segundo tempo de uma partida de futebol (Firmino Filho, 2012a). Essa abordagem combinava humor e metáforas esportivas para enfatizar os supostos avanços

da gestão de Firmino Filho. O cenário é uma cabine de transmissão, na qual os humoristas interpretam um narrador e um comentarista.

Nessa oportunidade, contudo, já havia menções subentendidas ao principal opositor, por exemplo, na forma como a equipe adversária foi chamada de “time do bloção” ou na expressão “dar um balão”. Embora balão seja um termo comum no futebol, utilizado para se referir a um drible, nesse contexto a palavra foi empregada figurativamente, aludindo a promessas não cumpridas. O “time do bloção” representava a coligação de Elmano Férrer, que reunia o apoio de diversos partidos e era criticada por ser um “bloção de ricos”, que teria “feito várias contratações a peso de ouro” e possuía “muito técnico para pouco jogador”, como se seus críticos também não adotassem as mesmas estratégias. Assim, reforçava-se a oposição entre o candidato peessedebista, que pretendia reforçar a ideia de o “time do povo”, e seu principal adversário (Viagora, 2012).

Em meio a esses exemplos, nota-se a disputa pela autoria de obras ou ações governamentais utilizadas como argumento favorável à imagem de cada gestão. Como Elmano Férrer assumiu a prefeitura após a saída de Sílvio Mendes, algumas iniciativas implementadas durante seu mandato foram reivindicadas pelos peessedebistas como fruto do planejamento das administrações anteriores, mais especificamente de políticos ligados ao PSDB. Para exemplificar, no dia 12 de setembro de 2012, foi publicado no YouTube, no canal intitulado “Elmano Férrer”, um vídeo com parte de sua propaganda eleitoral, intitulado “Por que não fizeram antes?” (Elmano Férrer, 2012c).

Personagem A: Rapaz, tu tá (*sic*) vendo o tanto que esse “véim” (*sic*) trabalha? É obra em todo lugar. / **Compadre:** Cumpadi (*sic*), estou vendo sim. Agora fico aqui é matutando: por que *diaxos* (*sic*) não fizeram isso antes? / **Personagem A:** Dá até vontade de cantar uma modinha. / **Personagem A:** A integração! / **Coro:** Por que não fizeram antes? / **Personagem A:** Lagoas do Norte! / **Coro:** Por que não fizeram antes? / **Personagem A:** Teresina iluminada! / **Coro:** Por que não fizeram antes? (3×), Elmano fez (bis), Elmano faz, Elmano vai fazer muito mais (...) (Elmano Férrer, 2012c, transcrição nossa).

Nesse diálogo, aparecem termos como “véim”, “cumpadi”, “diaxos” e “matutando”, que exploram expressões regionais e características do vocabulário típico da localidade. Dessa forma, a peça recorre a estereótipos, sotaques, gírias e palavras associadas a determinados hábitos, buscando estabelecer uma identificação com o público.

Alguns projetos mencionados, como o Lagoas do Norte e a integração, teriam sido concebidos durante gestões do PSDB, mas sua implementação ocorreu no período em que Elmano Férrer esteve à frente da prefeitura, tornando-se um ponto central da disputa entre

as campanhas (Rodrigues Neto, 2018, p. 103). Isso teria fundamentado o questionamento que nomeia essa peça de propaganda eleitoral: afinal, se a oposição esteve tanto tempo no poder, por que, segundo essa perspectiva, não teria implementado esses projetos antes?

Ademais, um trecho que evidencia o foco nas intervenções de infraestrutura do governo municipal está presente em “É obra em todo lugar”. Isso se justifica pela própria visibilidade proporcionada por esse tipo de ação, em contraste com intervenções cujos resultados não são imediatamente perceptíveis. Em outras palavras, seria menos eficaz para Elmano Férrer ou Firmino Filho enfatizar investimentos cujos impactos só poderiam ser observados em médio ou longo prazo.

A partir disso, em resposta direta à peça petebista, a equipe de Firmino Filho produziu uma propaganda no mesmo tom provocativo. Publicado no YouTube em 24 de setembro de 2012 — doze dias após a veiculação de “Por que não fizeram antes?” na mesma plataforma —, o vídeo com parte da propaganda eleitoral de Firmino Filho foi disponibilizado no canal intitulado “Firmino Filho” (Firmino Filho, 2012b).

Nessa ocasião, a estratégia adotada foi distinta. Em vez de destacar o que seus adversários teriam deixado de fazer, o refrão da música focava no que eles próprios “fizeram antes”. A peça exaltava as ações realizadas durante a gestão de Firmino Filho e de outros representantes do PSDB, apresentando-as como positivas, em contraste com as de Elmano Férrer, descritas como insatisfatórias ou problemáticas para os moradores da capital.

Personagem A: Cumpadi, tu já escutou (*sic*) uma modinha que *tá* (*sic*) rodando por aí? / **Compadre:** Até parece que o povo *num* (*sic*) se lembra de tudo que já foi feito antes pelo 45! / **Personagem A:** Quer ver? Escuta aí, espia! / **Personagem A:** 144 Escolas! / **Coro:** Isso nós fizemos antes! / **Personagem A:** 6 hospitais nos bairros! / **Coro:** Isso nós fizemos antes! / **Personagem A:** A ponte estaiada! / **Coro:** Isso nós fizemos antes! / (...) **Personagem A:** Só iluminaram as praças... / **Coro:** Porque nós fizemos antes! / **Personagem A:** Lagoas do Norte! / **Coro:** Porque nós fizemos antes! / **Personagem A:** Orçamento popular! / **Coro:** Porque nós fizemos antes! / (...) **Personagem A:** Fornecedor sem pagamento! / **Coro:** Isso não fizemos antes! / **Personagem A:** Perseguir o servidor! / **Coro:** Isso não fizemos antes! / **Personagem A:** Um monte de obra parada! / **Coro:** Isso não fizemos antes! / **Personagem A:** A prefeitura está quebrada! / **Coro:** Nós nunca fizemos antes! / **Personagem A:** Confusão com os estudantes! / **Coro:** Nós nunca fizemos antes! / **Personagem A:** Fechar creches e escolas! / **Coro:** Nós nunca fizemos antes! / **Personagem A:** Essa falsa integração! / **Coro:** Nós nunca fizemos antes! / **Personagem A:** O natal do fantasmão! / **Coro:** Nós nunca fizemos antes! (2×) / **Personagem A:** Isso é o que o outro faz, e se deixar ele aí, piora ainda mais! / **Coro:** Ô balão! (Firmino Filho, 2012b, transcrição nossa).

O refrão se altera em três momentos: no primeiro, declara-se o que foi feito anteriormente, enfatizando os feitos do PSDB, sendo a resposta direta à peça petebista, pois nela se declara “isso nós fizemos antes”. No segundo, menciona-se que algumas realizações do mandato de Elmano Férrer só foram possíveis porque “nós (PSDB) fizemos antes”, reforçando a ideia de continuidade atribuída ao grupo político (Firmino Filho, 2012b). Por fim, o terceiro momento aponta episódios de tensão durante a gestão de Férrer, concluindo com a frase “isso não fizemos antes”, em uma tentativa de criticar o adversário e reforçar uma suposta superioridade de suas próprias gestões.

Outro aspecto perceptível nessa peça são as imagens utilizadas como pano de fundo, que mostram obras supostamente paradas na capital. Esse destaque reforça um ponto já abordado anteriormente sobre essas propagandas: a importância atribuída às intervenções infraestruturais e a constante disputa pela autoria de algumas delas. Esse enfoque torna-se especialmente evidente no segundo momento da propaganda, que se propõe a discutir ações realizadas durante o mandato de Elmano Férrer, mas que, segundo a narrativa apresentada, só teriam sido possíveis graças ao planejamento prévio do PSDB.

Desse modo, o que se observa especialmente em “Por que não fizeram antes?” e “O que nós fizemos antes”, mas também em outras peças de propaganda das duas campanhas, são estratégias nas quais os petebistas se posicionavam como os executores — aqueles que tiram do papel o que, de outro modo, permaneceria como mera burocracia inoperante —, enquanto os peessedebistas se apresentavam como os planejadores, responsáveis por desenhar e estruturar os projetos que, segundo essa visão, teriam sido posteriormente usurpados pelos adversários.

O confronto entre esses dois pontos de vista também pode ser observado em uma sequência de peças contendo paródias baseadas na música “Coração de Papel” (Firmino Filho, 2012c; Firmino Filho, 2012d; Elmano Férrer, 2012b). Nessas produções, a temática central girava em torno dos projetos disputados pelos dois grupos, utilizando analogias entre a ideia de “presente” e essa rivalidade. O papel, também presente no título da canção, funcionava como um trocadilho, remetendo ao material da embalagem dos presentes supostamente recebidos pela outra gestão. A primeira dessas peças foi publicada em 5 de setembro de 2012, como parte da propaganda de Firmino Filho, e possui a seguinte transcrição:

Manoel: Ô ‘Seu’ Justino. O homem aí diz que tirou tudo do papel/
Justino: Tirou do papel de presente que ele ganhou do Sílvio e do Firmino 45. Se você pensa que ele tirou tudo do papel. Não vá pensando *seu* Manel./ **Manoel:** Foi o Firmino, eu sei. Dos projetos que fez. E

outro pegou só mel. Foi mesmo que ter caído lá do céu (Firmino Filho, 2012c, transcrição nossa)

“Papel de Presente” insere-se na estratégia empregada pela coligação “Construindo Novos Caminhos”, na qual os peessedebistas alegavam ter preparado os projetos de obras urbanas durante suas gestões e deixado o caminho livre para que Elmano Férrer os “usurpasse” e os executasse sem grandes dificuldades — como se fossem presentes que “caíram do céu”, expressão comumente utilizada para designar aquilo que é obtido sem esforço.

No cenário do vídeo “Papel de Presente”, observa-se uma caixa de presente nas mãos das personagens, simbolizando os projetos planejados pelas gestões peessedebistas. A caixa aparece ao final da peça, caindo metaforicamente em seus colos. Além disso, o plano de fundo também é altamente significativo, pois simula o ambiente do Parque Lagoas do Norte — um dos projetos destacados como exemplo das propostas “entregues de presente”, segundo a narrativa promovida pela coligação. O segundo vídeo dessa sequência foi publicado no mesmo canal do YouTube em 12 de setembro de 2012, dando continuidade ao enredo estabelecido na peça anterior (Firmino Filho, 2012d).

Figura 01 – Captura de “Papel Presente 2”



Fonte: Captura de tela de vídeo publicado no YouTube (Firmino Filho, 2012d).

Nessa ocasião, o vídeo inicia com as personagens desembulhando o presente que “caíra do céu”. Já sem a embalagem, lê-se sobre ele a inscrição “Lagoas do Norte”. Durante a cena, Manoel e Justino ironizam o fato de o candidato adversário sequer ter agradecido pelo presente, o qual, segundo suas falas, “pegou só o mel” — expressão que sugere alguém que se aproveita de algo obtido com facilidade. Assim, segundo essa metáfora, as administrações do PSDB seriam comparadas a abelhas que, com esforço,

produziram o mel, enquanto Elmano Férrer seria aquele que apenas colhe o produto final e dele se beneficia (Firmino Filho, 2012d).

Em resposta a esses vídeos, a equipe de Elmano Férrer publicou, no dia 19 de setembro, uma peça intitulada “Presente”. Na trama, um idoso, interpretado por Amauri Jucá, aparece ouvindo um pequeno rádio, dançando suavemente e cantando entusiasmadamente um jingle político que faz alusão ao desespero dos adversários. De repente, uma caixa de presente cai em seu colo.

Figura 02 – Captura de “Presente”



Fonte: Captura de tela de vídeo publicado no Youtube (Elmano Férrer, 2012b).

Trata-se de uma referência às peças publicitárias “Papel Presente”, de Firmino Filho. Ao abrir o regalo para conferir o conteúdo, o personagem se depara com papéis, reclamando que “não passam disso”. Por fim, quebra a quarta parede, olha diretamente para o público e declara: “Ei, menino, chama o véim (*sic*)! Esse sim sabe tirar do papel! Deixa o véim (*sic*)! trabalhar!” (Elmano Férrer, 2012b).

Nesse contexto, o vídeo reforça a narrativa da coligação liderada por Elmano Férrer acerca das obras disputadas nas propagandas eleitorais com Firmino Filho. Segundo essa versão, o suposto presente deixado por seus antecessores não passaria de papéis burocráticos que, nesse estado, seriam inúteis. Sob essa perspectiva, o candidato petebista seria o verdadeiro responsável por transformar esses papéis em realizações concretas, merecendo, assim, o reconhecimento por elas, uma vez que só passariam a ter significado com a sua atuação.

“Os palhaços verdadeiros estão se mostrando”: as críticas dos candidatos à prefeitura de Teresina acerca da contratação de humoristas para a propaganda eleitoral de 2012

O papel do humor nas campanhas eleitorais tem sido cada vez mais relevante, principalmente no contexto da chamada *democracia do público*.¹² Bernard Manin afirma que, nesse sistema de representação, as eleições são fortemente influenciadas pelas “imagens” que os candidatos buscam construir, seja a imagem pessoal do candidato, seja a da organização ou partido a que pertence. Esse processo é amplamente impactado pela abrangência do sufrágio universal e pelo surgimento dos meios de comunicação de massa, que atuam como intermediários entre candidatos e eleitores (Manin, 1995, p. 12-18).

O autor defende que, nesse contexto, observou-se uma simplificação dos discursos nas representações eleitorais, assegurando uma independência parcial dos representantes após eleitos, já que “a causa de sua eleição foi um compromisso relativamente vago que naturalmente se presta a diversas interpretações” (Manin, 1995, p. 16). Este autor também apontava para um processo no qual as tecnologias de informação encetaram mudanças na própria dinâmica de funcionamento das eleições.

Os meios de comunicação de massa, no entanto, privilegiam determinadas qualidades pessoais: os candidatos vitoriosos não são os de maior prestígio local, mas os “comunicadores”, pessoas que dominam as técnicas da mídia. O que estamos assistindo hoje em dia não é a um abandono dos princípios do governo representativo, mas a uma mudança do tipo de elite selecionada: uma nova elite está tomando o lugar dos ativistas e líderes de partido. A democracia do público é o reinado do “comunicador” (Manin, 1995, p. 13).

Apesar de o contexto no qual Manin escreveu sobre essas novas dinâmicas já não ser o mesmo das tecnologias de comunicação disponíveis em 2012, suas chaves de leitura continuam sendo fundamentais para analisar as discussões em torno dessas propagandas eleitorais. O protagonismo dos humoristas nessas produções representou um conflito de imagens construído entre as duas campanhas. Por meio do humor, os candidatos buscavam estabelecer uma imagem carismática de si mesmos, ao mesmo tempo em que ironizavam e descredibilizavam a do adversário — ou seja, tratava-se da clássica construção maniqueísta em que o próprio candidato é o “bom” e o opositor, o “mau”.

Essa simplificação rondou as narrativas de diversos personagens envolvidos nessa disputa, pois o tempo de propaganda ocupado pelos humoristas nas campanhas de Elmano Férrer e Firmino Filho foi tema de debate. Tanto os oponentes desses candidatos quanto parte da imprensa local apontavam que esses candidatos estavam focados em ganhar votos.

Para esses críticos, a ênfase de humoristas nas propagandas eleitorais estava, na verdade, desvirtuando o propósito do veículo, o qual deveria ser utilizado para outros fins. Essas críticas podem ser fruto do descontentamento com a falta de propostas, assim como

produtos da frustração com o sucesso que alcançaram. O recrudescimento desses protestos promovidos pelos grupos adversários na reta final do primeiro turno indica, no mínimo, a ressonância que essas produções cômicas estavam alcançando.

De fato, o tempo de tela protagonizado pelos humoristas foi um fator que chamou bastante atenção. A política eleitoral, muitas vezes concebida enquanto reduto do sério, alheia ao riso e desvinculada do escárnio, era associada a esses elementos, os quais, nessas condições, passavam a imagem de descomprometimento.

O então deputado estadual João de Deus, do Partido dos Trabalhadores (PT), referiu-se a um “desvirtuamento da propaganda eleitoral” em que tucanos e petebistas estariam evitando confrontar ideias e “colocando humoristas no lugar”. Para o deputado, os debates “ao vivo” promovidos em programas televisivos ainda eram possíveis porque Elmano Férrer e Firmino Filho não poderiam “colocar os marketeiros [*sic*] nem os humoristas em seus lugares” (Martins, 2012b, p. 2).

Raimundo José, coordenador da campanha do Partido Socialista Brasileiro (PSB), também criticou o uso dos humoristas e lamentou que a campanha estivesse polarizada entre dois candidatos que abandonaram o debate de propostas e trilharam pela competição de “quem faz a melhor piada” (Martins, 2012b, p. 2).

Essa posição também foi reforçada por Beto Rego,¹³ candidato a prefeito do PSB, o qual argumentou que a campanha havia se transformado em um “*stand up comedy*”, revelando “quem verdadeiramente estava com palhaçada” (Martins, 2012a, p. 2). Em entrevista ao programa televisivo Bom Dia Meio Norte, da Rede Meio Norte, o candidato afirmou ser o único a apresentar propostas concretas, enquanto as campanhas de Elmano Férrer e Firmino Filho se transformaram em uma “guerra de deboches e humoristas” (Ribeiro, 2012, p. A4).

A posição de Beto Rego é interessante para analisar esse debate. O candidato apresentava um programa policial popular na cidade, no qual frequentemente recorria a um tom cômico para suavizar a transmissão de notícias sobre a violência e as mazelas da capital e de regiões circunvizinhas. Além disso, o programa contava com a participação do palhaço conhecido como Chupetinha, cujo papel contrastava com a seriedade das matérias geralmente veiculadas.¹⁴

Beto Rego alegou que sua candidatura havia sido desqualificada, quando de seu lançamento, por tentativas de vinculá-lo ao palhaço e, nas palavras dele, afirmarem que seu programa era “de palhaçada”. A matéria ainda acrescenta que o candidato “respeita os humoristas porque seu programa na TV também tinha esse lado, mas os programas eleitorais deveriam apresentar propostas para Teresina” (Ribeiro, 2012, p. A4).

Em outra oportunidade, durante uma caminhada de campanha no mês de outubro, o candidato do PSB volta a acusar as coalizões lideradas por PTB e PSDB de não apresentar propostas e argumenta: “quiseram denegrir a minha imagem, me comparando a um palhaço, mas a campanha revelou quem estava com palhaçada. Os palhaços verdadeiros estão se mostrando” (Martins, 2012a, p. 2).

A partir disso pode-se compreender que, mesmo sendo inicialmente associado às acusações sobre sua ligação com o cômico, o pessebista estabelece através deste debate um ponto de clivagem em relação a essas imputações. Ele evidencia quem, em sua visão, realmente estaria agindo com “deboche”, ao mesmo tempo em que se desvencilha dessas acusações, apresentando-se como “o único candidato a prefeito que propõe mudanças para Teresina” (Ribeiro, 2012, p. A4).

Nesse contexto, é relevante destacar as características apontadas por Bernard Manin a respeito das eleições nos sistemas de representação da democracia de público. Para o autor, nesses cenários, as campanhas eleitorais são processos de construção de antagonismos, nas quais a disputa se dá pelo conflito de imagens. Dessa forma, são criados sistemas de diferenças que balizam a competição eleitoral.

Os candidatos precisam, então, não só identificar a si próprios, como também definir quem são seus adversários. Eles não só se identificam, como assinalam uma diferença. Em todas as formas de governo representativo, os políticos necessitam de diferenças que lhes sirvam de base para mobilizar seus adeptos. (...) Os políticos devem decidir, entre esses possíveis cortes, quais serão os mais eficientes e mais favoráveis a seus propósitos. Uma linha ou outra de divisão sempre pode ser provocada. Portanto, os articuladores dos termos da escolha conservam uma relativa autonomia na seleção das clivagens que desejam explorar (Manin, 1995, p. 14).

Partindo desse pressuposto, assim como os representantes do PTB e do PSDB apresentavam suas imagens através da representação de humoristas, seus outros adversários estabeleciam isso como um ponto de clivagem. Dessa forma, na dinâmica da construção de antagonismos, era essa a fronteira que os separava: de um lado, estavam aqueles que “se escondiam por trás de deboches e humoristas”, enquanto do outro lado estavam aqueles que “apresentavam propostas sérias”.

Essas divisões assentadas pelos candidatos também possuíam a função de dispor as questões em jogo especificamente naquela eleição. De acordo com Manin, estudos contemporâneos sobre as escolhas eleitorais indicam que as decisões de voto se inclinam cada vez mais para termos específicos daquele sufrágio, em vez de aspectos macros como socioeconômicos ou culturais. Isso fundamenta sua noção de dimensão reativa do voto. Para ele,

Os eleitores parecem responder (aos termos específicos que os políticos propõem em cada eleição), mais do que expressar (suas identidades sociais ou culturais). Desse ponto de vista, a situação atual representa um afastamento do processo de formação das preferências políticas na democracia de partido. Hoje em dia, predomina a dimensão reativa do voto (Manin, 1995, p. 14).

Desse ponto de vista, ao estabelecer as diferenças e antagonismos de imagens, os candidatos apresentam as questões em jogo na disputa. O uso de humoristas torna-se uma dessas questões; a partir dessa separação, esses personagens podem advogar sua diferenciação dos adversários, apresentando-se assim como uma solução no certame. Todos esses elementos são movimentados para angariar os votos dos chamados “eleitores flutuantes”, que, segundo Bernard Manin, votam de modo reativo às discussões predominantes durante a campanha.

A grande novidade introduzida pelo terceiro tipo de representação se encontra em outro aspecto. Durante as últimas décadas, os estudos eleitorais têm acentuado a importância da instabilidade eleitoral. Vem aumentando o número dos eleitores flutuantes que não depositam seu voto a partir de uma identificação partidária estável. Um segmento crescente do eleitorado tende a votar de acordo com os problemas e as questões postas em jogo em cada eleição (Manin, 1995, p. 18).

Nesse sentido, os termos em jogo, as ferramentas disponíveis e todas as idiosincrasias das disputas são muito bem aproveitadas por aqueles que cuidam das campanhas eleitorais desses candidatos. Portanto, o debate sobre o uso de humor nas propagandas era utilizado tanto como um ponto de referência para diferenciar-se na construção de imagens dos candidatos, como também fornecia argumento e conteúdo para as questões em jogo naquela disputa, favorecendo assim, como explana Manin, que as discussões não precisem se aprofundar em aspectos macro, mas circulassem nas especificidades da campanha.

Todo este conjunto de capitais nas habilidosas mãos dos marqueteiros são produzidos, inventados e reinventados de acordo com a lógica de elaboração da campanha, cumprindo o formato de uma estratégia mercadológica mais eficiente, e esta estratégia, por sua vez, trabalha a construção da figura do candidato a fim de lhe produzir uma personalidade possuidora dos atributos ideais para ser eleito (Manin, 1995, p. 29).

Nesse ponto, é relevante destacar o papel da mídia como um ambiente catalisador de mudanças no âmbito político, pois essa relação excede à perspectiva meramente utilitária. Alguns autores enfatizam que a política se sincretizou com um novo ambiente, atravessado pela “Idade Mídia”, o que resultou no surgimento de uma dinâmica

emergente sobre as práticas políticas, incorporando lógica, estratégias, ferramentas, atores e até mesmo vocabulário.

A adequação ao novo ambiente, não resta dúvida, implica em mudanças relevantes da dinâmica política, inclusive com a absorção de novos atores (mídias e peritos de diversas ordens, tais como marqueteiros, publicitários, analistas de sondagens quantitativas e qualitativas, comunicólogos etc.); novos instrumentos operativos (a exemplo das sondagens, dos planejamentos estratégicos, dos dispositivos potentes de produção de imagens plásticas e sociais etc.); novas linguagens e modos de comunicar; nova relevância para as imagens plásticas e sociais e novas tensões produtivas, especialmente entre os (antigos) profissionais da política e os (novos) profissionais midiáticos, muitos deles, a rigor, agora também com pertença ao campo político (Rubim, 2004, p. 210)

Esses elementos contribuem para a compreensão da importância que espaços como as propagandas eleitorais assumiram nos certames eleitorais. Uma vez que a mídia assume um papel protagonista nesse processo, o horário de propaganda eleitoral passa a configurar-se como ferramenta fundamental para os resultados dos sufrágios.

Dessa forma, dispondo de uma lógica de funcionamento muito bem estruturada e gerida por novos atores que se especializaram nessa dinâmica, os candidatos que acertarem na estratégia podem ter seus resultados potencializados. Tal importância pode justificar as acaloradas discussões em torno da participação desses humoristas, por reconhecerem a força das tecnologias sobre os novos moldes de se fazer eleições.

“São gracejos, pilhérias, galhofas, piadas e anedotas em torno dos candidatos”: a crítica do uso de humoristas na imprensa

Não foram apenas os eleitores e os concorrentes eleitorais de Férrer e Firmino que discutiram a participação dos humoristas piauienses. No espaço da imprensa, também surgiram críticas e sátiras a esse processo. Para exemplificar, a jornalista Maria Targino publicou um artigo de opinião no jornal O Dia, intitulado “Por que não fizeram antes? Por que fizemos antes”, em referência a duas paródias de mesmo título transmitidas nas propagandas das duas coalizões.

Antes de analisar o artigo, é importante destacar algumas observações sobre o diálogo entre historiografia e imprensa. O “documento-jornal” já foi alvo de duas posturas distintas quanto à sua legitimidade como fonte histórica. Por um lado, foi concebido como fonte suspeita, por estar imbuído de subjetividade; por outro, foi enaltecido como repositório da verdade, de modo que seus discursos eram interpretados como relatos fidedignos dos fatos. Como explica Maria Helena Capelato, ambas as abordagens são

contestáveis: o jornal não é um transmissor imparcial de acontecimentos, mas também não deve ser considerado uma fonte desprezível, pois...

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata imprensa se desmitifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social (Capelato, 1998, p. 21).

Dessa forma, é importante perceber que agentes históricos, como o jornal *O Dia*, também são atravessados por conflitos de interesses e relações de poder, além de serem influenciados pela lógica mercadológica. Isso ocorre porque a grande imprensa se estabelece entre duas dimensões: a pública e a privada. Ao oferecer ao mercado um produto muito específico — a mercadoria política —, a empresa jornalística dialoga simultaneamente com essas duas faces.

Os empresários-jornalistas atuam na esfera privada, orientados pela lógica do lucro. Enfrentam os concorrentes com todas as armas que dispõe: notícias, opiniões e atrativos diversos para atender a todos os gostos. No entanto, a imprensa tem outra face: é veiculadora de informações, direito público, e nesse papel norteia-se pelo princípio de publicidade, colocando-se como intermediária entre os cidadãos e o governo (Capelato, 1998, p. 18).

Outro apontamento fundamental indicado por Capelato refere-se à pretensão de representatividade que a imprensa reivindica, embora essa nem sempre corresponda à realidade. Segundo a autora, a grande imprensa brasileira se apresenta como “liberal, independente”, porta-voz da “verdade” e da “vontade do povo”. No entanto, a “liberdade” é determinada pelo proprietário do jornal, e suas ligações com governantes, grupos financiadores, anunciantes, leitores e demais atores políticos e sociais afetam diretamente a suposta “independência” (Capelato, 1998, p. 71).

A “verdade”, por sua vez, muitas vezes não é imperiosa nos discursos jornalísticos, e o “povo” configura um conceito vago, indefinido e demasiado abrangente, podendo referir-se ao conjunto da população, aos governados, às multidões ou às classes menos favorecidas. Trata-se de uma ideia contraditória, pois sugere uma unidade que, na realidade, não existe (Capelato, 1998, p. 71).

Portanto, as abordagens da imprensa em relação a essas propagandas eleitorais precisam ser analisadas à luz dos preceitos propostos pelas discussões historiográficas acerca do discurso jornalístico, uma vez que, de modo algum, este pode ser desvinculado das questões em disputa nessa eleição, bem como das relações de poder entre os sujeitos

históricos envolvidos. Assim, tanto os jornalistas quanto os próprios jornais estão inseridos nesse contexto, possuem seus próprios interesses e estão submetidos a uma rede de vínculos que pode influenciar suas posições.

Voltando ao artigo de Targino, a autora inicia seu texto abordando os períodos eleitorais no Brasil à luz de regimes ditatoriais em outros países, estabelecendo, assim, uma comparação. A jornalista argumenta que a aversão e a incredulidade manifestadas pelos eleitores em relação aos representantes da classe política brasileira são atenuadas pela existência de uma democracia. Segundo ela, as eleições representam momentos em que o descontentamento e a descrença cedem espaço, ainda que parcialmente, ao prazer e à fantasia, assumindo, por vezes, um caráter “carnavalesco”.

São gracejos, pilhérias, galhofas, piadas e anedotas em torno dos candidatos. É a onda de boataria que ganha espaço. A “porca” é cantada e decantada. Os carros estão, agora, embandeirados ou enganhalados. Tudo vira brincadeira. Tudo é motivo de riso e nenhum siso. Afinal, a espontaneidade, marca da brasilidade, transforma tudo numa grande festa (Targino, 2012, p. 6).

Portanto, a jornalista, apesar das críticas que profere ao longo do artigo, não deixa de reconhecer essa faceta popular dos contextos eleitorais. Sob esse ângulo, esses períodos também são atravessados por “pilhérias e galhofas”, escapando às dimensões “séria” e “oficial”. Dessa forma, ela assinala o aspecto festivo e popular que envolve as eleições brasileiras, por meio de observações que remetem às discussões de Mikhail Bakhtin acerca do riso “extraoficial” e carnavalesco durante a Idade Média, quando as camadas populares estavam autorizadas “a afastar-se dos trilhos oficiais” e “a festa marcava de alguma forma uma interrupção provisória de todo o sistema oficial, com suas interdições e barreiras hierárquicas” (Bakhtin, 2010, p. 77-78).

Apesar dessas ressalvas iniciais, Targino endurece suas observações sobre o processo eleitoral brasileiro ao longo do texto, utilizando as propagandas teresinenses como principal referência. Se o início do artigo remete às festas populares medievais descritas por Bakhtin, as reflexões da segunda metade evocam, por sua vez, a expressão *panem et circenses* das sátiras do poeta romano Júnio Juvenal.¹⁵

Não conseguimos, com a aproximação do primeiro turno sucumbimos. No primeiro momento abençoamos as palhaçadas vistas ou escutadas a cada dia via meios de comunicação. Cenas burlescas. Promessas vãs. Paródias de canções eleitoreiras na voz de comediantes muito bem pagos rapidamente se transformaram em moda entre crianças, jovens e adultos. (...) É uma luta inglória num país de paradoxos. Falta dinheiro para a educação. Perguntamos “quanto se gasta em publicidade para promover ações irrisórias de políticos? Quanto se gasta para divulgar nomes visando as eleições que se avizinham?” Mesmo assim mantemos

voz para gritar. O silêncio não nos atinge nem nos mortifica. Repetimos o refrão presente na campanha da prefeitura de Teresina: Por que não fizeram antes ou será que fizeram antes? Fizeram exatamente o que? (Targino, 2012, p. 6).

Ou seja, a redatora parece refletir sobre a desilusão e a frustração em relação ao cenário político. Ela ressalta que a proximidade das eleições não trouxe esperança, mas, ao contrário, gerou um sentimento de derrota. A referência às “palhaçadas” e “cenas burlescas” nos meios de comunicação sugere uma crítica à superficialidade e à espetacularização que, muitas vezes, caracterizam a política brasileira — aspecto também debatido nas campanhas de Firmino Filho e Elmano Férrer.

Além disso, a autora questiona o gasto excessivo com publicidade eleitoral em detrimento de investimentos em educação, denunciando, sob essa perspectiva, a distorção das prioridades nacionais. Ao empregar o refrão “Por que não fizeram antes ou será que fizeram antes?”, desloca o bordão dessas campanhas para um pedido de prestação de contas e uma cobrança de responsabilidade dos governantes. Esse ponto remete a outra questão central nas discussões sobre essas campanhas: o valor investido nelas.

Metodologicamente, para reduzir ao máximo as parcialidades e imprecisões, evita-se, na escrita da história, o uso de adjetivos para descrever agentes históricos. No entanto, para compreender a preocupação com a contratação de humoristas, é relevante destacar que Dirceu Andrade, Amauri Jucá e João Cláudio Moreno eram figuras amplamente conhecidas no Piauí, especialmente no campo do humor. A presença desses profissionais, somada à de outros, como marqueteiros e editores de vídeo, revela um investimento expressivo em marketing eleitoral, o que reforça o questionamento levantado por Maria Targino acerca dos gastos.

Esse debate se insere na própria discussão sobre o possível “esvaziamento” dessas propagandas. Considerando que as campanhas eleitorais são financiadas pelo Fundo Partidário,¹⁶ o uso desses valores para contratar humoristas consagrados no estado gerou espaço para críticas como as proferidas pela jornalista. Sob tal perspectiva, a participação desses comediantes adquire conotação negativa, por indicar um “desvirtuamento” desse veículo, conforme argumentaram os opositores das coalizões lideradas por PSDB e PTB.

Além dos artigos de opinião, a imprensa também abordou a presença dos humoristas nas propagandas eleitorais por meio de charges, publicadas, por exemplo, nas páginas dos jornais *O Dia* e *Meio Norte*. Por essa linguagem visual, os cartunistas contribuíram para o debate sobre a ênfase no humor nas estratégias dos partidos Petebista e Peessedebista nas eleições municipais de Teresina.

Importa salientar que este trabalho não pretende escrutinar todas as representações imagéticas relacionadas ao tema, já que tal tarefa poderia constituir objeto de um artigo específico, demandando esforço significativo e fugindo aos objetivos aqui propostos. A intenção, neste caso, é incluir apenas alguns exemplos que dialoguem com os discursos sobre a participação de humoristas, do humor e da espetacularização nas propagandas eleitorais do recorte analisado.

Vale lembrar que as imagens, “assim como os textos e testemunhos orais, são uma forma importante de evidência histórica. Elas registram atos de testemunho ocular” (Burke, 2017, p. 25). Tendo isso em vista, admite-se que o uso das representações visuais como fontes históricas requer cuidados metodológicos, pois...

Imagens são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras o seu testemunho. Elas podem ter sido criadas para comunicar uma mensagem própria, mas historiadores não raramente ignoram essa mensagem a fim de ler pinturas nas “entrelinhas” e aprender algo que os artistas desconheciam estar ensinando. Há perigos evidentes nesse procedimento. Para utilizar a evidência de imagens de forma segura, e de modo eficaz, é necessário, como no caso de outros tipos de fonte, estar consciente de suas fragilidades. A “crítica da fonte” de documentos há muito tempo tornou-se parte essencial da qualificação de historiadores. Em comparação, a crítica de evidência visual permanece pouco desenvolvida, embora o testemunho de imagens, como o dos textos, suscite problemas de contexto, função, retórica, recordação (se exercida pouco, ou muito, tempo depois do acontecimento), testemunho de segunda mão etc (Burke, 2017, p. 26).

Assim, é imperativo adotar precauções essenciais ao empregar as evidências visuais como fontes históricas. O questionamento dessas fontes constitui uma prática indispensável ao historiador. A análise crítica das imagens requer um exame atento de suas dimensões retóricas e simbólicas, bem como sensibilidade às práticas discursivas e institucionais que as enquadram.

Com isso em mente, passa-se à análise da charge publicada em 27 de setembro de 2012 pelo cartunista Jota A, no jornal *O Dia*, considerando-a um testemunho visual que deve ser cuidadosamente examinado e contextualizado, de modo a compreender plenamente seus possíveis significados e representações.¹⁷

Figura 03 – Charge: representações de Firmino Filho e Elmano Férrer manuseando fantoches



Fonte: Fotografia capturada pelo autor de charge publicada no Jornal *O Dia* em 27 de setembro de 2012 (*O Dia*, 2012, p. 2).

Na referida ilustração, os candidatos Elmano Férrer e Firmino Filho são retratados manipulando dois fantoches de palhaços que vestem luvas de boxe. A expressão facial das personagens sugere tensão manifesta, especialmente quando se considera o símbolo suspenso sobre suas cabeças. Os fantoches estão posicionados no centro de duas estruturas que evocam televisores, remetendo ao Horário Eleitoral Gratuito transmitido pela TV. Nos “balões” que indicam diálogo, encontram-se bordões recorrentes nas paródias das duas campanhas, como “Ô balão!” e “Por que não fizeram antes?”, que, nesse caso, seriam pronunciados pelos palhaços.¹⁸

A crítica presente na charge está diretamente relacionada ao uso de humoristas — representados pelos palhaços-fantoches com luvas de boxe — na propaganda eleitoral das duas coligações, em que a disputa assume uma roupagem cômica, ocultando os candidatos que, de fato, a conduziam nos bastidores.

Desse modo, o chargista também estaria satirizando essas propagandas: a “palhaçada” que protagoniza os televisores, os palhaços repetindo as ladainhas dos bordões da campanha, o boxe representando o combate de narrativas entre as peças publicitárias políticas e os candidatos por trás das ações dos bufões, manejando-os sob o oculto dos bastidores. Todas essas representações sugerem que o autor adotou uma postura crítica em relação ao esvaziamento de propostas nas campanhas eleitorais, integrando-se ao coro de críticos desse processo.

Ao retratar os candidatos como manipuladores ocultos por trás dos fantoches, a charge também pode sugerir uma crítica à falta de transparência e autenticidade nas propagandas eleitorais, insinuando que os políticos preferem se esconder atrás de humoristas em vez de enfrentar diretamente temas relevantes e apresentar propostas concretas. O paralelo com fantoches também pode indicar uma referência à

espetacularização das propagandas eleitorais, tratadas como entretenimento voltado à distração do público. Além do chargista do jornal *O Dia*, é possível encontrar, no jornal Meio Norte, cartuns que fazem referência às propagandas eleitorais de Teresina naquele ano, assinados pelo cartunista Moisés dos Martírios.¹⁹

Figura 04 – Charge: representações de Firmino Filho e Elmano Férrer lutando e Sílvio Mendes como treinador



Fonte: Fotografia capturada pelo autor de charge publicada no Jornal Meio Norte em 20 de setembro de 2012 (Meio, 2012a, p. A2).

Nessa ilustração, os dois candidatos são representados em um ringue de boxe, no qual Firmino Filho recebe orientações do ex-prefeito Sílvio Mendes em uma situação que parece ser um pedido de tempo. No diálogo entre ambos, o candidato a prefeito pelo PSDB é questionado com o bordão petebista “Por que não fez antes?”. Também é importante destacar que se referem a Elmano Férrer pela alcunha de “véim”, amplamente utilizada durante a campanha. No contexto dessa publicação, conforme mencionado nas seções anteriores, Sílvio Mendes havia feito críticas públicas a Elmano Férrer, o que pode justificar sua inclusão na caricatura.

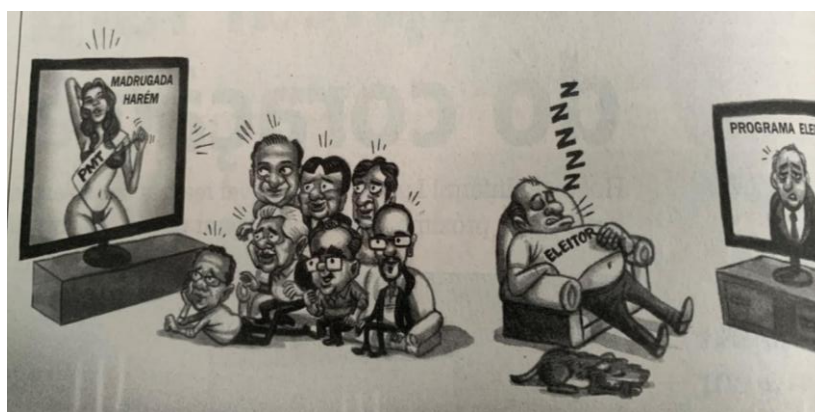
Essa charge, em específico, não parece criticar ou debater a frequente aparição dos comediantes nas propagandas eleitorais. Baseando-se apenas nela, é mais difícil deduzir o posicionamento do autor sobre o tema, especialmente em comparação com a charge anterior de autoria de Jota A. Contudo, mesmo sem uma evidente oposição ao uso de humoristas nas campanhas, os bordões amplamente reproduzidos nas peças de propaganda e o próprio embate entre os candidatos são satirizados nessa figura.

Por que “embate”? Trata-se de um período eleitoral, no qual os candidatos estabelecem seus antagonismos e inevitavelmente se engajam em uma disputa. Pois bem, em determinado momento desse certame — especialmente nos meses de setembro e

outubro de 2012 —, as propagandas de cunho humorístico tornaram-se mais frequentes entre as duas campanhas e passaram a referir-se diretamente ao lado adversário, sendo algumas delas respostas explícitas às peças opositoras.

Não é à toa que até mesmo os demais candidatos se referiam a essas propagandas com expressões como “disputa por quem faz a melhor piada” ou “guerra de deboches”. Sob essa perspectiva, compreende-se por que a metáfora do ringue ou da luta surge com frequência para descrever essa relação. Por fim, é possível citar mais uma dessas charges, também de autoria de Martírios. Embora não aborde diretamente o humor ou os humoristas nas propagandas eleitorais, apresenta uma crítica à forma como os candidatos à prefeitura de Teresina as manejaram.

Figura 05 – Charge: candidatos à prefeitura seduzidos e eleitor dormindo em meio a transmissão das Propagandas Eleitorais



Fonte: Fotografia capturada pelo autor de charge publicada no Jornal Meio Norte em 26 de setembro de 2012 (Meio, 2012b, p. A2).

Nessa ilustração, contrariando as expectativas geradas pelo contexto, a propaganda eleitoral é retratada como tediosa e sonolenta para o eleitor, de modo que a figura que o representa aparece dormindo durante sua transmissão. Essa cena pode ser interpretada como uma crítica ao conteúdo das campanhas, considerado desinteressante, ou como uma reflexão sobre o caráter rígido e formal do discurso político-eleitoral. Também é possível compreendê-la como uma referência à ausência de propostas capazes de despertar interesse e atenção no público, funcionando como uma sátira do autor às campanhas supostamente vazias dos candidatos.

Enquanto o eleitor dorme, figuras que representam os candidatos permanecem hipnotizadas pela tela, voltadas para uma mulher que ostenta uma faixa com a inscrição “PMT”, alusão à Prefeitura Municipal de Teresina. No canto superior direito da tela do

televisor, lê-se “Madrugada Harém”, título de um programa de conteúdo adulto transmitido nas madrugadas da TV Meio Norte.

Considerando que o programa estreou em agosto daquele ano e que a emissora responsável por sua transmissão pertencia ao mesmo grupo do jornal em que a charge foi publicada, pode-se conjecturar que se tratava apenas de uma publicidade que explorava o tema em voga das propagandas eleitorais. No entanto, a representação dos candidatos admirando a figura sedutora da prefeitura, enquanto ignoram o eleitor adormecido e relegado a propagandas vazias, pode ser interpretada como uma crítica do chargista ao contexto vivido pela cidade naquele período.

Mais especificamente, a ilustração sugere que, na visão do autor, os candidatos estariam mais enfeitiçados pela sedução do poder do que atentos às demandas da população. Outra possível interpretação se relaciona à atuação dos próprios humoristas, já que Dirceu Andrade e João Cláudio Moreno integraram o Grupo Harem de Teatro. Sob essa ótica, a charge poderia ser lida como uma crítica à ênfase desses humoristas nas propagandas eleitorais de Teresina (GRUPO, [s.d]).

Considerações finais

Em primeiro lugar, importa dizer que não se teve a intenção de determinar se houve ou não um esvaziamento de propostas nas campanhas eleitorais, mas sim de explorar as discussões e os debates que emergiram em torno desse tema. Ao destacar as diversas formas de representação e crítica presentes na mídia ou nas redes sociais, buscou-se compreender como determinados discursos se engajaram em uma teia de significados e interpretações.

Por um lado, houve críticas de que o uso do humor representou um desvio das discussões substanciais sobre propostas políticas, transformando as campanhas em espetáculos de entretenimento que desvirtuaram o propósito informativo do horário eleitoral gratuito. Contudo, essa abordagem também pode ser entendida como uma adaptação às dinâmicas modernas de comunicação, nas quais a espetacularização e a busca por carisma visual e narrativo tornam-se essenciais para captar a atenção dos eleitores. Esses fatores refletem, ainda, uma mudança nos modos de fazer política, em que a imagem e a capacidade de entretenimento são tão determinantes quanto as propostas.

Além disso, tais críticas não podem, de modo algum, ser consideradas neutras em relação à própria disputa pela prefeitura. No caso dos opositores políticos, por exemplo,

suas críticas podem ter refletido uma estratégia eleitoral voltada a deslegitimar os adversários, enfatizando a superficialidade das campanhas concorrentes em contraste com a seriedade e as propostas de suas próprias candidaturas.

Ao acusarem os oponentes de transformarem as eleições em um espetáculo de entretenimento, esses sujeitos buscavam, possivelmente, posicionar suas candidaturas como mais comprometidas com o debate político. A imprensa, por sua vez, tampouco estaria isenta de interesses próprios embutidos nessas críticas, os quais podem dialogar com variáveis como a rede de relações estabelecidas entre grupos políticos e os detentores dos meios de comunicação, ou mesmo com o posicionamento político de jornalistas e cartunistas.

Por outro lado, ao se analisarem algumas das propagandas protagonizadas por humoristas, é possível perceber que não tinham como foco a apresentação de propostas ou promessas. Seu conteúdo concentrava-se, sobretudo, na enumeração de feitos de anos anteriores e na disputa por sua autoria. Portanto, as acusações não eram infundadas: o uso de humoristas ocupava parte do tempo da propaganda eleitoral, cuja duração não era empregada para o debate de ideias ou projetos. Ainda assim, vale destacar que essas inserções não representavam os programas eleitorais dos dois candidatos em sua totalidade — apenas os compunham, embora seu formato tenha atraído muito mais atenção.

Referências

99SHOWPODCAST (canal). Raimundo Santos o CHUPETINHA do RONDA do POVÃO EP 16 #16 #tvmeionorte#teresina#rondadopovao. *YouTube*, 11 de nov. de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 1 jul. 2024.

A HISTÓRIA do Youtube. *Tecmundo*, 11 de jul. de 2017. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br>. Acesso em: 10 maio 2022.

BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Alberto. *Dicionário de comunicação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001. p. 557-599.

BURKE, Peter. *Testemunho ocular: O uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Unesp, 2017.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1998.

“EU não tenho projeto pessoal, eu não tenho projeto de poder”, diz Elmano Férrer. *Viagora*. Teresina, 24 de out. de 2012. Disponível em: <https://www.viagora.com.br/politica/noticia/2012/10/24/eu-nao-tenho-projeto-pessoal->

eu-nao-tenho-projeto-de-poder-diz-elmano-ferrer-12962.html. Acesso em: 11 maio 2022.

ELMANO FÉRRER (canal). Canal 14 – Programa de Elmano Férrer #32. *YouTube*, 23 de out. de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qbfq5Hz-jB4>. Acesso em: 30 abr. 2022

ELMANO FÉRRER (canal). O Presente. *YouTube*, 19 de set. de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mlOO4JDVpbQ>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ELMANO FÉRRER (canal). Por que não fizeram antes? *YouTube*, 12 de set. de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jcmWNbQgCBM>. Acesso em: 18 dez. 2023.

FIRMINO Filho critica aliança entre o prefeito Elmano Férrer e PT. *Cidadeverde.com*. Teresina, 27 de mar. de 2012. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/98159/firmino-filho-critica-alianca-entre-o-prefeito-elmano-ferrere-pt>. Acesso em: 20 nov. 2020.

FIRMINO FILHO (canal). Firmino 45 – Humor – Futebol: segundo tempo. *YouTube*, 18 de out, de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o2rD4PZIf0>. Acesso em: 30 mar. 2022.

FIRMINO FILHO (canal). Firmino 45 – O que nós fizemos antes. *YouTube*, 24 de set. de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yYfv9PBX2LE>. Acesso em: 30 mar. 2022.

FIRMINO FILHO (canal). Firmino 45 – Humor – Papel de Presente. *YouTube*, 05 de set. de 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cTB_EesfXVvk&list=PLKmXapA8cevgtlPFcDGF4rgFCFb_-MNA3&index=5. Acesso em: 30 mar. 2022.

FIRMINO FILHO (canal). Firmino 45 – Humor – Papel de Presente – Parte 2. *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xuWjid-Ob-I>. Acesso em: 01 fev. 2025.

GRUPO Harém de Teatro: Histórico. *Grupo Harem de Teatro*. Teresina, [s.d]. Disponível em: <https://grupoharemdeteatro.blogspot.com/p/o-grupo.html>. Acesso em: 10 jul. 2024.

HUMOR eleitoral. *O Dia*. Piauí, Teresina, ano 061, n. 16.994, 23 de set. de 2012. Política, p. 2.

JOTA A. *Jota A.* [s.d.]. Disponível em: <http://jota-a.blogspot.com/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

LEGISLATIVO PI (canal). Personalidade Piauí 29.06.17 – Chargista Moisés dos Martírios é o destaque. *YouTube*. 02 de jul. de 2017. Disponível em: <https://youtu.be/O6ZN9V7Iibk>. Acesso em: 15 jun. 2024.

MANIN, Bernard. *As metamorfoses do governo representativo*. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), São Paulo v. 4 n. 29, out., 1995.

MARTINS, Mayara. Beto Rego critica adversários: “A campanha revelou quem estava com palhaçada”. *O Dia*. Piauí, Teresina, ano 061, n. 17.002, 02 de out. de 2012. Política, p. 2.

MARTINS, Mayara. Petistas e socialistas reclamam de uso de humoristas nos programas eleitorais. *O Dia*. Piauí, Teresina, ano 061, n. 16.998, 27 de set. de 2012. Política, p. 2.

MARTINS, Mayara. Ruptura entre PSDB e PTB. *O Dia*. Piauí, Teresina, ano 061, n. 16.734, 01 de jan. de 2012. Política. p. 3.

MEIO NORTE. Piauí, Teresina, ano XVII, n. 7363, 20 de set. de 2012. Opinião, p. A2.

MEIO NORTE. Piauí, Teresina, ano XVII, n. 7369, 26 de set. de 2012. Opinião, p. A2.

O DIA. Piauí, Teresina, ano 061, n. 16.998, 27 de set. de 2012. Política, p. 2.

PORTELA, Cicero. João Vicente diz que tucanos são contra petistas na PMT. *O Dia*. Piauí, Teresina, ano 060, n. 16.677, 05 de nov. de 2011. Política. p. 3.

RESULTADOS. TSE. [s.d]. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/home>. Acesso em: 06 ago. 2025.

RIBEIRO, Efrém. Beto diz que campanhas de Firmino e Elmano viraram deboche. *Meio Norte*. Piauí, Teresina, ano XVII, n. 7371, 28 de set. de 2012. Política&Justiça, p. A4.

RODRIGUES, L. *Pão e Circo*: O Significado da Expressão Latina Panem et Circenses. Roma para você. [s.d]. Disponível em: <https://romapravoce.com/pao-e-circo-panem-et-circenses/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

RODRIGUES NETO, Edmundo Ximenes. *Padrão de governança e grandes projetos urbanísticos: análise do Programa Lagoas do Norte em Teresina (PI)*. 2018. 242 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Piauí, Teresina.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Espetacularização e Midiatização da Política. In. RUBIM (org.) *Comunicação e política*: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

TARGINO, Maria das Graças. Por que não fizeram antes? Porque fizemos antes. *O Dia*. Piauí, Teresina, ano 061, n. 17.004, 03 de out. de 2012. Opinião, p. 6.

Artigo recebido em 11/01/2025

Aceito para publicação em 29/07/2025

Editor(a) responsável: Luiza Ciurcio Possebon

¹ Firmino Filho, então candidato do PSDB, foi prefeito de Teresina entre 1997 e 2004, e também entre 2012 e 2020, ocupando o cargo durante quatro mandatos. Começou a carreira pública em 1993, como secretário de Finanças da cidade. Também foi vereador e, em 2010, foi eleito deputado estadual.

² Elmano Férrer, então candidato do PTB, foi eleito vice-prefeito de Teresina em 2008, e assumiu o cargo de Prefeito da capital do Piauí em 31 de março de 2010.

³ Com o perdão do adjetivo, cujo uso precisa ser evitado em trabalhos e pesquisas científicas e acadêmicas, é importante não ignorar que se tratava de humoristas famosos, tanto a nível estadual quanto nacional, dado que participaram de programas de grande alcance: João Cláudio Moreno em Chico Total, encabeçado por Chico Anysio; Dirceu Andrade e Amauri Jucá em quadros do Domingão do Faustão. Ambos os programas pertencentes à Rede Globo de Televisão.

⁴ Sílvio Mendes de Oliveira, nascido em 1949, em Campo Maior (PI), é médico ortopedista e filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Formou-se em Medicina pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1974, e especializou-se em Ortopedia na Universidade de São Paulo. Atuou em hospitais de Teresina e foi médico do Ministério da Saúde. Esteve à frente da Fundação Municipal de Saúde em diferentes gestões e foi prefeito de Teresina entre 2004 e 2010. Em 2024, foi novamente eleito para o cargo de prefeito da capital piauiense.

⁵ Edifício que abriga a sede oficial da prefeitura municipal de Teresina.

⁶ João Vicente Claudino (1963), natural de São Paulo, iniciou sua carreira política no Piauí, onde foi senador da República (2007-2015) pelo PTB. Atuou em comissões parlamentares e debates voltados para desenvolvimento econômico e infraestrutura. Antes da política, esteve à frente de empresas do Grupo Claudino, conglomerado com atuação no Piauí e em outros estados. Após deixar o Senado, candidatou-se ao governo do Piauí em 2010, mas não foi eleito. Posteriormente, manteve participação na política estadual e no setor empresarial. BRASIL. Congresso Nacional. Biografia de João Vicente Claudino. Brasília, [s.d]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/4541>. Acesso em: 12 fev. 2025.

⁷ Humorista, ator, cantor e compositor, ao final dos anos noventa Moreno adquiriu bastante notoriedade nacional ao integrar o elenco do programa Chico Total, encabeçado por Chico Anysio, por quem nutria uma grande admiração e por ele havia sido apadrinhado. Além desse sucesso, estreou espetáculos pelo Brasil, em peças que abordavam o “confronto do piauiense com a cidade grande” e as peculiaridades da cultura de seu estado.

⁸ Iniciou sua carreira artística participando do Salão Internacional de Humor de Teresina. Em 2001, iniciou uma parceria com o conterrâneo piripiriense Dirceu Andrade, uma colaboração que perdurou até o final da década de 2000. O artista piauiense expandiu sua atuação para além do estado, participando de programas de alcance nacional, como o Domingão do Faustão, da Rede Globo, e o Programa Silvio Santos, no SBT.

⁹ Iniciou sua carreira no rádio, mas transferiu-se para o teatro na década de noventa, ingressando no Grupo Harém, no qual recebeu significativo apoio de João Cláudio Moreno em seus primeiros passos. Com o tempo, enraizou-se no meio teatral e conseguiu lançar espetáculos que alcançaram números expressivos de bilheteria. Em 2001, iniciou uma parceria com o conterrâneo piripiriense Amauri Jucá, uma colaboração que durou até o final da década de 2000. Dirceu Andrade participou de alguns programas nacionais, incluindo o Show do Tom, da Record TV, e o Domingão do Faustão, da Rede Globo.

¹⁰ Plataforma de compartilhamento de vídeos, criada em 2005, comprada pela multinacional Google no ano seguinte. Os dois canais mencionados podem ser localizados nos seguintes endereços eletrônicos: <https://www.youtube.com/user/elmanovideos> e <https://www.youtube.com/user/firminofilho45>. Acesso em: 21 nov. 2020. Ver: (A História, 2017).

¹¹ De acordo com o Dicionário de Comunicação, de autoria de Barbosa e Rabaça, o termo “peça” pode significar “cada um dos elementos produzidos para uma campanha de propaganda ou de promoção de vendas: anúncio, encarte, filme, *spot*, *jingle*, cartaz, cartazete, *paine*, *letreor*, *display*, *folder*, *broadside*, banner, *móbile*, decalcomania, amostra, brinde etc”. Nesse sentido, peça publicitária de campanha política consiste nesse elemento da campanha de propaganda em um contexto eleitoral, o qual se distingue do uso comercial devido à sua finalidade. (Barbosa; Rabaça, 2001, p. 557-599).

¹² A “democracia do público”, conceito de Bernard Manin, descreve uma fase da democracia representativa, que sucede a “democracia dos partidos”, na qual a mídia e a opinião pública desempenham um papel central. Nessa forma de democracia, os partidos perdem influência, e as decisões eleitorais são guiadas pela imagem e carisma dos candidatos, com forte impacto das campanhas midiáticas. O eleitorado se torna mais volátil, e a política é moldada por eventos e escândalos divulgados pela mídia, enquanto o público atua mais como espectador do que participante ativo. Manin aponta que essa transformação não significa o desaparecimento da democracia representativa, mas uma mudança nas formas como os representantes são escolhidos e como se relacionam com os eleitores.

¹³ Beto Régio (Francisco Alberto de Araújo e Silva Rego), nascido em 1969 em Teresina (PI), é radialista e apresentador de televisão. Ganhou destaque à frente de programas populares como Ronda do Povão e Balanço Geral PI. Em 2012, foi candidato à prefeitura de Teresina pelo PSB.

¹⁴ Raimundo Pereira dos Santos, conhecido como “Chupetinha”, nasceu em Teresina, Piauí. Ele iniciou sua carreira como vigia e, posteriormente, foi convidado por Beto Rego para participar do programa “Ronda do Povão” na emissora de televisão Meio Norte. Raimundo também se aventurou na política, candidatando-se a vereador em 2016, obtendo 422 votos (99showpodcast, 2024).

¹⁵ A expressão “panem et circenses”, que traduzida significa “pão e circo”, é atribuída ao poeta romano Juvenal, que viveu por volta do final do século I e início do século II d.C. Juvenal usou essa expressão em suas sátiras para criticar a prática dos governantes romanos de sua época, que, segundo ele, buscavam manter o povo distraído e controlado oferecendo-lhes alimentação gratuita (pão) e entretenimento (circo), em vez de se preocupar com questões mais sérias e importantes do governo. Portanto, reflete a ideia de manipulação das massas através de benefícios materiais e entretenimento superficial (Rodrigues, [s.d]).

¹⁶ Fundo criado pela Lei nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos). É composto por dotações orçamentárias da União, multas, penalidades, doações de pessoas físicas e jurídicas, entre outras fontes.

¹⁷ José Antonio Costa (Jota A) é cartunista, artista plástico, designer gráfico e xilógrafo. Trabalha como cartunista no jornal *O Dia* desde 1988. É um dos chargistas mais premiados em salões de humor, com cerca de 160 prêmios em salões de humor no Brasil, Turquia e Portugal. Colaborou ainda com os jornais cariocas *O Pasquim*, *Jornal do Brasil* e os piauienses *Correio do Corisco* e *A Voz de Teresina*, além das revistas *Presença*, *Revestrés* e *Cadernos de Teresina*

¹⁸ “Ô balão” seria uma expressão da linguagem política informal empregada no sentido de denunciar algo que é prometido e não é cumprido.

¹⁹ Moises dos Martírios é chargista e cartunista do Jornal Meio Norte, com trabalhos mais voltados para a caricatura política (Legislativo, 2017).

INTERFACES DA ORDEM INDUSTRIAL: O Taylorismo e o Poder Disciplinar

INTERFACES OF THE INDUSTRIAL ORDER: Taylorism and the Disciplinary Power

Abraão Pustrelo Damião¹

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi discutir como a disciplina e o poder disciplinar, descritos pelo filósofo Michel Foucault (1926-1984), constituem uma chave analítica à compreensão da administração científica do trabalho proposta por Frederick Taylor (1856-1915). Busca-se demonstrar, nesse sentido, como os dispositivos disciplinares foram importantes para a criação de uma sociedade corporativa, sustentada por uma noção específica de ordem e de controle, como pretendia Taylor. Metodologicamente, realiza-se uma apreciação crítica e comparativa da bibliografia selecionada e de teorias existentes sobre o tema. Os resultados apresentam sínteses teórico-conceituais para aprofundar o debate, histórico e contextual, de como as técnicas de gestão da vida e do trabalho, propostas por Taylor, acompanharam um conjunto de ações (re)produzidas sobre o corpo e a consciência dos trabalhadores.

Palavras-chave: Michel Foucault, Frederick Taylor, Disciplina, Gestão Social, Modernidade.

Abstract: This research aimed to discuss how discipline and disciplinary power, as described by the philosopher Michel Foucault (1926-1984), constitute an analytical key for understanding the scientific management of work developed by Frederick Taylor (1856-1915). In this sense, it seeks to demonstrate how disciplinary devices were important in creating a corporate society sustained by a specific notion of order and control, as intended by Taylor. Methodologically, a critical and comparative assessment of selected bibliography and existing theories on the topic is performed. The results present theoretical-conceptual syntheses to deepen the historical and contextual debate on how techniques for the management of life and labor, proposed by Taylor, accompanied by a set of (re)produced upon the body and consciousness of workers.

Keywords: Michel Foucault, Frederick Taylor, Discipline, Social Management, Modernity.

Introdução

No interior de grandes períodos históricos, a forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo em que seu modo de existência (Benjamin, 1969, p.170).

A época de Taylor é marcada por dois movimentos fundamentais e interdependentes. O primeiro diz respeito à consolidação do industrialismo — que se apresentava por meio do estágio da técnica, do desenvolvimento das forças produtivas, e do modo como se determinava a propriedade dos meios de produção e das relações sociais dentro do processo produtivo — e o segundo se refere ao otimismo ubíquo — que tomou conta do ocidente durante o final do século XIX e início do século XX — de que projeto moderno finalmente estava em curso e nada poderia detê-lo (Anderson, 1998).

¹ Professor do Instituto Federal de São Paulo. Doutor em Ciência Sociais (UNESP). Estágio de Pós-Doutorado em Psicologia (USP e UNESP). E-mail: abraaod@ifsp.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6350-894X>.

Hobsbawm (2007) afirma que a confiança generalizada no projeto moderno, neste período, decorria do fato de que o ocidente, por um lado, vivenciava o apogeu da ascensão político-cultural da burguesia e, por outro, colhia os resultados, em conjunto, das transformações derivadas da Revolução Industrial, da Revolução Agrícola, da Revolução Demográfica e da Revolução dos Transportes; que, em termos emocionais e sentimentais, engendraram a percepção de que o automatismo e a tecnologia já eram parte intrínseca da nova experiência existencial e que a essência superior do progresso humano tinha sido encontrada na união entre o movimento das máquinas e a vontade dos homens, e que, conseqüentemente, o triunfo de um dependia da qualidade e do desempenho do outro (de forma interdependente).

Bauman (1998) assegura, ao citar excertos do Manifesto Futurista (publicado em 1909) de Tommaso Marinetti (1876-1944), que o nascimento dos “estaleiros incendiados por violentas luas elétricas”, da “maré multicolor e polifônica das revoluções nas capitais modernas”, dos “navios aventureiros que farejam o horizonte”, das “locomotivas de amplo peito que se empertigam sobre os trilhos como enormes cavalos de aço”, do rádio, do cinema, do automóvel, do avião e toda a maquinofatura dinâmica por detrás dessas invenções ditava a percepção “de que o fluxo do tempo tinha uma direção, de que tudo que viria depois era também melhor, enquanto tudo o que refluísse para o passado era também pior — atrasado, retrógrado e inferior” (Bauman, 1998, p.126).

Como destaca Benjamin (1969), era chegada a hora de celebrar a velocidade, as máquinas e o progresso que se associavam, de forma inseparável, à força da indústria, o epicentro econômico da nova ordem. Capacidade industrial, empregos fabris e produção em massa de manufaturados (de maneira padronizada e em grandes quantidades por escala) tornaram-se sinônimo de progresso econômico e de prosperidade social para a maioria dos países ocidentais.

Harvey (2014) destaca que, desde então, as nações capitalistas ocidentais concentraram todos os seus esforços econômicos para converter instalações fabris rudimentares em parques industriais modernos, capazes não só de empregar seus cidadãos, mas também de aumentar a mais-valia relativa e a mais-valia absoluta impostas aos trabalhadores.

Ao analisar esse momento, Bauman (2001) aponta que a maior tarefa política da época foi justamente construir um pacto social que legitimasse, mostrando os benefícios disso, a união das pessoas em torno das fábricas e do modelo de gerenciamento da vida que elas demandavam. A lógica era simples: se a produção fabril se consolidava como a estrutura fundamental à expansão do capital e os trabalhadores precisavam do emprego

fabril para sua sobrevivência, os políticos (via Estado e políticas públicas) deveriam criar as condições necessárias para intermediar a relação capital-trabalho à bem da eficiência nacional.

Não menos importante, como percebeu Benjamin (1969, p. 195), “saber escrever sobre o trabalho passou a fazer parte das habilitações necessárias para executá-lo”, pois se o esforço político-econômico salientava que era a hora de colocar os recursos naturais e humanos à serviço do progresso nacional, era preciso também que indivíduos capacitados pudessem “pensar” o trabalho.

Como destacam Boltanski e Chiapello (2020) — ao analisarem a história do pensamento empresarial — a ênfase na centralidade do trabalho como vetor e fonte de criação do futuro, como esforço coletivo da civilização para o aperfeiçoamento moral e ético, nesse momento, apareceu como uma missão dada aos intelectuais e gestores. Com isso, grande parte da *intelligentsia* da virada do século XIX e XX¹ tomou para si a tarefa de levar a cabo os preceitos e técnicas que deveriam acompanhar a aceitação, a defesa e a implementação desse novo pacto social através do treino, da tutela e da educação do “povo trabalhador”.

E poucos, nas palavras de Harvey (2014), Bauman (1998 e 2001) e de Boltanski e Chiapello (2020), representaram melhor o espírito dessa empreitada do que Frederick Taylor. Para estes autores, Taylor foi o real precursor do pensamento gerencial e o grande responsável por criar uma visão sistêmica da sociedade industrial, especialmente no que se refere à busca por colocar o trabalho útil (no sentido do “saber-fazer”) à serviço de tudo aquilo que ele acreditava ser a causa da ineficiência de uma sociedade capitalista².

Sobre isso, ele afirma que a ineficiência econômica de um país não se encontra na escassez natural de recursos, mas sim na incapacidade de seus cidadãos de intervir na realidade. Portanto, é das regras e normas à melhor intervenção do homem na realidade, tanto produtiva quanto social, que se dedicam os seus princípios da administração científica. Princípios, em suas palavras, que se adotados, poderiam “ser aplicados em qualquer atividade social: na direção de nossos lares, na gerência de nossas fazendas, na administração de nossas casas comerciais, grandes e pequenas, na administração de igrejas, de institutos filantrópicos, de universidades e de serviços públicos” (Taylor, 1990/1911, p. 23).

Por isso, neste trabalho, analisamos os preceitos de sua administração científica do trabalho como tipo ideal³ de um projeto específico de gestão da vida e das instituições que se encontram em consonância com as formas do paradigma disciplinar descrito pelo filósofo Michel Foucault. Nosso objetivo, com isso, foi demonstrar como sem a disciplina

e o poder disciplinar, como dispositivos à serviço de seus propósitos, o taylorismo não conseguiria lograr seus efeitos.

Princípios fundamentais e engenharia social taylorista

Segundo Harvey (2014), influenciado pela corrente positivista-organicista do pensamento social de sua época, Taylor pressupõe que a ordem e a disciplina são elementos intrinsecamente necessários à promoção da harmonia e da funcionalidade das estruturas sociais, daquilo que ele denominou ser seu “sistema social”. Enquanto a primeira estabelece os princípios e diretrizes pretendidos, a segunda assegura o comprometimento dos indivíduos com as normas estabelecidas. Assim, ordem e disciplina são essenciais para o fortalecimento das instituições e para o desenvolvimento de uma convivência coletiva baseada na previsibilidade e na cooperação.

Não por acaso, Bauman (1998, p. 162) afirma que Taylor foi o pioneiro das fábricas de ordem da modernidade: “instalações produzindo situações em que a regra substitui o acaso e a norma ocupa o lugar da espontaneidade; situações, em que alguns acontecimentos têm elevada probabilidade, enquanto outros são virtualmente impossíveis”.

Essa visão sistêmica do taylorismo enquadra-se na ideia de que há hierarquias de saberes e competências que, se respeitadas, estimulariam a cooperação harmônica entre padrões e empregados, diretores e subalternos, dotando de confiabilidade o sistema produtivo, já que traria benefícios à sociedade como um todo. Por um lado, através dos consumidores, que teriam acesso a produtos melhores e mais baratos⁴, e por outro, aos trabalhadores que receberiam salários maiores — via aumento do desempenho pessoal — quando respeitassem as normas estabelecidas e o comando de seus superiores.

Em uma alusão à sociedade como organismo vivo, os gerentes seriam os “cérebros” operacionais de sua engenharia social, as instituições seus órgãos funcionais, as fábricas o combustível do novo sistema e os indivíduos — isoladamente, porém trabalhando em conjunto a partir de um objetivo comum: a prosperidade social — as células (as partes menores) dessa engrenagem.

À gerência empresarial caberia substituir a intuição do trabalhador (baseada no aprendizado prático) por uma tarefa cientificamente elaborada⁵. Ou seja, a organização do trabalho focada no trabalhador isolado, na capacidade individual de pensar e produzir um produto como um todo, deveria ser substituída por uma visão sistêmica do trabalho, a partir de metas pré-estabelecidas pelos supervisores.

Em suas palavras,

À gerência é atribuída a função de reunir todos os conhecimentos tradicionais que no passado possuíram os trabalhadores e então classificá-los, tabulá-los, reduzi-los a normas, leis ou fórmulas, grandemente úteis ao operário para execução do seu trabalho diário (Taylor, 1990, p. 40).

Destaca-se que para Taylor o trabalhador seria incapaz — assim como o indivíduo comum para a *intelligentsia* burguesa ascendente — de entender a elaboração teórica por trás de seus movimentos e saber o que seria melhor para si e para a coletividade. A direção, de tal modo, deveria se responsabilizar por todas as tarefas para as quais estivesse mais bem aparelhada (intelectual e tecnicamente) do que o trabalhador (o indivíduo comum). Diz ele:

Estabeleço como princípio geral que, em quase todas as artes mecânicas, a ciência que estuda a ação dos trabalhadores é tão vasta e complicada, que o operário, ainda mais competente, é incapaz de compreender esta ciência, sem a orientação e auxílio de colaboradores e chefes, quer por falta de instrução, quer por capacidade mental insuficiente (Taylor, 1990, p. 34).

A nova elite administrativa deveria, portanto, selecionar adequadamente os indivíduos sob sua tutela, treiná-los à exaustão, colaborando para que eles cumprissem adequadamente sua função dentro da fábrica e, conseqüentemente, do corpo social. Ao tomar “as rédeas” da fábrica e se conscientizar de seu papel de “cérebro operacional”, a gerência seria finalmente capaz de colocar em prática os princípios da administração científica do trabalho.

Em relação a esses princípios, o primeiro e decisivo passo dar-se-ia na escolha do trabalhador, pois este constitui a base de todo sistema. Sem que o “escolhido” fosse capaz de se enquadrar à nova concepção da administração científica — em termos de controle do corpo e dos movimentos e sob a vigilância e tutela permanente dos gerentes — nenhum rearranjo seria adequado para solucionar a escolha inicial equivocada.

Vejamos como Taylor propõe que se faça essa escolha e esse treino do trabalhador. Observe como ele colocou em prática seu método científico em uma empresa produtora de lingotes de ferro em Bethlehem (EUA). Diz ele:

Cronometramos e estudamos cuidadosamente os 75 carregadores, durante 3 a 4 dias, ao fim dos quais separamos quatro homens que pareciam ser fisicamente capazes de carregar barras de ferro na proporção de 47 toneladas por dia. Foi feito, então, o estudo apurado de cada um destes homens; investigamos seu passado, tanto quanto possível, e fizemos um inquérito completo a respeito do caráter, dos

hábitos e ambições de cada um. Finalmente, dos quatro, escolhemos um, como o mais apto para começar (Taylor, 1990, p. 44).

Note aqui três pontos fundamentais do paradigma disciplinar⁶ descrito por Foucault (2020) que foram incorporados por Taylor: (1) o registro do tempo dentro de um ciclo progressivo em que a retrovisão e a previsão tornam-se pressupostos simétricos para o controle das ações e dos pensamentos daqueles sob vigilância; (2) a busca por aferições precisas sobre lucro, salário-hora e outros elementos basilares do processo decisório capitalista; e (3) a investigação meticulosa da história individual e o enquadramento do sujeito dentro de um “modelo ideal” de trabalhador.

Após a análise cautelosa para selecionar cientificamente o trabalhador mais qualificado, era preciso “dobrar” o trabalhador ao passo seguinte da administração científica: a sujeição absoluta aos mandos, ao treino ou, se preferirmos, ao adestramento de seu corpo e seus movimentos, uma tendência, como apontou Foucault (2020), que já estava presente no imaginário moderno, ao menos, desde o século XVIII. Sobre isso, ao se referir a um dos trabalhadores recém classificados, de nome Schmidt, Taylor lhe passa as instruções da seguinte forma:

Bem, se você é um operário classificado, deve fazer exatamente o que este homem {o gerente} lhe mandar, de manhã à noite. Quando ele disser para levantar a barra e andar, você se levanta e anda, e quando ele mandar sentar, você senta e descansa. Você procederá assim durante o dia todo. E, mais ainda, sem reclamações. Um operário classificado faz justamente o que se lhe manda e não reclama. Entendeu? Quando este homem mandar você andar, você anda; quando disser que se assente, você deve assentar-se e não fazer qualquer observação. Finalmente, você vem trabalhar aqui amanhã e saberá, antes de anoitecer, se é verdadeiramente um operário classificado ou não (Taylor, 1990, p. 46).

De forma mais severa ainda Taylor prossegue na explicação da administração científica aos seus colegas da *American Society of Mechanical Engineers*. Diz ele:

Um dos primeiros requisitos para um indivíduo que queira carregar lingotes como ocupação regular é ser tão estúpido e fleumático que mais se assemelhe em sua constituição mental a um boi. Um homem de reações vivas e inteligente é, por isso mesmo, inteiramente impróprio para tarefa tão monótona. No entanto, o trabalhador mais adequado para o carregamento de lingotes é incapaz de entender a ciência que regula a execução desse trabalho. É tão rude que a palavra percentagem não tem nenhuma significação para ele e, por conseguinte, deve ser treinado, por homem mais inteligente, no hábito de trabalhar de acordo com as leis dessa ciência, para que possa ser bem-sucedido (Taylor, 1990, p. 53).

Observe que Taylor não vê indelicadeza nesse diálogo, já que esse trabalhador é

mentalmente inferior, braçal, na sua visão.

Precisamos observar, de todo modo, que a seleção do trabalhador decorre não de suas atribuições especiais (como dos aprendizes das guildas ou dos artesãos livres), mas de sua capacidade para exercer determinada tarefa da melhor forma possível e no menor tempo possível (tarefa, diga-se, que será previamente explicada para ele). Deve haver, portanto, um controle central de vigilância e de poder, já que a nova engenharia social pressupõe um sistema preciso de controle.

Ao discutir o nascimento da disciplina fabril, Foucault (2020, p. 163) observa que, “toda a atividade do indivíduo {trabalhador} passou a ser repartida e sustentada por injunções cuja eficiência repousa na brevidade e na clareza; a ordem [...] é necessário e suficiente que provoque o comportamento desejado”.

Observe como Taylor incorpora essa lógica ao se referir ao treinamento de Schmidt.

Durante o dia todo e a intervalos regulares, o homem que o orientava com um relógio na mão lhe dizia: “Agora, levante o lingote e ande. Agora, sente-se e descanse. Agora, ande; agora, descanse”, etc. Ele trabalhava e descansava quando mandado, e às 5hs da tarde tinha colocado no vagão 47 toneladas de lingote. Praticamente Schmidt nunca falhou, trabalhando nesse ritmo e fazendo a tarefa, que lhe foi determinada, durante os 3 anos que este autor esteve em Bethlehem (Taylor, 1990, p. 46).

Com esse exemplo, gostaríamos de enfatizar que para Taylor o treino meticuloso, a substituição dos movimentos inapropriados por movimentos melhores e mais rápidos e a busca por instrumentos mais eficientes de controle, tornam-se possíveis graças à disciplina dos corpos e ao direcionamento desses corpos a bem do aumento produtivo, já que sem isso seu sistema não poderia manter-se “de pé”.

Taylor, aliás, destaca outro elemento importante para que a administração científica funcione: é preciso, quando necessário, afastar o trabalhador dos demais para evitar distrações e reuniões inapropriadas e, assim, perda de tempo e foco. Diz ele:

Ninguém ousará negar que o indivíduo atinge sua maior prosperidade, isoladamente, quando alcança o mais alto grau de eficiência, isto é, quando diariamente consegue o máximo rendimento. Este fato é também evidente, ao trabalharem juntos dois homens (Taylor, 1990, p. 25).

Foi precisamente a combinação desses elementos que permitiu a Taylor chegar ao ponto central de sua administração: o *coeficiente pessoal da produção*. Este coeficiente resulta da equação derivada da interface tempo, movimento, treino e formação para determinar o maior rendimento diário possível do trabalhador. O objetivo do coeficiente

é demarcar o tempo de ação-reação do operário e a quantidade de energia que ele pode despendar no dia sem se esgotar. O trabalhador, nesse sentido, deveria ser submetido ao limite da fadiga, a *lei do trabalho penoso*, nas palavras de Taylor. Em termos de atitude mental, isso significa que o trabalhador deveria ser tratado no mesmo esquema pavloviano de estímulo/resposta. A cada meta alcançada um aumento de gratificação (salário), a cada equívoco uma nota de repúdio e uma ameaça de dispensa.

Essa lógica pressupõe que a administração científica melhora a especialização do trabalho, a antecipação das metas e a eficiência prévia, e alimenta o espírito colaborativo ao demonstrar que cada movimento do indivíduo — na busca pela autorrecompensa — colabora com a administração da corporação (da sociedade), ao mesmo tempo em que cria um esquema que possibilita ao trabalhador/indivíduo prever, antecipar, sua tarefa do dia seguinte e mensurar adequadamente se está exercendo seu papel corretamente.

Como nos lembra Foucault (2020, p. 149), a rigidez do sistema industrial “não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo, que é sua condição de eficácia e de rapidez”, pilares da reprodutibilidade da organização produtiva capitalista, já que sobre essas bases, toda produção (e toda a vida) poderia ser metodologicamente padronizada e todos os instrumentos milimetricamente selecionados para aumentar a eficácia e a eficiência do trabalho/trabalhador e do corpo social como um todo.

É por isso que Boltanski e Chiapello (2020) reiteram que — ao captar as tendências do desenvolvimento capitalista industrial desde sua consolidação no século XIX — a engenharia social taylorista, na forma como foi concebida, estava, desde o início, propensa a se tornar o sistema geral de organização da sociedade, pois, como o próprio Taylor assegurou, “no passado, o homem estava em primeiro lugar; no futuro, o sistema terá a primazia” (Taylor, 1990, p. 23). Enquanto sistema, inclusive, seus princípios e leis foram definidos tais como uma instituição (um conjunto de normas) que deveria codificar, analisar e descrever sistematicamente as tarefas humanas para que a força do sistema se sobrepusesse às idiossincrasias individuais. Harvey (2014, p. 129) sobre isso diz que “de todas as facetas da atividade corporativa [a administração científica] tornou-se o marco da racionalidade corporativa burocrática” que mais adiante iria se consolidar com o fordismo e que se tornaria peça-chave à manutenção da ordem social até a ascensão do neoliberalismo, a partir de 1970.

Ressaltamos que a administração científica não constitui elemento simples, mas uma combinação global de informações que permitiria aliar as obrigações produtivas com as demandas sociais de uma época. Em uma sociedade que tinha no desempenho e no

aumento produtivo seu destino inescapável, sua meta era retirar as noções de disciplina, eficácia, eficiência, controle, meritocracia e tantos outros elementos do coadjuvantismo e transformá-los em elementos centrais do cotidiano, primeiramente nas fábricas, e depois em todas as relações sociais. Sua missão — empreendida com grande sucesso — foi convencer trabalhadores e administradores a abandonarem as ideias que favoreciam a ineficiência econômica e convencê-los que a cooperação entre eles não só era possível como necessária.

O tempo da disciplina a serviço da ordem

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo (Foucault, 2020, p. 167).

A engenharia social taylorista — dada a centralidade do capitalismo e suas instituições no processo — associou diretamente os interesses e objetivos dos “homens esclarecidos” à classe dirigente. Aqui precisamos lembrar que Taylor escreve para os patrões, seu trabalho tem a missão proselitista de esclarecer os trabalhadores e cidadãos sobre as ideias falsas da ineficiência do trabalho. Não por acaso, Bauman (1998) afirma que os paradigmas tayloristas e a intelectualidade burguesa uniram-se numa corrente de autodeterminação tão profícua para lograr seus efeitos que é impossível separar o projeto intelectual de Taylor do projeto político e cultural burguês que o acompanha.

Portanto, e essa é uma premissa importante para a discussão, a engenharia social taylorista foi uma ordem constituída a partir dos interesses e do poder da classe dirigente. Uma realidade que recebeu suas justificações e suas regras, engendrou seus saberes e seu poder, suas técnicas e discursos, desde um ponto de vista específico. Obviamente, que todo movimento pressupõe resistências. Por vezes, a classe em ascensão cedeu para avançar, mas isso não invalida o movimento geral que ela precipitou, como lembra Harvey (2014).

Taylor percebeu que a missão dos “homens esclarecidos” da modernidade não era humilhar e punir deliberadamente os “inadaptados”, mas, na verdade, guiar o processo e impor seus valores às camadas inferiores da sociedade; e que o objetivo dessa missão era canalizar toda energia humana útil em prol do desenvolvimento de um sistema social condizente com as demandas de uma época. Uma época em que a dignidade, de sujeitos livres e passíveis de redenção, estava associada à rigidez das personalidades, à otimização

dos movimentos e dos comportamentos a serviço da maximização dos ganhos, e à disciplina dos corpos a fim de reduzir os “desvios” de caráter⁷.

Essa visão, contudo, não é original. Foucault (2020) já havia “desvendado” como essa estratégia estava presente desde o surgimento da sociedade industrial e a consolidação do Estado moderno. Os dispositivos disciplinares e a biopolítica, por exemplo, já estavam a serviço da estratégia burguesa de dominação muito antes de Taylor. O taylorismo, nesse sentido, deve ser visto como parte desse processo e não como novidade.

A inovação dos princípios da administração científica está, na verdade, na sistematização de um pensamento gerencial, não só do trabalho, mas da vida, capaz de maximizar o enquadramento dos sujeitos dentro de um sistema econômico e social específico. Um sistema onde dignidade e trabalho se confundem dentro de uma visão mais ampla de sociedade, em que os mecanismos de controle aparecem como benéficos ou emancipadores, e não como formas de dominação ou de assimetrias de classe.

Como lembra Foucault (2020), o poder disciplinar não é apenas repressivo, mas também produtivo, ou seja, cria formas de ser e pensar. O taylorismo, ao organizar o trabalho em etapas controladas e racionais, assim, logrou “enquadrar” o sujeito da obediência da modernidade⁸ dentro dos paradigmas disciplinares. Porém, mais do que isso, conseguiu intensificar o poder disciplinar para além da coerção física e da organização do trabalho, colocando-o a serviço da construção de um tipo de indivíduo mais dócil, útil e eficiente ao sistema. Em linhas gerais, “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 2020, p. 134); é útil o corpo que colabora para a produção, que não é um fardo para outros ou para o sistema econômico; é eficiente aquele que adiciona valor ao sistema ao internalizar as normas de produtividade e submeter-se aos mecanismos de controle que otimizam seu desempenho.

Em termos históricos, se tomarmos o início do processo de industrialização como parâmetro, com seus centros urbanos compostos por multidões desamparadas e confusas, uma sociedade em permanente estado de anomia, como Durkheim analisou (1999), notamos a importância do poder disciplinar para transformar os quadros “inúteis” e “perigosos” do começo da modernidade em um organismo funcional, respeitando, a seu modo, o paradigma liberal/individualista da burguesia, já que a tática do poder disciplinar era justamente unir o singular ao múltiplo, amarrando indivíduos distintos e separados em um todo complexo e interdependente. Sua ação servia, nesse sentido, para colocar em ordem uma multiplicidade dada a partir de uma regulamentação homogeneizante.

A igualdade formal — legalmente constituída — é o pano de fundo dessa ação coletivizante, pois, como destaca Tigar e Levy (1978), a lógica do poder moderno só pode ser compreendida como um ciclo que se inicia no sujeito (dotado de direitos) e encerra-se no próprio sujeito (dotado de deveres). O indivíduo, assim, se torna o limite e a fronteira de toda coerção, de todo exercício do poder. E os agentes do sistema disciplinar souberam utilizar-se dessa condição para que o poder disciplinar não ficasse “concentrado demais em alguns pontos privilegiados, nem partilhado demais entre instâncias que se opusessem; que fosse repartido em circuitos homogêneos que pudessem ser exercidos em toda parte, de maneira contínua e até o mais fino grão do corpo social” (Foucault, 2020, p. 80).

Foi, portanto, como mecanismo de um Estado legalmente constituído, que o sistema disciplinar se tornou imperativo, necessário e formal, para mensurar todas as diferenças individuais, logrando “medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças [individuais], ajustando-as umas às outras” (Foucault, 2020, p. 181), em nome do Estado de direito.

Essa ação, no entanto, para sua efetiva consolidação, desdobrou — de maneira coordenada — o poder disciplinar em três instrumentos básicos: (1) a hierarquização, (2) a normalização e o (3) exame.

Ao hierarquizar prioridades e saberes, articulou imperativos sanitários, políticos, laborais, educacionais e morais — ancorados em discursos científicos específicos —, por um lado e, por outro, construiu uma arquitetura permanente para a vigilância, configurando-se como sistema integrado. Portanto, “seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e literalmente essa rede sustenta o conjunto, e perpassa-o os efeitos de poder que se apoiam uns sobre outros” (Foucault, 2020, p. 173).

Essa hierarquização e vigilância ficam evidentes quando observamos como o taylorismo implementou uma rigorosa hierarquização das tarefas dentro do processo produtivo, dividindo-o em etapas específicas e papéis delimitados. Essa divisão, para Taylor, é o que permitiria que cada função fosse desempenhada da melhor forma possível, sob a supervisão constante de gestores ou supervisores encarregados de garantir o cumprimento das normas e o alcance das metas estabelecidas.

Ao mesmo tempo, Taylor também implementou para seus fins um sistema permanente de vigilância sobre os trabalhadores, concebido para monitorar, corrigir e otimizar o desempenho individual, consolidando um controle absoluto sobre o ritmo e a qualidade do trabalho.

A hierarquização e a vigilância, assim, definem o que Taylor concebe como instituição eficiente. E essa interdependência se entrelaça numa rede complexa de autovigilância e autodisciplina que enfatiza as sanções normalizadoras do seu sistema, sem que muitas vezes os interessados percebam esse movimento. A esse respeito, Foucault (2020, p. 183) destaca que “[...] o poder disciplinar [...] se exerce tornando-se invisível: em compensação impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória [...] É o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que mantém sujeito o indivíduo disciplinar”.

Paralelamente a vigilância e a hierarquização, as micropenalidades (sanções) e o exame detalhado do trabalhador funcionam como reforçadoras do sistema. As primeiras colocam-se à serviço das privações necessárias para o funcionamento, sem intercorrências, das atividades produtivas. Servem, com isso, para ajustar o comportamento do indivíduo e para reafirmar a importância das hierarquias estabelecidas em prol da eficiência produtiva. Veja um exemplo dessas micropenalidades aplicadas por Taylor aos trabalhadores que não cumpriam suas metas diárias,

O papel amarelo indicava que o trabalhador não conseguira efetuar a tarefa completa no dia anterior e informava-o de não ter ganho \$1,85 dólar nesse dia. E como todos sabiam que somente era permitida a permanência, nesta equipe, de bons operários, isso correspondia à advertência de que procurasse ganhar salário completo no dia seguinte (Taylor, 1990, p. 58).

Já o exame,

[...] Combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade. No coração dos processos de disciplina, ele manifesta a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam (Foucault, 2020, p. 181).

Ao sancionar os atos de aprendizado com exatidão, com “verdade”, o exame integra o ciclo de conhecimento e intervenção, juntamente com a hierarquia, a vigilância e as micropenalidades, sobre o indivíduo. Ele não só escrutina os indivíduos, mas também cria um arquivo inteiro das individualidades. Expande, com isso, a análise individual para o todo, através da métrica, da comparação, da adaptação de cada um às suas aptidões.

Isso quer dizer que:

O exame abre duas possibilidades que são correlatas: a constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável [...] em seus traços singulares, em sua evolução particular, em suas aptidões ou capacidades próprias, sob o controle de um saber permanente; e por outro lado a constituição de um sistema comparativo que permite a medida de fenômenos globais, a descrição de grupos, a caracterização de fatos coletivos, a estimativa dos desvios dos indivíduos entre si, sua distribuição numa população (Foucault, 2020, p. 186).

O exame transforma cada indivíduo em um “caso”, “um caso que ao mesmo tempo constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder” (Foucault, 2020, p. 187). Portanto,

O exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber. É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação [...] Com ele se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente (Foucault, 2020, p. 188).

Essa constituição do exame tem por objetivo, enfim,

Definir em relação às multiplicidades uma tática de poder que responde a três critérios: tornar o exercício do poder o menos custoso possível (economicamente, pela parca despesa que acarreta; politicamente, por sua discrição, sua fraca exteriorização, sua relativa invisibilidade, o pouco de resistência que suscita); fazer com que os efeitos desse poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível, sem fracasso, nem lacuna; ligar enfim esse crescimento “econômico” do poder e o rendimento dos aparelhos no interior dos quais se exerce (sejam os aparelhos pedagógicos, militares, industriais, médicos), em suma fazer crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema (Foucault, 2020, p. 201).

Ao tomar a forma como Taylor aplica essa lógica ao treinamento de Schmidt (como descrevemos na primeira parte), nota-se como o sistema disciplinar — amplamente aplicado na indústria desde o final do século XIX — corroborou a visão de *homo economicus* do capitalismo. Visão que enquadrou o homem — e o trabalho — dentro de uma lógica utilitarista e de submissão, e que se tornou a principal forma de dominação da sociedade industrial.

Numa estrutura social que valorizava a individualidade e o indivíduo “livre”, como a de Taylor, ao mesmo tempo em que rogava por instituições pesadas e relações duradouras, o taylorismo funcionou como o nó górdio (o *astuto ardil*) da sociedade industrial em sua fase marcada por uma visão que privilegiava o controle das pulsões, dos

gestos e das atividades de todos os dias, em uma ordem social em que o progresso econômico e a eficiência do trabalho compunham o horizonte existencial almejado.

Considerações finais: o taylorismo, o caráter e o “trabalho para a vida toda”

Elias (1994) afirma que o fato de uma dada classe — em uma fase ou outra do desenvolvimento histórico — formar o epicentro do processo comportamental, pressupõe uma situação social e uma estrutura social que permitem a ela criar padrões de comportamento que possam ser difundidos e assimilados para o restante da sociedade. Podemos dizer, nesse sentido, que o taylorismo, enquanto expressão de uma ideologia de classe, buscou projetar nas instituições uma estratégia dedicada à substituição da espontaneidade da vida através da criação de mecanismos típicos da disciplina e do controle das pulsões, tão benéficos quanto importantes para o desenvolvimento da organização da sociedade capitalista do início do século XX.

Essa mentalidade, que está por trás de uma visão singular de ordem da modernidade, segundo Sennett (2019), constituiu um horizonte específico no que diz respeito à ligação (forte) entre os indivíduos e as instituições. Em sua tarefa de forjar um movimento antialeatório de comportamentos e crenças, o taylorismo pretendeu enraizar as ligações duradouras dos indivíduos com o mundo, formando, nas palavras de Taylor, “sujeitos de caráter”.

Para Sennett (2019, p. 10) “Caráter é o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros [...] é um termo mais abrangente que seu rebento mais atual: a personalidade”. Por isso mesmo, o caráter dirige-se (ou é guiado) por compromissos de longo prazo. Ele expressa-se por meio da lealdade recíproca entre os envolvidos ou pelos acordos conscientes ou inconscientes de postergar a satisfação imediata em troca de um benefício futuro, processo fundamental à consolidação do taylorismo.

É justamente dessa mentalidade cooperativa que o caráter emerge como elemento formador da existência duradoura, na medida em que é na relação com o(s) outro(s) que buscamos criar e estabelecer as características pessoais que gostaríamos que o(s) outro(s) valorizassem e reconhecessem. De acordo com Freud (2011), ao contrário da “personalidade” — que remete a sentimentos e estados emocionais internos, a condições psíquicas muitas vezes não exteriorizadas — o caráter projeta-se para fora, ele é, por esse motivo, definido pelo superego. À vista disso, o caráter é pouco suscetível a mudança, ele é a marca de um tempo disciplinado, tanto pessoal quanto institucionalmente.

Não é por acaso, portanto, que Taylor colocou suas fábricas à serviço da formação de “homens de caráter”, de homens que subjugassem seus desejos imediatos em nome de um bem maior: o desenvolvimento de longo prazo da sociedade capitalista. Sua defesa da visão corporativa de sociedade, com suas noções de compromisso e lealdade, acompanhava uma noção específica de confiança.

Isso só foi possível, no entanto, pois a sociedade da virada do século XIX para o XX acreditava que os acordos e as determinações do projeto moderno seriam levados a cabo, engendrando experiências mais profundas de confiança nas instituições. Essa confiança marcava a crença que a maioria dos seres humanos tinha na continuidade de sua identidade e na constância dos ambientes de ação social e material em que viviam, como destaca Giddens (1991).

A questão é que ao se enraizar — devagar, mas firmemente nas fissuras e brechas das instituições — essa confiança criou uma consciência prática do que deveria e do que não deveria ser feito já que o “sistema” proposto era interiorizado na experiência cotidiana, permitindo que os sujeitos confiassem no caminho que estava sendo conduzido pelas instituições e os líderes. A confiança — que não está aqui ligada às capacidades individuais, mas ao sistema — era revestida da certeza de que os “outros” honrariam seus compromissos e as instituições exerceriam seu papel em nome de sua “credibilidade pública”. A confiança no sistema, portanto, envolvia muito mais que um simples cálculo utilitarista por parte dos indivíduos e das instituições, na verdade, ela se sustentava numa concepção (mesmo que abstrata) de unidade, de que o dever e a responsabilidade de cada um era o dever e a responsabilidade de todos, segundo Bauman (2001).

A “carreira”, por exemplo, de um trabalhador do sistema taylorista era sinônimo de “um trabalho para a vida toda”. Obviamente que intercorrências poderiam ocorrer nesse percurso, mas as instituições e o próprio corpo social estariam ali para formar e dar apoio coletivo aos indivíduos e logo atuar para sua recondução à “vida normal”.

Ancorada nos portos gigantescos das instituições modernas, a confiança se dava dialeticamente entre as partes. Os indivíduos, ao confiarem que as instituições duradouras representavam a “consciência geral”, acreditavam que elas poderiam deter a contingência e as imprevisibilidades da vida, enquanto, e ao mesmo tempo, acreditavam que essas mesmas instituições (criadas a partir das vontades humanas) representavam (ou deveriam representar) os acordos sociais que deteriam o acaso, neutralizariam os infortúnios e maximizariam a bonança. Em uma rede autocondicionante de dependências e de enquadramento dos sujeitos, a opção de manter-se à parte era inaceitável, era anormal e,

sobretudo, um fardo à ordem industrial — que deveria agir o mais rápido possível ante quaisquer ameaça à saciação das necessidades materiais e subjetivas dos indivíduos.

O taylorismo nasceu, assim, amparado nas fábricas de ordem da modernidade (escolas, quartéis, presídios, escolas, hospitais) que ele mesmo ajudou a criar, como uma atividade em que todos deveriam aprender as regras. Seu propósito era a criação de um sistema social em que cada instituição tivesse uma função a cumprir, cada elemento da vida social estivesse amarrado a outro e que os erros e desequilíbrios só poderiam ser assumidos como falhas no planejamento ou na construção das normas úteis à ordem concebida.

Isso significa que após apresentar e especificar as normas e os padrões sociais, as fábricas de ordem do taylorismo, logo agiram para prescrever as regras condizentes a suas necessidades. E poucos foram os países capitalistas que deixaram de seguir os princípios da administração científica, ao menos até o surgimento dos rearranjos e das otimizações do fordismo, a partir da segunda metade da década de 1920.

Referências

ANDERSON, Pierre. *As Origens da Pós-Modernidade*. Trad. Artur Morão. Ed. 70, Lisboa, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Trad. Mauro Gama e Cláudia Gama. Ed. 1. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In *A Ideia do cinema*. Trad. José Lino Grünnewald. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. p. 165-196. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/benjamin-obra-de-arte-1.pdf.

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Éve. *O Novo Espírito do Capitalismo*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

DURKHEIM, Émilie. *Da divisão social do trabalho*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Trad. Ruy Jungmann. vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramalhe. Ed. 42. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

FREUD, Sigmund. *O Mal-estar na civilização*. Trad. Paul César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. Ed. 1. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. Ed. 25. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Trad. Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. Ed. 21. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo, Record. 2019.

TAYLOR, Frederick. *Os Princípios da Administração Científica*. Trad. Arlindo Vieira Ramos. Ed. 8. São Paulo: Altas, 1990.

TIGAR, Michael. e MADELEINE R. Levy. *O Direito e a Ascensão do Capitalismo Moderno*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

Artigo recebido em 13/01/2025

Aceito para publicação em 18/08/2025

Editor(a) responsável: Nátalie Yukie Cardoso Utsumi

¹ Ver, por exemplo, as obras de Herbert Spencer (1820-1903), Henry Ford (1863-1947), Harrington Emerson (1853-1931), Henri Fayol (1841-1925), Charles Bedaux (1886-1944), entre outros.

² Taylor evoca, em seu trabalho mais famoso, *Princípios de Administração Científica* (1900/1911) — estudo feito para ser apresentado à *The American Society of Mechanical Engineers* — uma passagem do então presidente americano Teodoro Roosevelt (1858-1919) sobre a questão da ineficiência nacional para justificar suas posições

³ Como destaca Max Weber (1999), o tipo ideal, dentro da sociologia compreensiva, opera como construção conceitual que reúne características essenciais e coerentes de um fenômeno, sem que este fenômeno necessariamente exista, em sua forma pura, na realidade. Trata-se, portanto, de um recurso metodológico que permite simplificar e sistematizar a complexidade dos eventos sociais, operando como um ponto de referência para comparar e interpretar as variações concretas da realidade analisada. Fazemos essa ressalva, pois não há unanimidade acerca da aplicação das tecnologias tayloristas. Existem variações históricas e contextuais sobre seus usos, bem como ajustes locais de suas premissas, como destacam Boltanski e Chiapello (2020). Isso não invalida, contudo, o movimento geral que seu “projeto de vida e de sociedade” precipitou nos países capitalistas de sua época.

⁴ Sobre isso Taylor (1990, p. 100) diz: “estou convencido de que os consumidores, o terceiro interessado, à medida que surjam à tona os fatos verdadeiros, insistirá que haja justiça, para o benefício das três partes. Então, será exigida maior eficiência tanto dos empregadores como dos empregados. Não se admitirá mais o tipo de patrão que somente pensa nos dividendos, negando-se em retribuir de acordo a parte que corresponde ao trabalho, e que se limita em brandir o açoitador sobre as cabeças de seus comandados, tentando obrigá-los a produzir mais, por menores salários”.

⁵ A esse respeito Taylor (1990, p. 88) afirma que “não há, absolutamente, nada de novo na ideia da tarefa. Cada um de nós há de lembrar-se que pessoalmente esta ideia nos foi aplicada, com bom êxito, nos tempos de colégio. Nenhum professor eficiente pensa em dar à classe, para estudar, uma lição indefinida. Todos os dias uma tarefa limitada é entregue pelo professor ao aluno, na qual aquele determina o que deve ser estudado em cada matéria e somente por este meio é que se pode obter progresso convenientemente e

sistemático por parte dos discípulos. O estudante médio iria muito devagar, se em vez de lhe ser dada uma tarefa, deixassem-no fazer o que pudesse ou quisesse. Todos nós somos crianças grandes e é igualmente certo que o operário médio trabalha com maior satisfação para si e para seu patrão, quando lhe é dada, todos os dias, tarefa definida para ser realizada em tempo determinado e que representa um dia de serviço para um bom trabalhador”.

⁶ Em termos práticos, o que podemos chamar de sistema disciplinar é o conjunto de “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 2020, p. 135).

⁷ Precisamos lembrar, como Foucault (2020) chamou nossa atenção, que a ordem disciplinar, ao entrincheirar os comportamentos dentro de um campo regular e estável, em que a probabilidade das ações não estivesse distribuída ao acaso, mas acomodada numa hierarquia estrita, também está trás da produção dos “perigos” que ameaçavam a estabilidade social moderna, por um lado, e, por outro, encontra-se na raiz dos movimentos de captura da desordem, ou seja, da busca implacável por encontrar (ou criar) a figura dos desordeiros que precisavam de reabilitação. Foi assim que a modernidade criou seus delinquentes, seus loucos, seus indesejados, e buscou prendê-los, patologizá-los, segregá-los, imputando neles ares de anormalidade e impureza, marcando-os como sujeitos inaptos a vida coletiva, pouco ou nada produtivos, e que, por isso mesmo, mereciam a exclusão quando, é claro, resistissem ao processo de adaptação.

⁸ Nas palavras de Foucault (2020, p. 128), “um indivíduo dócil, submetido a hábitos, regras, ordens, e a uma autoridade que se exerce continuamente sobre ele e em torno dele [...], um sujeito dobrado à forma ao mesmo tempo geral e meticulosa de um poder disciplinar”.

INDÍGENAS NA REVISTA “A DEFESA NACIONAL” (1988-1992): Nuances do Imaginário dos Oficiais do Exército

INDIGENOUS PEOPLES IN THE JOURNAL “A DEFESA NACIONAL” (1988-1992): Insights into the Imaginary of Army Officers

Alexandre Ataíde de Lima¹

Resumo: Este artigo analisa a categoria “Os indígenas do passado” na revista *A Defesa Nacional* entre 1988 e 1992. Para isso, emprega-se a metodologia de análise de conteúdo com o intuito de explorar as narrativas históricas e os estereótipos presentes nos textos do periódico. A análise indica que as representações dos indígenas são marcadas por um imaginário social que mescla realidade, regras sociais e estereótipos com interpretações militaristas. Tais percepções moldam a compreensão dos oficiais sobre o papel dos indígenas na sociedade brasileira e refletem uma complexa dinâmica entre história, cultura e identidade militar.

Palavras-chave: Questão Indígena, Pensamento Militar, Imaginário, *A Defesa Nacional*.

Abstract: This article analyzes the category “*The Indigenous Peoples of the Past*” within the journal *A Defesa Nacional* between from 1988 to 1992. For this purpose, content analysis is employed to explore the historical narratives and stereotypes present in the journal’s texts. The analysis indicates that representations of Indigenous peoples are marked by a social imaginary that merges reality, social norms, and stereotypes with militaristic interpretations. Such perceptions shape officers’ understanding of the role of Indigenous peoples in Brazilian society and reflect a complex dynamic between history, culture, and military identity.

Keywords: The Indigenous Question, Military Thought, Social Imaginary, *A Defesa Nacional*.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu direitos fundamentais e garantias básicas para os povos indígenas do Brasil, reconhecendo sua diversidade étnica e cultural, bem como seu direito às terras que tradicionalmente ocupam. Essas disposições constitucionais representaram uma mudança significativa na relação do Estado com os povos originários, superando a abordagem tutelar anterior (Cunha, 2012; Verdum, 2009). O Exército Brasileiro, cuja atuação se entrelaça com os territórios e as populações indígenas, integrou a questão indígena¹ à sua visão estratégica. Assim, as instituições militares desempenham um papel relevante no contexto das dinâmicas que envolvem as políticas indigenistas nacionais (ISA, 2024).

Essa questão indígena, dada a sua relevância, incita debates na sociedade brasileira, especialmente no domínio das ciências humanas. As relações entre os povos indígenas e o Exército brasileiro assumiram diversas formas ao longo da história,

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), na linha de pesquisa “Estudos da Paz e da Guerra”. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). E-mail: alex_ataide@live.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0037-7061>.

adquirindo centralidade em certos períodos, tornando-se fundamentais para compreender o panorama político nacional e o imaginário castrense. No entanto, ao adentrarmos o campo de estudo das ciências militares, notamos uma escassez de análises que abordem a questão indígena. Tal lacuna nos leva a questionar como as identidades e culturas indígenas são compreendidas pelos militares do Exército, especialmente os oficiais.

Diante do exposto, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, quais foram as impressões manifestadas pelo oficialato do Exército Brasileiro em relação aos povos originários? Este artigo argumenta que as representações de povos indígenas brasileiros, emergindo das narrativas históricas publicadas pela revista *A Defesa Nacional* entre 1988 e 1992, funcionam como uma plataforma que apresenta ao público percepções sobre os indígenas, construídas e interpretadas a partir de um imaginário social inerente aos oficiais do Exército.

Na segunda metade do século XIX e em parte do século XX, especialmente sob a influência de conceitos evolucionistas que precedem a antropologia social, havia a crença de que um grupo étnico poderia ser definido por critérios raciais identificáveis de modo objetivo, seja mediante características somáticas ou biológicas — uma visão que ainda é prevalente no senso comum. Nessa perspectiva, um grupo seria considerado indígena se fosse composto por descendentes diretos de uma população pré-colombiana. Contudo, é evidente que nenhuma população poderia se reproduzir isoladamente, sem a mistura com outros grupos, tal qual ocorreu com os indígenas brasileiros (Cunha, 2012).

A identidade indígena transcende a mera vinculação ao local de residência e ao compartilhamento de uma cultura ancestral. Ela se forma no processo reflexivo do autorreconhecimento — aquilo que o indivíduo atribui a si mesmo, mas que também depende da validação dos demais membros do grupo. De modo geral, essa identidade é continuamente moldada e modificada pelas interações com outras pessoas, gerando representações sociais que se baseiam tanto em diferenças reais quanto percebidas. Para os povos indígenas, isso implica que a identidade não é inerte nem homogênea, mas está em constante mudança, respondendo a diferentes categorias sociais e culturais (Harris; Poatha-Smith; Carlson, 2013; Pollak, 1992; Rosa *et al.*, 2021). Além disso, a cultura não é vista como uma característica intrínseca de um grupo étnico, mas como um resultado da transformação e da existência contínua desse grupo. Desse modo, morar entre indígenas não implica viver como eles; da mesma maneira, ser indígena, residir na cidade, frequentar a universidade ou possuir um telefone celular não resulta na perda da identidade étnica (Rosa *et al.*, 2021).

Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a categoria “Os indígenas do passado”, como identificada na revista *A Defesa Nacional* (abreviada daqui em diante como ADN), no período de 1988 a 1992. Ao todo, 21 textos foram identificados nessa categoria. Eles representam 37,5% dos 56 artigos publicados na ADN que mencionavam os indígenas do Brasil no período especificado. No período delimitado, foram publicadas 24 edições da revista, examinadas com base em dois marcos históricos importantes: a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), sediada na cidade do Rio de Janeiro de 3 a 14 de junho de 1992.

O período iniciado em 1988 representa um marco de transformações sociais e políticas significativas ao reconhecer, pela primeira vez na história do constitucionalismo nacional, os direitos dos povos indígenas de forma explícita. Assim, iniciou-se uma nova etapa na relação entre esses povos e o Estado brasileiro, caracterizada por um esforço intenso dos movimentos indígenas na busca por representação e participação política direta (Evangelista, 2004; Lopes, 2014; Verdum, 2009). O ano de 1992, quando o Brasil sediou a Eco-92, trouxe à tona discussões internacionais sobre desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e mudanças climáticas (ONU, 2017). A postura adotada pelo governo brasileiro, embora predominantemente nacionalista, evidenciou uma sensibilidade em relação às questões ambientais e uma consciência sobre a importância da floresta Amazônica como um vasto reservatório de biodiversidade mundial (Viola, 2002). Essas transformações introduziram novas diretrizes normativas e políticas, estimulando uma reconfiguração do papel do Exército na questão indígena e demandando uma revisão das narrativas tradicionais e dos estereótipos presentes no pensamento militar brasileiro.

Assim, a escolha do intervalo de 1988 a 1992 permite uma compreensão mais aprofundada de uma época em que os direitos indígenas, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional se tornaram temas de disputas simbólicas no interior do Exército Brasileiro. Analisar como essas questões foram abordadas e representadas na revista ADN contribui para elucidar as continuidades e rupturas do imaginário militar e suas conexões com a história nesse período.

Para entender como as representações sobre os povos indígenas foram construídas e difundidas no interior do Exército, é fundamental reconhecer a importância da revista ADN, que serviu como um canal de expressão e debate intelectual entre os oficiais. Lançada em 1913 por um grupo de doze indivíduos, incluindo oito oficiais brasileiros que haviam estagiado no Exército Imperial Alemão e quatro outros entusiastas, a publicação

inicialmente focava em textos técnicos sobre manobras militares e novos armamentos. No entanto, rapidamente passou a incluir análises da situação política e econômica do Brasil (Luna, 2010), características que se mantêm até os dias atuais.

A revista reúne artigos sobre uma variedade de temas importantes para os oficiais do Exército, incluindo inovações tecnológicas, doutrinas militares e questões relacionadas à realidade brasileira. Atuando como um órgão de coordenação intelectual, a ADN promove a discussão sobre problemas relevantes para o meio castrense, o que realça sua influência e representatividade na formação de um pensamento militar e nacionalista específico para o Brasil. Além disso, o periódico serve para difundir esse pensamento, tanto internamente quanto externamente, possibilitando um intercâmbio de ideias que podem contribuir para o estabelecimento de novos padrões de construção de conhecimento ao longo do tempo (Nascimento, 2010; Wietchikoski, 2014). As mudanças políticas resultantes do término do regime militar e a reavaliação de prioridades estratégicas, impulsionadas pelo fim da Guerra Fria, demandaram dos oficiais do Exército reflexões que ultrapassaram o imaginário positivista, incorporando novas ameaças (Marques, 2007). Desse modo, ao longo de sua trajetória, a revista ADN se firmou como um fórum relevante para o estudo do pensamento militar, tornando-se uma fonte importante para analisar como ideias e estereótipos — inclusive sobre indígenas — são gerados, divulgados e apropriados no contexto militar.

Pivatto Junior (2024) se refere ao pensamento militar brasileiro como um conjunto de produções ideacionais que delineiam prioridades e estratégias que devem ser implementadas pelas Forças Armadas Brasileiras. Esta definição inclui o modo pelo qual os militares percebem e interpretam as necessidades de defesa nacional e as diretrizes estratégicas em um cenário doméstico e internacional em constante mudança. Por sua vez, Pedrosa (2018) realça a essência do pensamento militar como profissional e doutrinário. Este é caracterizado por um conservadorismo derivado dos riscos extremos enfrentados pelos militares em sua profissão, e pela natureza burocrática da instituição castrense. Portanto, vale ressaltar que, neste artigo, a noção de pensamento militar não corresponde necessariamente às opiniões coletivas dos militares sobre temas como política, economia, cultura e sociedade (Pedrosa, 2022). Ademais, também não se refere à “mentalidade militar”, que diz respeito à visão de mundo dos militares, fundamentada em seus valores e princípios éticos específicos (Garcia, 1997).

Em síntese, neste artigo, abordamos o pensamento militar brasileiro como um conjunto de produções ideacionais geralmente referidas como “arte da guerra”, com ênfase na estratégia e na tática militares (Garcia, 1997). Esse pensamento se manifesta

em diversos formatos, abrangendo assuntos como teoria da guerra, políticas de defesa, doutrina e história militares, entre outros (Pedrosa, 2022). A estratégia, nesse contexto, refere-se à aplicação do poder militar para a conquista de objetivos políticos, analisando de modo interdisciplinar os dilemas do Estado (Baylis; Wirtz, 2002). A tática refere-se ao emprego das tropas no campo de batalha, englobando desde pequenas frações até exércitos inteiros e envolvendo as técnicas, armamentos e manobras necessárias para alcançar os objetivos estabelecidos pela estratégia. A doutrina militar, por sua vez, representa o conjunto sistematizado de táticas, procedimentos e equipamentos que orientam as ações coordenadas durante as operações, sendo moldada pela experiência e pela padronização dentro de cada força armada (Brasil, 2015; Friedman, 2023).

Por outro lado, compreendemos que o pensamento militar também se fundamenta em noções socialmente construídas, que se baseiam em uma identidade moldada por elementos históricos, culturais e sociais (Adler, 1999; Hacking, 1999). No Brasil, o Exército valoriza o estudo da história e sua conexão com a arte da guerra, promovendo sua inclusão na grade curricular das instituições militares de ensino. Do mesmo modo que em Forças Armadas de outros países, o Exército Brasileiro considera a pesquisa histórica crucial para os líderes militares, pois proporciona um entendimento mais profundo da natureza e das tendências futuras da guerra (Murray, 2006). Assim, acreditamos ser fundamental analisar o papel dos imaginários sociais na interpretação de “fatos históricos” pelos colaboradores da revista ADN. Pois reconhecemos que os “fatos históricos” são construídos ao dar sentido aos eventos, refletindo escolhas que não são apenas observáveis, mas também questionáveis por meio de análise crítica. Afinal a própria relatividade da história evidencia a diversidade de perspectivas individuais dos pesquisadores (Certeau, 1982).

Embora exista uma extensa literatura acadêmica que explora problemas militares relacionados a diversos assuntos, o diálogo com a questão indígena é frequentemente relegado a um plano secundário. Isso evidencia uma lacuna importante na compreensão das impressões castrenses em relação aos povos originários. Com este estudo, buscamos investigar esse ponto, refletindo sobre as divergências entre a interpretação histórica veiculada pela revista ADN e aquelas apresentadas por outras referências e grupos sociais envolvidos com a questão indígena.

A seguir, abordamos as referências teóricas e metodológicas que fundamentam nossa pesquisa. Posteriormente, o desenvolvimento deste artigo divide-se em duas partes principais. Primeiro, explicamos a categoria “Os indígenas do passado”, buscando entender de que modo as representações dos povos indígenas do passado foram

ativamente construídas nos artigos da revista ADN. Em seguida, exploramos e problematizamos as subcategorias definidas no decorrer do tratamento metodológico da fonte, o que nos possibilita responder à pergunta de pesquisa.

Reflexões sobre o imaginário social

A partir do final do século XX, com o declínio das abordagens científicas e racionalistas na historiografia, o estudo do imaginário social ganhou centralidade (Pesavento, 1995), atuando como uma chave para compreender a construção de significados coletivos e os processos de legitimação de instituições como as Forças Armadas. Com esse enfoque, analisamos a revista ADN à luz da noção de representações e do imaginário social, conforme proposto por Baczko (1985), que destaca a importância das representações na configuração do poder e na organização da vida coletiva. Ele também menciona que o conceito de representação social se refere ao processo pelo qual um grupo desenvolve e compartilha interpretações sobre o mundo ao seu redor. Essas representações são criadas a partir de imagens, crenças e valores, que ajudam os indivíduos a entenderem sua identidade, suas relações sociais e a estrutura da sociedade.

O imaginário social se manifesta por meio de ideologias, símbolos, alegorias, rituais e mitos (Moraes, 1997). Conforme esclarecido por Stoppino (2004), entendemos ideologia em seu sentido mais amplo — como um conjunto de ideias e valores direcionados à esfera pública, capazes de guiar comportamentos coletivos e marcados por convicções e apelo emocional. Os símbolos, segundo Fidalgo e Gradim (2005), são signos que, por convenção, representam algo além de sua aparência física, ilustrando valores e identidades, como ocorre com emblemas e insígnias. O imaginário não se limita a replicar a realidade, mas cria significados por meio de imagens e expressões. Isso permite à imaginação transcender o presente e explorar diferentes possibilidades de realidade. Portanto, o que é considerado real não se restringe a uma sequência de eventos, pois pode ser transformado e alcançar novos patamares. Da mesma forma, as instituições não estão confinadas à esfera simbólica, mas existem dentro dela, uma vez que sua legitimidade provém dos significados aceitos pelas comunidades (Baczko, 1985; Moraes, 1997). Em suma, o imaginário e o real não são opostos; pelo contrário, o imaginário molda a realidade enquanto também é moldado por ela (Espig, 1998, 2003).

Baczko (1985) argumenta que, em situações de guerra, as representações dos adversários podem inspirar os homens a lutar, orientar suas ações, moldar suas condutas e legitimar a violência. Ele acredita que os bens simbólicos não geram ilusões falsas de

poder, mas fortalecem e garantem a obediência por meio de relações de sentido e autoridade. Esses bens representam mais do que a mera imagem de um objeto isolado, visto que essa imagem é selecionada para influenciar comportamentos. Assim, Baczko (1985) sugere que há uma ligação relevante entre a representação coletiva e o comportamento social. Ele sustenta que são os símbolos, e não as coisas em si, que moldam as condutas das pessoas.

Outrossim, as representações atuam como guias para nossas ações, moldando comportamentos e validando atitudes. Cada sociedade estabelece um sistema de representações que não apenas interpreta, mas também legitima sua estrutura, designando guardiões para esse sistema. Portanto, os imaginários sociais e suas representações são fundamentais para que uma comunidade consolide sua identidade e atribua diferentes papéis sociais aos seus membros. Como consequência, a sociedade é percebida como um sistema ordenado, onde cada pessoa tem seu lugar e propósitos definidos. Isso ocorre pelo estabelecimento de normas comportamentais baseadas em arquétipos, como líder exemplar, o guerreiro corajoso, o empregado dedicado (Baczko, 1985), ou aquele que é de particular interesse para esta pesquisa: o indígena.

Considerando o exposto, as noções de imaginário social, conforme proposto por Baczko (1985), se mostram valiosas para compreender as impressões dos oficiais do Exército em relação aos povos originários. Essas impressões se manifestam em representações que articulam realidade, estereótipos e regras sociais — entendidas como orientações que padronizam comportamentos e antecipam consequências para desvios (Onuf, 2015) — filtradas por uma visão militarista. Esse militarismo pode ser interpretado tanto como um conjunto de práticas e pensamentos associados à guerra, quanto como a crença de que as Forças Armadas são indispensáveis para a nação, priorizando os valores castrenses em detrimento dos interesses civis (Pasquino, 2004; Pion-Berlin, 2018).

Fontes e metodologia

Para investigar as impressões dos oficiais militares em relação aos indígenas, é fundamental definir de maneira clara as fontes e os métodos empregados nesta pesquisa. Logo, revisando os resultados de pesquisas sobre periódicos militares (Arias Neto, 2001, 2013, 2014; Morais, 2007; Nascimento, 2010; Roesler, 2018; Wietchikoski, 2014), constatamos que eles se apresentam como plataformas eficazes para a expressão do pensamento militar, sem a interferência direta de filtros institucionais. Embora esses periódicos não sejam a única plataforma capaz de captar esse pensamento, acreditamos

que, devido às suas características específicas — regularidade, articulistas variados, receptividade e longevidade — eles são veículos privilegiados. Isso permite que autores, tanto militares quanto civis, expressem suas ideias sobre uma variedade de temas considerados importantes para as instituições castrenses.

Nesse sentido, a revista ADN é importante para a disseminação de novas ideias, tanto no meio militar quanto fora dele. Os seus artigos alimentam discussões sobre as necessidades das Forças Armadas Brasileiras, com ênfase no Exército, oferecendo um espaço valioso para a troca de múltiplas perspectivas sobre a história e os povos indígenas do Brasil. Ademais, essas redes de socialização têm o potencial de integrar os oficiais militares a outros segmentos sociais interessados em questões de defesa e segurança nacional (Pivatto Junior, 2024).

Para um estudo adequado dos textos, empregamos a metodologia de análise de conteúdo conforme estabelecido por Laurence Bardin. Utilizamos a técnica de análise categorial para identificar e explorar os temas² encontrados nos textos. Esta técnica funciona como compartimentos, categorizando partes relevantes da mensagem para organizar fragmentos que antes pareciam desordenados, segundo critérios específicos (Bardin, 2011). Com isso, pretendemos ir além da simples estrutura argumentativa dos artigos, analisando não somente seu conteúdo explícito, mas também suas características e informações subjacentes (Bett, 2015; Moraes, 1999).

Por outro lado, Sampaio e Lycarião (2021) apontam que as limitações do manual de Laurence Bardin estão na simplificação do desenho e do processo de análise do conteúdo. Por conseguinte, neste trabalho, adotamos as recomendações desses autores para uma análise de conteúdo categorial aperfeiçoada, baseada em três estágios principais: conceituação e propósito, desenho e análise. Além disso, foram consultados estudos sobre relações militares-indígenas para subsidiar a formulação das perguntas de pesquisa. Também foram realizados testes preliminares de categorias e definidas regras detalhadas de classificação durante o processo individual de codificação³ (Sampaio; Lycarião, 2021).

Neste artigo, utilizamos as edições da revista ADN disponíveis para consulta via internet através do portal EB Revistas, mantido pelo Exército Brasileiro. Este portal hospeda várias publicações periódicas divulgadas por essa instituição militar. Os exemplares de ADN estão digitalizados em uma resolução adequada, no formato PDF, facilitando assim nossa coleta de dados.

Para conduzir uma avaliação eficiente dos textos de ADN, esta pesquisa recorre ao software MAXQDA, especializado na análise qualitativa de dados, o que possibilitou

a incorporação de técnicas da Teoria Fundamentada no processo de codificação (Woolf; Silver, 2018). Semelhante à abordagem de Bardin (2011), esse método utiliza diretrizes sistematizadas, todavia flexíveis, que possibilitam a separação, a classificação e a síntese de informações por meio da codificação qualitativa. Assim, nosso estudo pode conectar de maneira mais efetiva a noção de imaginário social proposta por Baczkó (1985) às impressões dos oficiais militares identificadas nos artigos analisados (Charmaz, 2009).

A Teoria Fundamentada representa uma abordagem metodológica alternativa para a análise de conteúdo, cujo foco principal é a construção de teorias de médio alcance que se baseiam em dados empíricos (Woolf; Silver, 2018). Durante o processo de concepção teórica, os conceitos e categorias são extraídos diretamente dos dados coletados, sendo então descritos e correlacionados. O software MAXQDA oferece suporte à realização de análises que empregam essa abordagem (Rädiker, 2023).

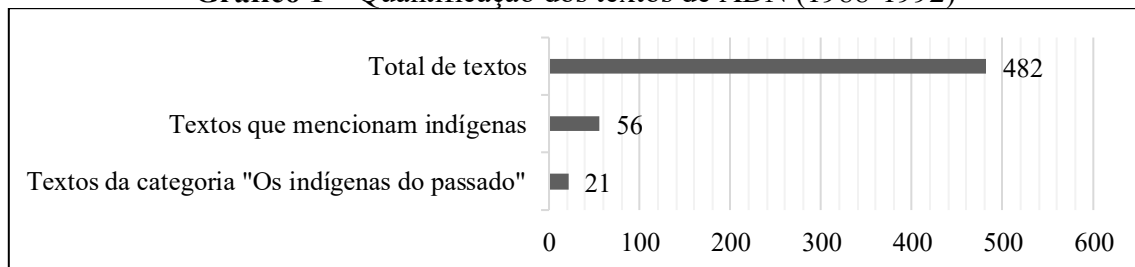
Assim, a análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitiu identificar e organizar as unidades de registro nos textos da revista. A aplicação dos princípios da Teoria Fundamentada, por sua vez, permitiu uma análise mais detalhada desses registros e a formulação de categorias e constructos teóricos fundamentados nos dados (Charmaz, 2009; Woolf; Silver, 2018). Essa articulação entre sistematização e flexibilidade interpretativa proporcionou uma compreensão sólida dos padrões discursivos presentes no corpus.

Em síntese, iniciamos a análise dos textos da revista ADN por meio da leitura flutuante, obtendo uma primeira impressão do material (Bardin, 2011). Em seguida, identificamos todas as instâncias da palavra “indígena” e suas variações semânticas, para avaliar a frequência com que os autores se referem aos povos indígenas brasileiros em seus textos. Escolhemos o tema como unidade de registro e o parágrafo como unidade de contexto⁴, segundo a proposta de Bardin (2011). Durante todo o processo analítico, documentamos as informações e justificativas que levaram à criação e à nomeação dos códigos em um banco de dados vinculado ao arquivo eletrônico gerado pelo próprio MAXQDA. Devido à amplitude do conteúdo, a categoria "Os indígenas do passado" foi subdividida em subcategorias para facilitar a interpretação do material (Carlomagno; Rocha, 2016; Kolling, 2022). Concluímos relacionando as impressões dos oficiais do Exército acerca dos indígenas com a noção de imaginários sociais (Charmaz, 2009).

Desse modo, buscamos realizar uma categorização minuciosa das representações de indígenas presentes nos textos da revista ADN, permitindo uma interpretação mais profunda dos significados que moldam o imaginário social dos oficiais do Exército.

“Os indígenas do passado”, nas páginas da revista A Defesa Nacional

Neste artigo, dentro do recorte temporal já especificado, notamos que a revista ADN apresenta um conjunto variado de textos. Estes incluem editoriais, excertos informativos adicionados pelos editores com conteúdo diversificado e sem autoria específica, recomendações de livros, reproduções de matérias de jornais e outras revistas de grande circulação no Brasil, bem como comentários feitos por militares e civis sobre vários temas. Além disso, a revista também contém os artigos principais que formam o seu núcleo, com seus autores — sejam eles militares ou não — em destaque. Ressaltamos que poucos textos de ADN mencionam os povos indígenas brasileiros. O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos textos nas 24 edições da revista analisadas no período:

Gráfico 1 – Quantificação dos textos de ADN (1988-1992)

Fonte: O autor, 2025.

Os registros classificados sob a categoria “Os indígenas do passado” oferecem impressões sobre a complexa interação entre europeus, indígenas e africanos no Brasil. As narrativas enfatizam as práticas opressivas dos colonizadores europeus, que introduziam práticas de trabalho estranhas à cultura local, recorrendo à escravização quando oportuno, diante da resistência dos indígenas. Paradoxalmente, as mesmas narrativas glorificam líderes portugueses, alegando que foram eles os arquitetos da nação. As descrições também retratam os povos originários como habitantes primitivos, perigosos e portadores de doenças tropicais graves. De acordo com os registros categorizados, os “índios” foram pacificados e incorporados às forças militares, chegando a atuar na defesa do território nacional em alguns momentos. Em especial, os estudos sobre a história brasileira divulgados por ADN, nos quais os indígenas são mencionados, reforçam repetidamente a miscigenação das três raças — brancos, índios e negros — afirmando que isso constitui a verdadeira essência do povo brasileiro.

Assim como houve dois tipos dominantes na composição da liderança, houve também duas culturas na sociedade brasileira. A maioria, embora obrigada a sujeitar-se a uma cultura formal e processual, legal e política, de caráter ocidental europeu, imposta pela minoria, fabricada, substancialmente, da contradição entre a tese portuguesa e a antítese da

natureza, dos índios, negros e mestiços, uma síntese nova e original. Pois não são só os vencedores que determinam o conteúdo do processo histórico, e, apesar do europeísmo e lusitanismo vitorioso e dominante na aparência das formas sociais, o substrato era novo, era o Brasil que nascia (Rodrigues, 1991, p. 39).

A revista ADN adota uma abordagem histórica alinhada à tradição historiográfica do século XIX. Essa perspectiva promove uma visão unificada e inseparável de fato, tempo e sujeito histórico. Segundo aqueles que escrevem para o periódico, um fato histórico era considerado único e restrito especialmente a grandes realizações militares e suas repercussões políticas. Eles enxergam o tempo de modo linear e seguem uma cronologia dessas realizações. Como resultado, o sujeito histórico é frequentemente retratado como um indivíduo determinante e central nos eventos, um verdadeiro herói na acepção clássica do termo (Teixeira, 1991).

Os articulistas de ADN mantêm um olhar atento sobre o papel sociopolítico desempenhado pela história, um elemento sempre enfatizado pela historiografia tradicional. Para esses autores, a narrativa histórica serve como um mecanismo de legitimação do Estado. Portanto, seu estudo da história fortalece a identidade nacional, transmitindo valores e tradições de um povo por meio da compreensão do seu passado. Os conflitos, as conquistas e seus respectivos heróis desempenham um papel crucial. Eles funcionam como pontos de referência na trajetória histórica do país e se tornam o verdadeiro mito fundador da nacionalidade. Essa narrativa é fundamental não apenas para a formação profissional castrense, mas também para o desenvolvimento da liderança entre os comandantes militares (Teixeira, 1991).

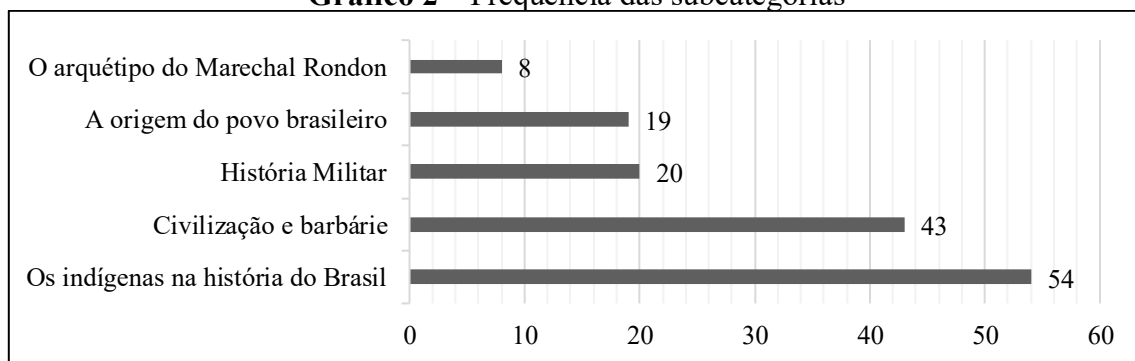
Na seção “Estudos Históricos, Jurídicos e Sociais” de ADN, é visível uma interpretação marcadamente positivista da história brasileira. Embora Augusto Comte tenha desejado uma rápida difusão do positivismo pelo mundo, ele talvez não antecipasse que o Brasil se tornaria tão receptivo às suas ideias, a ponto de abrigar o único templo dedicado a suas doutrinas. Benjamin Constant, um fervoroso defensor do positivismo em suas vertentes política e científica, também exerceu um impacto importante na elite do Exército Brasileiro no final do século XIX, influenciando diversas gerações de militares com seus princípios (Soares, 1998).

O positivismo unifica o processo de investigação científica com as metodologias das ciências naturais para decifrar o mundo social. Seus adeptos acreditam na existência de regularidades tanto no âmbito social quanto no natural, defendendo que pesquisas genuínas podem ser verificadas ou refutadas empiricamente (Adler, 1999). No Brasil, o positivismo se destaca por sua adaptação às particularidades sociais, políticas e culturais

do país, gerando correntes que ultrapassam uma única interpretação. Em contraste com países como a França, onde o positivismo de Comte era caracterizado por uma abordagem mais dogmática e uma ênfase na ciência como única fonte de conhecimento, no Brasil, ele se tornou um instrumento de crítica social e política, impulsionando a ideia de que a ciência poderia guiar a modernização nacional (Alonso, 1996).

O positivismo de Comte acrescentou ao ideal iluminista de evolução da sociedade o princípio de ordem, visando à conciliação das classes. Os positivistas do século XIX traçavam uma analogia entre a sociedade e um organismo vivo, considerando a elite industrial como o cérebro e a massa trabalhadora como os membros. Esta analogia sugeria que todos os “órgãos” da sociedade deveriam funcionar em harmonia (Barros, 2010). Embora sejam menos prevalentes na historiografia brasileira desde o século XX, essas perspectivas continuam a se manifestar nos estudos históricos publicados pela ADN, no período de 1988 a 1992. Nesse contexto, o Gráfico 2 ilustra a frequência das subcategorias estabelecidas durante a nossa análise da revista:

Gráfico 2 – Frequência das subcategorias



Fonte: O autor, 2025.

Os estereótipos associados aos povos originários, claramente presentes nos textos examinados, refletem a visão de mundo dicotômica dos militares (Castro, 2021). No entanto, também realçam as pressões que a sociedade em geral impõe sobre as instituições castrenses e seus integrantes. Representações homogêneas dos povos indígenas não são exclusivas do ambiente militar, pois também são reproduzidas por autores civis em alguns textos analisados. O problema reside no fato de que essas representações têm o potencial de moldar comportamentos sociais dentro do ambiente militar, funcionando como um parâmetro para compreender o papel e a relevância dos povos indígenas na estrutura social (Baczko, 1985). Afinal, acreditamos que as percepções presentes nos discursos veiculados pela revista contribuem para a incorporação de estereótipos ao imaginário militar, considerando sua influência e credibilidade.

Os indígenas na história do Brasil

Esta subcategoria é a mais expressiva em nosso corpus de análise. Os temas compostos por suas unidades de registro incluem: guerras, violência e repressão contra populações indígenas; interações sociais e políticas entre indígenas e não indígenas; considerações sobre a capacidade de trabalho dos indígenas; aspectos da circulação econômica durante o período colonial; participação na conquista e desbravamento do território brasileiro; proliferação de doenças entre os povos indígenas; e estudos sobre os povos originários. Esses temas compõem a base da narrativa histórica elaborada pelos articulistas, que oferecem uma perspectiva teleológica da história do Brasil e dos acontecimentos que eles consideram transformativos. Aparentemente, tais autores visam instruir seus leitores mediante o estudo dos “fatos históricos”.

Os escritores de ADN realçam as injustiças cometidas por aqueles que interagiam com os indígenas que viviam agrupados em aldeias ou como nômades dispersos. Eles evidenciam a supremacia dos colonizadores e a brutalidade imposta aos indígenas, ilustrada em descrições de massacres cometidos pelos colonizadores portugueses. Por outro lado, surge uma visão positiva sobre as ações das autoridades coloniais. Elas visavam tornar as populações locais úteis para atividades agrícolas, mineradoras e comerciais, inspirando-as por meio de seu modelo de desenvolvimento. No entanto, tais práticas eram incompatíveis com a cultura dos primeiros habitantes do território brasileiro.

O quadro revela uma notável contradição nos discursos apresentados em ADN. Embora nem todos os relatos retratem interações violentas entre brancos e indígenas, o europeu, particularmente de origem portuguesa, surge como protagonista em narrativas eloquentes e apologéticas. Paralelamente, guerras, exploração e o extermínio dos indígenas são os temas mais frequentes nesta subcategoria, conforme ilustrado no trecho escrito pelo então coronel do Exército, José Fernando de Maya Pedrosa:

Em Itatins, Mato Grosso, que eles reivindicavam para si, foram os índios massacrados até 1718, quando Pascoal Leme os expulsou definitivamente de lá. Ficaram marcados na alma pacífica dos índios aldeados os métodos ofensivos, de terror e crueldade, das tropas bandeirantes, sentimento que transpassou gerações e gerações (Pedrosa, 1989, p. 52).

O que os colaboradores de ADN expressam está em sintonia com a forma como Jurandyr Carvalho Ferrari Leite (1987) descreveu o tratamento da questão indígena pela perspectiva política positivista. Esta abordagem, fundamentada em uma visão

evolucionista, defendia a compaixão às populações desfavorecidas, consideradas vítimas necessitadas da assistência estatal. Segundo Leite (1987), os positivistas enxergavam negros e indígenas tanto como parte da nação brasileira, ao lado dos portugueses, quanto como grupos menos desenvolvidos que exigiam uma atenção especial. Essa atenção visava compensar a usurpação histórica das terras indígenas e a escravização dos negros africanos, atos de egoísmo que contrastavam com o altruísmo nacional. No entanto, a responsabilidade do Estado não se restringia à proteção; ele também teria a incumbência de educar os indígenas, preparando-os para se integrarem como trabalhadores na economia nacional (Leite, 1987), como observamos a seguir:

É que, por volta de 1800, tão grande era a carência de trabalhadores e colonos para a formação e desenvolvimento de novas povoações, que as autoridades buscaram meios de tornar esses índios úteis à agricultura e à mineração. E precisavam informar-se, pormenorizadamente (Mello, 1989, p. 21).

É desse modo que os artigos de ADN expõem suas impressões sobre o papel dos indígenas estiveram na história do Brasil. Frequentemente relegados ao papel de trabalhadores não qualificados ou retratados como insurgentes subjugados, escravizados, assimilados ou eliminados, suas ações raramente eram consideradas relevantes para a compreensão da história nacional. A marginalização dos indígenas e o apagamento de suas identidades ocorreram paralelamente à exaltação dos feitos dos colonizadores. Esses relatos que favoreciam uma interpretação eurocêntrica da história, alinhada com as correntes historiográficas e as políticas indigenistas do século XIX e da maior parte do século XX (Almeida, 2017).

Vale destacar que diversos autores presentes na seção “Estudos Históricos, Jurídicos e Sociais” da revista ADN, como José Honório Rodrigues⁵, Silvio Augusto de Bastos Meira⁶ e o coronel do Exército Cláudio Moreira Bento⁷, são membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O renomado estudo de Guimarães (1988) pontua que o IHGB foi fundado em 1838, durante um período crucial para a consolidação do Estado Nacional Brasileiro, desempenhando um papel importante na formação da identidade nacional. Ademais, o autor ressalta que a historiografia produzida nesse Instituto, amplamente referenciada nos artigos abordados na subcategoria “Os indígenas na história do Brasil”, tende a omitir a presença de povos originários e negros em sua visão idealizada do Brasil. Adicionalmente, o IHGB não distancia o Brasil da antiga metrópole portuguesa, mas o vê como sucessor na missão civilizadora iniciada pelos colonizadores.

Em última análise, diversos textos de ADN retratam os povos indígenas como selvagens e inferiores aos europeus. Dado que a publicação é amplamente disseminada entre os oficiais do Exército, a perpetuação de estereótipos de indígenas ingênuos e facilmente manipuláveis pode influenciar negativamente as atitudes desses militares em relação às questões indígenas. Além disso, à medida que a história indígena começa a reivindicar sua relevância na sociedade brasileira, surgem novas interpretações da história do Brasil, que reconhecem os povos originários como agentes ativos e sujeitos históricos, capazes de lutar pelos seus direitos e pela preservação de seu patrimônio histórico-cultural (Almeida, 2017).

Civilização e barbárie

O conteúdo desta subcategoria explora os contrastes entre os povos originários e a emergente civilização brasileira. Assim definida pelos articulistas, durante o período colonial, ela foi fortemente influenciada pelas tradições europeias. São temas abordados nesta subcategoria: incivilidade, selvageria e violência; humanização e unificação conduzidos pelos brancos; aldeamentos, sedentarização e organização das populações indígenas; o esclarecimento e o desenvolvimento sob a tutela religiosa; e comunidades indígenas.

Refletindo sobre os grandes feitos de patronos do Exército Brasileiro⁸, como Ricardo Franco de Almeida Serra e Cândido Mariano da Silva Rondon, as narrativas destacam os desafios enfrentados pelas expedições que desbravaram o interior do território brasileiro. Esses relatos ressaltam a hostilidade de certas tribos indígenas, como os Bororós ou os Guaicurus, que rejeitavam a educação jesuítica. Essas comunidades, consideradas arredias e primitivas, são intencionalmente contrastadas com outras que estavam em processo de estruturação e civilização sob a tutela e o exemplo dos colonizadores portugueses. Esta contradição discursiva opõe a civilização de inspiração europeia, vista como um ideal de progresso, à suposta barbárie e primitivismo dos “silvícolas”, vistos como um símbolo de atraso, como apontado no artigo do coronel do Exército Luiz Gonzaga de Mello:

Propôs que o aldeamento se fizesse na região de Miranda, onde os índios teriam facilidade para mudar de pastagem os seus animais. Os silvícolas se poderiam animar, além disso, pelo exemplo dos portugueses, ali estabelecidos, e dedicar-se, de igual modo, à agricultura, pois que as terras eram férteis. Sugeriu que se enviassem famílias de colonos agrícolas para se fixarem nas glebas. Seus hábitos

de trabalho e economia seriam exemplos vivos para os índios (Mello, 1989, p. 21).

De acordo com Rodrigues (2013), o conceito de civilização foi elaborado dentro de uma teoria evolucionista europeia, que se desenvolveu ao longo do século XIX. Esse conceito foi utilizado para distinguir a elite europeia de grupos populacionais considerados atrasados, estabelecendo uma dinâmica de exclusão que categorizava os não-europeus como bárbaros. O autor ressalta que a etnologia foi utilizada de maneira tendenciosa, baseada na ideia de que a Europa estava no “ápice da civilização”, enquanto as populações da África, América e Oceania eram vistas como estando em estágios anteriores dessa suposta escala evolutiva. Nesse cenário, durante o século XIX, o IHGB promoveu a ideia de um Brasil como uma extensão da civilização europeia nos trópicos. O instituto produziu uma historiografia que se inspirava em relatos históricos das interações entre jesuítas e indígenas, buscando promover um “processo de civilização” que também incluísse esses povos, enquanto refletia sobre as raízes da identidade nacional no esforço de unificação do território (Guimarães, 1988). Em 1991, a revista ADN publicava artigos que ainda eram fiéis a essa perspectiva historiográfica:

E, ao final, no Império, podia-se dizer que os processos civilizatórios dominavam os primitivos, quer na liderança, quer no povo, e ambos podiam-se orgulhar de algumas vitórias incontestáveis, tais como a unidade política, a integridade territorial, o regime representativo e a garantia das liberdades individuais (Rodrigues, 1991, p. 49).

No contexto do contraste entre civilização e barbárie, os temas desta subcategoria compõem a argumentação de que a colonização resultou na expansão dos aldeamentos indígenas na Amazônia, destacando uma ocupação sistemática e duradoura da região. Conforme os jesuítas convertiam e sedentarizavam os indígenas, eles eram assimilados pela cultura ocidental. No entanto, é intrigante notar a contradição apresentada em um artigo no qual o desaparecimento do indígena estereotipado é visto como uma razão para a Amazônia ter se tornado escassamente povoada. Este ponto realça a preocupação com o chamado “vazio demográfico” na região, comum entre oficiais do Exército:

Ao ser negociado o Tratado de Madrid, três quartas partes do vale amazônico estavam ocupadas permanentemente por aldeamentos indígenas que reconheciam a soberania portuguesa. Com o declínio dessas aldeias e a substituição dos jesuítas por colonos leigos, o repovoamento da Amazônia passou a ser um dos problemas mais sérios dos últimos tempos coloniais, cuja solução ainda hoje se faz sentir necessária (Silva, 1992, p. 104).

Ao cabo, representar a Amazônia como um ambiente hostil, reforça a ideia de que ela é lar de comunidades indígenas que necessitam ser tutela, levando-os a abandonar o seu modo de vida tradicional. Sob essa ótica, os indígenas, considerados ingênuos e pouco desenvolvidos, poderiam ser facilmente influenciados por estrangeiros que lhes oferecessem vantagens modestas da civilização. Devido à sua aparente vulnerabilidade, eles poderiam até mesmo ameaçar a soberania nacional (Rodrigues, 2013), especialmente se estrangeiros com intenções ocultas estivessem interessados nas riquezas da Amazônia.

História Militar

Nos artigos de ADN que abordam assuntos relacionados à história militar, notamos a falta de um ceticismo benéfico que poderia esclarecer o mundo ambíguo e incerto ao qual os militares pertencem (Murray, 2006). Diante desse quadro, a subcategoria engloba os seguintes temas: a composição de diferentes forças militares; a presença de indígenas em conflitos armados ocorridos no território brasileiro; a mescla de raças na força militar terrestre; e a proteção de fronteiras e colônias pelos indígenas.

O historiador norte-americano Williamson Murray (2006), ao demonstrar seu interesse pelo período entre as duas Guerras Mundiais, ressaltou que as instituições militares têm a tendência de evitar um exame honesto de suas experiências passadas. Segundo Murray (2006), as lições aprendidas nos conflitos anteriores são seguidamente ignoradas ou distorcidas para agradar aos chefes militares. Para exemplificar o seu ponto de vista, o autor aponta que, do estudo minucioso da Primeira Grande Guerra realizada pelos alemães e dos aprendizados obtidos por meio dessas análises, o mito da “punhalada nas costas” alimentou a desinformação entre os analistas alemães. Este mito foi usado para mascarar erros políticos e estratégicos que, em grande medida, culminaram na derrota da Alemanha em 1945. Nesse sentido, os registros da subcategoria “História Militar”, apresentam temas cujas características compartilham diversas semelhanças com a historiografia criticada por Murray (2006).

O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) possui uma influência marcante sobre os estudos de história militar publicados pela revista ADN. Tal relevância se manifesta por meio da contribuição de autores associados ao Instituto, bem como pela utilização de suas referências historiográficas, frequentemente citadas ao longo de diversas edições da revista. Oliveira (2014) destaca fortes indícios de uma conexão entre o IGHMB e o Exército Brasileiro, embora o Exército não confirme a existência de uma relação de subordinação entre ambas as instituições. A mesma historiadora salienta

que, além do grande envolvimento de militares da ativa do Exército na fundação do IGHMB, a edição comemorativa da Revista do Instituto, publicada em 1996, admitiu essa íntima ligação.

Desde a sua fundação, o IGHMB mantém como um dos seus principais objetivos a preservação da memória nacional, demonstrando uma dedicação especial à preservação de representações coletivas importantes para a instituição. Essa estratégia é essencial para garantir que as referências históricas perdurem ao longo do tempo, contribuindo assim para a formação de identidades. Os colaboradores de ADN abordam a história militar de modo análogo àquele que preconiza o IGHMB, que exalta o patriotismo dos fundadores da nação e inspira cidadãos brasileiros a atuarem na defesa do país (Oliveira, 2014).

Nesse ínterim, cabe destacar que o conteúdo da revista ADN ressaltava a origem diversificada das tropas terrestres presentes em território brasileiro, especialmente durante o período colonial. Essas forças teriam incorporado muitos indígenas e negros, grupos que eram marginalizados pela sociedade:

Isto com apoio, principalmente, em J.B. Magalhães, em *A Evolução Militar do Brasil*, onde escreveu: As Forças Terrestres Brasileiras engajavam no Serviço Militar, através do recrutamento forçado, grande contingente de negros e índios e seus descendentes, por constituírem a massa da população (Bento, 1988, p. 8).

Embora as narrativas históricas da revista raramente aprofundem na descrição do contexto e dos desdobramentos da participação de povos indígenas na defesa do território da colônia portuguesa no Brasil, um artigo destaca este aspecto. O texto refere-se a um discurso proferido pelo general Octávio Costa⁹, no Instituto Militar de Engenharia em 1989. Naquela ocasião, ele enfatizou a presença de indígenas, negros e mestiços nas forças militares coloniais. Essa inclusão é vista como um símbolo da pluralidade étnica do Brasil. Desse modo, de acordo com os cronistas de ADN, enquanto a união de diferentes raças sob uma única instituição militar representa a origem do Exército Brasileiro, ela também é um fator essencial para o surgimento de uma identidade nacional unificada:

Como os colonizadores eram poucos para os desafios do trabalho construtivo e para a defesa armada, os portugueses não dispensaram, das fileiras combatentes, as classes menos favorecidas: os infratores da lei, os degredados, os mazombos, os indígenas e, depois, os escravos negros. Daí o Exército Brasileiro ter nascido, em suas raízes mais profundas, eminentemente popular, amálgama de diferentes estratos raciais e sociais, pois a integração racial e a motivação nacionalista dos combatentes da restauração conferem a Guararapes a condição de marco fundamental de nossa Força Terrestre (Costa, 1989, p. 81).

Em paralelo, em sua análise do programa do IGHMB, Oliveira (2014) sugere que os estudos realizados pelo instituto fizeram uso da história como ferramenta para promover a coesão entre as fileiras do Exército, além de unificar a sociedade em torno do projeto de construção e desenvolvimento do Brasil. Ademais, a autora defende que os fundadores do Instituto consideravam a história militar como um componente essencial para o aperfeiçoamento da doutrina militar em todos os níveis hierárquicos. Analogamente, os trechos da subcategoria “História Militar” indicam que a revista ADN percebe a história militar como um recurso útil no desenvolvimento novas doutrinas.

Hoiback (2013) identifica dois grupos distintos de pesquisadores da doutrina militar. O primeiro grupo pode ser denominado evidencialistas. Esses estudiosos defendem que, para uma doutrina ou teoria ser reconhecida como válida, ela deve ser sustentada por evidências adequadas. Tais confirmações podem abranger dados históricos, resultados de batalhas, análises estatísticas e outras formas de informação verificável. Ademais, os evidencialistas valorizam a lógica e a razão, reconhecendo que as teorias precisam ser coerentes e derivadas de princípios lógicos passíveis de teste e validação. Assim, as táticas e estratégias sugeridas pelos evidencialistas devem ser fundamentadas em evidências que comprovem sua eficácia em cenários reais.

Hoiback (2013) continua a explicar que o segundo grupo, conhecido como não-evidencialistas, aceita doutrinas fundamentadas em fontes que não dependem necessariamente de evidências empíricas rigorosas. Isso pode incluir crenças baseadas em experiências subjetivas que não podem ser quantificadas ou verificadas, mas ainda assim são consideradas válidas para aqueles que as vivenciam. Inclui-se também abordagens baseadas em tradições, intuições ou práticas que são consideradas confiáveis, mesmo sem fundamentação em dados empíricos.

O não-evidencialismo proporciona flexibilidade na justificativa de doutrinas. Isso permite aos estudiosos endossarem teorias fundamentadas em princípios filosóficos, éticos ou culturais, mesmo na ausência de uma base empírica robusta. Algumas teorias podem ser aceitas pela sua coerência interna, relevância cultural ou aceitação dentro de uma comunidade específica. No contexto da doutrina militar, o não-evidencialismo pode ser aplicado nas situações em que a experiência prática, a tradição ou a intuição são importantes na formulação de estratégias e táticas. Isso pode incluir a aceitação de princípios que se mostraram eficazes em contextos históricos específicos, mesmo que não possam ser rigorosamente testados em circunstâncias atuais (Høiback, 2013).

Em resumo, com base no recorte temporal analisado neste artigo, a revista ADN utiliza o estudo da história militar com o objetivo principal de auxiliar na criação e no

aprimoramento de doutrinas militares. Simultaneamente, seus artigos apresentam uma abordagem em que predomina a perspectiva não-evidencialista, conforme é definida por Høiback (2013). Desse modo, a perpetuação de impressões estereotipadas de povos indígenas na subcategoria “História Militar” pode resultar em distorções na interpretação da questão indígena sob vários aspectos da doutrina militar. Isso, portanto, pode influenciar a compreensão de diversos elementos relacionados à segurança nacional pelos oficiais do Exército.

A origem do povo brasileiro

Acreditamos que as ideias de Darcy Ribeiro (2015) sobre a formação do povo brasileiro ecoaram em determinados setores intelectuais ligados aos militares, evidenciando uma aproximação conceitual inesperada. Embora tenha sido exilado e enfrentado a repressão política durante o período do regime militar (Ribeiro, 2011), Darcy Ribeiro (2015) defendia que o Brasil é um povo nação estabelecido em seu próprio território, formando uma única etnia nacional, um povo coeso e consolidado pela assimilação de diversos imigrantes e outros grupos que se tornaram brasileiros, o que distingue nosso país de Estados fragmentados por conflitos étnicos. Desse modo, Ribeiro (2015) e os militares valorizam a noção de um Brasil moldado pela mistura de povos, uma convergência que reflete a influência do pensamento de Rondon sobre o antropólogo, que se considerava admirador do trabalho Marechal na defesa dos povos indígenas, embora sugerisse uma expansão crítica de sua obra (Mattos, 2007).

Diante desse quadro, a subcategoria contempla os seguintes temas: a miscigenação entre indígenas, negros e brancos; o mito da união das três raças que origina a nação brasileira e o Exército Brasileiro, a prevalência dos europeus sobre identidade nacional; e a mistura de culturas em território brasileiro.

Os escritores da revista ADN exploram a formação do povo brasileiro por meio do mito das três raças fundamentais: brancos, negros e índios. A interação desses grupos é percebida como o pilar da nação e, por extensão, do Exército Brasileiro. Dentro dessa visão, a contribuição dos indígenas na resistência contra os invasores holandeses em Guararapes se destaca, um episódio no qual a união das três raças foi caracterizada por um espírito de civismo e conciliação, conforme notamos a seguir:

É consenso, entre a maioria dos historiadores e intérpretes do processo histórico brasileiro, que a vitoriosa 1ª Batalha dos Montes Guararapes despertou o espírito de Exército e de Nação no Brasil.

Para esse momento basilar concorreram — com sacrifício, sangue, vidas e heroísmo — brancos, negros, índios e demais brasileiros resultantes da fusão de representantes dessas três raças, após um caldeamento intenso no Brasil de quase 150 anos (Bento, 1988, p. 112).

Ademais, os textos ressaltam que tanto os indígenas quanto os negros desempenharam papéis importantes na formação do Brasil, mesmo estando sob o domínio da colonização portuguesa que se estendeu por aproximadamente três séculos. As narrativas assinalam que, apesar das adversidades, indígenas subjugados e negros africanos escravizados foram essenciais. Em harmonia com a natureza e com apoio de uma minoria europeia conciliadora, eles ajudaram a construir uma identidade nacional brasileira única e autêntica:

Na primeira fase são tais as contradições da tese portuguesa e da antítese do ambiente, dos índios e negros, que a síntese do antigo e do novo é uma criação inteiramente nova e original, apesar da europeização dominante, do lusitanismo vitorioso na aparência das formas sociais (Rodrigues, 1991, p. 41).

Em suma, a revista ADN destaca as contribuições indígenas para a formação da identidade nacional, retomando a historiografia produzida pelo IHGB, especialmente aquela inspirada pelas ideias positivistas do século XIX e início do século XX. Para os pensadores do Instituto, era essencial descrever os costumes, a língua, a catequese e o aproveitamento dos indígenas como mão de obra, com o objetivo de reforçar a construção simbólica da nação, uma prioridade naquele período histórico. Desse modo, a subcategoria “A origem do povo brasileiro” apresenta impressões da realidade dos povos indígenas indicando que a sua integração à nação é imprescindível, e que o comércio e a educação são importantes na interação com essas comunidades. Além disso, o Estado assume um papel central no processo de aculturação e assimilação desses povos (Guimarães, 1988).

O arquétipo do Marechal Rondon

Embora esta subcategoria não seja tão representativa quanto as outras, é perceptível que os cronistas da revista ADN articulam descrições precisas, em diferentes contextos, de um modelo ideal de interação com as comunidades indígenas. Este modelo se inspira na conduta do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, cujas ações exemplares são vistas como um ideal a ser seguido. Nesse sentido, os temas abordados nesta subcategoria são: evidências do positivismo rondoniano e a proteção dos povos indígenas.

Cândido Mariano da Silva Rondon, nascido em 5 de maio de 1865 no interior de Mato Grosso, era um engenheiro militar competente, além de possuir formação em matemática e ciências físicas e naturais. Após deixar o serviço ativo no Exército aos 65 anos, Rondon dedicou-se à promoção do conhecimento científico acerca da região amazônica e seus habitantes. Durante sua formação na Academia Militar, Rondon conheceu Benjamin Constant e, assim como seu instrutor, manteve-se fiel ao positivismo durante toda a sua vida. Frequentou um templo positivista inaugurado em 1897 no Rio de Janeiro e os princípios da filosofia de Comte orientaram seu comportamento e decisões como servidor público. É importante ressaltar que ele se esforçou para aplicar os princípios positivistas em suas interações com os povos indígenas durante as numerosas expedições que liderou pelo Brasil (Rohter, 2019).

A revista ADN, em seus textos, enfatiza a postura pacifista do Marechal Rondon e celebra os povos indígenas como os verdadeiros donos da terra brasileira. Na ADN, o princípio do amor à humanidade, defendido por Rondon, é constantemente reafirmado. Fiel ao lema “morrer, se preciso for, matar nunca”, o Marechal conduziu suas expedições guiado por esse ideal humanitário, um aspecto sempre ressaltado como parte de seu grandioso legado. Em 1988, a revista publicou um artigo exclusivamente dedicado à figura histórica do Marechal Rondon. Este texto enaltece sua adesão ao positivismo, que, por meio de sua abordagem pacifista e humanitária, teria promovido o respeito pelas culturas indígenas:

Tentamos, baseado no próprio Rondon (Rondon Conta sua Vida, de Ester de Viveiros), mostrar aos estudiosos e, principalmente, aos brasileiros, só com a “Campanha Sertanista”, o que foi o ciclópico trabalho realizado por Rondon em meio de inúmeras privações, terreno e clima hostis e pregando o apostolado do amor à humanidade e o respeito e consideração ao Índio, tido por ele como o verdadeiro senhor da terra (Pondé, 1988, p. 57).

Em contrapartida, Leite (1987) aponta que a perspectiva positivista se mostrava dogmática e autoritária, buscando a resolução de conflitos sociais por meio de uma concepção pré-determinada de bem comum, e atribuindo ao Estado o papel de provedor de benefícios. Segundo esse pesquisador, tal visão resultava em estagnação social, na qual a participação política da população era menosprezada e a questão indígena era deixada sob total controle do Estado. Do mesmo modo, a ideia de proteção aos indígenas tornava-se ambígua, oscilando entre a defesa contra ações violentas e uma assimilação que negava suas identidades étnicas.

Além disso, conforme discutido por Tadeu Morato Maciel e Thiago Moreira de Souza Rodrigues (2024), mesmo que o Apostolado Positivista Ortodoxo atribuísse a

Rondon o mérito da pacificação de indígenas hostis, os métodos que ele empregou para estabelecer contato amigável com as populações indígenas, atuando como um mediador confiável e bondoso, já eram utilizados pelos jesuítas no século XVI. Os autores sustentam que, embora não houvesse uma guerra declarada contra os indígenas ou uma conversão forçada ao cristianismo, as comissões rondonianas só permitiam o exercício de direitos pelos povos originários se eles adotassem o positivismo e seu modelo de tutela. Nessa lógica, o método de pacificação de Rondon tornara-se a principal contribuição do Estado para a sobrevivência das comunidades indígenas brasileiras.

Assim, ao examinarmos os excepcionais esforços do Marechal Rondon, descritos nos artigos da revista ADN, notamos o emprego de estereótipos de povos originários que negam às comunidades indígenas a possibilidade de desempenhar um papel ativo na história do Brasil. Esses estereótipos ajudam a compreender o processo pelo qual os imaginários dos oficiais do Exército influenciam a construção de significados, o estabelecimento de normas e a adoção de práticas com características coloniais, em relação às comunidades indígenas brasileiras.

Considerações finais

Por meio de uma cuidadosa análise das impressões expressas em relação aos povos originários, presentes nas narrativas históricas publicadas pela revista ADN, este artigo explorou as relações de sentido entre o pensamento militar brasileiro e o imaginário dos oficiais do Exército. Desse modo, buscamos compreender como os oficiais incorporam a questão indígena em sua visão de mundo.

Partindo de uma concepção ampla de pensamento militar, que engloba a produção de conhecimento relacionado à estratégia e tática militares (Garcia, 1997; Pedrosa, 2022), acreditamos ser crucial entender como os oficiais percebem os povos indígenas e de que modo essas impressões podem influenciar suas condutas. O imaginário e as representações sociais desempenham papel importante nesse processo, pois estereótipos tendem a moldar como os oficiais lidam com a questão indígena. Portanto, questionar tais representações é fundamental para fomentar um diálogo mais aprofundado e empático entre esses dois grupos sociais.

A revista ADN reconhece a contribuição dos povos originários na formação do Brasil. Contudo, sustenta-se em uma historiografia tradicional que exalta heróis nacionais e seus feitos grandiosos (Teixeira, 1991), o que permeia o imaginário dos oficiais e resulta em interpretações tendenciosas da história. Do mesmo modo, percebemos uma conexão

entre o estudo da história militar e o desenvolvimento da doutrina castrense, que não só guia o corpo de oficiais, mas também reflete a identidade e os valores desse grupo. Como resultado, os indígenas, retratados em ADN como primitivos, desorganizados e ingênuos, acabam representando uma visão deturpada da história brasileira. Sob o prisma da doutrina militar, essa perspectiva leva as instituições a subestimarem a capacidade dos povos indígenas de contribuir efetivamente na ocupação e defesa do território nacional.

Entretanto, é importante destacar que as representações dos povos indígenas apresentadas pela revista ADN constituem construções discursivas de um grupo social específico — os oficiais do Exército Brasileiro — dotados de interesses próprios. O discurso sobre os indígenas, divulgado na revista, reflete não apenas as visões de mundo e os valores predominantes entre os militares, mas também responde a interesses institucionais relacionados à defesa da soberania, à integridade territorial e à legitimidade do próprio Exército no contexto nacional. Dessa forma, debates recorrentes como a civilização, a assimilação e a imagem do indígena como agente de instabilidade ou como recurso estratégico para a proteção territorial, são selecionados por servirem a determinadas funções simbólicas específicas para os militares. Adotar essa perspectiva crítica permite compreender tanto as limitações quanto os objetivos desses discursos e seus potenciais efeitos sobre o imaginário militar e as políticas indigenistas brasileiras.

As ideias positivistas, originadas do filósofo Augusto Comte, exerceram profunda influência na percepção dos militares acerca da sociedade e na construção de sua narrativa histórica (Leite, 1987; Rohter, 2019). A revista ADN reflete essa perspectiva ao interpretar a história do Brasil, situando a agência dos povos originários dentro de um contexto de ordem estritamente definido. Essa visão, incorporada ao imaginário militar, afasta os indígenas da vida política e promove uma relação marcada pela desconfiança.

Por outro lado, em 16 de janeiro de 2023 o Exército publicou Portaria EME/ C Ex n.º 946, aprovando a Diretriz para o Relacionamento do Exército Brasileiro com as Comunidades Indígenas. Este documento sinaliza mudanças importantes de postura, destacando o interesse do Exército em estabelecer laços estreitos com as comunidades indígenas de todo o país. Além de reconhecer a organização social, a língua e a responsabilidade da União na demarcação de terras indígenas, a diretriz também encoraja os militares e suas famílias a entenderem e respeitarem os costumes e tradições indígenas. Isso abre caminho para novos estudos que podem analisar as relações entre o Exército e as comunidades indígenas, investigando se as perspectivas da história indígena e da nova história militar têm influenciado o modo como os oficiais estudam o passado e o impacto dessas mudanças no imaginário do oficialato acerca dos povos originários.

Em última análise, a relação entre militares e indígenas é complexa e exige estudos e diálogos contínuos, que sejam abertos e tolerantes. Somente através da compreensão recíproca, da superação de estereótipos e da valorização da história e do patrimônio cultural dos povos originários será possível promover uma convivência mais justa e uma abordagem eficaz dessa questão complexa.

Referências

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova: revista de cultura e política*, 1999. p. 201-246

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, v. 37, p. 17-38, 2017.

ALONSO, Angela. De positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 42, p. 109-134, 1996.

ARIAS NETO, José Miguel. A Marinha Brasileira no início do século XX: tecnologia e política. *Antíteses*, v. 7, n. 13, p. 84-112, 2014.

ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional — 1867-1910*. 2001. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2001.tde-20062023-124441>. Acesso em: 29 set. 2024.

ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa Militar no século XIX. *Navigator*, v. 9, n. 18, p. 55-64, 2013.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *Enciclopédia einaudi*, v. 5, p. 296-332, 1985.

c, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, José D'Assunção. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. *TEL Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 1, n. 2, p. 73-102, 2010.

BAYLIS, John; WIRTZ, James J. Introduction. In: BAYLIS, John *et al.* (org.). *Strategy in the contemporary world: an introduction to strategic studies*. Londres: Oxford University Press, 2002. p. 1-14.

BETT, Ianko. *Catolicismo e cruzada: revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960-1967)*. 2015. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/5996>. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL, Ministério da Defesa. *Glossário das Forças Armadas (MD35-G-01)*. Ed. 5. Brasília: Ministério da Defesa, 2015.

BRASIL, Ministério da Defesa. *Portaria – EME/C Ex Nº 946, de 16 de janeiro de 2023. Aprova a Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas (EB20-D-07.095)*. 16 jan. 2023. Disponível em: https://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/04_estado-maior_do_exercito/port_n_946_eme_16jan2023.html. Acesso em: 15 nov. 2024.

CARLOMAGNO, Márcio C; ROCHA, LC da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 7, n. 1, p. 173-188, 2016.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Ed. 3. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARMAZ, Kathy. *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Tradução: Joice Elias Bryant. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. Ed. 1. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO. *Cadernos de Liderança Militar*. Rio de Janeiro, RJ: DECEX, 2022.

ESPIG, Márcia Janete. Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações teóricas. *Anos 90*, v. 6, n. 10, p. 151–167, 1998.

ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela história (The Concept of Imaginary: Reflection on its Use by History). *Textura - Revista de Educação e Letras*, v. 5, n. 9, 2003.

EVANGELISTA, Carlos Augusto Valle. *Direitos indígenas: o debate na Constituinte de 1988*. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-14417.pdf>. Acesso em: 16 set. 2024.

FRIEDMAN, Brett A. Tactics. In: CARROLL, Katherine; HICKMAN, William B. (org.). *Understanding the U.S. Military*. Abingdon; New York: Oxon; Routledge, 2023, p. 242-258.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n. 1, p. 18-40, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

HACKING, Ian. *The social construction of what?* Cambridge, Massachusetts; Londres, Inglaterra: Havard University Press, 1999.

HARRIS, Michelle; POATHA-SMITH, Evan; CARLSON, Bronwyn. Indigenous Identities and the Politics of Authenticity. In: HARRIS, Michelle; NAKATA, Martin; CARLSON, Bronwyn (ed.). *The politics of identity: Emerging indigeneity*. Sidney, Australia: UTSePRESS, 2013.

HØIBACK, Harald. *Understanding military doctrine: a multidisciplinary approach*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2013.

ISA, Instituto Socioambiental. *Povos indígenas e soberania nacional — Povos Indígenas no Brasil*. Brasil, 2024. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povos_ind%C3%ADgenas_e_soberania_nacional. Acesso em: 16 mar. 2024.

KOLLING, Patrícia. *Notícias do movimento indígena brasileiro: análise de conteúdo da produção da Apib e Coiab na pandemia da Covid-19*. 2022. Tese (Doutorado em Comunicação). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari. Proteção e incorporação: a questão indígena no pensamento político do positivismo ortodoxo. *Revista de Antropologia*, p. 255-275, 1987.

LOPES, Danielle Bastos. O direito dos índios no Brasil: a trajetória dos grupos indígenas nas constituições do país. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 83, 2014.

LUNA, Cristina. A Defesa Nacional. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

MACIEL, Tadeu Morato; RODRIGUES, Thiago Moreira de Souza. O projeto indigenista de Rondon como manifestação do “dispositivo pacificação” no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 11, n. 2, p. 77-106, 2024.

MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar*. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30112007-153256/>. Acesso em: 16 mar. 2024.

MATTOS, Andre Luis Lopes Borges de. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. 2007. 341 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/395040>. Acesso em: 20 jul. 2025.

MELLO, Luiz Gonzaga de. Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra – O Soldado, o Engenheiro e suas obras. *A Defesa Nacional*, n. 741, p. 7-41, 1989.

MILITARISMO. In: PASQUINO, Gianfranco. In: *Dicionário de Política*. v. 2. Ed. 5. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 748-754.

MILITARISMO. In: PION-BERLIN, David; SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (org.). *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 623-632.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, Dênis de. Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. *Revista Contracampo*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 93-104, 1997.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. A Defesa Nacional e a coesão militar: normalização e relações de poder no interior da caserna. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (ANPUH), São Leopoldo, 2007. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

MURRAY, Williamson. Thoughts on military history and the profession of arms. In: WILLIAMSON, Murray; SINNREICH, Richard Hart (ed.). *The past as prologue — The importance of history to the military profession*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do exército brasileiro (1931-1937)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2346>. Acesso em: 24 set. 2024.

OLIVEIRA, Natalia Vial de. *O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a invenção de uma tradição para o Exército Brasileiro (1937-1945)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

ONU, As Nações Unidas no Brasil. *Conferências de meio ambiente e desenvolvimento sustentável: um miniguia da ONU*. 2017. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/76532-confer%C3%A2ncias-de-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-um-miniguia-da-onu>, <https://brasil.un.org/pt-br/76532-confer%C3%A2ncias-de-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-um-miniguia-da-onu>. Acesso em: 1 set. 2024.

ONUF, Nicholas. Constructivism: A User's Manual. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (ed.). *International relations in a constructed world*. Londres, Reino Unido; Nova Iorque, Estados Unidos da América: Routledge/Taylor & Francis Group, 2015. p. 58-78.

PEDROSA, Jose Fernando de Maya. A Guerra da Tríplice Aliança: Aspectos Históricos. *A Defesa Nacional*, n. 745, p. 47-65, 1989.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *Modernização e reestruturação do Exército brasileiro (1960-1980)*, 2018. Tese (Doutorado História Comparada). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000863735&local_base=UFR01. Acesso em: 13 set. 2024.

PENSAMENTO MILITAR BRASILEIRO. In: PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da *et al.* (org.). Dicionário de história militar do Brasil (1822-2022): volume II. Rio de Janeiro: Autografia, 2022, p. 383-401.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PIVATTO JUNIOR, Dilceu Roberto. *A construção do pensamento naval brasileiro: formulações político-estratégicas e desenvolvimento tecnológico (1967-2008)*. 2024. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/276354>. Acesso em: 6 set. 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. A Campanha Sertanista de Rondon. *A Defesa Nacional*, n. 738, p. 37-59, 1988.

RÄDIKER, Stefan. *Doing Grounded Theory with MAXQDA. Guidance and tips for your practice*. Berlim: MAXQDA Press, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.36192/978-3-948768164>. Acesso em: 26 set. 2024.

RIBEIRO, Adelia Miglievich. Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica. *Sociedade e Estado*, v. 26, p. 23-49, 2011.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Ed. 3. São Paulo: Global, 2015.

RODRIGUES, José Honório. Características do Povo Brasileiro. *A Defesa Nacional*, n. 752, p. 36-58, 1991.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Militares e Questões Indígenas: Estudo sobre Cultura e Civilização nas Fronteiras Norte do Brasil (1927-1930). *Semioses*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 1-7, 2013.

ROESLER, Rafael. Os periódicos como fontes de pesquisa. Uma experiência com a revista A Defesa Nacional. *Revista do Exército Brasileiro*, v. 154, n. 2, 2018.

ROHTER, Larry. *Rondon, uma biografia*. tradução: Cássio de Arantes Leite. Ed. 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

ROSA, Marlise *et al.* *Os Warao no Brasil: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes*. Brasília: ACNUR Brasil – Agência da ONU para Refugiados, 2021.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2021. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>. Acesso em: 11 set. 2024.

SILVA, José Lucas da. Os Ciclos Econômicos: Contribuições para o desenvolvimento do Brasil. *A Defesa Nacional*, n. 758, p. 91-114, 1992.

SOARES, Mozart Pereira. A influência de Augusto Comte no pensamento brasileiro. *Episteme, Porto Alegre*, v. 3, n. 6, p. 144-153, 1998.

SOUZA, Bruna Lacerda de. Questões indígenas: um percurso pela História Indígena como domínio. *Faces de Clio, Juiz de Fora*, v. 8, n. 16, p. 168-185, 2022.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. A história militar e a historiografia contemporânea. *Revista Nação e Defesa*, v. XVI, n. 59, 1991. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/2697>. Acesso em: 4 mar. 2025.

VERDUM, Ricardo. Povos Indígenas no Brasil: o desafio da autonomia. In: VERDUM, Ricardo (org.). *Povos Indígenas: Constituições e reformas Políticas na América Latina*. Brasília: Instituto de Estudos socioeconômicos, 2009.

VIOLA, Eduardo. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 17, p. 25-46, 2002.

WIETCHIKOSKI, Luciana. *O pensamento militar brasileiro e os Estados Unidos: a revista A Defesa Nacional no final do regime militar (1979 a 1985)*, 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/114435>. Acesso em: 24 set. 2024.

WOOLF, Nicholas H.; SILVER, Christina. *Qualitative analysis using MAXQDA: The five-level QDA® method*. Abingdon,; New York: Routledge, 2018.

Fontes

BENTO, Cláudio Moreira. General-de-Divisão Augusto de Tasso Fragoso (1867-1945). *A Defesa Nacional*, n. 750, p. 105-117, 1990.

BENTO, Cláudio Moreira. O Exército e a Abolição: Concurso Literário Tasso Fragoso. *A Defesa Nacional*, n. 743, p. 109-158, 1989.

BENTO, Cláudio Moreira. O Exército e a Abolição (Pensamento e Ação). *A Defesa Nacional*, n. 738, p. 7-16, 1988.

CASTRO, Sebastião José Ramos de. Da necessidade das FFAA. *A Defesa Nacional*, n. 754, p. 18-27, 1991.

COSTA, Octávio Pereira da. O Engenheiro e Soldado. *A Defesa Nacional*, n. 743, p. 80-98, 1989.

HERMES, Mário Jorge da Fonseca. Os Militares e a Política durante o Império. *A Defesa Nacional*, n. 752, p. 123-143, 1991.

HERMES, Mário Jorge da Fonseca. Os Militares e os Políticos durante o Império. *A Defesa Nacional*, n. 749, p. 83-105, 1990.

MARIOTTI, Francisco. O Militar e a Política na República. *A Defesa Nacional*, n. 746, p. 51-72, 1989.

MATHIAS, Herculano Gomes. A Inconfidência Mineira: Aspectos Militares. *A Defesa Nacional*, n. 748, p. 61-69, 1990.

MEIRA, Silvio Augusto de Bastos. A Amazônia e o Projeto Calha Norte. *A Defesa Nacional*, n. 756, p. 29-41, 1992.

MELLO, Luiz Gonzaga de. Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra — O Soldado, o Engenheiro e suas obras. *A Defesa Nacional*, n. 741, p. 7-41, 1989.

OLIVEIRA, José Lopes de. Descobrimento do Rio das Amazonas. *A Defesa Nacional*, n. 753, p. 21-34, 1991a.

OLIVEIRA, José Lopes de. Memória Institucional: Um caso concreto. *A Defesa Nacional*, n. 754, p. 94-100, 1991b.

PEDROSA, Jose Fernando de Maya. A Guerra da Tríplice Aliança: Aspectos Históricos. *A Defesa Nacional*, n. 745, p. 47-65, 1989.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. A Campanha Sertanista de Rondon. *A Defesa Nacional*, n. 738, p. 37-59, 1988.

RODRIGUES, José Honório. Características do Povo Brasileiro. *A Defesa Nacional*, n. 752, p. 36-58, 1991.

SENA, Davis Ribeiro de. A Guerra das Caatingas. *A Defesa Nacional*, n. 747, p. 7-28, 1990.

SENA, Davis Ribeiro de. O Vendaval Republicano. Breve dissertação militar. *A Defesa Nacional*, n. 752, p. 59-70, 1991.

SILVA, José Lucas da. Os Ciclos Econômicos: Contribuições para o desenvolvimento do Brasil. *A Defesa Nacional*, n. 758, p. 91-114, 1992.

SOUTO, Claudio Heráclito *et al.* Ameaças à Soberania Nacional na Amazônia. Hipótese de Guerra. Estratégias para a Defesa da Região. *A Defesa Nacional*, n. 752, p. 11-35, 1991.

VIEIRA, João Paulo S. O perfil de Tiradentes. *A Defesa Nacional*, n. 737, p. 54-74, 1988.

Artigo recebido em 23/01/2025

Aceito para publicação em 18/07/2025

Editor(a) responsável: Sofia Rossi Menezes

¹ Considerando a natureza interdisciplinar dos estudos sobre História Indígena, o termo “questões indígenas” é usado para abranger qualquer tipo de discussão sobre os povos indígenas do Brasil (Souza, 2022). Isso inclui conflitos territoriais, desenvolvimento socioeconômico, representação política, preservação cultural, autonomia e autodeterminação dos povos originários, entre outros.

² O tema é uma unidade de significado empregada na análise de conteúdo. Consiste em uma afirmação ou síntese sobre um determinado tópico, que pode ser articulada por meio de uma frase simples ou complexa.

Um tema pode ser expresso por meio de diversas afirmações ou insinuações, sobressaindo-se em um texto analisado conforme critérios teóricos estabelecidos pelo próprio analista (Bardin, 2011).

³ De acordo com Sampaio e Lycarião (2021), para incrementar a confiabilidade de uma codificação realizada por um único indivíduo, devemos conduzir revisões regulares do material, implementando um teste de confiabilidade em estágio intermediário. Nele o codificador analisa e contrasta os resultados alcançados, identificando possíveis falhas ou inconsistências.

⁴ A unidade de registro refere-se ao segmento codificado do texto que é designado para auxiliar na classificação e na contagem. Seu tamanho pode variar conforme o material e os objetivos da análise. Por outro lado, a unidade de contexto é um trecho mais extenso do texto que facilita a compreensão e a codificação da unidade de registro, como uma frase que se relaciona a uma palavra ou um parágrafo que se refere a um tema (Bardin, 2011).

⁵ José Honório Rodrigues foi membro da Academia Brasileira de Letras e um historiador bastante conhecido no meio acadêmico brasileiro do século XX. É possível afirmar que a sua produção intelectual se caracteriza por seguir uma abordagem historiográfica tradicional.

⁶ Silvio Augusto de Bastos Meira é tido como estudioso da língua, literatura e cultura alemãs, foi advogado e recebeu a distinção de professor emérito da Universidade Federal do Pará. Ele desempenhou papel ativo na política regional e nacional, contribuindo como membro da Constituinte de 1946.

⁷ O coronel Cláudio Moreira Bento possui extensa produção intelectual de caráter histórico, com uma obra que abrange grande variedade de assuntos, principalmente os ligados à esfera militar e à trajetória das Forças Armadas Brasileiras. Além de sócio do IHGB, também foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Exército, Diretor do Arquivo Histórico do Exército e professor de história militar da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

⁸ Os patronos são personalidades que simbolizam valores e virtudes militares, atuando como fonte de inspiração. São selecionados com base em sua trajetória de vida marcando, atos heroicos e contribuição relevante para a história do Exército Brasileiro. Ricardo Franco de Almeida Serra é o patrono dos Engenheiros Militares, enquanto Cândido Mariano da Silva Rondon é o patrono da arma de Comunicações.

⁹ O general Octávio Costa integrou a Força Expedicionária Brasileira entre 1944 e 1945, tendo uma participação ativa nas operações militares na Itália. Ele é autor de duas obras memorialísticas que abordam a Segunda Guerra Mundial, e sua contribuição para o pensamento militar brasileiro é valorizada pelo Exército (Departamento de Educação e Cultura do Exército, 2022).

INDIGENOUS PEOPLES IN THE JOURNAL “A DEFESA NACIONAL” (1988-1992): Insights into the Imaginary of Army Officers

INDÍGENAS NA REVISTA “A DEFESA NACIONAL” (1988-1992): Nuances do Imaginário dos Oficiais do Exército

Alexandre Ataíde de Lima¹

Abstract: This article analyzes the category “*The Indigenous Peoples of the Past*” as presented in the journal *A Defesa Nacional* between 1988 and 1992. To this end, a content analysis methodology is employed to examine the historical narratives and stereotypes embedded within the journal’s texts. The analysis indicates that representations of Indigenous peoples are intertwined with a social imaginary that blends reality, social norms, and stereotypes with militaristic interpretations. Such perceptions shape officers’ understanding of the role of Indigenous peoples in Brazilian society and reflect a complex dynamic among history, culture, and military identity.

Keywords: Indigenous Peoples, Military Thought, Imaginary, *A Defesa Nacional*.

Resumo: Este artigo analisa a categoria “Os indígenas do passado” na revista “A Defesa Nacional” entre 1988 e 1992. Para isso, emprega-se a metodologia de análise de conteúdo com o intuito de explorar as narrativas históricas e os estereótipos presentes nos textos do periódico. A análise indica que as representações dos indígenas são marcadas por um imaginário social que mescla realidade, regras sociais e estereótipos com interpretações militaristas. Tais percepções moldam a compreensão dos oficiais sobre o papel dos indígenas na sociedade brasileira e refletem uma complexa dinâmica entre história, cultura e identidade militar.

Palavras-chave: Questão Indígena, Pensamento Militar, Imaginário, *A Defesa Nacional*.

Introduction

The Federal Constitution of 1988 established fundamental rights and basic guarantees for the indigenous peoples of Brazil, recognizing their ethnic and cultural diversity, as well as their right to the lands they traditionally occupy. These constitutional provisions represented a significant change in the State's relationship with indigenous peoples, overcoming the previous paternalistic approach (Cunha, 2012; Verdum, 2009). The Brazilian Army, whose activities are intertwined with indigenous territories and populations, has incorporated the indigenous¹ issue into its strategic vision. Thus, military institutions play an important role in the dynamics surrounding national indigenous policies (ISA, 2024).

¹ Master’s student in the Graduate Program in Military Sciences at Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), in the research area of “Peace and War Studies”. Bachelor’s degree in Military Sciences from Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). E-mail: alex_ataide@live.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0037-7061>.

Given its relevance, this indigenous issue sparks debate in Brazilian society, especially in the field of human sciences. Relations between indigenous peoples and the Brazilian Army have taken various forms throughout history, becoming central in certain periods and fundamental to understanding the national political landscape and the military mindset. However, when we enter the field of military science studies, we notice a scarcity of analyses that address the indigenous issue. This gap leads us to question how indigenous identities and cultures are understood by Army personnel, especially officers.

In light of the above, after the promulgation of the Federal Constitution of 1988, what were the impressions expressed by the Brazilian Army officers regarding indigenous peoples? This article argues that representations of Brazilian indigenous peoples, emerging from historical narratives published by the journal *A Defesa Nacional* between 1988 and 1992, function as a platform that presents the public with perceptions of indigenous peoples, constructed and interpreted from a social imaginary inherent to Army officers.

In the second half of the 19th century and part of the 20th century, especially under the influence of evolutionary concepts that preceded social anthropology, there was a belief that an ethnic group could be defined by objectively identifiable racial criteria, whether through somatic or biological characteristics — a view that is still prevalent in common sense. From this perspective, a group would be considered indigenous if it were comprised of direct descendants of a pre-Columbian population. However, it is clear that no population could reproduce in isolation, without mixing with other groups, as was the case with Brazilian indigenous peoples (Cunha, 2012).

Indigenous identity transcends mere ties to one's place of residence and the sharing of an ancestral culture. It is formed in the reflective process of self-recognition — what the individual attributes to themselves, but which also depends on the validation of other members of the group. In general, this identity is continuously shaped and modified by interactions with other people, generating social representations that are based on both real and perceived differences. For indigenous peoples, this implies that identity is neither inert nor homogeneous, but is constantly changing, responding to different social and cultural categories (Harris; Poatha-Smith; Carlson, 2013; Pollak, 1992; Rosa *et al.*, 2021). Furthermore, culture is not seen as an intrinsic characteristic of an ethnic group, but as a result of the transformation and continued existence of that group. Thus, living among indigenous people does not imply living like them; likewise, being indigenous, living in the city, attending university, or owning a cell phone does not result in the loss of ethnic identity (Rosa *et al.*, 2021).

Thus, the overall objective of this study is to analyze the category “Indigenous peoples of the past,” as identified in the journal *A Defesa Nacional* (hereinafter abbreviated as ADN), from 1988 to 1992. In all, 21 texts were identified in this category. They represent 37.5% of the 56 articles published in ADN that mentioned Brazil's indigenous peoples during the specified period. During the period in question, 24 issues of the journal were published, examined on the basis of two important historical milestones: the promulgation of the Federal Constitution of 1988 (CF/88) and the United Nations Conference on Environment and Development (Eco-92), held in Rio de Janeiro from June 3 to 14, 1992.

The period beginning in 1988 represents a milestone of significant social and political change, recognizing, for the first time in the history of national constitutionalism, the rights of indigenous peoples in an explicit manner. Thus, a new stage began in the relationship between these peoples and the Brazilian state, characterized by an intense effort by indigenous movements in the search for representation and direct political participation (Evangelista, 2004; Lopes, 2014; Verdum, 2009). The year 1992, when Brazil hosted Eco-92, brought to the fore international discussions on sustainable development, environmental preservation, and climate change (UN, 2017). The stance adopted by the Brazilian government, although predominantly nationalist, showed sensitivity to environmental issues and awareness of the importance of the Amazon rainforest as a vast reservoir of global biodiversity (Viola, 2002). These transformations introduced new normative and political guidelines, stimulating a reconfiguration of the Army's role in indigenous issues and demanding a revision of traditional narratives and stereotypes present in Brazilian military thinking.

Thus, choosing the period from 1988 to 1992 allows for a deeper understanding of a time when indigenous rights, sustainable development, and national sovereignty became topics of symbolic disputes within the Brazilian Army. Analyzing how these issues were addressed and represented in the ADN journal helps to elucidate the continuities and ruptures in the military imaginary and its connections with history during this period.

To understand how representations of indigenous peoples were constructed and disseminated within the Army, it is essential to recognize the importance of the ADN journal, which served as a channel for expression and intellectual debate among officers. Launched in 1913 by a group of twelve individuals, including eight Brazilian officers who had trained in the Imperial German Army and four other enthusiasts, the publication initially focused on technical texts about military maneuvers and new weapons. However,

it quickly began to include analyses of Brazil's political and economic situation (Luna, 2010), characteristics that remain to this day.

The journal brings together articles on a variety of topics important to Army officers, including technological innovations, military doctrines, and issues related to the Brazilian reality. Acting as an intellectual coordinating body, ADN promotes discussion on issues relevant to the military, which highlights its influence and representativeness in shaping a specific military and nationalist mindset for Brazil. In addition, the journal serves to disseminate this thinking, both internally and externally, enabling an exchange of ideas that can contribute to the establishment of new standards for knowledge construction over time (Nascimento, 2010; Wietchikoski, 2014). The political changes resulting from the end of the military regime and the reassessment of strategic priorities, driven by the end of the Cold War, required Army officers to reflect beyond the positivist mindset, incorporating new threats (Marques, 2007). Thus, throughout its history, the ADN journal has established itself as a relevant forum for the study of military thought, becoming an important source for analyzing how ideas and stereotypes — including those about indigenous peoples — are generated, disseminated, and appropriated in the military context.

Pivatto Junior (2024) refers to Brazilian military thinking as a set of ideas that outline priorities and strategies to be implemented by the Brazilian Armed Forces. This definition includes the way in which the military perceives and interprets national defense needs and strategic guidelines in an ever-changing domestic and international landscape. In turn, Pedrosa (2018) highlights the essence of military thinking as professional and doctrinal. This is characterized by conservatism derived from the extreme risks faced by military personnel in their profession and by the bureaucratic nature of the military institution. Therefore, it is worth noting that, in this article, the notion of military thinking does not necessarily correspond to the collective opinions of the military on issues such as politics, economics, culture, and society (Pedrosa, 2022). Furthermore, it also does not refer to the “military mentality” as it relates to the worldview of the military, based on its specific values and ethical principles (Garcia, 1997).

In summary, in this article, we address Brazilian military thinking as a set of ideas generally referred to as “the art of war,” with an emphasis on military strategy and tactics (Garcia, 1997). This thinking manifests itself in various forms, covering topics such as war theory, defense policies, military doctrine, and history, among others (Pedrosa, 2022). In this context, strategy refers to the application of military power to achieve political objectives, analyzing the dilemmas of the state in an interdisciplinary manner

(Baylis; Wirtz, 2002). Tactics refer to the deployment of troops on the battlefield, ranging from small units to entire armies, and involving the techniques, weapons, and maneuvers necessary to achieve the objectives established by strategy. Military doctrine, in turn, represents the systematized set of tactics, procedures, and equipment that guide coordinated actions during operations, shaped by experience and standardization within each armed force (Brasil, 2015; Friedman, 2023).

On the other hand, we understand that military thinking is also based on socially constructed notions, which are grounded in an identity shaped by historical, cultural, and social elements (Adler, 1999; Hacking, 1999). In Brazil, the Army values the study of history and its connection to the art of war, promoting its inclusion in the curriculum of military educational institutions. As with the armed forces of other countries, the Brazilian Army considers historical research crucial for military leaders, as it provides a deeper understanding of the nature and future trends of warfare (Murray, 2006). Therefore, we believe it is essential to analyze the role of social imaginary in the interpretation of “historical facts” by the contributors to the ADN journal. For we recognize that “historical facts” are constructed by giving meaning to events, reflecting choices that are not only observable but also questionable through critical analysis. After all, the very relativity of history highlights the diversity of individual perspectives among researchers (Certeau, 1982).

Although there is extensive academic literature exploring military issues related to various topics, dialogue on indigenous issues is often relegated to the background. This highlights an important gap in understanding military impressions of indigenous peoples. With this study, we seek to investigate this point, reflecting on the differences between the historical interpretation conveyed by the ADN journal and those presented by other references and social groups involved with indigenous issues.

Next, we address the theoretical and methodological references that underpin our research. Subsequently, the development of this article is divided into two main parts. First, we explain the category “Indigenous peoples of the past,” seeking to understand how representations of indigenous peoples of the past were actively constructed in the articles of the ADN journal. Next, we explore and problematize the subcategories defined during the methodological treatment of the source, which enables us to answer the research question.

Thoughts on the social imaginary

From the end of the 20th century onwards, with the decline of scientific and rationalist approaches in historiography, the study of the social imaginary gained centrality (Pesavento, 1995), acting as a key to understanding the construction of collective meanings and the processes of legitimization of institutions such as the Armed Forces. With this approach, we analyze the ADN journal in light of the notion of representations and social imagery, as proposed by Baczko (1985), who highlights the importance of representations in the configuration of power and the organization of collective life. He also mentions that the concept of social representation refers to the process by which a group develops and shares interpretations about the world around them. These representations are created from images, beliefs, and values, which help individuals understand their identity, their social relationships, and the structure of society.

The social imaginary manifests itself through ideologies, symbols, allegories, rituals, and myths (Moraes, 1997). As clarified by Stoppino (2004), we understand ideology in its broadest sense — as a set of ideas and values directed at the public sphere, capable of guiding collective behavior and marked by convictions and emotional appeal. According to Fidalgo and Gradim (2005), symbols are signs that, by convention, represent something beyond their physical appearance, illustrating values and identities, as is the case with emblems and insignia. The imaginary is not limited to replicating reality, but creates meanings through images and expressions. This allows the imagination to transcend the present and explore different possibilities of reality. Therefore, what is considered real is not restricted to a sequence of events, as it can be transformed and reach new heights. Similarly, institutions are not confined to the symbolic sphere, but exist within it, since their legitimacy derives from the meanings accepted by communities (Baczko, 1985; Moraes, 1997). In short, the imaginary and the real are not opposites; on the contrary, the imaginary shapes reality while also being shaped by it (Espig, 1998, 2003).

Baczko (1985) argues that, in situations of war, representations of adversaries can inspire men to fight, guide their actions, shape their behavior, and legitimize violence. He believes that symbolic goods do not generate false illusions of power, but rather strengthen and ensure obedience through relationships of meaning and authority. These goods represent more than just the image of an isolated object, since this image is selected to influence behavior. Thus, Baczko (1985) suggests that there is a relevant link between collective representation and social behavior. He argues that it is symbols, not things themselves, that shape people's behavior.

Furthermore, representations act as guides for our actions, shaping behaviors and validating attitudes. Each society establishes a system of representations that not only interprets but also legitimizes its structure, appointing guardians for this system. Therefore, social imaginary and their representations are fundamental for a community to consolidate its identity and assign different social roles to its members. As a result, society is perceived as an orderly system, where each person has their place and defined purposes. This occurs through the establishment of behavioral norms based on archetypes, such as the exemplary leader, the courageous warrior, the dedicated employee (Baczko, 1985), or the one that is of particular interest to this research: the indigenous person.

Considering the above, the notions of social imaginary, as proposed by Baczko (1985), prove valuable for understanding the impressions of Army officers regarding indigenous peoples. These impressions manifest themselves in representations that articulate reality, stereotypes, and social rules — understood as guidelines that standardize behavior and anticipate consequences for deviations (Onuf, 2015) — filtered through a militaristic lens. This militarism can be interpreted both as a set of practices and thoughts associated with war and as the belief that the Armed Forces are indispensable to the nation, prioritizing military values over civilian interests (Pasquino, 2004; Pion-Berlin, 2018).

Sources and methodology

In order to investigate military officers' impressions of indigenous peoples, it is essential to clearly define the sources and methods used in this research. Therefore, reviewing the results of research on military journals (Arias Neto, 2001, 2013, 2014; Morais, 2007; Nascimento, 2010; Roesler, 2018; Wietchikoski, 2014), we find that they are effective platforms for the expression of military thought, without direct interference from institutional filters. Although these periodicals are not the only platform capable of capturing this thinking, we believe that, due to their specific characteristics—regularity, varied columnists, receptivity, and longevity—they are privileged vehicles. This allows authors, both military and civilian, to express their ideas on a variety of topics considered important to military institutions.

In this sense, the ADN journal is important for disseminating new ideas, both within the military and outside it. Its articles fuel discussions about the needs of the Brazilian Armed Forces, with an emphasis on the Army, providing a valuable space for

the exchange of multiple perspectives on the history and indigenous peoples of Brazil. Furthermore, these social networks have the potential to integrate military officers with other social segments interested in defense and national security issues (Pivatto Junior, 2024).

For an adequate study of the texts, we used the content analysis methodology established by Laurence Bardin. We used categorical analysis to identify and explore the themes² found in the texts. This technique works like compartments, categorizing relevant parts of the message to organize fragments that previously seemed disordered, according to specific criteria (Bardin, 2011). With this, we intend to go beyond the simple argumentative structure of the articles, analyzing not only their explicit content, but also their underlying characteristics and information (Bett, 2015; Moraes, 1999).

On the other hand, Sampaio and Lycarião (2021) point out that the limitations of Laurence Bardin's manual lie in the simplification of the design and content analysis process. Therefore, in this study, we adopted these authors' recommendations for an improved categorical content analysis based on three main stages: conceptualization and purpose, design, and analysis. In addition, studies on military-indigenous relations were consulted to support the formulation of research questions. Preliminary category tests were also conducted and detailed classification rules were defined during the individual coding process³ (Sampaio; Lycarião, 2021).

In this article, we used issues of the ADN journal available for consultation online via the EB Revistas portal, maintained by the Brazilian Army. This portal hosts several periodicals published by this military institution. The ADN samples are scanned at an appropriate resolution in PDF format, thus facilitating our data collection.

To conduct an efficient evaluation of the ADN texts, this research uses MAXQDA software, which specializes in qualitative data analysis, enabling the incorporation of Grounded Theory techniques into the coding process (Woolf; Silver, 2018). Similar to Bardin's approach (2011), this method uses systematic yet flexible guidelines that enable the separation, classification, and synthesis of information through qualitative coding. Thus, our study can more effectively connect the notion of social imaginary proposed by Baczko (1985) to the impressions of military officers identified in the articles analyzed (Charmaz, 2009).

Grounded Theory represents an alternative methodological approach to content analysis, whose main focus is the construction of medium-range theories based on empirical data (Woolf; Silver, 2018). During the theoretical design process, concepts and categories are extracted directly from the collected data, and then described and

correlated. The MAXQDA software supports analyses that employ this approach (Rädiker, 2023).

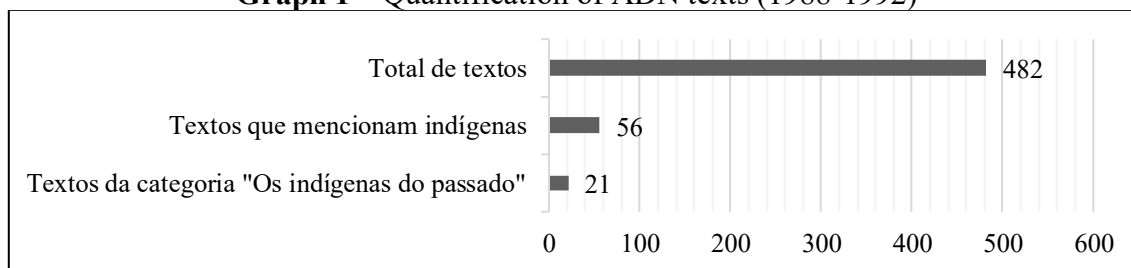
Thus, content analysis, according to Bardin (2011), allowed us to identify and organize the units of record in the journal's texts. The application of Grounded Theory principles, in turn, allowed for a more detailed analysis of these records and the formulation of categories and theoretical constructs based on the data (Charmaz, 2009; Woolf; Silver, 2018). This articulation between systematization and interpretive flexibility provided a solid understanding of the discursive patterns present in the corpus.

In summary, we began analyzing the texts in the ADN journal by skimming through them, obtaining a first impression of the material (Bardin, 2011). Next, we identified all instances of the word “indigenous” and its semantic variations to assess how often authors refer to Brazilian indigenous peoples in their texts. We chose the theme as the unit of record and the paragraph as the unit of context⁴, according to Bardin's proposal (2011). Throughout the analytical process, we documented the information and justifications that led to the creation and naming of the codes in a database linked to the electronic file generated by MAXQDA itself. Due to the breadth of the content, the category “Indigenous peoples of the past” has been subdivided into subcategories to facilitate interpretation of the material (Carlomagno; Rocha, 2016; Kolling, 2022). We conclude by relating the impressions of Army officers about indigenous peoples to the notion of social imaginaries (Charmaz, 2009).

In this way, we seek to carry out a thorough categorization of the representations of indigenous peoples present in the ADN journal's texts, allowing for a deeper interpretation of the meanings that shape the social imaginary of Army officers.

“The indigenous peoples of the past,” in the pages of A Defesa Nacional journal

In this article, within the specified time frame, we note that the ADN journal presents a varied set of texts. These include editorials, informative excerpts added by editors with diverse content and no specific authorship, book recommendations, reproductions of articles from newspapers and other widely circulated journals in Brazil, as well as comments made by military personnel and civilians on various topics. In addition, the journal also contains the main articles that form its core, with their authors — whether military or non military — featured prominently. We emphasize that few ADN texts mention Brazilian indigenous peoples. Graph 1 shows the distribution of texts in the 24 issues of the journal analyzed during the period:

Graph 1 – Quantification of ADN texts (1988-1992)

Source: The Author, 2025.

The records classified under the category “Indigenous peoples of the past” offer insights into the complex interaction between Europeans, indigenous peoples, and Africans in Brazil. The narratives emphasize the oppressive practices of European colonizers, who introduced labor practices foreign to the local culture, resorting to enslavement when convenient, in the face of resistance from the indigenous peoples. Paradoxically, the same narratives glorify Portuguese leaders, claiming that they were the architects of the nation. The descriptions also portray indigenous peoples as primitive, dangerous inhabitants who carry serious tropical diseases. According to categorized records, the “Indians” were pacified and incorporated into the military forces, even acting in defense of the national territory at times. In particular, studies on Brazilian history published by ADN, in which indigenous peoples are mentioned, repeatedly emphasize the miscegenation of the three races—whites, Indians, and blacks—affirming that this constitutes the true essence of the Brazilian people.

Just as there were two dominant types of leadership, there were also two cultures in Brazilian society. The majority, although forced to submit to a formal and procedural, legal and political culture of a Western European nature, imposed by the minority, fabricated substantially from the contradiction between the Portuguese thesis and the antithesis of nature, of the Indians, blacks, and mestizos, a new and original synthesis. For it is not only the victors who determine the content of the historical process, and despite the apparent dominance of Europeanism and Lusitanism in social forms, the substrate was new: it was Brazil that was being born (Rodrigues, 1991, p. 39).

The ADN journal adopts a historical approach aligned with the historiographical tradition of the 19th century. This perspective promotes a unified and inseparable view of fact, time, and historical subject. According to those who write for the journal, a historical event was considered unique and restricted especially to great military achievements and their political repercussions. They see time in a linear way and follow a chronology of these achievements. As a result, the historical subject is often portrayed

as a decisive and central figure in events, a true hero in the classical sense of the term (Teixeira, 1991).

ADN columnists keep a close eye on the sociopolitical role played by history, an element that has always been emphasized by traditional historiography. For these authors, historical narrative serves as a mechanism for legitimizing the state. Therefore, studying history strengthens national identity, transmitting the values and traditions of a people through an understanding of their past. Conflicts, conquests, and their respective heroes play a crucial role. They serve as landmarks in the country's history and have become the true founding myth of the nation. This narrative is fundamental not only for military professional training, but also for the development of leadership among military commanders (Teixeira, 1991).

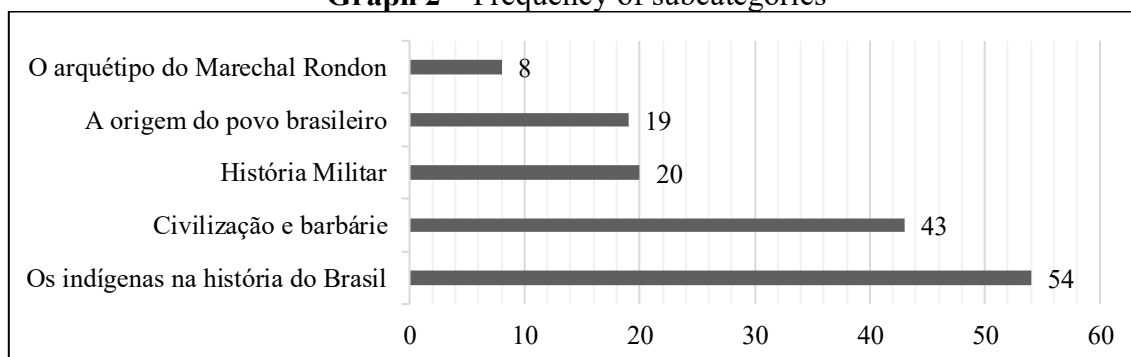
In the section “Historical, Legal, and Social Studies” of ADN, a markedly positivist interpretation of Brazilian history is evident. Although Auguste Comte wanted positivism to spread quickly throughout the world, he perhaps did not anticipate that Brazil would become so receptive to his ideas that it would become home to the only temple dedicated to his doctrines. Benjamin Constant, a fervent defender of positivism in its political and scientific aspects, also had a significant impact on the Brazilian Army elite in the late 19th century, influencing several generations of military personnel with his principles (Soares, 1998).

Positivism unifies the scientific research process with the methodologies of the natural sciences to decipher the social world. Its supporters believe in the existence of regularities in both the social and natural spheres, arguing that genuine research can be verified or refuted empirically (Adler, 1999). In Brazil, positivism stands out for its adaptation to the social, political, and cultural particularities of the country, generating currents that go beyond a single interpretation. In contrast to countries such as France, where Comte's positivism was characterized by a more dogmatic approach and an emphasis on science as the sole source of knowledge, in Brazil it became an instrument of social and political criticism, promoting the idea that science could guide national modernization (Alonso, 1996).

Comte's positivism added the principle of order to the Enlightenment ideal of social evolution, aiming at class reconciliation. Nineteenth-century positivists drew an analogy between society and a living organism, considering the industrial elite as the brain and the working class as the limbs. This analogy suggested that all the “organs” of society should function in harmony (Barros, 2010). Although less prevalent in Brazilian historiography since the 20th century, these perspectives continue to manifest themselves

in historical studies published by ADN between 1988 and 1992. In this context, Graph 2 illustrates the frequency of the subcategories established during our analysis of the journal:

Graph 2 – Frequency of subcategories



Source: The Author, 2025.

The stereotypes associated with indigenous peoples, clearly present in the texts examined, reflect the dichotomous worldview of the military (Castro, 2021). However, they also highlight the pressures that society in general places on military institutions and their members. Homogeneous representations of indigenous peoples are not exclusive to the military environment, as they are also reproduced by civilian authors in some of the texts analyzed. The problem lies in the fact that these representations have the potential to shape social behaviors within the military environment, serving as a parameter for understanding the role and relevance of indigenous peoples in the social structure (Baczko, 1985). After all, we believe that the perceptions present in the discourses conveyed by the journal contribute to the incorporation of stereotypes into the military imaginary, considering its influence and credibility.

Indigenous peoples in the history of Brazil

This subcategory is the most significant in our analysis corpus. The topics covered by its records include: wars, violence, and repression against indigenous populations; social and political interactions between indigenous and non-indigenous peoples; considerations regarding the working capacity of indigenous peoples; aspects of economic circulation during the colonial period; participation in the conquest and exploration of Brazilian territory; the spread of disease among indigenous peoples; and studies on native peoples. These themes form the basis of the historical narrative developed by the columnists, who offer a teleological perspective on the history of Brazil

and the events they consider transformative. Apparently, these authors aim to educate their readers through the study of “historical facts.”

ADN writers highlight the injustices committed by those who interacted with indigenous peoples living in villages or as scattered nomads. They highlight the supremacy of the colonizers and the brutality imposed on the indigenous peoples, illustrated in descriptions of massacres committed by the Portuguese colonizers. On the other hand, there is a positive view of the actions of the colonial authorities. They aimed to make local populations useful for agricultural, mining, and commercial activities, inspiring them through their development model. However, such practices were incompatible with the culture of the first inhabitants of Brazilian territory.

The table reveals a notable contradiction in the speeches presented in ADN. Although not all accounts depict violent interactions between whites and indigenous peoples, Europeans, particularly those of Portuguese origin, emerge as protagonists in eloquent and apologetic narratives. At the same time, wars, exploitation, and the extermination of indigenous peoples are the most frequent themes in this subcategory, as illustrated in the excerpt written by then Army Colonel José Fernando de Maya Pedrosa:

In Ltatins, Mato Grosso, which they claimed for themselves, the Indians were massacred until 1718, when Pascoal Leme expelled them definitively from there. The offensive methods, terror, and cruelty of the bandeirante troops left a mark on the peaceful souls of the indigenous villagers, a feeling that spanned generations (Pedrosa, 1989, p. 52).

What ADN contributors express is in line with how Jurandyr Carvalho Ferrari Leite (1987) described the treatment of indigenous issues from a positivist political perspective. This approach, based on an evolutionary view, advocated compassion for disadvantaged populations, considered victims in need of state assistance. According to Leite (1987), positivists viewed Black and Indigenous people both as part of the Brazilian nation, alongside the Portuguese, and as less developed groups that required special attention. This attention was intended to compensate for the historical usurpation of indigenous lands and the enslavement of African blacks, acts of selfishness that contrasted with national altruism. However, the state's responsibility was not limited to protection; it also had the task of educating indigenous peoples, preparing them to integrate as workers into the national economy (Leite, 1987), as we see below:

The fact is that, around 1800, there was such a shortage of workers and settlers for the formation and development of new settlements that the

authorities sought ways to make these Indians useful for agriculture and mining. And they needed to be informed in detail (Mello, 1989, p. 21).

This is how ADN articles express their views on the role of indigenous peoples in Brazilian history. Often relegated to the role of unskilled laborers or portrayed as subjugated, enslaved, assimilated, or eliminated insurgents, their actions were rarely considered relevant to understanding national history. The marginalization of indigenous peoples and the erasure of their identities occurred in parallel with the glorification of the colonizers' achievements. These accounts favored a Eurocentric interpretation of history, in line with the historiographical trends and indigenous policies of the 19th century and most of the 20th century (Almeida, 2017).

It is worth noting that several authors featured in the “Historical, Legal, and Social Studies” section of the ADN journal, such as José Honório Rodrigues⁵, Silvio Augusto de Bastos Meira⁶ and Army Colonel Cláudio Moreira Bento⁷, are members of the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB). The renowned study by Guimarães (1988) points out that the IHGB was founded in 1838, during a crucial period for the consolidation of the Brazilian National State, playing an important role in the formation of national identity. Furthermore, the author points out that the historiography produced at this Institute, widely referenced in the articles addressed in the subcategory “Indigenous peoples in the history of Brazil,” tends to omit the presence of native peoples and Black people in its idealized view of Brazil. Furthermore, the IHGB does not distance Brazil from the former Portuguese metropolis, but sees it as the successor to the civilizing mission begun by the colonizers.

Ultimately, various ADN texts portray indigenous peoples as savages and inferior to Europeans. Given that the publication is widely circulated among Army officers, the perpetuation of stereotypes of indigenous people as naive and easily manipulated may negatively influence the attitudes of these military personnel toward indigenous issues. Furthermore, as indigenous history begins to claim its relevance in Brazilian society, new interpretations of Brazilian history are emerging, recognizing indigenous peoples as active agents and historical subjects, capable of fighting for their rights and the preservation of their historical and cultural heritage (Almeida, 2017).

Civilization and barbarism

The content in this subcategory explores the contrasts between indigenous peoples and the emerging Brazilian civilization. As defined by columnists, during the colonial

period, it was strongly influenced by European traditions. Topics covered in this subcategory include: incivility, savagery, and violence; humanization and unification led by whites; settlements, sedentarization, and organization of indigenous populations; enlightenment and development under religious tutelage; and indigenous communities.

Reflecting on the great achievements of patrons of the Brazilian Army⁸, such as Ricardo Franco de Almeida Serra and Cândido Mariano da Silva Rondon, the narratives highlight the challenges faced by the expeditions that explored the interior of Brazilian territory. These accounts highlight the hostility of certain indigenous tribes, such as the Bororós and the Guaicurus, who rejected Jesuit education. These communities, considered remote and primitive, are intentionally contrasted with others that were in the process of structuring and civilization under the tutelage and example of the Portuguese colonizers. This discursive contradiction contrasts European-inspired civilization, seen as an ideal of progress, with the supposed barbarism and primitivism of the “forest dwellers,” seen as a symbol of backwardness, as pointed out in the article by Army Colonel Luiz Gonzaga de Mello:

He proposed that the settlement be built in the Miranda region, where the Indians would find it easy to move their animals to new pastures. The forest dwellers could also be encouraged by the example of the Portuguese who had settled there and devote themselves to agriculture in the same way, since the land was fertile. He suggested sending families of agricultural settlers to settle on the land. Their work habits and economy would be living examples for the Indians (Mello, 1989, p. 21).

According to Rodrigues (2013), the concept of civilization was developed within a European evolutionary theory that emerged during the 19th century. This concept was used to distinguish the European elite from population groups considered backward, establishing a dynamic of exclusion that categorized non-Europeans as barbarians. The author points out that ethnology was used in a biased way, based on the idea that Europe was at the “pinnacle of civilization,” while the populations of Africa, America, and Oceania were seen as being at earlier stages of this supposed evolutionary scale. In this context, during the 19th century, the IHGB promoted the idea of Brazil as an extension of European civilization in the tropics. The institute produced a historiography inspired by historical accounts of interactions between Jesuits and indigenous peoples, seeking to promote a “process of civilization” that also included these peoples, while reflecting on the roots of national identity in the effort to unify the territory (Guimarães, 1988). In 1991,

the ADN journal published articles that were still faithful to this historiographical perspective:

And, in the end, in the Empire, it could be said that civilizing processes dominated the primitive ones, both in leadership and among the people, and both could be proud of some indisputable victories, such as political unity, territorial integrity, representative government, and the guarantee of individual freedoms (Rodrigues, 1991, p. 49).

In the context of the contrast between civilization and barbarism, the themes in this subcategory support the argument that colonization resulted in the expansion of indigenous settlements in the Amazon, highlighting a systematic and lasting occupation of the region. As the Jesuits converted and settled the indigenous peoples, they were assimilated into Western culture. However, it is intriguing to note the contradiction presented in an article in which the disappearance of the stereotypical indigenous person is seen as a reason why the Amazon has become sparsely populated. This point highlights the concern about the so-called “demographic void” in the region, which is common among Army officers:

When the Treaty of Madrid was negotiated, three-quarters of the Amazon basin was permanently occupied by indigenous settlements that recognized Portuguese sovereignty. With the decline of these villages and the replacement of the Jesuits by lay settlers, the repopulation of the Amazon became one of the most serious problems of the late colonial period, the solution to which is still felt to be necessary today (Silva, 1992, p. 104).

In the end, portraying the Amazon as a hostile environment reinforces the idea that it is home to Indigenous communities in need of supervision, leading them to abandon their traditional way of life. From this perspective, indigenous peoples, considered naive and underdeveloped, could easily be influenced by foreigners offering them modest advantages of civilization. Due to their apparent vulnerability, they could even threaten national sovereignty (Rodrigues, 2013), especially if foreigners with hidden agendas were interested in the riches of the Amazon.

Military History

In ADN articles that address topics related to military history, we note the lack of a beneficial skepticism that could shed light on the ambiguous and uncertain world to which the military belongs (Murray, 2006). Given this context, the subcategory

encompasses the following themes: the composition of different military forces; the presence of indigenous peoples in armed conflicts that occurred in Brazilian territory; the mixing of races in the land military force; and the protection of borders and colonies by indigenous peoples.

American historian Williamson Murray (2006), in demonstrating his interest in the period between the two World Wars, emphasized that military institutions tend to avoid honest examination of their past experiences. According to Murray (2006), lessons learned from previous conflicts are often ignored or distorted to please military leaders. To illustrate his point, the author points out that, from the Germans' detailed study of the First World War and the lessons learned from these analyses, the myth of the “stab in the back” fueled misinformation among German analysts. This myth was used to mask political and strategic errors that, to a large extent, culminated in Germany's defeat in 1945. In this sense, the records in the subcategory “Military History” present themes whose characteristics share several similarities with the historiography criticized by Murray (2006).

The Brazilian Institute of Geography and Military History (IGHMB) has a significant influence on military history studies published by the ADN journal. This relevance is demonstrated through the contributions of authors associated with the Institute, as well as through the use of its historiographical references, which are frequently cited throughout various editions of the journal. Oliveira (2014) highlights strong evidence of a connection between the IGHMB and the Brazilian Army, although the Army does not confirm the existence of a subordinate relationship between the two institutions. The same historian points out that, in addition to the significant involvement of active-duty Army personnel in the founding of the IGHMB, the commemorative edition of the Institute's journal, published in 1996, acknowledged this close connection.

Since its founding, the IGHMB has maintained the preservation of national memory as one of its main objectives, demonstrating a special dedication to preserving collective representations that are important to the institution. This strategy is essential to ensure that historical references endure over time, thereby contributing to the formation of identities. ADN contributors approach military history in a manner similar to that advocated by the IGHMB, which extols the patriotism of the nation's founders and inspires Brazilian citizens to act in defense of their country (Oliveira, 2014).

In the meantime, it is worth noting that the content of the ADN journal highlights the diverse origins of the ground troops present in Brazilian territory, especially during

the colonial period. These forces would have incorporated many indigenous people and Black people, groups that were marginalized by society:

This is based mainly on J.B. Magalhães, in *A Evolução Militar do Brasil* [The Military Evolution of Brazil], where he wrote: The Brazilian Land Forces engaged in military service, through forced recruitment, a large contingent of blacks and Indians and their descendants, as they constituted the bulk of the population (Bento, 1988, p. 8).

Although the journal's historical narratives rarely delve deeply into the context and developments surrounding the participation of indigenous peoples in defending the territory of the Portuguese colony in Brazil, one article highlights this aspect. The text refers to a speech given by General Octávio Costa⁹ at the Military Engineering Institute in 1989. On that occasion, he emphasized the presence of indigenous people, blacks, and mestizos in the colonial military forces. This inclusion is seen as a symbol of Brazil's ethnic diversity. Thus, according to ADN writers, while the union of different races under a single military institution represents the origin of the Brazilian Army, it is also an essential factor in the emergence of a unified national identity:

Since there were too few colonists to meet the challenges of construction work and armed defense, the Portuguese did not exclude the less privileged classes from the ranks of combatants: lawbreakers, exiles, mazombos [descendants of settlers from Portugal], indigenous people, and later, black slaves. Hence, the Brazilian Army was born, in its deepest roots, eminently popular, an amalgam of different racial and social strata, since racial integration and the nationalist motivation of the restoration's combatants give Guararapes the status of a fundamental milestone in our Land Force (Costa, 1989, p. 81).

At the same time, in her analysis of the IGHMB program, Oliveira (2014) suggests that the studies carried out by the institute used history as a tool to promote cohesion among the ranks of the Army, as well as to unify society around the project of building and developing Brazil. The author also argues that the founders of the Institute considered military history to be an essential component for the improvement of military doctrine at all hierarchical levels. Similarly, excerpts from the subcategory “Military History” indicate that the ADN journal perceives military history as a useful resource in the development of new doctrines.

Hoiback (2013) identifies two distinct groups of military doctrine researchers. The first group can be called evidentialists. These scholars argue that for a doctrine or theory to be recognized as valid, it must be supported by adequate evidence. Such confirmations

may include historical data, battle results, statistical analyses, and other forms of verifiable information. Furthermore, evidentialists value logic and reason, recognizing that theories must be coherent and derived from logical principles that can be tested and validated. Therefore, the tactics and strategies suggested by evidencialists must be based on evidence that proves their effectiveness in real-world scenarios.

Høiback (2013) goes on to explain that the second group, known as non-evidentialists, accepts doctrines based on sources that do not necessarily rely on rigorous empirical evidence. This may include beliefs based on subjective experiences that cannot be quantified or verified, but are still considered valid by those who experience them. This also includes approaches based on traditions, intuitions, or practices that are considered reliable, even without empirical data to support them.

Non-evidentialism provides flexibility in the justification of doctrines. This allows scholars to endorse theories based on philosophical, ethical, or cultural principles, even in the absence of a robust empirical basis. Some theories may be accepted for their internal consistency, cultural relevance, or acceptance within a specific community. In the context of military doctrine, non-evidentialism can be applied in situations where practical experience, tradition, or intuition are important in the formulation of strategies and tactics. This may include accepting principles that have proven effective in specific historical contexts, even if they cannot be rigorously tested in current circumstances (Høiback, 2013).

In summary, based on the time frame analyzed in this article, the ADN journal uses the study of military history with the main objective of assisting in the creation and improvement of military doctrines. At the same time, his articles present an approach in which the non-evidentialist perspective, as defined by Høiback (2013), predominates. Thus, the perpetuation of stereotypical impressions of indigenous peoples in the subcategory “Military History” can result in distortions in the interpretation of indigenous issues in various aspects of military doctrine. This, therefore, may influence Army officers' understanding of various elements related to national security.

The origin of the Brazilian people

We believe that Darcy Ribeiro's (2015) ideas on the formation of the Brazilian people resonated in certain intellectual circles linked to the military, revealing an unexpected conceptual convergence. Although he was exiled and faced political repression during the military regime (Ribeiro, 2011), Darcy Ribeiro (2015) argued that

Brazil is a nation established on its own territory, forming a single national ethnicity, a cohesive people consolidated by the assimilation of various immigrants and other groups who became Brazilian, which distinguishes our country from states fragmented by ethnic conflicts. Thus, Ribeiro (2015) and the military value the notion of a Brazil shaped by a mixture of peoples, a convergence that reflects the influence of Rondon's thinking on the anthropologist, who considered himself an admirer of Marechal's work in defense of indigenous peoples, although he suggested a critical expansion of his work (Mattos, 2007).

Given this context, the subcategory covers the following topics: miscegenation between indigenous peoples, blacks, and whites; the myth of the union of the three races that gave rise to the Brazilian nation and the Brazilian Army; the prevalence of Europeans over national identity; and the mixing of cultures in Brazilian territory.

The writers of the ADN journal explore the formation of the Brazilian people through the myth of the three fundamental races: whites, blacks, and Indians. The interaction between these groups is seen as the cornerstone of the nation and, by extension, of the Brazilian Army. Within this vision, the contribution of the indigenous peoples in the resistance against the Dutch invaders in Guararapes stands out, an episode in which the union of the three races was characterized by a spirit of civic-mindedness and conciliation, as we note below:

It is widely agreed among most historians and interpreters of Brazilian history that the victorious First Battle of Montes Guararapes awakened the spirit of the Army and the Nation in Brazil.

White, black, and indigenous people, as well as other Brazilians resulting from the fusion of representatives of these three races after intense mixing in Brazil for almost 150 years, contributed to this fundamental moment with sacrifice, blood, lives, and heroism (Bento, 1988, p. 112).

Furthermore, the texts emphasize that both indigenous peoples and Black people played important roles in the formation of Brazil, even though they were under Portuguese colonial rule for approximately three centuries. The narratives point out that, despite adversity, subjugated indigenous peoples and enslaved Africans were essential. In harmony with nature and with the support of a conciliatory European minority, they helped build a unique and authentic Brazilian national identity:

In the first phase, the contradictions between the Portuguese thesis and the antithesis of the environment, the Indians, and the blacks are such that the synthesis of the old and the new is an entirely new and original

creation, despite the dominant Europeanization and the apparent victory of Lusitanism in social forms (Rodrigues, 1991, p. 41).

In short, the ADN journal highlights indigenous contributions to the formation of national identity, revisiting the historiography produced by the IHGB, especially that inspired by the positivist ideas of the 19th and early 20th centuries. For the thinkers at the Institute, it was essential to describe the customs, language, catechesis, and use of indigenous peoples as laborers, with the aim of reinforcing the symbolic construction of the nation, a priority during that historical period. Thus, the subcategory “The origin of the Brazilian people” presents impressions of the reality of indigenous peoples, indicating that their integration into the nation is essential, and that trade and education are important in interacting with these communities. Furthermore, the state plays a central role in the process of acculturation and assimilation of these peoples (Guimarães, 1988).

The archetype of Marshal Rondon

Although this subcategory is not as representative as the others, it is noticeable that the ADN journal's writers articulate precise descriptions, in different contexts, of an ideal model for interaction with indigenous communities. This model is inspired by the conduct of Marshal Cândido Mariano da Silva Rondon, whose exemplary actions are seen as an ideal to be followed. In this sense, the topics covered in this subcategory are: evidence of Rondonian positivism and the protection of indigenous peoples.

Cândido Mariano da Silva Rondon, born on May 5, 1865, in the interior of Mato Grosso, was a competent military engineer, in addition to having a background in mathematics and physical and natural sciences. After leaving active service in the Army at the age of 65, Rondon devoted himself to promoting scientific knowledge about the Amazon region and its inhabitants. During his training at the Military Academy, Rondon met Benjamin Constant and, like his instructor, remained faithful to positivism throughout his life. He attended a positivist temple inaugurated in 1897 in Rio de Janeiro, and the principles of Comte's philosophy guided his behavior and decisions as a public servant. It is important to note that he strove to apply positivist principles in his interactions with indigenous peoples during the numerous expeditions he led throughout Brazil (Rohter, 2019).

The ADN journal, in its articles, emphasizes Marshal Rondon's pacifist stance and celebrates indigenous peoples as the true owners of Brazilian land. In ADN, the principle of love for humanity, championed by Rondon, is constantly reaffirmed. True to the motto

“die if necessary, never kill,” the Marshal led his expeditions guided by this humanitarian ideal, an aspect always emphasized as part of his great legacy. In 1988, the journal published an article exclusively dedicated to the historical figure of Marshal Rondon. This text praises his adherence to positivism, which, through its pacifist and humanitarian approach, promoted respect for indigenous cultures:

Based on Rondon himself (Rondon Conta sua Vida [Rondon Recounts His Life], by Ester de Viveiros), we attempt to show scholars and, above all, Brazilians only with the “Sertanista Campaign,” what was the cyclopean work carried out by Rondon amid countless hardships, hostile terrain and climate, preaching the apostolate of love for humanity and respect and consideration for the Indian, whom he considered the true lord of the land (Pondé, 1988, p. 57).

In contrast, Leite (1987) points out that the positivist perspective was dogmatic and authoritarian, seeking to resolve social conflicts through a predetermined conception of the common good and assigning the state the role of provider of benefits. According to this researcher, this view resulted in social stagnation, in which the political participation of the population was disregarded and indigenous issues were left under the complete control of the State. Similarly, the idea of protecting indigenous peoples became ambiguous, oscillating between defense against violent actions and assimilation that denied their ethnic identities.

Furthermore, as discussed by Tadeu Morato Maciel and Thiago Moreira de Souza Rodrigues (2024), even though the Orthodox Positivist Apostolate attributed to Rondon the merit of pacifying hostile indigenous peoples, the methods he employed to establish friendly contact with indigenous populations, acting as a trustworthy and kind mediator, had already been used by the Jesuits in the 16th century. The authors argue that, although there was no declared war against the indigenous peoples or forced conversion to Christianity, the Rondonian commissions only allowed indigenous peoples to exercise their rights if they adopted positivism and its model of guardianship. Following this logic, Rondon's pacification method became the state's main contribution to the survival of Brazilian indigenous communities.

Thus, when examining the exceptional efforts of Marshal Rondon, described in the articles in the ADN journal, we note the use of stereotypes of indigenous peoples that deny indigenous communities the possibility of playing an active role in the history of Brazil. These stereotypes help us understand the process by which the imaginaries of Army officers influence the construction of meanings, the establishment of norms, and

the adoption of practices with colonial characteristics in relation to Brazilian indigenous communities.

Final considerations

Through a careful analysis of the impressions expressed in relation to indigenous peoples in the historical narratives published by the ADN journal, this article explored the relationships between Brazilian military thinking and the imaginary of Army officers. We therefore seek to understand how officers incorporate indigenous issues into their worldview.

Based on a broad conception of military thinking, which encompasses the production of knowledge related to military strategy and tactics (Garcia, 1997; Pedrosa, 2022), we believe it is crucial to understand how officers perceive indigenous peoples and how these impressions may influence their conduct. The social imaginary and representations play an important role in this process, as stereotypes tend to shape how officials deal with indigenous issues. Therefore, questioning such representations is essential to foster a more in-depth and empathetic dialogue between these two social groups.

The ADN journal recognizes the contribution of indigenous peoples to the formation of Brazil. However, it is based on traditional historiography that glorifies national heroes and their great deeds (Teixeira, 1991), which permeates the imaginary of officers and results in biased interpretations of history. Similarly, we see a connection between the study of military history and the development of military doctrine, which not only guides the officer corps but also reflects the identity and values of this group. As a result, indigenous peoples, portrayed in ADN as primitive, disorganized, and naive, end up representing a distorted view of Brazilian history. From a military doctrine perspective, this view leads institutions to underestimate the ability of indigenous peoples to contribute effectively to the occupation and defense of national territory.

However, it is important to note that the representations of indigenous peoples presented by the ADN journal are discursive constructions of a specific social group — Brazilian Army officers — with their own interests. The discourse on indigenous peoples published in the journal reflects not only the worldviews and values prevalent among the military, but also responds to institutional interests related to the defense of sovereignty, territorial integrity, and the legitimacy of the Army itself in the national context. Thus, recurring debates such as civilization, assimilation, and the image of indigenous peoples

as agents of instability or as a strategic resource for territorial protection are selected because they serve specific symbolic functions for the military. Adopting this critical perspective allows us to understand both the limitations and objectives of these discourses and their potential effects on the military imaginary and Brazilian indigenous policies.

Positivist ideas, originating from the philosopher Auguste Comte, had a profound influence on the military's perception of society and the construction of its historical narrative (Leite, 1987; Rohter, 2019). The ADN journal reflects this perspective when interpreting Brazilian history, placing the agency of indigenous peoples within a strictly defined context. This view, embedded in the military mindset, alienates indigenous peoples from political life and fosters a relationship marked by mistrust.

On the other hand, on January 16, 2023, the Army published Ordinance EME/C Ex 946, approving the Guidelines for the Brazilian Army's Relationship with Indigenous Communities. This document signals important changes in stance, highlighting the Army's interest in establishing close ties with indigenous communities across the country. In addition to recognizing the social organization, language, and responsibility of the Federal Government in the demarcation of indigenous lands, the guideline also encourages military personnel and their families to understand and respect indigenous customs and traditions. This paves the way for new studies that can analyze the relationship between the Army and indigenous communities, investigating whether perspectives from indigenous history and new military history have influenced the way officers study the past and the impact of these changes on the officer corps' perception of indigenous peoples.

Ultimately, the relationship between the military and indigenous peoples is complex and requires ongoing study and dialogue that is open and tolerant. Only through mutual understanding, overcoming stereotypes, and valuing the history and cultural heritage of indigenous peoples will it be possible to promote a more equitable coexistence and an effective approach to this complex issue.

References

- ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova: revista de cultura e política*, p. 201-246, 1999.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, v. 37, p. 17-38, 2017.

ALONSO, Angela. De positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 42, p. 109-134, 1996.

ARIAS NETO, José Miguel. A Marinha Brasileira no início do século XX: tecnologia e política. *Antíteses*, v. 7, n. 13, p. 84-112, 2014.

ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional – 1867-1910*. 2001. 385 p. Doctoral Dissertation – University of São Paulo, Faculty of Philosophy, Languages and Literature, and Human Sciences, São Paulo, SP, 2001. Available at: <https://doi.org/10.11606/T.8.2001.tde-20062023-124441>. Access on: Sep 29, 2024.

ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa Militar no século XIX. *Navigator*, v. 9, n. 18, p. 55-64, 2013.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *Enciclopédia einaudi*, v. 5, p. 296-332, 1985.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70, 2011.

BARROS, José D'Assunção. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. *TEL Tempo, Espaço e Linguagem*, v. 1, n. 2, p. 73-102, 2010.

BAYLIS, John; WIRTZ, James J. Introduction. In: BAYLIS, John *et al.* (org.). *Strategy in the contemporary world: an introduction to strategic studies*. London: Oxford University Press, 2002. p. 1-14.

BETT, Ianko. *Catolicismo e cruzada: revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960-1967)*. 2015. 409 p. Doctoral Dissertation – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015. Available at: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/5996>. Access on: Aug 26, 2024.

BRAZIL. *Constituição da República Federativa do Brasil [Constitution of the Federative Republic of Brazil]* 1988. Available at: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Access on: Mar. 25, 2024.

BRAZIL, Ministry of Defense. *Glossário das Forças Armadas [Armed Forces Glossary] (MD35-G-01)*. 5. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2015.

BRAZIL, Ministry of Defense. *Ordinance – EME/C Ex 946, dated January 16, 2023. Approves the Guideline for the Brazilian Army's relationship with indigenous communities (EB20-D-07.095)*. Approves the Guideline for the Brazilian Army's relationship with indigenous communities (EB20-D-07.095). Jan 16, 2023. Available at: <https://www.sgex.eb.mil.br>. Access on: Nov. 15, 2024.

CARLOMAGNO, Márcio C; ROCHA, LC da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 7, n. 1, p. 173-188, 2016.

CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Ed. 3. Rio de Janeiro, RJ: Editora Schwarcz – Companhia das Letras, 2021.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Translation: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1982.

CHARMAZ, Kathy. *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Translation: Joice Elias Bryant. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. Ed. 1. São Paulo, SP: Claro Enigma, 2012.

ARMY DEPARTMENT OF EDUCATION AND CULTURE. *Cadernos de Liderança Militar*. Rio de Janeiro, RJ: DECEX, 2022.

ESPIG, Márcia Janete. Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações teóricas. *Anos 90*, v. 6, n. 10, p. 151-167, 1998.

ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela história (The Concept of Imaginary: Reflection on its Use by History). *Textura – Revista de Educação e Letras*, v. 5, n. 9, 2003.

EVANGELISTA, Carlos Augusto Valle. *Direitos indígenas: o debate na Constituinte de 1988*. 2004. 76 p. Doctoral Dissertation – Federal University of Rio de Janeiro, Institute of Philosophy and Social Sciences, Rio de Janeiro, RJ, 2004. Available at: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-14417.pdf>. Access on: Sep 16, 2024.

FRIEDMAN, Brett A. Tactics. In: CARROLL, Katherine; HICKMAN, William B. (org.). *Understanding the U.S. Military*. Abingdon; New York: Oxon; Routledge, 2023. p. 242-258.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n. 1, p. 18-40, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

HACKING, Ian. *The social construction of what?* Cambridge, Massachusetts; London, England: Havard University Press, 1999.

HARRIS, Michelle; POATHA-SMITH, Evan; CARLSON, Bronwyn. Indigenous Identities and the Politics of Authenticity. In: HARRIS, Michelle; NAKATA, Martin; CARLSON, Bronwyn (ed.). *The politics of identity: Emerging indigeneity*. Sidney, Australia: UTSePRESS, 2013.

HØIBACK, Harald. *Understanding military doctrine: a multidisciplinary approach*. London, United Kingdom; New York, United States of America: Routledge, 2013.

ISA, Instituto Socioambiental. *Povos indígenas e soberania nacional – Povos Indígenas no Brasil*. Brazil, 2024. Available at: <https://pib.socioambiental.org>. Access on: Mar. 16, 2024.

KOLLING, Patrícia. *Notícias do movimento indígena brasileiro: análise de conteúdo da produção da Apib e Coiab na pandemia da Covid-19*. 2022. 227 p. Doctoral Dissertation – Federal University of Rio Grande do Sul, School of Library Science and Communication, Graduate Program in Communication, Porto Alegre, RS, 2022.

LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari. Proteção e incorporação: a questão indígena no pensamento político do positivismo ortodoxo. *Revista de Antropologia*, p. 255-275, 1987.

LOPES, Danielle Bastos. O direito dos índios no Brasil: a trajetória dos grupos indígenas nas constituições do país. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, RS, v. 8, n. 1, p. 83, 2014.

LUNA, Cristina. A Defesa Nacional. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

MACIEL, Tadeu Morato; RODRIGUES, Thiago Moreira de Souza. O projeto indigenista de Rondon como manifestação do “dispositivo pacificação” no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v. 11, n. 2, p.77-106, 2024.

MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar*. 2007. 253 p. Doctoral Dissertation – University of São Paulo, Faculty of Philosophy, Languages and Literature, and Human Sciences, São Paulo, 2007. Available at: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-30112007-153256/>. Access on: Mar. 16, 2024.

MATTOS, Andre Luis Lopes Borges de. *Darcy Ribeiro: uma trajetória (1944-1982)*. 2007. 341 p. Doctoral Dissertation – State University of Campinas, Institute of Philosophy and Human Sciences, Campinas, SP, 2007. Available at: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/395040>. Access on: July 20, 2025.

MELLO, Luiz Gonzaga de. Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra – O Soldado, o Engenheiro e suas obras. *A Defesa Nacional*, n. 741, p. 7-41, 1989.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, Dênis de. Notas sobre o imaginário social e hegemonia cultural. *Revista Contracampo*, Niterói, RJ, v. 1, n. 1, p. 93-104, 1997.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. A Defesa Nacional e a coesão militar: normalização e relações de poder no interior da caserna. *Associação nacional de História (ANPUH), Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, 2007.

MURRAY, Williamson. Thoughts on military history and the profession of arms. In: WILLIAMSON, Murray; SINNREICH, Richard Hart (ed.). *The past as prologue – The importance of history to the military profession*. New York, United States of America: Cambridge University Press, 2006.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. *A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do exército brasileiro (1931-1937)*. 2010. 240 p. Master's Thesis –

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculty of Philosophy and Human Sciences, Graduate Program in History, Porto Alegre, RS, 2010. Available at: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2346>. Access on: Sep 24, 2024.

OLIVEIRA, Natalia Vial de. *O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a invenção de uma tradição para o Exército Brasileiro (1937-1945)*. 2014. 128 p. Master's Dissertation – Federal Rural University of Rio de Janeiro, Institute of Human and Social Sciences, Seropédica, Rio de Janeiro, 2014.

ONU, As Nações Unidas no Brasil. *Conferências de meio ambiente e desenvolvimento sustentável: um miniguia da ONU*. 2017. Available at: <https://brasil.un.org/pt-br>. Access on: Sep 1, 2024.

ONUF, Nicholas. Constructivism: A User's Manual. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (ed.). *International relations in a constructed world*. London, United Kingdom; New York, United States of America: Routledge/Taylor & Francis Group, 2015. p. 58-78.

PASQUINO, Gianfranco. Militarismo. In: DICIONÁRIO DE POLÍTICA / NORBERTO BOBBIO, NICOLA MATTEUCI E GIANFRANCO PASQUINO; TRADUÇÃO CARMEN C. VARRIALE [ET. AL.]. 5ª d. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 2004. v. 2, p. 748-754.

PEDROSA, Jose Fernando de Maya. A Guerra da Tríplice Aliança: Aspectos Históricos. *A Defesa Nacional*, n. 745, p. 47-65, 1989.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *Modernização e reestruturação do Exército brasileiro (1960-1980)*, 2018. 305 p. Doctoral Dissertation – Federal University of Rio de Janeiro, Institute of Philosophy and Social Sciences, Graduate Program in Comparative History, Rio de Janeiro, RJ, 2018. Available at: <https://minerva.ufrj.br>. Access on: Sep 13, 2024.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Pensamento Militar Brasileiro. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al. (org.). *Dicionário de história militar do Brasil (1822-2022): volume II*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022. v. 2, p. 383-401.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista brasileira de História*, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PION-BERLIN, David. Militarismo. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (org.). *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo, SP: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018. p. 623-632.

PIVATTO JUNIOR, Dilceu Roberto. *A construção do pensamento naval brasileiro: formulações político-estratégicas e desenvolvimento tecnológico (1967-2008)*. 2024. 386 p. Doctoral Dissertation – Federal University of Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2024. Available at: <http://hdl.handle.net/10183/276354>. Access on: Sep 6, 2024.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. A Campanha Sertanista de Rondon. *A Defesa Nacional*, n. 738, p. 37-59, 1988.

RÄDIKER, Stefan. *Doing Grounded Theory with MAXQDA. Guidance and tips for your practice*. Berlin, Germany: MAXQDA Press, 2023. Available at: <https://doi.org/10.36192/978-3-948768164>. Access on: Sep 26, 2024.

RIBEIRO, Adelia Miglievich. Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica. *Sociedade e Estado*, v. 26, p. 23-49, 2011.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

RODRIGUES, José Honório. Características do Povo Brasileiro. *A Defesa Nacional*, n. 752, p. 36-58, 1991.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Militares e Questões Indígenas: Estudo sobre Cultura e Civilização nas Fronteiras Norte do Brasil (1927-1930). *Semioses*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 1-7, 2013.

ROESLER, Rafael. Os periódicos como fontes de pesquisa. Uma experiência com a revista A Defesa Nacional. *Revista do Exército Brasileiro*, v. 154, n. 2, 2018.

ROHTER, Larry. *Rondon, uma biografia*. translation: Cássio de Arantes Leite. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2019.

ROSA, Marlise et al. *Os Warao no Brasil: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes*. Brasília, DF: ACNUR Brasil – Agência da ONU para Refugiados, 2021.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2021. Available at: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>. Access on: Sep 11, 2024.

SILVA, José Lucas da. Os Ciclos Econômicos: Contribuições para o desenvolvimento do Brasil. *A Defesa Nacional*, n. 758, p. 91-114, 1992.

SOARES, Mozart Pereira. A influência de Augusto Comte no pensamento brasileiro. *Episteme, Porto Alegre*, v. 3, n. 6, p. 144-153, 1998.

SOUZA, Bruna Lacerda de. Questões indígenas: um percurso pela História Indígena como domínio. *Faces de Clio*, Juiz de Fora, MG, v. 8, n. 16, p. 168-185, 2022.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. A história militar e a historiografia contemporânea. *Revista Nação e Defesa*, v. XVI, n. 59, 1991. Available at: <http://hdl.handle.net/10400.26/2697>. Access on: Mar. 4, 2025.

VERDUM, Ricardo. Povos Indígenas no Brasil: o desafio da autonomia. In: VERDUM, Ricardo (org.). *Povos Indígenas: Constituições e reformas Políticas na América Latina*. Brasília, DF: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009.

VIOLA, Eduardo. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 17, p. 25-46, 2002.

WIETCHIKOSKI, Luciana. *O pensamento militar brasileiro e os Estados Unidos: a revista A Defesa Nacional no final do regime militar (1979 a 1985)*, 2014. 65 p. Master's Thesis – Federal University of Rio Grande do Sul, Institute of Philosophy and Human Sciences, Graduate Program in Political Science, Porto Alegre, RS, 2014. Available at: <http://hdl.handle.net/10183/114435>. Access on: Sep 24, 2024.

WOOLF, Nicholas H.; SILVER, Christina. *Qualitative analysis using MAXQDA: The five-level QDA® method*. Abingdon, United Kingdom; New York, United States of America: Routledge, 2018.

Sources

BENTO, Cláudio Moreira. General-de-Divisão Augusto de Tasso Fragoso (1867-1945). *A Defesa Nacional*, n. 750, p. 105-117, 1990.

BENTO, Cláudio Moreira. O Exército e a Abolição: Concurso Literário Tasso Fragoso. *A Defesa Nacional*, n. 743, p. 109-158, 1989.

BENTO, Cláudio Moreira. O Exército e a Abolição (Pensamento e Ação). *A Defesa Nacional*, n. 738, p. 7-16, 1988.

CASTRO, Sebastião José Ramos de. Da necessidade das FFAA. *A Defesa Nacional*, n. 754, p. 18-27, 1991.

COSTA, Octávio Pereira da. O Engenheiro e Soldado. *A Defesa Nacional*, n. 743, p. 80-98, 1989.

HERMES, Mário Jorge da Fonseca. Os Militares e a Política durante o Império. *A Defesa Nacional*, n. 752, p. 123-143, 1991.

HERMES, Mário Jorge da Fonseca. Os Militares e os Políticos durante o Império. *A Defesa Nacional*, n. 749, p. 83-105, 1990.

MARIOTTI, Francisco. O Militar e a Política na República. *A Defesa Nacional*, n. 746, p. 51-72, 1989.

MATHIAS, Herculano Gomes. A Inconfidência Mineira: Aspectos Militares. *A Defesa Nacional*, n. 748, p. 61-69, 1990.

MEIRA, Silvio Augusto de Bastos. A Amazônia e o Projeto Calha Norte. *A Defesa Nacional*, n. 756, p. 29-41, 1992.

MELLO, Luiz Gonzaga de. Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra – O Soldado, o Engenheiro e suas obras. *A Defesa Nacional*, n. 741, p. 7-41, 1989.

OLIVEIRA, José Lopes de. Descobrimento do Rio das Amazonas. *A Defesa Nacional*, n. 753, p. 21-34, 1991a.

OLIVEIRA, José Lopes de. Memória Institucional: Um caso concreto. *A Defesa Nacional*, n. 754, p. 94-100, 1991b.

PEDROSA, Jose Fernando de Maya. A Guerra da Tríplice Aliança: Aspectos Históricos. *A Defesa Nacional*, n. 745, p. 47-65, 1989.

PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. A Campanha Sertanista de Rondon. *A Defesa Nacional*, n. 738, p. 37-59, 1988.

RODRIGUES, José Honório. Características do Povo Brasileiro. *A Defesa Nacional*, n. 752, p. 36-58, 1991.

SENA, Davis Ribeiro de. A Guerra das Caatingas. *A Defesa Nacional*, n. 747, p. 7-28, 1990.

SENA, Davis Ribeiro de. O Vendaval Republicano. Breve dissertação militar. *A Defesa Nacional*, n. 752, p. 59-70, 1991.

SILVA, José Lucas da. Os Ciclos Econômicos: Contribuições para o desenvolvimento do Brasil. *A Defesa Nacional*, n. 758, p. 91-114, 1992.

SOUTO, Claudio Heráclito *et al.* Ameaças à Soberania Nacional na Amazônia. Hipótese de Guerra. Estratégias para a Defesa da Região. *A Defesa Nacional*, n. 752, p. 11-35, 1991.

VIEIRA, João Paulo S. O perfil de Tiradentes. *A Defesa Nacional*, n. 737, p. 54-74, 1988.

Article received on 01/23/2025

Accepted for publication on 07/18/2025

Editor in charge: Sofia Rossi Menezes

¹ Considering the interdisciplinary nature of studies on Indigenous History, the term indigenous issues is used to encompass any type of discussion about the indigenous peoples of Brazil (Souza, 2022). This includes territorial conflicts, socioeconomic development, political representation, cultural preservation, autonomy, and self-determination of indigenous peoples, among others.

² The theme is a unit of meaning used in content analysis. It consists of a statement or summary on a given topic, which can be articulated through a simple or complex sentence. A theme can be expressed through various statements or insinuations, standing out in a text analyzed according to theoretical criteria established by the analyst himself (Bardin, 2011).

³ According to Sampaio and Lycarião (2021), to increase the reliability of coding performed by a single individual, we must conduct regular reviews of the material, implementing a reliability test at an intermediate stage. In it, the coder analyzes and compares the results obtained, identifying possible flaws or inconsistencies.

⁴ The record unit refers to the coded segment of text that is designated to aid in classification and counting. Its size may vary depending on the material and the objectives of the analysis. On the other hand, the context unit is a longer section of text that facilitates the understanding and coding of the record unit, such as a sentence that relates to a word or a paragraph that refers to a theme (Bardin, 2011).

⁵ José Honório Rodrigues was a member of the Brazilian Academy of Letters and a well-known historian in Brazilian academic circles in the 20th century. It can be said that his intellectual output is characterized by a traditional historiographical approach.

⁶ Silvio Augusto de Bastos Meira is considered a scholar of German language, literature, and culture. He was a lawyer and received the distinction of professor emeritus from the Federal University of Pará. He

played an active role in regional and national politics, contributing as a member of the 1946 Constituent Assembly.

⁷ Colonel Cláudio Moreira Bento has produced an extensive body of historical works covering a wide range of subjects, mainly related to the military sphere and the history of the Brazilian Armed Forces. In addition to being a member of the IHGB, he was also a member of the Army Historical and Geographical Institute, Director of the Army Historical Archives, and professor of military history at the Agulhas Negras Military Academy (AMAN).

⁸ Patrons are figures who embody military values and virtues, serving as a source of inspiration. They are selected based on their remarkable life stories, heroic acts, and significant contributions to the history of the Brazilian Army. Ricardo Franco de Almeida Serra is the patron of Military Engineers, while Cândido Mariano da Silva Rondon is the patron of the Communications Corps.

⁹ General Octávio Costa was a member of the Brazilian Expeditionary Force between 1944 and 1945, playing an active role in military operations in Italy. He is the author of two memoirs about World War II, and his contribution to Brazilian military thinking is valued by the Army (Army Department of Education and Culture, 2022).

O LATIN GRAMMY E A COMUNIDADE CUBANA EXILADA: Tensões, Embates e Disputas Entre 2000 e 2003

THE LATIN GRAMMY AND THE CUBAN EXILED COMMUNITY: Tensions, Confits and Disputes Between 2000 and 2003

Igor Lemos Moreira¹

Resumo: Criado em 2000, o Latin Grammy consolidou-se como espaço de afirmação latina no *mainstream*, marcado por disputas em torno das identidades representadas. Este artigo analisa como a premiação, promovida pela LARAS e permeada por interesses diversos, tornou-se palco de tensões geopolíticas, especialmente ligadas à comunidade cubana no exílio. A partir das primeiras edições e da atuação Gloria e Emilio Estefan, figuras centrais para a comunidade cubana exilada, observa-se a politização do evento, com destaque para o anticastrismo e as controvérsias sobre a representação da Latinidade. Discute-se, assim, a construção fluida, contraditória e complexa dessa identidade no contexto da premiação.

Palavras-Chave: *Latin Grammy*, Gloria e Emilio Estefan, Latinidade, Comunidade cubana exilada, *Latin Music*.

Abstract: Established in 2000, the Latin Grammy has consolidated its position as a space for the affirmation of Latin identity within the mainstream, marked by disputes over the identities it represents. This article analyzes how the award ceremony, organized by LARAS and permeated by diverse interests, became a stage for geopolitical tensions, particularly linked to the Cuban exile community. Through an analysis of the early editions, and the role of Gloria and Emilio Estefan — central figures for the Cuban exile community — the politicization of the event is observed, highlighting anti-Castroism and controversies surrounding the representation of *Latinidad*. Thus, this article discusses the fluid, contradictory, and complex construction of this identity within the context of the award ceremony.

Keywords: Latin Grammy, Gloria and Emilio Estefan, *Latinidad*, Cuban Exile Community, Latin Music.

Introdução

Em 13 de setembro de 2000, a jovem cantora de ascendência porto-riquenha Jennifer Lopez (J-Lo) subiu ao palco do *Staples Center*, em Los Angeles. Na ocasião, J-Lo — como era conhecida na indústria fonográfica — introduziu a performance de abertura da noite: um tributo ao músico norte-americano de origem porto-riquenha Tito Puente, falecido poucas semanas antes. A apresentação foi liderada por Celia Cruz e Gloria Estefan (cantoras cubanas exiladas), ao lado de Ricky Martin (artista porto-riquenho), com o acompanhamento de Israel “Cachao” López, Michel Camilo, Arturo Ortiz, Dave Valentin, Sheila E., Arturo Sandoval e David Sánchez. O número se baseou em um conjunto de canções de Puente, interpretadas pelos três artistas principais: Ricky

¹ Doutor em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Pós-doutorando no Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo. Professor colaborador na Universidade do Estado de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6353-7540>. E-mail: igorlemoreira@gmail.com.

Martin ficou responsável por um dos maiores sucessos do músico, a faixa *Oye Como Va* (um chá-chá-chá lançado em 1962), enquanto Gloria Estefan e Celia Cruz dividiram os vocais de *Quimbara* e *La Boto*.

A homenagem a Tito Puente, um dos principais artistas a contribuir para a difusão da *Latin Music* e da *Afro-Cuban Music* para audiências não latinas (Abreu, 2015), naquele contexto, no entanto, não se explicava apenas por sua morte. A noite de 13 de setembro de 2000 marcaria também a realização da primeira edição do *Latin Grammy*, premiação criada para se “contrapor” à principal festividade musical do mainstream. Idealizado pela *Latin Academy of Recording Arts & Sciences* (LARAS), o evento, no entanto, funcionava muito mais como uma complementação segmentada para a indústria fonográfica, considerando que o grupo fundado em 1996 para organizá-lo integrava a *National Academy of Recording Arts & Sciences, Inc.*, responsável pelo “Grammy geral”.

A nova premiação tinha, naquele momento, um escopo definido em meio a certas polêmicas e contradições. O foco seria dar visibilidade a produções em língua espanhola ou portuguesa, independentemente da origem nacional dos músicos envolvidos. Desse modo, o *Latin Grammy* se colocava como uma produção pautada por um critério idiomático para pensar a comunidade “latina”, e não por critérios territoriais ou imaginativos, como no caso da América Latina. Retomando a noção de *Latin* como um grupo originário da língua “latina”, existia, de certo modo, uma perspectiva ibero-americana que aproximava colonizados e colonizadores (O’Gorman, 1992).

De acordo com Martinez (2006), o *Latin Grammy* foi uma resposta ao Grammy, que, entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, destinava cerca de sete das quase cem categorias à *Latin Music*. Insatisfeitos com a “falta de espaço”, setores das indústrias fonográficas e de movimentos sociais latinos passaram a se organizar em meio à chamada “década latina”, um momento de expansão da representação de latinos e latino-americanos na indústria cultural mundial. A LARAS foi resultado de tal processo e, como primeiro projeto de fôlego, elaborou a proposta do *Latin Grammy*. Em contraposição ao Grammy “geral”, a premiação criou aproximadamente quarenta categorias com o requisito estabelecido pela língua, segundo o qual o artista ou grupo interessado em participar precisaria ter ao menos 51% da composição ou do disco concorrente em espanhol ou português. A decisão abria espaço, desse modo, para o bilinguismo e, em particular, para o *spanglish*, característico das comunidades latinas viventes nos Estados Unidos. E, principalmente, atuava de forma a não excluir os artistas estadunidenses que poderiam, por exemplo, também concorrer nas categorias (Morales, 2002).

A premiação, no entanto, não era um consenso entre todos os setores envolvidos. A definição dos parâmetros, o local de realização, os procedimentos para escolha dos indicados, entre outros aspectos, suscitaram debates intensos dentro e fora da LARAS. Tais discussões foram potencializadas pelo envolvimento direto de segmentos civis e grupos políticos que, percebendo a movimentação, começaram a se posicionar na polêmica. No debate, o *Latin Grammy* era compreendido como uma proposta que excedia a mera noção de “premiação”. O projeto estava imerso em disputas culturais, políticas e sociais. Adotado como política cultural de uma comunidade latina dispersa, heterogênea e contraditória, essa iniciativa crescia nos setores econômicos e decisórios das indústrias americanas. Essa política cultural, no entanto, não estava diretamente associada a uma ação do Estado ou de órgãos governamentais. Tratava-se de um projeto que partia da interface entre sociedade civil e grupos econômicos com poder de atuar diretamente no campo, o que exige compreender as políticas culturais a partir de um ponto de vista diverso daquele tradicionalmente associado à atuação estatal,

Além de convidar à investigação do elemento “político” que a cultura abriga, permite refletir sobre o papel da cultura, seus sujeitos e seu lugar na esfera pública. Esses elementos podem ser explicitamente enunciados em um projeto estatal, um programa de partido, uma legislação, uma instituição que exerça algum mecenato; ou se manifestar menos formalmente em determinadas agremiações, práticas espontâneas, manifestações artísticas, movimentos ou “formações” de caráter coletivo, mais ou menos regradas em termos institucionais (Villaça, 2022, p. 154).

O *Latin Grammy* foi um projeto fruto de relações e tensões culturais que operavam dentro de um campo artístico mediado, em particular, por agentes múltiplos que promovem ações entre a cultura, a sociedade e a política (García Canclini, 2008). Nesse sentido, pensar a premiação enquanto uma política cultural, ou uma ação política por meio da cultura, significa reconhecer que sua construção se pautou na potencialização de uma narrativa sobre a identidade latina, mobilizando referências baseadas na linguagem, no território e na produção artística.

Nos primeiros anos do *Latin Grammy*, um grupo em particular se apresentou como protagonista das tensões: os músicos e empresários cubanos exilados. Em parte, esse debate envolvia elementos ligados à indústria fonográfica e cultural da época, especificamente a competição entre grupos e setores localizados em Miami e Los Angeles — uma disputa que tentava estabelecer qual seria a “capital da *Latin culture*” desde os anos 1980 (Party, 2008). Por outro lado, existia uma tensão característica dos diferentes status migratórios dos setores envolvidos na premiação, especialmente entre cubanos

(com vistos de refúgio, considerados por muitos latinos nos EUA como privilegiados), porto-riquenhos (em situação complexa de protetorado estadunidense) e mexicanos e dominicanos (marcados pelas restrições a vistos e pelo estereótipo dos “migrantes indesejados”).

Neste artigo, essa tensão é explorada, com ênfase nas comunidades cubanas no *Latin Grammy*, a partir de dois pontos centrais: a premiação e o que a cerca. Analisando as três primeiras edições, problematiza-se o modo como os exilados cubanos se manifestaram, ocuparam espaços e/ou geraram desconfortos no contexto de construção e consolidação da premiação. Para isso, além do próprio perfil da cerimônia, debatem-se três eixos intrinsecamente conectados: a atuação do casal Emilio e Gloria Estefan na premiação; os debates sobre a realização ou não da premiação em Miami, como parte das disputas em torno da definição da capital da *Latin culture* nos EUA; e o uso da premiação como plataforma para a oposição à Revolução Cubana por grupos exilados.

Considerados líderes da *Latin pop music* nos Estados Unidos — desfrutando de amplo trânsito, que ia do Vaticano à Casa Branca, como porta-vozes da comunidade latina nos EUA e em meio às recentes polêmicas do caso Elián González — Emilio e Gloria Estefan foram protagonistas da maioria dos debates que envolveram a criação, implementação e consolidação do *Latin Grammy*. Dessa forma, o casal é tomado como um fio condutor possível da análise, ao se reconhecer sua centralidade na construção de políticas e projetos culturais da comunidade latina radicada nos EUA.

A principal tese defendida neste artigo argumenta que, mais do que um projeto de reafirmação de uma unidade coesa de representação latina em escala global (Martinez, 2006), o *Latin Grammy* fez parte de um processo de discussões e disputas acerca das identidades latinas em constante construção, tendo o casal Estefan como protagonista de embates representando a comunidade cubana exilada. A pauta e a representação do casal, como se buscará demonstrar, foram instrumentalizadas por grupos cubanos exilados para potencializar suas posições anticastristas, que, de certo modo, ecoaram nas polêmicas envolvendo o prêmio.

O Latin Grammy: debates introduções sobre a (in)definição do projeto

Composto por imagens, textos e publicidades, o caderno de programação da primeira edição do *Latin Grammy* foi entregue aos participantes da cerimônia como uma espécie de documento introdutório e de consolidação do projeto lançado pela LARAS. No livreto, o presidente da entidade, Michael Greene, assinou um texto publicado em

inglês, português e espanhol, no qual afirmava que a implementação do projeto ocorria após dez anos de elaboração, de modo que a premiação já seria lançada com o mesmo padrão de “excelência” do Grammy. CEO e empresário do ramo musical, Greene adotava uma visão mais administrativa e comercial do evento. Na abertura do texto, destacou que o mercado latino — em suas especificidades e segmentos — enfrentava dificuldades semelhantes às do restante da indústria fonográfica no período, com particular ênfase para a pirataria, o não cumprimento das leis de direitos autorais na Internet e a emenda estadunidense à Lei de Direitos Autorais (1976).

Também conhecida como *Copyright Act*, a legislação de 1976 abrangia todas as formas de produção que envolviam a detenção de “direitos autorais” — desde livros, músicas e filmes até programas de computador — garantindo uma proteção automática a partir da criação e do registro em um meio tangível de expressão, com validade mínima correspondente à vida do proprietário somada a 50 anos após sua morte (existindo exceções). No início do século XXI, a legislação foi atualizada por uma nova emenda, apelidada de *Mickey Mouse Protection Act*, que estendeu a duração dos direitos autorais, congelou a entrada de produções em domínio público e alinhou o marco legal estadunidense às legislações da União Europeia.

A menção à legislação inseria a LARAS em um campo mais amplo dos debates da indústria, reforçando seu perfil corporativo e também representativo, aproximando-se, assim, da perspectiva assumida pela National Academy of Recording Arts and Sciences (NARAS). Ao detalhar as diferenças entre o *Grammy Latino* e o *Grammy*, o empresário afirmava:

Assim como a Academia da Gravação, a Academia Latina é muito mais do que uma organização importante que somente entrega prêmios. A verdadeira missão da Academia Latina será a de apoiar músicos, profissionais criativos e técnicos, oferecendo-lhes oportunidades educativas, profissionais e culturais onde se reforce um espírito criativo e de colaboração que proteja a arte e a cultura latina. Da mesma forma, a missão de serviço da Academia Latina dirigirá seus esforços para preservar os suportes mecânicos e apoiará os criadores que realizam estes diversos estilos de música (Laras, 1999, p.8).

Apesar do discurso amplo e generalista, havia uma evidente aporia na visão sobre a premiação defendida pelo porta-voz da LARAS. Greene, ao adotar uma postura institucional e simbólica na representação da música latina, deixava claro que o *Latin Grammy* estava diretamente vinculado ao circuito dos Estados Unidos. Esse aspecto, embora pouco abordado na historiografia sobre o tema (Cepeda, 2001; Martinez, 2006; Watson & Amand, 2006), era justificado por Greene. Segundo o presidente da LARAS,

mesmo com a língua funcionando como critério central das indicações — priorizando canções em espanhol e português, ou que incluíssem parcialmente esses idiomas — o processo de concepção e realização da premiação seguia a lógica do mercado *mainstream* sediado nos EUA. Essa relação, inclusive, gerava disputas entre cidades como Miami e Los Angeles pelo direito de sediar as cerimônias, reforçando o papel da linguagem como elemento de identidade e comunidade (Butler & Spivak, 2018).

O discurso do presidente da LARAS não foi o único elemento que reforçou essa hipótese. A relação direta do *Latin Grammy* com o circuito estadunidense também ficou evidente na escolha dos apresentadores e personalidades convidadas para o evento, especialmente na função de *host*. De forma geral, a maioria desses convidados eram artistas com forte inserção ou residência no mercado norte-americano. Esse dado reforça o argumento de García Canclini (2008) e Daniel Party (2008), segundo os quais, desde a década de 1980, os Estados Unidos se consolidaram como o principal polo da indústria fonográfica latina. Nesse contexto, o mercado norte-americano passou a ser um divisor de águas na trajetória profissional dos artistas e um espaço quase obrigatório para o reconhecimento e o sucesso no campo musical latino.

Essa questão repercutiu na imprensa nos dias posteriores à cerimônia, demonstrando que a questão demandaria maiores discussões e debates. Em 23 de setembro de 2000, por exemplo, a jornalista Leila Cobo publicou na *Billboard* uma coluna sobre a premiação. O texto defendia que o *Latin Grammy* ainda não representava nada em específico, sendo sua primeira realização muito mais um experimento do que poderia ser o evento, do que necessariamente algo com perfil consolidado (*Billboard*, 23 de setembro de 2000, p. 55). Para Cobo, apesar de existir um potencial em sua concepção, o projeto precisava enfrentar alguns desafios, em particular quanto à inclusão da música regional e às categorias voltadas à chamada “música comercial”, de modo que ocupassem espaços específicos sem monopolizar.

Na contramão da lógica de centralidade do mercado estadunidense, fato que a jornalista criticava como algo que precisaria ser retrabalhado no futuro, Cobo exaltou as indicações da argentina Mercedes Sosa, do cubano Pablo Milanés e do brasileiro Caetano Veloso. Para a jornalista, existiria uma potencialidade e um reconhecimento central nessas indicações que deveria ser usado para repensar a premiação. Neste sentido, a coluna publicada na *Billboard* residia no campo das expectativas e projeções sobre um futuro possível do *Latin Grammy*, um horizonte de expectativas (Koselleck, 2006) de uma premiação que era anunciada.

Tais conjecturas deviam-se não apenas à experiência de Leila Cobo cobrindo o segmento da *Latin Music*, mas principalmente ao trânsito pelos bastidores. Sua trajetória levava a projetar uma expectativa sobre a premiação, fruto das dimensões pessoais e interpessoais, nas quais o que “se realiza no hoje, é fruto presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (Koselleck, 2006, p. 310). As expectativas quanto ao *Latin Grammy* eram produto de um passado recente (o crescimento do mercado latino e da capacidade desses segmentos de atuarem no *mainstream*) de forma que não só permitia projeções, mas alimentava esperanças. Um elemento central precisa, neste sentido, ser retomado: a edição do ano anterior ao lançamento do *Grammy* em 1999. Naquela edição, o cantor porto-riquenho Ricky Martin, em ascensão comercial, foi convidado a realizar uma performance no *Grammy*, na qual optou por uma versão bilíngue, sendo uma rara ocasião em que isso ocorreu na cerimônia. Nas palavras do cantor,

Disseram-me que o que aconteceu naquela noite nunca tinha acontecido na história do Grammy. Tinha decidido cantar uma versão um pouco modificada de “La copa de la vida” “à qual tinha acrescentado algumas frases em inglês. E, dessa vez — ao contrário da Copa do Mundo —, tínhamos um palco deslumbrante, com todo o aparato necessário: músicos, dançarinos, luzes e efeitos especiais. Foi um show espetacular em todos os sentidos possíveis, e empenhei toda a minha energia, carisma e emoção que tinha para dar... e muito mais! [...] Quando o aplauso finalmente se acalmou, as câmeras cortaram para Rosie O'Donnell — a anfitriã da cerimônia — que parecia surpresa. Ela ficou quieta por um instante, e, de, pois, baixinho, disse: “Quem era aquele fofucho?”. Poucos momentos mais tarde, voltei ao palco para receber o primeiro Grammy da minha vida, por *Vuelve*, o de Melhor Álbum de Música Pop Latina (Martin, 2010).

Segundo Martinez (2006), a apresentação de Ricky Martin teve um papel fundamental para reafirmar o lugar da *Latin Music* na NARAS (organizadora do Grammy) e impulsionar a proposta de um prêmio segmentado. Em particular, ressalta-se a resistência da equipe produtora do evento em permitir a apresentação bilíngue, pressionando Martin para apresentar *Viva La Vida Loca* em inglês. Ao promover a apresentação em inglês e em espanhol, a organização se viu, de certo modo, afrontada e desprestigiada (Martinez, 2006). A performance consolidou aquilo que vinha sendo chamado como Década Latina (Manzor, 2022) e levou os anos 2000 a ficarem conhecidos como *The Latinx Explosion*¹. O cenário, caracterizado pela propulsão de novos artistas e de aumento comercial, foi favorável ao lançamento do *Latin Grammy*, mas deixou subentendido uma questão central e estruturante: “qual ou quais latinidades seria(m) representada(s)?”.

A performance de abertura do *Latin Grammy*, liderada por Ricky Martin, Celia Cruz e Gloria Estefan em homenagem a Tito Puente fornecia algumas indicações. Os três artistas incorporaram representações interessantes em um mosaico multigeracional. Célia Cruz representava uma vertente supostamente mais “tradicional” e popular, tendo em vista seu repertório, com uma circulação limitada a nichos latinos e latino-americanos específicos, mas que era detentora de certo consenso como figura referencial na indústria (Torres, 2022). Já Gloria Estefan marcava uma geração intermediária, que se consolidou entre 1970 e 1980 e teria participado de um processo de construção de identidades latinas próximas ao mercado estadunidense (caracterizada pelo bilinguismo, o experimentalismo sonoro, o uso complexo de estereótipos e os trânsitos em diferentes linguagens como cinema, televisão e música), transitando entre diferentes mercados e significando um dos primeiros passos em direção à *Latin Pop Music*. Ricky Martin, em outra ponta, era integrante de uma geração mais jovem que teria condições de utilizar da estrutura estabelecida anteriormente para romper certos padrões, a exemplo de Jennifer Lopez, Enrique Iglesias, Shakira e Christina Aguilera.

De modo geral, a noção de latinidade no *Latin Grammy* não possui uma definição clara e fechada, de modo que a contrapor a uma noção acadêmica pré-estabelecida poderia levar a análises distorcidas. Reconhecendo a latinidade enquanto uma identidade política, marcada pela dimensão colonial e pelos discursos sobre os outros, conforme destaca Mignolo (2005) é importante, no entanto, compreendê-la enquanto fruto de jogos de identificação e operações de representação na qual o elemento do trânsito pelos EUA marca um divisor com a Latino-americana (Hall, 2019). Neste sentido, mais que identidades advindas de experiências latino-americanas, latinidades são parte de construções complexas que dependem da elaboração de narrativas (García Canclini, 2015) que perpassam a América Latina e as experiências nos Estados Unidos.

Elemento importante para esse debate, por exemplo, era a *Latin Pop Music*, da qual Ricky Martin e Gloria Estefan são representantes. A análise da premiação por Alan Light, publicada na *Entertainment Weekly*, defendia essa hipótese, afirmando que a premiação demonstrava o potencial do pop para redefinir uma geração de artistas da *Latin Music*, sendo o *Latin Grammy* um palco para esses processos. Em interpretação aos argumentos defendidos por Ed Morales (2019), o qual foi um dos principais críticos e analíticos dos processos ocorridos no final do século XX e início do XXI na construção de representações sobre as comunidades latinas, é possível perceber que a compreensão que o prêmio talvez não viesse a construir uma “latinidade” hegemônica, como alguns interpretavam, mas permitia o afastamento do conceito de hispânicos² para se referir

àquelas figuras e à comunidade, marcando a emergência de uma autoafirmação a partir do termo que estes grupos mais se percebiam.

A questão dos gêneros musicais que vieram a ser inseridos na premiação foi central nesse ponto. Com ou sem categorias específicas — estando presentes nas listas de indicados, por exemplo —, gêneros populares-urbanos ligados a uma suposta América Latina “tradicional” foram ressignificados enquanto elementos de formação para definir o que seria a latinidade “imaginada” pela premiação, ao passo que o critério era linguístico. Nesse processo, gêneros como Salsa, Montuno, Merengue e Cumbia foram tão valorizados quanto outros mais contemporâneos, como hip-hop, rock, pop e o reggaeton. Segundo Dávila (2020) e Martinez (2006), a questão sonora foi central para a promoção de um olhar sobre o mercado para definir uma suposta “latinidade comercial”, em uma definição celetista, condicionada e majoritariamente branca³.

Analisar o *Latin Grammy* serve de pano de fundo, um recorte, para compreender um ambiente no qual as representações de identificações se apresentavam como demarcadas por uma tensão e uma aporia em torno da noção de “latinidade”. Talvez, como eixo central dessa questão, estivesse a capacidade de se afirmar frente a grupos que definiam o grupo a priori. Em outras palavras, talvez em primeiro lugar a premiação, como oposição ao *Grammy*, tenha se pensado como uma criação para “latinos”, pois estes se sentiam desprivilegiados na outra cerimônia, mas sem pensar o que reunia esses grupos insatisfeitos para além da linguagem. A coluna de Leila Cobo, bem como o programa da primeira edição, apontava para essa questão ao afirmar que a premiação seria ainda atualizada e construída, ou seja, estava em criação. Mas havia um consenso: apesar de “imperfeito”, ele existia e demarcava um projeto ou uma política cultural representativa das comunidades latinas. O jornalista Jon Pareles, por exemplo, destacou esse aspecto em sua reportagem ao *The New York Times*, afirmando que o *Latin Grammy* não era resultado da LARAS, mas de um prenúncio do século XXI para a comunidade latina no segmento artístico (*The New York Times*, 16 de setembro de 2000, p. B7). Esse prenúncio, porém, viria a ser profundamente abalado pelos debates e disputas internos entre segmentos latinos dentro e fora da premiação. Se existia certa unidade na contraposição ao *Grammy*, a sensação interna de indefinição quanto a latinidade abria espaço para disputas étnicas e de grupos específicos, espaço que levou a comunidade cubana exilada a provocar amplos tensionamentos.

Os embates entre as primeiras edições do Latin Grammy e a comunidade exilada cubana

Pivôs de muitas das discussões que marcaram as edições do *Latin Grammy*, Gloria e Emilio Estefan chamaram a atenção ainda quando o prêmio anunciava suas indicações para a primeira edição. Emilio Estefan, considerado um dos principais agentes de consolidação da *Latin Music*, foi indicado a seis categorias, além de receber o *Latin Academy's Person of the Year*, prêmio criado para homenagear sujeitos que atuaram ao longo de sua carreira e/ou ano em prol da comunidade artística latina (Cepeda, 2001). Gloria Estefan não recebeu tantas honrarias quanto o esposo, mas igualmente chamou a atenção ao ser nomeada uma das apresentadoras da noite e indicada a três categorias, tendo vencido o segmento *Best Music Video* com a produção *No Me Dejes de Querer*.

Além do destaque dado a Emilio e Gloria Estefan na cerimônia, era possível perceber uma preocupação com a influência do casal na LARAS, de modo que setores e grupos das indústrias fonográficas alertassem sobre o receio com uma hipervalorização da produção cubana no evento. O anúncio dos indicados ter ocorrido em um estabelecimento do casal Estefan, reforçou esses pensamentos por parte de setores das indústrias. A preocupação principal, conforme indica Cepeda (2010), não era com a hipervalorização cubana, mas o detrimento de outras identidades — com particular ênfase aos grupos porto-riquenhos, tejanos e dominicanos. O que ficava evidente, como citado anteriormente, era um desconforto com o confronto frequente com o privilégio ocupado por certos cubanos exilados nos EUA, em particular pelo seu status migrante que lhes atribuía direitos de refúgio enquanto outros, como mexicanos, viviam situações mais complexas ou mesmo indocumentadas.

De certo modo, a indústria fonográfica ecoava os debates sociais aos quais a comunidade latina se via envolvida, em particular as frustrações e complexificadas em torno dos laços de solidariedade (Morales, 2019). Nessas discussões, muitas vezes em ocasiões como esta, os exilados reivindicavam para si uma outra identificação junto a de cubanos exilados, a de cubanos-americanos. Artistas como Gloria Estefan, por exemplo, se identificavam como cubano-americanos (em função de vistos ou mesmo de radicação), buscavam associar suas identificações a dois Estados-Nacionais que se comunicavam em torno de um posicionamento e projetos políticos. Desta forma, como afirma Moreira (2023), perceber-se enquanto cubano-americano envolvia colocar-se em um entrelugar de pertencimentos, em uma operação complexa de identificação não somente territorial, mas temporal, além de uma categoria política de reforço a posicionamentos, legitimidades e garantias. Tais identificações, elaboradas dentro da experiência exílica e da mobilização discursiva construída pelos Estados Unidos dentro de um complexo jogo de oposições,

repressões e influências na Revolução Cubana (Moreira, 2020), configuram-se enquanto narrativa e representação, e marcam os debates em torno do *Latin Grammy*, inclusive com acusações de politização em prol de discursos anticastristas.

Apesar da centralidade do casal Estefan para a indústria fonográfica enquanto indivíduos, é importante ressaltar que a aproximação deles com a *Sony Music* e a sua gravadora – a *Crescent Moon Studios*, responsável pelo lançamento e/ou produção de uma série de artistas como Albita Rodrigues e Shakira — foi certamente um dos pontos que mais possibilitou a articulação com a LARAS e despertou as primeiras críticas à comunidade exilada⁴ na premiação.

Essa influência foi criticada por alguns grupos, a exemplo dos executivos da *Fonovisa*. Fundada em 1980, em Los Angeles, a *Fonovisa* integrava um grupo considerado como “opositor” à hegemonia dos cubanos nos debates sobre a cultura latina nos EUA, um debate que se estenderia ao longo de anos (Manzor, 2022). Poucos dias antes da premiação ocorrer, quando os indicados já estavam sendo debatidos e analisados, alguns executivos da gravadora vieram a público acusando o casal Estefan de utilizar sua influência para favorecer artistas exilados em detrimento de outros. Para os executivos as ações dos Estefans e as defesas pela cidade de Miami como capital do evento, por exemplo, visavam usar da legislação local que dificultava a viagem de cubanos vivendo na ilha para participar do evento, de modo a garantirem mais indicações. Segundo Martinez,

Executivos da Fonovisa e muitos artistas que assinaram com o selo Fonovisa questionaram o quão próximo Emilio Estefan e sua gravadora Crescent Moon, uma subsidiária da Sony, estavam ligados à NARAS. Acusações foram feitas sobre o controle de Estefan sobre o procedimento de indicação ao Grammy Latino. As alegações de uma “máfia de Miami” que controlava a música latina se tornaram mais difundidas após a coletiva de imprensa anunciando os indicados ao Grammy Latino de 2000. A coletiva de imprensa, que se concentrou em muitos atos da Sony, foi realizada em um dos muitos restaurantes de Emilio Estefan em Miami (Cobo, 2000). Sua localização era vista como indicativa da prevalência do império de Emilio Estefan na cidade de Miami e um lembrete visual de seu papel iminente como porteiro, supervisionando o desenvolvimento de uma instituição que deveria abraçar toda a música Latina (2006, p. 385).

Ao acusarem publicamente o casal de influenciar a premiação em prol dos cubanos exilados, citando uma suposta “máfia das comunidades exiladas”, a *Fonovisa* chamou a atenção da imprensa ao assunto em um movimento que levou a mídia a procurar Emilio por explicações. Ao *El Miami Herald*, um jornal publicamente defensor do exílio cubano e anticastrista, Emilio Estefan concedeu uma entrevista “exclusiva” ao veículo

com o qual historicamente construiu uma relação de diálogo. A entrevista foi usada para a composição da matéria *Estefan rompe el silencio y riposta* (El Nuevo Herald, 06 de setembro de 2000, p. 5), na qual o produtor acusou os empresários de criarem “confusão” ao influenciarem o *Latin Grammy*, pois, em sua visão, “o único prêmio que não pode ser influenciado por alguém é o *Grammy*” (El Nuevo Herald, 06 de setembro de 2000, p. 5). A matéria, assinada pelo jornalista Erwin Perez, demonstrava uma tentativa de Emilio Estefan em rechaçar a acusação de “mafioso”, defendendo suas indicações e reconhecimento. Como um “contra-argumento”, Perez procurou os executivos da *Fonovisa*, representados por Gilberto Morena, que declarou ao *El Nuevo Herald* que a premiação soava, para ele, como “uma festa de Emilio Estefan”.

Apesar da tentativa de responder às críticas, Emilio tomou a decisão de se afastar, ao menos publicamente, da LARAS e da premiação. O “afastamento”, no entanto, entrava em choque com o fato de ser o primeiro a receber o *Person of the Year*. No caderno de programação, que os participantes receberam na cerimônia de setembro de 2000, Emilio recebeu uma extensa narrativa biográfica sobre sua vida e carreira, na evidente tentativa de reforçar uma excepcionalidade, tomando a narrativa biográfica como um mecanismo de fixação de memórias edificantes e não críticas. Produzia-se no caderno, como parte da operação do *Person of the Year*, uma ilusão biográfica (Bourdieu, 2006) de excepcionalidade e referencialidade de Emilio Estefan para justificar sua indicação ao prêmio.

A coluna que Leila Cobo publicou, em 23 de setembro de 2000, na *Billboard* destacava as questões em torno da indicação de Emilio Estefan e os embates sobre sua influência. Para a jornalista, a indicação de Estefan ao primeiro *Person of the Year* justificava-se por ele ter sido uma figura “instrumental para a concepção do prêmio”. Respondendo às críticas para o texto da *Billboard*, que tinha como pano de fundo o debate sobre a presença dos cubanos exilados, Emilio Estefan afirmou que “‘Sinceramente, caí como se tivesse de abaixar a cabeça porque fui bem-sucedido’, diz Estefan. ‘E respeito a academia porque fui nomeado durante anos e quase sempre perdi. Você não pode influenciar a academia’” (Billboard, 23 de setembro de 2000, p. 55). O argumento, que beirava a meritocracia, tentava responder as críticas que tinham certo fundamento. Como parte da LARAS, Emilio pode não ter tido controle individual sobre as indicações, mas exerceu influência direta ou indicava, inclusive pelos trânsitos e contatos que tinha.

Em meio aos embates, e em uma demonstração da influência do casal, Gloria Estefan foi convidada a apresentar a premiação, em uma evidente tentativa de conseguir atrair um maior público de telespectadores para a transmissão que a CBS realizaria.

Aquela seria, inclusive, a primeira transmissão em espanhol do canal. No período, Gloria era uma das artistas com maior vendagem comercial no segmento latino e uma cantora considerada “diva” da *Latin Pop Music* (Moreira, 2019), fator que inclusive se fazia presente em parte das críticas. Os demais artistas convidados seguiam um processo semelhante, com nomes como Jennifer Lopez, Arturo Sandoval, Antonio Bandejas e Jimmy Smits, todos com alguma conexão identitária com os EUA retomadas junto à identidade latina/latino-americana. Não é possível aferir que esse foi o único, ou o principal motivo, para a alta audiência da premiação, mas é fato que o *Latin Grammy* de 2000 contou com aproximadamente 7.469.000 expectadores, algo próximo dos 9% da audiência televisiva dos EUA naquela noite.

Como visto anteriormente, a primeira edição do *Latin Grammy* foi marcada pelos embates acerca de “qual latinidade” seria projetada pela premiação, enquanto esses debates eram atravessados e atravessavam a influência do casal Estefan. Já a segunda edição da cerimônia seria marcada pelas figuras de Gloria e Emilio, dessa vez em meio a embates maiores e mais politizados. Por contrariedade ao prêmio não ocorrer em Miami, sob os argumentos da LARAS que o clima político local poderia ser um risco aos participantes dado que grupos exilados cubanos ameaçavam realizar protestos, Gloria e Emilio Estefan anunciaram que boicotariam a premiação (El Nuevo Herald, 02 de setembro de 2001). Deste modo, de atuantes na construção e acusados de conspiração no Latin Grammy, o casal se tornava uma espécie de oposição.

O debate começou muito antes do anúncio de boicote, em setembro de 2001. Ainda em março daquele ano, representantes das indústrias da cultura, artistas e políticos realizavam lobbys e defesas públicas para a transferência da premiação para Miami. Cientes da movimentação, integrantes de grupos anticastristas passaram a se organizar, convocando manifestações contrárias à participação de cubanos não-exilados na premiação ou na cidade, afirmando que a presença ou visibilidade a músicos não-exilados implicaria em fornecer espaço de visibilidade ao governo revolucionário (Billboard, 23 de setembro de 2000, p. 55). O tópico não era um consenso na heterogênea e aguerrida comunidade exilada em Miami.

A *Cuban-American National Foundation* (CANF), por exemplo, defendiam o projeto junto ao prefeito de Miami Beach, Neisen O. Kasdin. No entanto, a manifestação da instituição não teve o mesmo peso que em outras ocasiões, em função de poucas semanas antes a CANF ter sido acusada por Agustin Tamargo, de ser liderada por um representante mais flexível e aberto às negociações com Washington em torno da questão cubana, enquanto figuras como Gloria Estefan⁵ representariam a essência do patriotismo

anticastrista (The New York Times, 05 de abril de 2001 p. A12). O caso da CANF serviu como uma espécie de alerta para a LARAS e personalidades envolvidas, em particular pois demonstrava que a comunidade cubana estava politizando debates recentes na cidade e poderia impactar no prêmio. Em carta de Carlos G. Ordéñez ao *El Miami Herald* no mês anterior ao boicote de Gloria Estefan, percebia-se o clima de efervescência, em particular no trecho em que afirmava “somos todos cubanos e queremos a liberdade do nosso país. Mas nem todos pensamos da mesma forma” (El Nuevo Herald, 11 de agosto de 2001, 19A).

O debate acalorado foi percebido por veículos de imprensa nacionais que demonstravam certa preocupação com a dominação da cerimônia recém-criada pela comunidade cubana, isso desde o ano anterior. O *The New York Times*, meses antes da realização da premiação, já cobria esse debate e se colocava na discussão, afirmando que a comunidade exilada estaria novamente tomando para si um evento mais amplo da comunidade latina, visando promover o anticastrismo. Tal movimentação, aos olhos do jornal, era percebida

entre alguns imigrantes cubanos mais velhos que se lembram da vida na Cuba pré-Revolução e adotam uma linha dura contra Castro e alguns cubano-americanos mais jovens que nunca viveram na ilha. No que os observadores veem como irônico, a campanha para o Grammy está sendo defendida em parte por Jorge, Mas Santos, presidente da Cuban-American National Foundation, a principal organização para exilados cubanos. Mas Santos é filho do falecido Jorge, Mas Canosa, figura icônica entre os cubano-americanos que fundou a organização e sintetizou a linha dura (*The New York Times*, 30 de março de 2001, p. A14).

Para o jornal, ao politizar o debate em torno do anticastrismo e da oposição integral e fervorosa a tudo que vinha de Cuba, setores da comunidade cubana exilada perdiam a chance de promover uma atualização da sua imagem pública e do posicionamento anticastrista. Segundo Bustamante (2021), o debate não era visto somente em veículos de imprensa do período, mas ecoava uma posição ligada a gerações de filhos e netos de exilados que, já nascidos e crescidos nos EUA, defendiam o reposicionamento da oposição ao governo cubano, não mais como mera derrubada/intervenção estadunidense na ilha, mas uma política ampla de negociação e voltada à geopolítica contemporânea. A posição era, evidentemente, rechaçada por setores mais conservadores do anticastrismo e colocava figuras como a geração de nascidos em Cuba, mas que cresceram nos EUA (como Gloria Estefan) em uma situação delicada.

É importante destacar que a transferência da segunda edição da premiação de Los Angeles para Miami foi inicialmente aceita pela LARAS. Porém, em função do crescimento dos debates e da convocação de manifestações para o dia do evento, a academia passou a demonstrar preocupações, o que culminaria no retorno do evento a Los Angeles. A preocupação era, de fato, legítima do ponto de vista da segurança. Poucas semanas antes da cerimônia, ao menos cem grupos de cubano-americanos estavam mobilizados para protestar contra o governo revolucionário, tomando a visibilidade para si. Outros iam além, e afirmavam que o protesto deveria se estender à participação de cubanos não-exilados na cerimônia, como Isaac Delgado e Omara Portuondo. Tentando convencer a LARAS que estava tudo “seguro”, autoridades de Miami previram espaços locais reservados para as manifestações, longe dos holofotes principais da American Airlines Arena, o que não foi o suficiente para convencer a Academia (MTV, 2001).

Faltando menos de três semanas para o *Latin Grammy*, a LARAS anunciou que a premiação seria realocada de volta para Los Angeles. Segundo Michael Greene, CEO da entidade, a preocupação com os mais de dez mil envolvidos na cerimônia e as histórias sobre manifestantes terem adquiridos ingressos para o evento, visando interromper a sua realização ao vivo em protesto ao governo cubano, levaram a LARAS a tomar a decisão. Segundo Greene, as informações levantadas sobre as mobilizações eram tão preocupantes que um grupo, ao se organizar, defendia a invocação da Primeira Emenda dos Estados Unidos caso fosse impedido de se manifestar na premiação (MTV, 2001).

Verídicas ou não para os artistas exilados, em particular para Gloria Estefan, as justificativas pareceram exageradas e a decisão desagradável. Dez dias antes do evento, a cantora e seu esposo anunciaram publicamente seu boicote a premiação, recebendo cobertura da *Reuters* e publicações na capa de jornais locais de Miami, a exemplo do *El Nuevo Herald* (El Nuevo Herald, 02 de setembro de 2001). Ao converter um fato ordinário (não comparecer a um show) em pautas jornalísticas, Gloria e Emilio Estefan visavam realizar uma ação política a partir da visibilidade, ou seja, assumir o contato com a imprensa como uma forma criar fatos e transformá-los em acontecimento de modo a agir sob o presente (Motta, 2013). Através disso, jogava-se luz para uma outra narrativa sobre os eventos, convertendo o boicote em símbolo e a mudança em uma decisão política (inclusive soando como inviabilização da comunidade latina em Miami, em particular a cubana).

A ação de boicotar o evento teve uma outra dimensão, para além dos debates políticos: a reafirmação dos Estefans como líderes de um segmento da indústria da cultura e da comunidade cubana. Ao se colocarem contra a mudança e defenderem a ação dos

cubanos exilados, os artistas reforçavam uma tentativa de serem referências, impulsionando o imaginário sobre a suposta “Máfia de Miami” (Martinez, 2006). Um elemento que reforçou a intenção e compromisso era o fato que Emilio Estefan naquela edição ser parte do *President’s Advisory Council*, além de sua empresa (a *Estefan Enterprise Inc.*) ter adquirido direitos de propaganda, inclusive no caderno de programação. De modo geral, era evidente que Gloria e Emilio Estefan manifestavam uma força coletiva em prol da politização do evento, mas em paralelo estavam diretamente amarrados a uma expectativa em torno de suas figuras, afinal, como figuras centrais do anticastrismo, existia um risco evidente de perda de influência caso concordasse com os argumentos da LARAS.

O debate talvez tivesse tido maiores contornos e impactos caso a cerimônia do *Latin Grammy* realmente tivesse ocorrido em 2001 conforme o previsto. Programado para 11 de setembro, o evento foi suspenso em função dos atentados terroristas ocorridos naquele mesmo dia, e como medida de segurança nacional, levando a cerimônia a ser convertida em uma coletiva de imprensa realizada em 30 de outubro de 2001, no *Conga Room* de Los Angeles (The New York Times, 19 de setembro de 2002, A31). Os desdobramentos do boicote, no entanto, vieram no ano seguinte, quando Gloria Estefan foi convidada para ser a apresentadora da edição de 2002 do *Latin Grammy*. O anúncio foi amplamente apoiado pela jornalista Leila Cobo, que reforçava a importância do aceite da cantora, inclusive como uma forma de conciliação após os eventos do ano anterior (Billboard, 31 de agosto de 2002, p. 45). A decisão foi, inclusive, apenas uma das ações da LARAS que, naquele ano, resolveu dar maior ênfase ao debate sobre a participação de artistas cubanos (exilados ou não-exilados).

Apesar dos esforços, a sensação de que as ações da LARAS teriam algum efeito resolutivo permanente logo desapareceu. Apesar de parte dos participantes do boicote do ano anterior participarem em 2002, a presença dos artistas cubanos levou a um debate mais amplo envolvendo acusações de censura do governo estadunidense e jogando a LARAS de volta ao centro do debate. No dia da cerimônia, em 18 de setembro de 2002, uma notícia da BBC escancarou a situação (BBC, 2002). Segundo o veículo, cerca de vinte e dois artistas cubanos indicados ao *Latin Grammy* tiveram seus vistos negados pelo governo estadunidense. Um dos principais denunciadores foi o Ministro da Cultura em Cuba, Abel Acosta, que acusou os Estados Unidos de censurar a participação do grupo que já estava, inclusive, preparado para a viagem. Entre os artistas que integrariam a delegação estavam nomes como Chicho Valdéz, Rey Guerra e X-Alfonso, todos indicados a categorias de prestígio na premiação.

Acompanhando o caso, o *The Washington Post* publicou uma matéria na qual ressaltava a estranheza com a demora do processo, afinal artistas renomados e indicados à premiação não deveriam ter vistos analisados por tanto tempo já que escapariam de um perfil de “ameaça típico” de Cuba (The Washington Post, 19 de setembro de 2002). Sem definir o perfil de “ameaça típica”, o jornalista que assinava a publicação — David Segal — possivelmente estaria fazendo alusão aos defensores da Revolução, a pessoas próximas do governo cubano e críticas aos Estados Unidos, ou integrantes de organizações, por esse ser o perfil hegemônico de representação sobre cubanos que apoiavam o governo no imaginário político estadunidense (Chomsky, 2015). Em resposta ao *The Washington Post*, um funcionário do departamento de Estado nos EUA afirmou que o processo mais “lento” de triagem dos vistos era decorrente do *Enhanced Border Security and Visa Entry Reform Act*.

Criada como parte das ações da administração George W. Bush em sua guerra ao terror, uma forma de resposta aos atentados de 11 de setembro, a legislação continha uma longa lista de países supostamente apoiadores, patrocinadores ou coniventes com grupos terroristas, autorizando instituições como FBI e CIA a promoverem análises próprias para solicitações de vistos. Cuba estava entre os países e, segundo o governo, por isso os vistos foram negados. Kelly Shannon, porta-voz do Escritório de Assuntos Consulares do Departamento de Estado, na época ironizou a situação, afirmando que independentemente de serem indicados à premiação, não poderiam abrir exceções, mesmo entre aqueles que queriam “fazer a rumba”.

O impasse viria a se adensar, inclusive com a manifestação de grupos civis e artísticos, como a *Unión de Escritores y artistas de Cuba*, que acusavam de abuso de poder e de instrumentalização política do *Latin Grammy* por parte dos EUA e dos exilados. Além de impedir que os artistas participassem da cerimônia, a impossibilidade de se fazer presente impediu que músicos, como Chucho Valdés, concorrente na categoria *Best Pop Instrumental Album*, recebessem os prêmios conquistados. O caso, porém, não parece ter levantado uma grande mobilização, apesar de essa ser perceptível. Em linhas gerais, o principal elemento que se percebe é o reforço da ideia de politização, por parte da comunidade cubana exilada, do *Latin Grammy*, processo esse que teve impactos que extrapolaram as questões de programação e indicação, levando a discussões nas relações internacionais entre EUA e Cuba. Transformado em palco maior que apenas o das apresentações, o *Latin Grammy* passava a ser uma arena importante para ação de anticastristas e para o debate sobre a latência da Revolução Cubana.

Em 2003, o *Latin Grammy* foi transferido para Miami, com seu palco montado na *American Airlines Arena*. No *Host Committee*, um nome já integrante do *Board of Trustees* da premiação, que defendia fervorosamente a mudança: Emilio Estefan. Enquanto Emilio recebeu destaque e ênfase, Gloria não teve grande proeminência na programação do evento. Apesar disso, o casal demonstrava que a transferência da premiação do *Latin Grammy* era um passo fundamental das indústrias da cultura no segmento latino, mas que só fora possível por uma demonstração de amadurecimento das comunidades exiladas em Miami (The New York Times, 03 de setembro de 2003). A argumentação da maturidade, não muito detalhada publicamente no momento, convenceu a LARAS a manter o evento em Miami mesmo após manifestações da comunidade cubana exilada estarem agendadas e autorizadas a ocorrerem em frente a *American Airlines Arena*.

Enquanto de um lado cubanos exilados se organizavam para protestar durante o evento contra o governo cubano e a Revolução, de outro, ao menos dez artistas não exilados foram indicados a categorias naquela edição. Novamente, porém, os indicados se viram em meio a problemas com a emissão de vistos, que impediram a sua participação na cerimônia. O caso, no entanto, não recebeu tanta atenção de jornalistas do período. Jon Pareles foi um dos jornalistas e trabalhou nesse modo operante:

Cuba foi presença e ausência na cerimônia. O programa começou com uma homenagem a Célia Cruz, a expatriada cubana que foi rainha da salsa, que morreu este ano. A homenagem incluiu apresentações de expatriados cubanos, incluindo a cantora Gloria Estefan e o trompetista Arturo Sandoval, além de cantores do Panamá, Porto Rico e Nova York. Mas nenhum músico que vive em Cuba, incluindo indicados e premiados, compareceu ao evento, por falta de vistos (The New York Times, 04 de setembro de 2003, p. A18).

Conforme nota-se na cobertura da imprensa do período, apesar das novas questões ligadas à presença e ausência de cubanos, e das manifestações marcadas para a data, o foco principal em torno da participação cubana no *Latin Grammy* de 2003 foi o tributo a Celia Cruz. Repetindo a fórmula do primeiro tributo realizado pela premiação, a homenagem à Cruz reuniu um amplo espectro de artistas, de diferentes estilos e nacionalidades, entre eles: Marc Anthony, La India, Oscar de Leon, Olga Tañón, El General, Arturo Sandoval, Gloria Estefan, Victor Manuelle, Johnny Pacheco e Willie Colón. Protagonista nesse momento, Celia Cruz foi “representada” por uma outra líder do seu segmento, considerada por alguns como sua sucessora e por outros uma de suas principais interlocutoras (Moreira, 2023): Gloria Estefan. Deste modo, se Gloria não teria função de destaque no prêmio — como cerimônia —, ela ocupou função central na

homenagem e na representação que a mídia construiu posteriormente em torno tanto dos artistas como das identidades cubanas.

Em fotografia publicada na capa do *The Miami Herald*, em manchete sobre o evento, Gloria aparecia centralizada seguida pelos demais artistas. Como proposta central da escolha e da montagem da imagem, tinha-se a ideia de construir uma representação de “totalidade” da cerimônia e do consenso em torno da figura de Celia Cruz: a que a comunidade latina que tanto discutia e brigava entre si era passível de unificação em torno de certos pontos. A representação pode ser compreendida a partir de um trabalho com as imagens, destaca Ranciére (2021), na qual a imagem não é mera propaganda ou defesa de uma narrativa quando instrumentalizada no regime de representação (marcado pelo uso intencionalmente dirigido, condicionado e destinado). A fotografia se tornava uma espécie de operadora de diferença e da semelhança, uma tensão que se dá entre o discurso pretendido e sua capacidade de afeto entre o estético e o político.

A imagem publicada, e a performance destinada a Celia Cruz na ocasião, foi determinantemente pensada dentro de um trabalho de: fixação de uma memória sobre uma das grandes representantes do exílio Cubano; demarcar uma espécie de “latinidade desejada” na qual os cubanos eram elemento central; demonstrar visão sobre quais seriam os sujeitos “legítimos” ligados às ilhas caribenhas — os exilados; mostrar uma certa coesão, em meio das diferenças, do *Latin Grammy* quando se tratava de pensar os seus pares e eleger cânones. Esses elementos se reuniram, por exemplo, no reconhecimento pelo presidente da LARAS na ocasião, Gabriel Abaroa, ao afirmar que a homenagem foi um dos principais momentos da cerimônia, por Celia Cruz representar uma espécie de “matriarca” incontestável da *Latin Music* (Billboard, 02 de setembro de 2003).

O clima de debate, tensão e latência analisado ao longo dos primeiros anos do *Latin Grammy* pode não ter se expressado, a partir de 2003, de forma tão frequente em torno da figura de Gloria e Emilio Estefan, mas a sociedade seguiria pautando a dimensão política e as relações com a comunidade cubana exilada no prêmio. Na mesma edição em que a premiação foi transferida para Miami, a seção de cartas do *The Miami Herald* (*The Miami Herald*, 05 de setembro de 2003), um dos principais impressos da cidade, publicou uma série de mensagens acerca do *Latin Grammy*, com ênfase nos usos políticos. Um leitor, chamado Jorge H. Santis de Fort Lauderdale, por exemplo, acusou a cerimônia de censura aos artistas cubanos não exilados, como o grupo Orishas, que mesmo vencedor na categoria Best Rap/Hip-Hop Album, foi ignorado pela organização. Outros leitores afirmaram estar constrangidos com os rumos do evento e da premiação, em especial nas

formas como certos estereótipos eram reproduzidos, a exemplo de Georgette Bannan, de Hollywood.

Em linhas gerais, os vestígios sobre o *Latin Grammy* de 2003 demonstram a continuidade de problemas existentes desde a sua primeira edição. De um lado, as tensões em torno de uma comunidade exilada que considerava a premiação um espaço de disputas, embates e formas de se contrapor à Revolução Cubana mesmo que quase cinquenta anos após a derrubada do governo de Fulgêncio Batista. Se a latência e os ecos da Revolução estavam presentes nas mobilizações, eles também viraram pautas do debate organizacional da cerimônia, inclusive com a dificuldade de participação de cubanos não exilados na cerimônia. Como uma proposta de evento aglutinador, de visibilidade e construção coletiva da comunidade latina dentro das indústrias da cultura, existia uma cobrança por parte de alguns setores para que se, caso apresentado como política cultural, o Latin Grammy se atentasse para todos os que se enquadravam na premiação, sem censuras e/ou barreiras para a ampla participação.

Por outro lado, o *Latin Grammy* ainda se apresentava como um projeto cujos debates sobre a construção e, principalmente, a representação da comunidade latina nos EUA ainda seguiria não em torno de elementos comuns ou da solidariedade, mas sobre qual “latinidade” era proposta no escopo. Nas sete cartas de leitores publicadas no *The Miami Herald*, a cerimônia aparecia como controversa e emblemática, uma espécie de promotora de um debate acalorado sobre a capacidade ou não de representação das identificações nacionais e/ou comunitárias através dos artistas envolvidos. Essa discussão, como afirma Morales (2019), permeou a comunidade latina nos EUA na virada do século tanto como meio de edificação coletiva, como uma afirmação dos capitais políticos e dos marcos financeiros voltados à formação de grupos com poder decisivo na economia, cultura e sociedade.

Considerações finais

Ao ser criado, o Latin Grammy foi atravessado por uma série de críticas e debates sobre a centralidade da comunidade cubana em sua construção, na cerimônia e na própria LARAS, com o casal Estefan figurando como protagonista das discussões (Cepeda, 2001; Martinez, 2006). Entre as principais ações e envolvimento dos Estefans esteve a atuação de Emilio Estefan, enquanto integrante de grupos internos da LARAS, ora como porta-voz de determinadas decisões, ora como crítico incisivo quando era vencido pela maioria.

Esse comportamento gerou críticas às suas atividades que, ao serem externadas, evidenciavam um componente político e social ligado à comunidade cubana exilada.

Grupos de cubanos exilados — presentes em diversas indicações e em certo protagonismo criticado por outros setores — também entendiam que a dimensão política do *Latin Grammy* extrapolava a visibilidade e a representação proporcionadas pela premiação. Com isso, passaram a utilizar o evento como espaço de manifestação contra a Revolução Cubana, inserindo uma cerimônia que buscava se consolidar no *mainstream* da indústria cultural global no centro de debates geopolíticos e internacionais. O Latin Grammy, então, convertia-se em instrumento político, inclusive entre os próprios cubanos e exilados cubanos, tornando-se palco de disputas, frustrações e censuras.

O pano de fundo — ou elemento estruturante — de todo esse debate era a discussão em torno da noção de “latinidades”, conceito que ganhava força como uma outra forma de significar e compreender a comunidade anteriormente chamada de “latino” ou “hispanica”. A noção de latinidade promovida pelo *Latin Grammy* era percebida como uma identidade não natural, marcada desde a origem não pela homogeneização, mas pela aglutinação. Conforme aponta Mignolo (2007), tratava-se de uma construção política de um outro que, embora não fosse necessariamente subalternizado (uma vez que a premiação tentava valorizá-lo), era marcado pelo colonialismo e definido relacionalmente em oposição ao *mainstream*. Conforme demonstrado ao longo desta análise, esse ponto — complexo e profundamente político-social — mobilizou grupos, afetou identidades e contribuiu para a conversão de uma premiação inicialmente concebida como espaço de reafirmação em uma verdadeira arena de embates, disputas e choques.

Referências

ABREU, Christina D. *Rhythms of Race: Cuban Musicians and the Making of Latino New York City and Miami, 1940-1960*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2015.

BBC NEWS. *Cuba accuses US of Grammys ploy*. 11 set. 2002. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/entertainment/2266114.stm>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Amado, Janaína; Ferreira, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p.183-191.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Quem canta o Estado-nação? Língua, política, pertencimento*. Brasília: Editora UNB, 2018.

CANEDY, Dana. Discord over Miami's bid for Latin Grammys. *The New York Times*, Nova York, 30 mar. 2001, p. A14.

CANEDY, Dana. Miami gets Grammy show and promise of protests. *The New York Times*, Nova York, 5 abr. 2001, p. A12.

CEPEDA, Maria Elena. Columbus effect(s): chronology and crossover in the Latin(o) music “boom”. *Discourse*, v. 23, n. 1, Winter 2001, p. 63-81.

CEPEDA, Maria Elena. *Musical ImagiNation: U.S.-Colombian Identity and the Latin Music Boom*. Nova York: New York University Press, 2010.

COBO, Leila. Latin Grammys make their debut. *Billboard*, Nova York, 23 set. 2000, p. 1.

COBO, Leila. In brief. *Billboard*, Nova York, 31 ago. 2002, p. 45.

COBO, Leila. Latin Grammys aim for “credibility”. *Billboard*, Nova York, 13 set. 2003. p. 1.

CHOMSKY, Aviva. *História da Revolução Cubana*. São Paulo: Veneta, 2015.

CHOMSKY, Aviva. “*They Take Our Jobs!*”: And 20 Other Myths about Immigration. Boston: Beacon Press, 2007.

DÁVILA, Arlene. *Latinx Art: Artists, Markets, and Politics*. Durham: Duke University Press Books, 2020.

EL NUEVO HERALD. Las cartas del sábado. *El Nuevo Herald*, Miami, 11 ago. 2001. p. 19A.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas*. Ed. 4. 7 reimp. São Paulo: Edusp, 2015.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

HALL, Stuart. *El triángulo funesto: Raza, etnia, nación*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2019.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LARAS (LATIN ACADEMY OF RECORDING ARTS & SCIENCES). *1st Annual Latin Grammy Awards Program*. Los Angeles: George Rice & Sons/James Shelton, 2000.

MANZOR, Lillian. *Marginality Beyond Return: US-Cuban Performances in the 1980s and 1990s*. Londres: Routledge, 2022.

MARTINEZ, Katynka Z. American idols with Caribbean soul: Cubanidad and the Latin Grammys. *Latino Studies*, v. 4, 2006, p. 381-400.

- MIGNOLO, Walter. *The idea of Latin America*. Nova Jersey: Blackwell Publishing, 2005.
- MORALES, Ed. *Latinx: The New Force in American Politics and Culture*. Nova York: Verso Books, 2019.
- MORALES, Ed. *Living in Spanglish: The Search for Latino Identity in America*. Nova York: St. Martin's Press, 2002.
- MOREIRA, Igor Lemos. *Uma voz da cubanidade no exílio: Gloria Estefan entre representações e engajamentos*. 2023. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.
- MOREIRA, Igor Lemos. Música pop, afetos e comunidades emocionais latino-americanas nos EUA em tempos sombrios: a canção *Havana* de Camila Cabello e os *dreamers*. *Tropos: Comunicação, Sociedade e Cultura*, v. 9, p. 1-20, 2020.
- MTV. *Latin Grammys relocated to avoid Miami protests*. 2001. Disponível em: <http://www.mtv.com/news/1446795/latin-grammys-relocated-to-avoid-miami-protests/>. Acesso em: 11 jun. 2022.
- O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.
- OJITO, Mirta. Latin Grammy show puts Miami to the test. *The New York Times*, Nova York, 3 set. 2003, p. E01.
- PARTY, Daniel. The Miamization of Latin-American Pop Music. In: CORONA, Ignacio; MADRID, Alejandro (Orgs.). *Postnational Musical Identities: Cultural Production, Distribution and Consumption in a Globalized Scenario*. Lanham, MD: Lexington Books, 2008.
- RANCIÈRE, Jacques. *O trabalho das imagens: conversações com Andrea Soto Calderón*. Belo Horizonte: Chão de Feira, 2021.
- REUTERS. Gloria y Emilio no irán a los Grammys. *El Nuevo Herald*, Miami, 2 set. 2001, p. A1.
- STRAUSS, Neil. Latin Grammys return, with the focus on the music. *The New York Times*, Nova York, 19 set. 2002, p. A31.
- THE MIAMI HERALD. The readers' forum – Latin Grammys over, but not the controversy. *The Miami Herald*, Miami, 5 set. 2003, p. 6B.
- THE WASHINGTON POST. Visa delays cost Cuban musicians. *The Washington Post*, Washington, 19 set. 2002.
- TORRES, María de Los Angeles. *In the land of mirrors: Cuban exile politics in the United States*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.
- TORRES, Rosa Marquetti. *Celia en Cuba (1925-1962): Los años de Celia Cruz en Cuba*. Madrid: Desmemoriados, 2022.

VILLAÇA, Mariana. Políticas culturais na América Latina. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação* (Sesc), São Paulo, v. 14, p. 152-168, 2022.

WATSON, Mary R.; ANAND, N. *Award ceremony as an arbiter of commerce and canon in the popular music industry*. *Popular Music*, 25, 2006, p. 41-56.

Artigo recebido em 13/02/2025

Aceito para publicação em 30/06/2025

Editor(a) responsável: Laura Duarte Ozelin

¹ Termo empregado pelo músico e produtor Thomas Mottola para se referir a explosão de artistas, produções e produtos latinos e em língua espanhola no *mainstream*.

² Conforme indica Manzor (2022), a virada do século marcou a consolidação da transição do conceito de “hispanidade” para “latinidade” para se referir a grande parte da comunidade latina. Emergente nos EUA em especial a partir dos anos 1970 e 1980, o termo “hispanico” passou a ser empregue ao censo e a política estadunidense como forma de identificar aqueles que falariam a língua espanhola no país. No entanto, ao longo do tempo tal nomenclatura e identidade passou a se associar, em particular, a uma defesa que associava esses grupos a relação ibérica-estabelecida, e não tanto as experiências latino-americanas, inclusive sendo incorporado como termo corrente em propostas mais conservadoras ligadas a grupos do Partido Republicano. Em particular, nota-se o seu uso durante o governo Richard Nixon para as pesquisas do censo, ainda nos anos 1970, levando a uma incorporação por parte de certos setores, como grupos de cubanos exilados, que passaram a defender uma espécie de incorporação a realidade nacional, tomando a “hispanidade” como uma identidade de transição, mas que permitia a aproximação aos EUA em função da “branquitude” (Morales, 2019). Segundo Chomsky (2007, p. IX), as críticas, muitas vezes, partiam especialmente de grupos do sudoeste do país, para os quais “foi um termo que tentou despolitizar sua identidade e, em particular, apagar as origens indígenas e africanas de muitos latino-americanos”.

³ Esse traço se apresentava no caderno de programação da primeira edição do prêmio, na qual ao final existiam fotografias de pessoas envolvidas na construção do Latin Grammy: a maioria eram homens brancos, muitos nem mesmo se identificavam como latinos.

⁴ Conforme aponta Torres (2001), a comunidade cubana exilada não deve ser compreendida enquanto um grupo fechado, coeso e homogêneo, mas sim como uma comunidade imaginada, baseada em mitos fundadores, pautada na oposição a Revolução (em particular pelo anticastrismo), na nostalgia e na experiência de desterritorialização. Deste modo, ao longo deste artigo quando for mencionada a “comunidade cubana” estamos falando em grupo marcado pela fragmentação, pela concordância e discordância, e, especialmente, pelo choque geracional. O traço geracional talvez seja um dos principais elementos definidores das diferentes posições e defesas, mas, apesar das diferenças existentes, é possível traçar um perfil comum a essa comunidade. Conforme indica Bustamante (2021), tais grupos geracionais seriam marcados pelas diferentes formas como lidam com o anticastrismo, a nostalgia e o ressentimento. Para o autor, um primeiro grupo de exilados pós-Revolução, seria caracterizado por um discurso profundamente antirrevolucionário, anticastrista e pelas tentativas armadas de intervenção em Cuba. Essa geração (que chegou aos EUA logo após a Revolução) se reuniria em torno da sensação de “traição” e da ausência de um país prometido que existiria nas suas próprias narrativas. As gerações posteriores seriam marcadas pelas experiências destes primeiros grupos, mas também pela reflexão, revisão e renovação dos embates, em particular entre aqueles que deixaram o país após o Abertura do Porto de Mariel e, na década seguinte, a Crise dos Balseiros, de modo que a organização política se tornaria um movimento frequente, mas fragmentado. Esse elemento explica os motivos de, por exemplo, no *Latin Grammy* existirem diferentes manifestações convocadas por diferentes grupos que possuíam suas convergências, mas também divergências.

⁵ Muito do debate foi influenciado pela situação do jovem Elián González, em 1999-2000, cujo a condução levou a fissuras na comunidade e nas organizações, bem como o impulsionamento de figuras como Gloria Estefan enquanto “mediadoras ideais”. Sobre este debate, recomendamos a leitura de: Moreira, Igor Lemos. A participação de artistas latinos no caso Elián González. *Revista Latino-Americana de História*, v. 11, p. 232-251, 2022.

“POVOS DE TRAJETÓRIAS” NO SERTÃO PARAIBANO: A Comunidade Quilombola Os Rufino

“PEOPLES OF TRAJECTORIES” IN THE HISTORY OF PARAIBA: The Quilombola Community Os Rufino

Larissa Sousa Fernandes¹

José Otávio Aguiar²

Mara Karinne Lopes Veriato Barros³

Resumo: Este artigo investiga a governança socioambiental em um território quilombola do semiárido paraibano, adotando uma perspectiva que busca compreender, por meio da vivência e do conhecimento quilombola, como essas comunidades podem se organizar como territórios coletivos e autônomos, incorporando suas próprias concepções e práticas. Utilizando o método etnográfico, buscamos entender a cultura e as relações sociais e ambientais presentes na comunidade. Realizamos visitas de campo e entrevistas, aplicando o método de memória e história oral. A partir das narrativas dos entrevistados, foi possível vislumbrar a evolução da comunidade, as mudanças socioambientais ocorridas e relacioná-las ao tempo histórico e a evolução das políticas públicas, confrontando os documentos oficiais com a percepção sensível da comunidade.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas, Governança socioambiental, Semiárido.

Abstract: This paper investigates socio-environmental governance in a Quilombola territory in the semi-arid region of Paraíba. Adopting a perspective that seeks to understand, through Quilombola lived experience and knowledge, how these communities organize themselves as collective and autonomous territories, incorporating their own conceptions and practices. Employing an ethnographic method, we seek to understand the culture and the social-environmental relationships present in the community. Fieldwork and interviews were conducted, applying oral history and memory methods. Based on the narratives of the interviewees, it was possible to trace the community's evolution and the socio-environmental changes that occurred, relating them to historical time and the evolution of public policies, contrasting official documents with the community's subjective perception.

Keywords: Quilombola communities, Socio-environmental Governance, Semi-arid region.

Introdução

No Brasil, os diversos grupos étnicos que compõem as chamadas “comunidades tradicionais” têm suas origens profundamente enraizadas na luta contra a opressão ao

¹ Professora da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Sousa (UFCG). Doutora em Engenharia e gestão de recursos naturais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: larissasousa@professor.ufcg.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8953727963162833>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2707-7206>.

² Professor Titular de História UFCG/PB. Doutor em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: otavio.j.aguiar@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7106694267459903>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0489-3670>. Bolsista de Produtividade em Pesquisa – CNPq.

³ Pós Doutoranda em Engenharia em Recursos Naturais Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutora em Engenharia em Recursos Naturais Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). E-mail: karinneiv@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9198696436575198>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1215-9599>. Bolsista financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ). E-mail: fapesq@fapesq.rpp.br.

longo dos séculos de esforço colonizador. Esses grupos incluem os povos originários que sobreviveram ao genocídio desde os tempos da colonização e os descendentes da diáspora negra, que resistiram à escravização e continuam a enfrentar a opressão do Estado. O foco principal dessas lutas, especialmente para aqueles que vivem no campo e nas florestas, é a proteção e o reconhecimento de seus territórios, onde mantêm uma conexão ancestral com a terra, desenvolvendo saberes e práticas transmitidos por várias gerações. Assim, constroem um senso de pertencimento que vai além da mera noção de coletividade, transcendendo a simples agregação de indivíduos em um espaço determinado.

Nesse contexto, considera-se essencial uma governança que compreenda e respeite os modos de vida dessas populações, reconhecendo seus saberes e práticas. Nego Bispo, apelido de Antônio Bispo dos Santos, um influente escritor e pensador quilombola, costumava definir esses povos, que constroem saberes a partir da experiência com a concretude da vida, como “povos de trajetórias”. Esses povos não se apoiam em teorias, mas na realidade da vivência cotidiana do trato com a terra. Sendo assim, suas vivências não os apartam do seu território, mas os tornam parte dele, havendo, então, o que Nego Bispo conceituava como “biointeração”. Nessa percepção, um território quilombola é mais que mero espaço, é lugar onde a vida se reproduz em todas as suas formas e onde a comunidade compartilha seus usos, costumes e tradições transmitidas de geração para geração, numa relação que não envolve começo, meio e fim, mas começo, meio e começo (Santos, 2023).

Transportando essas reflexões para a realidade do sertão paraibano, onde esses povos frequentemente enfrentam desafios socioeconômicos agravados pela crise climática, a questão ambiental se torna ainda mais urgente. Em um cenário marcado pelo clima semiárido e pelo bioma caatinga, as políticas públicas frequentemente reproduzem dinâmicas coloniais, perpetuando desigualdades e marginalizando as vozes e direitos dessas populações (Santos, 2015). Assim, esta pesquisa buscou não apenas entender, mas também desafiar esses paradigmas, destacando e propondo a importância de abordagens críticas e emancipatórias para a governança ambiental e territorial dessas comunidades, em um horizonte democrático e plural.

Nessa perspectiva, trazemos a trajetória da Comunidade Quilombola Os Rufino, situada no sertão paraibano. Esta comunidade se destaca por sua valiosa contribuição cultural e pela convivência em um território coletivo, construído a partir da recuperação de sua ancestralidade. Além disso, sua busca por uma convivência harmoniosa com o semiárido, pautada pelo respeito ao bioma da caatinga, tem sido fundamental para a sobrevivência e prosperidade das gerações futuras.

Para a realização desta pesquisa, foi empregado o método etnográfico, visto que entendemos a população quilombola como detentora de cultura, linguagem e território específicos, bem como de uma maneira específica e original de significá-los (Wielewicki, 2001). Sendo assim, foram realizadas visitas de campo e entrevistas com lideranças e moradores, visitas nas quais o roteiro era construído a partir da perspectiva da memória, por meio da metodologia das entrevistas de história oral. Nos resultados das transcrições dessas entrevistas, buscamos apresentar, além da trajetória histórica dos entrevistados, sua percepção e a evolução no acesso à água, bem como o envolvimento da comunidade no bioma caatinga, com a produção agrícola e a criação de animais — elementos que dão forma à organização e ao engajamento político da comunidade. Desse modo, esta pesquisa tem como objetivo compreender como se articula a governança socioambiental na comunidade quilombola Os Rufino, por meio de sua trajetória histórica, social e política.

Comunidades quilombolas no sertão paraibano

A existência e resistência de diversas comunidades quilombolas na região do sertão paraibano chama a atenção diante da invisibilização da presença e história do negro não apenas na Paraíba, mas especialmente nesta região. Para enfrentar essa lacuna, Diana Galiza (Fortes & Lucchesi, 2013) empreendeu um esforço de pesquisa histórica, conferindo protagonismo a sujeitos tradicionalmente marginalizados nos relatos da história oficial, de modo a recuperar a participação de pessoas negras escravizadas e livres no processo de povoamento do território paraibano¹. Muitos desses povoadores eram oriundos de estados vizinhos e se estabeleceram na região para trabalhar em latifúndios cedidos aos colonizadores no modelo de sesmarias:

O povoamento da Paraíba se deu em duas frentes: uma delas partindo do interior em direção ao litoral, realizada por colonizadores vindos da Bahia ou Pernambuco que, estabelecendo-se no sertão, formaram fazendas de criação de gado; e outra que, partindo do litoral seguiu para o interior. Aos que escolhiam se fixar eram concedidas terras em sesmarias, que podiam variar entre 1 a 4 léguas em quadro, dando origem, também no sertão, a um sistema fundiário baseado no predomínio das grandes propriedades que perdurou, em grande medida, até os dias atuais (Fortes & Lucchesi, 2013, p. 49).

Em regiões nas quais não predominava o sistema de plantation, como é o caso do sertão da Paraíba, onde era majoritária a produção agropecuária com criação de extensão, uniam-se a criação de gado e uma agricultura de subsistência, voltada para o mercado

interno. Nesse cenário a população escravizada, apesar de muito explorada, desempenhava funções análogas, em certas circunstâncias específicas, àquela dos trabalhadores livres:

Pensar a escravidão no sertão paraibano é pensar diferente do modelo de plantation que predominou em imensas áreas do Brasil desde os remotos períodos coloniais. Na dinâmica econômica sertaneja temos outro modelo de trabalho, ligado à criação de gado e, portanto, com suas conformações próprias. Mesmo que os escravos desempenhassem o trabalho mais pesado, podemos pensar em negros e brancos a desempenhar as mesmas funções, compartilhando o mesmo trabalho (Abreu, 2011, p. 63-64).

Ademais, segundo Abreu (2011), a população escravizada no sertão podia ser caracterizada como uma “propriedade em movimento”: além de trabalhar nas fazendas, essas pessoas eram objeto de transações comerciais, sendo alugadas e arrendadas a outros proprietários, hipotecadas e vendidas conforme as circunstâncias enfrentadas por seus senhores. Em situações de extrema seca, por exemplo, que resultavam em consideráveis perdas financeiras, era comum a prática de comercialização de escravizados.

Com a progressiva desvalorização dessas pessoas, vistas como “mercadoria”, à medida que se aproximava o processo de abolição, muitos senhores se desfaziam de seus escravizados para não ter de sustentá-los durante todo o ano, especialmente nos períodos de seca e escassez. Assim, a população negra nessa região se espalhou e formou comunidades em áreas remotas do semiárido, combinando práticas herdadas da África com heranças indígenas locais, transmitidas de geração em geração como conhecimentos e técnicas de manejo secular do bioma (Abreu, 2011).

Essas características permitem afirmar que, em comparação aos estados vizinhos, o interior da Paraíba possuía um número menor de pessoas escravizadas, dispersas por vastas regiões do sertão. Contudo, no contexto do segundo quartel do século XIX — período em que já se intensificava o processo em direção à abolição, com a entrada em vigor de dispositivos como a lei Euzébio de Queiroz e a Lei do Ventre Livre —, o número de libertos apresentou um incremento significativo. Havia muitas pessoas negras livres, que trabalhavam e viviam nos latifúndios, interagindo periodicamente com as escassas e dispersas vilas:

A menor proporção de escravos em relação à população como um todo, no entanto, não significou a ausência de uma população negra vivendo na Paraíba. Muitos filhos de escravos foram alforriados, passando à condição de trabalhadores agregados às fazendas canaveiras (Medeiros & Sá; 1999 apud Fortes & Lucchesi, 2013).

A formação de comunidades negras rurais na Paraíba foi possibilitada pelo surgimento de trabalhadores agregados, para quem era cedida parte da propriedade para moradia e produção para subsistência. Com a abolição, muitos negros libertos também passaram a compor essas comunidades. Além disso, é importante considerar que, em muitas localidades, já havia uma integração com o território e com a produção econômica vigente, como na produção algodoeira, impulsionada pelo desenvolvimento têxtil inglês no final do século XVIII, e na pecuária no sertão (Abreu, 2011; Fortes & Lucchesi, 2013).

De acordo com Fortes & Lucchesi (2013), a relação de trabalho com o proprietário das terras reproduzia um misto de escravismo e feudalismo, no qual o trabalhador devia ceder grande parte de sua produção e se sujeitava às exigências do proprietário para permanecer na terra. Havia, ainda, uma diferenciação que colocava a população negra e parda na condição de “trabalhadores em regime de sujeição” (p. 52), distinta da dos demais moradores.

Essas especificidades históricas dialogam com o argumento de Quijano (2005) sobre a centralidade da categoria “raça” no colonialismo e no desenvolvimento posterior do capitalismo. Nesse contexto, construiu-se historicamente uma associação entre “raça” e “trabalho”, estabelecendo uma divisão social que relegou à população racializada um lugar de subalternidade e naturalizou relações de dominação geradas pela colonialidade. A naturalização de processos social e historicamente engendrados foi, com frequência, um recurso da linguagem jurídico-governamental para manter o estado de coisas na exploração da população negra no pós-abolição.

Fortes & Lucchesi (2013) relatam que moradores de comunidades formadas nesse contexto ainda construíam uma autoimagem associada à condição de escravizados, devido à conjuntura de então, na qual a posse da terra estava distante de ser realidade. Tal indefinição provocava (e ainda provoca) diversos conflitos, resultando em perda de território e dificultando o acesso a políticas públicas. O descaso em relação a tais comunidades mantém essa população em situação de extrema vulnerabilidade, como comprova relatório recente da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ, 2023), segundo o qual 69% dos assassinatos de quilombolas, entre 2018 e 2022, ocorreram em territórios não titulados, sendo 40,62% relacionados a conflitos fundiários e 31,25% decorrentes de violência de gênero.

Considerando a realidade das comunidades quilombolas na Paraíba, atualmente não há nenhuma com título de propriedade coletiva. No semiárido, onde se aprofundam a degradação da caatinga, as secas e a desertificação (Silva et al., 2020) por causa do avanço das mudanças climáticas, a vulnerabilidade socioambiental dessa população tende

a se agravar. A resposta mais consistente a esses problemas está nas próprias comunidades que ali vivem, convivem e biointeragem (Santos, 2023).

Compreender o processo de instalação das comunidades quilombolas no semiárido paraibano é fundamental, pois as comunidades rurais definem o uso do território a partir de sua experiência histórica, diante das diversas mudanças ocorridas nesse espaço. Segundo dados do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Estado da Paraíba, 94% do território estadual está sob risco de desertificação (Paraíba, 2017). Esse processo, resultante das mudanças climáticas somado ao modelo extrativista de exploração da terra e à ausência de políticas públicas, tem afetado as comunidades rurais. É preciso assegurar-lhes autonomia para que possam se adaptar a uma realidade climática que pesquisas científicas vêm classificando como em direção à irreversibilidade.

É urgente garantir que as comunidades que dependem do território para a reprodução de sua vida e para a sobrevivência das futuras gerações participem das soluções para os danos causados pela instrumentalização da vida e da natureza pelo capital. Pela relação que mantêm com o ambiente, que ultrapassa uma dimensão mercantil ou de mera subsistência, os quilombolas do semiárido interagem com seu território a partir do pertencimento e da identidade histórica construída pela luta e pela resiliência, transmitidas desde seus ancestrais.

Formação da comunidade quilombola Os Rufino

Segundo o historiador e presidente da Associação Os Rufino, Tiago Rufino, a comunidade constitui um símbolo vivo da resistência e da luta pela liberdade, cujas raízes remontam ao período escravista no Brasil. Ele explica que o quilombo contemporâneo representa a continuidade desse legado histórico, no qual essas comunidades eram marcos de enfrentamento a um sistema desumano que perdurou por quase quatro séculos no país.

A história da comunidade se inicia com a matriarca Rufina Maria da Conceição, mulher escravizada nas fazendas de Pombal durante o período escravista. Ela teve três filhos, sendo um deles Antônio Rufino de Jesus. Casou-se com Joaquina Maria da Conceição, conhecida como mãe Quina, com quem teve treze filhos. Entre 1904 e 1910, essa família estabeleceu-se no Sítio São João, área que atualmente corresponde à Comunidade Quilombola Os Rufino.

Segundo relato de José Nilson da Silva (conhecido como Mestre Zé Grande, em razão de seu trabalho como mestre artesão), bisneto de Antônio Rufino e mãe Quina, seus

bisavôs trabalhavam na construção de açudes, e a partir dessa atividade, conseguiram adquirir suas terras. Com o passar dos anos, parte dessas terras foi alienada ou transferida, restando apenas quatro dos treze filhos do casal no local. Esses descendentes transmitiram suas propriedades como herança, mantendo a presença familiar no quilombo até hoje (Rufino, 2018).

Um desses quatro filhos de Mãe Quina e Antônio Rufino que permaneceram no quilombo é o Sr. Domingos da Silva, nascido em 1929, um dos moradores mais antigos do quilombo. Seus pais migraram de Barra de Caiçara, sítio localizado no município de Paulista (PB), a 39 quilômetros de Pombal, e se estabeleceram na atual área da Comunidade Os Rufino. Durante nossa conversa, o Sr. Domingos recorda a história de como seu avô, José da Silva (Zé do Sul), foi trazido do sul do país:

O pai do meu pai veio do sul, mas foi porque os cabra compraram lá, que nem compra gado, compraram ele lá, chegou aqui, vendeu pra outro, aí passou um ano, aí chegou, saiu daqui com 18 anos, aí passou um ano, vendido aí com 19, aí foi liberto. Deram a alforria a ele e ele foi liberto. Aí chegou aqui, casou-se no Paulista, passou um ano casado, aí a mulher morreu, aí chegou só uma tia minha, aí ele foi casou-se de novo com outra mulher (Silva, 2022).

Esse momento da conversa chama a atenção pela metáfora utilizada pelo Sr. Domingos, ao relatar que seu avô foi “comprado como quem compra gado” (Silva, 2022), ressaltando a desumanização e a mercantilização da vida negra. Essa analogia nos remete à reflexão apresentada por Nego Bispo (Santos, 2023) sobre como a colonialidade, similarmente ao relato acima, desumaniza e desterritorializa. Para o pensador quilombola, a colonialidade age como quando se adestram bois: enquadra o ser, retira-lhe a capacidade de viver para si e para os seus, com a finalidade de que seja e produza exatamente o que se espera dele.

Essa desterritorialização e as consequências da colonialidade ficam ainda mais explícitas quando Sr. Domingos relata que, após ser alforriado, seu avô foi trabalhar “em outras propriedades, para os homens ricos” (Silva, 2022), seguindo o mesmo destino que a maioria da população negra recém-liberta, que, após séculos de escravidão, não recebeu qualquer reparação e foi compelida a continuar servindo aos mesmos senhores que haviam se beneficiado desse sistema, agora explorando-os como mão de obra precarizada (Quijano, 2005).

Nesse processo, conta que, após o falecimento da primeira esposa, seu avô conseguiu adquirir um terreno onde hoje está localizado o quilombo, e que seu pai continuou trabalhando para donos de propriedades vizinhas, reproduzindo o que era feito

pela geração anterior até conseguir o seu próprio lote, onde cultivava milho, feijão e algodão, além de criar bois e bodes. Também produzia telhas, tijolos e carvão.

Aos sete anos, o Sr. Domingos já auxiliava o pai, aprendendo também o ofício de marcenaria. Durante a entrevista, sua filha relatou que ele era um dos melhores marceneiros da região. Ao ser questionado se seus filhos aprenderam o ofício, respondeu que hoje há menor interesse das pessoas em trabalhar, em comparação ao passado:

As coisas tão mais diferentes [...] A vivência do povo tá mais diferente. Muita gente não quer trabalhar hoje. [...] Antigamente, sabia? Chega na casa. Tudo trabalhando. Se era homem, mulher, tudo fazia sua luta de casa. Mas hoje em dia (Silva, 2022).

Percebe-se, na fala do Sr. Domingos, um descontentamento que pode ser associado a um processo de esvaziamento dos saberes e práticas antes transmitidos no seio familiar. As secas e dificuldades impostas às comunidades negras rurais no semiárido levaram a maioria de seus nove filhos ainda vivos (de um total de dezoito) a migrar para o Sudeste ou a se estabelecer na área urbana de Pombal, permanecendo apenas dois no quilombo. Essa situação evidencia a relação entre desterritorialização e êxodo rural, ambos agravados pela ausência de reforma agrária e pela dificuldade de acesso a políticas públicas, historicamente voltadas aos interesses dos grandes proprietários de terra (Silva, 2020).

Apesar dos obstáculos à reprodução da vida na comunidade, os moradores conseguiram preservar tradições e fortalecer-se coletivamente por meio da cultura e da participação política. José Nilson da Silva, tesoureiro da Associação Os Rufino, neto de mãe Quina e filho de Dona Edith, tem preservado uma tradição significativa na comunidade, dedicando-se à produção artesanal de panelas de barro. Por desempenhar essa função, é reconhecido como Mestre Zé Grande, responsável por transmitir oralmente um saber que atravessa gerações.

O quilombo também preserva uma forte tradição religiosa vinculada à Igreja do Rosário, construída em 1721 e, a partir do século XIX, administrada por uma confraria de ex-escravizados denominada “Irmandade do Rosário”. Essa irmandade mantém laços com os Rufino desde sua origem, contando com membros como Joaquina “das vassouras”, primeira rainha da Irmandade, e “Chico Rufino”, que foi rei em 1951 (Rufino, 2018).

Outra importante expressão cultural da comunidade é o grupo Os Pontões, formado por homens e meninos, em sua maioria moradores do quilombo Os Rufino, mas também por integrantes da comunidade urbana Os Daniel. O grupo participa ativamente

da festa do Rosário com danças, cantos e arrecadação de doações para a igreja (Rufino, 2018).

A comunidade Os Rufino evidencia a importância da cultura na consolidação de um território e na coesão da comunidade entre seus membros, fortalecendo sua articulação política. Essa integração cultural remonta ao contexto pós-Constituição de 1988 e continua sendo uma estratégia fundamental para a sobrevivência não só dos quilombolas, mas de outros grupos étnicos que lutam por seus territórios.

Compartilhamento no território quilombola Os Rufino

O compartilhamento do território na Comunidade Quilombola Os Rufino é fundamentado nas características distintivas dessa região, atravessada pelo rio Piancó-Piranhas. Esse rio desempenha um papel significativo na vida da comunidade, sendo uma temática recorrente nas narrativas de todos os entrevistados.

Para o Sr. Domingos, o rio emerge como uma importante referência na trajetória de sua família dentro do quilombo, representando a principal, senão única, fonte de água à qual tinham acesso. Toda a vida da comunidade girava em torno desse curso d'água. Durante as cheias, a pesca se intensificava; nos períodos de estiagem, as margens eram aproveitadas para o cultivo de batata.

A vice-presidente da Associação Os Rufino, Doralice Sales de Oliveira, chamada carinhosamente de Tia Dora, conta que, quando chegou ao quilombo, há mais de vinte anos, o acesso à água se dava diretamente no rio. Com o passar do tempo, ocorreram mudanças significativas, e a comunidade passou a contar com cisternas e poços artesianos. Segundo ela, essas tecnologias começaram a ser implantadas antes mesmo da certificação oficial da comunidade como quilombola.

Tia Dora destaca que esses recursos hídricos são fundamentais não apenas para o consumo doméstico, mas também para atividades agrícolas, como o cultivo de hortaliças. A comunidade tem acesso à água proveniente do rio Piranhas, beneficiando-se ainda de parte da transposição do rio São Francisco. Apenas algumas residências dispõem de água encanada.

Segundo Tiago Rufino, o serviço de abastecimento de água implantado pela antiga gestão foi descontinuado, obrigando os moradores a adquirirem, por conta própria, motor e canos para garantir o fornecimento. Essa situação impossibilitou que muitas famílias pudessem usufruir do benefício:

Nesse ponto [do acesso a água] foi feito um serviço de abastecimento da água, na antiga gestão, mas faltou pouca coisa para concluir, foi a questão somente do motor e de alguns metros de cano. Eu acredito, coisa simples, mas que o pessoal, digamos, a maioria das famílias não tem condição de arcar com essa aquisição desses equipamentos (Rufino, 2022).

Na comunidade, existe uma caixa d'água com grande capacidade; no entanto, a ausência do maquinário e de canos impede uma distribuição eficiente para atender à demanda total. A maior parte da água consumida provém de cisternas, conforme mencionado pelos entrevistados. Nos casos em que essas não são suficientes, as famílias realizam a captação da água no rio, tratando-a em casa com cloro.

Thiago Rufino expressa a perspectiva de resolução do problema e propõe a busca por um projeto abrangente que englobe a conclusão dessa infraestrutura, incluindo a implementação de um sistema de tratamento adequado. Ele destaca a importância desse tratamento, considerando que a água do rio não é potável devido à poluição causada pelo despejo de esgoto urbano. Entre as demandas levantadas pelas lideranças locais, destaca-se a perfuração de um poço artesiano, especialmente diante dos desafios relacionados ao controle do uso da água durante o período de estiagem.

O acesso à água para irrigação de diferentes produções enfrenta limitações decorrentes de restrições orçamentárias. Além disso, a comunidade relata dificuldades no uso da água do rio, muitas vezes em função de regulamentações rigorosas da Agência Nacional de Águas (ANA) que, embora necessárias para fiscalização, acabam inviabilizando a captação para atividades agrícolas, elevando os custos de irrigação tanto para plantações de capim quanto para outras culturas.

Mestre Zé Grande conta que buscava alternativas para enfrentar os períodos de estiagem e manter uma pequena produção agropecuária. No entanto, as restrições impostas pelo governo federal, juntamente com a proibição de utilizar a água do rio, comprometeram seus planos. Sua fala reflete a frustração diante da falta de incentivos governamentais voltados à convivência com o semiárido:

Antes que eu comecei esse trabalho aqui [artesanato em barro], eu fui ao governo federal, naquela época tinha a recepção da água. Colheu a água do rio todinho. Proibição mesmo, só podia agoar desse tantinho. Aí eu disse, eu tinha 25 cabeças de gado. Eu disse, eu vou vender, que eu não vou ver meu gado morrer de fome aí, olhando para o governo, que não dá nada para ninguém. Aí a ANA, que é o órgão federal, proibiu de todo mundo agoar, sabe, na beira do Rio. Eu tinha até um projeto grande, já aprovado no Banco do Nordeste. Eu fui lá suspender, porque eu não tinha condições de pagar. Eu ia pagar com o quê? Se o meu trabalho era o gado. Era para plantar, irrigar, mas sem água. Não dava para trabalhar. Aí suspendi. Daí para frente eu engajei nesse trabalho

aqui, mas sempre trabalhei na agricultura também. No inverno, assim, sempre eu planto o meu feijãozinho pra eu comer. [...] No caso aqui, para a questão da atividade econômica, então o único que tem incentivo, que houve algum incentivo, foi da produção das panelas. Mas não há nenhum outro projeto voltado para agricultura, para criação de animais (Silva. J., 2022).

Thiago Rufino sugere algumas alternativas para o problema, como a construção de um reservatório ou açude em área propícia da comunidade, a fim de superar essas limitações. Ele destaca a presença de um pequeno barreiro, que, infelizmente, encontra-se assoreado. No início de 2022, a comunidade adquiriu uma máquina (possivelmente PVC) para a limpeza desse barreiro, visando a revitalizá-lo. Ele também menciona a intenção de desenvolver um projeto para otimizar essa iniciativa e fala da necessidade de auxílio técnico para que essas ideias sejam colocadas em prática.

Além dessas questões, merece destaque o problema do assoreamento do rio. Em agosto de 2016, foi realizada denúncia ao Ministério Público acerca dessa situação. No documento, citam-se “possíveis ilícitos ambientais praticados no Rio Piranhas, próximo a uma comunidade quilombola. Trata-se de extração e venda ilegal de areia retirada do leito do rio Piranhas, no trecho que corta o Sítio São João” (MPF, 2016).

Figura 1 – Assoreamento do Rio Piranhas devido à atividade mineradora



Fonte: Arquivo próprio (2023).

No documento, cuja denúncia solicita vistoria do local e aponta um possível responsável, é possível perceber a burocratização e a leniência das instituições com o problema. Consta que houve uma notificação ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que sequer respondeu ao ofício enviado pelo Ministério Público, mesmo após um ano da denúncia. Somente após o envio de um segundo ofício, o DNPM

respondeu que havia processos requerendo o leito do Rio Piranhas para atividade mineradora; contudo, até aquele momento, não havia autorização para a realização dessa atividade no local, sendo, portanto, considerada ilegal qualquer extração no leito do rio (MPF, 2016).

Posteriormente, foi realizada vistoria que confirmou haver a atividade de extração de areia no local, mas o dano não foi quantificado e não houve responsabilização pelo crime. Mesmo havendo fortes indícios da autoria do crime, o processo foi arquivado, sob a justificativa de que foi flagrada nenhuma pessoa retirando areia no dia da vistoria do DNPM e de que, após a oitiva do possível responsável, ligado a um político da cidade, este negou as acusações. Em 2023, sete anos após a denúncia, o problema persiste. Nos relatos dos moradores permanece o ceticismo em relação às instituições para a resolução desse problema.

As entrevistas também apontaram que, atualmente, não há controle efetivo sobre quem realiza a atividade mineradora no leito do rio. Algumas pessoas da comunidade obtêm autorizações de proprietários, enquanto outras, especialmente não quilombolas, realizam a extração sem qualquer permissão. A falta de controle e de fiscalização levanta preocupações sobre os potenciais prejuízos ambientais resultantes dessa prática desordenada, envolvendo até pessoas de outros municípios.

Esse processo demonstra a negligência não apenas em relação à comunidade, mas também à importância da preservação de um rio em uma região semiárida. Mestre Zé Grande fala com saudosismo de quando a região era propícia à pesca:

Nesse rio? O peixe do rio é bem pouquinho. A gente vê peixe bem miudinho. Não vê muito peixe no rio, não. Tinha muito peixe. Aí o tempo se acabou [...] o rio não tem muito peixe, não. O peixe que a gente vê muito no rio é umas curimatã pequenininha e mais piranha. Quando eu cheguei aqui, o rio tinha muito peixe. A água do rio era mais fundo (Silva, J., 2022).

A vida nas comunidades rurais do semiárido é muito impactada pela disponibilidade de água e, especialmente nas localidades que não possuem sistemas complexos de irrigação, como ocorre nas grandes propriedades, há uma dependência ainda maior durante o período de estiagem. Essa realidade evidencia a desigualdade mencionada nas falas das lideranças, que denunciam a ausência de políticas públicas voltadas para o incentivo aos pequenos agricultores e para a ampliação de sua produção.

Um exemplo dessa desigualdade é a forma de distribuição dos recursos do Plano Safra, o qual, nos anos 2023/2024, destinou 8,5 bilhões dos 13,6 bilhões de reais de subsídios ao crédito agropecuário ao Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar (Pronaf). De acordo com estudo realizado pela ONG Climate Policy Initiative em parceria com a PUC-RJ, que analisou programas de crédito, tipos de produtores e finalidade do crédito, “embora 1% dos empréstimos sejam para empresas, elas obtêm 29% do volume do crédito e correspondem a 85% da área que recebe crédito rural” (Assunção & Souza, 2020, p. 2).

Desse modo, observa-se que os critérios estabelecidos pelo programa não garantem paridade no acesso aos recursos, sendo fundamental revê-los também sob a perspectiva da política ambiental, uma vez que o estudo comprova que os pequenos produtores contribuem para a redução do desmatamento e para a diversificação da produção, ao contrário dos grandes produtores, cuja demanda por terra aumenta à medida que acessam esses recursos (Assunção & Souza, 2020).

No quilombo os Rufino, existe uma pequena produção agropecuária, prevalecendo as produções de feijão e milho, principalmente no período de chuvas, e de capim, plantado ao longo de todo o ano para alimentar o pequeno rebanho, criado sobretudo para a produção de leite. A produção agrícola é voltada prioritariamente para o consumo próprio, enquanto o leite é destinado tanto ao consumo interno quanto à comercialização.

Contudo, quando surge a necessidade, alguns residentes (quilombolas e não quilombolas) procuram emprego informal, seja em grandes fazendas, na cidade ou em domicílios de famílias locais. Muitas vezes de curta duração e remunerados diariamente, esses empregos envolvem diversas atividades, desde o trabalho doméstico ao trabalho na terra de fazendeiros vizinhos, construindo cercas ou atuando como vaqueiros.

De acordo com Thiago Rufino, isso ocorre porque, embora muitos possuam suas próprias terras, algumas condições básicas não são atendidas, o que os leva a buscar oportunidades fora da comunidade:

Todos têm terra lá, só que faltam condições para que eles possam ampliar isso. Não apenas aquele retorno de subsistência do trabalho na agricultura e na pecuária, mas que possa ser algo que tem uma rentabilidade. No período do inverno, se consegue produzir o seu milho, o seu feijão, aí faz o estoque para a sua subsistência, e quando é no período seco vai trabalhar alugado, às vezes nas grandes fazendas, tem outros que trabalham na cidade, tem pessoas que moram na comunidade, mas aí todo dia vai e volta, porque trabalha digamos em casa de família, trabalhando no comércio local (Rufino, 2022).

Também se destaca a desigualdade no acesso a serviços na região, como o exemplo do serviço de coleta de produtos lácteos, cujos pontos de recolhimento foram instalados nas propriedades dos fazendeiros mais influentes, ignorando os pequenos

produtores, que acabam tendo mais dificuldade para comercializar sua produção. Apesar de a agricultura e a pecuária serem as principais atividades no quilombo Os Rufino, a produção de panelas de barro ocupa um papel de destaque na economia circular do território. Essa produção é um símbolo da tradição e habilidade artesanal dentro do quilombo. Mestre Zé Grande, um dos responsáveis por essa produção, aprendeu o ofício com sua mãe e, ao longo dos anos, aprimorou suas técnicas:

Minha mãe sempre trabalhava, quando criou a gente, no trabalho da louça. Ela fazia panela, porta. Ela aprendia muito a fazer panela. Desde a mãe dela. Ela já vem ter passado desde a avó dela, que é mãe Quina. Mas ela não aprendeu só com a mãe dela, aprendeu com outras pessoas lá, em Várzea Comprida dos Leites [distrito de Pombal, onde nasceu Mestre Zé Grande], que já carregavam no sangue, e já faziam. Via a mãe dela fazer, aí começou a fazer (Silva, J., 2022).

Inicialmente, o processo envolvia a extração manual do barro, mas agora o mestre utiliza equipamentos para aprimorar a qualidade do material:

Sempre ela [sua mãe] botava a gente para fazer. O que era botar para eu fazer, eu não fazia peça. Antigamente, a gente tirava o processo do barro todinho, com a mão, catando aquelas pedrinhas. Hoje não. Hoje eu tenho uma maca para moer o barro, para tirar aquele processo da pedra. Para ficar só o barro, só a liga mesmo. Então, não fica nenhuma pedra para o barro, não (Silva, 2022).

A Casa do Barro Dona Edith é atualmente composta por 14 pessoas, entre mestres e aprendizes que mantêm viva essa importante tradição, desde a moldagem até o acabamento das peças. A transmissão do conhecimento acontece de forma orgânica, com os mais experientes ensinando aos jovens, garantindo a continuidade dessa tradição.

O impulso para envolver os jovens na produção veio de uma iniciativa que visava a resgatar e a preservar a cultura das panelas de barro. Muitos desses incentivos vieram de políticos e de ONGs, cujo apoio foi crucial para unir a comunidade e reacender o interesse pela produção artesanal. Mestre Zé Grande fala de como foi se desenvolvendo esse trabalho na comunidade, que antes era feito de forma individual:

Inicialmente, cada um fazia. Aprendia, mas cada um tinha sua officininha em casa. Tinha sua officininha em casa para fazer. — Aí, nesse projeto, no caso, o [projeto] candeiro foi que juntou todo mundo... E foi quando começou a trabalhar aqui nessa casa. Nós começamos a trabalhar não era nessa casa, não. Era na outra casa de uma prima minha. Se reuniu todo mundo lá para começar. Depois desse primeiro momento, a gente trouxe aqui o projeto para fazer a perfeição desse material aqui. Projeto Empoderar. Que era a Prefeitura, a União Europeia e o Governo do Estado (Silva, 2022).

Mestre Zé Grande compartilha conosco todo o processo de produção, que começa com a coleta de barro em um barreiro. Esse barro é misturado com pedra-sabão, em uma técnica tradição que remonta a gerações. Após a moldagem das peças, elas passam por lixamento, polimento e, finalmente, a queima, que dura seis horas. O uso da lenha é criterioso: utiliza-se apenas madeira de mata já morta, a fim de evitar temperaturas excessivas que poderiam modificar as peças.

A forragem de tritura a gente pega ali o barro, tritura, tudo separadinho. Aí a pedra também. Hoje se chama pedra sabão. E a gente chama aqui, eu conheço ela desde que eu nasci, pedra mole. [...] O primeiro processo que a gente faz é captar o barro no barreiro. Aí tem a parte também que é a outra parte da pedra. Aí pega a pedra para triturar também para juntar ela. Aí depois que eu triturar ela todinha, eu vou pegar ela e cessar na peneira. Uma tela bem fininha. E vou pegar doze quilos de barro, botar numa carroça para não estar mexendo ali. Então, uma bacinha grande. Para pegar, fazer a mistura para ficar bem misturadinho. Que são doze quilos de barro com seis de pedra. Tem mais da metade do barro. Depois de fazer esse processo todinho, vou molhar ela todinha para amassar. Depois de amassar, eu pego ele e boto ele num saco. Quando eu coloco aquele ali, eu deixo ele passar uns quarenta minutos para poder começar o trabalho, fazer a moldagem... A gente pega água do rio... Aí tem a parte de fazer o lixamento. Lixar ela todinha para depois a gente chegar na parte final que é fazer o polimento para ir ao forno. Depois de fazer o polimento todinho, a gente carrega para onde. Pra encher o forno e fazer a queima. A queima é seis horas. Aí a gente queima seis horas e só tira no outro dia. Porque o tempo esfria. A lenha a gente pega só aquela mata que já está morta. A lenha de jurema a gente não usa. Porque a lenha é muito quente. E a lenha precisa ser uma lenha que a queimadura não segura muito. A jurema ela segura mais de 48 horas. Aí modifica as peças. Agora nesse clima, agora ventando, esse vento que a gente está sentindo aqui, se a gente deixar as portas tudo abertas aqui na parte de secagem da peça, vai haver rachadura nas peças. Uma tampa, panela é mais difícil de rachar. Uma peça grande, um pote, uma peça espalhada, ela vai abrir uma cratera. Sempre é desperdício, mas a gente não perde o barro. Retorna de novo, todinho. Moia ele. Não perde... Antes de queimar, aproveita tudo (Silva, J., 2022).

O relato do Mestre Zé Grande sobre a produção artesanal em barro nos apresenta um processo circular, no qual natureza e cultura estão integradas e se complementam. Existe um cuidado desde a coleta do barro, numa região cercada de juremas, onde o local da retirada desse material o tempo de adaptação e recuperação do solo. Ao chegarmos ao local, Mestre Zé Grande explica que existe um revezamento nas áreas de extração, de modo a permitir que o solo se regenere. Ele indica os pontos de onde o barro é retirado, conforme mostram as imagens a seguir, nas quais é possível observar os sulcos resultantes desse processo:

Figura 2 – Local de retirada do barro



Fonte: Arquivo próprio (2023).

Além disso, outros destaques na fala do Mestre Zé Grande são, mais uma vez, a importância do rio para molhar a argila para amassar e para utilização cuidadosa na moldagem das peças; o ciclo de reutilização das panelas que vieram a rachar e cujo barro pode ser reaproveitado; a decisão de utilizar apenas lenha proveniente de matas já mortas, em oposição à lenha de jurema, evitando o corte indiscriminado de árvores; e a consideração do clima durante o processo, para a proteção das peças contra rachaduras causadas pelo vento.

É perceptível que, ao longo de cada etapa do processo de produção artesanal, a comunidade revela uma relação de proximidade e profundo conhecimento de seu território, preservando tanto a integridade do seu povo e de seus costumes quanto a da natureza. Nesse sentido, observa-se que, à medida que se fortalece a identidade quilombola, também se intensifica a ligação com o território e com os seres que nele coexistem. Essa produção artesanal é um bom exemplo de como a organização coletiva e a capacidade de autogestão estão presentes na comunidade.

Para além da produção artesanal, a comunidade mantém-se envolvida na construção de uma relação biointerativa. A conscientização ambiental está sendo integrada à identidade local, buscando a harmonia entre humano e natureza, trazendo uma reconexão com o território. Ao ser questionado sobre como percebe essa perspectiva de interação da comunidade com o território, Thiago Rufino destaca que, apesar de existir desmatamento em áreas com intensa produção agrícola, como as margens do rio e baixios, a maior parte das áreas situadas atrás das residências é preservada, com poucos registros de desmatamentos e queimadas.

Ele ressalta a harmonia existente entre os moradores e a notável diversidade de aves na região, sugerindo até a possibilidade de um projeto futuro para a criação de uma

reserva avícola. Thiago Rufino ressalta a conscientização da comunidade ao longo do tempo, mencionando práticas anteriormente adotadas, como a captura e comercialização de aves, que foram sendo substituídas em busca de uma convivência mais equilibrada com o ecossistema local:

A gente estava conversando com uma pessoa que fazia isso, a gente conversou e ela foi mudando o pensamento, ela pegava um tipo de pássaro que eu não me lembro, acho que eram os lourinhos, para poder vender. Só que acontece, a gente foi conversando, a gente foi conversando sobre o que estava provocando, o prejuízo e tal, que ia se acabar, com a extinção. E aí foi isso que eu disse, pronto, ele hoje não faz mais essa atividade (Rufino, 2022).

É importante observar que essa prática, anteriormente adotada pelo morador, estava vinculada à sua subsistência. Por isso, é importante o desenvolvimento de projetos capazes de proporcionar fontes de renda que garantam o sustento das pessoas. Nesse sentido, Thiago reforça a necessidade de um acompanhamento técnico e da mobilização junto aos órgãos públicos, para que estes apoiem iniciativas voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade.

As tradições culturais, o enfrentamento de desafios ambientais e a busca por oportunidades econômicas são questões que estão entrelaçadas no cotidiano da comunidade Os Rufino. Ao lidar com essas questões, a comunidade mantém viva as heranças culturais, enquanto se organiza na busca por soluções para garantir seus modos de vida.

A partir de tudo o que vem sendo construído pelos moradores da comunidade, evidencia-se um projeto coletivo voltado para a conquista de uma existência plena e digna em seu território. Contudo, é preciso que haja colaboração das instituições públicas, que são provocadas pela população quilombola não para exercerem um papel de interventores, mas de mediadores. Essa reflexão é crucial, pois, em diversos aspectos da vida comunitária, as dificuldades são mais profundas, revelando que, em vez de uma autogestão plena do território, persiste uma forma de gestão que mantém a comunidade em situação de dependência, enfraquecendo a organização coletiva que é essencial para sua sobrevivência.

Ao questionarmos sobre outras comunidades na região, surgiram relatos sobre processos nos quais quilombolas são deixados em situação de extrema vulnerabilidade social pelo poder público. São narrativas que vão desde a perda de tradições até a exposição da população à violência, à dependência de drogas e a inúmeros outros problemas. Histórias de pessoas que, outrora valorizadas pelo trabalho relevante com

material reciclável, hoje se veem obrigadas a revirar o lixo por conta própria, sem qualquer segurança ou apoio institucional.

Durante nossa conversa, o Sr. Domingos comentou que hoje não se produz como antes, porque “a terra também envelhece, fica cansada e morre”. Para que isso não ocorra, ele nos mostrou, com um gesto de arar a terra com as mãos, como seria possível “salvar a terra” e, conseqüentemente, toda a vida que dela depende. Esse gesto sugere que é apenas pelas mãos dos quilombolas, e por sua construção autônoma e coletiva, que o quilombo irá sobreviver.

Conclusão

Na Paraíba, a concentração significativa das comunidades quilombolas no semiárido revela uma estreita conexão entre a presença da população negra e a histórica cultura do latifúndio e da agropecuária na região. Esse vínculo remonta a tempos de escravidão e pós-abolição, quando muitos negros escravizados e alforriados foram engajados nas atividades agropecuárias características da área. Atuando como vaqueiros e trabalhadores nas plantações de algodão, esses indivíduos contribuíram significativamente para a formação da identidade cultural do local. A cultura quilombola na Paraíba, portanto, é intrinsecamente ligada às práticas agrícolas e pecuárias historicamente associadas ao latifúndio, refletindo a complexidade das relações entre a população negra e a terra na região semiárida. O entendimento dessas raízes históricas é essencial para compreender plenamente a herança cultural e social das comunidades quilombolas nesse Estado.

Observar de perto o compartilhamento no Quilombo Os Rufino nos permite refletir sobre como comunidades negras rurais possuem a capacidade de vivenciar o semiárido enquanto território ancestral, construindo sua identidade a partir da biointeração com a caatinga. Diferentemente do que ocorre entre os povos colonizados, cujas relações são pautadas pela conveniência, nessas comunidades as interações, tanto entre as pessoas quanto com o meio, se estabelecem a partir da confluência (Santos, 2023).

Compreender a dinâmica política nos quilombos revela o potencial dessas comunidades em estabelecer autonomamente a gestão coletiva de seus territórios. No entanto, essa capacidade de construção autônoma e coletiva só se materializa quando não estão vulnerabilizadas diante das dificuldades socioambientais enfrentadas no semiárido, agravadas pelo avanço das mudanças climáticas.

Encontrar essas ricas interações no quilombo transforma nossa percepção sobre como abordar o que chamamos de gestão ambiental e territorial, levando-nos a compreender que, no quilombo, não se trata de gerir, como algo a ser administrado e enquadrado, mas de gestar, no sentido de conceber e prover o que há de mais essencial: a vida.

Referências

ABREU, W. E. A. *Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888*. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

ASSUNÇÃO, J.; SOUZA, P. Z. Os impactos do crédito rural na produção agropecuária e no uso da terra. *Climate Policy Initiative*, 2020. Disponível em: <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/os-impactos-do-credito-rural-na-producao-agropecuaria-e-no-uso-da-terra/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CONAQ. *Racismo e violência contra quilombos no Brasil: 2018-2022*. Curitiba: Terra de Direitos, 2023. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/racismoeviolencia/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

FORTES, M. E. P.; LUCCHESI, F. Comunidades quilombolas na Paraíba. In: BANAL, A.; FORTES, M. E. P. *Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro*. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (Brasil). *Diário do Ministério Público Federal*. Ministério Público Federal Eletrônico, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.mpf.mp.br/server/api/core/bitstreams/69bcb8ee-e2c2-4147-9ed8-404203d60b6a/content>. Acesso em: 26 abr. 2022.

PARAÍBA (Estado). *Infográfico das comunidades quilombolas do Estado da Paraíba*. João Pessoa: IDEME – Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual, 2017. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-planejamento-orcamento-e-gestao/arquivos/publicacoes/infografico-das-comunidades-quilombolas-do-estado-da-paraiba.pdf>. Acesso em: 23 maio 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, A. B. *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

SANTOS, A. B. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu; Piseagrama, 2023.

SILVA, A. A. *Direito e políticas públicas quilombolas*. São Paulo: D'Plácido, 2020.

SILVA, R. M. A. et al. Características produtivas e socioambientais da agricultura familiar no Semiárido brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 55, p. 314-338, 2020.

WIELEWICKI, H. G. A pesquisa etnográfica como construção discursiva. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 23, n. 1, p. 27-32, 2001.

Artigo Recebido em: 18/02/2025

Aprovado para publicação em: 07/08/2025

Editor(a) Responsável: Camila Naressi

¹ Observando o Censo realizado no ano de 1872, poucos anos antes da abolição, das 1.510.806 pessoas escravizadas no Brasil, entre homens, mulheres e crianças, 21.526 estavam no território paraibano, sendo 10.681 homens e 10.845 mulheres (IBGE, 2018).

“PEOPLES OF TRAJECTORIES IN THE PARAÍBA BACKLANDS: The Quilombola Community Os Rufino

“POVOS DE TRAJETÓRIAS” NO SERTÃO PARAIBANO: A Comunidade Quilombola Os Rufino

Larissa Sousa Fernandes¹

José Otávio Aguiar²

Mara Karinne Lopes Veriato Barros³

Abstract: This article investigates socio-environmental governance in a quilombola territory located in the semi-arid region of Paraíba. It adopts a perspective that seeks to understand, through quilombola experiences and knowledge, how these communities organize themselves as collective and autonomous territories, incorporating their own conceptions and practices. Using an ethnographic approach, the study aims to explore the culture and the social and environmental relationships within the community. Field visits and interviews were conducted, applying memory and oral history methods. Through the narratives of the interviewees, it was possible to perceive the community's evolution, the socio-environmental changes that have occurred, and to relate them to historical time and the development of public policies, confronting official documents with the community's lived perceptions.

Keywords: Quilombola communities, Socio-environmental Governance, Semi-arid region.

Resumo: Este artigo investiga a governança socioambiental em um território quilombola do semiárido paraibano, adotando uma perspectiva que busca compreender, por meio da vivência e do conhecimento quilombola, como essas comunidades podem se organizar como territórios coletivos e autônomos, incorporando suas próprias concepções e práticas. Utilizando o método etnográfico, buscamos entender a cultura e as relações sociais e ambientais presentes na comunidade. Realizamos visitas de campo e entrevistas, aplicando o método de memória e história oral. A partir das narrativas dos entrevistados, foi possível vislumbrar a evolução da comunidade, as mudanças socioambientais ocorridas e relacioná-las ao tempo histórico e a evolução das políticas públicas, confrontando os documentos oficiais com a percepção sensível da comunidade.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas, Governança socioambiental, Semiárido.

Introduction

In Brazil, the various ethnic groups that make up the so-called “traditional communities” have their origins deeply rooted in the struggle against oppression

¹ Professor at the Federal University of Campina Grande, Sousa Campus. PhD in Engineering and Natural Resource Management from the Federal University of Campina Grande (UFCG). E-mail: larissasousa@professor.ufcg.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8953727963162833>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2707-7206>.

² Full Professor of History, UFCG/PB. PhD in History and Political Cultures from the Federal University of Minas Gerais. Email: otavio.j.aguiar@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7106694267459903>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0489-3670>. Research Productivity Fellow – CNPq [National Council for Scientific and Technological Development].

³ Postdoctoral Fellow in Natural Resources Engineering, Federal University of Campina Grande (UFCG). PhD in Natural Resources Engineering, Federal University of Campina Grande (UFCG). E-mail: karinnelv@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9198696436575198>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1215-9599>. Research fellow funded by the Paraíba State Research Support Foundation (FAPESQ). E-mail: fapesq@fapesq.rpp.br.

throughout centuries of colonization. These groups include indigenous peoples who survived genocide since colonial times and descendants of the Black diaspora, who resisted enslavement and continue to face state oppression. The main focus of these struggles, especially for those living in rural areas and forests, is the protection and recognition of their territories, where they maintain an ancestral connection with the land, developing knowledge and practices passed down through generations. In this way, they build a sense of belonging that goes beyond the mere notion of collectivity, transcending the simple aggregation of individuals in a given space.

In this context, governance that understands and respects the ways of life of these populations, recognizing their knowledge and practices, is considered essential. Nego Bispo, nickname of Antônio Bispo dos Santos, an influential quilombola writer and thinker, used to define these peoples, who build knowledge from their concrete life experiences, as “peoples of trajectories.” These peoples do not rely on theories, but on the reality of their daily experience of working with the land. Thus, their experiences do not separate them from their territory, but rather make them part of it, resulting in what Nego Bispo conceptualized as “biointeraction”. In this perception, a quilombola territory is more than just a space; it is a place where life reproduces itself in all its forms and where the community shares its customs and traditions passed down from generation to generation, in a relationship that does not involve a beginning, middle, and end, but rather a beginning, middle, and beginning (Santos, 2023).

Applying these reflections to the reality of the Paraíba backlands, where these peoples often face socioeconomic challenges exacerbated by the climate crisis, the environmental issue becomes even more urgent. In a setting characterized by a semi-arid climate and the caatinga biome, public policies often reproduce colonial dynamics, perpetuating inequalities and marginalizing the voices and rights of these populations (Santos, 2015). Thus, this research sought not only to understand but also to challenge these paradigms, highlighting and proposing the importance of critical and emancipatory approaches to the environmental and territorial governance of these communities, within a democratic and pluralistic horizon.

With this in mind, we present the history of the Os Rufino Quilombola Community, located in the Paraíba backlands. This community stands out for its valuable cultural contribution and for living together in a collective territory, built on the recovery of its ancestry. Furthermore, their quest for harmonious coexistence with the semi-arid region, guided by respect for the caatinga biome, has been fundamental to the survival and prosperity of future generations.

To conduct this research, we used ethnographic methods, as we understand the quilombola population to be the bearers of a specific culture, language, and territory, as well as a specific and original way of giving meaning to them (Wielewicki, 2001). Therefore, field visits and interviews were conducted with leaders and residents, visits in which the itinerary was constructed from the perspective of memory, using the oral history interview methodology. In the transcripts of these interviews, we seek to present not only the historical trajectory of the interviewees, but also their perceptions and the evolution of access to water, as well as the community's involvement in the Caatinga biome, with agricultural production and animal husbandry — elements that shape the community's organization and political engagement. Thus, this research aims to understand how socio-environmental governance is articulated in the Os Rufino quilombola community through its historical, social, and political trajectory.

Quilombola communities in the Paraíba backlands

The existence and resilience of various quilombola communities in the backlands of Paraíba draws attention to the invisibility of the presence and history of Black people not only in Paraíba, but especially in this region. To address this gap, Diana Galiza (Fortes & Lucchesi, 2013) undertook a historical research effort, giving prominence to subjects traditionally marginalized in official historical accounts, in order to recover the participation of enslaved and free Black people in the process of populating the territory of Paraíba¹. Many of these settlers came from neighboring states and settled in the region to work on large estates granted to colonists under the sesmarias [Portuguese colonial land-grant regime] model:

The settlement of Paraíba took place on two fronts: one starting from the interior towards the coast, carried out by colonizers from Bahia or Pernambuco who settled in the backlands and established cattle ranches; and another that started from the coast and moved inland. Those who chose to settle were granted land in sesmarias, which could vary between 1 and 4 leagues in size, giving rise, also in the backlands, to a land system based on the predominance of large properties that has largely endured to the present day (Fortes & Lucchesi, 2013, p. 49).

In regions where the plantation system was not predominant, such as the backlands of Paraíba, where extensive farming and livestock breeding were the main activities, cattle breeding was combined with subsistence agriculture geared toward the domestic market. In this scenario, the enslaved population, despite being heavily

exploited, performed functions similar, in certain specific circumstances, to those of free workers:

To think about slavery in the Paraíba backlands is to think differently from the plantation model that prevailed in vast areas of Brazil since the early colonial periods. In the economic dynamics of the sertão, we have another model of labor, linked to cattle raising and, therefore, with its own characteristics. Even though slaves performed the heaviest work, we can imagine black and white people performing the same tasks, sharing the same work (Abreu, 2011, p. 63-64).

Furthermore, according to Abreu (2011), the enslaved population in the backlands could be characterized as “property in motion”: in addition to working on farms, these people were the subject of commercial transactions, being rented and leased to other owners, mortgaged, and sold according to the circumstances faced by their masters. In situations of extreme drought, for example, which resulted in considerable financial losses, it was common practice to sell enslaved people.

With the progressive devaluation of these people, seen as “commodities,” as the abolition process approached, many masters disposed of their slaves so they would not have to support them throughout the year, especially during periods of drought and scarcity. Thus, the black population in this region spread out and formed communities in remote areas of the semi-arid region, combining practices inherited from Africa with local indigenous heritage, passed down from generation to generation as knowledge and techniques for the secular management of the biome (Abreu, 2011).

These characteristics allow us to conclude that, compared to neighboring states, the interior of Paraíba had a smaller number of enslaved people, scattered across vast regions of the sertão. However, in the context of the second quarter of the 19th century — a period in which the process toward abolition was already intensifying, with the enactment of measures such as the Euzébio de Queiroz Law and the Lei do Ventre Livre (Law of Free Birth) — the number of freed slaves increased significantly. There were many free black people who worked and lived on large estates, interacting periodically with the few scattered villages:

The smaller proportion of slaves in relation to the population as a whole, however, did not mean that there was no black population living in Paraíba. Many children of slaves were freed, becoming workers attached to sugarcane farms (Medeiros & Sá; 1999 apud Fortes & Lucchesi, 2013).

The formation of rural black communities in Paraíba was made possible by the emergence of tenant farmers, who were given part of the property for housing and subsistence farming. With abolition, many freed Black people also became part of these communities. It is also important to consider that, in many locations, there was already integration with the territory and with existing economic production, such as cotton production, driven by the development of the English textile industry in the late 18th century, and livestock farming in the backlands (Abreu, 2011; Fortes & Lucchesi, 2013).

According to Fortes & Lucchesi (2013), the working relationship with the landowner reproduced a mixture of slavery and feudalism, in which workers had to give up a large part of their production and submit to the owner's demands in order to remain on the land. There was also a distinction that placed black and brown people in the condition of “workers in a regime of subjection” (p. 52), distinct from that of other residents.

These historical specificities resonate with Quijano's (2005) argument regarding the centrality of the category of “race” in colonialism and in the subsequent development of capitalism. In this context, an association between “race” and “work” has historically been constructed, establishing a social division that relegated the racialized population to a position of subordination and naturalized relations of domination generated by coloniality. The naturalization of socially and historically engineered processes was often a recourse of legal and governmental language to maintain the status quo in the exploitation of the Black population after abolition.

Fortes & Lucchesi (2013) report that residents of communities formed in this context still constructed a self-image associated with the condition of slavery, due to the circumstances at the time, in which land ownership was far from a reality. This lack of definition caused (and still causes) various conflicts, resulting in loss of territory and hindering access to public policies. The neglect of these communities keeps this population in a situation of extreme vulnerability, as evidenced by a recent report by the National Coordination of Rural Black Quilombola Communities (CONAQ, 2023), according to which 69% of murders of quilombolas between 2018 and 2022 occurred in non-titled territories, with 40.62% related to land conflicts and 31.25% resulting from gender-based violence.

Considering the reality of quilombola communities in Paraíba, currently none of them have collective property titles. In the semi-arid region, where the degradation of the caatinga, droughts, and desertification are intensifying (Silva et al., 2020) due to the advance of climate change, the socio-environmental vulnerability of this population tends

to worsen. The most consistent response to these problems lies within the communities themselves that live, coexist, and biointeract there (Santos, 2023).

Understanding the settlement process of quilombola communities in the semi-arid region of Paraíba is essential, as rural communities define land use based on their historical experience, in light of the various changes that have occurred in this area. According to data from the State Action Program to Combat Desertification and Mitigate the Effects of Drought in the State of Paraíba, 94% of the state's territory is at risk of desertification (Paraíba, 2017). This process, resulting from climate change combined with the extractive model of land exploitation and the absence of public policies, has affected rural communities. It is necessary to ensure their autonomy so that they can adapt to a climate reality that scientific research has classified as irreversible.

It is urgent to ensure that communities that depend on the land for their livelihood and for the survival of future generations participate in finding solutions to the damage caused by the exploitation of life and nature for capital gain. Due to their relationship with the environment, which goes beyond commercial or mere subsistence purposes, the quilombolas of the semi-arid region interact with their territory based on a sense of belonging and historical identity built on struggle and resilience, passed down from their ancestors.

Formation of the Rufino quilombola community

According to historian and president of the Os Rufino Association, Tiago Rufino, the community is a living symbol of resistance and the struggle for freedom, whose roots date back to the period of slavery in Brazil. He explains that contemporary quilombos represent the continuity of this historical legacy, in which these communities were landmarks in the struggle against an inhumane system that lasted for almost four centuries in the country.

The history of the community begins with the matriarch Rufina Maria da Conceição, a woman enslaved on the farms of Pombal during the slavery period. She had three children, one of whom was Antônio Rufino de Jesus. He married Joaquina Maria da Conceição, known as Mother Quina, with whom he had thirteen children. Between 1904 and 1910, this family settled in Sítio São João, an area that currently corresponds to the Os Rufino Quilombola Community.

According to José Nilson da Silva (known as Mestre Zé Grande, due to his work as a master craftsman), great-grandson of Antônio Rufino and Quina, his great-

grandparents worked in the construction of dams, and from this activity, they were able to acquire their land. Over the years, part of this land was sold or transferred, leaving only four of the couple's thirteen children on the property. These descendants passed on their properties as inheritance, maintaining the family presence in the quilombo to this day (Rufino, 2018).

One of the four children of Mother Quina and Antônio Rufino who remained in the quilombo is Mr. Domingos da Silva, born in 1929, one of the oldest residents of the quilombo. His parents migrated from Barra de Caiçara, a farm located in the municipality of Paulista (PB), 39 kilometers from Pombal, and settled in what is now the Os Rufino Community. During our conversation, Mr. Domingos recalls the story of how his grandfather, José da Silva (Zé do Sul), was brought from the south of the country:

My father's father came from the South, but it was because the men bought him there, just like they buy cattle. They bought him there, brought him here, then sold him to someone else. After a year, he left here at the age of 18; a year later, at 19, he was sold again, and then he was freed. They granted him manumission, and he was freed. Then he arrived here, got married in Paulista, was married for a year, then his wife died, then only one of my aunts arrived, then he got married again to another woman (Silva, 2022).

This moment in the conversation draws attention to the metaphor used by Mr. Domingos when he recounts that his grandfather was “bought like cattle” (Silva, 2022), underscoring the dehumanization and the commodification of black life. This analogy brings us back to the reflection presented by Nego Bispo (Santos, 2023) on how coloniality, similar to the account above, dehumanizes and deterritorializes. For the quilombola thinker, coloniality acts like training oxen: it frames the being, removes its ability to live for itself and its own, with the aim of making it be and produce exactly what is expected of it.

This deterritorialization and the consequences of coloniality become even more explicit when Mr. Domingos reports that, after being freed, his grandfather went to work “on other properties, for rich men” (Silva, 2022), following the same fate as most of the newly freed black population, who, after centuries of slavery, received no reparations and were compelled to continue serving the same masters who had benefited from this system, now exploiting them as precarious labor (Quijano, 2005).

In this process, he recounts that, after the death of his first wife, his grandfather managed to acquire a piece of land where the quilombo is located today, and that his father continued to work for neighboring landowners, replicating what had been done by the previous generation until he obtained his own plot, where he grew corn, beans, and

cotton, in addition to raising cattle and goats. He also produced roof tiles, bricks, and charcoal.

At the age of seven, Mr. Domingos was already helping his father, learning the carpentry trade. During the interview, his daughter said that he was one of the best carpenters in the region. When asked if his children had learned the trade, he replied that people today are less interested in working than in the past:

Things have changed [...] The way people live has changed. Many people don't want to work today. [...] In the old days, you know? You would come home. Everything working. If you were a man or a woman, everyone did their share of the struggle at home. But nowadays (Silva, 2022).

Mr. Domingos' words reveal a discontent that can be associated with a process of erosion of the knowledge and practices previously transmitted within the family. The droughts and hardships imposed on rural Black communities in the semi-arid region led most of his nine surviving children (out of a total of eighteen) to migrate to the Southeast or settle in the urban area of Pombal, with only two remaining in the quilombo. This situation highlights the relationship between deterritorialization and rural exodus, both aggravated by the absence of agrarian reform and the difficulty of accessing public policies, which have historically been geared toward the interests of large landowners (Silva, 2020).

Despite obstacles to reproducing life in the community, residents have managed to preserve traditions and strengthen themselves collectively through culture and political participation. José Nilson da Silva, treasurer of the Os Rufino Association, grandson of Quina and son of Dona Edith, has preserved a significant tradition in the community, dedicating himself to the artisanal production of clay pots. For performing this role, he is recognized as Mestre Zé Grande, responsible for orally transmitting knowledge that spans generations.

The quilombo also preserves a strong religious tradition linked to the Igreja do Rosário [Church of the Rosary], built in 1721 and, from the 19th century onwards, administered by a brotherhood of former slaves called the "Brotherhood of the Rosary". This brotherhood has maintained ties with the Rufino family since its inception, with members such as Joaquina "of the brooms", the first queen of the Brotherhood, and "Chico Rufino," who was king in 1951 (Rufino, 2018).

Another important cultural expression of the community is the group Os Pontões, formed by men and boys, mostly residents of the Os Rufino quilombo, but also by

members of the Os Daniel urban community. The group actively participates in the Rosary festival with dances, songs, and fundraising for the church (Rufino, 2018).

The Rufino community highlights the importance of culture in consolidating a territory and promoting community cohesion among its members, strengthening its political articulation. This cultural integration dates back to the post-1988 Constitution era and remains a fundamental strategy for the survival not only of quilombolas, but also of other ethnic groups fighting for their territories.

Sharing in the Os Rufino quilombola territory

The sharing of land in the Os Rufino Quilombola Community is based on the distinctive characteristics of this region, which is crossed by the Piancó-Piranhas River. This river plays a significant role in the life of the community, being a recurring theme in the narratives of all interviewees.

According to Mr. Domingos, the river emerges as an important reference point in his family's history within the quilombo, representing the main, if not only, source of water to which they had access. The entire life of the community revolved around this waterway. During the floods, fishing intensified; during periods of drought, the banks were used for potato cultivation.

The vice president of the Os Rufino Association, Doralice Sales de Oliveira, affectionately known as Aunt Dora, says that when she arrived at the quilombo more than twenty years ago, water was accessed directly from the river. Over time, significant changes took place, and the community began to rely on cisterns and artesian wells. According to her, these technologies began to be implemented even before the community was officially certified as quilombola.

Aunt Dora points out that these water resources are essential not only for domestic consumption, but also for agricultural activities, such as growing vegetables. The community has access to water from the Piranhas River and also benefits from part of the São Francisco River transposition project. Only a few homes have running water.

According to Tiago Rufino, the water supply service implemented by the previous administration was discontinued, forcing residents to purchase motors and pipes on their own to ensure supply. This situation made it impossible for many families to enjoy the benefit:

At that point [regarding access to water], a water supply service was set up under the previous administration, but there was little left to complete it; it was just a matter of the motor and a few meters of pipe.

I believe it's a simple thing, but most families can't afford to buy this equipment (Rufino, 2022).

The community has a large-capacity water tank; however, the lack of machinery and pipes prevents efficient distribution to meet total demand. Most of the water consumed comes from cisterns, as mentioned by the interviewees. In cases where these are insufficient, families collect water from the river and treat it at home with chlorine.

Thiago Rufino expresses his perspective on resolving the problem and proposes the search for a comprehensive project that encompasses the completion of this infrastructure, including the implementation of an adequate treatment system. He highlights the importance of this treatment, considering that the river water is not drinkable due to pollution caused by urban sewage discharge. Among the demands raised by local leaders, the drilling of an artesian well stands out, especially in view of the challenges related to controlling water use during the dry season.

Access to water for irrigation of different crops faces limitations due to budget constraints. In addition, the community reports difficulties in using river water, often due to strict regulations imposed by the National Water Agency (ANA) which, although necessary for enforcement, end up making it unfeasible to collect water for agricultural activities, raising irrigation costs for both grass and other crops.

Mestre Zé Grande says that he sought alternatives to cope with periods of drought and maintain a small agricultural production. However, restrictions imposed by the federal government, along with a ban on using river water, compromised their plans. His words reflect his frustration at the lack of government incentives aimed at coexisting with the semi-arid region:

Before I started this work here [clay handicrafts], I went to the federal government. At that time, there was water withdrawal. They collected all the river water. It was a real prohibition—you could only water the animals with this tiny amount. Then I said, I had twenty-five head of cattle. I said, I'm going to sell them, because I won't watch my cattle die of hunger there, looking to the government, which gives nothing to anyone. Then ANA, which is the federal agency, prohibited everyone from watering their animals, you know, along the riverbank. I even had a big project, already approved by Banco do Nordeste. I went there to suspend it because I couldn't afford to pay. What was I going to pay with? If my job was cattle. It was intended for planting and irrigation, but there was no water. It was impossible to work. So I suspended it. From then on, I got involved in this work here, but I always worked in agriculture as well. In winter, I always plant my beans so I can eat them. [...] In this case, regarding economic activity, the only incentive, the only thing that provided some incentive, was the production of pots and pans. However, there are no other projects focused on agriculture or animal husbandry (Silva. J., 2022).

Thiago Rufino suggests some alternatives to the problem, such as building a reservoir or dam in a suitable area of the community, in order to overcome these limitations. He highlights the presence of a small dam, which, unfortunately, is silted up. In early 2022, the community acquired a machine (possibly PVC) to clean up this pond, with a view to revitalizing it. He also mentions the intention to develop a project to optimize this initiative and talks about the need for technical assistance to put these ideas into practice.

In addition to these issues, the problem of river silting deserves special mention. In August 2016, a complaint was filed with the Public Prosecutor's Office regarding this situation. The document cites “possible environmental crimes committed on the Piranhas River, near a quilombola community.” This involves the illegal extraction and sale of sand taken from the bed of the Piranhas River, in the section that crosses Sítio São João (MPF, 2016).

Figure 1 – Silting of the Piranhas River due to mining activity



Source: Own archive (2023).

In the document, which requests an inspection of the site and points to a possible responsible party, it is possible to see the bureaucracy and leniency of the institutions with regard to the problem. It is reported that a notification was sent to the National Department of Mineral Production (DNPM), which did not even respond to the letter sent by the Public Prosecutor's Office, even a year after the complaint was filed. Only after sending a second letter did the DNPM respond that there were proceedings requesting the use of the Piranhas River bed for mining activities; however, up to that point, there had

been no authorization for such activities at that location, and therefore any extraction from the river bed was considered illegal (MPF, 2016).

Subsequently, an inspection was carried out which confirmed that sand extraction was taking place at the site, but the damage was not quantified and no one was held responsible for the crime. Even though there was strong evidence pointing to the perpetrator of the crime, the case was closed on the grounds that no one was caught removing sand on the day of the DNPM inspection and that, after questioning the possible perpetrator, who was linked to a local politician, he denied the accusations. In 2023, seven years after the complaint was filed, the problem persists. Residents remain skeptical about the ability of institutions to resolve this problem.

The interviews also pointed out that, currently, there is no effective control over who carries out mining activities on the riverbed. Some people in the community obtain permits from landowners, while others, especially non-Quilombolas, carry out extraction without any permission. The lack of control and oversight raises concerns about the potential environmental damage resulting from this disorderly practice, which even involves people from other municipalities.

This process demonstrates negligence not only toward the community, but also toward the importance of preserving a river in a semi-arid region. Mestre Zé Grande speaks nostalgically about when the region was conducive to fishing:

In this river? There are very few fish in the river now. We only see very small fish. You don't see many fish in the river anymore. There used to be a lot of fish. Then time ran out [...] the river doesn't have many fish now. The fish we mostly see in the river are little curimatã and piranha. When I arrived here, the river had plenty of fish. The river water was deeper (Silva, J., 2022).

Life in rural communities in the semi-arid region is greatly affected by water availability, and especially in areas that do not have complex irrigation systems, as is the case on large properties, there is even greater dependence during the dry season. This reality highlights the inequality mentioned in the statements made by leaders, who denounce the lack of public policies aimed at encouraging small farmers and expanding their production.

An example of this inequality is the distribution of resources under the Safra Plan, which, in 2023/2024, allocated 8.5 billion of the 13.6 billion reais in agricultural credit subsidies to the National Program for Strengthening Family Agriculture (Pronaf). According to a study conducted by the NGO Climate Policy Initiative in partnership with PUC-RJ, which analyzed credit programs, types of producers, and the purpose of credit,

“although 1% of loans are for companies, they obtain 29% of the credit volume and correspond to 85% of the area that receives rural credit” (Assunção & Souza, 2020, p. 2).

Thus, it can be observed that the criteria established by the program do not guarantee parity in access to resources, and it is essential to review them also from the perspective of environmental policy, since the study proves that small producers contribute to the reduction of deforestation and to the diversification of production, unlike large producers, whose demand for land increases as they access these resources (Assunção & Souza, 2020).

In the Rufino quilombo, there is a small amount of agricultural production, mainly beans and corn, especially during the rainy season, and grass, which is planted throughout the year to feed the small herd, raised mainly for milk production. Agricultural production is primarily for personal consumption, while milk is intended for both domestic consumption and commercialization.

However, when the need arises, some residents (both quilombolas and non-quilombolas) seek informal employment, whether on large farms, in the city, or in the homes of local families. Often short-term and paid daily, these jobs involve a variety of activities, from domestic work to working on neighboring farms, building fences, or working as cowhands.

According to Thiago Rufino, this occurs because, although many own their own land, some basic conditions are not met, which leads them to seek opportunities outside the community:

Everyone has land there, but they lack the conditions to expand it. Not just that subsistence income from working in agriculture and livestock farming, but something that can be profitable. During the winter, if you can grow your corn and beans, then stock up for subsistence, and when it is the dry season, they go to work as hired laborers, sometimes on large farms. Others work in the city, and there are people who live in the community but commute every day because they work, say, in a family home or in local commerce (Rufino, 2022).

Inequality in access to services in the region is also noteworthy, as exemplified by the dairy collection service, whose collection points were set up on the properties of the most influential farmers, ignoring small producers, who end up having more difficulty marketing their production. Although agriculture and livestock farming are the main activities in the Os Rufino quilombo, the production of clay pots plays a prominent role in the circular economy of the territory. This production is a symbol of tradition and craftsmanship within the quilombo. Mestre Zé Grande, one of the people responsible for

this production, learned the craft from his mother and, over the years, has refined his techniques:

My mother always worked, when she raised us, making crockery. She made pots and doors. She learned a lot about making pots. From her mother. It had been passed down from her grandmother, who was Mother Quina. But she didn't just learn from her mother, she learned from other people there, in Várzea Comprida dos Leites [district of Pombal, where Mestre Zé Grande was born], who already carried it in their blood and were already doing it. She watched her mother working, and then she began to do it herself (Silva, J., 2022).

Initially, the process involved manually extracting the clay, but now the master uses equipment to improve the quality of the material:

She [her mother] always had us help with the work. But when she had me do it, I didn't actually make pieces. In the past, we removed the entire clay-processing stage by hand, picking out all those little stones. Today it's different. Today I have a mill to grind the clay and remove that stone residue. So only the clay remains, just the binding material itself. That way, there are no stones left in the clay (Silva, 2022).

Casa do Barro Dona Edith currently consists of 14 people, including masters and apprentices who keep this important tradition alive, from molding to finishing the pieces. Knowledge is passed on organically, with the most experienced teaching the younger ones, ensuring the continuity of this tradition.

The impetus to involve young people in production came from an initiative that aimed to revive and preserve the culture of clay pots. Many of these incentives came from politicians and NGOs, whose support was crucial in uniting the community and rekindling interest in artisanal production. Mestre Zé Grande talks about how this work developed in the community, which was previously done on an individual basis:

Initially, everyone did it. They learned, but each one had their own little workshop at home. They had their little workshop at home to make things. So, in this project, in this case, it was the lamp [project] that brought everyone together... And that's when we started working here in this house. When we started working, it wasn't in this house. It was in another house that belonged to a cousin of mine. Everyone gathered there to start. After that first moment, we brought the project here to perfect this material. Empower Project. Which was the City Hall, the European Union, and the State Government (Silva, 2022).

Mestre Zé Grande shares with us the entire production process, which begins with collecting clay from a clay pit. This clay is mixed with soapstone, using a traditional technique that dates back generations. After the pieces are molded, they undergo sanding,

polishing, and finally firing, which lasts six hours. The use of firewood is judicious: only dead wood is used, in order to avoid excessive temperatures that could alter the pieces.

With the grinding tool, we take the clay, grind it, and keep everything separated. The stones are separated as well. Today it's called soapstone. Here, though, I've known it since I was born as soft stone. [...] The first step we do is to collect the clay from the clay pit. Then there's also the stone part, which is another stage. We take the stone and grind it as well, to mix it in. After I grind it all up, I sift it through a sieve. A very fine mesh. Then I take twelve kilos of clay and put it into a cart so it can be worked there. Then a large basin. That's where we make the mixture, mixing it very well. It's twelve kilos of clay with six kilos of stone. There is more than half of the clay. After completing this whole process, I wet it all to knead it. After kneading, I take it and put it into a bag. Once it's in there, I let it rest for about forty minutes so I can begin the work, doing the molding... We take water from the river... Then there's the sanding stage. We sand it completely, and then we reach the final stage, which is polishing before it goes into the kiln. After polishing it all, where do we take it? To load the kiln and do the firing. The firing lasts six hours. Then we fire it for six hours and only take it out the next day. So it cools down with time. The firewood we use comes only from woodland that is already dead. We don't use jurema firewood. Because that wood burns too hot. And the firewood needs to be the kind whose heat doesn't last too long. Jurema retains heat for more than forty-eight hours. That ends up altering the pieces. Now, in this weather — windy like it is now, with this wind we're feeling here — if we leave all the doors open in the drying area, the pieces will crack. A lid or a pot is harder to crack. A large piece — a jar, a wide piece — will open up like a crater. It's always waste, but we don't lose the clay. It all goes back again. We grind it up. Nothing is lost... Before firing, everything is reused (Silva, J., 2022).

Mestre Zé Grande's account of artisanal clay production presents us with a circular process in which nature and culture are integrated and complement each other. Care is taken from the moment the clay is collected in a region surrounded by jurema trees, where the location of the material extraction, the adaptation time, and the recovery of the soil are all considered. When we arrive at the site, Mestre Zé Grande explains that there is a rotation system in the extraction areas, so that the soil can regenerate. He points out the spots where the clay is removed, as shown in the following images, where you can see the grooves resulting from this process:

Figure 2 – Clay extraction site



Source: Own archive (2023).

In addition, other highlights in Mestre Zé Grande's speech are, once again, the importance of the river for wetting the clay for kneading and for careful use in molding the pieces; the cycle of reusing pots that have cracked and whose clay can be reused; the decision to use only wood from dead trees, as opposed to jurema wood, avoiding indiscriminate tree cutting; and consideration of the weather during the process, to protect the pieces from cracks caused by the wind.

It is clear that, throughout each stage of the artisanal production process, the community reveals a close relationship with and deep knowledge of its territory, preserving both the integrity of its people and customs and that of nature. In this sense, we can see that as the quilombola identity strengthens, the connection with the territory and with the beings that coexist in it also intensifies. This artisanal production is a good example of how collective organization and self-management capabilities are present in the community.

In addition to artisanal production, the community remains involved in building a biointeractive relationship. Environmental awareness is being integrated into local identity, seeking harmony between humans and nature, bringing about a reconnection with the territory. When asked how he sees this interaction between the community and the territory, Thiago Rufino points out that, although there is deforestation in areas with intense agricultural production, such as riverbanks and lowlands, most of the areas behind the residences are preserved, with few reports of deforestation and burning.

He points out the harmony between residents and the remarkable diversity of birds in the region, even suggesting the possibility of a future project to create a bird sanctuary. Thiago Rufino highlights the community's growing awareness over time, mentioning

practices previously adopted, such as bird trapping and trading, which have been replaced in pursuit of a more balanced coexistence with the local ecosystem:

We were talking to someone who did that, we talked and she changed her mind. She used to catch a type of bird that I don't remember, I think they were blue-fronted parrots, to sell them. But what happened was, we kept talking, we kept talking about what was causing the damage and such, that it would end with extinction. And that's what I said, and that was it. He doesn't do that anymore (Rufino, 2022).

It is important to note that this practice, previously adopted by the resident, was linked to his livelihood. Therefore, it is important to develop projects capable of providing sources of income that guarantee people's livelihoods. In this regard, Thiago reinforces the need for technical monitoring and mobilization among public agencies, so that they support initiatives aimed at families in vulnerable situations.

Cultural traditions, tackling environmental challenges, and seeking economic opportunities are issues that are intertwined in the daily life of the Rufino community. By addressing these issues, the community keeps its cultural heritage alive while organizing itself in the search for solutions to ensure its way of life.

From everything that has been built by the community residents, it is clear that this is a collective project aimed at achieving a full and dignified existence in their territory. However, there needs to be collaboration from public institutions, which are called upon by the quilombola population not to act as interveners, but as mediators. This reflection is crucial because, in many aspects of community life, the difficulties are more profound, revealing that, instead of full self-management of the territory, a form of management persists that keeps the community in a situation of dependency, weakening the collective organization that is essential for its survival.

When we asked about other communities in the region, reports emerged of cases in which quilombolas are left in situations of extreme social vulnerability by the public authorities. These narratives range from the loss of traditions to the population's exposure to violence, drug addiction, and countless other problems. Stories of people who were once valued for their important work with recyclable materials, but who are now forced to rummage through trash on their own, without any safety or institutional support.

During our conversation, Mr. Domingos commented that today production is not the same as it used to be, because “the land also ages, becomes tired, and dies.” To prevent this from happening, he showed us, with a gesture of plowing the earth with his hands, how it would be possible to “save the earth” and, consequently, all life that depends on it.

This gesture suggests that it is only through the hands of the quilombolas, and through their autonomous and collective construction, that the quilombo will survive.

Conclusion

In Paraíba, the significant concentration of quilombola communities in the semi-arid region reveals a close connection between the presence of the black population and the historical culture of large estates and agriculture in the region. This connection dates back to the times of slavery and post-abolition, when many enslaved and freed Black people were engaged in the agricultural activities characteristic of the area. Working as cowhands and laborers on cotton plantations, these individuals contributed significantly to the formation of the cultural identity of the region. Quilombola culture in Paraíba, therefore, is intrinsically linked to agricultural and livestock practices historically associated with large estates, reflecting the complexity of relations between the black population and the land in the semi-arid region. Understanding these historical roots is essential to fully comprehend the cultural and social heritage of the quilombola communities in this state.

Closely observing sharing in the Os Rufino Quilombo allows us to reflect on how rural Black communities have the ability to experience the semi-arid region as ancestral territory, building their identity based on biointeraction with the caatinga. Unlike what occurs among colonized peoples, whose relationships are based on convenience, in these communities interactions, both between people and with the environment, are established based on convergence (Santos, 2023).

Understanding the political dynamics in quilombos reveals the potential of these communities to autonomously establish collective management of their territories. However, this capacity for autonomous and collective construction only materializes when they are not vulnerable to the socio-environmental difficulties faced in the semi-arid region, aggravated by the advance of climate change.

Finding these rich interactions in the quilombo transforms our perception of how to approach what we call environmental and territorial management, leading us to understand that, in the quilombo, it is not a question of managing, as something to be administered and regulated, but of nurturing, in the sense of conceiving and providing what is most essential: life.

References

- ABREU, W. E. A. *Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-1888*. 2011. Thesis (Master's Degree in History) – Graduate Program in History, Humanities Center, Federal University of Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- ASSUNÇÃO, J.; SOUZA, P. Z. Os impactos do crédito rural na produção agropecuária e no uso da terra. *Climate Policy Initiative*, 2020. Available at: <https://www.climatepolicyinitiative.org/pt-br/publication/os-impactos-do-credito-rural-na-producao-agropecuaria-e-no-uso-da-terra/>. Access on: July 25, 2022.
- CONAQ. *Racismo e violência contra quilombos no Brasil: 2018-2022*. Curitiba: Terra de Direitos, 2023. Available at: <https://terradedireitos.org.br/racismoevolencia/>. Access on: Feb. 11, 2023.
- FORTES, M. E. P.; LUCCHESI, F. Comunidades quilombolas na Paraíba. In: BANAL, A.; FORTES, M. E. P. *Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro*. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora, 2013.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (Brasil). *Diário do Ministério Público Federal*. Ministério Público Federal Eletrônico, 2016. Available at: <https://biblioteca.mpf.mp.br/server/api/core/bitstreams/69bcb8ee-e2c2-4147-9ed8-404203d60b6a/content>. Access on: Apr. 26, 2022.
- PARAÍBA (Estado). *Infográfico das comunidades quilombolas do Estado da Paraíba*. João Pessoa: IDEME – Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual, 2017. Available at: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-planejamento-orcamento-e-gestao/arquivos/publicacoes/infografico-das-comunidades-quilombolas-do-estado-da-paraiba.pdf>. Access on: May 23, 2022.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- SANTOS, A. B. *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.
- SANTOS, A. B. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu; Piseagrama, 2023.
- SILVA, A. A. *Direito e políticas públicas quilombolas*. São Paulo: D'Plácido, 2020.
- SILVA, R. M. A. et al. Características produtivas e socioambientais da agricultura familiar no Semiárido brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 55, p. 314-338, 2020.
- WIELEWICKI, H. G. A pesquisa etnográfica como construção discursiva. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 23, n. 1, p. 27-32, 2001.

Article received on February 18, 2025

Approved for publication on August 7, 2025

¹ According to the census conducted in 1872, a few years before the abolition of slavery, of the 1,510,806 enslaved people in Brazil, including men, women, and children, 21,526 were living in the territory of Paraíba, of whom 10,681 were men and 10,845 were women (IBGE, 2018).

O MANTO TUPINAMBÁ: Entre o Colonialismo e a Arte Indígena Contemporânea

THE *MANTO TUPINAMBÁ*: Between Colonialism and Contemporary Indigenous Art

Guilherme Susin Sirtoli¹

Juliana Avila Pereira²

Tamara Juriatti³

Resumo: O artigo analisa a resignificação do Manto Tupinambá na arte indígena contemporânea, enfatizando sua relevância cultural e histórica. A partir da obra de Glicéria (Celia) Tupinambá, discute a recuperação de saberes ancestrais e a confecção de novos mantos como símbolo da luta pela demarcação de terras e preservação cultural. Examina a trajetória da peça, desde sua apropriação colonial até seu retorno ao Brasil, ressaltando suas implicações sociais e espirituais. A arte indígena contemporânea emerge como resistência política, desafiando narrativas hegemônicas. Além disso, destaca-se a conexão entre arte, preservação ambiental e luta territorial, reforçando a necessidade de reparações e reconhecimento dos direitos dos povos originários no Brasil atual.

Palavras-chave: Manto Tupinambá, Arte Indígena Contemporânea, Colonialismo, História.

Abstract: This paper analyzes the resignification of the Tupinambá Cloak in contemporary Indigenous art, emphasizing its cultural and historical significance. Drawing on the work of Glicéria Tupinambá, it discusses the reclamation of ancestral knowledge and the crafting of new cloaks as symbols of the struggle for land demarcation and cultural preservation. The paper examines the artifact's trajectory, from its colonial appropriation to its repatriation to Brazil, highlighting its social and spiritual implications. Contemporary Indigenous art emerges as political resistance, challenging hegemonic narratives. Furthermore, the nexus between art, environmental preservation, and territorial struggle is underscored, reinforcing the need for reparations and for the recognition of Indigenous peoples' rights in contemporary Brazil.

Keywords: Tupinambá cloak, Contemporary Indigenous Art, Colonialism, History.

Introdução

Estamos experimentando uma gradual mudança na condição de vida no planeta e seremos todos postos no mesmo patamar. Um cara que tem trezentos trilhões e eu e você vamos ficar todos na mesma (Krenak, 2020, p.10).

Iniciamos este trabalho com um trecho do livro *A vida não é útil*, do ambientalista e filósofo brasileiro Ailton Krenak, publicado em 2020. No ano em que a obra foi

¹ Doutorando em Artes Visuais (História, Teoria e Crítica da Arte) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas. Pelotas – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: guisusinsirtoli@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5116776218195450>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8373-6456>. Bolsista CNPq.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História, PPGH/UFPEL, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Email: Jul.av49@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2338445176161645>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0589-4878>. Bolsista CAPES.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História, PPGH/UFPEL, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Email: tamara.juriatti@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0693697304213140>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-7948-0524>. Bolsista CNPq.

publicada, começamos a vivenciar uma mudança brusca em muitos aspectos da vida em sociedade devido à pandemia de Covid-19¹. Sabemos que as consequências da pandemia ainda são visíveis em nossa sociedade, perceptíveis nas formas de nos relacionarmos, nas perdas imensuráveis que ela causou, além dos impactos significativos em setores como saúde e educação, entre tantos outros. Segundo Krenak (2020), as mudanças que estão ocorrendo no mundo hoje colocam todos os seres humanos em um mesmo patamar, pois não conseguimos nos diferenciar quando o assunto são as mudanças climáticas em curso no planeta.

Entre tais mudanças climáticas, não podemos deixar de mencionar o contexto das inundações que assolaram diferentes cidades do Rio Grande do Sul entre os meses de abril e maio de 2024. Sabemos que tais inundações não foram fatos isolados, mas sim, reflexos de emergências climáticas já em decorrência em nosso mundo. Além disso, cientistas vinculados ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) já estudam prováveis repetições de fenômenos climáticos de alto impacto em nosso planeta: “apesar da chamada ciência da atribuição climática [...] ainda ser ainda muito nova, as relações respaldadas pelo IPCC indicam que fortes precipitações como as observadas atualmente podem se tornar mais recorrentes” (BBC Brasil, 2024, p.1).

De acordo com Latour (2020), o que comumente chamamos como crise climática, anteriormente percebida enquanto algo passageiro e com eminências de ser ‘remediado’, já deve ser encarada de forma diferente. Atualmente, já sentimos em nosso cotidiano as consequências da emergência climática, seja através das mudanças de temperatura em nosso planeta, pelas seguidas queimadas em zonas ambientais ou até mesmo pelos eventos climáticos de alta intensidade. Para Latour (2020), o termo ‘crise’ tornou-se inadequado, pois as consequências das mudanças climáticas já são uma realidade palpável em nossa sociedade. A consciência dos desastres ecológicos, por sua vez, está presente há muito tempo no imaginário da sociedade ocidental:

A consciência dos desastres ecológicos é antiga, viva, fundamentada, documentada, provada, mesmo desde o início da chamada ‘era industrial’ ou ‘civilização da máquina’. Não podemos dizer que não sabíamos. Contudo, existem muitas maneiras de saber e de ignorar ao mesmo tempo. De praxe, quando se trata de prestar atenção em nós mesmos, na nossa sobrevivência, no bem-estar daqueles que nos são caros, tendemos, antes de tudo, a buscar segurança: ao menor resfriado de nossos filhos, consultamos o pediatra; à menor ameaça a nossas plantações, recorremos a inseticidas; diante da dúvida sobre a inviolabilidade de uma propriedade, fazemos um seguro e instalamos câmeras de vigilância; para nos protegermos de uma possível invasão, logo reunimos exércitos nas fronteiras [...]. Ora, para esta crise mundial, ninguém invoca o dito princípio da precaução para se lançar corajosamente à ação (Latour, 2020, p.17-18).

Sabemos que a exploração da natureza e de seus recursos naturais não é algo recente, considerando que a humanidade sempre manejou a natureza para garantir sua sobrevivência e reprodução, contudo, desde a hegemonia do modo de produção capitalista global apoiado na modernidade, o uso dos recursos naturais ocorre de forma desmedida. Além disso, devemos também considerar que a exploração desvairada dos recursos naturais advém da exploração iniciada através da colonização imposta a determinados povos. Sabemos que a colonização ainda possui impactos que podemos vivenciar até hoje, trazendo fraturas expostas em nosso mundo, como propõe Ferdinand (2022). Para o autor, as questões que envolvem a invasão colonial e a exploração ambiental estão intrinsecamente ligadas. A ideia de modernidade implementada pela colonialidade europeia, separando e dividindo os saberes e áreas do conhecimento, acabou por separar a história colonial e a história ambiental:

A primeira proposta parte da constatação de uma dupla fratura colonial e ambiental da modernidade, que separa a história colonial e a história ambiental do mundo. Essa fratura se destaca pela distância entre os movimentos ambientais e ecologistas, de um lado, e os movimentos pós-coloniais e antirracistas, de outro, os quais se manifestam nas ruas e nas universidades sem se comunicar (Ferdinand, 2022, p.23)

Considerando que a exploração colonial e ambiental andam juntas, conforme expõe Ferdinand (2022), devemos ter em mente que o avanço da exploração colonial pelo mundo trouxe consequências drásticas para muitas populações que possuíam uma idiossincrasia própria e passaram a conviver com o modo de explorar advindos do continente europeu. Desde então, muitos são os indígenas que alertam toda a sociedade dos riscos que a exploração desenfreada dos nossos recursos naturais está causando no mundo, prejudicando nosso presente e futuro.

Eu estava com muita raiva. Não queria que os meus continuassem morrendo devorados por suas epidemias xawara. Minha intenção era dizer a eles o quanto, apesar de seu engenho para fabricar mercadorias, o pensamento de seus grandes homens está cheio de esquecimento. Se assim não fosse, por que iriam eles querer destruir a floresta e nos maltratar desse jeito? (Albert; Kopenawa, 2015, p. 382)

Neste trabalho, buscamos analisar como os sentidos atribuídos ao manto Tupinambá se transformaram ao longo dos séculos. Inicialmente, examinamos seus usos e representações ligados aos saques coloniais, evidenciados em pinturas do século XVII. Por fim, discutimos a repatriação do manto em 2024 e a atuação da artista, professora e liderança indígena Glicéria Tupinambá² (1982) na construção de novos (re)significados acerca da peça. Assim, nosso foco perpassa por construir conhecimento

no campo da cultura visual partindo de imagens de tempos distintos, a partir dos procedimentos de montagem propostos por Didi-Huberman (2015), compreendendo que através do conhecimento visual, podemos “apresentar a dupla capacidade de desmontar a história e de montar junto os tempos heterogêneos” (Didi-Huberman, 2015, p.133). Nosso ponto de partida se deu por conta de um fato amplamente divulgado na mídia internacional: a volta do primeiro Manto Tupinambá para o Brasil, em julho de 2024, hoje em posse do Museu Nacional (RJ).

Concebemos que através das análises, possibilitando uma aproximação de diferentes imagens, é possível promover diálogos com questões e representações que atravessam séculos. Segundo Mitchell (2006), a cultura visual diz respeito a um vasto campo de conhecimento que nos permite uma verdadeira “construção visual de um campo social” (Mitchell, 2018, p.9). Mais do que simplesmente o visual, compreendemos que as imagens refletem a própria vida em sociedade, possibilitando ampliarmos o conhecimento sobre aquilo que pertence ao contexto social. Mais do que isso, nos importa pensar e problematizar sobre a maneira como é visto.

Sabemos que, hegemonicamente, a noção de visualidade sempre presume uma autoridade. Essa autoridade, ao gerar uma “visualidade hegemônica”, molda determinadas percepções de mundo. Tais percepções estão vinculadas a uma forma específica de narrar a história, focada em supostos vencedores e perdedores, como problematizado por Mirzoeff (2015; 2016). Assim, mais do que o que vemos, o importante é refletir sobre como vemos: “Ver o mundo não é sobre como vemos, mas sobre o que fazemos com o que vemos. Construímos uma compreensão do mundo que faz sentido a partir do que já sabemos ou pensamos que sabemos” (Mirzoeff, 2015, p. 73).

As imagens, dessa forma, nos permitem diálogos maiores, expandido limites entre diferentes áreas do conhecimento, em específico no contexto da História e das Artes Visuais, possibilitando uma construção de conhecimento interdisciplinar. Para Didi-Huberman (2015), a imagem pode ser compreendida como um limiar, um despertar que pode aproximar inúmeras questões: “a potência da imagem, com o momento do despertar que a caracteriza, é formalmente apreendida como uma potência do limiar. Isso significa afirmar seu caráter ao mesmo tempo originário e sobredeterminado, imediatamente surgido e extremamente complexo” (Didi-Huberman, 2015, p.127).

O texto que segue expõe o histórico do manto Tupinambá, sua importância em diferentes dimensões, a apropriação dele como parte de gabinete de curiosidades pela aristocracia, seus usos na Europa através de uma pintura que representa Maria Henriqueta

Stuart, a retomada do manto pelos Tupinambá e as discussões que o tema remete, como a questão colonial e ambiental.

O manto: usos, representações e colonialismo

Os Tupinambá, pertencentes ao tronco linguístico Tupi, são uma população indígena que habitava diversas áreas do litoral brasileiro na época da chegada dos colonizadores portugueses. Sua cultura foi interpretada pelos europeus como belicosa, em parte devido à prática de rituais antropofágicos (Costa, 2022, p. 13). Embora tenham sido considerados extintos pelo Estado no século XIX, os Tupinambá continuam a resistir e ocupam hoje a Terra Indígena Tupinambá de Olivença e a Terra Indígena de Belmonte, no sul da Bahia, além da Resex Tapajós-Arapiuns no Pará. A etnia foi oficialmente reconhecida pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2001, e, desde 2004, os Tupinambá têm reafirmado iniciativas para a recuperação de seus territórios ancestrais (Caffé e Gontijo, 2023, p. 25).

O manto Tupinambá, conhecido em tupi arcaico como “assojaba” ou “guara-abucu”, era uma peça confeccionada a partir de um intrincado processo de trançado de fibras e aplicação de penas de pássaros. Os Tupinambá realizavam expedições para capturar as aves, contudo, com a crescente redução da população de pássaros, eles começaram a utilizar penas de galinha, introduzida pelos europeus. O tingimento das penas era feito de diferentes maneiras, desde o uso do pau-brasil até a tapiragem, técnica que envolvia a aplicação de secreções sobre as penas dos pássaros, fazendo com que crescessem em tons de amarelo e laranja. As plumas eram inseridas em redes feitas de casca de árvore, resultando em um tecido de extrema delicadeza, elogiado pelos cronistas europeus da época (Costa, 2022, p. 14-22).

Além do método de tingimento, havia também a prática de alimentar as aves com uma dieta específica para alterar a cor de suas penas, utilizando alimentos como peixe pirarara, boto cor-de-rosa, alguns ovos e substâncias de plantas, como o óleo de dendê. Embora mantos amarelos tenham certamente existido, muitos deles não sobreviveram aos séculos seguintes. Os indígenas tinham uma preferência pelas penas do guará, tanto as vermelhas naturais quanto as tingidas de amarelo. Essa ave, inicialmente com penas branco-azuladas, via sua plumagem mudar para um tom preto-acinzentado quando começava a voar, ficando vermelha após cerca de um ano (Costa, 2022, p. 14-22).

O manto desempenhava um papel central em diversos rituais dos Tupinambá. Durante as cerimônias de guerra, ele era usado pelos guerreiros para demonstrar poder e

prestígio, adornando principalmente o corpo do executor em celebrações que culminavam na execução de prisioneiros. Além disso, as penas que compunham o manto eram vistas como símbolos de proteção e de aumento da bravura, conferindo aos indígenas uma força espiritual adicional em confrontos e rituais. Essas penas, por sua vez, não atuavam apenas sobre os guerreiros, mas também sobre os inimigos, sendo usadas para subjugar-los tanto fisicamente quanto espiritualmente. Em rituais funerários, o manto reforçava a conexão com os antepassados, servindo como um elo entre o mundo dos vivos e o mundo espiritual. Assim, seu uso estendia-se não apenas à guerra e à proteção, mas também à comunicação com os mortos, evidenciando seu profundo significado espiritual (Costa, 2022, p. 14-22).

Os onze mantos Tupinambá que se encontram atualmente na Europa³ foram confeccionados em um contexto colonial pelos Tupinambá. Esses artefatos rapidamente se tornaram objetos de desejo entre os colonizadores e, posteriormente, foram levados para o velho continente, onde foram descontextualizados e musealizados, deslocados de suas origens e transformados em peças exóticas (Costa, 2022, p. 13-14). Como discutido anteriormente, o manto Tupinambá é um objeto importante e de valor social e cultural muito forte para a comunidade Tupinambá. Contudo, tal qual inúmeras outras riquezas das territorialidades americanas, este também fora um pertence roubado pelos europeus através da conquista destas terras. Com o objetivo da acumulação primitiva de capital (Federici, 2017) e colonização das Américas a partir do século XVI, riquezas naturais, objetos culturais e religiosos foram paulatinamente furtados de forma coerciva destas terras e transportados para Europa, tanto para comporem riquezas de sujeitos da nobreza, quanto museus – artefatos estes que estão até os dias de hoje situados nestes espaços.

Mary Louise Pratt, no livro *Os Olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação* (1999), destaca como as expedições, principalmente de caráter científico às Américas, foram responsáveis para a construção do pensamento europeu sobre o continente sul-americano. A autora pontua que tais expedições contribuíram para a perspectiva eurocentrista moderna, pois, através da classificação dos elementos “naturais” e itens não considerados riquezas (pedras e metais preciosos), advindos de práticas ritualísticas, foram ferramentas poderosas para fundamentar afirmações da identidade europeia, criando um “outro” inferior (Pratt, 1999).

Dessa forma, ao entrarem em contato com os povos indígenas do Brasil, os europeus frequentemente se apropriaram de suas tradições e objetos sagrados, retirando esses itens de seus legítimos proprietários e exibindo-os como troféus de suas conquistas coloniais. A remoção desses objetos fez parte de um processo mais amplo de

desumanização dos povos indígenas pelos colonizadores, que consideravam suas tradições e culturas inferiores/descartáveis, tratando seus símbolos religiosos como meras mercadorias para troca, exibição ou, no caso, utilização como peça de roupa visando o exotismo visual no Velho Mundo.

Dois mantos foram levados do Brasil para Europa pelas mãos do holandês Maurício de Nassau, governador dos territórios ultramarinos holandeses no país. Ambos foram tornados parte de sua coleção particular de objetos exóticos, chamada de “gabinete de curiosidades”, nomeação referente às coleções dos séculos XVI e XVII. Seu acervo, contendo os mantos Tupinambás, foi exposto no palácio de Haia e em Clave entre os anos de 1644 e 1652, em recepções para a nobreza norte-europeia, ao lado de outros artefatos americanos, bem como espetáculos de danças com indígenas das tribos Tapuias e Potiguares (Domingues, 2024), promovendo, assim, uma visão exótica, deturpada e estereotipada da América para os sujeitos da elite da região.

Após os anos de exibição, Nassau optou por fragmentar sua coleção em forma de presentes à alta nobreza norte-europeia, com o objetivo de restituir seu prestígio político-social desgastado nos anos que governou na Colônia, assim, seus muitos artefatos foram espalhados como mecanismos de capital simbólico (Françoze, 2014). Desta forma, os dois mantos Tupinambás em posse de Maurício de Nassau foram doados pelo mesmo às suas sobrinhas, as princesas Maria Henriqueta Stuart (1631-1660), princesa real da Inglaterra, princesa de Orange e condessa de Nassau (Figura 1), e Sofia de Hanôver, princesa da Casa Wittelsbach, filha mais nova do rei Frederico V, rei da Boêmia. As duas princesas foram representadas em telas em óleos utilizando o manto Tupinambá, presente de seu tio. O autor da obra, o pintor holandês Adriaen Hanneman, é conhecido por seus retratos de nobres exilados da corte inglesa. Sua pintura foi fortemente influenciada pelo trabalho de seu conterrâneo Antoon van Dyck, conhecido por sua vez pela profusão de seus retratos barrocos da corte inglesa do século XVII (National Gallery, 2024).

Figura 1 – Adriaen Hanneman. Posthumous Portrait of Mary I Stuart (1631-1660) with a Servant. Óleo sobre tela. 1664.



Fonte: Mauritshuis (acervo digital). Disponível em: <https://www.mauritshuis.nl/en/our-collection/artworks/429-posthumous-portrait-of-mary-i-stuart-1631-1660-with-a-servant/>. Acesso em: 23 set. 2024.

No retrato póstumo de Mary Stuart, pintado por Adriaen Hannerman (1601-1671) em 1664, podemos perceber a princesa Mary vestindo uma roupa de corte do século XVII, um turbante asiático de plumas de avestruz vermelhas e o manto com penas vermelhas sobreposto sobre sua veste, no sentido transversal. Sua representação nestas vestimentas indica seu *status quo* de riqueza, evidenciando seu pertencimento à alta nobreza em seu país. Seu traje em um vestido branco e os demais ornamentos importados de outras terras indicam que a princesa está pronta para um baile à fantasia, usando como inspiração as vestimentas indígenas, como aponta Mariana Françaço no livro *De Olinda a Holanda – O gabinete de curiosidades de Nassau* (2014).

Ademais, outros elementos que reforçam o caráter nobre de Mary na pintura estão na composição do cenário, que é bastante opulento e detalhado. Ao fundo, há cortinas ricas que sugerem um ambiente de alto padrão e sofisticação. Essas cortinas são provavelmente tecidas a com veludo ou seda, e podem ter sido usadas para indicar a riqueza e o *status* da musa central. Além das cortinas, o ambiente inclui outros elementos decorativos típicos de uma residência nobre/palácio, como um grande quadro ornamentado com estatuetas remetentes a antiguidade clássica, tapeçarias e objetos de

arte e ou itens de valor. Esses detalhes ajudam a criar uma atmosfera de grandeza e elegância, reforçando a ideia de que a pessoa ao centro pertence a uma classe social elevada.

É possível perceber um menino negro ao lado da princesa em uma posição de subserviência, um servo a sua disposição que é reduzido a mais um entre os diferentes adornos exóticos ao redor de Mary. A pessoa negra foi representada na foto de forma a parecer menor, logo inferior a Mary Stuart, em uma condição sub humana, como se fosse um animal que adornasse o quadro. Hanneman enfatiza o menino como um serviçal colocando um colar de pérolas no pulso da princesa, que nem demonstra percebê-lo. Assim, ao usar as cores, o pintor salienta a pele branca, centralidade e altura de Mary em justaposição ao menino. Ademais, a representação demonstra a hegemonização das diferentes etnias que compõem tanto os territórios africanos como o território brasileiro, não mostrando saber a diferença entre povos indígenas e africanos, que também possuem diversas etnias na denominação.

A representação proposta por Hannerman reverbera questões intrínsecas da maneira como os Holandeses percebiam o Brasil. Segundo Monteiro (2019), a geografia do Brasil, os hábitos, o clima e os povos foram amplamente descritos em documentos produzidos no século XVI, remontando ao período da invasão holandesa em solo brasileiro:

A documentação interna produzida nos primeiros anos do Brasil Holandês também é a fonte das impressões em primeira mão dos novos colonos sobre o povo e o pousar no Atlântico. Diferente dos portugueses, que em 1500 chegaram a um local apenas habitado por ameríndios estabelecidos principalmente em assentamentos nômades, os holandeses encontraram municípios governados por portugueses, habitados por estes últimos e seus descendentes, paróquias de missionários, aldeias indígenas e um grande número de africanos escravizados (Monteiro, 2019, p.10, tradução livre).

Chamamos a atenção para o fato de que Mary Stuart aparece representada utilizando o suposto manto Tupinambá de uma maneira que difere das representações tradicionais do uso dessa peça pelos povos originários. Stuart o veste atravessado sobre o corpo, enquanto, em outras representações, o manto é frequentemente usado cobrindo da cabeça aos pés. Além disso, o manto, colocado sobre um traje típico do século XVI que a princesa veste, reforça o exotismo da peça. Além do item confeccionado pelos Tupinambás, destacamos que a princesa também utiliza um suposto turbante. Sobre as penas utilizadas na confecção do manto, Monteiro (2019) esclarece: “as penas que constituem a capa são supostamente do íbis sagrado, e seu uso carrega significados

completamente diferentes para os Tupinambá e para a Princesa de Orange” (Monteiro, 2019, p. 27, tradução livre).

A representação do manto, seus usos e seus significados, diferem intensamente do contexto europeu do século XVII e da realidade do povo Tupinambá. Dos mantos produzidos entre o século XVI e XVII, restaram apenas 11 unidades (G1, 2024). Sabemos que tais artefatos estão intrinsecamente relacionados com a história dos povos originários brasileiros, em específico aos Tupinambás, mas também diz respeito à própria história do Brasil. Sabemos que, após séculos, um dos tantos mantos Tupinambás que foram subtraídos de nosso país voltou ao solo brasileiro. Devemos considerar que, além de possuírem valor estético e histórico, a repatriação destas peças representa “[...] uma memória transcendental para o povo Tupinambá, já que eles consideram o manto um material vivo, capaz de conectá-los diretamente com os ancestrais e as práticas culturais do passado” (Abdala, 2024, p. 1). A seguir, buscaremos compreender como, mesmo antes da volta do primeiro manto ao Brasil, uma artista ligada ao povo Tupinambá vem trabalhando de modo a ressignificar as relações estabelecidas entre o manto e seu povo.

O Manto reivindicado pela Arte Indígena Contemporânea

A felicidade pode não ter sido feita para nós, mas a vitória, sim. Então aprendam a usar as ferramentas, aprendam o que puderem, pois a luta será intensa todos os dias, e se você tiver conhecimento sobre as ferramentas e suas forças, você terá uma chance de se manter em pé (Baniwa, 2023, p.402).

O trecho acima pertence a um texto escrito pelo artista indígena contemporâneo Denilson Baniwa (1984), que tem como título um questionamento: “O que os jovens indígenas querem?”. Neste texto, Baniwa (2023) destaca a necessidade de utilização de determinadas ferramentas, considerando que a luta dos povos originários é cotidiana. Sabemos dos inúmeros desafios que se apresentam na sociedade para a população indígena. Para o artista, somente através do conhecimento sobre as ferramentas, é possível aos jovens indígenas se manterem de pé, especialmente considerando o contexto das lutas indígenas e sociais no Brasil. A ideia de que a felicidade pode não ter sido ‘feita’ para os povos indígenas, sugere a imposição de adversidades históricas e estruturais, presentes até hoje na sociedade brasileira.

No século XXI, é impossível não considerar o trabalho de artistas indígenas no contexto da arte nacional. Nesse sentido, Jaider Esbell (1979-2021), importante artista, ativista e escritor da etnia Makuxi, de Roraima, expôs, em uma de suas entrevistas, que a arte produzida por artistas indígenas carrega questões políticas inerentes, que, por sua

vez, dizem respeito a um sistema de fundamentos, razões e intensidades que não se subordinam ao modelo europeu de produção artística:

A arte passa por essa objetificação de uma pintura ou mesmo de um objeto para chamar a atenção para uma reflexão que os povos indígenas têm seus próprios sistemas de arte, com fundamentos próprios, razões, intensidades e que eles não pressupõem uma cópia ou um arremedo do modelo europeu de arte. A gente se corporifica nesse lugar de artista e do objeto-arte para falar de política e desses nossos outros sistemas (Esbell, 2021, p. 1).

Podemos observar em diferentes trabalhos de artistas indígenas uma crítica contundente à forma como a arte indígena tem sido enquadrada no contexto ocidental. Essas produções reafirmam a legitimidade e a complexidade dos sistemas artísticos indígenas como espaços de resistência e expressão política. Além do protagonismo indígena, questões relacionadas à ecologia, ao direito à terra, à vida no planeta e à defesa de seus territórios são frequentes nessas obras, desafiando preconceitos amplamente difundidos por setores dominantes da sociedade brasileira:

Outra dimensão importante da arte indígena Contemporânea, identificada pelo protagonismo indígena, é a que trata do ativismo na luta por questões relacionadas ao direito à terra, à vida e à defesa da ecologia da floresta. O ativismo indígena, uma conjunção de arte, política e ativismo, faz-se presente nas produções, nas palavras e ações no âmbito coletivo e individual, ao provocar deslocamentos nos campos da arte, da estética e da política (Luna et al, 2022, p. 80)

Relacionamos a frase de Baniwa com o trabalho desenvolvido por Glicéria Tupinambá, que através de determinadas ferramentas e saberes, produziu ‘novos’ mantos Tupinambá, passados 400 anos desde sua última confecção pelo povo originário. A ausência dos mantos Tupinambá no Brasil, já era contestada por inúmeros sujeitos pertencentes às etnias dos povos originários do Brasil.

A retomada da produção de mantos pelos Tupinambá no Brasil teve alguns episódios marcantes. No final dos anos 1990, em Porto Seguro, foi solicitada uma réplica de um manto por Ana Belluzzo para o Museu Aberto do Descobrimento, encomendada a indígenas do Maranhão, mas o resultado não foi considerado suficientemente convincente para a exposição. Durante as celebrações dos 500 anos da chegada dos portugueses, um dos mantos preservados em Copenhague foi exibido na Oca do Parque Ibirapuera, em São Paulo, como parte da “Exposição Brasil + 500”. Nessa ocasião, uma delegação da aldeia Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia, viajou à capital paulista para ver o manto a convite de um jornal. Ao retornar à aldeia, eles solicitaram a permanência do manto em

solo brasileiro, mas o pedido não foi atendido, embora tenha sido um catalisador importante para a comunidade (Caffé; Gontijo, 2023, p. 27).

Na busca pelo reconhecimento e valorização dos saberes indígenas, Glicéria Tupinambá, da aldeia Serra do Padeiro, vem se dedicando à recuperação das técnicas e conhecimentos relacionados ao manto e outros objetos de plumária. Em 2006, a artista iniciou uma série de trabalhos de cunho reivindicatório (Figura 3), buscando estabelecer relações entre divindades e os povos originários de forma a “oferecer um presente aos Encantados” (MAM Rio, 2023). Seu trabalho, assim como os próprios mantos tupinambás, possui forte relação com o mundo dos ‘Encantados’, entidades que na visão dos Tupinambás “habitam as matas e guiam o povo Tupinambá através de sonhos e visões” (Das Artes, 2023, p.1). Logo, é destacada a importância ritualística que os mantos possuem para seu povo. Em entrevista concedida, Glicéria destaca:

Depois disso, saltamos para 2006 quando eu visito a Dinamarca e eu desejo agradecer os Encantados porque, em 2004, a gente iniciou o processo de retomada do manto pelo território [aldeia]. E tudo isso acontece por orientação dos Encantados. O meu desejo de agradecer o Encantado me levou a querer fazer um manto, para agradecer os Encantados. Nesse período, eu vou fazer essa imersão para fazer o manto, pesquisar sobre o manto (Andrade, 2024, p.155-156).

Em 2006, após visitar a Dinamarca e ter contato direto com um dos mantos, Glicéria começa a confeccionar um primeiro manto com a ajuda de sua comunidade e com a orientação dos mais velhos (MAM Rio, 2023):

Quando a imagem do manto Tupinambá da Dinamarca nos foi apresentada, estávamos começando a fazer a malha do primeiro manto. Todo mundo admirava a cor, a beleza, mas eu não. Fui lá procurar a trama, para saber se eu estava no caminho certo. Na hora de colocar as penas, não tínhamos penas suficientes, então catamos dos patos, dos gansos, quase depenamos o pavão, saímos todos catando as penas de todos os bichos e recolhendo. Deu sorte que foi no período certo que as penas estavam maduras (Tupinambá, 2021, p.21)

Figura 2 – Glicéria Tupinambá. “Assojaba Tupinambá”. Técnica utilizada de penas de variados pássaros desde aves domésticas a silvestres, malha de cordão encerado com cera de abelha jataí e tiúba, Medida de 90x140 cm. 2021.



Fonte: Prêmio Pipa. Disponível em: <https://www.premiopipa.com/gliceria-Tupinambá/>. Acesso em: 24 set. 2024.

A artista, um dos grandes nomes da arte indígena contemporânea, deixa claro em seus escritos uma motivação: a retomada das relações entre o povo Tupinambá e a produção dos mantos. A atitude da artista, então, possibilita vislumbrarmos uma contra visualidade frente ao manto, É necessário salientar que a visualidade muitas vezes é formada a partir de determinadas narrativas autoritárias, que possibilitam somente visões parciais da história. Assim, uma visualidade sempre encoberta uma ‘contra visualidade’, visto que “O oposto do direito a olhar não é a censura, então, mas a visualidade, aquela autoridade que nos manda chispar e que supõe aquela reivindicação exclusiva da capacidade de ver” (Mirzoeff, 2016, p. 746). Portanto, analisar e problematizar tais questões possibilita dar luz as ‘contra visualidades’, garantindo o direito a olhar:

A autonomia reivindicada pelo direito a olhar tem sido, e continua a ser, oposta pela autoridade da visualidade. Apesar do nome, este processo não é composto apenas de percepções visuais no sentido físico, mas é formado por um conjunto de relações que combinam informação, imaginação e introspecção em uma interpretação do espaço físico e psíquico. Não estou atribuindo agência para a visualidade, mas, como é agora um lugar comum, trato-a como uma prática discursiva para representar e regular o real que tem efeitos materiais (Mirzoeff, 2016, p. 748).

Em 2018, Glicéria teve a oportunidade de examinar de perto um manto Tupinambá no Musée du quai Branly, o que foi fundamental para sua pesquisa e confecção de novas peças da exposição “Kwá yepé turusú yuriri assojaba Tupinambá”, pois ela reconheceu as técnicas e materiais utilizados. Ao observar que esses objetos sagrados haviam sido confeccionados por mulheres no passado, Glicéria destacou o caráter feminino do manto (Caffé; Gontijo, 2023, p. 28).

A exposição ‘Kwá yepé turusú yuriri assojaba Tupinambá’ destaca a profunda conexão espiritual e política em torno do manto Tupinambá, cuja confecção foi guiada pelos Encantados, seres espirituais que orientaram a curadora Glicéria Tupinambá. Inicialmente, a equipe planejava criar um manto interativo, mas, ao seguir as orientações espirituais, a decisão foi proteger esse saber ancestral, resguardando o processo. A exposição apresenta o manto como um objeto vivo, atuante no espaço museológico, que transcende o ambiente expositivo. A língua Nheengatu, utilizada na mostra, reforça a importância da recuperação cultural e política dos Tupinambá. Três mantos foram confeccionados para a exposição, sendo o principal adornado com 4500 penas de aves, simbolizando a luta pela demarcação de terras. Além disso, fotografias de Livia Melzi, que investigam o contexto de conservação de mantos em museus europeus, destacam a complexa relação entre os povos indígenas e as instituições coloniais. A abertura da exposição coincidiu com as manifestações contra o PL 490, que ameaça os direitos territoriais indígenas (Caffé; Gontijo, 2023, p. 33-38).

Figura 3 – Exposição Kwá yapé turusú yuriri assojaba Tupinambá na Galeria Fayga Ostrower, Funarte, Brasília, em setembro de 2021.



Fonte: Caffé; Gotijo, 2023, p.31.

Como já mencionado o debate ambiental contemporâneo é indissociável da pauta indígena, já que as idiosincrasias das diferentes etnias se perpetuam em relação com a natureza, não em um sentido romantizado, que pode levar à ideia de que os povos originários não possuem historicidade, mas pensando em toda a cosmologia do humano com o mundo que o cerca. O manto Tupinambá é inserido neste contexto quando as penas da ave guará, que estão nas representações coloniais do manto e eram usadas para a sua confecção já não são mais encontradas com facilidade.

O pássaro guará que emprestava suas penas vermelhas aos mantos escarlates dos antepassados é muito raro hoje em dia. Os Tupinambá sonham que eles repovoem suas terras e, para isso, é necessário garantir a demarcação de seu território para que a natureza se recomponha (Caffé; Gontijo, 2023, p. 47).

Costa (2022, p. 46) afirma que há uma relação direta entre o bem estar da terra e da população que nela reside, isso perpassa a questão da subsistência, mas não se resume a ela. Um dos componentes fundamentais desse cenário para os Tupinambá são os Encantados, a luta pela retomada da terra não é somente para eles, mas também para os Encantados. Em entrevista, Glicéria Tupinambá afirmou que luta pelos Encantados, os antepassados que foram assassinados e que necessitam de uma terra para descansar seu espírito “Porque, quando as pessoas morrem, a pessoa não vai para outro plano, não vai pro infinito, não vai lá pro horizonte, lá pra cima do céu, não existe isso. Existe que a pessoa morreu e o espírito fica aqui perambulando. E o espírito precisa de paz, precisa de descanso” (Ubinger, p. 59, 2012)

A arte indígena contemporânea se insere em um movimento artístico, mas ela é indissociável de uma luta política de contestação social e da luta pelo reconhecimento dos territórios dos povos originários. Costa (2022, p. 36) afirma que apesar da dificuldade metodológica, a produção cultural dos povos indígenas passou a ser mencionada pela historiografia da arte como o estágio inicial da arte dita brasileira, como uma tentativa de atribuir um lugar aos povos ditos originários, criando uma noção errônea da arte indígena onde ela fica presa ao passado, sem possibilitar a compreensão dos processos pelos quais essas populações passaram e de que modos isso poderia se refletir em uma produção contemporânea.

A retomada dos saberes em torno do manto e sua importância, não só espiritual e social, mas também artística, combatem essa visão, de que as produções indígenas se limitam a um passado mítico e distante. Isso, por sua vez, está no cerne das concepções de Jaider Esbell (2020) sobre as conceituações da arte indígena contemporânea, compreendida e contextualizada por seus próprios autores, de modo a reivindicar espaços

e produzir narrativas próprias no mundo contemporâneo. Para o artista, trata-se de uma prática que se configura como um “composto de atos mais elevados”:

Da prática artística como composto de atos mais elevados. Como conjunto ritualístico mais que mítico chegando a pajelagem. Como prática xamânica, curativa e psicomedicinal. Como um conector para fatos históricos e como um disparador de sinapses para mundos que existem, mas não são como os que a gente tem acesso. Um artista não se desenvolve com imposições. As imposições violentas podem ser muito perigosas para as mentes sensíveis de artistas. Por fim não vou deixar de lembrar que em tudo há armadilhas e que nós, os indígenas, precisamos de uma armadilha para identificar armadilhas e quem sabe esta não seja exatamente a AIC – Arte Indígena Contemporânea, feita e contextualizada por seus autores próprios (Esbell, 2020).

Considerações finais

Pensar na Arte Contemporânea Indígena demanda pensar em preservação ambiental, em questões de demarcação de terras indígenas e em políticas públicas de permanência das diversas etnias nos seus territórios. Além da importância que criações como a de Glicéria Tupinambá tem para sua comunidade, ela provoca discussões que permeiam a sociedade como um todo, trazendo para a reflexão das pessoas não indígenas como suas ações tem impacto em outros povos. Precisamos refletir sobre quais as reparações que não indígenas brancos precisam acionar frente ao passado de usurpações.

A preservação da diversidade de saberes, neste caso, os conhecimentos tradicionais de povos indígenas, é essencial para a sustentabilidade ecológica e a justiça social. A imposição de um modelo hegemônico de conhecimento, promovido principalmente pela ciência ocidental, muitas vezes desvaloriza práticas locais que são mais adequadas às condições ambientais e culturais específicas. Essa mentalidade reducionista, que padroniza a produção de mercadorias e as mentalidades por meio de monoculturas, ignora a complexidade dos ecossistemas e acaba marginalizando os saberes tradicionais. A diversidade de conhecimentos é fundamental para promover alternativas mais justas, sustentáveis e capazes de preservar a biodiversidade natural e cultural, “[...] a uniformidade e a diversidade não são apenas maneiras de usar a terra, são maneiras de pensar e de viver” (Shiva, 2003, p. 17).

Ao refletirmos sobre o histórico de uso do manto pela aristocracia europeia, conseguimos perceber que ele representa um troféu dos “feitos” da colonização. E a sua retomada pelo Estado Brasileiro e pelo povo Tupinambá representa uma agência, que simboliza a luta dos povos originários desde o início da colonização. Seus usos contemporâneos têm significado espiritual, cultural e social para o seu povo, mas também

representa um ensinamento para o restante da sociedade brasileira, de valorização da cultura dos diversos povos originários e de que eles constituem parte ativa na sociedade contemporânea e não um passado mítico.

Referências

ABDALA, V. Museu Nacional confirma retorno de Manto Tupinambá ao Brasil. *Site Agência Brasil*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-07/museu-nacional-confirma-retorno-de-manto-Tupinambá-ao-brasil>. Acesso em: 23 set. 2024.

ANDRADE, R. M. Vestir-se de almas ancestrais: Glicéria Tupinambá aponta o caminho. *dObra[s] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda*, [S. l.], n. 40, p. 150-161, 2024. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/1814>. Acesso em: 24 set. 2024.

ALBERT, B.; KOPENAWA, D. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BANIWA, D. O que os jovens indígenas querem? In: PEDROSA, Adriano; MESQUITA, André; SCHWARZ, Lilia Moritz (orgs.). *Histórias Brasileiras: Antologia*. São Paulo: MASP, 2023. p. 400-403.

BBC Brasil. Rio Grande do Sul ainda vai viver muitos eventos extremos, dizem cientistas brasileiras que colaboraram com IPCC. 2024. *Site Online*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/czkv2mrdv31o>. Acesso em: 23 set. 2024.

CAFFÉ, J.; GONTIJO, J. Expor o sagrado: o caso do manto Tupinambá na exposição Kwá Yepé Turusú Yuriri Assojaba Tupinambá. *MODOS: Revista de História da Arte*, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 23-47, 2023. DOI: 10.20396/modos.v7i2.8670562.

COSTA, C. M. P. R. *O retorno do manto Tupinambá: diálogos para a construção de uma história da arte indígena*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História da Arte). Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

DAS ARTES. Glicéria Tupinambá ganha exposição com manto tupinambá. 29 ago. 2023. *Site Online*. Disponível em: <https://encurtador.com.br/mrop9>. Acesso em: 29 ago. 2025.

DIDI-HUBERMAN, G. *Diante do Tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

DOMINGUES, J. E. O deslumbrante Manto Tupinambá de penas vermelhas volta ao Brasil. *Ensinar História*, 2024. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/o-deslumbrante-manto-Tupinambá-de-penas-vermelhas/>. Acesso em: 23 set. 2024.

ESBELL, J. A Arte Indígena Contemporânea como armadilha para armadilhas. *Galeria Jaider Esbell*, 9 jul. 2020.

ESBELL, J. Entrevista ao Brasil de Fato: “Arte indígena desperta uma consciência que o Brasil não tem de si mesmo”. *Brasil de Fato*, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 08 out. 2024.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (Coletivo Sycorax, trad.). São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERDINAND, M. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Ubu Editora, 2022.

FRANÇOZO, M. C. *De Olinda a Holanda: o Gabinete de Curiosidades de Nassau*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

G1. Manto Tupinambá: entenda como o item repatriado era usado em rituais antropofágicos e por lideranças indígenas no Brasil. *Site Online*. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia>. Acesso em 08 out. 2024.

JESUS DA SILVA, G. Arenga Tata Nhee Assojoba Tupinamabá. *Tellus*, 21, n. 46, p. 323–339, 2022. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/816>. Acesso em: 10 nov. 2025.

KRENAK, A. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LATOUR, B. *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. Ubu Editora, 2020.

LUNA, G. A. G.; FLORES, M. B. R.; MELO, S. F. Arte Indígena Contemporânea Decolonialidade e ReAntropofagia: Contemporary Indian Art Decoloniality and Reanthropogagy. *Farol*, [S. l.], v. 17, n. 25, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/farol/article/view/35982>. Acesso em: 8 out. 2024.

MITCHELL, W. J. T. Mostrar o ver: Uma crítica à cultura visual. *Interin*, vol. 1, núm. 1, 2006, p.1-20.

MITCHELL, W. J. T.. O que as imagens realmente querem? In: ALLOA, E. (org.). *Pensar a Imagem*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018. p.165-190.

MIRZOEFF, N. *How to See the World: An Introduction to Images, from Self-Portraits to Selfies, Maps to Movies, and More*. Londres: Penguin Books, 2015.

MIRZOEFF, N. O direito a olhar. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 18, n. 4, 2016. p. 745–768. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8646472>. Acesso em: 8 out. 2024.

MONTEIRO, C. *Colonial Representations of Brazil and their current display at Western museums: The Mauritshuis case and the Dutch Gaze*. Dissertação (Mestrado em Arts & Culture). Universidade Leiden, 2019.

MUSEU DE ARTE MODERNA DO RIO DE JANEIRO (MAM Rio). *Glicéria Tupinambá*. Site Online. 2023. Disponível em: <https://mam.rio/programacao/atos-de-revolta-tupinamba/>. Acesso em: 08 out. 2024.

NATIONAL GALLERY. *Hanneman, Adriaen. Dutch Painting of the Seventeenth Century.* s/d. Documento. Disponível em: <https://www.nga.gov/collection/artist-info.1371.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

PRATT, M. L. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação.* Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SHIVA, V. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.* São Paulo: Gala, 2003.

TUPINAMBÁ, G. O manto é feminino. Assojaba I Kunhãwara. In.: TUGNY, A. et. al. *Kwá yepé turusú yuriri assojaba Tupinambá: essa é a grande volta do manto Tupinambá.* São Paulo: Conversas em Godwana, 2021. p. 18-26

UBINGER, H. *Os Tupinambá da Serra do Padeiro: religiosidade e territorialidade na luta pela terra indígena.* 2012. 189f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Bahia, 2012.

Artigo recebido em: 25/02/2025

Artigo aprovado para publicação em: 27/08/2025

Editor (a) responsável: Larissa Molina Manfré

¹ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Para mais, ver: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>.

² Glicéria Jesus da Silva, conhecida como Célia Tupinambá, é artista e ativista da aldeia Serra do Padeiro, na Terra Indígena Tupinambá de Olivença (sul da Bahia). Através da importância de sua produção artística, foi indicada ao Prêmio PIPA de Arte Contemporânea em 2022 e 2023, sendo uma das quatro vencedoras da edição de 2023. Neste texto, optamos por nos referir a ela como Glicéria Tupinambá ou simplesmente Célia, nome pelo qual a própria artista se apresenta.

³ Eles encontram-se nas seguintes instituições europeias: Nationalmuseet Etnografisk Samling (Copenhague, Dinamarca); Museum der Kulturen (Basileia, Suíça); Musée Royal d'Art et d'Histoire (Bruxelas, Bélgica); Musée du Quai Branly (Paris, França); Museo di Storia Naturale, Università degli Studi di Firenze (Florença, Itália); 'Museum Septalianum', Biblioteca Ambrosiana di Milano (Milão, Itália) (Caffé; Gontijo, 2023, p. 45). O manto que estava na Dinamarca foi devolvido em julho de 2024.

A DEFESA DA ORDEM E A GUERRA AO SUBVERSIVO: Aspectos Jurídicos e Culturais

THE DEFENSE OF ORDER AND THE WAR AGAINST THE SUBVERSIVE: Legal and Cultural Aspects

Fernando Martins da C. Munhoz¹
Izabele Vila Real Diamante²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo discutir o que os militares entendiam em relação a luta contra a subversão nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil. Para isso, usaremos o aporte teórico de Carl Schmitt acerca das questões jurídicas, e de Bronislaw Baczko sobre Imaginário Social. Através da análise do relatório especial de informação produzido pelo Ministério da Aeronáutica, de 1973, verifica-se o esforço no campo jurídico e social para difundir no meio militar uma narrativa sobre a luta contra a subversão e sobre os subversivos. Perceber a construção de uma narrativa específica é essencial para entender os desdobramentos do período que chegaram aos nossos dias criando inúmeros mitos e crenças que ainda hoje são capazes de agirem no imaginário da população.

Palavras-Chave: Imaginário Social, Subversivo, Contra-subversivo, Ditadura militar.

Abstract: This paper aims to discuss the military understanding of the fight against subversion during the 1960s and 1970s in Brazil. To this end, it uses Carl Schmitt's theoretical framework regarding juridical issues and Bronislaw Baczko's concept of the social imaginary. Through the analysis of a special intelligence report produced by the Ministry of Aeronautics in 1973, we verify the juridical and social efforts to disseminate a narrative within the military environment about the fight against subversion and the subversives themselves. Perceiving the construction of this specific narrative is essential to comprehending the legacies of this period that have reached the present day, creating numerous myths and beliefs that are still capable of acting upon the social imaginary of the population.

Keywords: Social Imaginary, Subversive, Counter-subversive, Military dictatorship.

Introdução

O presente trabalho pretende discutir o que os militares brasileiros entendiam em relação a luta contra a subversão nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil, envolvendo tanto seu sentido jurídico quanto seu sentido cultural, e como a luta contra a subversão foi utilizada pelos militares para ajudar a legitimar os governos dos anos 1960 e 1970. Para isso, o aporte teórico sobre o imaginário social¹ e sobre cultura política², será de grande valia para analisarmos como foi difundido nos governos militares da década de 1960/1970 a ideia do Estado de exceção. Além disso, as contribuições de Carl Schmitt acerca das questões jurídicas utilizadas para validar as ações militares, nos oferecem um olhar mais amplo sobre como foi construído o Estado de exceção no período.

¹ Advogado, mestrando do programa de pós-graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina. Contato: fernando.munhoz22@uel.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9694-9076>.

² Mestranda do programa de pós-graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina. Contato: izabele.diamante@uel.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3580-0627>.

A problemática central do estudo utiliza como fonte o relatório especial de informação produzido pelo Ministério da Aeronáutica, na data de 21 de março de 1973, onde o assunto principal era “Teoria e Prática da Contra Rebelião”³. Este relatório reproduz e difunde, para o meio militar, uma concepção específica de ordem social, liberdade e democracia, moldada por interesses autoritários e sustentada por práticas discursivas que legitimam a repressão. Ao analisar o conteúdo do documento, busca-se compreender como os conceitos foram instrumentalizados para criar um imaginário social que justificasse a luta contra a subversão e consolidasse o poder militar. Nesse sentido, o artigo questiona em que medida o discurso militar operou como um mecanismo de construção e reprodução de imaginários e poder simbólico, contribuindo para naturalizar o Estado de exceção e silenciar narrativas dissonantes.

O final da década de 1960 e a década de 1970 contou com um pesado aparato de vigilância e repressão. Após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁴, em dezembro de 1968, o governo militar passou a deixar ainda mais explícito seu caráter de ditadura. O AI-5 deu poderes ilimitados ao Presidente da República, que podia legislar por decretos, decretar intervenção nos Estados, suspender mandatos eletivos, demitir juízes e fechar o Congresso Nacional (Ridenti, 2014, p. 52). Junto a isso funcionava uma rígida censura aos meios de comunicação e houve uma incrementação e reorganização do aparelho da polícia política. De acordo com Maria Helena Moreira Alves (1987, p.135) a maior consequência do AI-5 foi que “abriu caminho para a descontrolada utilização do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional”.

Por sua vez, a oposição⁵ — que foi perseguida e desarticulada logo nos primeiros momentos após o golpe — tentava organizar-se desde o fim dos anos 1960. Para tal, buscou formas de se articular politicamente realizando reuniões clandestinas e organizando passeatas e protestos contra os militares. Após o AI-5 parte da oposição que, desde o golpe considerava fazer uma luta armada, optou por realizá-la tanto na cidade quanto no campo e esta duraria até 1974 com a participação de homens e mulheres. Conforme Alves:

Os setores da oposição que vinham sustentando a necessidade de luta armada assumiram posição predominante. A estratégia de rebelião militar contra o Estado de Segurança Nacional vinha sendo discutida pelo menos desde 1967. Mas só ganhou forte apoio entre os setores de oposição com as medidas de violência que se seguiram à promulgação do Ato Institucional nº 5. Foi, portanto, em 1969 que efetivamente teve início a violência urbana e rural, que nos cinco anos seguintes dilaceraria o país (Alves, 1987, p. 142).

De acordo com Samways (2013), o período foi marcado por um grande avanço tecnológico no desenvolvimento de novas armas, mas também por uma crescente preocupação com a figura do comunista, considerado subversivo e inimigo da segurança nacional. O combate ao suposto “perigo comunista” gerou uma paranoia que não afetou apenas os agentes repressivos, responsáveis por prender, torturar e matar os chamados “subversivos”, mas também se estendeu aos serviços de espionagem do mundo ocidental. O medo e a aversão ao comunismo fizeram com que os setores de informações desconfiassem da presença de seus inimigos em toda a sociedade, que, por sua vez, deveria ser vigiada e espionada em nome da ordem e segurança nacional.

Conforme Lima (2018, p. 89), a ordem jurídica estabelecida pela ditadura militar foi edificada a partir dos Atos Institucionais e das Constituições outorgadas pelo Poder Executivo, tendo como principal função a perseguição e repressão aos opositores do regime, além de suspender direitos e garantias fundamentais sob a justificativa de combater a subversão. Com a drástica limitação dos poderes do Congresso Nacional, os juristas do regime militar assumiram o papel de legisladores dentro do Estado de exceção.

Nesse contexto, os órgãos militares foram sendo fortalecidos e passaram a criar toda uma estrutura jurídica e administrativa para organizar as estratégias de ação contra os “inimigos da revolução” (Fico, 2001, p.75).

Uma estrutura de extrema importância no período era o Sistema Nacional de Informações (SISNI), que tinha como órgão central o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pelo General Golbery do Couto e Silva, mas também contava com os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis, os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares, o Subsistema de Informações Estratégicas Militares e por outros órgãos setoriais. O objetivo do SISNI e de seus órgãos era produzir e recolher informações que servissem para a tomada de decisão sobre os assuntos envolvendo a segurança do Estado, sendo uma assessoria direta da presidência da República. Além disso, tais organismos de informações agiam gerando todo um sistema de espionagem dentro dos setores governamentais, assim como em entidades civis colocando sob suspeita qualquer pessoa de forma indiscriminada (Fico, 2001, p. 100-101).

Englobava o SNI — por meio do Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares — os Sistemas de Informação do Exército, Marinha e da Aeronáutica. Para o presente trabalho destacamos o Sistema de Informações da Aeronáutica, de onde foi produzido o documento que utilizamos como fonte.

A Fonte

A fonte explorada no presente trabalho é um relatório especial de informação produzido pelo Ministério da Aeronáutica, na data de 21 de março de 1973, onde o assunto principal era “Teoria e Prática da Contra Rebelião”⁶. Esse relatório foi produzido usando partes do livro de David Galula⁷: “*Counter-insurgency Warfare: Theory and Practice*”⁸, e o intuito era saber como pensavam e se comportavam os subversivos, difundir essas informações no meio militar, para ter eficiência na luta contra os “inimigos da revolução”.

O ministério da Aeronáutica era dividido nos seguintes órgãos: Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA); Seção de Informações do Estado Maior da Aeronáutica (2ª/EMAer), órgãos de informações das unidades respectivas e escritórios dos adidos aeronáuticos (ADIAer) (Fico, 2001, p. 90). De acordo com o documento, o órgão que o produziu foi o CISA e o objetivo era difundir o relatório para outros órgãos militares como Serviço Nacional de Informações/Agência Central (SNI/AC), Serviço Nacional de Informações/Agência Regional do Rio de Janeiro (SNI/ARJ), Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Departamento de Ordem Política e Social/Guanabara (Dops/GB) e para todas as unidades da FAB (Arquivo Nacional, 1973).

A produção de informações realizadas pelos órgãos militares seguia um padrão de classificação. A informação poderia ser classificada no grau de confiabilidade; se estava tratando de assuntos internos ou externos; se tinha valor estratégico/operacional; se era de abrangência global, nacional ou regional e se abrangia longos períodos ou era de utilização imediata (Fico, 2001, p. 95-96). Também, a informação produzida deveria seguir alguns princípios básicos de objetividade, oportunidade, segurança, clareza, simplicidade e imparcialidade. Contudo, conforme aponta Carlos Fico (2001, p. 97) “na maioria das vezes, a informação constituía-se num texto bastante subjetivo, vazado no obscuro jargão da comunidade e inteiramente parcial”. A produção das informações servia para — além da informação propriamente dita — manter os vários órgãos militares sempre em comunicação mútua, num sistema que “tinha muito de autoconvencimento por retroalimentação” (Fico, 2001, p. 100).

No relatório especial de informações percebe-se o claro objetivo em divulgar no meio militar as principais ideias e ações dos subversivos para que se assim fosse possível legitimar a continuidade das ações repressivas e a manutenção do estado de exceção. Para isso, o documento, contendo 46 páginas, traz inúmeros tópicos com definições de

conceitos, estratégias de ação e as principais ideias dos subversivos e como combatê-las. Dentre os tópicos se destacam os seguintes: Guerra Revolucionária; Pré-condições para o sucesso da subversão; Forças e fraquezas de um regime político; Condições geográficas; Doutrina da Subversão; Vulnerabilidade da Subversão e Estratégia do Contra-subversivo, entre outros.

Conforme destacado na primeira página do relatório, o seu propósito era defender a liberdade, a democracia e os direitos individuais e “esclarecer o grupo social dirigente sobre as forças que se opõem àquele trinômio e como combatê-las, garantindo o equilíbrio e o bem-estar social” (Arquivo Nacional, 1973, p. 01). Para isso, o relatório começa definindo o que seria a liberdade, os direitos individuais e a democracia.

A partir de tais definições é possível perceber alguns aspectos do Imaginário Social que circulava no meio militar e quais foram suas ações para defender seus ideais e manter o Estado de Exceção. Também, é preciso verificar algumas definições jurídicas dos principais conceitos utilizados no documento.

Subversão, Subversivo, Atos Subversivos e Contra-subversivo

A subversão é descrita como uma forma de luta política prolongada, destinada a minar a ordem vigente e conquistar o poder. Diferentemente de um golpe, que é um ato clandestino de um pequeno grupo rebelde, ou de uma revolução, que se caracteriza por um levante explosivo das massas, a subversão ocorre de maneira gradual e estratégica. Segundo o documento, “seus inícios são tão vagos que determinar exatamente quando surge a subversão é um difícil problema legal, político e histórico”.

O subversivo é o agente ou grupo que inicia o processo subversivo, utilizando a força ideológica como principal instrumento para conquistar apoio. Inicialmente, os subversivos agem por meio da propaganda, infiltração em instituições e manipulação de conceitos como democracia e direitos humanos. Esses valores, segundo o documento, são utilizados de maneira estratégica para enganar os “desprevenidos” e conquistar legitimidade até que os subversivos obtenham o poder, momento em que supostamente suprimiram esses mesmos direitos.

Para Donhauser Mizoguchi (2023) o subversivo ameaçava a coesão interna do *socius* e da máquina capitalística (p.1). A crise econômica de 1962 e a ameaça comunista, que vinha sendo difundida desde a década de 1950, foram apresentadas como justificativas para o golpe de 1964 (p.7).

Além disso, existia um perfil de militância que preocupava o regime, especialmente nos movimentos de resistência armada, que era composto em grande parte por jovens de média e classe média alta, que tinham “tudo para ascender socialmente e se tornarem, inclusive, ideólogos do capitalismo”, mas estavam se voltando para a contestação do sistema e se tornando os considerados terroristas (Donhauser; Mizoguchi, 2023, p. 8).

O subversivo também passou a ser objeto das ciências médicas e psi (psiquiatria, psicanálise e psicologia), a partir da década de 1970, pois era entendido cada vez mais a partir desses saberes, tornando-se um problema de ordem psicopatológica, mais do que uma questão moral ou de transgressão política (Donhauser; Mizoguchi, 2023, p.11).

Havia duas categorias de subversivos: os recuperáveis, visto como inocentes inúteis do terrorismo nacional, cooptados pela ideologia comunista sem pleno entendimento das consequências de suas ações e os irrecuperáveis, considerados como as peças-chaves, grandes mentores, que conscientemente tramavam contra a nação e cooptavam jovens inocentes. Pesquisas e testes psicológicos realizados em presos políticos buscavam traçar o perfil do subversivo. Atribuiu-se a eles ‘dificuldade de relacionamento’, ‘escasso interesse humano e social’, ‘difícil comunicação social’, ‘imaturidade’, ‘insegurança’, ‘insatabilidade’, ‘fragilidade emocional’ e ‘promiscuidade’. No entanto, também se afirmava que, no fundo, desejavam constituir família e contribuir para o progresso do país (Donhauser; Mizoguchi, 2023, p. 18).

Os atos subversivos, conforme o documento, são todas as práticas que buscam desestabilizar a ordem vigente, seja por meio da propaganda, infiltração, ou até ações violentas. O texto enfatiza que a subversão não depende, inicialmente, da força armada, podendo alcançar um “elevado grau de desenvolvimento por meios legais e pacíficos”. Essa característica tornava a subversão difícil de ser combatida, especialmente porque os subversivos poderiam manipular o discurso legalista e democrático para minar as bases do regime.

A contra-subversão é definida como a resposta organizada e estratégica à subversão. É apresentada como uma reação defensiva ao movimento subversivo, que visa proteger a ordem vigente e combater qualquer tentativa de desestabilização do sistema político, econômico e social. Segundo o documento, a contra-subversão é reativa, pois só pode ser desencadeada após a subversão se manifestar, seja por propaganda ideológica ou por atos concretos de desestabilização. Diferentemente da subversão, a contra-subversão não inicia o conflito, ela responde a ele. Além disso, a contra-subversão busca neutralizar o subversivo, seu objetivo principal é impedir o crescimento da força

ideológica e organizacional do subversivo, que pode transformar-se de pequeno em grande, de fraco em forte. E por fim, a subversão pode crescer de forma pacífica e legal antes de recorrer à violência, o que exige da contra-subversão um esforço para identificar e desarticular ameaças muitas vezes difusas.

Para Vieira (2010, p. 24) na visão do regime militar, o movimento autoritário de 1964 tinha como mote librar o país da corrupção e do comunismo, e reestruturar a democracia, buscando combater a subversão e a corrupção, bem como a infiltração comunista na administração pública, sindicatos, meios militares e em todos os setores da vida nacional. O setor do exército conhecido como “linha dura” se autodenominava guardião dos princípios da “revolução” e enfatizava a repressão da oposição, desconfiando dos políticos civis. Eles aderiram a utopia autoritária de librar o Brasil dos subversivos e lutaram pela permanência dos militares no poder.

A censura foi um dos instrumentos mais eficazes para a contenção das mentes contestatórias do regime militar, impedindo a divulgação de informações e limitando a liberdade de expressão (Vieira, 2010, p. 8).

Para combater a subversão, o contra-subversivo utiliza uma combinação de estratégias políticas militares e ideológicas, como propaganda oficial, repressão política, controle social e por fim o uso da força, em casos extremos, a intervenção militar ou policial é empregada para eliminar focos de insurgência ou revolta.

O documento discute os valores fundamentais da liberdade, direitos individuais e democracia, assim como a visão do regime militar sobre sua preservação no contexto da luta contra a subversão. O documento apresenta uma concepção instrumental desses valores, moldando-os a partir de uma narrativa oficial que justifica a atuação do Estado e, particularmente, dos militares, em nome da “obra revolucionária” iniciada em 1964.

O documento inicia definindo “liberdade” de maneira restritiva, vinculando-a a uma conformidade com a ordem social, jurídica e tradicional vigente. É enfatizado que a liberdade não deve se confundir com licenciosidade ou liberalismo, sendo limitada por um compromisso com os costumes e a lei. Nesse sentido, a liberdade é enquadrada dentro de uma doutrina social e de obediência à hierarquia, o que reflete a visão autoritária do regime, onde a autonomia individual é condicionada à manutenção da ordem estabelecida (Arquivo Nacional, 1973, p. 3).

Os direitos individuais são descritos como uma construção social, emergindo das relações dentro de um grupo e subordinados ao que o documento entende como “liberdade responsável”. Essa abordagem reforça uma visão de que o indivíduo só existe plenamente em relação ao coletivo, sendo seus direitos definidos pelo grupo dominante, ou seja, pelo

Estado, e não como valores absolutos ou inalienáveis. Isso contrasta com concepções liberais de direitos individuais, onde a primazia do indivíduo é central (Arquivo Nacional, 1973, p. 3).

Segundo Sganzerla (2015, p. 301) as liberdades individuais foram objeto de previsão específica, destacando-se três garantias principais: a liberdade de reunião, desde que pacífica e mediante aviso prévio à autoridade competente; a liberdade de consciência, crença e prática religiosa; e a liberdade de manifestação do pensamento, incluindo convicções políticas ou filosóficas. No entanto, a Constituição previa restrições a esses direitos, como a manutenção da ordem no caso das reuniões, a preservação da ordem pública e dos bons costumes em relação à consciência e crença, e a possibilidade de censura quanto ao pensamento e convicções. Além disso, o Ato Institucional nº 2 e as Constituições de 1967 e 1969 mantinham a proibição de propagandas que promoviam guerra, subversão da ordem ou preconceitos de raça ou classe.

Já a Democracia é retratada como um ideal político adaptável às circunstâncias e alinhado ao “estado de direito” vigente, que, segundo o documento, teria sido estabelecido pela Revolução de 1964. Nesse ponto, o regime militar busca legitimar suas ações, apresentando-se como o salvador da nação do “caos, indisciplina, subversão e corrupção” atribuídos ao governo anterior. Essa visão de democracia, no entanto, é instrumentalizada, pois ignora os princípios básicos de pluralismo, participação política ampla e respeito às liberdades fundamentais, focando exclusivamente no controle e na estabilidade.

O texto também atribui à sociedade, especialmente aos militares, o dever de consolidar os ideais do regime, destacando o combate à subversão e à corrupção, bem como a manutenção da hierarquia, da disciplina e da ordem. Esses valores são apresentados como fatores de coesão nacional e defesa contra o inimigo interno, que seria responsável por tentativas de desestabilização por meio de “propaganda facciosa”.

O ponto central do trecho é a ideia de que a verdadeira batalha da “guerra revolucionária” ocorre na mente dos cidadãos. Para o regime, o soldado, além de preparado tecnicamente, deve ser ideologicamente esclarecido e imune à propaganda subversiva. Essa perspectiva reflete a preocupação do regime militar com a manipulação ideológica e a disputa de narrativas, usando a educação e o treinamento militar como instrumentos para combater a influência do inimigo interno.

Guerra Revolucionária

A guerra revolucionária⁹, no documento, é fundamentada a partir da obra de David Galula em *Teoria e Prática da Contra Rebelião*, é um tipo específico de conflito que se distingue da guerra convencional por suas características e objetivos. Trata-se de um embate essencialmente interno, embora raramente escape à influência de fatores externos, especialmente no contexto geopolítico contemporâneo (Arquivo Nacional, 1973, p. 3-4).

Esse tipo de guerra é iniciado exclusivamente pelo subversivo, que busca tomar o poder, enquanto o contra-subversivo atua como reação para preservar o status quo. O subversivo pode lançar mão de uma ampla gama de estratégias, conforme as descritas no tópico acima (Arquivo Nacional, 1973, p. 6).

O documento define a guerra revolucionária como um conflito onde o objetivo principal é a população. Para o subversivo, conquistar a lealdade das massas é essencial, enquanto para o contra-subversivo a prioridade é manter a população passiva ou fiel ao regime. Essa dinâmica faz com que a política desempenhe um papel predominante em todas as fases do conflito (Arquivo Nacional, 1973, p. 8). Ao contrário do conceito de guerra convencional de Clausewitz, que a define como “a continuação da política por outros meios”, na guerra revolucionária a política não apenas precede o conflito, mas permanece central durante todo o seu desenrolar. Tanto o subversivo quanto o contra-subversivo utilizam estratégias políticas, propagandas e ações psicológicas como instrumentos principais para atingir seus objetivos.

O documento distingue a guerra revolucionária de outros meios de tomada de poder, como a revolução e o golpe. Enquanto a revolução é descrita como um levante explosivo e espontâneo, onde as massas se mobilizam antes da ascensão de lideranças, e o golpe é uma ação clandestina conduzida por um grupo restrito, sem envolvimento direto das massas, a guerra revolucionária é gradual e prolongada. Nesse caso, os líderes aparecem primeiro e, em seguida, buscam mobilizar a população de forma estratégica e planejada. Esse processo exige paciência e recursos ideológicos que gradualmente se transformam em recursos materiais e operacionais (Arquivo Nacional, 1973, p. 6).

Sobre a construção da ideia de guerra revolucionária, Lima (2021, p. 131) explica que na década de 1940, a Escola Superior de Guerra (ESG) desenvolveu a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), visando integrar a inteligência estatal e as forças militares em um sistema de defesa frente às tensões da Guerra Fria. Essa doutrina foi influenciada pela presença militar francesa no Brasil desde os anos 1920, que introduziu métodos de planejamento estratégico, tecnicismo e valores como disciplina e hierarquia. A DSN buscava orientar políticas de Estado contra ameaças internas e externas, sendo vista tanto como instrumento de repressão anticomunista¹⁰ para preservar o modelo capitalista

quanto como esforço teórico para reestruturar as forças armadas. Inspirada pela experiência francesa, a doutrina ampliou a atuação militar para áreas tradicionalmente políticas, legitimando ações repressivas contra supostas ameaças revolucionárias internas. Ainda, segundo o autor:

Com efeito, a “ação psicológica” aparece com mais frequência no discurso da guerra revolucionária, apontando para as características de um inimigo que, cada vez mais, estaria ocupando espaços que não são, necessariamente, lugares físicos e concretos, mas dimensões performativas e políticas. Pode-se dizer que a doutrina de guerra revolucionária é um produto do imaginário militar que criou um arquétipo simbólico que se materializa através da linguagem. Esse arquétipo tem nas instituições literária, política, comunicativa, administrativas e sociais uma superfície fértil de (re)produção. Um arquétipo simbólico que se retroalimenta de “verdades” que naturalizam a negação da própria realidade coletiva para validar práticas discursivas que subvertem aquilo que realmente é por aquilo que se deseja ser (Lima, 2021, p. 79).

Em síntese, a guerra revolucionária transcende os limites de um conflito meramente militar, envolvendo dimensões políticas, sociais e psicológicas que refletem sua complexidade e impacto. A centralidade da população como campo de disputa e a instrumentalização de narrativas, ideologias e ações simbólicas demonstram como essa forma de embate redefine os conceitos de poder e resistência. Ademais, a influência de doutrinas como a de Segurança Nacional, estruturada em um imaginário militar que justifica práticas repressivas, evidencia a forma como tais conflitos moldaram políticas de Estado e reconfiguraram o papel das forças armadas no contexto de tensões internas e externas. Assim, a guerra revolucionária emerge não apenas como um fenômeno estratégico, mas como um marco que articula o imaginário militar e político com as dinâmicas da sociedade e da geopolítica contemporânea.

Conforme Brandão (2020, p. 58), a subversão foi concebida, no contexto da Doutrina de Segurança Nacional, como uma estratégia psicológica indireta e subliminar, que visava desestabilizar a sociedade por meio da destruição de seus valores fundamentais e da promoção de uma nova ordem social, questionando a legitimidade das instituições e valores tradicionais. No Decreto-Lei nº 314, de 1967 (Brasil, 1967), o conceito de “subversão” é amplamente associado a ações que desafiam a ordem político-social, a segurança nacional ou a estrutura do poder vigente. Esse instrumento normativo detalha, em diferentes dispositivos, as condutas consideradas subversivas, evidenciando uma preocupação em proteger o regime político contra ameaças internas ou externas.

Entre os artigos mais significativos que tratam do tema, pode-se destacar o artigo 3º, §3º, que estabelece o conceito de “guerra revolucionária”, caracterizada como um

conflito interno impulsionado por ideologias ou auxílio estrangeiro, com o objetivo de conquistar o poder de maneira subversiva. Já o artigo 23 previa sanções para atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva, configurando tais ações como graves ameaças à segurança nacional.

Com o fito de se entender o Estado de Exceção, o ponto de partida é observar a construção de uma ditadura soberana. A característica formal da ditadura está relacionada ao exercício da autoridade suprema, que possui a capacidade jurídica de suspender o direito e autorizar uma ditadura, permitindo uma exceção concreta. Nesse contexto, a ditadura soberana tem como objetivo estabelecer uma nova ordem jurídica, na qual a excepcionalidade resulta na ab-rogação da Constituição vigente, em vez de sua simples suspensão, como ocorre na ditadura comissária. Esse tipo de ditadura é particularmente observado na modernidade, como durante a fase do terror da Revolução Francesa, com a Convenção Nacional, ou no Império francês, sob Napoleão Bonaparte. O propósito é criar uma ordem constitucional, com a exceção sendo utilizada para viabilizar o livre exercício do poder constituinte (Alves; De Oliveira, 2012, p. 237).

A relação entre o Estado, o direito e a ditadura são analisados por Schmitt de forma peculiar. Ele argumenta que a presença de uma exceção a uma norma em toda ditadura não implica na negação causal de uma norma qualquer. A dialética interna do conceito reside no fato de que, por meio da ditadura, se nega precisamente a norma que deveria garantir a dominação na realidade político-histórica. Segundo Corval (2010), para Schmitt, a essência da ditadura, sob o ponto de vista filosófico-jurídico, está na possibilidade de separar as normas de direito das normas de realização do direito. Sobre o estado de exceção:

Para Schmitt, no estado de exceção, “temos uma situação jurídica na qual a lei suprime a lei, na medida em que se abole, por meio da aplicação da lei, certas garantias e direitos individuais e coletivos em determinadas circunstâncias peculiares nas quais a existência do Estado é ameaçada. Nesse âmbito, amplia-se o risco iminente da morte legalmente justificada (Duarte, 2010, p. 275, *apud* Passos, 2014, p. 73).

A Lei Nº 7.170/1983 (BRASIL, 1983), conhecida como a Lei de Segurança Nacional, evidencia traços de um estado de exceção¹¹. Essa característica pode ser compreendida dentro de um contexto histórico mais amplo, no qual o campo jurídico foi instrumentalizado pelos governos autoritários como ferramenta de legitimação e controle. Após o golpe de 1964, o campo jurídico não foi deixado de lado pelos militares, mas se tornou-se um instrumento central para garantir a manutenção de seu poder, alinhando-se ao discurso oficial de preservação da ordem, das instituições e da tradição brasileira

(Gabardo; Neves, 2016, p. 71). Os artigos 16 e 17 da referida lei criminalizam ações que busquem alterar o regime ou a ordem por meio de ameaça ou violência.

Os artigos 22 e 23 estabeleciam a punição de propaganda e incitação relacionadas à subversão ou animosidade social. Os artigos 30 a 33 tratavam sobre a investigação e julgamento, ao estabelecer a competência da Justiça Militar¹² para processar crimes políticos (Art. 30), a permissão para prisões preventivas prolongadas (art. 33) e a incomunicabilidade do detido por cinco dias, o que destaca procedimentos excepcionais para garantir a repressão.

O aparato jurídico na luta contra a subversão

Conforme Bechara e Rodrigues (2015, p. 593), durante o período de exceção no Brasil, os militares utilizaram o aparato legal para se manter no poder e garantir sua legitimação, diferentemente de outros regimes militares na América Latina. Embora o Congresso Nacional tenha permanecido em funcionamento, os militares, na prática, legislaram por meio dos Atos Institucionais e Atos Complementares, estabelecendo o Regime dos Atos Institucionais. Esses Atos, editados entre 1964 e 1969 pelos comandantes das forças armadas ou pelo presidente, foram decisões arbitrárias, sem consulta popular ou participação do Congresso, que representava o povo.

O Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969 (Brasil, 1969), reorganizou as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, conferindo-lhes funções que reforçavam o controle e repressão de atos considerados subversivos. O artigo 3º, alínea “d”, determina que as Polícias Militares deveriam atender à convocação do Governo Federal, em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se ao Comando das Regiões Militares. No Capítulo IV, o artigo 14 autoriza o uso, por parte das Polícias Militares, de armamentos automáticos e lançarojões leves, os quais deveriam ser empregados na defesa de instalações fixas, pontos sensíveis e em ações preventivas e repressivas de segurança interna.

A Lei de imprensa (Lei nº 5.520 de 1967) permitia a censura em casos de propaganda de processo de subversão de ordem política e social. Atos como estimular movimentos de trabalhadores, apresentar músicas de protesto ou obras teatrais de autores dissidentes eram motivos para classificar o gesto como subversão da ordem. De acordo com Vieira (2010, p. 93) a Censura de Diversões Públicas passou por um processo de readaptação, incorporando o discurso ditatorial de Segurança Nacional e associando práticas consideradas imorais a potenciais intenções subversivas contra a ordem

estabelecida. Essa lógica era justificada pela suposta necessidade de proteção social, revelando as múltiplas motivações e instrumentalizações que orientaram a atuação censória.

Vieira (2010, p. 58) ainda explana que o Decreto-Lei 1.077/70 estabeleceu parâmetros para a censura à imprensa e manifestações artísticas, com o Ministro da Justiça Alfredo Buzaid afirmando que a moral, os bons costumes e a segurança nacional estavam entrelaçados, pois o enfraquecimento moral tornaria a sociedade “mais permeável às investidas do comunismo internacional”, conectando, assim, a moralidade com a prevenção da subversão.

O artigo 3º do Decreto-Lei 314/67 é um exemplo de como o direito pode ser instrumentalizado para fins de repressão, especialmente em contextos autoritários. Esse artigo define “segurança nacional” de forma ampla, incluindo medidas destinadas não apenas à segurança externa e interna do país, mas também à prevenção e repressão da “guerra psicológica adversa” e da “guerra revolucionária ou subversiva”. Termos como “guerra psicológica adversa” e “guerra subversiva” são deliberadamente genéricos, o que permite interpretações subjetivas. Assim, qualquer oposição política, crítica ao governo ou movimento social pode ser enquadrado como uma ameaça à segurança nacional.

O Imaginário difundido pelos e para os militares

Segundo Bronislaw Baczko (1985, p.309), cada geração vai trazer para a sociedade uma definição de homem e de imaginário. Isso torna o conceito dinâmico e rico em possibilidades quando se trabalha com o imaginário social. Tendo isso em mente, é possível perceber que por meio do imaginário social — que acompanha as mudanças sociopolíticas de uma sociedade — uma coletividade estabelece sua identidade, suas aspirações, seus medos, seus papéis sociais e o exercício do poder, que vão dar sentido a sua existência como grupo e como indivíduo dentro desse grupo.

Ao ter contato com o relatório especial de informação produzido pelo Ministério da Aeronáutica, destacou-se o imaginário que o meio militar tinha da luta contra a subversão. Se utiliza a atribuição de um determinado perfil e características para a luta subversiva e em contrapartida um para a luta contra-subversiva. Frases como: “A promoção de desordem a um objetivo legítimo para o subversivo” ou “O subversivo é fluído, por não ter nem responsabilidades nem valores concretos” (Arquivo Nacional, 1973, p. 7), são as ideias que são usadas como base para falar da luta subversiva. Por outro lado, o imaginário em torno da luta contra-subversiva vai aparecer num tom de

necessidade de ação, como o documento destaca: “O contra-subversivo é responsável por uma pesada obrigação: manter a ordem em todo o país” (Arquivo Nacional, 1973, p. 5), ou ainda “o contra-subversivo está preso às suas responsabilidades e ao seu passado, e para ele os fatos falam mais alto que palavras” (Arquivo Nacional, 1973, p. 7), ou seja, o contra-subversivo se sacrifica para o bem maior do País.

O imaginário do sacrifício em nome de um bem maior, assim como destacado anteriormente, é algo que perpassa gerações e é utilizado para legitimar e justificar ações. Maria Helena Rolim Capelato, em sua obra *Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*, aborda essa temática ao tratar da figura de Eva Perón e Getúlio Vargas. No caso de Eva Perón, a autora aponta:

A ideia de submissão, renúncia e sacrifício prolifera nos discursos de Eva. Sem filhos, dedicou-se inteiramente aos humildes. Tornou-se modelo de mãe ideal: sacrificou-se pelos filhos da pátria até o martírio final. A morte prematura sacralizou o mito Eva e conduziu-o à santidade. Na fase terminal de sua doença, recebeu o título, dado pelo Congresso, de “Chefe espiritual da Nação”. Seu confessor, padre Hernam Benitez, em discurso público, proclamou-a mártir dos descamisados e exemplo de auto-sacrifício (Capelato, 1998, p. 272).

Ao adotar esse discurso de sacrifício, o objetivo era reforçar a ideia de Eva como uma mulher pura e que se doava ao seu povo, Capelato afirma, ainda, que o intuito era “transformar Eva na reencarnação do mito da ‘Redenção pela pureza feminina’” (Capelato, 1998, p. 273). No caso de Vargas, o imaginário em torno da figura do líder também tinha por base a ideia de salvação e de sacrifício:

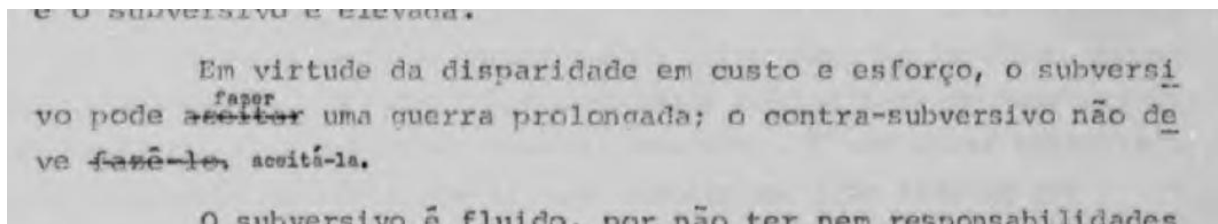
A imagem mais difundida pela propaganda estadonovista era a do presidente Vargas “salvador da pátria”. [...] O chefe do Estado Novo, representante solitário do poder, exercia a função imagética da representação masculina. Seus apologetas procuraram apresentar o poder solitário como expressão de um poder forte (Capelato, 1998, p. 276-277).

Eva Perón como a mãe do povo argentino e Vargas como o “salvador da pátria” são exemplos desse imaginário ligado à atuação política. Seguindo essa lógica, o Imaginário de dever e sacrifício dos militares ainda é agregado com a ideia de que os militares estavam numa posição de resposta aos perigos subversivos:

Enquanto na guerra convencional qualquer um dos lados pode iniciar o conflito, somente um - o subversivo - pode dar início a uma guerra revolucionária, pois a contra-subversão nada mais é que um efeito da subversão (Arquivo Nacional, 1973, p. 4).

É muito significativo o esforço em disseminar o imaginário de agir em resposta a uma agressão prévia na luta contra-subversiva. Na página 7 do relatório — Ver imagem 1 — é possível verificar a correção de duas palavras que aparentemente foram datilografadas erroneamente no documento. A frase que primeiro foi datilografada é: “Em virtude da disparidade em custo e esforço, o subversivo pode *aceitar* uma guerra prolongada; o contra-subversivo não deve *fazê-lo*”. As palavras em destaque são as que foram trocadas uma pela outra no documento, para que a frase ficasse dessa forma: “Em virtude da disparidade em custo e esforço, o subversivo pode *fazer* uma guerra prolongada; o contra-subversivo não deve *aceitá-la*” (Arquivo Nacional, 1973, p. 7). De acordo com o dicionário online da Língua Portuguesa, Michaelis, aceitar é um verbo que significa “receber o que é dado ou oferecido”; no caso do documento podemos inferir uma passividade de quem aceita algo ou uma situação, isto é, a mudança das palavras é feita para reiterar a narrativa de que quem ataca e coloca em risco a ordem da Nação é o subversivo e cabe aos militares impedirem esse ataque.

Figura 1 – Mudança nas palavras datilografadas



Fonte: Arquivo Nacional, 1973, p. 7.

Esse conjunto de ideias davam as bases para legitimar todas as ações dos militares, por mais violentas que fossem, uma vez que “o estado de direito vigente no Brasil, é o estabelecido pela Revolução de 31 de março de 1964, que salvou o país do caos”, e com isso seria “dever de cada cidadão, civil ou militar, a consolidação da obra revolucionária, entre cujos objetivos se encontram o combate permanente à subversão” (Arquivo Nacional, 1973, p. 1).

Ao criar um Imaginário em torno da luta contra a subversão, os militares estariam na disputa pela legitimação do poder, conforme afirma Baczko (1985, p. 310). Para o autor, “qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder”. Isso ocorre porque os bens simbólicos criados por uma sociedade não são ilimitados, são raros e preciosos e isso faz com que exista tanto a disputa por eles, quanto uma hierarquia entre eles, para que assim, seja possível justificar seus usos ao mesmo tempo que oferece credibilidade a um grupo ou instituição:

Em contrapartida, todo o poder tem de se impor não só como poderoso, mas também como legítimo. Ora, na legitimação de um poder, as circunstâncias e os acontecimentos que estão na sua origem contam tanto, ou menos, do que o imaginário a que dão nascimento e de que o poder estabelecido se apropria. As relações de força e de poder que toda a dominação comporta, acrescentam-se assim as relações de sentido. Qualquer instituição social, designadamente as instituições políticas, participa assim de um universo simbólico que a envolve e constitui o seu quadro de funcionamento (Baczko, 1985, p. 310).

É possível verificar nas páginas do relatório especial de informação do Ministério da Aeronáutica a necessidade de validar suas ações a partir do imaginário criado em torno da luta contra-subversiva. Essa necessidade é expressa pelo argumento de que a política é um fator determinante para as operações militares e vice e versa, ou seja, algo que se retroalimenta:

A política torna-se um instrumento ativo de operação. E tão complexa é a interação entre as ações políticas e militares que elas não podem ser claramente separadas entre si; pelo contrário, todo lance militar tem de ser considerado com relação aos seus efeitos políticos, e vice-versa (Arquivo Nacional, 1973, p. 6).

Outro ponto que chama a atenção no relatório é a preocupação com a propaganda e a disputa pela simpatia da população. O documento afirma que a propaganda é “uma arma poderosa” que, sendo feita da maneira correta, pode dar vantagem aos subversivos a ponto de dar-lhes a vitória:

Com respeito a propaganda, não tendo responsabilidades, o subversivo está livre para usar quaisquer truques. Se necessário, pode mentir, enganar e exagerar. Não está obrigado a fornecer provas; é julgado pelo que promete e não pelo que realiza. Consequentemente, a propaganda é uma arma poderosa para ele. Sem nenhuma política positiva, mas com uma boa propaganda, o subversivo ainda pode vencer (Arquivo Nacional, 1973, p. 7).

A propaganda no contexto dos anos de chumbo da ditadura militar (1968-1974) será muito pautada pelos valores morais burgueses-cristãos, onde deveria ser exaltado “os valores positivos da ordem natural, particularmente a tradição, a família e a propriedade” (Setemy, 2018, p. 178). Assim, o que não se encaixasse nesse padrão ético-moral corria grande risco de ser considerado subversivo. Soma-se a isso o contexto da Guerra Fria onde determinados valores e padrões de comportamento poderiam se tornar uma questão de Segurança Nacional devido ao “perigo vermelho”.

No contexto da Guerra Fria, aqueles valores e temores se tornaram, acima de tudo, questão de segurança nacional e foram instrumentalizados pelos grupos que estavam no poder no intuito de criar uma espécie de “histeria” dentro da sociedade, a fim de que

obedecessem às determinações do Estado em relação aos mais variados aspectos da vida pública e privada (Setemy, 2018, p. 178).

Para o meio militar a propaganda deveria ajudar não só para que a população não aderisse às ideias tidas como insurgentes, mas ainda para que ela tivesse também “uma participação ativa na luta contra o subversivo” (Arquivo Nacional, 1973, p. 28). Dessa forma, era propagado entre os setores militares que “a população, portanto, torna-se o objetivo do contra-subversivo, da mesma forma que para seu inimigo” (Arquivo Nacional, 1973, p. 27).

Em vista disso, para melhor entender o uso da propaganda, ressaltamos o que Ancízar Narváez Montoya (2004, p. 9-10) nos explica sobre a cultura política e cultura midiática. Narváez Montoya diz que para que a cultura midiática se torne mais próxima do cotidiano e seu conteúdo seja melhor aceito pelo senso comum, alguns elementos serão necessários. São eles: o mítico, o imaginário, o afetivo e o lúdico. Dentro do imaginário o autor destaca:

Lo imaginario, o sea los contenidos que den respuesta a los deseos manifiestos y latentes de los sujetos, como producto de las carencias y privaciones de la vida real; en una palabra, el querer ser; el contenido o discurso político mediático se tiene que caracterizar, para ser exitoso, por la posibilidad del milagro, porque hay, como dijera María Cristina Matta, soluciones simples a problemas complejos; hay que hacer creer que todo es posible y que lo que falta es la voluntad del líder para llevar a cabo las realizaciones deseadas (Narváez Montoya, 2004, p. 10).¹³

Assim como o imaginário oferece respostas para os desejos dos grupos, outro importante fator incorporado pelos militares é o elemento afetivo que vai trabalhar com a narrativa do bem *versus* o mal, do herói contra o vilão, vai diferenciar “eles” de “nós”.

Lo afectivo, esto es, aquello que refuerce las simpatías y antipatías de los sujetos social e históricamente situados, así como la subjetividad, lo que el sujeto cree ser; el principal contenido en este caso es el de la fabricación de un enemigo que haga clara la diferencia entre el “ellos” y el “nosotros”, no sólo para cohesionarnos, sino para probarnos a través de la derrota del enemigo; si no hay un culpable de los problemas no hay a quién vencer y, por consiguiente, no hay héroe, porque tampoco hay un villano. El mito del bien y el mal, representado a través del relato del héroe y el villano, es lo que se llama la satanización del adversario (Narváez Montoya, 2004, p. 10).¹⁴

Dessa forma, ao analisar o relatório elaborado para ser difundido no meio militar, se nota o esforço em criar um imaginário social em torno da luta contra a subversão e, consequentemente, de seus personagens principais: o subversivo e o contra-subversivo.

Considerações Finais

A análise do relatório especial de informação produzido pelo Ministério da Aeronáutica em 1973 revela a complexa relação entre discurso, poder e imaginário social no contexto do regime militar brasileiro. O documento, ao articular conceitos como liberdade, direitos individuais e democracia, constrói uma narrativa que busca legitimar o Estado de exceção e justificar práticas repressivas, enquanto, simultaneamente, consolida a autoridade do regime sob a égide de um suposto combate ao inimigo subversivo. Com isso é possível apreender como o domínio do imaginário e do simbólico são de extrema importância para o poder político, assim como as representações pensadas e criadas a partir deles.

Bourdieu argumenta que as produções simbólicas, como ideologias ou sistemas culturais, servem aos interesses da classe dominante ao mascararem esses interesses como universais. No caso da fonte analisada, o relatório produzido pelo Ministério da Aeronáutica atua como uma produção, além de instrucional, simbólica que busca legitimar as ações repressivas e o estado de exceção, apresentando-as como defesa da “liberdade, democracia e direitos individuais”.

Essa narrativa dissimula os objetivos reais — a manutenção do poder político e do controle social pelo regime militar — ao revesti-los de valores que se pretendem universais. A cultura dominante promove a integração dos membros da classe dominante e distingue essa classe dos demais, enquanto impõe sua legitimidade sobre as classes dominadas. No relatório militar, percebe-se um esforço em criar um discurso homogêneo entre os órgãos do regime, reforçando uma visão de mundo comum que legitimava as ações contra os “subversivos”.

Ao mesmo tempo, os conceitos de “subversivo” e “contra-subversivo” são utilizados para estabelecer uma distinção entre aqueles que pertencem ao grupo “legítimo” (as forças repressivas) e os que devem ser combatidos (os opositores do regime). Tal distinção reforça a narrativa do bem *versus* o mal, criando um inimigo e uma causa em comum, capaz de sensibilizar e mobilizar o lado afetivo de um grupo. Também, esta distinção era parte importante de uma estratégia voltada para o Imaginário Social, como apontou Baczko (1985, p.300), que procurava construir uma “imagem desvalorizada do adversário”.

Outro aspecto evidente é a instrumentalização da liberdade, reconceituada como um valor condicionado pela manutenção da ordem vigente. Essa abordagem não apenas reduz a liberdade ao cumprimento de normas impostas pelo regime, mas também nega sua dimensão emancipatória, transformando-a em um mecanismo de controle social. Tal

reconstrução discursiva reflete o esforço do Estado autoritário em moldar os limites da autonomia individual de forma compatível com seus interesses, negando qualquer espaço para contestação ou pluralidade.

A democracia, por sua vez, é apresentada sob uma perspectiva instrumental. Em vez de ser concebida como um sistema que pressupõe participação ampla, respeito à diversidade política e proteção de direitos fundamentais, ela é reduzida a um ideal abstrato, manipulado para justificar a repressão e a centralização do poder. Essa “democracia” construída no discurso militar não dialoga com as bases filosóficas que a sustentam, mas se torna um recurso retórico para mascarar práticas autoritárias.

Por fim, é crucial destacar os desdobramentos contemporâneos do imaginário social difundido nesse período. Narrativas autoritárias que exaltam o papel do regime militar, minimizam suas violações de direitos e perpetuam o medo do “outro subversivo” continuam a moldar discursos sobre segurança pública, democracia e memória histórica. Análises como a presente são indispensáveis para desconstruir tais narrativas e expor os mecanismos de legitimação que sustentaram o autoritarismo, contribuindo para uma reflexão mais profunda sobre as relações entre história, poder e sociedade.

Fontes

ARQUIVO NACIONAL. Ministério da Aeronáutica. *Relatório especial de informações* – Mar 1973/CISA: Teoria e prática da contra-rebelião, código de referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73054940_d0001de0001. Acesso em: 26 nov. 2024.

Referências

ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Ed. 4. Tradução Clóvis Marques. Petrópolis: Vozes, 1987.

ALVES, A. D.; DE OLIVEIRA, M. A. C. Carl Schmitt: um teórico da exceção sob o estado de exceção. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 105, p. 225-276, 2012.

BACZKO, B. A imaginação social. In: Leach, E. et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BECHARA, G. N.; RODRIGUES, H. W. Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário. *Revista Justiça do Direito*, v. 29, n. 3, p. 587-605, 2015.

BRANDÃO, Luiz Henrique Santos. *Tóxico-subversão: anticomunismo e proibicionismo na construção do “inimigo interno” durante Ditadura Militar no Brasil*. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CAPELATO, M. H. R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CORVAL, P. Carl Schmitt e o estado de exceção. *Revista de Direito da Unigranrio*, v. 3, n. 2, 2010.

FICO, C. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. 269 p.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

GABARDO, E.; NEVES, O. P. O estado de exceção e as normas aprovadas por decurso de prazo: uma história da exacerbação do poder executivo na ditadura de 1964. *Cadernos da Escola de Direito*, n. 26, p. 66-80, 2016.

LIMA, D. A. *Conspiração do Estado: o discurso de guerra na construção de um projeto anticomunista de Brasil (1959-1979)*. Dissertação (Mestrado em História. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NARVÁEZ MONTOYA, A. Cultura política y cultura mediática: esfera pública, intereses y Códigos. *Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación*, v.6, n.1, Ene-Abr. 2004.

PASSOS, F. A. Pensando a ditadura militar brasileira à luz do estado de exceção de Giorgio Agamben. *Pensando-Revista de Filosofia*, v. 5, n. 10, p. 66-86, 2014.

SAMWAYS, D. T. Conhecer o inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informações e a comunidade de informações na ditadura militar brasileira. *Revista Angelus Novus*, p. 83-102, 2013.

SETEMY, A. *Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v19n37/2237-101X-topoi-19-37-171.pdf>.

SGANZERLA, R. B. O papel dos Atos Institucionais na privação de garantias fundamentais durante o período de Ditadura Militar no Brasil. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania*. 2015. p. 297-304.

SILVA JUNIOR, D. F. da. *A TEORIA DE DAVID GALULA DA GUERRA DE CONTRAINSURGÊNCIA: uma análise dos princípios da ação contrainsurgente da estratégia estadunidense na guerra do Vietnã*. 2016. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Estado-Maior Para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.repositorio.mar.mil.br/bitstream/ripcmb/843505/1/CEMOS%20056%20MONO%20CC%20%28FN%29%20DAGOBERTO.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Artigo recebido em 11/03/2025

Artigo aprovado para publicação em 18/08/2025

Editor (a) responsável: Luiza Ciurcio Possebon

¹ Entendemos Imaginário Social segundo Bronislaw Baczko: como uma força reguladora da vida coletiva; envolve relações de poder entre diferentes indivíduos, representações sociais e políticas, relação com o território e tudo que oferece sentido e objetivos a uma sociedade. BACZKO, B. A imaginação social In: Leach, E. et al. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

² Utilizamos a definição de Cultura Política de Rodrigo Patto Sá Motta: “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. MOTTA, R. P. S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, R. P. S. (Org.). *Culturas Políticas na História*. Belo Horizonte: *ARGUMENTVM*, 2009. p. 21.

³ Documento disponível digitalmente através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional, sob o código de referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73054940_d0001de0001. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Ver: ARQUIVO NACIONAL. Ministério da Aeronáutica. *Relatório especial de informações* – Mar 1973/CISA: Teoria e prática da contra-rebelião, código de referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73054940_d0001de0001. Acesso em: 26 nov. 2024.

⁴ O Ato Institucional nº 5 foi publicado em 13 de dezembro de 1968. Além de dar poderes absolutos ao Presidente da República, também cancelava a garantia do *habeas corpus*, cessava as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade e suspendia direitos políticos. Para ler o texto completo, ver: Diário Oficial da União de 13/12/1968, p.10801, col. 1. In: <https://legis.senado.leg.br/legislacao>.

⁵ Os principais grupos e partidos de oposição ao Regime Militar eram: Ação Popular (AP), União Nacional dos Estudantes (UNE), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B) (Alves, 1987, p. 143).

⁶ ARQUIVO NACIONAL. Ministério da Aeronáutica. *Relatório especial de informações* – Mar 1973/CISA: Teoria e prática da contra-rebelião, código de referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73054940_d0001de0001. Documento disponível digitalmente através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional, sob o código de referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_73054940_d0001de0001. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>. Ver: Acesso em: 26 nov. 2024.

⁷ David Galula foi um militar francês, nascido em 1919 na Tunísia quando esta era um protetorado da França. Lutou na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), participou da Revolução Chinesa como adido militar, participou da força de emergência da Organização das Nações Unidas (ONU) que foi enviada para a Grécia durante a Guerra Civil Grega (1946-1949) e da Guerra da Argélia (1954-1962) (Silva Junior, 2016, p. 8).

⁸ Devido a suas experiências nos diferentes conflitos em sua carreira, Galula se dedicou aos estudos sobre a contra insurgência, lecionando na Escola de Estado-Maior do Exército Francês e atuando como pesquisador na Universidade de Harvard, nos EUA. Sua atuação prática e acadêmica o levou a escrever o livro “*Counter-insurgency Warfare: Theory and Practice*”, publicado em 1964, onde abordava suas teorias e ideias sobre a insurgência e a contra insurgência. Sua obra ganhou extrema relevância no meio militar dos EUA devido a preocupação com o progresso da contra insurgência no Iraque e Afeganistão, fazendo com que suas teorias fossem amplamente difundidas (Silva Junior, 2016, p. 9).

⁹ O documento consta que guerra revolucionária significa “guerra interna para implantação do comunismo”. Ver mais em página 04.

¹⁰ Conforme o autor, entre 1950 e 1980, as ideias conspiratórias francesas influenciaram o imaginário militar brasileiro, especialmente após eventos como a Revolução Cubana (1959) e a crise dos mísseis (1962), que intensificaram o temor das elites diante do avanço do socialismo na América Latina. Esse contexto culminou no Golpe de 1964, interpretado de formas distintas: enquanto ideólogos pró-militares o justificaram como uma “contrarrevolução” para evitar uma revolução socialista, historiadores apontam que foi uma articulação militar para consolidar um projeto anticomunista. Após o golpe, a repressão jurídica e policial foi institucionalizada, seguindo diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), para combater movimentos sociais e adversários políticos. Ver mais em: Lima, A. *Conspiração do Estado: o discurso de guerra na construção de um projeto anticomunista de Brasil (1959-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2021.

¹¹ O conceito de estado de exceção é entendido aqui através dos entendimentos de Carl Schmitt em contexto de ditadura que explica que a partir daquilo que deveria fundamentá-la, a ditadura transforma-se na supressão de uma condição jurídica, pois representa a imposição de um processo voltado à obtenção de um resultado específico, através da eliminação do respeito essencial ao direito, que garante ao indivíduo a possibilidade de manifestar sua vontade, caso esta se oponha ao exercício desse direito. Ver mais em: ALVES, A. D.; DE OLIVEIRA, M. A. C. Carl Schmitt: um teórico da exceção sob o estado de exceção. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 105, 2012, p. 235.

¹² Na Constituição de 1967, a Justiça Militar era um ramo do poder judiciário responsável por processar e julgar crimes militares, conforme definidos em lei. Ela abrangia tanto militares quanto pessoas a eles assemelhadas, e, em casos específicos previstos em lei, também poderia se estender a civis, principalmente para crimes contra a segurança nacional. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Brasília, DF: Senado Federal, 1967. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/1967/1967.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2024.

¹³ “O imaginário, ou seja, os conteúdos que dão respostas aos desejos manifestos e latentes dos sujeitos, como produto das carências e privações da vida real; em uma palavra, o “querer ser”; o conteúdo ou discurso político midiático tem que se caracterizar, para ser bem-sucedido, pela possibilidade do milagre, pois, como disse María Cristina Matta, existem soluções simples para problemas complexos; tem de fazer acreditar que tudo é possível e que o que falta é a vontade do líder para concretizar as realizações desejadas”. Tradução nossa.

¹⁴ “O afetivo, ou seja, aquilo que reforça as simpatias e antipatias dos sujeitos situados social e historicamente, assim como a subjetividade, aquilo que o sujeito acredita ser, o principal conteúdo, nesse caso, é a fabricação de um inimigo que deixe clara a diferença entre “eles” e “nós”, não apenas para nos unir, mas para nos testar através da derrota do inimigo; se não houver um culpado pelos problemas, não há quem vencer e, conseqüentemente, não há herói, porque também não há vilão. O mito do bem e do mal, representado pelo relato do herói e do vilão, é o que se chama de satanização do adversário”. Tradução nossa.

KIRA MURATOVA, AUTORA NA MARGEM DO ESTADO CENSOR

KIRA MURATOVA, AN AUTHOR ON THE MARGINS OF A CENSORING STATE

Iurii Kokin¹

Resumo: Este artigo investiga a trajetória histórica e biográfica de Kira Muratova, analisando como sua visão autoral se desenvolveu no contexto das políticas culturais da União Soviética. O objetivo central é compreender de que maneira seus primeiros filmes delineiam uma linguagem estética singular, desafiando as convenções narrativas e formais do cinema soviético oficial. A análise é estruturada em dois eixos complementares: o primeiro examina a interação entre as diretrizes culturais estatais e seus impactos nos processos de produção, na estética e na linguagem cinematográfica; o segundo realiza uma revisão crítica dos primeiros filmes da diretora, com ênfase em *Breves Encontros* (1967), seu primeiro filme solo. Essa abordagem integrada permite evidenciar como seus experimentos formais e narrativos antecipam uma estética autoral que se consolidaria em suas produções subsequentes.

Palavras-chave: Kira Muratova, Cinema autoral, Cinema moderno, Cinema soviético.

Abstract: This paper investigates Kira Muratova's historical and biographical trajectory, analyzing how her authorial vision developed within the context of the Soviet cultural policies. The central objective is to understand how her early films delineate a singular aesthetic language that challenges the narrative and formal conventions of official Soviet cinema. The analysis is structured around two complementary axes: the first examines the interaction between state cultural directives and their impact on production processes, aesthetics, and cinematic language; the second undertakes a critical review of the director's early films, with particular emphasis on *Brief Encounters* (1967), her solo directorial debut. This integrated approach demonstrates how her formal and narrative experiments prefigure an authorial aesthetic that would later be consolidated in her subsequent productions.

Keywords: Kira Muratova, Auteur cinema, Modern cinema, Soviet cinema.

Introdução

Ao escrever sobre o cinema de Kira Muratova, abre-se um espaço para reflexões implexas sobre as diferentes confluências entre história e cinema, sobretudo nas tensões entre pensamento autoral e instituições de cultura. O cinema soviético passou por diversas transformações ao longo do século XX, moldado por diretrizes ideológicas, estéticas e institucionais que determinavam o que poderia ou não ser produzido e exibido. Com todas as restrições impostas à esfera artística, Muratova construiu uma filmografia marcada pelo distanciamento dos paradigmas oficiais, valendo-se de estratégias que desafiam as estéticas instituídas, o que dificultou tanto a produção quanto a difusão de seus filmes. No entanto, quando abriu uma brecha, próxima ao colapso da União Soviética, chamada

¹ Mestre pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Programa de Pós-Graduação em Cinema e Artes do Vídeo (PPGCINEAV), Campus de Curitiba II/FAP, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: iuriialexeev@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2519-4271>. CAPES.

de *perestrojka*¹, permitindo a realização de um filme sem intervenções de censura, ela conquistou o prêmio Urso de Prata no Festival de Berlim em 1990 (Romney, 2018). O estudo de sua trajetória e de sua produção permite compreender os desafios enfrentados por diretores que buscavam autonomia estética na União Soviética. Já em seu primeiro filme solo, *Breves Encontros*, 1967 [*Kopomkue vcmpeyu*, 1967]², é possível identificar os elementos formais característicos de Muratova, que se amplificaram ainda mais em suas realizações posteriores: estrutura fragmentada, *flashbacks*, enquadramentos que privilegiam a complexidade emocional das personagens e uso particular da repetição de diálogos e gestos.

A crítica cinematográfica, especialmente após a década de 1950, frequentemente explora a dialética entre os códigos institucionalizados do cinema e os exemplos emblemáticos do estilo autoral. Contudo, muitos desses discursos têm privilegiado determinados centros de produção em detrimento de outros, como ocorre no caso do cinema soviético. Grande parte das pesquisas sobre o cinema soviético ainda se concentra nos paradigmas teóricos desenvolvidos nas décadas de 1920 e 1930, sobretudo aqueles associados aos cineastas Sergei Eisenstein, Vsevolod Pudovkin, Dziga Vertov e Lev Kuleshov. As técnicas de montagem elaboradas por esses diretores — concentradas na justaposição de imagens como método de construção de significados e efeitos emocionais — foram amplamente sistematizadas sob a designação de escola de montagem soviética, consolidando-se como a principal referência teórica sobre o cinema da URSS ao longo do século XX. Embora importantes para a história do cinema, atualmente, o peso dessas teorias clássicas acaba por ofuscar os deslocamentos estéticos e estruturais que emergiram nas décadas seguintes. Essa lacuna limita a compreensão do cinema soviético tardio, após 1950, especialmente com foco em cineastas como Kira Muratova, cujas estéticas instauram um *novo cinema soviético*. Seus filmes, muitas vezes censurados ou com distribuição limitada, revelam tensões entre a expressão artística autoral e as demandas institucionais, oferecendo um contraponto valioso para entender a complexidade do cinema soviético para além de suas manifestações canônicas.

Figura 1 – Screenshot do flashback em *Breves Encontros* (1967)



Fonte: Captura de tela realizada pelo autor. In.: MURATOVA, Kira. *Breves Encontros*. Odessa: Estúdio de Odessa, 1967.

O objetivo deste artigo é investigar quais fatores históricos possibilitaram a Muratova desenvolver uma expressão artística própria e como seu estilo dialoga com o de outras cineastas da sua geração. Nesse sentido, a pesquisa se estrutura em dois eixos: o primeiro examina a interação entre as políticas culturais soviéticas e os processos de produção cinematográfica, enquanto o segundo foca na análise de *Breves Encontros*, seu primeiro filme solo, para evidenciar as escolhas formais que a distanciaram dos padrões oficiais. Para examinar a construção estética de *Breves Encontros* (1967), este estudo fundamenta-se nos princípios da análise fílmica, conforme sistematizados por Jacques Aumont e Michel Marie (2010). O estudo busca compreender de que forma seu cinema se inseriu nas dinâmicas culturais da URSS e como contribuiu para o desenvolvimento do cinema autoral soviético. Embora a censura tenha sido um fator determinante para a trajetória de Muratova, sua resistência artística não se manifestou por meio de discursos políticos diretos, mas sim pela subversão estética. O filme *Breves Encontros*, por exemplo, utiliza repetições de diálogos, flashbacks e uma narrativa não linear para construir uma experiência cinematográfica mais introspectiva e reflexiva. Esse

distanciamento da estética oficial gerou tensões com os órgãos reguladores, resultando diversas restrições.

Trajetória, deslocamentos e primeiras influências

A Kira Muratova nasceu na Bessarábia (hoje Moldávia), região atualmente localizada entre a Romênia e Ucrânia, com nome de Kira Georgievna Korotkova (nos documentos de nascimento Kira Ūr'evna Korotkova). Em 1934, quando nasceu Kira Muratova, a região permanecia um território disputado entre a Romênia e URSS até cair sob domínio soviético em 1940, como resultado das cláusulas secretas do pacto Molotov-Ribbentrop³, assinado em agosto de 1939 entre a Alemanha nazista e a União Soviética. Seus primeiros anos de vida, entre 1934-1945, foram turbulentos: seus pais, Natal'ja Isaa'kovna Reznik e Ūrij Aleksandrovich Korotkov, após concluírem seus estudos na Bélgica, foram presos na Romênia entre 1936 e 1939 por se envolverem em atividades políticas como membros do partido comunista. (Höller, 2018, sem página)

Figura 2 – Fotos dos pais de Kira Muratova.



Foto da mãe Natalia Isaakovna Reznik



Foto do pai Iuri Alexandrovich Kototkov

Fonte: Arquivo do estado belgíco.

Por uma coincidência, o nascimento de Kira Muratova precede em apenas dois meses o Primeiro Congresso de Escritores da União Soviética (1934), evento no qual se instituiu o regime oficial do aparato estatal para a estética nas artes: o realismo socialista. O paradigma valorizava o alinhamento das artes com a ideologia de estado, mas limitava a liberdade criativa, o que gerou tensão entre o aparato estatal e o pensamento autoral. A estética oficial exigia que a arte fosse acessível ao povo na sua comunicação, refletisse valores socialistas e projetasse uma visão positiva da realidade. A definição de realismo socialista dada pela enciclopédia soviética de 1947, no caso, insere-se aqui como

documento histórico, que demonstra o posicionamento definitivo das autoridades com relação à sua ênfase posta no componente ideológico do estilo:

REALISMO SOCIALISTA, principal método da arte socialista soviética. R.S. é um método artístico profundamente vital, científico e o mais avançado, desenvolvido como resultado dos sucessos da construção do socialismo e da educação do povo soviético no espírito do comunismo (Grande Enciclopédia Soviética, 1947, p. 239, tradução do autor).

O Comitê Principal para a Supervisão do Repertório (*Glavrepertkom*) [Главный репертуарный комитет (*Главрепертком*)] e o Comitê Estatal de Cinematografia (*Goskino*) [Государственный комитет СССР по кинематографии (*Госкино*)] foram as principais instituições encarregadas de fiscalizar a produção cinematográfica, garantindo que todos os filmes estivessem alinhados com os interesses do Partido Comunista. Um exemplo marcante de como o cinema foi utilizado como uma ferramenta para reforçar a agenda estatal é o filme *O Caminho Brilhante* [Светлый путь], dirigido por Grigori Aleksandrov e lançado em 1940, que é uma comédia musical celebrando os ideais do trabalho coletivo e a importância da industrialização do estado. A trama gira em torno de uma jovem camponesa que ascende social e profissionalmente ao se tornar uma operária de sucesso em uma fábrica industrial de têxtil. A história acompanha sua trajetória de autodescoberta e dedicação ao trabalho, culminando em reconhecimento público como uma heroína do trabalho socialista.

Figura 3 – Quadros do filme *O Caminho Brilhante* (1940)

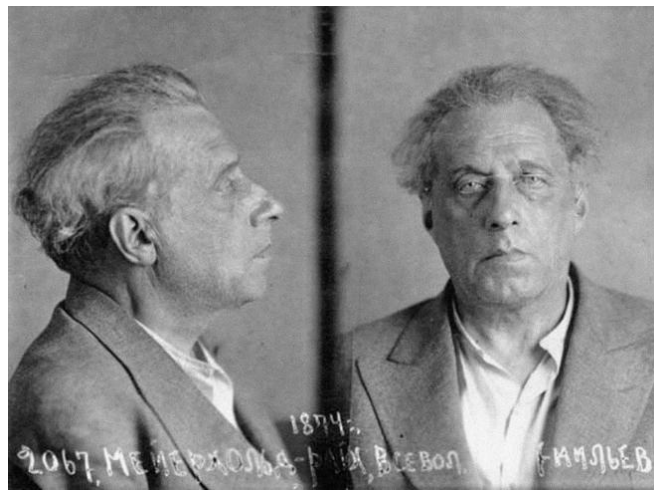


Fonte: Capturas de tela realizadas pelo autor. In.: O CAMINHO BRILHANTE [Svetlyy put']. Direção: Grigori Aleksandrov. União Soviética: Mosfilm, 1940.

O realismo socialista, consolidado como o regime estético oficial do Estado soviético, tornou-se uma ferramenta central de controle sobre a produção cultural, garantindo que os filmes servissem aos interesses do partido. Durante o período stalinista, essa diretriz estética foi utilizada como justificativa para a repressão de artistas considerados politicamente suspeitos, enquadrando-os no Artigo 58 do Código Penal da URSS, que abrangia uma ampla gama de acusações contrarrevolucionárias e foi um dos

principais instrumentos para a prisão, execução e envio de dissidentes para os campos de trabalho forçado do *Gulag*⁴. Muitas dessas condenações foram baseadas em denúncias infundadas e julgamentos fabricados, promovendo um clima de terror entre intelectuais e artistas. O caso de Vsevolod Meyerhold, renomado diretor teatral, ilustra esse processo: preso, executado em 1940 e postumamente reabilitado após a morte de Stalin. Como aponta Fitzpatrick (2023, p. 95-102), a segunda metade da década de 1930 ficou marcada pelo período conhecido como *Grande Expurgo*, no qual o Estado executou milhares e enviou milhões para os campos de trabalho forçado, consolidando um dos capítulos mais repressivos da história da URSS.

Figura 4 – Vsevolod Mejerchol'd após a prisão (1939)



Fonte: *Wikimedia Commons*. Disponível em:

https://en.wikipedia.org/wiki/Vsevolod_Meyerhold#/media/File:MeyerholdMug.jpg

Acesso em: 16 ago. 2025.

Mesmo cineastas alinhados à ideologia oficial do governo e que contribuíram para a consolidação do realismo socialista não estavam imunes à censura estatal. Um exemplo notável é Sergei Eisenstein, renomado diretor de cinema soviético e ex-aluno de Vsevolod Mejerchol'd. Eisenstein via o cinema como um sistema complexo de signos capaz de gerar novos significados por meio da montagem. Para ele, a justaposição de dois planos não resultava apenas em sua soma, mas na criação de um terceiro significado, uma síntese visual e conceitual que emergia da combinação desses elementos.

Ao brincar com pedaços de filme, descobriram uma propriedade do brinquedo que os deixou atônitos por muitos anos. Esta propriedade consiste no fato de que dois pedaços de filme de qualquer tipo, quando colocados juntos, inevitavelmente criar um novo conceito, uma nova qualidade, que surge da justaposição (Eisenstein, 1990, p. 14).

No seu texto teórico, o *Sentido do Filme* (1990), originalmente publicado em 1942, Eisenstein demonstra que sua teoria destaca a qualidade do cinema como linguagem, podendo produzir significados e emoções planejados a partir da montagem, e isto coadunava fortemente com o realismo socialista, que priorizava a clareza na transmissão de mensagens alinhadas à ideologia e à agenda estatal. Contudo, quando essa mesma teoria foi aplicada para transmitir uma mensagem que refletia a visão artística pessoal de Eisenstein, surgiram conflitos com as autoridades, evidente na rejeição de *Ivan, o Terrível – Parte II*, que só foi liberado para o público na década de 1950. Isso se deu principalmente por sua representação de Ivan, caracterizado de forma ambígua e oscilando entre heroísmo e tirania, o que desafiava a visão oficial e gerava resistência das autoridades:

[...] Na segunda parte do filme "Ivan, o Terrível", o diretor S. Eisenstein revelou ignorância na representação dos fatos históricos, apresentando o exército progressista de oprichniks de Ivan, o Terrível, como uma gangue de degenerados, semelhante à Ku Klux Klan americana, e Ivan, o Terrível, um homem de grande força de vontade e caráter, como fraco e sem coragem, algo como Hamlet (Resolução do Orgburo do Comitê Central do Partido Comunista de Toda a União, 1946, tradução do autor).⁵

Essa rejeição é evidenciada também por documentos oficiais destacando a “ignorância” de Eisenstein na representação dos fatos históricos. O decreto de 1946, que condenou *Ivan, o Terrível – Parte II* e outros filmes, marcou um ponto decisivo, intensificando o período de *cine-anemia* [Малокартинье], termo que se refere a escassez na produção cinematográfica iniciado durante a Grande Guerra Patriótica⁶ e prolongado até o final da era stalinista. Se durante a guerra a escassez de produções cinematográficas se explicava por condições materiais, como a evacuação de estúdios e a mobilização de recursos para o esforço de guerra, no período pós-guerra, sob o regime stalinista, a *cine-anemia* passou a ter um caráter essencialmente político. Esse caráter se dava por um clima de terror que paralisava os artistas em razão da rígida subordinação às diretrizes dos institutos e do medo de serem acusados de contra-revolucionismo, cujas consequências eram fatais.

Estes e outros acontecimentos históricos tiveram profundo impacto na vida de Kira Muratova. Após a libertação de seus pais da prisão, Muratova viveu um breve período de relativa paz. Contudo, com a invasão do território soviético pela Alemanha nazista, ela foi evacuada com sua mãe para Tashkent, capital do Uzbequistão. Já seu pai, que permaneceu na região, foi executado pelo exército alemão em 1941. A partir desse momento, Kira passou a ser criada pela mãe. Nos primeiros anos da evacuação sua mãe

trabalhou como médica, mas logo se mudou para Moscou, onde passou a trabalhar no *Komintern* como referência em assuntos romenos e manteve uma relação estreita com sua amiga Anna Pauker⁷, uma figura proeminente no Partido Comunista da Romênia. Enquanto isso, Kira passou parte da infância em um orfanato em Ivanovo, antes de se reunir com a mãe no *Hotel Lux*, em Moscou. Este local era destinado à hospedagem de comunistas estrangeiros, que muitas vezes se tornariam líderes ou funcionários em seus países futuramente, embora alguns acabassem presos ou executados durante perseguições internas.

No contexto da pós-guerra, Natal'ja e Kira se mudaram primeiro a Quixinau, cidade natal de Natal'ja, e posteriormente para Bucareste, capital romena, onde Natal'ja adotou o sobrenome Scurtu. Na Romênia, Natália integrou o Comitê Central do Partido Comunista, atuando em um subcomitê responsável pela aprovação de filmes estrangeiros, e mais tarde, como médica, mudou-se para a área da gestão da saúde. (Höller, 2018, sem página) A experiência de Natália no comitê de aprovação de filmes influenciou em algum grau o interesse de Kira Muratova, que por vezes acompanhava a mãe nas sessões, em fazer cinema à sua maneira, além de favorecer sua matrícula no curso de cinema, como ela mesma aponta em entrevista (1999). De fato, toda a infância de Kira Muratova, marcada por turbulências profundamente impactantes, contribuíram para a formação intelectual e artística da futura cineasta do *Novo Cinema Soviético*.

Consolidação de novos cinemas e teoria de autor

Durante o período em que Muratova crescia, o cinema passava por transformações significativas, impulsionadas por filmes como *Cidadão Kane* (EUA, 1941) de Orson Welles, *Roma, Cidade Aberta* (Itália, 1945), de Roberto Rossellini e *Rashomon* (Japão, 1950), de Akira Kurosawa. Embora não haja dados que confirmem se Kira Muratova teve oportunidade de assistir a esses filmes, amplamente reconhecidos, houve um impacto significativo destes filmes na teorização do cinema com foco no estilo cinematográfico e que influenciou cineastas nas décadas de 1950 e 1960. A primeira reação veio da crítica, que enfatizava um deslocamento da maneira instituída — hoje chamada clássica — de confecção de cinema na direção de um cinema construído a partir de escolhas originais do diretor, o que contrariava diretamente o realismo socialista, modelo oficial do estado, segundo o qual a estética deveria estar a serviço dos valores estatais. Entre os primeiros teóricos a explorar esse conceito de autoria no cinema, destaca-se o crítico francês Alexandre Astruc, que, em seu influente texto *Caméra-stylo* (1948), propôs o cinema

como uma forma de escrita pessoal do diretor, equiparando a câmera à caneta na expressão autoral.

Após ter sido sucessivamente uma atração de feiras, uma diversão análoga ao teatro de boulevard, ou um meio de conservar imagens da época, ele se torna, pouco a pouco, uma linguagem. Uma linguagem, ou seja, uma forma na qual e pela qual um artista pode exprimir seu pensamento, por mais que este seja abstrato, ou traduzir suas obsessões do mesmo modo como hoje se faz com o ensaio ou o romance. É por isso que eu chamo a esta nova era do cinema a *Caméra stylo*. Essa imagem tem um sentido bastante preciso. Ela quer dizer que o cinema irá se desfazer pouco a pouco dessa tirania do visual, da imagem pela imagem, da narrativa imediata, do concreto, para se tornar um meio de expressão tão flexível e sutil como o da linguagem escrita (Astruc, 1948, sem página).

Na França, a discussão sobre a autoria ganhou força na década de 1950 com a formulação da *politique des auteurs*, promovida por críticos e cineastas vinculados à *Cahiers du Cinéma*. Esse novo paradigma teórico contrastava com abordagens tradicionais que priorizavam o roteiro como elemento central da criação fílmica, deslocando o foco analítico para aspectos estilísticos como composição visual, iluminação, movimentos de câmera e direção de atores. A valorização dessas marcas formais consolidou uma perspectiva que distinguia os filmes autorais das produções industriais e comerciais, influenciando diretamente o surgimento da *Nouvelle Vague*. Nesse contexto, o artigo *Uma Certa Tendência do Cinema Francês* [*Une Certaine Tendance du Cinéma Français*], publicado por François Truffaut em 1954, desempenhou papel seminal ao criticar o “realismo psicológico”, predominante no cinema francês da época, e ao defender uma ruptura com os modelos narrativos e dramatúrgicos tradicionais. Em paralelo, André Bazin aprofundou essa reflexão no ensaio *Política dos Autores* [*Politique des Auteurs*] (1957), argumentando que a análises críticas deveriam se concentrar nas escolhas estilísticas concretas (Kokin, 2024, p. 46).

A dinâmica se manifestou em diferentes lugares do mundo, formando novos movimentos cinematográficos: na Europa, o *Neorealismo Italiano*, a *Nouvelle Vague* e o *Novo Cinema Alemão*; nos Estados Unidos, a *Nova Hollywood*; e, na América Latina, o *Cinema Novo*, o *Cinema Marginal* e o *Terceiro Cinema*. Com o passar do tempo, o discurso migrou para o âmbito teórico, muitas vezes com o uso do termo *cinema moderno* para diferenciar *novos cinemas* do *cinema clássico*. Nesse contexto, os estudos do teórico francês Christian Metz, nos idos dos anos 60, contribuíram ao demonstrar, com perspectiva semiológica, que as características atribuídas, especialmente pela crítica cinematográfica, ao cinema moderno não eram fenômenos completamente novos, mas

derivavam de potencialidades já presentes em filmes antigos, reforçando a ideia de que a linguagem de cinema é um processo contínuo:

Espetáculo e não-espetáculo, teatro e não-teatro, cinema improvisado e cinema premeditado, desdramatização e dramatização, realismo fundamental e artifício, cinema de cineasta e cinema de roteirista, cinema do plano e cinema da sequência, cinema de prosa e cinema de poesia, câmera perceptível e câmera apagada: nenhuma destas oposições nos parece capaz de fazer aparecer a especificação do cinema moderno. Em cada um destes pares de noções, o traço tido como moderno encontra-se em muitos filmes antigos e está ausente em grande número de filmes atuais (Metz, 2014, p. 196-187).

Ao propor uma sistematização teórica, Metz respondeu, em certa medida, à necessidade de rigor analítico apontada por André Bazin em 1957, enquanto oferecia ferramentas conceituais para identificar e analisar as mudanças em filmes concretos. No entanto, grande parte do cinema soviético deste período estava oculto atrás da *Cortina de Ferro*⁸, o que fez com que as análises concretas do cinema moderno se concentrassem no cinema do bloco ocidental, com poucas exceções dedicadas às produções do leste.

O impacto do degelo cultural e os novos cinemas soviéticos

Paralelamente aos debates sobre a teoria do autor e a emergência de cinema moderno no bloco ocidental durante a década de 1950, Kira Muratova iniciou em 1953 seus estudos de cinema na VGIK⁹. A matrícula de Muratova coincidiu com a morte de Josef Stalin, evento que sinalizou o início de uma nova era na União Soviética, com uma leve abertura cultural que impactaria também o cinema. No mesmo ano, a amiga de sua mãe, Ana Pauker, foi presa em fevereiro, mas liberada para prisão domiciliar após a morte de Stalin em março de 1953, perfeita ilustração da atmosfera de mudanças que permeava o período. Apenas um ano depois, em 1954, François Truffaut, na França, publicaria sua célebre crítica ao modelo dominante do cinema francês, lançando as bases para a futura *Nouvelle Vague* que estava prestes a emergir.¹⁰

Com a ascensão de Nikita Khrushchov à liderança do partido após a morte de Stalin, a União Soviética entrou em um período de reavaliação política. Em 1956, durante o XX Congresso do Partido Comunista, Khrushchov denunciou publicamente as atrocidades do governo anterior, desencadeando a criação de comissões para revisar casos de julgamentos. Como resultado, vários artistas anteriormente condenados foram reabilitados, alguns ainda em vida, enquanto muitos outros, como Vsevolod Mejerchol'd, receberam reabilitação postumamente. Embora o artigo 58 não tenha sido revogado, mas

apenas substituído em 1961 pelos artigos 70 e 72¹¹, a condenação pública das práticas do governo de Stalin incentivou o início de um processo conhecido na história da URSS como *desestalinização* [десталинизация], que se estendeu para diversas áreas, atingindo a cultura e dando início a uma era chamada de *degelo* [оттаивание]. Para o cinema essa dinâmica configurou-se em duas tendências principais: aumento da quantidade de filmes produzidos, pondo fim a *cine-anemia*, e moderação da máquina de censura, o que ampliou a autonomia dos cineastas nas suas escolhas: enquanto em 1951 apenas 9 filmes de longa-metragem foram lançados, em 1967 a indústria produziu mais de 130 a 150 filmes por ano (Prokhorov, 2013, p. 15).

Essas mudanças permitiram que as estruturas formais e narrativas se tornassem mais complexas, afastando-se da rigidez heroica e dos *slogans* ideológicos que marcaram o realismo socialista stalinista. Os filmes começaram a abordar nuances emocionais e dilemas morais de maneira menos didática. Como aponta Anna Lawton (1992, p. 7), “o foco passou a ser o indivíduo, enquanto o contexto sociopolítico era analisado em termos de como afetava a vida pessoal de cada um. Mesmo a guerra passou a ser vista como um pano de fundo para tragédias humanas individuais”. No campo da crítica também ocorreram alternâncias: as revistas, como *Tela Soviética* [Советский Экран] e *Arte do Cinema* [Искусство Кино], promoveram diálogos mais abertos entre cineastas e críticos, nos quais surgiram ideias de que o cinema deveria ser tratado não apenas como um instrumento ideológico, mas também como uma forma de arte:

Embora ainda fosse financiada pelo Estado, a *Iskusstvo Kino* tornou-se uma revista para que a comunidade cinematográfica discutisse questões de política cultural. Em 1957, um veterano do movimento construtivista dos anos 1920, Solomon Telingator, redesenhou a capa e o layout da revista. A primeira edição de 1957 abriu com uma nova seção intitulada “Mesa Redonda”, na qual críticos e cineastas discutiam suas preocupações profissionais. Nessa primeira mesa redonda, Sergei Iutkevich incentivou seus colegas a começarem a pensar no cinema como arte, insinuando que, anteriormente, o cinema havia servido principalmente como veículo de propaganda estatal (Prokhorov, 2013, p. 18, tradução do autor).¹²

O requerimento de Sergei Iutkevitch soa ousado para um Estado que, poucos anos antes, executava artistas por se desviarem da linha do partido. No entanto, com a onda de desestalinização, até mesmo essas mudanças tornaram-se possíveis. Em 1957, foi lançado o filme *Quando Voam as Cegonhas* [Летят Журавли, 1957]. Neste filme, o diretor Mikhail Kalatozov, juntamente com seu diretor de fotografia Sergei Urusevsky, derivam dos preceitos do realismo socialista para uma estética peculiar, sem se desviar do tema: o uso de câmera na mão, ângulos expressivos, montagem dinâmica e composições

desequilibradas, que permitiram uma maior aproximação ao estado emocional das personagens, transferindo o foco narrativo para o trauma pessoal. O impacto foi amplamente reconhecido, culminando com a conquista da Palma de Ouro no Festival de Cannes, em 1958. No mesmo ano em que o filme de Kalatozov alcançou sucesso em Cannes, Kira Muratova, então creditada como co-roteirista e co-diretora sob seu nome de nascimento, Kira Korotkova, participou de um projeto acadêmico no VGIK. O trabalho, realizado em parceria com seu colega Aleksandr Muratov, seguia a prática comum da instituição de realizar projetos de curso em dupla, mas, no caso deles, a colaboração resultou também em um casamento pouco tempo depois. O curta-metragem, *Chuva de Primavera* [Весенний Дождь, 1958], atendeu, em geral, às diretrizes do estado com o tema do alcoolismo, mas também integrou inclinações formais que evitam o didatismo exagerado. Em 1959, Kira Muratova e seu marido Aleksandr Muratov concluíram seus estudos no VGIK, momento que coincidiu com a revitalização do Festival Internacional de Cinema de Moscou, que ofereceu a jovens cineastas, como Muratova, uma oportunidade de contato com cinemas de outros países. (Kosinova, 2015, p. 641). No mesmo ano, ocorreu outro evento que marcou a época de virada nas políticas culturais, a *Exposição Nacional Americana*, realizada no Parque Sokolniki em Moscou. Entre os artistas exibidos estavam representantes do expressionismo abstrato com nomes como Jackson Pollock.

Figura 5 – Exposição Nacional Americana de 1959



Fonte: Semantic Scholar. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org> Acesso em:

16 ago. 2025.

Como projeto de conclusão de curso, Kira Muratova e Aleksandr Muratov realizaram o curta-metragem *À Beira da Ravina Íngreme* [*У Кривоого Яра*], lançado em 1961 com créditos do Estúdio Gorki. O roteiro, elaborado pelo casal, foi baseado em um conto do escritor Gavriil Troepol'skij, mas com uma alteração da história original feita por Muratova e Muratov. Enquanto no conto o protagonista mata os lobos no final para beneficiar a comunidade, no filme há camadas mais ambíguas: pressionado pela incompreensão dos habitantes, Senia usa a caçada aos lobos como um pretexto para continuar suas caminhadas pela floresta, mas quando finalmente retorna para a comunidade com os lobos mortos, um *close-up* no rosto (3) reforça a última cena de Senia e sua esposa posando para uma fotografia com filhotes de lobo. Formalmente, o filme cria um ritmo contemplativo, alternando momentos de tensão, como a perseguição aos lobos, com cenas que enfatizam a conexão do protagonista com a natureza.

Figura 6 – Screenshots do filme *À Beira da Ravina Íngreme* (1961)



1

2

3

Fonte: Capturas de tela realizadas pelo autor. In.: *À BEIRA DA RAVINA ÍNGREME*.

Direção: Kira Muratova, Aleksandr Muratov. União Soviética: Estúdio Gorki, 1961.

As tendências de aumento de sensibilidade no cinema soviético da época podem ser observadas em muitos filmes de Andrei Tarkovsky, colega de Kira Muratova na VGIK, que ingressou no curso um ano após ela, em 1954. Em seu filme *A Infância de Ivan* [*Иваново Детство*, 1962], Tarkovsky deu protagonismo aos longos planos-sequência, movimentos de câmera e paisagens e criando cenas oníricas que se tornariam suas assinaturas nas próximas produções. Com esse filme, ele conquistou o Leão de Ouro no Festival de Veneza, posicionando o cinema soviético autoral no panorama global. Contudo, enquanto nomes como Tarkovsky e Mikhail Kalatozov levavam o cinema soviético a novos patamares de reconhecimento internacional, as tendências de restrição artística começaram a ressurgir na URSS. O ponto crítico desse retrocesso ocorreu em

1962, o mesmo ano do lançamento de *A Infância de Ivan*, durante a emblemática Exposição do Manege de Moscou.

Figura 7 – Pinturas exibidas em *Manege de Moscou* em 1962



Não chore por mim, mãe!
Ely Belyutin
Ano: 1962



Auto-retrato
Lucian Gribkov
Ano: 1962



Olho no ovo
Ūlo Sooster
Ano: 1962

Fonte: *Wikimedia Commons*

Este evento de arte moderna tornou-se historicamente conhecido pela reação negativa de Nikita Khrushchov, que, ao visitar a exposição, criticou as obras apresentadas, acusando-as de formalismo. No dia seguinte à exposição, o jornal *Verdade* [*Правда*]¹³ publicou uma reportagem devastadora, marcando o início de uma virada nas políticas culturais, que começaram a se tornar progressivamente mais restritivas. Como um fato curioso, no mesmo ano, em 1962, ocorreu o Massacre de Novocherkassk, retratado atualmente no filme de Andrej Končalovskij, *Caros Camaradas — Trabalhadores em Luta* (2020).

Assim, este processo culminaria com a deposição de Khrushchov em 1964, encerrando oficialmente o período de maior abertura cultural do *degelo* e dando lugar à chamada *Era da Estagnação*, sob o comando de Leonid Brezhnev. Durante esse período, a liberdade criativa, brevemente experimentada por artistas e cineastas, foi novamente sufocada por mecanismos de controle. Apesar disso, alguns diretores ainda buscaram contornar essas limitações. Um exemplo notável é o filme *Bem-vindo, ou Entrada Proibida* [*Добро Пожаловать, или Посторонним Вход Воспреищён*, 1964], do diretor Elem Klimov. Usando como cenário um acampamento de pioneiros soviéticos, Klimov construiu uma sátira incisiva ao sistema burocrático, totalitário e absurdo, mascarada sob o humor leve e recursos estilísticos inovadores. Do ponto de vista semiótico, Klimov incorporou elementos atribuídos ao cinema moderno, como quebras da quarta parede, inserções oníricas, elementos musicais e gestos estilizados, criando uma abordagem reflexiva. O filme utiliza a perspectiva de uma criança, Kostja Inočkin, que, após ser expulso do acampamento, permanece clandestinamente no local. Apesar de sua crítica e

abordagem reflexiva, o filme conseguiu superar as barreiras da censura ao disfarçar sua mensagem sob o formato de uma comédia infantil.

Figura 8 – Quadros do filme *Bem-vindo ou Entrada Proibida*. Dir. Elem Klimov, 1964.



Fonte: Capturas de tela realizadas pelo autor. In.: BEM-VINDO, OU ENTRADA PROIBIDA [Dobro pozhalovat', ili Postoronnim vkhod vospreshchon]. Direção: Elem Klimov. União Soviética: Mosfilm, 1964.

Durante graduação, Kira Muratova com seu marido Aleksandr Muratov, nascido em Kharkiv (Ucrânia), moravam numa casa de estudantes em Moscou até surgir, depois da formação, uma proposta de distribuição do casal para o Estúdio de Odessa, localizado no litoral da Ucrânia (Muratov, 1995). Neste estúdio, o casal colaborou uma última vez no longa-metragem *Nosso Pão Honesto* [Наш честный хлеб, 1964], baseado em roteiro de Ivan Bondin:

No roteiro de Ivan Bondin que recebemos, a vida não apareceu em formas habituais e polidas, mas em grande parte nua. Foi justamente essa “cruzeza” do material que conferiu um charme especial ao roteiro, embora, ao mesmo tempo, rompesse com os limites consagrados da dramaturgia cinematográfica (Muratova, 1965, p. 41, tradução do autor).

A narrativa centra-se em Makar Zadorožnyj, um presidente de uma fazenda coletiva afastado de seu cargo devido a problemas de saúde e enviado a um sanatório. Seu filho, Sashka, recém-formado, assume a liderança do *kolkhoz*, entretanto, em busca por resultados rápidos, Sashka usa métodos controversos para aumentar a produção de leite, o que provoca vários problemas. Além dos desafios administrativos, o filme aborda questões pessoais, como o relacionamento de Sashka com Katia, uma gravidez indesejada e o subsequente aborto. Sua aprovação gerou tensão com autoridades que interpretaram que o filme direciona sua crítica contra o Partido Comunista, sugerindo que o regime promovia um jogo duplo: proclamava uma luta pela verdade, mas, na prática, sufocava essa mesma verdade. Após o lançamento do filme, a parceria profissional e conjugal entre Muratova e Muratov encerrou. Muratov seguiu para trabalhar no Estúdio Dovzhenko, em Kiev, enquanto Muratova permaneceu no Estúdio de Odessa.

Em 1966, no início de reendurecimento ideológico que afetava a produção cultural soviética, um grupo de 25 intelectuais soviéticos, incluindo cineastas proeminentes como Mikhail Romm, conhecido por seu filme *O Fascismo de Todos os Dias* (1965), assinaram uma carta dirigida ao próprio Brezhnev, manifestando-se contra a tentativa de reabilitação de Stalin.

Primeiro filme solo: a construção de uma assinatura autoral

Após sua separação, Kira Muratova optou por dirigir seu próximo projeto em solo. Seu filme *Breves Encontros*, lançado três anos depois, marca um ponto de virada no qual seu estilo e seu pensamento autoral começam se revelar de forma mais evidente. O filme apresenta um triângulo amoroso e explora tensões emocionais geradas por desencontros e incomunicabilidade, demonstrado estruturalmente como narrativa não linear organizada em duas linhas temporais que se entrelaçam: a de Nadya, uma jovem apaixonada pelo geólogo Maksim, e a de Valentina Ivanovna, funcionária do conselho regional e companheiro que convive com Maksim, experimentando constantes deslocamentos com o parceiro devido a sua atividade profissional. A história de Nadya é narrada em *flashbacks* revelando como ela se envolve com Maksim, um homem descompromissado. A convergência dessas linhas ocorre quando Nadya, disfarçada de empregada doméstica, vai trabalhar na casa de Valentina para se reencontrar com Maksim. O elenco principal do filme foi formado por Nina Ruslanova, Kira Muratova e Vladimir Vysotsky. Nina Ruslanova, que interpreta Nadia, fez sua estreia em cinema com este filme e se tornaria uma colaboradora frequente de Muratova em projetos futuros. Curiosamente, o dialeto ucraniano surzhik da amiga de Nadia, interpretada por uma atriz não profissional, Lidia Bazil'skay, foi motivo de questionamento para Muratova, que priorizou o acaso e a característica do ambiente em que elas moravam na narrativa:

Eu valorizo muito o acaso, a coincidência. Isso não contradiz a realidade e, dentro desse gênero, não exige justificativa. Na Ucrânia, as pessoas vivem assim: as nacionalidades e os dialetos estão misturados. Não posso dizer que procurei propositalmente por garotas em que uma falasse russo e a outra em surzhik. Apenas as encontrei, gostei de ambas, e também da maneira como falavam. Tudo junto. Afinal, uma pessoa viva não é um personagem de animação... (Muratova, 2001, tradução do autor).¹⁴

Inicialmente, o papel principal de Valentina Ivanovna foi atribuído à atriz Antonina Dmitrieva, que desapareceu sem explicações no início das filmagens, pelo que

Muratova assumiu o papel. Outra substituição ocorreu no papel do geólogo Maxim, que seria originalmente de Vjačeslav Ljubšin, mas este foi substituído por Vladímir Vysockij:

Tanto Vysockij quanto Ljubšin fizeram testes para o papel de Maksim. Escolhi Ljubšin porque ele correspondia melhor à estrutura do roteiro existente. (...) Claro, desistimos de Ljubšin — ou melhor, foi ele quem nos recusou. Então, fomos pedir a Vysockij: “Vladímir, por favor, nos ajude”. Ele imediatamente aceitou o papel, pois gostava do personagem. (Muratova, 2010, tradução do autor).¹⁵

Além de interpretar o papel de Valentina Ivanovna, Kira Muratova também colaborou na criação do roteiro com Leonid Žukhovickij. A trilha sonora ficou sob responsabilidade de Oleg Karavajčuk. A direção de fotografia ficou a cargo de Gennadij Karjuk, que continuaria a colaborar com Muratova em filmes futuros. Segundo ele, enquanto a tendência da época favorecia espaços minimalistas e impessoais, Muratova optou por uma abordagem que ajudava a construir a identidade da protagonista:

Móveis antigos, que na época eram jogados fora e substituídos por armários modernos de MDF; fotografias nas paredes, objetos cotidianos — tudo isso trabalhava na construção da personagem principal, revelando sua história interior, suas raízes, dando uma chave para seu modo de perceber o mundo. Naquele tempo, era comum filmar em interiores despojados e vazios, como se não desviassem a atenção do espectador na pessoa da tela. Kira Georgievna seguia um caminho diferente, defendendo suas próprias preferências, o que lhe custou caro, tanto de forma literal quanto figurada. (Karjuk, 1995, tradução do autor).

Além de ir contra as tendências da época, suas escolhas estéticas neste filme tornaram-se mais distintas em comparação com suas realizações anteriores, embora seus dois primeiros filmes, em parceria com Muratov, já incluíssem uma sensibilidade expressa no uso de *close-ups*, gestos e atmosferas, características destacadas por Béla Balázs (2000) como essenciais ao plano sensível. Em *Breves Encontros*, Muratova avança para uma estrutura fragmentada e ainda mais introspectiva, introduzindo elementos que, em seus filmes subsequentes, tornar-se-iam recorrentes de sua estética, como, por exemplo, a *repetição*, explorada de modo diverso. Como exemplo, na cena de abertura do filme *Valentina*, pensando em voz, repete “caros camaradas, caros camaradas, meus caros, caros, caros camaradas...”. Essa repetição se aparece mais adiante, quando Valentina, após encerrar uma conversa telefônica, liga e desliga a luz duas vezes. Elementos que quebram a lógica de causa e efeito.

A cena com o primeiro *flashback* do filme começa logo depois da entrada de Nadia no apartamento de Valentina: depois de uma conversa curta, Nadia vaga pelo apartamento lançando vistas aos móveis e livros e se encontra frente de um violão (2,0),

onde o tempo passa para o passado, mostrando primeiro plano do rosto da Nadia (2.1-1), que com movimento da câmera se transforma em (2.1-2), plano no qual Nadia observa a chegada de Maxim e logo some do enquadramento, deixando apenas uma paisagem e a minúscula figura de Maxim na paisagem (2.1-3). Após isto, segue-se um corte com Nadia colocando a cadeira (2.2-1) e vindo em direção a câmera, formando uma série de *close-ups* (2.2-2, 2.2-3). Assim, Muratova estabelece uma relação entre as personagens ainda antes de mostrar a introdução de Maxim no próximo plano (3.0).

Figura 9 – *Screenshots* do primeiro *flashback*.



Fonte: Capturas de tela realizadas pelo autor. In.: BREVES ENCONTROS [Korotkie vstrechi]. Direção: Kira Muratova. União Soviética: Estúdio de Odessa, 1967.

Na próxima sequência, os planos de Nadia (3.1-1) e do violão (3.1-2), conduzem a um corte que retorna ao apartamento (3.2), com Nadia ao lado do violão, antes de se transformar em um novo *flashback* (3.3).

Figura 10 – *Screenshots* da continuação de *flashback*. Fonte: *Breves Encontros* (1967)



Fonte: Capturas de tela realizadas pelo autor. In.: BREVES ENCONTROS [Korotkie vstrechi]. Direção: Kira Muratova. União Soviética: Estúdio de Odessa, 1967.

Quando o *flashback* termina, inicia-se uma sequência de imagens silenciosas que criam uma atmosfera de estranhamento. O som de um relógio marca o ritmo, enquanto um *close-up* na mão de Nadia (4.1-1) transita suavemente para o seu rosto dentro do mesmo enquadramento. O som de uma porta interrompe o silêncio, seguido por um corte para Valentina, que passa a mão no espelho (4.2-1) antes de desaparecer do enquadramento (4.2-2).

Figura 11 – *Screenshots* da sequência após *flashback*. Fonte: *Breves Encontros* (1967)



Capturas de tela realizadas pelo autor. In.: BREVES ENCONTROS [Korotkie vstrechi].
Direção: Kira Muratova. União Soviética: Estúdio de Odessa, 1967.

Na cena seguinte, há um breve diálogo que novamente introduz o elemento de repetição, quando Nadia encontra sua amiga em uma feirinha: “Quando você veio?” — “Ontem!” — “Quando você veio?” — “Ontem!”. Essa troca antecede o início de um plano-sequência com *travelling*, criando um contraste depois da estranheza e a tensão sugeridas nas cenas anteriores.

Figura 12 – *Screenshots* da sequência após *flashback*. Fonte: *Breves Encontros* (1967)



Capturas de tela realizadas pelo autor. In.: BREVES ENCONTROS [Korotkie vstrechi].
Direção: Kira Muratova. União Soviética: Estúdio de Odessa, 1967.

As cenas descritas utilizam uma variedade de técnicas que exemplificam os princípios do cinema moderno, enquanto se distanciam do construtivismo ou do realismo socialista. As repetições nos diálogos e a fragmentação visual, com os *close-ups*, não está mais a serviço de causa e efeito, baseado no choque e na síntese intelectual posposto por Eisenstein, nem na continuidade do cinema clássico. O *travelling* pela feirinha submerge o espectador em um fluxo contínuo de observação sensorial, criando uma experiência temporal dilatada. Se pensarmos em termos de significado, as escolhas de Muratova oferecem ferramentas de observação, sem pretensões educacionais típicos do realismo socialista.

Devido às escolhas peculiares de Muratova ao abordar o roteiro, o filme foi inicialmente lançado como *filme de terceira categoria*, limitando significativamente sua circulação e reconhecimento. As categorias, oficialmente denominadas “grupos de pagamento”, variavam em quatro níveis: superior, primeira, segunda e terceira. A categoria superior era reservada aos cineastas consagrados, por outro lado, a terceira categoria, considerada humilhante, era destinada a artistas considerados medíocres ou “criadores demais inquietos” — aqueles que desafiavam o regime. A maioria dos filmes era classificada nas categorias intermediárias, dependendo das circunstâncias de produção. (Kosinova, 2016, p. 66) Durante o período de *perestroika*, na segunda metade da década de 1980, o filme foi relançado, abrindo debates sobre motivos de restrições impostos para sua circulação. Segundo a crítica da época em que o filme foi realizado, Muratova trouxe uma ideia interessante ao retratar de maneira abrangente e complexa a figura de uma mulher contemporânea em posição de liderança, sem negligenciar os aspectos psicológicos essenciais. No entanto, segundo a crítica oficial, a protagonista não era apenas uma mulher, mas também uma figura pública e estatal, aspecto que, segundo a avaliação, não foi desenvolvido com a mesma força artística. A falta desse aprofundamento teria enfraquecido a tensão dramática do filme e comprometido a integridade do caráter da personagem. Além disso, a relação amorosa da protagonista foi considerada frágil e fortuita. (Ivanov, 1969, p. 34-36)

Considerações finais

O presente estudo buscou examinar a trajetória de Kira Muratova, inserindo suas primeiras realizações no contexto das políticas culturais da União Soviética e explorando os elementos característicos do seu estilo. Discutir o realismo socialista como estilo oficial do cinema soviético foi essencial para entender como a imposição de diretrizes

estatais limitou a experimentação formal e estilística dos cineastas. A trajetória da diretora e sua experiência na VGIK demonstram sua inserção em um contexto mais amplo. E por fim, a análise formal de *Breves Encontros*, possibilitou identificar recursos concretos que rompem com a linearidade narrativa e da lógica de causa e efeito, utilizando a repetição como um dispositivo de opacidade que reforça a fragmentação e estado de incomunicabilidade.

Ao realizar esta pesquisa, foi possível evidenciar que Muratova, mesmo inserida em um sistema cinematográfico altamente regulamentado, conseguiu entrar em um rumo alternativo ainda no seu primeiro filme solo, distanciando-se das expectativas institucionais. Essa postura e mesmo a reação das autoridades que atribuiu ao filme terceira categoria, a aproxima dos debates sobre autoria cinematográfica, especialmente aqueles promovidos pela *politique des auteurs* na França, que enfatizavam o papel do diretor na criação de um estilo próprio. No entanto, ao contrário de muitos cineastas ocidentais que puderam exercer essa autoria de forma relativamente livre, mesmo tendo obstáculos financeiros ao abandonarem convicções estéticas comerciais, Muratova enfrentou restrições por parte de instituições estatais, o que contribuiu para a formação da sua posição marginalizada, como ocorreu com muitos outros cineastas da sua geração.

A pesquisa, ao explorar como Muratova consolidou uma abordagem estética autoral em um ambiente altamente regulado, evidencia a necessidade de ampliar os estudos sobre outros cineastas que, especialmente a partir do período do *degelo*, buscaram expandir os limites formais e narrativos impostos pelo realismo socialista. O cinema soviético tardio ainda é frequentemente analisado a partir de paradigmas exclusivamente formais, sem se aprofundar no contexto histórico, o que muitas vezes obscurece a emergência de novas dinâmicas estéticas que dialogavam com as transformações políticas e culturais da época. Estudos que dedicassem maior foco ao contexto, tanto para Muratova quanto para outros diretores que operaram à margem do sistema, bem como análises mais aprofundadas sobre a produção e circulação de seus filmes dentro e fora da União Soviética, poderiam contribuir para um entendimento mais amplo do impacto dessas produções na história do cinema mundial.

Referências

À BEIRA DA RAVINA ÍNGREME. Direção: Kira Muratova, Aleksandr Muratov. União Soviética: Estúdio Gorki, 1961.

A INFÂNCIA DE IVAN [Ivanovo detstvo]. Direção: Andrei Tarkovsky. União Soviética: Mosfilm, 1962.

ASTRUC, Alexandre. *Nascimento de uma nova vanguarda: a Caméra-Stylo*. L'écran français, n. 144, 30 mar. 1948. Tradução de Matheus Cartaxo. Foco, 2012.

AUMONT, Jacques e MARIE, Michel. *A Análise do Filme*. Tradução de Marcelo Felix. Rio de Janeiro: Texto e Grafia. 2010

BALÁSZ, Béla. A face do homem. In: XAVIER, Ismail (ORG.). *A experiência do cinema: antologia*. Rio de Janeiro: Graal, 2000

BEM-VINDO, OU ENTRADA PROIBIDA [Dobro pozhalovat', ili Postoronnim vkhod vosreshchon]. Direção: Elem Klimov. União Soviética: Mosfilm, 1964.

BREVES ENCONTROS [Korotkie vstrechi]. Direção: Kira Muratova. União Soviética: Estúdio de Odessa, 1967.

CIDADÃO KANE [Citizen Kane]. Direção: Orson Welles. Estados Unidos: RKO Radio Pictures, 1941.

CAROS CAMARADAS - TRABALHADORES EM LUTA [Dorogie tovarishchi]. Direção: Andrei Konchalovsky. Rússia: Andrei Konchalovsky Studios, 2020.

CHUVA DE PRIMAVERA [Vesennii dozhd']. Direção: Kira Muratova, Aleksandr Muratov. União Soviética: VGIK, 1958.

EISENSTEIN, Sergei. *O sentido do filme*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

GRANDE ENCICLOPÉDIA SOVIÉTICA, v. 52: Consciência – Estratégia. Ed. 1. Moscou: Sovetskaia Entsiklopediia, 1947. Disponível em: <https://ru.wikisource.org/wiki>. Acesso em: 23 jan. 2025.

FITZPATRICK, Sheila. *Breve história da União Soviética*. Tradução de Pedro Maia Soares. 2023.

HÖLLER, Herwig. Pro politicheskoye kino, kotoroye ne snyala Kira Muratova [Sobre o cinema político que Kira Muratova não filmou]. *Colta*, 2018. Disponível em: <https://www.colta.ru/articles/specials/18339-pro-politicheskoe-kino-kotoroe-ne-snyala-kira-muratova>. Acesso em: 20 fev. 2025

IVANOV, S. Iskusstvo Kino. n. 5, p. 34-36, 1969. Disponível em: <https://archive.org/details/iskusstvo-kino-1969/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

IVAN, O TERRÍVEL – PARTE II [Ivan Groznyy II: Boyarsky zagovor]. Direção: Sergei Eisenstein. União Soviética: Mosfilm, 1946 (lançado apenas na década de 1950).

KOSINOVA, Marina Ivanovna. Прокатно-возвратный механизм советской кинематографии в период «застоя». *Научный журнал Сервис PLUS*, v. 10, n. 2, 2016.

KARYUK, Gennadiy. “Ona nauchila menya snimat” [Ela me ensinou a filmar]. Entrevista, *Iskusstvo kino*, n. 2, 1995.

KOROTKAYA VSTRECHA S KIROI MURATOVOI [Breve encontro com Kira Muratova]. Direção: não especificado. Rússia: Pervyi kanal, 1999. Documentário. Disponível em: <https://youtu.be/CuEOuxsOV-M> Acesso em: 23 jan. 2025.

KOKIN, I. Conformação narrativa em Longa Despedida. *Manuscrita: Revista De Crítica Genética*, 52, p. 41-52. São Paulo, 2024.

LAWTON, Anna. *The Red Screen: Politics, Society, Art in Soviet Cinema*. Londres: Routledge, 1992. ISBN 0-203-41798-4.

LEVY, Robert. Ana Pauker. In: Shalvi/Hyman. *Encyclopedia of Jewish Women*. Jewish Women's Archive, 27 fev. 2009. Disponível em: <https://jwa.org/encyclopedia/article/pauker-anna>. Acesso em: 04 fev. 2025.

METZ, Christian. *A significação no cinema*. Tradução de Jean-Claude Bernadet. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MURATOV, Alexandr. *Nosso Pão Honesto*. Arquivado em 18 de outubro de 2022, no Wayback Machine/Zn.ua No. 23, 9 de junho – 16 de junho de 1995.

MURATOV, Aleksandr. *Use pochalosia z Odesy*. Yak Spravy, Kiev, n. 13 (17424), 26 jan. 2005. Disponível em: <https://kakdela.kiev.ua/17424/art/2358.html>. Acesso em: 22 jan. 2025.

MURATOVA, Kira, Entrevista com Kira Muratova: “la podygryvaiu...”. *Iskusstvo kino*, n. 4, abril, 2010. Disponível em: <http://old.kinoart.ru/archive/2010/04/n4-article21>. Acesso em: 22 jan. 2025.

MURATOVA, Kira, *Iskusstvo kino*, n. 6, 1965. Disponível em: <https://archive.org/details/1965-no-04/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

MURATOVA, K. *Iskusstvo rodilos' iz zapretov, styda i strakha* [Entrevista de Pavel Sirkes]. *Iskusstvo kino*, n. 12, 2001. Disponível em: <http://old.kinoart.ru/archive/2001/12/n12-article12>. Acesso em: 28 jan. 2025.

NOSSO PÃO HONESTO [Nash chestnyy khleb]. Direção: Kira Muratova, Aleksandr Muratov. União Soviética: Estúdio de Odessa, 1964.

O CAMINHO BRILHANTE [Svetlyy put']. Direção: Grigori Aleksandrov. União Soviética: Mosfilm, 1940.

POSTANOVLENIE Orgburo TsK VKP(b) [Resolução do Orgburo do Comitê Central do Partido Comunista de Toda a União]. *O kinofil'me "Bol'shaya zhizn"*. n. 277, p. 6g — O kinofil'me “Bol'shaya zhizn”. 1946. p. 598-602. Disponível em: <https://www.hist.msu.ru/ER/Etext/USSR/cinema.htm>. Acesso em: 22 jan. 2025.

PIS'MO 25-ti deiatelei sovetskoi nauki, literatury i iskusstva L.I. Brezhnev protiv reabilitatsii I.V. Stalina. [Carta]. 14 fev. 1966. Disponível em: <https://ihst.ru/projects/sohist/document/letters/antistalin.htm>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PROKHOROV, A. V. Cinema of the Thaw (1953 – 1967). In: SALYS, Rimgaila (Ed.). *The Russian Cinema Reader: Volume II, The Thaw to the Present*. Boston: Academic

Studies Press, 2013. p. 14-33. Disponível em: <https://scholarworks.wm.edu/asbookchapters/86>. Acesso em: 10 mar. 2025.

QUANDO VOAM AS CEGONHAS [Letyat Zhuravli]. Direção: Mikhail Kalatozov. União Soviética: Mosfilm, 1957.

RAHOMON [Rashomon]. Direção: Akira Kurosawa. Japão: Daiei Film, 1950.

ROMNEY, Jonathan. *Kira Muratova obituary: a great, fearless filmmaker who poked open wounds*. British Film Institute (BFI), 2018. Disponível em: <https://www.bfi.org.uk/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

ROMA, CIDADE ABERTA [Roma, città aperta]. Direção: Roberto Rossellini. Itália: Excelsa Film, 1945.

TAUBMAN, Jane A. *Kira Muratova: Filmmakers' Companions*. London; New York: Tauris, 2005

Artigo recebido em 11/03/2025

Artigo aprovado para publicação em 13/07/2025

Editor(a) responsável: Nátalie Yukie Cardoso Utsumi

¹ *Perestrojka* foi um conjunto de reformas políticas e econômicas implementadas por Mikhail Gorbachev a partir de 1985, que flexibilizou o controle estatal sobre diversos setores, incluindo a cultura e os meios de comunicação. Essas mudanças possibilitaram uma maior liberdade artística e a reabilitação de obras antes censuradas, impactando diretamente a produção cinematográfica na União Soviética.

² *Breves Encontros* (1967) é o primeiro longa-metragem dirigido exclusivamente por Kira Muratova. Diferentemente de seus trabalhos anteriores, nos quais havia co-direção, este filme representa um ponto de virada em sua carreira, tanto pela abordagem estilística quanto pela ênfase em temas que desafiavam as convenções narrativas e estéticas do realismo socialista.

³ O Pacto Molotov-Ribbentrop, oficialmente conhecido como Tratado de Não Agressão entre a Alemanha e a União Soviética, foi firmado em 23 de agosto de 1939, entre os ministros das Relações Exteriores Joachim von Ribbentrop, da Alemanha nazista, e Vyacheslav Molotov, da União Soviética. O tratado incluía cláusulas de não agressão mútua e um protocolo secreto que dividia territórios do Leste Europeu em esferas de influência entre os dois países. Este protocolo resultou na ocupação soviética dos Estados Bálticos, partes da Polônia, Finlândia e Romênia, enquanto a Alemanha invadia o restante da Polônia, iniciando a Segunda Guerra Mundial.

⁴ Gulag (Главное управление лагере́й, Glavnoe Upravlenie Lagerei) era o sistema de campos de trabalhos forçados da União Soviética, administrado pela NKVD (Comissariado do Povo para Assuntos Internos) e, posteriormente, pelo Ministério do Interior. Criado durante o governo de Josef Stalin, o Gulag abrigava prisioneiros políticos, criminosos comuns e indivíduos considerados uma ameaça ao regime soviético. As condições nesses campos eram extremamente severas, caracterizadas por trabalho extenuante, escassez de alimentos, vigilância rígida e alta taxa de mortalidade.

⁵ Regisseur С.Эйзенштейн во второй серии фильма “Иван Грозный” обнаружил невежество в изображении исторических фактов, представив прогрессивное войско опричников Ивана Грозного в виде шайки дегенератов, наподобие американского Ку-Клукс-Клана, а Ивана Грозного, человека с сильной волей и характером, — слабохарактерным и безвольным, чем-то вроде Гамлета.

⁶ A Grande Guerra Patriótica foi o termo utilizado na União Soviética para se referir ao conflito entre a URSS e a Alemanha Nazista durante a Segunda Guerra Mundial (1941-1945). O início desse confronto foi marcado pelo rompimento do pacto de não agressão, assinado em 1939. Esse pacto, que garantiu a paz entre os regimes soviético e nazista, foi quebrado em 22 de junho de 1941, quando a Alemanha lançou a Operação Barbarossa, invadindo a União Soviética e marcando o início da guerra no território soviético.

⁷ Anna Pauker, importante figura do Partido Comunista Romeno, desempenhou papel na implementação das políticas da URSS na Romênia, mas foi destituída de suas funções em 1952 sob acusações de

“desvianismo de direita” e presa em 1953. Após a morte de Stalin, em março de 1953, Pauker foi libertada e passou o restante de sua vida em relativa obscuridade sob vigilância. Fonte: Jewish Women's Archive, disponível em: <https://jwa.org/encyclopedia/article/pauker-anna>. Acesso em: 22 jan. 2025.

⁸ *Cortina de Ferro* foi uma expressão popularizada por Winston Churchill em um discurso realizado em 5 de março de 1946, para descrever a divisão política e ideológica entre o bloco comunista liderado pela União Soviética e os países ocidentais, após o fim da Segunda Guerra Mundial. A Cortina de Ferro esteve em vigor até o colapso da URSS, caracterizada pela censura, propaganda e isolamento cultural.

⁹ VGIK (Universidade Panrussa de Cinematografia em nome de S. A. Gerasimov) é a mais antiga escola de cinema do mundo, fundada em 1919, em Moscou, Rússia.

¹⁰ *Une Certaine Tendance du Cinéma Français* é um artigo escrito por François Truffaut e publicado na revista *Cahiers du Cinéma* em 1954. Nele, Truffaut critica duramente o chamado "realismo psicológico" dominante no cinema francês da época, especialmente as adaptações literárias convencionais que priorizavam roteiros bem estruturados em detrimento de uma linguagem cinematográfica mais autônoma. O autor argumenta que o cinema deveria ser concebido como uma expressão pessoal do cineasta, rompendo com a concepção de direção como mera ilustração de um texto pré-existente. Essa crítica inaugurou a *politique des auteurs*, uma abordagem que posteriormente fundamentaria a *Nouvelle Vague*.

¹¹ Em 1961, o Artigo 58 foi substituído pelos artigos 70 e 72 do código penal da RSFSR. Embora esta mudança fizesse parte do processo de liberalização do Degelo, os novos artigos mantiveram mecanismos de controle. O Artigo 70 punia "agitação e propaganda anti-soviética" com até 7 anos de prisão e 5 anos de exílio, enquanto o Artigo 72 previa até 10 anos para "organizações anti-soviéticas". A principal diferença estava na eliminação da pena de morte e na redução das sentenças máximas, porém suas definições continuavam ser vagas para permitir ampla interpretação e uso como instrumentos de repressão política até o fim da URSS.

¹² While still funded by the state, *Art of Cinema* became a journal for the intelligentsia and filmmaking community to discuss matters of cultural politics. In 1957 a veteran of the 1920s constructivist movement, Solomon Telingator, redesigned the cover and layout of the journal. The first 1957 issue opened with a new section titled "Round Table" in which critics and filmmakers discussed their professional concerns. At this first round table, Sergei Iutkevich encouraged his colleagues to begin thinking about cinema as art, implying that previously cinema had served primarily as a vehicle for state propaganda.

¹³ O jornal *Pravda* (que significa "Verdade" em russo) foi fundado em 1912 como o órgão oficial do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Ao longo da existência da URSS, desempenhou um papel central na disseminação da ideologia e agenda do estado, promovendo a narrativa oficial sobre todas as questões importantes e tornou-se sinônimo de propaganda estatal, exercendo grande influência sobre a opinião pública.

¹⁴ Я очень ценю случай, случайность. Это же не противоречит реальности и в пределах данного жанра не требует оправдания. У нас на Украине так и живут люди: смешаны национальности и говоры. Не могу сказать, что искала девушек, из которых одна бы говорила по-русски, а другая — на суржике. Просто встретила таких, и они обе мне понравились. И речь их — тоже. Все вместе, в комплексе. Живой человек ведь не персонаж мультипликации...

¹⁵ Высоцкий тогда не был знаменитым, никому не был известен, кроме маленького круга актеров, интеллектуалов. Он приехал на Одесскую студию сниматься у Говорухина в «Вертикали». Существует такой обычай: когда актер приезжает в какую-то группу, то соседние группы тоже стремятся его попробовать. На роль Максима пробовались и Высоцкий, и Любшин. Утвержден мною был Любшин, потому что он более соответствовал той сценарной схеме, которая существовала. (...) Конечно, мы отказались от Любшина, точнее, он нам отказал. И мы пошли к Высоцкому на поклон: Володя, пожалуйста, выручи нас. Володя тут же согласился сниматься, потому что ему нравилась роль.

A SUBALTERNIZAÇÃO DA ALMA: Um Olhar Decolonial Sobre o Impacto das Missões Religiosas em *O Abraço Da Serpente*

THE SUBALTERNIZATION OF THE SOUL: A Decolonial Perspective on the Impact of Religious Missions in *O Abraço da Serpente*

Lorena Tavares Militão¹

Waldimiro Maximino Tavares César²

João Gustavo Kienen³

Resumo: Este artigo analisa os efeitos do discurso na dominação cultural e identitária das populações indígenas da Amazônia no início do século XX, com base no filme *O Abraço da Serpente* (2015), de Ciro Guerra. A pesquisa explora como a destruição das tradições indígenas está relacionada ao discurso salvacionista e à doutrina *Orbis Christianus*, propondo uma abordagem decolonial para entender os processos de apagamento e resistência. A análise se apoia em uma revisão bibliográfica e na observação do filme, utilizando autores da análise discursiva, como Casetti & Di Chio (1991) e Orlandi (2009), e teóricos decoloniais, como Fanon (2020), Mignolo (2005) Quijano (2005b), entre outros.

Palavras-chave: Análise do discurso, Povos originários, Relações de poder, Decolonialidade, *O Abraço da Serpente*.

Abstract: This article analyzes the effects of discourse on the cultural and identity domination of Indigenous populations in the Amazon in the early 20th century, based on the film *Embrace of the Serpent* (2015) by Ciro Guerra. The research explores how the destruction of Indigenous traditions is linked to salvationist discourse and to the *Orbis Christianus* doctrine, proposing a decolonial approach to understanding processes of erasure and resistance. The analysis relies on a literature review and film analysis, engaging with discourse analysis scholars such as Casetti & Di Chio (1991) and Orlandi (2009), as well as decolonial theorists such as Fanon (2020), Mignolo (2005), and Quijano (2005b), among others.

Keywords: Discourse analysis, Indigenous peoples, Power relations, Decoloniality, Embrace of the Serpent.

Introdução

Como objeto focal de uma análise epistemológica de processos sócio-históricos, especialmente no que tange a episódios de apagamento identitário por meio da aniquilação de um traço cultural (língua, religião etc.), um filme deve ser observado e investigado com base em seus vários níveis de profundidade, de modo gradativo e

¹ Professora na Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC-AM) e na Secretaria Municipal de Educação de Manaus (SEMED-Manaus). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: lorena.sim@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4273-7074>. Bolsista da CAPES.

² Professor da Secretaria de Educação e Desporto do Estado do Amazonas (SEDUC-AM). Mestre em Letras/Estudos Literários pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: waldimiro.cesar@prof.am.gov.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2795-9719>.

³ Professor adjunto da Faculdade de Artes da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutor e mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Graduado em Música pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: gustavokienen@ufam.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1853-9878>.

detalhado. Em suas camadas mais visíveis, estão situadas as que abrangem o enredo, sendo este a história que se desenvolve a partir de determinada “situação-gatilho” ou premissa, assim como a efetivação da participação, em primeiro ou segundo nível, de suas personagens na trama. Em outro momento, estão seus ambientes mais densos, que demandam uma atenção mais específica devido à consistência que carregam, tais como as figurações alegóricas ou arquetípicas contidas na não obviedade de seu enredo ou das personagens. Nesse contexto, é válido constatar que, assistindo a um filme, o espectador se torna dotado da possibilidade de extrair ou inferir conteúdos não localizados somente nas camadas mais rasas do roteiro.

Sobre a estruturação do processo de análise fílmica, é plausível afirmar que este consiste na detecção do “não-visível por meio do visível” (Ferro, 1976, p. 6), como também da leitura e observação possíveis dos níveis diversos de um filme. Casetti e Di Chio (1991), analisando a comunicação, incluindo a que ocorre nos filmes, argumentam que os participantes, seus comportamentos e o contexto são mais importantes do que a estrutura e a dinâmica do texto em si. Nos filmes, por exemplo, onde a comunicação ocorre através de imagens e sons, esses elementos vão além e atingem a exterioridade. Ainda neste contexto e amparando-se na Análise de Discurso (AD) materialista, busca-se compreender como o discurso fílmico gera sentidos e, dentro da ótica sócio-histórica, que interpretações podemos inferir dele.

Portanto, uma análise que se concentra apenas no conteúdo interno pode ser “enganosa e confusa” (Casetti e Di Chio, 1991, p. 219). Nesse âmbito, é válido afirmar que o filme pode refletir a realidade por meio de todas as contradições que compõem sua produção, do mesmo modo que concorda ou enfrenta os instrumentos ideológicos de dominação psicossocial, particularmente em contextos em que existem conflitos, críticas e denúncias acerca do Status quo que regula a hierarquização, banimento e marginalização social.

Quanto à contemplação e compreensão, em nível epistemológico, das camadas semânticas de um filme que objetivem a construção de estudos antropológicos e socioculturais, *O Abraço da Serpente* (2015), produção colombiana dirigida por Ciro Guerra e roteiro escrito por Jacques Toulemonde Vidal, se mostra como o objeto de investigação analítica deste trabalho. Livremente inspirado nos diários de viagem de dois exploradores ocidentais, o antropólogo alemão Theodor Koch-Grünberg e do botânico norte-americano Richard Evans Schultes, no início do Século XX, o filme foi lançado em 2015, sendo indicado ao Oscar no ano seguinte. A trama se desenrola através da história do protagonista, o xamã Karamakate, em dois momentos da sua vida:

a juventude e a velhice. Para isso, o diretor constrói uma linha narrativa contendo flashback onde os acontecimentos vão se revezando temporalmente.

A narrativa fílmica é construída em duas temporalidades, sendo uma do início do século XX, no ano de 1909 e a outra em meados de 1940. É válido atentar para os fatos históricos presentes na representatividade do filme. Em 1909, estava em pleno desenvolvimento o chamado *Ciclo da Borracha* que “da humilde origem, em 1870, o extrativismo da borracha ocupou, em 1910, um quarto das exportações brasileiras” (Souza, 2009, p. 32), como ocorria, também, nos países que englobam a Amazônia. Já em 1940, o mundo era assolado pela Segunda Guerra Mundial, o que justificava uma demanda pela borracha amazônica, que vinha sofrendo, até então, com a concorrência da produção asiática.

Nos dois períodos há o confronto de culturas heterogêneas que se entrelaçam e se estranham, consomem-se e regurgitam-se, resistem e acomodam-se, negam-se e assimilam-se, tal qual a constrição que uma serpente empreende sob sua presa.

O filme em questão, como portador de conteúdos narrativos, é uma viagem por diversos campos das ciências humanas, pois oportuniza enxergá-lo pelo prisma antropológico, etnográfico, sociológico, etnobotânico, histórico, geográfico, além de apresentar elementos místicos e espirituais, isso tudo tendo como lugar de enunciação o território específico da Amazônia. Já como elemento focal, há uma história dramatizada, fomentada por várias licenças poéticas dos relatos de Theodor Koch-Grunberg¹ e Richard Evans Schultes, expedicionários que estiveram na região, no começo do Século XX, e cujas pesquisas foram de suma importância para o aumento do conhecimento acerca dos povos indígenas do norte do Brasil, bem como da Amazônia brasileira e colombiana.

Neste contexto, a pergunta-problema é: quais os efeitos e disputas de sentidos das missões religiosas diante da cosmovisão dos povos originários? O objetivo geral é o de analisar a representação das missões religiosas presentes em *O Abraço da Serpente*. Os objetivos específicos são: apontar os efeitos de sentido entre locutores, na concepção de Michel Pêcheux (1997), diante do controle de corpos e mentes de crianças indígenas através da catequização e a submissão da comunidade diante da visão delirante e distorcida do cristianismo empreendida pelo “messias louco”; e, examinar, sob o prisma dos estudos decoloniais, em nível de implementação de matrizes eurocêntricas de construção psicossocial, qual o papel das missões religiosas e messiânicas dentro do contexto colonizador. Sob esse ponto analítico, a obra funciona como uma ilustração de representações do colonialismo e o impacto delas no silenciamento de vozes, como

também do apagamento da ancestralidade e configurações identitárias dos povos colonizados.

A metodologia tem abordagem qualitativa. Por meio da observação de sua estrutura narrativa e utilizando a análise fílmica, buscar-se-á a resposta da questão-problema pelo método interpretativo da Análise de Discurso. Por meio deste método, deve-se articular as noções de descrição e interpretação, onde o primeiro, que é mais técnico, possa auxiliar o segundo, que é o campo onde o analista percebe os efeitos de sentido que emergem do discurso, nesse caso, o discurso fílmico. Ambos devem se deslocar um ao encontro do outro, alternando-se e se retroalimentando para construir uma análise discursiva profunda e fundamentada, dentro de um processo dialético.

No âmbito epistemológico, o presente artigo objetiva compreender as disputas de sentido gerados no contraste entre o discurso religioso e a resistência espiritual dos povos originários, como também compreender a representação das missões religiosas, em dois momentos distintos de *O Abraço da Serpente*, contrapõe-se à cosmovisão e impõe aos jovens indígenas “verdades” fundamentadas apenas no raciocínio religioso católico. Por fim, busca investigar, à luz do conceito de efeito de sentido, como a opressão catequizadora contribui para o esquecimento dos saberes tradicionais e da língua dos povos originários. Com isso, intenciona observar seus deslocamentos e rupturas, como encadeamentos e materialidades significantes que possam nos levar a refletir sobre a dominação colonial e resistência dos povos originários amazônicos. Como suporte teórico dessa análise, serão utilizados trabalhos teóricos da análise discursiva aplicada à cinematografia, como Casetti & Di Chio (1991), Martins de Souza (2005), Orlandi (2009) e Pêcheux (1997). Mas, principalmente, obras de autores voltados aos estudos decoloniais dos fenômenos históricos ocorridos no Sul Global pela perspectiva do colonizado, como Fanon (2020), Grosfoguel (2008), Lugones (2007), Mignolo (2005) e Quijano (2005b), entre outros.

Fronteiras do sagrado: disputas de sentido no encontro de culturas

Para que se possa enveredar na seara da Análise de Discurso (AD), especialmente no campo da análise fílmica, é fundamental que se tenha em mente que os efeitos de sentidos, proposto por Michel Pêcheux, demandam o entendimento de que o sujeito do discurso é atravessado por questões históricas e ideológicas. Em outras palavras, afirma Eni Orlandi: “O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”. (Orlandi, 2009, p. 46). Já a interpretação da realidade

circundante, em nível empírico e subjetivo, é inerente ao ser humano. O ser humano é movido pela pulsão de interpretar tudo que vê, ouve e vivencia sensorialmente, pois se constitui como um ser simbólico e o tempo todo atravessado por ideologias e questões sociais e históricas ao longo de sua existência.

No que concerne ao estudo discursivo voltado à compreensão das manifestações e práticas religiosas nas Américas, é providencial levar em conta que, por muitos séculos do transcorrer histórico de formação da América Latina, foram estabelecidas tecnologias colonialistas de dominação em várias esferas, seja na física, como a dizimação de povos originários e a escravização de povos africanos, no âmbito subjetivo, e o apagamento epistemológico, obliteração religiosa e/ou cultural desses grupos humanos. De acordo com Quijano (2005b), o conceito de “raça” foi útil para a legitimação de um novo código de poder que emergia, fomentado por uma transformação sistemática de produção social, com o advento do capitalismo, e pela continuidade de uma colonialidade pautada na aniquilação de indivíduos não-europeus e não-brancos.

Nesse espectro, como objeto de análise epistemológica discursiva, *O Abraço da Serpente* (2015) deve ser contemplado e interpretado, levando em consideração seus diversos níveis de profundidade nos quais, de forma gradual e minuciosa, trata da aniquilação da ancestralidade dos povos originários da Amazônia, por meio do banimento dos traços culturais residentes em suas crenças. Em seus planos mais aparentes, se encontram os que compreendem o enredo, que nada mais é do que a trama que se desenvolve a partir dele, como também a elaboração da participação, primária ou secundária, de suas personagens na história. Em outra instância, estão seus âmbitos mais espessos, fundos e que exigem uma atenção mais pontual devido à densidade que portam, como as construções alegóricas ou arquetípicas contidas em locais menos óbvios de seu enredo.

Como instrumento de subalternização e silenciamento cultural e identitário dos povos originários, ponto focal do roteiro do filme reside em frisar que o discurso colonial reside em uma origem e um contingente europeu. Como postula Leandro Karnal, além do universo cristão ocidental, ele também se manifesta como um registro de um novo mundo que direcionou seus autores a refazerem os modos de observar ou mesmo se colocar no lugar do outro que, até então, haviam reverberado (Karnal, 2006, p. 19) e, dessa forma, seria imprudente pensar que os relatos missionários não podem nos devolver nada além dos mecanismos e da mentalidade ocidental que os construiu. Ao contrário, pois:

[...] eles podem também, se analisados com as devidas cautelas, contribuir à reconstituição da dinâmica pela qual o evento histórico da ‘evangelização’, portador da simbologia religiosa da Europa medieval e renascentista, foi reelaborado pelas culturas nativas a partir de suas próprias representações, ou seja, a dinâmica interna aos sistemas culturais indígenas, que tomaram e transformaram ‘para si’ o que se apresentava como outro (Pompa, 2001, p. 17).

No segmento analítico que compreende o discurso religioso como braço poderoso do colonialismo, tônica recorrente em *O abraço da Serpente*, é coerente destacar que, durante o contato entre indígenas e religiosos europeus, o termo “religião” se constituiu como código normativo de comunicação prioritário na procura pela reconstrução do “outro”, mostrando-se capaz de conceituar e ressignificar diferentes elaborações culturais graças ao caráter universalizante de sua abordagem. Há de se levar em consideração que o ininterrupto processo de redirecionamento da alteridade dos povos nativos das Américas, efetivado pelos missionários, foi de uma enorme e incisiva complexidade, sedimentando a necessidade de que estes atores sociais efetuassem, por meio do uso do discurso como uma tecnologia simbólica de dominação, um “[...] trabalho contínuo de desconstrução e reconstrução dos códigos comunicativos” (Gasbarro *apud* Montero, 2006, p. 74–77).

Desta perspectiva, é possível observar na película em análise que o emprego do discurso para fins de dominação colonialista atuou de forma decisiva no âmbito das crenças dos povos originários. É o que se pode extrair da cena em que crianças são submetidas a um processo de doutrinação católica para que assimilem por completo o cristianismo até que não sobre mais nenhum traço de crença, modo de viver, conhecimento ou qualquer lembrança da cultura de seus antepassados que, no filme, foram vítimas da guerra da borracha, deixando essas crianças órfãs. Por outro lado, o filme mostra um ato de resistência de Karamakate ao ensiná-las a usar uma planta como unguento, simbolizando que a cura está muito mais na natureza que nas rezas e cantos aos quais são submetidas à repetição diária na língua espanhola, já que o idioma tukano é proibido, na missão. Contrariando as proibições, Karamakate opta por falar com elas no idioma indígena, recitando a lenda que há por traz daquele preparo.

A subalternização decorrente desse processo, especialmente no que diz respeito à demolição das fronteiras do sagrado ameríndio, tornou-se mais profunda, estabelecendo seus componentes cosmológicos como instrumentos de apoio para a prática missionária jesuítica. Sua contínua ação evangelizadora funcionava como um suplemento para desvendar uma teia de significações, em um processo permanente de ajuste das realidades encontradas nas Américas.

Catequização e relações de poder: apagamento espiritual de um povo

O filme apresenta-se como uma obra cinematográfica que, entre vários outros elementos nele contidos, aborda o papel da influência religiosa como elemento significativo presente em dois marcos temporais pelos quais o enredo vai se construindo. Nesse espectro, como objeto de análise epistemológica, *O Abraço da Serpente* deve ser contemplado e interpretado levando em consideração seus diversos níveis de profundidade nos quais, de forma gradual e minuciosa, trata da aniquilação da ancestralidade dos povos originários da Amazônia, por meio do banimento dos traços culturais residentes em suas crenças.

Em seus planos mais aparentes, se encontram os que compreendem o enredo, que nada mais é do que a trama que se desenvolve a partir dele, como também a elaboração da participação, primária ou secundária, de suas personagens na história. Em outra instância, estão seus âmbitos mais espessos, profundos e que exigem uma atenção mais pontual devido à densidade que portam, como as construções alegóricas ou arquetípicas contidas em locais menos óbvios de seu enredo.

Nesse contexto, a análise discursiva geralmente é associada a textos escritos, já que esse método é comumente usado para este fim. Porém, destaca Orlandi que ela se encontra “presente em toda e qualquer manifestação da linguagem” (Orlandi, 1996, p. 9). A partir dessa conjectura, é possível deslocá-la para o texto fílmico em busca da “materialidade do gesto de interpretação e dos sentidos ideológicos da linguagem” (Orlandi, 1996, p. 52). A autora enfatiza, ainda, que a vida está imersa em significações e gestos interpretativos diários, mesmo que esses não sejam percebidos conscientemente, ligando a interpretação à atribuição e compreensão de significados simbólicos. Interpretar é um ato que tem relação direta entre o que é dito, o que não é dito e o que está na exterioridade desse universo. Portanto, no processo de significação entre sujeito e objeto, interpretar atua como mecanismo ideológico. Martins de Souza, nesse âmbito, enfatiza que:

[...] o processo discursivo se desenvolve na história e tem sua materialidade assegurada pela língua, para além dela mesma. Essa estrutura que se repete, que reaparece, que se oculta e traveste, pode ser observada não só na materialidade textual verbal de diferentes discursos, mas também em todas as manifestações simbólicas de uma sociedade, assegurando a política identitária desigual (Martins de Souza, 2005, p. 1).

Partindo da ampliação que desloca as discursividades para além dos textos escritos, o texto fílmico se insere como linguagem passível de ser lido, interpretado, decodificado, no intuito de extrair dele a estrutura material do gesto interpretativo. Para isso, deve-se observar os efeitos de sentido que constitui o *corpus* da análise, através das suas representações, narrativas, diálogos, posições de sujeitos, imagens, trilhas sonoras, condições de produção, e outros elementos visíveis ou não visíveis. Além disso, podemos observar ainda “os sentidos ideológicos da linguagem” (Orlandi, 1996, p. 52), manifestados nas representações que permeiam e se manifestam em sua narrativa.

Na perspectiva do filme em questão, é constatável que a obra se passa entre duas temporalidades: 1909 e 1940. Em ambas, temos o jovem e o velho xamã Karamakate, último sobrevivente de seu povo, que foi exterminado. Observando a construção do personagem, nos dois recortes temporais, o efeito de sentido nos faz perceber que há uma intencionalidade que o mantém distante de todos: a preservação da sua conexão ancestral com a natureza, a recusa a qualquer possibilidade de interferência no seu espaço cosmológico e a rejeição de contato com “o branco”, responsável pelo extermínio de seu povo. Fato este que justifica o seu isolamento.

São inúmeras camadas presentes que podem ser plenamente analisadas, porém, uma das mais significantes é a que trata dos elementos religiosos. Como efeito de interpretação ideológica é possível identificar, nos dois períodos da narrativa, a materialidade da aniquilação de conhecimentos e crenças ancestrais de povos originários, amparada no discurso cristão-judaico de salvação da alma pela catequização. Toda essa engrenagem faz parte da máquina colonial, que se instalou em terras *Abya Yala*², vocábulo que, apesar de ser uma escolha consensual entre vários povos originários amazônico como termo de contraposição à “América”, não efetua exatamente uma substituição a essa nomenclatura, sob a perspectiva dos estudos decoloniais.

No filme, Karamakate parte em busca de uma planta com propriedades medicinais. É ela que o alemão Theo busca como último recurso para a cura de sua doença, que a trama não explicita. Para Karamakate, a *yakruna* é uma planta sagrada que não deve ser cultivada, mas sim procurada na floresta. Ela está associada à sabedoria ancestral e à cura de doenças, além de permitir o acesso ao mundo espiritual.

Nessa busca, Karamakate jovem, Theo e Manduka chegam a uma missão religiosa onde crianças órfãs são doutrinadas pelo frei Gaspar. A narrativa não deixa clara se todas pertencem as mesmas etnias. O roteiro original do filme (Guerra;

Toulemonde, 2016) previa uma cena inicial onde um mapa do Século XIX, mostrava as fronteiras separando países como Brasil, Colômbia, Equador, Venezuela e Peru. Aos poucos, essas fronteiras iam sumindo e sendo substituídas por territórios com novos nomes, entre eles: Tukano, Makú, Uitoto, Saporá, Waiyamará, Purukotó, Alekuna, Siona, Barasana, Wapishana, Carapaná, entre outros.

Este contraponto é importante para não se cair na armadilha de generalizar os processos pelos quais vários povos passaram ao longo de suas histórias, invisibilizando suas especificidades, como se todos formassem um único grupo. Guerra, ao escolher deixar de fora essa cena inicial, acaba reproduzindo essa visão colonialista e reducionista. Portanto, é essencial adotar a perspectiva de ampliação de um olhar sobre as várias etnias, conscientizando-se de que todas têm ou tiveram experiências diversas, modos de vida, de crença, de idiomas, de organização social e cultural, distintas umas das outras.

Missões religiosas e messiânicas no contexto colonizador

Como obra cinematográfica cuja narrativa está centrada na interligação da descrição das explorações antropológicas da Amazônia Brasileira e a crítica pontual aos processos eurocêntricos de colonização da região, o filme *O Abraço da Serpente* (2015), propicia uma experiência reveladora, catártica, no que tange à análise da violência, real ou simbólica, contida nas estruturas colonialistas que sedimentaram a formação geopolítica e antropológica da América do Sul. Composta por duas partes, como já mencionado anteriormente, a película está dividida da seguinte forma: no primeiro momento, fornece uma perspectiva pontual da interação entre exploradores e os povos originários dos territórios retratados. No segundo, a estrutura narrativa ilustra, de modo sombrio, um ponto de vista crítico acerca do impacto das missões religiosas sobre a formação (ou reformulação) identitária dos indígenas, que ocasiona a constatação de uma realidade desesperadora, pautada na brutalidade de uma realidade com consequências inevitavelmente devastadoras.

Todas as ordens religiosas que vieram ao continente americano, em diversos períodos, tinham como objetivo primordial submeter a população indígena a um rigoroso controle social, usando desde estratégias como as reduções e aldeamentos a métodos de castigos físicos. Outro ponto em que essas missões convergiam era a imposição de comportamentos, cultura, idioma e, principalmente a fé, eurocêntricos. Porém, importante pontuar que as “missões” as quais este artigo se debruça, refere-se ao

modelo histórico de ocupação missionária ocorrida em Putumayo, Caquetá e Vaupés, entre o final do Século XIX e início do Século XX, já que as mesmas coincidem com, em termos temporais, com a missão que Guerra representa no filme.

No cenário sócio-histórico figurado na obra de Guerra, sob o prisma da contemplação decolonial, a presença das missões religiosas europeias na Amazônia é ilustrada como um instrumento de imposição cultural e apagamento identitário dos povos originários, simbolizando simultaneamente o choque entre epistemologias coloniais e saberes indígenas. Como destaca Grosfoguel (2008), o projeto colonial esteve intrinsecamente vinculado ao entrelaçamento de poder, saber e ser, operando por meio de instituições que produziram hierarquias raciais e epistemológicas. A ação das missões, nesse sentido, evidencia o caráter violento de uma “colonialidade do poder” que, segundo o autor (2008, p. 126), “se reproduz para além das estruturas econômicas, infiltrando-se na cultura, na religião e no conhecimento”. Tal processo, retratado no filme, remete ao que Mignolo descreve como a necessidade de pensar a modernidade-colonialidade em termos de resistências epistêmicas, bem como de alternativas pluriversais:

A colonialidade não é um resíduo do passado, mas uma lógica constitutiva da modernidade que continua operando através de dispositivos de poder e de conhecimento. As missões religiosas, ao longo da história, foram instrumentos centrais dessa lógica, pois, sob o manto da evangelização, promoveram a subordinação das cosmologias locais. Pensar decolonialmente significa, portanto, desvelar esses mecanismos e abrir espaço para outras formas de vida e de saber, negadas pela retórica da salvação (Mignolo, 2005, p. 34).

Estudos sobre o tema mostram que a consolidação dos padres capuchinhos em Putumayo e Caquetá se deu durante o período em que se desenrola o enredo do filme. Essas missões criaram colégios, orfanato e internatos voltados para a catequização dos povos indígenas, tendo como justificativa a “civilização” comportamental e salvacionismo de suas almas. Sobre isso, Kuan Bahamón (2020) faz um contraponto ao mostrar que as missões capuchinhas em Putumayo não eram apenas pastorais, mas um projeto político-econômico e que essa mudança de postura dos capuchinhos aconteceu depois do Convênio de Missões de 1902 e a perda do Panamá em 1903. Afirma Kuan Bahamón (2020, p. 22):

Num primeiro momento, os capuchinhos se dedicaram a formas tradicionais de evangelização [...]. Entretanto, a perda do Panamá fez com que as missões no Putumayo fossem encarregadas de tarefas de colonização, do agrupamento dos grupos indígenas e da formação de mão de obra indígena. Tais estratégias estavam relacionadas ao

controle territorial, que em muitas ocasiões foi denunciado pelos próprios indígenas junto ao governo central (tradução nossa).³

Já em Vaupés, conforme mostra Cabrera Becerra (2002), a missão capuchinha teve um caráter governamental, alinhando poder político e métodos de catequeses para enquadrar povos resistentes às frentes de trabalho na extração do látex, dentre outras formas de subalternização, especialmente em territórios de fronteira onde a presença do governo era frágil. Nesse contexto, a catequese e a administração colonial se entrelaçavam, formando um mecanismo único de controle social sobre as populações indígenas.

Não há, porém, documentação clara de que uma missão estruturada tenha existido em La Chorrera, local onde se desenrolam as cenas da missão onde crianças indígenas são doutrinadas pelo frade capuchino. O que se pode supor é que *Ciro Guerra*, ao situar ali a missão do filme, cria uma síntese simbólica que condensa em um só espaço o que historicamente ocorreu em distintas regiões: a sobreposição entre exploração econômica e disciplinamento religioso.

O recorte temporal apresenta não apenas um *Karamakate* afastado de qualquer discurso que possa atravessar suas crenças e modo de viver, e que se vê diante do perigo iminente do contato com exploradores. O enredo explora de maneira sublime e, ao mesmo tempo perturbadora, a violência simbólica inerente ao processo de colonização. Esse consiste em um braço da dominação europeia que pôs em prática o apagamento de quaisquer traços culturais e de crenças, que ousassem subverter a ordem colonial de dominação de corpos e mentes.

Em dado momento do filme, é delineado um quadro que concretiza, imageticamente, a chegada das missões religiosas à região. A figura de um missionário que, em sua acalorada procura por conversões, desencadeia uma série de processos de pulverização cultural, propicia ao espectador fortes traços de fanatismo e loucura que serviram de alicerce para o uso da religiosidade europeia como mecanismo de poder, subalternização e apagamento da real figuração psicossocial dos povos originários amazônicos. Conduzindo um grupo de indígenas de forma messiânica, através de uma paisagem quase umbralina, o líder religioso os leva, também, a um processo de degradação moral e decadência física. A sequência de fatos mostra-se, a partir daí, intensa e carregada de um feroz tom de reprovação aos danos destrutivos ocasionados pela catequização forçada à qual foi submetida, a espiritualidade indígena.

No filme, a cena que se passa na Missão de Santo Antônio de Pádua, em Vaupés, é perturbadora. *Karamakate* deixa claro que conhece aquele lugar, o que nos leva a

identificar, na sua silenciosa introspecção, que ele já havia passado por lá e que suas lembranças não eram agradáveis. A missão é comandada por um missionário idoso de nome Gaspar. Nela, crianças órfãs de pais indígenas vítimas da exploração predatória e violenta da borracha, passam por um processo apagamento cultural e doutrinação religiosa cristã, onde os castigos físicos são recorrentes.

Como forma de subverter o processo de doutrinação e visando deixar lembranças de um conhecimento que está prestes a se perder, Karamakate, aproveitando-se de um descuido do missionário, surpreende as crianças ao ensiná-las como usar plantas nativas para produzir unguento capaz de curar inúmeras doenças. Nessa cena, uma das crianças, mostrando-se totalmente assimilada, não se junta ao grupo. Seu silêncio é ensurdecedor, assim como os gritos dos meninos que são chicoteados pelo missionário, que toma conhecimento, através da delação do garoto doutrinado, de que eles tiveram interesse em aprender os ensinamentos dos seus antepassados. No filme, até o idioma nativo é suplantado pelo espanhol e pelo latim.

A violência epistêmica inerente ao projeto colonial, teorizada por Quijano (2005b), ganha materialidade visual na perturbadora cena da Missão de Santo Antônio de Pádua. Nesta cena, crianças indígenas órfãs são açoitadas por Gaspar, ao serem delatadas por um de seus pares, já assimilado, por demonstrarem interesse pelo conhecimento ancestral. O ensino do uso medicinal de plantas por Karamakate, em sua língua nativa, é um ato de resistência que contrasta brutalmente com a imposição do espanhol e do latim, ilustrando o ‘apagamento identitário’ discutido por Martins de Souza (2005), no qual a língua opera como instrumento primordial de dominação.

Essa cena, bem como a que mostra a missão 40 anos depois, comandada por um messias louco, é emblemática e nos remete àquilo que Quijano (2005b) chamou de “violência epistêmica”, na qual o conhecimento e as crenças indígenas são sistematicamente deslegitimados e substituídos por uma visão de mundo eurocêntrica e cristã. A figura do missionário, com seu discurso salvacionista e suas práticas coercitivas, reflete a materialidade do discurso colonial, que, como aponta Pêcheux (1997), não se limita ao verbal, mas se manifesta em práticas sociais e simbólicas que visam o controle dos corpos e das mentes. A cena em que ele obriga as crianças indígenas a recitarem orações em latim, enquanto suas línguas maternas são silenciadas, ilustra o processo de “apagamento identitário” discutido por Martins de Souza (2005), no qual a língua e a cultura são instrumentos de dominação e subalternização.

A representação do “messias louco” também pode ser analisada à luz da teoria de Orlandi (2009) sobre os efeitos de sentido e a interpelação ideológica. O missionário,

em sua loucura fanática, não é apenas um agente individual, mas um sujeito atravessado por uma formação discursiva que legitima a violência em nome da fé. Suas ações, embora aparentemente irracionais, são coerentes com a lógica colonial que busca impor uma ordem simbólica e material sobre os povos colonizados.

A cena em que ele destrói os objetos sagrados dos indígenas, alegando que são “obra do demônio”, é uma metáfora visual poderosa do processo de “destruição do sagrado” discutido por Gasbarro (2006). Essa destruição não é apenas física, mas simbólica, pois visa apagar as referências culturais e espirituais que sustentam a identidade dos povos originários. Ao mesmo tempo, a resistência silenciosa dos indígenas, que continuam a praticar seus rituais em segredo, reflete a persistência de uma memória ancestral que desafia a hegemonia do discurso colonial. Essa tensão entre imposição e resistência, visível e invisível, é central para compreender as camadas discursivas do filme e suas implicações para uma análise decolonial.

Metaforicamente, *O Abraço da Serpente* constitui-se em uma crítica pungente ao processo de catequização e às consequências das missões religiosas sobre a cultura e espiritualidade indígena. Por meio de uma narrativa visualmente impactante e emocionalmente densa, o filme avalia os propósitos e resultados da imposição de uma fé estrangeira sobre um povo com tradições, valores e traços socioculturais próprios. Em sua sistematização de modelo de mundo, a colonialidade europeia estabeleceu um modelo universalizado de organização sócio-histórica, de forma a substituir e estruturar um novo organograma coletivo por meio do apagamento de práticas religiosas, médicas, científicas e tecnológicas, bem como do trabalho e outras questões essenciais como a política, a educação, a cultura e a relações ambientais.

O colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (Santos; Meneses, 2010, p. 7).

Dentre as inúmeras práticas de subjugação e violência efetuadas pela colonização europeia, em terras denominadas pelos invasores de “americanas”, a da catequização forçada, praticada por missionários católicos, representou uma das mais impactantes e cruéis. Seu campo de ação não se limitou a uma simples conversão religiosa. Significando largamente a instalação de um sistemático aparelho de desmantelamento cosmológico, cultural e de crenças ancestrais, amparado por um discurso salvacionista e civilizatório. Paiva (2006, p. 31), em seus estudos sobre a

catequese imposta por missionários aos nativos, afirma que “a conversão pela sujeição foi a fórmula prática que traduziu a Fé e o Império em terras brasileiras”.

Sob esse prisma, é válida a constatação de que, além de ser um dos aparelhos ideológicos do Estado que fomentam a máquina colonial, a evangelização de povos que tinham costumes e crenças não-cristãs inseriu-se na chamada doutrina *Orbis Christianus*, ou Mundo Cristão. Essa doutrina tinha como premissa a expansão do Cristianismo. A chegada dos europeus ao “Novo Mundo” e a aliança que entrelaçava interesses mercantis e evangelizadores lançou mão de ferramentas de controle sobre corpos e mentes dos nativos que aqui viviam. Como aponta Paiva (2006, p. 26) “[...] a colonização do Brasil foi pensada e realizada em função da produção, para o enriquecimento da Coroa e do estamento mercantil dominante”. Acerca do modelo colonialista de exploração dos países do sul global e que, posteriormente, dariam origem ao capitalismo surgido e mundialmente efetuado pelo Hemisfério Norte, Lugones destaca:

Os elementos que constituem o modo de poder global, eurocêntrico e capitalista não se separam e nenhum deles é anterior aos processos que constituem os seus padrões. Na verdade, a representação mítica desses elementos enquanto metafisicamente anteriores, é um aspecto importante do modelo cognitivo do capitalismo global e eurocêntrico (Lugones, 2007, p. 190).

Como registro histórico primário, o primeiro documento oficial produzido logo na chegada dos portugueses às terras que seria denominada de Brasil é a Carta que Pero Vaz de Caminha escreveu ao rei. Nela, o escriba português relata: “o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. Esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar”. Esse trecho, bem como os anteriores e posteriores, é carregado de um discurso etnocentrista, quando descreve os povos primeiros dessa terra como necessitados de cultura, religião e civilidade. Por trás do benevolente motivo salvacionista, dava-se o primeiro passo rumo a expropriação territorial, das almas, dos costumes e crenças, das gentes que aqui habitavam.

Recorrendo à Paiva (2006), é preciso atentar para o fato de que a efetivação dos processos de violência real e/ou simbólica que compuseram o apagamento identitário dos povos originários do Hemisfério Sul do Globo, não permitia que houvesse espaço para a negação do sagrado. A natureza toda era sagrada. Havia que se restaurá-la, das entidades iconográficas aos cultos elementares. A catequização forçada, do decorrer da linha histórica da reorganização sociocultural sul-americana, configura-se como uma eficiente tecnologia de subalternização onde a Igreja Católica Apostólica Romana, que

atua conquistando a terra, as gentes, plantando a cruz e batizando os índios, fazendo-os cristãos. Contudo, implicava, também, a aniquilação das culturas indígenas, exigindo a aceitação passiva dos costumes e crenças europeias.

Os missionários buscavam impor a ordem social e religiosa da Europa, partindo da proposição de que a fé cristã era a única verdade. Assim, os nativos que não se submetessem seriam escravizados ou punidos, conforme a doutrina de “guerra justa”, que legitimava a escravização sob a justificativa de que aqueles que resistissem à fé eram infiéis e, portanto, dignos de castigo. Em nível de impacto sobre a identidade e ancestralidade dos povos originários submetidos aos aparelhos colonialistas de subalternização de sua subjetividade, Frantz Fanon, refletindo sobre o caráter hediondo e irreparável das consequências psíquicas e sociais da imposição do modelo religioso eurocêntrico aos povos dos continentes africano e americano, concluiu que:

[...] invocando a humanidade, o sentimento de dignidade, o amor e a caridade, seria fácil provar ou obter o reconhecimento de que o negro e o indígena são equiparáveis ao branco. Mas nosso objetivo é bem diverso: o que queremos é ajudar o negro e o indígena a se libertarem do arsenal complexual que brotou do seio da situação colonial (Fanon, 2020, p. 45).

Dando um salto no tempo até os dias atuais, é importante destacar o relato do antropólogo Dr. João Paulo Lima Barreto, primeiro indígena a defender uma tese de doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas. Ativista e pertencente ao povo Ye’pamahsã, Dr. João Paulo, que é professor da UFAM, em entrevista à jornalista Kátia Brasil (2023), faz um relato contundente sobre a opressão cultural pela qual o seu povo passou sob a colonização católica, que ameaçou desestruturar as instituições tradicionais de seu povo. Na entrevista, que virou um documentário, ele afirma que: “começaram a colocar a língua portuguesa como modelo de vida social, modelo de vida civilizada, modelo de vida intelectual. Eu nasci nesse período. Eu sou fruto dessa imposição cultural” (Brasil, 2023). Nesse contexto, o pensamento de Achille Mbembe parece convergir com essa demanda, afirmando que:

[...] o principal desafio que nossa época enfrenta é o da refundação do pensamento crítico, ou seja, um pensamento que pense seu possível fora de si mesmo, consciente dos limites de sua singularidade, no circuito que nos liga a um lugar (Mbembe, 2019, p. 245).

Mesmo que essa premissa pareça redundante, é sempre válido lembrar que, para que seja feito em retrato do colonialismo, literário, imagético ou midiático, toda e qualquer colonização, seja territorial ou ideológica, traz em seu bojo a violenta imposição de uma cultura sobre a outra. Nessa seara, Bosi (1992) destaca que a

colonização empreendida no Brasil não se limitou ao domínio territorial, mas também implicou uma colonização espiritual e cultural. Amparados pelo discurso evangelizante e “civilizatório”, os colonizadores destruíram saberes e práticas ancestrais, impondo uma ordem cristã e mercantil. Sobre isso, Michel de Montaigne (1996, p. 4), em seu ensaio “Dos Canibais”, já desafiava, em pleno século XVI, a ideologia colonial europeia que acreditava ser primitivo e bárbaro os costumes, as crenças, a cosmovisão e a cultura dos povos nativos que habitavam os territórios invadidos durante a expansão marítima. Desafiando o pensamento hegemônico da época, Montaigne argumentava que a verdadeira barbárie reside nas crueldades e hipocrisias das sociedades ditas civilizadas.

Essa dialética entre opressor e oprimido reflete-se na resistência indígena, que, ainda que violentamente sufocada, deixa marcas de insubordinação e persistência cultural, configurando a colonização não como um processo homogêneo, mas como um conflito de forças em constante tensão. Para Orlandi (2008, p. 11) “a colonização tem muitas formas, entre elas as que não são categorizadas sob a rubrica ‘colonização’”.

Ainda sobre a questão, a autora preconiza que a colonização não se limita apenas ao processo histórico tradicionalmente entendido como a ocupação e exploração de territórios. O conceito é mais amplo e apresenta nuances e camadas que, em muitos casos, deslocam fenômenos da esfera colonial, por não estarem atrelados a relações de poderes coercitivos entre colonizador e colonizado. É o caso de outros tipos de imposição ou dominação cultural, ideológica e discursiva que, embora não sejam formalmente chamadas de colonização, têm efeitos semelhantes e devem ser reconduzidos para o cerne das análises decoloniais.

Cinema, cultura e identidade: horizontes decoloniais.

Quando se verifica as representações ideológicas presentes na tensão entre missionários e indígenas, em *O Abraço da Serpente*, a materialidade discursiva religiosa apresenta-se na imposição de crenças e práticas ritualísticas de matriz europeia sobre os indígenas, ao mesmo tempo em que a resistência se faz presente, fortalecida pela cosmologia ancestral que se impõe diante da hegemonia da fé cristã e da imposição cultural e exterioridades ligadas à história do colonialismo. Nesse jogo entre o visível e o não-visível, o dito e o não-dito, as questões entre apagamento cultural, assimilações, luta simbólica pela preservação da memória ancestral, a hegemonia de uma crença tornando a outra subalterna, refletem uma narrativa permeada por questões históricas,

culturais e de poder, onde a memória do dizer articula os sentidos de resistência e imposição.

Essa conjectura induz à concepção de que, na investigação do discurso em torno de processos de dominação e colonialismo, a materialidade discursiva é atravessada por uma memória do dizer, ou seja, por um interdiscurso, ou como postula Pêcheux (1967, p. 151), ela atinge o “nível de existência sócio-histórica” onde os enunciados não surgem "do nada", mas são resultado da realidade material com a qual interagimos. Ou seja, os discursos mudam dependendo da formação discursiva, da posição ideológica e do contexto em que os sujeitos se encontram. Soma-se a esses aspectos, as condições de produção das quais emergem as discursividades.

Por esse motivo, a escolha do filme *O Abraço da Serpente*, como ponto focal de análise discursiva, mostra-se totalmente adequado à observação de um compêndio midiático pelo viés decolonial. A obra porta, em seu enredo, questões relevantes que suscitam discussões em torno dos discursos com temas religiosos e coloniais como tecnologias de subalternização e apagamento identitário dos povos originários. Entre eles, o encontro conflituoso entre indígenas e estrangeiros e a cosmologia dos povos originários, sendo suplantados religiões judaico-cristãs, além de pontos nevrálgicos como as representações de resistências e assimilações, que fazem parte da narrativa do filme em questão e que podem ser usados para que se reflita sobre os reflexos destes na sociedade pós-colonial contemporânea.

Referências

BAHAMÓN, M. K. Nuevas estrategias misioneras en Putumayo: la fundación de Puerto Asís y el orfelinato indígena (1912-1920). *Anuario De Historia Regional Y De Las Fronteras*, v.25(2), p. 17-45, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18273/revanu.v25n2-2020001>. Acesso em: 29 set. 2025.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL, Kátia. Ciência na Amazônia – “Yupuri”: João Paulo Barreto. *Amazônia Real*, 25 ago. 2023. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/yupuri-joao-paulo-barreto/>. Acesso em: 5 jan. 2025.

CABRERA BECERRA, Gabriel. *La Iglesia en la frontera: misiones católicas en el Vaupés 1850-1950*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.

CASSETTI, F.; DI CHIO, F. *Cómo analizar un film*. Barcelona: Paidós, 1991.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Sebastião Nascimento e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

FERRO, M. Filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). *História: novos objetos*. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

GASBARRO, Nicola. Missões: a civilização cristã em ação. In: MONTERO, Paula (Org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006.

GROSFOGUEL, Ramón. La descolonización de la economía política y los estudios poscoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *Tabula Rasa*, n. 8, p. 123-145, 2008.

GUERRA, Ciro. *El Abrazo De La Serpiente*. Colômbia: Ciudad Lunar, 2015. Disponível em: <https://www.primevideo.com/-/pt/detail/O-ABRA%C3%87O-DA-SERPENTE/0M8EKW3OOY8867OW3MI54G41M5>. Acesso em: 10 jun. 2024.

GUERRA, Ciro; TOULEMONDE, Jacques. El abrazo de la serpiente: guion de rodaje / roteiro de filmagem. Cidade do México: Cinema23, 2016. (Los Cuadernos de Cinema23; Guiones/Roteiros, n. 6).

KARNAL, Leandro. As crônicas ao sul do Equador. *Ideias*, Campinas, ano 13, v. 1, n. 2, p. 11-24, 2006.

LISBOA, Armando de Melo. De América a Abya Yala: semiótica da descolonização. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 23, n. 53/2, p. 501-531, maio/ago, 2014.

LUGONES, María. Heterosexualism and the colonial/modern gender system. *Hypatia*, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.

MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos. O norte apagado: algumas formas de materialização discursiva do silenciamento do indígena e do caboclo da Amazônia brasileira. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO – II SEAD, 2005, Porto Alegre. *Anais Eletrônicos*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/>. Acesso em: 05 jan. 2025.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada*. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2019.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina*. Malden: Blackwell Publishing, 2005.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaaios*. v. 1 e 2. Coleção: Os Pensadores. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Ed. 8. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Ed. 3. Campinas, SP: Pontes, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. 156 p.

PAIVA, José Maria de. *Colonização e catequese*. São Paulo: Arké, 2006.

POMPA, Maria Cristina. *Religião como tradução: missionários, “Tupi” e “Tapuia” no Brasil colonial*. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PÊCHEUX, Michel (Thomas Herbert). *Observações para uma teoria geral das ideologias*. São Paulo: Editora Unicamp, 1967.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, 2005(b).

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2009.

Artigo recebido em 15/03/2025

Artigo aprovado para publicação em 25/09/2025

Editor(a) responsável: Amanda Guimarães Silva

¹ No filme, a personagem se chama Theodor Von Martius, em alusão ao médico e etnobotânico alemão Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868), conhecido por criar taxonomias hierárquicas que classificavam povos indígenas como inferiores aos europeus, refletindo visões etnocêntricas e colonialistas típicas do pensamento científico europeu do século XIX.

² O termo significa “terra fértil”, “terra madura”, na língua Kuna e foi escolhido em comum acordo por povos originários para contrapor o nome do continente “América”, em oposição ao colonialismo. (LISBOA, Armando de Melo. *De América a Abya Yala: semiótica da descolonização*. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 23, n. 53/2, p. 501-531, maio/ago.; 2014).

³ Do original: en un primer momento, los capuchinos se dedicaron a formas tradicionales de evangelización [...]. Sin embargo, la pérdida de Panamá hizo que las misiones en el Putumayo fueran encargadas de tareas de colonización, del agrupamiento de los grupos indígenas y de la formación de mano de obra indígena. Tales estrategias estaban relacionadas con el control territorial, que en muchas ocasiones fue denunciado por los propios indígenas ante el gobierno central.

MUNDOS IMAGINADOS NA ÉPOCA MEDIEVAL: A “Cartografia do Sobrenatural” a partir de A Divina Comédia e da La Voragine dell’Inferno

WORLD IMAGINED IN THE MIDDLE AGES: The “Cartography of the Supernatural” from The Divine Comedy and La Voragine Dell’Inferno

Marcus Vinicius Reis¹

Resumo: Este artigo analisa a construção de uma cartografia do sobrenatural na transição do Medievo à Modernidade, a partir de A Divina Comédia, de Dante Alighieri, e do mapa La Voragine dell’Inferno, de Sandro Botticelli. Com base na História Cultural, investiga-se como texto e imagem representam o Inferno, articulando códigos simbólicos e religiosos. Argumenta-se que tais produções expressam um mapeamento moral e espiritual, no qual o visível e o invisível se entrelaçam, revelando uma geografia sagrada marcada pela contrariedade e pelo medo. O trabalho propõe que essas obras funcionam como instrumentos para compreender imaginários sociais e crenças no espaço da longa duração.

Palavras-chave: Medievo, Cartografia do Sobrenatural, Inferno.

Abstract: This article analyzes the construction of a cartography of the supernatural at the transition from the Middle Ages to Modernity, examining *The Divine Comedy* by Dante Alighieri and the map *La Voragine dell’Inferno* by Sandro Botticelli. Drawing on Cultural History, it investigates how text and image represent Hell by articulating symbolic and religious codes. The paper argues that these works constitute a moral and spiritual mapping in which the visible and the invisible intertwine, revealing a sacred geography marked by contradiction and fear. Finally, it proposes that these works function as instruments to understand social imaginaries and beliefs within the *longue durée*.

Keywords: Middle Ages, Cartography of the Supernatural, Hell.

Introdução

Lucien Febvre já havia chamado atenção dos historiadores para a caracterização do século XVI como uma época marcada pela forte presença religiosa que, no entender do autor, se tornou inseparável das vivências humanas naquele período. Nas suas palavras, “no século XVI, apenas a religião coloria o Universo”, tornando-se base fundamental para a sua afirmação referente à noção de ateísmo existente à época: “Ateu: a palavra surtia efeito na metade do século XVI. Não tinha um sentido estritamente definido. Era empregada no sentido que bem se lhe queria dar” (Febvre, 2009, p. 131). Febvre também afirmou que, caracterizar esta época, é ter mente a existência de uma temporalidade marcadamente construída pela vida religiosa e, principalmente, pelas distintas nuances que sustentaram essa vida em meio às mais altas

¹ Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: marcus.reis@unifesspa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5972-1289>.

classes letradas e, também, entre os indivíduos que, dos mais variados modos, expressaram as suas religiosidades (Febvre, 1949, p. 15). Paralelamente, busca-se destacar a importância que esse século assumiu nos rumos trilhados pela Igreja Católica enquanto instituição, sobretudo por ter sido marcado por dois grandes movimentos que atravessaram suas décadas: a Reforma Protestante e, em seguida, a Reforma Católica.

Ainda que sejam consideradas as ressalvas apontadas por Carlo Ginzburg (1987, p. 24-25) a respeito das análises por vezes “homogeneizantes” de Febvre, não significa negar que este período e, ainda mais, as temporalidades anteriores, possibilitaram a construção de um espaço propício para uma multiplicidade de representações construídas a partir da relação entre os mundos natural e sobrenatural, incluindo aí uma longa tradição textual em torno dessa interação. E é nesse espaço de produção profícua referente à relação citada que o presente trabalho está inserido, mais precisamente no interesse em analisar *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri, datada do século XIV, e a *La Voragine dell'Inferno*, de Sandro Boticelli, confeccionada em finais do século seguinte. Ambas as obras, embora distintas em linguagem e suporte, compartilham da intenção de representar o Inferno cristão em seus aspectos morais, teológicos e visuais. Partindo da premissa de existência de uma geografia do sobrenatural definida nessa época, que responde a códigos simbólicos compartilhados entre autor e público, a análise pretende dialogar com autores como Stuart Clark (2006), Jean Delumeau (1989) e Maria Eurydice Ribeiro (2002), para os quais o medo, o dualismo e a contrariedade constituíram elementos centrais da cultura Ocidental entre os séculos XIII e XVI.

Stuart Clark (2006, p. 45) foi taxativo ao afirmar que “crença e dúvida nunca foram alternativas simples ou compartimentos fixos e separados de pensamentos”. Adaptando essa afirmação ao presente trabalho, defende-se, assim, que as análises no âmbito da historiografia voltadas para a produção cartográfica devem ultrapassar uma visão que a circunscreva em torno da produção material de mapas. Por isso, destaca-se o interesse em articular duas obras que, *a priori*, assumem características distintas. Em outras palavras, essa assertiva pode ser justificada na medida em que o imaginário de dada sociedade pode transitar entre os mundos aqui citados sem a necessidade de o pesquisador estabelecer fronteiras visíveis que os separassem, uma vez que várias representações voltadas a essa interação foram construídas entre o medievo e a modernidade. Dentre elas, defende-se a existência de uma “cartografia do sobrenatural” produzida a partir dessas interações. Nesse sentido, mesmo voltando-se para a produção de mapas-múndi no contexto medieval, a argumentação de Maria Euridyce Ribeiro (2002, p. 20) permanece válida por trazer consigo o entendimento acerca das narrativas

construídas em torno dos mapas nesse período, pois elas ignoravam o “tempo, razão pela qual personagens e cenas de épocas distantes se [misturavam]”, no qual “[...] sagrado e profano [eram], assim, representados como parte de uma mesma realidade, sem que [houvesse] fronteira entre a vida e a morte”. Enfim:

Tal forma de representar o mundo revela que, para os medievais, ele não formava um todo harmonioso, como na antiguidade. Na Idade Média, o mundo é dualista. *Mundus* é a humanidade, que perdeu a beleza porque está ligada ao pecado original e deverá ser submetida ao julgamento de Deus. No universo figurado, tudo encontra o seu lugar, o seu papel, a sua categoria, e todas as criaturas, inclusive as que personificam o mal, como os demônios e os infiéis, possuíam a sua representação (Ribeiro, 2002, p. 21).

A obra de Dante Alighieri deverá ser entendida, portanto, sob alguns pressupostos essenciais para sua compreensão dentro do escopo deste trabalho. Primeiramente, é necessário compreendê-la e analisá-la como representação, ou seja, como uma construção que buscou dialogar com os mundos natural e sobrenatural, revelando todo um mapa, em forma textual, do Inferno ao Paraíso, quase como um guia aos fiéis — e, por que não, infiéis. Nesse sentido, ancorando-se aos pressupostos de Júnia Furtado (2012, p. 22), as análises seguintes pretendem discutir como “o mundo se tornou um mundo marcado por códigos de representações — símbolos a serem decifrados pelos historiadores do social e da cultura”, em que não somente as reproduções dos mapas em sua forma gráfica estão inseridas nessa problemática, mas, também, os códigos cartográficos construídos no trânsito entre imaginários e sociedades, como no caso de *A Divina Comédia*. Em outras palavras — e, nesse caso, adaptando a assertiva da autora para o contexto de produção da obra de Dante Alighieri como exemplo de “cartografia do sobrenatural” —, os mapas devem ser encarados como textos e linguagens próprias de seu tempo, como objetos da História Cultural. Entender a sua produção é perceber que a compreensão dos indivíduos sobre esse mapa só aconteceu na medida em que produtor e consumidor compartilharam um conjunto de signos coerente a ambos.

É, portanto, com base nessa afirmação que *A Divina Comédia* também será considerada como um mapa resultante das crenças presentes não somente na sociedade em que Dante Alighieri estava inserido, mas, também, nos contextos posteriores à sua produção, já que, segundo George Kimble (2005, p. 22), o “sabor da época se propagou [...] no sentido do maravilhoso e o mapa-múndi medieval estava mais voltado à elaboração do seu departamento de literatura”. É fundamental teorizar os significados da cartografia na História para, justamente, considerarmos os mapas para além da análise

técnica, pois são igualmente importantes a compreensão sociológica, visual e “no interior da cultura que os produziu e os usou”. Assim, e a partir das palavras de Christian Jacob (2016, p. 225), trata-se de propor uma história cultural da cartografia, cujo texto de Dante Alighieri produziu não apenas uma linguagem escrita do sobrenatural, mas, também, toda uma cultura visual desse espaço. Interessa, assim, perceber as inúmeras construções em torno do universo cultural que possibilitou a delimitação das crenças na cartografia construída por Dante Alighieri referente ao sobrenatural e que encontrou eco — ao mesmo tempo em que foi influenciada — no contexto de sua produção e, não menos importante, nas épocas posteriores em que sua produção circulou.

Por sua vez, trata-se de entender essas construções a partir do que Stuart Clark (2006, p. 88) denominou de *contrariedade*, em que o medievo e, também, a modernidade, estiveram envoltas numa ambiguidade linguística, marcada pelas noções de Bem e Mal, Deus e Diabo, ou seja, inversões que influenciaram essas sociedades também ajudam a compreender a construção de *A Divina Comédia*. No entender do autor, Tomás de Aquino se tornou um dos maiores representantes e influenciadores do modo como as posições aristotélicas sustentaram a noção de *contrariedade* ao longo desses dois períodos:

Sua classificação da totalidade da conduta humana sob os opostos de virtudes e vícios específicos sustentava-se na regra aristotélica de que a *contrariedade* era a relação de maior diferença. Igualmente, a noção chave do mal como uma falta do bem apoiava-se na opinião de Aristóteles de que em todo contraste de contrários havia também um contraste entre uma condição positiva e sua privação, de tal forma que um contrário estava sempre faltando no outro. O mal era, pois, uma consequência necessária do bem, dado que todo fenômeno terrestre era passível de degradação. [...] As simples verdades formais incorporadas nesses argumentos tornaram-se os fundamentos da tradição intelectual cristã (Clark, 2006, p. 78).

A intelectualidade cristã buscou sustentar os seus principais dogmas a partir dos pressupostos de Tomás de Aquino, acabou comungando largamente dessa ambiguidade linguística, fazendo da lógica dos contrários um argumento quase que natural para as discussões teológicas vigentes. A criação e a cristandade deveriam ser pensadas e ordenadas a partir de um mundo que era “composto por contrários”, ainda que fosse necessário ressignificar alguns pressupostos pertencentes ao próprio catolicismo: “verdade e erro, retidão e pecado, a Igreja e seus inimigos, Jerusalém e Babilônia — é como se as coisas que até então haviam sido vistas (e novamente seriam) como sujeitas à gradação fosse recategorizadas em termos de oposição absoluta.” (Clark, 2006, p. 96).

Também cabe afirmar que esses pressupostos estarão relacionados à importância da linguagem nesse período, na medida em que essa obra é, logicamente, um texto, sendo importante entendê-la enquanto tal, o que possibilita avaliar como a crença no Inferno foi produzida e difundida no período cuja obra de Alighieri está inserida, incluindo aí a sua expressão em forma de mapa, seja ele imaginado ou mesmo representado materialmente.

Por sua vez, as análises referentes à obra do pintor italiano Sandro Botticelli, *La Voragine dell'Inferno*, cuja representação física do Inferno imaginado por Alighieri permitirão aprofundar o olhar sobre *A Divina Comédia*, bem como das visões de mundo compartilhadas por ambos os autores para retratar essas duas formas de “cartografia do sobrenatural”. A viagem confeccionada por Botticelli em forma de um mapa, um novo guia representando os diversos círculos pertencentes ao Inferno narrado por Dante Alighieri, corresponde, portanto, à amplitude que a crença nesse espaço assumiu, percorrendo não apenas as discussões pertencentes ao Medieval, mas avançando séculos adentro já na Época Moderna.

Em termos historiográficos, podemos citar ambas as produções na longa duração estabelecida por Jean Delumeau, ao analisar o percurso que o medo adquiriu no Ocidente europeu. Dos séculos XIV ao XVIII, o historiador francês percebeu uma mudança de rumo nos acontecimentos que caracterizaram as sociedades europeias nesse período, justamente por se ancorarem aos diversos medos coletivos emergentes no período. A primeira alteração nessa rota, continua o autor, ocorreu por conta da deflagração da peste que, não apenas emergiu de uma forma violenta, mas, perdurou pelos séculos seguintes, incidindo diretamente no modo como os indivíduos construíram suas visões de mundo, assumindo uma ligação ainda maior com o sobrenatural (Delumeau, 1989, p. 43).

Em paralelo, foi produzido e difundido todo um discurso em prol da necessidade em apontar os grandes responsáveis por essas novas calamidades vivenciadas pelo mundo europeu, incluindo aí as guerras e as ondas de fome também emergentes: “os turcos, os judeus, os heréticos, as mulheres. Partiram à procura do Anticristo, anunciaram o Juízo Final” (Delumeau, 1989, p. 44). É inviável, portanto, descolar o universo de interpretações acerca das próprias transformações que a Europa sofria, de um forte teor religioso que buscava alimentar as diversas versões construídas desde os maiores doutores da Igreja até mesmo aos indivíduos que, embora iletrados, buscavam compreender o espaço no qual estavam presentes. A figura do Diabo ganha força a partir dessa atmosfera, assumindo novos caracteres bem como uma geografia em torno

da sua atuação. Os trabalhos de Alighieri e Boticelli serão entendidos a partir deste contexto.

Por fim, é importante frisar que os tópicos que se seguirão foram pensados dentro da própria cronologia dos acontecimentos narrados por Dante Alighieri (2003, p. 20), quando ele se encontrava no Inferno ou, em suas palavras, “quando ao vale eu já ia baquear-me”, até que se deparou com Virgílio, que o faria companhia, o “guiando pela estância do eterno sofrimento” (Alighieri, 2003, p. 2). Assim, percorreram os nove círculos que compunham essa esfera, chegando até o centro, onde se encontrou com Lúcifer. Ao introduzir as noções de “mapas transparentes” e “mapas opacos”, Christian Jacob (2016, p. 227) sugere que os mapas podem ocultar ou revelar intencionalidades culturais, religiosas e políticas, funcionando como linguagens complexas, atravessadas por códigos visuais, simbólicos e mnemônicos. A *Divina Comédia*, sob essa ótica, será lida como um “mapa opaco” do mundo sobrenatural, cuja legibilidade está condicionada à partilha de um universo simbólico entre autor e leitores.

A geografia do Inferno: círculos imaginados e representações em Dante Alighieri e Sandro Boticelli

Nascido em 1445, o pintor italiano Sandro Botticelli circulou entre os vários ambientes de produção renascentista no que viria a ser chamada de Itália. Cabe destacar, aliás, que a passagem da Idade Média para o Renascimento não deve ser pensada como uma ruptura de paradigmas, uma vez que o Renascimento não criou uma forma de racionalismo a ponto de, no Medievo, os homens terem sido marcados por uma credulidade superficial (Eco, 2010, p. 264). Por sua vez, o próprio Umberto Eco (2010, p. 265) considerou o Humanismo e o Renascimento como movimentos que apresentaram novas posições, a principal delas referente à relação homem-Deus-mundo, cujo homem passou a adquirir uma posição ativa nesse processo. Assim, a mudança de paradigma do Renascimento consistiu no interesse dos indivíduos em questionar as coisas concretas, o mundo natural, como forma de visualizar e garantir as mudanças e metamorfoses desse mesmo mundo, anteriormente refutadas por conta da prevalência de uma ortodoxia.

Não houve um corte brusco que separou a emergência de uma época de luz de um suposto período de trevas. Esse entendimento foi criado, afirma Jean Delumeau, por humanistas italianos e diz muito sobre uma época em que os homens estavam interessados em expressar dinamismo e renovação. Assim, o Renascimento, quando

analisado como contexto e conceito a ser operacionalizado, deve ser entendido como testemunho sobre a consciência que os indivíduos de uma determinada época tiveram sobre si mesmos. Diante das ressalvas colocadas para a aplicação desses termos, o historiador francês partiu da “história longa” como forma de analisar os dinamismos, e não os supostos atrasos, que marcaram a Europa do século XIII ao XVII (Delumeau, 1994, p. 20). Quanto à caracterização desse movimento, tratou de sublinhar uma série de dificuldades que foram vivenciadas pelas sociedades europeias desde finais do medievo, como as epidemias, as inúmeras guerras, além da perseguição religiosa (como a caça às bruxas). Por essas razões, Delumeau (1984, p. 87-88) considerou a história do Renascimento a partir dos desafios e dificuldades existentes e das respostas dadas pelos homens a essas crises. Foi um fenômeno baseado nas contradições, marcado pelo desenvolvimento técnico, pelo progresso espiritual, ao mesmo tempo em que sustentou diversas perseguições.

Próximo aos Medicis, Sandro Botticelli acabou por participar da confecção de inúmeros trabalhos na Capela Sistina, além de ser reconhecido por outros trabalhos também de cunho religioso, como *A Crucificação Mística* e *A Natividade Mística*. É nesse contexto que o pergaminho *La Voragine dell’Inferno* está inserido, articulando uma percepção religiosa já presente em Botticelli juntamente ao peso que *A Divina Comédia* ainda possuía mesmo na centúria seguinte, revelando como medievo e modernidade não possuíam uma fronteira tão visível nesse período.

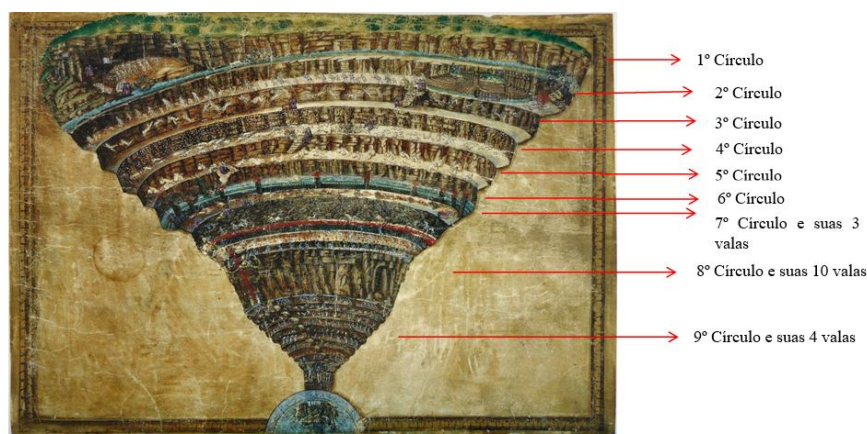
A interação aqui proposta e que buscará relacionar esses dois trabalhos seguirá, portanto, o objetivo de atrelar texto e representação cartográfica, revelando como ambas as produções podem ser entendidas como resultados de um discurso a respeito do sobrenatural que muito se aproximava do plano terreno. Apontará, por sua vez, para a possibilidade de enxergar o mapa de Alighieri, em sua forma textual, e o de Botticelli, em sua construção gráfica, a partir de uma tradição na qual o mundo não foi representado necessariamente por escalas e por precisões toponímicas, conforme apontou Douglas Santos (2002, p. 38).

A respeito da estrutura pensada por Sandro Botticelli ao reproduzir o Inferno retratado nos escritos de Dante Alighieri, esta não fugiu à representação textual de *A Divina Comédia*, visto que o pintor buscou configurar esse espaço com base nos nove círculos que são percorridos por Virgílio e Dante na narrativa do autor:

- Primeiro círculo: Limbo, no qual “estão os que não foram batizados, crianças e adultos [além dos] sábios da antigüidade, que, embora não cristãos, viveram virtuosamente” (Alighieri, 2003, p. 38).
- Segundo círculo: Luxúria, ou, nas palavras de Dante Alighieri, local em que “os que aos vícios da carne se entregavam” (Alighieri, 2003, p. 48).
- Terceiro círculo: Gula, “cuja pena consiste em ficarem prostrados debaixo de uma forte chuva de granizo, água e neve, e ser dilacerados pelas unhas e dentes de Cérbero” (Alighieri, 2003, p. 54).
- Quarto círculo: Pródigos e Avarentos, “que são condenados a rolar com os peitos grandes pesos e trocarem-se injúrias” (Alighieri, 2003, p. 60).
- Quinto círculo: Ira e Preguiça.
- Sexto círculo: Hereges, “com seus sequazes de diversos cultos” (Alighieri, 2003, p. 80).
- Sétimo círculo: Violência, sendo um círculo governado pela figura mitológica do Minotauro, sendo “punidos aqueles que cometeram crimes violentos contra pessoas, contra Deus e contra si próprios” (Loureiro; Scaramussa, 2002, p. 219).
- Oitavo círculo: *Malebolge*, ou Fraude, que é dividido em dez valas que correspondem a dez formas de fraudes existentes e que são passíveis de punição (Alighieri, 2016, p. 84).
- Nono círculo: Traição, também dividido em valas, quatro, correspondentes às formas de traição também suscetíveis à punição no Inferno (Alighieri, 2016, p. 131).

A representação a seguir de *La Voragine dell'Inferno* complementa essa listagem, permitindo a visualização do universo pensado por Botticelli referente ao Inferno construído em *A Divina Comédia*:

Figura 1 – *La Voragine dell'Inferno*, de Sandro Botticelli



Fonte: <http://unalucciola.com>. Acesso em: 28 mar. 2025

A partir da listagem e do pergaminho reproduzido acima, e apropriando-se da própria noção de *contrariedade*, optamos por iniciar nossas análises de maneira inversa, ou seja, a partir do nono círculo, que daria passagem, por consequência, ao momento final do Inferno, ou seja, o local em que Lúcifer se encontra. A própria forma representada por Botticelli em relação a essa esfera revela, por sua vez, como a inversão foi uma ferramenta simbólica compartilhada tanto no medievo tardio como na Renascença:

Figura 2 – De cima para baixo, notam-se os círculos a partir do Oitavo — de cor negra — até o centro do Inferno, habitado por Lúcifer



Fonte: Disponível em: <http://unalucciola.com>. Acesso em: 28 mar. 2025.

Pensado e representado na forma de um cone ou triângulo invertido, em direção ao centro da Terra, o Inferno tanto de Dante Alighieri quanto de Sandro Botticelli assume seu ápice na figura de Lúcifer, personagem que, a partir do século XII, passa a adquirir alguns dos contornos clássicos ao que se seguiria nas centúrias seguintes, principalmente a partir do século XIV: “quem foi tão belo, quanto é feio agora, contra o seu criador a fronte alçando, vera causa é do mal, que o mundo chora” (Alighieri, 2003, p. 261).

A citação anterior é elementar na medida em que carrega consigo toda uma tradição católica que justificava a existência do Diabo atrelada à noção de “Anjo Rebelde” — vale apontar para as asas que compõem sua representação em Botticelli.

Para Carlos Roberto Nogueira (2008, p. 29), há uma relação entre a emergência do Demônio com a própria sofisticação da doutrina cristã existente a partir do século I

d.c, principalmente em torno da noção apontada, bem como da relação do homem com o pecado original. Nas palavras de Robert Muchembled, Satã entrou derradeiramente em cena a partir do processo de ressignificação de sua figura ocorrido entre os séculos XII ao XV, deixando de lado uma interpretação eminentemente folclórica, assumindo os contornos ameaçadores que a demonologia, não apenas embebida pela tradição católica, construiu a partir desse período. Alain Boureau não foge muito à cronologia pensada por Muchembled, definindo a gênese dessa obsessão não apenas teológica a partir dos anos de 1280-1330, reunindo todo um “momento de viva tensão entre os poderes espiritual e secular, entre o papado e as monarquias” (Boureau, 2016, p. 19).

A necessidade de se atentar aos detalhes na construção da imagem de Lúcifer revela, portanto, como esse nível de descrição não se restringiu apenas aos teólogos, circulando, também, em outros meios letrados, sem negligenciar, por sua vez, a própria tradição oral no período.

Nesse sentido, J. Baltrusaitis é citado por Jean Delumeau no intuito de mostrar algumas influências que vieram da cultura oriental. A China, por exemplo, teria enviado aos teóricos do Diabo as asas que comporiam suas representações integrando também o corpo de Lúcifer, além de uma presença feminina diabólica nas representações acerca de Satã (Delumeau, 1989, p. 242). Se considerada novamente a longa duração, será possível perceber como o impacto dessas novas formas de delimitar esse personagem circulou com maior intensidade no mundo europeu a partir do século XII, já que, conforme sustentou Robert Muchembled (2001, p. 45), antes desse período o mundo era “demasiado encantado para permitir a Lúcifer ocupar todo o espaço do medo, do temor ou da angústia”. A imagem abaixo é síntese dessa posição anterior às grandes ondas demonológicas:

Figura 3 – Codex Gigas. Boêmia. Cidade Celeste e Inferno (ca. 1200)



Fonte: Loureiro; Scaramussa, 2002, p. 208.

A “obsessão diabólica”, expressão utilizada por Muchembled, encontrou nos finais do Medievo o espaço privilegiado para sua difusão para além dos mosteiros. A justificativa principal para essa virada ao Inferno foi indicada pelo autor no seio das novas dinâmicas vivenciadas pelo Ocidente Europeu, em que os séculos XIV e XV serviram de base:

Estes séculos possuem uma coerência global, que é a de preparar a projeção do Ocidente para fora de si mesmo, das Cruzadas ao descobrimento da América. [...] Longe de ser um fato isolado, a mutação do Diabo se insere nessa imagem dinâmica. Torna-se o incentivo da evolução, é parte de um sistema unificado de explicação da existência que aproxima lentamente as partes mais empreendedores do Ocidente, opondo-se cada vez mais nitidamente ao universo maciçamente encantado e infinitamente fragmentado em que continuam a viver as populações agrícolas e as massas urbanas (Muchembled, 2001, p. 33-34).

Segundo Carlos Nogueira, entre os tratadistas já se desenhava todo um processo de institucionalização de Satã, bem como da construção de uma hierarquia presente no Inferno antes mesmo da Época Moderna, tendo na Baixa Idade Média o período decisivo para a que fosse delimitada dogmaticamente a figura de Satã e dos “subdemônios”, que passaram a integrar os discursos demonológicos e, claro, a própria doutrina católica a partir de então (Nogueira, 2008, p. 51). Alguns trabalhos, como o *Malleus Maleficarum*, chegaram inclusive a se debruçar sobre a hierarquia dos demônios, apontando para a diversidade de funções e posições no Inferno, assim como no âmbito celestial:

[...] segundo alguns acreditam, como os demônios provem das mais diversas ordens hierárquicas celestiais, não é fora de propósito afirmar que os oriundos das hierarquias mais inferiores sejam os incumbidos de realizar toda a sorte de abominações. [...] Pois é comum, nas Escrituras e nos discursos, se fazer referência a todos os espíritos impuros pela designação de *Diabolus*, de *Dia*, ou seja, Dois, e de *Bolus* ou seja, Partes: pois que o diabo mata duas partes: o corpo e a alma. [...] É também denominado Belial, que significa Sem Jugo ou Soberano, por ser capaz de lutar contra aqueles a quem devia ser submisso. Também é chamado de Belzebu, que significa Senhor dos Iníquos, ou seja, das almas dos pecadores que abandonaram a fé verdadeira em Cristo (Kramer; Sprenger, 1991, p. 93).¹

A riqueza de detalhes presentes nos escritos de Heinrich Kramer e James Sprenger quando da confecção do *Malleus Maleficarum* não é, contudo, exclusividade de ambos, pelo contrário, acompanha todo um contexto em que a profusão de

representações a respeito do Diabo ganha força; aspecto evidenciado, também, no século anterior quando Dante Alighieri se propôs a descrever esse personagem:

Qual o meu espanto há sido em contemplando
Três faces da estranhíssima figura!
Rubra cor na da frente está mostrando
Das outras, cada qual, da Pádua escura
Surdindo, às mais ajunta-se e se ajeita
Sobre o crânio da infanda criatura

[...] Via asas duas sob cada frente,
Tão vastas, quanto em ave tal convinham [...]
(Alighieri, 2003, p. 262).

Exemplo maior nas obras de Alighieri e Botticelli a respeito das hierarquias e da necessidade de ordenamento encontrada pelos tratadistas acerca do Inferno pode ser identificado nas valas que se formam a partir do sétimo círculo, revelando as diferenças nas punições relativas aos sub-pecados bem como nas formas em que esses espaços são retratados em seus trabalhos. Havia uma escatologia nova, ao menos específica, segundo Alain Boureau. A existência de um ordenamento do inferno era justificada por uma demanda resultante do próprio Gênesis: “a criação dos homens foi desejada por Deus em vista do equilíbrio numérico causado pela queda dos anjos” (Boureau, 2016, p. 136).

Esse novo olhar ocorreu na medida em que o universo monástico já não se tornava o único espaço em que as representações atemorizantes a respeito do Diabo alcançavam ressonância. Nesse caso, o século XIV, recorte temporal em que a própria obra de Dante Alighieri está inserida, acabou por se tornar exemplo de uma nova fase em torno desse personagem, ampliando a dimensão desse discurso: “ventre bestial, o terrível diabo engole e vomita incessantemente os pecadores, sobre os quais se lançam vorazmente os dragões ou as serpentes que lhe servem de assento e os inúmeros seguidores diabólicos ocupados em martirizar sadicamente corpos infinitamente maltratados.” (Muchembled, 2001, p. 35). Descrição que vai ao encontro dos próprios olhares presentes nas representações de *A Divina Comédia* quando menciona os pecadores que Lúcifer trazia consigo:

Mas ao da frente a pena se agravava,
Porque das garras o furor constante
Do dorso a pele ao pecador rasgava.

“O que esperneia em dor mais cruciante”
O Mestre disse: “É Judas Iscariotes:
Prende a cabeça a boca devorante.

“Dos dois, que estão pendendo, coube em dote

A negra face Bruto: sem gemido
Se estorce da dentuça a cada bote. “O outro é Cássio, de membros
bem fornido.
Mas a partir a noite insta, assomando:
Aqui já tudo havemos conhecido”
(Alighieri, 2003, p. 263).

O pecado inevitavelmente passa a ser associado às punições características dos círculos do Inferno. Nesse caso, não é apenas Judas Iscariotes o único representante, pois a atribuição de uma responsabilidade moral por parte dos indivíduos carrega consigo a importância de se manter uma cristandade longe das tentações mundanas: “o homem pode se dotar de um demônio pessoal, extensão de sua própria personalidade”, interpreta Alain Boureau (2016, p. 18).

Retornando ao início da jornada de Dante Alighieri e Virgílio, antes mesmo das assustadoras visões que ambos tiveram ao se deparar com Lúcifer, os seis primeiros círculos não fogem à regra dos demais círculos tanto no texto quanto no pergaminho de Botticelli. Em resumo, o conjunto como um todo se direciona para o objetivo de se detalhar a geografia do Inferno e sua relação com as punições referentes aos pecados da humanidade. Texto e imagem se articularam fortemente nesse contexto, incluindo os trabalhos em questão, de intensa produção demonológica em que esse espaço se tornou uma “visão absoluta do supremo poder de punir, delegado por Deus” (Muchembled, 2001, p. 46).

Figura 4 – Primeira metade de *La Voragine dell’Inferno*, Sandro Botticelli, iniciando, de cima para baixo, com o Limbo, percorrendo até o sexto círculo, que é cercado por um rio



Fonte: Disponível em: <http://unalucciola.com/2014/01/26/mappa-dellinferno/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

Talvez um dos elementos que melhor aproxime os escritos de Dante Alighieri com o mapa confeccionado por Sandro Botticelli — para além, claro, da figura do Diabo — seja a presença da água em suas variadas facetas, tanto na narrativa como na

representação. Vide o momento em que Dante e Virgílio navegam em direção ao primeiro círculo, o Limbo (Alighieri, 2003, p. 36), ou mesmo os rios que compõem todo o Inferno presente em *A Divina Comédia*: Estige, Aqueronte, Flegetonte, Letes e Cócito. Todavia, é curioso notar que na representação de Botticelli, somente três rios foram retratados, sendo possível identificar com maior precisão o Rio Flegetonte, muito por conta das descrições feitas por Dante:

Ainda eu perguntei: – “Por onde trilha
O Flegetonte e o Letes? De um te calas,
E do outro a veia é dessa origem filha”.

Tornou: – “Muito me agrada quanto falas;
Da água rubra o fervor, porém, solvera
Uma dessas questões, que me assinalas
(Alighieri, 2003, p.265).

A característica avermelhada da água, rubra, do Flegetonte pôde ser identificada, portanto, no recorte abaixo:

Figura 5 – No detalhe, em vermelho, o Rio Flegetonte, inserido em *La Voragine dell’Inferno*, de Sandro Botticelli, compondo o Sétimo Círculo



Fonte: Disponível em: <http://unalucciola.com/2014/01/26/mappa-dellinferno/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

Ampliando o olhar referente à simbologia da água, os pressupostos de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (1986, p. 52) são coerentes com as análises em questão, tendo em vista a síntese que ambos propuseram acerca desse elemento: “fuente de vida, medio de purificación y centro de regeneración. Estos três temas se hallan en las radiciones más antiguas y forman las combinaciones imaginarias más variadas, al mismo tiempo que las más coherentes”. A função purificadora é visível, por exemplo, no trecho em que Dante e Virgílio atravessam o Rio Letes: “do inferno fora o Letes ver espera: na linfa sua as almas vão lavar-se depois que a penitência o perdão gera” (Alighieri, 2003, p. 116). Em contrapartida, a leitura de Chevalier e Gheerbrant merece cuidados, uma vez que se trata de uma síntese que poderia direcionar as análises para uma percepção mais simplista, já que o próprio Rio Flegetonte, citado acima, é apresentado como espaço de punição aos pecadores (Loureiro; Scaramussa, 2002, p.

219), sem qualquer perspectiva de purificação ou regeneração ao que ali habitam na narrativa de Dante Alighieri.

Finalizando o arco de análises aqui proposto, resta discorrer, enfim, a respeito da opção de ambos os autores em utilizar a representação do círculo como forma de retratar o Inferno. A própria opção em subdividir esse universo em nove círculos remete à simbologia que esse número carrega consigo, conforme destacou Francisco Bethencourt (2004, p. 137), cujo “poder simbólico decorre, originalmente, do fato de representar a totalidade dos três mundos — o céu, a terra e o inferno —, sendo cada qual simbolizado por um triângulo, um número ternário”; tanto é que o mapa desenhado por Sandro Botticelli assume a forma inversa de um triângulo. Também é importante pensar como essa simbologia está atrelada diretamente ao entendimento de que o círculo pode ser considerado como “signo de la Unidad principal y el signo del Cielo; indica su actividad sus movimientos cíclicos” (Chevalier; Gheerbrant, 1986, p. 301). Em um contexto de inversões, não é de se surpreender que a configuração geográfica do inferno tenha acompanhado o mesmo formato celestial, interpretando-o a partir de uma lógica contrária.

Considerações Finais

É viável concluir que a necessidade de se tornar “visível o invisível era condição para que o espírito humano da época pudesse compreender a verdade por meio do intermediário das coisas e das representações materiais” (Ribeiro, 2002, p. 17), sejam elas na sua forma textual ou mesmo em formato gráfico. Destarte, a afirmação de Maria Eurydice Ribeiro que está direcionada especificamente aos mapas medievais se tornou coerente à “cartografia do sobrenatural” aqui proposta por ter possibilitado encarar tanto *A Divina Comédia* quanto *La Voragine dell’Inferno* como produções que serviram de instrumento para que as sociedades transitassem entre os planos natural e sobrenatural.

A partir da articulação entre texto e imagem, demonstrou-se que Dante Alighieri e Sandro Botticelli não apenas representaram o Inferno, mas ofereceram ao seu público uma maneira de percorrê-lo, compreendê-lo e situar-se diante da dualidade entre salvação e condenação. Ao mesmo tempo, esses trabalhos evidenciam a fusão entre cultura letrada e tradição religiosa, revelando como o discurso teológico, os códigos visuais e a linguagem simbólica atuaram como instrumentos de ordenamento do mundo e da experiência humana. Nesse percurso, a noção de contrariedade, tão presente nas teologias medievais, revelou-se fundamental para entender os mecanismos de

representação do mal, da punição e da transcendência. A valorização dos círculos, a verticalização do Inferno, a hierarquia das faltas e a visualidade do castigo são elementos que expressam uma cosmologia cristã cujo poder de coerção e explicação ainda ressoava fortemente no início da Modernidade.

Por isso, reafirma-se que a geografia do Inferno, tal como narrada e desenhada nas fontes analisadas, é menos uma expressão do medo do desconhecido e mais uma tentativa de domesticar o invisível, de dar contorno ao caos através da linguagem, da arte e da fé. Assim, texto e imagem constituem formas de conhecimento e mediação entre o terreno e o transcendente, oferecendo ao historiador valiosas pistas sobre os modos de pensar, sentir e representar o mundo em tempos de profundas transformações culturais e religiosas. O trajeto que este trabalho buscou percorrer visou, enfim, apontar para a longa duração como chave central para analisar essa “cartografia”, na medida em que o fim do Medievo e o avanço da Época Moderna são espaços essenciais para que seja pensada essa construção atrelada diretamente à própria atmosfera religiosa vinculada ao catolicismo.

Referências

ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia*. Tradução de José Pedro Xavier Pinheiro. Ebook. São Paulo: Atenas Editora, 2003

BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOUREAU, Alain. *Satã herético: o nascimento da demonologia na Europa medieval (1280-1330)*. Trad. de Igor Salomão Teixeira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Diccionario de los Símbolos*. Barcelona: Editorial Herder, 1986.

CLARK, Stuart. *Pensando com demônios: a ideia de bruxaria no princípio da Europa Moderna*. Tradução de Celso Mauro Paciomik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. v. 1. Trad. de Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

ECO, Umberto. *Arte e beleza na estética medieval*. Trad. De Mario Sabino Filho. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da Geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 24-25.

JACOB, Christian. Por uma história cultural da cartografia. Tradução de Daniel Dutra Coelho Braga. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 221-236, jan./jun. 2016.

KIMBLE, George. H.T. *A Geografia na Idade Média*. 2. ed. Londrina: EdUEL; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2005.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

La Voragine dell'Inferno, de Sandro Botticelli. Disponível em: <http://unalucciola.com/2014/01/26/mappa-dellinferno/>.

LOUREIRO, Klítia; SCARAMUSSA, Zizia. O Diabo e suas representações simbólicas em Ramon Llull e Dante Alighieri (séculos XIII e XIV). *Revista Mirabilia*, n. 2, p. 202-223, dez/2002.

MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do Diabo*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2001.

NOGUEIRA, Carlos Roberto. *O Diabo no imaginário cristão*. Ed. 2. Bauru/SP: EDUSC, 2008.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. O sentido da história: tempo e espaço na cartografia medieval (séculos XII-XIII). *Revista Tempo*, n. 14, p. 11-26, 2002.

SANTOS, Douglas. O fim do feudalismo e o nascimento do espaço métrico. In: *A reinvenção do espaço*. São Paulo: UNESP, 2002.

Artigo Recebido em: 29/03/2025

Aprovado para publicação em: 10/09/2025

Editor(a) Responsável: Laura Duarte Ozelin

¹ É importante destacar que o *Malleus Maleficarum*, tratado no qual fora retirado essa citação, é datado, assim como a obra de Botticelli, do século XV, corroborando com a assertiva de que esse período se integra ao contexto de maior delimitação da figura do Diabo bem como todo o rol de representações a ele relacionado, a partir da centúria precedente.

DIÁLOGOS PARA UMA HISTÓRIA ATRAVÉS DE IMAGENS: Um Estudo de Símbolos das Expressões Socioculturais Indígena Xukuru do Ororubá na Aldeia Vila de Cimbres (Pesqueira-PE)

DIALOGUES FOR A HISTORY THROUGH IMAGES: A Study of the Symbols in the Indigenous Xukuru Sociocultural Expressions of Ororubá in the Village of Vila de Cimbres (Pesqueira-PE)

Ricardo Ferreira das Neves¹

Edson Hely Silva²

Resumo: A pesquisa objetivou analisar os aspectos simbólicos em representações imagéticas nas expressões socioculturais indígenas Xukuru do Ororubá, na Aldeia Vila de Cimbres, Pesqueira (PE). Os Xukuru do Ororubá afirmam a identidade indígena materializados em rituais, danças, cultos, objetos, locais, pessoas e artes. Essa materialização pode ser observada por um signo, a fotografia. A partir da observação e captação fotográfica, cuja análise barthesiana sucedeu os sentidos denotados e conotados estabelecidos pelas fotografias. Os símbolos expressaram fortes relações com o sobrenatural — os Encantados, principalmente, a Mãe Tamain, espírito de luz superior, e Dona Zenilda, Cacique “Xicão” (Encantado de Luz) e Cacique Marcos, como símbolos de representatividade. A barretina representa um aspecto identitário específico dos Xukuru do Ororubá.

Palavras-chave: Pesqueira, Indígenas, Símbolos, Fotografias, História.

Abstract: This research aimed to analyze the symbolic aspects of imagetic representations within the sociocultural expressions of the Xukuru do Ororubá Indigenous people in the village of Vila de Cimbres, Pesqueira (PE). The Xukuru do Ororubá affirm their Indigenous identity as materialized in rituals, dances, worship, objects, places, individuals, and arts. This materialization can be observed through a sign: photography. Based on observation and photographic documentation, a Barthesian analysis was performed to examine the denotative and connotative meanings established by the photographs. The symbols expressed strong ties to the supernatural — the *Encantados* — especially Mãe Tamain, a spirit of higher light, and Dona Zenilda, Chief “Xicão” (*Encantado de Luz*), and Chief Marcos, as symbols of representation. The *barretina* represents a specific identity maker of the Xukuru do Ororubá.

Keywords: Pesqueira, Indigenous, Symbols, Photographs, History.

Introdução

Em diferentes espaços, caracterizados como ontológicos, históricos ou epistemológicos estabelecem-se novos conhecimentos existentes em signos consolidados através de simbologias, caracterizadas por meio de imagens presentes nas artes, nas danças e em rituais, informados pela linguagem escrita, falada ou iconográfica. Deles emergem símbolos que podem materializar a história e a cultura de um povo; expressando

¹ Doutor em Ensino de Ciências e Matemática (UFRPE). Professor associado UFPE/CAV. Professor do PPGEdU/UFPE e do PPGEC/UFPE. E-mail: ricardo.fneves2@ufpe.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7874863774346301>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2500-2817>.

² Doutor em História (UNICAMP). Professor Titular de História da UFPE. Professor do PROFHISTÓRIA/UFPE e do PPGH/UFPE. E-mail: edsonsilva@capufpe.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9552532754817586>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6213-9927>.

uma mensagem em signos (Silva; Neves; França, 2023), os quais possibilitam a comunicação de conceitos e ideias. Além disso, atuam no processo de formação discursiva do indivíduo em sua significação, desempenhando um papel fundamental na constituição e construção social-histórica de um povo, evidenciando aspectos pelos quais o sujeito pode perceber os processos de sua identidade sociocultural, constituindo um conjunto de sinais para a emissão de comportamentos de um grupo ou pessoa.

A partir de uma abordagem histórica podemos compreender os processos socioculturais de um grupo, a construção de conhecimentos, valores e dogmas, estabelecendo um olhar sobre o contexto de vida. É possível perceber expressões do povo Xukuru do Ororubá, para além dos aspectos simbólicos específicos da chamada Cultura. Também se pode conhecer outras perspectivas como o samba de coco, a banda de pífano e o envolvimento de crianças nos momentos de festividades, na afirmação das expressões socioculturais indígenas (Vieira, 2018). Para além disso, destaca-se a importância da história como base para legitimar as expressões socioculturais e o legado desse povo indígena.

A pesquisa objetivou analisar os aspectos socioculturais simbólicos em representações imagéticas nas expressões socioculturais indígenas Xukuru do Ororubá, na Aldeia Vila de Cimbres, Pesqueira/PE. Procuramos tecer algumas considerações sobre essa simbologia indígena, oportunizando às pessoas novas perspectivas, que por vezes, foram invisibilizadas pela sociedade, mas que podem ser expressadas à história por meio de imagens. Assim, acreditamos que um estudo sobre o potencial dos símbolos no âmbito histórico-iconográfico, possibilitará observar diferentes perspectivas acerca dos múltiplos sentidos e significados, envolvendo as expressões socioculturais Xukuru do Ororubá.

Imagens como signos: a fotografia como representação de mundo

Os signos constituem um conjunto de sinais produzidos humanamente, formando um sistema de estímulos e que pode interferir na ação psicológica e, conseqüentemente, no comportamento do sujeito. Um desses tipos é a imagem, a qual pode representar um objeto, uma situação ou um fenômeno. Algumas delas estão mais próximas das formas perceptivas do que observamos efetivamente, ainda que sejam construídas a partir de uma estética implicando certo distanciamento iconográfico em relação ao objeto que se deseja representar (Souza, 2019).

A imagem pode não comunicar uma única mensagem para aqueles que a observam, pois apresenta um caráter polissêmico, gerando no sujeito diversas

interpretações e múltiplos significados (Barthes, 2018). Assim, as estruturas pictóricas criam outras imagens das situações vivenciadas, por meio de uma segunda mensagem, atendendo a interesses de grupos ou instituições sociais nas quais são lidas, produzidas e circulam (Souza, 2019). Nesse caso, temos as fotografias, que podem oportunizar diferentes olhares sobre costumes e hábitos da vida humana (Silva; França; Neves, 2023).

A fotografia é um tipo de arte, que se utiliza da luz para expressar o mundo (Rodrigues, 2015), a partir dela, podem emergir processos identitários pautados em sentimentos e emoções, frutos da criatividade humana sobre as representações de mundo. E expressa o “real sem alterações”, carregando mensagens visuais que geram significados diversos, permitem uma objetividade do mundo real tal qual ele se apresenta (Souza, 2019), e por ser um produto sociocultural, contribui para reflexões a cerca das ações e informações comportamentais, estimulando processos de ressignificação (Mauad, 2015).

A fotografia emite ideias que a partir do olhar do observador, possibilita ao sujeito expressa a sua visão de mundo e estabelece um caráter de “verdadeiro” que junto ao texto escrito promove uma “realidade” (Souza, 2019, p. 10), pois “[...] a fotografia não só informa como também conforma uma determinada visão de mundo”. Possibilitando a leitura de aspectos imbricados, que mediante o olhar do sujeito observador, da sua percepção e dos valores estabelecidos na imagem, pode expor elementos e interseções que nela se escondem e que muitas vezes, de forma obtusa, embora presentes, não são retratados. Assim, a fotografia contribuindo para fomentar concepções, princípios e valores, atuando como um testemunho concreto e histórico de uma realidade, de um grupo, de um povo.

A imagem fotográfica como representação simbólica de um povo

Os símbolos representados por imagens estão associados ao cotidiano dos primeiros grupos humanos, quando o homem primitivo realizava pinturas em rochas, retratando as relações entre os indivíduos e a natureza (Silva, 2017). O processo histórico, ao ser descrito por meio de imagens, evidencia diferentes manifestações artísticas de um povo, expressando hábitos e comportamentos, retratados em símbolos abordados em esculturas, pinturas, danças, letras de músicas e cantos, ritos e a própria figura humana.

A fotografia pode caracterizar símbolos, ao registrar cenas do cotidiano de pessoas, envoltas em contextos socioculturais (Burke, 2017), uma vez que promove conexões entre o homem, o conhecimento científico e a cultura, assim como aspectos espirituais, biológicos e históricos (Silva; Guimarães, 2004). E constitui uma história-

iconográfica simbólica, pois se trata de um “[...] conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradições, religião, leis, política, ética e artes [...]” (Benveniste, 2023, p. 32).

Assim, é possível estabelecer e comunicar ideias, atribuir significados e captar elementos, permitindo observação do cotidiano, das experiências e fatos decorrentes da cultura e da expressão de sujeitos ou de grupos que estão inseridos (Burke, 2017), configurando uma relação importante para destacar a cultura de um povo. A relação história-símbolos-fotografia envolve uma confluência no que diz respeito ao conservar das lembranças (Barthes, 2018), pois qualquer elemento retratado pela imagem serve como um indício histórico (Burke, 2017), e que muitas vezes, não foi narrado nem produzido em textos.

Em aprofundamento, considerando a importância educacional e histórica nos signos artísticos, neste caso, as fotografias, é possível utilizá-las em estudos, potencializando a aprendizagem científica (Correa; Laburú; Silva, 2018), com a captação de imagens, aliada a proposições de inferências acerca de perspectivas e elementos que compõem a arte. A partir da fotografia emergindo processos identitários pautados em sentimentos e emoções, frutos da criatividade humana sobre as representações do mundo.

Aspectos simbólicos das expressões socioculturais Xukuru do Ororubá na Aldeia Vila de Cimbres

Existem locais que, por si só promovem momentos de contemplação por meio das artes e de outras expressões, constituindo uma representação simbólica de um povo, evidenciando aspectos da história e formando sua identidade sociocultural. Outrossim, contextos históricos e políticos situam e formam um povo, como na Aldeia Vila de Cimbres, no alto da Serra do Ororubá, conhecida como Pesqueira, que, para os indígenas Xukuru do Ororubá, representa local de pescaria (Neves, 2021). Este local representa “o núcleo inicial da ocupação colonial portuguesa, é um espaço sagrado e daí a busca do domínio sobre ele” (Silva, 2003, p. 46).

Assim, “os símbolos e significados presentes no espaço sagrado são únicos para a comunidade. Naquele lugar há sinais que remontam às memórias do povo Xukuru do Ororubá, sobretudo as mobilizações e conquistas do território indígena” (Vieira, 2018, p. 56) e “integram o território ao seu modo de vida, sendo o espaço em que residem visto como parte social, econômica, política, religiosa e familiar dessa comunidade” (Silva *et al.*, 2020, p. 189).

Entre muitos símbolos, existem aqueles que fomentam poder e subordinam os Xukuru do Ororubá, expressos a partir “da natureza sagrada, dos encantos de luz, de Mãe Tamain e de Pai Tupã consubstanciados no Toré” (Neves, 2005, p. 114). Também é possível observar símbolos em letras de músicas, objetos, rochas, esculturas, quadros, pinturas em ambientes, corpos ou em desenhos, ou ainda na “materialização” do sobrenatural, representados pelos seres iluminados - os Encantados de Luz. “A Natureza, a cultura e as relações territoriais se inter-relacionam e servem de base para a reprodução e continuidade material e simbólica dos seus saberes” (Silva *et al.*, 2020, p. 189).

Essa simbologia detém sentido único para quem a carrega quanto para o intérprete, e caracteriza a identidade sociocultural e religiosa do povo Xukuru do Ororubá. E se manifesta, principalmente através de pessoas representando as mobilizações para manter a construção dessa identidade Xukuru do Ororubá, pois “muitas coisas, não só as palavras, dependendo da recepção que recebem da mente, podem fazer com que o signo seja simbólico” (Paião; Marques, 2014, p. 28).

A representatividade simbólica foi perpetuada através do Cacique “Xicão”, representando “uma figura de destaque somado porque conseguiu reunir várias forças no território e não somente para os Xukuru do Ororubá, mas para outros povos indígenas na Região Nordeste e no Brasil” (Benites, 2022, p. 3). Outros representantes compartilham os ideais de mobilizações pela afirmação identitária desse povo, como a Mãe Zenilda e o Cacique Marcos, colaborando para que os aspectos socioculturais sejam conhecidos pela sociedade, garantindo os valores socioculturais do povo Xukuru do Ororubá.

Metodologia

A pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo descritiva, procurando extrair informações para a compreensão do objeto na análise pictórica, buscando descrever as características de um determinado grupo ou atitudes de uma população-alvo (Severino, 2017). O campo foi o território Xukuru do Ororubá, Pesqueira-PE, especificamente, a Aldeia Vila de Cimbres, que constitui um importante espaço religioso, com expressões socioculturais e cujos símbolos retratam e representam a história desse povo indígena.

Para a coleta de dados, foram realizadas visitas ao território indígena, durante atividades em aulas de campos nos semestres 2024.1 e 2024.2, e quando dos eventos político-culturais e religiosos dos Xuruku (Assembleia Xukuru — maio/2024 e Festa de Mãe Tamain — junho/2024). Dessa forma, ocorreu por meio da *Observação*: caracterização do espaço, levantamento de informações e verificação dos símbolos para

o estudo e da *Captação fotográfica*: levantamento e registro fotográfico dos símbolos em relações aos Xukuru do Ororubá.

A análise das fotografias ocorreu mediante perspectiva barthesiana, sucedendo os procedimentos de análise dos sentidos denotados e conotados (Barthes, 2018), sendo a mensagem *Denotada* caracterizada por “objetividade e representação do mundo conforme ele se apresenta, e sem transformações” (p. 28), enquanto a mensagem *Conotada* é representada por “subjetividade do criador da fotografia, associado a um estilo, a escolha do ângulo, ao enquadramento e outros efeitos” (p. 28).

Outrossim, utilizamos a Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin (2016), considerando as etapas: *Pré-análise*: contato inicial com os dados que serão analisados. *Exploração do material*: categorização com a sistematização dos componentes imbricados nas fotografias, podendo ocorrer a partir do agrupamento de unidades de registro semelhantes, a fim de compor as categorias. *Tratamento e interpretação dos resultados*: apontamento e discussão das informações captadas, permitindo o estabelecimento de quadros de resultados, diagramas e figuras.

Resultados e Discussão

A fotografia nos permitiu um registro automático dos espaços socioculturais dos indígenas Xukuru do Ororubá, por meio do qual procuramos descrever as relações socioculturais desse povo. Diante disso, agrupamos os símbolos em aproximações, pois “são grandes sínteses sociais, resultantes da elaboração de grandes complexos de imagens e vivências de todos os tipos. Por isso, as imagens evocam os símbolos, e, ao evocá-los, os ritualizam e os atualizam [...]” (Baitello Junior, 2014, p. 24).

Categoria: Símbolos Elementos de Religiosidade - relação com o espiritual ou se apresenta nesse contexto. *Subcategoria: Culto, Adoração e Devoção* — Altar Peji (Aldeia Couro d’Antas), Altar Sementeira (Casa de Sementes), Altar Peji (Aldeia Pedra d’Água), Coité, Jurema, Igreja Nossa Senhora da Montanhas e Espaço de Sacrifício. A figura 1, representa o Altar Peji, na Aldeia Couro d’Antas, um espaço de culto e adoração aos espíritos de luz (Encantados), utilizados na realização dos rituais sagrados com ritos e para os encontros dos Xukuru do Ororubá. Trata-se de um local que simboliza momentos de consagração e conexão com o sobrenatural.

Figura 1 – Altar de Adoração – Altar Peji



Fonte: Os autores, 2024.

O Altar Peji cujo termo “vem da Umbanda, para nomear o altar central onde são depositados os objetos consagrados utilizados e ofertados aos “Encantados” no Ritual Sagrado” (Melo, 2020, p. 231), o qual foi construído com elementos naturais: madeira, palha e barro numa mata densa. No centro, observam-se vasos, barretina e velas acesas. E é ornamentado de acordo com os períodos festivos, podendo conter bandeiras, imagens de Iemanjá, água do mar, conchas, folhas e sementes (Vieira, 2018).

É um espaço estabelecido pelos espíritos de luz; rodeado de árvores e do cantos de aves em uma mata fechada que transmite energia, força e luz ao povo indígena, e próximo, iniciando o ritual do Toré e com a bebida da jurema oferecida no coité (cuia). Na figura 2, observamos outro local de culto e adoração, o qual denominamos de Altar Sementeira, por estar localizado na “Casa de Sementes”, na Aldeia Couro d’Antas.

Figura 2 – Altar Sementeira na Casa de Sementes



Fonte: Os autores, 2024.

Esse altar foi construído com plantas dobradas em fechos em forma de V, com vasos de argila (barro) em cada extremidade e no interior rochas de cor esbranquiçadas,

que compõem uma posição triangular. Existe respeito e interligação do povo Xukuru do Ororubá com o espiritual, de modo que a adoração não se reduz a uma simples repetição de dogmas, mas se configura como expressão de vida, amor, cuidado e fé. Na figura 3, observamos outro Altar Peji, representando em outro espaço de culto e adoração, localizado na Aldeia Pedra d'Água (Terreiro Pedra d'Água).

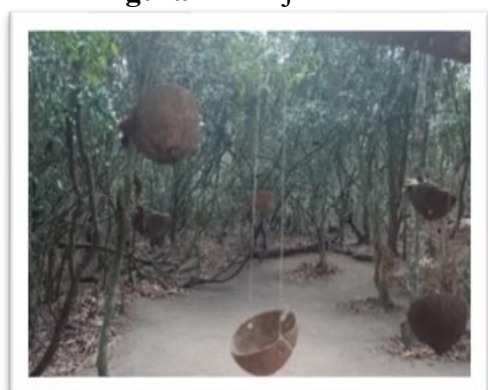
Figura 3 – Altar de Adoração – Altar Peji



Fonte: Os autores, 2024.

O altar (figura 3-A) compreendendo uma construção em formato triangular constituída por madeiras e palhas, ornamentadas por flores. E no seu interior (figura 3-B), observamos materiais utilizados no ritual (cesta, pratos, velas e barretina — véu sagrado dos Xukuru do Ororubá). A figura 4, representa o coité. Um objeto confeccionado com a quenga do coco, servindo como cuia. É utilizada nos rituais Xukuru do Ororubá. Enquanto a figura 5, representa a Jurema dos Xukuru. Essa planta é sagrada para o povo Xukuru do Ororubá, ocupando um aspecto representativo junto ao Altar Peji, da qual se produz a bebida servida no coité durante o toré.

Figura 4 – Objeto no Toré – Coité



Fonte: Os autores, 2024.

Figura 5 – Exilir “Bebida” – Jurema



Fonte: Os autores, 2024.

A Jurema é uma planta de cor verde com folhas pinadas (partem do prolongamento do pecíolo). A partir da raiz ou casca é produzida a bebida, (alguns povos indígenas em Pernambuco, chamam o “vinho da Jurema”) (Batista, 2024), a qual é colocada no coité e compartilhada no ritual do Toré. Em sua preparação, a água de Jurema preta é elaborada por um líder de clado importante durante e após o ritual, sendo distribuída aos participantes e aos encantados de luz, quando descem ao final do Toré (Vieira, 2018).

Após o ritual do Toré é possível que pessoas não indígenas participem apenas em observadoras deste momento, cujos indígenas preparam a bebida para ser distribuída aos visitantes, sendo da casca da árvore, pois como a Jurema está relacionada com o ritual e o encontro com os Encantados, somente os indígenas presentes compartilham do “elixir” da raiz. Na figura 6, observamos a Igreja Nossa Senhora das Montanhas, na Aldeia Vila de Cimbres, que para os Xukuru do Ororubá, a santa é a representação da Mãe *Tamain*, um espírito de luz maior, protegendo, cuidando e orientando os indígenas.

Essa igreja de origem católica romana — Nossa Senhora das Montanhas (6-A) — cujo ritual ocorre em seu interior, no período junino (24 de junho a 2 de julho), na festa de São João e em comemoração à Mãe *Tamain* (6-B), com a celebração de danças e músicas pelas graças alcançadas e conquistas realizadas no interior da igreja e externamente. Ainda que os Xukuru do Ororubá estejam envolvidos em um contexto espiritual sagrado com as entidades sobrenaturais “os Encantados”, aderiram as representações da religião católica cristã, por influências dos padres oratorianos, mostrando o poderio e o julgo do catolicismo sobre outras expressões socioculturais e crenças.

Figura 6 – Igreja Nossa Senhora das Montanhas – Mãe *Tamain*



Fonte: Os autores, 2024.

A figura 7 (A e B) compreende o espaço de sacrifício — Aldeia Vila de Cimbres, uma área central onde é realizada a queima da lenha (festa de São João e adoração a Mãe Tamain). É acesa grande fogueira de madeira (recolhida um dia antes, sob a orientação dos Encantados), sendo colocada em frente a cruz de madeira, fixada sobre base verde de concreto.

Figura 7 – Espaço de Adoração e Culto – Espaço de Sacrifício



Fonte: Os autores, 2024.

Após o término da comemoração, os Xukuru do Ororubá seguem para o Salão São Miguel, próximo ao templo católico romano. A cada ano, é estabelecido um local diferente para se coletar a madeira, sendo o retorno ao mesmo espaço, somente após 10 anos, demonstrando respeito ao ambiente e consciência ambiental.

Categoria: Símbolos Poder e Espiritualidade — busca do poder espiritual para orientação do povo Xukuru do Ororubá. *Subcategoria: Força e Cura Espiritual* - a Casa de Cura, a Pedra do Caboclo, a Pedra do Conselho, Pedra do Rei do Orubá e o Cemitério. Na figura 8, temos a “Casa de Cura”, um espaço utilizado para rituais de cura e adoração aos encantados do povo Xukuru do Ororubá, localizada na Aldeia Couro d’Antas. A construção envolve elementos da natureza (barro, madeira e palha), sendo erguida sob orientação dos espíritos de luz “Encantados”.

Figura 8 – Espaço de Cura e Culto – Casa de Cura



Fonte: Os autores, 2024.

Este espaço é um símbolo de espiritualidade, que transmite cura, força e poder para os indígenas, sendo utilizado para ritos e encontros com os Encantados. Segundo Vieira (2018), a Casa de Cura representa uma bioconstrução em que se realizam os encontros espirituais e também o Toré. Nesse local são discutidas as técnicas ancestrais e a chamada medicina tradicional, que utiliza à natureza para curar os indígenas, as quais foram suprimidas no período colonial (Oliveira, 2018). Na figura 9, temos a Pedra do Caboclo (os que não possuem terra), representando um espaço de cura localizada na Aldeia Couro d’Antas.

Figura 9 – Monte Sagrado – Pedra do Caboclo



Fonte: Os autores, 2024.

A Pedra do Caboclo é um monte rochoso com depressões em área de vegetação verde e seca, onde os indígenas sobem para meditação e para a busca de forças, energias e orientação espiritual. O local também é conhecido como Laje do Caboclo “um afloramento rochoso que pode ser alcançado por uma trilha a partir do Terreiro” (Vieira, 2018, p. 49). Na figura 10, temos a Pedra do Conselho, localizado na Aldeia Vila de Cimbres, e representa um local de encontro para decisões, culto e meditação do povo Xukuru do Ororubá.

Figura 10 – Monte Sagrado – Pedra do Conselho



Fonte: Os autores, 2024.

A Pedra do Conselho “Pedra do Rei”, é caracterizada como um pequeno afloramento rochoso, no qual os Xukuru do Ororubá se reúnem apenas no período junino, para meditação e encontro com os Encantados. A celebração ocorre à meia-noite, somente com a presença dos indígenas. Existe a narrativa que, quando um indígena durante o ritual, subindo na rocha escorregar e cair, morrerá no ano corrente. Na figura 11, temos a Pedra do Rei Orubá, uma grande e elevada estrutura rochosa. Um local de reverência do povo Xukuru do Ororubá, localizada na Aldeia Pedra d’Água.

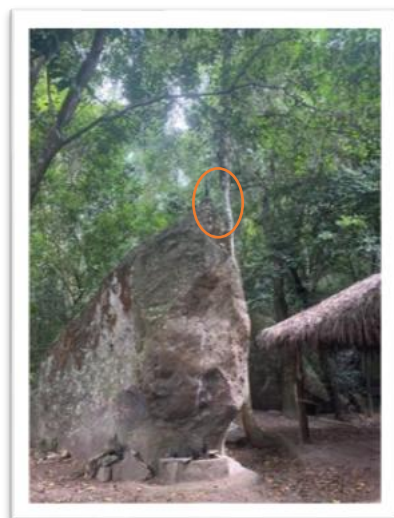
Figura 11 – Monte Sagrado – Pedra do Rei do Orubá



Fonte: Os autores, 2024.

Próximo à Pedra do Rei do Orubá, existe uma vegetação densa que constitui a Mata da Pedra d’Água, com uma clareira para o Terreiro e dançar o Toré. Também o cemitério indígena, onde estão “plantados” Xicão e outros indígenas, para que deles “nasçam novos guerreiros”. Na figura 12, temos o cemitério apenas de indígenas Xukuru do Ororubá. E guarda os corpos dos grandes líderes e representantes do povo indígena, e nele são realizados rituais em devoção àqueles que, embora não existem materialmente entre nós, mas que se tornaram Encantados de Luz.

Figura 12 – Espaço de seres “plantados” – cemitério indígena



Fonte: Os autores, 2024.

O acesso ao cemitério requer pequena caminhada. O espaço no qual estão “plantados” alguns indígenas, dele emergem forças e orientação espiritual. Na figura 12, observamos uma elevação rochosa e em cima, a imagem de Padre Cícero. Isso demonstrando as influências do catolicismo romano popular nas práticas religiosas indígenas. Ao lado, o espaço de culto e orientação espiritual, quando ocorrem celebrações das mobilizações, conquistas e casamentos.

Categoria: Símbolos Elementos de Comunhão — fé ao sobrenatural e orientação espiritual. *Subcategoria: Elevação Cultural e Espiritual* — Casa das Sementes, Espaço Mandaru e vestimentas e adornos. Na figura 13, temos a Casa das Sementes — Mãe Zenilda, localizada na Aldeia Couro d’Antas. E foi construída em formato circunferencial e de tijolos aparentes. Em seu interior encontramos o Altar Sementeira, quadros com imagens dos sábios e sábias Xukuru do Ororubá, laboratório de plantas medicinais e “lojinha” de artesanatos

Figura 13 – Espaço de culto e encontros – Casa das Sementes



Fonte: Os autores, 2024.

O formato circunferencial, remete a um círculo e a uma ciclagem, em que todos presentes desempenham papéis importantes. Assim, todos podem olhar entre si, promovendo uma unidade em movimento, gerando novos rumos e perspectivas. O local compreende um espaço de diálogos e discussões para o público em geral, com palestras, ensaio de grupo musical e encontros com os líderes indígenas, comemorações e festividades. Na figura 14, temos o Espaço Mandaru, localizado em Pedra d'Água, no qual ocorre as Assembleias Xukuru do Ororubá e outras atividades religiosas.

Figura 14 – Espaço de culto e encontros – Espaço Mandaru



Fonte: Os autores, 2024

O Espaço Mandaru compreende uma “casa” em formato triangular, construída com madeira e palha seca, no qual ocorre anualmente a Assembleia. É rodeado por outras “casinhas”, que durante as festividades servem como local de mostra artesanal e outras artes, além de uma cozinha para preparar a alimentação dos participantes. Esse espaço promove aspectos das expressões socioculturais, apresentando-se como um elemento identitário (Burke, 2017). Na figura 15, observamos vestimentas e adornos específicos utilizados pelos Xukuru do Ororubá, em eventos religiosos ou festivos. Sobre suas cabeças estão as barretinas confeccionadas com palha de coqueiro, que representa o manto sagrado, configurando um símbolo da identidade.

Figura 15 – Vestimentas e adornos do povo indígena Xukuru do Ororubá



Fonte: Os autores, 2024.

Observando as imagens, percebe-se em seus pescoços, colares de cores brancas e pretas confeccionados com sementes lágrimas-de-Maria, utilizados com entrelaçamentos em formato de cruz sobre o tórax, atuando como um elemento de proteção religiosa. Nos braços e pernas percebemos cordões de cor branca como representação de força. E saiotas, os tacós de palha de coqueiro e as pinturas naturais retangulares na cor preta (força e proteção). Os desenhos corporais remetem a busca de uma similaridade com pele das serpentes cascavel (guerras e lutas) e jiboia (cerimônias). Existem ainda o maracá, um instrumento para chamar os Encantados e o Jupago que é um cajado de madeira; ambos utilizados no Toré.

Categoria: Símbolos Ritos e Cânticos — musicalidade e dança. *Subcategoria: Movimentos e Musicalidade* — o Toré. Na figura 16, temos um símbolo de grande relevância para os Xukuru do Ororubá — o ritual do Toré. Realizado na Aldeia Couro d’Antas, cujas imagens representam uma sintaxe, do que Barthes (2018), denominou como uma sequência de momentos estabelecidos em etapas para compor um conjunto de situações, as quais individualmente conotariam várias interpretações, mas que juntas, possibilitam a sua completude e compreensão em magnitude.

No Toré ocorrem movimentos circulares com passos fixos e firmes, cujos indígenas dançam e professam através de músicas, com repetição de falas, a sua fé, sendo sempre guiados por um representante do grupo. Esse ritual é realizado junto ao Altar Peji

e bebendo a Jurema no Coité. Diante disso, a fotografia atua como um tipo de signo, representando uma das formas de compartilhamento simbólico e socialização de vivências (Souza, 2019).

Figura 16 – Momento no ritual do Toré



Fonte: Os autores, 2024.

Categoria: Símbolos Sujeitos Xukuru — símbolos personificados em seres humanos. *Subcategoria: Representação de Conhecimento, Força e Lutas* - Mãe Zenilda, Cacique “Xicão” (Encantado de Luz) e Cacique Marcos.

Na figura 17, observamos sujeitos representantes como símbolo dos Xukuru do Ororubá, que através de conhecimentos, valores e ativismo político são exemplos de representatividade para os indígenas. Para Pierce (2000), as pessoas podem tornar-se símbolos, quando estabelecido por convenção social, ou seja, representa algo significativo para um grupo ou sociedade. Também, Ribeiro (2010), em que o sujeito adquire valor simbólico e significados diversos para aquela comunidade, por meio da projeção social.

Figura 17 – Indígenas símbolos dos Xukuru do Ororubá



Zenilda

Cacique “Xicão”

Fonte: Captada na 24ª Assembleia Xukuru, Alefia Pedra d’Água - Pesqueira, 2024.



Cacique Marcos

Fonte: Os autores, 2024.

Entendemos então que, para alguém ser um símbolo enquanto pessoa, houve uma corporificação através de fatores específicos cunhados socialmente. São considerados pessoas respeitadas e caracterizadas como exemplos a serem seguidos, tornando-se símbolos. E emergem nos Xukuru como símbolos de conhecimentos, força e ativismo pelos direitos indígenas, destacam-se Dona Zenilda, Cacique “Xicão” (Encantado de Luz e Cacique Marcos, conforme figura 17 (A, B e C), respectivamente.

Esta tríade representa pessoas influentes no povo e que inspira respeito, esperança e fé. Com trajetórias de vidas narradas por todos que frequentam os espaços socioculturais, sendo exemplos para outros indígenas. Vale ressaltar que, ao se estabelecer uma pessoa como símbolo de um povo, ocorreu uma convenção social definida por aqueles que acompanham mudanças socioculturais. Esses indígenas, surgiram e foram acolhidos socialmente como exemplos. Então, os sujeitos-símbolos emergem com finalidades e significados específicos, fortalecendo os processos socioculturais e identitários do povo Xukuru do Ororubá.

Dona Zenilda, liderança do povo Xukuru do Ororubá. Por meio dela, as mulheres se veem como líderes e com posição no grupo, podendo seguir para além de mães, exemplos de força e sabedoria no povo indígena. A sua presença conota respeito a todos, porque em outros tempos, a figura de uma mulher indígena estava condicionada a estática e sem movimento, como vista a submissão, a ingenuidade e a inexperiência (Maas; Morales, 2022).

Cacique “Xicão” (Encantado de Luz), líder dos Xukuru do Ororubá. O herói do povo, pois atuou contra as ações dos fazendeiros invasores nas terras indígenas. Um exemplo de bravura se materializando em imagens (fotos, pinturas e esculturas), demonstrando o quanto foi/é um símbolo para todos os indígenas. O Cacique Marcos, ainda menor de idade foi incumbido de assumir a liderança Xukuru do Ororubá, após o assassinato do seu pai, a mando de fazendeiros. E entendeu que seria um orientador do povo, mediante as adversidades que os indígenas enfrentavam naquele momento. Isso ainda que, inconscientemente, contribuiu para que se tornasse aquele que continuaria a atuação de “Xicão” Xukuru, o que reforça as ideias de Peirce (2020), destacando que um símbolo novo somente poderá emergir através de um outro ou outros símbolos.

Outrossim, ainda jovem, teve uma responsabilidade significativa na condução do seu povo a um novo desbravamento, pois o símbolo “evoca uma comunidade que foi dividida e que se pode reagrupar (...)”. Assim, “o sentido do símbolo revela-se naquilo que é simultaneamente rompimento e união de suas partes separadas” (Chevalier; Gheerbrant, 2020, p. 21), cuja esperança e coragem o tornaram um símbolo para o povo Xukuru do Ororubá.

Considerações finais

A captação fotográfica apresentada sobre os símbolos socioculturais do povo Xukuru do Ororubá, expressa a identidade e promove reflexões sobre a construção de memórias e narrativas deste povo, estabelecendo um fragmento do espaço geográfico, sem descaracterizar o processo sociocultural e identitário indígena. Assim, a fotografia atuou como um elemento reflexão nos estudos socioculturais acerca dos Xukuru, sendo possível estabelecermos uma visão específica sobre esses indígenas na Aldeia Vila de Cimbres, em atividades e contextos diversos, possibilitando um diálogo com/sobre os conhecimentos deste povo.

A análise dos aspectos simbólicos conotam uma forte relação com o sobrenatural — os Encantados. Os Espíritos de Luz que os guiam e orientam quanto aos passos e decisões, principalmente, a Mãe Tamain, a qual representa uma divindade com grande poder, sendo considerada, um espírito superior. Outros símbolos foram materializados e caracterizados por meio de pinturas, artesanatos, espaços, altares, rochas “pedras”, “montes”, “casas”, músicas, danças e rituais, compondo a identidade Xukuru, sendo de grande importância local e na afirmação da sua diversidade étnica.

Cada espaço e elemento utilizado pelos Xukuru do Ororubá detém uma narrativa própria com grande representatividade construídos por orientação espiritual, sendo importantes para composição a identidade enquanto sujeito. Acreditamos que a forma de sua construção triangular e circunferencial, tenha relação com equilíbrio e unidade. A barretina é o símbolo Xukuru do Ororubá, representa um aspecto da identidade indígena.

Assim Zenilda, o Cacique “Xicão” (um Encantado de Luz) e o Cacique Marcos representam símbolos enquanto pessoas, que detém representatividade e respeito no povo indígena. As ações realizadas proporcionaram a materialização enquanto símbolos, cujos relatos e as narrativas durante os momentos observados conotaram essa evidência. Existe necessidade de explorarmos outros contextos para além da fotografia, como as músicas, cujas letras contém evocação às relações com a natureza e podem oportunizar novos olhares sobre os cânticos, utilizados durante os rituais dos Xukuru do Ororubá.

Referências

BATISTA, Mercia Rejane Rangel. *De Caboclos da Assunção a Índios Truká*: Estudo sobre a Emergência da Identidade Étnica Turká. Campina Grande: EDUFCG, 2024.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Lisboa edições, 2016.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*: ensaios críticos III. Portugal: Edições 70, 2018.

BAITELLO JUNIOR, Norval. *A era da iconografia*: reflexões sobre imagem, Comunicação, Mídia e Cultura. São Paulo: Paulus, 2014.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. São Paulo: Pontes Editores, 2023.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular*: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Unesp, 2017.

BENITES, Flavio Joselino. A importância política do Cacique Xicão para mobilizações dos indígenas na Região Nordeste do Brasil. *ZIZ – Revista Discente de Ciência Política*, v. 1, n. 1, p. 90-116, 2022. DOI: 10.22409/ziz.v1i1.51913. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ziz/article/view/51913/31050>. Acesso em: 28 mar. 2025.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. José Olympio, 2020.

CORREA, Cristiane A; LABURÚ, Carlos E; SILVA, Osmar H. de Moura. Leitura conotativa de um signo artístico: estratégia para potencializar o debate de conteúdos científicos nas aulas de física. *Ciências & Ideias*, Nilópolis, v. 9, n. 3, p. 106-124, 2018. Disponível em: <https://revistascientificas.ifrj.edu.br/index.php/reci/article/view/993/617>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MAAS, Maria Letícia Briseño; MORALES, Thalía Érika Bernabé. Desigualdad y mujeres indígenas en los espacios educativos: pedagogías en investigación social en Oaxaca, México. *Quaestio: Revista de Estudos em Educação*, v. 2, n. e022041, p. 1-23, 2022. DOI: 10.22483/2177-5796.2022v24id4848. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/4848/4708>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MAUAD, Ana Maria. Usos e funções da fotografia pública no conhecimento histórico escolar. *História da Educação [Online]*, v. 19, n. 47, p. 81-108, 2015. DOI: 10.1590/2236-3459/47244. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/CCJZ3LYLT7xV6RrDcRpbTmb/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 28 mar. 2025.

MELO, Constantino José Bezerra de. *O Ritual Sagrado: a religião indígena do povo Xukuru do Ororubá*, Pesqueira e Poção/PE. Olyver, 2020.

NEVES, Rita de Cássia M. Itinerário terapêutico, Biomedicina e atuação das equipes multidisciplinares de Saúde nos índios Xukuru do Ororubá, em Pernambuco e nos Tapuias de Tapará, no Rio Grande do Norte, Brasil. *CSONline - Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, v. 33, p. 19-39, 2021. DOI: 10.34019/1981-2140.2021.33402. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/33402>. Acesso em: 28 mar. 2025.

NEVES, Rita de Cássia Maria. *Dramas e performances: o processo de reelaboração étnica Xukuru nos rituais, festas e conflitos*, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103043>. Acesso em: 28 mar. 2025.

OLIVEIRA, José Wellington Carneiro de; CANEJO NETA, Laura Maria Sampaio; SPENCER, Maria Eduarda Valois; AZEVEDO, Maria Luiza Rebêlo de; MATOS, Nathalie Robeiro Pessoa; FEITOSA, Saulo Ferreira. Xeke Ketir – Casa de Cura Xukuru do Ororubá: reorientando a formação médica através da Educação Popular em Saúde. In CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; RODRIGUES, Ana Maria Espíndola; PEREIRA, Elina Alice Alves de Lima; ARAÚJO, Rena Soares de; ALENCAR, Islay Costa (orgs.). *Vivência de Extensão em Educação Popular no Brasil*, v. 2: Extensão e Educação Popular na Reorientação da Formação em Saúde. João Pessoa: CCTA, 2018. p. 41-60.

PAIÃO, Jéssica dos Santos; MARQUES, Elizabete Aparecida. Revisitando a Segunda Tricotomia se Peirce: uma proposta de análise. *Acta Semiotica et Lingvistica*, v. 19, n. 2, p. 24-37, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/actas/article/view/23450/12895>. Acesso em: 28 mar. 2025.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

RIBEIRO, Emílio Soares. Um estudo sobre o símbolo, com base na Semiótica de Peirce. *Estudos Semióticos*, v. 6, n. 1, p. 46-53, 2010. Disponível em: <https://revistas.usp.br/esse/article/view/49258/53340>. Acesso em: 28 mar. 2025.

RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. Análise e tematização da imagem fotográfica: determinação, delimitação e direcionamento dos discursos da imagem fotográfica. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, v. 8, n. 2, p. 268-269, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ci/a/bxHqRptRFCB8k9vNFJmnhnG/?format=pdf&lang=pt.>

Acesso em: 28 mar. 2025.

SEVERINO, Antonio José. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Anderson Thiago Monteiro da; FRANCA, Suzane Bezerra de; NEVES, Ricardo Ferreira das. A Bioarte do Instituto Oficina Cerâmica Francisco Brennand: um estudo sobre as contribuições para o ensino e a aprendizagem nas Ciências Biológicas por meio da perspectiva dos mediadores. *Ciência & Educação (ONLINE)*, v. 29, p. 1-18, 2023.

DOI: 10.1590/1516-731320230038.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/5KBGnrVzJmKXWMhxxh5nFjFx/?format=pdf&lang=pt.>

Acesso em: 28 mar. 2025.

SILVA, Beatriz B. da; GONÇALVES, Cláudio U; SANTOS JUNIOR, Avelar Araújo; PINTO, Luana E. Oliveira. *Limolaygo Toype*: as assembleias indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá. *Revista NERA*, v. 23, n. 54, p. 186-211, 2020.

DOI: 10.47946/rnera.v23i54.7917.

Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/7917/5706.>

Acesso em: 28 mar. 2025.

SILVA, Rosimeire Alves da, & GUIMARÃES, Maricélio Medeiros. Arte Educação: facilitando o ensino de Morfologia. *EDUCERE - Revista de Educação da Unipar*, v. 4, n. 1, p. 55-64, 2004.

Disponível em:

<https://revistas.unipar.br/index.php/educere/article/view/179/153.>

Acesso em: 28 mar. 2025.

SILVA, Edson. Cultos e devoções Xukuru a santos católicos: história, reelaboração cultural e resistência indígena no Nordeste. *Fronteiras: Revista de História*, Campo Grande, MS, 7(14): 37-48, jul./dez. 2003.

Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/13480/6904.>

Acesso em: 28 mar. 2025.

SILVA, Edson. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988*. 2. ed. Recife: Editora UFPE, 2017.

SOUZA, Lúcia Helena Pralon de. As imagens dos livros didáticos de Ciências para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e as visões de Saúde que veiculam. *Revista Horizontes*, v. 37, n. e019042, p. 1-18, 2019.

DOI: 10.24933/horizontes.v37i0.735.

Acesso em: 28 mar. 2025.

VIEIRA, João Luiz da Silva. *O Terreiro de Toré da Boa Vista como espaço sagrado do povo Xukuru do Ororubá, Pesqueira-PE*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2018.

Disponível em:

<https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/handle/123456789/159.>

Acesso em: 28 mar. 2025.

Artigo recebido em 23/04/2025

Artigo aprovado para publicação em 24/10/2025

Editor (a) responsável: Luiza Ciurcio Possebon

HUMANISMO, *VIRTÙ* E A VIDA PÚBLICA NO DECORRER DO MOVIMENTO RENASCENTISTA: Entre a *Vita Activa* e a *Vita Contemplativa*

HUMANISM, *VIRTÙ*, AND PUBLIC LIFE THROUGHOUT THE RENAISSANCE MOVEMENT: Between *Vita Activa* and *Vita Contemplativa*

Jordana Eccel Schio¹

Resumo: Este artigo propõe uma breve revisão historiográfica sobre o humanismo nos séculos XIV e XV na Península Itálica e sobre como o termo foi mobilizado pela historiografia. Analisamos a atuação dos humanistas, especialmente na corte papal, como homens de saber que valorizavam a *vita activa* em detrimento da contemplação. Examinamos ainda o papel da *virtù* na formação do indivíduo, considerando seu contexto histórico, mas sobretudo as interpretações e debates produzidos nos séculos XX e XXI.

Palavras-chave: Humanismo, *Vita Activa*, *Virtù*.

Abstract: This paper proposes a brief historiographical review of humanism in the Italian Peninsula during the 14th and 15th centuries, addressing how the term has been mobilized in historiography. We analyze the agency of humanists, especially within the papal court, as men of letters who prioritized the *vita activa* at the expense of contemplation. We also explored the concept of *virtù* in the formation of the individual, considering its historical context, but above all the interpretations and debates produced in the 20th and 21st century.

Keywords: Humanism, *Vita Activa*, *Virtù*.

Introdução

Neste artigo, analisamos a consolidação do humanismo entre os séculos XIV e XV e, de forma breve, como o termo foi mobilizado pela historiografia dos séculos XX e XXI. Tais homens de saber voltavam sua atenção à ação cívica e à educação pelos *studia humanitatis*, visto que, a cada geração, alguns passaram a se reconhecer aptos a mobilizar sua liberdade para se tornarem arquitetos e exploradores do próprio destino (Skinner, 1996, p. 119). Os sujeitos se preocuparam em cultivar as melhores habilidades, em busca do mais elevado grau de fama e glória para seu nome.

Examinamos o papel dos humanistas, especialmente nas cortes papais, e como alguns contribuíram para a consolidação do humanismo durante o movimento renascentista. Revisitamos o debate historiográfico sobre a tensão entre *vita activa* e *vita contemplativa*,

¹ Doutoranda em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em História pela mesma instituição. E-mail: jordanaschio06@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7892-9499>. Bolsista CAPES.

analisando as contribuições de historiadores para a compreensão dessa problemática. Este estudo tem como foco a análise historiográfica do humanismo na Península Itálica, mobilizando pesquisas dos últimos séculos para compreender a formação e o desenvolvimento do ideal de *virtù*, considerando seu contexto histórico nos séculos XIV e XV, mas, principalmente, as interpretações e debates produzidos pela historiografia dos séculos XX e XXI.

As bases do humanismo durante o movimento renascentista

O historiador da arte Ernst Gombrich (1974, p. 25-26) escreveu que as pessoas que ficaram conhecidas como *Umanista/umaniste* ou, como costumamos nos referir, “humanistas”, eram homens que enfatizavam a importância da linguagem. A maioria atuava como diplomata, chanceler, secretário papal ou de governos laicos, esses indivíduos eram habilidosos na escrita de cartas e elaboração de discursos. Em sua maioria não eram teólogos, mas leigos. O historiador frisou que o termo humanismo, diferente de *umanista*, é uma invenção do século XIX cunhada por aqueles que estudavam o renascimento¹. O historiador britânico Quentin Skinner (1999, p. 43) referiu-se ao romano Quintiliano (35-100) e à obra *Institutio oratoria*, que exaltava o orador, sobretudo quando este dominava três *scientiae*, além da própria retórica, a poesia, a história e a filosofia moral.

O historiador da arte alemão Erwin Panofsky (1991, p. 20) escreveu que o conceito de *humanitas* foi formulado por sujeitos próximos de Cipião, o Moço, mas o orador, filósofo, político romano Cícero (106a.e.c.-43a.e.c.) foi o defensor explícito do termo durante o período da República Romana. Sendo que não era uma qualidade que diferenciava os homens dos animais, mas *Homo humanus* dos bárbaros ou do indivíduo vulgar. Entendemos que uma das vanguardas do movimento renascentista foram os humanistas. A respeito desse grupo, o filósofo brasileiro Newton Bignotto explicou que:

Genericamente, o termo humanismo diz respeito a todas as figuras centradas no homem, ou que têm por base uma consideração privilegiada da posição humana no mundo. Em outras palavras, trata-se de uma tomada de posição em favor do homem e, não necessariamente, uma reflexão sobre ele, o que constituiu o núcleo de uma antropologia filosófica. No contexto que é o nosso, importa recordar que o termo encontra sua origem na palavra latina *humanitas* e servia para indicar a aquisição de uma educação liberal através dos *studia humanitatis*: língua, literatura, história, filosofia moral. Esse sentido era corrente desde o século XV na Itália. Já a designação *umanista* servia, no jargão acadêmico italiano, para indicar um professor,

ou mesmo um estudante de literatura ou de matérias consideradas afins pela época, como a retórica. Assim, de maneira ampla, podemos dizer que o humanismo descreve a relação que estudiosos dos mais variados matizes entretiveram com o passado greco-romano e com a interpretação e atualização do conteúdo dos textos dos grandes autores do mundo antigo (Bignotto, 2021, p. 16-17).

O filósofo e historiador italiano Eugenio Garin (1994, p. 91) também ponderou a respeito dos humanistas e dos desafios enfrentados por esses sujeitos, pois “qualquer progresso é uma dura conquista”. Garin (1994, p. 91) descreveu o desaparecimento da crença em uma ordem divina e justa, substituída por uma visão política desprovida de ilusões, em que as forças se enfrentam de modo implacável. Enquanto Deus, quando ainda concebido, surge como uma entidade distante e incompreensível, cujos desígnios parecem contrariar tanto a justiça humana quanto as preces dos fiéis.

No decorrer da Idade Média o conceito de *humanitas* versava sobre a ideia de humanidade oposto à divindade.

Assim, a concepção renascentista de *humanitas* tinha um aspecto duplo desde o princípio. O novo interesse no ser humano baseava-se tanto numa renovação da antítese clássica entre *humanitas* e *barbaritas* ou *feritas*, quanto na aparição da antítese medieval entre *humanitas* e *divinitas*. [...] É dessa concepção ambivalente de *humanitas* que o humanismo nasceu. Não é tanto um movimento como uma atitude, que pode ser definida como a convicção da dignidade do homem, baseada, ao mesmo tempo, na insistência sobre os valores humanos (racionalidade e liberdade) e na aceitação das limitações humanas (falibilidade e fragilidade); daí resultam dois postulados: responsabilidade e tolerância (Panofsky, 1991, p. 20-21).

O historiador estadunidense Eugene F. Rice Jr (1958, p. 30) analisou que os humanistas, a partir do final do século XIV, recuperaram a *prisca sapientia* a fim de debater os méritos relativos a *vita activa* e a *vita contemplativa*. Durante a Idade Média os homens tendiam a assumir que a sabedoria era uma virtude contemplativa. Porém, para os humanistas, a sabedoria se tornou mundana, ou seja, cívica, e, além disso, não era solitária. Ademais, para ser plena e virtuosa, deveria ser demonstrada em público ou diante de seus pares. Essas práticas constituíram a matriz do humanismo, pois os homens instrumentalizaram o estudo dos clássicos para intervir nas esferas política, cultural e administrativa das cidades e repúblicas da Península Itálica.

Observamos que os humanistas tentavam se estabelecer em um mundo incerto e repleto de desafios que não tinham correspondências nos séculos anteriores. Além disso, os novos problemas foram enfrentados pelos indivíduos com a mínima intervenção de Deus. O

historiador britânico Quentin Skinner (1996, p. 94) se referiu a esse grupo como os homens que se interessaram em agir em prol do ideal de liberdade republicana, voltando a atenção para as ameaças e o que deveria ser feito para garantir a soberania. Para tanto, eles se apropriaram de ferramentas, como a preparação calcada no *studia humanitatis*, que, em linhas gerais, era uma formação voltada para o estudo da gramática, retórica, história e filosofia. Ao retomar o pensamento ciceroniano, o historiador formulou a seguinte reflexão:

O conceito dos *studia humanitatis* deriva de fontes romanas, especialmente de Cícero, cujos ideais pedagógicos tinham sido revividos pelos humanistas italianos do século XIV e vieram a exercer uma grande influência nas universidades e na condução da vida pública italiana. Os humanistas se distinguiam, acima de tudo, por abraçar uma teoria muito específica sobre qual seria o conteúdo adequado de uma educação “verdadeira humana”. Esperavam que seus alunos comessem pelo domínio do latim, passassem para a prática da retórica e a imitação dos melhores estilistas clássicos, e completassem seus estudos como uma leitura profundada da história e da filosofia moral dos antigos. Também popularizaram a crença de que esse tipo de formação oferecia o melhor preparo para a vida política. Como Cícero repetira constantemente, tais disciplinas alimentavam os valores que mais precisamos adquirir para bem servir ao nosso país: a disposição de subordinar os interesses privados ao bem público; o desejo de combater a corrupção e a tirania; a ambição de buscar os mais nobres fins entre todos: a honra e a glória não só pessoais, mas de todo país (Skinner, 2012, p. 11-13).

O historiador Garin (1996, p. 10) escreveu que a cultura humanística desabrochou nas cidades itálicas entre o século XIV e o século XV, ao passo que se manifestou no campo das disciplinas “morais”, atuando na formação dos dirigentes e oferecendo técnicas políticas mais refinadas. Consideramos que o humanismo se organizou para dar respostas aos problemas percebidos naquele momento, visto que não havia um poder hegemônico na Península Itálica naqueles séculos, ao mesmo tempo em que as ameaças eram constantes tanto por parte do imperador, ao norte, bem como pelos pontífices, instalados na região central da península.

Interpretamos que as práticas e os ideais humanistas não se difundiram de modo uniforme pela Península Itálica e posteriormente pela Europa. Ao contrário, se consolidaram gradualmente, geração após geração. Nesse sentido, alinhamos nossa análise à perspectiva do historiador Gombrich (1974, p. 35), que defendeu que o renascimento deve ser compreendido como um movimento. Algo que é proclamado, visto que atraiu seguidores, formou grupos aliados e facções, assim como houve os *outsiders* e aqueles que tinham outras preocupações. O que tornou o movimento renascentista algo bem-sucedido foi a economia, a posição social dos leigos, o novo papel das cidades. O seu começo tem algumas

características bem delimitadas, como a formação calcada no *studia humanitatis*, o domínio da *ars rhetorica* e o aperfeiçoamento da *virtù*.

O historiador britânico Peter Burke (1993, p. 83) frisou que é quase impossível determinar quando terminou esse movimento. Segundo o autor, alguns estudiosos buscam por datas, como 1520, 1600, 1620 e outros vão além do século XVII, contudo é difícil determinar quando o movimento chegou ao fim. Em função das regiões envolvidas e os seus diversos atores, por isso “fim” não é o melhor termo, mas “desintegração”. Reconhecemos que não há limites geográficos e cronológicos bem delimitados para o renascimento itálico e a sua irradiação pela Europa, mas para a nossa análise tomamos o recorte do século XIV e o século XV.

Os humanistas e a circulação nas cortes papais

Entre as figuras que se destacaram nas primeiras gerações de humanistas está o poeta, diplomata e cronista aretino Francesco Petrarca (1304-1374), reconhecido como um dos precursores do movimento, em parte devido aos quinze anos que viveu em Avignon, no território francês. Durante esse período, prestou serviços à cúria, o que lhe permitiu conhecer obras que não circulavam na península e interagir com intelectuais daquela região francesa, enriquecendo sua formação e a sua capacidade de observação das adversidades. O humanismo, na sua origem, deve muito ao deslocamento da corte papal do centro da península, visto que parte desse grupo se instalou em Avignon em 1308 e permaneceu na região por quase setenta anos (Skinner, 1996, p. 218). Isso garantiu que houvesse uma movimentação dos homens de saber entre a península e a porção sul da França.

Petrarca “desenvolveu uma abordagem inovadora ao passado que era simultaneamente pessoal e histórica” (Quillen, 2005, p. 41). Para Panofsky (1981, p. 29), Petrarca elaborou uma nova interpretação para a história, porque os pensadores cristãos das gerações anteriores percebiam o tempo como uma evolução continua desde a criação do mundo. Inclusive, por ser um admirador do trabalho do pontífice, Petrarca cumpriu diversas missões em favor do papa Clemente VI (1342-1352) (Quillen, 2005, p. 41). Assim, em 1343 o humanista teria viajado até Nápoles a pedido de Clemente VI, o quarto pontífice eleito no período em que a cúria se instalou em Avignon. Naquela ocasião, o humanista almejava que o tribunal papal fosse restaurado em Roma.

O historiador medievalista judeu-austriaco Walter Ullmann (2003, p. 207) destacou que o papado atuou como anfitrião para muitos homens de saber e pensadores. Dessa forma, o humanista Poggio Bracciolini (1380-1459) e o cronista e filólogo romano Lorenzo Valla (1407-1457) gozavam de prestígio em Roma, ainda que Valla (de forma independente do cardeal e humanista germânico Nicolau de Cusa (1401-1464) tenha determinado de forma incontestável que o documento da Doação de Constantino era uma grande fraude.

Outro aspecto que merece destaque nesse trânsito entre itálicos e franceses, foi o avanço na cultura retórica na Península Itálica, pois se baseou na imitação das antigas tradições de instrução das escolas catedrais francesas (Skinner, 1996, p. 219). O currículo escolástico da Universidade de Paris atraiu muitos alunos do território vizinho. Assim, a partir do século XIII, a teoria moral e política aristotélica paulatinamente passou a ser difundida nas universidades itálicas (Skinner, 1996, p. 73). Segundo Panofsky (1991, p. 22) A Idade Média desenvolveu e restaurou a herança do passado, copiando obras de arte clássica, usando Aristóteles e Ovídio, sem deixar em segundo plano obras dos contemporâneos.

Em torno disso o movimento humanista se organizou na Península Itálica principalmente no decorrer do século XIV, quando a corte papal retornou para Roma. Segundo o historiador irlandês Eamon Duffy (1998, p. 134), Nicolau V (1447-1455) foi o primeiro papa humanista, pois, além de buscar apaziguar os conflitos entre as famílias romanas, se aproximou dos reis e de outros príncipes. As transformações promovidas durante seu pontificado não se limitaram à esfera política, isso porque houve também mudanças físicas, com reformas e construções na área urbana, e renovação no campo intelectual.

Esses interesses e iniciativas se anunciavam antes mesmo de sua eleição, quando Nicolau V ainda era o cardeal Tommaso Parentucelli (1397-1455), nomeado em 1422. Ele demonstrava grande interesse pelas traduções de textos gregos para o latim, prática comum entre os humanistas no início do século XV, mas que atingiu novos patamares durante seu pontificado, entre as décadas de 1440 e 1450 (Haan, 2023, p. 191-192). Outrossim:

Enviaram-se emissários a toda a Europa em busca de manuscritos raros, e o pontífice se encarregou pessoalmente de encomendar boas traduções latinas do grego pagão e dos clássicos cristãos. [...] Um dos frutos da união entre as igrejas do Oriente e do Ocidente alcançada no Concílio de Florença foi a chegada ao Ocidente de João Bessarion, antigo arcebispo de Nicéia, que Eugênio fizera cardeal. O “Cardeal de Nicéia” tornou-se um ímã para os sábios gregos que buscavam patronagem no Ocidente, e seus protegidos tiveram um papel decisivo no projeto de Nicolau. Com o tempo, este

chegou a criar uma biblioteca com mais de mil preciosos volumes em grego e latim, o núcleo da futura Biblioteca do Vaticano (Duffy, 1998, p. 137).

A cada geração, o humanismo ganhava espaço nas cortes papais, e outros homens de saber, bem como futuros pontífices, surgiam como protagonistas. O humanista florentino Giannozzo Manetti (1396-1459) traduziu algumas obras para Nicolau V (Haan, 2023, p. 191). O cardeal Eneas Sívio Piccolomini (1405-1464) se tornou papa Pio II em setembro de 1458 até a sua morte, em 14 de agosto de 1464. Além das prerrogativas do cargo, foi poeta, orador e humanista, mas acima de tudo era fascinado pelos textos da Antiguidade e pelo uso correto do latim (Chambers, 2006, p. 53). O pontífice ainda escreveu a obra *De viris illustribus*, que incluiu o relato biográfico de vários cardeais e membros de sua família, além da autobiografia *Commentaries*, revelando o fascínio de Piccolomini pela guerra, embora tentasse, ao mesmo tempo, negá-lo (Chambers, 2006, p. 55). Tudo isso sem deixar de acolher humanistas e diversos homens de letras em sua corte.

Todavia, isso não era unânime entre os Vicários de Cristo, por exemplo, Calisto III (1455-1458) paralisou todos os projetos arquitetônicos do predecessor posto que a sua principal preocupação era reconquistar Constantinopla. O pontífice também interrompeu a ampliação do acervo da biblioteca papal falando aos homens, “vede como se dissipou o tesouro da Igreja” (Duffy, 1998, p. 142). Em 1475, durante o pontificado de Sisto IV (1471-1484), tio de Giuliano Della Rovere (1443-1513), futuro papa Júlio II (1503-1513), foi criada a biblioteca. Na bula de fundação, o papa Della Rovere buscou atribuir para si o crédito dessa iniciativa (Duffy, 1998, p. 144). Na ocasião, o humanista Bartolomeu Platina² (1421-1481) foi nomeado o responsável pela organização e aquisição de novas obras.

Numerosos manuscritos clássicos, patrísticos, gregos e latinos foram reunidos em Roma. Durante o pontificado de Nicolau V, bem mais de mil manuscritos foram adicionados à Biblioteca Vaticana, e ainda mais durante o reinado de Sisto IV, tornando-a o maior e mais bem organizado centro de material manuscrito disponível. Graças a Nicolau V, muitos manuscritos de Santo Agostinho, Boaventura e Tomás de Aquino ainda existem³ (Ullmann, 2003, p. 207, tradução nossa).

Foi também no decorrer do governo sistino que a universidade romana passou a abrigar diversos homens das letras, como, o humanista e cronista grego Ioannes Argyropulos (1414-1487), o humanista Francesco File Ifo (1398-1481), o humanista Domizio Calderini (1446-1478), o tradutor e humanista florentino Bartolommeo della Fonte (1446-1513) e o poeta e humanista Paolo Marsi (1440-1484) (Kai-Kee, 1983, p. 32). Frisamos que esses

homens mantinham estreitas relações com cardeais, membros da aristocracia romana e mecenas. Notamos que, em meados do século XV, Roma exercia forte atração sobre homens de letras, e, nas décadas seguintes, o número de humanistas que se dirigiram à cidade aumentou gradualmente.

Ao longo daquelas décadas, Roma foi palco da atuação de notáveis humanistas, que participaram intensamente da vida cultural e administrativa da corte papal. Citamos, por exemplo, o cronista, antiquário, filólogo, latinista e precursor da arqueologia Flavio Biondo (1388-1463), nomeado secretário da chancelaria durante o pontificado de Eugênio IV (1431-1447), que, após a morte do patrono, permaneceu na cidade a pedido de seus sucessores, Nicolau V, Calisto III e Pio II. A respeito dessa preocupação com os livros e as letras, salientamos que:

A transformação da Roma renascentista em um centro cultural fez parte de uma campanha consciente de restauração. O entusiasmo de Nicolau V pelas letras é bem conhecido. “Todos os estudiosos do mundo vieram a Roma na época do Papa Nicolau, em parte por conta própria e em parte a seu pedido.” Nem todos os papas eram apoiadores entusiastas das letras. Considerando suas próprias realizações literárias, a atitude de Pio II em relação aos literatos foi decepcionante, e a desconfiança de Paulo II provocou a “revolta” da Academia Romana. As artes e as letras receberam mais apoio de Sisto IV, embora seu histórico seja algo ambíguo. Sisto parece ter tido pouco apreço pelas letras, mas era sensível ao efeito que a presença de estudiosos e artistas famosos tinha sobre a imagem pública da corte⁴ (Kai-Kee, 1983, p. 4, tradução nossa).

No início do século XVI, o papa Júlio II destinou uma parcela do tesouro da Igreja para reformas urbanas e projetos artísticos. Em vista disso, os melhores homens daquela geração faziam parte de sua corte, como o escultor e pintor Michelangelo Buonarroti (1475-1564) e o pintor Rafael Sanzio (1483-1520). Ambos trabalharam em programas iconográficos de vulto, mas para este texto destacamos o afresco *Escola de Atenas*, que integra a *Stanza della Segnatura*, por ser, atualmente, um dos trabalhos mais conhecidos de Rafael.

Entre os coevos a pintura era admirada não apenas por sua beleza, mas por ser uma afirmação de Roma como fonte de todo o conhecimento naquele século (Kai-Kee, 1983, p. 9). Júlio II acolheu muitos sujeitos em sua corte, como o humanista, orador e secretário do V Concílio de Latrão (1512-1517) Tommaso Inghirami (1470-1516) também conhecido como Fedra, o bispo, mestre de cerimônias e orador Paris de Grassis (1450-1528), o cronista e secretário doméstico Sigismondo dei Conti (1432-1512) e o orador, frade agostiniano e cronista Egídio de Viterbo (1472-1532). Além de escreverem alguns livros, discursos papais,

esses homens também trabalharam na elaboração temática dos programas iconográficos encomendados pelo papa (Dotson, 1979, p. 223. Rijser, 2005, p. 347. Rowland, 1997, p. 138-141. Taylor, 2009, p. 103).

Ainda sobre o afresco feito por Rafael, identificamos diversos homens que viveram em diferentes épocas lendo, escrevendo, meditando ou discutindo com seus pares, os movimentos e poses são diversos e contrastam com uma arquitetura robusta e imponente. O arranjo exaltou o conhecimento que circulava entre os indivíduos durante o movimento renascentista e denunciou o alto nível cultural da corte de Júlio II (Kai-Kee, 1983, p. 12).

Os humanistas também atuaram em cortes laicas e na administração das repúblicas. Por exemplo, o humanista Petrarca foi sucedido na chancelaria de Florença pelo humanista e cronista Coluccio Salutati (1331-1406) (Garin, 1996, p. 25). Outros nomes, como o humanista Poggio Bracciolini (1380-1450) e o humanista, tradutor e cronista Leonardo Bruni (1374-1444), exerceram o cargo de secretário papal e também atuaram como chanceler. Para mais, todos estavam engajados na escrita de livros e na tradução de documentos. Observamos que sob o mecenato dos papas, que investiam em bibliotecas, traduções e encomendas artísticas, esses humanistas não apenas aperfeiçoavam suas habilidades, mas se tornavam protagonistas de uma corte em que o saber se convertia em instrumento de prestígio e poder.

Da vita activa à virtù: perspectivas historiográficas

No campo da historiografia, o historiador germano-estadunidense Hans Baron e o historiador Eugenio Garin se destacam como os principais nomes do século XX na discussão sobre os ideais de *vita activa* e *vita contemplativa*. O historiador italiano argumentou que:

[...] no chamamento, tão rico, à virtude humana, à virtude que vence o destino, que muda os dados do destino e constrói o seu mundo, que dá às coisas um novo rosto, com essa *arte* humana que conjuga ciência e poesia. É este o humanismo civil florentino do século XV, de Leon Battista Alberti e de Pico, com a sua transposição do humanismo filológico e retórico ao plano de uma metafísica do homem criador. Que é, creio, a mensagem mais profunda de todo o Renascimento (Garin, 1994, p. 85).

Para Garin a valorização da criatividade e da criação era fundamentada no exercício da virtude, porque aqueles homens estavam impelidos a aperfeiçoar todas as capacidades humanas a fim de moldar o próprio destino e transformar o mundo. No decorrer da sua jornada, Baron desenvolveu seu argumento calcado nos eventos políticos vividos pelos

homens a partir de 1400 que estavam engajados na sobrevivência da liberdade cívica. Logo, o exercício de uma *vita activa* estava relacionado à necessidade dar respostas para a crise florentina a partir da defesa da república e resistência à tirania. A tese de Baron foi pioneira na abordagem, uma vez que o historiador defendeu que houve uma ruptura no campo político entre o findar da Idade Média e o surgimento do humanismo, fruto de uma crise política que ocorreu em Florença, a partir de 1402. Em vista disso, Baron cunhou o conceito de humanismo cívico (Bignotto, 2021, p. 16), porque naquele momento a liberdade republicana da cidade estava ameaçada. Logo, novas ideias políticas foram formuladas com uma proposta de compromisso ativo diante dos problemas enfrentados por aqueles homens.

O trabalho de Baron mobilizou diversas discussões, uma delas diz respeito a descontinuidade de ideias dos séculos anteriores. Contudo, os documentos mostram que as concepções políticas mobilizadas no decorrer do movimento renascentista já eram debatidas pelos sujeitos no decorrer do medievo, pois os ideais aristotélicos circulavam entre os homens de saber. Compreendemos que a discussão tinha um engajamento menor durante a Idade Média, pois uma das principais vertentes de pensamento se baseava nas obras de Agostinho. Visto que, os debates políticos se agudizaram a partir de 1300. O historiador Skinner (1996, p. 7) retomou a tese de Baron de que, até os primórdios do *Quattrocento*, o pensamento político não apresentava preferência teórica pela República nem clara valorização da “doutrina cívica” de Cícero. Contudo, argumentou que muitos elementos dessa consciência já circulavam antes, sobretudo por meio da teoria política escolástica.

Bignotto (2021, p. 72) salientou que a construção de uma nova maneira de ver os problemas políticos, a partir do uso da herança grego-romana, é um dos traços mais originais do renascimento e serviu para fundar as bases do pensamento político moderno. Os humanistas foram contratados por reis, príncipes e aristocratas para encontrar e traduzir os textos, criando algumas bibliotecas particulares, isso permitiu que obras fossem revisitadas e ideais de *vita activa* e de *vita contemplativa* fossem discutidos. Bignotto (2021, p. 72) apontou que Salutati seguiu os passos de Petrarca, pois se empenhou em resgatar manuscritos escondidos pelo território europeu. Em vista disso, “ele contribuiu, por exemplo, para o retorno dos estudos de língua grega em sua cidade, patrocinando a vinda de um professor de Bizâncio, Chrysoloras” (Bignotto, 2021, p. 73).

Isso foi um reflexo do estreitamento de relações entre os homens de saber de bizâncio e os indivíduos do território itálico (Haan, 2023, p. 193). Essa ação permitiu que muitos sujeitos entrassem em contato com as obras escritas na Antiguidade. Assim, a cada geração

mais humanistas se dedicavam ao trabalho de tradução de diversas obras clássicas. Thomas Linacre (c. 1460-1525) pode ser tomado como exemplo, pois chegou à península em 1487 para aperfeiçoar os estudos de medicina em Pádua, mas num curto espaço de tempo passou a se dedicar ao estudo do grego, em Roma, e a partir de então se dedicou as práticas médicas e aos estudos dos clássicos com igual sucesso (Skinner, 1996, p. 216).

Ainda sobre o humanista Salutati e suas práticas no decorrer da vida, podemos citar que “em torno do chanceler se desenvolveu, assim, um grupo de estudiosos que seriam tomados pela paixão de descobrir um mundo que havia sido escondido pela cultura medieval e que comportava uma maneira inteiramente diversa de olhar para a vida na terra” (Bignotto, 2021, p. 73). A especulação era uma via, mas a partir da tradução e estudos dos textos paulatinamente houve uma preponderância da vontade, sendo o conhecimento mais uma ferramenta que capacitava o homem a moldar seu destino a fim de buscar pela *virtù* e alcançar a glória eterna.

O historiador neozelandês John G. A. Pocock (2021, p. 84) ponderou que desde os tempos dos filósofos gregos, Platão (428a.e.c.-347a.e.c.) e Aristóteles (384 a.e.c.-322 a.e.c.), era debatida de maneira intermitente os méritos da vida dedicada à atividade social — a *vita activa* –, e uma vida consagrada a busca filosófica — a *vita contemplativa*. No decorrer do movimento renascentista tal contenda veio à tona novamente, mas com mais intensidade, visto que os medievais foram presumivelmente a favor da contemplação, porque as preocupações dos filósofos e dos cristãos não eram com as coisas deste mundo (Pocock, 2021, p. 84). Muitas ordens religiosas praticavam uma vida de clausura, distante dos prazeres mundanos e devotadas à contemplação.

O historiador brasileiro Felipe C. Teixeira (2010, p. 109-110) escreveu que a busca pelo equilíbrio entre vida ativa e ócio não era particular dos humanistas, porque o filósofo Aristóteles, na *Ética a Nicômaco*, e romanos, como, o filósofo Cícero e o filósofo Sêneca (c. 4 a.e.c.-65), levaram essa distinção para o debate sobre a *res publica*. Ainda sobre os valores ativos e contemplativos dos humanistas, Pocock também apontou que:

[...] Optar pelos valores cívicos não significava comprometer-se por completo com a causa política do republicanismo, e optar pelos valores contemplativos não significava expressar uma total desilusão com a república. O humanista era ambivalente entre a ação e a contemplação. Era próprio do seu *métier* como intelectual assim ser, podendo perfeitamente praticar sua ambivalência no quadro da república. Portanto, o humanismo, como um todo, não se tornou “cívico”, quando triunfou a república, ou “contemplativo”, quando ela caiu em desgraça, e o movimento dos

indivíduos entre as duas preferências não necessita ser explicado como resposta aos acontecimentos políticos (Pocock, 2021, p. 87-88).

Seguindo essa mobilização do saber antigo em contraste com os desafios daquele movimento, eles compreendiam que, por suas práticas, estavam vivenciando um momento distinto das gerações anteriores. A contar da capacidade de acesso as obras da antiguidade e graças a prática da patronagem, indivíduos como Petrarca, Salutati, Bruni, o florentino Matteo Palmieri (1406-1475), entre outros humanistas do *Trecento* e do *Quattrocento*, cunhou o termo renascimento a fim de se diferenciar das gerações anteriores (McLaughlin, 1988).

A duração tanto da Idade Média bem como do renascimento não era um consenso entre os humanistas (McLaughlin, 1988, p. 141). Isto porque, o amadurecimento desse movimento passou por diversas etapas. No decorrer do *Trecento* ocorreu o reaparecimento da poesia vernácula com o florentino Dante Alighieri (1265-1321), o mesmo se deu com a poesia latina e a prosa a partir de Petrarca. Durante o *Quattrocento* a produção humanista ganhou um novo fôlego com a redescoberta dos trabalhos de Cícero. O historiador britânico Martin L. McLaughlin (1988, p. 142) destacou que não se deve aceitar a afirmação do historiador suíço Jacob Burckhardt (1818-1897) de que o renascimento estava relacionado ao descobrimento do homem, mas sim a redescoberta da crítica literária.

Além da dedicação com a interpretação dos textos clássicos, os humanistas também se preocuparam com os problemas mais gerais do pensamento social e político (Skinner, 1996, p. 232). Para tanto, se desenvolveu um gênero literário de tipo didático, chamado espelho de príncipe, a fim de instruir e propor um modelo ideal de conduta para os líderes e outros sujeitos renascentistas. A intensão dos humanistas que escreviam esse tipo de livro era para “dar um sentido principalmente religioso e moral à ordem política e, mais especificamente, ao cargo do príncipe⁵” (Foresta, 2013, p. 51, tradução nossa). Além da apresentação do que deveria ser um soberano, o conteúdo versava sobre o que era necessário para ter um comportamento justo, uma boa educação e as qualidades necessárias para as atividades cívicas (Foresta, 2013, p. 51).

Tais conselhos eram pautados por uma vida pública aliada com a formação calcada pelo *studia humanitatis*. Aquele gênero literário carregava outra característica, uma vez que “podiam ter um destinatário específico ou ser dirigidos aos governantes em geral; a dedicatória que precede os escritos expressa um desejo de reconhecimento e apreço do autor por parte do destinatário ou um vínculo, real ou apenas imaginado, entre eles⁶ (Foresta, 2013,

p. 51, tradução nossa). “Numerosos humanistas também escreveram livros de aconselhamento destinados já não apenas a reis e príncipes, mas também a seus cortesãos, nobres, conselheiros e magistrados” (Skinner, 1996, p. 233). Em vista disso, muitos se consideravam conselheiros políticos e tentaram fazer carreira como secretários ou embaixadores de seus governantes (Skinner, 1996, p. 235).

Além de dedicarem livros, alguns humanistas também atuaram como secretários papais, prestando serviços diretamente à cúria romana. Contudo, os textos e obras elaborados nesse período mantinham um caráter secular e eram frequentemente direcionados aos príncipes, ou seja, não havia nenhum tipo de exclusividade entre as partes. Bignotto (2021, p. 81) destacou que a Igreja e os valores vinculados a ela não foram descartados, Salutati, assim com outros humanistas, seguiu sendo devoto e crente na força das escrituras, mas havia uma relação de submissão e distância entre esses homens e o clero.

Eventualmente os humanistas eram demandados para defender os interesses locais, pois eram patrocinados pela administração da cidade. Assim sendo, os recursos necessários para a formação, em alguns casos, advinham dessa relação. Em Milão os humanistas eram dependentes da patronagem de duas casas, os Visconti e os Sforza (Quillen, 2005, p. 50). A historiadora Carol Everhart Quillen comentou em qual circunstância o humanismo ganhou espaço em Roma.

[...] Roma inspirou os humanistas desde Petrarca, mas só se tornou um centro de atividade humanista quando os papas que enfrentaram o desafio do conciliarismo viram no humanismo um aliado poderoso. Ao apoiar um movimento intelectual que cada vez mais definia os termos do discurso político e cultural e estabelecia os critérios para o êxito artístico, o papado aumentou seu prestígio. O papado empregava humanistas como escritores, secretários, copistas e arquivistas. Eugênio IV (1431-47) trouxe vários humanistas importantes, incluindo Flavio Biondo, para Roma. Nicolau V (1447-55) contratou Lorenzo Valla e reuniu uma biblioteca importante. Pio II (1458-64), nascido Aeneas Sylvius Piccolomini (1405-64), era ele próprio um autor, poeta e secretário imperial humanista consumado quando iniciou sua carreira eclesiástica⁷ (Quillen, 2005, p. 51, tradução nossa).

Duffy (1998, p. 144) escreveu que os humanistas disputavam os cargos como secretário papal bem como as funções mais burocráticas, sendo que, no auge, mais de cem trabalharam para a cúria romana. Eles também atuaram para criar uma linguagem com o intuito de consolidar Roma como a capital espiritual. Não encontramos um aprofundamento da discussão sobre os modelos de *vita activa* e de *vita contemplativa* para o corpo eclesiástico, pelo menos não tivemos contato durante a escrita deste texto.

O historiador Stephen D. Bowd (1999, p. 41) escreveu que o humanista, cronista e cardeal veneziano Pietro Bembo (1470-1547) se dedicou, por um período, a procurar um meio de combinar o *otium* e o *negotium*. Assim:

Embora essa busca tenha sido impulsionada por traços melancólicos de sua própria personalidade e exacerbada pelas guerras na Itália, é claro que sua luta pessoal para reconciliar ação e contemplação foi compartilhada por seus amigos, embora de uma maneira mais abertamente religiosa. A carta anônima de 1513 expressa sentimentos que estão em consonância com os de Bembo e seu círculo, demonstrando que todos esses homens viviam em um mundo onde o sagrado e o profano estavam intimamente conectados⁸ (Bowd, 1999, p. 41, tradução nossa).

Essa reflexão de Bembo ocorreu entre 1500 até 1513 e coincidiu com o período de pontificado de Júlio II, as invasões do exército francês e o assédio militar contra Veneza. Contudo, a partir da mobilização dos humanistas, especialmente no *Quattrocento*, e da recuperação do contexto histórico, é possível compreender como o debate foi estruturado para atender às demandas e adversidades enfrentadas pelos estratos laicos das cidades itálicas. Ao passo que, esse movimento resultou na valorização das ações individuais, voltadas para moldar o próprio destino e superar os desafios impostos pela realidade política e social. Ou seja, os ideais de *vita activa* e *vita contemplativa* mobilizados a partir da tinta dos humanistas, repercutiram diretamente nas práticas individuais e *vice-versa*.

Essa boa relação com os homens dos altos estratos da sociedade e com os príncipes era uma garantia aos humanistas do acesso aos textos clássicos e as traduções. Citamos o caso do humanista romano Lapo da Castiglionchio (c. 1316-1381) que traduziu a obra *Vida de Péricles*, escrita pelo filósofo e biógrafo grego Plutarco (46-120), para Giovanni Vitelleschi (1390-1440), que se tornaria cardeal em agosto de 1437. Isso aconteceu, segundo o historiador estadunidense Christopher S. Celenza (1999, p. 5), porque Lapo almejava pelo mecenato praticado pelos homens da cúria. Assim, os esforços desse humanista eram direcionados para fazer parte desse círculo. Tanto que:

Quando o cardeal Casanova morreu em março de 1436, fechando para Lapo um importante canal para os escalões superiores de patronagem curial, Lapo dedicou suas traduções de *Vida de Teseu* e *Vida de Rômulo* de Plutarco ao cardeal Prospero Colonna e tornou-se parte de sua casa, então em Florença⁹ (Celenza, 1999, p. 5, tradução nossa).

Compreendemos que, esses homens dedicaram muitas páginas ao elogio de um príncipe ou de uma figura pública, porque além de refletir sobre os problemas de sua época,

eles também competiam por atenção, por prestígio e por gratificações financeiras. Eles prestavam seus serviços para as cidades e os reinos, em muitas ocasiões eles eram acolhidos pelas famílias mais abastadas seja para um serviço específico ou por anos. Além do domínio das letras e dos idiomas, essencial para o trabalho de tradução e de traduções atualizada dos textos antigos, houve o resgate da retórica como modelo de comunicação para as correspondências, documentos e livros. Durante a Idade Média a retórica se descolou da vida política e passou a ser considerada uma arte menor, mas depois de Petrarca ocorreu uma nova mudança e desde então ela impactou a política itálica (Bignotto, 2021, p. 74-75).

A partir do século XII, principalmente em Bologna, o estudo da retórica foi direcionado para a escrita de cartas oficiais e documentos, com clareza e força persuasiva (Skinner, 1996, p. 50). Os *dictatores*, ou seja, os instrutores da *Ars Dictaminis*, elaboraram, a cada geração, um conjunto de regras formais e modelos que foram seguidos por aqueles que redigiam as cartas para os papas, os príncipes e os homens envolvidos com cargos administrativos e jurídicos.

Os padrões de escrita eram tomados para se reportar a diferentes situações e eventos. Além disso, “outro importante avanço da *Ars Dictaminis* ocorreu no início do século XIII. Por essa época, tornou-se praxe combinar o ensino da arte de escrever cartas com a assim chamada *Ars Arengendi*, a arte de fazer discursos públicos formais, ou arengas” (Skinner, 1996, p. 52). Essa combinação conferiu à retórica um caráter político bem como público, que se desdobrou em textos sobre a história das cidades, em um tom de celebração e promoção do local (Skinner, 1996, p. 52-53), e em livros de conselho dirigidos a *podestà* e a outros magistrados (Skinner, 1996, p. 54-56).

Baron (1988, p. 63) ressaltou que os humanistas passaram a valorizar a história das cidades como uma maneira de atingir a *sapientia* e atuar de uma forma satisfatória diante eventos que se sucediam pelo território itálico. Compreendemos que recriando um passado para cidades e acentuando a liberdade que essas regiões haviam conquistados, se criava uma ideia de não subordinação as forças externas, como o papado, a partir de Roma, e o império, ao norte. Para Skinner (1996, p. 94) “os humanistas concentraram suas preocupações em torno do ideal de liberdade republicana, voltando a atenção, acima de tudo, para as ameaças que podem pairar sobre ela e para os modos como é possível garanti-la”. Quillen (2005, p. 32) observou que os humanistas tinham interesse em tornar o passado relevante para eles e seus contemporâneos, por isso recuperaram os textos antigos e buscaram neles novas traduções e interpretações.

A maior parte dos humanistas do século XIV e do século XV buscaram conciliar os estudos com a vida pública, um exemplo disso está na carreira de Salutati e Bruni, uma vez que eles se sucederam no cargo de chanceler de Florença¹⁰. Poggio e o arquiteto, cronista, arquiteto, músico, pintor e humanista Leon Battista Alberti (1404-1472) tiveram envolvimento direto com missões diplomáticas e, ainda que brevemente, desempenharam funções políticas. Em 1434, o humanista Alberti assumiu o cargo de secretário papal (Skinner, 1996, p. 94).

O humanista Pier Paolo Vergerio (1370-1444) estudou direito civil em Florença nos anos 1390 (Skinner, 1996, p. 94) e fez parte da chancelaria papal como secretário, porque era próximo do cardeal Guillaume Fillastre (1348-1428) (Baron, 1966, p. 192). Segundo Baron (1966, p. 105), por volta de 1417, Vergerio se transferiu para a chancelaria do Imperador Sigismundo (1368-1437). Skinner (1996, p. 94) mencionou outros humanistas, como:

Giannozzo Manetti (1396-1459) recebeu uma educação jurídica e humanística em Florença, serviu mais de vinte anos em diversas comissões e conselhos da República, passando depois à cúria papal, para terminar sua carreira como secretário do rei de Nápoles (Martines, 1963, pp. 179-84, 190-1). E Matteo Palmieri (1406-75) seguiu uma carreira parecida, porém ainda mais bem-sucedida, representando Florença em pelo menos oito missões como embaixador, além de exercer diferentes cargos na cidade num total de mais de sessenta vezes, uma carreira jurídica e administrativa que se prolongou por quase meio século (Martines, 1988, p. 192).

A atuação dupla deixava esses homens diante de um dilema. Sobre isso, Skinner avaliou que:

É significativo que considerem a questão nos termos do clássico debate humanista sobre os méritos opostos do *otium* e do *negotium* - da vida de quietude e contemplação, contraposta à vida da atividade e dos negócios. E a resposta imediata que sempre lhes ocorre — com frequência num estilo bastante satírico — é que nenhum homem virtuoso e sábio jamais abandonará uma vida consagrada à cultura para fazer carreira nos assuntos públicos (Skinner, 1996, p. 235-236)

Alguns humanistas argumentavam que a vida de *otium* era preferível, pois os negócios públicos eram governados pela hipocrisia e pelas mentiras (Skinner, 1996, p. 236). Porém, para Bruni e seus sucessores, o ideal de *negotium* e um engajamento integral nas questões da cidade era visto como a vida mais digna para Bruni e seus sucessores (Skinner, 1996, p. 136). As discussões entre *otium* e *negotium* quase sempre se resolviam em favor das práticas ativas nos negócios do governo (Skinner, 1996, p. 237). Em vista disso, a maioria dos humanistas

também atuou de forma contínua ou intermitente tanto nos assuntos do governo dos príncipes quanto como secretários papais, entre outros cargos públicos.

Esse grupo era composto por homens inseridos em um contexto social privilegiado e abastado, o que tornava as ideias que circulavam entre eles inacessíveis à maioria dos indivíduos. Muitos homens ainda investiam na aquisição de livros e de manuscritos para consolidar sua influência, tanto no meio em que atuavam quanto perante seus patronos. Bignotto (2021, p. 136) escreveu que o humanismo não nasceu nas universidades e os primeiros expoentes raramente exerciam alguma atividade nesses espaços. Isso porque o interesse deles estava na cena política e nas atividades públicas, e as discussões ocorriam entre os mestres e os discípulos.

No decorrer do século XV o humanista se dedicava ao ensino ou estudo de um conjunto de disciplinas, como a Gramática, a Retórica, a História, a Poesia e a Filosofia Moral (Cardoso, 2017, p. 22), estudos baseados em textos de autores gregos e latinos (Canning, 2021, p. 93). Em termos políticos, essa formação humanista fornecia as ferramentas para que os homens atingissem a *virtù* e os píncaros da fama e da glória. Isso se tornava possível por meio de demonstrações públicas de sucesso, seja pelo domínio das habilidades mentais e físicas, seja pela capacidade de lidar com o imponderável de maneira eficaz. Bignotto (2021, p. 131) apontou uma particularidade a respeito da *virtù*, para tanto citamos:

[...] a história está cheia de filhos de homens nobres, que tiveram um comportamento aviltante e indigno de seus pais. Para o humanista, não resta dúvida de que não existe transmissão hereditária da *virtù* e de que, portanto, é preciso adquiri-la ao longo da vida e manifestá-la através de atos por todos conhecidos e que sirvam à cidade e não apenas aos próprios interesses mesquinhos. O caminho para atingir esse patamar da existência é indicado pelo próprio jovem, que desde a infância se dedicou com afinco ao estudo das letras.

Por essa razão os estudos eram adotados ainda na juventude a fim de preparar os indivíduos para que construíssem o próprio destino, essa jornada também os preparava para vencer os caprichos da Fortuna e alcançar a fama, a honra e a glória. Ademais, tal formação habilitava os homens para que realizassem grandes feitos. O homem capacitado para uma vida ativa era capaz de obter o reconhecimento de todos. Essa excelência foi captada pelos sujeitos que se dedicaram ao desenho, a pintura, a escultura e outras manifestações artísticas. Gombrich (2012, p. 224) apontou que Florença foi a vanguarda de uma nova arte. Baron (1955, p. 3-5) também analisou que entre o *Trecento* e o *Quattrocento* houve uma ruptura no

campo das artes promovida pelo escultor florentino Donatello (1386-1466) e o pintor Masaccio (1401-1428), entre outros sujeitos dessa geração.

Outra transformação ocorreu no campo do saber. Baron (1955, p. 6) citou que da cidade florentina ideias se espelharam por todo território itálico. Isso ocorreu a partir de Petrarca, Bruni, Poggio, junto com outros humanistas, e se deu, principalmente, pelo resgate das teses clássicas. Segundo o historiador, no decorrer do século XIV, o humanismo era composto por professores de gramática e funcionários das chancelarias ligadas aos príncipes e eclesiásticos, localizados no norte da península, no papado de Avignon e nos arredores de Roma.

O historiador Rice Jr. (1958, p. VIII) explorou a concepção de sabedoria elaborada pelos humanistas. Posto que, para o historiador, ela foi sendo cercada de um caráter secular e gradualmente foi desassociada da revelação cristã (Rice Jr., 1958, p. 3). O historiador também analisou de que forma isso influenciou o debate sobre os ideais.

A Idade Média, preferindo a vida contemplativa, tendia a assumir que a sabedoria era uma virtude contemplativa. O *Quattrocento* italiano desafiou essa suposição. Tomás de Aquino normalmente confinava a sabedoria ao conhecimento do ser imaterial e à contemplação, “vibrante de alegria e deleite”, de Deus. [...] Os humanistas florentinos imaginam a possibilidade de uma sabedoria cujo significado é ético, em vez de metafísico, e ativo, em vez de contemplativo. Eles dão à palavra significados laicos e cívicos que sugerem o mundo tanto quanto o claustro e a universidade. Na mente de alguns humanistas — e com a oposição consciente de outros — a sabedoria torna-se mundana de maneiras precisas: é cívica, não solitária; inclui as coisas humanas entre seus objetos; está mais preocupada com a ação virtuosa do que com o conhecimento da verdade¹¹ (Rice Jr., 1958, p. 30, tradução nossa).

A sabedoria do indivíduo não estava atrelada a contemplação e o isolamento, mas ao seu uso cívico. A vida sábia precisava incluir a ação prudente, logo era inadequado uma vivência de puro *otium* (Skinner, 1996, p. 129). Em vista disso, uma tese cada vez mais comum para os humanistas era de que todo o conhecimento deveria ter um uso prático (Skinner, 1996, p. 237). Por isso a atuação pública passou a ser tão valorizada pelos humanistas, príncipes e outros membros do governo, sendo que a combinação ideal era dos estudos e o envolvimento nas questões do governo. Assim, a vida pública passou a ser essencial, porque um homem de ação deveria presar pelo bem comum e não pelos caprichos particulares. Em vista disso:

É dever do príncipe reconhecer que “nasceu para o Estado” e “não para sua própria fantasia”; é dever de qualquer um que o aconselhe garantir que ele “não considere os emolumentos pessoais, mas antes o bem-estar do país”; e é função básica das leis promover “o avanço da república” de acordo com “os princípios fundamentais de equidade e honestidade” (Skinner, 1996, p. 241).

Bignotto (2021, p. 68) se refere a trajetória de Salutati, pois “dedicar-se ao serviço da pátria podia levar à redescoberta de valores que haviam sido deixados de lado com a adoção de um modelo de vida que já não lhe parecia adequado para a situação histórica vivida por sua cidade”. A vida especulativa em si mesma não gerava os frutos esperados para o bom funcionamento da cidade, era incentivado que o conhecimento adquirido fosse colocado em prática na vida pública e na resolução das adversidades.

[...] [eles] editavam e traduziam textos clássicos; imitavam estilos e gêneros clássicos; e argumentavam que a gramática latina, a história antiga e a leitura de autores antigos, de Platão aos padres da igreja, forneciam uma educação moral melhor do que a dialética e filosofia escolásticas. Ao mesmo tempo, debatiam as implicações de tomar aspectos do passado como modelo cultural e competiam entre si por empregos, fama e patronos¹² (Quillen, 2005, p. 44, tradução nossa).

Baron (1955, p. 7) identificou que a partir de 1400 ocorreu uma ruptura no campo das ideias políticas. Durante o *Trecento*, ocorreram algumas transformações que não estavam fundamentadas em uma crise socioeconômica. Sua origem residia na defesa da liberdade cívica e na busca pela independência da república florentina, considerando que a autoridade sobre a Península Itálica era disputada pelos imperadores e pelos pontífices. Para o historiador, a busca por independência foi decisiva para vida intelectual da cidade de Florença. Baron (1988, p. 55-56) escreveu que por várias gerações após Petrarca se discutiu sobre os ideais de *vita activa* e *vita contemplativa*.

O historiador Baron (1988, p. 61) destacou que esse movimento almejava criar uma variedade de interesses eruditos que eram perseguidos por membros de uma cidadania política ativa, como, funcionários do governo e comerciantes. Essa cultura que emergiu visava educar o humanista para ser um bom cidadão e membro de sua sociedade e *respublica*. O conhecimento e a ação deveriam ser colocados à disposição da coisa pública. Observamos que isso perpassou o debate feito pelos humanistas a respeito dos modos de *vita activa* e *vita contemplativa*. Ambas tinham importância para os homens, porém, durante o movimento renascentista, a primeira foi exaltada em detrimento da segunda.

A partir da obra do humanista Alberti, o filósofo brasileiro Jonathan Molinari realizou que aqueles termos possuíam uma dimensão totalmente humana. Então:

O homem pode legitimamente abandonar-se à contemplação, na medida em que é lícito tender à serenidade e à paz. Quem escolhe esta via, entretanto, não busca a visão beata de Deus, mas quer apenas evitar os tormentos ligados à vida política: a sua virtude consiste no servir de modo diverso à coletividade, acrescentando, por exemplo, o saber no campo das artes e das ciências. Em Alberti, escolhem-se as aporias inerentes à dialética entre liberdade e necessidade porque estão colocadas no plano de interesses comuns, em uma dimensão prática em que o espaço do agir humano coincide com o dever de fazer florescer as melhores obras humanas na plena consciência de sua efemeridade (Molinari, 2017, p. 50-51).

Era legítimo tomar o caminho da contemplação para alcançar a paz e a serenidade, mas como uma forma indireta de contribuir com o bem comum, pois o fruto desse tempo recolhido deveria ser empregado no avanço das artes e da vida política, por exemplo. Durante a Idade Média se almejava ser virtuoso pelo exercício da contemplação e do isolamento, ou seja, no âmbito privado. No decorrer do movimento renascentista, houve uma valorização da ação nos assuntos públicos como uma via para que se atingir a *virtù*. A liberdade que o homem conquistou a partir do século XIV para trilhar o seu destino deveria ter como objetivo final a realização de grandes feitos públicos e em benefício da cidade.

Compreendemos que no decorrer do movimento renascentista, alguns sujeitos mobilizaram o ideal de *vita activa* e de *vita contemplativa* a fim de buscar soluções para as adversidades de diferentes naturezas que emergiam no território itálico. Skinner (1996, p. 129) observou que “[...] a convicção cada vez mais difundida de que uma vida consagrada ao puro lazer e contemplação (*otium*) tende a exceder em valor — e mesmo em sabedoria — uma vida na qual se dê maior apreço às atividades úteis (*negotium*)”. Assim sendo, um modelo foi valorizado em detrimento do outro, mas partimos da premissa que houve uma tentativa de conciliar ambos para atingir o bem comum.

Temos acesso a uma parcial¹³ do trabalho defendido por Ann Toms Engram, na Universidade Estadual da Flórida, em 1984. O estudo intitulado *Renaissance Humanism and the Decline of the Medieval Contemplative Ideal: na Intellectual History of the Vita Contemplativa/Vita Activa Debate*¹⁴ traçou quais foram, para o autor, as raízes da ética contemplativa e os fatores que contribuíram para o seu declínio, além de refletir sobre o papel dos humanistas na ascensão da *vita activa* como um novo ideal de conduta cristã para os indivíduos. Engram (1984, p. 1) ponderou que a diferença entre os dois ideais é profunda.

A ética contemplativa foi enfraquecida, em certa medida, pelas tendências filosóficas do final da Idade Média, notadamente pelo movimento da *via moderna* liderado por William Ockham. Contudo, foi na cidade-estado italiana, como resultado das mudanças no ambiente material e da revitalização das influências clássicas, que surgiu um novo ideal para a vida ativa. Os cristãos renascentistas desafiaram a supremacia da ética contemplativa e conceberam um ideal próprio, o *uomo universale*¹⁵ (Engram, 1984, p. 1, tradução nossa).

Contudo, gradualmente, a discussão sobre uma *vita activa* e *vita contemplativa* se resolveu em função de envolvimento ativo nos assuntos de governo (Skinner, 1996, p. 237). O historiador Bruce G. McNair (1994, p. 747) apontou que essa mudança era fruto de uma reação à visão de mundo da escolástica medieval, pois os homens defendiam a supremacia da *vita activa*, dando um valor menor para a *vita contemplativa*. A análise indicou que a *virtù*, compreendida como qualidade moral, intelectual e política, foi reelaborada pelos humanistas como princípio orientador da ação cívica e do ideal de *vita activa*, em diálogo com as concepções cristãs de virtude e salvação. Por fim, o artigo propôs revisitar o debate historiográfico feito nos últimos séculos em torno da *virtù*, refletindo sobre como esse conceito se consolidou como um dos eixos fundamentais para compreender a política do movimento renascentista.

Referências

BARON, Hans. *From Petrarch to Leonardo Bruni: Studies in Humanistic and Political Literature*. Berkeley: University of California Press, 1966.

BARON, Hans. *In Search of Florentine. Civic Humanism Essays on the Transition from Medieval to Modern Thought*. Vol. I and II. New Jersey: Princeton University Press, 1988.

BARON, Hans. *The Crisis of the Early Italian Renaissance. Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny*. Vol. I. New Jersey: Princeton University Press, 1955.

BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Niterói: EDUFF, 2021.

BOWD, Stephen. Pietro Bembo and the “monster” of Bologna (1514). *Renaissance Studies*, vol. 13, n. 1, 1999.

BURKE, Peter. *El renacimiento*. Barcelona: Editora Crítica, 1993.

CANNING, Joseph. *Conciliarism, Humanism and Law. Justifications of Authority and Power, c.1400-c.1520*. University of Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

CARDOSO, Sergio. Sobre a civilização do renascimento. In: BENEVENUTO, Flávia. PINTO, Fabrina Magalhães. *Filosofia, política e cosmologia: ensaios sobre o renascimento*. São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2017.

CELENZA, Christopher S.. *Renaissance humanism and the Papal Curia: Lapo da Castiglionchio the Younger's. De curiae commodis*. United States of America: University of Michigan Press, 1999.

CHAMBERS, David. *Popes, Cardinals and War: The Military Church in Renaissance and Early Modern Europe*. London: I.B. Tauris & Co. Ltd, 2006.

DOTSON, Esther Gordon. An Augustinian Interpretation of Michelangelo's Sistine Ceiling, Part I. *The Art Bulletin*, vol. 61, n. 2, 1979.

DUFFY, Eamon. *Santos e Pecadores. História dos Papas*. Tradução Luiz Antônio Araújo. São Paulo: Cosac & Naify Edições Ltda, 1998.

ENGRAM, Ann Toms. *Renaissance Humanism and the Decline of the Medieval Contemplative Ideal: An Intellectual History of the Vita Contemplativa/Vita Activa Debate*. Ralph V. Turner. 1984. Dissertation. Florida State University. College of Arts and Sciences. 1984. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview>. Acesso em: 12 jul. 2024.

FORESTA, Patrizio. *Specula principum in Età moderna*. In: Costantino I: *Enciclopedia costantiniana sulla figura e l'immagine dell'imperatore del cosiddetto editto di Milano*. Roma: Istituto della Enciclopedia italiana, 2013.

GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento Italiano*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

GARIN, Eugenio. Interpretações do Renascimento. In: GARIN, Eugenio. *Idade Média e renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

GOMBRICH, Ernst. *A História da Arte*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GOMBRICH, Ernst. The renaissance – period or movement? In: BLACK, Robert. *The renaissance: critical concepts in historical studies*. Londres: Routledge, 1974.

HAAN, Annet den. Greek-Latin Translation at the Court of Pope Nicholas V (r. 1447-1455): The Agents That Changed the Humanist Translation Movement. In: CASTELLI, Silvia. SLUITER, Ineke. *Agents of Change in the Greco-Roman and Early Modern Periods*. Leiden, The Netherlands: Brill, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1163/9789004680012_011. Acesso em: 7 mai. 2024.

KAI-KEE, Elliott. *Social order and rhetoric in the Rome of Julius II (1503-1513)*. Berkeley: University of California, 1983.

MARTINES, Lauro. *Power and Imagination: city-states in Renaissance Italy*. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1988.

McLAUGHLIN, Martin L.. Humanist concepts of renaissance and middle ages in the tre- and quattrocento. *Renaissance Studies*, October, vol. 2, n. 2, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24409389>. Acesso em: 29 abr. 2024.

McNAIR, Bruce G.. Cristoforo Landino and Coluccio Salutati on the Best Life. *Renaissance Quarterly*, vol. 4, n. 47, 1994.

MOLINARI, Jonathan. As Leis do Cosmos e a Liberdade do Homem: Giovanni Pico della Mirandola e Leon Batista Alberti. In: BENEVENUTO, Flávia. PINTO, Fabrina Magalhães. *Filosofia, política e cosmologia: ensaios sobre o renascimento*. São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2017.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. Tomo II. São Paulo, Ipiranga: Edições Loyola, 2001.

PANOFSKY, Erwin. *Renascimento e renascimentos na arte ocidental*. Lisboa: Editora Presença, 1981.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo. Perspectiva, 1991.

POCOCK, John Greville A.. *O momento maquiaveliano: o pensamento político Florentino e a tradição republicana atlântica*. Niterói: Eduff, 2021.

QUILLEN, Carol Everhart. Humanism and the lure of antiquity. In: NAJEMY, John M.. *Italy in the Age of the Renaissance 1300-1550*. The Short Oxford History of Italy. New York: Oxford University Press, 2005.

RICE JR., Eugene F.. *The Renaissance Idea of Wisdom*. Massachusetts: Harvard University Press, 1958.

RIJSER, David. Fedra and the ‘Phaedrus’. the poet Raphael and the poetic program for the ‘Stanza della Segnatura. *Bruniana & Campanelliana*, vol. 11, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24334082>. Acesso em: 18 out. 2024.

ROWLAND, Ingrid D.. The intellectual background of the “School of Athens”: tracking divine wisdom in the Rome of Julius II. In: ed. HALL, Marcia. *Raphael’s “School of Athens”*, Cambridge University Press, 1997.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2012.

SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

TAYLOR, Paul. Julius II and the Stanza della Segnatura. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. 72, 2009. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40593766>. Acesso em: 18 out. 2024.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. *Timoneiros: retórica, prudência e história em Maquiavel e Guicciardini*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

ULLMANN, Walter. *A Short History of the Papacy in the Middle Ages*. London: Routledge, 2003.

Artigo recebido em: 03/06/2025

Artigo aprovado para publicação em: 21/10/2025

Editor (a) responsável: Leticia Ahmad Ali Marino

¹ Destacamos o verbete sobre humanismo no *Dicionário de Filosofia* do filósofo catalão José Ferrater Mora (2001, p. 1391), posto que “o termo ‘humanismo’ foi usado pela primeira vez em alemão (*Humanismus*) pelo mestre e educador bávaro F. J. Niethammer em sua obra *Der Streit des Philanthropismus und des Humanismus in der Theorie des Erziehungsunterrichts unserer Zeit* (1808). Segundo Walter Rüegg (*Cícero und der Humanismus: Formale Untersuchungen über Petrarca und Erasmus*, 1946; apud Bruno Snell, *Die Entdeckung des Geistes*, 1948, cap. XI, nota 1), em 1784 foi usado o vocábulo ‘humanístico’ (*humanistisch*). O termo ‘humanista’ foi usado em italiano (*umanista*) já em 1538 (ver A. Campana, “*The Origin of the World ‘Humanist’*”, *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, IX [1946], 60-73). Há uma estreita relação no significado de todos esses vocábulos. Niethammer entendia por ‘humanismo’ a tendência a destacar a importância do estudo das línguas e dos autores ‘clássicos’ (latim e grego). *Umanista* foi usado na Itália para designar os mestres das chamadas ‘humanidades’, isto é, aqueles que se consagravam aos *studia humanitatis*”.

² Durante a sua jornada em Roma, ele escreveu a obra *Vitae pontificum*, publicada pela primeira vez em 1479, em Veneza. O livro abrange do pontificado de Martinho V (1417-1431) até Sisto.

³ [No original] Numerous classical, patristic, Greek and Latin manuscripts came to be assembled in Rome. In Nicholas V's pontificate well over a thousand and still more during Sixtus IV's reign were added to the Vatican Library which became the greatest and best organized centre of all available manuscript material. It was due to Nicholas V that a great many manuscripts of St Augustine, Bonaventure, and Thomas Aquinas, are still extant.

⁴ [No original] The making of Renaissance Rome into a cultural center was part of a self-conscious campaign of restoration. Nicholas V's enthusiasm for letters is well known. “All the scholars of the world came to Rome in the time of Pope Nicholas, partly of their own accord, and partly at his request.” Not all of the popes were eager supporters of letters. Considering his own literary accomplishments, Pius II's attitude toward literati was disappointing, and Paul II's distrust provoked the “revolt” of the Roman Academy. Arts and letters received more support from Sixtus IV, although his record is somewhat ambiguous. Sixtus seems to have had little taste for letters, but he was sensitive to the effect that the presence of famous scholars and artists had upon the public image of the court.

⁵ [No original] [...] l'intenzione degli autori è quella di dotare di un senso soprattutto religioso e morale l'ordinamento politico e, più in particolare, l'ufficio del príncipe.

⁶ [No original] [Gli *specula*] possono avere un destinatario concreto, oppure essere indirizzati ai regnanti in generale; la dedica premessa agli scritti esprime un desiderio di riconoscimento e di apprezzamento dell'autore da parte del destinatario oppure un legame, reale o solo vagheggiato, fra essi.

⁷ [No original] [...] Rome fired the imaginations of humanists from Petrarca on, but it only became a centre of humanist activity when the popes who met the challenge of conciliarism saw in humanism a powerful ally. By supporting an intellectual movement that increasingly defined the terms of political and cultural discourse and set the criteria for artistic achievement, the papacy enhanced its prestige. The papacy employed humanists as writers, secretaries, copyists, and archivists. Eugenius IV (1431-47) brought several important humanists, including Flavio Biondo to Rome. Nicholas V (1447-55) hired Lorenzo Valla and amassed an important library. Pius II (1458-64), born Aeneas Sylvius Piccolomini (1405-64), was himself an accomplished humanist author, poet, and imperial secretary when he began his ecclesiastical career.

⁸ [No original] While this search was driven by melancholic strains in his own personality and exacerbated by the wars in Italy, it is nevertheless clear that his personal struggle to reconcile action and contemplation was duplicated in the lives of his friends, albeit in a more overtly religious way. The anonymous letter of 1513

expresses sentiments which are in accord with those of Bembo and his milieu, and demonstrates that all of these men lived in a world where the sacred and the profane were intimately connected.

⁹ [No original] When Cardinal Casanova died in March 1436, closing off for Lapo an important channel to the higher echelons of curial patronage, Lapo dedicated his translations of Plutarch's *Life of Theseus* and *Life of Romulus* to Cardinal Prospero Colonna and became part of his household, then in Florence.

¹⁰ Skinner (2012, p. 13) destacou que além dos valores atrelados a formação e a atividade como humanistas, os homens passaram a ocupar posições de prestígio no governo das cidades. “Pode-se dizer que essa prática começou com a indicação de Coluccio Salutati como chanceler, em 1375, e rapidamente tornou-se regra. Durante os anos de crescimento de Maquiavel, a primeira chancelaria foi ocupada por Bartolomeu Scala, que continuou a dar aulas na universidade durante toda a carreira pública e a escrever sobre temas tipicamente humanistas, sendo suas principais obras, um tratado moral e uma *História dos florentinos*. Durante o período de Maquiavel na chancelaria, as mesmas tradições foram mantidas vigorosamente pelo sucessor de Scala, Marcello Adriani. Este também continuou a publicar obras de estudos humanistas, entre elas um manual sobre o ensino do latim e um tratado vernáculo *Sobre a educação da nobreza florentina*”.

¹¹ [No original] The Middle Ages, preferring the contemplative life, had tended to assume that wisdom was a contemplative virtue. The Italian Quattrocento challenged this assumption. Aquinas normally confined wisdom to a knowledge of immaterial being and the contemplation, “vibrant whit joy and delight” of God. [...] Florentine humanists imagine the possibility of a wisdom whose meaning is ethical rather than metaphysical and active rather than contemplative. They give the word lay and civic meanings which suggest the world as well as the cloister and university. In the minds of some humanists — and over the now conscious opposition of others — wisdom becomes worldly in precise ways: it is civic, not solitary; it includes human things among its objects; it is more preoccupied with virtuous action than with knowledge of the truth.

¹² [No original] [...] edited and translated classical texts; they imitated classical styles and genres; and they argued that Latin grammar, ancient history, and reading ancient authors from Plato to the church fathers provided a better moral education than did scholastic dialectic and philosophy. At the same time, they grappled with the implications of taking aspects of the past as a cultural model, and they competed with each other for jobs and fame and patrons.

¹³ Devido às leis de direitos autorais, a tese está atualmente disponível digitalmente apenas no campus da Florida State University. No entanto, ao entrar em contato com o suporte do repositório digital, conseguimos obter uma parte do trabalho, pois, de acordo com as leis de *Fair Use*, é permitida a disponibilização de até 30% do material sem infringir os direitos autorais. Dessa forma, tivemos acesso ao capítulo III, *Dignifying the Secular Odyssey: Petrarch — A Scholar's Resolution of a Moral Dilemma*, e ao capítulo IV, *Dignifying the Secular Odyssey: Salutati's Ideal and Defense of the Active Christian Life*.

¹⁴ Disponível em: <https://repository.lib.fsu.edu/islandora/object/fsu%3Aetds?page=770>. Acesso em: 29 jun. 2024.

¹⁵ [No original] The contemplative ethic was weakened somewhat by late medieval philosophophical trends, namely, the *via moderna* movement led by William Ockham. But it was in the Italian city-state, as a result of the changing material environment and of revived classical influences, that a new ideal for the active life arose. Renaissance Christians challenged the supremacy of the contemplative ethic and devised an ideal of their own, the *uomo universale*.

HISTORIOGRAFIA DO CRIME E DA VIOLÊNCIA NO PARANÁ: Um Panorama Sobre os Últimos 40 Anos (1985-2025)

HISTORIOGRAPHY OF CRIME AND VIOLENCE IN PARANÁ: An Overview of the Last 40 Years (1985–2025)

Lucas Kosinski¹
Hélio Sochodolak²
Clóvis Mendes Gruner³

Resumo: Este artigo apresenta um balanço da produção historiográfica sobre o crime e a violência física no Paraná de 1985 até 2025. A pesquisa baseou-se na análise de dissertações e teses de universidades paranaenses e de outras instituições brasileiras que abordam direta ou indiretamente o tema. Os trabalhos foram sistematizados em ordem cronológica, permitindo identificar tendências, abordagens e lacunas. A síntese revelou padrões temáticos e metodológicos sobre o estado atual desses estudos, contribuindo para mapear o seu desenvolvimento e possibilidades futuras.

Palavras-chave: Debate historiográfico, Produção acadêmica, Revisão historiográfica.

Abstract: This paper presents a survey of the historiographical production regarding crime and physical violence in Paraná from 1985 to 2025. The research draws on an analysis of master's dissertations and doctoral thesis from universities in Paraná and other Brazilian institutions that directly or indirectly address this topic. The works were organized chronologically, allowing for the identification of trends, approaches, and gaps. This synthesis revealed thematic and methodological patterns regarding the current state of these studies, contributing to mapping their development and future possibilities.

Keywords: Historiographical debate, Academic production, Historiographical review.

Considerações iniciais

A história do crime e da criminalidade trilhou, na produção brasileira, um percurso, ao menos em parte, bastante próximo ao de outros países da América Latina. Se, na década de 1980, alguns dos primeiros trabalhos a utilizarem fontes criminais visavam descortinar, principalmente, aspectos do cotidiano dos trabalhadores pobres, onde o fenômeno criminal nem sempre tinha importância central, hoje, é possível falar de um campo de pesquisa consolidado, expresso em agendas compartilhadas, balanços historiográficos, vasta produção individual e coletiva, intercâmbio em eventos regionais e nacionais e crescente inserção de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros no circuito internacional, especialmente latino-americano.¹

¹ Professor da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: kosinski_lucas@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3118-4191>.

² Professor da Universidade Estadual do Centro Oeste. Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis). E-mail: sochodo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4193-0453>.

³ Professor da Universidade Federal do Paraná. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: clovisgruner@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0072-4298>.

No Paraná, o interesse inaugural sobre a História do crime e da violência remonta também aos anos 1980. A tese *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*, de Maria Ignês Mancini de Boni, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo em 1985, além de inserir as categorias vigilância e punição em meio às relações de poder da modernidade curitibana, alocou o regional nos debates de uma historiografia nacional que, aos poucos, distanciava-se da forte influência da Segunda Geração dos Annales, predominante na academia (Mancini de Boni, 1985). Na Universidade Federal do Paraná, essa situação se modificou no início dos anos 1990, quando o Programa de Pós-Graduação em História se tornou mais sensível a novas abordagens do passado.

Nessa década, Edgar Lamb escreveu *Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na província do Paraná – 1863*, destacando as disputas de imigrantes com o aparato policial curitibano. Erivan Karvat discutiu os discursos e as práticas de controle estatal dirigidas à população de mendigos na capital em *A sociedade do trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933*. Antonio Paulo Benatti redigiu *O centro e as margens: prostituição e vida boêmia na capital mundial do café (Londrina 1930-1970)*, indicando as relações existentes entre o centro e a periferia no que tange à prostituição. Marília Mezzomo Rodrigues discorreu sobre os discursos eugênicos dirigidos aos criminosos, nas revistas de medicina da Universidade Federal do Paraná em *A prevenção da decadência: discurso médico e medicalização da sociedade*. E, finalmente, Tony Hara escreveu *Caçadores de notícias: história e crônicas policiais de Londrina 1948-1970*, apresentando aspectos da cultura midiática em crimes que sensibilizaram a população (Lamb, 1994; Karvat, 1996; Benatti, 1996; Rodrigues, 1997; Hara, 1997).

Trabalhos de universidades de outros estados acompanharam a renovação, a saber: *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina – 1930/1960*, de Sônia Maria Sperandio Lopes Adum, que problematizou o “discurso da felicidade” construído pela Companhia de Terras de Londrina por meio de experiências contraditórias em processos criminais; *O policiamento e a ordem: histórias da polícia em Londrina 1948-1962*, de Rivail Carvalho Rolim, que elucidou as relações dissidentes entre a população e o aparelho policial em fase de modernização; *O comércio do prazer: prostituição em Guarapuava 1945-1964*, de Terezinha Saldanha, que abordou sob diferentes ângulos a prostituição; e *A Revolta Camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo: 1942-1952*, de Angelo

Priori, que analisou as violências no campo, bem como o autoritarismo no interior do estado (Adum Lopes, 1991; Saldanha, 1998; Rolim, 1996; Priori, 2000).

Algumas características da produção dessa primeira geração de pesquisadores são: um rompimento com os métodos comuns à Segunda Geração dos Annales; um interesse pelas vidas das pessoas simples; um diálogo com autores como Louis Chevallier, Edward P. Thompson, Carlo Ginzburg, Walter Benjamin e principalmente Michel Foucault; uma concentração analítica em Curitiba ou em poucas cidades que possuíam acervos preservados; e uma tendência, na maioria dos trabalhos da capital, em interpretar o passado através do contexto europeu.² Além disso, esse conjunto de pesquisas não consolidou, naquele momento, uma história e uma historiografia do crime no Paraná, em parte, talvez, porque em pequeno número, ou mesmo pela ausência de um esforço coordenado nesse sentido ou pelo simples fato de que boa parte dessas pesquisas não se reconhecia e reivindicava como tal. Ao passo em que esses trabalhos eram escritos, outras regiões já davam maiores contribuições às investigações sobre crime e violência.

Notas teóricas e metodológicas

Em 1991, Marcos Luiz Bretas publicou *O crime na historiografia brasileira: uma revisão recente*, salientando que as fontes criminais estavam ocupando destaque em meio aos historiadores e alertando que a violência deveria ser examinada não apenas como uma parte que compõe a vida social, mas como um recurso disponível que pode se manifestar em situações variadas na história de um país. O historiador concentrou-se nas contribuições do Nordeste e Sudeste, já que os estudos paranaenses ainda estavam em estágio inicial de desenvolvimento (Bretas, 1991).

No presente, a situação se modificou, pois no decorrer dos anos 2000, programas de pós-graduação em História foram instituídos no interior, e acervos preservados em centros de documentação. Surgiram análises sobre crime e violência, que, somadas às pesquisas que continuaram a ser elaboradas em Curitiba, originaram uma segunda geração de historiadores, consolidando finalmente um campo de investigação regional. Com o objetivo de apresentarmos um panorama desse campo e inspirados pelas considerações de Bretas no que tange aos sentidos da violência, delimitamos esta análise aos estudos que abordaram crimes e suas respectivas relações com a violência física. Quanto à metodologia, realizamos uma busca nos repositórios digitais de programas de pós-graduação em História das seguintes universidades: Universidade Federal do Paraná; Universidade Estadual de Ponta Grossa; Universidade Estadual de Londrina;

Universidade Estadual de Maringá; Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná; Universidade Estadual do Paraná; e Universidade Federal da Integração Latino Americana.

Nos bancos de dissertações e teses buscamos por resultados através das palavras-chave: “Crime”; “Violência”; “Fontes criminais” e “Fontes policiais”. Dos resultados obtidos, selecionamos os trabalhos que faziam referência ao Paraná. Para localizarmos a produção de outras instituições utilizamos o Google Acadêmico, onde buscamos por: “História do crime no Paraná”; “História da violência no Paraná”; “Fontes criminais no Paraná” e “Fontes policiais no Paraná”. Essas buscas localizaram 93 pesquisas, deste total: a Universidade Federal do Paraná produziu 33 trabalhos; a Universidade Estadual do Centro-Oeste 21 trabalhos; a Universidade Estadual do Oeste do Paraná 15 trabalhos; as universidades estaduais de Ponta Grossa, Maringá, Londrina e do Paraná 19 trabalhos; outras instituições, USP, UNESP UFF, UFRN e UFSC, 5 trabalhos. Todos foram compilados e sistematizados a partir de seus argumentos centrais, visto que a análise detalhada de cada estudo ultrapassaria os limites deste artigo. A síntese foi organizada em um recorte que abrange do Período Colonial à Última República.

O Período Colonial e Imperial

O século XVIII foi discutido por meio de embates existentes entre a sociedade civil e o clero em Curitiba e em Paranaguá. Em *Conflitos Setecentistas: sociedade e clero das Vilas de Curitiba e Paranaguá (1718-1774)*, Fabrício Forcato dos Santos explorou os confrontos existentes entre párocos e fiéis durante o período colonial, destacando casos em que párocos negaram desobrigas, sacramentos, omitiram-se da realização de missas, ou se envolveram em rixas, algumas culminando em mortes (Dos Santos, 2008, p. 7). Tais condutas passaram a ser corrigidas por cartas pastorais do bispado demonstrando os esforços da Igreja Católica para exercer o seu poderio em terras distantes da Europa durante o Antigo Regime (Dos Santos, 2008, p. 150-152).

Sobre o século XIX, apareceram estudos que cotejaram a situação prisional, além de crimes praticados por menores e imigrantes na capital, como: *Reparar o mal e fazer justiça: pensando o papel da prisão na província do Paraná (1853-1889)*, de Cristiane Passini; *Menores problemas, menores soluções: discursos e práticas em torno da infância marginalizada nas décadas finais do Império do Brasil (Curitiba, 1871-1889)*, de Otávio Weinhardt; e *De Portugal à “terras das araucárias”*: a presença portuguesa na Comarca de Curitiba a partir de fontes judiciais (1872-1881), de Mayla Louise Greboge Montoia.

No trabalho de Passini, os relatórios de governo e processos criminais de Curitiba e Castro evidenciaram uma crescente preocupação das elites com a situação prisional do Paraná (Passini, 2016, p. 8-19). Havia a intenção de modernização institucional, através da incorporação de teorias estrangeiras sobre a regeneração, mas a falta de investimentos públicos aumentava a criminalidade (Passini, 2016, p. 162-164). Parte da criminalidade em ascensão deve-se ao número de menores desviantes, Weinhardt demonstrou a progressiva apreensão da imprensa em crimes praticados por eles, em um instante em que a demografia da capital se desenvolveu (Weinhardt, 2019, p. 35-36). Abordou ainda discursos políticos dirigidos aos pequenos, com o intuito de correção, especialmente na Companhia de Aprendizes da Marinha (Weinhardt, 2019, p. 140-141). As investigações de Montoia recaíram sobre as injúrias e violências físicas de imigrantes portugueses, que chegavam em Curitiba à busca de melhores condições de vida (Montoia, 2022, p. 10). Nos primeiros delitos apareceram pessoas abastadas que defenderam a honra evitando o confronto físico, a fim de se firmarem na sociedade local, nos segundos, pobres que violentaram por motivos variados, embora a honra ainda fosse um elemento preponderante nessas tensões (Montoia, 2022, p. 160-165).

Nas áreas interioranas do Centro-Sul e Campos Gerais, desenvolveram-se estudos sobre crimes vinculados aos indígenas, como: *Indígenas, cotidiano e conflitos em Guarapuava no século XIX (1819-1835)*, de Marcos Francisco Bonetti; *Quentes de cachaça: festas e corridas de cavalos em Guarapuava através de processos-crime e termos de bem viver (1854-1866)*, de Andrea Marsário da Rosa; e *Cotidiano e conflito de indígenas nos campos de Tibagi e Guarapuava (1855-1885)*, de Ana Paula Galvão de Meira. Bonetti destacou em documentos judiciais e relatórios provinciais, a participação indígena em redes de sociabilidades com brancos, negros e caboclos (Bonetti, 2013, p. 6). Essa participação em festejos como fandangos ou em raías de cavalos, evidencia os significados que os indígenas atribuíam ao cotidiano para socializar e se divertir (Bonetti, 2013, p. 100-116). A pesquisa de Da Rosa também perscrutou vivências indígenas com outras composições étnicas em ocasiões jubilosas (Da Rosa, 2016, p. 9). Em bailes residenciais ou religiosos, as celebrações aconteciam em conjunto com o álcool, e a violência física era um expediente recorrente para a resolução de desentendimentos (Da Rosa, 2016, p. 104-109). Meira detalhou as festas nas áreas ocupadas por indígenas, bem como conflitos emergentes nesses espaços (Meira, 2015, p. 18-19). Além disso, apontou para outros elementos da cotidianidade como estratégias indígenas perante as autoridades policiais e judiciais em casos de roubo e estelionato, alegando valores como a honestidade e o trabalho para se livrarem das penas da justiça (Meira, 2015, p. 125-126).

Escravizados foram o foco em *Veredicto culpado: pena de morte enquanto instrumento de regulação social em Castro - PR (1853-1888)*, *Eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na Comarca de Castro (1853-1888)*, de Ilton César Martins; e *Escravidão e tensões sociais na Região de Guarapuava Paraná (Século XIX)*, de Neide dos Santos Rodrigues. A análise de Martins recaiu sobre crimes de escravizados, que resultaram em pena de morte (Martins, 2005, p. 13-14). Neles, os senhores geralmente usavam a violência para garantir o máximo da produção, afirmar os seus poderes, ou apenas para usufruir da vida dos escravizados, estes recorriam à violência para estabelecer limites aos abusos dos senhores (Martins, 2005, p. 151-156). Ao expandir o seu foco para os crimes envolvendo escravizados e libertos, o autor destacou a existência de resistências (Martins, 2011, p.11). Ele revelou múltiplos sentidos dados à violência no cotidiano de homens e mulheres, que recusaram o cativo ou a extrema exploração, que estavam submetidos (Martins, 2011, p.230-231). Já o exame de Rodrigues, consistiu em um processo criminal, cujo um escravizado foi denunciado por assassinato de seu senhor e condenado à força (Rodrigues, 2015, p.8). Nesse documento ressaltam-se inúmeros aspectos sociais, bem como a razão do crime, que, em suma, resultava de uma jornada de trabalho precária e extenuante (Rodrigues, 2015, p.115-117).

Alguns estudos incidiram sobre degredados e mulheres, através da categoria Gênero, como: *Degredo interno e incorporação no Brasil Meridional: trajetórias de degredados em Guarapuava, século XIX*, de Fábio Pontarolo, e *Me quiseram rosa, subjugaram meus espinhos: mulheres rés e relações de gênero na comarca de Castro, Paraná (1840-1890)*, de Ana Paula Galvão de Meira. Os campos sulistas foram investigados a partir das trajetórias de degredados — revoltosos, assassinos e ladrões — que para lá foram enviados por punição de seus atos (Pontarolo, 2006, p. 3). Pontarolo argumentou que o degredo não era uma ferramenta empregada pela coroa para povoar as áreas longínquas do Brasil, mas um movimento de reinserção social com dinâmicas e hierarquias específicas, caracterizadas pela presença de fazendeiros, escravizados, caboclos e indígenas (Pontarolo, 2006, p. 140-141). Ao passo em que os degredados eram integrados no Sul, mulheres cometiam violências em Castro (De Meira, 2021, p. 17). Segundo verificação de Meira, embora comumente absolvidas, elas vivenciaram feminilidades condenáveis pelo discurso jurídico, ao atribuir elementos aceitáveis como a bondade, o cuidado e a passividade, especialmente em ocasiões em que elas foram acusadas de roubar gado ou assassinar seus maridos (De Meira, 2021, p. 220-222).

Em síntese, os estudos sobre o período colonial e imperial recaem em conflitos envolvendo religiosos, imigrantes, menores, indígenas, escravizados, mulheres e

dissidentes, muitos pontuam valores honoríficos e resistências, alguns tratam do precário sistema prisional. A violência ora aparece como um elemento legitimado, especialmente nos casos envolvendo imigrantes, mulheres e indígenas, ora como um elemento ilegítimo e digno de condenação ou correção, como é o caso dos escravizados, menores e exilados.

O Período da Primeira República

As discussões em torno do crime e da violência na Primeira República dividem-se entre capital e interior, aprofundando os impactos sentidos nesses espaços com intensa transformação social. Em Curitiba um realce foi dado aos crimes na literatura e na imprensa em: “*Nós os selvagens, não reverenciamos os symbolos Kaiserianos*”: conflitos em torno de uma identidade germânica em Curitiba (1890-1918), de Pamela Beltramin Fabris; *Paixões torpes, ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do século XX*, de Clóvis Gruner; *Um crime de duas cidades: as façanhas de Papst e Kindermann entre Curitiba e Porto Alegre*, de Amanda Tortato; e *Los pájaros negros: Prostituição, comércio de “escravas brancas” e a circulação translocal de cáftens no noticiário curitibano (1920-1939)*, de Wellington do Rosário de Oliveira. A imprensa sugere a desconfiança de brasileiros sobre os alemães, especialmente no período da Primeira Guerra Mundial (Fabris, 2014, p. 9). Fabris defendeu que esse sentimento não derivou apenas do medo das invasões alemãs em territórios estrangeiros, mas de relações tensas na colônia alemã de Curitiba, anteriores à própria guerra (Fabris, 2014, p. 222). A análise de Gruner problematizou a inserção de Curitiba na modernidade, através de sensibilidades que emergiram nesse período, evidentes na literatura e também na produção de novas tecnologias de disciplina e de controle populacional (Gruner, 2012, p. 17-24). Nesse sentido, as novelas, contos e crônicas — que tratavam do crime e da violência — ou as instituições estatais especialmente de controle, apresentaram aspectos sociais culturais e econômicos ainda presentes em nossos dias (Gruner, 2012, p. 304-305).

Nesse contexto republicano, figuras emblemáticas como Papst e Kindermann foram investigados por Tortato, os dois autores de latrocínios em Curitiba e Porto Alegre, envolveram-se também na Primeira Rebelião do Presídio do Ahú em 1931 (Tortato, 2020, p. 20-24). A partir da imprensa, documentos estatais e literários, a autora reconstituiu aspectos da vida dos dois criminosos, conectados com os valores sociais das capitais sulistas, tais quais o malogrado poder punitivo liberal, a política de encarceramento e a exclusão social (Tortato, 2020, p. 170-172). Cafténs também atraíram a atenção dos

jornais curitibanos (Rosário, 2021, p. 7). A abordagem de Rosário das fontes que tratavam da presença dessas figuras, sugere que elas faziam parte do recente universo internacional do crime organizado de “escravas brancas”, também não comprovou redes de tráfico na cidade, mas deu um sentido às narrativas sobre esse tema, possibilitando debates sobre delinquência, violência e marginalidade (Rosário, 2021, p. 175).

A violência e o crime aparecem em debates que trataram de mulheres e trabalhadores, por meio de processos criminais: *Mulheres pobres e trabalhadoras de Curitiba*, o crime de homicídio e as tramas da justiça no início da Primeira República, de Marcela Katini de Lima Ferreira; *A cultura do trabalho na Curitiba de 1890-1920*, de Ediméri Stadler Vasco; *Por que você não surrou em vez de matá-lo?* A organização social da violência no início do século XX – Curitiba, 1900-1911, de Matheus Hatschbach Machado, e *Delitos étlicos: embriaguez, criminalidade e justiça* (Curitiba, 1890-1920), de Otávio Weinhardt. Ferreira elegeu três casos de assassinas de seus maridos, para aprofundar seus trabalhos, sociabilidades e ideias de justiça (Ferreira, 2019, p. 9-19). Segundo a autora, as sentenças das rés por negativa de autoria, reverberam a insignificância dada pelo judiciário às vidas femininas (Ferreira, 2019, p. 154-156).

O estudo de Vasco tratou de homicídios e tentativas de homicídios nos quais a rixa era a razão principal entre trabalhadores, seus pares e patrões (Vasco, 2006, p. 4-13). Os trabalhadores foram compreendidos como ativos e suas violências aceitáveis do ponto de vista social (Vasco, 2006, p. 101-104). Machado ampliou o escopo ao estudar as denúncias de violência física, no centro e no interior do município durante um aumento de registros (Machado, 2021, p. 10). Nos processos, encontrou regularidades entre os espaços, sobretudo, a tolerância judicial sobre essas violências (Machado, 2021, p. 172-173). Já Weinhardt procurou investigar a repressão policial e judicial à embriaguez, como um elemento fomentador de outros crimes, analisando a embriaguez através da repressão policial, do pensamento e prática jurídica e da criminologia (Weinhardt, 2019, p. 18-36).

No Sudeste e Centro-Sul investigações sobre violência, crime e criminalidade também conferem uma tolerância social em recortes caracterizados pela elevação de registros criminais ou pelo código penal republicano. A criminalidade, nas primeiras décadas do século XX, foi objeto de Loiana Maiara Zviegicoski Ferrando em *Violência e criminalidade imigrante em processos criminais – Mallet/PR (1913-1940)*. A abordagem consistiu nos crimes contra corpo, vida e propriedades, enfatizando aspectos étnicos (Ferrando 2022, p. 7). Os indiciados eram ucranianos, poloneses e brasileiros, trabalhadores, instruídos, e muitos foram absolvidos por defesa da honra, indícios que

contradizem a sociedade imaginada pelas elites sobre os imigrantes europeus e contrariam o mito da civilidade (Ferrando 2022, p. 150-152).

Crimes específicos foram investigados em: *Violência e outras práticas cotidianas*: (Mallet-PR 1913-1940), de Lucas Kosinski; *A produção de sujeitos pelo sistema de justiça no Termo Judiciário de Irati-PR (1913-1927)*, de Libório Cassiano Milleo; *O índio no banco dos réus*: historicizando o conflito entre índios Kaingang e colonos na vila da Pitanga (1923), de Grazieli Eurich; e “*Bailes e festas do barulho*”: sociabilidade e crime em Mallet-PR (1925-1965), de Angélica Stachuk. Kosinski estudou homicídios e lesões corporais, consideradas mais graves do ponto de vista social (Kosinski, 2018, p. 9). Através das fontes jurídico-policiais discutiu as razões pelas quais as brigas aconteceram, dando enfoque na defesa da honra, além da maneira que as pessoas justificavam as denúncias perante as autoridades locais e que culminavam na absolvição dos indiciados (Kosinski, 2018, p. 122-126). A pesquisa de Milleo recaiu sobre homicídios, salientando padrões entre as autuações públicas, e elementos característicos do contexto em questão (Milleo, 2024, p. 9). Alguns confrontos foram explicitados em casos modelares, que permitem debater cultura jurídica, imigração e honra (Mileo, 2024, p. 93-104). Eurich especificou um caso cujos indígenas assassinaram um colono por questões de terras (Eurich, 2012, p. 8). Enquanto os jornais assemelharam a luta ao Contestado, os processos crimes demonstraram as visões de mundo dos indígenas. A absolvição destes por negativa de autoria, traz a reflexão: não queria a sociedade local ter desentendimentos com os Kaingang? (Eurich, 2012, p.118). O interesse de Stachuk se deu nas violências físicas em ocasiões bailescas, presentes nos registros criminais. Os bailes foram compreendidos como fatos que revelam tensões em diferentes etnias (Stachuk, 2017, p. 6). Nesse meio, o álcool foi apontado como fator determinante para a consumação dos desacordos e constante absolvição dos indiciados (Stachuk, 2017, p. 105-106). Comparações foram realizadas em *As tentativas de criminalização das artes de curar em Irati e Mallet-Pr-1925-1949*, por Henrique Alexandro Senderski, que abordou os registros jurídicos-policiais, cujas pessoas foram denunciadas pelo exercício ilegal de profissão, algumas dessas práticas eram consideradas danosas aos corpos das vítimas pelas autoridades locais (Senderski, 2021, p. 21-22). Todavia, os querelados eram absolvidos revelando diferentes astúcias e também a tolerância da justiça por esses expedientes (Senderski, 2021, p. 101).

No interior afloraram ainda muitos estudos com a categoria Gênero, nos Campos Gerais surgiram as seguintes investigações: *Um homem, uma mulher, um drama*: crimes da paixão em Ponta Grossa-PR (1890-1940), de Adriana Mello Cançado; e *Mais cruéis do que as próprias feras: aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e*

o século XX, de Georgiane Garabely Heil Vázquez. Cançado analisou as relações de gênero na imprensa e em processos de homicídios passionais sob o Código Penal de 1890 (Cançado, 2002, p. 7-14). A autora generalizou a tese de Mariza Corrêa, de que o julgamento dos assassinatos considerava mais os papéis sociais do que o ato em si. Mulheres próximas do ideal de mãe e cuidadora eram absolvidas, assim como homens provedores, reforçando estereótipos generificados (Cançado, 2002, p. 115). As teses médicas e jurídicas e os registros de aborto e infanticídio, verificados por Vázquez, sugerem uma contradição (Vázquez, 2005, p. 1-18). Se por um lado, as teses condenavam mulheres que se recusaram a maternidade, por outro lado, a justiça as absolvía. A justiça não as condenava porque se sentia impossibilitada de atribuir valores normativos no difícil contexto social que elas estavam inseridas (Vázquez, 2005, p. 130-135).

Ainda nos Campos Gerais, sobressaem as contribuições de Dulceli Lourdes Tonet Estacheski em *Os crimes sexuais na cidade Castro-PR (1890-2020)*, e *Morrer para não sofrer: questões de Gênero e Suicídios em Castro/Pr (1890-1940)*. Estacheski discutiu a discriminação de gênero na moralidade em estupros e defloramentos, localizando uma responsabilização das vítimas mulheres e, conseqüentemente, absolvição dos réus (Estacheski, 2013, p. 16-24). Os resultados indicaram que homens trabalhadores eram estimados pelas testemunhas, o que favorecia as suas absolvições, e que as mulheres trabalhadoras não gozavam desse mesmo prestígio (Estacheski, 2013, p. 123-124). Na busca por mais experiências femininas, a autora recorreu aos suicídios (Estacheski, 2019, p. 9-11). Encontrou casos, contendo escritos de mulheres que recorreram à morte depois de serem vítimas de violência no âmbito familiar ou que sofreram em seus relacionamentos, além de homens que não conseguiram prover suas famílias, que estavam endividados ou eram idosos, reforçando que o suicídio pode ser uma resposta à não adequação às normas de gênero (Estacheski, 2019, p. 199).

No Centro-Sul, Sudeste e Sudoeste apareceram mais reflexões, em Guarapuava destacam-se: *Gênero e discurso jurídico: mulheres rés em processos crimes na Comarca de Guarapuava (1890-1920)*, de Maria Cristina Kirach; e *Mulheres populares no palco do judiciário: práticas de infanticídio e aborto em Guarapuava (1890-1970)*, de Micheli Rosa. O estudo de Kirach consistiu nos enunciados em delitos cujas mulheres eram rés, especialmente em homicídios (Kirach, 2020, p. 9). Apareceram mulheres embriagadas, que confrontaram as autoridades públicas, que se prostituíram, envolveram-se em brigas e reverteram o lugar do crime que é ocupado majoritariamente por homens, questionando discursos que incidem na naturalização da passividade feminina (Kirach, 2020, p. 182-183). Rosa verificou os discursos em casos de infanticídio e aborto, que oscilavam entre

mulheres “monstruosas”, sem afeto e violentas (acusação), e incapacitadas de serem mães, por conta das difíceis condições sociais de suas vidas (defesa) (Rosa, 2020, p. 10-19). Nesse campo discursivo, o poder judiciário tendeu à defesa, o que não impediu a estigmatização pública das rés (Rosa, 2022, p. 116-120).

Em Irati e Mallet abortos e infanticídios foram estudados por Dhyandra Montani Schactai em *Transgredindo a maternidade: discursos médicos e jurídicos sobre aborto e infanticídio em fins do século XIX e início do século XX*. A pesquisa cotejou os discursos nos processos criminais que vincularam a feminilidade à maternidade (Schactai, 2021, p. 9). As fontes salientam que embora os casos resultassem na absolvição das indiciadas, as denúncias significavam, ao menos, o desejo social de punição (Schactai, 2021, p. 162-165). Em Clevelândia, *Histórias de sangue e dor: crimes passionais no Sudoeste do Paraná (1909-1939)*, de Aruanã Antônio dos Passos, tratou dos casos passionais. Foi constatada a fragilidade estatal através da não criminalização da população nas disputas envolvendo diferentes interesses, como a honra (Dos Passos, 2009, p. 8-21). Desse modo, a justiça foi caracterizada por não ter desejo em intermediar os antagonismos de uma área com pouca relevância econômica (Dos Passos, 2009, p. 131).

Reflexões em torno dos modos de ser homem apareceram em *Masculinidades e violência homicida nos processos-crimes de Irati-PR (1899-1930)*, de Lucas Kosinski e “*Homens que não levavam desaforo para casa*”: *performances masculinas em estabelecimentos comerciais (Irati-PR:1927-1960)*, de Leonardo Henrique Lopes Soczek. O recorte temporal de Kosinski compreende a imigração, o crescimento populacional e o surgimento de várias instituições de controle, que convergem com o crescimento de registros de homicídios praticados por homens (Kosinski, 2023, p. 7). Nestes casos, o autor constatou que os enunciados jurídicos reiteraram a defesa da honra e a absolvição dos homicidas, por parte do júri-popular, na maioria das vezes, em desacordo com os magistrados, permitindo um vínculo entre masculinidades e a violência homicida, que ainda permanece no presente (Kosinski, 2023, p. 258-265). A análise de Soczek sobre as performances relacionadas à violência física em armazéns, bodegas, bares e afins, visou a desconstrução de um modelo masculino ideal presente no contexto republicano e em momentos posteriores (Soczek, 2023, p. 7). Trata-se de um projeto de masculinidade centrado em valores como trabalho e ordem, distante das performances localizadas nos autos, cujas dinâmicas se pautaram muito na defesa da honra (Soczek, 2023, p. 171-178).

Em resumo, as pesquisas sobre a Primeira República, na capital, evidenciam uma crescente preocupação da imprensa e da literatura em denunciar crimes violentos,

esforços estatais no sentido de controlá-los, mas uma legitimidade dessas práticas. A mesma legalidade é encontrada no interior a partir de análises sobre o crime e a criminalidade. Destacam-se nessas investigações: conflitos em torno de trabalhadores, mulheres, indígenas e imigrantes; a preponderância da honra nos conflitos interpessoais; instituições estatais precárias ou em fase de reformulação; e desigualdades de gênero que, acompanham uma tendência da historiografia do crime em outros estados, inclusive na ênfase concedida à Primeira República como período privilegiado de pesquisa.

O período da Era Vargas e Democrático

As investigações que cobrem a Era Vargas e a democratização são majoritariamente concentradas no interior, com destaque para um trabalho que toma a capital Curitiba como *locus* privilegiado, *Um incômodo moral: o meretrício e seus meios de controle em Curitiba (1929-1937)*, de Nayara Elisa de Moraes Aguiar. A investigação de Aguiar recaiu sobre as políticas de identificação e vigilância da prostituição em Curitiba em meio a um processo acelerado de modernização urbana (Aguiar, 2016, p. 29-44). Os prontuários de prostitutas da Delegacia de Costumes de Curitiba revelaram tanto o controle policial quanto práticas de resistências (Aguiar, 2016, p. 91-140).

Alguns dos estudos em cidades do interior verificaram a continuidade do aparato policial emergente com o Governo Provisório. No Norte são exemplos: *Controle social e vigilância: o aparato repressivo e judicial na formação da cidade de Londrina – 1930/1955*, de Ingrid Carolina Ávila; e *Policiamento e sociedade em Maringá, 1948-1964*, de Vivian Fernandes Carvalho de Almeida. Ávila analisou a ação do aparato jurídico-policial de Londrina, especialmente pós Segunda-Guerra Mundial, destacando o aumento da criminalidade e das denúncias da imprensa (Ávila, 2016, p. 7). As investidas da polícia geravam mais violências nos bairros marginalizados, coação aos civis e até mesmo esforços de afastar delegados do cargo. A atuação desses agentes constantemente confundia os limites entre público e privado (Ávila, 2016, p. 107-112). Uma elevação da criminalidade nesse período também foi constatada em Maringá (De Almeida, 2012, p. 7). No estudo de Almeida, os inquéritos policiais, em casos de violência física, foram especialmente verificados para detectar a ação da polícia. Os resultados obtidos revelaram uma instituição precária, com poucos recursos financeiros, que dificultavam a manutenção da ordem, que geralmente era imposta com eficácia nos setores mais privilegiados da sociedade (De Almeida, 2012, p. 116-118). Nos Campos Gerais, algumas indagações surgiram sobre a vida cotidiana na Era do Rádio. Em *A semana inteira na*

lavoura, aos domingos no cinema pela noite: cotidiano e cultura (Cachoeirinha-PR, 1930-1945), Osvaldo Carneiro de Matos investigou Jaguariaíva através de uma documentação judicial sobre violências físicas e confrontos em torno da honra (Neto, 2020, p. 10-12). Os documentos permitiram abordar, relações de vizinhança, recreações populares, além de crenças religiosas (Neto, 2020, p. 171-176).

Exames sobre a criminalidade no Sudeste, fundamentadas em processos criminais, ocorreram em: *Entre corpos e espaços: uma história da criminalidade nas matas de araucárias* (Mallet-PR, 1931-1950), de Gabriel José Pochapski; e *Por uma história do crime nos faxinais de Rebouças, (1960-1979)*, de Crislaine Letícia Vereta. A análise sobre a criminalidade feita por Pochapski, explorou o seu aumento, a relação entre corpos e espaços durante conflitos, as conexões com o contexto histórico e os padrões criminais (Pochapski, 2018, p. 30-31). A pesquisa concluiu que, embora o período não tenha reduzido a criminalidade, estabeleceu uma nova racionalidade governamental que deu visibilidade ao fenômeno, destacando mudanças na percepção e nos corpos das vítimas (Pochapski, 2018, p. 30-31). Vereta focalizou no perfil do criminoso em Faxinal dos Vieiras, Salto, Faxinal dos Francos e Faxinal dos Marmeleiros (Vereta, 2024, p. 7). As fontes destacaram homens alcoolizados, que se envolveram em desentendimentos para a manutenção da honra e defesa de sua virilidade (Vereta, 2024, p. 119).

Crimes específicos no Sudeste e Centro-Sul foram tratados em: *Crime e processo: as verdades jurídicas sobre o homicídio* — (Guarapuava-1930), de Luiz Eduardo Horst; *Triumpho dos anormais: loucos e criminosos no interior do Paraná novecentista*, de Marcelo Ribas Filho; *Cartografias do poder em processos criminais (Comarca de Mallet, 1950-1970)*, de Júlio César Franco; e *Práticas criminalizadas em casas comerciais (Comarca de Mallet/PR:1950-1978)*, de Leonardo Henrique Lopes Soczek. Pode se afirmar que o aparato jurídico durante os governos varguistas era precário, no que diz respeito aos homicídios autuados em áreas interioranas (Horst, 2018, p. 8). A análise de Horst verificou que a atenção da justiça era mais dirigida a seguir os trâmites processuais, do que em promover punições eficazes, resultando na absolvição dos assassinos e na demanda por uma nova legislação processual e penal (Horst, 2018, p. 83-85). Os discursos jurídicos, médicos e midiáticos que construíram verdades sobre dois homicídios brutais, vinculando seus autores à anormalidade foram abordados por Ribas Filho (Ribas Filho, 2025, p. 30). A investigação evidencia como a espacialidade interiorana, atravessada por tensões entre progresso e precariedade institucional, condicionou as classificações dos sujeitos entre o crime e a loucura (Ribas Filho, 2025, p. 351). Franco cartografou as relações de poder em processo de crimes sexuais e homicídios, analisando os espaços em

que os sujeitos praticaram as violências, a atuação do mecanismo judiciário e demais tecnologias de poder (Franco, 2019, p. 6). Segundo o autor, as violências legítimas abrangiam valores norteadores daquela região, como virilidade e a honra, presentes em diferentes estratos sociais, não restritos apenas aos segmentos mais desfavorecidos do ponto de vista econômico e social (Franco, 2019, p. 122). A apuração de Soczek nos crimes em casas comerciais, praticados por homens, em um período de elevação desse tipo de criminalidade, destacou: violências criminalizadas e não criminalizadas; diálogos; jogos e apostas; e o consumo de bebidas alcoólicas (Soczek, 2018, p. 32-33). A absolvição e a atenuação das penas recorrentes nos processos, motivados pela honra, explica-se fundamentalmente pela embriaguez dos indiciados (Soczek, 2018, p. 171-173).

Embora tratem de trabalhos sobre História Agrária, alguns aspectos da violência considerada socialmente criminosa apareceram em pesquisas sobre conflitos por terras. No Norte destacam-se: *Somos muitos Franciscos iguais em tudo e na sina: violência, resistência camponesa, revolta de Porecatu e micro-história*, de Carlone Gonzaga; e *É permitido proibir: o DOPS e a repressão aos comunistas no Norte do Paraná (1945-1953)*, de Verônica Karina Ipólito. A Revolta de Porecatu iniciou em 1944, através do embate entre posseiros, grileiros, jagunços e forças policiais, sendo os primeiros apoiados pelo Partido Comunista Brasileiro em uma luta armada, que findou em 1951 (Gonzaga, 2020, p. 11). Com amparo de jornais, Gonzaga encontrou na trajetória do camponês Francisco Bernardo dos Santos — morto por capangas de grileiros em 1950 — uma brecha para discutir aspectos micro e macro da história do campesinato, opondo-se à história latifundiária (Gonzaga, 2020, p. 155). Ipólito vistoriou o Departamento de Ordem e Política Social, com foco no anticomunismo, demonstrado que famílias de posseiros foram ameaçadas de desapropriação por ocuparem terras devolutas para o governo (Ipólito, 2009, p. 8). Isso gerou reações violentas. Muitos litígios surgiram, com apoio do Partido Comunista Brasileiro aos posseiros, e a polícia política permaneceu ao lado do governo até o fim dos conflitos (Ipólito, 2009, p. 141).

No Sudoeste e Centro-Sul alterações foram investigadas em: *O jagunço enquanto categoria histórica: especificidades na Revolta do Sudoeste (PR) de 1957 e presença histórica no século XX*, por Aguinaldo Henrique Garcia de Gouveia; e *Luta camponesa pela terra no Latifúndio da Araupel: um estudo do histórico dominial*, práticas de grilagem e vidas camponesa, por Ana Cristina Hammel. O exame de fontes orais, literárias e estatais, realizado por Gouveia, afirmou que a figura do jagunço, especialmente na Revolta dos Posseiros, estava associada a um agente de violência direta, pois suas ações remetem à perseguição, prisão e tortura de camponeses (Gouveia, 2023,

p. 26-27). Essa figura não pode ser esquecida em meio às narrativas progressistas, que insistem no progresso pacífico do latifúndio (Gouveia, 2023, p. 203-207). Hammel inspecionou as lutas em prol da reforma agrária em Araupel, através de processos judiciais (Hammel, 2020, p. 15). A autora discutiu longos embates físicos travados entre posseiros e jagunços, auxiliados pela polícia. Alguns camponeses tiveram êxito, pois após anos de luta, conseguiram o direito de residir nas terras, inclusive organizados em movimentos sociais, produzindo interações sustentáveis com o meio ambiente (Hammel, 2020, p. 182).

No Oeste e Centro-Oeste, destacam-se: *Expropriação e violência: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra em Campo Mourão (1946-1964)*, de Sara Monica Pitot Soriano; *Terra e trabalho: a constituição do campo e dos trabalhadores rurais de Toledo (1955-1970)*, de Dênis Junior Bel'Aver; *Conflitos pela terra na Gleba Ponte Queimada: experiências de disputas por terras em narrativas (1960-1972)*, de Tatiane Karine Matos da Silva; *A luta pela terra a partir de narrativas de trabalhadores: os posseiros e a Revolta da Gleba Silva Jardim-PR (1961)* de Franciele M. Bard Andrade; e *Colonos, posseiros & grileiros no oeste paranaense* de Antonio Marco Myskiw. A pesquisa de Soriano discutiu lutas por propriedades — envolvendo trabalhadores rurais, empresas colonizadoras, e grandes proprietários de terras — com apoio de fontes orais, jurídicas e policiais (Soriano, 2002, p. 6). Ao dar visibilidade às memórias de famílias expropriadas emergiram grilagens, ameaças e crimes envolvendo violências físicas (Soriano, 2002, p.75-92). Bel'Aver observou a classe trabalhadora rural, problematizando como o seu trabalho foi reorganizado em conformidade com os interesses do capital (Bel'Aver, 2013, p.6). Na análise de processos criminais, o autor acessou as experiências dos trabalhadores, que foram expulsos de suas terras depois de serem maltratados por grandes fazendeiros, que reivindicaram o domínio territorial (Bel'Aver, 2013, p. 48-76).

Silva problematizou as vivências de posseiros na Gleba Ponte Queimada, através de jornais e documentos judiciais (Silva, 2015, p. 11). A autora encontrou diferentes narrativas sobre disputas marcadas por mortes e, consequentemente, expulsões de pequenos e grandes posseiros, que ganharam repercussão nacional (Silva, 2015, p. 128). O estudo de Andrade incidiu em um conflito na Gleba Silva Jardim, a partir de jornais e processos judiciais (Andrade, 2017, p. 7-10). O combate aconteceu após camponeses serem impedidos por policiais militares e jagunços de grileiros, de fixar moradia na gleba, aconteceram mortes, e tudo encerrou com apoio do exército. Na reivindicação pela posse da terra, a justiça reconheceu que os atestados de propriedades de grileiros eram falsos (Andrade, 2017, p. 197). Myskiw discutiu várias disputas no Oeste, especialmente o

Levante de Posseiros de Três Barras (Myskiw, 2020, p. 9). Valendo-se de uma ação judicial, detalhou a revolta, que envolveu cerca de 400 colonos, setores estatais e companhias colonizadoras e que resultou na vitória dos posseiros destacando violências criminosas, como elementos característicos desse contexto (Myskiw, 2020, p. 88).

Trabalhos sobre História das Mulheres e Gênero compõem um grande montante, nos Campos Gerais destacam-se: *“Viciadas e perversas ou honestas e respeitosas?” A representação do matrimônio, da mulher e da família no discurso religioso e judiciário: Ponta Grossa (1930-1945)*, de Matheus Machado Vieira; e *“Só achei uma solução: a morte”*: violência e subjetividade nos escritos de mulheres suicidas, de Silvia Danielle Schneider. As representações femininas em documentos eclesiásticos e judiciais foram objeto de análise de Vieira (Vieira, 2014, p. 10). Os primeiros ressaltaram a condenação à emancipação da mulher, a importância dos laços conjugais e a exaltação da família, e os segundos, especialmente casos sexuais, indicaram sintonias com os primeiros, revelando aspectos sexuais de uma sociedade conservadora (Vieira, 2014, p. 192-194). Schneider averiguou os suicídios, através de cartas de mulheres, salientando a violência socialmente consentida em estupros, tensões familiares e traições conjugais, que envolviam diretamente a honra das vítimas (Schneider, 2022, p. 34-35). O estudo comprovou que recaíram sobre as suicidas padrões socioculturais de comportamento inatingíveis, que as levaram à morte (Schneider, 2022, p. 198-199).

No Sudeste surgiram: *Processos crimes: defesa da honra na década de 1930 em Mallet/PR*, de Camila Biranoski; *A produção da verdade: crimes sexuais em Irati – (1931-1950)*, de Marcelo Douglas Nascimento Ribas Filho; *O incesto e as fronteiras entre o legal e o ilegal: processos-crimes em Rebouças, Paraná (1932-1948)*, de Eduardo Mady Barbosa; *Mulheres rés na Comarca de Mallet/1935-1995*, de Geovana Betu; e *Por que me bates? Um estudo sobre violência contra as mulheres na Região Sudeste do Paraná (1950-1970)*, de Vaniele Mayer. Os defloramentos, raptos e lenocínios ressaltaram atribuições morais femininas na pesquisa de Biranoski (Biranowski, 2018, p. 13-14). Esses processos evidenciaram uma preocupação com a honra, especialmente pelos pais de filhas desonradas, além de uma baixa proteção judicial às mulheres vitimadas (Biranowski, 2018, p. 99). Ribas Filho abordou as verdades em crimes sexuais, considerando nesses casos o movimento do ritual médico-jurídico (Ribas Filho, 2020, p. 28-29). Nas denúncias de defloramento, sedução e estupro visualizou enunciados da justiça para verificar a honestidade ou desonestidade das mulheres. As vítimas precisavam comprovar a sua honestidade em termos sexuais, e os homens acionavam testemunhas que colaboravam com absolvições de suas penas (Ribas Filho, 2020, p. 177).

A investigação sobre incestos, cujas vítimas eram mulheres pobres, realizada por Barbosa, se ateve aos argumentos das autoridades locais (Barbosa, 2014, p. 7). Constatou-se que na maioria dos casos, cujos réus eram membros da sociedade local, as denúncias foram consideradas improcedentes, exceção um caso condenatório, cujo réu era estrangeiro, trata-se de indícios de que as autoridades consideravam legítimas as relações incestuosas e que deveriam ser resolvidas no âmbito familiar (Barbosa, 2014, p. 94-95). Betu refletiu sobre mulheres cometeram homicídios, lesões corporais e infanticídios (Betu, 2021, p. 22). Geralmente em situações em que elas se defenderam ou defenderam sua família, visando a manutenção da honra, ou quando se sentiram traídas, despreparadas para serem mães e afrontadas. As suas trajetórias evidenciam uma participação ativa em meio aos delitos rurais (Betu, 2021, p. 112-114). Violências em estupros, lesões corporais e homicídios em Irati e Teixeira Soares foram detalhadas na pesquisa comparativa de Mayer (Mayer, 2022, p. 8). Os registros demonstraram demandas sociais pautadas em valores tradicionais, que favoreciam a consumação de violência contra mulheres, que se distanciavam dos valores normativos modernos (Mayer, 2022, p. 168).

No Centro-Sul apareceram: *Entre promessas e reparações*: processos crimes de defloramento em Guarapuava (1932-1941), de Kety March; *Violência jurídica e intencionalidade feminina em crimes sexuais*: (Guarapuava 1940-1944), de Terezinha Saldanha; *Desatando os laços*: tensões matrimoniais e separação conjugal na Comarca de Guarapuava (Década de 1940 a 1960), de Marieli Rosa; *O fim da inocência? Sexo ou crime: os discursos em processos de crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes no período de 1950 a 1967, na Comarca de Guarapuava-Paraná*, de Paloma Heller Dallagnol; *“Jogos de luzes e sombras”*: processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950, de Kety March; *Gênero, mulheres e verdades jurídicas na Comarca de Guarapuava-PR*: (Década de 1960), de Valéria Leite Caldas; e *O discurso jurídico e a percepção de gênero e violência em casos de mulheres denunciadas na Comarca de Guarapuava-PR (1960-1980)*, de Valdemir Paiva. A pesquisa de March consistiu em denúncias de defloramento, que indicaram uma significativa absolvição dos réus (March, 2010, p. 6). Essa absolvição pode ser explicada por discursos de advogados que exploraram as situações vivenciadas pelas jovens ofendidas, tirando-lhes a credibilidade. Nas poucas vezes em que ocorreram condenações, era notória a vantagem de jovens brancas, demonstrando, em meio judiciário, além do gênero questões de raça (March, 2010, p. 137-142). Saldanha tratou de casos de estupro, sedução, defloramento e rapto envolvendo mulheres pobres (Saldanha, 2008, p. 9). O estudo demonstrou, em menor quantidade, que também existiram condenações, indicando que nesse meio

mulheres conseguiram o casamento almejado ou viram os acusados serem punidos pela justiça (Saldanha, 2008, p. 177-179). Rosa analisou processos de desquite/separações de corpos, são ações que apresentam a interferência do aparato judiciário para a resolução das divergências, como adultério, abandono voluntário do lar, sevícia ou injúria grave e tentativa de morte (Rosa, 2023, p. 9-21). Os processos revelaram um cotidiano permeado por papéis que fugiram do ideal firmado pela jurisprudência (Rosa, 2023, p. 139-142).

Discursos em crimes sexuais, abordando as dissensões em torno da definição de criança e adulto, no caso das vítimas, foram estudados por Dallagnol (Dallagnol 2022, p. 7). Nos documentos apareceram argumentos que visavam desmoralizar as vítimas em favor dos réus, mas também casos com uma significativa escuta das primeiras e um rigor maior em relação aos segundos, indicando uma sensibilidade da justiça no tocante aos crimes, especialmente envolvendo a menoridade (Dallagnol 2022, p. 229-235). Ao direcionar a atenção para os casos de mulheres vitimadas por homens em Guarapuava e Curitiba, March discutiu masculinidades (March, 2015, p. 9). Nas narrativas, especialmente de defesa dos homens, constatou modos de ser homem que atentavam contra os padrões normativos ou se submetiam a eles, evidenciando que ser homem era resultado de um projeto discursivo, não fixo, logo, mutável (March, 2015, p. 245-248). Processos em que mulheres foram vítimas de homicídios, por seus maridos, amásios, amantes ou conhecidos foram problematizados por Caldas (Caldas, 2022, p. 7). Nos autos sobressaem concepções de gênero, que favoreceram as sentenças. Nestas, constata-se o predomínio do Direito Positivista e Tecnicista, que culminavam em penas de liberdades condicionais e pagamento das custas dos processos aos homens (Caldas, 2022, p. 89-91). Paiva desvendou discursos cujas mulheres foram denunciadas por tentativa de homicídio, aborto, latrocínio, lesão corporal, furto, difamação, ameaça, injúria, calúnia, manter casa de prostituição, favorecimento de prostituição e disparo de arma de fogo (Paiva, 2019, p. 10). Elas foram divididas em dois grupos: as que tinham relações com a prostituição e que não eram naturais da região; e as que não vínculos com esse expediente e eram naturais da região, depreende-se a tendência do poder judiciário em aplicar penas no primeiro grupo, através do Direito Positivista (Paiva, 2019, p. 157-160).

Em suma, investigações sobre os períodos varguistas e a redemocratização sugerem continuidades com o período anterior no interior: instituições estatais precárias ou em transformação, poucas condenações em meio à criminalidade, composta por homens e mulheres, geralmente descendentes dos imigrantes; valorização da honra nas interações cotidianas; e persistentes desigualdades de gênero. A violência nas áreas rurais é realçada em conflitos campestres, demonstrando variadas opressões das elites agrárias.

O período da Ditadura Militar e da Última República

Sobre meados do século XX até o início do século XXI, estudos relacionados a crimes e criminosos foram elaborados no Sudeste, Centro-Sul e Norte, como: *Os infortúnios de duas mulheres descendentes de imigrantes em Mallet, Paraná: violências em processos-crime da década de 1960*, de Stefany Argeane Rolim de Moura; *O suicídio nos inquéritos policiais de Inácio Martins-PR*, de Augusto Borges; e *O caso Navalhada: invenção de um rei do crime*, de Fábio Martins Bueno. Moura verificou os infanticídios praticados por duas mulheres da mesma família, e as violências cometidas por outras pessoas contra elas (De Moura, 2022, p. 8). As fontes ressaltam valores tradicionais, presentes no cotidiano rural, os discursos que foram direcionados ao judiciário e a absolvição em muitas querelas (De Moura, 2022, p. 99-101). A abordagem de Borges considerou como a sociedade selecionada interpretou suicídios, em um período de destaque desse tipo de ocorrências (Borges, 2017, p.9). Os casos que envolveram armas de fogo, brancas e enforcamento, além de chamarem a atenção das autoridades, geraram na população sensações que despertam curiosidade, compaixão, raiva e até mesmo o medo do contágio da morte (Borges, 2017, p. 82-85). Bueno reconstituiu partes da vida de Ari Navalhado, um criminoso conhecido em Londrina, nos anos 70, por ter cometido lesões corporais - com uma navalha - além de se envolver com o tráfico de drogas (Bueno, 2011, p. 6). O estudo de caso — através de jornais, documentos judiciais e entrevistas — revelou um personagem complexo que oscila na memória local entre um grande criminoso e um homem “boa praça” (Bueno, 2011, p. 120-121).

Certas pesquisas tematizaram práticas e representações criminosas, especialmente em locais marginalizados da região Oeste, tais quais: *“Bairros de má fama”: experiências dos trabalhadores acerca da cidade de Guaíra-PR (1975-2013)*, de Joselene Ieda dos Santos Lopes Carvalho; e *Entre irregularidades e sociabilidades: histórias de crianças e adolescentes pobres em Toledo/PR (1980-1990)*, de Cristiano Neri. A pesquisa de Carvalho recaiu em experiências de moradores de bairros descritos pela imprensa local como perigosos, criminosos e violentos, com o objetivo de se contrapor a esses estigmas. Através da oralidade, destacou vivências que revelaram sonhos, esperanças, lutas e angústias, que não podem ser reduzidas ao crime e à violência (Carvalho, 2016, p. 5). Trata-se de um esforço de desnaturalizar e combater o preconceito (Carvalho, 2016, p. 100-104). Neri problematizou vivências de crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social, a partir de autos processuais (Neri, 2012, p. 8). Estes documentos

revelam os esforços estatais em disciplinar menores criminosos, praticantes de violências, abandonados ou violentados fisicamente por seus pais, revelando um cotidiano difícil, marcado por lutas e tensões (Neri, 2012, p. 109).

Foram ainda produzidas reflexões que abordaram o sistema prisional nos Campos Gerais e na capital, empregando a categoria Gênero: *Mulheres fora da lei e da norma: controle e cotidiano na Penitenciária Feminina do Paraná (1970-1995)*, de Cláudia Priori; e *“Parecia que não tinha dia, todo dia era dia era noite”: narrativas de egressos (as) do sistema penitenciário de Ponta Grossa/PR (2007-2019)*, de Kamile Aparecida Lemes de Lima Almeida. A problemática sobre o encarceramento feminino foi feita por Priori através de prontuários criminais e entrevistas com as detentas (Priori, 2012, p. 23-25). Ao focar em casos de roubo, furto, homicídio e tráfico de drogas, compreendeu-se que no cárcere, elas se submeteram à vigilância, à disciplina e à exclusão, mas também interagiram e desenvolveram relações de afeto. Foram pontuadas as limitações e ressignificações das detentas (Priori, 2012, p. 201-205). Almeida conferiu as experiências de egressos, destacando preconceitos vivenciados por eles no pós-encarceramento (Almeida, 2021, p. 12). Ela verificou em entrevistas tensões no espaço prisional, reprodução de hierarquias, abandono afetivo, falta de suporte financeiro e dificuldades de reinserção social após o cumprimento de penas. A prisão apareceu como um espaço em que identidades foram moldadas de forma a ampliar a exclusão social quando deixam esse espaço (Almeida, 2021, p. 89-90).

A categoria Gênero seguiu sendo utilizada para analisar violências praticadas por homens contra mulheres em: *Violência de gênero em Paranaguá (1970-1985): o percurso judicial em casos de lesões corporais de homens contra as suas companheiras* de Layla Chaenny da Silveira Policarpo; *Retrato falado da violência de gênero: queixas e denúncias na Delegacia da Mulher de Maringá (1987-1996)*, de Claudia Priori; e *Rompendo as amarras, quebrando silenciamentos: narrativas de estudantes sobre violência de gênero*, de Drieli Fassioli Bortolo. A pesquisa de Policarpo retratou um período em que muitas violências físicas foram praticadas contra mulheres, enfatizando os discursos presentes nesses casos (Policarpo, 2024, p. 7). Nota-se enunciados que buscavam minimizar as culpas dos réus através do álcool, dos ciúmes e da honra, além de culpabilizar as vítimas, os promotores e juízes tendem a criticar as defesas, embora absolvições ainda fossem mais frequentes do que condenações (Policarpo, 2024, p. 196-203). Priori cotejou violências praticadas por mulheres nos registros de ocorrências policiais, em um período em que se desenvolveram pautas do movimento feminista e surgiram instituições de apoio às mulheres (Priori, 2003, p. 5-11). Nos registros destacam-

se violências praticadas em âmbito conjugal, por maridos ou companheiros das vítimas, de todos os setores sociais, indicando que a violência de gênero é ampla e não se reduz aos grupos mais desfavorecidos do ponto de vista econômico (Priori, 2003, p. 185-186). A proposta de História Pública de Bortolo consistiu na Violência de Gênero no contexto escolar através de oficinas, compreendidas como espaços de resistências, que objetivaram desnaturalizar as violências praticadas por homens contra mulheres (Bortolo, 2023, p. 9). As narrativas foram apresentadas em espaços públicos (Bortolo, 2023, p. 153).

No período da ditadura muitos estudos tematizaram crimes de estado na capital e no interior, em Curitiba destacam-se: *“Memórias do sótão”: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura militar no Paraná (1964-1985)*, de Carla Cristina Nacke Conradi; *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil de Curitiba-Paraná (1964-1969)* de Andréia Zaparte; *Luta e resistência: memórias sobre o movimento estudantil no Paraná e o enfrentamento à ditadura civil-militar*, de Andréia Zaparte; e *Operação pequeno príncipe: a ação da polícia política no combate à doutrinação comunista nas pré-escolas oficina e OCA (Curitiba, 1978)* de José Santos de Abreu. Conradi utilizou a categoria Gênero para tratar das ações políticas de mulheres em luta contra a ditadura civil-militar, por meio de narrativas autobiográficas (Conradi, 2015, p. 10). Trata-se de militantes que se posicionaram contra o regime militar em diferentes setores como o movimento estudantil universitário, em cargos políticos ou movimentos que reivindicavam a redemocratização do país, muitas foram presas e torturadas e hoje suas vidas são exemplos de diferença (Conradi, 2015, p. 248). A observação de Zaparte se deu no engendramento da repressão institucionalizada contra o movimento estudantil de Curitiba, no período de extinção da UNE (Zaparte, 2011, p. 10). A pesquisa destacou resistências de alunos que não se conformaram com a tentativa de impor o ensino pago. Nesse meio, muitos estudantes foram presos e violentados pela polícia (Zaparte, 2011, p. 31). Empregando o acervo do DOPS, da Comissão Nacional da Verdade e do Projeto Depoimentos para História, a autora problematizou memórias daqueles que militaram no movimento estudantil, que refletem a defesa pela educação, críticas ao fim da liberdade democrática, lutas por representações e experiências de cárceres compreendendo a perseguição e tortura de docentes e discentes (Zaparte, 2024, p. 59-60). Abreu analisou a ação da polícia política, especialmente na operação Pequeno Príncipe, que visou a interdição de duas pré-escolas, acusadas de doutrinação comunista (Abreu, 2015, p. 15). Através de dados oficiais e da imprensa, na qual se destacam denúncias da Igreja Católica contra a polícia política — envolvendo inclusive o sequestro docente — o trabalho salienta a importância da resistência civil à violência estatal (Abreu, 2015, p. 164-167).

Certos trabalhos incorporaram vivências de áreas interioranas com as da capital: *O grupo dos onze no Paraná: trajetórias de Luana Milani Pradela*; *Memórias de exilados durante a ditadura militar no Brasil: um estudo a partir de depoimentos para a História*, de Gabriella Daphne Pereira Ferreira; e *Repressão política na terra das araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná*, de Leandro Brunelo. O estudo de grupos organizados no período pré-golpe militar, que clamavam pelo apoio das pessoas, em prol dos interesses trabalhistas, especialmente a Reforma Agrária foi elaborado por Pradela (Pradela, 2019, p. 11). Os documentos do DOPS identificaram pessoas que foram presas e submetidos a situações vexatórias de violência, pelo envolvimento, inclusive em épocas anteriores, em lutas sindicais e por terras através da bandeira do nacionalismo (Pradela, 2019, p. 86). Ferreira observou vivências de duplo exílio em entrevistas recolhidas no Projeto Depoimentos para História (Ferreira, 2019, p. 7-12). A análise recaiu sobre a vida dos militantes contrários à política ditatorial, que embora provenientes de diferentes regiões, tinham como característica comum a atuação em espaços educacionais, suas memórias incidem em violências, através de torturas e intensas perseguições políticas (Ferreira, 2019, p. 42). A Operação Marumbi, criada pelo DOPS e pelo CODI-DOI, em 1975, foi analisada por Brunelo através de documentos estatais (Brunelo, 2006, p.23). Na operação mais de 100 pessoas, de diferentes partes do Paraná, foram presas por manterem fortes vínculos com o PCB. Este realizava reuniões que objetivavam ações a serem desenvolvidas no estado, cerca de 65 pessoas foram indiciadas e muitas delas torturadas fisicamente e psicologicamente (Brunelo, 2006, p. 45).

No Norte, Centro-Norte e Nordeste, destacam-se: *Controle, violência e política: um estudo da vigilância e repressão política em Andirá/PR (1964-1982)*, de Juliana Carolina da Silva; *Da Câmara municipal à câmara de torturas: o caso do vereador de Apucarana/PR José Godoy Vianna (Arena), torturado por militares, que processou os seus algozes em 1975*, de Guilherme Alves Bomba; e *Marcas da ditadura no Norte do Paraná: A prisão e morte de Henrique Ornellas* de Daniel Sartori Borges. Silva compreendeu como foram pensadas e legitimadas ações de controle político em Andirá, através de fontes jurídicas, nas quais aparecem embates agrários entre trabalhadores, forças sindicais e órgãos de vigilância, repressão e segurança pública (Da Silva, 2021, p. 7-16). Em meio à documentação foram constatadas prisões arbitrárias, falta de registros formais sobre as detenções, além da violação da integridade física e psíquica de detentos, com aval da tortura (Da Silva, 2021, p. 94-95). A prisão de José Godoy — ex-vereador da ARENA, torturado por Ismar Moura Romariz capitão do 30º Batalhão de Infantaria Militarizada — em frente à Prefeitura de Apucarana foi estudada por Bomba (Bomba,

2022, p. 15-18). As fontes judiciais demonstram que a prisão de Godoy aconteceu, especialmente pela relação íntima com o ex-prefeito Valmor Giavarina, desafeto dos militares. O processo criminal, cujo comandante respondeu, encerrou sem nenhuma punição, destacando os esforços dos militares em mitigar provas e acusações que pudessem incriminá-lo (Bomba, 2022, p. 256). A investigação de Borges recaiu sobre a morte do vereador Henrique Ornellas, preso em Apucarana e encontrado morto em sua cela, três dias depois (Borges, 2021, p. 6). As fontes da comissão da verdade e da imprensa apontam que o advogado foi assassinado por defender pessoas que estavam “na mira” do regime militar (Borges, 2021, p. 117-118).

No Oeste e Sudoeste salientam-se: *“Na minha cidade também teve ditadura”*: reflexões sobre Marechal Cândido Rondon – PR (1960-1979), de Edina Rautenberg; *Resistência e repressão no oeste paranaense: o caso da VAR Palmares em Nova Aurora 1970* de Marcos Adrian Ferrari de Campos; *“O povo do abismo”: trabalhadores e aparato repressivo durante a construção da hidrelétrica de Itaipú (1974-1987)*, de Valdir Sessi; e *A comissão estadual da verdade e as memórias sobre a ditadura no Oeste e Sudoeste do Paraná* de Marcelo Hansen Schlachta. Rautenberg encontrou em documentos estatais e jornalísticos a limitação do estado, em nível local, e a naturalização da ditadura, assemelhando-o a uma democracia ordenada e sem violência (Rautenberg, 2022, p. 15). Segundo a autora, a ausência de segurança pública era um projeto ditatorial, que consistia em não visibilizar a criminalidade em detrimento do controle de opositoristas ao regime. A recuperação de crimes, em noticiários, foi uma alternativa de contrapor às visões simplistas que atribuíam a tranquilidade e a ordem ao período (Rautenberg, 2022, p. 431-433). Ressonâncias de resistências ao regime ditatorial foram localizadas em Nova Aurora (De Campos, 2014, p. 8). O Grupo VAR Palmares, composto por revolucionários do Rio Grande do Sul e camponeses locais, que visava fortalecer a esquerda, por meio da guerrilha, foi investigado por De Campos. Através da história oral, surgiram memórias sobre a captura do grupo em 1970, por forças policiais, seguidas de prisões e torturas (De Campos, 2014, p. 124). Sessi analisou a organização e atuação de órgãos repressores da Agência de Segurança da Itaipú Binacional e do Consórcio UNICON, por meio de ocorrências e narrativas trabalhistas na construção da hidrelétrica (Sessi, 2015, p. 8-9). A pesquisa ressaltou a incidência do aparato militar e policial no ensejo de estabelecer a vigilância e, quando necessária, sérias punições em torno da obra (Sessi, 2015, p. 274-290). A Comissão Estadual da Verdade do Paraná, instituída em 2012, foi perspectivada por Schlachta, com foco em relatos de vítimas e familiares, que integravam o “Grupo dos Onze”, integrantes do PCB e da VAR Palmares (Schlachta,

2019, p. 6). O suporte fornecido por entrevistas e relatórios, da referida comissão, denunciam a ação violenta ditatorial e o tratamento desumano atribuído aos investigados, especialmente nas prisões e arbitrariedades efetuadas pela polícia (Schlachta, 2019, p. 85).

Por fim, os estudos que contemplam o período da Ditadura-Militar e da última República colocam em evidência o autoritarismo político por meio dos crimes de estado, inclusive nas áreas interioranas, desafiando qualquer argumentação, baseada no senso comum, de que não existiu ditadura no Paraná. As violências contra militantes, comunistas, professores e alunos ou potentes ameaças ao regime mostram um passado que ainda mantém marcas traumáticas no presente. As violências de homens contra mulheres, presentes nos estudos de gênero, demonstram continuidades com momentos antecedentes. Novos desafios são encontrados no aparato prisional, que agora consiste na produção de subjetividades estigmatizadas, com baixo potencial de reinserção social.

Considerações finais

Após a exposição dos argumentos principais dos trabalhos estudados, pode-se afirmar que depois da primeira geração de historiadores que abordaram o crime no Paraná, surgiu uma segunda geração, mais preocupada com a violência considerada socialmente ou culturalmente criminosa, que ainda conserva muitos aspectos da primeira, por exemplo: o interesse por pessoas comuns, presente em praticamente todas as análises; investigações mais concentradas em locais e em décadas; um significativo diálogo com o referencial teórico francês, especialmente as obras de Michel Foucault — citada em 67 trabalhos — todavia Edward Thompson, Carlo Ginzburg, Norbert Elias e referências nacionais continuam sendo importantes; uma preferência em abordar o interior ao invés da capital, principalmente as regiões Sudeste, Centro-Sul e Campos Gerais, apenas 22 pesquisas são circunscritas à Curitiba; e o emprego de documentos estatais como fontes principais, visto que cerca de 82 trabalhos utilizaram esse tipo de documentação.

Embora existam permanências, também existem rupturas que demarcam as duas gerações, como, na segunda, o crescente uso da categoria Gênero, bem como, diálogos com Joan Scott e Judith Butler, além da superação dos esforços de aproximar o contexto da capital com o cenário europeu. Até o início dos anos 2000 existia, nos trabalhos da primeira geração, uma separação nítida entre capital e interior, na qual as instituições governamentais de Curitiba assemelhavam-se às instituições do “velho mundo”. Essa separação foi atenuada pela segunda geração, pois a maioria das pesquisas em áreas rurais

apontou mais similaridades com o contexto curitibano do que diferenças, principalmente nas motivações e absolvições das violências denunciadas à justiça.³

Apresentadas as características gerais da segunda geração de historiadores do crime e da violência e tendo em vista algumas lacunas, propomos algumas possibilidades de investigações futuras. A primeira diz respeito às fontes, apesar de ser corrente o uso de processos judiciais e inquéritos policiais, outras fontes foram ainda pouco exploradas, é o caso das fotografias presentes em alguns processos criminais. Essas fotografias tornaram-se mais comuns, em meio aos inquéritos no início do século XX e, geralmente, eram produzidas por fotógrafos vinculados à polícia, que objetivavam produzir mais provas sobre o delito. Não são todos os processos que contêm imagens, mas pesquisas que problematizem as fontes que possuem, apontando para os efeitos desse investimento no desfecho processual, ainda podem ser elaboradas. Os livros de ocorrências policiais também são documentos pouco utilizados; eles remetem diretamente ao cotidiano da polícia, podendo revelar aspectos importantes dessa instituição no interior ou na capital. As fontes orais foram muito utilizadas para tratar de conflitos agrários e crimes de estado, mas pouco frequentes para elucidar criminosos ou crimes que marcaram épocas.

No tocante ao referencial teórico, para além das contribuições francesas, inglesas ou italianas, outras tendências historiográficas podem promover um diálogo profícuo, como portuguesas, espanholas ou da América Latina, que ainda pouco aparecem nos debates acadêmicos. Nesse ínterim, temas como a organização e atuação do júri-popular ainda podem ser explorados, formando estudos que problematizam o perfil social do júri, a inserção de mulheres e as diferenças de gênero na computação de penas, a depender do perfil dos jurados. Além disso, vale pontuar que se por um lado o enfoque em estudos sobre crime e criminalidade em uma perspectiva micro produzem ricas histórias, por outro, falham em investigar discontinuidades. Estas podem ser melhor verificadas em estudos sobre crimes específicos ou em conjunto, em uma temporalidade maior, detectando padrões, aumentos e declínios nos índices de violência, favorecendo um olhar mais geral em nível regional e até mesmo comparativo com outras partes do país. Outros crimes que ainda podem ser explorados são os transnacionais, como, por exemplo, extradições, que recuperam trajetórias de criminosos que se envolveram em conflitos em outros países, detectando ações de estados conjuntas no âmbito internacional.

Com essas sugestões encerramos este artigo, com expectativa que este material, além de mapear um campo investigativo, seja utilizado como uma ferramenta útil a acadêmicos, no instante em que realizam levantamentos bibliográficos para suas pesquisas, professores que elaboram programas de disciplinas, ou simplesmente pessoas

interessadas na temática, espera-se também que seja útil não somente às pessoas do Paraná, mas também de outros estados brasileiros.

Referências

ABREU, José dos Santos. *Operação Pequeno Príncipe: a ação política no combate à doutrinação comunista nas pré-escolas Oficina e Oca*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2015.

ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. *Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina, 1930-1960*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 1991.

AGUIAR, Nayara Elisa de Moraes. *Um incômodo moral: o meretrício e seus meios de controle em Curitiba (1929-1937)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

ALMEIDA, Kamile Aparecida Lemes de Lima. *“Parecia que não tinha dia, todo dia era dia era noite”*: narrativas de egressos (as) do sistema penitenciário de Ponta Grossa/PR (2007-2019). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

ANDRADE, Franciele M. Bard. *A luta pela terra a partir de narrativas de trabalhadores: os posseiros e a Revolta da Gleba Silva Jardim-PR (1961)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

ÁVILA, Ingrid Carolina. *Controle social e vigilância: o aparato repressivo e judicial na formação da cidade de Londrina – 1930/1955*. 2016. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

BARBOSA, Eduardo Mady. *O incesto e as fronteiras entre o legal e o ilegal: processos-crimes em Rebouças, Paraná (1932-1948)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2014.

BEL’AVER, Dênis Junior. *Terra e trabalho: a constituição do campo e dos trabalhadores rurais de Toledo (1955-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2013.

BENATTI, Antonio Paulo. *O centro e as margens: prostituição e vida boêmia na capital mundial do café (Londrina 1930-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 1996.

BETU, Geovana. *Mulheres rés na Comarca de Mallet/PR (1935-1995)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2021.

BIRANOSKI, Camila. *Processos crimes: defesa da honra na década de 1930 em Mallet/PR*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2018.

BOMBA, Guilherme Alves. *Da Câmara municipal à câmara de torturas: o caso do vereador de Apucarana/PR José Godoy Vianna (Arena), torturado por militares, que processou os seus algozes em 1975*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

BONETTI, Marcos Francisco. *Indígenas, cotidiano e conflitos em Guarapuava no século XIX (1819-1835)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

BORGES, Augusto. *O suicídio nos inquéritos policiais de Inácio Martins-PR (1974-2014)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2017.

BORGES, Daniel Sartori. *Marcas da ditadura no Norte do Paraná: A prisão e morte de Henrique Ornellas*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

BORTOLO, Drieli Fassioli. *Rompendo as amarras, quebrando silenciamentos: narrativas de estudantes sobre violência de gênero*. Dissertação (Mestrado em História Pública). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2023.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão recente. *BIB*, Rio de Janeiro, Nº32, p. 49-61, 1991.

BRUNELO, Leandro. *Repressão política na terra das araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

BUENO, Fábio Martins. *O caso Navalhada: invenção de um rei do crime*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CALDAS, Valéria Leite. *Gênero, mulheres e verdades jurídicas na Comarca de Guarapuava-PR (Década de 1960)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2022.

CANÇADO, Adriana Mello. *Um homem, uma mulher, um drama: crimes da paixão em Ponta Grossa-PR (1890-1940)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2002.

CARVALHO, Joselene Ieda dos Santos Lopes. *“Bairros de má fama”: experiências dos trabalhadores acerca da cidade de Guaíra-PR (1975-2013)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

CONRADI, Carla Cristina Nacke Conradi. *“Memórias de sótão”*: as vozes de mulheres na militância política contra a ditadura militar no Paraná (1964-1985). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2015.

DA ROSA, Andréia Marsário. *Quentes de cachaça*: festas e corridas de cavalos em Guarapuava através de processos-crime e termos de bem viver (1854-1866). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

DA SILVA, Juliana Carolina. *Controle, violência e política*: um estudo da vigilância e repressão política em Andirá/PR (1964-1982). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

DALLAGNOL, Paloma Heller. *O fim da inocência? Sexo ou crime*: os discursos em processos de crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes no período de 1950 a 1967, na Comarca de Guarapuava Paraná. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2022.

DE ALMEIDA, Vivian Fernandes Carvalho. *Policiamento e sociedade em Maringá, 1948-1964*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

DE CAMPOS, Marcos Adrian Ferrari. *Resistência e repressão no oeste paranaense*: o caso da VAR Palmares em Nova Aurora 1970. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

DE MEIRA, Ana Paula Galvão. *Me quiseram rosa, subjugaram meus espinhos*: mulheres rés e relações de gênero na comarca de Castro, Paraná (1840-1890). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

DOS PASSOS, Aruanã Antonio. *“Histórias de Sangue e dor”*: crimes passionais no Sudoeste do Paraná (1909-1939). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2009.

DOS SANTOS, Fabrício Forcato. *Conflitos setecentistas*: sociedade e clero das vilas de Curitiba e Paranaguá (1718-1774). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2008.

DOS SANTOS, Wagner Geminiano. *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPE, Recife, 2018.

ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes. *Os crimes sexuais na cidade de Castro-PR (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2013.

ESTACHESKI, Dulceli. *Morrer para não sofrer: questões de gênero e suicídio em Castro/PR (1890-1940)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, Florianópolis, 2000.

EURICH, Grazieli. *O índio no banco dos réus: historicizando o conflito entre índios Kaingang e colonos na vila da Pitanga (1923)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

FABRIS, Pamela Beltramin. *“Nós os selvagens, não reverenciamos os símbolos Kaiserianos”*: conflitos em torno de uma identidade germânica em Curitiba (1890-1918). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2014.

FERRANDO, Loiana Maiara Zviegicoski. *Violência e criminalidade imigrante em processos criminais – Mallet/PR (1913-1940)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2022.

FERREIRA, Gabriella Daphne Pereira. *Memórias de exilados durante a Ditadura Militar no Brasil: um estudo a partir de depoimentos*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2023.

FERREIRA, Marcela Katini de Lima. *Mulheres pobres e trabalhadoras de Curitiba, o crime de homicídio e as tramas da justiça no início da Primeira República*. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

FRANCO, Júlio César. *Cartografias do poder em processos criminais (Comarca de Mallet-PR, 1950-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2019.

GONZAGA, Caroline. *“Somos muitos Franciscos iguais em tudo e na sina”*: violência, resistência camponesa, revolta de Porecatu e micro-história. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2020.

GOUVEIA, Aguinaldo Henrique Garcia de. *O jagunço enquanto categoria histórica: especificidades na Revolta do Sudoeste (PR) de 1957 e presença histórica no século XX*. 2023. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2023.

GRUNER, Clóvis Mendes. *Paixões torpes e ambições sórdidas: transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do século XX*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2012.

GRUNER, Clóvis Mendes. SOCHODOLAK, Hélio. KOSINSKI, Lucas. O DIÁLOGO ENTRE BRASIL E PORTUGAL É CADA VEZ MAIOR - ENTREVISTA COM A HISTORIADORA MARIA JOÃO VAZ. *História: Questões & Debates*, 72 (1), 2024.

HAMMEL, Ana Cristina. *Luta camponesa pela terra no Latifúndio da Araupel: um estudo do histórico dominial, práticas de grilagem e vidas camponesa*. Tese (Doutorado

em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.

HARA, Tony. *Caçadores de notícias: história e crônicas policiais de Londrina 1948-1970*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 1997.

HORST, Luiz Eduardo. *Crime e processo: as verdades jurídicas sobre o homicídio – (Guarapuava – 1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2018.

IPÓLITO, Verônica Karina. *É permitido proibir: o DOPS e a repressão aos comunistas no Norte do Paraná (1945-1953)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

KARVAT, Erivan. *A sociedade do trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 1996.

KIRACH, Maria Cristina. *Gênero e discurso jurídico: mulheres réus em processos criminais na Comarca de Guarapuava (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2020.

KOSINSKI, Lucas. *Masculinidades e violência homicida nos processos-crimes de Irati-PR (1899-1930)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2023.

KOSINSKI, Lucas. *Violência e outras práticas cotidianas: (Mallet-PR, 1913-1940)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2018.

LAMB, Edgard. *Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná 1867-1882*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 1994.

MACHADO, Matheus Hatschbach. *Por que você não o surrou em vez de matá-lo? A organização social da violência no início do século XX – Curitiba, 1900-1911*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2021.

MANCINI DE BONI, Maria Ignês. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba, 1890-1920*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, USP, São Paulo, 1985.

MARCH, Kety. *“Jogos de luzes e sombras”: processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2015.

MARCH, Kety. *Entre promessas e reparações: processos-crime de defloração em Guarapuava (1932-1941)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2010.

MARTINS, Ilton César. *E eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na Comarca de Castro (1853-1888)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2011.

MARTINS, Ilton César. *Veredicto culpado: a pena de morte enquanto instrumento de regulação social em Castro-PR (1853-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2005.

MAYER, Vaniele. *Por que me bates? Um estudo sobre violência contra as mulheres na Região Sudeste do Paraná (1950-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2022.

MEIRA, Ana Paula Galvão de. *Cotidiano e conflito de indígenas nos campos de Tibagi e Guarapuava (1855-1885)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2015.

MILLEO, Libório Cassiano. *A produção de sujeitos pelo sistema de justiça no Termo Judiciário de Irati-PR (1913-1927)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2024.

MONTOIA, Mayla Louise Greboge. *De Portugal à “Terra das araucárias”: a presença portuguesa na Comarca de Curitiba a partir de fontes judiciais (1872-1881)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2022.

MOURA, Stefany Argeane Rolim de. *Os infortúnios de duas mulheres descendentes de imigrantes em Mallet, Paraná: violências em processos-crime da década de 1960*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2022.

MYSKIW, Antonio Marcos. *Colonos, posseiros & grileiros no oeste paranaense. O policiamento e a ordem: histórias da polícia em Londrina 1938,1996*. 1ª edição. Passo Fundo: Editora Acervus, 2020.

NERI, Cristiano. *Entre irregularidades e sociabilidades: histórias de crianças e adolescentes pobres em Toledo/PR (1980-1990)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2012.

NETO, Osvaldo Carneiro de Matos. *A semana inteira na lavoura, aos domingos no cinema pela noite: cotidiano e cultura (Cachoeirinha-PR, 1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2020.

OLIVEIRA, Wellington do Rosário. *Los pájaros negros: prostituição de “escravas brancas” e a circulação translocal de cáftens no noticiário curitibano (1920-1939)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2021.

PAIVA, Valdemir. *O discurso jurídico e a percepção de gênero e violência em casos de mulheres denunciadas na Comarca de Guarapuava (1960-1980)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2019.

PASSINI, Cristiane. *Reparar o mal e fazer justiça: pensando o papel da prisão na província do Paraná (1853-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

POCHAPSKI, Gabriel José. *Entre corpos e espaços: uma história da criminalidade nas matas de araucárias (Mallet-PR, 1931-1950)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

POLICARPO, Layla Chaenny da Silveira. *Violência de gênero em Paranaguá (1970-1985): o percurso judicial em casos de lesões corporais de homens contra suas companheiras*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2024.

PONTAROLO, Fabio. *Degredo interno e incorporação no Brasil Meridional: trajetórias de degredados em Guarapuava, século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2006.

PRADELA, Luana Milani. *O grupo dos onze no Paraná: trajetórias*. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

PRIORI, Angelo. *A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo: 1942-1953*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2000.

PRIORI, Cláudia. *Mulheres fora da lei e da norma: controle e cotidiano na penitenciária feminina do Paraná (1970-1995)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2012.

PRIORI, Cláudia. *Retrato falado da violência de gênero: queixas e denúncias na Delegacia da Mulher de Maringá (1987-1996)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

RAUTENBERG, Edina. *"Na minha cidade também teve ditadura": reflexões sobre Marechal Cândido Rondon – PR (1960-1979)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2022.

RIBAS FILHO, Marcelo Douglas Nascimento. *Triumpho dos anormais: loucos e criminosos no interior do Paraná novecentista*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2025.

RIBAS FILHO, Marcelo Douglas Nascimento. *A produção da verdade: crimes sexuais em Irati-PR (1931-1950)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2020.

RODRIGUES, Marília Mezzomo. *A prevenção da decadência: discurso médico e medicalização da sociedade*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 1997.

RODRIGUES, Neide dos Santos. *Escravidão e tensões sociais na Região de Guarapuava (século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2015.

ROLIM, Rivail Carvalho. *O policiamento e a ordem: histórias da polícia em Londrina 1938,1996*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 1996.

ROSA, Marieli. *Desatando os laços: tensões matrimoniais e separação conjugal na Comarca de Guarapuava (Década de 1940 a 1960)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2023.

ROSA, Micheli. *Mulheres populares no palco do judiciário: práticas de infanticídio e aborto em Guarapuava (1890-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

SALDANHA, Terezinha. *O comércio do prazer: prostituição em Guarapuava, 1945-1965*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 1998.

SALDANHA, Terezinha. *Violência jurídica e intencionalidade feminina em crimes sexuais: (Guarapuava, 1940-1944)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2008.

SCHACTAI, Dhyandra Montani. *Transgredindo a maternidade: discursos médicos e jurídicos sobre aborto e infanticídio em fins do XIX e século XX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2021.

SCHLACHTA, Marcelo Hansen. *A comissão estadual da verdade e as memórias sobre a ditadura no Oeste e Sudoeste do Paraná*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

SCHNEIDER, Silvia Danielle. *“Só achei uma solução: a morte”: violência e subjetividade nos escritos de mulheres suicidas*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2022.

SENDERSKI, Henrique Alexandre. *As tentativas de criminalização das artes de curar em Irati e Mallet-PR – 1925-1949*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2021.

SESSI, Valdir. 2015. *“O povo do abismo”: trabalhadores e aparato repressivo durante a construção da hidrelétrica de Itaipú (1974-1987)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

SILVA, Tatiane Karine Matos. *Conflitos pela terra na Gleba Ponte Queimada: experiências de disputas por terras em narrativas (1960-1972)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n° jul./dez. 1995, p. 71-99.

SOCZEK, Leonardo Henrique Lopes. “Homens que não levavam desaforo para casa”: performances masculinas em estabelecimentos comerciais (Irati/PR: 1927-1960). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2023.

SOCZEK, Leonardo Henrique Lopes. *Práticas criminalizadas em casas comerciais (Comarca de Mallet/PR 1950-1978)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2018.

SORIANO, Sara Monica Pitot. *Expropriação e violência: a luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra em campo mourão (1946-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

STACHUK, Angélica. “*Bailes e festas do barulho*”: sociabilidade e crime em Mallet-PR (1925-1965). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2017.

TORTATO, Amanda Corrêa. *Um crime de duas cidades: as façanhas de Papst e Kindermann entre Curitiba e Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2020.

VASCO, Ediméri Stadler. *A cultura do trabalho na Curitiba de 1890 a 1920*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2006.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. *Mais cruéis do que as próprias feras: aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e o século XX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2005.

VERETA, Crislaine Letícia. *Por uma história do crime nos faxinais de Rebouças-PR (1960-1979)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2024.

VIEIRA, Matheus Machado. *Viciadas e perversas ou honestas e respeitosas? A representação do matrimônio, da mulher e da família no discurso religioso e judiciário: Ponta Grossa (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2014.

WEINHARDT, Otávio Augusto Ganzert. *Menores problemas, menores soluções: discursos e práticas em torno da infância marginalizada nas décadas finais do Império do Brasil (Curitiba, 1871-1899)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, UFPR, Curitiba, 2019.

WEINHARDT, Otávio Augusto Ganzert. *Delitos étlicos: embriaguez, criminalidade e justiça* (Curitiba, 1890-1920). Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

ZAPARTE, Andréia. *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil de Curitiba-Paraná (1964-1969)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

ZAPARTE, Andréia. *Luta e resistência: memórias sobre o movimento estudantil no Paraná e o enfrentamento à ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2024.

Artigo recebido em 26/06/2025

Aceito para publicação em 03/11/2025

Editor(a) responsável: Luiza Ciurcio Possebon

¹ Nos anos 1980 e 1990, a historiografia brasileira passou por um processo de renovação em relação às décadas anteriores. Até os anos 1970, prevaleciam na academia brasileira estudos estruturais de ordem econômica, demográfica e de longa duração, inspirados nas contribuições de historiadores vinculados à Segunda Geração dos Annales. A partir de fins dos anos 1970, esse cenário começou a modificar-se, sobretudo devido ao impacto da virada linguística, do Pós-Estruturalismo, do Pós-Modernismo e do desenvolvimento da Antropologia Cultural, além das críticas de estudiosos das Ciências Sociais aos trabalhos da Segunda Geração dos Annales, especialmente no que dizia respeito à pouca presença de sujeitos diante das estruturas e da longa duração. Esse foi o período em que historiadores brasileiros passaram a interessar-se por aspectos do cotidiano das pessoas comuns em processos criminais, bem como por questões relacionadas aos padrões de policiamento e à delinquência.

Nesse contexto, caracterizado pela profissionalização da historiografia brasileira, conforme sugere Wagner Geminiano dos Santos, destacamos algumas contribuições pioneiras de: Bóris Fausto, *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)* (1984); Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque* (1986); Maria Helena Machado, *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)* (1988); Rachel Soihet, *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)* (1989); Martha de Abreu Esteves, *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano no amor no Rio de Janeiro da Belle Époque* (1989); e Marcos Luiz Bretas, *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro* (1997). Salientamos que esses trabalhos iniciais possibilitaram variados enfoques que ainda são explorados, sob diferentes ângulos, no Paraná e em outros estados brasileiros (Gruner, Sochodolak, Kosinski, 2024; Dos Santos, 2018).

² Louis Chevalier, em sua obra *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIXe siècle* (1958), deu visibilidade à vida de pessoas pobres, tocando diretamente na questão criminal. Edward P. Thompson publicou *A formação da classe operária inglesa* (1963), utilizando inclusive fontes judiciais para abordar aspectos do cotidiano trabalhista europeu. Carlo Ginzburg, embora não tenha empregado fontes judiciais em *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (1976), analisou um processo inquisitorial, revelando importantes perspectivas culturais do contexto pré-industrial. Walter Benjamin foi fundamental para discussões acerca da narrativa e seu vínculo com a História; destacam-se, nesse sentido, seus ensaios reunidos em *Magia e técnica, arte e política: literatura e história da cultura* (1995). Já Michel Foucault impactou a historiografia brasileira, sobretudo e a partir de seu clássico *Vigiar e Punir* (1975), que possibilitou novas perspectivas sobre estudos da violência, da disciplina e do sistema prisional (Gruner, Sochodolak, Kosinski, 2024).

³ Pelo menos duas referências são fundamentais e geralmente presentes nesses estudos de Gênero: Scott, 1995; Butler, 2013.

PERCEPÇÕES DO POSITIVISMO NOS ESCRITOS CRÍTICOS DE RAMALHO ORTIGÃO E GONZAGA DUQUE

PERCEPTIONS OF POSITIVISM IN THE CRITICAL WRITINGS OF RAMALHO ORTIGÃO AND GONZAGA DUQUE

Thiago Herdy¹

Resumo: O artigo analisa a recepção do positivismo nas críticas de arte de Ramalho Ortigão e Gonzaga Duque, dois intelectuais lusófonos do século XIX. Ambos os autores demonstram como o positivismo foi uma solução ideológica para interpretar suas realidades sociais, revelando a influência dessa corrente filosófica em suas críticas artísticas e sociais, apesar da ausência de uma influência direta entre eles. O fenômeno do positivismo também é analisado sob a perspectiva das classes médias em ambos os contextos, ligando-se ao desenvolvimento cultural e à formação da sociedade capitalista em Portugal e no Brasil.

Palavras-chave: Crítica de arte, Positivismo, Ramalho Ortigão (1836-1915), Gonzaga Duque (1863-1911), Hippolyte Taine (1828-1893).

Abstract: This article analyzes the reception of positivism in the art criticism of Ramalho Ortigão and Gonzaga Duque, two Portuguese-speaking intellectuals from the 19th century. Both authors demonstrate how positivism functioned as an ideological solution for interpreting their social realities, revealing the influence of this philosophical current on their artistic and social criticism, despite the lack of direct influence between them. The phenomenon of positivism is also analyzed from the perspective of the middle classes in both contexts, linking it to cultural development and the formation of capitalist society in Portugal and Brazil.

Keywords: Art criticism, Positivism, Ramalho Ortigão (1836-1915), Gonzaga Duque (1863-1911), Hippolyte Taine (1828-1893).

Introdução

Colocar em evidência um crítico português e um crítico brasileiro, no contexto do final do século XIX, parece uma tarefa improvável. Principalmente se o crítico português em questão for José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915). Em 1871, durante a visita de estado do imperador D. Pedro II a Portugal, Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, seu companheiro de pena no periódico *As Farpas*, transformaram aquele ilustre acontecimento em “um acumulado de gafes e atitudes dignas de uma comédia de erros” (Ferreira, 2002, p. 386). A reação dos brasileiros foi imediata e igualmente virulenta.

A repercussão da viagem de D. Pedro II em *As Farpas* participa de um contexto maior, onde os ressentimentos do período colonial brasileiro misturavam-se com o crescente afluxo de portugueses para o Brasil e para a América inglesa. Esse movimento só fazia aumentar “os antagonismos e os preconceitos de ambos e também algumas

¹ Pesquisador e arte-educador. Mestre em História da Arte pelo Programa de Pós-graduação em História da Arte da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHA/UERJ). Bacharel em História da Arte pelo Instituto de Artes da mesma universidade (IART/UERJ). Entre seus temas de pesquisa encontram-se: história da arte, história da música, arte brasileira, teoria da arte, nacionalismo e identidade nacional. E-mail: thiagoherdy@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0875-9958>.

tentativas de analisar questões de duplo interesse, por um viés menos parcial” (Ferreira, 2002, p. 386).

A falta de imparcialidade limita a compreensão das questões que podem aproximar esses dois lados do Atlântico. Nesse sentido, o trabalho a seguir busca justamente isso: uma aproximação possível entre a intelectualidade portuguesa e brasileira. A circulação de livros e impressos no século XIX, e por conseguinte a circulação de ideias políticas e filosóficas, “adquiriu no Brasil um significado importante na educação, na formação cultural e moral e no ideal de universalidade” (Ferreira, 2007, p. 1). O mesmo se pode dizer de Portugal, que possuía uma elite interessada no intercâmbio intelectual com o Brasil e consumia a nossa produção literária com muito interesse (Cf. Queiróz, 2014).

Tendo em vista a recepção e circulação de ideias nos dois países — e que poderia, em alguma medida, resultar na circulação e recepção de ideias entre os dois países — pretendemos estudar como Ramalho Ortigão em Portugal, e Gonzaga Duque (1863-1911) no Brasil, absorveram as ideias estéticas do positivismo para escrever suas críticas de arte e sociedade. Isso se dá porque compreendemos que o positivismo foi uma doutrina filosófica com muita adesão e foi, de certa forma, hegemônica entre determinados estratos mais intelectualizados. Acreditamos que o positivismo foi, para ambos os intelectuais, uma solução filosófica e ideológica para interpretar a realidade de seus países.

Gonzaga Duque e Ramalho Ortigão: encontros possíveis

Gonzaga Duque é hoje reconhecido como um importante crítico e literato do final do século XIX. Carioca de nascimento, foi criado somente pela mãe e adotou os seus sobrenomes. Sabe-se que o pai era sueco, mas ele nunca o conheceu. Distante de uma carreira acadêmica tradicional, Gonzaga Duque sempre demonstrou muito interesse pela literatura e se engajou em diversas revistas e jornais do período. Como crítico de arte, Gonzaga Duque teve atuação destacada. Escreveu para os jornais *Guanabara* (1880), *Gazetinha* (1882, de Artur de Azevedo), *Gazeta da Tarde* (1883, de José do Patrocínio), entre outros (Cf. Vermeersh, 2002, p. 19-20).

Gonzaga Duque iniciou sua produção crítica muito jovem (ainda nem chegara à casa dos 30 anos de idade), em jornais que possuíam certo impacto na sociedade carioca. Sua habilidade intelectual não passou despercebida entre seus contemporâneos, como atesta o crítico Cláudio Santos em resenha publicada no jornal *Guanabara*.

Como escriptor: — no fundo é erudito, sensato, justo e attencioso; na fôrma é, antes de tudo natural, sóbrio e elegante — é um aproveitavel discípulo de Ramalho Ortigão, que elle adora, mas discípulo que apenas estudou os processos do mestre para por elles desdobrar a sua individualidade e não imital-os servilmente (Santos, 1883, p. 4).

Essa foi, talvez, a primeira manifestação pública da admiração que Gonzaga Duque tinha por Ramalho Ortigão. Cláudio Santos foi direto em afirmar que nosso crítico admirava o escritor luso de tal forma que se colocava como um discípulo intelectual seu. De fato, Gonzaga Duque faz diversas citações a Ramalho Ortigão, em diversos de seus escritos críticos. Entretanto, essas citações seriam suficientes para caracterizar Gonzaga Duque como um discípulo de Ramalho Ortigão? É o que investigaremos a seguir.

Em 1908, três anos antes de morrer aos 48 anos de idade, Gonzaga Duque escreveu um longo artigo na revista *Kosmos* (1904-1909). Ali ele rememorava a sua passagem pelo jornal *Gazetinha* e relatava a importância daquele periódico no seu tempo. Vejamos este longo trecho:

Retomando, porém, o fio com que eu ia cerzindo estas recordações, no intuito de me fingir de velho para o gáudio dos perfumados mocinhos geniais que às letras estão dando a radiação solar das suas obras-primas, cuja incomparável beleza explicam pela fecunda idade dos cueiros, volto ao caso da *Gazetinha*. Era esse jornalzinho a fascinação dos meninos do meu tempo. [...] Nunca se vira, na aldeia imperial, a que chamavam metaforicamente “corte”, um movimento intelectual tão barulhento como esse. Até então as gerações tinham-se sucedido sem lutas, fazia-se um passo de quadrilha e os que vinham atrás davam braço aos que iam adiante. Era tudo. Mas o Valentim entrou derrubando o que topava, pelos violentos processos sarcásticos do Camilo e Silva Pinto. Isso deliciou a meninada de que eu fazia parte. Tínhamos o sangue quente, amávamos a ginástica e os exercícios da força; os *sports* começavam a completar a educação dos rapazes e, lidos nas bazólias físicas do Sr. Ramalho Ortigão, parecia-nos imprescindível ao triunfo das idéias o murro esborcinante do rixento (Duque-Estrada, 2001, p. 303).

Aqui, já no fim da vida, Gonzaga Duque deu a entender que Ramalho Ortigão exerceu sobre ele alguma influência intelectual. Não só sobre ele, mas sobre toda uma geração de jovens intelectuais cariocas que pretendiam avançar novas ideias. Ramalho Ortigão era um conhecido polemista e crítico social mordaz, o que certamente animou aquela nova geração de brasileiros. Se voltarmos nos primeiros escritos críticos de Gonzaga Duque, poderemos perceber que a opinião do escritor luso tinha peso relevante para essa parcela dos nossos intelectuais. Analisemos o trecho seguinte, escrito em 1887:

Quando o mestre de todos nós, escritores e escrevinhadores atuais, o Sr. Ramalho Ortigão, honrou com a sua visita a exposição Firmino Monteiro, eu tive a felicidade de me achar ao lado do artista. Escusado

é dizer qual o interesse com que acompanhei a visita do ilustre literato português. E, certo estou do que afirmo, o quadro que mais lhe mereceu atenção, foi o *Vidigal*. Eis confirmada por um homem de espírito superior, habituado a ver obras d'arte e a julgá-las com acerto e justiça, a verdade que externo (Duque-Estrada, 2001, p. 172).

Sob o pseudônimo de Alfredo Palheta, Gonzaga Duque escreveu uma longa resenha sobre a exposição de Firmino Monteiro em 1887. Publicada em duas partes no jornal *A Semana*, o crítico brasileiro teceu diversas observações ao trabalho do pintor carioca. Uma parte delas se concentrou na habilidade do artista com o desenho, o que diminuía a qualidade técnica de suas obras de cunho histórico (Cf. Duque-Estrada, 2001, p. 169). Por outro lado, é na pintura de paisagem, “gênero para o qual sempre mostrou pendor” (Duque-Estrada, 2001, p. 172), que Firmino Monteiro demonstrava suas melhores qualidades. A tela *Vidigal*, de 1884, tinha sobre as outras telas expostas a vantagem “de ter personalidade e, portanto, o de impressionar mais diretamente, mais firmemente” (Duque-Estrada, 2001, p. 172).

Mas esses eram juízos do próprio Gonzaga Duque. O pseudônimo poderia ocultar a identidade do escritor, mas não as opiniões. E não há melhor forma de validar as próprias opiniões do que apelar para “um homem de espírito superior” como Ramalho Ortigão. Daí temos o trecho que separamos acima. Não encontramos na imprensa carioca, ou nos volumes d'*As Farpas*, um texto em que Ramalho Ortigão tenha registrado suas próprias impressões sobre Firmino Monteiro. Portanto, não temos outra fonte do juízo estético do cronista português senão Gonzaga Duque. Neste caso, mais do que uma influência, Gonzaga Duque utilizou Ramalho Ortigão como uma fonte de autoridade para os seus argumentos.

O argumento de autoridade, que Ramalho Ortigão emprestava aos textos de Gonzaga Duque, também se nota em outros escritos do autor brasileiro. Vejamos um outro trecho, escrito em 1906:

Certo que não será com os nossos modos hipócritas, e a vulgaridade exterior que propositalmente mantemos na suposição de nos inculcar desvaidosos, que havemos de dar feição álaire e garrida às praias balneárias. Essas maneiras, que são também portuguesas como no-las descreve o Sr. Ramalho Ortigão no tomo primeiro d'*As Farpas*, entristecem e enlutam a paisagem marítima, por mais pitoresca que ela seja! E não é nem decente, como a julgam, nem digna de civilizados, como a pretendem. Não é decente porque nós, filhos dos trópicos, crioulos de uma terra equatorial, sobrepujados de mestiçagem cálida, não temos nem podíamos ter o feitio recatado de seminaristas solitários. O nosso sangue é outro e diverso o nosso temperamento. Somos sensuais por fatalismo de leis que se não corrigem. Mas, por sermos sensuais, não quer dizer que sejamos depravados. Há diferença e grande entre os dois termos (Gonzaga Duque, 1997, p. 96).

Neste artigo, intitulado *A estética das praias*, Gonzaga Duque escreveu sobre o hábito carioca de frequentar as praias da cidade. Esse hábito seria mais presente entre as camadas populares, ou mesmo entre a classe média, pois enquanto “a alta sociedade elegante e dinheirosa parte para as montanhas e para as termas” (Gonzaga Duque, 1997, p. 91), “nós outros, [...] pobres-diabos sem fortuna, sem crédito, sem sogro comendador, aqui ficaremos [...] a retemperar os minguados restos das forças nas salsas águas das praias” (Gonzaga Duque, 1997, p. 92).

Talvez por isso Gonzaga Duque se ressentisse do estado das praias cariocas. Apesar da beleza paradisíaca de todas elas, não havia uma estrutura organizada para explorar o banho de mar nelas — “alguém com a concessão legal para um Cassino, ou hotel balneário, qualquer deles de primeira ordem, construídos e mantidos ao modelo dos que melhores possam existir” (Gonzaga Duque, 1997, p. 94-95). Mas não era apenas a falta de estrutura que incomodava o autor brasileiro; incomodavam-lhe ainda mais “os nossos hábitos casmurros, a nossa índole primitiva, e sobretudo a nossa hipocrisia” (Gonzaga Duque, 1997, p. 95). Ao que parece, Gonzaga Duque julgava que o povo carioca não tinha o necessário para apreciar o banho de mar. Continuou assim o nosso cronista:

Porque não é só contar com uma praia limpa, de eficácia hidroterápica, o que interessa neste particular. É imprescindível que o homem viva inteligentemente nesse meio, tenha o contentamento de fruir os benefícios que a Natureza lhe oferece. E isso ele só o pode ter por sua vontade, por sua disposição, apurando o seu sentimento de sociabilidade, cultivando o seu bom humor, aplicando à monotonia das coisas o seu instinto estético, dando-lhes a espiritualidade da sua visão de artista, avivando, alegrando, digo bem por este modo humanizando a paisagem marítima com o colorido claro dos seus vestuários, com a gentileza das suas expressões de comunicabilidade, com os muitos cuidados exigidos pela comodidade, pela limpeza, pela higiene e por essa particular, distinta, poder-se-ia dizer divina qualidade de aperfeiçoamento moral, porque é o requinte do gozo intelectualmente desfrutado, e que se chama elegância, mas elegância no viver, o selecionismo do bom, do belo, do útil sem desprezar os supérfluo, constituído numa harmonia de delicadas maneiras de convivência, de esmeros espirituais, de rigoroso asseio, e da perfeita cultura dos instintos (Gonzaga Duque, 1997, p. 95-96).

Em um artigo de mesmo tema, publicado por volta da década de 1870, Ramalho Ortigão também apontou para o caráter provinciano dos hábitos de praia dos portugueses. O cronista luso ria-se dos tipos que frequentavam os banhos de mar, todos querendo imitar a última moda dos balneários franceses e ingleses. A imitação não escondia a falta de etiqueta dos banhistas portugueses, que se vestiam com o “aspecto luctuoso e funéreo de

um paiz desolado, habitado por orfãos e por viuvos em nojo que se vão deitar a afogar” (Ortigão, 1887a, p. 257-258). De forma irônica, Ramalho Ortigão também afirmou que, comparada à falta de gosto dos banhistas portugueses, “[o] Pere La Chaise em dia de finados antolha-se-nos como um pacato baile campestre, em que apenas se não dança pelo motivo do estado de consternação em que se acham os defunctos” (Ortigão, 1887a, p. 258). Continuou o escritor luso:

Toilettes de praia, ha quinze dias que ando por estas regiões, não só não tenho visto muitas, mas nem uma única vi! Ellas, ó meu Deus, veem para a beira mar vestidas como vão a vêr-vos, pela confissão, aos Congregados, ao Carmo e a S. João Novo. Para os *picnics* na relva, para a praia á hora do banho, para banquetear, para jogar o *croquet* ou o *lawn-tennis*, para ir á pesca, para jantar, para dansar, etc., vejo que o vestuario é sempre e invariavelmente o mesmo, isto é, o de ir á missa, o de ir ás lojas, o de ir á musica no jardim publico da cidade. Os homens são igualmente despreoccupados dos cuidados do pittoresco em o trajar. Nas praias de França, da Italia e da Inglaterra a variedade dos vestuarios do banhista constitue só de per si o mais attrahente, o mais alegre espectaculo. É a mais ridente confusão de chapéos de todas as formas e de todas as côres, de feltro, de palha, de cortiça, de sabugo e de junco, em forma de capacete, em forma de apagador, em forma de tortulho, em forma de funil, em forma de cabaça, já armados do véo turco, já do thermometro ou do pennacho, já da cabeça de môcho, já da simples penna á moda da Calabria, sem contar os bonnets de todas as procedencias, o barrete escocez e o barrete phrygio, a boina biscainha, os bonnets das diversas associações navaes, o de Heidelberg, o de Bonn, o de Oxford, o de Cambridge. Blusas de velludo e calções largos em todos os tons do castanho, do cinzento e do verde, as polainas altas de couro, de velludo ou de brim, as jaquetas de flanela branca communs a todos os pintores e guarnecidas de debruns azues e escarlates, os costumes de viagem, os de caça, os de pesca, o de regata, o do *cricket*, o do *foot-ball*, o do *lawn-tennis*, etc., etc., etc (Ortigão, 1887a, p. 259-260).

Percebemos aqui um claro encontro de intenções. Se Gonzaga Duque foi influenciado pelo juízo de Ramalho Ortigão, fica difícil concluir apenas pelos registros literários. De qualquer modo, resta evidente que ambos compartilhavam a mesma opinião. As críticas de Gonzaga Duque e de Ramalho Ortigão cruzam-se neste tema, que é a questão da *toilette*. Ela demonstra afinidades para além do cunho filosófico e nos leva a uma percepção dos hábitos, gostos e predileções éticas e estéticas de uma certa camada da sociedade burguesa. Iniciamos nossa análise com um relato biográfico do pintor Belmiro de Almeida, feito por Gonzaga Duque:

A sua predileta musa era a que inspirou e immortalizou Daumier e Gavarni, e, a bem da verdade, deve-se dizer que depois de Borgmainéro e Bordallo Pinheiro ninguém tem feito, no Brasil, melhores caricaturas. Só depois de casado e depois de viajado; depois de ter visto de perto quanto trabalho e quanta dedicação são precisos para o artista

conquistar um nome foi que ele abandonou a boemia, de uma vez para sempre. A única coisa que ele jamais abandonará é a *toilette*. O vestuário é para Belmiro o que foi para Honoré de Balzac e para Alphonse Karr, o que é para Daudet e para Carolus Durand, o que é para Leon Bonnat e Rochegrosse; uma feição artística, um sintoma do bom gosto e do asseio, **ou como lhe chama o mestre, o Sr. Ramalho Ortigão, a expressão gráfica, pessoal, de uma filosofia** [grifo nosso]. Ter *toilette*, ter saúde e ter dignidade são necessidades de um homem que se preza e possui talento (Gonzaga Duque, 1995, p. 209-210).

Gonzaga Duque descreveu Belmiro como um prototípico pintor da vida moderna, aquele para quem “é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito”, como disse Charles Baudelaire (Baudelaire, 1996, p. 20). Não há, entretanto, passividade nesse processo. Esse pintor moderno não se anula em favor do coletivo, mas se junta ao coletivo sendo ele mesmo. Por isso Gonzaga Duque aludiu ao hábito da *toilette*, do cuidado pessoal. Ao citar Ramalho Ortigão, Gonzaga Duque lembou que o asseio do homem moderno seria “a expressão gráfica, pessoal, de uma filosofia”. Belmiro de Almeida seria um artista do seu tempo porque elaborava o seu ofício, bem como o seu cotidiano, com individualidade e sentimento artístico.

Talvez Gonzaga Duque tivesse em mente o seguinte trecho escrito por Ramalho Ortigão:

Michelet conta nas *Guerras da Religião* que um dos grandes obstáculos à propaganda da Reforma foi a *toilette* dos luteranos e principalmente os collarinhos dos huguenotes. Estes collarinhos, de um aspecto superiormente distinto e aristocrático, eram o alvo dos rancores gerais em uma época em que tinha chegado ao seu maior auge em Paris a popularidade piolhosa dos Capetas realçada pelo sêbo hispanhol importado da Península por Santo Ignacio. Apesar d'isto os homens de phantasia e de gosto não puderam em nenhum tempo abster-se da preocupação do vestuário. **O vestuário é a expressão graphica, pessoal, de uma philosophia pouco estudada** [grifo nosso] (Ortigão, 1887b, p. 236-237).

O asseio pessoal era uma marca distintiva do próprio Ramalho Ortigão e não passava despercebida dos seus contemporâneos, inclusive no Brasil. A personagem Lenita, de *A carne* (1888), romance de Júlio Ribeiro, narra um encontro ficcional com o crítico português e indica que sua obsessão pelo asseio caracteriza “um culto que chega a se tornar impertinente” (Ribeiro apud Zan, 2009, p. 164). Já Pardal Mallet é extremamente irônico ao apontar a vaidade e a presunção de Ramalho Ortigão, dizendo que “a ducha matutina é uma extravagância de artista e um luxo de pouca gente” (Mallet apud Zan, 2009, p. 164).

A questão da *toilette* em Ramalho Ortigão cruza-se com o pensamento do filósofo francês Hippolyte Taine (1828-1893), um dos epígonos do positivismo francês após Auguste Comte (1798-1857). Vejamos este outro trecho do autor luso:

Taine diz que é impossível com as meninas inglesas, mesmo ao homem mais vaidoso, tratá-las de outro modo que não seja como irmãs. E isto porque? Porque ellas não pensam na *toilette*, nem na belleza. Vivem de si. Não têm papel que representar. São plenamente sinceras nas suas opiniões e nos seus actos. Querem principalmente instruir-se, aprender, tornar-se uteis. Nos museus e nas galerias de quadros vê-se frequentemente as meninas mais graciosas e mais bellas tirarem das competentes caixas os seus olhos, e collocarem-os como velhos advogados que vão lêr e estudar um processo. Têm uma infatigável actividade de espírito. Passam seis mezes do anno em uma casa de campo sem nunca se enfastiarem, porque não estão nunca ociosas; remam, pescam, colligem insectos, fazem excursões botanicas ou geologicas, desenham, pintam aguarellas, fazem gravuras a agua forte, lêem as revistas scientificas, e nunca-mas pela palavra nunca põem seus olhos n'um jornal de modas. Vestem-se mal, caminham como granadeiros em marcha, têm os pés grandes, representam têl-os ainda maiores com as suas longas botinas de grandes bicos e tacões rasos. É verdade. Por esse motivo têm menos quem as namore, mas em compensação muito mais quem as estime, porque ellas são as mais amaveis companheiras e os mais honrados amigos (Ortigão, 1888b, p. 269-270).

Ramalho Ortigão resgatou aqui as impressões de Taine em sua obra *Notes sur l'Angleterre* (1872). O filósofo francês fala em diversos momentos dos hábitos da burguesia e dos extratos médios da sociedade inglesa, o que corrobora o raciocínio do crítico português. Sobre a questão da *toilette* especificamente, encontramos o seguinte:

Sendo a *toilette* uma espécie de expressão, um exterior sobreposto a outros exteriores, denota o que a fisionomia e os gestos já manifestam, a saber: falta de jeito, falta de habilidade, flexibilidade, tato. Como regra geral, o figurino deve traduzir a pessoa, e aqui quase sempre traduz mal. [...] No Hyde Park, aos domingos, para senhoras ou jovens da burguesia rica, o exagero do traje é chocante: chapéu que lembra tufos de rododendros empilhados, ou branco como a neve, extraordinariamente pequeno, com buquês de flores vermelhas e fitas enormes; vestidos de seda roxa e lustrosa com reflexos deslumbrantes, ou de tule rígido sobre anáguas repletas de bordados; imensos xales de renda preta que vão até os calcanhares; luvas brancas ou roxas brilhantes; correntes de ouro, cintos de ouro com fechos de ouro; cabelos caindo na nuca em uma massa brilhante. O brilho é brutal; parecem sair de um guarda-roupa para desfilar em nome de uma loja de novidades. Não, nem isso, porque eles não sabem usar os próprios produtos de higiene. Suas cabeças estão rígidas no pescoço, como um suíço em procissão; seus cabelos são lisos ou muito caídos; suas roupas são colocadas sobre elas como se fossem um cabide de madeira. A crinolina é oca na parte inferior, os manteletes são levantados nas costas em baforadas desajeitadas e pretensiosas; não existem três tamanhos bonitos. A fileira branca de dentes é uma mancha crua nos lábios vermelhos; as pernas pretas fortemente calçadas são visíveis sob as

anáguas infladas. Assim inchadas, eles caminham ao farfalhar; sua vestimenta as segue e as precede, com o ir e vir de um sino. Comparado à ondulação flexível, fácil, muda e serpentina do vestir e do andar espanhol, o movimento aqui é enérgico, discordante, espasmódico como de um autômato (Taine, 1872, p. 73-74, trad.).

Para Taine, a *toilette*, como um bom cuidado, é a expressão de algo que já existe — “denota o que a fisionomia e os gestos já manifestam”. Ela exterioriza qualidades morais e intelectuais que a pessoa já manifesta desde sempre. Por isso, a vaidade fingida não disfarça a “falta de jeito, falta de habilidade, flexibilidade, tato”. O argumento que Taine utiliza para criticar as jovens inglesas, Ramalho Ortigão utiliza para desqualificar os tipos empertigados que oferecem nada além de costumes rasteiros.

No sentido oposto a este está o triunfo de Belmiro de Almeida. Gonzaga Duque o elogiou por ser um artista alinhado com as conquistas éticas e estéticas do seu tempo. É um artista viajado, estudado, que sabe observar os hábitos da sociedade e extrair deles “um cento de assuntos para pintar” (Gonzaga Duque, 1995, p. 209). A *toilette* de Belmiro reflete suas qualidades enquanto homem, mas também enquanto artista; reflete a inteligência e o trabalho de quem possui “uma feliz compreensão de seu tempo e do destino da pintura moderna” (Gonzaga Duque, 1995, p. 214). Não por coincidência, o lugar de Belmiro de Almeida na crítica de Gonzaga Duque equivale ao de Constantin Guys na crítica de Baudelaire.

Seria insuficiente afirmar que Gonzaga Duque era um discípulo de Ramalho Ortigão, simplesmente porque compartilhavam a mesma opinião diante de um assunto tão trivial. Por isso, a questão da *toilette* nos serve aqui como um fator indiciário. O que levantamos como hipótese de investigação é que a relação entre Ramalho Ortigão e Gonzaga Duque, embora permeada de admiração do escritor brasileiro pelo português, não é de influência direta. Seria, na verdade, a convergência das ideias de dois críticos mediada por um mesmo arcabouço intelectual.

Para melhor explicar como se daria essa convergência de ideias, recorreremos ao conceito de *habitus* estabelecido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Começemos com esta citação do eminente autor:

A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo (Bourdieu apud Costa, 2012, p. 14).

Com base no trecho acima, compreendemos *habitus* enquanto um conjunto de valores éticos e estéticos, adquiridos a partir de mediações sociais preestabelecidas como o capital cultural familiar, a educação escolar formal e também o aprimoramento intelectual individual. Esses valores éticos e estéticos, uma vez codificados por essas diversas instâncias de mediação social — estudos, leituras, acesso a equipamentos culturais etc — sedimentam no indivíduo uma espécie de *repertório comum* de ideias que se reproduzem a partir do *habitus*. Ou seja, aquilo que foi absorvido enquanto “uma subjetividade direta” torna-se logo “uma *objetividade interiorizada*” (Costa, 2012, p. 14).

Em vista do exposto, acreditamos que o encontro entre Ramalho Ortigão e Gonzaga Duque é mediado por um repertório intelectual comum, compartilhado pelo *habitus* oitocentista. Defendemos, portanto, que esse repertório intelectual comum é permeado pela crítica francesa do século XIX. É uma influência palpável na crítica social e de arte de ambos os escritores lusófonos, que se materializa nas citações a autores como Baudelaire, Taine e outros.

Dentro do repertório comum da crítica francesa, tentaremos destacar o impacto que Taine, e o pensamento de matriz positivista de forma geral, exerceu nos textos de Ramalho Ortigão e Gonzaga Duque.

Notas sobre o positivismo na historiografia da arte europeia

O positivismo foi uma doutrina filosófica concebida em meados do século XIX, a partir dos escritos do pensador francês Auguste Comte (1798-1857). Tomando para si as bases do pensamento ilustrado que animou as grandes revoluções científicas do século XVIII, os positivistas afirmavam que todos os fenômenos estavam sujeitos a leis naturais imutáveis, e que essas leis regeriam o desenvolvimento de todas as sociedades. Para os positivistas, na busca por essas leis imutáveis, o historiador e o filósofo deveriam “atingir a mesma neutralidade serena, imparcial e objetiva do físico, do químico e do biólogo” (Löwy, 2018, p. 12).

Para Comte, a arte é “uma representação ideal do que existe, destinada a cultivar nosso instinto de perfeição” (Comte, 1848, p. 276, trad.). Ela estaria também ligada às ciências, na medida em que “abarcam, cada uma à sua maneira, todo o conjunto das realidades, que uma aprecia e a outra embeleza” (Comte, 1848, p. 276-277, trad.). A observação rigorosa exigida tanto no fazer artístico, quanto no saber científico, “seguem o mesmo curso natural [...], ascendendo das especulações mais simples e externas às mais complexas e humanas” (Comte, 1848, p. 277, trad.). Isto significa que a busca pela

verdade científica possui o seu equivalente na busca pelo belo estético. Desta forma, se estabelece “a mais íntima harmonia entre as três grandes criações da humanidade: a filosofia, a política e a poesia” (Comte, 1848, p. 277, trad.).

A busca por um rigor científico na análise dos artistas e suas obras, nos diversos campos da arte, esteve sempre entre os corolários da filosofia de matriz positivista. Hyppolite Taine foi um dos maiores nomes das correntes historicistas do positivismo, e seu pensamento teve ampla acolhida na filosofia estética de Ramalho Ortigão e de Gonzaga Duque. Antes de avaliar tal acolhida, contudo, devemos compreender em síntese como se estrutura o pensamento histórico e estético de Taine.

Para o filósofo francês, uma obra de arte tal — uma pintura, uma escultura, uma peça teatral — pertencem a um todo que seria maior que a própria obra de arte. Primeiro, o todo da obra de um determinado artista. A obra de um artista seria “como os filhos de um mesmo pai” (Taine, 1890, p. 2, trad.), ela teria uma característica familiar que distinguiria outras obras de outros artistas. Também o artista pertence a um todo maior que ele mesmo, que seria o coletivo dos artistas que formam “a escola ou família de artistas ao qual pertenceriam em um determinado tempo e país” (Taine, 1890, p. 3). Por fim, essa escola, ou família de artistas, pertence a uma terceira esfera de um todo que seria o meio [*milieu*] onde esses artistas se inserem. Não somente o meio físico, mas também o meio social.

Sobre a questão do meio, Taine argumenta que a arte é como uma planta nutrida em solo fértil. Assim como existem condições propícias para que uma planta germine, cresça e dê frutos robustos, haveriam condições igualmente propícias para que surjam as diversas manifestações artísticas. Seu raciocínio se adensa nesse sentido, quando o francês estuda a pintura dos Países Baixos. Disse ele o seguinte:

De acordo com o nosso método, estudaremos primeiro a história inata e preliminar que explica a história externa e final. Mostrar-vos-ei primeiro a semente, isto é, a raça, com as suas qualidades fundamentais e indeléveis, aquelas que persistem em todas as circunstâncias e em todos os climas; e depois a planta, ou seja, o próprio povo, com as suas qualidades originais ampliadas ou contraídas, em todo o caso enxertadas e transformadas pelo seu entorno e pela sua história; e finalmente a flor, isto é, a arte, e especialmente a pintura, em que culmina este desenvolvimento (Taine, 1869, p. 2, trad.).

Nesse trecho já se articulam os conceitos principais com que Taine formula suas teses sobre arte, principalmente as noções de povo e de clima. Raça, aqui, não pode ser sinônimo de povo, pois referencia as características físicas e psíquicas que engendram esse determinado povo. Nesse quesito, Taine é muito pouco elogioso e recorre a alguns

estereótipos. Afirma o filósofo francês que falta, aos germânicos, “nobreza escultórica e delicadeza” (Taine, 1869, p. 4, trad.). O corpo deles é “geralmente grande, mas atarracado ou corpulento, pesado e deselegante” (Taine, 1869, p. 4, trad.). Na Holanda, especificamente, eles “são flácidos, com maçãs do rosto salientes e mandíbulas fortemente marcadas” (Taine, 1869, p. 4, trad.). Ainda segundo Taine, o germânico é “mais passivo e grosseiro” (Taine, 1869, p. 7, trad.) que o latino, e nele “matéria e massa parecem predominar sobre movimento e espírito” (Taine, 1869, p. 5, trad.). Podem “permanecer parados por horas, absortos em suas próprias ideias ou com seus cachimbos” (Taine, 1869, p. 8, trad.).

No entanto, Taine aconselha que não se detenham com essas coisas. Ao contrário dos povos latinos, que preferem “as amenidades da polidez, as satisfações da vaidade, as sensualidades do amor” (Taine, 1869, p. 11, trad.), os povos germânicos seriam “menos impulsivos” (Taine, 1869, p. 13, trad.), “menos sujeitos à impaciência e a explosões irracionais” (Taine, 1869, p. 13, trad.). Essas características constituiriam os povos germânicos como “os grandes trabalhadores do mundo; a respeito das questões do espírito, ninguém iguala os alemães” (Taine, 1869, p. 14, trad.). A livre associação entre os indivíduos, onde “nenhuma pessoa oprime a outra” (Taine, 1869, p. 14, trad.), seria “o grande talento germânico” (Taine, 1869, p. 14, trad.) e alcançou também a religião. Ali nos Países Baixos e na Escandinávia, onde predominam o protestantismo, a fé passou do domínio público para o domínio privado e “a autoridade formal da Igreja cedeu à convicção pessoal do indivíduo” (Taine, 1869, p. 22, trad.).

Os habitantes dos Países Baixos, portanto, seriam fruto da conjunção entre um povo de temperamento prático, estabelecido em um meio que não exaspera os humores. Seriam fruto de um povo que media suas necessidades coletivamente, em um ambiente que favorece a concórdia e a serenidade. Assim sendo, este povo específico, inserido neste clima específico, produziu um estilo de arte que privilegiava uma “completa representação da vida real” (Taine, 1869, p. 21, trad.).

Desta forma, podemos compreender que, para Taine, a arte é o produto indissociável do povo que a produz e das condições em que ela é produzida, sendo essas condições de caráter físico, biológico e climático. Além disso, que a qualidade da arte produzida está diretamente relacionada com os avanços sociais conquistados por esse determinado povo — suas liberdades individuais, suas formas de participação política, a maneira como se organiza a ordem social. O filósofo francês afirmou que a “condição social e intelectual é a mesma para o público quanto é para os artistas; eles não são homens isolados” (Taine, 1890, p. 5, trad.).

Percepções do positivismo em Ramalho Ortigão e em Gonzaga Duque

Em vista de todo o exposto até o momento, tentaremos demonstrar em que circunstâncias as teses de Taine, e do positivismo em geral, influenciaram a crítica de Ramalho Ortigão e de Gonzaga Duque.

Começamos nossa análise pelo poeta português. No contexto da literatura portuguesa de meados do século XIX, “o positivismo e o proudhonismo dominam a primeira fase da obra de Eça de Queirós” (Saraiva; Lopes, 1985, p. 723). Este se juntou com Ramalho Ortigão no já aludido semanário *As Farpas*, onde empreenderam “uma crítica persistente da vida portuguesa” (Saraiva; Lopes, 1985, p. 723). Com a morte de Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão encontrou em Teófilo Braga um novo mentor intelectual. A partir de então, sua escrita transitou “do proudhonismo para o positivismo” (Saraiva; Lopes, 1985, p. 823).

Um trecho curto, porém singular, demonstra o quanto Ramalho Ortigão coliga-se com pensamento de Taine: “Eça de Queiroz é um dos artistas em cuja obra mais claramente se patenteia **a influencia do seu meio. Taine adoral-o-hia como a demonstração viva da primeira lei da critica moderna** [grifo nosso]” (Ortigão, 1887b, p. 210). Aqui o crítico português apresenta, com agudeza sintética, o seu entendimento da estética de Taine. Se tomarmos obras como *Os Maias* e *O crime do padre Amaro*, considerando-as crônicas vivazes do *fin-de-siècle* lusitano, compreendemos melhor o que seria “a influencia do seu meio” na obra de Queiroz. Porque o que influencia o artista não é somente o meio físico, mas também o meio social.

Na direção contrária, ao tecer uma crítica à peça *Os sabichões*, de Ernesto Biester (1828-1880), Ramalho Ortigão escreveu o seguinte:

Pretendendo se transportar para a scena os escriptores da sciencia mal digerida que falam do que não sabem e decidem do que não entendem (os Sabichões), parece que deveria o auctor tomar da classe que pretende pintar os caracteres essenciaes que a distinguem, e tornar esses caracteres, que achou dominantes na natureza, dominadores na arte. É como Taine define a missão do artista. Posto isto, se os caracteres pintados pelo auctor não forem os dominantes, ou se elle não tiver a sciencia de os tornar dominadores, a obra será simplesmente imperfeita e medíocre. Se porém o artista, representando-nos um certo meio social, não toma os caracteres essenciaes d'esse meio, mas em vez d'isso lhe attribue caracteres extranhos, a obra então é falsa. Se esses caracteres, além de extranhos, são offensivos, a obra passa desde esse momento a ser calumniosa (Ortigão, 1889, p. 200).

O enredo de *Os sabichões* trata do caso amoroso de uma viúva da cidade de Bragança que se enamora do magistrado local, mais jovem que ela, e é correspondida. Ramalho Ortigão considera o texto de uma originalidade tremenda, “em que se debatem os mais interessantes problemas que actualmente agitam os espiritos, os temperamentos, as curiosidades scientificas, as ambições devoradoras e as paixões secretas e insaciaveis” (Ortigão, 1889, p. 193-194). No entanto, segundo Ramalho Ortigão, faltou a Biester “decidir e desenlaçar a situação proposta” (Ortigão, 1889, p. 194). Por isso o crítico português se queixa que Biester não conseguiu captar a essência dos personagens que quis retratar em sua peça. O que está no cerne da discussão é que uma falsa compreensão do meio social deturpa a concepção de uma obra de arte. Se um autor não consegue, cientificamente, transplantar para a obra a realidade daquela situação, então ela se torna “simplesmente imperfeita e medíocre”. De certa forma, onde reside o insucesso de Biester, reside o sucesso de Eça de Queiroz.

Nos mesmos termos, Ramalho Ortigão criticou uma biografia de Almeida Garrett escrita por Gomes de Amorim. Disse assim o crítico português:

O methodo por que está concebido e executado o trabalho de critica não é talvez o mais scientifico, não é sobretudo o mais moderno, no sentido que tem esta palavra depois das obras de Sainte-Beuve, de Taine, de Zola, de Jules Lemaitre e dos irmãos Goncourt. A influencia do escriptor biographado sobre a sociedade do seu tempo e a acção do meio social sobre a orientação mental e sobre a obra do grande artista, não me parece — n'esta primeira parte pelo menos das memorias biographicas de Gomes de Amorim — determinada de um modo assaz nítido e convincente” (Ortigão, 1887c, p. 241-242).

O trecho acima possui dois temas de muita importância para a crítica de arte do final do século XIX. Primeiro, uma busca por aquilo que se considerava “moderno”. A palavra, nesse contexto, deve ser interpretada como “equivalente a melhorado, satisfatório ou eficiente” (Williams, 2007, p. 282). Moderno é aquilo que é melhor, e mais atualizado, do que aquilo que existia antes. Por isso também há uma relação direta entre o que é moderno e o que é científico. A modernidade é o catalisador da racionalidade; é por ela que surgem o avanço técnico e o pensamento crítico, de forma a superar o passado. Por isso Ramalho Ortigão apresenta ressalvas ao trabalho de Gomes de Amorim, e esse é o segundo tema a ser abordado. Se o trabalho não está pautado pelo método mais moderno, e por isso mais científico, Gomes de Amorim falha em demonstrar o quanto Almeida Garrett foi influenciado pelo meio social português.

Por fim, destacamos o seguinte trecho, onde Ramalho Ortigão reflete mais profundamente sobre as questões da sociedade. Disse ele o seguinte:

Um discípulo de Augusto Comte, o dr. Audiffrent, aplicando á pathologia a lei da evolução biológica e social, estabelece que toda a doença, ao completar a sua trajectoria, apresenta tres phases progressivas: a phase vegetativa, a phase animal e a phase cerebral. Demonstrando que desde a queda da Idade-Média o Occidente padece uma enfermidade chronica, originada na ruptura da unidade catholico-feudal, diz que essa doença teve primeiro um caracter metaphysico, e por fim o caracter social, que, ainda hoje apresenta e que conservará até que se conclua a obra da revolução moderna. E o mesmo phenomeno observado na marcha das grandes epidemias, as quaes o pensador a que me refiro, divide em epidemias demonopathicas nos seculos XV e XVI, epidemias espiriopathicas no seculo XVIII, e epidemias sociopathicas no presente seculo. A tristeza morbida dos nossos ideaes procede d'esta crise em que se envolve o pensamento moderno: faltou-nos a segurança estavel da fê, e ainda não encontramos fundo sufficientemente solido em que mordes e agarrasse a ancora da certeza scientifica. Naufragamos todos (Ortigão, 1888a, p. 292-293).

Aqui Ramalho Ortigão demonstra amplo conhecimento dos autores positivistas e de suas teses. Georges Audiffrent (1832-1909) foi um dos últimos acólitos de Comte e acompanhou o fim da vida do mestre. Médico de formação, aplicou os preceitos positivistas na filosofia da medicina e foi um dos codificadores, junto com Pierre Laffitte (1823-1903), da chamada Religião da Humanidade — ou positivismo religioso. Sendo discípulo de Comte, é próprio que Audiffrent busque uma aproximação entre as ciências naturais e as ciências sociais.

Continuamos agora com Gonzaga Duque. Inserido no movimento simbolista brasileiro, Gonzaga Duque não era refratário às fontes francesas, belgas e portuguesas que influíam nos seus diversos grupos (Cf. Bosi, 1970, p. 314). Mesmo não sendo um positivista praticante, o autor brasileiro tinha muito conhecimento das teorias de Taine e de outros pensadores positivistas. Cláudio Santos explicitou essa percepção em outro trecho de sua crítica: “[...] eu não vacillo em affirmar que actualmente é o critico de pintura mais competente que possuímos. **Será mais tarde o nosso Taine** [grifo nosso]” (Santos, 1883, p. 4). Acreditamos que as teorias de Taine foram aplicadas diligentemente por Gonzaga Duque em sua obra *A arte brasileira*, que analisaremos aqui brevemente¹.

Na obra citada, o autor brasileiro organizou a história da pintura brasileira em três períodos distintos, que seriam “correspondentes ao progresso moral e material da nação” (Gonzaga Duque, 1995, p. 73). O primeiro deles, chamado de Manifestação, corresponde a uma parte do período colonial brasileiro, por volta do século XVII, até o estabelecimento da chamada Missão Artística Francesa, em 1816. Já nesse início, Gonzaga Duque produz um primeiro diagnóstico: que a arte brasileira desse período

possuía forte influência do catolicismo, sendo produzida no seio das ordens religiosas estabelecidas no território brasileiro. Continua ele:

Para que ela tomasse um caráter elevado como tomou a pintura religiosa na Itália, para que tivesse a importância que teve na Espanha, para que fosse original como foi a afamada escola dos pintores do século dezesseis na Holanda, fora preciso que se tivesse manifestado em um estado organizado, tendo tradições, tendo história, tendo outras **influências mesológicas** [grifo nosso] (Gonzaga Duque, 1995, p. 73-74).

O fato de Gonzaga Duque falar em “progresso moral e material da nação” denota uma tentativa de valoração entre aquilo que povo traz consigo, da sua formação, e aquilo que ele produz por consequência da sua diligência. Mas chama a atenção ele também citar possíveis “influências mesológicas” que interfeririam no desenvolvimento da pintura religiosa no Brasil. A mesologia é um postulado derivado das teorias positivistas, cuja formulação principal indica que as relações sociais, e o desenvolvimento biológico, se interligam a partir do meio físico (Cf. Lopes, 2000).

Portanto, podemos entender que a tese levantada por Gonzaga Duque é de que a pintura religiosa não encontrou aqui nem condições sociais nem biológicas para se desenvolver a contento. O autor brasileiro já tinha deixado muito bem explicitadas as condições sociais, no início de seu livro, ao discorrer sobre a história da colonização brasileira. Pela primeira vez em sua escrita, Gonzaga Duque dá a entender que aquelas características que ele percebe no povo brasileiro — “um paria, pequenino, mestiçado, doente” (Gonzaga Duque, 1995, p. 68) — não têm origens só no aspecto social, mas também no biológico. Mesmo que indiretamente, fica nítido de sua parte uma aproximação com as relações de povo e clima formuladas por Taine. Complementa ainda o brasileiro:

Ela [a pintura religiosa] manifestou-se, sem dúvida, mais pelas condições geográficas e pelos efeitos climatológicos aos quais estava sujeito o povo, do que por outras quaisquer influências. E, sem um fim determinado, sem um destino definido pela desarmonia do pensamento popular, pelo temor à tirania metropolitana, pela falta de uma sociedade constituída, rica, poderosa, educada que pudesse aproveitar as suas obras recompensando o trabalho, amoldou-se à religião, submeteu-se ao dogmatismo católico que dominava a desagregada sociedade dessa época (Gonzaga Duque, 1995, p. 74).

Essa abordagem utilizada por Gonzaga Duque encontramos também em etapa posterior de sua história da arte brasileira. Em seu capítulo sobre a escultura, nosso pensador se detém sobre a obra *Faceira*, de Rodolfo Bernardelli. Sua análise da obra não é das mais lisonjeiras.

A concepção do artista parece ter sido uma e a execução foi outra. Desviaram-se opostamente. O escultor pretendeu apresentar um tipo de cabocla, cujo meneio do corpo, natural e gracioso, cuja expressão fisionômica maliciosa e loureira, concretizassem a concepção explicando o título. Mas, para característico do tipo nos deu apenas — olhos oblíquos! Vestiu a sua figura com adornos selvagens; dependurou-lhe às orelhas rodela de pão, atou-lhe ao pescoço colar de dentes, e aos punhos braceletes de penas; e depois animou-a com o espírito de uma rapariga libertina, quero dizer, movimentou-a com tal garridice de gestos que de forma alguma podem acudir à voluptuosidade de uma índia (Gonzaga Duque, 1995, p. 252).

Essa apresentação da *Faceira* é proposital aos desígnios de Gonzaga Duque. Ele, ao que parece, toma a figura de forma literal, para além de uma emanção de um feminino idealizado. Contribuíram para isso os elementos que Bernardelli adicionou na composição de sua obra. Mas surpreende a minúcia com que Gonzaga Duque empreende uma análise anatômica da modelo e cria relações múltiplas, para fora da obra em si. Continua assim o autor:

Há no seu corpo molezas de uma carne já cansada pelas noites febris do deboche; existe em seu sorriso a untura do carmim e a palidez da perversidade; seus olhos miúdos tem o brilho tentador da lascívia, e a posição em que está, apoiada com ambas as mãos a um cepo de árvore que lhe fica às costas, empinando todo o tronco, faz lembrar mulheres experientes em seduções e que estudam ao espelho atitudes provocadoras. Falta-lhe, portanto, naturalidade. A cabocla, mesmo a mestiça, a marabá, tem característicos étnicos. A região pubiana, que na “Faceira” é pobre de tecido adiposo, é desenvolvida e túmida; os cabelos, e isto forma um característico de grande valor, são bastos, ásperos e lisos, muito lisos e ásperos, impossíveis de sujeitarem-se a penteados caprichosos, como é o penteado que a estátua tem; seus pés são espalmados, quase sempre cambados pelas contínuas marchas, pelo exercício de subir às árvores, escalar serros, grimpar-se aos outeiros, pisar terreno espinhoso, falso ou pedregulhos; seu olhar é sonolento e contemplativo pelas influências do clima e pela forma externa dos olhos (Gonzaga Duque, 1995, p. 252-253)

O que Gonzaga Duque produz, nas linhas acima, é um autêntico tratado de frenologia. Uma interligação consciente entre características biológicas e traços psicológicos, mediadas pelo meio físico. A falta de naturalidade, apontada na obra de Bernardelli, pode ser interpretada de duas formas. Por um lado, devido a um possível exagero na caracterização da figura, que não esconde um certo julgamento moral de suas atitudes — como no uso de termos como “noites febris do deboche”, “palidez da perversidade” ou “brilho tentador da lascívia”. Por outro lado, a falta de naturalidade esconde os “característicos étnicos” de alguém que deveria representar “a voluptuosidade de uma índia”.

Gonzaga Duque apresenta ao leitor qual é o tipo físico ideal de uma mulher brasileira, que tem sua origem na mestiçagem — que não significa outra coisa senão o cruzamento entre raças. Mas para além de todos esses “característicos étnicos”, o autor brasileiro destaca aquele que seria o traço mais expressivo da mulher brasileira: um olhar “sonolento e contemplativo pelas influências do clima e pela forma externa dos olhos”. Aqui fica bastante evidente o quanto Gonzaga Duque tenta se aproximar das teses positivistas. Pois se a arte neerlandesa, para Taine, seria uma reprodução do modo de vida daquele povo, a arte brasileira, para Gonzaga Duque, deveria ser uma reprodução do modo de vida do povo brasileiro.

No entanto, o autor brasileiro reforça, no final de seu livro, que a arte brasileira não possuía um elemento nacional unificador. Haveria nisso também uma falta de naturalidade, em certo sentido, já que a arte brasileira não apresentava uma “feição nativa” (Gonzaga Duque, 1995, p. 259), pois o “romance, a poesia e a história do país nenhuma influência tiveram nessas obras” (Gonzaga Duque, 1995, p. 258). Diz por fim Gonzaga Duque:

Se a nossa arte não tem uma estética nem no seu ensinamento existem tradições, como admitir a existência de uma Escola Brasileira? Salvo se se confunde sob o nome de escola a reunião de todas as manifestações individuais que representam a arte de um povo, como praticou e claramente explicou Eduardo Chesneau tratando da pintura inglesa; mesmo sob este ponto de vista, aliás pouco sustentável, não pode existir uma escola brasileira porque a feição que caracteriza a nossa arte é o cosmopolitismo, e um país para ter uma escola precisa, antes de tudo, de uma arte nacional. É isso o que vemos na história das escolas da Espanha, da França, e da Holanda (Gonzaga Duque, 1995, p. 259).

A citação indireta a Ernest Chesneau, erroneamente chamado de *Eduardo* Chesneau, indica não somente conhecimento, mas também afinidade de Gonzaga Duque com os diversos pensadores associados ao positivismo francês. No seu raciocínio, Chesneau argumenta que uma escola de arte não se estabelece apenas pela reunião de tradições pictóricas, mas também porque é “uma arte digna de história” (Chesneau, 1882, p. 8, trad.), de ser historicizada. Gonzaga Duque parece estar diante de um dilema, o de historicizar uma arte, ou uma escola de artistas, que não preenchem os requisitos para tal empreitada.

Seu embate com o cosmopolitismo, em favor do localismo, é um traço constante de nosso desenvolvimento intelectual. Antonio Candido é quem chama a atenção para esse embate dialético entre essas duas vertentes, ao afirmar que nossos pensadores, artistas e literatos tiveram que lidar com

[...] o sentimento de inferioridade que um país novo, tropical e largamente mestiçado, desenvolve em face de velhos países de composição étnica estabilizada, com uma civilização elaborada em condições geográficas bastante diferentes. O intelectual brasileiro, procurando identificar-se a esta civilização, se encontra todavia ante particularidades de meio, raça e história nem sempre correspondentes aos padrões europeus que a educação lhe propõe, e que por vezes se elevam em face deles como elementos divergentes, aberrantes. A referida dialética e, portanto, grande parte da nossa dinâmica espiritual, se nutrem deste dilaceramento, que observamos desde Gregório de Matos no século XVII, ou Cláudio Manuel da Costa no século XVIII, até o sociologicamente expressivo *grito imperioso de brancura em mim* de Mário de Andrade, — que exprime, sob a forma de um desabafo individual, uma ânsia coletiva de afirmar componentes europeus da nossa formação (Candido, 2023, p. 134).

Se incorporadas de forma direta, sem qualquer tipo de mediação com a realidade local, as formulações de Taine, e dos demais positivistas, podem provocar uma séria distorção metodológica. Afinal, esses autores estão analisando a arte dos povos do norte da Europa, um fenômeno sócio-histórico que ocorre em condições muito específicas. Mas se, para os positivistas, as grandes escolas artísticas se encontram na Itália, nos Países Baixos e na França, automaticamente a arte produzida fora desse eixo é observada de soslaio. Ao adotar o positivismo enquanto método para o seu trabalho, Gonzaga Duque nada pode fazer para escapar dessa premissa.

Considerações finais

Relembrando o conceito de *habitus* bourdiano, concluímos que a adesão ao positivismo pode ser lida como um fenômeno de classe, ligado às camadas médias da sociedade capitalista. Auguste Comte, o filósofo consolidador da doutrina positivista, possuía, à sua maneira, uma compreensão específica da formação da sociedade de classes na Europa. Com vistas para uma sociedade refundada sobre seu credo secularista, a Religião da Humanidade, Comte acreditava que todas as classes teriam “obrigações especiais” (Comte, 1848, p. 161, trad.) a serem desempenhadas neste novo contrato social.

No Brasil, as camadas médias estruturavam-se, por um lado, a partir de uma burguesia comercial que se expandia, impulsionada tanto pelo consumo interno, quanto pelo externo; e, por outro lado, de segmentos da classe média urbana que tinham acesso ao ensino das profissões liberais, e de oficiais militares com formação técnica. Foi nesse contexto que as camadas médias urbanas incorporaram, para si, ideias que repercutiam seus próprios valores. Dentre as várias ideias filosóficas que circulavam no país na segunda metade do século XIX, o positivismo “correspondia a uma série de exigências

próprias da classe média, e em particular daqueles grupos de classe média que tinham acesso ao ensino” (Sodré, 2002, p. 395).

Como no Brasil, o positivismo em Portugal atraiu uma grande parcela da classe média e da burguesia urbana de tendência liberal e de escolaridade superior. Manuel de Arriaga, escritor e primeiro presidente de Portugal, foi o principal defensor do positivismo em terras lusas. Sua filosofia política “demarca-se de todas as estratégias que procuravam instaurar uma nova ordem social com base na luta de classes, como as que no tempo opunham o proletariado à burguesia capitalista” (Calafate, 2002a, p. 315). O sentimento de conservação da ordem burguesa era tão presente que também constituiu grande parte do pensamento de Almeida Garrett, que se considerava “um homem de esquerda” (Calafate, 2002b, p. 183).

Diante desse panorama, fica saliente que a adesão ao positivismo é um fenômeno específico de uma classe média urbana e letrada. Entretanto, chama a atenção que esse fenômeno alcance os mesmos estratos sociais em diferentes países. Isso poderia ser explicado com base no conjunto de ideias formuladas pelos pensadores marxistas Louis Althusser (1918-1990) e Antonio Gramsci (1891-1937).

A partir de Althusser (1999), acreditamos que esse fenômeno de classe em relação ao positivismo compreende um momento histórico em que as burguesias nacionais buscavam um aparelho ideológico que garantisse sua hegemonia política. Se, por um lado, os aparelhos repressivos garantem a estabilidade política do estado burguês, faz-se necessário que este mesmo estado constitua para si aparelhos que dominem ideologicamente as instâncias da chamada sociedade civil. O exército e as polícias se ocupam do primeiro caso, enquanto os sistemas políticos, jurídico, e cultural se ocupam do segundo.

O positivismo foi um importante aparelho de dominação ideológica da burguesia no setor cultural. Sua matriz determinista e historicista permitiu que essa classe desses ares científicos aos seus expedientes políticos, o que garantiu um status de modernidade ao pensamento burguês. Ao mesmo tempo, o positivismo permitiu que a burguesia se apropriasse de certos valores de caráter conservador. Isso foi crucial para que ela se estabelecesse enquanto classe hegemônica e evitasse o conflito com as outras classes em disputa.

Mas os aparelhos ideológicos só se estabelecem na sociedade a partir de elementos destacados para essa tarefa. Por isso entendemos que tanto Ramalho Ortigão quanto Gonzaga Duque podem ser qualificados na esfera do intelectual orgânico gramsciano. Quando a burguesia ascendeu como classe dominante, escorada no modo de produção

capitalista, foi necessário expandir a formação técnica dos intelectuais burgueses para além da gestão dos meios de produção. Surgiram então os operadores dos sistemas político, jurídico, militar e também cultural. Conforme disse o pensador italiano:

Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (Gramsci, 2001, p. 18-19).

Esses diferentes estratos da classe dominante, organizados em diferentes especializações, atuariam justamente como os “‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas de hegemonia social e do governo político” (Gramsci, 2001, p. 19). Essa atuação, ainda segundo Gramsci, estaria dividida em duas frentes. A primeira seria exercida pela chamada sociedade civil, que trabalharia na construção do “consenso ‘espontâneo’ [...] que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua função no mundo da produção” (Gramsci, 2001, p. 19). A segunda seria a chamada sociedade política, encastelada no próprio Estado, que faria uso dos seus aparelhos coercitivos para garantir “a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise” (Gramsci, 2001, p. 19).

A formação intelectual de Ramalho Ortigão e de Gonzaga Duque não os direcionou para participar da sociedade política, mas sim do amplo corpo da sociedade civil. Isso lhes permitiu disputar a opinião pública em torno de consensos sobre arte, estética e comportamento. De fato, essa seria uma definição precisa da atividade jornalística e da crítica de arte, que ambos exerceram destacadamente por toda a vida.

A formulação althusseriana dos aparelhos ideológicos do Estado deve ser compreendida em conjunto com a tese do intelectual orgânico gramsciano, já que a primeira é altamente devedora da segunda conforme indica o próprio autor francês (Cf. Althusser, 1999, p. 263n133). A arte, sendo produção humana historicamente determinada, não está isenta das ideologias de um determinado tempo. E, das forças que estruturam as relações sociais, a ideologia é, em grande medida, a mais incompreendida em seus efeitos concretos.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (notas para uma pesquisa). In: ALTHUSSER, Louis. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1999.

- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- CALAFATE, Pedro (Org.). *História do pensamento filosófico português: o século XIX*. Volume 4, Tomo I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002a.
- CALAFATE, Pedro. *História do pensamento filosófico português: o século XIX*. Volume 4, Tomo II. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002b.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: Estudos de teoria e história literária*. 1ª edição. São Paulo: Todavia, 2023.
- COMTE, Auguste. *Discours sur l'ensemble du positivisme*. Paris: L. Mathias, 1848.
- COSTA, Jean Henrique. Reflexões sobre a indústria cultural a partir de Pierre Bourdieu: a importância dos conceitos de Habitus e Capital Cultural. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 12, n. 140, p. 12-21, 5 dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/18411>. Acesso em: 03 dez. 2025.
- CHESNEAU, Ernest. *La peinture anglaise*. Paris: A. Quantin, 1882.
- DUQUE-ESTRADA, Luis Gonzaga. *Impressões de um amador: textos esparsos de crítica (1882-1909)*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.
- FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Brasil e Portugal: representações e debates. *Convergência Lusíada*, [S. l.], v. 17, n. 19, p. 385-397, 2002. Disponível em: <https://www.convergencialusiada.com.br/rcl/article/view/793>. Acessado em: 20 ago. 2024.
- FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros e sociedade: a formação de leitores no século XIX. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 10 pgs., 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/23822>. Acesso em: 21 ago. 2024.
- GONZAGA DUQUE. *A arte brasileira*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.
- GONZAGA DUQUE. *Graves e frívolos (por assuntos de arte)*. Rio de Janeiro: Livraria Sete Letras, 1997.
- LIMA, Thiago Freitas Herdy. *A recepção do pensamento positivista em A arte brasileira*, de Gonzaga Duque. Dissertação (Mestrado em História da Arte). Instituto de Artes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/24570>. Acesso em: 04 dez. 2025.
- LOPES, Myrian Bahia. *O Rio em movimento: quadros médicos e(m) história 1890-1920* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. 136 p. ISBN: 85-85676-60-4. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575412756>. Acesso em: 01 ago. 2024.
- LÖWY, Michael. *Marxismo contra Positivismo*. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 2018.

ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*. Tomo I – A vida provincial. Lisboa: D. Corazzi, 1887a.

ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*. Tomo II – As epístolas. Lisboa: D. Corazzi, 1887b.

ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*. Tomo III – Os indivíduos. Lisboa: D. Corazzi, 1887c.

ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*. Tomo V – A religião e a arte. Lisboa: D. Corazzi, 1888a.

ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*. Tomo VI – A sociedade. Lisboa: D. Corazzi, 1888b.

ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas*. Tomo IX – O movimento literário e artístico. Lisboa: D. Corazzi, 1889.

QUEIRÓZ, Juliana Maia de. Brasil e Portugal: relações transatlânticas e literárias no século XIX. *Polifonia*, [S. l.], v. 20, n. 28, 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1674>. Acesso em: 21 ago. 2024.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 13ª edição. Porto: Porto Editora, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

TAINE, Hippolyte. *Philosophie de l'art dans les Pays-Bas*. Paris: Germer Baillière, 1869.

TAINE, Hippolyte. *Notes sur l'Angleterre*. Paris: Librairie Hachette e Cie., 1872.

TAINE, Hippolyte. *Philosophie de l'art*. Tome Premier. Cinquième Édition. Paris: Hachette, 1890.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZAN, João Carlos. *Ramalho Ortigão e o Brasil*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em <https://doi.org/10.11606/T.8.2009.tde-04022010-100502>. Acesso em: 24/02/2025.

Artigo recebido em 24/02/2025

Aceito para publicação em 24/11/2025

Editor(a) responsável: Felipe Metzner Selotti

¹ Este artigo é um desdobramento da dissertação de mestrado autor, que versa sobre esse tema. Ver Lima, 2025.

LITERATURA EM SERRA LEOA NOS SÉCULOS XX E XXI: Entrevista com Elizabeth L.A. Kamara

Rafael Barbosa de Jesus Santana¹

KAMARA, Elizabeth Lucy Alberta. *Elizabeth L. A. Kamara: entrevista* [dez. 2024]. Entrevistador: Rafael Barbosa de Jesus Santana. Freetown, 2024.

A ideia da realização da presente entrevista surgiu enquanto eu escrevia minha tese de doutorado. Nessa produção, que tinha o objetivo de identificar os impactos psicológicos, materiais e simbólicos da guerra civil em Serra Leoa¹ (1991-2002) nas infâncias, a principal fonte de pesquisa eram três autobiografias e um romance. Logo uma problemática surgiu: a escassa produção acadêmica em língua portuguesa sobre a literatura daquele país, a partir de um ponto de vista teórico/analítico. Destarte, falar sobre literatura serra-leonense tinha que passar, necessariamente, pelas escritas acadêmicas de língua inglesa, que também não são tão abundantes.

Eis que surgiu uma grande oportunidade para a realização de uma mobilidade acadêmica na *University of Sierra Leone/Fourah Bay College* em Serra Leoa, durante novembro e dezembro de 2024, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Entre inúmeras atividades de pesquisa realizadas na cidade de Freetown, capital de Serra Leoa, em 12 de dezembro de 2024, a professora Elizabeth Lucy Alberta Kamara me recebeu com muita alegria e disposição nas instalações da *Faculty of Arts* da *University of Sierra Leone* para a realização de uma entrevista com a temática: Literatura em Serra Leoa.

Kamara é pesquisadora Graduada em Língua e Literatura Inglesa e Mestre em Artes, ambos os títulos obtidos pela *University of Sierra Leone*. Atualmente, leciona disciplinas relacionadas aos principais gêneros da literatura de língua inglesa no Departamento de Estudos da Linguagem da *Fourah Bay College (FBC)*. Autora dos poemas *Distilled* (2019), *To Cross for a Daughter* (2020) e *Stolen Laughter* (2022), alguns traduzidos para o espanhol e o grego, Kamara é amante da literatura. Por isso, busca apoiar e divulgar a produção de outros(as) escritores(as) da sua nação, inclusive através do Clube de Leitura de Poesia da FBC, fundada por ela.

Entre suas principais publicações acadêmicas é válido ressaltar aquela que Kamara conversa com o serra-leonense Eldred Jones, intitulada *An Intellectual Compass: An interview with Professor Eldred Jones*. Essa publicação não é importante

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: rafael.santana.001@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5563-3081>. Pesquisa realizada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

apenas pelo fato de Eldred Durosimi Jones ter sido “o primeiro professor africano de inglês, ao sul do Saara” (KAMARA, 2013, p. 01, tradução minha) ou pelas suas contribuições para o desenvolvimento da *University of Sierra Leone* e, conseqüentemente, para o desenvolvimento intelectual, educacional e acadêmico em Serra Leoa, mas também pelos tensionamentos e questionamentos que Kamara elabora ao tratar sobre a literatura nacional.

São alvos de problematizações as línguas utilizadas na produção e promoção da literatura em Serra Leoa, a recorrência à temática da guerra civil nos escritos do século XXI, a falta de reconhecimento literário, a relativa decadência da literatura nacional se comparada com produções de outros países africanos, entre outras questões. Essas problemáticas permitem conhecermos mais sobre a literatura em Serra Leoa, assim como dialoga com a entrevista que conduzi com Kamara, de certa forma, atualizando suas próprias questões realizadas em 2013 e adicionando e complexificando outras indagações. A entrevista foi realizada em inglês, com gravação em áudio, mas a versão aqui divulgada está traduzida para o português.

Santana: Muito obrigado por aceitar participar desta entrevista. Bem... antes de tudo: Qual é o papel da literatura na sociedade?

Kamara: A literatura desempenha um papel muito importante na sociedade. Na verdade, há uma ligação entre a sociedade e a literatura, porque a maior parte da literatura que escrevemos nasce das coisas que acontecem em nossa sociedade. Vou fazer uma referência à guerra civil sobre a qual você está escrevendo agora. Muitas pessoas, muitos jovens ou crianças nesta sociedade mal sabem sobre a guerra civil, porque não estavam aqui quando aconteceu, mas agora sabem sobre ela por causa da literatura, porque nossos escritores, nossos poetas, nossos dramaturgos, nossos romancistas capturaram as coisas que aconteceram naquela época e as colocaram em seus livros para que aqueles que vierem depois deles possam aprender com elas. Aqueles que vierem depois podem aprender as lições que estão lá, aprender sobre as coisas boas que acontecem na sociedade e igualmente ser avisados contra a repetição das coisas negativas. Ela também nos influencia. Como todos sabemos, você pode ler uma obra literária que mudará sua mentalidade. Pode até mudar sua vida inteira, porque lhe ensinará sobre o comportamento correto e as coisas que você não deve fazer. Ela influencia a sociedade.

Santana: Nas minhas entrevistas com pessoas aqui em Freetown, percebi que a nova geração não sabe nada ou sabe muito pouco sobre a guerra civil.

Kamara: O que você disse é bem verdade. Alguns deles não sabem sobre a guerra, porque, como dissemos, eles não estavam aqui durante a guerra e muitos nem querem ler. Muitos deles só querem ler ou assistir coisas nas redes sociais, especialmente *TikTok* ou *Facebook*. Eles estão principalmente interessados em coisas que duram apenas dois ou três minutos... esse tipo de coisa. Então, muitos deles não sabem sobre a guerra. Para aqueles que leem, literatura e livros de história são as principais fontes sobre a guerra civil. Claro, alguns pais também contam aos filhos sobre a guerra em Serra Leoa. Essa também é outra fonte, embora eu não saiba se muitos pais o fazem.

Santana: Gostaria de saber também qual é a relação entre a população comum de Serra Leoa e a literatura. O que Ishmael Beah, o maior nome da literatura serra-leonesa para o Ocidente sugere, é que a população está muito distante da expressão literária. Isso é verdade para você?

Kamara: Se por literatura queremos dizer apenas as palavras escritas, eu diria que sim. Mas se olharmos para a literatura como abrangendo a literatura oral, eu diria que não. Porque, embora muitas pessoas estejam de alguma forma distantes da palavra escrita da literatura, elas participam muito da literatura oral. Porque, para um gênero como contos populares, você não precisa ser educado para contar um conto popular ou ouvir um conto sendo narrado e entendê-lo. E você não precisa ser educado para contar provérbios ou enigmas e outros gêneros de literatura oral. Temos muitas pessoas que não sei se podem ser classificadas como pessoas comuns, mas temos muitas pessoas envolvidas com uma forma de literatura ou outra. Agora mesmo, além da literatura ser escrita em livros na forma de poemas, histórias e peças, temos muitas pessoas recitando literatura online ou apresentando-a para uma audiência ao vivo. Quando temos festas, aniversários, casamentos e outros eventos, sempre há espaço para alguma forma de expressão, ou alguma forma de palavra falada, porque agora há muitas performances da palavra falada. Então, em certo sentido, pessoalmente, sim, as pessoas comuns estão muito distantes da literatura. Mas, novamente, em outro sentido, não exatamente, porque a literatura abrange muitos aspectos que darão espaço para outros que são educados ou não.

Santana: Que bom ouvir de você isso, porque conheci um homem em Lumley Beach [uma das praias mais conhecidas de Freetown] que produz poesia, mesmo sendo um sem-teto. Mesmo nessa situação, ele produz sua própria literatura.

Kamara: Ah, sim. Na verdade, um homem que gosta de recitar poesia costumava vir a *Regent*, onde eu moro. Assim que você o vê, você pensa que ele é ignorante e não tem conhecimento de poesia. Mas, ele estava fazendo literatura. Ele costumava responder

com versos poéticos, sempre que lhe perguntavam algo. Seus versos rimam e incluem aliteração, repetição, hipérbole, símile e metáfora. Havia outra pessoa vendendo iogurtes no *Model Junction*. Quando ele estava vendendo – você sabe que quando você vende, você tem que usar algo que atraia os clientes – ele costumava dizer: “*I got, you got, me got, yogurts*”. Então, no que me diz respeito, essa é uma forma de literatura. E quando temos competições esportivas, a literatura nasce espontaneamente. Talvez alguém caia, a pessoa que foi a última a correr vence a pessoa que caiu e chega primeiro à linha de chegada. Quando você percebe, uma nova música irrompe espontaneamente e a literatura nasce. Então, há literatura ao nosso redor.

Santana: Em termos da literatura escrita, os escritores são geralmente classificados por gerações. Quais são as gerações de escrita literária em Serra Leoa?

Kamara: Em Serra Leoa, Adelaide Caseley-Hayford, Gladys Caseley-Hayford, Crispin George e Jacob Stanley Davies pertencem à primeira geração de literatas. Esses escritores, principalmente poetas, começaram a escrever antes da década de 1950 e são os pioneiros da literatura serra-leonesa. Robert Wellesley Cole, Delphine King, Raymond Sarif Easmon, Abioseh Nicol e William Conton pertencem à segunda geração de escritores serra-leoneses. Esses escritores, geralmente, exibiram sua identidade africana (especialmente serra-leonesa) e demonstraram que os africanos têm uma cultura rica e vibrante. Entre os escritores da terceira geração estão Yulissa Amadu Maddy, Syl-Cheney-Coker, Yema Lucilda Hunter, Lemuel Johnson e Gaston Bart-Williams. Esta geração de escritores é composta, principalmente, por dramaturgos, poetas e romancistas. Alguns deles escreveram sobre sua desilusão com o *status quo*, enquanto outros escreveram obras que refletiam a dura realidade da vida. A geração atual de escritores inclui Aminata Forna, Namina Forna, Oumar Farouk Sesay, Ishmael Beah, Mohamed Sheriff, Pede Hollist, J. Sorie Conteh, Paul Conton, Osman Sankoh, Elizabeth L.A. Kamara e muitos outros. A lista da geração atual é muito maior do que isso. Muitos deles escrevem sobre a guerra civil de Serra Leoa, a posição das mulheres, corrupção, política e a batalha dos sexos. Muitas pessoas estão escrevendo literatura (contos, romances, poesia, infantil e peças de teatro), agora mais do que nunca, em grande parte porque agora temos duas editoras locais, a Sierra Leonean Writers Series (SLWS) e a Pampana Publications (a SLWS publica livros em todos os gêneros, enquanto a Pampana Publications se concentra mais na literatura infantil). Mas também no passado, nos anos oitenta e no início dos anos noventa, houve uma proliferação de peças de teatro, embora naquela época a maioria dos que as escreveram não as publicassem. Cerca de dois anos atrás, um dos nossos melhores poetas e romancistas,

Oumar Farouk Sesay, escreveu uma peça, intitulada *The Throne*, que foi encenada no *City Council Hall*, em Freetown. Esta peça trouxe o teatro de volta ao palco, após um hiato de cerca de vinte anos. Então, neste exato momento, temos muitos escritores e eles atravessam idade, status e sexo. Também temos muitas antologias de poesia, contos e literatura infantil sendo escritas e publicadas por escritores iniciantes e talentosos.

Santana: Sabe-se que as agendas dos escritores mudam ao longo do tempo, ou seja, com as gerações. Quais seriam as principais agendas dos escritores serra-leoneses hoje?

ELAK: Bem, eu não acho que coletivamente nós tenhamos uma agenda, mas a maioria das pessoas, a maioria de nós escreve pelo desejo de mostrar às pessoas as coisas que estão erradas com a sociedade. Nós também escrevemos para mostrar às pessoas as coisas que acontecem em nossa sociedade. A maioria de nós escreve com o desejo de mudar ou influenciar a sociedade, para mudar a mentalidade das pessoas. Por exemplo, *Landscape of Memories* de Oumar Farouk Sesay, é um livro muito fascinante sobre a guerra civil e nunca mais permaneceremos os mesmos depois de lê-lo. Quando as pessoas leem as obras de Oumar Farouk Sesay, Ishmael Beah, M'Bha Kamara, elas aprenderão muito sobre a Serra Leoa e saberão o que costumava acontecer em nosso país durante a guerra civil. Isso ajudará os leitores a serem conscientes sobre as coisas que fazem. Então, as pessoas escrevem suas obras para impactar ou beneficiar a sociedade. Geralmente, essas são as principais razões pelas quais as pessoas escrevem. Outros podem ter suas próprias agendas pessoais. E muitas pessoas também escrevem para inspirar outras. É isso que os escritores de autobiografias/memórias fazem. Eles motivam os outros, mostrando a eles onde tudo começou e o que aconteceu com eles. Então, não tenho certeza se há uma agenda específica, mas sei que as pessoas escrevem por desejo de fazer suas vozes serem ouvidas, mudar a narrativa, se tornarem visíveis e, mais importante, impactar a sociedade e mudar mentalidades.

Santana: Quais são os maiores obstáculos ao desenvolvimento da literatura em Serra Leoa hoje?

Kamara: Um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento da literatura em Serra Leoa hoje é que as pessoas não têm muitos lugares onde possam publicar seus trabalhos. Se você quer ser um escritor em Serra Leoa, é como se você tivesse que fazer isso sozinho. Em certos países, alguns escritores são apoiados para fazer seu trabalho. Alguns têm oportunidades de financiamento ou até mesmo residências onde os escritores são financiados para tirar três ou seis meses de folga para fazer seu trabalho em um ambiente pacífico. Mas aqui temos que lidar com a vida cotidiana, enquanto escrevemos literatura ao mesmo tempo. Outro obstáculo é a situação econômica. Muitas pessoas

preferem comprar comida em vez de livros. Então, como escritor, quando você escreve, você pensa que sua escrita não é apreciada, porque seus livros permanecerão praticamente sem serem vendidos. Somos gratos ao Prof. Ousman Sankoh, o editor da SLWS, e Mohamed Sheriff, editor da Pampana Communications, por nos salvar do estrangulamento da invisibilidade. Pelo menos agora muitos de nós temos um canal onde podemos publicar nossos livros e fazer nossas vozes serem ouvidas. No entanto, por causa da situação econômica, dificilmente produzimos livros que sejam acessíveis. Da mesma forma, embora a mídia social ajude a promover a literatura, infelizmente também é uma ameaça ao desenvolvimento da literatura. Porque, muitos de nossos alunos preferem ler coisas que levarão apenas 5, 10 ou 30 minutos de leitura, do que ler livros (volumosos). Esses estão entre os principais obstáculos ao desenvolvimento da literatura.

Santana: Interessante, pois em entrevista com Ishmael Beah, eu até fiz a seguinte pergunta: para desenvolver a literatura em Serra Leoa, não é necessário fornecer às pessoas as condições mínimas de vida primeiro? Afinal, a vida das pessoas é mais importante do que a literatura.

Kamara: Sim, na Serra Leoa que queremos ver, será melhor para as pessoas receberem as condições mínimas de vida primeiro. E sim, a vida das pessoas é mais importante do que a literatura. Mas, ao mesmo tempo, a literatura ajuda a melhorar a qualidade de nossas vidas e faz com que a vida valha a pena ser vivida. Sob essa luz, não se pode dizer que a vida das pessoas seja mais importante do que a literatura, porque literatura é vida. Dito isso, vale a pena notar que as coisas são tão caras que alguns pensarão que é um sacrifício muito grande buscar literatura e comprar livros, em vez de cuidar do pão de cada dia. Então, enquanto em alguns outros países ou no mundo ocidental, se você tem 30 alunos em uma classe, isso pode significar que você terá 30 livros didáticos para uma determinada disciplina. Em nossa própria situação, exceto onde os livros são dados gratuitamente aos alunos por causa da educação gratuita de qualidade, você pode ter 30 alunos com apenas cinco livros ou até mesmo apenas um livro. Os proprietários, geralmente, leem os livros e os passam para quem estiver interessado em lê-los. E, dessa forma, os livros passam de pessoa para pessoa. Alguns podem nem querer ler o livro. Então, se você é um escritor e espera que as pessoas comprem seus livros, a venda de livros será lenta, porque as pessoas simplesmente não têm dinheiro. Veja bem, elas acreditam que devem conservar o pouco dinheiro que têm para se alimentar. Então, embora tenhamos percorrido um longo caminho, é realmente difícil para a literatura se desenvolver em nosso país.

Santana: Se você pudesse recomendar cinco romances de Serra Leoa para os pesquisadores do Brasil, quais você recomendaria?

Kamara: Mencionamos que você já tem Beah na sua lista. Eu recomendo *Landscape of Memories* de Oumar Farouk Sesay, *The Gilded Ones* de Namina Forna, *So the Path Does Not Die* de Pede Hollist e *The Last Harmattan of Alusine Dunbar* de Syl Cheney-Coker. Então, eu gostaria de recomendar algumas peças e poemas que você também deveria considerar estudar no Brasil. Você pode dar uma olhada nas peças de Mohamed Sheriff, especialmente *Not You Too*, *The Pool* de Tony French. *The Patroit* de Dr. Julius Spencer; M'Bha Kamara em *When Mosquitoes Come Marching In* e *The Throne* de Oumar Farouk Sesay. E para poesia, eu recomendo Syl Cheney-Coker, Oumar Farouk Sesay, Moses Kainwo, Delphine King e Elizabeth L. A. Kamara. Gosto mais de *400 Years of Servitude*, de Farouk Sesay, do que de suas outras antologias de poesia, mas você pode procurá-las.

Santana: No Brasil, há um grande debate sobre a literatura que pode ser considerada “autenticamente africana” e a literatura exógena, que não corresponde à realidade da população local do continente. No caso de Serra Leoa, Ishmael Beah é visto por alguns pesquisadores como um autor exógeno, no máximo um escritor da diáspora serra-leonesa. Nessa perspectiva analítica, sua escrita buscaria “agradar” leitores ocidentais e, portanto, suas produções não poderiam ser consideradas endógenas à Serra Leoa, uma vez que sua escrita não seria voltada para a população daquele país. O que você diria sobre esse debate acadêmico? Como você e o campo literário em Serra Leoa interpretam essa divisão?

Kamara: Esta é uma pergunta muito interessante. É preciso dizer que Ishmael Beah é um escritor da diáspora serra-leonesa, cujas obras se passam em Serra Leoa e que escreve sobre a experiência serra-leonesa. Seu premiado livro de memórias, *A Long Way Gone*, embora aclamado por muitos, também foi visto por alguns como falho em termos de precisão histórica. Embora sua escrita buscasse agradar os leitores ocidentais de certa maneira, isso não significa que suas obras não sejam destinadas aos serra-leoneses. Que pessoa precisaríamos para melhor escrever sobre a natureza, a crueldade e as ramificações da guerra civil daqui, se não uma daquelas que realmente tiveram uma experiência em primeira mão? *A Long Way Gone* de Beah tem um sabor serra-leonense distinto e se propõe a contar nossas histórias do ponto de vista de alguém que sentiu toda a força da guerra. Seu trabalho busca ajudar os serra-leoneses a se lembrarem do passado e aprenderem com ele, para que os erros daqueles dias sombrios nunca se repitam.

Referências

KAMARA, Elizabeth Lucy Alberta. An Intellectual Compass: An interview with Professor Eldred Jones. *Research in Sierra Leone Studies*, v. 1, n.1, p. 01-07, 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/109139111/index.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2025.

Artigo recebido em 11/01/2025

Aceito para publicação em 12/08/2025

Editor(a) responsável: Guilherme Detoni

¹ País localizado na África ocidental, colonizado pelos britânicos, independentizado em abril de 1961 e que é marcado pelas decorrências de onze anos de guerra civil, evento que eclodiu, dentre outros fatores, pela massiva desigualdade social, e que ceifou a vida de homens, mulheres, jovens e crianças. Essa é uma temática frequente na literatura escrita daquele país.